



Coordenação
FERNANDO DE SOUSA
NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

História e Património



A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

História e Património

Coordenação

FERNANDO DE SOUSA

NATÁLIA MARINHO FERREIRA-ALVES

António Mourato
Bruno Rodrigues
Diogo Ferreira
Fernando de Sousa
Joana Martins
Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves
José Francisco Queiroz
Manuel Couto
Manuel Silva Gonçalves

Manuela Pinto da Costa
Maria de Fátima Eusébio
Natália Marinho Ferreira-Alves
Paula Barros
Paula Cardona
Paulo Amorim
Paulo Guimarães
Ricardo Rocha
Susana Oliveira





Ficha técnica

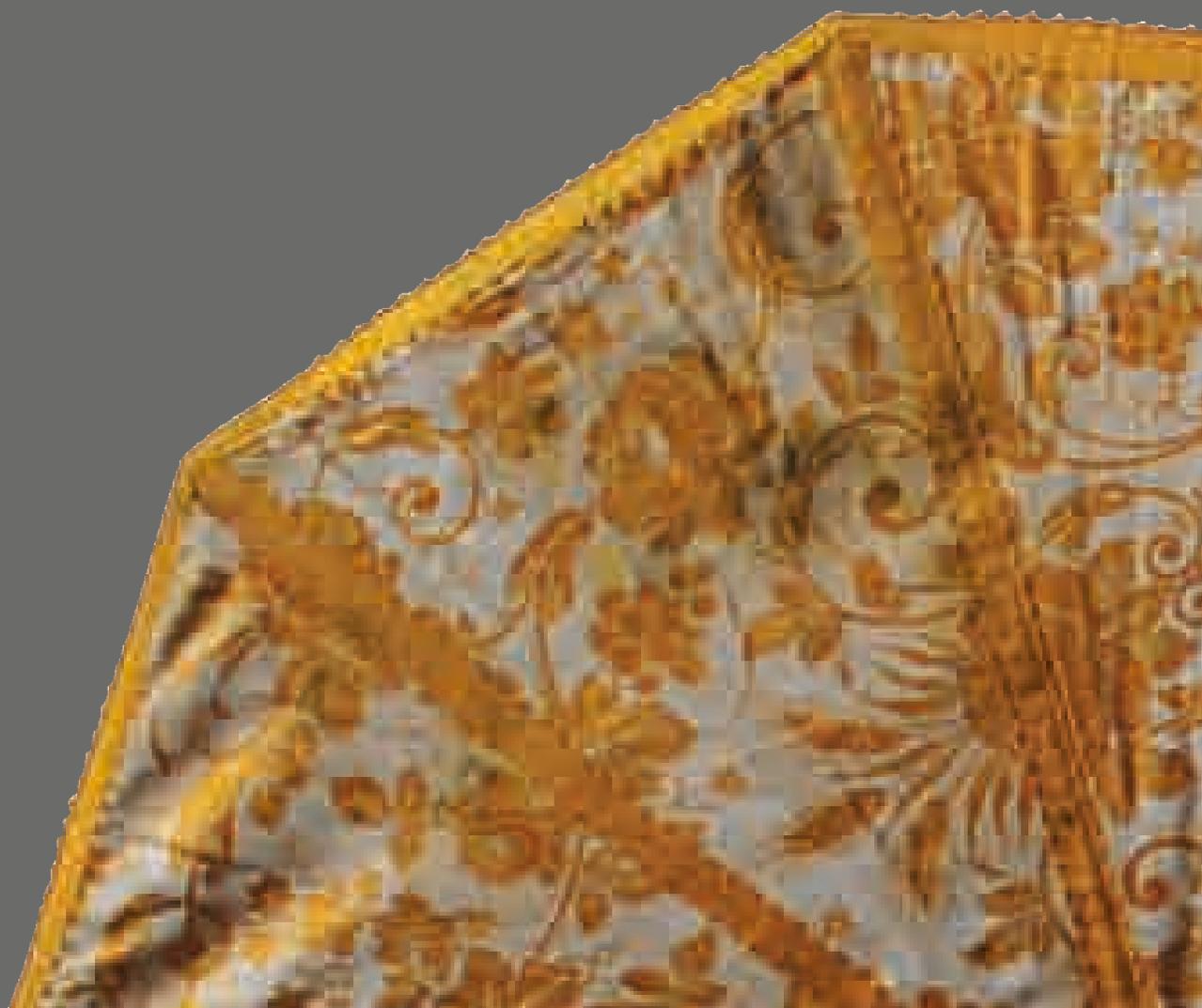
Título A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património **Edição** CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Rua do Campo Alegre, n.º 1021, Edifício CEPESE, 4169-004 Porto, Telefone: 226073770, Fax: 226073778, E-mail: cepese@cepese.pt, Web: <http://www.cepese.pt> **Coordenação** Fernando de Sousa, Natália Marinho Ferreira-Alves **Autoria** António Mourato, Bruno Rodrigues, Diogo Ferreira, Fernando de Sousa, Joana Martins, Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves, José Francisco Queiroz, Manuel Couto, Manuel Silva Gonçalves Manuela Pinto da Costa, Maria de Fátima Eusébio, Natália Marinho Ferreira-Alves, Paula Barros, Paula Cardona, Paulo Amorim, Paulo Guimarães, Ricardo Rocha, Susana Oliveira (todos os direitos de autor reservados ao CEPESE) **Tradução** Ana Lacerda, Ricardo Rocha **Créditos fotográficos** João Paulo Sotto Mayor, José Francisco Queiroz, Arquivo Distrital de Vila Real, Santa Casa da Misericórdia de Vila Real **Design** João Machado **Produção** João Machado Design, Lda. **Impressão** Orgal Impressores **Tiragem** 1 000 exemplares **ISBN** 978-989-8434-08-1 **Depósito Legal** 332291/11 Impresso em Junho de 2011

A Pedro de Castro, fundador da Igreja da Misericórdia de Vila Real

A Francisco da Silveira Pinto da Fonseca e aos irmãos Rodrigues de Freitas, fundadores e protectores do Hospital da Divina Providência da Misericórdia de Vila Real

Índice

Introdução	8	5. O Hospital da Divina Providência da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	146
I Parte		5.1. Origens do Hospital e evolução das suas instalações	147
História da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	14	5.2. Promotores e benfeitores do Hospital	156
1. A fundação da Misericórdia de Vila Real no contexto das misericórdias trasmontanas	16	5.3. Estrutura orgânica e regulamentos	166
2. A organização institucional – compromissos e estatutos da Misericórdia de Vila Real	22	5.4. Património e gestão financeira	170
2.1. Os primeiros compromissos (séculos XVI-XVIII)	23	5.5. Movimento hospitalar	173
2.2. Os novos capítulos do governo da Misericórdia de Vila Real em finais do século XVIII	42	5.6. Mortalidade no Hospital da Divina Providência	182
2.3. Os estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1865)	46	6. Estabelecimentos de assistência criados pela Misericórdia de Vila Real	198
2.4. O compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente (1992)	49	6.1. Escola Agrícola de Artes e Ofícios (1937)	199
3. Constituição e gestão do património da Misericórdia de Vila Real	50	6.2. Lar-Escola Florinhas da Neve (1940)	202
3.1. Capelas e missas perpétuas	52	6.3. Creche e Jardim de Infância (1987)	205
3.2. Propriedades, foros, pensões e juros de capitais	75	6.4. Lar da Imaculada Conceição (1987)	206
4. Festividades e cerimónias da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	108	6.5. CATL – Centro de Actividades de Tempos Livres (1989)	206
4.1. Festividades e exéquias	109	6.6. Lar Juvenil (1992)	207
4.1.1. As relações entre a Misericórdia de Vila Real e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco	116	6.7. Unidade de Apoio Integrado (1999)	207
4.1.2. Armadores e artistas	124	6.8. Lar Hotel da Misericórdia (2003)	207
4.2. Cerimónias da Semana Santa e Procissões	128	7. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente	210
4.2.1. Procissão dos Santos Passos	129	7.1. Lar-Escola Florinhas da Neve	211
4.2.2. Procissão de Quinta-feira Santa	139	7.2. Creche Madame Brouillard	213
4.2.3. Procissão de Sexta-feira Santa	142	7.3. Jardim-de-Infância	213
		7.4. Lar da Imaculada Conceição	214
		7.5. Centro de Dia	214
		7.6. Apoio Domiciliário	215
		7.7. Apoio Domiciliário Integrado	215
		7.8. Lar Hotel da Misericórdia	216
		7.9. Unidade de Cuidados Continuados Integrados	217
		7.10. Refeitório Social	218



II Parte			
Arte e Património da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	220		
8. A Igreja da Misericórdia de Vila Real	222		
8.1. A Igreja e Casa do Despacho (séculos XVI-XVIII)	223		
8.2. A Igreja da Misericórdia (séculos XIX-XX)	229		
8.3. A Igreja da Misericórdia ao presente	247		
9. As instalações do Hospital da Divina Providência	250		
9.1. Uma casa alugada na rua de Trás da Misericórdia (1796)	251		
9.2. O Hospital da Divina Providência (1796-1823)	251		
9.3. O Hospital da Divina Providência em instalações construídas de raiz (1823-1915)	255		
9.3.1. A construção do novo Hospital	255		
9.3.2. As obras do Hospital na segunda metade do séc. XIX	259		
9.4. As novas instalações do Hospital e a Capela de Santa Ana (1914-1975)	271		
9.4.1. As novas instalações do Hospital da Divina Providência	271		
9.4.2. A Capela de Santa Ana em Vila Real	280		
10. A Capela de Santa Ana em Minhava	290		
11. O património móvel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente	292		
11.1. Colecção de Pintura de Retrato	294		
11.2. Colecção de Pintura Religiosa	308		
11.3. Colecção de Escultura	316		
11.4. Colecção de Talha, Equipamentos e Utensílios	332		
11.5. Colecção de Ourivesaria	338		
11.6. Colecção de Paramentaria e Têxteis	354		
		Conclusão	378
		Notas	383
		<i>Fontes e Bibliografia</i>	389
		<i>Abstract</i>	395
		<i>Sobre os autores</i>	417
		<i>Índice de documentos, gráficos e quadros</i>	421
		<i>Índice analítico</i>	425
		Anexos (em CD-ROM)	
		I. Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1865)	
		II. Compromisso da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1992)	
		III. Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1528-2012)	
		IV. Novo Regimento para regulação do Hospital (1797)	
		V. Regulamento Interno do Hospital da Divina Providência de Vila Real (1844)	
		VI. Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1693-2011)	
		VII. Procissão dos Santos Passos (1774-1902)	
		VIII. Procissão de Quinta-feira Santa (1774-1902)	
		IX. Procissão de Sexta-feira Santa (1774-1902)	





Sacrário no retábulo da capela-mor da Capela de Santa Ana

Que sensação!...

Chegar ao interior de uma Instituição multissecular, deparar com montões de livros e papéis soltos, vermo-nos mergulhados em tanta documentação, deixou-nos espantados, perplexos, confusos... Mas, depois, compreendemos: tudo isto foi por motivo de obras recentes e também por desocupação apressada de antigas instalações do Hospital.

E, pouco a pouco, desfeito o impacto inicial, começámos a pensar que, para além das obras de Misericórdia escritas no nosso programa de acção, que havíamos jurado na tomada de posse, teríamos outra obra que, antes de ser de misericórdia, é de justiça: trazer a público o nome de tantas pessoas que doaram o seu tempo, a sua vida e, até, os seus recursos, ano a ano, para que a Misericórdia de Vila Real subsistisse no meio das maiores dificuldades, através dos “desertos” de cinco séculos de existência.

Depois, soubemos que, afinal, aqueles papéis já não eram os únicos... Alguém, com senso e sentimento, mandara guardar outros mais antigos no Arquivo Distrital.

E, então, concebemos o desejo e formulámos o propósito de editar a História desta Instituição, quase só conhecida pelo seu Hospital da Divina Providência. Até porque, embora não possamos garantir o ano da fundação, temos a garantia de estar a chegar – se não chegou já – à bonita idade de 500 anos! Que bela idade! Merecedora de ser contada às gentes destes tempos, que, entretida com suas “conquistas”, não olham para o passado... e não o valorizam!

Mas, quem irá decifrar aqueles documentos?

Encontrado um parceiro credenciado, conseguido um apoio do Programa ON2 – Novo Norte, a pesquisa iniciou-se no primeiro dia de Março de 2009, com a participação de especialistas de alto nível, extremamente rigorosos, muito sacrificados e com uma característica fundamental em todo o labor humano: “profundo amor ao seu trabalho”.

E, em Maio de 2011, está a chegar o fim!

Com este trabalho publicado, ficaremos com a consciência de que, ao editar a História desta Entidade, a Misericórdia de Vila Real, concorreremos para o conhecimento da história, da sociologia da Região e, em particular, do concelho de Vila Real. Pena é que quase ninguém se tenha apercebido do alcance desta obra! Só distração?!

Assim, ao divisar-se o fim deste ingente trabalho, invade-nos um grande sentimento de júbilo. Por dois motivos:

- demos a conhecer os feitos de tantos provedores, mesários e irmãos, fazendo justiça a tantos desconhecidos servidores;
- em segundo lugar, acreditando que a História é a “mestra da vida”, concorreremos para dela se haurirem ensinamentos sábios, desafios e estímulos, para continuar na senda de bem-fazer, por outros 500 anos, pelo menos!

Missão cumprida! Honra ao mérito de quem conduziu os trabalhos e os executou. Da nossa parte...fizemos o que devia ser feito.

O Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real,
P.e José Joaquim Dias Gomes



Introdução

As misericórdias, enquanto instituições de assistência que surgiram em Portugal na viragem do século XV para o século XVI e que rapidamente se difundiram pelo mundo de expressão portuguesa, têm a sua origem nas confrarias de caridade medievais que floresceram em toda a cristandade, fundando e administrando albergarias, gafarias, hospitais e mercearias, isto é, dedicando-se à prática das obras ou actos de misericórdia, de forma a atenuar o sofrimento e a miséria alheia.

Em Portugal, as confrarias de caridade remontam ao período de formação de Portugal. Contudo, a primeira Misericórdia, enquanto irmandade ou confraria de pessoas “de honesta vida, boa fama, sã consciência, tementes a Deus e guardadoras de seus mandamentos, mansas e humildes a todo o serviço de Deus e da dita confraria”, dotada de um *compromisso* ou regulamento que estabelecia a sua organização e actividades, aprovada pela rainha Leonor enquanto regente do Reino por o rei Manuel I se encontrar ausente em Castela, data de 1498, dando origem, assim, à Misericórdia de Lisboa, que rapidamente passou a ser designada por *Misericórdia* ou *Santa Casa da Misericórdia*.

Uma vez reorganizada a confraria da Misericórdia de Lisboa, cujo compromisso de 1498, impresso em 1502, passou a regular todas as misericórdias portuguesas, estas instituições rapidamente desabrocharam por todo o Reino, Ilhas Adjacentes e territórios ultramarinos – mais de 43 só no reinado de Manuel I (1495-1521).

A explicação para este desabrochar de tantas misericórdias em poucos anos tem a ver com o facto de o rei, desde logo, tomar a Irmandade de Lisboa sob sua imediata protecção e enviar uma carta às cidades e vilas do Reino, e porventura a senhores de casas nobres, recomendando-lhes a fundação de estabelecimentos semelhantes, de acordo com o modelo do regimento da confraria da Misericórdia de Lisboa¹, destinados, afinal, a cumprir os deveres estabelecidos no compromisso e a observar todas as obras de misericórdia “como serviço de Deus e de Nossa Senhora”, instituições estas que, desde logo, foram dotadas de amplos privilégios, recebendo terrenos, casas e rendas, etc., das Câmaras ou do rei, e incorporando na sua administração, não raras vezes, os hospitais existentes nos concelhos.

Embora não sendo da iniciativa da Igreja enquanto instituição, a verdade é que a sua extraordinária difusão também se explica nesta perspectiva, em virtude de se tratar de confrarias ou associações religiosas e de caridade, e portanto enraizadas na doutrina cristã, levando a que a sua aceitação por parte das populações fosse imediata. E, finalmente, convém lembrar que as misericórdias fundadas a partir de 1498-1499 resultam, muitas vezes, de uma mera reestruturação, à luz do modelo da Misericórdia de Lisboa, de confrarias já existentes.

Obedecendo aos mesmos princípios doutrinários e a objectivos comuns – o exercício da caridade para salvação das almas –, a verdade é que os factores explicativos da origem de cada uma das misericórdias, sob o ponto de vista social, económico, cultural e religioso, são muito distintos, o que explica a configuração, identidade e a diferente cronologia de cada uma delas, nomeadamente no que diz respeito à Misericórdia de Vila Real, cuja história se encontrava por fazer, ao contrário do que acontecia com as misericórdias de Bragança e Chaves, que tinham merecido já investigação cuidada.²

Com efeito, muito pouco conhecíamos quanto às origens e história da Misericórdia de Vila Real.

Costa Godolfim, em 1897, na sua obra *As Misericórdias*, refere a Misericórdia de Vila Real, da qual apresenta breves notas soltas.³

Adelino Samardã, em 1904, deu-nos uma breve mas preciosa notícia da fundação da *Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência de Vila Real*, onde levanta algumas questões relativas às suas origens, colocando dúvidas quanto à data referida por Godolfim, e nos fornece alguns contributos para a sua história.⁴

Em 1987, Fernando de Sousa e Silva Gonçalves publicaram a “Relação de Vila Real e seu termo”, de 1721, nas suas *Memórias de Vila Real*, obra na qual consta uma notícia desenvolvida sobre as origens da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, assim como as capelas e vínculos de missas perpétuas instituídas nesta Irmandade, entre 1538 e 1721.⁵

Documento n.º 1 - Carta de D. Manuel I manifestando o desejo de que fossem criadas misericórdias em todas as cidades, vilas e lugares principais do Reino (1499)

Juízes, vereadores, procurador, fidalgos, cavaleiros e homens-bons. Nós El-Rei vos enviamos muito saudar. Cremos que sabeis como em esta nossa cidade de Lisboa se ordenou uma confraria para se as obras da misericórdia haverem de cumprir e especialmente acerca dos presos pobres e desamparados que não têm quem lhes requeira seus feitos nem socorra a suas necessidades e assim noutras muitas piedosas, segundo mais largamente em seu regimento se contém, do qual vos mando dar o traslado. E porque as obras da misericórdia que pelos oficiais desta confraria se cada dia fazem redundam em muito louvor de Deus, de que nos tomamos muito contentamento por se em nossos dias fazer, folgaríamos muito que em todas as cidades e vilas e lugares principais de nossos reinos se fizesse a dita confraria na forma e maneira que no dito regimento se contém, e porém vos encomendamos que considerando quanto isto é serviço de Deus vos queirais juntar e ordenar como em essa cidade se fizesse a dita confraria. E além de nisso fazerdes serviço de Deus e coisa de que ante ele haveres muito merecimento nos vo-lo agradeceremos muito e teremos em serviço. Escrita em Lisboa a XIII, dias de Março. Vicente Carneiro a fez de 1499.

(Fonte: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias: O reinado de D. Manuel I*, vol. 3, doc. 57)

Finalmente, em 1999, Silva Gonçalves e Paulo Guimarães, nos *Estudos Transmontanos e Durienses*, escreveram um artigo, “Cinco Séculos de Misericórdias no Distrito de Vila Real”, onde nos fornecem, também, algumas informações sobre a Misericórdia de Vila Real, recuperando, basicamente, o texto relativo à mesma, que constava da obra editada, no ano anterior, pelo Arquivo Distrital de Vila Real, intitulada *Misericórdias do Distrito de Vila Real*.⁶

Registe-se, ainda, que, desde 2002 e até ao presente, o Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa, em colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas, publicou oito volumes da obra *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, a qual nos fornece um ou outro documento relativo à História da Misericórdia de Vila Real.⁷

Em suma, até ao momento, não havia qualquer trabalho de investigação sobre a História da Misericórdia de Vila Real, baseada no seu fundo documental, que Fernando de Sousa e Silva Gonçalves tinham inventariado em 1979, no *Catálogo II do Arquivo de Vila Real*, posteriormente retomado, com novos moldes, na obra *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Inventário*, editado pelo Arquivo Distrital de Vila Real, em 1998.

Foi tendo em consideração esta realidade que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, tendo como provedor o padre José Gomes, em 2008, apresentou à CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, no âmbito do Programa ON-2, um Projecto designado por *Santa Casa da Misericórdia. História e Património*, o qual veio a merecer a aprovação daquela entidade. Na sequência do concurso público que a Santa Casa abriu em início de 2009, o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, que ficou colocado em primeiro lugar graças à qualidade da equipa apresentada e ao profundo conhecimento que os seus investigadores têm da história de Trás-os-Montes, e de Vila Real em particular, veio a assumir a responsabilidade de dar corpo ao Projecto de Investigação, que se desenvolveu em 2010-2011.

A Misericórdia de Vila Real tem desempenhado ao longo dos tempos uma função social digna do maior realce, detentora de um património histórico que a tornam um exemplo paradigmático no contexto trasmontano, tornando imperioso o seu estudo e sua correspondente divulgação e valorização. Este projecto, devido ao impacto que terá na região, preservando a história, a memória e o património de uma das instituições mais actuaes ao nível das populações, pretendeu, assim, desenvolver um estudo profundo, inserido numa política nacional de valorização do património cultural português e de afirmação identitária, de que as misericórdias constituem um dos seus fundamentos, uma vez que compuseram, durante séculos, praticamente, a única rede de assistência nacional.

No contexto de Trás-os-Montes, a Misericórdia de Vila Real é, sem dúvida, uma das mais antigas e importantes de todas quantas surgiram nas vilas e cidades da região. Fundada nos inícios do século XVI, desde cedo atraiu a si a elite de Vila Real, enquanto associação religiosa e de assistência, recebendo, ao longo dos séculos, donativos, bens e legados que fazem dela a mais importante Instituição da cidade e do distrito de

Vila Real, no plano do património cultural. Passou a dispor de um Hospital próprio em finais de Setecentos, que não mais parou de se expandir. Mais recentemente, já no século XX, a Misericórdia de Vila Real desenvolveu novas valências, por ordem cronológica, a *Escola Agrícola de Artes e Ofícios*, a *Escola das Donas de Casa Florinhas da Neve*, a *Creche e Jardim-de-Infância*, um *Lar de Idosos*, um *Centro de Dia*, o *Apoio Domiciliário*, o *Centro de Actividades de Tempos Livres*, o *Lar Juvenil da Petisqueira*, um *Lar Hotel*, uma *Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração e Reabilitação* e, finalmente, um *Refeitório Social*.

Tornava-se necessário, assim, desenvolver um estudo – o primeiro a ser feito –, que desse a conhecer a sua história, a sua acção assistencial e hospitalar ao longo do tempo e ao presente, que inventariasse e analisasse a sua documentação e o seu rico património arquitectónico e móvel, detectando e classificando influências e correntes artísticas, e que valorizasse e integrasse a sua riqueza patrimonial no âmbito do turismo cultural, quer de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer no plano nacional.

Este Projecto de Investigação traçou, neste contexto, os seguintes objectivos globais:

- a edição da História da Misericórdia de Vila Real, desde a sua fundação até aos nossos dias, de forma a conhecer-se as suas origens, estrutura e organização, a acção humanitária, religiosa e de beneficência desenvolvida por esta Instituição no passado e ao presente, no contexto nacional;
- o catálogo-inventário de todo o património móvel classificado da Misericórdia, de forma a ser disponibilizado *online*, no sítio da Misericórdia;
- a realização de um Seminário em Vila Real, em torno da História e da actividade da Misericórdia no passado e ao presente, assim como do estudo do seu património cultural e artístico – procurando-se, neste caso, divulgar as “boas-práticas” da sua valorização –, Seminário esse cujas actas seriam publicadas em suporte papel e estariam também disponíveis *online*, no sítio da Misericórdia;
- a criação de um portal digital da Santa Casa de Vila Real, onde, além da estrutura institucional, seriam apresentados o seu património móvel e imóvel e as publicações que viessem a ser efectuadas no âmbito do Projecto.

Com este Projecto pretendeu-se, assim, estabelecer um modelo que venha a servir de matriz às restantes misericórdias de Trás-os-Montes e Alto Douro, de forma a ser preservado e valorizado o património cultural ligado às mesmas e a ser implementado um roteiro turístico e cultural de impacto para a região, no quadro mais amplo da sua promoção e internacionalização.

Apesar de algumas vicissitudes de natureza burocrática que sempre acontecem em projectos desta natureza, o CEPESE cumpriu todos os objectivos propostos:

- realizou um Seminário Internacional, em Setembro de 2010, com a participação de investigadores portugueses, espanhóis e brasileiros, cujas actas estão já publicadas;
- produziu a História da Misericórdia de Vila Real, que agora se publica;
- inventariou e estudou o seu património móvel classificado, que aqui se publica;
- concebeu e desenvolveu o portal digital da Santa Casa de Vila Real, do qual constam a História da Instituição, o inventário do seu património e as publicações desenvolvidas no âmbito deste Projecto.

Não foi tarefa fácil concretizar este ambicioso Projecto, tendo em consideração que, praticamente, tudo estava por fazer, com excepção de uma primeira inventariação rudimentar do seu património documental e artístico.

O arquivo histórico da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, embora exaustivamente inventariado, é muito pobre quanto ao período que vai desde as origens da Instituição até ao século XIX. Ao longo do tempo, desde muito cedo, como se verifica por alguns diplomas régios e pelas queixas dos provedores, desapareceram ou deixaram-se destruir os fundos documentais relativos à sua fundação, estrutura orgânica e actividades desenvolvidas.

Se não fosse o cuidado, de, na primeira metade do século XIX, se transladar em cópias autênticas alguma documentação dos séculos XVI e XVII, com o objectivo de se salvaguardar a memória da Instituição, os seus direitos e património, ter-se-ia perdido, de modo irremediável, a história da Santa Casa de Vila Real nos seus primeiros 200 a 250 anos da sua história.

Por outro lado, as séries documentais relativas ao período contemporâneo (séculos XIX e XX), existentes no Arquivo Distrital de Vila Real, além de não serem contínuas, acabam precocemente, sem que conheçamos a explicação para tal. Assim acontece, por exemplo com os livros da receita e



Escultura de Nossa Senhora da Conceição nos jardins do Lar da Imaculada Conceição

despesa da Misericórdia e do Hospital da Divina Providência e com os livros das entradas e saídas de doentes do Hospital, que terminam em finais do século XIX. E os relatórios anuais da Santa Casa, que chegaram a ser impressos no século XX, também não existem. Não se estranhe, pois, que a reconstrução do seu passado não seja exaustiva.

Aliás, também não pretendíamos que assim fosse. Tendo em consideração a necessidade imperiosa de concluir este projecto em dois anos, procurámos sobretudo apresentar as grandes linhas de força da História da Santa Casa de Vila Real, apreender as suas origens, compreender a sua estrutura institucional, modo de funcionamento, recursos económicos e sua inserção na sociedade vila-realense.

Quanto ao seu património artístico, a verdade é que o inventário que existia limitava-se a enumerar as peças, sem qualquer notícia ou enquadramento científico, por mais simples que fosse.

O trabalho que agora se publica, sob o título de *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*, encontra-se dividido em duas partes. A primeira diz respeito à História da Santa Casa de Vila Real sob o ponto de vista institucional. Assim, após nos debruçarmos sobre as origens da Misericórdia no contexto mais amplo da fundação das primeiras misericórdias trasmontanas, iremos tratar, sucessivamente, da organização institucional, da constituição e gestão do património, das procissões e festividades que realizou e foram de grande impacto no burgo vila-realense, do seu Hospital, fundado em 1796 e que veio até 1974, e finalmente, caracterizar a Santa Casa ao presente.

Na segunda parte, relativa à arte e património da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, analisamos o património imóvel, a sua construção, evolução e constituição ao presente, e inventariamos, contextualizando, o seu valioso património móvel que vai integrar o Museu e o portal desta Instituição.

Seguem-se a conclusão, as fontes e bibliografia consultadas, um resumo da obra em inglês, um índice analítico, indispensável numa obra desta natureza, o índice dos documentos, gráficos e quadros, e os anexos, disponíveis no CD-ROM que acompanha esta obra.

Resta-nos agradecer a todas as instituições, individualidades, investigadores e técnicos que possibilitaram a realização deste Projecto. À Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, personificada no provedor José Joaquim Dias Gomes e vice-provedor Hélder Augusto Gonçalves Oliveira. Ao Arquivo Distrital de Vila Real, representado pelo dr. Silva Gonçalves e pelo dr. Paulo Guimarães. À CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, na pessoa do seu presidente, dr. Carlos Lage, e do engenheiro Carlos Duarte, gestor do programa, que nos deu todo o apoio para a concretização deste Projecto.

Para a realização do Projecto, tivemos o patrocínio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia; do Programa FACC – Fundo de Apoio à Comunidade Científica; do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010; do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; e da Universidade do Porto.

Aos doutores Elísio Amaral Neves, Liliana Aires e Selma Cardoso, ao Ateneu Comercial do Porto e à Câmara Municipal de Vinhais.

À dra. Manuela Pinto da Costa, ao dr. Manuel Couto, ao eng.º João Duarte e ao fotógrafo João Paulo Sotto Mayor.

Aos srs. Jorge Sousa, Manuel Silveira e Fernando Martins, funcionários da Misericórdia de Vila Real que nos apoiaram no decorrer do nosso trabalho, e em especial ao sr. Mota Ferreira, que colaborou connosco desde o início da nossa investigação.

Uma última palavra de reconhecimento aos investigadores do CEPESE pela colaboração prestada, muito especialmente aos meus colegas, professores Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves e Natália Marinho Ferreira-Alves; ao doutor Ricardo Rocha, que trabalhou intensamente nesta obra; aos professores Fátima Eusébio, António Mourato, José Francisco Queiroz e Paula Cardona; e aos doutores Bruno Rodrigues, Diogo Ferreira, Joana Martins, Paula Barros, Paulo Amorim, Susana Oliveira e engenheiro Nuno Matias.

I Parte

História da Santa Casa
da Misericórdia de Vila Real



1. A fundação da Misericórdia de Vila Real no contexto das misericórdias trasmontanas



1. A fundação da Misericórdia de Vila Real no contexto das misericórdias trasmontanas

As origens da Misericórdia de Vila Real têm de ser analisadas no contexto da fundação das misericórdias da província de Trás-os-Montes, e do empenho do rei em disseminar tais instituições, tendo como paradigma a Misericórdia de Lisboa, a todo o território português.

Assim, ainda no reinado de D. Manuel I (1495-1521), em Julho de 1518, foi outorgada à Misericórdia de Bragança autorização para se reger pelo compromisso de Lisboa, de 1498, o que revela o cuidado da Casa de Bragança em acompanhar os esforços da Coroa para a instalação de misericórdias nas cidades e vilas de que detinha o senhorio.⁸

Temos também informações de que a Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta terá sido criada antes de 1521, e portanto, ainda no reinado de D. Manuel I, uma vez que o arcebispo de Braga, Diogo de Sousa, em Abril de 1527, autorizou a abertura da igreja da Misericórdia ao culto, cuja construção terá demorado cerca de duas dezenas de anos. A darmos crédito a este raciocínio, a Misericórdia desta vila seria, assim, dos primeiros anos do século XVI.⁹

A *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* apenas indica estas duas misericórdias como sendo as mais antigas de Trás-os-Montes, fundadas ainda no reinado de D. Manuel I e que, portanto, a fundação das misericórdias de Chaves e Vila Real seria já do reinado de D. João III (1521-1557).

Com efeito, a Misericórdia de Chaves dataria de Julho de 1525, ano em que foi outorgado por D. João III o compromisso original existente no seu Arquivo. Contudo, esse compromisso foi impresso em Dezembro de 1516, ou seja, no ano em que temos notícia da instalação da Irmandade da Misericórdia de Chaves numa albergaria mandada construir pelo duque de Bragança. E como Luís Cardoso, no século XVIII, embora referindo que, da sua fundação “não há memória”, indica o nome do provedor que se encontrava em funções no ano de 1522, tudo leva a crer que a Misericórdia de Chaves já existia nos últimos anos do reinado de D. Manuel II.¹⁰

E quanto à Misericórdia de Vila Real?

Costa Godolfim, no seu trabalho pioneiro sobre as misericórdias portuguesas, refere que a Misericórdia de Vila Real teve a sua fundação em 1528, por iniciativa de Pedro de Castro, protonotário apostólico e abade de São Salvador de Mouçós. Contudo, matiza a sua afirmação, dizendo que alguns “escritores” consideravam ser a irmandade “de anterior fundação”, e que Pedro de Castro teria mandado apenas reedificar, naquela data, o templo da Misericórdia.

Adelino Samardã, no seguimento dos “escritores” a que Godolfim se refere, vai levantar a hipótese de a Santa Casa existir já em 1518, reportando apenas a 1528 o início da construção da igreja da Misericórdia de Vila Real.

Algum destes autores tem razão? Sim e não.

As origens da Misericórdia de Vila Real, como as das misericórdias mais antigas, são complexas, uma vez que muitas delas, a começar pela “confraria e irmandade da invocação de Nossa Senhora da Misericórdia” de Lisboa, resultaram do aperfeiçoamento e reforma de confrarias já existentes – no caso da Misericórdia de Lisboa, a anterior confraria de Nossa Senhora da Piedade, existente numa das capelas do claustro da Sé de Lisboa.

Portanto, as misericórdias, enquanto confrarias e irmandades, já existiam antes de 1498, mas só passaram a ser designadas por misericórdias na sequência da fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498, embora o seu *compromisso*, “a magna carta da sua vida constitucional” (Ivo Carneiro de Sousa), onde se especificam os objectivos da fundação, seja de 1500 – o primeiro texto original que chegou até nós é de 1502. Isto é, só depois da sua fundação é que foi elaborado o texto que regulou o seu funcionamento, e só em 1534 é que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa passou a ter igreja e sede próprias.

Como se explica a rápida difusão das misericórdias por todo o País, de tal forma que, entre 1498-1500, se fundaram mais de 20 irmandades deste tipo e não raras vezes, em aglomerados bem humildes? Porque existindo já tais confrarias, tratou-se apenas de as reestruturar, de acordo com o

modelo de Lisboa, e a vontade expressa pelo monarca, pelo menos em 1499, de que as misericórdias se estabelecessem “em todas as cidades, vilas e lugares principais” do Reino, “pela forma que no dito regimento se contém”.

Em conclusão, as misericórdias surgem, regra geral, antes da redacção e aprovação dos seus compromissos e muito antes de terem sede própria. Se tal assim não fosse, nunca teria sido possível o desabrochar de tantas confrarias, seguindo o compromisso da Misericórdia de Lisboa, mesmo ainda não impresso, em tão pouco tempo. É à luz desta reflexão, fundamentada nos documentos existentes e nos estudos até ao presente elaborados, que podemos analisar as origens da Misericórdia de Vila Real.

A fonte mais antiga existente no fundo documental da Misericórdia de Vila Real, que atesta inequivocamente a sua existência, data de 20 de Março de 1528. Trata-se de uma escritura de compra de uma morada de casas destinada a edificar a igreja desta confraria. A escritura foi celebrada entre a Misericórdia, representada pelo seu provedor, Lopo Coutinho, fidalgo da Casa Real, e Rui Dias, escudeiro e tabelião natural de Vila Real e sua mulher Isabel Lobo. O valor pago pela Misericórdia foi de 9 600 reais.¹¹ Este documento diz respeito, assim, ao ano de início da construção da Igreja da Misericórdia, não à fundação da confraria, que antecedeu a existência do próprio templo.

Ainda relativamente a 1528, surge-nos, igualmente, um documento relativo à doação de uma esmola anual à Misericórdia, no valor de três mil reais, concedido por Pedro de Meneses, marquês de Vila Real, o que revela já a sua existência plena.¹²

Porém, outras fontes apontam seguramente para a existência da Santa Casa de Vila Real antes dessa data. Um alvará da marquesa de Vila Real, passado em 15 de Outubro de 1518, que se encontra no fundo documental da Misericórdia existente no Arquivo já referido, determina que do seu almoxarifado se pagaria a Constança Rodrigues, natural de Vila Real, uma quantia no valor de 8 255 reais – documento que traduz uma confissão de dívida que, muito provavelmente, não só era anterior àquele ano, como tinha a ver com a Santa Casa, uma vez que os marqueses de Vila Real concediam anualmente uma esmola a esta Instituição.¹³

Na “Relação para a cobrança dos foros e pensões da Misericórdia”, que consta do *Tombo Novo*, mandado elaborar no ano de 1795, e que diz respeito à cobrança dos foros relativos à capela que instituiu Luís de Mesquita de Andrade na Igreja da Misericórdia, menciona-se, a propósito dos foros pagos na freguesia de Vale de Mendis, que “os herdeiros e descendentes de Pascoal João pagam cada ano um cântaro de azeite como se declara em o livro de 1503, a fl. 37”. Ora esta menção ao livro de 1503, a não constituir lapso do escrivão do tomo, seria um dos primeiros livros da Misericórdia de Vila Real.¹⁴ As *Memórias de Vila Real*, de 1721, publicadas por nós, vão no mesmo sentido, ao registarem que a Igreja da Santa Casa da Misericórdia se conservou numa capela da freguesia de São Dinis até 1528, ano em que Pedro de Castro, protonotário apostólico e abade de Salvador de Mouçós a “reedificou”, isto é, refundou ou instalou em casas que comprou em Vila Real, fazendo-a “com a grandeza que hoje tem”, com Casa de Despacho e instalações anexas, “a seu próprio custo, tudo de pedra de cantaria bem lavrada, com muita grandeza”.¹⁵

É claro que a escritura da compra de 1528 foi assinada pelo provedor da Misericórdia, de forma a esta garantir a propriedade da Igreja e dependências que iam ser construídas, tudo levando a crer que a verba para aquisição do terreno tivesse sido concedida por Pedro de Castro.

Este texto, corroborado pelos documentos já referidos, revela dados muito importantes para se conhecerem as origens da Misericórdia de Vila Real:

- em primeiro lugar, permitem datar o ano de início da construção da Igreja da Misericórdia em 1528, a qual estaria já concluída dez anos mais tarde, em 1538, ano em que Pedro de Castro nela instituiu uma capela de missa diária;
- em segundo lugar, a Santa Casa já existia devidamente estruturada em 1528, e portanto, com um compromisso que regia o seu governo, nomeadamente a eleição do provedor – que é referido na escritura de compra, – e da Mesa;
- em terceiro lugar, a Santa Casa de Vila Real, antes de 1528, já existia numa capela da freguesia de São Dinis, à semelhança, aliás, do que aconteceu com outras misericórdias nos seus primórdios – a Misericórdia do Porto teve como primeira sede a capela de Santiago, no claustro da Sé do Porto – e portanto, instalada numa igreja já existente – neste caso, a Igreja de São Dinis –, ou ocupando uma capela propriamente dita, e que entretanto veio a ser extinta; Adelino Samardã, em 1904, vai até mais longe, dizendo ser “tradição corrente que a Irmandade se instituíra primitivamente na igreja de São Dinis, realizando as suas comemorações e cerimónias num dos altares que para isso lhe cedera o respectivo abade”.

A grande influência de que gozavam os condes de Vila Real na corte – Pedro de Meneses foi elevado ao título de marquês de Vila Real justamente em 1489, ano da fundação da Misericórdia de Lisboa –, levaria a que estes, sabendo do empenhamento do rei na fundação de misericórdias no Reino, tivessem acarinhado de imediato o projecto de uma Misericórdia em Vila Real, à semelhança do que aconteceu com a Casa de Bragança em Chaves e Bragança.¹⁶

Frontispício da Igreja da Misericórdia



Todos estes elementos nos permitem concluir, assim, que a fundação da Misericórdia de Vila Real não só é anterior a 1528, como diz respeito ao reinado de D. Manuel I, à semelhança, aliás, do que aconteceu com as misericórdias dos três burgos trasmontanos referidos, ou seja, Bragança, Chaves e Freixo de Espada à Cinta, os aglomerados urbanos mais importantes da província – em 1530, Chaves tinha 385 moradores, Freixo de Espada à Cinta 447 moradores, Vila Real 478 moradores ou fogos, e Bragança 481 moradores.

A Igreja da Misericórdia, a partir de 1538, e ao longo das décadas seguintes, foi ampliada e dotada com novas áreas funcionais. O primeiro registo sobre esta matéria está relacionado, ainda, com Pedro de Castro, com as obras de ampliação da Igreja e construção da Casa do Despacho e outras dependências ocorridas, segundo algumas fontes, em 1532.¹⁷

Posteriormente a esta primeira intervenção, dois documentos atestam a aquisição de novos terrenos para efeitos de alargamento das instalações da Santa Casa. O primeiro, datado de 8 de Agosto de 1542, é uma escritura de compra realizada entre a Misericórdia (tinha como provedor Pedro Borges de Oliveira) e Pêro Lopes, sapateiro, com a sua mulher, Margarida Fernandes, de Vila Real, de uma morada de casas na rua da Misericórdia, para se aumentar a Igreja. O preço acordado foi de 18 000 réis, sendo pago em dinheiro 14 000 réis, e correspondendo a restante verba a duas vinagreiras de prata cedidas pela Misericórdia, como penhor dos 4 000 réis em falta. O segundo documento reporta-se a 8 de Janeiro de 1548, tratando-se igualmente de uma escritura de compra de uma morada de casas, sita na mesma rua da Misericórdia, feita a Catarina Vaz, mulher de João Fernandes pelo preço de 7 000 réis e com idêntico propósito, ou seja, o alargamento das instalações da Misericórdia (servia de provedor o licenciado Simão Tavares).¹⁸

Ainda no século XVI, por alvará de D. Sebastião de 10 de Outubro de 1572, a Misericórdia de Vila Real foi autorizada a comprar as casas de Maria Pinto e seus filhos, situadas no centro de Vila Real, junto à dita confraria, para expandir as suas instalações.¹⁹

Assim, podemos afirmar que, ao longo do século XVI, a Misericórdia de Vila Real alargou progressivamente o seu espaço de funcionamento e de culto, em paralelo com o crescimento dos legados pios que a sociedade vila-realense lhe doou, podendo afirmar-se que então conheceu um dos períodos mais significativos da sua multissecular existência.

Documento n.º 2 - D. Pedro de Castro e o urbanismo de Vila Real

Nasceu cerca de 1440 e morreu por 1538.

Abade de Freamunde e de Mouços, protonotário apostólico em Vila Real, dignidade pontifícia com privilégios quase episcopais, e capelão da Casa do marquês de Vila Real.

Por volta de 1490, mandou construir, à sua custa, a ponte de Santa Margarida sobre o rio Corgo, que ligou Vila Real à outra margem durante três séculos. Junto a essa ponte, erigiu, em 1520, a capela de São Lázaro. Levantou no monte Calvário, em 1527, a capela de São Sebastião, entretanto demolida, nela instituindo uma missa anual. Em 1528, mandou demolir a capela de São Nicolau e construir em seu lugar a igreja de São Pedro, que veio a ser a Matriz da segunda freguesia de Vila Real, e na qual foi sepultado.

Mandou abrir uma mina de água no Seixo, canalizando-a até ao chafariz no campo do Tabolado, da qual resta uma grande concha monolítica que enfeita, com um repuxo, um dos jardins do Hospital.

Mandou construir uma fonte no largo do Cabo da Vila. Reconstruiu a igreja de Mouços, alcançando do rei, em 1524, autorização para comprar terras que dessem rendimento a esta paróquia. E no lugar da Ponte, dessa freguesia, levantou uma igreja em honra de Nossa Senhora de Guadalupe, em cuja parede exterior, atrás da capela-mor, mandou gravar um brasão com as suas armas.

Mandou edificar a Igreja da Misericórdia, em 1528, para cuja instituição, anterior a 1518, contribuiu. Nesta Igreja, instituiu a capela do seu nome com a obrigação de uma missa diária pela alma do marquês de Vila Real, Fernando, que morreu em 1523, em homenagem às mercês e honras que dele recebeu.

(Fontes: SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real* (2 volumes), Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real; TEIXEIRA, Júlio António. 1946-1952 – *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (4 volumes), Vila Real, ed. autor; SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de. 1999 – “A família de D. Pedro de Castro, protonotário apostólico e abade de Mouços”, in *Estudos Trasmontanos e Durienses*, n.º 8, Vila Real, Arquivo Distrital de Vila Real)



Degraus da antiga escada de acesso ao coro (Igreja da Misericórdia)

2. A organização institucional – compromissos e estatutos da Misericórdia de Vila Real



2. A organização institucional – compromissos e estatutos da Misericórdia de Vila Real

Ao longo da sua história, a Misericórdia de Vila Real teve vários *compromissos* e *estatutos*, isto é, documentos que estruturavam a sua organização, funcionamento e acção assistencial. A fundação de qualquer misericórdia passava obrigatoriamente por um pedido ao rei, com o objectivo de basear a sua vida institucional no compromisso da Misericórdia de Lisboa, colocar-se sob protecção régia e obter, sempre que possível, os privilégios e regalias concedidos a esta, ajustados, logicamente, à realidade específica de cada burgo.

Os primitivos compromissos, regra geral, limitavam-se a adoptar o *Compromisso da Confraria da Misericórdia de Lisboa*, como aconteceu, por exemplo, com o compromisso da Misericórdia de Chaves, de 1525. O compromisso da Misericórdia de Lisboa, reformado em 1618, passou a ser adoptado pelas misericórdias então existentes, e por aquelas que daí em diante foram criadas.

A definição, composição e obrigações do corpo dos irmãos, o modo de aceitação e expulsão dos mesmos, a regulamentação das eleições para os órgãos directivos, suas competências e dias de reunião, encontravam-se fixados pelo respectivo Compromisso.

Vejamos o que se passa quanto a Vila Real.

2.1. Os primeiros compromissos (séculos XVI-XVIII)

Embora a Misericórdia de Vila Real fosse dotada, aquando da sua fundação no primeiro quartel do século XVI, de compromisso próprio, a verdade é que, como noutras instituições congéneres, desconhecemos qualquer original ou cópia do mesmo. Não estranhemos que assim seja, uma vez que são muito raros os documentos quinhentistas quanto à Misericórdia de Vila Real, sonogados ou destruídos, como os seus provedores, já no século XVIII, lamentavam.

Porém, temos várias fontes do século XVII que se referem ao primeiro compromisso, particularizando, até, no que diz respeito a eleições e admissão de irmãos, os títulos daquele que cobriam tais actos. À semelhança do que aconteceu com outras misericórdias do Reino, esse compromisso foi reformado durante o período filipino, adoptando o compromisso da Misericórdia de Lisboa, de 1618. Outros documentos, contudo, dos séculos XVIII e XIX, mencionam como modelos inspiradores do compromisso da Misericórdia de Vila Real, os compromissos das misericórdias de Caminha e de Viana do Castelo.

A memória paroquial de São Dinis de Vila Real, de 1758, regista que a Misericórdia de Vila Real se regia “pelo Compromisso de Caminha, que lhe foi concedido *ad instar*” e que a eleição dos provedores e mais irmãos da Mesa se efectuava “pelo costume das pautas que instituiu o mesmo Compromisso”. Ora, o Compromisso de Caminha imediatamente anterior a 1758, que data de 1733, é uma cópia do Compromisso de Lisboa, de 1618, embora aligeirado de boa parte dos capítulos que diziam respeito especificamente à Santa Casa da capital do Reino.

São estes, pois, os compromissos (em última instância, o Compromisso de Lisboa de 1618), que estruturaram e regularam o funcionamento e a actividade da Misericórdia de Vila Real até meados do século XIX.

Que razões terão levado esta Instituição a seguir o Compromisso de Caminha? Pensamos que esta adopção teve a ver com as relações existentes entre as duas vilas e com a dimensão das irmandades das duas misericórdias.

Caminha foi doada à Casa dos marqueses de Vila Real em 21 de Dezembro de 1499.²⁰ Mais tarde, o sexto marquês de Vila Real, Miguel Luís de Meneses, recebeu de Filipe III de Portugal, por carta de 14 de Dezembro de 1620, o título de duque de Caminha.

Caminha tornou-se, assim, cabeça de ducado, abrangendo o marquesado de Vila Real, o que desenvolveu ainda mais as relações entre os dois municípios e as instituições de cada um deles, sob o mesmo senhorio – a Casa dos duques de Caminha terminou com a morte do seu segundo

duque e oitavo marquês de Vila Real, Miguel Luís de Meneses, acusado, juntamente com o seu pai, D. Luís de Noronha e Meneses, de ter participado na conjura contra D. João IV.

Com efeito, pelo menos duas figuras ligadas à Casa de Vila Real no século XVI desenvolveram actividades notórias em Caminha, assumindo o cargo de provedores da sua Misericórdia, a saber, André de Noronha e Baltazar da Nóbrega.

André de Noronha, último abade da igreja matriz de Caminha, da apresentação da Casa de Vila Real, bispo de Portalegre em 1560, assumiu o cargo de provedor da Misericórdia de Caminha em 1556-1557. Em 1557, André de Noronha foi substituído no cargo de provedor por Pedro de Abreu, e em 1561 patrocinou a construção do convento franciscano feminino, com invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, em Caminha.²¹ Baltazar da Nóbrega, nascido em Vila Real, foi o primeiro reitor da igreja matriz de Caminha²² e assumiu o cargo de provedor da Misericórdia desta vila em 1577.²³

À Casa de Vila Real pertenceu também a apresentação de várias freguesias de Caminha: de Santiago de Cristelo, abadia; Santa Maria de Gontinhães, abadia do ordinário com alternativa do rei; Santa Maria de Riba de Âncora, vigararia; São João Baptista de Agra, reitoria; e Santa Eulália de Venade, abadia.²⁴

Por outro lado, a dimensão das irmandades justificava que o modelo do compromisso de Caminha estivesse mais próximo da realidade vila-realense.

Tudo isto ajuda a explicar que, graças à Casa de Vila Real, aos contactos estabelecidos pelas duas misericórdias nos séculos XVI e XVII, e a um certo paralelismo existente entre as duas irmandades, o compromisso desta viesse a adoptar como modelo o de Caminha, o qual por sua vez, no que dizia respeito à estrutura orgânica, eleições e obrigações dos irmãos, decalcava o Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, reeditado várias vezes (1674, 1704, 1739, 1745 e 1749), e que vigorou até 1834, servindo de modelo às misericórdias do Reino.

Contudo, em 1835, um documento intitulado *Misericórdia Vila Real*, existente na Torre do Tombo, a propósito de uma denúncia do deputado José Cabral Teixeira de Moraes quanto à ilegalidade da eleição da Mesa daquela Casa por não ter sido feita de acordo com o Compromisso da Misericórdia de Lisboa, que então servia de modelo a todas as outras instituições congéneres do Reino, refere, de acordo com a indicação que recebera da Santa Casa, que a eleição, “pelo diminuto número de irmãos, foi conforme à de Viana, como sempre se tem praticado”, “constante prática que de há tempos imemoriais costuma a Irmandade praticar”, “que há mais de cem anos se tem aqui constantemente seguido, ainda não teve mais que duas únicas alterações, em diversos tempos praticadas, e logo pela mesma prática desmentidas e abandonadas”.²⁵

Como se explica que esta fonte indique Viana e não Caminha quanto à inspiração do Compromisso da Misericórdia de Vila Real? Imprecisão por parte da Mesa liberal de 1835, baseada numa tradição que confundia Viana com Caminha, municípios limítrofes do Alto Minho?

A natureza eclesiástica e rigorosa da informação de 1758, e a análise comparativa do Compromisso da Misericórdia de Caminha com as práticas usadas no século XVIII pela Misericórdia de Vila Real quanto a eleições, levou-nos a decidir por Caminha e a considerar que a alusão a Viana releva de uma memória deturpada, por parte da Mesa da Casa da Vila Real, que já não identificava, com rigor, a origem do modelo do seu compromisso. O compromisso de Caminha adoptado pela Misericórdia de Vila Real apresenta-se estruturado em 18 capítulos:

Capítulo 1.º <i>Do número e qualidade dos irmãos</i>	Capítulo 5.º <i>Do modo como hão-de servir os irmãos eleitos</i>	Capítulo 10.º <i>Do visitador de escolas</i>	Capítulo 15.º <i>Da procissão dos Passos</i>
Capítulo 2.º <i>Das obrigações dos irmãos</i>	Capítulo 6.º <i>Do provedor</i>	Capítulo 11.º <i>Das coisas que a Mesa não pode fazer sem a Junta</i>	Capítulo 16.º <i>Da procissão da Quinta-feira Santa</i>
Capítulo 3.º <i>Das causas por que podem ser despedidos os irmãos</i>	Capítulo 7.º <i>Do escrivão</i>	Capítulo 12.º <i>Dos definidores, ou Junta</i>	Capítulo 17.º <i>Dos enterramentos</i>
Capítulo 4.º <i>Do modo que se há-de ter no fazer a eleição dos irmãos</i>	Capítulo 8.º <i>Do tesoureiro</i>	Capítulo 13.º <i>Dos capelães</i>	Capítulo 18.º <i>Do compromisso particular que tem esta irmandade</i>
	Capítulo 9.º <i>Do mordomo dos presos</i>	Capítulo 14.º <i>Do modo como se hão-de aceitar os testamentos</i>	

COMPROMISSO
DA MISERICORDIA
DE LISBOA



Carta de Compromisso de 1513

EM LISBOA

DE FERNÃO ALBUQUERQUE

Frontispício do Compromisso da Misericórdia de Lisboa

Analisemos pois, qual a composição, de que forma se encontrava estruturada e o funcionamento da Misericórdia de Vila Real entre os séculos XVI e XVIII.

Irmãos

O número original de irmãos da Misericórdia de Vila Real terá sido de 150, conforme se refere em documento de 1588 – “os cento e cinquenta irmãos que na dita irmandade costumava haver” –, recrutados entre as pessoas de vida sã, zeladoras dos mandamentos, ao serviço de Deus e da confraria.

Desde cedo, porém, surgiram problemas quanto ao número e qualidade social e moral dos irmãos da confraternidade de Vila Real. Da provisão régia de 24 de Novembro de 1588, dirigida ao provedor de Lamego, consta que o novo provedor da Misericórdia de Vila Real lamentava que, em anos anteriores, se tivessem admitido “por irmãos algumas pessoas que não tinham as qualidades do compromisso” e que o livro de registo dos mesmos tinha sido queimado por tal razão. Foram dadas instruções ao provedor para, com a Mesa da Misericórdia, fazer um “livro novo”, em que se assentariam 150 irmãos “os mais desocupados que puder ser para servirem nos ministérios da Casa para que forem eleitos”, e que tivessem as “qualidades do compromisso”.

Tratou-se de uma decisão de natureza institucional, que teve em consideração apenas as razões que refere, ou, pelo contrário, de uma decisão política, no sentido de afastar – como pretende Adelino Samardã, não nos dando, contudo, provas da conclusão a que chegou –, “todos os elementos de insubordinação ou revolta contra a usurpação”?

Uma provisão régia de 20 de Setembro de 1716 refere que “a dita Irmandade se erigiu em número de oitenta irmãos nobres e oitenta irmãos mesteres, número verdadeiramente adequado para a grandeza da terra”, mas que, por provisões régias passadas no século XVII, o seu número aumentara significativamente.

Documento n.º 3 - Traslado da provisão régia de 20 de Setembro de 1716, na qual se determina que a Misericórdia de Vila Real conserve o número de irmãos em 80 nobres e 80 mecânicos (1717)

Provisão por onde Sua Majestade há por bem se conserve o número dos irmãos com que foi criada esta Irmandade da Misericórdia desta Vila Real, a qual mandou vir, sendo provedor o irmão Francisco Pinto Pereira, em o ano de 1717.

D. João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d’Aquém e d’Além Mar em África, senhor de Guiné, etc. Faço saber que havendo respeito ao que me representou por sua petição Francisco Pinto Pereira, provedor e mais irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, em razão de que a dita Irmandade se erigiu em número de oitenta irmãos nobres e outros tantos mesteres, número verdadeiramente adequado para a grandeza da terra, e que enquanto a Irmandade se conservava neste estado tivera respeito e estimação, e hoje, pelo contrário, não tinha nenhuma, pelo grande número de irmãos que os provedores passados acrescentaram com provisões passadas nos anos de mil e seiscentos sessenta e cinco e outros, além de outra mais antiga, com que tinha hoje a dita Irmandade oitenta irmãos mais dos que com que fora criada, do que resultava grande prejuízo àquela Santa Casa, pois não tinha outro rendimento mais que o da tumba, e como a maior parte dos moradores da dita vila eram irmãos, ficava muito diminuto o rendimento da tumba pelo grande excesso de irmãos, além de que pelo mesmo excesso se proviam uns e outros lugares em pessoas insuficientes, do que escandalizava a maior parte da Irmandade no ano de mil seiscentos noventa e nove, se farão riscando em mesa e se seguiu daqui o fechar-se as portas a dita Santa Casa e não haver quem quisesse ser provedor, pedindo-me lhes fizesse mercê conceder provisão para que os provedores da dita Santa Casa, de hoje em diante, não possam prover os lugares que forem vagando, até se reduzir a irmandade ao número de oitenta irmãos nobres e oitenta mesteres com que principiara.

E visto o que alegam e informação que se ouve pelo ouvidor de Vila Real, hei por bem de fazer aos suplicantes a mercê que pedem, para que daqui em diante se observe a primeira instituição da dita Santa Casa da Misericórdia, não se aceitando mais irmãos, até se não reduzir ao número de cento e sessenta irmãos com que foi criada esta Irmandade, ficando esta obrigada a mandar dizer certo número de missas pelos irmãos que faleceram a que eram obrigados os irmãos providos nos lugares dos que faleciam, para que desta sorte fiquem sem prejuízo as almas dos irmãos defuntos que foram aceites com este encargo.

Pelo que mando ao provedor e ouvidor da comarca e as mais justiças a que o conhecimento disto pertencer, cumpram e guardem esta provisão inteiramente como nela se contém, e pagarão de novos direitos quinhentos e quarenta réis que se carregarão ao tesoureiro deles, a folhas 203v do livro 40 de sua receita, e se registou o conhecimento no livro 40 do Registo Geral a folhas 286. El Rei Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pelos doutores Gregório Pereira Fidalgo da Silveira e Luís Guedes Carneiro, ambos do seu Conselho e seus desembargadores do Paço. Francisco Taveira a fez. Em Lisboa, a vinte de Setembro de 1716. Pagou-se de feito quatrocentos réis. Luís Paulino da Silva a fez escrever. Gregório Pereira Fidalgo da Silveira. Luís Guedes Carneiro. José Galvão de Lacerda.

Por resolução de Sua Majestade de 9 de Setembro de 1716, em consulta do Desembargo do Paço, em observância da lei de 24 de Julho de 1713...

Lisboa, 5 de Outubro de 1716. Inocêncio Correia de Moura. Cumpra-se e registre-se. Vila Real, de Junho 14 de 1717. Távora.

A qual provisão eu, José Botelho de Fonseca Machado, escrivão desta Santa Casa em ausência do escrivão actual, D. João de Macedo Soto Maior, trasladei aqui bem e na verdade da própria a que me reporto e a tornei a entregar ao provedor Francisco Pinto Pereira e de como a recebeu assinou aqui. E por verdade me assino em esta Vila Real, aos 21 de Junho 1717.

José Botelho de Fonseca Machado.

O provedor, Francisco Pinto Pereira.

João Pinto Teixeira.

Luís Vieira Coutinho.

Diogo de Niza.

António de Lemos de Queirós.

Ambrósio Carneiro.

Manuel Rodrigues Campelo.

Francisco da Costa Pinto.

Francisco Fernandes.

Madureira.

João Rodrigues Passos.

Entendeu esta Mesa que era conveniente à Casa o alcançar-se a provisão acima, visto o estado a que esta Irmandade chegou pelo excesso de irmãos. E na petição consta as causas que para isso houve, por onde é escuso relatá-las neste termo. E esperamos dos senhores provedores vindouros que lhe não desagradem esta nossa determinação e façam por conservarem o que el-Rei, que Deus guarde, nela ordena, e se lhe parecer, contra [o] acima, o mandarem dizer as missas das Chagas pelos irmãos que forem falecendo, podem replicar ao Desembargo do Paço, mandando um traslado do termo que está neste cartório, por onde em Mesa, no ano de [seis]centos e sessenta assentaram que pelos irmãos defuntos se mandasse dizer estas missas das Chagas e os que entrassem nos seus lugares as pagasse[m], e agora que não há novos entrantes não devem mandar dizer, pois é conveniente a Irmandade não os haver e a Casa não ter rendimentos para elas; porém, os senhores provedores, sem réplica ao Desembargo do Paço as deve mandar dizer como esta Mesa o fez. A qual declaração fiz eu, José Botelho de Afonseca Machado, escrivão desta Santa Casa o escrevi e assinei, com o irmão provedor e mais irmãos da Mesa abaixo assinados.²⁶

(Fonte: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V.* Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2007, vol. 6)

Por exemplo, o alvará régio de 17 de Outubro de 1685 autorizou “a incorporação de mais 20 irmãos, dos que estavam estipulados no seu primitivo compromisso”²⁷, como antes tinha acontecido com uma provisão de 1665.

Na ausência do compromisso fundacional, podemos adiantar que o número de irmãos terá sido de 150 – 75 nobres e 75 mesteres ou irmãos de “segunda condição” –, e que progressivamente, o seu número cresceu para os 160, 180, chegando em 1717 a 240, número que levará a que a Irmandade deixasse de ter “respeito e admiração” na vila, provendo-se “uns e outros lugares em pessoas insuficientes”, e provocando “grande prejuízo”, uma vez que o “rendimento da tumba”, o único rendimento da Misericórdia, baixara consideravelmente, já que a maior parte dos moradores de Vila Real eram irmãos, beneficiando, assim, gratuitamente do enterro.

A situação chegara a tal ponto que, em 1699, após numerosos irmãos terem abandonado a Irmandade, a Santa Casa deixou de ter quem servisse as funções de provedor, chegando a fechar temporariamente as suas portas.

A lista dos provedores levantada não nos permite apreender as dificuldades sentidas pela Misericórdia nos últimos anos do século XVII, mas provavelmente relacionado com esta situação está o facto de, em 20 de Janeiro de 1697, sendo provedor João de Carvalho Pinto, terem sido restituídos aos lugares de que tinham sido riscados, seis irmãos nobres. E ainda, o facto de, em 1708-1709, aparecerem informações relativas a quatro provedores que se teriam sucedido nesse ano económico.

A partir de 1717, o número de irmãos estabilizou nos 160, assim se mantendo até ao século XIX.

Dos irmãos da Misericórdia, desde o século XVII, faziam parte, regra geral, o ouvidor da comarca de Vila Real e o juiz de fora do mesmo concelho, de forma a valorizarem e enobrecerem a Instituição, e que, por determinação régia, entravam imediatamente a partir do momento em que passavam a exercer tais funções.

O conjunto dos irmãos nobres era integrado por nobres propriamente ditos, de linhagem, com direito ao “dom”, pela nobreza local, mas também por elementos da média burguesia e que eram enobrecidos em virtude da sua profissão, como sacerdotes, advogados, proprietários, etc.

No âmbito dos irmãos “oficiais”, “mesteres”, “mecânicos” ou “de segunda condição”, entravam os representantes das diferentes profissões, ou seja, os mestres ou aqueles que tinham atingido já um certo estatuto socioeconómico, sendo proprietários de lojas e oficinas, e que soubessem ler e escrever. Na lista dos irmãos da Misericórdia de Vila Real, aparecem-nos representadas, neste grupo, as mais diversas profissões (alfaiates, carpinteiros, escrivães, ferradores, moleiros, pedreiros, picheiros, sangradores, sapateiros, serralheiros, etc.).

No quadro da hierarquizada sociedade portuguesa de Antigo Regime, dividida em ordens (ou classes, como outros pretendem), importa sublinhar que as misericórdias funcionavam como instituições promotoras de uma certa superação das rígidas clivagens sociais, demonstrando no seu governo e funcionamento uma estreita cooperação entre a nobreza, o clero e o povo, através dos “irmãos nobres” e dos “irmãos mecânicos” ou “mesteres” – embora os cargos mais importantes da Misericórdia (provedor, escrivão e tesoureiro) fossem providos por irmãos nobres.

Esta distinção entre irmãos nobres e irmãos mesteres, típica do Antigo Regime, só irá desaparecer, quanto à Misericórdia de Vila Real, com o novo Compromisso de 1865.



Varas dos Irmãos da SCMVR (pormenor)



D. João V, que em 1716 fixa o número máximo de irmãos da SCMR em 80 nobres e 80 mecânicos

Documento n.º 4 - Irmãos nobres e mesteres da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real em 1717***Irmãos nobres***

Afonso Botelho Correia, de Souto de Escarção	Frutuoso de Matos Coelho	Luís da Silveira
Agostinho Rabelo, de São Martinho de Mateus	Gonçalo de Azevedo, licenciado	Luís de Ataíde Pimentel
Alexandre de Magalhães Teixeira	Jacinto de Mesquita Botelho	Luís de Mendonça Cabral
André Correia da Mesquita	Jerónimo Correia Botelho	Luís Teixeira Botelho
André de Mesquita Carneiro	Jerónimo Teixeira de Lacerda	Luís Teixeira de Magalhães
André de Morais Sarmento	João Botelho de Lacerda, doutor	Luís Vieira Coutinho
André Lobo Barbosa	João Correia Botelho, de Abambres	Manuel Alves Ribeiro, doutor
André Teixeira de Macedo, reitor de Passos	João Correia da Carua	Manuel Borges de Castro
António Alves da Nóbrega	João Correia da Mesquita	Manuel Correia Calvo
António Alves Nogueira, licenciado	João Correia da Mesquita, da vila de Lordelo	Manuel Correia de Carvalho
António Botelho Correia	João Correia da Silva, licenciado	Manuel da Assunção da Rocha, doutor
António Botelho Mourão	João Correia de Quintela	Manuel da Silva Tenebres
António Correia Pinto, licenciado	João da Fonseca	Manuel de Bessa Correia, de Parada de Pinhão
António Cristóvão da Costa	João de Barros Leitão	Manuel de Vasconcelos de Castelo Branco
António da Mesquita Pimentel	João de Macedo Souto Maior, dom	Manuel Fernandes da Fonseca
António de Araújo Carneiro	João de Meireles Rocha	Manuel Ferreira Fraga, licenciado
António de Figueiredo e Barros	João de Mendonça Cabral	Manuel Pereira de Lemos
António de Lemos de Queirós	João Martins Fraga, licenciado	Manuel Pereira Frazão
António Fernandes de Figueiredo	João Pinto Teixeira	Manuel Pinto de Carvalho
António Teixeira Lobo Barbosa	João Taveira de Magalhães	Manuel Ribeiro de Figueiredo
Bernardo Correia da Mesquita	João Taveira Pimentel	Manuel Taveira de Macedo
Caetano de Távora Cardoso de Meneses	João Teixeira Lobo Barbosa	Manuel Teixeira Botelho
Diogo da Cunha, de São Martinho de Anta	Jorge de Lucena de Almeida	Matias Alves Mourão
Diogo Diniza da Mesquita	Jorge Guedes, de Penaguião	Matias Alves Mourão, licenciado
Duarte de Macedo Souto Maior, dom	José Borges da Costa	Matias Fernandes, doutor, de Ponte de Lima
Duarte Teixeira da Fontoura	José Botelho da Fonseca Machado	Miguel Diniza Pereira
Felizardo de Morais e Vasconcelos	José Botelho de Sousa	Miguel Pereira Pinto do Lago
Francisco Botelho Monteiro de Lucena	José Botelho do Amaral	Nicolau Gomes Peixoto, doutor
Francisco Jorge de Figueiredo	José Correia da Mesquita, reverendo	Pantaleão da Cunha Correia
Francisco José de Meneses	José Ferreira de Oliveira	Patrício Lopes Videira, licenciado
Francisco Machado Botelho	José Manuel de Queirós	Paulo de Araújo
Francisco Machado de Mendonça, de Galafura	José Moutinho de Aguiar, licenciado	Pedro Correia Botelho, de Vila Nova
Francisco Pinto do Amaral	José Pinto de Azevedo, licenciado	Pedro Teixeira de Azevedo
Francisco Pinto Pereira	José Taveira da Mesquita	Sebastião Teixeira Botelho
Francisco Soares de Mendonça	José Teixeira de Melo e Castro	Tomás Alves Jordão, licenciado
Francisco Xavier Coutinho	Luís Alves de Figueiredo, bispo da Bahia	Tomás Ribeiro de Carvalho
	Luís Correia Botelho, abade de São Pedro	
	Luís da Mesquita Pimentel	

Irmãos mesteres

Alberto Pires	Francisco Ferreira, ferrador	Manuel Alves da Mota
André Martins Rubião	Francisco Gonçalves Tarefa	Manuel Alves, pedreiro
António Carneiro Pinto	Francisco Pereira	Manuel Coelho Rego
António de Gouveia	Francisco Rodrigues Banha	Manuel Coelho, carpinteiro
António de Matos	Francisco Rodrigues Galo	Manuel Coelho, correio
António Fernandes Cambito	Gaspar de Sousa	Manuel Coelho, sapateiro
António Fernandes de Azevedo	Gaspar Ferreira	Manuel da Silva, sangrador
António Lourenço, picheleiro	Gonçalo Rodrigues Baía	Manuel de Figueiredo
António Martins, alfaiate	Gonçalo Rodrigues, da Travessa	Manuel de Siqueira
António Monteiro Ferreira	João Botelho Moreira	Manuel Fernandes Coelho
António Mourão	João Coelho da Rosa	Manuel Fernandes da Fonseca
António Nunes, sombreiro	João de Aranha Moreira	Manuel Fernandes Pendão
António Pereira da Costa	João de Azevedo	Manuel Gonçalves Rubião
António Rodrigues, serralheiro	João de Azevedo, alfaiate	Manuel Gonçalves, sacristão
Ascânio Barbosa	João de Seixas da Silva	Manuel Lourenço
Damião Gomes	João Francisco Cana	Manuel Machado
Diogo Alves da Fonseca	João Guedes da Rosa	Manuel Mourão, cirieiro
Diogo Gomes, pedreiro	João Lourenço	Manuel Pereira Botelho
Diogo Moreira	João Lourenço, mercador	Manuel Pereira, “flachupano”
Domingos Alves Coelho	João Monteiro Cardoso	Manuel Pinto
Domingos Alves Tourão	João Pereira Lobo	Manuel Ribeiro de Carvalho
Domingos Borges da Fonseca	João Pereira, alfaiate	Manuel Rodrigues “Palhaço”
Domingos Coelho, carpinteiro	João Rodrigues “Panasco”	Manuel Rodrigues Campelo
Domingos Correia, picheleiro	João Soares	Manuel Rodrigues Cartageno, o novo
Domingos da Costa, alfaiate	José Borges	Manuel Rodrigues Cartageno, o velho
Domingos da Costa, sangrador	José Correia	Manuel Rodrigues Techo
Domingos de Barros	José Fernandes de Sousa	Manuel Rodrigues, cirieiro
Domingos Gonçalves Rubião	José Ferreira, mercador	Manuel Soares
Domingos João, sapateiro	José Monteiro Alves	Mateus Gonçalves, carpinteiro
Domingos Luís	José Nunes	Miguel Rodrigues
Domingos Nunes, moleiro	José Pereira Mourão	Paulo Ferreira
Domingos Pereira Tarefa	Luís Alves Diabrete	Pedro Alves da Costa
Domingos Pereira Taveira	Luís Carvalho	Pedro da Costa
Domingos Ramalho	Luís Fernandes	Silvestre Alves
Francisco Botelho, alfaiate	Luís Pereira Camões	
Francisco da Costa, escrivão	Luís Teixeira Pais	
Francisco de Matos da Cruz	Manuel Alves Carçoço	
Francisco Fernandes	Manuel Alves Coelho	

Número de irmãos nobres que faleceram desde o dia de Santa Isabel de 1716 a outro tal dia deste ano de 1717, sendo provedor desta Santa Casa Francisco Pinto Pereira, os quais lugares se não proveram para dar cumprimento a provisão de Sua Majestade que Deus guarde, inserta acima

Luís Pereira Pinto de Meneses

Manuel Pinto Soares

Raimundo de Mesquita Pimentel

João Monteiro da Mesquita

Título dos irmãos nobres que faleceram neste ano de 1717 e findou em outro tal dia de 1718, sendo provedor Pantaleão da Cunha do Amaral

Luís de Ataíde Pimentel

Miguel Pereira Pinto do Lago

Número de irmãos mesteres que faleceram este ano desde o dia de Santa Isabel de 1716 até outro tal dia de 1717, sendo provedor Francisco Pinto Pereira, os quais lugares não proveu para dar cumprimento à provisão de Sua Majestade

Tomé Francisco

Domingos Alves Chaves

José Gomes

Francisco Rodrigues Montês

Manuel Teixeira Braguês

Título dos irmãos mesteres que morreram este ano de 1717 que findou em 1718, sendo provedor Pantaleão da Cunha do Amaral

Manuel da Mota

Manuel Rodrigues, cerieiro

António Monteiro

Luís Pereira Camões

Mateus Gonçalves, "o fardo"

(os que se seguem faleceram em 1721-1722)

António Mourão

Francisco Botelho, alfaiate

Manuel Rodrigues Cartageno

Miguel Rodrigues

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, livro 126)

A Irmandade

A Irmandade era constituída por todo o conjunto de irmãos. De acordo com o compromisso de Caminha adoptado pela Misericórdia de Vila Real, devia reunir-se obrigatoriamente nos dias solenes, ou seja, no primeiro dia de Julho à tarde, "véspera da Visitação de Nossa Senhora", ou no dia 2 de Julho, em que procediam à eleição dos eleitores da Mesa e Junta dos conselheiros; nos ofícios por todos os irmãos defuntos; na Quinta-feira de Endoenças, para acompanharem a procissão dos Penitentes; e na Sexta-feira da Paixão, de manhã, para a procissão desse dia que saía da Matriz, para acompanhar o Senhor ao sepulcro "como se costuma nesta vila". Deviam ainda comparecer sempre que convocados pelo provedor ou pela Mesa, para tratar de assuntos da Instituição e, por fim, nas cerimónias fúnebres dos irmãos da Misericórdia, ou de seus parentes próximos.

Condições para a aceitação de irmãos

Uma das condições estabelecida no compromisso para ser irmão da Misericórdia de Vila Real era a sua domiciliação na vila e seu termo. Não se aceitavam como irmãos os que tivessem cometido delitos graves julgados pela justiça. Todos os irmãos deviam ter rendas próprias e meios de se “sustentarem comodamente para que a necessidade o não obrigue a se aproveitar do que correr por suas mãos”.

Os irmãos ausentes por longos períodos de tempo eram riscados e substituídos.

Procedimentos de admissão, expulsão dos irmãos e reuniões a que eram obrigados

Os irmãos que pretendiam entrar na Misericórdia estavam sujeitos à apresentação prévia do provedor e oficiais da Mesa, que procediam a votação secreta, por feijões brancos e pretos. A aprovação era seguida de juramento perante o provedor, sendo redigido um termo de aceitação, normalmente registado em livro próprio.

Documento n.º 5 - Termo de entrada de irmão nobre, ilustríssimo e excelentíssimo António Maurício Pereira Cabral, bacharel formado em Direito, fidalgo cavaleiro da Casa Real, e governador civil do distrito de Vila Real

Aos seis dias do mês de Março de mil oitocentos e sessenta e dois, nesta Vila Real, e Sala das Sessões da Santa Casa da Misericórdia, estando reunidos o provedor e mesários abaixo assinados, se mandou lavrar termo de irmão nobre ao ilustríssimo e excelentíssimo governador civil deste distrito, o doutor António Maurício Pereira Cabral, na conformidade da Provisão do Desembargo do Paço, que assim o determina.

Depois do que se lhe deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, em que prometeu cumprir, e guardar em tudo o velho e novo compromisso e actas, e estatutos desta Irmandade, e assinou com o dito provedor e mesários. E eu, padre Manuel Lopes de Carvalho Lemos, secretário, o fiz escrever.

António Maurício Pereira Cabral

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real – SCMVR/E/001/Livro124)

Os irmãos podiam ser expulsos sempre que provocavam conflitos ou perturbavam a regular actividade da confraria; quando a sua conduta pessoal resultasse em escândalo, dando mau exemplo; quando ofendessem outro irmão, em acto da Irmandade; quando desobedecessem ao provedor ou à Mesa, sem legítima causa, nomeadamente, quanto às funções de que eram incumbidos, ou quanto às obrigações que lhes eram determinadas nas cerimónias da Quaresma e da Semana Santa; quando fossem condenados pela justiça, por crime cometido, não havendo lugar à suspensão da execução da pena; quando violassem o sigilo a que estavam obrigados na eleição ou em questões internas da Confraria; quando se mostrassem parciais no processo eleitoral, obtendo vantagens pessoais, e em confirmado exercício de suborno a seu favor; em caso de omissão da receita e despesa, enquanto tesoureiros ou escrivães, tirando vantagens para si dos negócios feitos em nome da Casa; finalmente, quando, ao serviço da Casa, procedessem com escândalo, desrespeitando os ofícios de que estavam encarregados.

Os membros da fraternidade eram obrigados a deslocarem-se à Igreja da Misericórdia para o acompanhamento dos irmãos falecidos ou seus familiares, na quinta e sexta-feira da Semana Santa, e no dia da eleição do provedor e mesários.

Documento n.º 6 - Termos de expulsão de irmãos da Misericórdia de Vila Real

1798.3.7 – *O irmão oficial Manuel António Vilela foi riscado, por se ter tomado em consideração o “desprezo com que trata os avisos desta Mesa, já insultando o irmão do mês”.*

1821.12.15 – *Entrou como irmão mister José Bento de Oliveira, de Vila Real, em substituição de Joaquim Correia Nunes, também de Vila Real, por se achar de idade avançada. “Este termo foi riscado por ter feito um roubo ao nosso irmão provedor Freitas”.*

1822.2.13 – *Entrou como irmão oficial Joaquim José de Freitas, de Vila Real. Este irmão foi riscado “por desobediência à Mesa e não querer ir de Profeta”.*

1824.1.12 – *“Termo de se riscar o irmão mister José Bento de Oliveira, de Vila Real, por ter feito um roubo ao irmão provedor de uma pouca de prata na sacristia da Capela do Hospital da Divina Providência”.*

1824.5.8 – *“Termo que se mandou lavrar [...] fossem riscados os irmãos, o reverendo Luís Teixeira Gonçalves e Francisco Carneiro de Carvalho [...] o reverendo Luís Teixeira Gonçalves [porque] se tinha recusado a fazer o Passo do Hospital Velho [...] e Francisco Carneiro de Carvalho, sendo demandado como fiador de um nosso devedor por assinação de dez dias, se opôs com embargos sem que tivesse pago o dito crédito e que por este motivo ele Francisco Carneiro de Carvalho se reputara por nosso inimigo e de toda a nossa Irmandade”.*

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, livros 123 a 126)

Composição, eleição e obrigações da Mesa da Misericórdia de Vila Real

A constituição e a forma de eleição da Mesa da Misericórdia de Lisboa, ou seja, do órgão de administração da Casa, no Compromisso de 1500, formado por 12 irmãos eleitos anualmente, acabaram por definir os procedimentos que regularam os compromissos das restantes misericórdias do Reino quanto a esta matéria, os quais se mantiveram em vigor até 1834.

No século XVIII, o processo eleitoral do órgão executivo da Misericórdia de Vila Real – provedor, escrivão, tesoureiro e mais irmãos da Mesa –, aparece perfeitamente definido.

A eleição tinha lugar em Julho, na véspera ou dia da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel, a 1 ou 2 desse mês, no interior da sua Igreja. Neste espaço, o provedor dava juramento ao escrivão e tesoureiro do ano transacto e a um capelão, os quais, por sua vez, registavam os votos dos eleitores que elegiam os membros da Mesa do ano seguinte.

Os votos (utilizavam-se feijões brancos para aprovar e feijões pretos para recusar) eram recolhidos pelo escrivão e tesoureiro, que não podiam ser candidatos nem votados neste acto eleitoral. Concluído o rol dos eleitores, este era entregue ao provedor que, só no dia seguinte, 2 ou 3 de Julho, pela manhã, os revelaria, chamando os irmãos que mais votos tivessem somado para tal função. Finalmente, eram eleitos para a Mesa o provedor (nobre), o escrivão e mais irmãos que a integravam, sendo o número dos oficiais nobres igual ao dos oficiais mecânicos. De acordo com a provisão régia de 19 de Junho de 1800, não podiam integrar a Mesa os irmãos que tivessem dívidas para com a Misericórdia ou o seu Hospital.

Este princípio, contudo, já implícito nos compromissos anteriores não foi seguido por várias vezes. Em 1822, dezenas de irmãos obrigaram a que se procedesse, em conformidade com a lei, mas os abusos continuaram, de tal modo que constituíram o factor determinante para a nomeação da primeira Comissão Administrativa da Santa Casa, em 1842.

Tanto as eleições como as reuniões da Mesa eram efectuadas na Igreja da Misericórdia. A partir de inícios do século XIX, as reuniões passaram a ser realizadas, embora nem sempre, na Casa do Despacho do seu Hospital.

Documento n.º 7 - Provisão régia excluindo da Mesa da Misericórdia de Vila Real os irmãos devedores (1800)

Dom João por graça de Deus príncipe regente de Portugal, e dos Algarves de aquém e de além-mar em África, da Guiné. Faço saber a vós corregedor da comarca de Vila Real, que havendo-lhe suplicado prontas providências o provedor e irmãos da Mesa actual da Misericórdia dessa mesma vila em benefício e aumento de fervor e zelo com que haviam levantado da ruína e restabelecido aquela pia corporação que estava como extinta e fechada a sua Igreja, estabelecendo de comum acordo o modo da pronta arrecadação e prudente despesa das rendas e esmolas que fossem apurando, promovendo o dito restabelecimento e reanimação da predita Misericórdia e estabelecendo um hospital, que não havia, com tudo o necessário para a cura de seis enfermos permanentes, e promovendo à sua própria custa demandas necessárias e até fazerem um tombo em que se continuava.

E havendo-lhe informado sobre o referido pelo provedor da comarca de Lamego, com audiência dos interessados, que nada responderam, e do procurador da coroa. E para acautelar o prejuízo da dita Santa Casa da Misericórdia, hei por bem que sejam excluídos dos cargos da Mesa dela, os irmãos que forem devedores, ou tiverem demandas com a mesma Casa, e vos ordeno que assistais às eleições e na vossa falta o juiz de fora dessa mesma vila. O que cumprireis e fareis executar.

O príncipe nosso senhor, o mandou pelos ministros abaixo assinados do seu conselho e seus desembargadores do Paço. Joaquim José Pinto a fez em Lisboa a dezanove de Junho de 1800 anos. Gonçalo José da Costa de Soto Maior a fez escrever = José Bernardo da Gama Ataíde = Manuel Nicolau Esteves Negrão = Por despacho do Desembargo do Paço de 18 de Junho de 1800.

*Cumpra-se e registre-se. Vila Real, seis de Outubro de 1800 = Coelho =
Registada no livro sétimo desta Correição a fólho 107, Vila Real 23 de Abril de 1802 = Monteiro =*

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*)

Documento n.º 8 - Termo de eleição da Mesa da Misericórdia de Vila Real (1694)

Em 2 de Julho de 1694, na Casa da Misericórdia, reuniu o provedor Luís Teixeira de Magalhães e irmãos da Mesa e todos os mais que se juntaram, assim nobres como mesteres, depois de se ter tangido o sino e andar a insígnia e campainha pela vila, como é costume, a chamar os irmãos para se fazer Mesa; aí foram chamados todos por seus nomes e se lhe deu a cada um o seu escrito do seu nome para eles mesmos os lançarem em seus vasos, a saber, os nobres em um e os mesteres em outro; e estando assim todos com os escritos, foi chamado um menino que os tirasse depois de muito bem revolvidos; e metendo a mão o dito menino no primeiro vaso dos nobres, saiu Melchior de Macedo Souto Maior e seu companheiro João de Araújo, alfaiate; em segundo lugar, saiu dos nobres Rodrigo de Nisa da Mesquita e para seu companheiro, Francisco de Figueiredo; e em terceiro lugar saiu dos nobres Domingos Botelho da Fonseca e seu companheiro Manuel Rebelo.

Em 3 de Julho de 1694, na missa do Espírito Santo, depois de feitas as cerimónias como é costume, se publicou a Mesa e saiu com os primeiros dois votos para provedor Francisco de Magalhães e Faria e para escrivão Neutel Correia da Mesquita; e levou os segundos dois votos para provedor João de Carneiro Pinto e para escrivão Luís Vieira Coutinho; e levou os terceiros dois votos para provedor Francisco Soares de Mendonça e para escrivão Neutel Correia da Mesquita; e levou os quatro dois votos para provedor Manuel de Queirós de Mesquita e para escrivão Manuel Correia Calvo; e para provedor levou os quintos dois votos António de Sousa Pinto e para escrivão Neutel Correia da Mesquita; e por ser na forma do Compromisso, o primeiro nomeado, o provedor eleito Francisco de Magalhães e Faria, e por levar mais votos Neutel Correia da Mesquita para escrivão.

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real – SCMVR/E/004/Livro 126)

Os irmãos da Mesa eram obrigados a estar presentes nas missas dos defuntos e nos dias de festa em que se celebravam as missas solenes. Juntavam-se regularmente aos domingos, depois de jantar, no consistório, para deliberarem sobre os assuntos da confraria, podendo ser convocados, quando o provedor assim o entendesse, para reunirem durante a semana. A convocatória da Mesa estava a cargo do provedor. Mensalmente, a um domingo ou dia santo, quatro irmãos, dois nobres e dois mesteres, eleitos anualmente, tinham como tarefa pedir esmolas para os pobres. Os irmãos oficiais estavam encarregados de fazer o peditório aos domingos e os irmãos nobres às quartas-feiras. Outra das incumbências dos irmãos da Mesa, posta em prática logo no início dos seus mandatos, era a de visitar o hospital, que, no caso de Vila Real, não existiu até finais de Setecentos, como teremos oportunidade de ver.

Sublinhe-se que, no século XVIII, assistimos a uma progressiva “democratização” do corpo dos irmãos nobres na Misericórdia de Vila Real, uma vez que a elite local, por razões que já expusemos, vai-se desinteressando da governação da Santa Casa, recusando o lugar de provedor ou de mesário – fenómeno que também ocorreu noutras misericórdias do Reino, como a de Bragança que, em 1754, obrigou a Coroa a intervir, nomeando o provedor e os mesários.

O provedor

O provedor, para além do seu estatuto de nobre e de ser pessoa “respeitada de autoridade e reputação”, era eleito de entre os irmãos que tivessem mais de 30 anos de idade – no compromisso de Lisboa, devia ter mais de 40 anos. Só podiam ser eleitos provedores os irmãos admitidos há mais de um ano na Misericórdia.

O provedor, na primeira reunião da mesa dos oficiais da Confraria, nomeava e distribuía os cargos que os mesmos deviam desempenhar, em função dos serviços estabelecidos: um oficial para a recolha de esmolas de pão pelo concelho, por altura do São Miguel; o mordomo dos presos, cargo a desempenhar por um irmão nobre; o visitador das esmolas, também reservado a um nobre; e os substitutos dos oficiais da Mesa, em caso de ausência de algum deles por motivo justificado. Da sua competência era também a administração da Casa, nomeadamente, aprovar as cartas de guia dos pobres ou enfermos que viessem de outras misericórdias e ordenar ao tesoureiro a distribuição de esmolas aos pobres.

O provedor não estava autorizado a receber o rendimento da Casa, na sua totalidade ou em parte, por pertencer ao tesoureiro essa função; não podia mandar executar despesas em dinheiro sem prévia aprovação da Mesa; não lhe competia dispensar ou admitir os capelães sem deliberação da Mesa, mas tinha legitimidade para aceitar ou despedir os “servidores”, funcionários da Casa.

Presidia a todas as Mesas e Juntas que se fizessem e dava as ordens para os acompanhamentos dos defuntos nas cerimónias fúnebres. Em caso de ausência, o provedor era substituído pelo escrivão, na ausência deste pelo tesoureiro, e no impedimento deste, pelo irmão nobre que fosse mais antigo na Confraria. No caso de ausência prolongada ou morte, o cargo era desempenhado pelo provedor do ano anterior.

Não dispomos da informação necessária para traçar o perfil do provedor da Misericórdia de Vila Real, o qual, logicamente, evoluiu ao longo dos tempos. Contudo, a leitura atenta dos seus nomes revela-nos que muitos deles pertenciam às famílias nobres de Vila Real. Nos inícios do século XIX, vários provedores eram familiares ou aparentados com os condes de Amarante, sobretudo o primeiro, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, cujo papel foi determinante para a fundação do Hospital da Divina Providência.

Curiosamente, foram poucos os provedores oriundos do clero. Pertencentes ao clero regular, temos apenas a indicação de um, e quanto a sacerdotes, registamos o actual provedor, José Gomes, o único que serviu tal cargo nos últimos cem anos.

Documento n.º 9 - Termo de juramento do provedor Luís Teixeira de Magalhães (1693)

Aos dois de Julho de mil seiscentos e noventa e três, estando em Mesa o provedor Francisco Pinto do Amaral e os mais irmãos da Mesa, à qual veio o irmão Luís Teixeira de Magalhães, provedor deste ano, que vem por promessa que fez no ano de noventa e dois, aos vinte dias do mês de Fevereiro, em Mesa, e por ele foi pedido para escrivão desta Santa Casa ao irmão, o licenciado João Martins Fraga, o que se lhe concedeu em Mesa.

João Martins Fraga



Francisco Rodrigues de Freitas,
provedor da SCMR entre
1821 e 1826

O *escrivão*, de condição nobre, “expedito no escrever”, estava impedido de fazer, por sua iniciativa, qualquer despesa. Da sua exclusiva competência era o lançamento, nos livros próprios, das despesas, receitas e acórdãos da Mesa e a assistência a todas as entregas de bens e dos testamentos feitos em favor da Misericórdia. Em caso de ausência por mais de um mês ou por morte, o cargo era entregue ao *escrivão* do ano antecedente.

O *tesoureiro* devia ser um irmão abastado e zeloso. Estava encarregado da gestão financeira da Misericórdia. Era responsável pela receita e despesa e pela arrecadação de todas as esmolas e bens deixados por testamento. Efectuava os pagamentos dos ordenados dos funcionários e capelães aos quartéis e recebia também em quartéis os juros do dinheiro aplicado. Cobrava todos os foros e rendas e executava a despesa por decisão da Mesa ou por ordem do provedor em matéria da competência deste. No fim de cada ano dava conta da receita e despesa apurada, que era fiscalizada pelo provedor e restantes oficiais da Mesa. Tinha por obrigação pagar ao mordomo dos presos as despesas que estes fizessem, bem como o pagamento das despesas decorrentes da actuação do visitador das esmolas. E estava impedido de dar ou emprestar bens da Misericórdia sem o devido consentimento da Mesa.

O *mordomo dos presos* acudia aos presos desamparados, “a primeira e principal obrigação desta Irmandade”. Para o cargo, era eleito um irmão nobre dos oficiais da Mesa. Estava-lhe reservada a função de socorrer os presos pobres e desamparados que não tivessem condições de sustento, nem forma de se defenderem perante a justiça. A sua tarefa principal para cumprimento desta obrigação consistia em pedir esmolas.

O *visitador das esmolas*, cargo que se atribuía a outro nobre da Mesa, devia pessoalmente averiguar e colher informações sobre as necessidades sentidas pelos mais carenciados – “necessidades da terra” –, de forma a supri-las satisfatoriamente em “pão, em grão, com dinheiro ou outra qualquer coisa que se houver de repartir por pobres”. Era coadjuvado nessa função por um irmão mecânico que o auxiliava também no processo de distribuição de bens.

Documento n.º 10 - Irmãos que serviram a Mesa da Misericórdia de Vila Real (1779-1780)

Provedor – António Correia Cabral

Irmãos nobres – Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto

António Botelho Correia de Queirós Pimentel

Luís de Ataíde Pimentel Castelo Branco

António Bernardo de Figueiredo

Luís Alves de Figueiredo

José Maria da Veiga Cabral Lobo de Barbosa

Jerónimo Alves Rodrigues de Sousa

Escrivão – Neutel Correia de Mesquita Pimentel

Irmãos não nobres – José Manuel de Araújo

Manuel da Silva

Cristóvão Alves dos Reis

João Pereira da Rocha

Manuel José da Veiga

Julho e Janeiro

Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto

José Manuel de Araújo

Setembro e Março

Luís de Ataíde Pimentel Castelo Branco

Jerónimo Alves Rodrigues de Sousa

Novembro e Maio

António Bernardo de Figueiredo Alves e Rocha

Manuel José da Veiga

Agosto e Fevereiro

António Botelho Correia de Queirós

Cristóvão Alves

Outubro e Abril

José Maria da Veiga Cabral

Manuel da Silva

Dezembro e Junho

Neutel Correia de Mesquita Pimentel

João Pereira da Rocha

A Mesa dispunha, também, de um corpo consultivo, a *Junta*, formado por 10 elementos, cinco nobres e cinco oficiais, os *definidores* (no Compromisso de Lisboa) ou *conselheiros* (termo mais usado nos documentos da Misericórdia de Vila Real), eleitos anualmente por toda a Irmandade. Estava-lhes reservada a função de conselheiros da Mesa nos negócios da Misericórdia, recomendando-se como condição que fossem pessoas de idade, experientes e com talento. Aos conselheiros era exigido juramento de fidelidade, sigilo e dedicação na execução das suas funções.

Apesar de os conselheiros serem eleitos, como se indicava no Compromisso, no século XVIII introduziu-se o hábito de passarem a ser escolhidos “à vontade do provedor”, levando a que dezenas de irmãos, nas eleições de 1822, exigissem que se seguisse o princípio da eleição, o que veio a ser aprovado pela Junta da Irmandade.

Este órgão, que era convocado pelo provedor, deliberava sobre matérias que ultrapassavam a competência da Mesa: aceitação de bens ou legados, pertencentes aos mandatos das Mesas anteriores; readmissão de irmãos riscados (expulsos); averiguação das situações de infracção relacionadas com dispêndios de dinheiro ou hipoteca de fazendas por conta de rendimento a auferir no futuro; empréstimos de ornamentos e prata pertencentes à Casa; sepulturas perpétuas e colocação de letreiros nas mesmas; aceitação de capelas e suas obrigações; venda ou troca de bens de raiz da Casa, fiscalização de acordos, acertos ou transacções de heranças de propriedades e outros bens feitos pelas Mesas, com características duvidosas. Acautelava ainda o cumprimento das deliberações das Mesas anteriores registadas nos livros próprios.

Sempre que se tornasse necessário tratar de um assunto que obrigasse à intervenção da Junta, o provedor devia convocar os restantes oficiais da Mesa e os dez definidores, para que, reunidos no consistório, procedessem às competentes deliberações.

A Junta podia tomar resoluções em conjunto com a Mesa, de tal forma que as suas deliberações tinham força de compromisso, mas os dois órgãos, ainda que em reunião conjunta, estavam impedidos de decidir sobre cinco temas, de acordo, aliás, com o compromisso de Lisboa:

- aumento do número de irmãos;
- alteração das condições de recrutamento dos irmãos em matéria de idade e condição social;
- empréstimos de dinheiro da Casa;
- solicitação ao papa da comutação de legados em outros bens, a não ser que fosse absolutamente necessário;
- enterramentos de pessoas que não fossem irmãos da Misericórdia, exceptuando os casos de pessoas muito ilustres que falecessem na vila.

As competências e obrigações dos *capelães* da Misericórdia, regra geral, em número de quatro (mais o capelão do Hospital, após a fundação deste, em 1796), eram também alvo de regulamentação. Além de serem “pessoas de virtude e reputação”, recomendava-se também que fossem bons cantores, acudindo com zelo às suas obrigações. Em caso de infracção, podiam ser multados ou despedidos. Estavam impedidos de mandar celebrar as missas de sua obrigação por outro clérigo que não fosse capelão da Casa.

Um dos capelães tinha a seu cargo a gestão da sacristia, ornatos do altar, limpeza do espaço. Da sua responsabilidade era também o cuidado com as alfaias, devendo dar conta das mesmas no fim do ano. Outro dos capelães estava encarregado de acompanhar os defuntos ao túmulo. Sempre que o número de missas em falta era elevado, o número de capelães podia aumentar, como aconteceu em 1826-1827, em que chegaram a sete, recebendo 10 000 réis, anualmente.

No que diz respeito a *procissões*, o compromisso estabelecia o modo como deviam ser feitas, nomeadamente, a Procissão dos Passos, que tinha lugar “na segunda ou terceira domingo da Quaresma”, a Procissão de Quinta-Feira Maior e a Procissão de Sexta-Feira da Paixão.

Quanto aos *enterramentos* dos defuntos, “uma das principais obras de Misericórdia”, estes deviam ser feitos com “decência e cristandade e com respeito devido pelas pessoas que falecerem”. A Misericórdia dispunha de três esquifes para os enterramentos, com as bandeiras respectivas, utilizados distintamente, de acordo com o estatuto social do morto. Um era reservado aos pobres do Hospital e outros defuntos que a Casa enterrava a expensas suas. O segundo estava reservado para os enterramentos de pessoas de “maior qualidade”, recebendo a Misericórdia um pagamento específico a definir. O terceiro esquife (ou “essa”, como passou a chamar-se a partir do século XIX) servia para enterrar os irmãos e seus familiares com acompanhamento da Irmandade.

Nos enterramentos sem acompanhamento da Irmandade, a Misericórdia era representada por um irmão oficial e um irmão nobre, com varas pretas, seguindo no préstito, além de um dos capelães da Misericórdia, um homem do serviço da Casa, levando a campainha, um outro com a caixa das esmolos, um homem com a bandeira da Misericórdia, quatro tocheiros e seis homens que transportavam a tumba, todos eles com balandraus azuis.

A cerimónia era mais imponente no caso da morte de um irmão ou de um dos seus familiares mais directos, mulher e filhos. Da Igreja da Misericórdia, onde se reunia previamente a Irmandade, saíam um irmão oficial com a vara, tendo à sua frente um dos homens de serviço da Casa com um balandrau azul e a campainha; a bandeira da Irmandade levada por um irmão nobre; dois irmãos com os tocheiros; os irmãos dispostos “em ordem”; o provedor com sua vara; e atrás dele, a tumba levada por seis irmãos da Mesa até à casa do defunto, e quatro irmãos da Mesa, ladeando a tumba, com quatro tochas. Atrás da tumba seguia um homem de serviço da Casa, com veste azul, transportando a caixa das esmolas. Os capelães da Misericórdia, que também seguiam incorporados no cortejo fúnebre, faziam um responso sobre a sua sepultura.

Importa referir que o serviço fúnebre prestado pela Misericórdia ao burgo vila-realense, através dos seus esquifes, desenvolveu-se até finais de Setecentos, em regime de exclusividade, na prática, o que constituía uma importante fonte de rendimentos, uma vez que cada enterro, no século XVIII, oscilava entre 2 400 e 4 800 réis. Este privilégio, fundamentado na tradição, acabou por ser contestado pela Ordem Terceira de São Francisco de Vila Real, que reivindicou o direito de enterrar os seus irmãos em esquife próprio, o que lhe veio a ser concedido na viragem de Setecentos para Oitocentos.

Documento n.º 11 - Requerimento da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Real, solicitando o transporte à sepultura dos seus irmãos em esquife próprio (1787)

Nesta secretaria da Mesa do Desembargo do Paço e Repartição dos Negócios da Província da Beira se acha o requerimento de que os suplicantes fazem menção do teor seguinte: Senhora = Dizem o ministro, e mais irmãos da Mesa da venerável Ordem Terceira de S. Francisco de Vila Real, que sendo o direito da sepultura de mera eleição e faculdade, e tendo os suplicantes projectado o conduzirem os indivíduos da mesma confraternidade à sepultura em esquife seu próprio e gratuito, a fim de evitarem o vexame que causa a muitos que são faltos de maiores meios para sofrerem a despesa que resulta de serem conduzidos em esquife da Misericórdia, o provedor, e alguns irmãos da Misericórdia, talvez se oponham fundados em que estão no uso e costume de serem levados à sepultura os mortos no esquife da Misericórdia, querendo de semelhante acto que de sua natureza é meramente facultativo derivar posse [sic] quando é de direito certo que a mesma posse não entra em semelhantes actos senão depois da proibição, e aquiência [sic], e como os suplicantes querem observar pleitos e desordens e não tendo a mesma Santa Casa da Misericórdia título, ou privilégio exclusivo de só poderem ser conduzidos os mortos em esquife da mesma Casa, parece ser contra a boa razão e liberdade da religião que os suplicantes não possam conduzir à sepultura os seus confrades em esquife seu próprio, e gratuito acto praticado em todas as terras civilizadas do Reino, e que tem mais de caritativo e religioso, que o praticado pela Santa Casa que lhes leva por prémio a uns dois mil e quatrocentos réis, e a outros quatro mil e oitocentos réis debaixo do especioso pretexto de que é aplicado para o curativo dos enfermos pobres, que jamais praticaram, ignorando-se o uso para que o distribuem, sabendo-se só o do próprio interesse.

Portanto pede a Vossa Majestade que por sua real e alta piedade seja servida em atenção ao referido, conceder aos suplicantes a graça de usar de esquife seu próprio e gratuito, tão-somente para os seus confrades, pois daqui se segue, não só o aumentar-se nos suplicantes o zelo da sua Ordem, mas também o alívio daqueles que têm maiores meios para fazerem a desnecessária despesa de pagarem o esquife da Misericórdia muito principalmente cessando a causa de piedade e curativo dos pobres em que aquela funda seu direito, o que melhor pode constar por informação. E receberá mercê.

Sobre cujo requerimento se mandou informar o ouvidor da comarca de Vila Real, ouvindo aos irmãos da Mesa da Misericórdia que respondendo por escrito e juntando-se por uma e outra parte documentos, e remetendo ao dito ministro os ditos papéis com a sua informação a dita Mesa pela mesma se mandaram com vista ao desembargador procurador da Coroa, que respondeu e ultimamente se proferiu o despacho do teor seguinte: Escusado por este meio, usem dos competentes.

Lisboa, vinte e um de Abril de mil setecentos e oitenta e sete = Com três rubricas dos ministros da dita Mesa do Desembargo do Paço = E para constar o referido se passou a presente em Lisboa a dez de Julho de mil setecentos e oitenta e sete anos.

António Leite de Melo Virgolino



Tribuna dos irmãos da Mesa (Igreja da Misericórdia)

No século XIX, os enterros eram feitos por quatro irmãos, que recebiam um ordenado por tal função. Em 1843, a 16 de Julho, a Mesa da Santa Casa considerou “indecoroso” este procedimento, decidindo contratar quatro homens, que não fossem irmãos, os quais, com “balandraus” apropriados, passaram a enterrar os pobres que morriam no Hospital e aqueles que não tinham dinheiro para pagar a “tumba”.

Com ligeiras adaptações próprias à realidade económica e social do burgo, a Misericórdia de Vila Real manteve esta organização e os princípios orientadores apresentados até finais de Setecentos, quando novos capítulos foram acrescentados ao seu compromisso, tendo em atenção as dificuldades de natureza económica que afectavam a Instituição, a legislação aprovada pelo Governo quanto às misericórdias e a fundação do seu Hospital, em 1796, que, no ano seguinte, foi dotado com um Regimento que passou a fazer parte, também, do seu compromisso.

2.2. Os novos capítulos do governo da Misericórdia de Vila Real em finais do século XVIII

Em 1794, a 13 de Julho, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, presidida pelo provedor Joaquim José da Silva Barbosa, embora não pondo em causa o compromisso existente, vai propor ao Governo novos capítulos que se entendiam convenientes “ao bom regímen, economia e governo desta Santa Casa”. Esta proposta constitui o primeiro documento regulador do funcionamento da Misericórdia de Vila Real que faz parte do seu fundo documental, e que vamos passar a sintetizar:

- que se pedisse confirmação régia dos privilégios da Santa Casa, a fim de permitir que em cada freguesia houvesse um mamposteiro para recolha de esmolas;
- que se observassem à risca os “primordiais e louváveis costumes desta Santa Casa, não excedendo o número de irmãos que tem adoptado segundo as provisões, a saber, 80 nobres de nobreza conhecida por pais e avós, e 80 oficiais mais, de ofícios que não sejam infames”;
- que na vaga e lugar aberto por falecimento de um irmão ou ausência prolongada, se provesse o lugar em seu filho, com aprovação da Mesa, mas sempre em pessoa idónea, e que pudesse ser provedor no caso de lugar nobre;
- que se concedessem cartas de guia aos pobres com bom comportamento e se pagassem esmolas àqueles que as apresentassem, legitimados com passaporte;
- que saindo a bandeira da irmandade, acompanhada por todos os irmãos, “se lhe aprontarão a cada um tocha, e acabada a função se pagará do depósito a despesa da cera”;
- que “se dê cera, vinho e hóstia a todo o sacerdote que disser missa nesta Santa Casa”, com a excepção dos capelães das capelas “que não têm fábrica, porque estes tudo devem trazer, visto o nenhum rendimento da Casa”;
- que se não pudesse emprestar, “nem ainda para funções da Santa Casa, qualquer traste ou ornamento dela, nem as túnicas e mantos do Senhor ou da nossa Santa padroeira”;
- que os capelães só dissessem as missas das capelas “que se lhes ordenar nesta mesma Igreja”;
- que nenhum capelão pudesse cobrar coisa alguma a não ser do depósito geral, por “ordem positiva que se lhe passe”;
- que houvesse um depósito geral de todo e qualquer rendimento, tanto da Casa como das capelas e esmolas, com os respectivos livros de receita e despesa;
- que logo que se arrecadasse qualquer rendimento “se entregará no dito depósito e se fará assentar no livro respectivo”;
- que todos os meses “virá à Mesa o depositário geral com seus livros para se conferir e ajustar a conta da receita e despesa”;
- que os irmãos oficiais da Mesa tivessem cuidado em levantar demandas, visto não ter a Casa rendimento para conservar solicitadores, “para o que se lhe destinará a demanda de que cada um há-de tratar, e no fim do mês dará em Mesa conta do seu progresso tirando do depósito o montante para a sua despesa”;
- que nos dias “mais cómodos de cada semana se tire esmola para os pobres e necessitados, saindo dois irmãos, um nobre e outro oficial, no dia que destinar a Mesa, sendo que metade do rendimento entre logo no depósito, carregando-se no livro das esmolas e a outra metade se aplique pelo mordomo em esmolas de presos, enfermos e necessitados, preferindo sempre os particulares que forem de bom procedimento e honestidade e muito principalmente os nossos irmãos necessitados”;
- que se continuasse “no antigo costume de escrever aos párocos a que inclinem seus fregueses a contribuir com esmolas para esta Santa Casa e muito principalmente enquanto não há mamposteiros positivos nas freguesias, e que o produto destas esmolas seja metade para fundo desta Casa, e a outra se aplique pelo mordomo aos presos e necessitados na forma dita”;
- que a respeito das dívidas da Casa “haja na sua arrecadação o maior cuidado e passados os termos da política, que não devem exceder oito dias, se ajuizarem, pondo-se as acções competentes, cujas despesas são tiradas do depósito ordinário”;
- que logo que no depósito houvesse rendimento “proveniente das capelas erectas nesta Santa Casa, se aplique à continuação do tombo já principiado por procuração expedida ao doutor corregedor desta vila e comarca, tanto por ser útil à conservação e perpetuidade das mesmas capelas, como por não estar o provedor e irmandade obrigados a contribuir para as despesas do mesmo tombo, no qual só têm interesse as mesmas capelas”;
- que averiguado pelo tombo os foros existentes e cobráveis das mesmas capelas, “quando não cheguem para as missas da instituição e fábrica desta Santa Casa”, se applicasse breve pontifício para sua redução da despesa.

Através deste regulamento de 1794, que actualiza e completa o Compromisso da Misericórdia, é possível chegarmos a algumas conclusões:

- o número de irmãos, 180, mantém-se;
- pela primeira vez, a Misericórdia de Vila Real procurou estabelecer um mamosteiro em cada freguesia para recolha de esmolas;
- os encargos pios, das capelas de missas, não constituíam rendimento para a Misericórdia;
- o tomo dos bens da Misericórdia dizia respeito aos foros e prazos das capelas nelas instituídas, e portanto entendia a Mesa que as despesas com o mesmo deviam ser suportadas pelo rendimento das capelas;
- que o rendimento dos foros, aplicados aos encargos das capelas, não sendo suficientes para suportar as despesas das missas, obrigava ao pedido de breves pontifícios para a redução das mesmas;
- os escassos rendimentos da Casa obrigavam a uma política de grande contenção de despesas.

Estes novos capítulos da Misericórdia de Vila Real de 1794 procuraram, assim, adaptar o funcionamento da Casa à escassez de rendimentos e à nova conjuntura política caracterizada pela progressiva interferência do Estado nas misericórdias.

Com efeito, na segunda metade do século XVIII, o despotismo iluminado ou esclarecido, enquanto expressão do absolutismo real levado até às últimas consequências, procurou reforçar os poderes do Estado, intervindo e disciplinando os mais diversos sectores da vida nacional, nomeadamente, através da organização da assistência, que surge agora em oposição à caridade religiosa (Oliveira Marques).

As misericórdias, que desde as suas origens sempre tinham estado sob protecção e jurisdição régias, debatendo-se agora com graves dificuldades financeiras, não escaparam à intervenção da Coroa, tanto mais que elas próprias, através das respectivas mesas, requereram, muitas vezes, tal intervenção, nomeadamente quanto à sua regulação e nomeação dos órgãos de gestão.

A lei de 9 de Setembro de 1769 vai proibir a instituição de capelas sobre bens, “sendo autorizadas apenas em dinheiro”, e determinar que só se poderia canalizar para legados pios “a terça parte das heranças”, que não poderia exceder, quanto às misericórdias, a não ser por ordem régia, os “800 mil réis que couberem na terça”. Como refere o diploma, “as propriedades de casas, os fundos de terras, e as fazendas que foram criadas para a subsistência dos vivos, de nenhuma sorte podem pertencer aos defuntos”.²⁸

O alvará de 6 de Agosto de 1777 vai isentar as misericórdias do pagamento da décima.

Outros diplomas se irão seguir, nomeadamente o alvará de 20 de Maio de 1796, o decreto de 15 de Março de 1800, o alvará de 19 de Outubro de 1806, o edital do Desembargo do Paço de 20 de Março de 1820, a ordem das Cortes de 6 de Outubro de 1821, a portaria de 15 de Janeiro de 1822, e o alvará de 26 de Fevereiro de 1825, que vão reforçar e aprofundar a legislação de 1769 quanto às misericórdias, reiterando que os bens das capelas que administravam eram “próprios da Coroa”; determinando que “todas as misericórdias se regulassem pelo compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no que for acomodado ao estado das suas rendas, à natureza da aplicação dos seus bens e mais circunstâncias dignas de atenção” – o que já acontecia com a Misericórdia de Vila Real; que as contas destas instituições fossem fiscalizadas pelos magistrados régios da administração regional e local – provedores, corregedores ou juizes de fora – e enviadas anualmente ao poder central; que reformassem os seus cartórios, títulos, instituições e livros de fazenda; e que os encargos pios com que a maior parte delas estavam sobrecarregadas, fossem comutados na manutenção de hospitais civis, criação de expostos, dotes de donzelas pobres e desamparadas, e noutros estabelecimentos de caridade pública.

Na sequência da instauração definitiva do regime liberal em Portugal, com a institucionalização da Monarquia Constitucional em 1833-1834, o intervencionismo do Governo vai acentuar-se, considerando-se que as misericórdias eram imprescindíveis enquanto instituições de beneficência, mas que importava fiscalizar a sua administração, controlar as suas despesas, e garantir a autenticidade da sua acção, em obediência aos objectivos para que tinham sido criadas.

A Misericórdia de Lisboa, pelo decreto de 11 de Agosto de 1834, viu dissolvida a sua Mesa, passando a ser administrada por comissões administrativas e pessoas nomeadas pelo Governo, “assumindo as características de um organismo de assistência ao serviço do Estado”.²⁹

As restantes misericórdias do Reino, a partir de 1834, passaram a estar controladas pelos prefeitos provinciais e, a partir de 1835, pelos governadores civis, na sequência da criação dos distritos.

O governador civil, com excepção das universidades e academias do Reino, superintendia em todos os estabelecimentos de instrução pública, de caridade e de piedade, fiscalizando as suas despesas e promovendo o seu melhoramento, propondo a demissão ou suspensão de

quaisquer administradores que fossem de nomeação régia, suspendendo ou demitindo com prudente arbítrio os que fossem de sua própria nomeação, e dissolvendo a eleição dos que eram nomeados por compromisso, fazendo logo proceder a nova eleição.

As confrarias então existentes, legalmente constituídas, conservariam a acção primária da sua administração interna; mas não poderiam despende rendimento algum sem autorização do governador civil e sem posterior fiscalização parcial, nem poderiam distrair ou por qualquer modo alienar propriedade alguma sem licença do Governo.

O governador civil, com prévia autorização do Governo, auxiliaria do produto comum de todas as rendas, os estabelecimentos mais necessitados ou mais úteis, com as sobras dos outros, usando sempre com a maior circunspecção e prudência.³⁰

Estas atribuições dos governadores civis quanto à tutela directa das misericórdias irão ser reforçadas por outra legislação e consagradas nos Códigos Administrativos de 1836 e 1842, ao mesmo tempo que os próprios administradores dos concelhos, por portaria de 12 de Fevereiro de 1837, passaram a estar encarregados de verificar as contas daquelas instituições que extraordinariamente se tinham mandado tomar por decreto de 21 de Outubro de 1836.

Por outro lado, são numerosos os diplomas que, a partir de 1834-1835, reforçam a tutela do Estado sobre as misericórdias, hospitais e outros estabelecimentos pios.

Por decreto de 12 de Maio de 1834, o Governo declarou que as misericórdias deviam observar os seus compromissos.

A portaria de 2 de Setembro de 1835 determinou aos governadores civis que tomassem contas às misericórdias. E o decreto de 21 de Outubro de 1836 ordenou aos magistrados distritais e concelhos que procedessem à fiscalização dos bens das irmandades, exigindo-lhes contas e orçamentos anuais, a fim de serem aprovados.

Por portarias de 28 de Abril e 7 de Outubro de 1837, exigiu o Governo a todas as misericórdias (como aos hospitais e mais estabelecimentos de piedade e caridade), uma relação dos seus bens, rendimentos, dívidas activas e passivas, empregados e respectivos vencimentos, informações, aliás, já solicitadas pelas circulares de 22 de Fevereiro de 1834 e de 20 de Setembro de 1836, incluindo as capelas.

Por portaria de 17 de Maio de 1838, o Governo esclareceu que a falta de "compromisso próprio" não era motivo suficiente para que as misericórdias fossem privadas da "acção primária da administração dos seus bens", que lhes era facultada pelo Código Administrativo de 1836.

Por portaria de 30 de Junho de 1838, chamou-se a atenção às misericórdias de que era seu dever a sustentação dos presos pobres, e por idêntico diploma de 28 de Agosto do mesmo ano, reafirmou-se que aquelas instituições não estavam isentas do pagamento da décima.

Pela portaria de 28 de Junho de 1839, reiterou-se que, não obstante as misericórdias estarem debaixo da protecção do Governo, conforme se declarava nos alvarás de 6 de Outubro de 1603 e de 18 de Outubro de 1806, as mesmas se encontravam sujeitas à inspecção e fiscalização dos administradores gerais (governadores civis).

Essa fiscalização dos governadores civis, representantes do Governo, quanto à Misericórdia de Vila Real, veio a traduzir-se na nomeação de sucessivas comissões administrativas para a gestão da Casa, a partir de 1842 (pelo menos, entre 1842-1864, 1879-1883, 1887-1889 e 1928-1952), tendo sido os primeiros presidentes das Comissões Administrativas da Santa Casa, o doutor João Baptista Pereira Coelho Monteiro e Bernardino Felizardo de Rebelo de Matos, uma vez que no mesmo ano houve duas comissões administrativas – uma em Junho e outra em Novembro.

A nomeação das primeiras Comissões Administrativas ocorreu então em 1842, sendo governador civil de Vila Real, José Cabral Teixeira de Moraes. Este magistrado, que já em 1835 tentara que fosse nomeada uma Comissão Administrativa para a Santa Casa, fundamentou tal nomeação no facto de a Mesa da Irmandade integrar alguns "indivíduos" que eram "devedores de avultadas quantias à mesma Santa Casa e ao Hospital", o que era proibido pelos estatutos da Instituição e prejudicial à administração dos dois "estabelecimentos". Acrescia que alguns mesários tinham amortizado parte daquelas verbas "com suas dívidas activas, que consideravam malparadas, fazendo obrigar seus devedores aos indicados estabelecimentos", e que alguns empregados da Misericórdia também se encontravam em idêntica situação de devedores à Santa Casa.

Em alvará de 1 de Junho de 1842, já o governador civil de Vila Real registava "as vexações praticadas pela actual Mesa da Santa Casa da Misericórdia, assim como os actos de irregular e má administração das rendas do Hospital da Divina Providência a seu cargo, com escândalo do público".

Esta intervenção do Governo, através do governador civil de Vila Real, efectuou-se recorrentemente, sob os mais variados pretextos. Em 1846, por alvará de 15 de Julho, a Mesa da Santa Casa, eleita a 2 do mesmo mês, foi dissolvida por o provedor e outros irmãos da administração não terem a idade exigida "pelo respectivo compromisso e por aquele não aceitar o cargo", sendo nomeada, pelo governador civil em exercício, uma nova Comissão Administrativa.

É à luz desta estreita e permanente tutela do Estado e do trabalho desenvolvido pelas suas primeiras comissões administrativas que devemos compreender os estatutos da Misericórdia de Vila Real de 1865, que rompem, pela primeira vez na sua história, com os compromissos baseados no compromisso da Misericórdia de Lisboa. Conforme já dissemos, a Misericórdia de Vila Real, a partir de 1806, por determinação régia, foi obrigada a regular-se pelo compromisso da Misericórdia de Lisboa. Contudo, desde finais de Setecentos, outros capítulos foram sendo acrescentados ao seu próprio compromisso, nomeadamente os que diziam respeito à administração do Hospital a partir de 1796, de tal forma que, após 1834, os irmãos admitidos passaram a jurar que guardariam o velho e o novo compromisso e os estatutos da Irmandade, fórmula de juramento demonstrativa de alguma confusão que acabou por se instalar na administração da Santa Casa.

Documento n.º 12 - Alvará do governador civil de Vila Real dissolvendo a Mesa da Misericórdia e nomeando uma Comissão Administrativa (1842)

José Cabral Teixeira de Morais, bacharel formado em leis, do Conselho de sua majestade fidelíssima, comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, governador civil do distrito de Vila Real, competindo-me pela disposição consignada no § 2.º do artigo 226.º do novo Código Administrativo superintender todos os estabelecimentos de piedade e beneficência seja qual for a sua denominação e promover o seu melhoramento, e atendendo a que entre os indivíduos de que se compõe a actual Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia desta vila, há alguns que são devedores de avultadas quantias à mesma Santa Casa e Hospital que a dita Mesa Administrativa tem, o que além de ser proibido pelos respectivos estatutos, é por diversas e óbvias razões sobremaneira prejudicial à boa administração dos referidos dois estabelecimentos, crescendo além disso terem alguns dos actuais mesários amortizado parte daquelas quantias com suas dívidas activas, que consideravam malparadas, fazendo obrigar seus devedores aos indicados estabelecimentos, assim também que parte dos empregados menores destes estabelecimentos lhes são devedores, o que da mesma forma é inconveniente e prejudicial por todos estes motivos, usando da faculdade que me confere o citado §, pelo presente alvará hei por dissolvida a mencionada Mesa, e nomeio para a substituir até nova eleição uma comissão composta dos seguintes cidadãos: Brás Gonçalves Pereira, Bernardino Felizardo Rebelo de Matos, o bacharel João António Baptista e Sousa, António José Gonçalves Basto, Manuel José da Rocha Guimarães, padre Francisco da Veiga, Francisco José Claro, António de Bessa Monteiro, José Correia Mourão, a qual deve assumir já a respectiva gerência sendo presidente o mais velho em idade, e secretário e mordomo do hospital aqueles que de entre si nomearem. Por firmeza do referido e para que assim se cumpra mandei passar o presente alvará que assinei e vai selado com o selo grande das armas que serve neste governo civil. Dado em Vila Real, aos 8 dias do mês de Novembro de 1842.

José Teixeira Cabral de Morais. Lugar do selo das armas.

Está conforme o original. Casa do Despacho 9 de Novembro de 1842.

O secretário,

Manuel José da Rocha Guimarães.

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*)

Alguns irmãos procuraram remediar esta questão, sugerindo a redacção de novos estatutos. Em 1843, na sessão de 30 de Abril, para a qual foram convocados, por editais, todos os irmãos, o presidente da Comissão Administrativa da Misericórdia, Rodrigo José de Morais, propôs “um projecto de novos estatutos”, atendendo a que “o compromisso por que esta Santa Casa se tem regido era deficiente”. Porém, quando ia começar a leitura do mesmo, um irmão, “como questão prévia”, propôs que se consultasse a Irmandade, por escrutínio secreto, quanto à oportunidade de se substituir o compromisso em vigor.

Efectuado o escrutínio, dos 120 irmãos presentes, apenas 14 votaram a favor da substituição do compromisso, assim se liquidando, por esmagadora maioria, a intenção do presidente da Comissão Administrativa, votação que, na verdade, exprimia a oposição da Irmandade quanto à nomeação das



José Cabral Teixeira de Morais, governador civil de Vila Real (litografia de António Joaquim de Santa Bárbara)

comissões administrativas da Santa Casa de Vila Real pelo Estado, e portanto, quanto às iniciativas que as mesmas pretendiam tomar. Assim se explica que o antigo Compromisso se mantivesse até 1865, ou seja, até ao momento em que a Mesa da Santa Casa deixou de ser nomeada pelo Governo. Torna-se evidente que a actuação das comissões administrativas da Santa Casa de Vila Real não era bem aceite pela maior parte dos irmãos, detentores de um secular património de autonomia quanto à admissão de novos irmãos e eleição dos órgãos de administração. Por exemplo, foi necessária uma portaria do Ministério do Reino, de 27 de Setembro de 1861, para que fossem considerados irmãos da Misericórdia todos aqueles que tinham sido admitidos pelas sucessivas comissões administrativas, excluindo-se apenas os que entrassem nos doze meses anteriores ao fim dos seus mandatos.

2.3. Os estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1865)

A carta de lei de D. Luís I, datada de 31 de Maio de 1865, vai aprovar os novos estatutos da Instituição, tendo feito depender da sua aprovação os pareceres favoráveis do governador civil de Vila Real e do procurador-geral da Coroa.

Trata-se de um documento dividido em 20 capítulos, que procurou actualizar a estrutura, funcionamento e actividade da Misericórdia, à luz da ideologia liberal e de uma sociedade laicizada, com o objectivo de definir claramente o que é que o Estado esperava da Instituição, no domínio da assistência.

O que é que caracteriza fundamentalmente estes estatutos? Qual o carácter inovador das suas disposições?

Em primeiro lugar, importa, desde logo, chamar a atenção para o facto de este regulamento da Irmandade de Vila Real se designar por “estatuto” e não “compromisso”, o que quer dizer que, a partir de então, é ao Estado que se devem as regras, sua organização e funcionamento, e não à iniciativa dos irmãos que adaptavam o regulamento da Santa Casa de Lisboa, que eram obrigados a seguir.

É certo que a estrutura orgânica e finalidade da Irmandade se mantêm. O fim da Misericórdia continua a ser a prática das virtudes de piedade e beneficência. Outros princípios, contudo, são adoptados neste documento, a revelarem uma ruptura com o passado. A governação da Casa era exercida pela Junta Geral da Irmandade, de todos os irmãos, 240 pessoas decentes, bem-educadas, tementes a Deus e de bons costumes, com mais de 25 anos (uma assembleia-geral); pelo Definitório ou Conselho (membros da Mesa anterior, todos os irmãos que serviram como provedores, escrivães e mordomos-mor, residentes em Vila Real, e do provedor em exercício, que preside); e pela Mesa, composta pelo provedor, escrivão, mordomo-mor e 12 conselheiros ou mesários, pagando cada um mais de 2 000 réis de contribuição predial, directamente eleitos, entrando em funções a 15 de Julho do ano da eleição.

Documento n.º 13 - Estrutura dos Estatutos da Misericórdia de Vila Real (1865)

Capítulo 1.º <i>Da organização e fins da Irmandade</i>	Capítulo 8.º <i>Da Mesa</i>	Capítulo 15.º <i>Do enterro dos pobres e dos que não são irmãos nem gozavam dessa prerrogativa</i>
Capítulo 2.º <i>Das admissões dos irmãos</i>	Capítulo 9.º <i>Do provedor</i>	Capítulo 16.º <i>Do culto divino e obrigações pias</i>
Capítulo 3.º <i>Das obrigações dos irmãos</i>	Capítulo 10.º <i>Do escrivão</i>	Capítulo 17.º <i>Dos empregados em geral</i>
Capítulo 4.º <i>Dos direitos dos irmãos</i>	Capítulo 11.º <i>Do mordomo-mor</i>	Capítulo 18.º <i>Das penas em que os irmãos incorrem</i>
Capítulo 5.º <i>Do governo da Santa Casa</i>	Capítulo 12.º <i>Dos mesários</i>	Capítulo 19.º <i>Da eleição</i>
Capítulo 6.º <i>Da Junta Geral</i>	Capítulo 13.º <i>Dos capitais e fundos</i>	Capítulo 20.º <i>Disposições gerais</i>
Capítulo 7.º <i>Do Definitório ou Conselho da Irmandade</i>	Capítulo 14.º <i>Do enterro dos irmãos</i>	

A fiscalização da observância dos Estatutos pertencia ao Definitório.

A administração dos bens da Misericórdia era competência da Mesa. O provedor, “chefe da administração da Santa Casa e do Hospital”, com mais de 35 anos, que presidia a todos os órgãos do governo da Casa e nomeava, no início da sua administração, as comissões, tinha de pagar mais de 20 000 réis de contribuição predial.

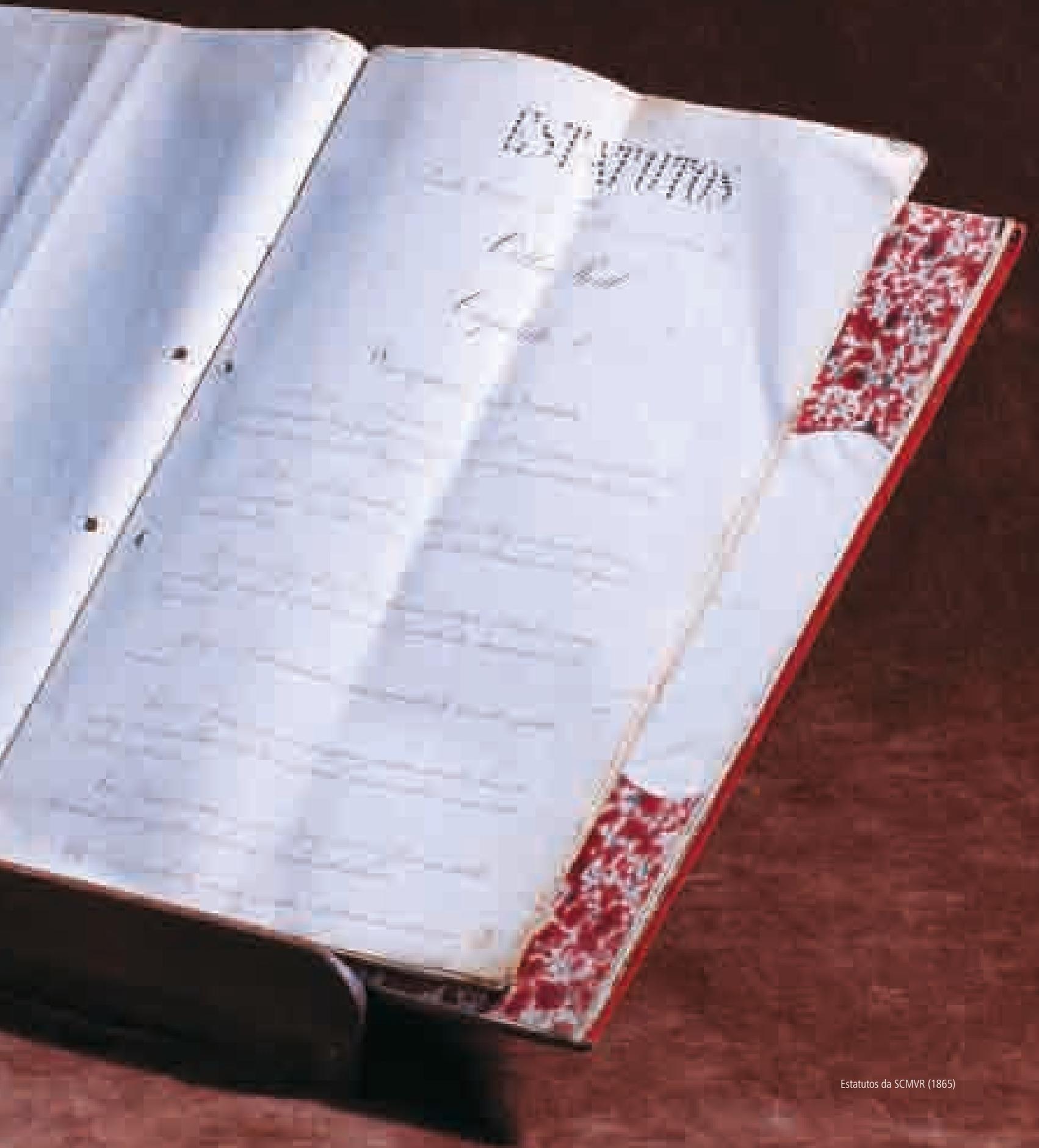
O escrivão exercia as funções de provedor no seu impedimento e deveria pagar uma contribuição predial mínima de 12 000 réis.

O mordomo-mor era “imediató” ao provedor em tudo o que dizia respeito à administração do Hospital e exercia as funções de provedor no impedimento deste e do escrivão.

A irmandade tinha por obrigação o enterro de todos os pobres falecidos, tanto no Hospital como nas duas freguesias de Vila Real. O enterramento de outras pessoas que recorressem à Misericórdia obrigava ao pagamento de 2 400 réis ou 4 800 réis, “segundo a qualidade das tumbas”.

A Santa Casa tinha ainda a obrigação de fazer as procissões de Quinta e Sexta-feira Santa, de acordo com o costume, “a solenidade do lava-pés” e celebrar o aniversário dos irmãos no dia de São Martinho. O costume de os irmãos se vestirem de profetas e darem “passos à sua custa” ficava abolido para os irmãos que viessem a ser admitidos após 1865, e para os irmãos existentes que já tivessem preenchido tal obrigação.

Registe-se porém, enquanto elementos inovadores, que se exibe uma total igualdade dos irmãos no seio da confraternidade, sem distinção de classes, rompendo com a tradicional divisão dos irmãos em duas categorias – nobres e mesteres, ou de primeira condição e de segunda condição, apenas lhes sendo exigido, sob o ponto de vista material, “honestas subsistência” e o pagamento, no acto de admissão, de uma jóia de 4 000 réis; que a Mesa passava a ser eleita por dois anos; que o número de irmãos aumentava para 240, e que estes deviam saber ler e escrever; que o Definitório aparecia com funções claramente definidas, funcionando como um conselho fiscal; que competia ao Governo autorizar a aceitação de qualquer legado deixado à Santa Casa ou Hospital; e que todos os vogais da Mesa eram responsáveis pelas deliberações em que tomassem parte.



Em suma, os estatutos da Misericórdia de Vila Real de 1865 continuaram a definir as condições indispensáveis para que ela atraísse a si a elite vila-realense, mas actualizou os princípios da sua estrutura e funcionamento à luz da sociedade liberal. Mantiveram-se até final da Monarquia, continuaram durante a Primeira República (1910-1926) e o Estado Novo (1926-1974). Tais estatutos não impediram uma tutela do Estado fortemente intervencionista, durante o consulado salazarista, na Misericórdia de Vila Real, como em muitas outras instituições de assistência e solidariedade, sucedendo-se as comissões administrativas nomeadas pelo Ministério do Interior sob proposta do Governo Civil do distrito, as quais se mantiveram até à década de 1950. O decreto-lei n.º 31 666, de 22 de Novembro de 1941, que regulou a eleição das instituições subsidiadas pelo Estado, como as misericórdias, legitimou tal intervenção, ao conceder aos governadores civis o direito de não aceitarem a composição das Mesas Administrativas das misericórdias e de proporem comissões administrativas ao Ministério do Interior.

Após a nacionalização do seu Hospital, em 1975, a Misericórdia de Vila Real acabou por adoptar o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, em 1985, o que lhe permitiu dedicar-se a outras actividades assistenciais.

Foi no âmbito deste novo quadro sociojurídico que a Misericórdia de Vila Real elaborou, em 1992, o seu novo regulamento estatutário, publicado no *Diário da República* n.º 267, III série, de 18 de Novembro do mesmo ano, sob o título de *Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, que vigora até ao presente.

2.4. O compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente (1992)

Que alterações foram introduzidas relativamente aos estatutos de 1865? Regressa-se novamente, em obediência às origens, ao vocábulo “compromisso” embora o termo de encerramento o designe por “estatutos”.

De acordo com a legislação de 1979 e 1983, a Irmandade da Misericórdia é definida como “uma associação de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de praticar a solidariedade social”, dispondo de “personalidade jurídica canónica e civil e reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS)”.

Propõe-se cooperar com quaisquer outras entidades públicas e particulares, com as autoridades e populações locais, no domínio das obras sociais, incluindo acções de carácter cultural e recreativo. Mas os fins que prossegue efectivamente são o auxílio à família e a protecção à infância e velhice, através da criação e manutenção de lares, centros de dia, creches, jardins-de-infância e apoio domiciliário.

No capítulo dos irmãos desaparece o número limite (240 nos estatutos anteriores), e mantém-se o seu perfil social. Mas são abolidas as referências de natureza económica e profissional, comprometendo-se apenas os irmãos ao pagamento de uma quota mensal não inferior a 500\$00. A naturalidade dos mesmos, circunscrita antes a Vila Real, é agora alargada aos naturais ou residentes no município ou a ele ligados por laços de afectividade. E, pela primeira vez na sua história, referem-se os “indivíduos de ambos os sexos”, abrindo assim a Misericórdia as suas portas às mulheres.

Mantêm-se os órgãos sociais da Irmandade, a Assembleia-Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal ou Definitório.

Mas a duração dos mandatos passa a trienal, sendo a eleição no mês de Dezembro. Os corpos gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para dois mandatos, e são responsáveis civil e criminalmente pelas irregularidades cometidas no exercício do mandato.

A Assembleia-Geral é constituída por todos os irmãos e dirigida pela respectiva Mesa.

A Mesa Administrativa é formada por sete membros – o provedor, o vice-provedor, o secretário, o tesoureiro e três vogais – e compete-lhe gerir e representar a Instituição. O provedor superintende a administração da Irmandade, convocando e presidindo às reuniões da Mesa e representando a Irmandade em juízo ou fora dele.

O Conselho Fiscal vigia o cumprimento da lei e do Compromisso, dando parecer sobre o relatório, contas e orçamento.

No domínio do culto e assistência espiritual, regista-se a existência, se possível, de um capelão privativo e a celebração da missa dominical da Irmandade, da festa anual da Visitação em honra da padroeira da Misericórdia, das cerimónias litúrgicas da Semana Santa, das missas de sufrágio por alma dos irmãos falecidos, das exéquias anuais, em Novembro, por alma dos irmãos e benfeitores falecidos, e a celebração de outros actos de culto que constituem encargos aceites pela Misericórdia.

3. Constituição e gestão do património da Misericórdia de Vila Real



3. Constituição e gestão do património da Misericórdia de Vila Real

Um dos problemas mais graves com que a Misericórdia de Vila Real se debateu, praticamente desde as suas origens, foi o da sustentabilidade económica.

Para exercer a sua missão assistencial e religiosa, razão última da sua existência, para cumprir as obras de Misericórdia – como referem os compromissos da Misericórdia de Lisboa que serviram de modelo a todos os outros – “assim espirituais como corporais quanto possível for para socorrer as tribulações e misérias que padecem nossos irmãos em Cristo”, torna-se evidente que esta Instituição, como todas as suas congéneres, necessitou de constituir um património que lhe permitisse suportar as despesas que resultaram da sua regular actividade.

Os seus encargos, na verdade, eram múltiplos e onerosos:

- conservação e manutenção do seu património;
- pagamento dos serviços de capelães e outros funcionários;
- celebração de missas por força das capelas instituídas e do calendário religioso;
- celebrações da Quaresma e da Semana Santa, em particular as procissões, incluindo imagens, andores, armações das ruas e igreja, e teatros litúrgicos;
- aquisição de paramentos, alfaias de culto, flores, incenso, etc.;
- enterros de irmãos da Misericórdia e de pobres;
- assistência e esmolas a presos desfavorecidos e cativos, nomeadamente em Quinta-Feira Santa;
- auxílio a doentes, pobres e peregrinos;
- emissão de cartas de guia aos mendigos que eram dignos das mesmas ou que eram apresentadas e passadas por outras misericórdias;
- cerimónia de lava-pés e vestuário para 12 pobres, nas Quintas-feiras Santas, pelo menos desde 1804, quando um legado obrigou a tal.

Para satisfazer tais despesas, de que rendas dispunha a Misericórdia de Vila Real?

As receitas da Instituição, desde as suas origens até ao século XIX, eram constituídas, fundamentalmente, pelos bens vinculados a capelas e missas perpétuas, ou bens aforados e emprazados, obrigados a pagar à Misericórdia uma certa pensão ou foro, em géneros ou dinheiro. Outras fontes de receita como donativos, “esmolas”, dadas por particulares ou pelo rei, parecem ter assumido pouco significado na vida da Instituição. Temos conhecimento, por um alvará dos marqueses de Vila Real, de 23 de Dezembro de 1534, que, anualmente, aqueles davam à Misericórdia de Vila Real uma esmola de 5 000 réis, devendo nesse ano, à Santa Casa, 13 000 réis, e que essa pensão anual se manteve mesmo após a confiscação dos bens dos marqueses de Vila Real, uma vez que a sua herdeira, a Casa do Infantado, reconheceu, em 1754, a obrigação de manter aquele encargo. Sabemos também que o padre Domingos Monteiro, em 24 de Março de 1601, deixou à Misericórdia todos os seus bens, que eram modestos.³¹ De legados vultuosos até inícios do século XIX não chegou até nós qualquer notícia – o que não quer dizer que não existissem.

Vejamos, pois, as capelas e missas perpétuas instituídas na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e os foros que lhe eram pagos, desde a sua fundação até ao século XIX, a partir das fontes de que dispomos.



Missas que o administrador do Hospital da Divina Providência devia mandar dizer pelo rendimento daquele estabelecimento (século XIX)

3.1. Capelas e missas perpétuas

No século XVI, na sequência da construção da Igreja da Misericórdia, vão instituir-se nela as capelas – isto é, bens vinculados à celebração de missas perpétuas –, com periodicidade mais ou menos regular, movimento esse que se manteve até à centúria seguinte. Os instituidores, oriundos da nobreza civil e eclesiástica local, para sustento destes legados, vinculavam as suas propriedades, rendas, foros e dinheiro. Esta situação traduziu a importância que a Misericórdia assumiu no contexto da sociedade vila-realense, e do reconhecimento que o próprio rei exprimia quanto a instituições desta natureza, levando a que a elite da vila, afirmando o seu prestígio social, reforçasse a sua vocação devocional. Era portanto ao serviço de Deus e para a salvação das suas almas que a nobreza e a burguesia afectavam às suas capelas ou às missas perpétuas significativos bens ou rendimentos.

Em 1538, a 26 de Abril, D. Pedro de Castro instituiu uma capela na Igreja da Misericórdia, uma doação perpétua à “Casa de Nossa Senhora da Misericórdia da dita vila que ele mesmo fizera”³², com uma renda de 200 medidas de trigo e centeio e azeite, com a obrigação da Misericórdia

assegurar uma missa diária de *requiem*, pela alma de Fernando, marquês de Vila Real, arrolando os sacerdotes que diriam a referida missa diária. Esta escritura menciona a doação de uma casa que Pedro de Castro possuía na Vila Velha, com a condição de Isabel Pires Velha, sua empregada, ter assegurado o pagamento do aluguer da mesma até à sua morte e, como contrapartida, varrer todos os sábados a rua e Casa da Misericórdia. Por falecimento da dita Isabel Pires, os irmãos da Misericórdia deveriam ocupá-la com pessoa próxima do protonotário, com a mesma obrigação de varrer a rua e Casa da Misericórdia (Documento n.º 14).

Documento n.º 14 - Instituição de uma capela na Misericórdia de Vila Real, feita por D. Pedro de Castro, abade de Mouços e Freamunde e protonotário apostólico, em 1538 (traslado de 13.1.1830)

Traslado da escritura de doação que fez D. Pedro de Castro, abade de Mouços e protonotário da Santa Sé Apostólica, à Santa Casa da Misericórdia desta Vila Real.

Em nome de Deus, ámen. Saibam quantos este instrumento de doação deste dia para todo o sempre entre vivos “valedoura” virem que, no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e trinta e oito anos, aos vinte e seis dias do mês de Abril, na nobre vila e marquesado de Vila Real, nas casas da morada do senhor D. Pedro de Castro, protonotário da Sé Apostólica e abade de Mouços e de Freamunde, em presença de mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas, apareceu o dito protonotário e disse que ele, por serviço de Nosso Senhor e da Virgem Gloriosa sua Madre, que ele protonotário fazia e de feito fez doação, deste dia para todo o sempre, à Casa de Nossa da Misericórdia da dita vila que ele mesmo fizera, de duzentas medidas de pão trigo e centeio para sempre à dita Casa de Nossa Senhora.

Pelas quais duzentas medidas lhe dirá a dita Casa da Misericórdia uma missa rezada de requiem todos dias do ano, tirando domingos e festas, as quais missas de requiem se dirão principalmente por alma do senhor marquês D. Fernando seu senhor que santa glória haja, pela muita mercê e honra que de sua senhoria recebeu e pelo muito amor que sempre conheceu que lhe tinha. E acabada a missa todos dias dirão um responso por sua alma e nele “Memento” dos vivos e os sacerdotes encomendarão a Nosso Senhor a vida do senhor marquês e da senhora marquesa e do senhor conde seu filho. E em todas as missas rogarão a Nosso Senhor que lhe dê graça e que o acabe em seu serviço. E os clérigos que hão-de dizer estas missas serão as pessoas seguintes: Pedro Rabelo, António Afonso e Francisco Fernandes que agora servem e Afonso Pires, seu criado que agora cantou missa nova. E deixando cada um dos ditos clérigos nomeados de dizer missa por se falecer, ou ser ocupado, ou ausente, então as dirão estas missas quem ele protonotário deixar em seu testamento que as diga.

E sendo caso que ele protonotário não deixe em seu testamento, então proverão nisso o provedor e irmãos da Misericórdia. As quais duzentas medidas de pão, assim trigo como centeio, para sempre haverão os ditos clérigos nestes lugares e pessoas e casais declarados. Em Vilar de Maçada, pela mulher de Miguel Pires, vinte medidas, dez de trigo e dez de centeio. E pelos filhos e genros de João Peres de Carvalho, onze medidas de centeio. E pelos filhos de Pêro Martins, de Parada de Pinhão, do Casal do Amieiro, dez medidas de centeio. E por Antão Anes, de Parada, que mora em Vilarinho de Parada, dez medidas de centeio. E por Pedro Anes, morador em Pinheiro e por sua mulher, oito medidas de centeio. E por Gonçalo Alves, de Lamares, que soía de viver em Parada, doze medidas de centeio. E por Estevão Gonçalves, das Paredes, dez medidas de centeio. E por João Anes, de Vilar de Celas, oito. E por Sebastião Alves, da Delgada, seis medidas de centeio. E pela mulher de João Fernandes, de São Romão, dez medidas de centeio. E por Fernando Martins, de Passos, seis medidas, três de trigo e três de centeio. E por Aires Gonçalves, de Linhares, doze medidas de centeio. E por Gaspar Pires, de Vila Verde, dez medidas de centeio. E pelos moradores do lugar de Bujãos, quarenta medidas, trinta de trigo e dez de centeio. E por Gonçalo Pires, de São Lourenço, seis medidas de centeio. E por Fernando Lopes, de São Lourenço, nove medidas de centeio. E por João Novo, de São Lourenço, dez medidas, sete de centeio e três de vinho. E por Catarina Gonçalves, de Guiães, seis medidas, três de trigo e três de centeio que fazem todas estas medidas duzentas e quatro medidas, dizendo o dito protonotário que sendo caso que algumas destas medidas haja algum defeito nelas e se não paguem que então se hajam pelo mais e melhor parado de sua fazenda dele protonotário.

E os mordomos da Misericórdia proverão cada mês os clérigos se dizem as ditas missas e por cada missa que deixarem de dizer lhe descontem, aquele que a não disser, meio alqueire de pão e o dêem aos presos, ou sua justa valia dele. E assim mais haverão cada um dos ditos clérigos duas canadas de azeite em cada um ano. O qual azeite haverão por Pedro Anes de Oliveira, do concelho de Penaguião, que paga dois alqueires cada ano e haverão eles ditos clérigos oito canadas e as quatro que sobejam ficarão à Santa Misericórdia. E assim mais deixava para sempre à Santa

Misericórdia um alqueire de azeite por João Alves, de Godim, morador na Quintã de que Pêro Vaz, tosador, morador nesta vila, é fiador e principal pagador do dito azeite e deve agora dois alqueires e meio. E de tudo, o dito protonotário disse que fazia serviço e doação à Santa Misericórdia para sempre do dito azeite.

E assim disse ele protonotário que uma casa que tem na Vila Velha que foi de Diogo da Cunha, que fez Domingos Anes, capelão do senhor marquês, fazia doação dela para sempre à Santa Misericórdia, com esta declaração e condição que Isabel Pires Velha, que agora serve em sua casa, haja os alugueres da dita casa em sua vida dela, com tal condição que ela varra da rua da Misericórdia e casa em sua vida, todos sábados do ano até o Canto das Travessas que vão uma para a rua Nova e a outra para a rua da Cadeia. E por falecimento da dita Isabel Pires, os irmãos da Santa Misericórdia darão a dita casa a alguma pessoa que seja chegada ao dito protonotário, com a mesma obrigação de varrer a dita casa da Misericórdia e rua atrás e ditas travessas, aos sábados da maneira atrás escrito.

Outrossim disse ele protonotário que porquanto fizera a ermida de São Sebastião, lhe aprazia e de feito aprouve de fazer doação à dita ermida de São Sebastião, de vinte e cinco medidas que lhe pagam em Fundões e pelas ditas medidas dirá um clérigo cada semana uma missa, o qual clérigo que lhe disser as ditas missas será o que ele protonotário quiser e deixar em seu testamento. E não o deixando em seu testamento, então porá a Santa Misericórdia um clérigo que seja chegado a Deus.

E por aqui havia esta doação perfeita e acabada e mandava que se cumprisse para sempre. E mandou ser feito este instrumento e pediu o traslado dele um e quantos lhe cumprisse a ele e à dita Misericórdia. E mandava que nenhum seu herdeiro dele protonotário, nem outra pessoa, vá contra este instrumento e doação, e vindo não valesse e a maldição de Deus e de São Pedro e São Paulo venha por eles e sobre eles. E assim o outorgou. Testemunhas presentes: Gonçalo Dias e Pêro Fernandes, alfaiates, moradores na dita vila. Dizendo mais ele protonotário que fazia doação a João Pires e a sua mulher Catarina, pretos que foram seus escravos que ele forrou, de um casal e direito dele que ele protonotário tem na Cerdeira, termo de Jales, de que lhe paga João Afonso vinte e cinco alqueires de centeio e um cabrito em cada um ano. Com tal declaração que por sua morte de ambos os dois haja o dito casal seu servo preto, criado do dito protonotário, filho de Duarte Peres e isto para sempre. E em testemunho de verdade assim o outorgou ele protonotário.

Testemunhas: as sobreditas Pêro Fernandes e Gonçalo Dias e assim Francisco Carvalho, criado dele protonotário. E eu Diogo Alves, tabelião público e do judicial na dita Vila Real e seus termos, pelo senhor marquês, meu senhor que este instrumento fiz e terei de minha nota e aqui meu público sinal fiz que tal é. Não faça dúvida no verso onde diz: testemunho, que se fez por verdade. Lugar do sinal público.

Diz o provedor e mais mesário da Santa Casa da Misericórdia desta Vila Real que não existindo já a nota em que foi lavrada a escritura junta de doação que fez D. Pedro de Castro, abade de Mouçós e protonotário da Santa Sé Apostólica à dita Santa Casa, em vinte e seis de Abril de mil e quinhentos e trinta e oito, precisam de qualquer tabelião a que esta for apresentada, lha traslade em sua nota, passando-lhe depois as certidões necessárias. Pede a vossa senhoria senhor doutor juiz de fora seja servido assim o mandar e receberá mercê. Como requerem. Guedes Mourão. A folhas trezentas cinquenta e nove verso do livro dezasseis ficam carregados duzentos réis de selos. Vila Real, trinta de Dezembro de mil oitocentos e vinte e nove. Teixeira Dias.

Nada mais se contém em a dita escritura aqui fielmente trasladada, petição e despacho nela proferido, em virtude do qual eu, João Bernardo Alvão, tabelião do público judicial e notas, em esta Vila Real e seu termo, por provimento aqui trasladei bem e fielmente e na verdade, sem coisa que dúvida faça, o que tudo me apresentou Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel, desta mesma vila, escrivão actual da Misericórdia da dita, a quem a tornei a entregar depois de tudo ser concertado por mim tabelião e com outro oficial de justiça comigo ao concerto, abaixo assinado. E de como recebeu os próprios documentos, assinou aqui com o dito oficial e comigo. E me assinei em público e raso de meu sinal que uso. Vila Real, treze de Janeiro de mil oitocentos e trinta anos, João Bernardo Alvão, tabelião que o escrevi e assinei em público e raso. Lugar do sinal público em testemunho de verdade. O tabelião João Bernardo Alvão. E comigo escrivão ajudante José Bernardo Pereira. Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel. É o fiel traslado que fica em minha nota e dela a passei aqui, dia, mês, era ut supra. E eu, João Bernardo Alvão, sobrescrevi e assinei em público e raso.

Em testemunho de verdade.

O tabelião, João Bernardo Alvão.

Outras capelas se vão seguir a esta, ao longo do século XVI, instituídas na Misericórdia de Vila Real, de que indicaremos apenas as mais importantes, embora apresentemos, em quadro próprio, a totalidade das mesmas.

Em 1558, António de Ervedosa, ouvidor em Valença, instituiu uma capela de três missas semanais, afectando a este encargo todos os bens que possuía em Gouvães e no concelho de Vila Real.

Em 1588, Fernão Lourenço e sua mulher instituíram uma capela de uma missa semanal, vinculando dos seus bens a tal encargo, 50 medidas de centeio e 1 000 réis anuais de foro à Misericórdia.

Em 1598, Fernão Pinto Pimentel e sua mulher instituíram uma capela e morgado a que uniram e vincularam todos os seus bens na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, capela da invocação de Nossa Senhora da Coroa, ao lado do altar-mor, com a obrigação de várias missas ao longo do ano (uma semanal e outras ao longo do ano), e de os seus administradores vestirem anualmente cinco pobres, homens ou mulheres. O primeiro administrador deste vínculo, que veio a dar origem ao morgadio da Ribeira de Sabrosa, onde se localizava a mais importante propriedade que lhe estava afecta, foi António Pinto Pimentel, tendo sido o último Rodrigo Pinto Pissarro Pimentel de Almeida Carvalhais, barão de Ribeira de Sabrosa (1788-1841), que foi o primeiro governador civil de Vila Real, em 1835.³³

Em 1599, Gonçalo Lobo Tavares, contador das rendas dos marqueses de Vila Real e alcaide-mor da vila de Lamas de Orelhão, instituiu a capela do *Ecce Homo*, que ficava ao lado do altar-mor, da parte da epístola, com a obrigação de uma missa mensal, afectando à capela 1 700 réis anuais, 4 000 réis que lhe pagavam de foro e um almude de azeite por ano.

Em 1600, António Pires, reitor de Parada de Cunhos, instituiu uma capela de duas missas por semana, para a qual doou todos os seus bens à Misericórdia. No mesmo ano, Luís de Andrade instituiu uma missa semanal, vinculando a esta obrigação casa e foros que possuía em Vila Real e Vila Pouca de Aguiar.

Documento n.º 15 - Instituição de uma capela na Misericórdia de Vila Real ordenada pelo doutor António de Ervedosa, ouvidor do marquês de Vila Real, e sua mulher Jerónima Fernandes, em 1558 (traslado de 1.2.1831)

Saibam quantos este instrumento de constituição e de doação e declaração virem, como no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e cinquenta e oito anos, aos dez dias do mês de Agosto, na vila de Valença do Minho, nas pousadas do senhor doutor António de Ervedosa, ouvidor pelo senhor marquês, em presença de mim Manuel Pereira Sá, tabelião e testemunhas ao diante nomeadas, apareceram o dito doutor António de Ervedosa e sua mulher, Jerónima Fernandes, ambos a este presentes e outorgantes, ora estantes na dita vila. E logo por eles foi dito que com a graça de Deus eles tinham ordenado para sempre em cada um ano de lhe serem ditas cada semana do ano três missas, convém a saber, na segunda-feira e a sexta-feira e o sábado, na Misericórdia de Vila Real, convém a saber, a missa da segunda-feira a honra e louvor de Todos Santos e a sexta-feira das Cinco Chagas e ao sábado a honra de Nossa Senhora.

E que nesta Casa da Misericórdia edificavam a dita capela, para que lhe sejam ditas as ditas três missas em cada semana para sempre, para descargo de suas consciências e de seus antepassados, de quem eles são obrigados por consolo de suas almas e memória deles constituintes e darem para exemplo de maior acrescentamento em louvor e serviço de Deus todo-poderoso, Padre, o Filho e Espírito Santo, uma só substância e um só Deus. E que as ditas missas se digam na dita Casa da Misericórdia de Vila Real, enquanto em a vila se morar, e não se morando na parte onde for trespassada a dita vila serão ditas. E digam cada semana as ditas três missas e em cada um ano. E se dirá uma das ditas missas cantada em dia de Nossa Senhora de Março, as quais dirá um clérigo de missa que for mais parente e mais chegado da geração dele dito doutor. E não se achando parente seu clérigo, o apresentará o administrador que abaixo se nomeará da dita capela. E o dito clérigo que assim disser as ditas missas, haverá em cada um ano quatro mil réis para a cera e pagará aos clérigos que cantarem a missa em cada um ano à sua custa.

E por seus falecimentos, o administrador dos bens deles constituintes dará uma vestimenta à dita Casa da Misericórdia que valha dez cruzados e um cálice de prata, de cinco cruzados, com seus pires. E para cumprimento de paga eles ditos doutor e sua mulher tomarão e dotarão a dita capela que assim faziam das ditas três missas em cada semana para sempre de todos os seus bens e uma granja que tem dízima a Deus, que têm em Gouvães com suas casas e lagar, em vasilhas, que levará cento e vinte homens de cava, que parte pelo Fontão e com o ribeiro que vem da vila de Provesende e com vinha de Diogo Peres e com vinha dos Cardos e assim todos os mais bens móveis e de raiz que ficarem por morte deles

ditos constituintes, os quais bens nunca em tempo algum se partirão e andarão sempre em uma pessoa pelo modo seguinte, convém a saber: falecendo-se ele dito doutor, será a dita sua mulher administradora da dita capela e mandará cumprir o sobredito; e falecendo-se ela dita Jerónima Fernandes, ele dito doutor ficará por administrador da dita capela e cumprirá o sobredito. E depois de seus falecimentos de ambos os dois, não tendo ele dito doutor filhos alguns, irão os ditos bens à sua sobrinha que tem em casa na terra, digo Maria de Ervedosa. E falecendo-se ela sem ter varão de legítimo matrimónio nascido, irão os ditos bens ao filho mais velho varão de sua irmã Maria de Ervedosa, mulher de Jerónimo Pires. E sempre os ditos bens andarão juntos sem se partirem nem dividirem, sob pena de o administrador que os tiver, de os perder e ficarem ao parente mais chegado dele dito doutor que será varão mais velho porquanto a sua última e derradeira vontade é que os ditos bens andem sempre juntos no filho varão mais velho dos sobreditos para sempre. Os quais cumprirão com tudo o sobredito, encomendando a todos os seus sucessores que assim o cumpram e guardem sob a maldição do eterno Deus e sua deles constituintes. E não mandando dizer as ditas missas, ou não pagarem ao capelão que for aos quartéis em cada um ano, o dito administrador perderá os ditos frutos dos bens daquele ano.

E outrossim, o dito administrador que for dos ditos bens em cada um ano dará à dita Casa da Misericórdia de esmola um cruzado que são quatro tostões da moeda ora corrente de seis seitis ao real. E o provedor e irmãos da Misericórdia tomarão conta ao administrador dos ditos bens, em dia de Todos Santos de cada ano e levarão de esmola em cada um ano o dito cruzado para sempre. E tomarão reconta ao dito administrador se desbarata a dita fazenda. E o mesmo preço ao ouvidor que for na dita vila se informe e tome conta aos administradores tudo inteiramente como lhe é mandado pelos ditos constituintes. E outrossim dispondo de suas consciências além do sobredito quando cada um dos constituintes se falecerem lhes serão ditas vinte missas ao enterramento, com duas cantadas e um ofício de nove lições e ao mês outras vinte missas pela maneira sobredita e ao cabo do ano o mesmo com as ofertas que o administrador quiser dar-lhe. E em cada um ano o dito administrador lhes mandará dizer para sempre uma aniversária pelos capelães da Casa da dita Misericórdia e se tangerá o sino quando as disserem. E outrossim ele dito doutor mandou que dessem de esmola a sua criada Isabel que ora tem em casa, filha de António Anes, dez mil réis e que os bens que tem dados a suas criadas em casamento se não bulisse com elas e mandava que a dita sua mulher tenha a dita sua sobrinha em sua casa até a casar. E por esta maneira eles ditos doutor António de Ervedosa e sua mulher Jerónima Fernandes haviam por feita sua manda e testamento e instituição da dita capela atrás declarada. E por não terem filhos, haviam por deserdados todos os seus parentes que nem uma coisa houvessem de seus bens, somente se cumprisse tudo o sobredito atrás declarado e assim o outorgaram e se obrigaram a cumprir para sempre. E eu Manuel Pereira, como pessoa pública estipulante e aceitante, em nome do Senhor Deus e da Virgem Maria e de todos sucessores e administradores que em diante houverem de ser, por instituição e compromisso o aceitei e estipulei e uns e outros assim o outorgaram. E outrossim pediram às justiças eclesiásticas e seculares assim o mandem cumprir.

Testemunhas que foram presentes: Afonso Rodrigues e Rodrigo Afonso e Gaspar Soares e Afonso Pereira, escudeiros fidalgos, moradores em a dita vila e Manuel Afonso, outrossim morador em a dita vila. E eu Manuel Pereira, tabelião público e judicial em a dita vila de Valença e seu termo, pelo marquês senhor que este escrevi. E o dito constituinte e testemunhas assinaram na nota desta. E a dita constituinte rogou ao dito Gaspar Soares, testemunha, que assinasse por ela a seu rogo em a nota desta. E eu Manuel Pereira, tabelião, este escrevi.

E tornaram a declarar que a dita Jerónima Fernandes fazia ao dito doutor por seu herdeiro em todos seus bens e havia por deserdados todos seus parentes. E outrossim o dito doutor deixou a dita sua mulher por sua herdeira e deserdou todos seus parentes, com as declarações atrás declaradas, dizendo outrossim eles constituintes que sem embargo de tudo o acima dito e declarado eles e cada um deles pudessem revogar a dita manda e instituição, cada um pela sua parte que lhes toca e fazer outras da maneira que quiserem. E não revogando esta manda e instituição como dito é, ficasse firme como nela se contém.

Testemunhas, os sobreditos. E eu Manuel Pereira, tabelião que este escrevi e o dito constituinte e testemunhas assinaram e a dita constituinte rogou ao dito Gaspar Soares, testemunha, que assinasse por ela, o qual assinou a seu rogo. E eu Manuel Pereira, tabelião, este escrevi e aqui meu público sinal fiz que tal é. E eu Manuel Pereira, tabelião, este escrevi, lugar do sinal público.

A folhas trezentas sessenta e duas verso do livro dezasseis ficam carregados cento e sessenta réis. Vila Real, vinte e seis de Janeiro, de mil oitocentos e trinta. Dias. Teixeira.

Diz o provedor e mais mesários da Santa Casa da Misericórdia desta Vila Real que precisam de que qualquer tabelião deste júízo a que for apresentada a escritura de instituição de uma capela de missas que fez o doutor António de Ervedosa e mulher, da mesma, em dez de Agosto de mil e quinhentos e cinquenta e oito, lha traslade em sua nota, pois que já não existe a em que foi lavrada, pagando-se-lhe as certidões necessárias.

Pede a vossa senhoria senhor doutor juiz de fora seja servido assim o mandar. E receberá mercê. Como requer Guedes Mourão. Selo de quarenta réis. Nada mais se contém em o dito documento petição e despacho nela posto do que o que dito fica e vai na verdade conforme os originais que me foram apresentados por Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel, desta vila, actual escrivão da Misericórdia da mesma, a quem os tornei a entregar que de como os recebeu assinou aqui.

Nesta Vila Real, em o primeiro de Fevereiro de mil oitocentos e trinta e um. João Bernardo Alvão, tabelião do público e judicial e notas em esta Vila Real e termo, que este aqui trasladei depois de concertado e conferido com outro oficial de justiça comigo ao concerto abaixo assinado. E por verdade me assinei em público e raso. Lugar do sinal público. Em testemunho de verdade. O tabelião João Bernardo Alvão. Concertada por mim tabelião João Bernardo Alvão e comigo, escrivão ajudante, José Bernardo Pereira. Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel.

*É conforme o original que fica em minha nota, dia, mês, era ut supra e eu João Bernardo Alvão, tabelião que subscrevi e assinei em público e raso. Em testemunho de verdade,
O tabelião João Bernardo Alvão.*

(Fonte: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005, vol. 4, doc. 378)

Refira-se que, por vezes, as capelas quinhentistas instituídas na Misericórdia ou desta dependentes, deram origem a pleitos judiciais ou a contendas que ajudaram a enfraquecer a situação financeira da Casa, ou a reduzir a sua influência na sociedade vila-realense. Assim, por uma sentença de 1581, verifica-se que a Misericórdia de Vila Real tinha o direito de apresentar os capelães da ermida de São Sebastião, mandada construir por Pedro de Castro no Monte Calvário, freguesia de São Pedro, em 1527, nela instituindo uma missa anual, apresentação esta que foi contestada pelo pároco da freguesia de São Pedro de Vila Real, mas que o auditório eclesiástico de Braga veio a decidir favoravelmente pela Misericórdia (Documento n.º 16).

A capela e morgado instituído por Fernão Pinto Pimentel esteve também na origem de um longo contencioso que se arrastou pela segunda metade do século XVIII. Em 1755, sendo provedor Vicente Luís Correia de Mesquita Pimentel, o descendente daquele, administrador desta capela e morgado, terá mandado colocar naquela uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, que rapidamente fez crescer o número de devotos e confrades. Alguns deles requereram ao provincial dos Carmelitas Descalços autorização para constituírem uma irmandade.

Opuseram-se a Misericórdia – provavelmente por não querer prescindir do rendimento do altar de Nossa Senhora –, o provincial da Ordem referida e o próprio arcebispo de Braga, fundamentado este no privilégio que as misericórdias tinham de não serem obrigadas a albergar corporações sujeitas ao poder episcopal.

Continuou a disputa com a Misericórdia até que, em 1774, os devotos da Senhora do Carmo obtiveram autorização para erigirem a irmandade na igreja matriz de São Pedro, onde passaram a dispor de uma outra imagem da Senhora.

Existiam assim duas irmandades, uma na Misericórdia, ligada à capela de Pinto Pimentel, e a outra, dissidente, na igreja de São Pedro, até que, por aviso régio de 29 de Fevereiro de 1779, foi dissolvida a confraria da Misericórdia e confirmada a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, instalada definitivamente, segundo Ribeiro de Castro, em 1782, que viu os seus estatutos reconhecidos pelo geral dos Carmelitas Descalços em 1792 e construiu templo próprio, já no século XIX.

Se tivermos em consideração os legados deixados à Misericórdia de Vila Real pelos instituidores das capelas para cumprimento das missas perpétuas e outras obrigações, podemos identificar três tipos de donativos: os bens imóveis, constituídos por prédios rústicos e urbanos; os foros, que eram pagos em géneros, habitualmente cereais, trigo e centeio, mas também azeite e vinho; e as pensões em dinheiro, destinadas a remunerar directamente os administradores das capelas e os capelães que celebravam as missas, ou a aplicar a juro.

Os legados em azeite destinavam-se, regra geral, a manter acesas as lâmpadas do Santíssimo Sacramento, ou aquando de missas cantadas, ou ainda para as lâmpadas dos altares, na Igreja da Misericórdia. Excepcionalmente, apareceu-nos uma obrigação de natureza assistencial – roupa para pobres –, inscrita no estrito cumprimento das obras de Misericórdia, isto é, “vestir os nus”.

Documento n.º 16 - Sentença do Auditório Eclesiástico de Braga favorável à Misericórdia de Vila Real contra o padre Baltazar Gonçalves, o qual alegava ter o direito de apresentar um capelão da ermida de S. Sebastião, em 1581 (traslado de 11.2.1830)

Traslado de uma sentença que a Santa Casa da Misericórdia desta Vila Real alcançou contra o pároco de São Pedro da mesma vila.

O licenciado Sebastião Gil, desembargador na corte e arcebispado de Braga e vigário geral no espiritual e temporal nesta comarca de Vila Real pelo muito ilustre e reverendíssimo senhor, o senhor D. Frei Bartolomeu dos Mártires, por mercê de Deus e da Santa Igreja de Roma arcebispo e senhor da dita cidade, primaz de Espanha e do conselho de el Rei nosso senhor, a quantos esta minha carta de sentença for mostrada e o conhecimento dela com direito pertencer, faço saber que neste auditório, perante mim se tratou um feito cível entre partes, como autor embargante Baltazar Gonçalves, vigário de São Pedro da dita vila e réus embargados, o provedor e irmãos da Santa Misericórdia da dita vila, pelo qual feitos e autos dele se mostra entre outras coisas nele contidas que sendo os ditos réus embargados citados a petição do dito autor para todos os termos e autos judiciais, o dito autor veio contra eles réus com uns embargos por escrito, juntando a apresentação que lhe fizera Diogo de Mesquita e assim passada, dizendo a eles que provará que ele embargante estava em posse de dizer as missas da capela de São Sebastião, que vagara por falecimento do padre Pedro Dinis e nela fora legitimamente apresentado por Diogo de Mesquita, administrador das capelas do protonotário da igreja de São Pedro e suas ermidas, como da apresentação do administrador constava que nestes autos andava, e que a ermida de São Sebastião era ermida da igreja de São Pedro, igreja paroquial desta Vila Real e as esmolas e ofertas da dita ermida são para os possuidores da dita igreja de São Pedro e era como dependente da mesma igreja e o protonotário D. Pedro que instituiu as capelas de São Pedro de que era administrador Diogo de Mesquita, este mesmo instituíra esta capela de São Sebastião ermida de São Pedro e pelo que assim como a apresentação das capelas do dito protonotário lhe pertenciam a ele administrador, pela mesma maneira lhe ficava pertencendo a apresentação da capela desta ermida.

E pois ele embargante era legitimamente apresentado pelo administrador e estava de posse por via deste título de apresentação, não podia dela ser tirado, principalmente a instância de frei Custódio que, por sua profissão, não podia ser eleito, vistas as palavras da instituição da capela que falava em clérigos e não em frades, pedindo o dito autor embargante em conclusão o recebimento de seus embargos e justiça com custas e tomava por parte a frei Custódio, apresentado, segundo que tudo isto melhor e mais cumpridamente nos embargos do embargante se continha, nos quais foi dado vista ao procurador dos réus embargados para contestarem sobre o recebimento deles, o qual veio com umas razões contestando com elas e o traslado da instituição e doação do dito protonotário que ele fez à Santa Misericórdia desta vila e o traslado das eleições que o provedor e irmãos da Santa Misericórdia fizeram dos capelães que apresentaram na capela da dita ermida de São Sebastião, por virtude da dita eleição. Com as quais razões e traslado dos ditos papéis, a requerimento dos réus embargados, este feito e autos me foi levado finalmente concluso. E visto por mim pronunciei nela a sentença seguinte:

E vista a verba da instituição da capela do bem-aventurado mártir São Sebastião e como por ela o provedor e irmãos da Misericórdia são os que hão-de apresentar a capela da contenda e nessa posse estão há muitos anos, como consta das eleições aqui juntas, pelas quais se mostra apresentarem eles os capelães na capela da contenda e ao padre Pedro Dinis como capelão e pela presente apresentação ao padre frei Custódio; o que tudo visto e o mais que dos autos consta alegado pelo provedor e irmãos da Misericórdia e pois pela parte do embargante nem de Diogo de Mesquita que o apresentou não se mostra poder ele apresentar, nem nunca apresentar nesta capela, mando que meu mandado se cumpra como nele se contém e os embargados mandem dizer as missas da dita capela por capelão, conforme a instituição do protonotário, ficando seu direito resguardado ao embargante para requerer sua justiça acerca da propriedade desta capela e restituídos os embargados à sua posse, logo deponham aos artigos dos embargos do embargante quanto ao que toca à propriedade.

A qual sentença foi por mim publicada em pública audiência que eu fazia em minhas pousadas, aos vinte e dois dias do mês de Abril de mil quinhentos e oitenta e um anos, em pessoa dos procuradores dos réus embargados e se notificasse em pessoa ao autor embargante, por não estar presente seu procurador e outrossim por ele não estar presente, por bem do que lhe foi notificada a ele autor em pessoa.

E estando o feito nestes termos, por o autor não seguir a causa por diante sobre a propriedade, a requerimento dos réus embargados foi levada e foi requerido que se pronunciasse nos autos sobre as custas, por bem do que foram levados conclusos ao licenciado Manuel Álvares Carneiro, vigário que ora é desta comarca, por eu ser ausente e visto por ele pronunciou a sentença seguinte:

E vistos os autos e fundamentos da sentença em que foi pronunciado o provedor e irmãos da Misericórdia, devem ser conservados em sua posse e restituídos e pelo conseguinte o embargante não os deve de molestar e nisso foi condenado, pelo que o condeno também nas custas dos autos.

A qual sentença foi por ele publicada em pública audiência que ele fez nas suas pousadas, aos dois dias do mês de Setembro do dito ano de mil e quinhentos e oitenta e um anos, à revelia das partes, em pessoa de seus procuradores. E por de tudo os réus embargados lhe pedirem sentença lhe mandou dar a presente, pela qual admoesta e manda ao dito autor embargante condenado que da publicação dela a ele feita a nove dias primeiros seguintes que repartidos em três partes lhe deu por toda ela três canônicas admoestações e termo peremptório que lhe fará isso, deu por assinado e pague aos ditos réus embargados as custas que se nos autos fizeram, convém a saber: o salário do escrivão deles, contado pelo contador e dos procuradores dos ditos réus embargados e outras custas necessárias ao caso, feitiço e selo desta sentença que junto fez a soma de mil quatrocentos e trinta e cinco réis, o que tudo este autor embargante não pagando como dito é, passe e se peça sentença de excomunhão por estes presentes escritos e conta e chancela, para declaração e mais procedimentos. E por esta forma aliás e por esta sob a dita pena de excomunhão, mando a qualquer clérigo, religioso, tabelião ou notário da dita comarca que sendo para ele requeridos a leiam e publiquem e dele lhe façam certos por seus assinados com os nomes das testemunhas a ele presentes. Dada na dita Vila Real, sob o sinal e selo que perante ele serve, aos dois dias do mês de Setembro de mil quinhentos e oitenta e um anos.

E posto que esta sentença vai em nome do licenciado Sebastião Gil, vigário que foi nesta comarca, vai assinada pelo licenciado Manuel Álvares Carneiro, vigário que agora é nesta comarca, por ele ter sido juiz em muita parte dela e não haja dúvida nas emendas que dizem: da dita, estes, porque se fizeram na verdade. Vicente de Moraes, escrivão, o subscrevi. E pagará mais o embargante vinte réis que mais acresceu no processo, sobredito escrivão o escrevi. Manuel Álvares Carneiro.

Digo eu André Gonçalves, porteiro diante o senhor vigário, que é verdade que eu publiquei esta sentença como nela é contido e é já publicada pelo senhor Manuel Álvares Carneiro a tempo e por verdade aqui me assinei, aos dezasseis de Fevereiro de mil e quinhentos e oitenta e dois. André Gonçalves. Ao selo vinte e sete réis. Lugar do selo. António Fernandes. Ao escrivão cento e dezanove réis. A folhas trezentas e sessenta e duas verso do livro dezasseis ficam carregados duzentos e quarenta réis de selos. Vila Real, vinte e seis de Janeiro de mil e oitocentos e trinta dias. Teixeira.

Diz o provedor e mais mesários da Santa Casa da Misericórdia desta vila que precisam de que qualquer tabelião deste Juízo a que for apresentada a sentença junta, lha traslade em sua nota, pois que pela sua antiguidade não existem já os autos de que foi extraída. Pede a vossa senhoria, senhor doutor juiz de fora, seja servido mandar se traslade e receberá mercê na forma requerida. Guedes Mourão. Nada mais se contém em o dito documento, petição e despacho nela posto, do que o que o dito fica e vai na verdade, conforme os originais que me foram apresentados por Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel, desta vila, actual escrivão da Misericórdia da mesma, a quem os tornei a entregar que de como os recebeu assinou aqui, nesta Vila Real, aos onze dias do mês de Fevereiro de mil e oitocentos e trinta anos e eu João Bernardo Alvão, tabelião do público judicial e notas em esta Vila Real e termo que este aqui trasladei, depois de concertado e conferido com outro oficial de justiça comigo ao concerto abaixo assinado e por verdade me assinei em público e raso. Lugar do sinal público. Em testemunho de verdade. O tabelião, João Bernardo Alvão e comigo escrivão ajudante, José Bernardo Pereira, Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel.

Está conforme a original que fica e minha nota a folhas trinta e sete, dia mês e ano era ut supra e eu João Bernardo Alvão, tabelião que o sobrescrevi e assinei em público e raso.

(Fonte: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e consolidação: Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2005, vol. 5, doc. 1)

Por outro lado, quando analisamos a cronologia das capelas instituídas na Igreja da Misericórdia de Vila Real, desde a sua fundação até meados do século XVIII, verificamos que o número de missas perpétuas estabelecidas na Igreja da Misericórdia não parou de crescer até inícios do século XVII. Contudo, a partir de 1620-1630, os vínculos de missas perpétuas vão descer abruptamente, a denunciar uma nova realidade. Rápida laicização da sociedade? Perda de prestígio da Santa Casa junto das elites vila-realenses? Uma cisão no seio dos irmãos da Misericórdia?

Afastada a primeira hipótese, prevalecem as restantes. Com efeito, em 1639, a poderosa e “opulenta” irmandade de São Pedro, estabelecida na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, transferiu-se para o “magnífico” templo de São Paulo, no coração de Vila Real, o qual tinha sido mandado construir por alguns sacerdotes e religiosos das “principais nobrezas desta vila” – por 1720, registava 200 irmãos sacerdotes e 500 irmãos leigos – levando a que esta igreja de São Paulo rapidamente substituisse a Igreja da Misericórdia quanto às missas perpétuas e bens de almas.



Arca de madeira pintada (séc. XVIII ?)

Logo a seguir, em 1641, a extinção da Casa dos Meneses, marqueses de Vila Real – devido ao apoio que tinham concedido à União Ibérica (1580-1640) – a qual se encontrava ligada à fundação da Misericórdia (eventualmente favorável à corte espanhola, como pretende Adelino Samardã) ajudou, também a aprofundar a crise que esta Instituição sofreu por esses anos, agravada pelas guerras da Restauração (1640-1668), e traduzida, assim, na escassa vinculação de missas perpétuas à Igreja da Misericórdia de Vila Real, daí em diante. A partir de então, os bens de almas doados à Misericórdia não mais voltarão a ser os mesmos.



Urna do Santíssimo (séc. XIX)

Quadro n.º 1 - Vínculos de Capelas instituídas na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (séculos XVI-XVIII)

Data	Capela	Missas perpétuas	Instituidor	Rendas afectas às capelas
1538, 23 de Abril	De Pedro de Castro	Uma missa diária de requiem, pela alma de Fernando, marquês de Vila Real	Pedro de Castro, protonotário da Sé Apostólica, abade de Mouços e de Freamunde	Doação perpétua de 200 medidas de trigo e centeio, azeite, que lhe pagavam de foro, e uma casa na Vila Velha
1553, 13 de Agosto	De Leonor Henriques	Uma missa cantada na primeira segunda-feira depois do dia de São João, em cada ano	Leonor Henriques, viúva do dr. António de Valença	15 alqueires de centeio que lhe pagavam no lugar de Gache (São Lourenço) e Linhares
1557, 4 de Setembro	De Jorge Brandão	Uma missa cantada e outra rezada em dia de Todos os Santos	Jorge Brandão, cavaleiro fidalgo e sua nora, Isabel Magalhães, viúva de Duarte Brandão	Prazo a favor da Misericórdia, de 5 alqueires de trigo
1558, 10 de Agosto	De António de Ervedosa	3 missas semanais	António de Ervedosa, ouvidor de Valença, e sua mulher Jerónima Fernandes	Todos os seus bens do couto de Gouvães e os que tinham em Vila Real e seu termo
1558	De Dionísio Tavares	2 missas anuais	Dionísio Tavares, filho do provedor da Misericórdia, Simão Tavares	6 alqueires de pão, de foros, anualmente
1573	De Diogo Barreto	12 missas anuais	Diogo de Magalhães Barreto. Foi sua herdeira Isabel de Meneses	10 alqueires de centeio, 10 almudes de vinho por São Martinho e um frango ou galinha para o capelão que dissesse as missas
1583, 12 de Setembro	De Dinis Tavares	2 missas em dia de São Dionísio, por sua alma e de seus pais, sendo uma cantada e outra rezada	Dinis Tavares	7 alqueires de centeio, do foro que lhe pagavam pela "cortinha" sita na ponte dos Torneiros
1584, 23 de Maio	De Manuel Teixeira	3 missas anuais, na Paixão de Cristo, em louvor de N.ª S.ª do Rosário e outra em honra da Apóstolo Santiago	Manuel Teixeira. Nomeou para administrador da capela o provedor	Foro de 9 alqueires de pão, do casal do Couto, na vila de Galegos, freguesia de S. Pedro de Vale Nogueiras
1588, 14 de Janeiro	De Fernão Lourenço	Missa semanal por suas almas, em honra das Chagas de Cristo. Referem que queriam ser sepultados na igreja da Misericórdia e que o capelão devia ser o parente mais chegado dos instituidores	Fernando Lourenço e sua mulher Inês Cardoso	Vinculam perpetuamente, dos seus bens, 50 medidas de centeio para o sacerdote que dissesse as missas e 1 000 réis anuais de foro à Misericórdia
1589, 29 de Janeiro	De Isabel Meneses	8 missas com responso, rezadas na sua sepultura, na Igreja da Santa Casa	Isabel de Meneses, filha de Diogo de Magalhães Barreto, que casou com Paulo António Telo de Meneses	Quinta de Navalhas, sita no limite de Abambres (freguesia de Mateus) e 200 réis ao provedor, em dia de Todos os Santos.
1591, 7 de Abril	De António Leitão	1 600 réis de missas anuais	António Dias Leitão, abade de St.ª Eulália da Cumieira	Afectou para o efeito umas casas com quintal sitas à Porta da Vila
1595, 10 de Outubro	De Catarina da Nóbrega	Uma missa semanal por sua alma e pela do seu marido. Nomeou para capelão, o seu irmão Pedro Martins	Catarina Martins da Nóbrega, viúva de António Pires Colmado	Vinculou 50 alqueires de centeio que eram pagos em vários lugares do termo de Vila Real e do concelho de Jales; deixou uma vestimenta de cetim encarnado, aparelhada com cálice de prata, missal e tudo o mais necessário
1597, 18 de Março	De Isabel Cafina		Isabel Martins Cafina	Testamento a favor da Misericórdia, com obrigação de uma vela de arrátel, para estar acesa quando se expunha o Santíssimo na Quinta-feira Maior
1598, 1 de Agosto	De Fernão Pinto Pimentel, do lado do Evangelho lateral ao altar-mor	Missas e outros encargos, nomeadamente roupa para vestir os pobres	Fernão Pinto Pimentel e sua mulher Maria Correia	Vincularam todos os seus bens
1599, 28 de Março	Capela do <i>Ecce Homo</i> , que fica do lado da Epístola lateral ao altar-mor	12 missas, uma num sábado de cada mês	Gonçalo Lobo Tavares	1 300 réis para a fábrica da capela, um almude de azeite por ano, 400 réis em dinheiro e 4 000 réis de um foro; a lâmpada teria que estar acesa nas missas e os seus herdeiros ficavam com a obrigação de reparar a capela de tudo o necessário
1600, 28 de Janeiro	De António Pires	2 missas semanais	António Pires, reitor de São Cristóvão de Parada de Cunhos. Nomeou como administrador o provedor para apresentar capelão	Testamento a favor da Misericórdia, legando todos os seus bens

1600, 25 de Julho	De Luís de Mesquita de Andrade	Uma missa todas as quartas-feiras	Luís de Mesquita de Andrade, viúvo de Brites de Almeida	Vinculou uma casa situada defronte à Casa do Despacho da Misericórdia e meio almude de azeite para a lâmpada a acender todos os sábados
1616, 28 de Abril	De Bartolomeu Jorge e sua mulher	4 missas semanais	Bartolomeu Jorge e sua mulher Paula de Carvalho	Meio almude de azeite; olivais e vinhas; 46 medidas de centeio; uma casa da Praça; 9 campos com casa e souto na ribeira do Cabral e mais 3 200 réis
1665, 13 de Dezembro	De João Botelho	20 missas anuais	Reverendo João da Cunha Botelho	200 réis anuais
Século XVII	De Pedro Martins	2 missas semanais	Padre Pedro Martins, irmão de Catarina Martins da Nóbrega	Vinculou todos os seus bens e ordenou que esta obrigação fosse anexada à capela de sua irmã
Século XVIII (?)	De Domingos Gonçalves	Uma missa quotidiana pela alma do instituidor e de seus pais	Domingos Gonçalves Cruz (falecido no Brasil, em Ouro Preto)	Testamento a favor da Misericórdia de 3 000 cruzados (1 200 000 réis), para ser aplicado a juros

(Fonte: SOUSA, Fernando de, GONÇALVES, Silva, 1987 – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real; e Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, *livros da cobrança de foros e Tombo Novo feito no ano de 1797*)

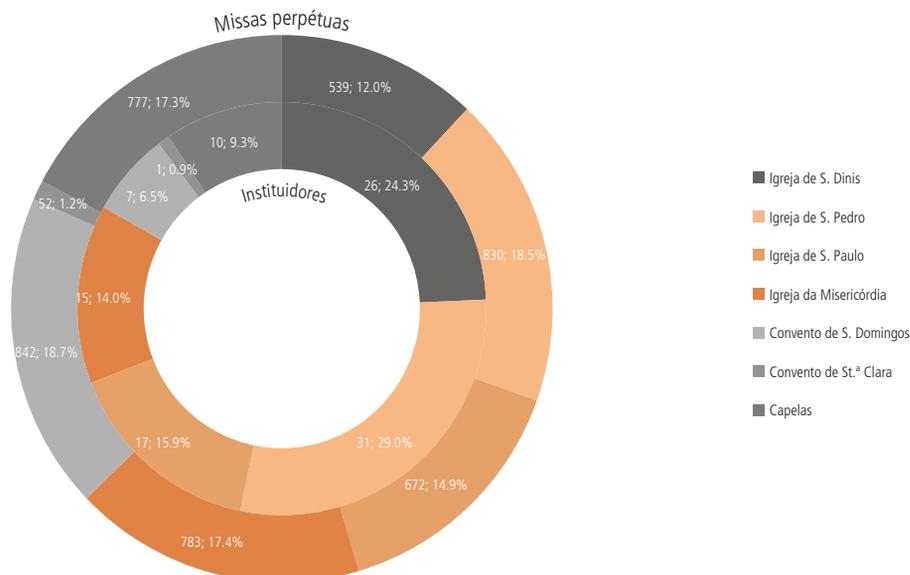
Por 1721, em Vila Real eram celebradas, anualmente, cerca de 4 500 missas perpétuas, em cujo número se incluíam perto de 800 na Igreja da Misericórdia, a qual, sob este aspecto, se encontrava ligeiramente abaixo da igreja da paróquia de São Pedro e da igreja do Convento de São Domingos, que ultrapassavam, cada uma, as 800 missas perpétuas, a revelar que, sob o ponto de vista social e devocional, a Misericórdia de Vila Real se encontrava bem enraizada no burgo.

Quadro n.º 2 - Missas Perpétuas e seus Instituidores em Vila Real (1721)

Igrejas	Missa Perpétuas		Instituidores	
	Número	%	Número	%
Igreja de S. Dinis	539	12,0	26	24,3
Igreja de S. Pedro	830	18,5	31	29,0
Igreja de S. Paulo	672	15,0	17	15,9
Igreja da Misericórdia	783	17,4	15	14,0
Convento de S. Domingos	842	18,7	7	6,5
Convento de St.ª Clara	52	1,1	1	1,0
Capelas	777	17,3	10	9,3
Total	4 495	100,0	107	100,0

(Fonte: ADVR/SCMVR/*Tombo Novo feito no ano de 1797*)

Gráfico n.º 1 - Missas Perpétuas e seus Instituidores em Vila Real (1721)



(Fonte: ADVR/SCMVR/ Tombo Novo feito no ano de 1797)

Mas o número de instituidores de capelas de missas da Misericórdia de Vila Real, em 1721, era já inferior às apresentadas pelas igrejas de São Dinis, São Pedro e São Paulo. Com efeito, em Vila Real, cada igreja apresenta uma cronologia própria quanto à instituição de capelas de missas perpétuas, a denunciar a preferência da nobreza e burguesia vila-realense quanto a tal prática. “Se a igreja da Misericórdia foi, por excelência, a sede das missas perpétuas quinhentistas, a deslumbrante igreja de São Paulo chamou a si o número mais significativo das missas perpétuas seiscentistas.”³⁴

Como é que, após 1721, evoluiu o número das capelas de missas na Misericórdia de Vila Real? No fundo documental da Santa Casa, relativamente a 1783-1784, dispomos da relação da cobrança dos foros e pensões das capelas, construída na sequência da elaboração da relação dos foros e pensões de 1783-1784, e do Tombo Novo, que ficou concluído em 1797.

Por esta fonte, sabemos quantas capelas existiam na Misericórdia de Vila Real, em finais de Setecentos, a saber:

- Capela do protonotário Pedro de Castro (1528);
- Capela de Leonor Henriques (1553);
- Capela de Jorge Brandão (1557);
- Capela do ouvidor António de Ervedosa (1558);
- Capela de Diogo de Magalhães Barreto (1573);
- Capela de Dinis Tavares (1583);
- Capela de Manuel Teixeira (1584);
- Capela de Isabel de Meneses (1589);

- Capela de António Leitão (1591);
- Capela de Catarina Martins da Nóbrega (1595);
- Capela de Isabel Cafina (1597);
- Capela de Fernão Pimentel (1598);
- Capela de Gonçalo Lobo Tavares, ou do *Ecce Homo* (1599);
- Capela de António Pires (1600);
- Capela de Luís de Mesquita de Andrade (1600);
- Capela de Bartolomeu Jorge (1616);
- Capela de João da Cunha Botelho (1665);
- Capela de Domingos Gonçalves da Cruz (século XVIII).



Caixa de esmolos com pintura representando Nossa Senhora das Dores (Igreja da Misericórdia)

Isto é, em finais do século XVIII, com excepção da capela de Domingos Gonçalves da Cruz, falecido no Brasil, em Vila Rica (Ouro Preto), que em testamento deixou 3 000 cruzados à Misericórdia, com a obrigação de uma missa quotidiana, todas as capelas são anteriores a 1665, e com excepção de duas, todas elas são quinhentistas, a demonstrar inequivocamente que, após 1600, a Misericórdia deixou de exercer qualquer capacidade de atracção sobre a nobreza e burguesia vila-realense.

Constituíam as capelas de missas estabelecidas na Misericórdia de Vila Real, que levaram a esta Instituição os seus primeiros bens de raiz, um benefício ou um encargo para esta Instituição? A queda do seu número a partir do século XVII penalizou a Misericórdia ou não?

Sob o ponto de vista simbólico, é claro que a redução do número de missas perpétuas não foi prestigiante para a Casa. Sob o ponto de vista financeiro, duvidamos que fosse negativa. As missas que as capelas instituídas na Misericórdia de Vila Real obrigavam, com carácter perpétuo, revelaram-se, como nas outras misericórdias, um encargo para a Instituição, uma vez que os rendimentos dos bens afectos àquelas exauriam-se no pagamento aos capelães ou sacerdotes encarregados de celebrar as missas, levando, até, na ausência de outras fontes de financiamento, a uma acumulação de missas por celebrar, e assim ao incumprimento dos legados pios.

Esta situação obrigou a que a Administração da Misericórdia solicitasse às autoridades eclesiásticas breves de perdão para as missas não efectuadas e breves de redução quanto ao número de missas instituídas, sob pena de incumprimento das obrigações estabelecidas – medida que encontramos adoptada por outras misericórdias do Reino, como a de Bragança que, na segunda metade do século XVIII, diminuiu não só o número de missas perpétuas, como o de capelães.

Na sequência dos breves de redução concedidos à Misericórdia de Vila Real, o número de missas perpétuas instituídas na mesma registou, no século XVIII, uma redução drástica, como podemos verificar, por exemplo, quanto às seis capelas administradas directamente pelo provedor (nomeadamente a da capela de Pedro de Castro), as quais, de centenas de missas anuais, se encontravam limitadas a 21, por 1797.

Quadro n.º 3 - Foros e pensões da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real vinculados a capelas (1783-1784)

Capela do protonotário Pedro de Castro

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Parada de Pinhão e Vila Real	Jerónimo da Cunha Soto Maior, de Vila Real	Casal do Amieiro, Vale de Godim e Chão da Portela	Centeio	10 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
Parada de Pinhão e São Lourenço	Simão Borges de S. Lourenço e Maria de Fonseca do Pinheiro, herdeiros de Gaspar de Fonseca	Propriedade da Roboreda	Centeio esquifado	4 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
Parada de Pinhão	Os herdeiros de Domingos Simão	Todos os bens do licenciado Pedro Correia	Centeio	2 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
	Josefa Álvares, viúva, José Carvalho e sua mulher Maria Gonçalves, herdeiros de Francisco Martins e de Manuel Fernandes	Pela propriedade de Valderadeiro, com laranjeiras	Centeio	4,5 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
Parada de Pinhão e Vilarinho	Francisco Martins e sua mulher Maria Lourença de Carvalho, Manuel Álvares e seu sobrinho João, e os herdeiros do Ferreirinho	Pelas terras do licenciado Pedro Correia	Centeio	9,5 alqueires	Pagos pela medida velha em dia de N.º Sr.ª de Setembro
Vilar de Maçada	José Pinto de Queirós, capitão-mor de Favaios	Por 3 leiras de olival de Semuro, que foi de Manuel de Magalhães de Sousa, de Vila Real	Trigo Centeio meado	10,75 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
	Fruoso Jorge, Manuel de Macedo, Luís de Matias e o conde de Oeiras	Pelo olival de Semuro que foi de Manuel de Fonseca e de sua mulher Maria de Sousa; por duas oliveiras e um castanheiro	Pão meado de trigo e centeio	5 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
	Joana, sogra do boticário António Luís de Monteiro	Pelas casas de Filipe Fernandes, por dote de casamento de sua mãe, Maria Jorge	Pão meado, de trigo e centeio	0,5 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
	José Pinto de Queirós, capitão-mor de Favaios	Pelo olival de Semuro que foi de Maria de Macedo, viúva de Baltazar Borges Pimentel	Pão meado, de trigo e centeio	1,5 alqueires	Pagos pela medida velha, em dia de N.º Sr.ª de Setembro
	Luís de Beça e Manuel José de Azevedo	Pelo olival de Semuro que foi de Manuel de Beça e Barros; pelas oliveiras que ficaram de Gonçalo Trigo	Trigo Trigo Centeio	0,5 alqueires 0,5 alqueires 1 celamim	Pagos pela medida velha, em dia de N.º Sr.ª de Setembro
	José Pinto de Queirós, capitão-mor de Favaios	Pelo olival com 15 oliveiras que foi de Gaspar Vaz	Trigo Centeio	1 alqueire 1 celamim	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro
São Lourenço	Os herdeiros de Luís Teixeira Malainho	Pela cortinha que foi dos herdeiros de Domingos João e de sua mulher Margarida Jorge	Centeio	1,5 alqueires	Pagos por pessarua, pela medida velha
Delgada	Maria João, viúva de João António Arrocho de Soto Maior; Maria Fernandes, viúva de Pedro; Comba Gonçalves, viúva da Delgada	Pelas leiras da cortinha que cada uma tem no sítio detrás das casas do lugar da Delgada	Centeio	6 alqueires	Pagos por pessarua
São Lourenço, Delgada, Arcão, Paredes	Jorge Fernandes, o ermitão, e os herdeiros de Isabel Lousada, viúva de Pedro de Niza; Gonçalo Gonçalves e Senhorinha Vilela	Vinha do Soutelinho	Centeio	3 alqueires	Pagos em dia de N.º Sr.ª de Setembro

São Lourenço	José Caetano, sapateiro, Helena de Cerqueira, Manuel Lopes e Moutinho, Manuel Lourenço, Francisco Álvares, Luísa Maria e Manuel Correia	Pelo casal do Arrabalde	Centeio Leitão Azeite	12 alqueires 1 1 almude	Pagos pela medida velha em dia de N.ª Sr.ª de Setembro
Soto Maior	João Álvares e seu irmão José Álvares, filhos de Manuel Álvares e outros	Pelas 3 casas, cortinha com horta, oliveiras e castanheiros, 3 soutos, 2 lameiros, uma vinha, aveleiras, uma regada de lama, uma leira de monte, um campo	Centeio	17 alqueires	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto
Delgada	José Gonçalves e seu irmão, herdeiros de Domingos Gonçalves	Pela vinha de Soutelinho	Centeio	1,5 alqueires	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto
Vila Chã (lugar de Carvalho)	Moradores do lugar de Carvalho, Vila Chã	Pelas leiras de terra, casas e lameiros	Centeio e trigo meado	14,5 alqueires e 1 celamim	
Vilarinho de São Romão	Os herdeiros de Pedro Vilela e de sua mulher Maria Benta	Por uma leira	Centeio	1 alqueire	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto; reconheceram o foro à Misericórdia em 1663
	Os herdeiros de António Peres	Pela leira do Carvalhal	Centeio	1,5 alqueires	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto; reconheceram o foro à Misericórdia em 1663
	Os herdeiros de Ana Gonçalves, viúva de Pedro Gonçalves	Pela vinha do lugar de Tabuadelo	Centeio	3 celamins	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto; reconheceram o foro à Misericórdia em 1663
	Os herdeiros de Catarina Jorge, viúva de Pedro de Ervedosa	Pela vinha do Tabuadelo	Centeio	1,5 alqueires e 1 celamim	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto; reconheceram o foro à Misericórdia em 1663
	Os herdeiros de Caetana Gonçalves, viúva de Domingos António	Pelo sumagal e por uma casa telhada e sobrado que foram de Pedro Bento	Centeio	1 alqueire	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto; reconheceram o foro à Misericórdia em 1663
Jorjais de Mouçós	Os herdeiros de Filipe Gaspar e sua mulher Domingas Lourença	Por uma vinha, pela metade de um souto e por um casal	Centeio	10 alqueires	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto
Pinheiro de São Lourenço	Herdeiros de Maria de Fonseca		Centeio	4 alqueires	
Delgada	Herdeiros de Maria Gonçalves		Centeio	6 alqueires	
Leirós	Pedro Francisco e seu irmão, de Linhares		Centeio	4 alqueires	Pagaram ao padre Rubião, como consta do rol de 1772
Jorjais de Mouçós	António e Domingos Gonçalves		Centeio	6 alqueires	
Jorjais de Mouçós	Ana Lourença, viúva		Centeio	2 alqueires	
Vila Meã	Gonçalo Dias		Centeio	2 alqueires	
Delgada	João Martins, João Pires e Lourenço Dias, herdeiros de Marinha, solteira		Centeio	1 alqueire	
Celeirós	Domingos Álvares e Luís Gonçalves		Centeio	2 alqueires	
Paradelinha	António Peres Domingos e Gonçalo Carvalho		Centeio	0,5 alqueires 1,25 alqueires	
Vilar de Celas	Manuel Gaspar		Centeio	2 alqueires	

Segunda capela de S. Sebastião, da freguesia de S. Pedro, apresentada pelo provedor, instituída pelo protonotário Pedro de Castro, que a dotou com 25 alqueires de pão de foros anuais, com obrigação de uma missa semanal

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Jorjais de Mouçós	Maria Coelho, viúva		Pão	2 alqueires	Estes foros não foram tombados, mas constavam do livro da Santa Casa de 1707
	Gonçalo Sobrinho		Pão	3 alqueires	
	Tomé Álvares		Pão	7 alqueires	
	João Vieira	Do seu casal	Pão	6 alqueires	
	Gonçalo Vaz		Pão	0,75 alqueires	
	Domingos Gonçalves		Pão	4 alqueires	
Fortunho	Gonçalo João		Pão	2 alqueires	
	Domingos Álvares		Pão	0,75 alqueires	

Foros da capela de S. Sebastião, cobrados por António Pereira Rubião, em 1780

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Jorjais de Mouçós	Maria Álvares, viúva de Manuel Álvares, como herdeira de Gonçalo Vaz		Centeio	3 celamins	Foros pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto
Sigarrosa	Isabel Álvares, viúva de António Lourenço			3 celamins	
Jorjais de Mouçós	José Coelho, Manuel Coelho, Francisco Álvares, Bento e António		Centeio	3,25 alqueires	
Jorjais de Mouçós	Gonçalo Luís		Centeio	3 alqueires	
Jorjais de Mouçós	João Vieira		Centeio	5,5 alqueires	
Jorjais de Mouçós	Domingos Vieira		Centeio	2,5 alqueires	
Sigarrosa	Tomé Álvares		Centeio	1 alqueires	
Fortunho	João Francisco		Centeio	1 alqueires	
Fortunho	Isabel, solteira de Souto		Centeio	1 alqueire	
Fortunho	Maria Afonso, viúva de Francisco Álvares		Centeio	2 alqueires	
Fortunho	Pedro Afonso		Centeio	0,5 alqueires	
Fortunho	António Álvares Machado		Centeio	2 alqueires	
Fortunho	Os herdeiros de António Vieira		Centeio	5 alqueires	
Fortunho	Os herdeiros de Brites João		Centeio	3 celamins	
Fortunho	João Gaspar		Centeio	10 alqueires	

Foros relativos à capela que instituiu o doutor António de Ervedosa

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Passos	Afonso Botelho de Sampaio, administrador da capela	Todos os bens	Vinho, casas e lagar	400 réis anuais	Pagos em dia de Todos os Santos

Foros relativos à capela que instituiu Diogo de Magalhães Barreto

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
	João de Carvalho de Magalhães	Quinta de S. Jerónimo, que foi do capitão Manuel de Matos de Figueiredo, tio de João de Magalhães	Vinho cozido	10 almudes	Pagos em dia de São Martinho
Fontelo e Abaças	António Lourenço, António Matias, Maria Rodrigues, viúva; Francisco dos Santos, Francisca e António Marto, António José e José Osório		Centeio	10 alqueires	Deve ser pago por pessuaria (posseiro)

Foros relativos à capela de Isabel de Meneses, filha de Diogo de Mesquita

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
	Luís de Matias	Quinta do Navalho		200 réis anuais	Deve o pagamento de vários anos

Foros relativos à capela que instituiu Manuel Teixeira

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Galegos e Vale de Nogueiras	Catarina da Fraga, filha de Francisco da Fraga; António Luís de Oliveira		Pão	9 alqueires	Pago até 1782, devendo 1783

Foros relativos à capela que instituiu António Dias Leitão, abade da Cumieira

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Vila Real	António Teixeira Girão	Das casas, as penúltimas antes da Porta da Vila		1 600 réis anuais	Pago até 1782, devendo 1783
Vila Real	António Lopes Rego	Das casas sitas frente à porta da portaria das freiras de Santa Clara	Vela de cera amarela	1 arrátel	Esta vela deve estar acesa na quinta-feira santa. Legado deixado por Isabel Cafina; "tem satisfeito até 1783"

Cobrança de foros relativos à capela que instituiu Fernão Pinto Pimentel e sua mulher

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Vilar de Maçada	Francisco Pinto Pimentel, administrador da capela	Todos os seus bens, vinculados em morgado, designado da Ribeira de Sabrosa	Pão e vinho		A satisfazer na Sexta-feira Santa

Foros relativos à capela que instituiu António Pires, reitor de Parada de Cunhos

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Celeirós	Os herdeiros de Filipa Correia, viúva de António Álvares	Olivais e pela herança de José Correia de Vila Real	Azeite	16 quartilhos	Pagos na novidade
	Os herdeiros de Domingos Álvares e sua mulher Francisca Esteves	Todos os seus bens	Centeio	1,5 alqueires	Pagos no dia de N.ª Sr.ª de Agosto
	Os herdeiros de Pedro Luís e Gonçalo Luís, João, António e Luísa Moreira, viúva de Gaspar Luís	Todos os seus bens	Azeite	8 quartilhos	Pagos na novidade; reconhecimento feito a 17 de Dezembro de 1663
	Os herdeiros de João António o novo, Maria Gonçalves, viúva, Antónia Francisca, viúva, e João António		Azeite	8 quartilhos	Pagos na novidade

Vale de Mendis	Os herdeiros de Tomé Álvares e de seu irmão Gonçalo Álvares	Todos os seus bens	Azeite	8 quartilhos	
	Maria Ribeiro, solteira e seus herdeiros	Todos os seus bens	Azeite	6 quartilhos	Pagos na novidade
	António Francisco, como tutor dos filhos de Domingos João de Alelo	20 oliveiras no Souto do Vau e no Silval de Vale de Mendis	Azeite	6 quartilhas	Pagos na novidade
	Ana Costa e seu irmão (ausente), herdeiros de Pascoal João, o namorado	Olivais com 19 oliveiras	Azeite	10 quartilhos	
	Maria, filha de Gonçalo Rodrigues	Oliveiras e terço de terra	Azeite	2 quartilhos	Pagos na novidade
Parada de Cunhos	José Gonçalves, filho de Marcelino de Relvas, João Álvares Maduro, Maria Fernandes e outros herdeiros de António Gonçalves de Relvas e de Bartolomeu Álvares		Azeite	1 cântaro	Pagos na novidade
	Domingos Gonçalves Aranha e herdeiros: padre Manuel Rodrigues, Matias Rodrigues, Maria órfã, Manuel Vieira e Manuel de Sampaio	Do foro de mel e pelo campo da calçada da Ribeira de cabril		700 réis em dinheiro	
	Os herdeiros de Jorge Lopes, de Francisca Martins, de Domingas, solteira, e de Baltazar Martins	Campo da Rocada e campo da Choura	Centeio	12 alqueires	Pagos no dia de N.ª Sr.ª de Agosto
Vila Real	José Correia, sapateiro, herdeiro de Francisco de Mesquita, seu sogro	Olival do sítio do Jazigo	Azeite	Um cântaro	Pagos na novidade; este foro estava por pagar há mais de 12 anos
	Francisco Moreira, cirurgião	Pelas casas da Vila Velha, em que vive, e que foram de Inês de Miranda		1 200 réis	Pagos anualmente; este foro estava por pagar há mais de 12 anos

Foros relativos à capela que instituiu Luís de Mesquita de Andrade

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Torre de Pinhão	Manuel Nunes Capote, como herdeiro de sua cunhada; o mesmo foreiro, por Manuel Fernandes, morgado de Fundões, freguesia de São Lourenço		Pão	1,25 alqueires	Pagos anualmente; tem em dívida 14 alqueires
			Centeio	0,5 alqueires	Pagos anualmente; tem em dívida 11 alqueires
	Manuel Rodrigues Monteiro, paga por Tomé Rodrigues		Centeio	1 alqueire	Pagos anualmente
	José Álvares Teixeira, Manuel Gonçalves e Manuel Monteiro		Centeio esquifado	3 alqueires	Pagos anualmente
	Os filhos de Maria Monteiro, José Álvares, António Fernandes Pires e Manuel Martins	Casal de Gonçalo Fernandes Velho	Centeio	1,75 alqueires	Pagos anualmente; devem 22,75 alqueires
	Manuel Rodrigues, filho de Tomé Rodrigues		Centeio	0,5 alqueires	Pagos anualmente
	Maria Nunes, fidalga, paga por Manuel Luís do Souto de Girão		Centeio esquifado	1,5 alqueires	Pagos anualmente
	Domingos Álvares, filho de Miguel Fernandes	Casal de Gonçalo Fernandes Velho	Pão	0,75 alqueires	Pagos anualmente
Maria e Luísa Álvares, viúvas e irmãs	Casal de Maria Gonçalves	Pão centeio Centeio esquifado	1 alqueire 0,25 alqueires	Pagos anualmente	

	António Nunes, fidalgo		Pão esquifado	1 alqueire	Pagos anualmente
	Os herdeiros de António Gonçalves Velho		Centeio esquifado	1 alqueire	Pagos anualmente
	Margarida Martins, viúva de António Ribeiro, paga por Manuel Luís do Souto		Centeio esquifado	0,5 alqueires	Pagos anualmente; tem em dívida 23 alqueires de pão esquifado
	Pago por Simão Fernandes		Esquifado	1,5 alqueires	
	João Gonçalves de Sousa de Aguiar	Cortinha de Setorre(?), comprada a Narciso Pereira da Lapa	Pão esquifado	0,5 alqueires	Pagos anualmente; tem em dívida 9 alqueires
	Pedro Lopes		Pão centeio esquifado	0,5 alqueires	Pagos anualmente; tem em dívida 14 alqueires
	António Sobrinho		Centeio esquifado	0,5 alqueires	Pagos anualmente
	Os herdeiros de António Monteiro e Manuel Gomes, que pagam por Manuel Monteiro		Centeio esquifado	1 alqueire	Pagos anualmente
	Francisco Gonçalves Soromenho		Centeio esquifado	1 alqueire	Pagos anualmente
	José e Maria Álvares, viúva, e José Monteiro		Centeio esquifado	1 alqueire	Pagos anualmente
	Domingos Gonçalves Lombo e Manuel Nunes Esquerdo		Pão esquifado	2 alqueires	Pagos anualmente
	Manuel Vilela		Centeio	1 alqueire	Pagos anualmente
	João Álvares de Souto		Centeio esquifado	2 alqueires	Pagos anualmente
	João Martins, paga por João Monteiro		Centeio esquifado	0,5 alqueires	Pagos anualmente
	As viúvas de André Martins e Agostinho Martins, pagam por Domingos Gonçalves, do Portelo		Centeio esquifado	1,25 alqueires	Pagos anualmente
	Pascoal Lopes, de Valnogueiras, paga por Maria Álvares, viúva, de Águas Santas		Pão esquifado	0,5 alqueires	Pagos anualmente
	Os herdeiros da Senhorinha	Pelo casal de Isabel Gomes	Centeio esquifado	2 alqueires	Pagos anualmente
	Os herdeiros de Domingos Gonçalves Neto e Caetano Nunes		Pão esquifado	2 alqueires	Pagos anualmente
	Domingas Gonçalves, viúva de Manuel Nunes		Pão esquifado	3 alqueires	Pagos anualmente
Afonsoim, Vila Pouca de Aguiar	Domingos Machado Ferreira e sua mulher		Centeio Frango	20 alqueires 1 ou 420 réis	Pagos no dia de N.ª Sr.ª de Agosto (deve o ano de 1783)
Vila Chã de Aguiar	Moradores do lugar		Centeio	8 alqueires	Pagos anualmente
Outeiro de Aguiar	Moradores do lugar		Centeio	4 alqueires	Pagos anualmente
Vale de Mendis	Os herdeiros e descendentes de Pascoal João		Azeite	1 cântaro	Pagos anualmente, como se declara no livro 1503
Vila Real	Luís Nogueira, homem da vara	Casas localizadas por trás da rua da Misericórdia e em frente às janelas da Casa do Despacho		800 réis	Pagos anualmente (deve o ano de 1783)

Foros relativos à capela que instituiu Gonçalo Lobo Tavares, administrada por José Constantino Lobo Tavares

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Vila Real			Azeite	1 almude 400 réis	Pagos anualmente

Foros relativos à capela que instituiu Dinis Tavares, de Vila Real

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Vila Real	Luís Ataíde Pimentel		Centeio	3,5 alqueires	Pagos anualmente
	Luísa Pinto Teixeira, herdeira de seu tio, João Teixeira Pinto, da rua Nova			1,75 alqueires	Pagos anualmente
	João Teles, dos Torneiros			1,75 alqueires	Pagos anualmente

Foros relativos à capela que instituiu o reverendo João da Cunha Botelho, administrada por Francisco Xavier Teixeira da Fontoura

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Vila Real				200 réis	Pagos anualmente

Foros relativos à capela da missa quotidiana de Domingos Gonçalves Cruz (o capital da capela é de 1 112 701 réis)

Localidade	Devedores	Montante em dívida	Juros vencidos anualmente	Observações
Barreiros	Francisco António de Morais	26 000 réis	1 300 réis, vencidos a 12 de Agosto	Deve até 1783, 6 anos de pagamentos, 7 800 réis
Casal de Matos	António de Matos Coelho	212 700 réis	10 600 réis, vencidos a 5 de Março	Deve o pagamento de 1783
Vila Real, rua da Misericórdia	José Correia Mourão	50 000 réis	2 500 réis, vencidos a 2 de Julho	Deve o pagamento do ano de 1783
Vila Seca	António Ferreira	40 000 réis	2 000 réis, vencidos a 3 de Maio	Escritura de empréstimo de dinheiro a juro, feita em Maio de 1783; só vence juros em Maio de 1784
Nogueira	Luís Rodrigues Armada	40 000 réis	2 000 réis, vencidos a 11 de Fevereiro	Deve até 11 de Fevereiro de 1784, 3 anos, 6 000 réis.
Sabroso	Luís de Fonseca	20 000 réis	1 000 réis, vencidos a 4 de Março	Deve 1 000 réis, de 1784
Vila Real, rua do Passo	Josefa Joaquina, filha de Francisco de Álvares Dinis	70 000 réis	3 500 réis, vencidos a 10 de Maio	Escritura de empréstimo de dinheiro a juro feita em Maio de 1783; só vence juros em Maio de 1784
Nogueira	Domingos Jorge	100 000 réis	5 000 réis, vencidos a 24 de Junho	Deve 5 000 réis, de 1784
Vila Real	Jerónimo José Pinto de Azevedo; assumiu a escritura de dinheiro a juro feita por João Bernardo Teixeira em 1781, no valor de 36 000 réis, que se comprometeu a pagar em 2 anos	50 000 réis	2 500 réis, vencidos a 22 de Janeiro	Deve 2 500 réis, do ano de 1784
Vila Nova de Folhadela	Manuel Rodrigues	215 000 réis	1 750 réis, vencidos a 13 de Maio	Fez nova obrigação a 27 de Junho de 1783, saldando todos os juros; deve 1 750 réis, de 1784
Vila Nova de Folhadela	Estêvão Rodrigues	85 000 réis (a 5% de juro)	4 250 réis, vencidos a 3 de Maio	Deve 4 750 réis, de 1784

Vila Real, rua Direita	Os herdeiros de Domingos Pereira de Bastos	50 000 réis (a 5% de juro)	2 500 réis, vencidos a 27 de Março	Devem 2 500 réis, de 1784
	Alexandre Lemos, filho de Luís Teixeira de Queirós	50 000 réis	2 500 réis, vencidos a 3 de Maio	Deve 2 500 réis, de 1784

Foros não tombados mas registados no tomo de 1707 como sendo pagos à Misericórdia de Vila Real

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Linhares	Pedro Francisco Leirós e seu irmão			4 alqueires	
Jorjais de Mouços	António e Domingos Gonçalves			6 alqueires	
	Ana Lourença, viúva			2 alqueires	
Vila Meã	Gonçalo Dias			4 alqueires	
Felgueiras	José Afonso			8 alqueires	“Presume-se é da capela de Leonor Henriques, viúva do doutor António de Valença”
Linhares	Paula Gonçalves			6 alqueires	
Águas Santas	A Branca, filha do Branco			2 alqueires	
Passos	Os herdeiros de Gonçalo Martins			5 alqueires	
Quintã de Dales	Domingos Vaz		Centeio	3 alqueires	
Sobrados	António Gonçalves, o Gamelo		Centeio	1,25 alqueires	
Sobrado de Além	Os herdeiros de Caetana e António Gonçalves e Isabel Fernandes e de Brites Fernandes		Centeio	4 alqueires	
Paradelinha	Afonso Pires		Centeio	1,5 alqueires	Do rol do padre António Rubião, de 1772
Leirós	Manuel Vilela, José Gomes, Manuel Gonçalves Grilo, Martinho e José Álvares, Maria Ferreira		Centeio	4 alqueires	O que consta do rol do capelão, que foi António Pereira Rubião, de 1780
Linhares	Isabel Ferreira, João Gomes, Maria Francisca, Laura Pereira, Maria Caetana		Centeio	4 alqueires	
Felgueiras	Maria, filha de Filipe João		Centeio	2 alqueires	
Águas Santas	Manuel dos Santos, António Vaz, Simão Ferreira		Centeio	4 alqueires	

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo documental da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, *Relação para a cobrança de foros e pensões da Santa Casa (1783-1784)*; e *Tombo Novo feito no ano de 1797*)

Desconhecemos, uma vez efectuada a conversão destes foros e pensões em dinheiro, qual seria o rendimento líquido global destas capelas. Mas sabemos que, de todas elas, em finais de Setecentos (1797), seis eram administradas pelo provedor e com a Santa Casa, ou seja, as duas capelas de Pedro de Castro e as capelas de Luís Mesquita, Dinis Tavares, António Pires e Diogo de Magalhães, cujos rendimentos, convertidos em réis, não eram significativos, como podemos ver:

- as duas capelas do protonotário
32 855 réis (abatida a despesa de cobrança) – 24 642 réis
- capela de Luís Mesquita
20 180 réis (abatida a despesa de cobrança) – 15 135 réis
- capela de Dinis Tavares
1 595 réis (abatida a despesa de cobrança) – 1 194 réis
- capela de António Pires
5 555 réis (abatida a despesa de cobrança) – 4 167 réis
- capela de Diogo de Magalhães
(abatida a despesa de cobrança) – 6 000 réis

Destas verbas, nove décimos pertenciam à Misericórdia. Após o pagamento da décima e efectuadas as 21 missas que competiam a estas capelas, ficava para a Misericórdia, como administradora, a pequena verba de 34 810 réis.

Em 1822, o número global de missas a que a Santa Casa estava obrigada pelos vínculos de capelas e pelo seu Compromisso era de 31, como se pode ver pelo Quadro n.º 4.

Quadro n.º 4 - Encargos da Misericórdia de Vila Real com missas (1822)

uma missa quotidiana instituída por Domingos Lopes Cruz
dez missas anuais instituídas pelo protonotário Pedro de Castro
três missas anuais na capela de São Sebastião
sete missas com responso ditas em sete quartas-feiras, " <i>pro pluribus</i> ", instituídas por Luís Mesquita
uma missa dita no dia de São Dionísio instituída por Dinis Tavares
três missas anuais que instituiu o reverendo António Pires
três missas anuais ditas em três sextas-feiras do ano, no altar do Senhor dos Passos, instituídas por Diogo de Magalhães Barreto
três missas anuais instituídas por Manuel Teixeira
uma missa semanal dita em todas as quartas-feiras do ano no altar-mor e com responsórios pelos irmãos vivos e defuntos
uma missa rezada em dia de Purificação de Nossa Senhora
uma missa em dia de Anunciação de Nossa Senhora
uma missa em dia de Natividade de Nossa Senhora
uma missa cantada em dia da Conceição de Nossa Senhora (padroeira da Santa Casa da Misericórdia)
em 11 de Novembro, dia de São Martinho, aniversário de missas gerais e ofício pelos irmãos falecidos

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)



Memorando de capela
de missas da SCMVR

3.2. Propriedades, foros, pensões e juros de capitais

Como tivemos oportunidade de ver quanto às capelas de missas instituídas pela elite vila-realense, também os foros constituíam a fonte principal dos rendimentos da Misericórdia de Vila Real.

A Instituição, a partir do momento em que os seus bens passaram a ter significado, procurou efectuar o inventário dos mesmos. Em 1664, procedeu-se ao levantamento do *Tombo Velho da Santa Casa*, na qual se discriminavam os bens próprios e os foros das capelas nela instituídas e se referiam ainda – segundo Adelino Samardã – os encargos espirituais a que tais bens se encontravam sujeitos. Contudo, tal não impediu que rapidamente o património da Misericórdia fosse delapidado ou sonogado. Tudo leva a crer que o endividamento da Casa levasse, na viragem do século XVII para o século XVIII a uma situação económica difícil e mesmo de ruptura financeira, que, aliás, foi comum a outras misericórdias. Adelino Samardã, que trabalhou sobre os fundos documentais da Misericórdia nos inícios do século XX, refere que, em Setecentos, esta instituição conheceu um “novo período de decadência, tão profundo e doloroso foi ele que a maior parte dos seus bens se achavam descaminhados, e o próprio templo vedado ao culto”.

Quais terão sido os factores que contribuíram para a decadência da Misericórdia de Vila Real? Muito provavelmente, as mesmas razões que afectaram outras misericórdias. O número excessivo de encargos pios que absorviam a maior parte das receitas; a perda de rendimentos devido à subida dos preços; a sonogação de foros e prazos; o desleixo administrativo; a concorrência de outras igrejas, paroquiais e conventuais, e de São Paulo, em Vila Real, quanto à captação dos bens de alma, e de outras confrarias e ordens terceiras quanto a enterros; um certo desinteresse por parte das elites locais, face à admissão permissiva do número de irmãos não nobres ou enobrecidos – eis alguns dos motivos a ter em conta no que diz respeito às graves dificuldades por que passou a Misericórdia de Vila Real no século XVIII, apesar de, ao contrário de boa parte das misericórdias, não dispor de hospital, o qual constituía sempre, mais que uma fonte de receita, um encargo financeiro elevado.

Provavelmente, foi tendo em consideração esta realidade que o rei D. João V, por provisão régia de 10 de Maio de 1732, mandou efectuar um novo levantamento do tomo dos seus bens, nomeando para tal, o ouvidor de Vila Real, o que não veio a concretizar-se (Documento n.º 17).³⁵

Documento n.º 17 - Provisão de D. João V ordenando que o ouvidor de Vila Real procedesse à feitura do tomo dos bens e propriedades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1732)

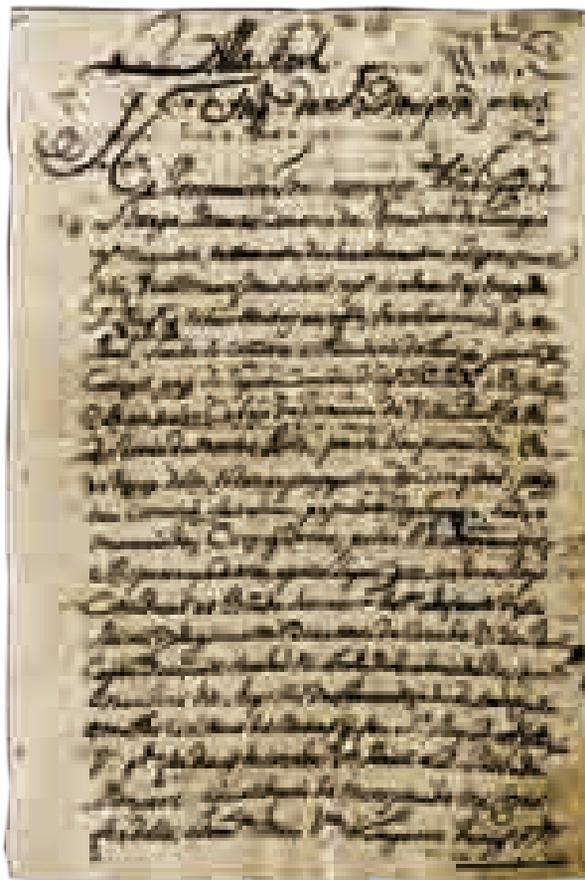
Dom João por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África e Senhor da Guiné da conquista e navegação, comércio da Etiópia, Arábia e Pérsia e da Índia faço saber a vós ouvidor de Vila Real que eu hei por bem façais medição e demarcação e tomo dos bens e propriedades pertencentes à Casa da Misericórdia dessa Vila, de que na petição cuja cópia vai adiante faz menção o provedor e mais irmãos da Casa, para o que nomeareis um tabelião ou escrivão que mais apto vos parecer do lugar mais perto donde estiverem os ditos bens e propriedades, assim mais vos mando que vades em pessoa ver e sendo presentes o dito escrivão e os presentes a que tocar citados e requeridos para a dita demarcação os ouvireis sobre isso com o procurador do suplicante e tomareis verdadeira informação dos lugares por donde os ditos bens partem e confrontam assim por testemunhas antigas dignas de fé e fareis logo medir e demarcar por marcos e divisões [ilegível] e coisas em que não houver dúvida e que as partes forem contentes e o que houver determinareis o que for de justiça, dando apelação e agravo nos casos em que couber, e da medição e demarcação do tomo que assim fizerdes fareis fazer actos públicos com declaração das terras e propriedades que são dos lugares em que estiverem das confrontações com quem partirem, dos nomes das pessoas cujas terras forem e com quaisquer outras declarações que necessárias vos parecer, nos quais actos vos assinareis com as partes e testemunhas que forem presentes, e pelos ditos actos e conforme eles fará o dito escrivão um livro do tomo de todos bens, terras, foros e propriedades e de medição e demarcação deles, o qual livro será consertado e assinado por vós e pelo dito escrivão de seu sinal público que hei por bem possa fazer no dito livro e assim terá as folhas numeradas e assinadas por vós com um assento no fim dele com que se declare quantas folhas tem e em como são todas por vós assinadas e numeradas no qual livro do dito tomo fareis dar e entregar ao procurador do suplicante para o ter em sua guarda, e querendo alguma partes o traslado [ilegível] da demarcação em que houver dúvida, e que todos forem contentes lhos fareis também dar e este alvará trasladará o dito escrivão no princípio dos autos que fizer e no livro do tomo que há-de dar e vindouros com sujeição alguma parte a vós e ao escrivão será juiz dele o corregedor da comarca donde [ilegível] bem estiverem e enquanto se não determinar tomareis por adjunto o juiz de fora que mais perto estiver e sendo suspeito nomeareis um dos vereadores do lugar donde fizerdes o dito tomo qual mais sem suspeita for a quem se poderá por suspeição e enquanto durar o processo da que se puser ao dito escrivão tomareis outro que com ele assine em tudo o que escrever que hei por bem seja firme e valioso, e primeiro que principiéis esta lhes dareis o juramento dos Santos Evangelhos para que bem e verdadeiramente se vá guardando em tudo o meu serviço e as partes o seu direito e vos ser virá debaixo do mesmo juramento e levareis de salário por dia a quinhentos e o escrivão a trezentos réis além da sua escrita pago tudo à custa dos suplicantes, cumprindo-se este alvará como nele se contém e pagou de novos direitos trezentos réis que se carregarão ao tesoureiro deles a folhas duzentas e trinta do livro décimo oitavo da sua receita, e se registou o conhecimento em forma no livro décimo sexto do registo geral a folhas cento e vinte e uma verso.

El Rei nosso senhor o mandou pelos doutores Gregório Pereira Fidalgo da Silveira e António Teixeira Álvares, ambos de seu conselho e desembargadores do Paço. José de Oliveira Baptista o fez em Lisboa a dez de Maio de mil setecentos e trinta e dois anos.

Gaspar Galvão de Casteleira a fez escrever

Gregório Pereira Fidalgo da Silveira

António Teixeira Álvares



Dicionário Geográfico
de 1758 (primeiro
fólio da memória da
freguesia de S. Dinis,
Vila Real)

O *Dicionário Geográfico*, de 1758, na descrição da freguesia de S. Dinis de Vila Real, efectuada pelo seu pároco, dá conta do triste estado a que chegara, sob o ponto de vista patrimonial, a Misericórdia deste burgo trasmontano: “acha-se esta Misericórdia pobre, e sem rendas, de sorte que os provedores fazem todas as funções do Compromisso à sua própria despesa, cada um conforme os seus cabedais, e espíritos; e assistem com os gastos necessários para sustentação do preciso para o culto de Deus, como é azeite para as lâmpadas, e cera para as missas da obrigação da Casa; e para cõgrua dos 4 capelães que têm, para as obrigações e enterro dos mortos”.³⁶

Mantendo-se esta situação, a 7 de Março de 1764, o provedor e os irmãos da Santa Casa enviaram uma petição ao rei, solicitando a realização de um tomo de demarcação e medição das suas propriedades, uma vez que as rendas, foros, prazos, títulos e pensões de que era possuidora e administradora – as capelas, vínculos de missas quotidianas e os bens destinados à sua própria manutenção – achavam-se “alienados em grave prejuízo dos sufrágios, das capelas e muito mais da mesma Santa Casa”.³⁷

Por provisão régia de 13 de Março de 1764 foi nomeado o escrivão do tomo, mas mais uma vez nada se concretizou.³⁸

Em 1782, retomou-se o processo, sendo a provisão régia acompanhada de uma carta de excomunhão do arcebispo de Braga, de 14 de Agosto desse ano, ameaçando com tal pena aqueles que não dessem, em segredo, ao seu pároco, informações fidedignas sobre os foros, capelas e pensões da Santa Casa que andavam sonegados, assim como sobre os “muitos livros, títulos enfitêuticos, escrituras e documentos de dívidas, foros e pensões” que faltavam no seu arquivo, e ainda dos “muitos trastes e alfaias” que se encontravam em falta – foi na sequência desta decisão que se procedeu ao levantamento dos bens da Misericórdia (Documento n.º 18).³⁹

Documento n.º 18 - Carta passada pelo vigário geral de Vila Real, pela qual se intimavam todas as pessoas que soubessem de livros, documentos, bens e alfaias pertencentes à Misericórdia da cidade, a revelá-lo em segredo ao seu pároco, sob pena de excomunhão (1782)

O doutor Joaquim José Machado, desembargador na Relação Primaz, vigário geral no espiritual e temporal, juiz dos resíduos e casamentos nesta comarca de Vila Real, por sua alteza o sereníssimo senhor D. Gaspar, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Espanhas, etc.

Faço saber que por sua petição me requereram o provedor e mais irmãos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia desta Vila Real, que pessoa ou pessoas de que não é sabedores, não temendo a Deus Nosso Senhor nem a estreita conta que de tudo por ele lhe há-de ser tomada, que tem notícia pertencerem à dita Santa Casa da Misericórdia muitos foros, capelas e pensões a que se acham bem sujeitos, como também faltam no arquivo da mesma Santa Casa muitos livros, títulos enfitêuticos, escrituras e documentos de dívidas, foros e pensões e outrossim lhe faltam muitos trastes e alfaias, do que tudo necessitavam os suplicantes para curar do bem espiritual e temporal da mesma Santa Casa da Misericórdia, e porque ignoram aonde param os referidos livros, títulos e documentos, bens e alfaias, só por meio da presente excomunhão poderão averiguar esta verdade para prosseguirem zelosos os competentes meios civelmente, razão pelo que me pediam lhe desse um remédio com justiça. E visto por mim ser justo seu requerimento e jurar ser verdade o relatado em sua petição e de não usar desta para acção criminal pelos ditos das testemunhas que a ela saírem, lha mandei passar, pela qual mando, em virtude da santa obediência e sob pena de excomunhão maior, ipso facto, da maldição de Deus todo-poderoso, Padre, Filho e Espírito Santo e da Virgem Maria Nossa Senhora e dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo e de todos os santos e santas da corte do Céu, a todas as pessoas que souberem donde se acha o referido, o vão descobrir em segredo ao seu reverendo pároco.

E sob a dita pena de excomunhão, mando a todos os reverendos párocos ou a qualquer clérigo, notário ou outro qualquer oficial de justiça deste meu juízo tão-somente que sendo-lhes esta apresentada e com ela da minha parte requerido, a leiam e publiquem aonde e quantas vezes pedido lhes for, e os reverendos párocos a publicarão ou farão publicar à estação das missas conventuais em voz alta e inteligível, estando o povo junto, para que chegue à notícia de todos; e da publicação passarão certidão e escreverão todos os ditos das pessoas que lhes saírem, com toda a clareza e distinção do que disserem e souberem sobre o referido, e assinarão com cada uma das ditas pessoas o seu dito, e me remeterão tudo fechado por pessoa certa e segura que fielmente entregue ao escrivão desta, cujos ditos tomará com muito segredo que se não revelará até que de meu juízo se publique. Ao que tudo uns e outros satisfarão como dito fica no termo de seis dias primeiros seguintes que lhes dou e assino pelas três canónicas admoestações, dois dias por cada uma, contados do dia da notícia da publicação desta.

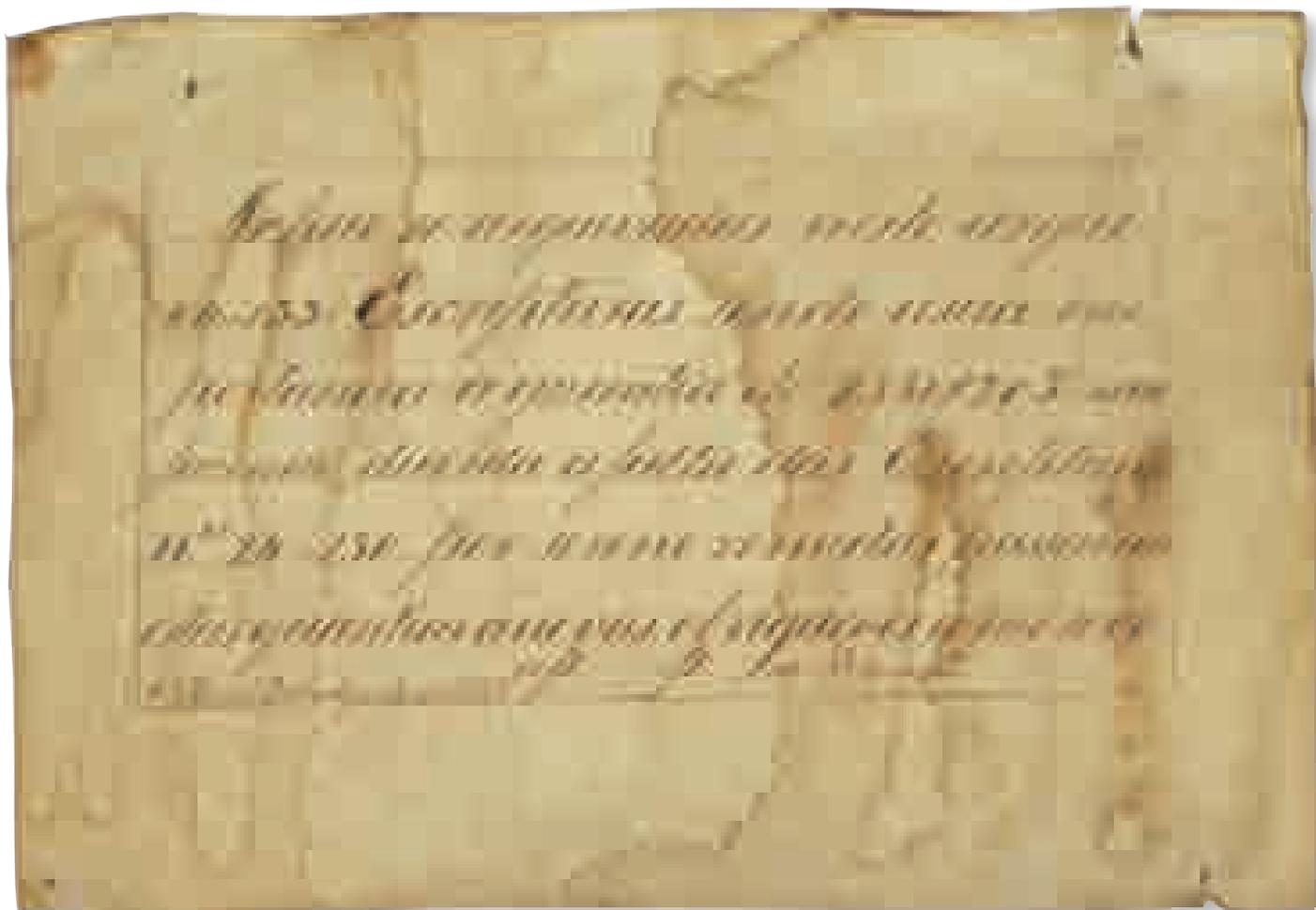
Dada nesta Vila Real, sob meu sinal somente, aos 14 dias do mês de Agosto de 1782. E eu António da Costa Camelo, escrivão, que a subescrevi. Carta de excomunhão para Vossa Mercê ver e assignar.

(Fonte: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Sob o signo da Mudança: De D. José a 1834* Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2008, vol. 7)

A situação económica da casa era, de facto, aflitiva. Columbano Pinto Ribeiro de Castro, em 1795, na sua *Descrição de Trás-os-Montes*, indica que as misericórdias de Chaves e Bragança tinham de rendimento anual 300 000 réis e que a Ordem Terceira de São Francisco de Vila Real arrecadava 3 942 600 réis por ano, ao passo que a Misericórdia de Vila Real era de pouco rendimento.⁴⁰

Nova súplica pedindo o tombo dos seus bens foi enviada ao rei pela Mesa da Misericórdia, em Novembro de 1795, isto é, na mesma data em que finalmente se iniciou o *Tombo Novo*, processo este que demorou até 1797 e que permitiu recuperar boa parte do património que andava sonogado. Nesta difícil conjuntura, em que a Igreja da Misericórdia voltou a estar fechada ao culto, desempenharam papel de fundamental importância o bacharel Manuel da Silva Dias, procurador da Casa do Infantado (que era senhorio de Vila Real), escrivão da Santa Casa, e o provedor Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa, entre 1794-1796, responsáveis entre outras medidas, pela elaboração do cadastro dos bens da Misericórdia e pela cobrança da “grande dívida que à mesma era devedor o exmo. bispo de Bragança”. A situação financeira da Casa – revela o autor da *Crónica do Hospital da Divina Providência e Vila Real* – chegou a ameaçar a sua existência, devido aos “pesados” golpes de uma má administração.⁴¹

Através da documentação que integra o fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, depositado no Arquivo Distrital de Vila Real, é possível ter uma noção de património desta Instituição, quer em 1783-1784, quer numa perspectiva diacrónica, desde o século XVI até ao século XIX, ou



Nota alusiva a escrituras da SCMVR, na importância de 8 350 250 réis (1855)

seja, durante o Antigo Regime. E graças às fontes existentes na Torre do Tombo, é possível, ainda, conhecermos todo o património da Misericórdia em 1823. Vejamos, pois, em finais de Setecentos quais os bens próprios que possuía (uma vez que os bens que estavam vinculados às capelas já foram apresentados), e, em 1823, a totalidade do seu património.

Em 1783-1784, os bens próprios da Misericórdia, não vinculados a obrigações pias, revestiam duas formas, em dinheiro e em foros. Em dinheiro, como legado directo ou proveniente de prazos ou foros, a Misericórdia somava cerca de 1,3 contos de réis que, ao juro de 5%, renderia anualmente 65 000 réis. Em produtos agrícolas, a Instituição recebia alguns foros de azeite e pão, uns em litígio, um ou outro por pagar, todos em pequenas quantidades (um almude de valor máximo e único para o azeite; três alqueires de pão, valor máximo e único também), de forma que o rendimento destes não ultrapassaria os 50 000 a 60 000 réis.

Quadro n.º 5 - Bens próprios da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1783-1784)

Localidade	Foreiros	Propriedade	Género	Quantidades	Observações
Celeirós	Misericórdia	Olival devoluto no Pinhão	Azeite	1 cântaro	Legado deixado por Gregório Lourenço à Misericórdia
Constantim	Os herdeiros de João Baptista		Centeio	1,75 alqueires	O foro era anteriormente pago por Pedro Gonçalves da Ponte
Gouvinhas	Maria Francisca		Pão Esquiifa	1,25 alqueires	Pagou, em 1782, o padre António Rubião
Gouvinhas	Misericórdia	Oliveira			A oliveira era arrendada e possuía a marca da Misericórdia
Guiães	Herdeiros de Manuel Lobo Pires	Olivais	Azeite	Meia canada	
Nogueira	Francisco Teixeira, como herdeiro e descendente de Lázaro Rodrigues		Azeite	1 cântaro	Legado deixado por Catarina de Magalhães
Passo de Covas	A mulher de António Gaspar		Trigo	1 alqueire	
Sabrosa	Misericórdia	Duas leiras de terra, no lugar de Sabrosa			Legado deixado por Beatriz, solteira, de Sabrosa
Sabroso	Os herdeiros de Melchior Gomes		Azeite	1 almude	Foro deixado em testamento por Diogo Mesquita Barreto, de Vila Real; devem vários anos
São Lourenço	José Coelho, feitor de Marcos José, do Porto. Pertence actualmente ao feitor e sua irmã, Maria Madalena, de São Lourenço	Vinha, com seus terrenos, em Soutelinho	Azeite	1 cântaro	Deve desde 1755, em que foi provedor Valente Luís
Torre de Moncorvo	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, por cabeça de sua mulher, Luísa Caetana Clara Osório de Mesquita, por ser filha de Tomás Morais Pereira de Castro e de Maria Caetana de Morais Sarmento, herdeira, bem como seu irmão Francisco António de Morais e Mesquita, netos e herdeiros de Francisco Morais de Mesquita		1 200 000 réis	Juros a 36 anos	Escritura pública de Junho de 1719; este montante foi deixado, como legado, por testamento à Misericórdia, pelo abade de Sanfins Francisco da Costa Paiva. Em 1746, foi feita a cobrança por José Caetano Teixeira; o montante à data era de 2 160 000 réis
Torre de Moncorvo	Melchior Pereira Coutinho, por cabeça de sua mulher, Luísa Caetana Clara Osório de Mesquita		400 réis		Por legado de Francisco Botelho, deixado em testamento
Vale de Mendis	Misericórdia. Pertencia a Isabel Gonçalves, viúva de Celeirós	Olival, que se encontrava devoluto	Azeite	1 cântaro	A Misericórdia reclamou o referido foro a Maria Luísa de Celeirós, que ganhou a causa contra esta instituição
Vila Real	António Pereira da Costa Azevedo, como herdeiro de seus sogros, Lourenço Rodrigues e sua mulher, Maria Monteiro		25 000 réis de dinheiro, a juro a 5%	1 250 réis anuais	Deve o ano de 1783
Vila Real	Luís Álvares Figueiredo da Rocha		Foro anual vencido em dia de S. Miguel, em Setembro	1 500 réis	Entre 1760 e 1776, foi pago pelo provedor António Vaz Pereira Pinto; deve, desde 1777, até 1783, 10 500 réis
Vila Real	João Álvares	Quinta do Rio	Azeite	1 cântaro	O reconhecimento deste foro foi feito por Bento Romeu Botelho, a 17 de Janeiro de 1664

Vila Real	José Pinto de Mesquita, da rua do Poço		Azeite	3 canadas	Pagas na novidade. O reconhecimento deste foro foi feito por Domingos Pereira a 14 de Janeiro de 1664
Vila Real	Isabel Gonçalves, viúva de Domingos Esteves, da rua de St.ª Margarida		Centeio	3 alqueires	
Vila Real	António Correia Botelho Borges		Azeite	1 cântaro	Foro declarado em 1672
Vila Real	O reverendo Pedro Botelho		Dinheiro	400 réis	
Vila Real	António de Sousa, alfaiate, que comprou as casas da Misericórdia que foram de João Álvares Pinto, que as herdou de seu tio Manuel Pinto		Dinheiro	1 200 réis	Foro declarado em escritura pública de 15 de Junho de 1677, na nota do tabelião João de Figueiredo Gomes; deve vários anos
Vila Real	Luis Álvares de Figueiredo Rocha		Prazo de	1 500 réis	Feito por escritura pública de 23 de Junho de 1693
Vila Real	Jerónimo (?) de Araújo Carneiro	Casas da esquina, frente a Santa Bárbara	Foro de	1 250 réis	Corre litígio no cartório de Manuel Botelho de Lemos, de Vila Real
Vilar de Celas	Domingos Gaspar	Leira; arrendamento, por 9 anos, feito a 29 de Setembro de 1700		2, 5 alqueires	Pagos em dia de N.ª Sr.ª de Agosto
Vilar de Maçada	António Pinto Pimentel		72 000 réis	3 600 réis	Empréstimo feito por escritura pública de 11 de Maio de 1783

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, Fundo documental da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, *Relação para a cobrança de foros e pensões da Santa Casa (1783-1784)*; e *Tombo Novo feito no ano de 1797*)

Sublinhe-se que, na sequência do decreto de 15 de Março de 1800, que suspendeu as denúncias contra as Misericórdias pelos seus bens de raiz, livres ou vinculados, os quais foram incorporados na Coroa, ficando abolidos os seus encargos, a Misericórdia de Vila Real, “cuja instituição e integridade não consta”, viu estendidas as obrigações a que estava sujeita quanto a tal matéria, continuando a beneficiar dos rendimentos de tais bens, aplicados a este “admirável estabelecimento”, reservando-se a Coroa a dispor dos mesmos, para o que a Administração da Misericórdia foi intimada a enviar ao Governo a relação de todo o conjunto de bens que possuía, a qual só foi aprovada por acórdão dos procuradores régios da Coroa e Fazenda, de 6 de Maio de 1823.⁴²

A lista dos bens da Misericórdia de Vila Real em 1823 (Documento n.º 19), encontra-se dividida em três partes, ou seja, os bens onerados a capelas, os bens próprios da Santa Casa e aqueles que pertenciam ao Hospital da Divina Providência.

No que diz respeito aos bens de capelas, podemos afirmar que o seu número e valor se mantiveram praticamente os mesmos entre 1784 e 1823, a revelar, assim, que a sua importância relativa no conjunto das receitas da Misericórdia não parou de descer. E o mesmo aconteceu com os bens próprios da Misericórdia, no mesmo período.

O que surge de novo é o significativo património afecto ao recém-criado Hospital da Divina Providência, constituído por várias casas localizadas na rua da Praça Velha, em Vila Real, e pelas novas instalações do Hospital, situadas no Largo do Cano Velho, junto aos Paços do Concelho, e que se encontravam em fase de construção.

Documento n.º 19 - Património da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1823)**Capela de D. Pedro de Castro**

Para satisfação de uma missa quotidiana, que instituiu D. Pedro de Castro, protonotário apostólico, pároco de São Salvador de Mouços, que por escritura de 23 de Abril de 1538, vinculou 200 medidas de trigo e centeio, sendo administrador o provedor, cobrando-se os foros que se seguem.

Carvalho da Montanha

Manuel Alves, 2 alqueires de centeio ou trigo.

Martinho Afonso (hoje, seus filhos), meio alqueire de centeio.

Maria Caetana, 2 alqueires de centeio.

Francisco Fernandes Gonçalves, meio alqueire e uma maquia de centeio.

Isabel João, 3 selamins de centeio.

António da Rocha, 1 alqueire e 5 selamins de centeio.

Maria João, 3 alqueires de centeio.

Braga

Constantino da Cunha Sotomaior, 10 alqueires de centeio.

Vila Chã

José Manuel, meio alqueire de trigo.

José Gomes, um selamim de trigo.

Vila de Parada de Pinhão

José Carvalho, 2,5 alqueires de centeio.

Delgada

Ana Maria, viúva, 3 alqueires de centeio.

José Vilela Peixoto, 3 alqueires de centeio.

São Lourenço

Manuel Lourenço, um quarto de centeio.

José Gomes Sapateiro, meio alqueire de centeio.

Souto Maior

Manuel Vilela, 3,5 alqueires de centeio.

Manuel Alves Cardoso, um quarto de centeio.

Maria Fernandes, 3 quartos de centeio.

João Vilela, 1,25 alqueires de centeio.

José Alves Torres, 4 alqueires de centeio.

Domingos Dias, 2 alqueires de centeio.

António Francisco, um quarto de centeio.

Isabel Maria, um quarto de centeio.

Ana Maria, 1,25 alqueires de centeio

António Dias, 3 selamins de centeio.

Vilar de Maçada

Bento de Queirós Pereira Pinto Serpa de Melo, e hoje a viúva sua mulher D. Leonor Garcia Vaz Pereira Pinto Guedes e seus três filhos, residentes na vila de Favaio, 12 alqueires de pão meado, trigo e centeio, imposto numa propriedade onde chamam o limite de Vilar de Maçada, que se compõe de terras lavradas, olival, castanheiros, uma eira, umas casas com adega e 3 lagares; tem de comprimento, de nascente a poente, 147 varas, e de largo, de sul a norte, 55 varas, e de outra chave até à propriedade de D. Luís, morgado da Casa de Mateus, 30 varas.

António Romão, um quarto de trigo e centeio imposto numa morada de casas telhadas e sobradadas, estas na rua do Sobrado; tem de comprido 5 varas e de largo 4,5.

Joana Vilela, 1,5 alqueires de trigo e centeio imposto num quintal, com uma figueira e no cimo uma casa; tem de comprido de norte a sul 33 varas e de largo de nascente a poente, 11.

Francisco Xavier Moutinho (hoje seus filhos), um quarto de centeio e trigo, imposto numa morada de casas na rua do Sobreiro, cujas casas têm de largo 4,5 varas e de comprido 6,5 e são telhadas e sobradadas, com uma escada de pedra pela parte de fora e um largo defronte de 4,5, e no topo um cardanho que tem de largo 5,5 varas e de comprido outro tanto.

Lamares

Gonçalo Fernandes, um quarto de centeio.

Linhares

João Gomes, um quarto de centeio.

Manuel João, um quarto de centeio.

Antônio Alves, um quarto de centeio.

Catarina, viúva, um quarto de centeio.

Águas Santas

Manuel dos Santos, um alqueire de centeio.

Antônio Vaz, um alqueire de centeio.

Leirós

Manuel Alves Grilo, meio alqueire de centeio.

José Gomes Rolo, meio alqueire de centeio.

Manuel Vilela, meio alqueire de centeio.

Sanguinhedo

José Alves Letra, meio alqueire de centeio.

Vila Meã

Isabel, viúva, 1,5 alqueires de centeio.

Capela de São Sebastião

D. Pedro de Castro, para satisfação de uma missa semanal, intitulada de São Sebastião, vinculou 25 medidas de pão (alqueires), de que era senhor, por escritura de 23 de Abril de 1538, sendo administrador o provedor, de cujas medidas se cobra presentemente o pão que se segue.

Fortunho

João Francisco, 1 alqueire de centeio.

Francisco do Souto, 1 alqueire de centeio.

Antônio Machado, 2 alqueires de centeio.

Beatriz João, 3 selamins de centeio.

João Vilela, 3 selamins de centeio.

Antônio Vilela, 1,25 alqueires de centeio.

Maria Afonsa, viúva, 2 alqueires de centeio.

Pedro Afonso, meio alqueire de centeio.

João Gaspar, meio alqueire de centeio.

Gonçalo Vilela, 3 alqueires de centeio.

Antônio Vilela e outros, 5 alqueires de centeio.

Jorjais

Antônio Alves, um quarto de centeio.

Bento Antônio, meio alqueire de centeio.

Francisco Alves Vilela, meio alqueire de centeio.

Manuel Coelho, 1,5 alqueires de centeio.

José Coelho, meio alqueire de centeio.

Isabel Esteves, 2,5 alqueires de centeio.
Gonçalo Vaz, 3 selamins de centeio.
Manuel Alves, 2 alqueires e 3 selamins de centeio.

Capela de Luís de Mesquita de Andrade

Por testamento com que o mesmo faleceu, com data de 15 de Julho de 1600, instituiu uma missa semanal para ser administrado pelo provedor da Santa Casa, que vinculou várias medidas, de que era senhor e das quais se cobram presentemente as que se seguem.

Torre do Pinhão

António Nunes de Figueiredo, 1 alqueire de centeio.
João Alves Esquerdo, 2 alqueires de centeio.
António Fernandes Velho, 2 alqueires de centeio.
João Alves, 3 alqueires de centeio.
Manuel Martins do Souto, 1 alqueire de centeio.
Manuel Rodrigues, meio alqueire de centeio.
Pascoal Lopes, meio alqueire de centeio.
Manuel Rodrigues, meio alqueire de centeio.
Manuel Vilela, 1 alqueire de centeio.
Gonçalo Fernandes Velho, 1 alqueire de centeio.
Manuel Gomes Leal, 1 alqueire de centeio.
Helena Nunes, 3 quartos de centeio.
António Nunes Neto, 3 alqueires de centeio.
José Alves, 1,5 alqueires de centeio.
João Alves do Souto, 2,5 alqueires de centeio.
Maria Alves, 1,25 alqueires de centeio.
André Martins, 1,25 alqueires de centeio.
João Martins, meio alqueire de centeio.
Pedro Lopes, 1 alqueire de centeio.
António Gonçalves Manso, 1 quarto de centeio.
António Fernandes Dinis, 1 selamim de centeio.
A Senhorinha, 2 alqueires de centeio.
Vitorino Luís, 2 esquifes de centeio.
Manuel Gonçalves Longo, 2 esquifes de centeio.
Manuel Luís do Souto, 3 alqueires de centeio.

Afonsim

João Rodrigues Castanheira, 20 alqueires de centeio.
João Rodrigues Castanheira, 420 réis em dinheiro, por um prazo de vidas feito em 7 de Dezembro de 1685, de que foi tabelião Domingos de Barros Coelho.
João Rodrigues Castanheira, uma leira onde chamam Fora da Vila, que tem de comprido 3 varas e de largo 4, leva de sementeira 3 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um lameiro ao Boço, tapado sobre si, que tem de comprido 8 varas e de largo 3.
João Rodrigues Castanheira, um chão onde chamam a Ripa, que tem de comprido 12 varas e de largo 8 varas, e leva de sementeira 1,5 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um chão onde chamam os Chãos, que tem de comprido 16 varas e de largo 6, e leva de sementeira 2 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, outro chão no mesmo sítio, que tem de comprido 17 varas e de largo 8, e que leva de sementeira 2,5 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um chão sito à Cancela, que tem de comprido 42 varas e de largo 40, e que leva de sementeira 8 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, uma cortinha sita ao Bouço, tapada sobre si, que tem de comprido 16 varas e de largo 5, e que leva de sementeira 1,5 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, uma leira nos Bouços, que tem de comprido 29 varas e de largo 5, e que leva de sementeira 3 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, uma leira onde chamam os Nabais, com sua horta, que tem de comprido 4 varas e de largo vara e meia, e que leva de sementeira meio alqueire.
João Rodrigues Castanheira, outra leira aí mesmo pegado, que tem de comprido 12 varas e de largo duas, e que leva de sementeira meio alqueire.
João Rodrigues Castanheira, outra leira no mesmo sítio, que tem de comprido 5 varas e de largo 3, tapada sobre si.
João Rodrigues Castanheira, uma leira à Carvalha da Cova, tem de comprido 28 varas e de largo 3, e que leva de sementeira 2 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um lameiro de além tapado sobre si, que tem de comprido 7 varas e de largo 5.

João Rodrigues Castanheira, outra leira de lameiro no mesmo sítio, que tem de comprido 27 varas e de largo 5, e que leva de sementeira 2,5 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, outra leira onde chamam a Carvalha, que tem de comprido 16 varas e de largo 6, e que leva de sementeira 2 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um chão onde chamam a Carvalha, que tem de comprido 17 varas e de largo 20, e que leva de sementeira 2,5 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, uma leira onde chamam Alvarinhos, que tem de comprido 12 varas e de largo 4, e que leva de sementeira meio alqueire.
João Rodrigues Castanheira, um chão sito a Gulpilhares, que tem de comprido 17 varas e de largo 8, e que leva de sementeira 2,5 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um chão onde chamam o Pereiro, que tem de comprido 12 varas e de largo 7, e que leva de sementeira 2 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um chão à Lage, que tem 14 varas de comprido e de largo 8.
João Rodrigues Castanheira, um chão nas Cachadas, que tem de comprido 8 varas e de largo 9, e que leva de sementeira 3 alqueires.
João Rodrigues Castanheira, um chão ao Coução.
João Rodrigues Castanheira, um tojal com sua terra lavradia e água nela.
João Rodrigues Castanheira, um quinchoso tapado sobre si, que leva de sementeira um quarto de pão.
João Rodrigues Castanheira, uma eira com seu palheiro pegado e duas casas, que tem tudo em redondo 30 varas.
João Rodrigues Castanheira, umas casas de cume com seu quintal, que serve de curral, tem em redondo 20 varas, as quais casas são todas colmadas.

Outeiro

Manuel Gonçalves Pinto, 3 quartos de centeio.
António José Machado, 3 quartos de centeio.
António Gonçalves, um quarto de centeio.
Manuel Ferreira Lucas, um quarto de centeio.
Domingos Marques, um quarto de centeio.
João Marques, um quarto de centeio.
Manuel da Costa, meio quarto de centeio.
João José, meio quarto de centeio.
João Gonçalves, meio quarto de centeio.
D. Angélica Valadares, um quarto e meia maquia de centeio.

Capela de Manuel Teixeira, de três missas, pelas quais vinculou, por escritura feita em 23 de Maio de 1574, 9 alqueires de centeio, os quais pagam por inteiro.

Vila de Galegos, comarca de Vila Real

Francisco António de Oliveira.
Maria Correia Charca.

Capela que instituiu Dinis Tavares, de duas missas em cada ano, a que vinculou 7 alqueires de centeio, dos quais se cobram os seguintes.

Vila Real

Francisco de Paula Ataíde, 3,5 alqueires de centeio, por escritura na nota do escrivão António Alves Coelho desta vila, em 14 de Janeiro de 1710, imposto este censo numa propriedade de Lameiro, contígua à ponte de Vilalba.
D. Luísa Clara, 3,25 alqueires de centeio.

Capela que instituiu o reverendo António Pires, reitor de S. Cristóvão de Parada de Cunhos de uma missa semanal, para a qual vinculou muitos bens e foros, de que presentemente cobram os seguintes.

Parada de Cunhos

José Rodrigues Feitais, um alqueire e um celamim de centeio.

Pena

Teresa Rodrigues, 6 celamins de centeio.

Parada de Cunhos

Alexandre Lourenço, 2 alqueires de centeio.

Domingos Cristóvão, um celamim de centeio.

Manuel Caetano, um alqueire menos um celamim, de centeio.

Manuel de Aguiar, um alqueire de centeio.

Manuel da Rocha, um alqueire de centeio.

Silvela

José Lopes, 1,25 alqueires de centeio.

Parada de Cunhos

Marcelino Fernandes e João Alves Maduro, uma canada de azeite

Manuel Vieira, 300 réis em dinheiro.

Matias Rodrigues, 100 réis em dinheiro.

Manuel Caetano, 1 000 réis em dinheiro.

Capela de Diogo de Magalhães Barreto de 12 missas por ano, para o que vinculou 10 alqueires de centeio, e 10 almudes de vinho, de cujas medidas se arrecada somente o seguinte.

Guiães

Os terrenos de D. João de Carvalho de Magalhães, 10 almudes de vinho de feitoria.

Capela de uma missa quotidiana, que instituiu Domingos Gonçalves Cruz com um fundo que anda a juros, da quantia de 1 112 701 réis.

Bens que a Santa Casa da Misericórdia possui, não onerados a capelas.

Vila Real

José Pereira de Sampaio, por umas casas na rua de Vila Velha com seu quintal, 1 240 réis.

Luís Nogueira, por casas detrás da Misericórdia desta vila, por prazo, paga anualmente 800 réis.

Luís António Alves de Figueiredo Rocha, por umas casas que se acham convertidas em quintal das casas nobres em que o mesmo vive, cujas casas eram de prazo feito por esta Mesa a António Pires, desta vila, em 23 de Julho de 1693, nota do tabelião Manuel Teixeira desta vila, paga 1 500 réis.

José Carvalho Mourão, um cântaro de azeite por prazo feito na nota do tabelião, António Pedro Felizardo desta vila, aos 27 de Abril de 1807, por um olival que hoje se acha plantado de vinha com terra de pão, sito ao Armadouro, subúrbio desta vila, e que tem 72 varas de comprido e do norte para sul de largo 21, do nascente para o poente 33 varas, com um recanto ou nesga.

António Lopes Rego (hoje seu genro, Bonifácio Francisco Vaz), pelas casas defronte da portaria do Convento de Santa Clara, sitas na rua do Carvalho, paga pelo legado, em Quinta-feira Santa, uma vela de arrâtel de cera amarela.

Celeirós

Francisco Ferreira de Queirós, um cântaro de azeite por prazo perpétuo num olival sito à Estereada, limite de Vale de Mendiz, que tem de nascente a poente 94 varas, e do norte a sul 24 varas, feito em 8 de Julho de 1790 na nota do tabelião Manuel Correia da Mesquita.

Vilar de Selas

Serafim Vilela, por uma leira que traz arrendada, cujo arrendamento foi feito em 26 de Novembro de 1796 pelo dr. Plácido António da Costa Leite, sita à Lage Longa, limite do lugar, com terras de um prazo de 2 alqueires e 3 quartos de centeio.

Sabrosa

José Constantino Lobo Tavares paga anualmente um almude de azeite; e para a fábrica de uma capela, de que ele mesmo é administrador, 400 réis em dinheiro.

Nogueira

Brites Teixeira, viúva (hoje seus filhos) pagava um cântaro de azeite, mas propondo estes uma acção ordinária contra esta Mesa, sucumbiu na primeira instância por falta de título e se acha apelada na Relação e Casa do Porto.

Souto Maior

Luís Monteiro paga de centeio um foro remível de 4 alqueires, por prazo feito por escritura pública na nota do tabelião Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, aos 8 de Agosto de 1810, imposto numa propriedade chamada da Veiga, limite do mesmo lugar.

São Lourenço

Francisco de Cerqueira Coelho paga de foro 1 500 réis em dinheiro por prazo feito por escritura pública nas notas de José Alves da Silva, de Galegos, comarca desta Vila Real, em 4 de Julho de 1803, imposto numa propriedade de monte sita onde chamam Soutelinho, no limite daquele lugar. Tem de nascente a poente, de largo 20 varas, e no fundo e no cimo 18, e no meio 24, e de comprido, de norte a sul, 70 varas e para o poente 66.

Quinta do Rato, subúrbio de Vila Real

Luís Correia Leitão, pela quinta que comprou ao capitão de ordenanças João Alves de Barros, denominada a do Rato, paga como censo um cântaro de azeite anualmente.

Vila Real

António Leite de Mesquita e seu irmão Luís Leite Lobo Lacerda Luzeira desta vila, este residente em Lobrigos, e aquele na cidade do Porto, pagam o foro de 2 240 réis por prazo na nota de José Taveira de Mesquita, aos 27 de Junho de 1725, feita a dita renovação a João da Silva Teixeira e sua mulher, desta vila, e é imposto o dito foro numa horta por baixo da porta franca desta vila; está esta propriedade tapada sobre si, com duas fontes e uma casa terreira telhada e por baixo desta casa e fontes tem a dita horta 7 geios ou paredes; e em cada uma destas um grande bardo de vinhas, e por cima da casa e fontes tem um grande pedaço de terra, onde costumavam semear centeio, e hoje anda também de horta.

Bens pertencentes ao Hospital da Divina Providência

As casas do seu assento, telhadas e sobradadas, sitas na rua da Praça Velha.

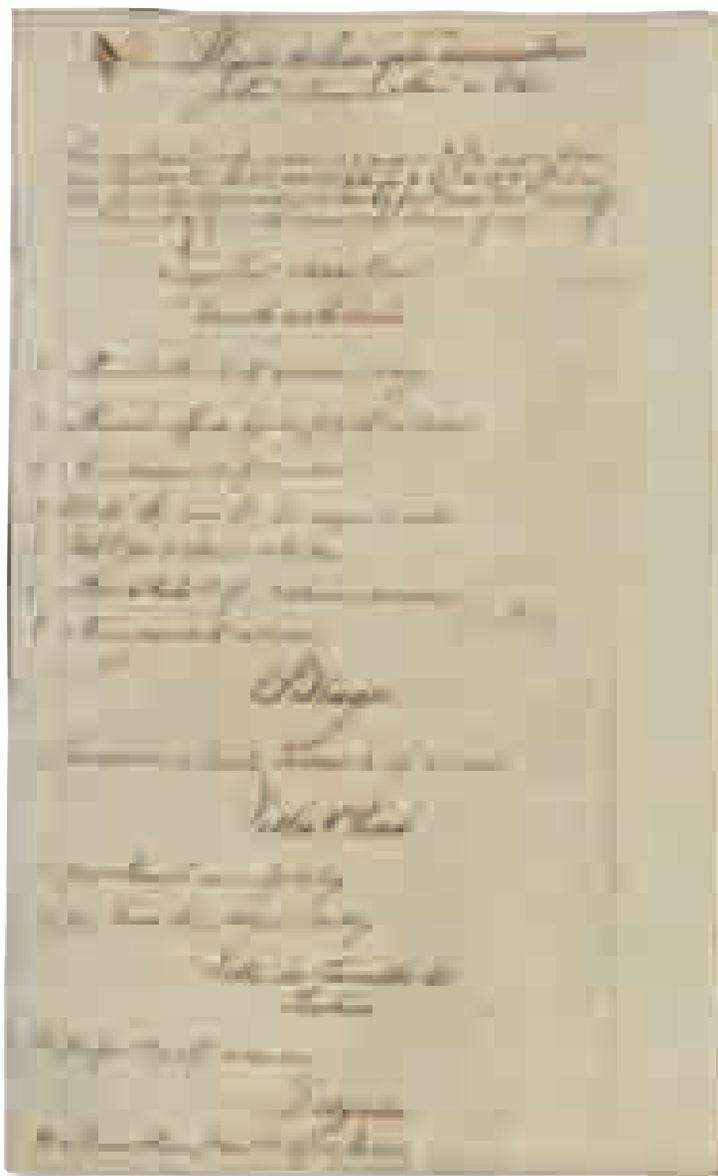
Um novo Hospital, principiado em 1817 pelo conde de Amarante, com esmolas da Divina Providência, e agora, pela morte deste, continua a mesma obra o actual provedor Francisco Rodrigues de Freitas, em que tem gasto mais de 30 mil cruzados; fica situado no Largo do Cano Velho, junto às casas dos Paços do Concelho, ao sul da vila, e tem de comprido 155 palmos e de largo 130. Este sumptuoso edifício ainda se não acha findo, estando em construção duas enfermarias e a capela.

Uma morada de casas telhadas e sobradadas, com 4 salas e uma cozinha térrea, sitas na rua da Praça Velha, com seu grande quintal e poço, as quais comprou a Mesa, em 1814, para recolher os soldados dos reais exércitos no ano de 1815, visto que no mesmo hospital não podiam ser tratados os mesmos militares enfermos.

Enquanto ao Hospital da Divina Providência relativo a padrões, teve um de 100 000 réis doado pelo dr. Bento Borges da Cunha, da vila de Provesende; uma das Mesas anteriores remeteu-o a José Monteiro de Carvalho e Oliveira, da cidade de Lisboa, para o registar e receber os juros vencidos, mas nunca este o fez nem jamais prestou contas do dito padrão.

Enquanto aos bens de raiz, tem e possui uma casa telhada e sobradada com seu oratório e duas enfermarias, sitas na rua da Praça Velha, em cujas casas actualmente existem os enfermos.

Lisboa, 8 de Agosto de 1823.



Primeira página do *Registo dos bens que administram o provedor e irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real* (1823)

Numa perspectiva de longa duração, se efectuarmos uma análise global da constituição e valor de todo o património da Santa Casa, próprio ou vinculado a capelas e a outras obrigações pias, desde as origens até 1830 (Quadro n.º 6), podemos chegar às seguintes conclusões:

- o número mais significativo de foros cobrados pela Santa Casa dizia respeito aos bens que o protonotário Pedro de Castro vinculou para tal fim, entre 1524 e 1539;
- a quantidade de foros pertencentes à Santa Casa praticamente não aumentou do século XVII em diante, a revelar um progressivo afastamento da sociedade vila-realense daquela Instituição, já quanto à vinculação de propriedades destinadas a capelas (movimento de declínio a que já nos referimos a propósito dos vínculos das missas perpétuas), já quanto às doações de dinheiro, propriedades e foros à Santa Casa;
- as propriedades e outros bens hipotecados ou vinculados ao pagamento dos foros, próprios de uma sociedade rural, são regra geral, humildes, a revelar que a nobreza vila-realense, ou não dispunha de grandes bens ou não estava particularmente ligada à Misericórdia do velho burgo; as vinhas, courelas, oliveiras, hortas, casais, herdades, chãos, etc., demonstram, pela sua descrição e foros que pagam, uma pequena nobreza e burguesia tementes a Deus mas desprovidas de riqueza;
- o valor dos foros cobrados pela Santa Casa, vinculados a capelas, estava longe de cobrir as despesas de culto e assistência a que a mesma era obrigada;
- o património e os rendimentos da Misericórdia eram bem modestos.

Quadro n.º 6 - Propriedades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real – compras, vendas, prazos e sentenças civis (séculos XVI-XIX)

Ano	Propriedade	Foro	Caseiro (prazo) Vendedor (compra/venda) Executado (sentença civil)	Proprietário/ Comprador/ Executante	Natureza do documento
1524, Mar., 2	Hipotecaram as seguintes propriedades: em Paredes, uma herdade que leva de sementeira 4 alqueires de pão e outra herdade que leva de sementeira 2 alqueires de pão; em Lamares, uma herdade onde se chama Vale de Sanhoane que leva de sementeira 5 alqueires; outra herdade que está no mesmo vale que leva de sementeira 6 alqueires de centeio	Foro anual de 8 alqueires de centeio	Pedro Anes e Margarida Dinis, do lugar de Pinheiro, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro. Pertence à capela do protonotário e está compreendido na doação	Sentença civil (Nota do tabelião Luís Jácome, Vila Real) Certidão da escritura de compra (Nota do tabelião Luís Jácome, Vila Real)
1524, Mar., 21	Hipotecaram a sua bouça e vinha no sítio de Corgozinho	12 alqueires de centeio de foro "por preço de três mil réis em dinheiro e por uma taça de prata em penhor"	João Gonçalves e mulher Maria Anes, do lugar de Jorjais de Mouços, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro. Pertence à Capela do Protonotário	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1524, Out., 1	Vários foros em São Lourenço, Fundões e Paredes de Aguiar	3 alqueires de centeio, 3 almudes de vinho e uma galinha que lhe pagava Vasco Anes e mulher, de São Lourenço, por uma vinha e um chão no dito lugar; 5 alqueires de centeio e um coelho ou galinha que lhe pagava Lopo Afonso, morador em Fundões, de um bacelo; 8 alqueires de centeio que lhe pagava João Anes de Paredes, morador do concelho de Aguiar, de um casal em que vive.	Pedro Sobrinho Escudeiro do lugar de São Lourenço, termo de Vila Real e sua mulher Ana Vaz	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1524, Nov., 4	Um bacelo e outras terras no lugar de São Lourenço: um bacelo onde chamam o Soutelinho (que parte de uma parte com Pedro Sobrinho) que levará de sementeira 6 alqueires; uma leira de cortinha que leva de sementeira 6 alqueires de linhaça, que está atrás das suas casas, e todo o souto que possuem. Obrigavam-se também a pagar todo e qualquer outro foro que das ditas terras se pagavam a outras pessoas	Foro anual de 6 alqueires de centeio	Gonçalo Pires e mulher Senhorinha Anes do lugar de São Lourenço, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Rui Dias) Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1524, Nov., 8	Propriedade que possuem no termo de São Lourenço Hipotecavam todos os bens que possuem no Vale da Delgada e em Fornos	6 alqueires de centeio de foro	Sebastião Gonçalves e mulher Inês Gonçalves, do lugar da Delgada, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real) Prazo (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1524, Nov., 10	Alguns chãos no lugar de Passos de Lamas de Orelhão: um chão que chamam os Fiéis de Deus, que leva de sementeira 13 alqueires de centeio; outro chão à fonte de Aviz, que levará de sementeira 13 alqueires de centeio; outro nas Cavadas (?), que levará de sementeira 20 alqueires; outro às Feixedas (?), que levará de sementeira 15 alqueires; outro onde chamam Vale de Minhoto, que levará 10 alqueires; outro ao Lameirinho, que levará 2 alqueires e mais um bacelo que está onde chamam o Marão Velho, que levará 10 "cavaduras"	–	Leonel Dias, do lugar de Passos, termo de Lamas de Orelhão e a sua mulher Maria Borges	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)

1524, Nov., 10	Todos os bens de raiz e de uma vinha que o protonotário tem no lugar de Passos, resultante do mesmo, emprazados a Leonel Dias e mulher. Hipotecam, os ditos emprazados, as casas em que vivem e obrigavam-se a trazer o foro a Murça, à sua custa	Foro anual de 15 alqueires de trigo e 5 de centeio	Leonel Dias e mulher Maria Borges	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1524, Nov., 11	Algumas herdades e todos os bens de raiz que possuem no lugar de Bujões, principalmente todo o casal em que vivem	Foro anual de 5 alqueires de centeio	Pedro Gonçalves do Souto e mulher Maria Anes, moradores no lugar de Bujões	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1524, Nov., 27	Três chãos no termo do lugar de Carvalho: um chão que levará de sementeira 10 alqueires de pão; outro que levará de sementeira 6 alqueires de centeio; outro de "Valemosso", que levará de sementeira 20 alqueires de centeio	Foro anual de 11 alqueires de centeio	João Pires e mulher Teresa Gonçalves, do lugar de Carvalho, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escrituras de compra e emprazamento (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1524, Dez., 12	Obrigavam um chão de herdade murado sito no limite de Vilar de Maçada, que leva de sementeira pouco mais ou menos 25 alqueires de pão	10 alqueires de trigo e 10 de centeio de foro anual	Miguel Pais e mulher Maria Lopes, Sebastião Fernandes e mulher Margarida Martins, de Vilar de Maçada, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escrituras de compra e emprazamento (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)
1525, Fev., 19	Uma vinha com um lameiro, que Pedro de Castro obteve por título de compra do dito emprazado, que está no limite de Guiães à "fonte da Gonça". O lameiro está dentro na vinha assim como todo está tapado e parte com a "fonte da Gonça" e com a dita vinha. Hipotecou uma terra que está no vale Lamaceiro, que leva de sementeira 5 alqueires de pão e outro chão que leva de sementeira outros 5 alqueires de pão	Foro anual de 6 alqueires de pão, 3 de trigo e 3 de centeio	Maria Gonçalves, viúva de Pedro Anes, do lugar de Guiães, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)
1525, Mar., 30	Um chão no lugar de Vilar de Celas, proveniente da compra feita a João Novo de Parada, que chamam "Boqueiro do Vale de Agrelos". Também hipotecaram o chão que tinham no mesmo sítio que parte com o referido chão emprazado e levará de sementeira 7 alqueires de centeio. João Novo e sua mulher Correia Martins, da Honra de Parada de Pinhão, hipotecaram ao dito foro a sua vinha da Honra de Parada, que chamam "Paço Velho"	Foro anual de 8 alqueires de centeio	João Dias e mulher Joana Anes, moradores em Vilar de Celas	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real) Escritura de cessão que os sobreditos João Novo e mulher fizeram ao Protonotário do referido chão de Vilar de Celas, de que antes lhe pagavam foro, para poderem de novo emprazar a quem lhe parecesse, como com efeito emprazou aos sobreditos caseiros (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1525, Mai., 25	Uma terra das Travessas, termo do lugar de Bujões, que leva de sementeira 10 alqueires de pão; outra terra na "Longra", que leva de sementeira 5 alqueires de meio de pão; outra terra que está no Vale dos Penedos, que leva 4 alqueires de pão de sementeira; outra terra que está no Salgueiro, que levará de sementeira 10 alqueires de pão. Hipotecaram para pagamento do foro uma vinha que possuíam no dito lugar de Bujões, que leva 3 homens de cava	Foro anual da 6 alqueires de trigo	Lopo Gonçalves e mulher Margarida Anes, do lugar de Bujões, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)
1529, Mar., 11	Obrigaram três oliveiras que tinham em Lobrigos e uma vinha	1 alqueire de azeite de foro anual, por preço de 1 430 réis	Fernão Gonçalves e mulher Leonor Alves, do lugar de Coucieiro (?), concelho de Penaguião	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Rui Dias, Vila Real)
1529, Abr., 15	Obrigaram três oliveiras que se encontravam abaixo das casas dos caseiros; uma leira de chantoada próxima de outra casa; outra leira que tinham acima do caminho com uns enxertos de cerdeira; e mais duas casas dentro da quinta onde vivem e 6 oliveiras no sítio das Várzeas que davam em ano de safra 10 alqueires de azeite.	1 alqueire de azeite de foro anual, por preço de 1 328 réis	Gonçalo Anes e mulher Isabel Gonçalves, do lugar de Lobrigos, concelho de Penaguião	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)

1529, Mai., 2	Hipotecaram a sua vinha sita no Pontão do Vale de Gomes, no limite do lugar de Jorjais de Mouços, o casal em que viviam, que já estava obrigado a pagar outros foros ao protonotário e o seu chão acima da Fontinha (?), no dito lugar	4 alqueires de centeio de foro anual por preço de 1 000 réis brancos que "receberam de Rui Lopes coronel fidalgo da Casa do senhor imperador e rei de Castela e irmão do protonotário Pedro de Castro, abade de Mouços"	Pedro Gonçalves e mulher Catarina Dinis, do lugar de Jorjais de Mouços.	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1529, Mai., 8	Hipotecaram o casal em que vivem no dito lugar, que dará 40 ou 50 alqueires de castanhas	4 alqueires de centeio de foro anual, por preço de 1 000 réis	Gonçalo Afonso e mulher Cecília Fernandes, do lugar de Sobrados	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1529, Mai., 8	Obrigavam uma courela de souto, com sua terra de herdade, que dará 50 alqueires de castanhas; e a terra "de dar pão" leva de sementeira 4 alqueires de centeio, sita no lugar da Cabeça, no limite do dito lugar de Sobrados; e uma vinha no lugar de Vilarinho, no mesmo lugar, que dará 60 almudes de vinho	5 alqueires de centeio de foro anual, por preço de 1 250 réis	Sebastião Gonçalves e mulher Filipa Gonçalves, do lugar de Sobrados	Não se compreendem na doação do protonotário	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1529, Ago., 3	Obrigaram uma oliveira da casa, perto de um moinho de azeite e outra oliveira no Pedragal, com seu chão, que levará de sementeira 2 alqueires de trigo e a oliveira dará um moinho de azeite; e as oliveiras, duas em ano de safra, darão 8 alqueires de azeite; e mais outra oliveira que está dentro do Pedragal, que dará um alqueire de azeite; e mais 8 oliveiras que estão dentro da dita sua quinta. Deu por fiadores e pagadores do foro, Pedro Vaz e sua mulher Violante de Sousa, os quais se obrigavam a pagar o mencionado foro em Vila Real	1 alqueire de azeite de foro anual, por preço de 13 tostões de prata e um vintém	João Alves e mulher Mécia Martins, da Quinta de Godim, no concelho de Penaguião	Protonotário Pedro de Castro. Está compreendido na doação do protonotário	Escritura de compra (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)
1532, Dez., 14	Hipotecaram o casal que tinham em Linhares de Mouços, que consta de casas, hortas e todas as suas propriedades e pertenças do dito casal, que parte com Fernão Gonçalves seu irmão e com os moradores do dito lugar de Linhares; mais uma vinha que tinham em Riba do Pinhão e Castro, e parte do cabo de baixo com João Pires de Lagares e da parte de cima confronta com vinha de João Fernandes de Celeirós, e da outra parte confronta com Afonso Fernandes, de Justes; leva a vinha seis homens de cava; e mais uma herdade em Sanguinhedo	12 alqueires de centeio de foro anual	Aires Gonçalves e sua mulher Margarida Dias, do lugar de Linhares de Mouços	Protonotário Pedro de Castro. Pertencem à capela do protonotário e está compreendida na doação	Escritura de compra (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)
1538, Dez., 2	Casas da morada de Francisco Carneiro, Vila Real. Obrigaram e hipotecaram um chão com uma "enxistada e souto novo e uma vinha com suas árvores, que eles vendedores possuem em Codeçais, termo da dita vila"	10 alqueires de pão centeio, de foros pagos em cada ano	Fernando Anes Ortelão, morador da Rua da Misericórdia, Vila Real	Jerónimo da Cunha de Carvalho e mulher, de Vila Real	Carta de venda (Nota do tabelião Álvaro da Cruz)
1539, Jan., 7	Imposto no seu casal do Carvalho, de cujo casal já pagavam ao protonotário 11 alqueires de centeio	6 alqueires de trigo de foro	Afonso ou António Domingues e sua mulher Francisca Pires, do lugar de Carvalho, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro. Pertence à capela do protonotário. Na doação que o protonotário fez à Santa Casa não se faz menção deste foro, mas esta escritura confirma outra escritura de 11 alqueires de centeio, dos quais fez doação à Santa Casa	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Luís, Vila Real)

1539, Jan., 31	Obrigaram o casal em que vivem, no concelho de Penaguião	1 alqueire de azeite por preço de 1 328 réis	Pedro Gonçalves e mulher, do lugar de Oliveira, concelho de Penaguião	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Mem Fernandes, Vila Real)
1539, Mar., 4	Casas da morada de Gonçalo Vaz. "Pena de 20 cruzados de ouro para o comprador, para esse efeito, obrigava e hipotecavam a esta venda uma vinha no sítio do Congresinho, termo do dito lugar"	10 alqueires de pão ceiteio de foro anual por preço de 2 500 réis "os quais eles vendedores logo receberam"	Pedro Gonçalves e sua mulher Catarina Dinis, do lugar de Jorjais de Mouços	Protonotário Pedro de Castro	Carta de venda (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1539, Mar., 15	Obrigaram a sua vinha do Corgozinho, limite do lugar de Jorjais de Mouços e do Vale do Gomes, com uma produção de 40 almudes; uma bouça e cortinha dos Quinchozos, que leva de sementeira 10 alqueires	6 alqueires de ceiteio de foro anual, por preço de 1 500 réis	Gonçalo Gonçalves e mulher Catarina Afonso, do lugar de Jorjais de Mouços	Protonotário Pedro de Castro.	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1539, Abr., 30	Hipotecaram as herdades que possuem no lugar de Ferreiros que levam de sementeira 15 alqueires de pão; e o casal em que vivem que é do Reguengo que se encontra no lugar de Carvas	6 alqueires de ceiteio de foro anual	João Brás e mulher Maria Aires, do lugar de Carvas, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1539, Abr., 30	Obrigavam as mesmas herdades no lugar de Ferreiros e o casal em que vivem	11 alqueires de ceiteio e um coelho de foro anual por preço de 1 500 réis brancos	João Braz e mulher Maria Aires, do lugar de Carvas, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro (não pertence à doação do protonotário)	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1539, Mai., 7	Moradas de Pedro de Castro; obrigavam e hipotecavam todo o casal em que viviam, do lugar de Fortunho e Felgueiras. Hipotecavam a estas 8 medidas do que era reguengo e a si hipotecavam as suas vinhas que estão na ribeira do Regueirinho (?), do termo de Fortunho	8 alqueires de pão ceiteio de foro anual, por preço de 2 000 réis	Diogo Anes e sua mulher, do lugar de Felgueiras, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Carta de venda (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1539, Mai., 28	Casas da morada de Pedro de Castro. Obrigaram e hipotecaram a estas 8 medidas, a bouça, vinha e pertenças que tinham obrigadas às outras 12 medidas de ceiteio que eles já tinham vendidas a ele comprador por outra escritura	8 alqueires de pão ceiteio de foro anual, por preço de 2 000 réis	João Gonçalves e mulher Maria Anes, do lugar de Jorjais de Mouços, Vila Real	Protonotário Pedro de Castro	Carta de venda (Nota do tabelião Francisco Ramalho, Vila Real)
1539, Ago., 9	Casas da morada de Pedro de Castro, protonotário e abade de Mouços	Foro por preço de 4 000 réis que o vendedor recebeu por duas taças de prata. Deu de penhor dos 4 000 réis uma taça	Jerónimo da Cunha de Carvalho	Protonotário Pedro de Castro	Carta de venda (Nota do tabelião Domingos Luís, Vila Real)
1539, Dez., 21	Casas da morada de Domingos Monteiro. Obrigaram e hipotecaram todos os seus bens reguengos que possuíam no reguengo de Cunhedo, termo de Vila Real	6 alqueires de pão ceiteio de foro anual de 1 800 réis brancos, que receberam por tostões e vinténs de prata	Jerónimo Afonso e mulher Francisca Dias, moradores do couto de Adoufe, Vila Real	Domingos Monteiro, do lugar de Passos, termo de Vila Real	Carta de venda (Nota do tabelião Luís Pereira)
1561, Dez., 20	Obrigaram o seu chão em Vilar, que chamam o "Chão de Vageira"; e o Chão do Rego com suas "testadas", e que levavam de sementeira 3 alqueires de ceiteio	2 alqueires de ceiteio de foro anual, por preço de 1 200 réis	Diogo Gonçalves e mulher Cecília Martins, do lugar de Linhares	Padre Gaspar Rodrigues, morador em Nossa Senhora de Guadalupe, termo de Vila Real	Escritura de compra (Nota do tabelião João de Deus, Vila Real) Cópia de Registo: "Este foro, com outro mais de 2 alqueires de ceiteio, foi deixado a esta Santa Casa por Frutuoso Peixoto, de Vila Real e por seu falecimento o entregou seu filho, João Peixoto Ribeiro Meirinho; porém, no Arquivo não existe senão a escritura supra e falta a outra dos 2 alqueires de ceiteio, o que assim consta de uma nota antiga escrita na margem da dita escritura, onde também declara que este foro se paga"

1562, Dez., 31	Casas da Santa Misericórdia	O dito foro era pago pela mulher e filhos que ficaram de Jerónimo Afonso, do couto de Adoufe. Preço de 3 600 réis que o vendedor recebeu do provedor e irmãos por tostões e vinténs de prata	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	Domingos Monteiro	Escritura de venda. Domingos Monteiro vende para todo o sempre ao provedor e irmãos da dita Confraria (Nota do tabelião Jerónimo Pires Vila Real)
1563	—	Foi condenada a largar o foro de dois alqueires de azeite que lhe pagava Pedro Anes, do lugar de Oliveira, concelho de Godim, por terem sido doados à Misericórdia pelo protonotário, tio da sobredita	Ana Coronel, viúva do dr. Diogo de Mesquita, de Vila Real	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Protonotário Pedro de Castro	Sentença cível passada pelo escrivão Francisco Borges, Vila Real, assinada pelo ouvidor, Diogo da Silveira
1563, Mar., 2	—	Condenados a pagar anualmente à Santa Casa o foro de 5 alqueires de centeio	Gonçalo Anes e mulher, do lugar de Sobrados, herdeiros de Bastião Gonçalves e mulher	Santa Casa da Misericórdia (Não se compreendem na capela do protonotário)	Sentença cível passada pelo escrivão do juízo geral desta Vila Real, Francisco Ramires, e assinada pelo juiz ordinário da mesma, Jerónimo Barbosa
1564, Jul., 12	—	Condenados a pagar anualmente o foro sobredito	Aires Gonçalves e sua mulher Margarida Dinis, do lugar de Linhares de Mouçós	Santa Casa da Misericórdia. Pertencem à capela do protonotário e está compreendida na doação	Sentença cível passada pelo escrivão do juízo eclesiástico, Pedro Pinto, Vila Real, e assinada pelo vigário geral, Jerónimo Coelho
1571, Dez., 19	—	Ficou condenado a pagar anualmente à Misericórdia de Vila Real o foro de 7 alqueires de centeio e 3 almudes de vinho	Carvalho Martim Pires, do lugar de São Lourenço	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Está compreendida na doação do protonotário	Sentença passada pelo escrivão do juízo do geral de Vila Real, Julião Coelho e assinada pelo juiz ordinário, Domingos Carneiro.
1575, Abr., 12	Obrigaram o seu olival, no lugar da Pereira, limite do lugar de Sabrosa, que tem 15 oliveiras	Um alqueire de azeite de foro anual, por preço de 3 500 réis	Braz Pires e mulher Ana Vaz, do lugar de Sabrosa	Licenciado Duarte Rebelo e mulher Guiomar, de Alvarenga, Vila Real	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco Borges, Vila Real)
1595, Jul., 2	Um terço do casal que ficou de João Afonso, da Torre de Pinhão, foreiro aos ditos senhorios, pelo foro anual de 11 alqueires de centeio e uma galinha, pagando de laudémio a terça parte do preço da venda	—	Luís da Mesquita e Andrade e sua mulher Brites de Almeida, Vila Real	Gonçalo Afonso, Estêvão Anes, Pedro Afonso, João Martins o Velho, e Gonçalo Alves, da Torre do Pinhão, e João Esteves do lugar de Pinhão Cel, Pertence à capela de Luís de Mesquita e Andrade, de Vila Real	Escritura de transacção e prazo (Nota do tabelião José Pinto de Sequeira, Vila Real)
1595, Set., 1		Terço de 11 alqueires de centeio e uma galinha	Pedro Dias, Gonçalo Gonçalves, Branca Dias, viúva, Diogo Fernandes e outros, da Torre do Pinhão	Luís da Mesquita e Andrade e mulher Beatriz de Almeida, Vila Real. Pertence à Capela de Luís de Mesquita e Andrade	Prazo (Nota do tabelião José Pinto de Sequeira, Vila Real)

1595, Set., 21	–	–	Luís da Mesquita e Andrade e sua mulher Beatriz de Almeida	Maria Martins, mulher de Gonçalo Fernandes, Francisca Afonso, mulher de Pedro Fernandes, Francisca Gonçalves, mulher de Pedro Afonso e Beatriz Gonçalves, mulher de Gonçalo Afonso, da Torre de Pinhão	Escritura de concerto e transacção à escritura retro (Nota do tabelião José Pinto de Sequeira, Vila Real)
1595, Set., 24	–	–	–	Maria Gonçalves, mulher de João Esteves, de Pinhão Cel	Escritura de outorga e consentimento à escritura de transacção e prazo (1595, Julho, 2) (Nota do tabelião José Pinto de Sequeira, Vila Real)
1595, Nov., 27		Foro de 11 alqueires de centeio e uma galinha	Pedro Dias, Afonso Alves, Pedro Alves, Gonçalo Gonçalves, Gonçalo Alves e Pedro Fernandes, da Torre de Pinhão	Luís de Mesquita e Andrade e mulher, Beatriz de Almeida, Vila Real	Escritura de transacção e confissão de foro (Nota do tabelião Luís Taveira)
1599, Out., 23	–	Condenada por sua confissão a pagar o foro de 1 almude de azeite	Isabel Gonçalves viúva do dito Gonçalo Anes do Lugar de Lobrigos	Santa Casa da Misericórdia de Vila Real	Sentença cível passada pelo escrivão Pedro Ramalho, e assinada pelo ouvidor de Vila Real, Melchior Pinto
1602, Fev., 24	Casas que o reverendo António Pires, reitor de São Cristóvão de Parada de Cunhos deixou à Santa Casa em testamento. As casas estão dentro da Vila Velha, na rua Direita, com seu quintal e uma casa de palheiro junto delas, por detrás, que confrontam de um lado com casas do padre Jorge de Carvalho que foram do abade Gonçalo de Carvalho e da outra parte com outras casas que possuía ao tempo o dr. Jorge de Carvalho, onde vive Isabel Pires, forneira, e confrontam com a rua pública; e do lado do muro; por detrás partem com o quintal das casas e com a rua que vai entre o muro e o quintal delas; e o palheiro parte com as mesmas confrontações. Propriedades emprazadas pelo foro anual de 1 200 réis	–	Dinis Machado Botelho, Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Propriedade do reverendo António Pires, reitor de Parada de Cunhos, herdada pela Misericórdia de Vila Real (capela do reverendo António Pires)	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Francisco Lopes, Vila Real)
1602, Mar., 3	Uma vinha, lagar e oliveiras e monte, sitos no lugar da Calçada da Ribeira, Vila Real, que passou para a Misericórdia como herdeira do reverendo padre António Pires, reitor de Parada de Cunhos e confronta de um lado com a vinha de Paulo da Mesquita, de Sabrosa, e do outro com vinha do abade Francisco Lopes; entesta no chão das Botelhas e na estrada pública que vai para a Ribeira. Hipotecou uma vinha que possuía na Pala, termo de Folhadela	Com o foro de 1 700 réis	Diogo Machado, morador em Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à capela do reverendo padre António Pires, reitor que foi de Parada de Cunhos	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Nicolau de Queirós, Vila Real)
1602, Mar., 3	Um olival situado por baixo da porta franca, com seu terrado, que está tapado e demarcado, que parte do lado de cima com caminho que vai da porta franca para o Jazigo, para os moinhos de Heitor Correia e do lado de baixo com olival e terra de António Lopes desta vila, e de outra parte com caminho que vai para a horta que ficou de Rui de Niza. Para pagamento do foro hipotecou as vinhas que tem na Mourisca, Vila Real	Olival emprazado pelo foro anual de 620 réis	Baltasar Francisco, Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Propriedade do reverendo António Pires, reitor de Parada de Cunhos, herdada pela Santa Casa da Misericórdia (capela do reverendo António Pires)	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Francisco Lopes, Vila Real)

1602, Jul., 1	Umás casas com quintal dentro da Vila Velha, na rua do Caminho de Baixo; partem de um lado com casa de Catarina solteira tecedeira, irmã de Diogo Lourenço, pedreiro e da outra com casas que foram de Gonçalo Leitão da Mesquita e ao tempo de José Pinto de Sequeira e partem com rua pública; mais duas casas terreiras telhadas, que servem de palheiros, situadas ambas por detrás das casas em que vive o emprazador, junto ao muro; partem de um lado com quintal de Diogo Lourenço Vaquinha e do outro com casa de palheiro de António Teixeira de Araújo e entestam por detrás com o quintal das casas que foram de Pedro António, carpinteiro, e pela frente parte com rua pública	Foro de 400 réis; foro distinto do que já pagava o mesmo caseiro	Dinis Machado Botelho, Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Propriedade do reverendo António Pires, reitor de Parada de Cunhos, herdada pela Santa Casa da Misericórdia (Capela do reverendo António Pires)	Escritura de emprazamento (Nota do tabelião Francisco Lopes, Vila Real)
1624, Dez., 16	Condenados a pagar por umas vinhas, o foro e rações de 7 almudes de vinho		Martins Gonçalves e sua mulher Maria André, moradores no lugar de Arrabens, e Cecília Pires, moradora em Vila Real	Catarina Borges, viúva e António Botelho Guedes, moradores em Vila Real	Sentença cível (Escrivão António Taveira)
1685, Dez., 7	Várias terras e casas sitas no mesmo lugar	Por foro anual de 20 alqueires esquiados de centeio, 400 réis e um frango ou 20 réis Cópia de Registo: "Este foro acha-se em cobrança. Pertence à capela de Luís da Mesquita e Andrade" (1830)	António Gonçalves e mulher do lugar de Afonsim, concelho de Vila Pouca de Aguiar	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à capela de Luís de Mesquita e Andrade, desta Vila Real	Prazo de vidas e de geração (Nota do tabelião Domingos de Barros Correia, Vila Real)
1686, Abr., 27	Várias terras e casas do mesmo lugar, pelo foro dito. O caseiro António Gonçalves e mulher desistiram do primeiro prazo que a Misericórdia lhe havia feito de todo casal, e aceitou este de metade, consentindo que a outra metade se emprazasse a sua irmã Isabel, solteira, ficando ambos a pagar metade do foro referido e por isso esta escritura contém dois prazos separados, sendo o foro pago junto	Pelo foro dito	António Gonçalves e mulher Maria Gonçalves e Isabel, solteira, filha de Pedro Dias e de sua mulher Maria Gonçalves, do lugar de Afonsim, concelho de Vila Pouca de Aguiar	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à capela de Luís de Mesquita e Andrade, desta Vila Real	Prazo de vidas e de geração (Nota do tabelião Manuel Machado, Vila Real)
1693, Jun., 23	Umás casas com seu quintal, na rua do Caminho de Baixo, que partiam com Manuel Ferreira e com casas que possui na vila Gonçalo Fernandes Cambito, de Vila Real. Estas casas foram doadas à Santa Casa por Ana de Torres de Vila Real, como consta do mesmo prazo. Estas casas foram desfeitas e estão incorporadas no Quintal de Luís António de Figueiredo e Rocha que reconheceu o foro no Tombo Novo, em 19 de Julho de 1797	Pelo foro de 1 500 réis	António Fernandes, viúvo, Vila Real	Santa Casa da Misericórdia	Prazo perpétuo (Nota do tabelião Manuel Teixeira, Vila Real) 1774, Nov., 11 Carta de Manuel de Campo Luís Álvares de Figueiredo e Rocha, de Vila Real, possuidor que foi das ditas casas, que estão desfeitas e incorporadas na quinta do mesmo, em que confessa o referido foro, de 19 de Julho de 1797. Termo de reconhecimento que faz Luís António de Figueiredo e Rocha, seu filho, desta vila, do foro de mil e quinhentos réis que paga à Santa Casa da Misericórdia desta vila (escrivão José Botelho de Sousa)
1693, Jun., 28	Uma propriedade de terra sita no lugar de Celeirós, denominada a "Estercada", limite de Vale de Mendis	Um cântaro de azeite	Gregório Lourenço e mulher, Ana Lopes, do lugar de Celeirós	Santa Casa da Misericórdia	Prazo perpétuo (Nota do tabelião Matias Gomes, Vila Real) Original e cópia de registo feita em 1830, pelo escrivão Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel

1705, Ago., 3	Umás casas e quintal sitos na rua do Carvalho, defronte da portaria do convento de Santa Clara	Pelo foro de 4 600 réis e com a obrigação de pagarem anualmente os caseiros à Misericórdia uma vela de arrátel de cera amarela em dia de Quinta-feira Santa	Manuel Monteiro e sua mulher Rosa Maria	Padre Manuel Alves Ribeiro e sua irmã Luísa Ribeiro, de Vila Real	Prazo perpétuo (Nota do tabelião António José Ramalho e Rocha, Vila Real) 1797, Maio, 24 Acusação da aceitação feita aos caseiros José Correia Mourão, viúvo, António Lopes Rego e mulher, João Alves de Barros e mulher, Luís Nogueira e mulher e Francisco Nunes e mulher, todos de Vila Real, do foro de uma vela de cera amarela (escrivão José Botelho de Sousa, 1797) Medição e apegção das casas de António Lopes Rego, defronte da portaria das freiras de Santa Clara
1710, Fev., 14	Uma propriedade sita à Ponte, no lugar de Torneiros, da parte de além	Foro anual de 3 alqueires e meio de centeio para uma capela da Família de Dinis Tavares, ou de quem direito for, de duas missas anuais, uma cantada e outra rezada em dia de S. Dionísio.	Luís da Ataíde Pimentel, viúvo, Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à capela da família de Dinis Tavares, de Vila Real	Escritura de obrigação (Nota do tabelião José Taveira de Mesquita, Vila Real) 1797, Maio, 24 Reconhecimento feito por Francisco de Paula de Ataíde, solteiro, de Vila Real (Escrivão José Botelho de Sousa)
1716, Jun., 30	Hipoteca de uma Cortinha, nos Torneiros, declarada e confrontada na mesma	Um alqueire e três quartos de centeio de foro anual	Manuel Correia de Carvalho e mulher, Sebastiana Teixeira Pinto, Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à capela de Dinis Tavares, de Vila Real	Escritura de confissão e reconhecimento (Nota do tabelião António Alves Coelho, Vila Real) 1797 Termo de reconhecimento que faz Luísa Genoveva Teixeira Pinto, desta vila, por seu procurador, frei Duarte de São José, do foro de um alqueire e três quartos de foro 1797 Medição e apegção da cortinha de Vilalva, de Genoveva Teixeira Pinto
1725, Jun., 27	Uma horta abaixo do Jazigo, subúrbio de Vila Real, declarada e confrontada no mesmo prazo Cópia de registo: "Esta horta era, em 1830, do José Tomás da Silva Teixeira"	Pelo foro anual de 2 240 réis, pagando também o laudémio no caso de venda	João da Silva Teixeira e sua mulher, Maria Pereira, Vila Real	Bernardo Correia de Mesquita, viúvo, de Vila Real, administrador da capela de Paula de Carvalho	Renovação do prazo (Nota do tabelião José Taveira de Mesquita Vila Real)
1737, Mar., 16	Uma vinha no sítio de Pala ou Vale do Cambito, limite do lugar de Folhadela	Obrigação de pagar à Misericórdia o foro anual de 3 canadas de azeite	João Correia Botelho da Fonseca Machado e sua mulher, de Vila Real	João Correia, do lugar de Folhadela	Escritura de compra (Nota do tabelião Caetano Teixeira da Cunha Vila Real) Cópia de registo feita em 1830 1664, Jan., 14 Termo de reconhecimento que fez Domingos Pereira e sua mulher Cristina Rodrigues
1743, Jul., 2	Um olival no sítio do Armadouro, por baixo do Jazigo, Vila Real	Pelo foro de um cântaro de azeite	Quitéria Maria de Mesquita, solteira, de Vila Real	Santa Casa da Misericórdia	Prazo de vidas (Nota do tabelião João de Figueiredo Gomes, Vila Real) 1845 Segundo uma nota que acompanha a cópia de registo, a propriedade passou a ser de António José Teixeira Guimarães Júnior, pela compra feita em 1845 ao dito caseiro

1747, Dez., 11		2 000 réis de foro anual no dia da Páscoa, pagos pelo caseiro Manuel da Costa Rego, de Vila Real, o qual se obrigou também na mesma escritura ao referido pagamento anual enquanto o dito António Pinto Pimentel não providenciar ornamentos capazes para se rezarem as missas a que é obrigado no seu altar e capela, na igreja da Misericórdia. Consta da mesma escritura a composição e transacção que o referido António Pinto Pimentel fez com a Misericórdia, na qual se obrigou aquele a mandar a esta, todos os anos, três vestidos para se darem aos pobres na Sexta-feira Santa. Instituição do seu morgado feita por Fernão Pinto Pimentel e mulher, Maria Correia, de Vila Real. Ao todo, o administrador era obrigado a dar anualmente aos pobres 5 vestidos	António Pinto Pimentel, do lugar de Vilar de Maçada	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à Capela de Fernão Pinto Pimentel de Vila Real	Escritura de obrigação e consignação (Nota do tabelião Manuel Caetano Teixeira da Cunha, Vila Real) 1663, Dez., 3 Termo de reconhecimento no qual Fernão Pinto Pimentel reconhece a obrigação de vestir 5 pobres na Sexta-feira da Paixão
1754, Set., 12	Um olival na Carreira Longa, limite da freguesia de Mateus	Obrigação de pagar anualmente à Misericórdia a pensão de 3 canadas de azeite. 1830 Cópia de registo: "Hoje pertence o pagamento deste foro aos Pintos, da rua do Poço"	João Correia Botelho da Fonseca Machado e sua mulher Ana Umbelina Botelho de Almeida e Távora	Ana Teresa de Morais Sarmento, viúva, de Vila Real	Escritura de compra (Nota do tabelião Francisco José Taveira da Fonseca)
1780, Dez., 13	"Ao executado José Vilela, uma lameira que parte com Maria Vilela e com José Gonçalves; mais uma horta que tem atrás das casas; e as meias casas em que vive, que são terreiras e de colmo. Ao executado José Gonçalves nas casas em que vive que são telhadas e sobradas, num souto pegado às meias casas e parte com a estrada que vai para o povo; e numa leira denominada Chão, a lameira que parte com Luísa Fernandes e com a estrada que vai para o povo; cujas penhoras foram julgadas firmes e estáveis, prosseguindo-se com a execução"	Obrigados a pagar cada um, anualmente, 3 alqueires e meio de centeio para o capelão que disser as missas da capela do protonotário, aos quais fez penhora	José Vilela e José Gonçalves, ambos do lugar da Delgada, termo de Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Está compreendido na doação do protonotário	Sentença cível
1790, Jun., 8	O caseiro hipoteca todos os seus bens presentes e futuros		Francisco Ferreira de Queirós, do lugar de Celeirós	Santa Casa da Misericórdia	Escritura de emprazamento que renova o prazo sobredito (Nota do tabelião Manuel Correia de Mesquita, Vila Real)

1797, Mai., 1	Umás casas sitas na rua de Trás da Misericórdia, que partem com casas de José Luís Fernandes e com as casas de José Teixeira da Fonseca	Foro anual de 800 réis	Luís Nogueira e sua mulher Caetana Martins, de Vila Real	Santa Casa da Misericórdia. Propriedade de Luís da Mesquita e Andrade de Vila Real, herdada pela Misericórdia (Capela de Luís da Mesquita e Andrade)	Escritura de transacção e amigável composição de emprazamento (Nota do tabelião José Vieira de Carvalho, Vila Real) 1797, Mai., 24 Termo de reconhecimento que faz Luís Nogueira, desta vila, do foro de 800 réis, que paga à Santa Casa da Misericórdia. Escrivão José Botelho de Sousa 1797 Medição e apegção das casas de Luís Nogueira, na rua de Trás da Misericórdia
1799, Abr., 30	Campo da Calçada da Ribeira de Cabril, que parte a norte com a estrada que vai para a Ponte Telheira; e de nascente com Pedro Gonçalves Aranha; e de poente com o campo de Jorge Gonçalves; e de sul com os campos de Leonor Botelho da Mesquita; tem de comprido, 147 varas e de longo 54 varas. Os antigos proprietários reconheceram pagarem anualmente à Misericórdia 1 700 réis. Este campo pertencia à herança do padre António Pires, reitor que foi de S. Cristóvão de Parada de Cunhos, o qual em seu testamento vinculou duas missas em cada semana ditas na igreja da Misericórdia, e para satisfação desta obrigação, doou, por herança, todos os seus bens à Misericórdia	Foro de 1 700 réis. Segundo o Livro do Inventário da Misericórdia, foram condenados "ao foro anual de 1 700 réis", passados a 29 de Maio de 1799.	Manuel Caetano de Azevedo, Manuel Alves de Aguiar e Teresa Alves de Aguiar, lugar de Parada de Cunhos	Santa Casa da Misericórdia. Pertence à capela do reverendo padre António Pires, reitor que foi de Parada de Cunhos	Sentença cível para execução dos bens penhorados aos executados, passada pelo escrivão Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, no juízo do geral
1801, Mai., 8	Quinta do Rato, sita além da ponte de Santa Margarida de Vila Real, junto ao Rio Corgo	Obrigação de pagar anualmente de foro, à Misericórdia, um cântaro de azeite Na cópia de registo explica que o foro foi deixado à Misericórdia por Bartolomeu Jorge Monteiro e sua mulher Paula de Carvalho, de Vila Real, no testamento com que faleceram, feito no ano de 1616, "que existe no Arquivo"	Capitão João José Alves de Barros, de Vila Real	Luís Correia Leitão, da Quinta do Rato	Escritura de compra (Nota do tabelião António José Ramalho, Vila Real) 1664, Jan., 12 Termo de reconhecimento feito por Bartolomeu Botelho da Nóbrega, de Vila Real, de pagar um almude de azeite 1797, Mai., 27 Termo de reconhecimento de João Alves de Barros, alferes de ordenanças, de Vila Real, e sua mulher, e José Correia Mourão do foro de meio almude de azeite. (Escrivão José Botelho de Sousa, 1797) Medição e apegção da Quinta do Rato, do alferes João Alves de Barros
1803, Jul., 4	Um monte em Soutelinho, limite do lugar	Foro anual de 1 500 réis em dinheiro	Francisco de Sequeira Coelho, solteiro, do lugar de São Lourenço	Santa Casa da Misericórdia	Prazo perpétuo (Nota do tabelião José Alves Vila, Galegos)
1807, Abr., 27		Foro sobredito	João Correia da Mesquita Matrono e sua mulher Maria Feliciano, de Vila Real	Santa Casa da Misericórdia	Renovação de prazo de vidas e de geração (Nota do tabelião António Pedro Felizardo e Silva, Vila Real)
1810, Ago., 8	Como possuidor do prédio onerado ao mesmo foro: uma propriedade sita na Veiga, no limite do lugar, por trespasse que da mesma lhe tinha feito Santos José Alves do mesmo lugar, o qual também o declara na escritura	Foro anual de 4 alqueires de centeio	Luís Monteiro e sua mulher Maria José do lugar de Souto Maior	Santa Casa da Misericórdia	Escritura de obrigação e confissão de foro (Nota do tabelião Domingos Marinho de Queiroz, Vila Real)
1827, Jul., 8	Propriedades sitas no mesmo lugar	Foro anual de 4 alqueires de centeio	Manuel António Vilela do lugar de Delgada	Santa Casa da Misericórdia	Escritura de renovação e emprazamento perpétuo (Nota do tabelião Domingos Marinho de Queirós, Vila Real)

1829, Abr., 22	–	Condenados a pagar anualmente à Misericórdia o foro de meio almude de azeite Em nota, a cópia de registo diz: “Este foro foi remido com autorização e convénio da Mesa, por 50 000 réis, a que se obrigou Domingos Leonardo Capela, do lugar de Nogueira, em 31 de Dezembro de 1854, nas notas do tabelião Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, e vai lançada no livro dos juro da Santa Casa”	Francisco Alves Lobo, Ana Luísa Lobo, António Alves Lobo e sua mulher, todos Irmãos do lugar de Nogueira	Santa Casa da Misericórdia	Sentença cível (escrivão Luís Machado Monteiro de Campos)
1829, Nov., 13	Um chão sito na Lage Longa, ou Mija-Cão, no mesmo lugar	Por foro de 3 alqueires esquilados de centeio; de lutuosa, outros 3 alqueires e de laudémio a vintena. Em nota, a cópia de registo diz que este chão o trazia arrendado a dita caseira há muitos anos, por 2 alqueires e 3 quartos de centeio, e por isso era substituído pelo foro de 3 alqueires.	Isabel Maria Vilela, do lugar de Vilar de Cela	Santa Casa da Misericórdia	Prazo de vidas (Nota do tabelião José Carlos de Sousa, Vila Real)

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, *Doação e mais títulos de foros a ela pertencentes que o protonotário Pedro de Castro Abade de Mouçós fez à Santa Casa*, livro 261; *Tombo Velho feito no ano de 1664 e outras Memórias e Relações das Capelas e Foros desta Santa Casa*, livro 263; *Tombo Novo feito no ano de 1797 e outras Clarezas e Lembranças respectivas dos foros desta Santa Casa*, livro 264; *Prazos e outros Títulos de Foros*, livro 88)

Assim sendo, não é de admirar que as dificuldades sentidas pela Misericórdia de Vila Real, a partir do século XVII, acabassem por eternizar-se e muito provavelmente por agravar-se.

É claro que as receitas da Misericórdia de Vila Real não se limitavam apenas aos bens das missas e aos foros e pensões, que a Instituição, aliás, a partir da segunda metade do século XVIII, procurou converter em dinheiro, prescindindo das exíguas rendas perpétuas (e das dificuldades que levantavam na sua cobrança) que aquelas geravam.

Desde cedo, a Misericórdia de Vila Real procurou encontrar outras fontes de financiamento, de tal modo que, no ocaso do Antigo Regime (inícios do século XIX), os rendimentos dos foros eram já ultrapassados pelos juro recebidos, provenientes de empréstimos de dinheiro da Misericórdia a particulares, quer de verbas próprias, quer de dinheiro obtido no mercado de capitais a um juro módico (em regra, 5%), para depois ser disponibilizado a um juro mais elevado (6% ou 6,5%).

A análise da receita e despesa da Santa Casa de Vila Real, por exemplo, para os anos económicos de 1832-1833 e 1833-1834, revela que a parcela mais significativa da receita, superior a 50%, correspondia aos juro recebidos, ao passo que o rendimento dos foros não chegava a 10% do valor total da mesma, sendo ultrapassado até pelo rendimento das tumbas (Quadro n.º 7).

Esta tendência vai aprofundar-se ao longo do século XIX, já por força da desvalorização dos foros pagos em espécie, já devido à intervenção do Estado no sentido de sujeitar ao regime de direito comum os bens de mão morta.

Em 1866, o Estado deu um golpe nos rendimentos das misericórdias, com a lei de 22 de Junho de 1866, estendendo às mesmas a lei da desamortização, de 4 de Abril de 1861. De acordo com este diploma, as misericórdias foram obrigadas a inventariar todos os prédios rústicos e urbanos, foros, censos, quinhões e pensões, cuja lista, remetida ao Governo, permitiu que tal património, anunciado no *Diário do Governo*, fosse vendido em hasta pública, na capital do distrito, sem qualquer intervenção destas instituições de assistência.

A receita proveniente da venda deste património não afecto às actividades pia e beneficente, seria aplicada obrigatoriamente em títulos de dívida pública, que, a partir de então, passaram a constituir as principais receitas das misericórdias.

Quadro n.º 7 - Receita e despesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, sendo provedor João Rebelo de Matos Rocha e tesoureiro Manuel José Jorge (1833-1834)

Receita

Juros recebidos	284\$579
Rendimento das tumbas	67\$200
Sepulturas	1\$200
Custas recebidas	15\$457
Rendimento dos foros recebidos	47\$385
Fábrica de paramentos	\$300
Esmola dada pelo irmão Sebastião Maria da Nóbrega	80\$000
Saldo do ano antecedente	14\$041
Total	510\$162

Despesa

Por quarenta e cinco cartas de guia de esmola de oitenta réis, e três de esmola de quatrocentos e oitenta réis	5\$040
Esmolas a pobres e presos	\$840
Aos quatro capelães	96\$460
Reforma da cera para a Semana Santa	42\$475
Por despesa do aniversário dos irmãos defuntos	11\$760
Por despesa na festa da Senhora da Conceição	2\$880
Ordenado ao sacristão	39\$600
Propinas ao mesmo	4\$800
Ao sacristão por levar a cruz nas ladainhas	\$720
Ordenado do procurador	8\$400
Ordenado do cozeiro	7\$200
Custas dos litígios	63\$165
Despesas dadas em conta pelo sacristão na colheita dos foros	5\$260
Missa em dia de São Dionísio	\$240
Missa em Quarta-feira de Cinzas	1\$680
Missa em Quinta-feira Santa	1\$680
Missa no Domingo de Páscoa	1\$680
Para vestir o anjo	17\$400
Cantores	28\$800
Orador	33\$600
Armador	16\$800
Músico	5\$600
Cobertor de seda para os frontais	1\$920
Para um aldrabão	\$720
Livro para recebimento dos foros	\$540
Caixão para os irmãos	5\$270
Pela voz de Jesus Cristo	1\$240
Uma vestimenta vermelha	8\$000
Várias despesas miúdas	37\$718
Em poder do irmão do mês	2\$560
Saldo em poder do tesoureiro	56\$114
Total	510\$162

Nota: Em 1832-1833, a receita e a despesa orçaram, cada uma, em 471\$889 réis.

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real. Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)

Com tal medida, pretendia-se facilitar a administração das misericórdias e garantir rendimentos mais elevados. Na verdade, tal não aconteceu. A crise financeira de 1890-1891, a inflação, e a lei de 26 de Fevereiro de 1892, que reduziu em 30% os juros das inscrições da dívida pública que aquelas possuíam, veio agravar a situação económica das misericórdias, levando a que os serviços de assistência por elas prestados caíssem drasticamente. Ao longo do século XIX, esta tendência intensificou-se, de tal modo que, no que diz respeito à Misericórdia de Vila Real, no ano económico de 1895-1896, a receita dos foros, incluindo os que se encontravam com o pagamento em atraso, representavam apenas 6,1% da receita, enquanto os juros de capitais mutuados atingiam 71,1% do valor total daquela (Quadro n.º 8).

Quadro n.º 8 - Receita e despesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1895-1896)

Receita	
Saldo em 30 de Junho de 1895	65\$275
Juros de capitais mutuados	307\$766
Juros de inscrições, líquidos do imposto de 30%	84\$000
Foros	23\$103
Admissão de irmãos	15\$000
Custas judiciais	3\$871
Esmolas	31\$665
Juros de capitais mutuados, vencidos nos anos anteriores	315\$000
Foros em atraso, que deverão receber-se durante o ano	30\$000
Total	875\$680

Despesa	
Ordenado do capelão	108\$000
Ordenado do sacristão	60\$000
Missa cantada na Nossa Senhora da Conceição	6\$000
Missa cantada na Quarta-feira de Cinzas	6\$000
Missa cantada aos irmãos falecidos	20\$000
Aniversário geral	20\$000
Exposição dos Passos na respectiva capela e esplendor da competente procissão	50\$000
Festividades da Semana Santa e sermões	80\$000
Armação da capela nas diversas festividades	20\$000
Compra e reforma de cera para festividades, missas e irmandade e azeite para a lâmpada do Santíssimo	40\$000
Alfaias e paramentos	50\$000
Vinho, hóstias e despesas miúdas	34\$000
Expediente de Secretaria	5\$000
Custas judiciais, registos e manifestos de hipotecas	80\$000
Emolumentos ao tribunal que julgar as contas do ano de 1894-1895	2\$180
Gratificação ao cobrador dos foros	4\$500
Cartas de guia, esmolas e transportes	45\$000
Jantar aos presos em Domingo de Páscoa	7\$500
Reparos e concertos na Igreja	40\$000
Lavagem e engomagem de roupas	7\$500
Despesas imprevistas e não classificadas	10\$000
Para pagamento dos legados e mais despesas dos bens deixados por Miguel Pereira, de Agarez	180\$000
Total	875\$680

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real. Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)



Horácio de Assis Gonçalves, governador civil de Vila Real (1934-1944), que reestruturou profundamente os serviços de assistência no distrito, imputando à Misericórdia de Vila Real novas responsabilidades

No caso do Hospital da Divina Providência da Misericórdia de Vila Real, torna-se evidente que, dada a sua fundação tardia, em 1796, a importância dos foros nas receitas não se coloca. Em 1859, o fundo permanente deste Hospital atingia os 97,8 contos de réis, sendo a receita de 5 contos de réis, dos quais 98% eram provenientes de juros.

Com a Primeira República, na sequência da lei da separação do Estado da Igreja, de 20 de Abril de 1911, as misericórdias tiveram que reduzir as despesas de culto até à terça parte dos seus rendimentos, estabelecendo-se ainda que os encargos pios teriam uma duração máxima de 30 anos. E pela lei de 25 de Maio de 1911, as Misericórdias passaram a estar sob a alçada da Direcção-Geral de Assistência, do Ministério do Interior. O Estado continuou a fiscalizar as contas destas instituições, a inspecionar os seus hospitais, a nomear comissões administrativas e a obrigar à admissão de irmãos.

Mas a situação financeira das Santas Casas agravou-se. Em 1924, ano em que se realizou o I Congresso Nacional das Misericórdias, mais de 55% das misericórdias encontravam-se endividadas, prevendo a Misericórdia de Vila Real, nesse ano, um défice igual ou superior a 20 contos.⁴³ O Governo, através da lei n.º 1 641, de 29 de Julho de 1924, vai procurar liquidar os défices das Misericórdias, desde que continuassem a manter os serviços hospitalares. E pelo decreto n.º 10 242, de 1 de Novembro do mesmo ano, privilegiou as misericórdias que pretendessem aderir “aos financiamentos públicos, tornando-as instituições concelhias de assistência oficial” no município a que pertenciam.

A esta situação aflitiva veio acorrer o Estado Novo, concedendo-lhes “ampla autonomia e sem qualquer intervenção do Estado”, levantando restrições à conservação e aquisição de bens imóveis e apoiando financeiramente as misericórdias que mantinham hospitais, concedendo-lhes subsídios avultados, como aconteceu, em 1928, com a Misericórdia de Vila Real, que recebeu 115 715\$00, verba indispensável para a Casa equilibrar as suas finanças.⁴⁴

A partir de então, a vida financeira das misericórdias melhorou. Verificou-se – como escreveu Isabel Sá – uma revitalização destas instituições, readquirindo as manifestações culturais, nomeadamente as celebrações da Semana Santa, maior importância.

Registe-se que, através do decreto-lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945, foi instituído o chamado “regime dualista”, separando as misericórdias das irmandades, que passaram a ter funções meramente culturais, regime que se manteve até 1976.

As dificuldades financeiras regressaram com a Segunda Guerra Mundial e anos seguintes, levando estas instituições à angariação de fundos, nomeadamente com os cortejos de oferendas, que se prolongaram até finais da década de 1960. A Misericórdia de Vila Real não ficou imune a

este movimento, tanto mais que, como revelam várias vezes as suas Comissões Administrativas, as receitas eram “totalmente absorvidas pelos encargos que sobre ela pesam”, já que a Instituição passou a ser responsável por outras valências que o Estado, directa ou indirectamente, lhe confiou.

Entre 1938 e 1955, a Santa Casa de Vila Real conheceu uma vida financeira difícil, apesar dos subsídios concedidos pelo Governo, directa e indirectamente, uma vez que a Instituição viu alargados os seus encargos com a fundação da Escola Agrícola (1938) e do Lar-Escola Florinhas da Neve (1940), com o apoio a pobres e doentes e com as celebrações da Semana Santa, em que se vestiam habitualmente 20 pobres, de tal forma que, por determinação do governador civil de Vila Real, Assis Gonçalves, todos os serviços de assistência da cidade passaram a ser integrados na Misericórdia.

Por outro lado, as Câmaras da região, obrigadas a contribuir com uma verba anual para aquelas duas escolas da Misericórdia de Vila Real e para o seu Hospital – pagavam cinco escudos diários por cada aluno que internavam nas escolas e 15 escudos diários, assim como os pensos e medicamentos gastos por cada doente que internavam no Hospital –, não cumpriam com tal obrigação.

Apesar disso, o governador civil do distrito, em ofício dirigido ao provedor da Misericórdia em Maio de 1940, lembrava-lhe que as decisões do Governo quanto às duas escolas tinham de ser cumpridas “iniludivelmente, mesmo que nenhum subsídio fosse concedido”, que as Misericórdias não eram apenas hospitais, que não havia lugar a “descabidas autonomias financeiras” (autonomia do orçamento do Hospital face às contas da Misericórdia), e que, portanto, o orçamento da Misericórdia era um só, devendo, assim, ser organizado em conformidade com tal critério.

Nesse ano, o património da Misericórdia ultrapassava os 5 000 contos de réis (incluindo a Escola de Donas de Casa e a Escola Agrícola de Artes e Ofícios, atingindo os seus rendimentos os 201 contos de réis, avultando nesta verba os prédios urbanos com 147,4 contos de réis (Quadro n.º 9).

Quadro n.º 9 - Património e rendimentos da Misericórdia de Vila Real, do seu Hospital e das suas Escolas, em contos de réis (1940)

Património	Misericórdia e Hospital	Escola de Donas de Casa	Escola Agrícola de Artes e Ofícios
Renda perpétua	640	-	-
Títulos, acções ou obrigações	52,3	-	-
Prédios urbanos	2 805,2	70	280
Prédios rústicos	234,5	30	100
Capitais mutuados	159,9	-	-
Material médico-cirúrgico, mobiliário e rouparia	700	-	-
Total	4 591,9	100	380

Rendimentos	Misericórdia e Hospital	Escola de Donas de Casa	Escola Agrícola de Artes e Ofícios
Renda perpétua	21,6	-	-
Títulos, acções ou obrigações	2,4	-	-
Prédios urbanos	147,4	2,1	9
Prédios rústicos	7,0	0,9	3
Capitais mutuados	7,9	-	-
Total	186,3	3,0	12

(Fonte: GONÇALVES, H. de Assis, 1940 – *Sem Parar. Acção Administrativa e Social no Distrito de Vila Real*. Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda.)

Documento n.º 20 - Ofício enviado pelo governador civil de Vila Real ao provedor da Misericórdia, a propósito das dificuldades financeiras desta Instituição (1941)

Tomei boa nota das declarações de v. exa. constantes da acta da sessão de 16 de Abril último, contendo um aflitivo apelo, e dispense a minha melhor atenção às bem ponderadas razões suscitadas pela angústia administrativa que aflige todos os institutos de caridade, nesta crise que nos cumpre enfrentar com muita coragem servida de dedicação.

Tenho notado, com viva satisfação, que nos últimos dois anos em que essa crise se vem acentuando progressivamente, a admissão de doentes nos hospitais das misericórdias do distrito, e o número de curativos prestados aos pobres e indigentes nos respectivos bancos hospitalares, quase têm duplicado os dos anos anteriores, sem grande depressão dos saldos finais, o que demonstra que essa coragem, dedicação e tacto administrativo, não têm faltado em grau elevado à obra de caridade a que v. exa. e os seus colegas do distrito dignamente presidem.

Devo, no entanto, levar à consideração de v. exa. que, actualmente, as misericórdias já não são só mesas administradoras de hospitais civis, mas também centros e fulcros de toda a assistência regional, a desenvolver na respectiva zona (ou concelho) tendo, por isso, de velar com igual solicitude por todos os serviços que a actividade do Estado e a conveniência pública lhe confiaram, cumprindo-lhes organizar a sua administração de forma a satisfazer todos os encargos que esses serviços acarretem.

Assim, a administração e sustentação da Escola Agrícola de Artes e Ofícios foi incumbida a essa Misericórdia por portaria do senhor ministro do Interior, de 8 de Julho de 1937, publicada no Diário do Governo, II série, n.º 162, de 14 do mesmo mês e ano, sem compromissos de qualquer subsídio. Essa determinação ministerial tem de ser acatada e cumprida iniludivelmente, mesmo que nenhum subsídio fosse concedido, como aliás o tem sido sempre, tanto pelo Estado como pelas Câmaras e pela Junta de Província.

Fica, assim, manifesto que a referida Escola tem que ser sustentada pelas forças da Misericórdia, embora ao Estado e aos corpos administrativos assista o dever de auxiliar, na medida do possível, e sem compromissos, essa acção benemerente de utilidade pública.

Semelhantemente, da concessão do edifício do extinto hospital militar deriva para essa Misericórdia a obrigação de sustentar pelo seu erário, a "Escola de Donas de Casa", instituída naquele edifício por despacho ministerial de 3 de Julho de 1940, tendo de se atender, também, a que os subsídios do Estado e das Câmaras, a extinção do Hospital Militar e o conseqüente internamento dos doentes militares nesse hospital civil, vieram trazer-lhe uma receita que deve compensar consideravelmente as despesas da referida Escola.⁴⁵

Às misericórdias compete actualmente não só curar os enfermos mas velar pela sustentação e educação dos menores indigentes, expostos e desamparados, de um e outro sexo, devendo a sua acção administrativa exercer-se simultaneamente, e sem preferências para qualquer dessas modalidades de Assistência, dentro das suas possibilidades orçamentais. É necessário reagir contra o preconceito de que as misericórdias são apenas hospitais e de que a sua acção caritativa se limita somente aos enfermos.

Se são dignos de mais protecção e carinho os que a doença acomete, não o são menos os menores a quem a indigência dos pais ou a orfandade arremessou para a miséria, que sem o socorro social se veriam expostos ao definhamento orgânico e à depravação moral.

Os embaraços que as já referidas declarações constantes da acta traduzem, provêm de se não ter tido em atenção este critério, pois de outra forma se não explica que, tendo a Misericórdia encerrado as suas contas do mês de Março último (satisfeitos todos os compromissos) com o saldo de 88 703\$85, se veja em angústias para fazer face às despesas, relativamente pouco avultadas, da Escola de Donas de Casa, neste período inicial, em que se tornam necessários um especial carinho e assistência.

Deve, pois, v. exa. integrar estas duas modalidades assistenciais de educação e sustento a menores indigentes dos dois sexos, na administração geral dessa Misericórdia, sem descabidas autonomias financeiras, devendo os subsídios que venham a ser concedidos para sustentação das duas referidas Escolas, dar entrada no erário da Misericórdia, que assim se verá compensada, no todo ou em parte, do dinheiro que houver despendido com essa sustentação, sendo de prever que os respectivos subsídios e rendimentos das próprias Instituições sejam de molde a não se prejudicar sensivelmente a acção benemerente da Misericórdia na administração do Hospital.

Devolvo, portanto, a v. exa. o orçamento para que o faça organizar em conformidade com o critério que deixo exposto e que fica estabelecido pelo Governador Civil como entidade tutelar (artigos 407.º, n.º 9 e 420.º do Código Administrativo), para os devidos e ulteriores efeitos.

A bem da Nação.

Vila Real, 8 de Maio de 1941

Em 1947, a Mesa da Santa Casa enviou uma petição ao papa Pio XII, com o objectivo de serem reduzidos os encargos pios mais antigos do seu Hospital, que passaram a ser de 100 missas no ano seguinte. Em 1948, a Misericórdia registou um défice de 170 contos de réis, para o qual não encontrava cobertura, havendo muitas dívidas incobráveis no Hospital.

A solução passou pelos cortejos de oferendas, que permitiram arrecadar, em poucos anos, mais de 250 contos de réis – o cortejo de 1946 rendeu mais de 75 contos, e o cortejo de 1951 obteve 91,7 contos de réis líquidos.

Quadro n.º 10 - Receitas e despesas com o segundo cortejo de oferendas da Misericórdia de Vila Real (1946)

Receitas em dinheiro		Despesas em dinheiro		Géneros oferecidos e seu valor	
Abaças	1 250\$00	Garagem S. Cristóvão	74\$70	3 240 quilos de batata	8 424\$00
Adoufe	220\$00	Lourenço da Costa	30\$00	366 alqueires de milho	3 375\$00
Arroios	600\$00	Selos postais	89\$20	40 quilos de feijão	320\$00
Borbela	600\$00	Mário Silva, fotografia	125\$00	59 quilos de trigo	174\$05
Constantim	340\$00	Lousada e Honório, circulares, programas, etc.	1 117\$50	190 quilos de centeio	351\$50
Ermida	525\$00	Despesas na Brasileira	13\$50	290 quilos de castanhas	580\$00
Folhadela	2 692\$50	Gasolina para visitas do provedor	52\$00	205 cabos de cebola	410\$00
Lordelo	875\$00	Serviços de automóvel	620\$00	70 quilos de flocos de aveia	525\$00
Mateus	1 223\$10	Concerto de pipas	110\$00	25 lâmpadas eléctricas	250\$00
Mouços	150\$00	Licença de distribuição de programas	9\$10	100 toneladas de lenha verde	10 800\$00
Mondrões	652\$00	Distribuição de programas	10\$00	9 cobertores de algodão	450\$00
Nogueira	300\$00	Telegramas	11\$40	1 berço de ferro	200\$00
Parada de Cunhos	959\$00	Aluguer de alto-falante	248\$20	5 sacos de carvão	250\$00
Vila Real - S. Dinis	9 905\$00	Despesas do presidente da Junta de Lames	20\$00	15 litros de azeite	177\$00
Vila Real - S. Pedro	10 360\$00	Legião Portuguesa (banda de música)	420\$00	1 cobertor de lã	120\$00
S. Tomé do Castelo	60\$50	Agostinho de Figueiredo, serviços de	162\$20	30 pratos de louça	150\$00
Vila Cova	100\$00	carpinteiro		2 cestos de fruta	100\$00
Vila Marim	200\$00	Ramalheda, foguetes	260\$00	5 frangos	100\$00
Vilarinho da Samardã	575\$00	Despesas da freguesia de Parada	2\$00	1 perua	60\$00
Socorro social	20 000\$00	Rachamento da lenha das oferendas	696\$00	Outros artigos	795\$00
Total	51 588\$90	Total	4 070\$80	Total	27 611\$55

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. *Livros de Actas da Mesa Administrativa*, n.º 2 – 1945 a 1952)

A análise das contas da gerência da Santa Casa, em 1947 e 1954, enviadas obrigatoriamente ao Tribunal de Contas, permite-nos compreender mais pormenorizadamente a estrutura da receita e despesa (o débito e o crédito da Instituição, como era referido em tais documentos), tendo em consideração que, entretanto, como iremos ver, a Santa Casa passou a ter duas novas valências, a Escola Agrícola de Artes e Ofícios e a Escola de Donas de Casa, respectivamente, a partir de 1938 e de 1940.

Em 1947, a receita da Santa Casa atingiu 1 121 266\$00, e a despesa 1 075 295\$90, o que permitiu um saldo de 45 970\$10 para o ano imediato.

Das rubricas da receita salientam-se, quanto ao Hospital da Divina Providência, o rendimento das propriedades urbanas (152,5 contos de réis, 13,5% do total), as pensões de doentes (194,8 contos de réis, 17,3% do valor da receita), o rendimento dos serviços médico-cirúrgicos e radiológicos (167,7 contos de réis, 14,9% daquele valor) e os subsídios oficiais, (no valor de 260 contos, 23,1% do montante global da receita). Mas a venda de medicamentos (53,4 contos), os títulos de renda perpétua (28,8 contos), os bilhetes de visita aos doentes (18,2 contos) e os juros de papéis de crédito e de capitais mutuados (15,7 contos) constituíam verbas não negligenciáveis.

A Quinta-Escola Agrícola de Artes e Ofícios acusou de receita 63,5 contos de réis, e a Escola de Donas de Casa 102,7 contos de réis, num total de 166,2 contos de réis, dos quais 90,5 contos de subsídios oficiais.

Na despesa do Hospital avultavam os encargos com o pessoal (99,2 contos de réis, 9,2% da mesma), a aquisição de material de consumo corrente (104,5 contos, 9,7%), o pagamento dos serviços clínicos e radiológicos (145,5 contos de réis, ou seja, 13,5%), e os produtos alimentares (288,7 contos de réis, isto é, 26,8%). Mas surgiam outras despesas, nomeadamente, a conservação de imóveis (74,2 contos), o combustível (20 contos), vestuário e calçado (15,9 contos), e os legados (20,5 contos).

A Quinta-Escola Agrícola de Artes e Ofícios, no âmbito da despesa, contabilizou uma verba de 97,2 contos de réis na conservação de prédios urbanos e rústicos e a Quinta-Escola de Donas de Casa, 34 contos de réis em igual rubrica e 40 contos na alimentação dos jovens que acolhia.

Em 1954, a receita contabilizou 1 506,8 contos de réis e a despesa 1 390,5 contos de réis, o que permitiu um saldo de 116,3 contos para o ano imediato. A estrutura da receita é semelhante à referida para 1947, isto é, quanto ao Hospital, os rendimentos de bens próprios onde avultavam os prédios urbanos (235,1 contos de réis) e o subsídio oficial (180 contos) atingiram 493 contos de réis (82,7% do valor da receita), enquanto o rendimento dos serviços, onde sobressaíam 161,6 contos de réis pagos pelas pensões de doentes, somou 327,6 contos de réis, 21,7% do valor global da receita. A Escola Agrícola de Artes e Ofícios atingiu de receita 181,6 contos de réis, destacando-se, neste particular, a venda de produtos agrícolas e gado (76,8 contos de réis) e os subsídios oficiais, no valor de 88,6 contos de réis.

A Escola de Donas de Casa obteve um total de 86,2 contos de réis, dos quais 55 contos provenientes de subsídios oficiais.

No domínio da despesa, o Hospital, entre as rubricas mais elevadas, registou 162 contos com o seu pessoal, 252,7 contos com o material, e 306 contos em produtos alimentares. As despesas com a alimentação dos seus utentes constituíram também o principal encargo da Escola Agrícola e da Escola de Donas de Casa.

A partir da década de 1960, a situação económica da Santa Casa de Vila Real melhorou progressivamente. Os subsídios estatais aumentaram, assim como as doações particulares, e de 1968 em diante, o rendimento do produto líquido do Totobola da Misericórdia de Lisboa começou a ser parcialmente transferido para as restantes misericórdias.

Na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, o Governo, através do decreto-lei n.º 704/74, de 7 de Dezembro, determinou que os hospitais centrais e distritais, pertencentes a pessoas colectivas de utilidade pública e administrativa, passariam a ser administrados por comissões nomeadas pelo Governo. E pelo decreto-lei n.º 618/75, de 11 de Novembro, “procedeu à nacionalização dos hospitais das misericórdias, ameaçando-as de extinção caso não mantivessem estabelecimentos ou actividades integradas na política social aprovada pelo Governo”.

“A propriedade dos edifícios mantinha-se, mas eram cedidos a título gratuito, voltando à posse dos proprietários se deixassem de ser utilizados como estabelecimentos de saúde pública” (Isabel Sá). O Hospital da Misericórdia de Vila Real foi, assim, expropriado, dando-se deste modo um rude golpe a esta Instituição, como a todas as outras que se encontravam nas mesmas condições.

Como resposta a esta investida contra as misericórdias, foi criada em 1976 a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), que procurou obter a revisão desta legislação penalizadora, tendo os seus estatutos aprovados em 1977.

O Conselho de Ministros de 2 de Fevereiro de 1980 reconheceu a irregularidade do acto de nacionalização das misericórdias, considerando que estas deviam ser ressarcidas do património que lhes tinha sido retirado.

O decreto-lei n.º 14/80, de 20 de Fevereiro do mesmo ano, “revogou o princípio da gratuidade da transferência dos equipamentos hospitalares (Maria Antónia Lopes), abrindo o processo de fixação de uma renda pela utilização das instalações hospitalares e de pagamento dos respectivos equipamentos. O decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, reformulando o decreto-lei n.º 519-6/79, definiu o estatuto das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) na qual as misericórdias se inseriam, conseguindo assim financiamentos públicos para projectos assistenciais, e reduzindo a tutela do Estado sobre a sua actividade administrativa (Pedro Penteado). E o decreto-lei n.º 89/85, de 1 de Abril, concedeu novas vantagens e isenções fiscais, que permitiram às misericórdias lançar novas formas de actividades assistenciais, fazendo delas as mais importantes instituições assistenciais e de caridade em Portugal, em múltiplas valências progressivamente alargadas, desde a ajuda aos idosos – lares, centros de dia e apoio domiciliário – às crianças – jardins-de-infância e creches – até à participação nas iniciativas governamentais de combate à pobreza e exclusão social, apoio a desempregados e formação profissional, valorização do seu património histórico-cultural, criação de serviços de arquivos e museus, publicação de obras que dêem a conhecer a sua história, exposições, etc.

É à luz desta legislação que podemos compreender as novas formas de assistência que a Misericórdia de Vila Real desenvolveu nas últimas duas décadas e que iremos ver mais adiante, assim como o financiamento das mesmas.

Presentemente, as receitas da Misericórdia são constituídas, basicamente, pelas verbas pagas pelo Estado, através da Segurança Social, e que correspondem a 30% da despesa feita com os utentes – idosos ou crianças – que se encontram nas diversas valências; pela comparticipação dos utentes, que ronda igualmente os 30%; e pelos fundos próprios da Instituição, provenientes dos rendimentos do seu património imóvel, criteriosamente geridos pela Administração da Casa.

Quadro n.º 11 - Receita e despesa da Misericórdia de Vila Real (2008)

Receitas			Despesas		
Rubrica	Valor	%	Rubrica	Valor	%
Utilizadores dos serviços sociais	1 142 648€	33,3	Custos com mercadorias	415 164€	12,6
Comparticipação da Segurança Social	1 242 810€	36,2	Fornecimento de serviços externos	832 419€	25,3
Rendas de imóveis	557 260€	16,2	Custos com pessoal	1 619 221€	49,1
Cedência de Alojamentos no Lar-Hotel	277 702€	8,1	Amortizações	309 755€	9,4
Outros	213 644€	6,2	Custos financeiros	106 415€	3,2
			Outros	12 126€	0,4
Total	3 434 064€	100,0	Total	3 295 100€	100,0

(Fonte: Relatório de Actividades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, Vila Real, 2009)

4. Festividades e cerimónias da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real



4. Festividades e cerimónias da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Instituição com grande peso nos destinos da sociedade em que estava e está inserida, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, nas festividades de carácter civil em que participava, mas sobretudo nas cerimónias de índole religiosa que organizava, com particular destaque para as da Semana Santa, funcionava como um elemento aglutinador dos vários estratos sociais, seguindo as palavras do Evangelho, tendo a figura de Cristo como primeiro e último exemplo da vida do Homem.

Analisemos, pois, as festividades a que a Misericórdia de Vila Real se associava, quer civis, quer religiosas; a cooperação desenvolvida com a Ordem de São Francisco quanto a esta matéria; os armadores e artistas que trabalhavam naquelas; e as cerimónias da Quaresma e da Semana Santa pelas quais era responsável.

4.1. Festividades e exéquias

A Misericórdia de Vila Real associava-se aos festejos ou exéquias da família real que ocorriam no burgo. Em 1800, por exemplo, fez-se a iluminação da igreja, nas noites de luminárias, pelo nascimento da infanta Maria Francisca de Assis (1800-1834). Em 1802, colocou luminárias pelo nascimento do novo infante, Miguel (1802-1866). Em 1806, luminárias pelo nascimento da infanta Ana de Jesus Maria (1806-1857). E em 1833, luminárias pelo aniversário de Miguel I, rei de Portugal (1828-1834).

Ainda no contexto da ligação da Santa Casa da Misericórdia à família real, um aspecto muito interessante pode ser apontado relativamente à deliberação da Mesa de 1 de Julho de 1872, determinando-se que ficasse adiada para o dia 7 do mesmo mês a abertura ou exposição ao público do Hospital, “conforme anualmente se costuma fazer no dia da Santa Isabel, porque estando próxima a chegada de D. Luís I a Vila Real, era conveniente e até decente que fosse visitado primeiro por el-rei o mesmo estabelecimento”.⁴⁶ A Misericórdia participou ainda em cerimónias fúnebres que ocorreram em Vila Real, nos séculos XVIII e XIX, aquando da morte dos reis ou rainhas de Portugal.

As festividades relacionadas com a eleição da Mesa revestiam-se de grande solenidade, sendo ilustrativos os exemplos que se seguem, relativamente à armação feita na Igreja para esse fim específico: em Julho de 1829, fizeram-se despesas com o armador, ramos e luminárias; em 1845, José Narciso Júnior fez a armação da Igreja no dia da eleição, que serviu até ao dia da posse da Administração; em 30 de Julho de 1846, o armador António Gomes Carneiro recebeu 2 400 réis pela armação que nesse dia fez na Igreja, e que serviu para o dia 2 de Julho seguinte, no qual teve lugar a eleição da futura Administração; e em Agosto de 1848, o armador António Gomes Carneiro armou a Igreja para a eleição desse ano.

Entre as cerimónias mais importantes que ocorriam em Vila Real, para além das da Semana Santa, que tratamos separadamente, outras se realizavam, também elas significativas, ao longo do ano: os irmãos mandavam cantar missa no dia de São Dinis; festejavam o dia de Nossa Senhora da Conceição (em 1849, fizeram a festa de Nossa Senhora da Conceição na Igreja); e comemoravam o dia de Santa Isabel (em Julho de 1834, armaram a Igreja no dia de Santa Isabel).

Anualmente, no dia de São Martinho, e de acordo com o estipulado no Compromisso, era celebrado o aniversário geral “pela alma de todos os irmãos falecidos”, cerimónia considerada obrigatória, e à qual concorria um número avultado de sacerdotes. Da mesma, foi encarregado o armador José Narciso Júnior em 1845 e, dois anos depois, em 1847, o armador António Gomes Carneiro, figura que desempenharia um papel muito importante na Misericórdia de Vila Real, no âmbito da sua profissão. De 1849 a 1857 possuímos uma fonte que nos dá uma ideia da relevância desta festividade para a Santa Casa, considerando as dezenas de sacerdotes que participaram nesta função: 1849, cinquenta sacerdotes; 1850,

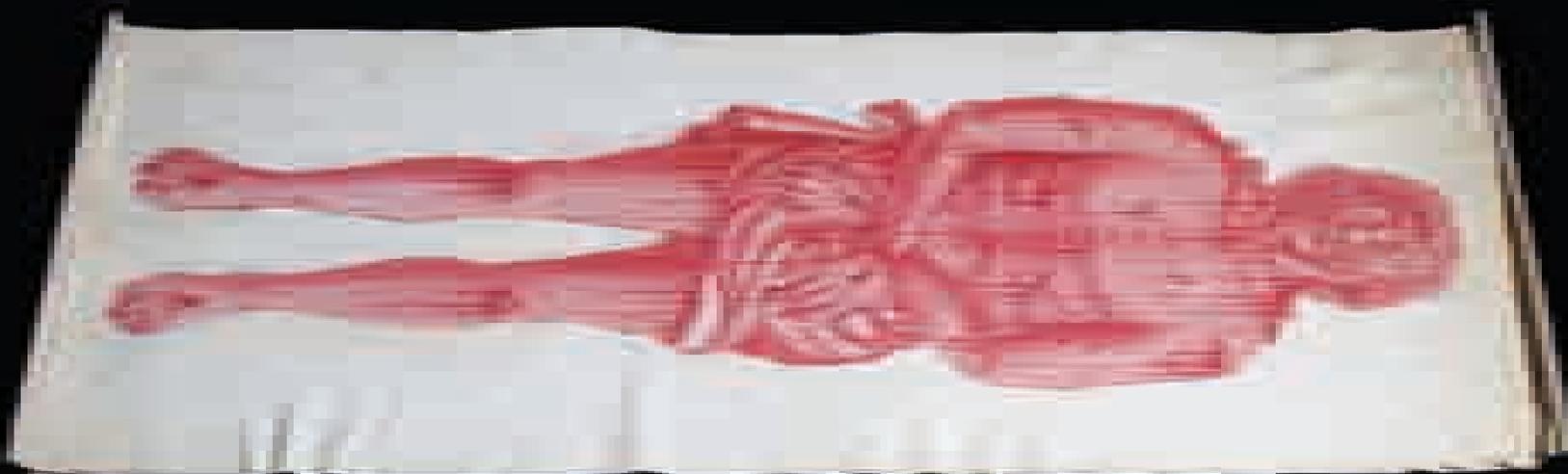
quarenta e um sacerdotes; 1851, quarenta e nove sacerdotes; 1852, trinta e nove sacerdotes; 1853, quarenta e três sacerdotes; 1854, quarenta e quatro sacerdotes; 1855, trinta e cinco sacerdotes; e 1857, trinta e um sacerdotes.

A celebração das exéquias dos benfeitores era igualmente objecto de importantes cerimónias, como podemos comprovar pela quantia avultada de 286 835 réis despendida em 1822, com o conde de Amarante, "nosso irmão benfeitor", figura cimeira que desempenhou um papel de grande relevância nos destinos da Santa Casa da Misericórdia, nos inícios do século XIX.⁴⁷

Entre as muitas obrigações a que a Santa Casa devia dar cumprimento, estava determinada, nos Estatutos do século XIX, a distribuição, na Quinta-feira Santa, de vestuário a doze pobres que comprovassem a sua situação carenciada; para esse efeito, era distribuída, dez dias antes da votação, uma lista dos pretendentes a todos os mesários para que estes seleccionassem os mais necessitados. Inserido neste espírito de misericórdia, a Santa Casa dava também anualmente um jantar aos presos da cadeia, no Domingo de Páscoa.

Um documento precioso de 1822 oferece-nos uma panorâmica das muitas obrigações relativas a encargos pios e religiosos a que estava obrigada a instituição⁴⁸, desde missas diárias, missas anuais, missas em dias festivos, missas por alma dos irmãos defuntos no dia de São Martinho, cerimónias a realizar durante a Quaresma e Semana Santa, esmolas a dar aos pobres, e cumprimento de legados pios. Devemos mencionar a indicação de ser um costume antigo rezar uma missa no dia da Purificação de Nossa Senhora, mandar celebrar em dia de São Martinho uma missa pela alma dos irmãos defuntos e dar esmola aos presos na Quinta-feira Santa.

Deviam ser feitas preces públicas todas as sextas-feiras da Quaresma, visitando-se as igrejas de Vila Real, por seu turno, terminando-se na igreja de São Domingos, onde se celebrava uma missa. Segundo um "antiquíssimo costume", devia realizar-se a Procissão dos Santos Passos num dos



Verónica de linho usada nas
procissões da Semana Santa



domingos da Quaresma, fazer-se a exposição do Santíssimo Sacramento em Quinta-feira Santa, bem como a Procissão do Enterro do Senhor na Sexta-feira da Paixão.

Contudo, temos de ter presente que todos estes encargos se tornavam por vezes inoportunos, como se depreende das decisões tomadas pela Mesa de 26 de Outubro desse mesmo ano, que tendo “em consideração a grande despesa que se fazia na prontificação de um Anjo para as procissões de Domingo de Passos e Sexta-feira de Paixão, e com os ramos que se dão aos irmãos no dia da eleição, resolveram de hoje em diante não voltar a fazer estas despesas”.⁴⁹

Quadro n.º 12 - Obrigações da Misericórdia de Vila Real na Quaresma e Semana Santa (1822)

Exposição do Santíssimo Sacramento em Quinta-feira Santa e, à noite, a Procissão da Paixão
Procissão do Enterro em Sexta-feira da Paixão
Procissão dos Santos Passos num dos domingos da Quaresma
Esmola aos presos em Quinta-feira Santa
Preces públicas em todas as sextas-feiras da Quaresma, visitando as igrejas da vila por seu turno e delas indo à igreja dos religiosos de São Domingos, onde se celebrava uma missa
Lava-pés e vestuário para doze pobres; por contrato e cessão feita pelo reverendo Bernardo Pereira do Couto, de Vila Real, em escritura feita a 1 de Julho de 1804, da quantia de quatro contos, cento e trinta e nove mil cento e quarenta e nove réis, obrigou-se a Santa Casa da Misericórdia a fazer em todas as quintas-feiras santas um solene lava-pés e vestir doze pobres, para o que designou daquele dinheiro o instituidor, a quantia de dois contos duzentos quarenta e seis mil e quatrocentos réis; e o resto aplicava-se para missas, que em seu competente lugar eram declaradas como ónus a que era obrigado a satisfazer o Hospital, e para curativo dos enfermos do mesmo Hospital; “porém, como se não apurassem todos os créditos deixados, e cedidos, pelo reverendo Bernardo Pereira do Couto, e como com os que se haviam apurado não se podia satisfazer o encargo do lava-pés, pediu-se a Sua Santidade um breve de redução, que foi concedido temporário, tendo-se-lhe já pedido <i>in perpetuum</i> ” (assunto ainda pendente em 1822).

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*)

Um episódio interessante relacionado com as festividades da Santa Casa da Misericórdia passou-se em 8 de Março de 1824, sendo provedor Francisco Rodrigues de Freitas, revelando-nos, de forma explícita, as questões que surgiam sempre que eram quebradas as regras tradicionais a que obedeciam os eventos patrocinados pela Instituição. Segundo este relato, o irmão Francisco de Sousa Vilela apresentou à Mesa a ocorrência lamentável que tivera lugar no dia 5 de Março desse ano: tendo saído a ladainha da Santa Casa da Misericórdia na primeira sexta-feira da Quaresma, com todos os seus capelães entoando a ladainha de Todos-os-Santos, dirigiram-se à Igreja Matriz de São Dinis, encontrando-a fechada, privando-se, com este procedimento, a entrada da Irmandade segundo o “antiquíssimo costume em que se achava de posse”.

A Mesa determinou que o escrivão oficiasse ao pároco Duarte José Pereira de Miranda, para que desse uma resposta sobre a razão das portas da Igreja se encontrarem fechadas, privando-os de entrarem para orar a Deus, “por ser casa de oração”, e devendo estar aquela aberta pelo menos até às onze horas da manhã, tendo acontecido este facto sexta-feira às nove horas, na primeira ladainha da Quaresma da Santa Casa da Misericórdia. Em 9 de Março de 1824, o padre Duarte José Pereira de Miranda respondeu, dizendo que não podia “circunstanciar causas algumas mais do que aquelas que eu também observei; e como eu também tinha obrigação, como administrador da Igreja de São Dinis, de esperar a Irmandade, pedi a um dos meus companheiros capelães que o fizesse, no que houve toda a prontidão, e chegando à mesma Igreja encontrou as portas fechadas, como todos observámos, e prevendo eu algum descuido nos serventes do Santíssimo por serem novatos nestas funções, eu próprio lhes fui dar parte para incorporados esperarem a mesma Irmandade, e também acharam a mesma novidade, e como eu estava certo que o sacristão da Igreja sabia todas estas antiguidades, não julguei que ele tivesse as portas fechadas, e como eu sou um mero cura só para trabalho e não para se fazer o que eu mando, por isso não sou culpado, antes ralhando eu ao tal sacristão, tive como resposta *esqueceu-me, e andava na feira a comprar galinhas para a minha senhora*, e outra coisa não me disse nem outra coisa posso eu dizer a vossas senhorias, por não saber as recomendações sinistras da senhora abadessa que deseja aterrar-me como seu criado.”

Achando-se a resposta do padre ambígua, e considerando que a porta estava fechada de propósito, os irmãos deliberaram que nunca mais iriam à Igreja de São Dinis com procissão alguma *in perpetuum*, substituindo-a pela Capela do Hospital da Divina Providência, sendo esta decisão lavrada em acta de 24 de Março de 1824⁵⁰.



Senhor dos Passos, uma das
imagens que saía em procissão
na Semana Santa



Lanternas utilizadas nas
procissões da Semana Santa



Quadro n.º 13 - Obrigações da Misericórdia de Vila Real e dos irmãos quanto às cerimónias da Quaresma e Semana Santa (1865)

A Santa Casa tem obrigação de fazer as procissões de Quinta e Sexta-feira Santa, segundo o costume até hoje seguido, e a solenidade do lava-pés, e o aniversário dos irmãos em dia de São Martinho.
Enquanto à procissão dos Santos Passos e práticas religiosas nos domingos da Quaresma, a Mesa fará o que for compatível com as forças do cofre da Santa Casa, não gastando com essas despesas, e com as mencionadas no artigo antecedente, mais que a quantia de cem mil réis em cada ano.
O costume de serem obrigados os irmãos a irem de profetas, e de darem Passos à sua custa, fica abolido para os irmãos que foram admitidos depois da aprovação destes Estatutos, e para os actuais que já tiverem essa obrigação.
Na distribuição ou provimento dos doze vestidos aos pobres em Quinta-feira Santa nos termos da respectiva Instituição, não será admitido à votação aquele que não provar plenamente a justiça da sua pretensão. Uma lista dos pretendentes será distribuída por todos os mesários dez dias antes da votação, para se informarem como é indispensável em um caso em que necessariamente tem de dar-se preferência aos mais necessitados, e não provido o que não obtiver duas terças partes dos votos.

(Fonte: *Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, de 28 de Junho de 1865)

4.1.1. As relações entre a Misericórdia de Vila Real e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco

A Santa Casa da Misericórdia e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco (ou da Penitência, fundada, em Vila Real, no século XVII) mantinham relações institucionais estreitas, como disso são testemunho alguns dados que dizem respeito à participação conjunta em várias funções.

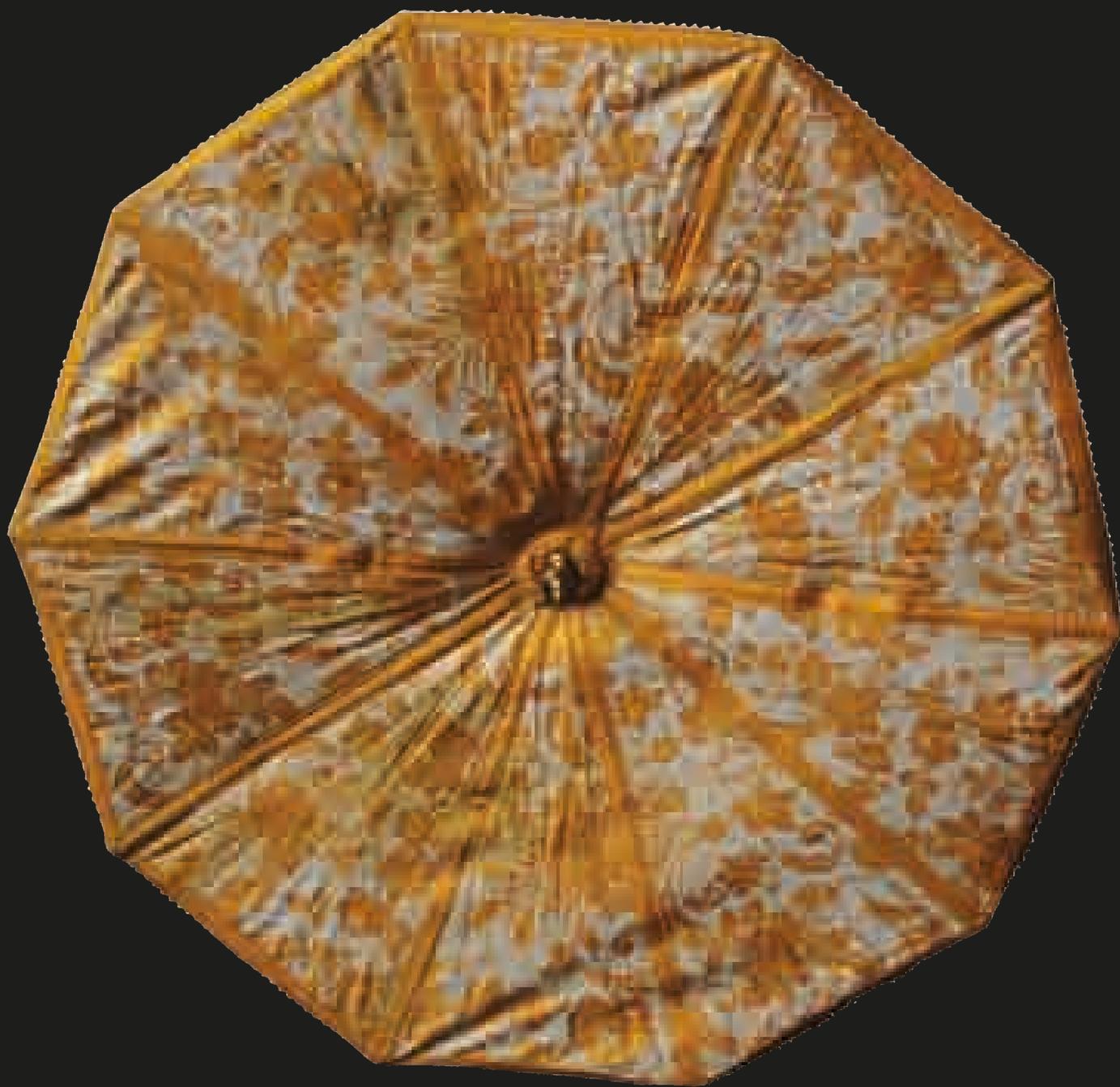
Assim, em 18 de Janeiro de 1807, a Mesa, tendo analisado atentamente a carta enviada pelos irmãos da Ordem Terceira da Penitência, segundo a qual, tendo eles planeado fazer a “piedosa cerimónia do descimento da cruz” e desejando dar-lhe maior solenidade, segundo o antigo costume, rogaram aos irmãos da Misericórdia que se associassem à sua ilustre e respeitável corporação, pedindo para concorrerem a esta santa função “com número de profetas que mais lhe for possível”. A Misericórdia anuiu a este pedido, participando na cerimónia com dez profetas⁵¹. Outro convite foi igualmente endereçado pela Ordem Terceira, em 22 de Fevereiro de 1854, para os irmãos da Santa Casa assistirem à Procissão de Quarta-feira de Cinzas e Sexta-feira da Paixão na Quaresma seguinte, sendo posta à disposição da Mesa as oito varas do pátio, o que constituía uma grande honra⁵².

Por seu turno, a Santa Casa da Misericórdia também tomava a iniciativa de colaborar com a Ordem Terceira. Este aspecto pode ser comprovado pela carta enviada à Ordem Terceira em 12 de Março de 1824, em que a Mesa propunha que a Procissão dos Santos Passos nesse ano findasse na Capela do Senhor Jesus do Calvário, devendo os irmãos da Ordem Terceira, a quem era incumbido este último passo, mandar aprontar a dita capela e ordenar o seu sacristão, no dia seguinte, a “fazer o sinal do sermão que aí se há-de pregar”.

Com a mesma data, foi remetida uma carta ao abade da freguesia de São Pedro, António José Pereira de Brito, informando-o que a procissão dos Santos Passos iria finalizar na capela do Senhor Bom Jesus do Calvário e, por esse motivo, a Misericórdia não utilizaria dessa vez o seu “obséquio em pontificar sempre a sua Igreja”. A Ordem Terceira respondeu, dizendo que havia tomado as devidas providências para o ofício na mesma capela⁵³.

Em ocasiões dramáticas, as duas instituições estavam também unidas, como podemos constatar pelo ofício enviado à Mesa, pelo ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, exarado em acta de 2 de Julho de 1853, convidando a Irmandade “a concorrer às preces que se fazem na igreja daquela ordem” e também a mandarem pregar um sermão nas ruas do trânsito da Procissão da Penitência, que seria organizada no dia 24 desse mês, pelas sete horas da tarde. A Mesa respondeu de imediato afirmativamente, porque era justo o fim a que se destinavam as preces e a procissão, “que vem a ser rogar a Deus para que afaste o flagelo que ameaça o produto das vinhas”⁵⁴.

Por vezes, situações menos claras levantavam questões que tinham de ser resolvidas de forma rápida e eficaz, sem dar margem à existência de quaisquer dúvidas acerca da actuação dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia. O incidente provocado pelos festejos organizados em torno da recondução da imagem do Bom Jesus do Calvário, da igreja de São Francisco para a sua capela, criou uma situação delicada que podia comprometer as relações entre as duas instituições, já que a Comissão que organizava os festejos não representava a Venerável Ordem Terceira de São Francisco. Sabemos, pela acta de 23 de Maio de 1868⁵⁵, que foi lido um ofício de uma comissão eleita para festejar a recondução da imagem do Bom Jesus do Calvário, da igreja de São Francisco para a sua capela, cujos signatários eram o padre Vitorino José da Costa Rebelo, José de Barros Freire e Narciso Alves Ribeiro Machado, convidando a Irmandade da Misericórdia a concorrer no acto processional no dia 28 de Maio de 1868, pelas quatro horas da tarde.



Umbela utilizada em procissões (séc. XIX)

O Presidente da Mesa (o mordomo-mor Francisco Ferreira Agarez, servindo de provedor) declarou “que este convite era singular, já que sendo a Irmandade convidada para a precedente Procissão de Penitência pela Mesa da Ordem Terceira, era agora convidada por uma Comissão que não representava a mesma Ordem, e já porque conquanto esta Irmandade costume concorrer às festividades da Ordem, e esta às da Santa Casa, é esse costume só entre as duas corporações e nunca esta Irmandade concorreu conjuntamente com as outras irmandades a não ser no enterramento dos seus irmãos ou nas funções fúnebres das pessoas reinantes. E sendo bem sabido que em diversas épocas, mesmo nestas concorrências, se têm dado conseqüências desagradáveis entre os irmãos destas e de outras irmandades por motivo da precedência de lugares”.

Avaliado o convite pela Mesa, os irmãos concluíram que ainda que venerassem respeitosamente o Bom Jesus do Calvário, a Irmandade não devia participar na referida festividade, reservando a sua participação unicamente nas festas próprias da Ordem, nas funções fúnebres das pessoas reinantes, e no enterramento dos irmãos. Perante esta realidade, decidiram dar uma resposta negativa ao convite.

Esta ligação entre as duas entidades era sempre cuidadosamente delimitada, como aconteceu em 1871, quando a Mesa da Santa Casa, ao mencionar as funções que seriam realizadas no decurso do ano, com particular destaque para as cerimónias da Semana Santa, determinou no tempo da Quaresma que se realizassem sermões (para pregadores dos sermões, que se fariam nas diversas festividades, podiam ser o padre Manuel de Azevedo, abade de São Dinis de Vila Real ou o padre Manuel da Natividade, aceitando a missão o primeiro, como se confirmou na Mesa de 14 de Janeiro de 1872) nos domingos, Procissão dos Passos do Senhor, lava-pés, exposição na Igreja da Misericórdia e na capela do Hospital, procissão à noite e todas as mais festividades “segundo o uso e costume”, desde a missa de Quarta-feira de Cinzas até Domingo de Páscoa, menos a procissão de Sexta-feira Maior, que nesse ano ficaria a cargo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco⁵⁶.

Neste contexto, dever-se-á analisar o “ofício de roga” endereçado em 27 de Março de 1874 ao Presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, informando-o que a Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco havia deliberado fazer celebrar a função do Enterro do Senhor, no dia de Sexta-feira da Paixão, pelas oito horas da manhã, na igreja de São Francisco de Vila Real, e pelas três horas da tarde do mesmo dia, expor à veneração dos fiéis a procissão dos martírios. Para que estes actos se tornassem mais edificantes, vinham convidá-lo, bem como toda a Irmandade, para concorrerem aos referidos actos, pondo-se à disposição as varas do pátio. Aproveitava-se ainda a ocasião para rogar o “distinto obséquio” de emprestar as alfaias de que se precisasse.

Três dias depois, novo “ofício de roga”, dirigido pela Mesa da Venerável Ordem Terceira de São Francisco ao presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, vinha comunicar a decisão que havia sido tomada de expor à veneração dos fiéis a procissão do enterro de Nosso Senhor Jesus Cristo no dia de Sexta-feira da Paixão, que iria sair da sua Igreja pelas três horas da tarde, pedindo-lhe a honra da sua presença, para assim se tornar esse acto o mais solene possível.

O cortejo processional do Enterro do Senhor, organizado pelos Terceiros, obedecia a um esquema muito didáctico, visando a transmissão de uma forte mensagem, graças à sucessão de figuras e símbolos facilmente inteligíveis por todos os fiéis que participavam na função, e que obedeciam à seguinte sequência: Matraca; Cruz do Triunfo; Cruz da Irmandade; Mão com a bolsa; Cordas de esparto; Espada; Mão com vara; Galo; Disciplinas; Túnica; Dados; Martelos; Cana Verde; Esponja; Lança; Picareta; Tenaz; Cravos; Coroa de Espinhos; Cálice; Dístico de Jesus Nazareno Rei dos Judeus; Escadas; Urnas; São João e Madalena. Perante esta proposta penitencial, compreende-se que a presença da Santa Casa da Misericórdia contribuía, de forma significativa, para a solenidade do momento.

Por fim, e ainda no contexto das relações entre as duas instituições, devemos apontar a Procissão de Quarta-feira de Cinzas, que, de acordo com a tradição, pertencia à Ordem Terceira de São Francisco; aparecendo documentada no espólio da Santa Casa da Misericórdia para os anos de 1856, 1857, 1858, 1861, 1862, 1863, 1871, 1872 e 1874, decidimos inseri-la no contexto das festividades da Misericórdia. Através da sua análise, é possível conhecer, para alguns destes anos, a sua constituição, permitindo-nos avaliar a importância da participação da Misericórdia numa procissão de tão grande significado no contexto da cidade. A título exemplificativo (devido às lacunas existentes), o quadro seguinte possibilita a visão daquela que era uma das procissões importantes realizada em Vila Real, e que congregava irmãos Terceiros e irmãos da Santa Casa da Misericórdia, a quem era confiado o transporte do pátio.



Cruz com Cristo pintado,
utilizada nas procissões
da Semana Santa



Procissão do Enterro do Senhor em Vila Real, na actualidade



A procissão que contou com maior número de andores e figuras foi a de 1874; com efeito, pela análise da sucessão dos referidos elementos, podemos considerá-la como paradigmática, pela mensagem simbólica que apresentava aos fiéis, usando toda uma panóplia de imagens ligadas ao espírito de penitência, seu principal objectivo: Estandarte, Tochas, Cruz da Ordem, Lanternas, Ordem, Árvore da Penitência, Árvore do Paraíso, Adão, Eva, Anjo Querubim, Caveira e Ossos, Cinza, São João, Madalena, Irmandade das Almas, Anjo, andor de São Roque, Anjo, andor de Santa Margarida de Cortona, Anjo, andor de Santo Ivo Doutor, Anjo, andor de Santa Rosa, Anjo, Irmandade do Rosário, andor de São Francisco e Bem Casados, Anjo, andor da Rainha Santa Isabel, Santíssimo de São Pedro, Anjo, andor de São Luís Rei de França, Anjo, andor de Santa Ângela, Santíssimo de São Dinis, Anjo, andor de São Francisco Morto, Anjos, andor de Nossa Senhora da Conceição, Anjos, andor do Senhor das Chagas, Misericórdia, Clero, Pálio.

No cortejo da Procissão de Cinzas, o conceito duplo de pecado/penitência estava sempre presente: Adão e Eva que, juntamente com a Árvore do Paraíso/Árvore da Penitência, lembravam o Pecado Original; o Anjo Querubim vinha recordar o castigo pelo pecado cometido e a expulsão do Paraíso; a Caveira e os Ossos, apontando a inevitabilidade da Morte; São João, Madalena, as figuras sempre presentes no Calvário. Os andores, com as várias invocações ligadas à Ordem Seráfica, iam-se sucedendo num crescendo: de São Roque (acariciando um cão que lhe lambe uma ferida na perna e a quem dá um bocado de pão); de Santa Margarida de Cortona (com hábito, contemplando e abraçando um crucifixo); de Santo Ivo Doutor (em êxtase, com a mão direita sobre o coração, e a esquerda segurando um livro de orações); de Santa Rosa de Viterbo (com hábito de freira e com uma coroa de rosas brancas, como símbolo da sua virgindade); de São Francisco e Bem Casados (São Francisco abençoando os Bem Casados, São Lúcio e Santa Bona que, tendo recebido a Regra da Ordem Terceira, simbolizam a vida virtuosa e casta do casal cristão); dos Santos Mártires de Marrocos (só armado entre 1856-1871, sendo considerado depois como caído em desuso, e que representavam o martírio dos franciscanos em terras do Norte de África, onde tinham ido pregar a fé cristã); da Rainha Santa Isabel (rainha de Portugal, vestida com o hábito da Ordem Terceira que, por graça divina, viu transformarem-se em pão as rosas que trazia no regaço); de São Luís, Rei de França (vestido de acordo com a sua condição de monarca, mas com a coroa aos pés, cingindo o cordão da Ordem e segurando uma coroa de espinhos e cravos, relembrando a Crucifixão do Senhor); de Santa Ângela de Foligno (olhando uma caveira, símbolo da Morte); de São Francisco Morto, ou do Patriarca São Francisco (representando a morte do fundador da Ordem); de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da Ordem); e do Senhor das Chagas, como clímax da chamada ao arrependimento, pela penitência, lembrando aos fiéis o sofrimento de Cristo.

A todo este discurso se associavam as várias irmandades (irmandades de Nossa Senhora do Rosário, do Santíssimo Sacramento de São Pedro, e do Santíssimo Sacramento de São Dinis), com posição de honra para a Santa Casa da Misericórdia.

Alguns registos relativos à Procissão de Quarta-feira de Cinzas, para os anos acima referidos, mencionam nominalmente os participantes, sendo porém poucos os exemplos que nos transmitem esses dados pessoais, que permitem conhecer os intervenientes que participavam neste acto penitencial, que ritmava anualmente a sociedade de Vila Real. Esta realidade pode ser observada nas procissões de 1856 e 1857.

Quadro n.º 15 - Participantes na Procissão de Quarta-feira de Cinzas (1856-1857)

Estrutura processional	Participantes
1856	
Estandarte	Máximo Alves
Cruz com toalhas	Sacristão mor
Árvore da Penitência	Marcelino José, solteiro
Árvore do Paraíso	José Teixeira de Queirós
Adão e Eva	Roque Fernandes de Matos
Anjo Querubim	A Ordem
Cinzas	As irmãs Maria Augusta da Costa, Maria Emília da Costa e Margarida da Costa
São João	A irmã Teresa dos Santos, viúva
Madalena	Ana de Jesus do Carmo e sua irmã Margarida Preciosa e Silva
Ossos	Manuel Pinto de Oliveira
Andor de São Francisco recebendo a Confirmação	O penitente Miguel Vigário e mais três irmãos que ele escolher

Andor de São Francisco abraçando Cristo	O penitente Francisco Alves Mourão e mais três irmãos que ele escolher
Andor dos Bem Casados	José António Dias e mais três irmãos que ele escolher
Andor de São Roque	Felizardo da Silva e mais três irmãos que ele escolher
Andor de Santo Ivo Doutor	Quatro eclesiásticos
Andor de Santa Margarida de Cortona	O penitente Manuel de Matos, dos Terceiros e mais três irmãos que ele escolher
Andor de São Luís, Rei de França	Quatro militares, oficiais inferiores
A Cruz da Ordem	Na falta de um minorista, o irmão José António da Silva
Andor dos Santos Mártires de Marrocos	O penitente Francisco de Carvalho, de Abambres e mais três irmãos que ele escolher; Rei Miramolim: António Gomes Carneiro de Araújo; 1º pajem: José de Matos Forte; 2º pajem: Domingos Vasques
Andor do Patriarca São Francisco	José Martinho e mais três irmãos que ele escolher
Andor da Rainha Santa Isabel	Quatro militares, oficiais inferiores. Santa Casa da Misericórdia
Andor de Nossa Senhora da Conceição	António Teixeira Pimenta e mais três irmãos que ele escolher
Pálio	Irmãos da Santa Casa da Misericórdia

1857

Árvore da Penitência	Francisco de Jesus Santana
Árvore do Paraíso	José dos Ramos Barreira
Adão	Manuel Joaquim Pereira
Eva	Margarida dos Santos Pereira
Cinzas	Maria Cândida Madeira
São João	António Pereira
Madalena	Maria Emília da Conceição
Ossos	José Aires Roque
Andor de São Francisco recebendo a Confirmação	Miguel Vigário e mais três irmãos que ele escolher
Andor de São Francisco abraçando a Cristo	O penitente Francisco Alves Mourão e mais três irmãos que ele escolher
Andor dos Bem Casados	Joaquim Bernardo da Rocha e mais três irmãos que ele escolher
Andor de São Roque	José António Abambres e mais três irmãos que ele escolher
Andor de Santo Ivo Doutor	Reverendo José Cândido da Costa Rebelo, José Teixeira dos Santos, José Alves Roçadas e José António Ribeiro
Andor de Santa Margarida de Cortona	Manuel de Matos, dos Torneiros, e mais três irmãos que ele escolher
Andor de São Luís, Rei de França	Quatro militares, oficiais inferiores
Cruz da Irmandade	Sacristão mor
Andor dos Santos Mártires de Marrocos	O penitente Francisco de Carvalho, de Abambres, e mais três irmãos que ele escolher; Rei Miramolim: José Alves de Sousa, do Tabolado; 1.º pajem: José Casimiro de Abaças; 2.º pajem: Miguel do Espírito Santo
Andor do Patriarca São Francisco	António Alves Cavalaria e mais três irmãos que ele escolher
Andor da Rainha Santa Isabel	Quatro militares, oficiais inferiores
Andor de Nossa Senhora da Conceição	Reverendo João Baptista Correia Botelho, padre Azevedo, padre José Teixeira de Barros e padre Joaquim Teixeira da Costa
Andor do Senhor das Chagas	António Pimenta e mais três irmãos que ele escolher
Pálio	Mesa da Santa Casa da Misericórdia

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/G/001/Livro 258)



Nossa Senhora das Dores, uma das imagens que saía em procissão na Semana Santa

4.1.2. Armadores e artistas

As festividades congregavam um número de artistas das mais diversificadas profissões, contribuindo para o êxito das cerimónias, aparecendo, no entanto, frequentemente a referência a obras sem indicação dos artistas por elas responsáveis, desconhecendo-se de igual modo o nome de muitos dos armadores que armavam a Igreja (em 1825, um armador armou a Igreja na Quaresma e Semana Santa).

Sabemos, pela documentação existente, que os armadores, além da sua função de armarem a Igreja, eram solicitados para colaborarem em outras iniciativas. Assim, o Trombeta, figura que anunciava a morte do Senhor na Procissão dos Passos, era vestido por um armador e, em 1850, um armador armou um Passo do Senhor da Cana Verde e vestiu o Trombeta.

Algumas vezes, porém, é mencionado o nome do armador envolvido directamente na procissão, como é o caso de António Gomes Carneiro que vestiu a figura do *Anjo da Trombeta* na Procissão dos Santos Passos em 1846, 1848 (nesta data, o rapaz que tocava a trombeta recebeu 240 réis), 1849 e 1850.

Os armadores desempenhavam uma função muito importante nas festividades organizadas pela Santa Casa, sendo chamados para armar a Igreja nos dias de cerimónias festivas ao longo do ano litúrgico, sendo muitas vezes decisiva a sua posição relativamente às tarefas de que eram incumbidos pela Mesa. A título exemplificativo, apontemos a deliberação da Mesa de 21 de Fevereiro de 1852⁵⁷, segundo a qual, devido às dificuldades levantadas pelos armadores que não queriam armar nas ruas os Passos, no dia da Procissão da Santa Casa, como era costume há muito tempo, os Passos seriam armados nas igrejas do trânsito da procissão (pedindo-se para esse fim autorização aos reverendos párocos e senhorios das capelas), sendo ordenados da seguinte forma: no Horto na Capela do Hospital; no Hospital Velho; na Igreja de São Domingos; na Capela dos Clérigos; na Igreja de São Pedro; na Capela de Nossa Senhora do Carmo; e na Capela do Senhor Jesus do Calvário.

Quadro n.º 16 - Armadores nas festividades da Misericórdia de Vila Real (século XIX)**Armadores da Igreja nas festividades gerais e da Semana Santa**

António Gomes Carneiro, de Vila Real 1826, 1829 (armação da igreja); 1832 (armou a igreja); 1846 (recebeu 2 400 réis pela armação que no dia de hoje fez na Igreja, e que há-de servir para o dia 2 de Julho próximo no qual deve ter lugar a eleição da futura Administração); 1847 (armou a Igreja); 1848 (em Agosto, armou a Igreja para a eleição desse ano); 1849 (fez as armações para as festividades da Quaresma)
João Teixeira 1834
José Narciso Júnior, de Vila Real 1845 (fez a armação da Igreja para o dia da eleição da Mesa, que serviu até ao dia da posse da Administração); 1859 (armou a Igreja na Quaresma)
João Correia Pinto, de Vila Real 1853 (armou a Igreja); 1854 (armou a Igreja); 1857 (armou a Igreja na Semana Santa, Domingo de Passos e outros Domingos); 1858 (armou a Igreja); 1861 (armou a Igreja em Domingo de Passos e Semana Santa, bem como para a eleição ⁵⁸); 1862 (armação da Santa Casa no dia da eleição); 1863 (armação da Santa Casa no dia da eleição); 1864 (armação da Santa Casa no dia da eleição); 1866 (armação da Igreja em Domingo de Passos e Semana Santa); 1868 (armação da Igreja em Domingo de Passos e Semana Santa); 1869 (armação da Igreja); 1870 (armação da Santa Casa na Semana Santa); 1871 (armação da Santa Casa na Semana Santa); 1872 (armação da Igreja nos Domingos da Quaresma, Domingo de Passos e Semana Santa); 1874 (armou a Igreja); 1876 (armou a Igreja)
Francisco António Teixeira 1856
Francisco de Matos 1869 (armação da Santa Casa no dia da eleição da Mesa)
Francisco de Matos Júnior 1877 (armou a Igreja pela Semana Santa e pela eleição da Mesa)

Armadores dos Passos da Semana Santa

António de Ceuta (?) 1808 (armou o Passo na igreja)
António Gomes Carneiro 1826 (armação da Quaresma e da Semana Santa); 1846 (vestiu a figura denominada a Trombeta, para a Procissão dos Passos); 1848 (armou os dois Passos da Praça e da Ferraria e os Passos das Domingas e Passo Grande da Misericórdia, a Igreja na Semana Santa); 1849 (fez um passo novo no altar do Senhor Preso à Coluna ⁵⁹ que não se fazia nos anos anteriores; vestiu a figura denominada Trombeta); 1850 (armou o Passo do Senhor da Cana Verde; armou na igreja o Passo Grande de Domingo de Passos); 1852 (armou um Passo na Santa Casa, para a procissão da Penitência, no dia 30 de Setembro)
José Narciso Júnior 1846 (fez o quarto Passo, do Hospital Velho, da procissão do segundo Domingo da Quaresma); 1859 (armou os Passos de São Pedro e Capela Nova) ⁶⁰
António Francisco Penafiel, carpinteiro 1852 (armou de madeira um Passo na Igreja da Santa Casa)
João Correia Pinto 1862 (armou o terceiro Passo no Hospital Velho); 1865 (armou o Passo de São Pedro); 1867 (fez os Passos); 1872 (aprontou os Passos nas igrejas do costume); 1875 (armou o Passo da Misericórdia e os Passos nas igrejas da Semana Santa); 1876 (armou a igreja); 1881 (armou oito igrejas)
António Moreira Mendes 1881 (fez o Passo na Capela do Hospital da Divina Providência)
José de Barros Freire Júnior 1881 (fez a armação dos Passos)

(Fonte: ADVRL/SCMVR/Documentação vária)

Se para os armadores as informações podem ser consideradas escassas, para os artistas (artífices), as informações são ainda mais raras, sendo o anonimato uma constante – em 1784, um pintor compôs os painéis dos Santos Passos. Daí a importância dos dados referentes às despesas efectuadas, em 1856, com os andores do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores.

Nesta data, aparecem várias referências ao andor do Senhor dos Passos. São nomeados os seguintes intervenientes: Lourenço José Ribeiro, mestre carpinteiro, que forneceu madeira e trabalhou no andor; João dos Santos, mestre serralheiro, que fez os ferros; João Leite Basto, mestre entalhador, que produziu as jarras para o andor; José Ribeiro de Carvalho, Francisco Feliciano de Oliveira e Francisco Ribeiro, pintores, que pintaram e douraram o andor, trabalho executado em duas semanas (primeira semana da pintura do andor: José Ribeiro de Carvalho, seis dias e meio a 600 réis – 3 900 réis; Francisco Feliciano de Oliveira, cinco dias a 360 réis – 1 800 réis; segunda semana da pintura do andor: José Ribeiro [de Carvalho], seis dias a 600 réis – 3 600 réis; Francisco Ribeiro, seis dias a 400 réis – 2 400 réis; Francisco Feliciano [de Oliveira], seis dias a 360 réis – 2 160 réis).

Quadro n.º 17 - Materiais fornecidos por Francisco José de Gouveia para o douramento de um andor

26 livros de ouro, 23 400 réis
16 arrâteis de gesso grosso para dourar, 240 réis
16 arrâteis de gesso mate fino para dourar, 900 réis
3 dúzias de pincéis de cabra pretos da Holanda, 1 080 réis

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

José Ribeiro de Carvalho vendeu diferentes “drogas” para a pintura do andor; o mestre carpinteiro António de Aquino forneceu madeira (quatro tábuas de “solho” de castanho), cola (um arrátel), e mão-de-obra (dez oficiais); fez-se a nova cruz do Senhor dos Passos, cujo ferro para segurar a cruz foi feito pelo mestre serralheiro João António dos Santos, que forneceu oito parafusos para segurar as jarras e quatro ciprestes (vindos do Porto), fornecidos estes por Francisco Claro, de Vila Real; Margarida dos Santos Pereira bordou parte dos *tulipois* para as jarras dos ciprestes do andor, forrou e pregou os galões e franjas nas sanefas; Mariana Angélica dos Prazeres (também referida como Mariana Angélica da Purificação) bordou a ouro os martírios do andor do Senhor dos Passos e parte das túlipas para as jarras do mesmo andor; o ensamblador José António Martins fez as varas novas para o andor; o mestre serralheiro João António dos Santos fez a reforma dos ferros para o andor do Senhor dos Passos; Josefa Júlia de Meneses fez uma cabeleira para a imagem do Senhor dos Passos; José Ribeiro, pintor, preparou os arbustos para o andor do Senhor dos Passos; o carpinteiro José António Penafiel fez dois cavaletes para o andor do Senhor dos Passos e fez o taburno para os Passos.

Também em 1856 se fizeram arranjos no andor de Nossa Senhora das Dores. O mestre carpinteiro António de Aquino forneceu mão-de-obra e material para os varais do andor, cujos parafusos e cavilhas foram fornecidos pelo mestre serralheiro João António dos Santos, e o pintor José Ribeiro [de Carvalho] pintou o andor e dourou os ferros e outros objectos.

Quadro n.º 18 - Artistas e obras efectuadas para a Misericórdia de Vila Real no âmbito das procissões da Quaresma e Semana Santa (1784-1890)

Ano	Artista	Obra
1784	Um pintor	Reparação dos painéis dos Santos Passos
1801	–	Pintura do andor de Quinta-feira Santa
1802	–	Pintura do andor de Quinta-feira Santa
1808	Jerónimo Pasinsia (?)	Anjo do Domingo de Passos
1824	–	Reparação dos painéis dos Santos Passos
1828	Joaquim Alves Fraga	Conserto dos anjos para as procissões
1829	–	Conserto da cruz da Bandeira da Irmandade
1840	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno da Igreja para Domingo de Passos
1841	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno da Igreja para Domingo de Passos ⁶¹
1842	António Baptista, pintor	Pintou e dourou quinze varas e retocou o painel do Encontro
1843	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno da Igreja para Domingo de Passos
1845	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno ⁶² da Igreja para Domingo de Passos
1848	Tomás, carpinteiro	Taburno
1849	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno ⁶³ e assento para a Câmara na Igreja no Domingo de Passos
1850	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno ⁶⁴ da Igreja para Domingo de Passos; fez a estrutura de madeira do Passo do Senhor da Cana Verde, colocado na rua do Poço ou da Ferraria
1851	António Francisco Penafiel, carpinteiro José Ribeiro, pintor	Taburno da Igreja para a Mesa do Domingo de Passos Pintura das Verónicas em linho fino
1852	António Francisco Penafiel, carpinteiro	Taburno da Igreja para Domingo de Passos e armou um passo na Igreja; armou de madeira o passo da procissão da Penitência
1856	José Ribeiro, pintor José António Penafiel, carpinteiro Lourenço José Ribeiro, carpinteiro João dos Santos, serralheiro	Pintura do andor de Nossa Senhora Taburno da Igreja para Domingo de Passos e dois cavaletes para o andor do Senhor Conserto do andor do Senhor dos Passos
1857	José António Penafiel, carpinteiro	Taburno da Igreja para Domingo de Passos
1858	José António Penafiel, carpinteiro	Taburno da Igreja para Domingo de Passos
1859	José António Penafiel, carpinteiro José Correia Mourão, serralheiro	Taburno para a Igreja no Domingo de Passos Ferro para o andor do Senhor dos Passos
1860	José António Penafiel, carpinteiro	Taburno para a Igreja do Domingo de Passos
1861	José António Penafiel, carpinteiro	Taburno para a Igreja do Domingo de Passos; fez o passo na Igreja de Nossa Senhora do Carmo
1866	Miguel José Claro, carpinteiro José Correia Mourão, serralheiro	Seis taburnos para nas Igrejas se colocarem os Santos Passos Condução dos taburnos para as igrejas
1875	Manuel José Claro, carpinteiro	Taburno do lava-pés para Quinta-feira Santa ⁶⁵
1876	Miguel José Claro, carpinteiro	Taburno, “escadório” do lava-pés para Quinta-feira Santa
1881	Bernardo Leite, carpinteiro	Conserto da Mesa dos Passos
1888	–	Conserto e douramento do andor do Senhor da Cana Verde
1890	–	Conserto, pintura e douramento do esquife que conduz o Senhor em Sexta-feira Santa

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

4.2. Cerimónias da Semana Santa e Procissões

Os estudos sobre as procissões que se realizavam ao longo do ano litúrgico no Norte de Portugal ainda se encontram numa fase muito embrionária, sendo, no entanto, um dos aspectos mais significativos das manifestações da religiosidade portuguesa, reportando-nos também para uma hierarquização social que se reflectia na estrutura processional. Estudos parcelares, designadamente sobre a Procissão do *Corpus Christi*, não são suficientes para nos transmitirem a verdadeira dimensão do seu impacto na vivência da sociedade da época.

Entre as procissões que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real organizava todos os anos, de acordo com os seus Estatutos, para além das obrigatórias na Quinta-feira Santa e na Sexta-feira Santa, contavam-se ainda a de Cinzas e a dos Santos Passos.

Não sendo obrigatória, a Procissão dos Santos Passos era uma festividade de grande importância, não só no contexto religioso, mas também no contexto social de Vila Real. O primeiro dado que devemos mencionar é a falta de documentação, existindo registos sobre as procissões dos Santos Passos, Quinta-feira Santa e Sexta-feira Santa, unicamente para o período cronológico que medeia entre 1774 e 1902, dando-nos uma visão algo restrita da evolução das três procissões.

Neste nosso estudo das procissões da Semana Santa em Vila Real, realizadas sob a égide da Santa Casa da Misericórdia, decidimos centrar a nossa análise em dois pontos: a sua estrutura, sob o ponto de vista orgânico e social, e o percurso efectuado na cidade, com as diversas variantes, ao longo de cento e vinte e oito anos.

As funções que haviam de ser executadas na Quaresma eram determinadas todos os anos pela Mesa eleita. Por exemplo, a Mesa de 23 de Janeiro de 1851 decidiu que a Procissão dos Santos Passos se havia de realizar com a pompa e a decência possível; que se celebrasse a Missa da Exposição do Santíssimo Sacramento na Quinta-feira de Endoenças, mandando-se “endamascar” a Igreja; que se fizesse a cerimónia do Lava-pés, durante a qual se deviam vestir doze pobres como era costume; na noite desse dia, devia sair a procissão como era habitual e determinava o Compromisso; na Sexta-feira da Paixão, far-se-ia a Procissão do Enterro de Nosso Senhor Jesus Cristo, e no Domingo de Páscoa, a Missa da Ressurreição. Em todas as festividades devia haver música e sermão à saída da Procissão dos Passos, no Calvário, outro no Lava-pés, outro na procissão da noite, e outro na do Enterro⁶⁶. O elenco das funções da Quaresma de 1852 são mais sintéticas, como se pode comprovar pela acta de 7 de Dezembro de 1851⁶⁷: Procissão dos Santos Passos; Lava-pés; Procissão de Quinta-feira Maior, pela noite; Procissão do Enterro *memorável* de Cristo.

Nas cerimónias da Semana Santa, a Santa Casa da Misericórdia procurava que todas as funções se desenrolassem com a maior dignidade, dando uma particular atenção à qualidade e quantidade das alfaias. Quando necessário, supriam-se eventuais carências, como podemos constatar por alguns exemplos, dos quais possuímos referência: em 1840, o jarro e a bacia de prata para o lava-pés foi trazido, por empréstimo, da igreja de Guiães; em 1848, o pódio foi emprestado pela Ordem Terceira de São Francisco, e oito lanternas emprestadas pela igreja de São Pedro; em 1849, temos notícia que foram pedidos emprestados damascos às freguesias de Sanhoane, Torquada, Lordelo, Mondrões, Adoufe e Parada de Cunhos, e à Casa de Mateus, assim como jarras e pratos a diferentes casas de Vila Real para o lava-pés, prática corrente em períodos anteriores e posteriores aos casos referidos.

Os irmãos que não obedecessem às directrizes da Mesa eram severamente punidos, como podemos comprovar em vários casos: em 22 de Abril de 1797, o irmão oficial António Teixeira Monteiro, por não “ter satisfeito aos anjos que se lhe lançaram” na Procissão de Sexta-feira da Paixão, bem como no Quarto Passo, como já havia praticado a mesma desobediência no ano antecedente, uma vez avisado pelo irmão do mês, foi resolvido por todos que fosse riscado de irmão, vindo a ser substituído por José de Sousa; em 27 de Março de 1798, um irmão foi riscado em consideração ao desprezo com que tratou os avisos da Mesa, insultando o irmão do mês, José Pinto da Veiga, quando este lhe entregou um bilhete do costume, para ele “aprontar um anjo para a Procissão dos Santos Passos que se fez no Domingo quatro do corrente mês; já deixando de aprontar o dito anjo, havendo pior, com cuidado aprontado a um seu filho de anjo ricamente preparado para a Procissão que este mesmo ano fizeram em Quarta-feira de Cinza os Terceiros de São Francisco”⁶⁸; em Mesa de 14 de Abril de 1840, foi aprovado riscarem os irmãos Luís Monteiro Vasconcelos Mourão, Martinho de Magalhães Peixoto, António Alves Martins Bonito e José Joaquim Machado de Aguiar, os dois primeiros por se recusarem a fazer os Passos que lhe foram distribuídos, e os dois últimos por se terem recusado a servir de Profetas na Procissão de Sexta-feira Santa.⁶⁹

As despesas com a música e o pagamento aos instrumentistas e ao seu director são constantes, dando-nos a percepção da sua relevância nas procissões, fenómeno que ainda hoje persiste em todas as festas religiosas que ocorrem por todo o país. Partindo dos dados recolhidos nas nossas pesquisas, relativos aos anos de 1858, 1869 e 1881, tomámos conhecimento das funções desempenhadas por Francisco Correia Borges, Manuel Maria Correia Brandão, José Maria Brandão, António Gomes de Moura e António Botelho Júnior.



Senhor da Cana Verde, uma das imagens que saía em procissão na Semana Santa

Quadro n.º 19 - Músicos da Semana Santa (século XIX)

1858	Francisco Correia Borges, director da música instrumental que acompanhou a procissão dos Passos Manuel Maria Correia Brandão, director da música das funções da Semana Santa na igreja e no acompanhamento das procissões
1869	José Maria Brandão, de Vila Real, mestre da música instrumental tocada nas procissões de Domingo de Passos e Sexta-Feira Santa
1881	António Gomes de Moura, mestre da música da Procissão dos Santos Passos António Botelho Júnior, músico da filarmónica, da missa de Quinta-feira Santa, do Lava-pés e Procissão do mesmo dia e da missa de Domingo de Páscoa

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

4.2.1. Procissão dos Santos Passos

A realização da Procissão dos Santos Passos não era obrigatória, como podemos comprovar pelos estatutos oitocentistas, já que, segundo o artigo 85.º, “quanto à procissão dos Santos Passos e práticas religiosas nos domingos da Quaresma, a Mesa fará o que for compatível com as forças do cofre da Santa Casa, não gastando com essas despesas, e com as mencionadas no artigo antecedente, mais que a quantia de cem mil réis em cada ano”. Tendo-se baseado o nosso estudo na análise de sessenta e sete anos, com os anos de 1774 e 1902⁷⁰ como balizas cronológicas, comprovámos a existência de lacunas na documentação existente, concretamente nos anos de 1775-1779; 1781-1783; 1785-1790; 1793-1794; 1809; 1822-1834; 1840-1844; 1847; 1854-1855; 1869-1871; 1874; 1876-1878; 1880; 1882-1888; 1890; 1892; 1893; 1895-1897; 1900; e 1901. Por este motivo, desconhecemos se nos referidos anos a procissão se efectuou ou não, sendo provável que, por vezes, esta não se tenha realizado, por falta de verba. Com efeito, a organização do cortejo processional implicava gastos avultados, como podemos constatar em 1807 (gastaram-se 1 960 réis para quatro lanternas), e no ano de 1881.

Quadro n.º 20 - Despesas com a Procissão dos Santos Passos (1881)

Ao padre pregador: 18 000 réis
Ao mestre da música, António Gomes de Moura: 10 000 réis
A José de Barros Freire Júnior, para as armações dos Passos: 21 000 réis
Pelo aluguer do vestuário do Anjo: 11 000 réis
Despesa feita por Licínio Pereira da Silva: 3 750 réis
A António Fernandes Peres, por três pares de sandálias para as figuras da procissão: 1 700 réis
A António Moreira Mendes, por fazer o Passo da capela do Hospital: 500 réis
A José Maria Ribeiro, por 24 archotes: 1 200 réis
A Bernardo Leite, por compor as mesas dos Passos e mais concertos: 2 000 réis
Aos sacristães do Calvário e Ordem Terceira de São Francisco, de carretos e armações: 1 000 réis
A José Cardoso da Silva, do aluguer de 50 velas e gasto de cera nos Passos: 2 790 réis

(Fonte: ADVRL/COM-SCMVR/C/001/001/Livro 044)

A estrutura da Procissão dos Santos Passos

Se analisarmos a estrutura da Procissão dos Santos Passos, entre 1774 (a primeira de que temos notícia) e 1795, verificamos que se organiza de uma forma constante, excepção feita a esta última, que inclui a figura do Cireneu. A partir desta data são introduzidos, ou retirados, vários elementos, tais como a Trombeta, os Anjos, o Anjo do Amor Divino, o Cireneu, o Pretório, os Acólitos, o Santo Lenho, o 8.º Passo, o andor do Senhor da Cana Verde e os Martírios.

Devemos referir a alteração verificada a partir de 1836, quando o pálido passa a ser levado pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco, e não pelos irmãos da Santa Casa da Misericórdia, dentro do espírito de colaboração anteriormente referido. Com efeito, da mesma forma que a Santa Casa da Misericórdia era convidada, por exemplo, para participar na Procissão de Cinzas, que habitualmente pertencia à Ordem Terceira de São Francisco (como aconteceu para os anos de 1856, 1857, 1858, 1861, 1862, 1863, 1871, 1872 e de 1874), ou nas cerimónias do Enterro do Senhor, no dia de Sexta-feira da Paixão (em 1874), também a Santa Casa da Misericórdia passou a ceder o pálido aos Terceiros Franciscanos, demonstrando-se, com este procedimento, o desejo das duas instituições em organizar com a maior dignidade os cortejos processionais.

Como casos de estudo, escolhemos as procissões de 1851 a 1863, e a de 1894, como exemplo extremo. Assim, para os anos de 1851-1863, os irmãos eram ordenados da forma que consta no Quadro n.º 21.

Quadro n.º 21 - Estrutura da Procissão dos Santos Passos (1851-1863)

Trombeta (1)	Pálido (6)
Pendão (1)	Lanternas (8)
Tochas (4)	Santo Lenho (1)
Nossa Senhora (1)	1º Passo (2)
São João (1)	2º Passo (2)
Madalena (1)	3º Passo (2)
Bandeira da Irmandade (1)	4º Passo (2)
Tochas (2 ou 4)	5º Passo (2)
Anjo do Amor Divino (1)	6º Passo (2)
Andor do Senhor (4 ou 8)	7º Passo (2)
Lanternas (4)	8º Passo (2)
Cireneu (1)	—

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

Em 1894 os Irmãos aparecem dispostos de forma completamente distinta no esquema processional (Quadro n.º 22).

Quadro n.º 22 - Estrutura da Procissão dos Santos Passos (1894)

Pendão (1)
Tochas (2)
Bandeira da Irmandade (1)
Tochas (2)
Martírios: Mão com a bolsa (1); Espada (1); Mão com a luva (1); Galo (1); Disciplinas (1); Cana Verde (1)
Madalena (1)
São João (1)
Anjo (1)
Andor do Senhor (6)
Lanternas (6)
Cireneu (1)
Pálio (4)
Lanternas (8)
Andor do Senhor da Cana Verde (4)

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

Ao procedermos à comparação das duas versões processionais, verificamos que ambas, embora com diferenças significativas, obedecem plenamente às directrizes pós-tridentinas implementadas, neste caso concreto, pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Com efeito, a população de Vila Real era “convidada” a participar na Procissão dos Santos Passos, numa recriação dos momentos mais importantes da Paixão de Cristo, que seria completada com as Procissões de Quinta-feira Santa e de Sexta-feira Santa.

Na organização processional, podemos constatar a proposta fortemente didáctica apresentada pelos actores, também eles espectadores do teatro sacro, que percorriam a cidade ao longo de um percurso marcado por paragens estratégicas, onde se recriavam as cenas mais importantes da Paixão do Senhor a caminho do Gólgota.

No primeiro exemplo, a Procissão era iniciada com a Trombeta, também referida como a “Trombeta do Triunfo”, anunciando a Ressurreição do Cristo, o Seu triunfo sobre a Morte. Depois do Pendão, seguiam-se quatro tochas que antecediavam as três figuras fulcrais para o entendimento do Calvário: Nossa Senhora, São João e Maria Madalena. Imediatamente após as figuras referidas, e numa sequência lógica de importância, surgia a Bandeira da Irmandade, à qual sucediam duas ou quatro tochas. A preceder o andor do Senhor dos Passos, estrutura centralizadora de toda a cenografia sacra, o Anjo do Amor Divino, que simbolizava o anjo que anunciara, junto do Santo Sepulcro, a Ressurreição de Cristo. Depois deste andor, seguiam-se as lanternas que, por sua vez, antecediavam a figura do Cireneu (Simão Cireneu, ou Simão de Cirene) de grande importância para a compreensão do discurso catequético, já que ele fora chamado para que carregasse a cruz. O pálio era uma das estruturas mais importantes da Procissão, à qual sucedia um número significativo de lanternas que, por sua vez, precediam o Santo Lenho. É por demais significativa a escolha da Trombeta para abrir a Procissão, e do Santo Lenho para encerrá-la.

Por fim, a sucessão dos Passos, paragens obrigatórias onde se recriavam as cenas mais importantes da Paixão do Senhor: no Primeiro Passo, nunca mencionado, pensamos que, logicamente, seria representada a Última Ceia; no Segundo Passo, o Senhor no Horto; no Terceiro Passo, o Senhor com túnica e manto; no Quarto Passo, o Senhor Preso à coluna; no Quinto Passo, o Senhor da Cana Verde; no Sexto Passo, o Senhor com a cruz às costas; no Sétimo Passo, o Senhor com a cruz às costas; e, por fim, no Oitavo Passo, o Calvário, o Senhor Crucificado.

No exemplo de 1894, a procissão apresenta um esquema diferente daquele que acabámos de analisar, permanecendo alguns dos elementos apontados, mas verificando-se, também, o aparecimento de outros. A procissão era aberta com o pendão, seguido de duas tochas, que precediam a Bandeira da Irmandade; depois da bandeira, seguiam-se outras duas tochas que, por sua vez, antecediavam os Martírios associados à Paixão do Senhor, e que se revelam elementos de grande importância pelo seu carácter didáctico. As figuras de Maria (se bem que na procissão deste ano não seja mencionada, certamente por lapsos), São João e Maria Madalena continuam a estar presentes já que, sem elas, a compreensão do discurso

catequético ficaria incompleta. Ao andor do Senhor (dos Passos), levado por seis irmãos, seguiam-se seis lanternas que, por sua vez, davam lugar à figura do Cireneu. Logo após Simão de Cirene surgia o pálio, elemento constante em todas as Procissões dos Passos estudadas, agora seguido por oito lanternas, número considerável de luzes, que aumentava o carácter dramático do cortejo. Por fim, carregado por quatro irmãos, o andor do Senhor da Cana Verde, elemento novo introduzido no esquema processional, que contribuía de forma significativa para uma melhor divulgação dos momentos mais marcantes da Paixão de Cristo. Não são mencionados os Passos, ocorrência verificada a partir de 1872, para o período cronológico estudado.

Uma inovação importante refere-se ao aparecimento dos Martírios (ainda hoje presentes na Procissão do Enterro do Senhor) como elementos estruturantes no contexto processional já que, pela posição ocupada – logo após as tochas que se seguem à Bandeira da Irmandade, e antes das figuras centralizadoras de Maria / São João / Maria Madalena / Anjo – constituem um roteiro sumário, mas essencial, dos episódios mais marcantes da Paixão que precedem a Crucificação de Cristo.

Assim, os diversos elementos apontam para uma simbologia de todos conhecida: a mão com a bolsa está associada aos trinta dinheiros recebidos por Judas Iscariotes, como recompensa pela sua traição; a espada lembra o momento em que Simão Pedro (São Pedro), para defender Cristo, desembainha a sua espada e fere Malco, o servo do sumo sacerdote; a mão com a luva está ligada ao episódio passado no Sinédrio, quando Jesus, acusado de blasfémia, é esbofetead; o galo recorda as negações de Pedro; as disciplinas estão associadas à flagelação de Cristo; a cana verde antecede em simbologia a visão proporcionada pelo andor do Senhor da Cana Verde, que encerrava a procissão.

Por outro lado, se analisarmos a estrutura sob o ponto de vista social, e tomando como exemplo a Procissão dos Santos Passos realizada no ano de 1835, podemos constatar o seguinte (Quadro n.º 23).

Quadro n.º 23 - Estrutura social da procissão dos Santos Passos (1835)

Tochas ao Pendão (2 nobres+2 mesteres)	1.º Passo (1 nobre+1 mester)
1.ª Bandeira (Provedor anterior)	2.º Passo (1 nobre+1 mester)
Tochas à Bandeira (2 nobres+2 mesteres)	3.º Passo (1 nobre+1 mester)
Andor do Senhor (4 nobres)	4.º Passo (1 nobre+1 mester)
Lanternas (2 nobres+2 mesteres)	5.º Passo (1 nobre+1 mester)
Pálio (2 sacerdotes+2 provedores ou 2 secretários anteriores)	6.º Passo (1 nobre+1 mester)
Lanternas (2 nobres+2 mesteres)	7.º Passo (1 nobre+1 mester)
Santo Lenho (vigário geral ou capelão da semana)	–

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

A Procissão dos Santos Passos realizada nesta data fornece-nos elementos preciosos. Assim, sabemos que, depois do Pendão, as quatro tochas cabiam a dois irmãos nobres e a dois outros irmãos, mesteres; a Primeira Bandeira era habitualmente levada pelo provedor anterior, e as tochas à bandeira, por dois nobres e dois mesteres. Relativamente a Nossa Senhora, São João e Maria Madalena, não é feita qualquer referência. O andor do Senhor dos Passos era transportado por quatro irmãos nobres, sendo as lanternas ao mesmo andor levadas por dois nobres e dois mesteres. O pálio era “costume pegar a ele dois ministros da terra, e depois destes os provedores ou secretários que tiverem servido a esta”, sendo as lanternas ao pálio levadas por dois nobres e dois mesteres. Quanto ao Santo Lenho, devia ser levado pelo vigário geral e, na sua falta, pelo capelão da semana. Por fim, relativamente aos sete Passos, encontramos sempre um nobre e um mester.

Este esquema apresentado na procissão realizada no ano de 1835, onde a alternância nobre/mester é mencionada explicitamente para as tochas ao Pendão, tochas à Bandeira da Irmandade, lanternas ao andor do Senhor, lanternas ao pálio e Passos, pode ser também observada noutros casos, analisando-se o nome dos irmãos.

O percurso da Procissão dos Santos Passos

A primeira referência que temos sobre o percurso seguido pela procissão surge no ano de 1848. Com efeito, quando são mencionados os sete Passos, apontam-se os locais, com indicações precisas: o Primeiro Passo (do Horto) que saíria da Igreja da Misericórdia, sendo os restantes, pela



Bandeira da SCMVR,
utilizada nas procissões
da Semana Santa



Cristo Morto, uma das imagens de maior significado nas procissões da Semana Santa

seqüência: Segundo Passo, no Hospital (Novo); Terceiro Passo, no Hospital Velho; Quarto Passo, na Praça; Quinto Passo, na Ferraria; Sexto Passo, no Cabo da Vila; e Sétimo Passo, no Calvário. No ano de 1850, os locais são os mesmos, especificando-se que o Sexto Passo seria na Cruz do Cabo da Vila.

Em 1851 e 1852, surge uma alteração com a introdução de mais um passo (o oitavo), passando o itinerário a ser: Primeiro Passo, na igreja da Misericórdia; Segundo Passo (do Horto); Terceiro Passo, no Hospital Novo; Quarto Passo, no Hospital Velho; Quinto Passo, na Praça; Sexto Passo, na Ferraria; Sétimo Passo, no Cabo da Vila; Oitavo Passo, no Calvário.

Quadro n.º 24 - Percurso da Procissão dos Santos Passos (1848-1852)

Passos	1848	1850	1851	1852
1.º	Igreja da Misericórdia	Igreja da Misericórdia	Igreja da Misericórdia	Igreja da Misericórdia
2.º	Hospital Novo	Hospital Novo	do Horto	do Horto
3.º	Hospital Velho	Hospital Velho	Hospital Novo	Hospital Novo
4.º	Praça	Praça	Hospital Velho	Hospital Velho
5.º	Ferraria	Ferraria	Praça	Praça
6.º	Cabo da Vila	Cruz do Cabo da Vila	Ferraria	Ferraria
7.º	Calvário	Calvário	Cabo da Vila	Cabo da Vila
8.º	–	–	Calvário	Calvário

(Fonte: ADVRL/CON - SCMVR/Documentação vária)

Uma mudança significativa surge em 1853, uma das procissões mais pormenorizadas que possuímos: Primeiro Passo, na Igreja da Misericórdia; Segundo Passo, no Hospital Novo; Terceiro Passo, no Hospital Velho; Quarto Passo, em São Domingos; Quinto Passo, na Capela Nova; Sexto Passo, em São Pedro; Sétimo Passo, na Senhora do Carmo; Oitavo Passo, no Calvário. Nos anos de 1854, e de 1857 a 1863 o percurso foi o mesmo, não se observando quaisquer mudanças no itinerário.

Em 1864, com a redução do Oitavo Passo, a procissão faz um percurso mais pequeno, passando a ser o Primeiro Passo, ao Hospital Novo; Segundo Passo, Hospital Velho; Terceiro Passo, a São Domingos; Quarto Passo, à Capela Nova; Quinto Passo, a São Pedro; Sexto Passo, a Nossa Senhora do Carmo; e Sétimo Passo, ao Calvário.

Em 1865, é feita outra alteração: o Primeiro Passo, ao Hospital; Segundo Passo, a São Domingos; Terceiro Passo, à Capela Nova; Quarto Passo, a São Pedro; Quinto Passo, à Senhora do Carmo; Sexto Passo à Capela de Santo António; e Sétimo Passo, ao Calvário. Finalmente, a partir de 1865, não são mencionados os Passos.

Quadro n.º 25 - Percurso da Procissão dos Santos Passos (1853-1865)

Passos	1853-1854	1857-1863	1864	1865
1.º	Igreja da Misericórdia	Igreja da Misericórdia	Hospital Novo	Hospital
2.º	Hospital Novo	Hospital Novo	Hospital Velho	São Domingos
3.º	Hospital Velho	Hospital Velho	São Domingos	Capela Nova
4.º	São Domingos	São Domingos	Capela Nova	São Pedro
5.º	Capela Nova	Capela Nova	São Pedro	Senhora do Carmo
6.º	São Pedro	São Pedro	Senhora do Carmo	Capela de Santo António
7.º	Senhora do Carmo	Senhora do Carmo	Calvário	Calvário
8.º	Calvário	Calvário	–	–

Fonte: ADVRL/SCMVR/Documentação vária



Apóstolos Tiago, Pedro e João, imagens utilizadas para encenação de um dos episódios da Semana Santa

Quadro n.º 26 - A Procissão dos Santos Passos (1774-1902)

Estrutura	1774	1780	1784	1791	1792	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	1808	1810	1811	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819	1820	1821	1835	
Trombeta																																	
Pendão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Anjos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*														
Nossa Senhora (Maria)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Madalena	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
São João	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Bandeira da Irmandade	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Anjo (do Amor Divino)																				*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Andor do Senhor	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Lanternas (ao andor)																															*	*	*
Cireneu						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Pretório																				*	*	*		*	*	*	*						
Tochas	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Pálio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas	*	*	*	*	*	*	*	*		*		*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Lanternas	*	*	*	*	*	*			*		*	*	*								*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Acólitos	*	*	*	*	*	*																											
Santo Lenho																				*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
1.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
2.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
3.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
4.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
5.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
6.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
7.º Passo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
8.º Passo																			*														
Segundo andor																																	
Andor do Senhor da Cana Verde																																	
Martírios																																	



Senhor atado à coluna,
uma das imagens que
saía em procissão na
Semana Santa

4.2.2. Procissão de Quinta-feira Santa

A comparência na Procissão de Quinta-feira Santa por parte dos irmãos era considerada de suma importância, sendo severamente castigado todo aquele que faltasse a esta obrigação, como testemunha a aprovação dada pela Mesa de 12 de Abril de 1843 à proposta apresentada pelo irmão mesário José Maria da Silva Barbosa, segundo a qual os irmãos “a quem fosse lançada a procissão de Quinta-feira Santa e a esta deixarem de comparecer sem que apresentem antes daquela procissão impedimento legítimo, sejam desde logo riscados na forma que ordena o compromisso”.⁷¹

A organização da procissão era devidamente seguida pelo arcebispo, mostrando o cuidado com que as festividades religiosas eram acompanhadas pela alta hierarquia da Igreja, como prova a acta da Mesa de 1 de Maio de 1895⁷², onde se menciona que foi apresentado um ofício do vigário geral da comarca que acompanhava a cópia de uma portaria do bispo da diocese de Braga, dirigida em 6 de Abril, na qual o arcebispo manifestava quanto lhe havia agradado “que a Mesa, movida por zelo e diligência do seu actual capelão, alterasse a forma da Procissão do Senhor *Ecce Homo* em Quinta-feira Santa”.

Para o arco cronológico apontado, 1774-1902⁷³, não possuímos dados relativos aos anos de 1775-1779; 1781-1783; 1785-1790; 1793-1794; 1808-1809; 1822-1834; 1840-1844, 1847 e 1873. Porém, apesar das lacunas existentes, pelas sequências que conseguimos estabelecer, podemos ter uma ideia clara da forma como a Santa Casa da Misericórdia procedia à organização do cortejo processional.

De uma forma genérica, a procissão apresentava uma estrutura muito simples, com um enfoque bem direccionado: o Senhor Crucificado. Iniciando-se com primeira ladainha, o cortejo processional organizava-se obedecendo a uma sucessão de Primeira bandeira-tochas-Primeiro Miserere / Segunda bandeira-tochas-Segundo Miserere / Terceira bandeira-tochas-Terceiro Miserere, que se articulava com o andor do Senhor, pálido e o Senhor Crucificado.

A utilização de archotes ou tochas era muito valorizada nesta procissão, contribuindo de forma marcante para a encenação de todo o conjunto. São referidos irmãos que deram um precioso contributo como, em 1849, Joaquim Machado da Silva, de Vila Real, que forneceu dezasseis archotes para a procissão de Quinta-feira Maior, à noite; e Diogo Lima, também de Vila Real que, em 1876, forneceu vinte e quatro archotes para a Procissão de Quinta-feira Santa, e dezoito archotes em 1878.

Por vezes, a sua composição sofre alterações, como podemos constatar pelo Quadro n.º 27. Assim, a procissão de 1774 é a que apresenta a estrutura mais simplificada, sendo a única em que é referido o Porta-Bandeira, destacando-se o andor do Senhor *Ecce Homo* e o Senhor Crucificado. Ao longo do período analisado, a Primeira Bandeira, o andor do Senhor, e Cristo Crucificado surgem como elementos constantes, seguidos da Ladainha (excepto para os anos de 1774; 1780; 1795-1799; 1879; 1896-1901), da Segunda Bandeira (excepto para 1774), e da Terceira Bandeira (excepto para os anos de 1774; 1780; 1784; 1791; 1792; 1803; 1835). Como apontámos, as tochas ou lanternas enquadravam as estruturas principais, desempenhando um papel primordial, sendo sistematicamente mencionadas. Os três Misereres aparecem-nos unicamente para 1780 e 1784, enquanto o pálido é referido em 1784, 1792, 1795, 1796, e só mais tarde, de 1896 a 1902.

Quadro n.º 27 - A Procissão de Quinta-feira Santa (1774-1902)

Estrutura	1774	1780	1784	1791	1792	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	1810	1811	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818
Porta-bandeira	*																										
Primeira ladainha			*	*	*						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Primeira bandeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Primeiro Miserere		*	*																								
Segunda bandeira		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)			*			*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Segundo miserere		*	*																								
Terceira bandeira						*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)	*			*	*	*	*	*	*		*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Andor (do senhor)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*						*	*	*	*	*	*	*	*	*
Pálio			*		*	*	*																				
Santo Cristo (Senhor Crucificado)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Terceiro Miserere		*	*																								
Tochas (lanternas)		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*						*	*	*	*	*	*	*	*	*
Lanternas																					*	*	*	*	*	*	*

Estrutura	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871	1872	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883	1884
Porta-bandeira																											
Primeira ladainha	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Primeira bandeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*
Primeiro Miserere																											
Segunda bandeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*
Segundo miserere																											
Terceira bandeira	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*
Andor (do senhor)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Pálio																											
Santo Cristo (Senhor Crucificado)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Terceiro Miserere																											
Tochas (lanternas)																											
Lanternas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

(Fonte: ADVRL/SCMVR/Documentação vária)

4.2.3. Procissão de Sexta-feira Santa (Sexta-feira da Paixão)

A Procissão de Sexta-feira Santa⁷⁴ era uma das funções religiosas mais relevantes no contexto da Semana Santa, contando com a participação de um grande número de irmãos. O nosso âmbito cronológico estende-se, como fizemos para a Procissão dos Santos Passos e para a Procissão de Quinta-feira Santa, de 1774 a 1902. Como aconteceu com as outras duas, verificam-se lacunas importantes: 1775-1779; 1781-1783; 1785-1790; 1793-1794; 1808-1809; 1822-1834; 1840-1844; 1847 e 1873. Existem, no entanto, referências precisas de não se ter realizado a procissão nos anos de 1870, 1871 e 1872; 1874; 1876 e 1877; 1881; 1883 e 1885.

De igual modo, como aconteceu também para a Procissão de Quinta-feira Santa, ignoramos qual o percurso seguido (provavelmente, o mesmo da Procissão dos Santos Passos). Quanto à sua estrutura, sob o ponto de vista social, possuímos indicações parcelares que nos possibilitam estabelecer um paralelo, como fizemos para a de Quinta-feira Santa, com a dos Santos Passos, a mais completa das três; assim, a procissão de Sexta-feira Santa realizada em 1835⁷⁵ dá-nos algumas indicações preciosas: o Pendão devia ser levado por um irmão nobre; a Cruz do Triunfo, pelo capelão da Semana; a Bandeira da Irmandade, competia ao provedor do ano anterior; o andor do Senhor do Túmulo, pelos quatro capelães da Santa Casa; o pálio, pelos mesmos dos Santos Passos, dois sacerdotes e dois provedores ou dois secretários anteriores; o andor de Nossa Senhora das Dores, por quatro irmãos nobres; e as lanternas e as tochas, por dois nobres e dois irmãos mesteres.

Quadro n.º 28 - Procissão de Sexta-feira Santa (1835)

Pendão	1 nobre
Tochas	2 nobres + 2 mesteres
Cruz do Triunfo	Capelão da semana
Bandeira da Irmandade	Provedor do ano anterior
Tochas	2 nobres + 2 mesteres
Andor do Senhor do Túmulo	4 capelães da Casa
Lanternas	2 nobres + 2 mesteres
Pálio	Os mesmos dos Santos Passos
Andor de Nossa Senhora das Dores	4 nobres
Lanternas	2 nobres + 2 mesteres

(Fonte: ADVRL/SCMVR/Documentação vária)

Observando os quadros que organizámos para este estudo, e apontando os dados mais relevantes, constatamos a existência permanente das tochas e das lanternas, fundamentais para o ambiente cenográfico a criar: a Cruz do Triunfo (símbolo da vitória de Cristo sobre a Morte), aparece sempre referenciada, excepção feita para os anos de 1774, 1792, 1814-1817, 1835 e 1878-1882; o Pendão só não é mencionado em 1796, sendo um dos elementos mais constantes; a Bandeira da Irmandade não aparece em 1804, 1862 e 1865-1868; as Santas Mulheres, designadas por três Marias ou Marias do Sião, não são contempladas em 1792, 1855, 1878 e 1879, 1889 e 1894-1902; São João só começa a ser referido a partir de 1812, e Maria Madalena, a partir de 1813, ambos com oscilações, excepto para os períodos que medeiam entre 1846 e 1858, e 1864 e 1875.

Como peças fundamentais no sistema organizativo processional temos: os Profetas que, a partir de 1774, aparecem de forma sistemática até 1875, e novamente de 1880 a 1886; o Túmulo (Esquife ou Féretro), de 1774 a 1791, 1795 e 1796, de 1803 a 1806, de 1810 a 1817, sendo o período mais longo de 1821 a 1875; o andor de Nossa Senhora, com os hiatos relativos a 1784, 1792, 1807 e 1815, é uma das representações mais constantes; e, por fim, o pálio é sempre referido, com excepção para o ano de 1861, omissão certamente por esquecimento.

A procissão de Sexta-feira Santa realizada no ano 1902 dá-nos uma das relações mais completas da ordenação dos *martírios* que saíam incorporados no esquema processional: depois da matraca, do pendão e da bandeira da Irmandade, seguiam-se: mão com a bolsa, cordas de esparto, espada, mão com a luva, galo, disciplinas, túnica, dados, martelo, cana verde, esponja, lança, picareta, tenaz, cravos, urnas, coroa de espinhos, cálice, dístico JNRJ, escadas. Eram ainda incorporados as três Marias de Sião, quatro profetas, Madalena, São João, Anjo, Féretro do Senhor, pálio e o andor de Nossa Senhora⁷⁶.



Bandeira da Misericórdia usada nas procissões em que a SCMVR participava

As despesas que envolviam a organização da procissão eram muito avultadas, como se depreende da deliberação da Mesa de 10 de Fevereiro de 1822, segundo a qual, atendendo ao muito trabalho do secretário, este não deveria ser mais onerado a aprontar o Anjo do Amor Divino para a Procissão dos Passos e Sexta-feira da Paixão⁷⁷.

Entre essas despesas, e como um dado curioso relativamente aos costumes tradicionais, devemos referir que, em 1909, se gastaram 9 600 réis em doce e vinho fino "para os padres e em diversas miudezas", e 6 160 réis em doze quilos de amêndoas para as "figuras que acompanharam a procissão de Sexta-feira Santa".

Quadro n.º 29 - A Procissão de Sexta-feira Santa (1774-1902)

Estrutura	1774	1780	1784	1791	1792	1795	1796	1797	1798	1799	1800	1801	1802	1803	1804	1805	1806	1807	1810	1811	1812	1813	1814	1815	1816	1817	1818	1819
Cruz do Triunfo		*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					*	*
Pendão	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Marias (Marias do Sião)	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Anjos	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*									
Bandeira da Irmandade	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
São João																					*	*	*	*	*	*	*	
Madalena																						*	*	*	*	*	*	
Profetas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Anjo																								*				
Túmulo (Esquife ou Fétetro)	*	*	*	*		*	*							*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*		
Lanternas	*	*	*	*		*	*														*	*		*	*			
Pálio	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (Lanternas)	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*						*	*	*	*					*	
Andor do Senhor			*																					*				
Andor de Nossa Senhora	*	*		*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (Lanternas)	*		*	*		*	*	*	*	*	*	*	*						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Estrutura	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1875	1878	1879	1880	1882	1884	1886	1887	1888	1889	
Cruz do Triunfo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*					*	*	*	*	*	*
Pendão	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	*
Marias (Marias do Sião)	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	*
Anjos																													
Bandeira da Irmandade	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*						*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
Tochas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*					*	*	*			*	*	*	*	*	*	
São João	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	
Madalena	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	
Profetas	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	
Anjo	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	
Túmulo (Esquife ou Fétetro)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*			*	*	*	*	*	*	
Lanternas										*																			
Pálio	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (Lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*	*		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Andor do Senhor																													
Andor de Nossa Senhora	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
Tochas (Lanternas)	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

(Fonte: ADVRL/SCMVR/Documentação vária)

FRAN^{CO} DA SILVEIRA
PINTO DA FONSECA
P.^{MO} CONDE DE AMA-
RANTE. 1.^º FUND-
DADOR DESTE
HOSPITAL



5. O Hospital da Divina Providência da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

A assistência hospitalar não constituiu, para as misericórdias, inicialmente, uma prioridade e muito menos uma obrigação, limitando-se estas instituições a apoiar os doentes que pretendiam ingressar nos hospitais locais. Contudo, ao longo da segunda metade do século XVI, dezenas de misericórdias acabaram por incorporar hospitais já existentes.

Tal não aconteceu com a Misericórdia de Vila Real, apesar de na urbe existir, pelo menos desde o século XIV, o Hospital de São Brás, como se verifica pelos privilégios que o rei D. João I lhe concedeu em 1381, e que também era designado por Hospital do Espírito Santo, por se encontrar localizado junto da capela do mesmo nome, numa das extremidades do Campo do Tabolado, praça situada no centro da vila, que correspondia, em parte, à actual avenida Carvalho Araújo e na qual tinham lugar as feiras semanais, os exercícios das tropas de ordenanças e as corridas de touros em ocasiões festivas.⁷⁸ Pelo contrário, a Misericórdia, no século XVI, fez um acordo com o administrador do Hospital de São Brás, João Teixeira de Azevedo, para nele serem recolhidos os pobres enfermos que para ali mandasse.⁷⁹

Terá sido por razões de natureza financeira que a Misericórdia de Vila Real, durante séculos, não procurou incorporar o Hospital de São Brás ou criar um hospital sob sua dependência, uma vez que aquele era gerido por particulares?

O que nós sabemos é que, em 13 de Março de 1796, a Misericórdia de Vila Real arrendou os “altos” da casa da viúva de João Guedes, Joana Clara, na rua de Trás da Misericórdia, para aí instalar o seu Hospital, ao qual deu o nome de Hospital da Divina Providência, cumprindo, a partir de então, a segunda das sete obras corporais de misericórdia, isto é, “curar os enfermos”.

Quais terão sido os factores explicativos da fundação de um hospital por parte da Misericórdia de Vila Real que, durante tanto tempo resistira a tal iniciativa, e conhecia até, em finais de Setecentos, uma conjuntura financeira apertada?

5.1. Origens do Hospital e evolução das suas instalações

O Hospital de São Brás – na verdade, mais uma albergaria do que um hospital –, estava longe de satisfazer a assistência hospitalar mínima que Vila Real e a sua região exigiam. Apesar de João de Barros, por 1549, o classificar como “um hospital de boa renda”, a verdade é que, em 1721, referia-se que tinha camas para passageiros pobres com três dias de estrada. Mas, em 1758, já se informava que recolhia “passageiros e pobres que adoecem”, não havendo, contudo, quem deles tratasse, subsistindo apenas das esmolos que o ermitão da capela do Bom Jesus recolhia no concelho de Vila Real.⁸⁰

Contudo, por bula pontifícia, a capela e o hospital recebiam os dízimos das freguesias de Salvador de Telões e S. Jorge de Goivães da Serra, ambas da comarca eclesiástica de Vila Real, que importavam, em finais de Setecentos, no rendimento anual de 1 100 000 réis. Sob a administração de Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo, natural de Vila Real, este nobre preocupava-se mais em arrecadar tais proventos do que em aplicá-los ao tratamento dos doentes e pobres que ao hospital acorriam. Por uma ordem das Cortes Gerais, de 28 de Dezembro de 1821, dizia-se mesmo, porventura com algum exagero, que o Hospital de São Brás “não existe há um século”.⁸¹

Ora, a última década do século XVIII caracterizou-se, em Portugal, por uma série de maus anos agrícolas, escassez de pão e subida de preços, que tiveram consequências directas na pauperização de largos sectores da população. José Jacinto de Sousa fornece-nos, para esses anos, um depoimento assaz significativo quanto ao Alto Douro e a Trás-os-Montes em geral, exemplificando a miséria e a fome que afectava muitas famílias de lavradores e trabalhadores rurais.⁸²



Fachada principal do Hospital da Divina Providência (1823-1915)

O aumento do número de doentes pobres e vagabundos em Vila Real, abandonados “pelas ruas e outros locais públicos”, como as arcadas do Tabolado – assim se regista nos livros de entradas e saídas dos doentes, nos primeiros meses do Hospital da Divina Providência –, acompanhado das preocupações do poder local quanto a tal situação, foi determinante para a instituição do Hospital da Misericórdia de Vila Real.

Segundo Adelino Samardã, o número de enfermos recolhidos debaixo dos arcos do Tabolado, em 1796, terá aumentado significativamente, sendo assistidos por um médico, Francisco Inácio Pereira Rubião (entrando em desacordo com Pinho Leal, que coloca Rubião a formar-se em medicina apenas em 1814), que os socorria com alguns medicamentos – os cuidados médicos em Vila Real, eram garantidos pelos facultativos do partido, dois ou três, pagos pela Câmara, e pelos sangradores, registados no município.

Por outro lado, na última parte do século XVIII, verifica-se uma preocupação acrescida da sociedade e do Estado face à saúde pública e à higiene, na tentativa de combater os surtos epidémicos que ciclicamente ocorriam em Portugal, mas também, de controlar e atenuar o pauperismo, assim como a mendicidade e a vagabundagem.

A assistência hospitalar reveste agora uma feição mais operativa, mobilizando os poderes públicos e sensibilizando as misericórdias para tal desiderato. Acresce ainda que, por força da legislação pombalina restritiva quanto às obrigações pias, reflexo da laicização que se foi difundindo na sociedade portuguesa, os legados às misericórdias passaram a contemplar, sobretudo, os doentes, os pobres, os idosos, os expostos e os jovens abandonados, novas formas de assistência que privilegiavam mais os corpos que as almas.

Assim se explica que, na segunda metade do século XVIII, numerosas misericórdias alargassem ou beneficiassem as suas instalações hospitalares ou criassem novos hospitais, mesmo na região trasmontana, como aconteceu em 1780, com a Misericórdia de Mesão Frio.⁸³

A Misericórdia de Vila Real não podia, assim, alhear-se da conjuntura que então se vivia, favorável à criação de um hospital, compreendendo os seus responsáveis que a Instituição só teria a adesão popular quando passasse a garantir assistência hospitalar às populações. E assim, no contexto da reestruturação efectuada em finais de Setecentos – redução dos encargos motivados pelos legados e obrigações pias, levantamento

do tombo dos seus bens, actualização do seu Compromisso, limitação das despesas, etc. – a Misericórdia de Vila Real criou o Hospital da Divina Providência, designação escolhida pela administração da Casa em 1795-1796, a qual, segundo a *Crónica do Hospital*, escrita por 1828, nada mais tinha senão “os bons desejos e confiança na divina Providência”.

Finalmente, a Misericórdia, após “renhido pleito”, obteve o pagamento de uma dívida do bispo de Bragança, António Luís Veiga Cabral, graças à determinação do provedor Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa (1794-1796), o qual contribuiu para reforçar a intenção da sua Mesa em erigir um hospital, “pois se viam falecer os pobres miseráveis debaixo dos arcos e ruas desta vila” – assim informa a referida *Crónica*.

Em síntese, a Misericórdia de Vila Real, em finais de Setecentos, debateu-se com o problema da sua extinção ou de uma continuidade que não podia assentar nos pilares vindos do passado.

Com efeito, as funções até então desempenhadas, que lhe garantiam o prestígio e sustentabilidade necessários para viver na centúria de Quinhentos, foram progressivamente absorvidas por outras irmandades e ordens estabelecidas em Vila Real.

Vimos já que a saída, em 1639, da irmandade de São Pedro – congregação dos sacerdotes por excelência – para a igreja de São Paulo, constituiu um duro golpe para a Misericórdia de Vila Real, quanto aos bens de almas.

Por 1670, foi instituída na capela de Nossa Senhora da Conceição, do Convento de São Francisco, a Ordem Terceira da Penitência, a qual registava, em 1721, mais de 1 500 pessoas de ambos os sexos, incluindo nos seus irmãos “toda a nobreza da vila e vizinhanças”⁸⁴, e que era responsável pela procissão da Penitência, em Quarta-feira de Cinzas.

Por fim, entre 1774-1780, os devotos da imagem de Nossa Senhora do Carmo, instalada numa das capelas da Igreja da Misericórdia de Vila Real, deram origem à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, que ficou constituída na igreja de São Pedro.

Face a esta realidade, limitada no número de irmãos, exaurida financeiramente, carente de património e de doações, a Misericórdia de Vila Real não podia continuar a restringir a sua missão à celebração de missas perpétuas, ao culto e cerimónias do calendário litúrgico e ao serviço de enterros, funções que estavam a ser desempenhadas mais eficazmente pelas irmandades referidas e por outras existentes nas igrejas paroquiais de São Dinis e São Pedro. Tinha de encontrar um campo de assistência inovador, que não sofresse a concorrência das restantes irmandades, adequado aos novos tempos e de impacto social, que permitisse a adesão e a reconciliação afectiva da Misericórdia com a população de Vila Real. Foi esse o mérito daqueles que, na última década do século XVIII, eram responsáveis pelos destinos da Misericórdia – com particular relevo para Francisco da Silveira Pinto da Fonseca – ousando fundar, de raiz, um hospital que, rapidamente, se viu acarinhado pelos habitantes do velho burgo trasmontano.

Documento n.º 21 - Origens do Hospital da Divina Providência

De entre os benefícios que esta capital de província deve à Santa Casa da Misericórdia nenhum mais soberanamente avulta e se impõe à gratidão dos seus habitantes do que a instituição do Hospital da Divina Providência.

Aquele estabelecimento, pela grandeza das suas instalações, pela vastidão de serviços que presta à indigência, pelos benefícios que veio trazer à economia da região com os seus capitais a juro módico, e por concentrar nesta vila um movimento clínico importantíssimo, constituiu um melhoramento de verdadeira e imediata utilidade, cujo alcance se impõe à consideração dos espíritos menos habituados a ponderarem os factores que contribuem para a riqueza e desenvolvimento de uma localidade.

Desde tempos recuados existia nesta vila uma instituição a que se dava o nome de hospital. Em verdade, porém, semelhante estabelecimento não era mais do que uma simples albergaria, cuja administração se achava confiada a uma família, e cuja insuficiente dotação não podia satisfazer aos intuitos nobres, altruístas e filantrópicos a que o Hospital da Providência veio atender.

Pretendeu a Misericórdia transformar aquela instituição num verdadeiro estabelecimento de caridade, em que os indigentes enfermos encontrassem o gasalhado e tratamento que as suas enfermidades requeriam. Tentou para isso uma acção judicial, cujos resultados ignoramos porque não encontrámos todas as peças do processo a ela referentes. Os factos dizem-nos, todavia, que nulos foram os resultados dessa tentativa, porque o chamado Hospital do Bom Jesus continuou a sua função de simples albergaria, em cujas desconfortáveis tarimbas os peregrinos e viandantes achavam transitória guarida, que nunca podia ir além de três dias.

Fora a Misericórdia obrigada a estabelecer na localidade um hospital militar por motivo de uma das guerras que a louca e temerária ambição da Espanha nos movera. Comprou-se para isso uma casa, ou lha forneceu o Estado com aquele fim, visto que no arquivo da Irmandade se não encontra o título demonstrativo da compra.

Acabada a campanha, o improvisado hospital fechou as suas portas, não se encerrando todavia dentro dos corações a vontade de aliviar os sofrimentos dos indigentes enfermos. Os minguados recursos da confraria não bastavam, porém, à manutenção de uma piedosa casa visando a tão elevados e caridosos intuitos. Procurara-se restabelecer o fundo da Misericórdia, reformando o tombo dos seus foros, reabrindo ao culto o seu templo abandonado, e reduzindo os encargos provenientes dos seus legados. Essa obra prosperara como o fruto generoso de um impulso nobilíssimo.

Os lisonjeiros resultados que se haviam alcançado incitavam as almas a novos esforços em prol dos desventurados indigentes, a quem as doenças consumiam a existência, e que, recolhidos debaixo dos Arcos do Tabolado, entregues à piedade dos moradores desta vila, para ali pereciam desamparados de socorros médicos, quase abandonados nas torturas dos seus incomportáveis sofrimentos.

Muitos lá pereceram, sem que hoje possamos fixar o seu número por causa da forma irregular e deficiente com que eram feitos os registos obituários. No livro dos enterramentos efectuados na Igreja da Misericórdia encontrámos ainda assim um termo que nos vem revelar essa deplorável miséria.

Parece que na Quaresma de 1796 o número de enfermos ali albergados se avultou mais, incitando os corações ao exercício da caridade. Comovia as almas esse quadro desolador da miséria a que muitos habitantes procuravam acudir, ministrando alimentação aos desgraçados, panos e fios para as suas chagas, e palavras de conforto para os seus padecimentos.

Assistia aos desgraçados um médico. O doutor Francisco Inácio Pereira Rubião, espírito cultivadíssimo, alma generosa e aberta a todos os impulsos do bem, visitava os desgraçados, socorria-os com medicamentos. Inutilizavam, porém, os seus cuidados e a sua ciência a desconfortável instalação dos doentes, o desabrigo do local em que se achavam, e a falta da assistência continuada, a que, numa hospitalização regular e bem pautada, os enfermos devem os efeitos mais salutares.

Não podiam as acções de um espírito tão superior passar despercebidas à maioria dos habitantes classificados da povoação. Por isso, em conversas particulares exaltavam e enalteciam o procedimento do doutor Rubião, pediam-lhe informações dos doentes, ofereciam-lhe os seus serviços. Lamentava-se ele de que as circunstâncias não permitissem recolherem-se os desgraçados numa casa em que um melhor abrigo, cama razoável e uma alimentação pautada e regular ajudassem os recursos da ciência a restituir aos desgraçados enfermos a saúde de que eles necessitavam. Fácil tarefa lhe parecia sustentar um hospital numa localidade em que os sentimentos de caridade se manifestavam tão uberrimamente, como se estava vendo nos socorros até aí ministrados aos infelizes albergados nos Arcos.

A ideia da fundação de um hospital, em que ao menos se recolhessem aqueles infelizes, começava de ser ventilada em todas as conversações. E nas reuniões da Mesa da Misericórdia foi ela tratada e defendida com tanto calor, que logo um dos mesários nobres, Manuel Correia Teixeira do Amaral, ofereceu uma cama completa de roupa para um doente, e 2 400 réis em dinheiro para as primeiras despesas da instalação e sustento desse enfermo. Este exemplo estimulou outros espíritos. Resolveu-se alugar, na rua atrás da Misericórdia, uma casa em que, pelo menos, os desgraçados se recolhessem e fossem convenientemente assistidos.

A Mesa da Irmandade era assim constituída:

Provedor – Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa

Escrivão – doutor Manuel da Silva Dias

Mesários

Nobres

Noutel Correia de Mesquita Pimentel

Manuel Correia Teixeira do Amaral

José Botelho de Lemos

João Ferreira Real

Manuel de Amorim Pimentel de Morais

Oficiais

Joaquim Pereira da Costa

António Correia Quelha

Inácio Guedes

José Pinto da Veiga

Francisco Manuel de Sousa

O provedor, Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa, era escrivão da Câmara, lugar em que sucedera a seu pai, Luís da Silva Barbosa.

A 13 de Março de 1796 se abriu o Hospital com a admissão de um enfermo, instalando-se nos altos da casa pertencente à viúva de João Guedes, serralheiro.

A ideia, aplaudida com fervorosa simpatia, foi logo patrocinada por grande número de espíritos ilustrados.

Os recursos da Misericórdia eram insuficientes para a sustentação de um tão alto e caridoso instituto. Não faltava, porém, a boa vontade aos fundadores da benemérita instituição. Aos domingos saíam dois irmãos, um nobre e outro oficial, a pedir pelas habitações esmoladas para o Hospital. Organizaram-se espectáculos, cujo produto revertia a favor da nascente obra de misericórdia. Todos davam, todos pretendiam concorrer para a generosa iniciativa, uns com dinheiro, outros com o seu esforço.

D. Maria Jacinta Correia Teixeira do Amaral dá 90 000 réis de esmola para o mesmo fim. Alguns meses depois, em 3 de Agosto de 1796, já a piedosa instituição dispunha de 500 000 réis com que se comprou a José Manuel Pinto e mulher, em Lamego, uma casa que possuía na rua da Praça Velha, sítio do actual estabelecimento. Realizou essa compra Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, nessa época ainda simples tenente de Cavalaria 6 (chamado dos ligeiros de Chaves).

Da casa alugada atrás da Misericórdia foram os doentes transferidos, a 16 de Outubro de 1796, para a casa privativa do Hospital da Providência, nome com o qual pretenderam consagrar a piedosa instituição, para demonstrar a vivíssima crença dos seus fundadores no êxito de uma obra que, havendo começado sem recursos alguns, prosperava tão evidentemente.

Foi uma festa tocante a que sob tão nobre pretexto se organizou.

Dela existe um auto, que passamos a transcrever:

Aos dezasseis dias do mês de Outubro de mil setecentos e noventa e seis, congregada toda a Irmandade com assistência da Irmandade de S. Pedro, convidada por carta desta Mesa, se conduziu toda à casa de Joana Clara, viúva, da rua de Trás da Misericórdia, aonde foi o primeiro fundamento do Hospital da Providência, erecto na Quaresma do mesmo ano, e daí se conduziram os enfermos para as casas sitas na Praça Velha, compradas para assento do mesmo Hospital, sendo conduzidos os enfermos pelos nossos irmãos da Mesa, principiando pelo provedor juntamente com os clérigos que a Irmandade de S. Pedro elegera, e cobrindo as duas alas com o Santo Cristo da Irmandade da Misericórdia o reverendo João Ferreira Real, actual mordomo da Irmandade de S. Pedro. E das ditas casas, que se achavam decentemente ornadas, depois de recolhidos os enfermos em camas limpas e capazes, se tomaram a recolher à nossa Igreja as duas irmandades, onde orou o reverendo frei Joaquim Botelho, religioso da Graça, sobre a fundação, trasladação e conservação do Hospital, energicamente mostrando a sua utilidade. E logo depois, presidindo o mesmo reverendo mordomo, pela dita Irmandade de S. Pedro foi cantado Te Deum, estando em ala com a nossa Irmandade e suas Mesas. Em memória deste acontecimento mandou a Mesa lavar este termo e que se passe aos livros que servem no Hospital pelo secretário dela. E eu Manuel da Silva Dias, secretário que este fiz e assinei com mandado da Mesa.

Manuel da Silva Dias.

Entre os irmãos da Santa Casa, cujo zelo, actividade, e bons desejos de impulsionar a nascente boa obra mais se evidenciam, cumpre-nos fazer notar o provedor, Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa, Joaquim José Teixeira Vilaça Bacelar, doutor Manuel da Silva Dias, e Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, ao depois primeiro conde de Amarante e governador das armas da província.

A este último se deve a construção do novo edifício. Ele foi o desvelado protector do nosso Hospital, o que, por assim dizer, assegurou a sua existência.

(Fonte: Adelino Samardã, "Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência de Vila Real. Breve notícia da sua fundação", in *Relatório da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência de Vila Real – 1902-1903*. Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, 1904)



Acta da Mesa que altera o regulamento do Hospital da Divina Providência (1797)

O Hospital da Divina Providência começou a funcionar, como já dissemos, em 13 de Março de 1796, na rua de Trás da Misericórdia, na morada da viúva de João Guedes, serralheiro, recentemente falecido – as casas pertenciam à Coroa, sob o título de represália, uma vez que tinha sido executada a um particular de Galafura, pagando 4 800 réis de foro⁸⁵ –, com um enfermo, assistência logo alargada a seis doentes, graças aos donativos do irmão Manuel Correia Teixeira do Amaral e de outros benfeitores.

Em 16 de Outubro do mesmo ano, o Hospital foi transferido para umas casas adquiridas pela Misericórdia, por 500 000 réis, na mesma rua, verba esta proveniente do “produto de várias comédias” representadas por “alguns curiosos” – segundo Pinho Leal, eclesiásticos e figuras ilustres da vila –, e de um donativo de Maria Jacinta Correia Teixeira do Amaral, no valor de 96 000 réis. Esta era, aliás, a proprietária da morada em que o Hospital foi então instalado, a qual dispunha também de um oratório e de uma sala onde a Mesa da Misericórdia reunia sempre que necessário. O empenhamento da Misericórdia de Vila Real na manutenção do seu Hospital revelou-se, a partir de então, muito forte, de tal modo que a Mesa, em reunião de 20 de Maio de 1797, deliberou apresentar um série de propostas a todos os irmãos, no sentido de resolver a “falta de caridade e amor a Deus” de alguns irmãos em relação ao Hospital, situação que já tinha acontecido na Mesa anterior, em especial no que dizia respeito à colecta de esmolas aos domingos. A recolha de esmolas era sorteada pelos irmãos, os quais as depositavam na Casa, ao cuidado do depositário. O problema foi levantado pela recusa de alguns irmãos procederem à recolha de esmolas aos domingos, que não constituía “nenhuma nova obrigação mas sim uma nova aplicação, porque sempre se tirou para os presos”.

Para obviar a esta situação, e considerando que os hospitais eram “um dos principais objectos das misericórdias deste Reino, recomendado nos compromissos”, a Mesa propôs que se votasse uma nova proposta de regulamento das obrigações de recolha de esmolas, para serem adicionadas ao Compromisso “quando aprovado”, servindo também como base ao requerimento que dirigiriam ao monarca para “tomar debaixo de sua régia protecção o dito Hospital”.

As propostas, agrupadas em 16 artigos, resumiam-se basicamente aos pontos que se seguem:

- a conservação do Hospital só era possível desde que todos os irmãos tomassem por obrigação o “tirar a esmola dos domingos pelo seu giro e bem assim servirem de mordomos do hospital”
- os irmãos que recolhiam as esmolas tinham de entregá-las ao irmão secretário, com o recibo do depositário, para este poder tomar conta das mesmas;

- os irmãos que não cumprissem por duas vezes com tal obrigação ou não pagassem a verba correspondente à mesma, estabelecida pela Mesa, seriam riscados da Irmandade;
- da obrigação de tirar as esmolas dos domingos, por dois irmãos, um nobre e outro oficial, “por giro e pauta feita em Mesa pela antiguidade dos irmãos”, não era isento irmão algum, nem mesmo os membros da Mesa, incluindo o secretário e o provedor, além da obrigação que toda a Mesa teria para, em conjunto, “em todos os domingos de Páscoa de cada ano, tirar esmola para o Hospital, na forma que sempre se praticou quando se tirava para os presos”;
- os irmãos moradores no termo da comarca de Vila Real deveriam todos os anos, até ao domingo de Páscoa, apresentar ao secretário um recibo do depositário de lhe haverem entregue a esmola que cada um deles tivesse “tirado no lugar ou igreja de sua habitação e domicílio, debaixo das mesmas penas”;
- do giro e pauta estabelecidos deveriam excluir-se somente os irmãos que se achassem ausentes, os que notoriamente estivessem enfermos e entrevados, e os que passassem de 70 anos de idade ou alegassem “alguma razão justa para no mês seguinte não entrarem na dita pauta”;
- tais penas deveriam ser aplicadas aos irmãos que servissem de mordomos do Hospital, sob pena de, “não alegando em Mesa legítima escusa”, serem riscados imediatamente, dispensando-se, porém, “os irmãos oficiais no ano que servirem de mordomos, de darem anjos, passos ou outras figuras para as procissões”;
- conservar-se o “depósito do Hospital separado do da Misericórdia até que esta notoriamente mostre ter rendas por onde satisfaça a todas as suas despesas, para que a todo o tempo se mostre que as esmolas do Hospital não têm outra aplicação que o mesmo Hospital”;
- eleger-se depositários do Hospital e da Misericórdia no dia da Visitação, “remetendo-se cada um deles à Mesa, com voto nela, sobre os negócios respectivos a cada uma das Casas, isto até também se mostrar ter a Misericórdia rendimentos para todas as suas despesas, por que então se elegerá um só depositário”;
- em nenhuma circunstância o provedor, tesoureiro, irmão do mês ou qualquer outro membro da Mesa poderiam “perdoar qualquer esmola de tumba ou de outro rendimento da Casa”;
- estas determinações deviam cumprir-se como lei e compromisso, sendo lidas a todos os novos irmãos antes de assinarem o termo de juramento, declarando-se isso mesmo em cada termo, e que todos os casos não providenciados se regessem pelo compromisso da Misericórdia da cidade de Lisboa, “julgando-se expressamente aprovados por esta Irmandade, não obstante a aprovação tácita que já tinham, bem assim todos os mais artigos que as Mesas formarem para serem confirmados por sua majestade, para que maior validade tenham”.

Na tarde do mesmo dia, a Mesa e Irmandade reuniram na Igreja para votar e discutir os artigos. Na presença de 75 irmãos, os artigos, lidos um a um, foram aprovados e lançados em pauta afixada na Igreja da Misericórdia.⁸⁶

À medida que os anos foram passando, a Misericórdia, face ao número crescente dos doentes e às novas exigências da ciência médica, entendeu necessária a construção de raiz de um novo espaço hospitalar.

Por 1816-1817, anos de uma certa renovação urbanística de Vila Real – demolição dos arcos da Rua da Praça, arranque da construção do palácio do conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, que era então provedor da Misericórdia –, a administração da Santa Casa, sob a direcção de Pinto da Fonseca, tendo em consideração a necessidade de se encontrarem novas instalações para o Hospital “debaixo dos preceitos médicos”, e o facto de o Hospital Militar existente em Vila Real desde as invasões francesas ter sido desactivado, decidiu iniciar a construção de raiz de um novo hospital, no largo da Câmara ou Praça Velha.

A construção de um novo e maior estabelecimento, não só garantia uma assistência hospitalar adequada à dimensão da vila e do seu município, como constituía uma acção de inegável prestígio para os seus promotores.

A 25 de Agosto de 1816, a Mesa da Santa Casa tomou a decisão do local escolhido, tendo em consideração a memória escrita pelo doutor Francisco Inácio Pereira Rubião, o qual foi encarregado de encontrar os meios de obter as casas de dona Antónia da Silva, contíguas ao Hospital da Providência.⁸⁷

Cinco meses depois, em Janeiro de 1817, a Mesa confirmou a localização escolhida para o novo Hospital e tomou as disposições necessárias ao início das obras, decidindo “unanimente, que fosse feito em o largo da Casa da Câmara desta vila e sítio do Cano Velho, à escolha dos mestres-de-obras, e que imediatamente se principie, e continuar enquanto houver dinheiro de esmolas, decisão que foi aprovada pelos magistrados desta vila que assistiram à conferência, fazendo-se os arranjos necessários com João Botelho Pimentel, relativos às casas que o dito possui em o mesmo sítio”⁸⁸.

Os documentos que chegaram até nós parecem demonstrar que a Santa Casa não se limitou a uma lógica de monumentalidade ou de afirmação. Houve cuidado na selecção do local, atendendo-se certamente a vários indicadores como a disponibilidade de água, a proximidade à população mais carenciada, que vivia na freguesia de São Dinis, e ao espaço público estruturante de Vila Real, onde se localizavam as instalações da Câmara.⁸⁹ Quando hoje olhamos para este edifício e analisamos a sua implantação, ressaltam alguns traços dos conceitos da arquitectura hospitalar e higienista praticadas em Portugal nos inícios do século XIX, nomeadamente a orientação solar do edifício. Segundo o famoso médico português setecentista, Ribeiro Sanches, a implantação mais saudável para um hospital era em sítios elevados e em direcção a sul. Ora, a *Introdução servindo de Chronica do Hospital da Divina Providência de Vila Real* menciona que o novo edifício do Hospital fora “construído debaixo dos preceitos médicos”. Estes preceitos médicos incluíam boa ventilação, imprescindível para a renovação do ar em espaços de grande ocupação e onde se poderiam desenvolver “ares corruptos”, como era o caso dos hospitais. Compreende-se, assim, porque é que se foi promovendo a demolição de prédios em redor do Hospital, para “ficar perfeito de todos os quatro lados, arejado e com utilidade dos doentes, e com serventias amplas e cómodas”.⁹⁰ Graças ao empenhamento das sucessivas Mesas, aos peditórios efectuados por toda a província de Trás-os-Montes, aos benefícios e apoios obtidos pelos seus benfeitores, o novo Hospital da Divina Providência começou a funcionar em 19 de Outubro de 1823, tendo sido benzida a sua capela em 16 de Setembro do mesmo ano. Finalmente, em 14 de Agosto de 1824, foi benzido o seu cemitério privativo. Muito provavelmente, as obras do novo Hospital continuaram. Mas em 1823, já se encontrava em condições de receber os pacientes internados nas instalações que até então funcionavam na rua de Trás da Misericórdia. Parece-nos, contudo, que a Misericórdia não desactivou as anteriores instalações do Hospital, uma vez que, ainda por 1863-1864, se colhem referências, nas fontes históricas, ao “Hospital Novo” e ao “Hospital Velho”. Torna-se evidente que as suas instalações foram sendo progressivamente melhoradas e alargadas, dando lugar, na segunda metade do século XIX, a novos espaços, nomeadamente, uma enfermaria “decente” para os irmãos da Misericórdia, enfermarias distintas para homens e mulheres, casas de banho próprias de cada enfermaria, e quartos particulares destinados a pensionistas ou a doentes com recursos financeiros. Também o pessoal do Hospital foi crescendo, como podemos ver quando comparamos o seu quadro entre 1844 e 1948 (Quadro n.º 30). E por outro lado, desapareceu o cargo de mordomo-mor, passando o director clínico a tratar directamente com a Mesa da Santa Casa, o que demonstra o princípio, assumido no regulamento do Hospital de 1844, de que o médico com tais funções é que era o responsável pelos doentes do Hospital.

Quadro n.º 30 - Quadro do Pessoal do Hospital da Divina Providência (séculos XIX-XX)

Pessoal	1844	1860	1901	1948
Mordomo-mor	1	-	-	-
Médicos	1	2	2	3
Cirurgiões	1	2	2	2
Ajudantes	1	1	1	-
Boticários	1	1	1	1
Enfermeiros	2	2	8	9
Criados	2	5	14	28
Bombeiros	-	1	-	-
Capelães	1	1	1	1
Coadjuutores	-	1	-	-
Sacristães	-	1	1	1
Almoxarifes	1	1	-	-
Secretários (escrivães)	1	1	1	1
Empregados administrativos	1	1	1	3
Total	13	20	32	49

(Fonte: Manuel Couto, *O Hospital da Divina Providência de Vila Real*; e *Relatórios sobre o estado da administração, ... nos distritos administrativos do Continente e Ilhas Adjacentes em 1859*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1861; *Relatório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, 1901; MACHADO, J. T. Montalvão, *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1950)

Nestas instalações se manteve o Hospital da Divina Providência até 1915, ano em que, sob ameaça de expropriação pública por parte da Câmara Municipal, sendo provedor da Misericórdia e presidente da Câmara, Augusto Rua, o Hospital foi transferido para o prédio do antigo Colégio de Nossa Senhora do Rosário, passando o seu anterior edifício a acolher a Câmara Municipal de Vila Real.

As novas instalações foram logicamente adaptadas ao funcionamento do Hospital e, ao longo do século XX, foram ampliadas, à medida que as suas valências se iam alargando. A lotação do Hospital foi progressivamente aumentando, até ter uma capacidade, em meados do século XX, para 150 camas, passando a dispor, ainda, de um pavilhão para maternidade, com 50 camas.

Em 1935-1936, construiu-se uma nova sala de operações e “uma edificação independente para sentinas”, que orçaram em 43 contos de réis. E nos anos seguintes, a mansarda do seu edifício foi transformada num segundo andar, obras que orçaram em mais de 250 contos de réis, em ordem a responder às novas exigências de Hospital Principal no plano geral de assistência do distrito estabelecido pelo governador civil, Assis Gonçalves. Por outro lado, foi também construído um pavilhão para maternidade e enfermaria infantil, ligada ao Hospital, “obra benemerente do vogal da Misericórdia, senhor comendador Lameirão, que quis tomar generosamente à sua conta esta última” (Assis Gonçalves).

Documento n.º 22 - O Hospital da Divina Providência em 1943

O Hospital da Divina Providência está instalado num esplêndido edifício, dotado internamente de todos os requisitos modernos, tendo actualmente dezasseis amplas e higiénicas enfermarias, sendo seis para homens, seis para mulheres, três para crianças e uma para militares.

Além dessas enfermarias possui também quartos particulares de 1.ª e 2.ª classe para doentes pensionistas.

A sua lotação é de cerca de 200 pessoas. Tem serviços de consultas externas e de socorros urgentes, radiológicos e analíticos. Possui uma bem montada secção de electricidade médica – diatermia, raios ultravioletas e raios infravermelhos.

Outra secção de balneoterapia, com banhos de imersão, duches e circulares. Sala de operações cirúrgicas, equipada com material moderníssimo. O seu corpo clínico é composto de seis médicos efectivos, dois de cirurgia, três de medicina e um radiologista, a saber: os senhores doutores Júlio António Teixeira e Henrique Botelho, cirurgiões; António Feliciano, Filinto Monteiro e António Correia de Barros, médicos; Albano Barria Maio, radiologista; todos eles profissionais distintíssimos e competentes. O seu corpo de enfermagem é constituído por sete irmãs religiosas, Hospitaleiras Franciscanas, e por dois enfermeiros diplomados.

Os serviços de secretaria estão a cargo de quatro zelosos funcionários.

Possui uma farmácia, que funciona debaixo da responsabilidade de um farmacêutico diplomado que também orienta os serviços de esterilização de material cirúrgico e pensos. Também possui uma capela privativa dirigida por um capelão.

É presentemente seu director clínico, o distinto médico e competente cirurgião sr. Júlio António Teixeira.

A Direcção da Misericórdia e Hospital da Divina Providência é constituída pelos seguintes senhores: provedor – João Inácio Tocaio; secretário – Manuel Antunes Lemos; mordomo-mor – Francisco Lameirão, pessoas bastante reputadas no meio vila-realense e perfeitos homens de bem que procuram ajudar com acerto a levar a cabo a já tão grandiosa obra de assistência do sr. governador civil do distrito de Vila Real.

(Fonte: Bandeira de Toro – *Província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Distrito de Vila Real. Primeiro Tomo. O concelho de Vila Real. Lisboa, edição do autor 1943*)

Em 1948, Montalvão Machado escreveu que o Hospital da Divina Providência era um dos hospitais de maior movimento do País, excluindo os de Lisboa, Porto e Coimbra. Nunca tinha menos de 100 doentes internados e chegou a possuir 150, “porque satisfaz, não somente as necessidades hospitalares do concelho de Vila Real, mas também as dos concelhos de Sabrosa e Penaguião, que não têm hospitais, e as de outros concelhos do distrito”.

Compreendia duas salas de espera; banco para consultas e tratamentos; quinze enfermarias, sendo cinco de medicina, três de cirurgia, uma de obstetrícia, duas de dermato-sifilografia, duas de pediatria e duas de epidemiologia; doze quartos particulares e uma copa para os mesmos; sala de operações, sala de esterilizações e sala de arsenal cirúrgico; sala para operações obstétricas; gabinete do provedor; salão nobre; salas de secretaria; sala de pensos; cozinha e suas dependências; rouparia; farmácia; dependências para o pessoal; igreja; e casa mortuária. Nesta, faziam-se autópsias, “não somente as anatomopatológicas, mas também as médico-legais”.

Algumas lacunas, contudo – segundo ele – deviam ser assinaladas. O laboratório era muito rudimentar, sendo necessário ampliá-lo e melhorá-lo. Existiam, anexos ao Hospital, dois dispensários da Junta da Província, um de sifilografia e outro de estomatologia. Mas faltavam outros serviços, como os de oftalmologia, otorrinolaringologia e neuropsiquiatria, “sendo necessário montar esses serviços, com médicos especialistas, que faltam no laboratório”.

O Hospital da Divina Providência permaneceu neste edifício até 1991, embora, a partir de 1975, já não dependente da Misericórdia, uma vez que tinha sido nacionalizado neste último ano, passando a assumir a designação de Hospital Distrital de Vila Real.

5.2. Promotores e benfeitores

Um dos capítulos mais notáveis da história das Misericórdias é o que trata de todos os que contribuíram para que estas instituições mantivessem, ao longo dos séculos, os ideais e os fins para que foram criadas. A presença de benfeitores, testemunhada através de dádivas em vida ou deixadas em testamento, são uma constante em todas as Misericórdias do mundo português. Como as suas congéneres, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, para a edificação do segundo Hospital da Divina Providência, vai obter verbas através de diversas formas e congregar um conjunto de benfeitores que permitirão a edificação do novo Hospital.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, como principal promotora da construção do Hospital, ao longo do século XIX, tomou as iniciativas necessárias para a concretização de um projecto que diríamos audacioso para a dimensão da Instituição. Para isso, contou com o empenho dos irmãos, resultado dos artigos aprovados na Mesa de 20 de Maio de 1797 relativos à obrigatoriedade de os irmãos pedirem esmola para o Hospital,



Fundadores e principal benfeitora do Hospital da Misericórdia



Quadro com a relação dos fundadores e benfeitores do Hospital da Divina Providência

e que é referido por Pinho Leal⁹¹: aos domingos, “iam dois irmãos de porta em porta, pela vila e pelas aldeias do termo, pedir esmola para o improvisado Hospital; no primeiro dia do ano e no Dia de Reis, vários irmãos e devotos iam com música e grande acompanhamento percorrer a vila, cantando e pedindo esmola para o mesmo fim, e vários eclesiásticos e cavalheiros da primeira nobreza da vila, levados pela caridade e por tão santo entusiasmo, fizeram também representações dramáticas em pró da nascente instituição”.

Esta prática pode ser atestada através da decisão tomada pela Mesa de 28 de Julho de 1818⁹², pela qual decidiram que da futura colheita do vinho se pedisse uma esmola para a construção do Hospital, sendo escolhidos os irmãos e as localidades e áreas onde deveriam recolher os donativos.

Quadro n.º 31 - Irmãos e locais do peditório para a obra do novo Hospital da Divina Providência (1818)

Irmãos	Locais
João Pinto de Mesquita	Lobrigos
Alexandre Botelho de Sampaio	Cumieira
Dr. José Ferreira de Sousa	Parada de Cunhos
João Ferreira Real	Alvações do Corgo
Bento José da Fraga e seus filhos	Vila Seca de Poiares (excepto Canelas) e Abaças
Francisco Correia do Amaral	Canelas e Covelinhas
José Baltazar Alves	Povoação
José António de Carvalho	Folhadela
José Maria de Abreu Castelo Branco e Gonçalo Peixoto Magalhães Portugal	Guiães e Galafura
Manuel José Ribeiro Guimarães	Nogueira
Francisco Pires de Carvalho	Vilarinho dos Freires
Lopo de Melo Vaz de Sampaio	Gouvinhas
José Paulo de Figueiredo e João Vitorino de Azevedo Faria	Covas do Douro
José Ferreira de Carvalho	Gouvães
Diogo de Aguiar	Provesende
Francisco António Correia de Azevedo	Celeirós
João António Teixeira Nunes	São Fins
João Baptista de Araújo	Vilar de Maçada
Joaquim Inácio Botelho	Sever
João da Silva Monteiro	Vilarinho de Cotas
Sebastião Maria da Nóbrega	Além Pinhão
Francisco Ferreira de Carvalho	Penelas
José Gomes Correia	Borbela

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/B/A/002/Livro 017)

Entre as diversas iniciativas tomadas para a construção do Hospital, deve salientar-se o empenho dos benfeitores que, desde os primeiros tempos da sua fundação, vão dar o apoio essencial para a sua concretização, com realce para alguns, que foram os grandes fundadores do Hospital da Divina Providência, nesta segunda fase da sua existência.



Retrato da benfeitora Ana Eufrásia da Rocha

Quadro n.º 32 - Títulos pertencentes ao Hospital da Divina Providência e Capela de São Jerónimo (1797-1825)

N.º 1: Manuel Ferreira de Magalhães e sua mulher, de Alvações do Corgo, fizeram um escrito de cessão de uns bens de raiz em Bisalhães, ao Hospital, que foram vendidos por 100 000 réis
N.º 2: José Dias de Oliveira fez um escrito de cessão de um lameiro, situado em Bustelo, e de uma dívida de 14 400 réis, ao Hospital. O lameiro foi vendido a Joana Maria, do lugar de Bustelo, por 84 000 réis
N.º 3: Luís António, chamado o Ferramenta, solteiro, de Vila Real, em testamento (22 de Maio de 1797) instituiu o Hospital por seu único herdeiro, com a condição de se dar a quarta parte da herança a Bernardo José e sua mulher Maria Engrácia, naturais da Calçada de Portelo, termo de Lamego e residentes em Vila Real, e a outra quarta parte para missas, a arbítrio dos administradores do Hospital. Remeteu-se procuração ao irmão José Monteiro de Carvalho e Oliveira, residente em Lisboa, para promover a cobrança desta herança, o qual, porém, nunca deu resposta sobre este negócio
N.º 4: João de Carvalho, solteiro, natural de Basto e residente em Vila Real, deixou em testamento (10 de Agosto de 1797) o Hospital por seu herdeiro universal. Entre os seus bens, foi vendido um olival, à Porta Franca, ao padre Duarte Pereira de Miranda, de Vila Real
N.º 5: Maria Pereira, viúva de André Luís Borges, deixou em testamento (12 de Setembro de 1797) o Hospital por herdeiro universal
N.º 6: Antónia Josefa de Carvalho, solteira, residente em Vila Real. Escritura de 12 de Setembro de 1797
N.º 7: Mariana Teixeira, solteira, filha de José Teixeira Cancelo, da Ribeiradouro, doou (17 de Abril de 1798) ao Hospital uma casa com suas pertenças, sitas naquelha da Raposeira, além da ponte de Santa Margarida. Foram vendidas por 40 000 réis
N.º 8: José Botelho de Lemos deixou por herdeiro (2 de Junho de 1799) o Hospital, com obrigação de uma missa todos os sábados, no altar de Nossa Senhora do Carmo, da Igreja da Misericórdia
N.º 9: Joana Teixeira, de Pegarinhos, viúva de António Nunes (3 de Fevereiro de 1800)
N.º 10: Ana Teresa Botelho, mulher de António José Leite dos Reis, deixou em testamento (10 de Setembro de 1801) 500 000 réis
N.º 11: Sebastião Martins, da vila de Alfarela de Jales
N.º 12: Contrato (1 de Julho de 1804) que fez o padre Bernardo Pereira do Couto, de Vila Real, que aplicou ao Hospital a quantia de 4 139 149 réis, em crédito de vários devedores que ficaram devendo à herança de seu irmão João Ribeiro Fraga
N.º 13: Ana Eufrásia da Rocha e sua irmã Francisca Teresa Madalena da Rocha deixaram em testamento (15 de Fevereiro de 1807) um legado de 20 000 000 réis para com eles serem tratados os doentes que forem irmãos da Ordem Terceira de S. Francisco e outros quaisquer doentes pobres
N.º 14: João Borges de Sousa, como testamenteiro de José de Sousa de Queirós, do lugar de Celeirós, e residente em Barcelos (4 de Julho de 1810)
N.º 15: Luísa Pinto, mulher de Manuel Alves Dinis Patorro, de Vila Real, legou em testamento (8 de Maio de 1814) 28 800 réis
N.º 16: Francisco Xavier Taveira de Macedo, de Gouvinhas, deixou ao Hospital, em testamento (30 de Julho de 1814), uma casa sita na rua da Piedade, de Vila Real
N.º 17: Antónia Josefa de Carvalho, residente em Chancelheiros, freguesia de S. João Baptista de Covas do Douro, deixou em testamento (22 de Setembro de 1814) 100 000 réis
N.º 18: João António Rodrigues, de Vila Real, deixou em testamento (24 de Dezembro de 1814) 150 000 réis
N.º 19: Ana Maria, viúva de João Ribeiro Fraga, de Vila Real, deixou em testamento (24 de Fevereiro de 1815) ao Hospital 100 000 réis.
N.º 20: José da Costa, do lugar de Chancelheiros, freguesia de São João Baptista de Covas do Douro, deixou em testamento (24 de Janeiro de 1816), por falecimento de sua mulher, Joana Maria Alves Pereira, 100 000 réis
N.º 21: O capitão-mor de Provesende, José Joaquim Tovar de Sousa Pinto, e sua mulher, Luísa de São José Tovar, deixaram por morte 400 000 réis (escritura em Provesende, de 10 de Fevereiro de 1817)
N.º 22: O reverendo António Mendes de Vasconcelos, residente em Vila Real, deixou em testamento (30 de Outubro de 1817) 50 000 réis, e por morte da sua herdeira, Maria Joaquina de Mendonça Vasconcelos, 600 000 réis
N.º 23: Francisco José de Carvalho Portela e sua mulher Ana Maria de Jesus, de Vila Real; este deixou, depois da morte da mulher, metade de uma casa na rua do Poço
N.º 24: Francisco Rodrigues de Freitas fez a doação (10 de Dezembro de 1821) de 22 600 000 réis
N.º 25: O padre José Madeira Vaz Bravo, de Alvações de Tanha, deixou em testamento (8 de Agosto de 1823) 200 000 réis
N.º 26: Maria José Bernarda Borges, viúva de António José de Azevedo Pinto, de Vila Real, deixou em testamento (30 de Janeiro de 1824) 4 800 000 réis
N.º 27: Francisco Rodrigues de Freitas doou (15 de Julho de 1825) 2 874 584 réis

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/F/A/010/Livro167)



Retrato da benfeitora
Ana de Jesus de Barros

Como sucede com outras situações relacionadas com o historial da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, também sobre as diversas fases do Hospital da Divina Providência temos alguns casos onde não existe uma informação completa. O autor do relato da fundação e dos primeiros anos da vida do Hospital (1827)⁹³ refere essa mesma situação em relação aos benfeitores. Assim, informa-nos que “começaram a ter muitos benfeitores, mas a falta de apontamentos, e certo desleixo que tem havido na organização dos títulos e algumas vezes na administração do Hospital, será a origem de não se poder formar uma exacta relação”. Mesmo sem uma lista completa de todos os benfeitores, muitos nomes ficaram registados, preferindo outros manter o anonimato – um anónimo por intermédio de frei Francisco de Sales, religioso dominicano, deu de esmola 336 000 réis –; outros ainda, com a sua acção e doações, foram essenciais para que Vila Real tivesse um novo, digno e moderno hospital.

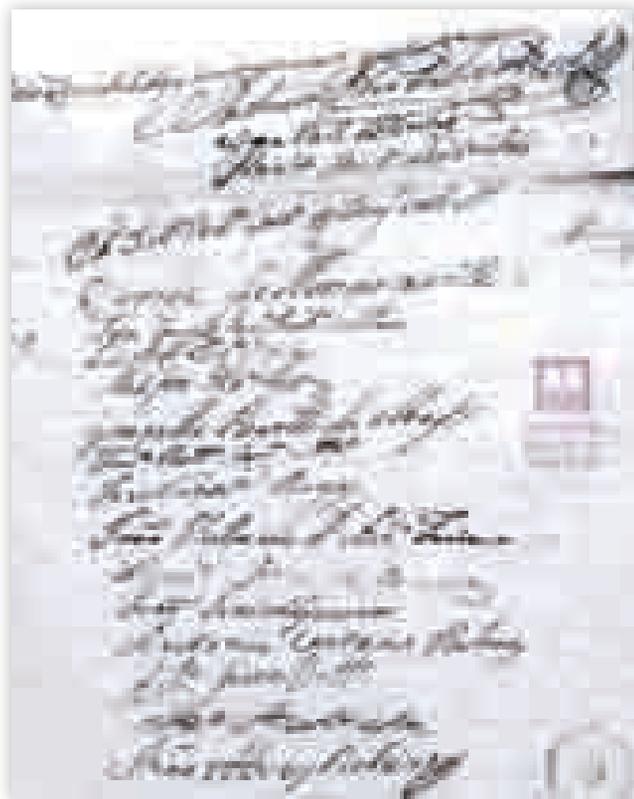
A primeira figura a realçar é Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira (1763-1821), 1.º conde de Amarante. Militar distinto durante a campanha da Guerra Peninsular, foi comandante das armas de Trás-os-Montes, e nesta função “prestou relevantes serviços ao Hospital da Providência, cujo edifício mandou construir”.⁹⁴ Sobre a relação entre o 1.º conde de Amarante e o novo hospital escreveu-se que aquele merece uma menção particular já que, “em 1817, governando então as Armas da Província, concebeu o projecto de dar princípio a um novo edifício que, sendo construído debaixo de preceitos médicos e organizado com todas as casas e oficinas em harmonia com o fim para que era destinado, nele se pudessem tratar com regularidade os doentes nele admitidos”.

Não havendo porém fundos com que se realizasse aquele projecto, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira recorreu aos habitantes da província para que com suas “esmolas concorressem para aquele novo edifício, tendo a satisfação de ver confirmadas as suas esperanças, porque de toda a parte afluem esmolas, com que se deu princípio ao novo edifício do Hospital, conseguindo-se construir a maior parte das duas enfermarias do lado nascente”.

Foi também por interferência do 1.º conde de Amarante que o arcebispo de Braga, frei Miguel da Madre de Deus, não só contribuiu com a sua esmola para as obras do novo Hospital, como também passou a “atestação para se impetrar a bula pontifícia, a fim de se suprimir, pela morte do beneficiado o reverendo António Nunes de Figueiredo, o benefício de Santas Engrácias da vila de Canelas” (14 de Novembro de 1817), aplicando-se o seu rendimento para curativo dos pobres admitidos no Hospital. O que foi conseguido, recebendo o Hospital o referido rendimento. As acções do 1.º conde de Amarante e do arcebispo de Braga em relação ao Hospital fazem com que o seu memorialista dê ao primeiro o “título de protector do Hospital da Divina Providência e considere o segundo como um grande benfeitor do Hospital”.



Retratos dos benfeitores António de Barros Castro e Sousa e António Pinto Correia de Macedo



Assinaturas do documento de 10 de Fevereiro de 1820

Se o 1.º conde de Amarante e o arcebispo de Braga são personagens de realce para o arranque do Hospital, nada teria sido concretizado da forma como foi sem o contributo dos irmãos Rodrigues de Freitas – Francisco Rodrigues de Freitas (?-1826) e seu irmão José Rodrigues de Freitas (?-1820) – que “devem ter um distinto lugar” em todo o processo da sua construção.

Em 10 de Fevereiro de 1820⁹⁵, Francisco Rodrigues de Freitas e José Rodrigues de Freitas, sendo proprietários de uma avultada herança e não tendo descendentes nem ascendentes que devessem herdá-la e pretendendo dar um testemunho “autêntico da sua conduta e religião”, querendo que a sua herança fosse aplicada da forma que recomendava o Evangelho e desejando socorrer a “humanidade” que por falta de meios suportava a maior indigência, “destituída dos socorros no estado de suas moléstias”, deram e doaram todos os seus bens de raiz móveis e imóveis que se achavam nas suas quintas de Alvações de Corgo (termo de Vila Real, com todos os móveis e utensílios que lá se encontravam, e todas as mais propriedades que tinham na freguesia do dito lugar), e de Vila Alva (da freguesia de Folhadela, que consta de terras de pão, vinho e frutas), assim como as suas casas do Cano Velho, de Vila Real, exceptuando os móveis que tinham na sua casa em que viviam na rua da Praça, de Vila Real.

Todas estas propriedades ficaram na posse da administração do Hospital da Divina Providência, reservando para si unicamente o usufruto. Desta escritura foram testemunhas o conde de Amarante e Francisco José de Barros, negociante de Vila Real.

Não ficariam as dádivas ao Hospital pelas que foram doadas em 10 de Fevereiro de 1820. Tendo morrido o irmão em 1820 (ano da doação anterior), o Hospital da Divina Providência encontrou em Francisco Rodrigues de Freitas um benemérito empenhado. Sendo na altura provedor da Santa Casa da Misericórdia, em 9 de Setembro de 1824⁹⁶ doou ao Hospital da Divina Providência uma verba em dinheiro destinada ao fundo do Hospital para curativo e sustento dos pobres que nele entrassem. A quantia doada foi de 1 500 000 réis, à razão de juros de 5%. Esta verba procedia de empréstimos feitos a diversas pessoas.⁹⁷ Mais tarde, em 15 de Julho de 1825, voltou a doar ao Hospital a quantia de 2 874 584 réis, pelo desejo de ser útil à humanidade e principalmente aos “filhos da sua pátria”. Igualmente aquela quantia resultava de empréstimos⁹⁸, feitos por ele e pelo seu irmão, José Rodrigues de Freitas, que tendo morrido o deixara seu universal herdeiro.

A Francisco Rodrigues de Freitas ficou o Hospital a dever a capela e a sua dotação, e as obras para completá-lo. Assim, os irmãos Rodrigues de Freitas, com as suas doações e dedicação ao próximo, ficaram para sempre ligados a uma obra na qual “fizeram à sua custa a maior parte” e foram por isso considerados “os maiores fundadores” do Hospital da Divina Providência.

Documento n.º 23 - Provisão régia confirmando a doação do provedor Francisco Rodrigues de Freitas, no valor de 22,6 contos de réis, ao Hospital da Divina Providência (1823)

Dom João por Graça de Deus e pela Constituição da monarquia, rei do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves, d'aquém e d'além-mar em África. Faço saber aos que esta minha carta de insinuação de doação virem, que Francisco Rodrigues de Freitas, provedor actual da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, me representou por sua petição que reconhecendo a pobreza e necessidade do hospital dos pobres da Divina Providência da dita vila, de que ele era um dos primeiros administradores, fizera doação por escritura pública, lavrada nas notas do tabelião João Vitorino de Carvalho Moutinho, aos dez de Dezembro do ano próximo passado de mil oitocentos e vinte e um, na dita vila, e na Casa do Despacho da mesma Santa Casa, em presença dos irmãos, e mais mesários dela, da quantia de vinte e dois contos e seiscentos mil réis, em dinheiro de contado, que os devedores mencionados na mesma deviam ao suplicante, a fim de se estabelecer com a dita quantia um fundo maior, para sustentação dos pobres do dito Hospital que ali ocorressem, pelo grande desejo que tinha de ser útil à humanidade. E que para validade da mesma escritura lhe era necessário confirmação minha, me pedia lhe fizesse a graça de lhe mandar passar carta de insinuação da dita doação.

E visto seu requerimento, e informação que se houve do juiz de fora da dita Vila Real, servindo de corregedor da mesma comarca, da qual constou, e do auto de perguntas feitas na forma da lei, declarou o suplicante ter feito a mencionada doação, com toda a espontaneidade, assim como, que o mesmo suplicante doador não tinha parentes até ao terceiro grau inclusive: ao que tendo consideração; e ao mais, hei por bem, por fazer graça e mercê ao doador suplicante, de lhe confirmar, como com efeito por esta confirmo e hei confirmada e insinuada a referida doação, feita pela dita escritura: que mando se lhe cumpra e guarde, como nela se contém. E por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta, que as justiças a que o conhecimento dela pertencer, cumprirão e guardarão, na sua conformidade.

De que pagou de novos direitos duzentos e vinte e seis mil réis, que se carregaram ao tesoureiro deles no livro trinta e quatro de sua receita, a folhas cinquenta, e se registou o conhecimento em forma, no livro noventa e dois do registo geral a folhas cinquenta e três.

El Rei o mandou, por seu especial mandado, e pelos ministros abaixo assinados, do seu concelho e desembargadores do Paço. Paulo José do Vale a fez em Lisboa, aos doze de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois anos. Desta, mil e seiscentos réis, e de assinaturas três mil e duzentos réis. Pedro Norberto de Sousa Padilha a fez escrever = Francisco António Montanha = Pedro Álvares Dinis = Manuel Nicolau Esteves Negrão = Pagou quatrocentos réis; e aos oficiais mil oitocentos e dez réis. Lisboa dezassete de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois = Dom Miguel José da Câmara Maldonado = Registada na chancelaria mor da corte e reino, no livro de ofícios e mercês, a folhas trinta. Lisboa dezassete de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois = Joaquim José de Almeida = Por imediata resolução de sua majestade de três de Junho de mil oitocentos e vinte e dois, e despacho do Desembargo do Paço de vinte de Maio do mesmo ano. Ao selo = lugar das armas reais = pagou mil e seiscentos réis de selo. Lisboa catorze de Agosto de mil oitocentos e vinte e dois =

Tem o selo das armas reais pendente em uma fita de nastro vermelho.

Está conforme o original. Vila Real 22 de Agosto de 1823.

O secretário João Vitorino d' Azevedo Faria

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real – Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, F/A/Livro 164)

Na lista de benfeitores sobressairam também, pelas suas doações, Luís de Sousa Vilela e sua mulher Mariana Margarida, de Vila Real, e as irmãs Rocha, Ana Eufrásia da Rocha e Francisca Teresa Madalena da Rocha, também de Vila Real. Os primeiros não “só fizeram doação de muitas dívidas à botica de seu cunhado e irmão José Pereira Peixoto, mas também, de todos os utensílios desta, cujo benefício foi tomado em tanta consideração, que o provedor e irmãos da Mesa instituíram uma capela de missas aplicadas pela alma daquele e de outras pessoas da família da sua mulher”. As segundas, além de concorrerem no início com muitas esmolas, deixaram ao Hospital, em testamento, 20 000 000 réis.

Para além dos benfeitores referidos muitos outros deram contributos significativos para o novo hospital: Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa; Joaquim José Teixeira Vilaça Bacelar; Manuel da Silva Dias, Álvaro José, de Lamego; Bento Borges da Cunha, de Provesende; João Ribeiro Fraga, de Vila Real; beneficiado Francisco de Azevedo Coutinho, do concelho de São Martinho de Mouros; José Ferreira de Macedo, do Castedo; padre José de Meireles Ferreira, de Vila Real; Manuel Alves Conde, de Canelas; Manuel Correia Teixeira do Amaral e sua irmã Maria Jacinta Correia⁹⁹;

Manuel Ribeiro, do lugar da Pena; Maria Felícia Teixeira do Amaral; o reverendo Pedro Pires Nunes, reitor de Covas do Douro. Podemos ainda referir o provedor António José de Azevedo Pinto, que cedeu, em benefício do Hospital, os 80 000 réis que teria de receber “para ajuda de custo das despesas inerentes ao seu emprego”, além de promover outras esmolas e fazer à sua custa a despesa de um mês com os enfermos admitidos no Hospital; Francisco José de Barros e sua irmã, de Vila Real, que contribuíram com “avultadas e repetidas esmolas”, em dinheiro, em roupas para uso dos enfermos e em vestuário necessário para os pobres que falecessem no hospital serem enterrados; e o arcebispo de Braga, frei Caetano Brandão, que deu de esmola 100 000 réis.

Outros donativos foram sendo atraídos pelo Hospital, à medida que a sua função assistencial se consolidou; por exemplo, em 1848, Ana Josefa, da vila de Canelas, deixou à Casa 200 000 réis para curativo dos pobres, com a obrigação de a Misericórdia mandar rezar uma missa cantada anual, no altar de Nossa Senhora do Carmo, por ela e seu marido, João Cardoso dos Santos.

Vem a talhe de foice lembrar que a Misericórdia, através do retrato, procurou manter a memória dos benfeitores que permitiram a concretização do novo Hospital. Esta prática, da qual não temos notícia antes, tornou-se frequente na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, ao longo do século XIX, e continuará no seguinte, passando o retrato de diversos benfeitores a fazer parte dos inventários do seu espólio móvel.

Quadro n.º 33 - Retratos e painel que se encontravam no Hospital da Divina Providência (1844)

retrato do conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, com caixilho dourado
retrato do benfeitor Francisco Rodrigues de Freitas, com caixilho de pau dourado
retrato do benfeitor José Rodrigues de Freitas, com caixilho dourado
retrato do benfeitor D. Frei Miguel da Madre de Deus, arcebispo de Braga, com caixilho dourado
retrato do benfeitor José Botelho de Lemos, com caixilho pintado de branco e amarelo
retrato da benfeitora Ana Eufrásia da Rocha, com caixilho pintado de branco
retrato da benfeitora Maria José Bernarda, mulher de António José de Azevedo Pinto, com caixilho pintado de branco
retrato do benfeitor Francisco José de Carvalho Portela, com caixilho pintado de branco
retrato da benfeitora Ana de Jesus de Barros, com caixilho dourado
retrato do benfeitor Brás Gonçalves Pereira, com caixilho dourado
retrato do Imperador do Brasil, D. Pedro de Bragança, D. Pedro I (1798-1834), Imperador do Brasil (1822-1831)/D. Pedro IV, Rei de Portugal (Março a Maio de 1826), com caixilho envidraçado
retrato da mulher do Imperador, D. Amélia Augusta de Beauharnais-Leuchtenberg (1812-1873), com caixilho envidraçado
painel em que com letras douradas estão escritos os nomes dos Benfeitores do Hospital, de cem mil réis até dois contos de réis

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/F/A/009/Livro165)

Não conhecemos a origem de todos os retratos que fizeram e fazem parte do espólio da Santa Casa da Misericórdia, mas temos notícias sobre alguns. Assim, em Outubro de 1824, são lançadas despesas relacionadas com a pintura dos retratos de Francisco Rodrigues de Freitas e de seu irmão José Rodrigues de Freitas: 14 400 réis dados ao retratista; 1 320 réis por três varas de brim e linhaça para os retratos do “nosso provedor e seu mano”; e 1 780 réis por utensílios comprados para a aposentadoria do retratista.¹⁰⁰

Em 22 de Junho de 1873¹⁰¹, foi à Mesa uma relação impressa e assinada por António da Costa Paiva (1806-1879), barão de Castelo de Paiva, datada do Funchal de 10 de Junho de 1873, na qual a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real era contemplada com um conto de réis (inscrição n.º 17,444), na distribuição que ele fizera de cento e cinquenta e quatro contos de réis em inscrições, reservando o usufruto enquanto vivesse. A Mesa decidiu que, no agradecimento a enviar ao barão de Castelo de Paiva, se lhe pedisse uma fotografia para servir de “tipo” ao retrato dele para ser colocado “no salão dos retratos dos nossos benfeitores.

Mais tarde, a 30 de Dezembro de 1913¹⁰², o provedor, doutor Augusto Rua, propôs à Mesa a reprodução a óleo do retrato do benfeitor José Júlio Pereira de Morais (1848-1931), 1.º visconde de Morais, que acabara de oferecer, em benefício da instalação eléctrica, mil escudos. Foi incumbido de tratar do assunto Alfredo Artur da Silva Melo, destinando-se para sua colocação o salão nobre, o que se efectuou no dia 17 de Julho de 1914,

como noticiou *O Villarealense* de 16 de Julho. O retrato a óleo do visconde de Morais foi executado pelo pintor Abel Cardoso (1877-1964), de Guimarães.

Também em 1916 (acta de 15 de Maio), tendo morrido o médico do Hospital da Divina Providência, doutor José Leite dos Santos, foi mandado colocar o seu retrato na galeria dos benfeitores.

Além dos retratos, um quadro, referido no inventário de 1844, regista os nomes dos fundadores e benfeitores, realçando-se na dupla lista de nomes os do conde de Amarante, de Francisco Rodrigues de Freitas e de D. Maria Emília Teixeira de Moura (Quadro n.º 33). Muitos anos depois, na acta de 30 de Dezembro de 1913, lê-se que decidiram mandar fazer “um quadro especial, para o mesmo salão, onde se inscrevessem os nomes dos beneméritos”. Desconhecemos se seria um segundo painel ou se este substituiu o primeiro.

Perpetuados através da imagem, ficaram na memória da fundação e existência do Hospital da Divina Providência. Ao lado destes grandes benfeitores, outros existiram dos quais perdeu unicamente o nome, enquanto de muitos se perdeu totalmente a memória do seu contributo.

5.3. Estrutura orgânica e regulamentos

O Hospital da Divina Providência, cujas origens, como já vimos, são humildes, tendo como órgão máximo de governo a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, começou a funcionar informalmente, embora, praticamente desde os seus inícios, ou seja, a partir de 1797, dispusesse já de um *regimento* destinado a regular a sua actividade, aprovado em congregação da Irmandade, o qual passou a integrar o Compromisso da Misericórdia. Desta fonte histórica é possível extrair as informações necessárias à compreensão do seu funcionamento, gestão e recursos humanos nele empenhados.

Assim, a inspecção e vigilância do Hospital eram da responsabilidade dos 12 irmãos da Mesa, distribuídos um por cada mês do ano e que, alguns anos mais tarde, passaram a ser designados por *mordomos*, sendo libertos, quando em tais funções, de outros encargos da Santa Casa.

O asseio do Hospital e a assistência geral dos doentes eram garantidos por *enfermeiros*, inicialmente um, mais tarde, em número de dois.

A visita e cuidados de saúde dos doentes cabiam aos médicos e cirurgiões, numa primeira fase “voluntariamente e por distribuição”.

Todos os irmãos da Santa Casa, incluindo o provedor, eram obrigados, “por giro”, aos domingos, a pedir esmolas para o Hospital, sob pena de, não tendo justificação ponderosa, serem expulsos da Irmandade, decisão que revela a importância que o Hospital passou a ter no âmbito da Misericórdia da Vila Real.

Como princípio a obedecer para o futuro, estatuiu-se que os negócios do Hospital seriam distintos dos negócios da Santa Casa, estabelecendo-se, nesse sentido, contabilidades próprias para cada um. Para tal, no dia de eleições do provedor e escrivão, eram eleitos dois depositários, um para receber as esmolas do Hospital e outro para as receitas da Irmandade, os quais passaram a fazer parte da Mesa e a votar nos assuntos que lhes competiam. Os medicamentos prescritos aos doentes começaram a ser fornecidos pela botica do Convento de São Domingos de Vila Real.

A assistência religiosa aos doentes era prestada pelos três capelães da Misericórdia. E contratou-se um coveiro para enterrar os mortos.

Torna-se evidente que, à medida que os anos foram passando, a estrutura orgânico-administrativa do Hospital foi-se alterando e complexificando, ajustando-se logicamente às novas exigências da assistência hospitalar, aos progressos da medicina, ao próprio crescimento das suas instalações, e ao aumento do número de doentes.

A partir de 1815-1816 passou a existir um *mordomo-mor*, que respondia directamente à Mesa da Santa Casa e administrava o Hospital, um *almoxarife*, de 1817-1818 em diante, que superintendia o trabalho dos enfermeiros e mais empregados, e um *escrivão* próprio em 1818-1819, uma vez que, até então, servia o escrivão da Santa Casa.

Em 1824, foi criado o lugar de *capelão* do Hospital, com a obrigação de confessar e sacramentar os enfermos. Em 1831, foi contratada uma *criada* para ajudar os enfermeiros.

Na década de 1830, o Hospital passou a remunerar alguns médicos e cirurgiões. E a partir de inícios da década de 1840, começou a dispor de botica própria.

O *Regulamento Interno do Hospital*, de 1844, revela já uma orgânica e um funcionamento mais elaborados, a demonstrar que o Hospital deixara de acolher apenas os doentes pobres, passou a ter corpo clínico próprio, e se transformara já num verdadeiro estabelecimento de assistência hospitalar.

Este regulamento, aprovado pelo governador civil José Cabral Teixeira de Moraes, em 25 de Julho de 1849, foi posteriormente enviado, juntamente com o respectivo alvará, à Santa Casa da Misericórdia, que logo o mandou cumprir. É composto por 34 artigos distribuídos ao longo de quatro capítulos, intitulados:

- das obrigações dos empregados;
- disposições gerais;
- das obrigações dos doentes;
- do castigo e correcções dos empregados.

O primeiro é o mais extenso, uma vez que diz respeito aos que trabalhavam no Hospital, bem como às suas funções e obrigações. Nas “disposições gerais”, o segundo em extensão, estabelecem-se as regras de funcionamento, isto é, horários de limpeza, de alimentação, de visitas dos médicos aos doentes, regras de admissão dos mesmos, etc. Nos capítulos finais regulamenta-se o comportamento de todos os que coabitavam no espaço do Hospital, pessoal e doentes.

De acordo com este regulamento, o mordomo-mor, subordinado à Mesa da Santa Casa, era o chefe da administração económica do Hospital, inspecionando todas as suas repartições, fiscalizando os seus funcionários, dando entrada dos doentes após despacho do provedor, e superintendendo em toda a receita e despesa.

As obrigações dos “irmãos de mês” eram meramente fiscais. Assim, competia-lhes assistir às refeições dos doentes, acautelar o cumprimento das dietas, visitar as enfermarias, e no caso do irmão “mister”, assistir ao enterro dos pobres que morressem no Hospital.

O Hospital dispunha de dois facultativos, ou seja, um médico, que era o seu director, e um cirurgião, os quais eram obrigados a visitar diariamente os doentes. Regista-se ainda a existência de um ajudante de cirurgião, um enfermeiro, dois criados, uma roupeira, uma cozinheira, um boticário, um capelão, o sacristão e o almoxarife, este, executor das ordens do mordomo-mor quanto à administração interna do Hospital.

O director do Hospital tratava as enfermidades dos pacientes que entravam nas enfermarias da Casa, e nesta conformidade pertencia-lhe “informar o provedor acerca da admissão dos doentes, e fazer a sua distribuição, para a clínica médica e cirúrgica, inspecionando as moléstias pertencentes a este ramo”.

Encontramos aqui a afirmação do papel do médico enquanto profissional especializado que tentava assumir o controlo da sua área de competência, intervindo assim na admissão e triagem dos doentes – já em 1817 fora solicitado pela Mesa da Santa Casa um “plano de admissão e curativo dos doentes conforme o estabelecido nos demais hospitais”.

Nas obrigações dos facultativos (nome pelo qual eram designados), era abordado um aspecto que importa destacar, “praticar as autópsias que julgar convenientes, para instrução própria e proveito da ciência”, registando no livro de estatísticas das doenças “alguma observação patológica digna de memória”, à semelhança do que acontecia nos demais hospitais do Reino.

A inclusão de uma prática desta natureza é demonstrativa da intervenção de médicos na realização deste regulamento, dentro da linha, aliás, da sua participação no próprio processo de edificação do Hospital. Este preceito mostra ainda que, neste Hospital, por 1844, se efectuava a prática de estudos anatómicos, embora não saibamos quais as condições existentes para estes actos.

Os facultativos tinham o direito de exigir o cadáver para estudo e só depois é que o capelão poderia realizar o funeral. Recomendava-se também a realização do enterro no espaço de 24 horas após o falecimento, “não havendo razão em contrário”. Esta determinação toca em problemáticas bastante importantes à época: a “morte aparente” e as dificuldades em determinar a morte de uma pessoa, bem como os momentos de enterramento em determinados casos, nomeadamente quando as mortes ocorriam por doenças “perigosas”. Ao mesmo tempo, a ideia dos médicos disporem do corpo de uma pessoa para “estudo” revela-nos uma mudança de mentalidade em relação ao corpo humano no momento da morte. Procura-se regular procedimentos perante situações problemáticas nesta época de mudanças.

Como refere Jorge Crespo, para além da descoberta de um sinal de morte incontestável, o que se destacava era a possibilidade do corpo humano se transformar, cada vez mais, no lugar privilegiado da experiência médica, uma perspectiva influenciada pela tese do “poder do médico”, como demonstrou Michel Foucault na sua obra *Naissance de la Clinique*. O corpo morto deixava de ser algo de sagrado, inacessível ao homem comum, para se submeter à *profanação* “das novas técnicas”.¹⁰³

Handwritten text in two columns, likely a ledger or account book, with entries in Portuguese. The text is dense and spans multiple lines on both pages. The left page has a small number '1862' at the top. The right page has a small number '1862' at the top. The handwriting is cursive and somewhat faded.

Livro em que o mordomo-mor [do Hospital da Divina Providência] escreve as ordens para se cumprirem (1862)

Outros artigos e parágrafos regularizam actos relacionados com as autópsias, como a obrigatoriedade do “ajudante de cirurgião” assistir às mesmas.

Estas passagens revelam-nos traços de “modernidade”, que logo se atenuam quando adiante se fala da “sangria”, conforme “as horas, local e quantidade que ambos os facultativos prescreverem nas suas repartições”. Foi de facto assim durante boa parte do século XIX: a coexistência de práticas mais ou menos inovadoras, com terapêuticas ancestrais ligadas à teoria médica galénica, num conjunto de experiências, indefinições e descobertas que só desapareceram com a medicina científica e experimental a partir de finais de Oitocentos.

Nas obrigações dos doentes, foca-se o respeito pela terapêutica instaurada pelo médico, sob pena de expulsão.

Como era o dia-a-dia do Hospital? Vejamos alguns aspectos do seu funcionamento:

- às seis horas no Verão e às sete de Inverno, seriam varridas as enfermarias, limpas as bacias de cama e escarradeiras, feitas as camas e lavados os doentes; depois da ceia, que era às cinco da tarde, renovava-se a limpeza;
- assim que os facultativos se apresentassem para a visita, feito o sinal com a campainha, comparecia o enfermeiro com o tinteiro e formulário, procedendo-se à visita com toda a circunspeccção, e ao curativo sendo a visita de cirurgiões; no fim da visita, o primeiro criado teria água pronta e uma toalha para os facultativos e ajudante de cirurgia se lavarem;
- as aplicações de medicamentos internos eram feitas uma hora antes do almoço, às nove da manhã, às três da tarde e às oito da noite, se os facultativos não designassem outra ordem na ficha do doente;
- o almoço efectuar-se-ia às sete horas, o jantar às onze da manhã, e a ceia às cinco da tarde.
- as enfermarias seriam arejadas todos os dias, caso as intempéries o não impedissem, e desinfectadas quando existissem doentes com moléstias contagiosas ou que exalasses maus cheiros;
- em todas as enfermarias conservava-se luz durante a noite, mas depois das oito horas da noite no Inverno, e das nove horas no Verão, reinaria nelas o silêncio, dando para tal o enfermeiro o sinal da campainha;
- quando algum doente se apresentasse à porta do Hospital gravemente ferido, ou em perigo de vida, o enfermeiro dava-lhe entrada imediata, avisando o facultativo e o mordomo-mor;
- os doentes admitidos não pobres prestavam fiança do pagamento de 300 réis diários, querendo tratar-se em enfermaria separada, e de 240 réis se entrassem na enfermaria dos pobres; a sua admissão, assim como as dos irmãos pobres da Ordem Terceira e da Misericórdia, ficavam a cargo do mordomo-mor, “procedendo às solenidades do costume”.

Os princípios gerais deste *Regulamento*, com uma ou outra alteração que tinha sempre de ser aprovada pelo Governo Civil, como aconteceu em 1855 e 1858, mantiveram-se em vigor durante todo o século XIX.

A partir de finais do século XIX, o Hospital da Divina Providência vai apresentar uma nova organização funcional, através de um novo regulamento, de que temos notícia mas cujo conteúdo desconhecemos. A responsabilidade clínica continuou a ser exclusivamente do seu director e restantes médicos, sob as ordens do provedor. Mas os respectivos serviços internos passaram a ser garantidos por irmãs religiosas franciscanas.

Foi, com efeito, de 1893 em diante, que o Hospital da Divina Providência passou a ter a colaboração das *Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas* – congregação feminina dedicada à acção social, aprovada em 1874 –, na direcção interna e na enfermagem, a pedido do provedor da Misericórdia, António Teixeira de Sousa, o qual conhecia já directamente o trabalho da Congregação, uma vez que estas se encontravam em serviço no Colégio de Nossa Senhora de La Sallette, na freguesia da Campeã, desde 1872 (ou seja, ainda antes da sua aprovação oficial), e no Asilo de Mendicidade de Nossa Senhora das Dores, em Vila Real, desde 1889.

O Conselho Geral da Congregação, em 1892, deliberara aceitar tal solicitação, tendo acordado com o provedor as condições mínimas para aí se estabelecer uma comunidade de seis irmãs: viagens à custa do Hospital; 12 000 réis anuais, por irmã, destinados a pagar os seus hábitos; alimentação das irmãs por conta do Hospital ou 200 réis diários por cada uma; um quarto para dormitório; um quarto para refeitório; casa de trabalho; não havendo capela – que existia – um quarto para servir de oratório.

Assim se instalou a comunidade de religiosas, com a respectiva superiora, que garantia a direcção do serviço interno do Hospital, tendo prestado inestimáveis serviços à Casa. No inquérito efectuado em 1901, a propósito da “questão religiosa” e da lei das associações, o Governo Civil de Vila Real considerou os trabalhos ali prestados pelas Hospitaleiras “excelentes” e que “difícilmente podiam ser substituídas”.

Embora oficialmente extintas em 1910, com a proclamação da República, as Franciscanas Hospitaleiras mantiveram-se “clandestinamente” no Hospital da Divina Providência, continuando a tratar dos doentes, como sempre, numa continuidade de serviço assinalável, que veio até 1973, um ano antes da restauração da democracia em Portugal.¹⁰⁴

Já no século XX, o Hospital conheceu um novo regulamento, mais concretamente em 1960, o qual foi aprovado pela Direcção Geral da Assistência. Como Hospital Regional, competia-lhe receber e tratar os doentes da região, bem como criar e manter, dentro dos seus recursos financeiros, os serviços inerentes aos hospitais desta categoria.

A sua administração era exercida através da Assembleia Geral da Irmandade, do Definitório, da Mesa Administrativa, do provedor e do administrador do Hospital e da Irmandade. À Mesa da Santa Casa competia definir as linhas gerais da Administração e fiscalizar a acção de todos os serviços hospitalares por intermédio do provedor, que superintendia em todos os serviços do Hospital.

O Hospital tinha os seguintes serviços: administrativos, clínicos, auxiliares de diagnóstico e tratamento, de enfermagem, farmacêuticos, social e de assistência religiosa, sob coordenação do provedor.

Os serviços clínicos e auxiliares do Hospital, sob orientação do director clínico, compreendiam o internamento geral de medicina e cirurgia, o internamento de especialidades, os serviços de socorro e urgência, os serviços de consulta externa gerais de medicina e cirurgia, os serviços de assistência hospitalar no domicílio e os serviços auxiliares de diagnóstico e tratamento.

O director clínico era nomeado por três anos, pela Mesa da Misericórdia, “entre três de uma lista obtida por eleição”.

A farmácia do Hospital tinha duas secções, a distribuidora e a produtora ou laboratorial, e era dirigida por um farmacêutico-chefe.

Os doentes admitidos eram classificados em três categorias: os pensionistas, que pagavam a totalidade das despesas de assistência; os pobres ou porcionistas, que só pagavam parcialmente as despesas; e os indigentes, que não tinham condições para suportar qualquer despesa.

As religiosas franciscanas tinham um regime de prestação de trabalho mediante o acordo celebrado entre a Mesa e a sua Congregação.

O Hospital aprovou um novo regulamento em 1973, mas que não chegou a entrar em vigor, devido à Revolução do 25 de Abril de 1974, e à sua nacionalização em 1975, de modo que o último regulamento que conheceu foi o de 1960.

5.4. Património e gestão financeira

Criado de raiz, o Hospital da Divina Providência teve, naturalmente, nos seus primeiros tempos, vida difícil. Através do livro da sua receita e despesa, iniciado em 14 de Março de 1796, verifica-se que as primeiras verbas de que dispôs eram provenientes de esmolas concedidas pelos irmãos da Misericórdia e por devotos, de peditórios feitos na vila, e muito excepcionalmente, de espectáculos ou até de récitas. O Hospital, nesse primeiro mês de funcionamento, recolheu 7 845 réis.

Em poucos anos, contudo, os proventos das esmolas e peditórios vão dar lugar, sobretudo, às receitas dos juros a dinheiro provenientes de donativos ou de bens de raiz concedidos ao Hospital e logo vendidos, como se pode ver no Quadro n.º 34.

No ano económico de 1821-1822, a receita foi de 799 776 réis, da qual 365 416 réis (45,7% do total) provenientes de dinheiro a juros, e 84 650 réis (10,6% do total) do arrendamento de casas. O fundo do Hospital, que em 2 de Julho de 1822 atingiu os 12 589 961 réis, encontrava-se “todo a juros”.

A estrutura das receitas do Hospital revela, assim, uma faceta moderna, que já nada tem a ver com as receitas tradicionais da Misericórdia que o fundou, assente não mais em foros e pensões, mas em bens próprios e juros provenientes dos empréstimos a dinheiro. A despesa, no mesmo ano económico de 1821-1822, chegou aos 703 525 réis, dos quais, 573 000 réis (81,4% do total) diziam respeito à alimentação dos doentes, salários de pessoal, materiais utilizados e botica.

Em 1859-1860, mantinha-se basicamente idêntica a composição da receita e despesa. Assim, do total da receita, no valor de 5 053 256 réis, 4 900 000 réis (96,7% do total) diz respeito a juros. No total da despesa, que rondava os 3 993 000 réis, 2 581 400 réis (64,6% do total) reportam-se à alimentação dos doentes e aos salários do pessoal, sendo de mencionar ainda 820 000 réis de medicamentos (20,5% do total). Os fundos permanentes do Hospital, em Junho de 1860, no montante de 97 765 000 réis, eram constituídos por capitais a juro.



Livro de receita e despesa do Hospital da Divina Providência (1796-1801)

Quadro n.º 34 - Situação financeira do Hospital da Divina Providência (1859-1860)

Fundos permanentes		Receita				Despesa			Dívidas		
		Ordinária		Extraordinária		Total	Total		Activas	Passivas	
Capitais a juro	97 765\$132	Juros	4 888\$256	Curativo de enfermos particulares	50\$000	5 053\$256	Pessoal	1 045\$400	3 992\$600	30 623\$429	14\$934
O edifício do hospital							Dietas de cozinha	1 536\$000			
							Botica	820\$000			
							Judiciais	102\$000			
		Diversos	339\$200								
	Renda da botica	100\$000	Espólio de falecidos	10\$000	Capela e culto	100\$000					
					Obras	50\$000					

(Fonte: *Relatório do Governador Civil do Districto Administrativo de Villa Real*, in *Relatório sobre o estado da administração pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861)

A partir da década de 1860, no capítulo da receita, verificamos que o próprio Hospital vai passar a ter um peso relativo não negligenciável, proveniente das verbas obtidas com a venda de medicamentos na sua farmácia e com os pacientes que dispunham de recursos económicos para pagarem o seu internamento, tratamento e cirurgia quando necessário.

Assim, na receita do Hospital, de 12 343 200 réis, no ano económico de 1895-1896, destacam-se os juros de capitais mutuados vencidos nos anos anteriores, no montante de 3 073 330 réis (24,9% do total), e os juros de capitais mutuados, de inscrições e de obrigações do empréstimo português de 1891, 3 728 303 réis (30,2% do total). Mas o produto dos medicamentos vendidos a particulares pela farmácia e pelo tratamento de doentes “não pobres” e militares atingiu os 3 440 593 réis (27,9% da receita).

Na despesa, que registou neste ano económico um montante igual ao da receita (12 343 200 réis), salientam-se as verbas com o pessoal, 2 667 200 réis (21,6% do total); com as drogas, utensílios, combustível, iluminação, água e expediente da farmácia, 1 900 000 réis (15,4%); alimentação e combustível, 3 230 000 réis (26,2%); as louças, roupas e móveis, 1 130 000 réis (9,1%); e os registos de hipotecas, despesas forenses e custas de demandas, 1 200 000 réis (9,7%).

No século XX, a situação financeira do Hospital evoluiu, no longo prazo, muito favoravelmente, com as receitas a cobrirem, em geral, as despesas. Contudo, os anos de 1930-1940 foram de grande contenção financeira, uma vez que os encargos aumentaram de forma significativa. O Hospital passou a dar consultas gratuitas a pobres e indigentes, de tal modo que o número de pacientes rapidamente duplicou “pela grande miséria e conseqüente falta de suficiente alimentação”, e a acolher as crianças abandonadas no burgo – assim refere a Mesa da Misericórdia entre 1941-1944.

Quadro n.º 35 - Tabelas de preços praticados no Hospital da Divina Providência para serviços de medicina a pensionistas (1946)

Em quartos de primeira e segunda classe	Valor
Visitas ordinárias	20\$00
Visitas extraordinárias	30\$00
Conferências médicas	50\$00
Em enfermarias (3.ª classe)	
Visitas ordinárias	10\$00
Visitas extraordinárias	15\$00
Conferências médicas	25\$00
No Banco	
Cada consulta	20\$00
Diversos tratamentos para não-internados	
Exame ginecológico	50\$00
Injecções hipodérmicas (série de doze)	50\$00
Injecções intermusculares (idem)	60\$00
Injecções "914", "Sais de ouro", "Sulfarsenol", "Solo-salvarsan" e idênticas	20\$00
Injecções endovenosas	100\$00
Sangria	50\$00
Colheita de sangue	20\$00
Soro fisiológico	30\$00
Pontas de fogo	20\$00
Lavagem do estômago	100\$00
Lavagem dos ouvidos	30\$00
Lavagens uretrais (no Banco)	5\$00
Para os serviços radioscópicos e radiológicos	
Radioscopia torácica	50\$00
Exame radioscópico pulmonar	170\$00
Exame radioscópico do coração e grandes vasos	250\$00
Exame radioscópico do esófago	150\$00
Exame radioscópico do estômago e duodeno	200\$00
Exame radioscópico dos intestinos	300\$00
Exame radioscópico ao apêndice	200\$00
Clister rádio-opaco (intestino grosso)	200\$00
Vesícula biliar	200\$00
Fígado sem preparação	100\$00
Radioscopia do estômago	80\$00
Radioscopia do estômago e trânsito intestinal	100\$00
Rins, sem preparação	150\$00
Urografia (3 a 5 filmes)	300\$00
Bexiga, sem preparação	100\$00
Cabeça (1 filme)	120\$00
Cabeça (2 filmes)	150\$00
Seios peri-nasais	200\$00
Dentes (1 filme)	50\$00
Dentes (2 filmes)	80\$00
Espádua, bacia, articulação coxo-femural, coxa, coluna vertebral, etc (1 filme)	150\$00
Espádua, bacia, articulação coxo-femural, coxa, coluna vertebral, etc (2 filmes)	200\$00
Braço, antebraço, mão, perna, pé (1 filme), duas imagens em planos perpendiculares	100\$00
Braço, antebraço, mão, perna, pé (2 filmes), duas imagens em planos perpendiculares	150\$00
Costelas	150\$00

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. *Livros de Actas da Mesa Administrativa*, n.º 2 – 24 de Janeiro de 1945 a 28 de Março de 1952)

As graves dificuldades financeiras levaram a Santa Casa a fixar a lotação de doentes em 80, salvo casos de “extrema urgência”. As câmaras municipais, apesar de forçadas ao pagamento de 15 escudos diários e de medicamentos por cada doente natural do seu município, não cumpriam tal obrigação. A apertada conjuntura financeira do Hospital da Misericórdia de Vila Real só foi ultrapassada em finais da década de 1950.

A estrutura da despesa, no século XX, manteve-se praticamente a mesma – vencimentos com o pessoal, nomeadamente com os médicos, religiosas franciscanas, enfermeiros, etc.; e abastecimento de produtos alimentares destinados aos doentes.

Mas, no domínio da receita, além dos rendimentos próprios – propriedades urbanas, títulos de renda perpétua, os tradicionais juros de inscrições, obrigações, capitais mutuados ou em depósito e os donativos – e dos montantes recebidos das câmaras da região de Vila Real pelo tratamento de pobres dos respectivos municípios, verificamos uma progressiva importância de dotações e subsídios, pela prestação de serviços, de organismos do Estado – primeiramente, da Direcção Geral de Assistência; mais tarde, da Caixa Geral de Previdência, da Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE), do Serviço Nacional de Emprego, da Direcção Geral dos Hospitais –, e da Junta Provincial, enquanto existiu. Cresceram também as receitas obtidas com os medicamentos vendidos pela farmácia do Hospital, com os tratamentos hospitalares, exames médicos, internamentos de pessoas que, através das companhias de seguros ou directamente, pagavam os dias de “pensão” ou as diárias – 6 escudos em 1930, 15 escudos em 1950 –, com as intervenções cirúrgicas efectuadas e as consultas externas.

O Hospital tornou-se, assim, rentável, de tal forma que os saldos positivos no final do ano passaram a ser uma constante: 592,4 contos em 1930, 132 contos em 1947, 266,7 contos em 1948, e em 1973 ultrapassou os 3 866 contos. Em suma, o Hospital da Divina Providência, praticamente desde a sua origem, acabou por se transformar no instrumento fundamental do equilíbrio financeiro da Santa Casa de Vila Real.

Quadro n.º 36 - Receita e despesa da Misericórdia de Vila Real (1948)

Estabelecimento	Receita	Despesa	Saldo
Hospital da Divina Providência	1 073 371\$50	802 430\$20	266 778\$40
Escola Agrícola de Artes e Ofícios	118 405\$50	104 609\$10	
Escola das Donas de Casa	64 110\$10	82 069\$40	
Total	1 255 887\$10	989 108\$70	

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. *Livros de Actas da Mesa Administrativa*, 1945 a 1952)

5.5. Movimento hospitalar

Vimos já que mordomo, médicos e provedor exerciam um “crivo” por onde só poderiam passar alguns doentes, de acordo com a capacidade física dos edifícios onde o Hospital funcionou, com as possibilidades financeiras da Instituição, e com o tipo das enfermidades manifestadas.

Impedir ou restringir o internamento a pessoas que tivessem certas doenças era uma prática usual. Encontramo-la expressa em vários acórdãos, como o de 10 de Setembro de 1829, que fixou a lotação do Hospital “em dez doentes até nova resolução e que quando fosse preciso haver diminuição o irmão mordomo-mor o representasse a esta Mesa”, incluindo-se nesse número quatro mulheres e seis homens, exceptuando os militares e os que pagassem à Casa, e ficando excluídos de entrar no mesmo “os enfermos incuráveis e os de males venéreos, como sempre se usou”.¹⁰⁵

Estas medidas acabavam por ter reflexos imediatos no número dos ingressos e, claro está, na mortalidade registada nos hospitais, que tendia a apresentar por vezes um registo artificialmente baixo para os níveis da época.¹⁰⁶

Quem era então esta gente? Quais eram as suas principais características?

Se tivéssemos que traçar muito sumariamente um perfil do doente que passou pelo Hospital da Divina Providência durante o século XIX, diríamos que era homem¹⁰⁷, solteiro, entre os 25 a 60 anos, constituindo praticamente dois terços do total dos pacientes aí atendidos.

No caso das mulheres, a sua ida para o Hospital da Divina Providência, no início do século XIX, era mais problemática, embora, com o tempo, o seu número fosse aumentando. São várias as explicações, de natureza cultural, económica ou psicológica, para este comportamento – maior

resistência em abandonar a família ou, por outro lado, o consentimento desta –, sem falarmos na falta de condições físicas do hospital ou de resposta para o tratamento de certas doenças próprias da condição feminina.

As crianças também estão pouco presentes nos registos de internamento, realidade comum a outros países. Apesar de constituírem um grupo com maiores níveis de mortalidade, as crianças permaneceram durante muito tempo como um ser exclusivo do meio familiar e doméstico, a quem era devotada pouca atenção. Sobre estas atitudes perante a criança, Jorge Crespo cita um médico coevo que lamentava a prática do infanticídio, muito utilizada por pais que, acreditando na ideia de que “morrendo vão para o céu, lhes desejam a morte para se verem livres do peso da sua criação”.¹⁰⁸

A julgar por um edital de 13 de Janeiro de 1823, praticavam-se estas acções em Vila Real, com crianças “lançadas nas cisternas, monturos e poços”, pedindo-se às populações que combatessem estas práticas.¹⁰⁹

Entre os adultos, destacamos os solteiros, seguidos dos casados.¹¹⁰ No caso dos viúvos, as mulheres evidenciavam-se. A estrutura etária seria determinante para a predominância das viúvas face aos viúvos, mas poderá ter existido uma razão sociocultural associada, para a qual Isabel Sá já chamou a atenção, ao afirmar que as mulheres “surgem também como beneficiárias da assistência” a partir do momento em que o seu estado civil as coloca “numa situação de vulnerabilidade”, nomeadamente no caso das viúvas pobres.¹¹¹

Relativamente à actividade profissional dos internados, detecta-se uma certa heterogeneidade, embora as primeiras décadas não forneçam muitas informações. A expressão “assistente” (trabalhador local, indiferenciado) era muito utilizada, encontrando-se igualmente numerosos jornaleiros e criados.¹¹² Existem várias actividades profissionais ligadas à vida do núcleo urbano de Vila Real, como alfaiates, bagageiros, sapateiros, ourives, tinteiros, sineiros, professores de música, oficiais e mestres de ourivesaria e fundição.

Grande parte dos assentos de internamento contemplava o registo da naturalidade do internado. Esta informação é um elemento valioso para o conhecimento mais profundo daqueles que passaram pelo Hospital da Divina Providência, mas não só. Graças a esta informação, podemos conhecer algo mais sobre os fluxos migratórios nesta região, e descortinar alguns aspectos relacionados com a difusão de doenças.

A maioria dos pacientes era proveniente de Vila Real, e quanto às freguesias do Município, as mais referenciadas eram as situadas a Noroeste, Oeste e Sul, como Mondrões, Vila Marim, Borbela, Adoufe e Parada de Cunhos – sintomaticamente, as freguesias que mais contribuíram para as obras do Hospital no peditério efectuado em 1818.

No grupo das origens geográficas dos doentes mais distantes, destacam-se Chaves, Carrazeda de Ansiães, Bragança, Mirandela, Amarante, Penafiel e Lamego, Mondim, Guimarães, Braga, Barcelos, Ponte de Lima e Valença, e excepcionalmente, localidades portuguesas da Beira, Estremadura e Alentejo. As localidades do norte referenciadas encontravam-se servidas pelas principais vias terrestres utilizadas na época para atingir Vila Real, como as estradas Régua-Vila Real, Régua-Amarante, Amarante-Vila Real e Vila Real-Chaves – sem esquecermos a navegação fluvial do Douro.

Por estes itinerários seguiam também emigrantes espanhóis que vinham até estas paragens à procura de trabalho e de melhor vida. Passaram por Vila Real indivíduos originários de regiões como Castela-Leão, Castela-la-Mancha, Navarra e Catalunha, mas a esmagadora maioria era oriunda da Galiza, sobretudo de Orense, Lugo, Santiago de Compostela, Corunha, Tui, Pontevedra e Vigo.

Migrantes desde longa data, os galegos corriam todo o Reino e, por isso, encontramos frequentemente homens, mulheres e crianças galegas em hospitais portugueses do século XIX.¹¹³ Como criados, jornaleiros e pedreiros, entre todo o tipo de actividades, a eles se devem muitos dos socalcos que enformaram a região vinhateira duriense.

Conhecendo essa realidade evocada por tantos autores, como o famoso barão de Forrester no seu *Map of the Wine District of the Alto Douro*¹¹⁴, é imediata a impressão que nos fica quando olhamos para a sazonalidade das suas hospitalizações: a partir de Junho ouvia-se falar o galego no Hospital da Divina Providência e mais ainda nos meses de Setembro e Outubro, a denunciar a sua ligação com as vindimas.¹¹⁵

O movimento hospitalar em Vila Real apresentou ritmos sazonais de internamentos semelhantes a outros hospitais contemporâneos portugueses e europeus. O Verão era habitualmente a época de maior incidência de hospitalizações no passado. Em Vila Real também se pode dizer que ocorria algo semelhante, só que as hospitalizações prolongavam esse pico até Outubro. Ou seja, havia uma prevalência do período estival-outonal e da escassez das águas. Este comportamento relacionava-se não só com o clima e as doenças associadas, mas também com a vitivinicultura. Neste caso, o afluxo de migrantes vindos de outras regiões, com destaque para os galegos, aumentava a população residente. Era uma questão de proporção – mais gente, maior possibilidade de existirem doentes.

A evolução dos internamentos nos primeiros cinquenta anos de vida do Hospital da Divina Providência confirma este axioma. Os dois momentos de significativo aumento ocorreram no contexto de dois conflitos que terão perturbado o equilíbrio populacional de Vila Real: as invasões francesas e as confrontações entre liberais e absolutistas (1832-1834).

Tirando o primeiro sobressalto das invasões francesas, os anos que vão desde a fundação até ao final da década de 1820 revelam alguma estabilidade entre as 50 e as 100 pessoas por ano. Pelo meio destaca-se 1804, ano de surtos epidémicos no norte do País – e mesmo de um surto de peste no nordeste trasmontano – que também atingiram Vila Real.

O período das invasões francesas superou largamente os índices observados até aí, devido à presença de militares. O encargo de os assistir¹¹⁶ e o estado de guerra criaram grandes dificuldades à Santa Casa, levando mesmo ao encerramento do Hospital por três vezes: entre Abril e Agosto de 1809, entre Agosto de 1810 e Janeiro de 1811, e entre Fevereiro e Novembro de 1812.

A afluência de tropas a Vila Real foi certamente alta, tendo em conta que existiu um “hospital militar” (entenda-se, de campanha) e que houve militares acolhidos em conventos, como o de S. Domingos.

Durante estes anos, a guerra e os militares marcaram a vida do Hospital, e lá estiveram os “caçadores trasmontanos”, “infantaria 12” (Chaves), “infantaria 24” (Bragança) e as milícias locais, entre outros. E ainda alguns espanhóis, um inglês e um holandês, todos “aliados”.

Finda a turbulência da guerra, o movimento do Hospital regressou ao ritmo anterior, com a década seguinte a marcar o início das obras para o novo edifício... e com a Mesa da Misericórdia a travar a entrada de militares doentes nas instalações daquele, tendo em atenção a exiguidade das instalações e os encargos acrescidos com o seu internamento.

Documento n.º 24 - Ofício do Governo lamentando que os militares do regimento de infantaria n.º 12 não fossem tratados no Hospital da Divina Providência (1821)

Sendo presente a sua majestade, em ofício de 21 do mês próximo passado, do brigadeiro interinamente encarregado do governo das armas da província de Trás-os-Montes, dirigido ao tenente-general, que era ajudante general do exército, a dificuldade e repugnância que a Mesa da Misericórdia de Vila Real tinha mostrado, e praticado, em receber e tratar no seu Hospital os doentes do destacamento do regimento de infantaria n.º 12, que se acha na mesma vila: manda o mesmo senhor, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, estranhar ao provedor e à Mesa da Misericórdia, e do referido Hospital, a dificuldade que tem posto em receber nele os soldados doentes do referido regimento, e significar-lhe a sua real desaprovação por semelhante comportamento, de que recebeu desprazer e descontentamento. O que manda fazer presente ao mesmo provedor e Mesa da Misericórdia, para sua inteligência. Palácio de Queluz em 18 de Outubro de 1821 = Filipe Ferreira de Araújo e Castro.

Está conforme ao original. Vila Real 28 de Outubro de 1821.

O secretário do hospital João Vitorino d' Azevedo Faria

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, livro de registo de leis)

As crises políticas portuguesas da década de 1820 e a guerra civil vieram perturbar novamente a vida do Hospital da Divina Providência. Os militares reapareceram, entrou mais gente e morreu-se mais. Descobrem-se nos ingressos anuais correspondências com acontecimentos de “perturbação”: a Vilafrancada (Maio de 1823), a Abrilada (Abril de 1824), as reacções dos absolutistas contra a Carta Constitucional (1826-1827), a restauração do regime absolutista por Miguel I e as reacções por parte dos liberais.

Foram anos de forte instabilidade político-social na região, com repercussões em Vila Real e na sua região, tendo assim reflexos na vida do Hospital. Em fins de Fevereiro de 1823, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, 2.º conde de Amarante¹¹⁷, proclamou em Vila Real a reposição do regime absolutista, na tentativa de sublevar toda a província de Trás-os-Montes, movimento que precedeu a Vilafrancada. Seguiu-se um período de cerca de um mês com vários conflitos em Trás-os-Montes, que culminaram na retirada das tropas absolutistas de Silveira para Espanha. Entre Março e Junho, ingressaram no Hospital da Divina Providência 22 militares, dos quais, 18 por ferimento. Todos saíram antes do dia 11 de Junho, certamente a acompanhar a retirada do conde de Amarante antes da entrada na vila do marechal Luís do Rego Barreto, comandante das tropas constitucionais.¹¹⁸

Em Outubro de 1826, Manuel da Silveira, marquês de Chaves, promoveu a revolta contra a Carta Constitucional¹¹⁹, e em Vila Real, grupos de partidários de D. Miguel mobilizaram-se, colocando em desassossego a vila.¹²⁰ No mês seguinte, as tropas constitucionais não conseguiram evitar a

invasão de Trás-os-Montes pelas forças absolutistas, e em Dezembro, mais de dois mil homens liderados pela marquesa de Chaves invadiram Vila Real. Encontram-se, então, nos registos de ingresso no Hospital vários militares dos regimentos de infantaria 12 e 24, de cavalaria e de caçadores 9, e de algumas pessoas com contusões ou feridas, referências que se prolongaram até Janeiro de 1827.

Neste último ano, sabemos que o Hospital esteve encerrado, não se encontrando na documentação consultada explicações sobre este encerramento. Luís Cyrne de Castro refere que ocorreu um incêndio na Casa da Câmara que, à época, ficava junto ao Hospital da Divina Providência.¹²¹ É possível que esse incêndio tenha danificado parcialmente o Hospital, forçando ao seu encerramento. A grande instabilidade social e política terá sido mais uma vez bastante prejudicial para o Hospital, quer financeiramente, quer pela existência de confrontações na vila.¹²²

Regista-se um forte aumento de internamentos em 1828, quando novos conflitos tiveram como palco o Norte de Portugal.

No Verão de 1832, Pedro IV e as suas tropas desembarcaram em Pampelido e encaminharam-se para o Porto, dando assim início à Guerra Civil de 1832-1834. A elevada concentração de tropas em Vila Real, aquando da ocupação da cidade do Porto pelos constitucionais, teria sido a causa do acréscimo de internamentos nesse Verão de 1832. Por esta altura, a Mesa tentou criar mais um cargo associado ao enfermeiro, o “enfermeiro menor”, de maneira a existirem três pessoas adstritas às tarefas destes elementos.

Com a chegada do Inverno, a situação acalmou. Muitos voluntários realistas de Vila Real tinham partido para as operações do cerco do Porto e a vila deve ter ficado mais “desafogada”.¹²³

O ano de 1833 reflecte uma tendência de subida de internamentos que, na Primavera de 1834, atingiu os 80. Este significativo acréscimo de doentes coincidiu com o regresso das tropas absolutistas presentes no cerco do Porto.¹²⁴ Oliveira Martins alude à epidemia de cólera e ao penoso regresso destes homens às suas terras. Refere que eles terão contribuído para a difusão da “colera morbus”, introduzida pelas tropas mercenárias de Pedro IV.¹²⁵



A 11 de Abril de 1834, deu-se a tomada de Amarante pelo duque da Terceira, o qual, dois dias depois, entrou com as suas tropas em Vila Real.¹²⁶ No dia de entrada dos liberais em Vila Real, os livros de registo de doentes assinalam a fuga de quinze militares dos regimentos de infantaria e milícias de Vila Real. A eles somam-se seis casos em que não se colocou qualquer indicação sobre a data de entrada ou saída do Hospital, provavelmente porque teriam recebido assistência nessa mesma noite ou dia. Estes registos hospitalares revelam a grande tensão que se viveu em Vila Real perante a aproximação das tropas liberais, com a fuga apressada de muitos, especialmente combatentes comprometidos com a causa absolutista.

Em resultado destes acontecimentos, houve um “esvaziamento” do Hospital. Mas não por muito tempo. Entre Julho e Agosto deu-se um novo acréscimo de internamentos, acompanhado por um ligeiro aumento da mortalidade.

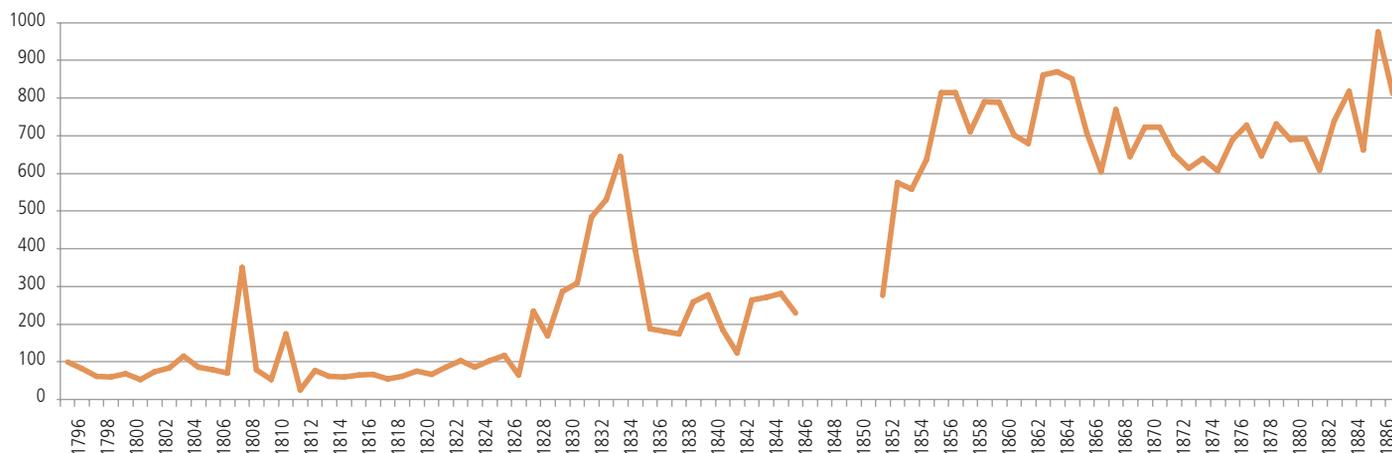
O movimento de tropas em Trás-os-Montes trouxe a Vila Real e ao seu Hospital gente dos mais diversos países: Bélgica (27), Prússia (18), Alemanha (16), Países Baixos (10), França (10), Polónia, Itália (2), Dinamarca (1), entre outros. Muitas destas nacionalidades correspondem à “geografia das revoltas liberais europeias”, a demonstrar a envolvimento da região neste período dramático da História nacional e europeia.¹²⁷

Globalmente, tendo em consideração todo o período para o qual dispomos do registo de entradas no Hospital da Divina Providência (1796-1888), podemos considerar duas fases: a primeira, de 1796 a 1852, em que o número de doentes cresce lentamente, não ultrapassando, regra geral, os 400; a segunda, entre 1853 e 1888, em que o número anual de doentes é sempre superior a 600.

Quadro n.º 37 - Entradas de doentes no Hospital da Divina Providência (1796-1888)

Ano	Entradas	Ano	Entradas	Ano	Entradas
1796	100	1827	64	1858	711
1797	82	1828	234	1859	790
1798	62	1829	168	1860	789
1799	60	1830	286	1861	702
1800	68	1831	308	1862	680
1801	53	1832	483	1863	861
1802	73	1833	530	1864	870
1803	83	1834	645	1865	851
1804	115	1835	397	1866	707
1805	86	1836	187	1867	605
1806	79	1837	181	1868	770
1807	70	1838	174	1869	645
1808	350	1839	258	1870	722
1809	78	1840	277	1871	723
1810	53	1841	184	1872	651
1811	174	1842	123	1873	613
1812	25	1843	264	1874	640
1813	76	1844	271	1875	606
1814	61	1845	281	1876	690
1815	59	1846	229	1877	727
1816	65	1847	–	1878	647
1817	66	1848	–	1879	731
1818	55	1849	–	1880	689
1819	62	1850	–	1881	692
1820	75	1851	–	1882	608
1821	66	1852	276 ¹²⁸	1883	740
1822	86	1853	575	1884	817
1823	102	1854	558	1885	661
1824	86	1855	636	1886	976
1825	102	1856	815	1887	810
1826	117	1857	814	1888	364 ¹²⁹
Total					33 995

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/Entradas e saídas de doentes)

Gráfico n.º 2 - Entradas de doentes no Hospital da Divina Providência (1796-1887)

(Fonte: ADVR/ SCMVRF/IA/Movimento de Doentes)

Com efeito, os doentes entrados anualmente no Hospital não chegaram aos 100 no período de 1796 a 1827 – com a exceção de 1804, 1808, 1823 e 1826 – subiram muito significativamente, ultrapassando os 200, durante o miguelismo e a guerra civil, nos anos de 1828-1835 (530 entradas em 1833, ano da *colera morbus*) mantiveram-se, em geral, acima dos 200 entre 1843-1852 e, subitamente, a partir de 1853, saltaram para os 575, mantendo-se até 1888 sempre acima dos 500, e chegando, em 1886, às 976 entradas, o número mais elevado desde a fundação do Hospital.

A expansão das suas instalações parece constituir o factor explicativo determinante deste elevado acréscimo de entradas na segunda metade do século XIX, que coincide com o início da Regeneração.

Relativamente ao século XX, apenas dispomos de uma referência sucinta de Montalvão Machado, *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*, onde o autor se dedica exclusivamente ao movimento do Hospital no ano de 1948, e, no Arquivo Distrital de Vila Real, de fontes relativas ao movimento do banco do Hospital, que passamos agora a analisar.

Quadro n.º 38 - Movimento do Hospital da Divina Providência (1948)

Tipo de movimento	N.º de utentes
Intervenções de grande cirurgia	310
Intervenções de pequena cirurgia	259
Doentes vindos de 1947	95
Doentes entrados em 1948	1 961
Doentes curados, melhorados ou transferidos	1 880
Doentes falecidos	81
Doentes que transitaram para 1949	94
Doentes gratuitos	1 422
Doentes não gratuitos	634

(Fonte: MACHADO, J. T. Montalvão, *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1950; ignorámos a informação relativa ao banco do Hospital, uma vez que consultámos as fontes manuscritas originais)

O Banco do Hospital da Divina Providência no século XX

O Hospital da Divina Providência, em data que não foi possível apurar, mas aprofundando uma prática que vinha já do século XIX, passou a dispor de um “banco de urgências”, designado apenas por “banco”, isto é, um departamento hospitalar destinado a atender em regime de permanência os doentes externos necessitados de tratamentos de urgência.

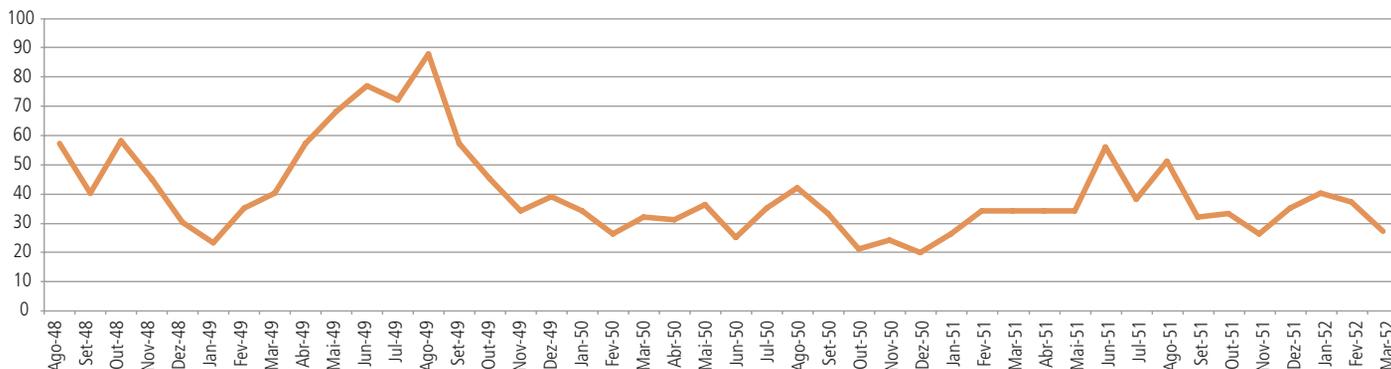
A primeira vez que nos aparece o termo “banco” no Hospital da Divina Providência é em 1945, referindo-se as fontes ao registo de doentes em tratamento no banco. Contudo, só para o período entre 1948-1952 é que dispomos de fontes contínuas e seguras, que nos permitem detectar o número de doentes externos em tratamento.

Assim, entre Agosto de 1948 e Março de 1952 (44 meses), foram tratados no banco do Hospital da Divina Providência um total de 1 761 doentes externos, o que resulta numa média de 40 doentes por mês (Quadro n.º 39 e Gráfico n.º 3).

Quadro n.º 39 - Distribuição mensal dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência (1948-1952)

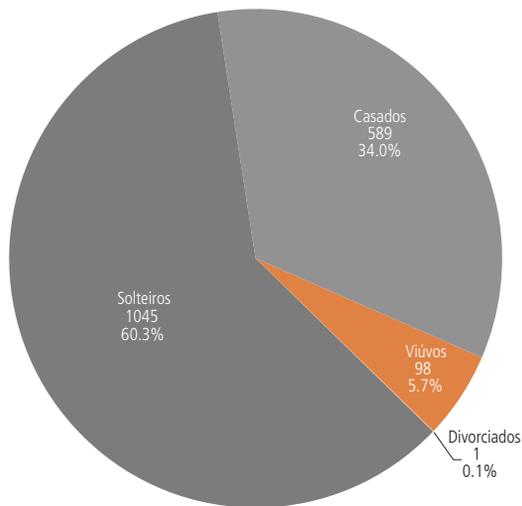
Mês	N.º de doentes	Mês	N.º de doentes
Agosto 1948	57	Junho 1950	25
Setembro 1948	40	Julho 1950	35
Outubro 1948	58	Agosto 1950	42
Novembro 1948	45	Setembro 1950	33
Dezembro 1948	30	Outubro 1950	21
Janeiro 1949	23	Novembro 1950	24
Fevereiro 1949	35	Dezembro 1950	20
Março 1949	40	Janeiro 1951	26
Abril 1949	57	Fevereiro 1951	34
Maió 1949	68	Março 1951	34
Junho 1949	77	Abril 1951	34
Julho 1949	72	Maió 1951	34
Agosto 1949	88	Junho 1951	56
Setembro 1949	57	Julho 1951	38
Outubro 1949	45	Agosto 1951	51
Novembro 1949	34	Setembro 1951	32
Dezembro 1949	39	Outubro 1951	33
Janeiro 1950	34	Novembro 1951	26
Fevereiro 1950	26	Dezembro 1951	35
Março 1950	32	Janeiro 1952	40
Abril 1950	31	Fevereiro 1952	37
Maió 1950	36	Março 1952	27

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Movimento de Doentes)

Gráfico n.º 3 - Distribuição mensal dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência (1948-1952)

(Fonte: ADVR/ SCMVR/FIA/Movimento de Doentes)

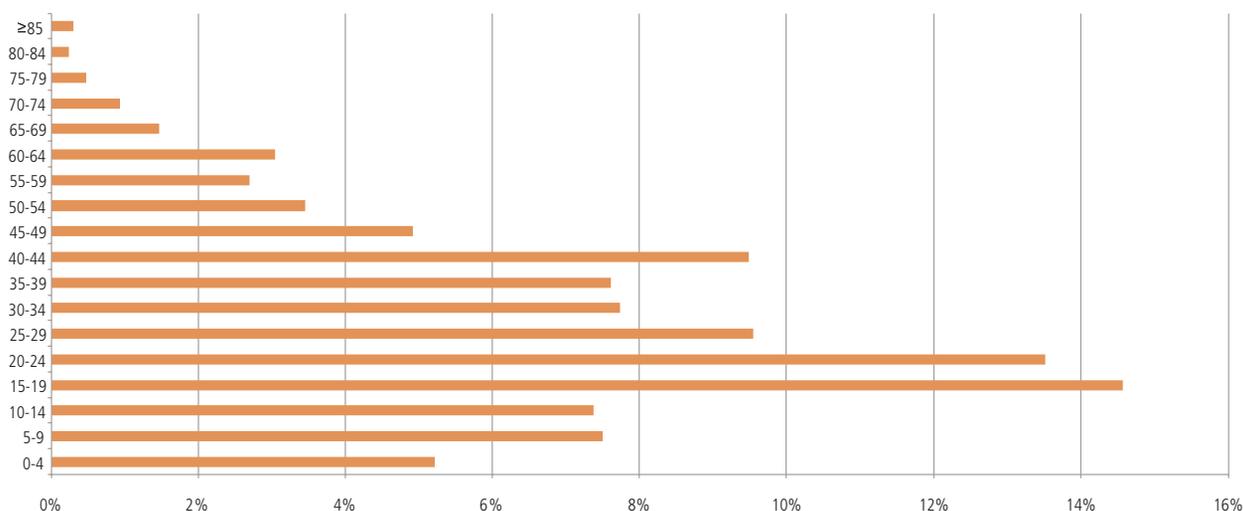
A distribuição do número total de doentes por sexos revela-se equilibrada (50,8% de homens, 49,2% de mulheres). Se tivermos em consideração o estado civil, verificamos que prevalecem os solteiros (60,3%), seguidos naturalmente pelos casados (34%) (Gráfico n.º 4).

Gráfico n.º 4 - Distribuição dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência, por estado civil (1948-1952)

(Fonte: ADVR/ SCMVR/FIA/Movimento de Doentes)

A sua repartição por grupos etários demonstra-nos que a idade média dos doentes é de 28,7 anos, sendo a faixa etária mais representativa a dos 15-19 anos (14,6%). O doente mais novo tinha apenas dois meses de idade e o mais velho 100 anos. Do número total de doentes externos tratados no banco deste Hospital, 62% têm idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos (Gráfico n.º 5).

Gráfico n.º 5 - Distribuição dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência, por grupo etário (1949-1951)



(Fonte: ADVR/ SCMVRF/A/Movimento de Doentes)

A generalidade dos doentes ficou internada entre 10 a 15 dias. Acima de um mês de internamento são muito raros os doentes, tendo-se prolongado o internamento mais longo por 99 dias. A esmagadora maioria dos doentes é natural do concelho de Vila Real. Apenas 15 doentes são naturais de outros concelhos do distrito. Não trasmontanos, detectámos três doentes de Lisboa e um de Setúbal. A média mensal de curativos ronda os 850, e a média de pequenas operações efectuadas no banco atinge as 23 por mês.

As patologias mais frequentes dizem respeito a feridas, infecções de diversa natureza (com especial relevância para os casos de panarício e de abcessos, mas também conjuntivites, otites, bronquites, etc.), tuberculose, cancros, eczemas, úlceras e reumatismo. Isto é, pela própria natureza de um banco hospitalar, a ele recorriam pessoas com doenças que necessitavam de uma intervenção clínica mais imediata.

Todavia, se centrarmos a nossa análise quanto às pessoas entradas no Hospital da Divina Providência, verificamos que as doenças que afectavam os indivíduos que davam entrada neste estabelecimento se situam ao nível das avitaminoses, doenças cardiovasculares, sífilis e afecções gonocócicas (gonorreia), e, finalmente, do sezonismo (malária). No seu conjunto, estas patologias correspondem a cerca de 57% das situações clínicas diagnosticadas no Hospital da Divina Providência em 1948 (Quadro n.º 40).

Quadro n.º 40 - Doenças das pessoas entradas no Hospital da Divina Providência (1948)

Doenças	Homens	Mulheres
Tuberculoses que não do aparelho respiratório	-	22
Tumores malignos	2	18
Doenças Cardiovasculares	158	131
Sífilis	161	156
Afecções gonocócicas	43	28
Nervosas e mentais	2	4
Avitaminoses e outras doenças por carência	189	187
Sezonismo	35	27
Outras doenças	451	347
Total	1 041	920

(Fonte: MACHADO, J. T. Montalvão, *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada, 1950)

Movimento de doentes externos em tratamento no Banco (1948)

5.6. Mortalidade no Hospital da Divina Providência

Quanto à mortalidade registada neste Hospital, foi possível, através das fontes disponíveis, detectar a sua intensidade desde as suas origens até 1960. Na impossibilidade de efectuarmos uma análise mais aprofundada das diversas variáveis a explorar no âmbito da mortalidade, para todo o período considerado – que só por si daria um trabalho autónomo, incompatível com a dimensão desta obra e com o tempo de que dispusemos para produzir a História da Misericórdia –, optámos por seleccionar dois períodos de vinte anos, separados por um século (1840-1859 e 1940-1959), analisando elementos tais como a distribuição mensal dos óbitos, o concelho de residência dos falecidos, o seu género, idade e estado civil; a doença ou diagnóstico que terão conduzido à morte; e o cemitério em que os indivíduos que morriam no Hospital eram enterrados.

Distribuição anual dos óbitos

O estudo da mortalidade no Hospital da Misericórdia de Vila Real teve em consideração o número anual de óbitos que ocorreram entre 1796-1960. Tal número revelou-se inferior a 20 entre 1796-1815 (apenas três óbitos em 1812), atingiu valores bastantes elevados durante a guerra civil de 1832-1834 (82 óbitos em 1833, ano da *colera morbus*), número que só irá ser ultrapassado em 1918-1919 (121 em 1918), devido à gripe pneumónica que vai assolar Portugal, o qual, por sua vez, até 1960, apenas será superado nos anos de 1939 a 1944 (142 em 1941, o valor mais elevado de sempre), ou seja, durante a Segunda Guerra Mundial. Após 1947 e até 1960, a mortalidade do Hospital regressou aos números da viragem do século XIX para o século XX.

Isto é, o número de óbitos aumentou muito pouco durante o período considerado, o que traduz uma baixa contínua da mortalidade, se atendermos ao alargamento progressivo da lotação do Hospital e da sua área de influência neste século e meio, correspondendo os seus picos a epidemias e à carestia de vida.

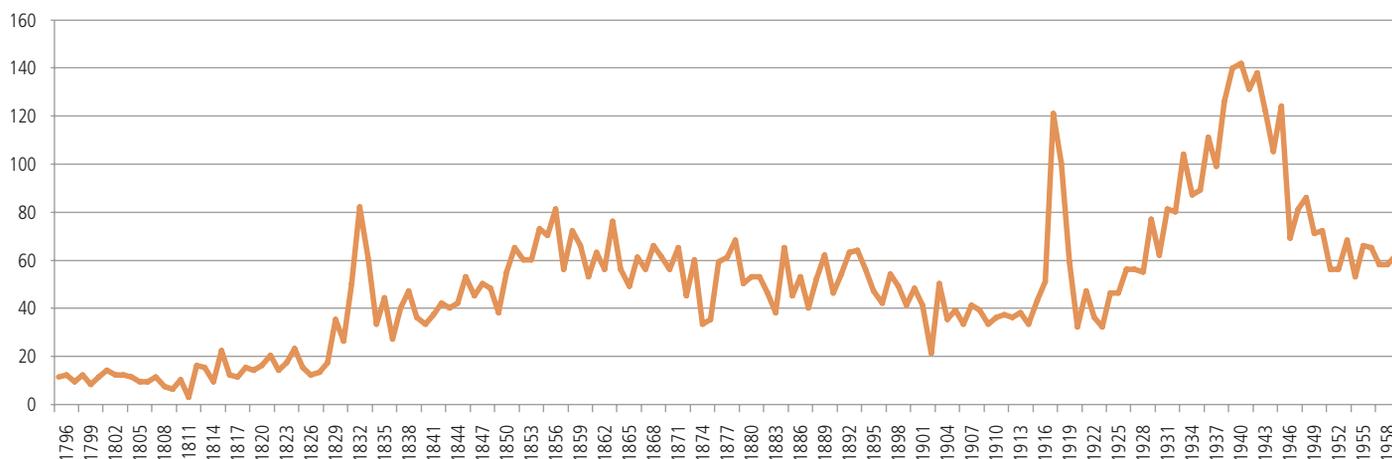
Quadro n.º 41 - Óbitos no Hospital da Divina Providência (1796-1960)

Ano	Óbitos	Ano	Óbitos	Ano	Óbitos	Ano	Óbitos
1796	11	1838	40	1880	50	1922	47
1797	12	1839	47	1881	53	1923	36
1798	9	1840	36	1882	53	1924	32
1799	12	1841	33	1883	46	1925	46
1800	8	1842	37	1884	38	1926	46
1801	11	1843	42	1885	65	1927	56
1802	14	1844	40	1886	45	1928	56
1803	12	1845	42	1887	53	1929	55
1804	12	1846	53	1888	40	1930	77
1805	11	1847	45	1889	52	1931	62
1806	9	1848	50	1890	62	1932	81
1807	9	1849	48	1891	46	1933	80
1808	11	1850	38	1892	54	1934	104
1809	7	1851	56	1893	63	1935	87
1810	6	1852	65	1894	64	1936	89
1811	10	1853	60	1895	56	1937	111
1812	3	1854	60	1896	47	1938	99
1813	16	1855	72	1897	42	1939	126
1814	15	1856	70	1898	54	1940	140
1815	9	1857	80	1899	49	1941	141
1816	22	1858	55	1900	41	1942	131
1817	12	1859	71	1901	48	1943	138
1818	11	1860	66	1902	41	1944	122
1819	15	1861	53	1903	21	1945	105
1820	14	1862	63	1904	50	1946	124
1821	16	1863	56	1905	35	1947	69
1822	20	1864	76	1906	39	1948	81
1823	14	1865	56	1907	33	1949	86
1824	17	1866	49	1908	41	1950	71
1825	23	1867	61	1909	39	1951	72
1826	15	1868	56	1910	33	1952	56
1827	12	1869	66	1911	36	1953	56
1828	13	1870	61	1912	37	1954	68
1829	17	1871	56	1913	36	1955	53
1830	35	1872	65	1914	38	1956	65
1831	26	1873	45	1915	33	1957	65
1832	50	1874	60	1916	43	1958	58
1833	82	1875	33	1917	51	1959	57
1834	60	1876	35	1918	121	1960*	62
1835	33	1877	59	1919	100		
1836	44	1878	61	1920	59		
1837	27	1879	68	1921	32		
Total							8 219

* Não inclui o mês de Dezembro

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

Gráfico n.º 6 - Óbitos no Hospital da Divina Providência (1796-1960)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

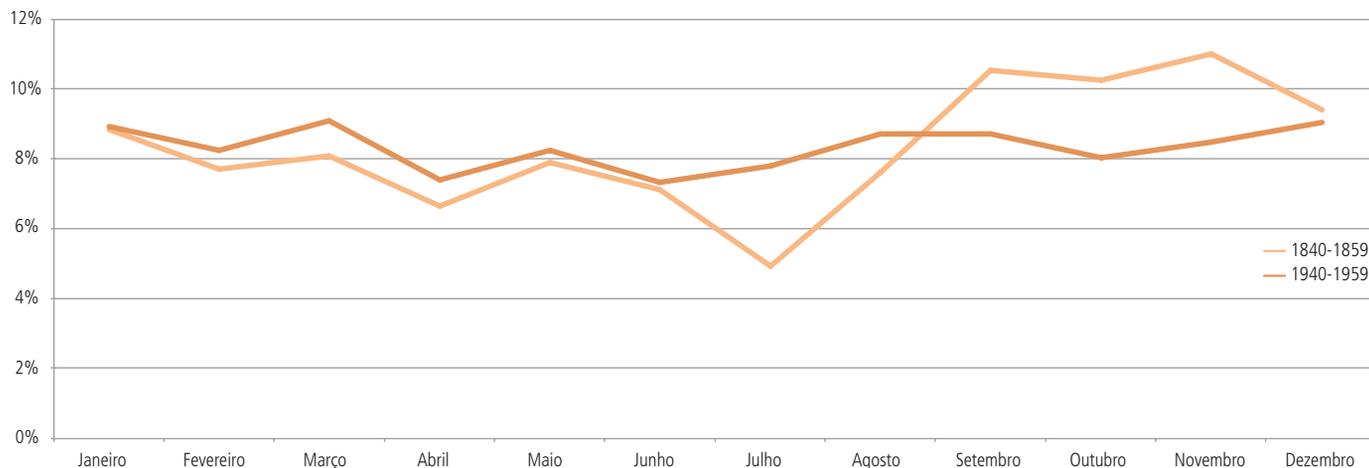
Os picos da mortalidade hospitalar correspondem a crises de mortalidade provocadas pelas epidemias – cólera *morbus*, febre-amarela, gripe pneumónica, etc. – e a carências de natureza alimentar – Segunda Guerra Mundial –, que tornaram o corpo humano mais frágil perante a morte. Não é por acaso que, em 1948, a doença mais apontada aos enfermos entrados no Hospital foi a “avitaminose”.

Distribuição de óbitos por mês

Quanto à distribuição de óbitos por meses, verificamos, entre 1840-1859, uma clara diminuição da mortalidade no mês de Julho, seguida de um acentuado crescimento até ao mês de Novembro, em que a mortalidade praticamente triplica, decrescendo progressivamente ao longo dos meses seguintes, até Julho seguinte. Esta distribuição, que coincide em termos gerais com aquela já observada em períodos anteriores ao que estamos a tratar, tem obviamente a ver com a entrada de doentes/movimento do hospital, com a escassez de água e as gastroenterites de Setembro e Outubro, e com o clima, já que os meses mais frios são mais propícios ao aparecimento de doenças do foro pulmonar e à deficiente alimentação que, combinados, fazem crescer o número dos que buscam tratamento no Hospital e aí acabam por falecer.

Nesta questão da sazonalidade, elemento não menosprezável é o das migrações temporárias, já que os picos mensais de mortalidade coincidem com a época das colheitas, e muito especialmente das vindimas, altura em que se assiste a um elevado acréscimo da população flutuante, nomeadamente de galegos, que constituíam um número bastante significativo no total de óbitos do Hospital da Divina Providência, e que se concentravam na região com especial intensidade nos meses de Setembro e Outubro, meses típicos de elevada mortalidade, como sabemos, na demografia de Antigo Regime.

Já para o período entre 1940-1959, a variação da mortalidade é muito menos acentuada, existindo um grande equilíbrio da distribuição por meses, fruto da melhoria das condições higiénico-sanitárias e dos avanços da medicina, que fizeram atenuar os efeitos das alterações climáticas e da contaminação das águas na saúde, ao nível das patologias mortais. Por outro lado, as migrações sazonais, em meados do século XX, tinham já perdido a intensidade de outrora. Como tal, as flutuações demográficas, especialmente de galegos, nos meses das colheitas, deixaram de ter impacto na mortalidade do Hospital.

Gráfico n.º 7 - Distribuição mensal dos óbitos no Hospital da Divina Providência (1840-1859 / 1940-1959)

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

Distribuição de óbitos por gênero

Analisemos agora a distribuição dos óbitos ocorridos no Hospital da Divina Providência por gênero, nos períodos indicados. Observando o Gráfico n.º 8, verificamos que, entre 1840-1859, os homens constituem a maioria dos pacientes falecidos neste estabelecimento, abrangendo praticamente dois terços do total. A que se deve tal predominância?

Para compreendermos a preponderância do sexo masculino nos óbitos do Hospital, é preciso atentar no período em estudo e na sociedade de então, nos preconceitos que perduravam, agravados por se tratar de uma região particularmente conservadora e com tradições religiosas muito arraigadas. Como tal, a entrada de uma mulher num ambiente predominantemente masculino não era socialmente bem aceita, já que aquela pertencia ao recato do lar, e não se devia expor a terceiros a não ser em último recurso, acabando muitas vezes por falecer em casa.

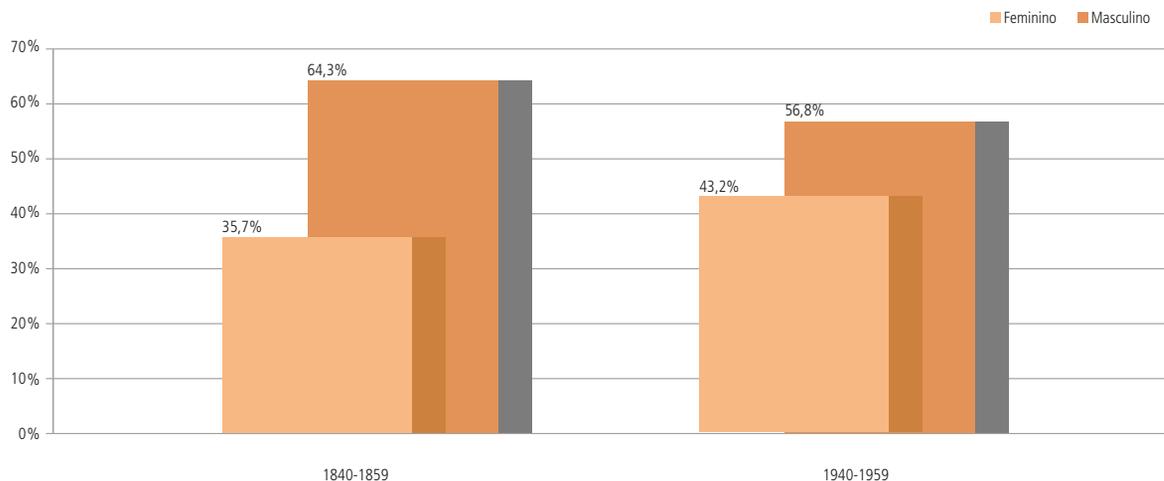
Por outro lado, grande parte dos falecidos provinha das classes trabalhadoras, já que o ambiente de trabalho – grande concentração de indivíduos e condições higiênico-sanitárias muito precárias – era especialmente propício à propagação de doenças letais, como veremos mais à frente. E, como é sabido, as classes trabalhadoras eram constituídas maioritariamente por indivíduos do sexo masculino.

Um século depois, é notório o maior equilíbrio na distribuição dos óbitos por gênero, em resultado da progressiva mudança de mentalidades, da afirmação social das mulheres e de um menor preconceito numa região, apesar de tudo, ainda bastante conservadora. De qualquer forma, se a diferença entre o sexo masculino e o feminino era de 28,6% entre 1840-1859, cem anos volvidos essa diferença reduz-se para 13,6%, ou seja, menos de metade.

Quadro n.º 42 - Distribuição dos óbitos por gênero (1840-1859 / 1940-1959)

Anos	Masculino	Feminino	Total
1840-1859	677	376	1 053
1940-1959	999	759	1 758

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

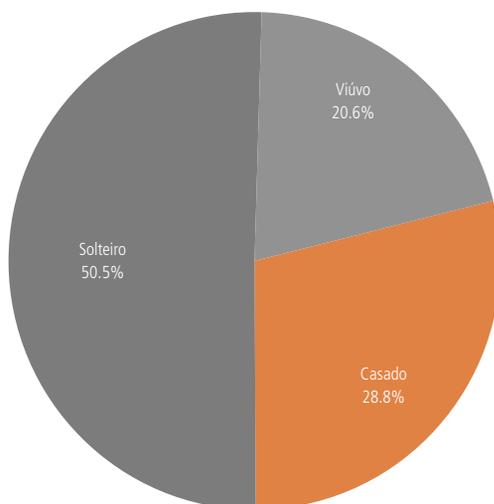
Gráfico n.º 8 - Distribuição dos óbitos por género (1840-1859 / 1940-1959)

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

Distribuição de óbitos por estado civil e por idade

A distribuição de óbitos por estado civil reveste-se de particular importância, uma vez que nos termos de óbito entre 1840-1859 não consta a idade, pelo que só a observação do estado civil nos permite fazer uma aproximação, ainda que especulativa, quanto à distribuição etária dos indivíduos falecidos – os solteiros serão maioritariamente mais jovens, os viúvos mais velhos –, embora, obviamente, sem a fiabilidade que a menção expressa da idade nos daria.

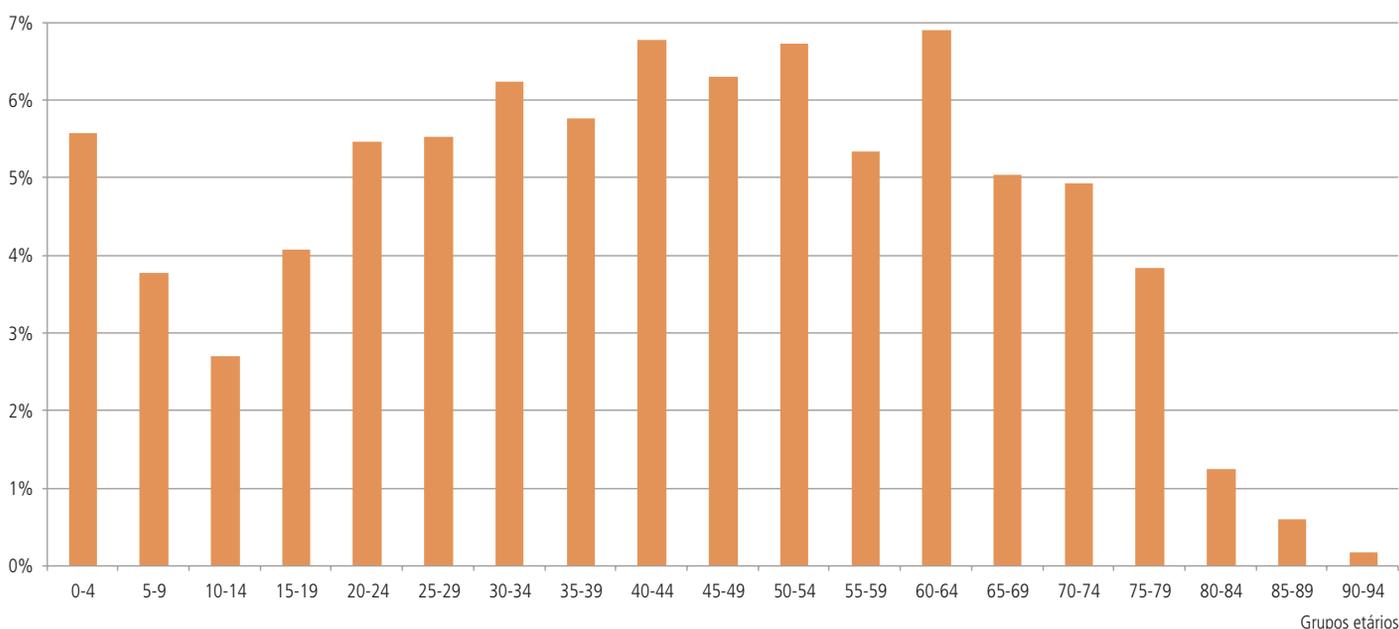
Através do Gráfico n.º 9, concluímos que mais de metade dos indivíduos falecidos no Hospital da Divina Providência, durante este período, é solteira, não se registando alterações significativas quando atentamos ao género. Este facto permite-nos deduzir que, contrariamente ao que seria expectável – por norma, estabelece-se uma relação directamente proporcional entre mortalidade e idade –, se trata de uma mortalidade relativamente jovem. Esta situação é justificada por algumas das explicações dadas anteriormente, ou seja, uma parte muito significativa dos utentes do Hospital da Divina Providência era composta por jovens trabalhadores, muitos deles migrantes, que procuravam mais activamente tratamento para as suas doenças, ao contrário da população de idade avançada, que mais depressa se conformaria com a inevitabilidade da doença e da morte, associando este facto à questão religiosa e à reduzida capacidade de mobilidade dos mais idosos.

Gráfico n.º 9 - Distribuição dos óbitos por estado civil (1840-1859)

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

Relativamente ao período entre 1940-1959, os termos de óbito já incluem a indicação da idade do falecido, omitindo o seu estado civil. De todo o modo, podemos constatar que existe uma distribuição relativamente equitativa pelos diversos grupos etários, com a moda a verificar-se no grupo dos 60-64 anos e a mediana nos 40-44 anos – o que parece traduzir uma esperança de vida relativamente baixa –, não havendo variações significativas até à faixa dos 75-79 anos. É de destacar, ainda assim, a elevada mortalidade infantil – cerca de 12% dos óbitos registados no Hospital da Divina Providência, neste período, diz respeito a crianças até aos 14 anos, e isto sem incluirmos os nados mortos, que optámos por não incluir no Gráfico n.º 10, mas que, só por si, representam 11,4% dos óbitos entre 1940-1959.

Gráfico n.º 10 - Distribuição dos óbitos por grupos etários (1950-1959)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/IA/Termos de óbitos)

Distribuição de óbitos por naturalidade/residência

Os termos de óbito, nos anos de 1840-1859, por norma, referem-se à naturalidade, e não à residência, sendo que, regra geral, o local de residência coincidia com o da naturalidade, pois o escrivão tem o cuidado de mencionar, em situação excepcionais, que se trata de um natural de uma determinada localidade, mas residente noutra, normalmente em Vila Real ou nos seus arredores. A combinação deste facto com a reduzida mobilidade das populações na época em estudo leva-nos a acreditar que naturalidade e residência são uma e a mesma coisa, pelo menos na maioria dos casos, podendo, contudo, existir alguma discrepância.

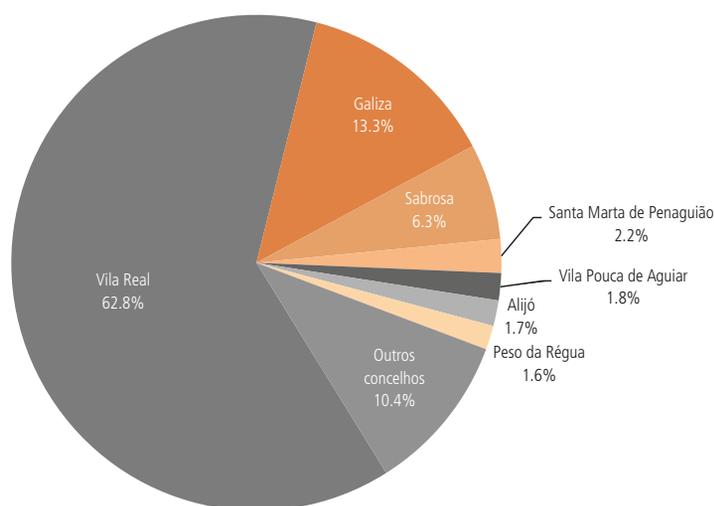
No entanto, uma vez que para o século XX essa distinção é clara, e pelo facto da indicação de residência ser aquela que melhor traduz o alcance geográfico da acção do Hospital da Divina Providência – a naturalidade apenas indica o local de nascimento, e não o local onde, de facto, um determinado indivíduo vive –, optámos por centrar a nossa análise na residência, de modo a estabelecermos uma comparação mais fidedigna.

Com base nestes pressupostos, concluímos, pela análise do Gráfico n.º 11, que para o período entre 1840-1859, quase dois terços dos indivíduos falecidos no Hospital da Divina Providência residiam no concelho de Vila Real, por razões óbvias, já que era, de longe, o concelho mais populoso da região e, simultaneamente, aquele em que se localizava este Estabelecimento, numa altura em que os transportes eram péssimos e praticamente inexistentes.

Quanto às restantes proveniências, evidenciam-se os residentes na Galiza, com mais de 13% do total, que se deslocavam à região de Vila Real, como já tivemos oportunidade de referir, na época das colheitas. Aliás, os galegos representam, no seu conjunto, 65% do total de indivíduos falecidos no Hospital da Misericórdia, residentes fora do distrito de Vila Real, o que diz muito da presença galega nesta região, durante o período em análise.

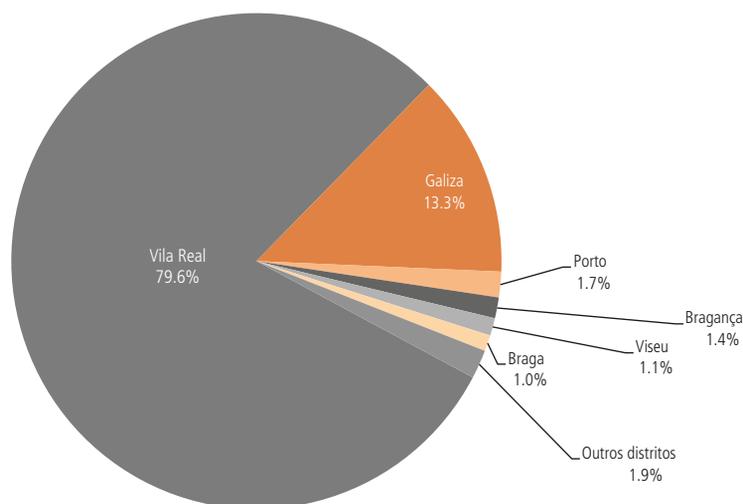
Embora os concelhos vizinhos de Vila Real consigam ter, no seu conjunto, alguma importância, o facto é que, como se constata pelo Gráfico n.º 12, que analisa a residência por distrito, mais de 90% dos indivíduos falecidos no Hospital da Divina Providência, em meados do século XIX, residiam no distrito de Vila Real ou na Galiza, e apenas 7% vinham de outros distritos do Norte do País, ou seja, o Hospital tinha um alcance eminentemente local e regional.

Gráfico n.º 11 - Distribuição dos óbitos por concelho de residência e Galiza (1840-1859)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

Gráfico n.º 12 - Distribuição dos óbitos por distrito de residência e Galiza (1840-1859)



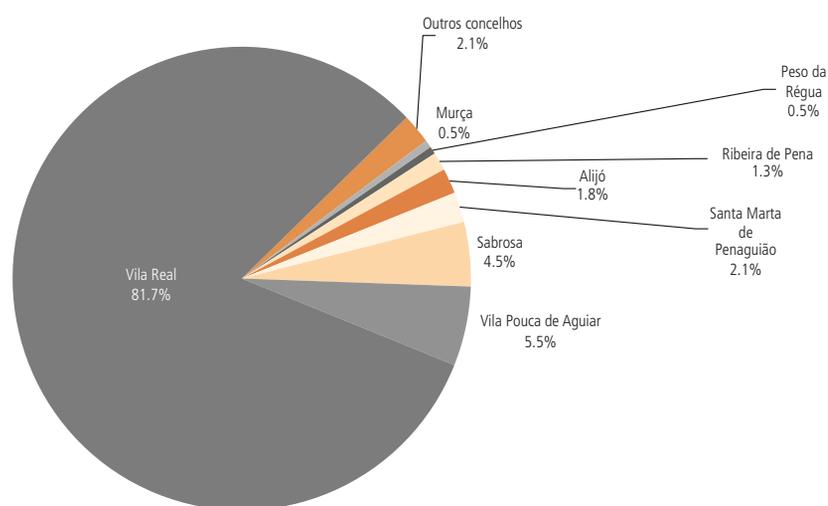
(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

Mas se a importância dos residentes locais ou regionais em meados do século XIX é por demais evidente, para o período entre 1940-1959, esse predomínio torna-se esmagador. Como se verifica pela análise do Gráfico n.º 13, nestas duas décadas, no Hospital da Divina Providência, morriam essencialmente residentes do concelho de Vila Real (81,7% do total). Se a este juntarmos os concelhos limítrofes de Vila Pouca de Aguiar, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião, alcançamos uma percentagem de 94% do total de óbitos.

O carácter essencialmente regional do Hospital da Divina Providência em meados do século XX torna-se ainda mais evidente ao efectuarmos a sua distribuição por distritos (Gráfico n.º 14). De facto, apenas 1,4% dos indevidos falecidos neste estabelecimento residiam em concelhos não pertencentes ao distrito de Vila Real.

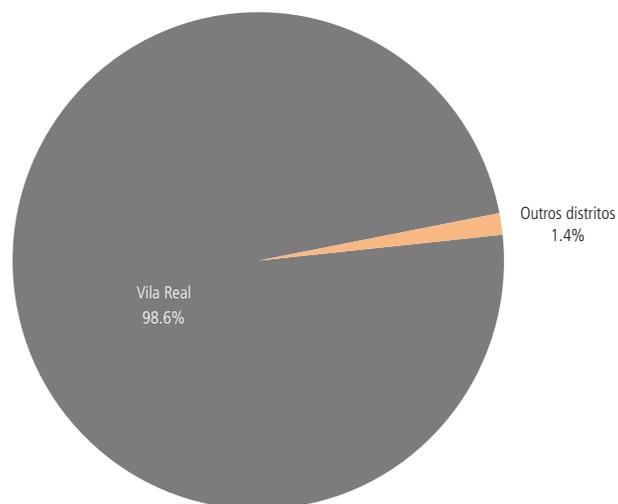
Estes números são a consequência evidente, por um lado, da existência de outros hospitais no distrito de Vila Real; por outro lado, do fim ou da diminuição acentuada da chegada sazonal de galegos; e por outro lado ainda, da melhoria dos tratamentos médicos e das condições de transporte, que permitiam a transferência de doentes para outros estabelecimentos mais bem equipados, ou mais próximos dos seus locais de residência.

Gráfico n.º 13 - Distribuição dos óbitos por concelho de residência (1940-1959)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

Gráfico n.º 14 - Distribuição dos óbitos por distrito de residência (1940-1959)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

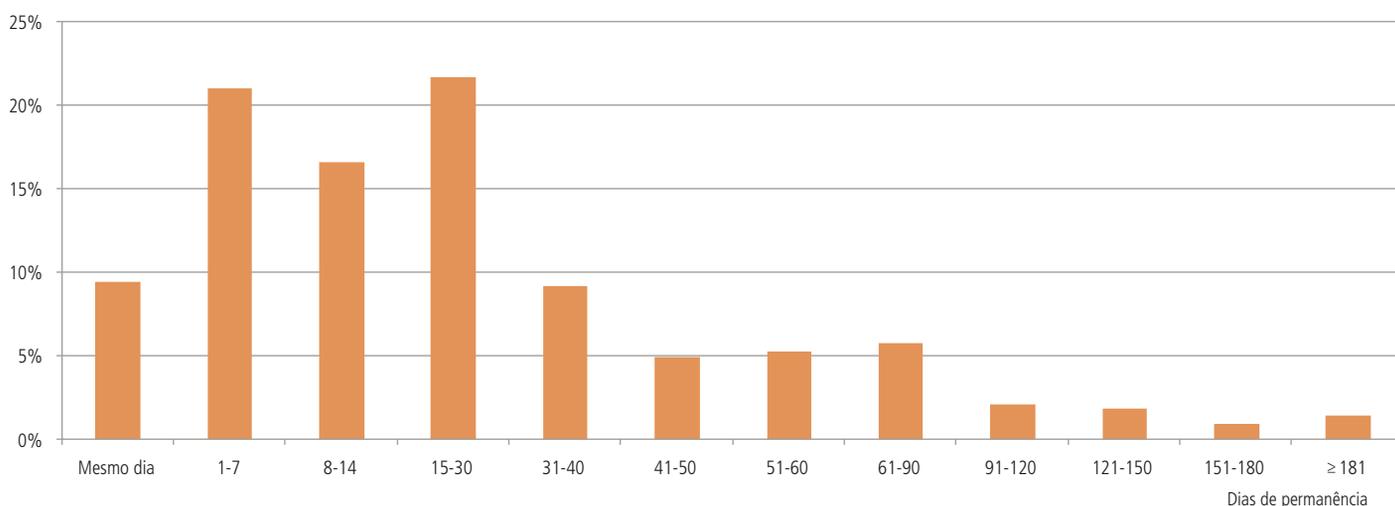
Tempo de permanência no Hospital

Quanto a esta variável, apenas nos foi possível efectuar a sua análise para o século XIX, entre 1840-1859. Assim, relativamente aos dias de permanência no Hospital, ou seja, ao tempo decorrido entre o momento da entrada do doente nesta unidade de saúde e a data do seu falecimento, constatamos que 31,3% dos indivíduos permaneciam mais de um mês internados até falecerem, e 9,4% morriam no mesmo dia em que entravam, ou entravam já cadáveres (Gráfico n.º 15).

Este tempo de permanência tem muito a ver com a natureza das próprias doenças, ou seja, depende-se que boa parte dos doentes que vieram a falecer no Hospital da Divina Providência e que aí permaneceram menos de uma semana (30,4%), entravam já em estado terminal ou numa fase muito avançada da doença.

Por outro lado, recordamos que na época em estudo ainda não tinha acontecido a chamada revolução *pasteuriana*, com o seu contributo para a compreensão da “ciência dos micróbios” e a consequente criação de técnicas para a prevenção de doenças e de processos infecciosos, pelo que se verificava a ausência de tratamentos eficazes para boa parte das doenças. Não é de estranhar, como tal, que os cuidados prestados no Hospital da Divina Providência, como nos outros estabelecimentos hospitalares, fossem essencialmente de carácter paliativo, pouco podendo obstar ao rápido progresso das doenças mais letais, verificando-se assim a morte num espaço de tempo relativamente curto.

Gráfico n.º 15 - Distribuição dos óbitos por tempo de permanência no Hospital (1840-1859)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/IA/Termos de óbitos)

Distribuição dos óbitos por doença/diagnóstico

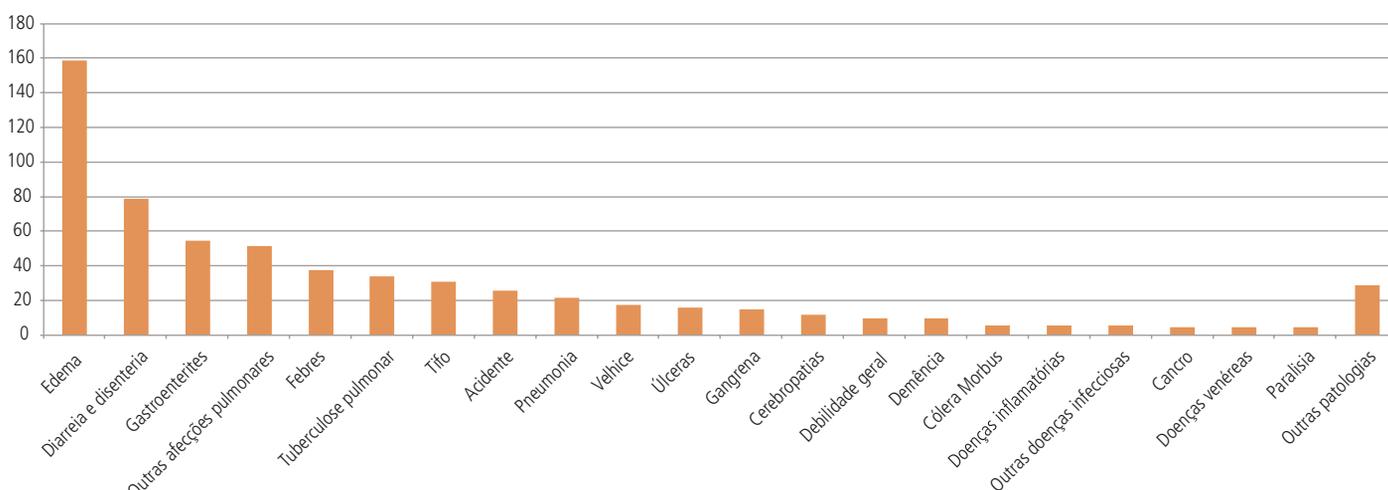
Passemos à análise das doenças que terão provocado a morte dos doentes entrados no Hospital. Na nossa investigação, encontrámos largas dezenas de expressões de diagnósticos diferentes, existindo, contudo, concretamente para os anos de 1840-1859, uma grande dificuldade em caracterizar as doenças com algum rigor, dada a incapacidade dos clínicos em detectar as mesmas. De facto, está presente nos seus diagnósticos uma evidente confusão entre sintomas e/ou manifestações de uma determinada doença (com destaque para as várias febres) com as doenças propriamente ditas.

De qualquer forma, por aquilo que nos é dado a conhecer pelos termos de óbito, é notória a predominância dos edemas generalizados, especialmente a hidropisia, a ascite e a anasarca (vulgo barriga-de-água) resultantes, quer de problemas de má nutrição, quer de questões pulmonares ou até de falta de higiene, não se tratando, em boa verdade, de doenças propriamente ditas, mas antes de manifestações das péssimas condições de vida com que as populações locais se confrontavam diariamente.

Nota ainda para as doenças do foro pulmonar (catarro, pneumonia, tuberculose), próprias do clima local, para as doenças do foro gastrointestinal (diarreia, disenterias e gastroenterites), relacionadas com a má qualidade da alimentação e a contaminação das águas, e para o tifo, doença de contornos epidémicos, intimamente associada a fracas condições de higiene.

Não cabe no âmbito deste trabalho a explicação científica, médica, das diferentes doenças – em boa verdade, seria preciso um longo estudo para avançar com um tratamento rigoroso desta matéria –, pelo que gostaríamos apenas de salientar a importância de alguns grupos de doenças, como aquelas relacionadas com a idade avançada, como a “velhice”, a “caquexia”, a “decrepitude” e a “demência”; e, por outro lado, os óbitos decorrentes de acidentes, como “fracturas”, “gangrena” e “feridas”, raramente havendo o cuidado de especificar sequer a parte do corpo afectada. Encontram-se ainda várias expressões rigorosas na altura de registar a causa do óbito, tais como “assassinado”; “queda na corrida de touros”; “úlceras na mãe”, ou seja, no útero – embora o termo científico fosse conhecido, raramente era utilizado, certamente por uma questão de pudor –; “ferimentos com arma de fogo”; e um diagnóstico particularmente curioso: “sendo o causal da sua morte o ter-lhe acontecido o arrebentar de um telhado abaixo”.

Gráfico n.º 16 - Distribuição dos óbitos por doença/diagnóstico (1840-1859)

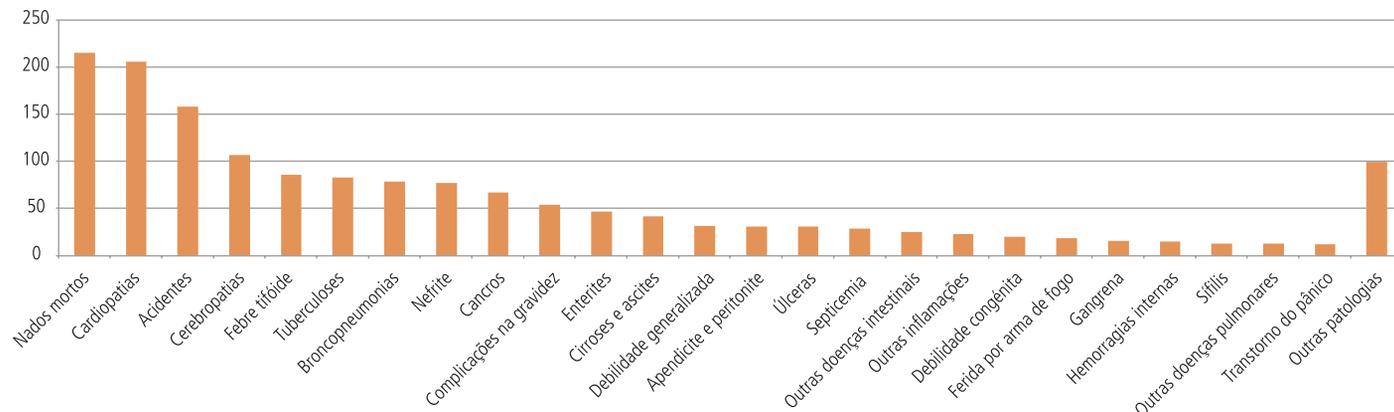


(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/IA/Termos de óbitos)

Já no século XX, o cenário muda radicalmente de figura. Agora, é notório no diagnóstico que consta dos termos de óbitos algum cuidado na identificação criteriosa da patologia que resultou na morte do doente. Entre a variedade das causas, e além do elevado número de nados mortos, destacam-se as cardiopatias (miocardites, insuficiências cardíacas, endocardites, síncope, assistolias e anginas); os acidentes, com destaque para as queimaduras, mas também os referentes a fracturas, feridas, contusões, traumatismos e esmagamentos; e as cerebropatias, nomeadamente ao nível de hemorragias cerebrais, encefalites, apoplexias e meningites

Merecem ainda destaque, pelos seus números – mais de cinquenta óbitos, no período entre 1940-1959 –, a febre tifóide – por exemplo, em 1947, entraram no Hospital 56 doentes com febre tifóide, dos quais morreram seis –, a tuberculose (pulmonar, intestinal, renal e óssea), as broncopneumonias, as nefrites, diversos tipos de cancro e as complicações relacionadas com a gravidez e o parto, que incluem infecções puerperais, roturas uterinas, tetânia e eclampsia.

Obviamente, a profusão da maior parte destas doenças, quando comparadas com os dados relativos a 1840-1859, resultam tanto da melhor identificação das doenças – uma vez que muitos dos sintomas indicados no século XIX como causa da morte diziam respeito às patologias agora indicadas e que, um século antes, ficavam por identificar –, como da melhoria das condições de vida da população, nomeadamente ao nível da subnutrição e da higiene, já que as doenças a elas associadas vêm a sua importância francamente diminuída. O mesmo não se pode dizer de doenças do foro respiratório e pulmonar, que continuavam a ceifar numerosas vidas, como acontecia cem anos antes.

Gráfico n.º 17 - Distribuição dos óbitos por doença/diagnóstico (1940-1959)

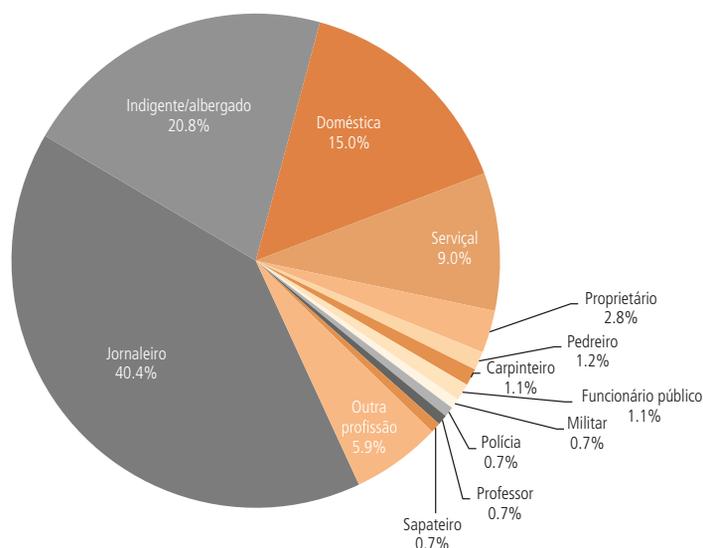
(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

Distribuição dos óbitos por profissão

Os termos de óbito para o século XIX não indicam, regra geral, a profissão do falecido. Mas nos termos de óbito relativos aos anos de 1940-1959, a informação quanto à profissão consta em cerca de 51% dos termos emitidos.

Através do Gráfico n.º 18, é possível perceber que os doentes falecidos no Hospital da Divina Providência, entre 1940-1959, se distribuem em três grandes grupos: os indigentes e albergados (20,8%), as domésticas (15,0%) e os trabalhadores propriamente ditos (64,2%). Entre estes, destacam-se os jornaleiros, ou seja, os trabalhadores indiferenciados que desempenhavam funções básicas, normalmente, na região que nos ocupa, associados à agricultura. Ou seja, partindo dos dados que conseguimos recolher, constatamos que apenas 23,8% dos indivíduos falecidos neste período desempenhavam profissões especializadas.

No fundo, esta distribuição retrata a realidade social da região de Vila Real em meados do século XX: a pobreza, representada por um número significativo de indigentes; um elevado número de mulheres que não desempenhava uma profissão propriamente dita, assumindo o papel de mãe e de esposa, cuidando do lar e ajudando o marido; e uma esmagadora maioria de trabalhadores rurais.

Gráfico n.º 18 - Distribuição dos óbitos por profissão (1940-1959)

(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

A importância dos sacramentos

Se o cuidado e o rigor postos na descrição do diagnóstico, em meados do século XIX, não eram muito grandes, o mesmo não se pode dizer da administração aos doentes em estado crítico dos “sacramentos de cristão moribundo”, ou seja, o sagrado viático, a penitência e a extrema-unção. O escrivão tem sempre um grande rigor na hora de especificar se os sacramentos haviam sido administrados dentro ou fora do Hospital, e quais os sacramentos administrados ou não, especificando o motivo para a sua não administração: “por não querer receber”, “por falta de raciocínio”, “por alienação das funções intelectuais”, “por estar destituído dos sentidos”, “por se lhe tomar a fala”, “por morte repentina” ou “pela sua menoridade”, eis apenas algumas das razões impeditivas da administração de um ou mais sacramentos, revelando um zelo que não existia na hora de expressar a causa da morte.

Se esta preocupação com os sacramentos se devia à forte religiosidade da época, numa região já de si tradicionalmente católica, não era de somenos importância a ligação do Hospital da Divina Providência à Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Por outras palavras, tratava-se de um hospital de inspiração cristã, logo, tão ou mais importante do que cuidar do corpo, era o cuidado espiritual, a salvação da alma. Não é por acaso que boa parte dos termos de óbito se inicia com a expressão “faleceu da presente vida”, deixando bem patente que, para o redactor destes documentos, o óbito não era mais do que a passagem para a vida eterna.

Um século depois, num claro sinal da mudança dos tempos e da secularização dos serviços de saúde prestados pelo Hospital da Divina Providência, as referências nos termos de óbito a qualquer questão que não fosse do foro estritamente médico são completamente eliminadas, não se encontrando uma única menção a este respeito.

O enterramento dos mortos

Entre 1840 e 1842, os doentes que faleciam no Hospital da Divina Providência eram quase exclusivamente enterrados no cemitério do próprio estabelecimento, excepção feita a dois cadáveres que foram sepultados no adro da igreja de São Dinis, e aos irmãos terceiros, sepultados quase sempre nos cemitérios das suas ordens – Ordem de Nossa Senhora do Carmo ou Ordem de São Francisco, ambos em Vila Real.¹³⁰

A propósito dos enterramentos realizados no adro da igreja de São Dinis, importa recordar que um decreto-lei de 1835 estabeleceu já a criação de cemitérios públicos em todas as povoações, pelo que esta situação, pelo menos no plano jurídico, já não deveria ocorrer. De resto, em 1838, pelo menos um enterramento havia já sido proibido pelas autoridades locais no adro da referida igreja.

Precisamente em 1838, a Câmara Municipal de Vila Real deliberou no sentido da igreja do extinto convento de São Domingos passar a servir interinamente de cemitério comum das duas freguesias urbanas, São Dinis e São Pedro, até à construção de um novo cemitério público – embora, em boa verdade, tal só se comece a verificar, pelo menos no que respeita aos falecidos no Hospital da Divina Providência, em 1842.

Portanto, os enterramentos efectuados em São Domingos dizem respeito aos anos de 1842-1844, período durante o qual subsistem ainda os sepultamentos nos cemitérios das Ordens Terceiras de Vila Real e no cemitério do Hospital da Divina Providência.

Em 1844, por decreto de 28 de Setembro, foram proibidos definitivamente os enterros nas igrejas e imposto o enterramento dos restos mortais dos falecidos, depois do registo do óbito e da obtenção da licença sanitária, em cemitérios construídos em campo aberto. Esta lei, de resto, será uma das motivações para a revolta da Maria da Fonte, dois anos mais tarde. E apenas duas semanas após a publicação do referido decreto, num termo de óbito de 14 de Outubro de 1844 consta a menção expressa “primeiro doente do Hospital que foi enterrado no cemitério público desta vila”, que havia sido anunciado em 1838, e entretanto construído.

A partir deste ano, o cemitério do Hospital da Divina Providência nunca mais foi mencionado nos termos de óbitos, ganhando o cemitério público de Vila Real, actual cemitério de São Dinis, frequentemente referido nos termos de óbito como “cemitério geral”, uma preponderância absoluta, apenas interrompida esporadicamente com um ou outro enterro num dos cemitérios das Ordens Terceiras.

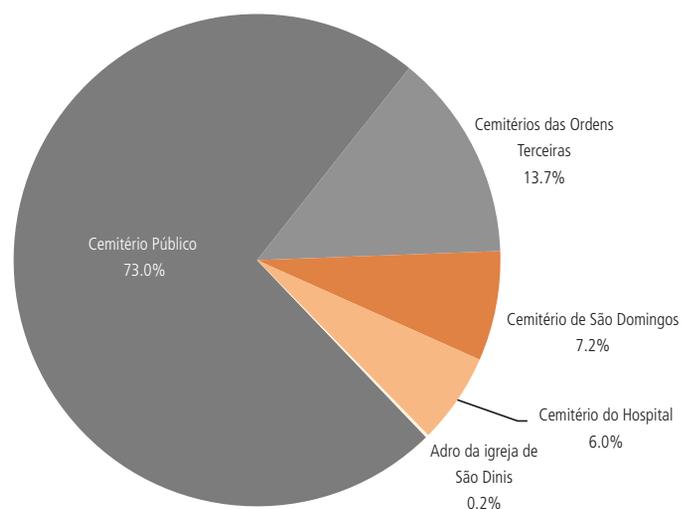
Curiosamente, de todos os cemitérios referidos – do Hospital da Divina Providência, da Ordem Terceira de São Francisco, da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, de São Domingos e de São Dinis – apenas este último subsiste nos dias de hoje.

Finalmente, para encerrar esta questão, gostaríamos apenas de referir que, em regra, entre 1840-1859, os falecidos eram sepultados no dia seguinte ao do óbito, ocasionalmente no próprio dia, e mais raramente, após um período de tempo prolongado, que podia ultrapassar as três semanas.



Cemitério de São Dinis
(cemitério público de
Vila Real desde
a década de 1840)

Gráfico n.º 19 - Distribuição dos óbitos por cemitério (1840-1859)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/FIA/Termos de óbitos)

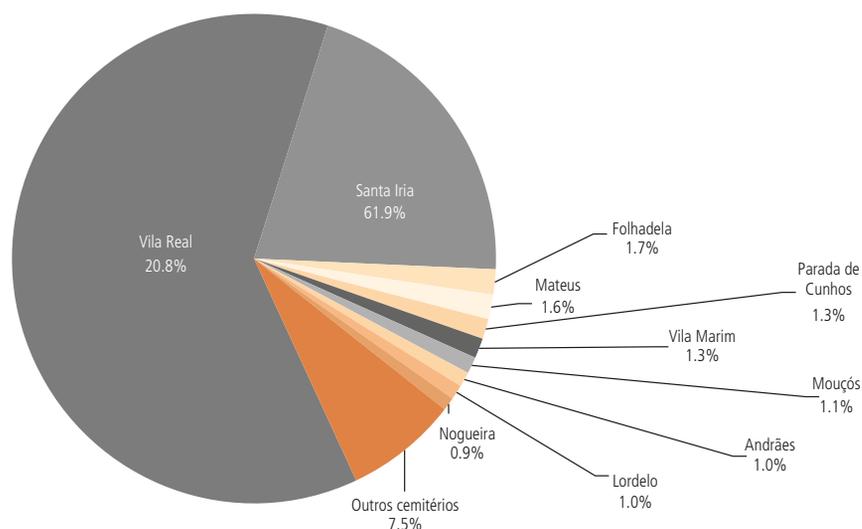
Relativamente aos anos de 1940-1959, a diferença mais assinalável prende-se com o aumento exponencial de cemitérios referenciados nos termos de óbito. De cinco cemitérios em meados do século XIX, passou-se para um total de 51 cemitérios, ou seja, um número dez vezes superior, a traduzir uma verdadeira revolução em termos da legislação referente aos enterramentos em Portugal, iniciada em 1844 e progressivamente materializada na construção de cemitérios em praticamente todas as freguesias do País.

Ao mesmo tempo, esta diversidade de cemitérios fica também a dever-se às condições de preservação dos cadáveres, e às melhorias das comunicações que facilitaram o transporte dos restos mortais para os cemitérios que serviam as freguesias de residência ou de naturalidade dos indivíduos falecidos no Hospital da Divina Providência.

Ainda assim, e por motivos óbvios que se prendem com a proveniência da maior parte dos pacientes, os dois cemitérios mais referenciados são o cemitério público de Vila Real, até 1943, e partir deste ano, o cemitério público de Santa Iria, os quais representam 82,7% dos

enterramentos entre 1940-1959. Os restantes 17,3% dos óbitos encontram-se, portanto, dispersos por 49 cemitérios, com especial relevância para aqueles localizados nas restantes freguesias do concelho de Vila Real. Aliás, apenas 1,1% dos enterramentos se verificaram em cemitérios fora do concelho de Vila Real, o que significa que, apesar dos referidos progressos em termos de acessibilidades e de preservação dos cadáveres, muitos indivíduos residentes fora deste concelho mas aqui falecidos (18,3% do total), acabaram por ser enterrados nos cemitérios de Vila Real.

Gráfico n.º 20 - Distribuição dos óbitos por cemitérios (1940-1959)



(Fonte: ADVR/CON-SCMVR/F/A/Termos de óbitos)

Para encerrar a análise aos termos de óbitos que ocorreram no Hospital da Divina Providência, apresentamos algumas informações não sistematizadas e não passíveis de tratamento estatístico, mas que não deixam de ter algum interesse, pela sua curiosidade, ou por de alguma forma ajudarem a “humanizar” e a perceber um pouco melhor o funcionamento e a vivência do próprio Hospital.

Por exemplo, fica claro através das fontes consultadas que o Hospital da Divina Providência não era destinado exclusivamente a civis, mas também a militares, até por força das unidades que se encontravam estacionadas em Vila Real. E se é certo que em alturas de maior conflitualidade em território nacional, com incidência naquela região de Portugal – por exemplo, durante as invasões francesas (1807-1814) e as lutas liberais (1831-1834) – os militares constituíram um grupo com bastante significado na mortalidade registada nesta Instituição¹³¹, tal não impediu a que, mesmo nos anos seguintes, mantivesse uma certa importância, como demonstram as largas dezenas de termos de óbito que indicavam expressamente tratar-se de soldados.

Um termo de óbito dá-nos conta que do respectivo “cadáver se fez um esqueleto para o Hospital”. Um outro menciona tratar-se do falecido “conde de Mourão, fidalgo de Paranhos”, a única referência nobiliárquica que detectámos nestes registos. Há ainda uma referência a um indivíduo que “fizeram entrar já defunto”, sendo o termo de óbito “por falta de esclarecimentos do seu nome ou naturalidade”, passado ao casal que havia deixado o corpo no Hospital. Outros apontamentos curiosos remetem-nos para um indivíduo que “faleceu à porta do Hospital quando ia a entrar para o mesmo” e para um outro “que se achava preso nas cadeias desta vila a cumprir sua sentença de condenação de trabalhos públicos e ali [no Hospital] havia sido socorrido de todos os sacramentos de moribundo.”

Nota ainda para o tratamento preferencial dado aos funcionários da Instituição, caso de um indivíduo que, antes de falecer, havia “sido abonado com ração e remédios por este Hospital, em virtude de ser almoxarife” do mesmo. Temos ainda referências a alguns cadáveres que foram sepultados “envoltos num hábito da Casa”, tratando-se, provavelmente, de irmãos da Misericórdia, embora não haja qualquer menção a esse aspecto nos respectivos termos de óbito.

Finalmente, mencionam-se duas referências tristemente recorrentes nos termos de óbito do século XIX, que se vão repetindo ao longo dos anos em estudo e que são o espelho da realidade social da época: o “filho de pais incógnitos” e o “exposto e de menor idade”.

Em conclusão, pelo que nos foi dado a perceber pelo nosso estudo, o Hospital da Divina Providência soube conjugar de forma notável, dentro das óbvias limitações e dificuldades a que já aludimos, a obra corporal com a obra espiritual, matriz identitária da Misericórdia de Vila Real, a qual, procurou, de finais de Setecentos em diante, tratar dos enfermos tão bem quanto possível e, chegada a hora da partida da “vida terrena”, enterrar os defuntos, salvaguardando a “decência e cristandade, e com o respeito devido pelas pessoas que falecerem”.

Como já dissemos, o Hospital da Misericórdia de Vila Real, na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, acabou por ser nacionalizado, transformando-se no Hospital Distrital de Vila Real, o qual, a partir de Setembro de 1991, abandonou as instalações em que se encontrava desde 1914.

Documento n.º 25 - Protocolo de Separação do Hospital da Divina Providência da tutela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, por força do decreto-lei n.º 704/74 de 7 de Dezembro (1975)

Protocolo

A comissão instaladora do Hospital Distrital de Vila Real declara que lhe foi entregue o edifício onde funciona o Hospital e todo o seu equipamento e recheio conforme inventário anexo e mais o seguinte:

Um – seiscentos vinte e dois mil cento e cinquenta e seis escudos e vinte centavos, verba do Fundo de Compensação Hospitalar – depósito número dezoito mil quatrocentos e vinte e um na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência;

Dois – setecentos cinquenta e cinco mil quinhentos e quarenta e oito escudos e noventa centavos – de maneió geral, no qual estão incluídos quatrocentos oitenta e um mil quatrocentos noventa e três escudos e vinte centavos do fundo de conservação do equipamento de radiologia, depósito número quinze mil e setenta e um, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência;

Três – cinco milhões e quatrocentos mil escudos e noventa centavos – verba consignada a obras e equipamento hospitalar – depósito número dezoito mil seiscentos e quarenta e quatro na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência;

Quatro – cento e quarenta e seis mil duzentos e três escudos e sessenta centavos, saldo de caixa nesta data.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real declara que ficou em seu poder:

Um – um milhão setenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco escudos – verba proveniente de legados pios, da exclusiva pertença da Santa Casa, depósito número quatro mil oitocentos e setenta, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Dois – os seguintes papéis de crédito:

- a) Um título de renda perpétua número cinquenta e nove, no valor de seiscentos e quarenta mil escudos;*
- b) Um certificado de dívida inscrita número quatrocentos e setenta e cinco, do empréstimo dos centenários, de mil novecentos e quarenta, no valor de sessenta e seis mil escudos;*
- c) Um conhecimento de depósito à ordem da Misericórdia de vinte obrigações federais, empréstimo das obras do Porto, oferta do comendador Paulo Felisberto Peixoto Fonseca, depositado no Banco Mercantil do Rio de Janeiro, no valor de vinte mil cruzeiros;*
- d) Vinte e cinco obrigações da Companhia das Águas do Pinhão cativas do seu usufruto a favor de Claudina Alves Machado Brandão, no valor de dois mil duzentos e cinquenta escudos;*
- e) Um documento da casa Pancada Morais da C.ª de Lisboa, de trinta e duas acções dos cimentos de Leiria, com o valor nominal de cem escudos cada; trinta e uma acções açúcar Angola, com o valor nominal de quatrocentos escudos; cento e trinta e duas obrigações, consolidado de três por cento, valor nominativo de cento e trinta e dois mil escudos; cinquenta títulos consolidados de três por cento, no valor nominativo de cinquenta mil escudos; dez títulos consolidados de três por cento no valor nominativo de dez mil escudos; duas obrigações da Empresa Nacional de Electricidade com o valor de mil escudos cada;*

f) Uma acção da Adega Cooperativa de Vila Real, no valor de cem escudos.

Três – Pratas, objectos de culto, etc., existentes na Capela e anexos.

A Mesa Administrativa declara que se reserva o esclarecimento do destino das verbas entregues à Comissão Instaladora, mediante instruções a receber da Comissão Inter-Hospitalar do Porto.

Mais declara que todas as receitas e despesas efectuadas até esta data, qualquer que seja a sua natureza inclusive, são da exclusiva responsabilidade da Comissão Instaladora.

A Comissão Instaladora reserva-se o direito de procedimento em relação ao património da Misericórdia que está descrito neste documento, de acordo com instruções superiores.

Por assim o dizerem e acordarem vai este documento ser assinado pela Comissão Instaladora do Hospital de Vila Real e pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.

Vila Real, trinta de Abril de mil novecentos e setenta e cinco.

A Comissão Instaladora

Manuel Maria Sousa

Emília Maria Gomes de Oliveira

Maria Zilda Ribeiro Peixoto Alarcão

Maria Julieta Pinhanços Bianchi

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Alfredo Teixeira

Alberto Moreira

José Rogério Fernandes

Hélder Augusto Oliveira

Albertino Jorge Azevedo Ribeiro

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, Livro de Actas da Mesa Administrativa de 13 Dezembro de 1973 a 1975, sessão de 30.4.1975)



6. Estabelecimentos de assistência criados pela Misericórdia de Vila Real

Apesar de o Hospital da Divina Providência, nos séculos XIX e XX, constituir o instituto por excelência da Misericórdia de Vila Real, a verdade é que a Santa Casa, no século XX, vai criar ou acolher outros estabelecimentos de assistência, de forma a responder a situações de carência ou de exigência social, numa primeira fase, no âmbito dos objectivos da reforma da assistência estabelecidos pelo Estado Novo, através do decreto-lei n.º 27 610, de 1 de Abril de 1937, de acordo com a doutrina da Constituição Portuguesa de 1933, e da reestruturação da assistência no distrito de Vila Real efectuada pelo seu governador civil, Assis Gonçalves; numa segunda fase, por força da legislação produzida pelo Estado nas últimas duas décadas, sem esquecermos que, em 1990, a Misericórdia obteve o estatuto legal de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Assim, em 1937, criou a Escola Agrícola de Artes e Ofícios; em 1940, o Lar-Escola Florinhas da Neve; em 1987, o Lar da Imaculada Conceição e o Creche e Jardim-de-Infância; em 1989, o CATL – Centro de Actividades de Tempos Livres; em 1992, o Lar Juvenil; em 1999, a Unidade de Apoio Integrado; em 2003, o Lar Hotel; em 2008, a Unidade de Cuidados Integrados de Média Duração e Reabilitação; e em 2009, o Refeitório Social.

6.1. Escola Agrícola de Artes e Ofícios (1937)

Tendo iniciado a sua actividade em 1937-1938, sucedeu ao Asilo de Artes e Ofícios Augusto César, pertencente à extinta Junta Geral do Distrito de Vila Real, e entretanto integrada na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, com todos os seus “bens e valores móveis” – por indicação do governador civil de Vila Real, que procurou estabelecer um novo plano de assistência no seu distrito –, e destinada a acolher os “rapazes pobres da região”.

Para tal, a Misericórdia adquiriu, em Novembro de 1937, a Quinta da Petisqueira (na altura, conhecida por Quinta da Borrallheira, do Camposana ou do Cosme), uma propriedade rústica nos arredores de Vila Real, tendo sido obrigada, devido à falta de meios financeiros para tal aquisição e para as necessárias obras – só o valor da aquisição rondou os 135 contos –, a contrair um empréstimo de 150 contos à Misericórdia de Murça, ao juro de 5%, amortizável em 20 prestações anuais. A Misericórdia de Vila Real viu-se ainda obrigada a financiar a criação de instalações no valor de largas dezenas de contos de réis, “sob a paternal diligência do seu bondoso director e mesário da Misericórdia, senhor João Inácio Tocaio” (Assis Gonçalves). A propriedade passou a dispor de instalação eléctrica, o que levou a Câmara de Vila Real a estender a rede de energia até à referida Quinta.

Na verdade, a Misericórdia de Vila Real “não tinha em património o valor de um escudo para exercer a sua missão de caridade fora das portas do Hospital”, uma vez que tudo o que possuía se encontrava consignado “por legados a este ramo de actividade” (Assis Gonçalves). Face a tal situação, a Misericórdia de Vila Real passou a receber subsídios anuais da Junta da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro (40 a 50 contos de réis), da Direcção Geral de Assistência (3,5 contos de réis), do Governo Civil (entre 2 e 10 contos), das Câmaras Municipais da região (11,1 contos de réis), da Câmara Municipal de Vila Real (entre 40 a 60 contos de réis), além do rendimento da Quinta da Petisqueira em produtos agrícolas, criação de gado e venda de leite, estimado, anualmente, em mais de 25 contos de réis, mas que, na realidade, se revelou abaixo desse montante. Aí passaram a funcionar uma escola primária, oficinas de alfaiate, sapateiro e carpinteiro, as artes de pedreiro e de moer o pão, serviços de padaria e culinária, e técnicas agrícolas.

Iniciou a sua actividade com 12 alunos que, entre os 6 e os 12 anos, frequentavam a escola de instrução primária e que, entre os 12 e os 18 anos, praticavam nas oficinas e na lavoura da Quinta.

O director da Quinta, João Tocaio, nos dois primeiros anos de existência da Escola, gastou 20 contos de réis, reparando e adaptando as casas, construindo uma “nitreira modelar”, uma pocilga e um estábulo.



Aspectos do quotidiano da Escola de Donas de Casa e da Escola Agrícola de Artes e Ofícios (década de 1940)

Nos anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Escola Agrícola de Artes e Ofícios, despendia anualmente, em alimentação, vestuário, granjeio da Quinta e obras nas suas instalações, uma verba que oscilava entre os 55 e os 63 contos de réis.

A Escola Agrícola de Artes e Ofícios, que desempenhou, ao longo de três décadas, um papel inestimável na educação e formação de dezenas de jovens, acabou por ser extinta em 23 de Agosto de 1967, quando aí existiam quatro alunos internados, três dos quais foram recebidos pelas famílias e ficando um a trabalhar na Quinta. Em 1979, a Quinta foi arrendada ao primeiro Politécnico de Vila Real. Posteriormente, foi loteada uma parte para habitação, continuando a outra parte, até ao presente, na posse e uso da Misericórdia.

Quadro n.º 43 - Quadro do pessoal da Escola Agrícola de Artes e Ofícios (1946)

Categorias	Importância anual
Ecónomo*	6 240\$00
Mestre alfaiate	3 600\$00
Mestre sapateiro	3 600\$00
Mestre carpinteiro*	3 600\$00
Cozinheiro*	1 200\$00
Total	18 240\$00

* Com cama, mesa e roupa lavada

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. *Livros de Actas da Mesa Administrativa*, n.º 2 – 24 de Janeiro de 1945 a 28 de Março de 1952)

Documento n.º 26 - A Escola Agrícola de Artes e Ofícios em 1948

Criada em 1937, por adaptação do antigo Asilo-Escola Augusto César, encontra-se instalada na Quinta da Petisqueira, um pouco a Noroeste da cidade. Compreende casas e terrenos, na extensão de alguns hectares. As casas contêm: cozinha, refeitório, aposentos do director, aposentos dos prefeitos, sala de aula, dois dormitórios, dois quartos de banho, instalações sanitárias, três oficinas (de sapateiro, alfaiate e carpinteiro), armazéns, adega, estábulos, nitreira, silo, sequeiros e habitações para os criados.

Possui 34 rapazes internados, que frequentam a aula de instrução primária, onde se habilitam para os exames de 1.º e 2.º grau. Esta aula é também frequentada por alguns rapazes externos, que moram nas proximidades.

Os internos são também iniciados nos diversos trabalhos agrícolas, que é preciso executar na quinta, ajudam os criados e tratam dos animais. Também aprendem música e o actual director pretende reconstituir a banda que outrora exibia o Asilo Augusto César.

Nota-se nesta casa uma lamentável lacuna: não têm funcionado as oficinas de sapateiro, alfaiate e carpinteiro, por falta de mestres que ali queiram instalar-se. Não é problema insolúvel e é bom que tais oficinas laborem, para ensinarem as artes mencionadas aos rapazes que revelassem mais gosto e boa vontade.

A quinta é grande e produz batatas e outros renovos, não somente para alimentação dos internados, mas também para consumo nas outras instituições da Misericórdia: Hospital e Donas de Casa.

(Fonte: MACHADO, J. T. Montalvão. 1950 – *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada)



Fachada do Lar-Escola Florinhas da Neve

6.2. Lar-Escola Florinhas da Neve (1940)

A mais antiga valência disponibilizada pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Real que ainda hoje se encontra em funcionamento é o *Lar-Escola Florinhas da Neve*, também designado por Escola de Donas de Casa, incorporando o património de duas instituições que então existiam na cidade, a pobre *Florinhas da Neve*, fundada em 7 de Novembro de 1925 pelo primeiro bispo da diocese de Vila Real, João Evangelista de Lima Vidal, e o *Asilo de Infância Desvalida*, criado em 1855, e durante vários anos a única instituição do género no distrito de Vila Real.

Iniciou a sua actividade em 1940-1941, numa época em que a Misericórdia era tutelada pelo Governo Civil, no âmbito da reorganização dos serviços de assistência do distrito de Vila Real, substituindo-se à Junta Distrital de Assistência, ficando o estabelecimento sob a orientação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Abriu com 42 crianças pobres, sem recursos (embora a lotação prevista fosse de 40 utentes), que se mantinham, em princípio, até aos 18 anos, idade em que eram colocadas “em casas de famílias sérias e de boa moral ou em oficinas”. A Santa Casa passou a receber do Governo Civil um subsídio anual de 18 contos de réis, destinados a este Estabelecimento.

Servindo de internato feminino, ocupou, durante mais de meio século, um edifício sito na Rua da Fonte Nova, no centro de Vila Real, nas instalações do Hospital Militar de Vila Real, para tal extinto, instalações essas entretanto adaptadas para as novas funções, e em cujas obras o Governo Civil de Vila Real gastou mais de 73 contos de réis – os militares doentes passaram a ser tratados, mediante contrato, no Hospital da Misericórdia.

Nos anos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Escola de Donas de Casa despendeu em alimentação, vestuário, calçado, granjeio da Quinta e em obras nas suas instalações, uma verba anual da ordem dos 60 contos de réis, mas que chegou a atingir os 96 contos em 1943.



Documento n.º 27 - A Quinta-Escola de Donas de Casa (Florinhas da Neve) em 1943

Esta modelar instituição foi fundada com o nome de "Florinhas da Neve", em 1925, por D. João Evangelista de Lima Vidal, arcebispo, e primeiro bispo da Diocese de Vila Real e estava instalada num edifício situado no Largo de Camões.

Era sustentada exclusivamente pela caridade do seu fundador, passando depois esse encargo para o actual bispo, sr. D. António Valente da Fonseca. Em 1940, esta instituição passou a chamar-se Quinta "Escola de Donas de Casa", segundo o plano do exmo. senhor governador civil do distrito, Horácio de Assis Gonçalves, e é actualmente sustentada pelos produtos e rendimentos da Quinta da Fonte Nova, para onde foi transferida a sua sede, e recebe também um subsídio da Misericórdia de Vila Real.

O magnífico edifício onde agora está instalada esta instituição foi outrora o Hospital Militar da Infantaria 13. Possui dependências arejadas, cheias de luz e, graças à sua competente direcção, prima pela ordem e pelo asseio que nelas se nota. Comporta 50 crianças órfãs, do sexo feminino, dos 7 anos aos 10 anos e conserva-as até aos 18 anos, sendo-lhes ministrado todo o serviço doméstico, aprendendo também a indústria de tecelagem e todos os demais trabalhos necessários para que sejam no futuro boas donas de casa. Depois de atingirem a idade de 18 anos, são dadas prontas e entregues às pessoas de família ou encarregados legais, se os tiverem; às Câmaras Municipais da sua naturalidade, em caso contrário, e a casas de família de moral e fundo cristãos, nos termos da lei, devidamente controladas pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência Social.

Esta instituição tem duas direcções, uma interna e outra externa. A interna é composta por cinco religiosas hospitaleiras portuguesas, sob a direcção da senhora D. Ilda da Fonseca, alma cheia de bondade e de carinho para com as desprotegidas órfãs. A externa, dela fazem parte, como director – João Inácio Tocaio; 1.º secretário – Manuel Antunes Lemos e 2.º secretário – Francisco Lameirão.



Escola Agrícola de Artes e Ofícios, edifício entretanto desactivado

Quadro n.º 44 - Quadro do pessoal da Quinta-Escola de Donas de Casa (1946)

Categorias	Importância anual
5 irmãs religiosas *	3 500\$00
1 capelão	2 400\$00
1 criado*	600\$00
1 criada*	600\$00
Total	7 100\$00

* Com cama, mesa e roupa lavada

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. *Livros de Actas da Mesa Administrativa*, n.º 2, 24 de Janeiro de 1945 a 28 de Março de 1952)

Documento n.º 28 - A Quinta-Escola de Donas de Casa em 1948

Aproveitando a antiga instituição vila-realense "Florinhas da Neve", criou-se em 1941 a "Quinta-Escola de Donas de Casa", que ficou instalada no edifício do antigo Hospital Militar, na Rua da Fonte Nova.

Compreende: salas de espera, sala de trabalhos, sala de aula, refeitório das internadas, refeitório do pessoal, cozinha, forno, balneário, instalações sanitárias, três dormitórios, capela e ginásio. Anexa, há uma quinta, onde se fazem diversas culturas e se criam animais domésticos, para o que não faltam estábulos, nitreira, lavadouros, adega e armazéns.

Actualmente encontram-se ali 56 raparigas internadas, tendo de 7 a 18 anos de idade. Frequentam uma aula de instrução primária, que ali funciona, habilitando-se para os exames de 1.º e 2.º grau, que habitam nas vizinhanças; as internadas aprendem também costura, labores, panificação, culinária e tecelagem; além disso, também na quinta tratam dos porcos, coelhos e galinhas e vão realizando alguns trabalhos agrícolas mais leves, como mondar e regar.

Esta escola tem produzido bons resultados. Ano a ano, saem dali várias raparigas, órfãs ou desamparadas, educadas nos bons princípios da moral e do trabalho, dispostas a triunfar na vida.

(Fonte: MACHADO, J. T. Montalvão. 1950 – *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*. Coimbra: Coimbra Editora Limitada)

Com o tempo, as primitivas instalações degradaram-se, obrigando a Misericórdia a desenvolver um projecto de raiz, que respondesse às exigências de funcionalidade e conforto que se pretendiam. Em 1998, terminadas que foram as obras de construção das novas instalações, anexas às antigas, o Lar-Escola Florinhas da Neve transferiu-se para estas, com entrada pela rua D. António Valente da Fonseca, recentemente aberta e pavimentada. As Irmãs Franciscanas continuam a acompanhar as crianças ali acolhidas.



Creche e Jardim-de-Infância da SCMVR



Lar da Imaculada Conceição

Quadro n.º 45 - Quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1947-1949)

Pessoal	Designações	Vencimento Anual	
		1947	1949
Pessoal Administrativo	1 cartorário-contador	12 470\$40	18 000\$00
	1 tesoureiro-almoxarife	11 400\$00	18 000\$00
	1 escriturário	8 400\$00	-
	1 primeiro escriturário	-	14 400\$00
	1 segundo escriturário	-	10 800\$00
	1 auxiliar de secretaria	6 000\$00	7 200\$00
Pessoal de Saúde	1 médico-cirurgião	1 400\$00	1 920\$00
	2 médicos-cirurgiões	Sem vencimento	Sem vencimento
	5 médicos de clínica geral	Sem vencimento	Sem vencimento
	3 médicos de especialidades	Sem vencimento	Sem vencimento
	1 farmacêutico	8 847\$60	13 500\$00
	1 primeiro enfermeiro	6 742\$80	9 120\$00
	1 segundo enfermeiro	5 400\$00	7 320\$00
	10 enfermeiras religiosas*	6 000\$00	7 500\$00
	1 auxiliar dos serviços radiológicos	-	6 000\$00
Pessoal de Culto	1 capelão	4 230\$50	9 720\$00
	1 sacristão	180\$00	240\$00

* Com direito a dormida, a alimentação, vestuário e calçado

(Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. *Livros de Actas da Mesa Administrativa*, n.º 2, 24 de Janeiro de 1945 a 28 de Março de 1952)

6.3. Creche e Jardim-de-Infância (1987)

A Misericórdia de Vila Real conta também com uma *creche* e um *jardim-de-infância*, que iniciaram a sua actividade em 1 de Setembro de 1987. Partilhavam, então, o mesmo espaço, sito na Avenida da Noruega, onde acolhiam, na sua fase inicial, cem bebés e crianças, entre os três meses e os seis anos de idade, distribuídos equitativamente por cada uma das valências.

Estas instalações passaram a ser, entretanto, destinadas ao uso exclusivo da creche, já que em Janeiro de 1993, após a realização de obras de adaptação, o jardim-de-infância foi transferido para o edifício do antigo Hospital da Divina Providência, propriedade da Misericórdia, permitindo na altura aumentar o acolhimento para 100 crianças. Finalmente, em Março de 2000, após a conclusão das obras de adaptação do edifício das antigas Florinhas da Neve, sito na Rua da Fonte Nova, o jardim-de-infância foi instalado neste local, onde se mantém.



Um dos edifícios onde funcionou o Lar Juvenil

6.4. Lar da Imaculada Conceição (1987)

No que respeita a valências de apoio à terceira idade, o *Lar da Imaculada Conceição*, que contempla também um Centro de Dia, iniciou a sua actividade em 1 de Outubro de 1987, localizando-se no Complexo Social da Quinta da Petisqueira, numa propriedade da Misericórdia de Vila Real, em Lordelo, a escassos quilómetros do centro da cidade, onde tinha funcionado a Escola Agrícola de Artes e Ofícios. Abriu com 10 utentes e capacidade para receber 30 pessoas – 36 a partir de 1993. Foi ampliado em 2002-2003, passando a acolher 68 idosos. Albergava, ainda, o Centro de Dia, com capacidade para 10 utentes.

6.5. CATL – Centro de Actividades de Tempos Livres (1989)

O *CATL – Centro de Actividades de Tempos Livres* iniciou as suas funções em 1 de Junho de 1989, instalando-se num edifício da Misericórdia, sito no Largo do Pioledo. Começando por apoiar 50 utentes, vinte e cinco de manhã e vinte e cinco de tarde, manteve-se neste local até 1993, data em que foi transferido para o edifício do Antigo Hospital da Divina Providência da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. A partir de 2000, o CATL passou a funcionar na rua da Fonte Nova, no edifício do Lar-Escola Florinhas da Neve.

O Centro de Tempos Livres, que chegou a ser frequentado por 53 crianças (24 no turno da manhã e 29 no turno da tarde), era constituído por duas salas de actividades. Uma das salas dispunha de computadores, televisão e leitor de DVD, servindo para realizar projectos, trabalhos de

casa e estudo acompanhado. A outra sala disponibilizava vários *ateliers* que permitiam a realização de actividades de expressão plástica (pintura, tecelagem e reciclagem de materiais, entre outras).

Em 2008, o CATL foi extinto, uma vez que a rede de ensino público passou a absorver este tipo de acções, deixando, por essa razão, de prestar apoio às instituições particulares de solidariedade social.

6.6. Lar Juvenil (1992)

Em Maio de 1988, a Mesa da Santa Casa aprovou o projecto da construção da *Escola Profissional de Jovens do Lar Juvenil*. Situado na Quinta da Petisqueira, em edifício construído para o efeito, o Lar Juvenil iniciou a sua actividade em 4 de Janeiro de 1992, chegando a acolher um total de 60 jovens.

Para ocupar e instruir os jovens, plantou-se um pomar com árvores variadas, bem organizado e com um avançado sistema de rega. Com a ajuda da Sociedade Columbófila local, foi instalado no Lar Juvenil um pombal, e existia também um rebanho de ovelhas.

Funcionando em três edifícios novos, com uma arquitectura arrojada para a época, o Lar Juvenil apresentava, no entanto, a desvantagem da distância entre os referidos edifícios, acabando por ser extinto em 2004.

6.7. Unidade de Apoio Integrado (1999)

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, juntamente com a Administração Regional de Saúde do Norte e o Centro Regional de Segurança Social do Norte, celebrou, a 1 de Setembro de 1999, um Acordo de Cooperação para a prestação integrada de cuidados continuados de saúde e apoio social, concretizado através da criação de uma *Unidade de Apoio Integrado*, inicialmente com uma lotação de 15 utentes.

Esta Unidade foi criada com o intuito de prestar cuidados temporários e integrados a pessoas dependentes que sejam incapazes de se manter apoiadas nos seus domicílios, mas não necessitem de cuidados clínicos que justifiquem internamento hospitalar.

Entre 2002 e 2007, passaram pela Unidade de Apoio Integrado da Misericórdia de Vila Real um total de 104 pessoas em situação de dependência, as quais, após o seu acolhimento na Unidade durante o tempo necessário à sua recuperação, eram encaminhadas para os respectivos domicílios, com ou sem necessidade de outros apoios, para famílias de acolhimento ou até para lares de terceira idade. A Unidade de Apoio Integrado da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real encerrou a 1 de Setembro de 2007, data em que saiu o seu último utente, para dar lugar, posteriormente, à Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

6.8. Lar Hotel da Misericórdia (2003)

Mais recente é o *Lar Hotel da Misericórdia* de Vila Real, que resultou de profundas obras de reestruturação do antigo Hospital, iniciando a sua actividade em 27 de Junho de 2003, com capacidade para acolher quarenta utentes.

Esta valência encontra-se instalada no rés-do-chão e primeiro andar do edifício do antigo Hospital da Divina Providência, após a necessária remodelação e adaptação. Depois da saída do hospital, funcionou aqui a escola profissional do NERVIR (Associação Empresarial de Vila Real), numa parte do edifício. Noutra parte, como já referimos, esteve instalado o Jardim-de-Infância da Misericórdia de Vila Real, até se mudar para as novas instalações no Complexo Educacional das Florinhas.

Por volta de 1996, começaram as obras de remodelação total deste enorme edifício, nas quais foram gastos mais de 2,5 milhões de euros. Apenas se mantiveram as paredes, tendo o interior dado lugar a modernas e funcionais instalações que fazem do lar-hotel um dos mais bem equipados do País.





7. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente



7. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é, legalmente, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), estatuto que adquiriu em 15 de Maio de 1990, e, nos termos do artigo 8.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, uma Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, formalmente constituída, com gestão própria e sem fins lucrativos.

Nesta condição, em 2010, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real mantém praticamente todos os estabelecimentos que fundou no século XX. Iremos, assim, efectuar uma breve caracterização destas valências.

7.1. Lar-Escola Florinhas da Neve

O *Lar-Escola Florinhas da Neve*, situado na rua D. António Valente da Fonseca, em Vila Real, acolhe, presentemente, 35 crianças e jovens do sexo feminino, carecidas ou privadas de meio familiar adequado ao seu desenvolvimento físico e intelectual, prestando-lhes serviços de assistência pessoal e social, ao mesmo tempo que lhes proporciona os meios indispensáveis à sua própria valorização.

O Lar-Escola recebe, preferencialmente, crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, podendo receber, a título excepcional, crianças de outras idades, quando o seu acolhimento na instituição se revele adequado e conveniente. O pedido de internamento das crianças é normalmente realizado pelo Tribunal, pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, pelo Centro Distrital de Solidariedade Social, pelo Instituto de Reinserção Social e por organismos afins. Esta Casa tem um protocolo de colaboração com a Segurança Social, que comparticipa nas suas despesas, em função do número de utentes.

As crianças são acompanhadas por quatro religiosas das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, das quais uma é responsável geral do estabelecimento, uma directora-técnica, uma psicóloga, uma professora do 1.º ciclo, uma técnica superior de serviço social, um professor de música, uma professora de ballet, uma professora de inglês, uma costureira, uma operadora de lavandaria, duas ajudantes de cozinha, sete ajudantes de acção educativa, e duas ajudantes de lar, num total de 24 colaboradores. Sempre que se justifica, o Lar-Escola recorre à colaboração de pessoal especializado externo à Instituição.

Dentro do espírito que preside ao Lar-Escola, de colaboração activa das crianças na construção do seu próprio projecto de vida, estas têm a possibilidade de participar nas diferentes actividades desenvolvidas pela Instituição, da planificação à execução das mesmas, seleccionadas de acordo com a idade e situação psicossocial de cada jovem utente, e respeitando as opiniões, ideias e princípios de cada um.

Os focos de intervenção passam por motivar e incentivar as educandas a participarem activamente no seu próprio crescimento para que construam bases sólidas assentes em valores que lhes permitam encarar o futuro com perseverança; fomentar a autonomia e incentivar a responsabilidade; perceber as dificuldades da vida para a futura integração na sociedade (civil e laboral); e proporcionar um ambiente familiar com regras, que lhes permitam perspectivar e acreditar num futuro próspero e, fundamentalmente, diferente do anterior.

Neste sentido, ao longo do ano são organizadas as mais variadas actividades, com as quais se pretende que as crianças e jovens usufruam de um desenvolvimento integral e harmonioso, e em que experienciem situações agradáveis que as levem às mais variadas aprendizagens, tais como, a partilha de tarefas domésticas, adaptadas à idade e desenvolvimento de cada um; promoção de hábitos de leitura, gosto pela música e televisão como um instrumento de informação aos mais variados níveis; actividades de lazer, desportivas e culturais, como a prática de exercício físico, passeios periódicos pela cidade, piqueniques, visitas ao Lar de Idosos, convívio com os amigos, colónias de férias, aulas de dança, desenho e pintura.



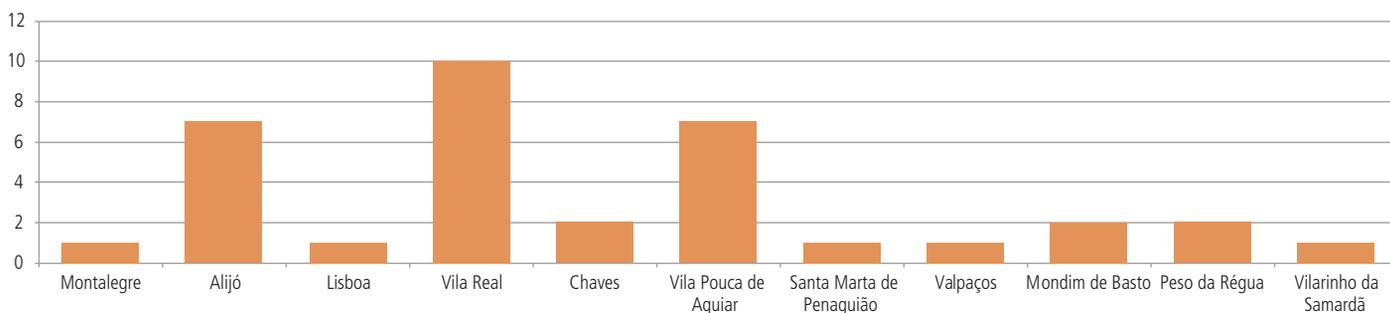
Lar-Escolas Florinhas da Neve

As visitas, passeios, fins-de-semana e férias podem ser passados com familiares, pessoas idóneas e próximas das crianças e jovens, ou com famílias de afecto, estas, em regime de voluntariado. Qualquer destas situações é sempre avaliada previamente, e só é permitida após ponderação e autorização do Tribunal, da Segurança Social, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e da Direcção Técnica da Instituição.

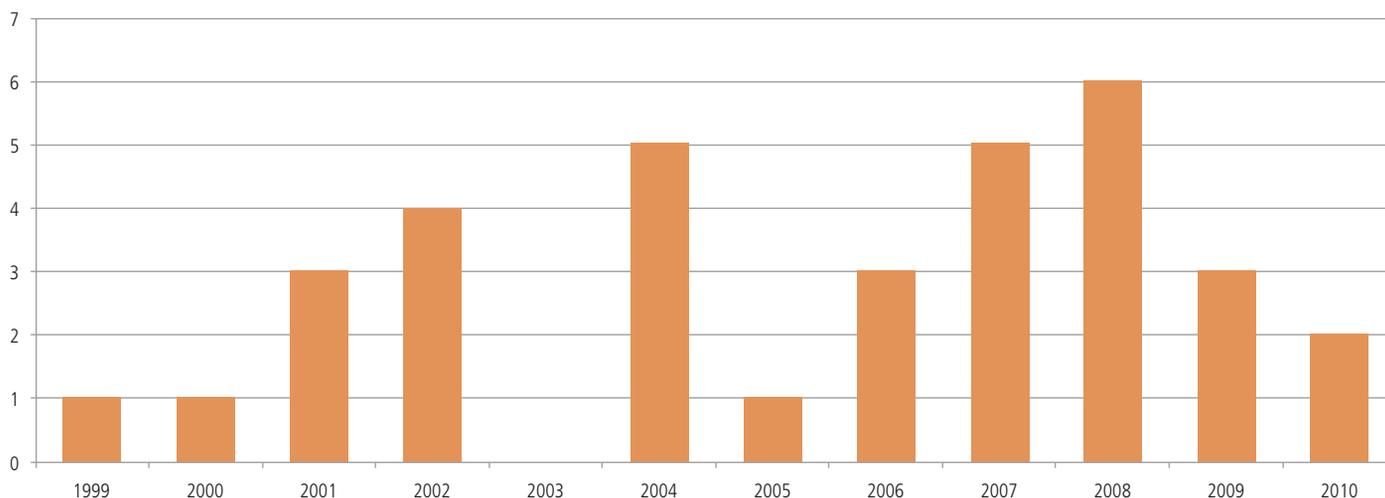
Em 2009, a Mesa Administrativa deliberou a criação de uma *Residência de Autonomização*, cedendo para o efeito um apartamento devidamente mobilado e equipado, destinado a acolher jovens que, com dezoito anos ou mais, se preparam para entrar na vida activa, mas que, por diversas circunstâncias, necessitam ainda de algum apoio ou acompanhamento.

Ao presente, a Residência de Autonomização do Lar-Escola Florinhas da Neve/Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é ocupada por duas jovens.

Gráfico n.º 21 - Distribuição das utentes do Lar-Escola Florinhas da Neve por concelho de residência à data de entrada (2011)



(Fonte: Informação prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)

Gráfico n.º 22 - Distribuição das utentes do Lar-Escola Florinhas da Neve por ano de entrada na Instituição (2011)

(Fonte: informação prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)

7.2. Creche Madame Brouillard

Actualmente, a *Creche* da Misericórdia, que no seu nome homenageia a grande benemérita Virgínia Teixeira, ou Madame Brouillard, acolhe 121 bebés, entre os três meses e os três anos de idade, distribuídos por 11 salas: três salas do 1.º berçário (até aos 12 meses), com 21 bebés; quatro salas do 2.º berçário (12 aos 24 meses), que acolhem 40 crianças; e quatro salas para as crianças entre os 24 e os 36 meses, com 60 utentes.

As salas do 1.º berçário dispõem de dois espaços distintos: uma sala de berços, destinada aos tempos de repouso, e como tal, equipado com camas individuais; e uma sala parque, dotada com material e jogos adequados à idade dos seus jovens utentes. Idêntica distribuição se encontra nas salas do 2.º berçário. Já as salas destinadas às crianças entre os 24 e os 36 meses têm a particularidade de se prolongarem para o exterior, em ordem a que essa área adjacente possa ser usada, sempre que as condições atmosféricas o permitem. A Creche dispõe ainda de outros espaços indispensáveis ao seu funcionamento, tais como instalações sanitárias, cozinha, copa, e refeitório, todos adequadamente equipados às suas funções e utentes.

Em termos de recursos humanos, a Creche dispõe de uma educadora coordenadora (comum à Creche e ao Jardim-de-Infância), sete educadoras de infância, uma cozinheira e uma ajudante de cozinha, dezanove ajudantes de acção educativa e dez auxiliares de serviços gerais, num total de 39 colaboradoras.

7.3. Jardim-de-Infância

O *Jardim-de-Infância* da Misericórdia de Vila Real, apoiado pelo Ministério da Educação, acolhe, neste momento, 100 crianças, distribuídas por quatro salas de actividades, com 20 crianças cada. Para além destas salas, o Jardim-de-Infância está dotado de outros espaços de apoio ao seu funcionamento diário, dos quais se destacam um salão polivalente, que permite a prática de actividades educativas e lúdicas, baseadas na expressão motora e musical; e os parques infantis, bastante amplos e devidamente equipados com estruturas fixas (baloços, escorregas, passadiços e até uma casa de madeira) e com caixa de areia.

O Jardim-de-Infância é rodeado por um grande espaço, o qual se encontra dividido em quatro partes: o Jardim dos Cheiros, um espaço amplo, composto por duas áreas diferentes em termos de constituição e selecção de espécies, acolhendo diversas árvores, plantas aromáticas e medicinais, e duas pequenas casas de abrigo a animais; uma horta, cultivada pelas crianças da Instituição; um pequeno bosque, onde se organizam piqueniques em dias de calor; e um moderno recinto desportivo, polivalente, de piso sintético, que promove os jogos em equipa.



Jardim-de-Infância e Creche da Misericórdia

Relativamente aos recursos humanos, além da educadora coordenadora, no Jardim-de-Infância trabalham quatro educadoras de infância, um professor de música, um professor de ginástica, um professor de inglês, sete ajudantes de acção educativa e seis auxiliares de serviços gerais, perfazendo um total de 21 colaboradores.

No que respeita ao funcionamento do Jardim-de-Infância (e, em certa medida, também da Creche), no início de cada ano lectivo são planificadas as actividades a realizar ao longo do ano pelas crianças, privilegiando a interacção e o envolvimento das outras valências da Misericórdia, como o Lar de Idosos e o Lar Florinhas da Neve, fomentando ainda a participação dos pais e encarregados de educação em todo o projecto educativo, o qual assume três finalidades essenciais: responder à educação escolar de massas, o que pressupõe a reorganização da escola e a sua adequação dos alunos; melhorar a qualidade de ensino e de aprendizagem; e promover a igualdade de oportunidades para todas as crianças quanto ao acesso e sucesso escolares.

7.4. Lar da Imaculada Conceição

Actualmente, o *Lar da Imaculada Conceição*, fundado em Outubro de 1987, acolhe 58 utentes em regime de internato (20 do sexo masculino e 38 do sexo feminino) que recebem o acompanhamento permanente de uma estrutura de funcionários organizada, fundamentalmente, para colmatar as carências dos utentes, intervindo a nível psicossocial e familiar. Assim, além do director-técnico, esta valência conta com o apoio de um psicólogo, uma podologista, um professor de expressão motora, uma técnica superior de serviço social, um médico de clínica geral, uma enfermeira, um motorista, uma costureira, uma cabeleireira, duas encarregadas de serviços gerais, duas cozinheiras e duas ajudantes de cozinha, um encarregado e sete ajudantes do Lar e Centro de Dia, e ainda vários trabalhadores auxiliares.

7.5. Centro de Dia

O *Centro de Dia da Misericórdia de Vila Real* funciona no edifício do Lar da Imaculada Conceição, acolhendo, ao presente, oito utentes. Iniciou a sua actividade em 1 de Outubro de 1987, com o objectivo de contribuir para que os idosos, sem abandonarem definitivamente as suas casas, encontrem ali uma alternativa à solidão e isolamento crescentes, proporcionando-lhes, durante o dia, actividades lúdicas e um convívio salutar, de acordo com as suas necessidades e as suas preferências.



Capela do Lar da Imaculada Conceição

7.6. Apoio Domiciliário

O Lar da Imaculada Conceição conta, desde o início da sua actividade, em Outubro de 1987, com a valência de *Apoio Domiciliário* que auxilia, neste momento, 54 idosos, assegurando cuidados individualizados e personalizados na própria casa dos idosos que, por motivos de idade, doença ou deficiência, já não podem satisfazer sozinhos as suas necessidades básicas. Os serviços prestados vão desde a higiene pessoal e habitacional à distribuição de refeições, tratamento de roupas e resolução de problemas que implicam deslocações no exterior da habitação, incluindo pequenas compras. Este apoio contempla ainda visitas periódicas dos idosos ao Lar da Imaculada Conceição, dando-lhes uma oportunidade de conviverem, atenuando desta forma a solidão em que muitos se encontram.

7.7. Apoio Domiciliário Integrado

Tal como a valência de Apoio Domiciliário, também o *Apoio Domiciliário Integrado* funciona no âmbito do Lar da Imaculada Conceição. Tendo iniciado a sua actividade em Outubro de 1987, regista ao presente seis idosos. Este serviço abrange os utentes que, por questões de saúde, se tornaram fortemente dependentes, como tal, requerendo cuidados mais específicos. Este apoio, além dos cuidados normais de um Apoio Domiciliário, tem a componente da saúde que é articulada entre a Instituição e o Centro de Saúde.

Às valências de Apoio Domiciliário e Apoio Domiciliário Integrado estão afectos uma técnica superior de serviço social, um motorista de ligeiros, uma cozinheira e uma ajudante de cozinha, uma ajudante familiar domiciliária, uma ajudante do Lar e Centro de Dia e treze auxiliares de serviços gerais, num total de 19 colaboradores.

7.8. Lar Hotel da Misericórdia

Ao longo dos anos, o *Lar Hotel da Misericórdia de Vila Real* tem vindo a cumprir a sua missão de lar vocacionado para o acolhimento e tratamento de idosos, proporcionando aos seus utentes alojamento e serviços, com a imprescindível salvaguarda da sua autonomia e cooperando na promoção da sua dignidade, qualidade de vida e saúde.

O Lar Hotel tem capacidade para acolher 40 idosos, disponibilizando 10 quartos individuais, 11 quartos duplos e 4 suites, todos dotados de casa de banho privativa. Dispõe ainda de cozinha própria, onde é confeccionada toda a alimentação dos utentes, amplas salas de refeições e convívio, sala de visitas, biblioteca, sala de ginástica e consultório médico e de enfermagem, entre outros espaços interiores. No exterior é de destacar o amplo jardim, arborizado e iluminado, com bancos e locais agradáveis para um repouso reconfortante. O jardim possui uma área de cerca de meio hectare e é circundado por um passeio pedonal.

No Lar Hotel, os cuidados aos utentes são prestados ininterruptamente por uma equipa multidisciplinar, atenta e profissional, que engloba, além da directora-técnica, que é socióloga, um médico, uma enfermeira, uma nutricionista, uma animadora sociocultural, um professor de educação física e de reabilitação, um podologista, encarregadas de serviços gerais, ajudantes de lar, trabalhadoras auxiliares, cozinheiras e ajudantes de cozinha.

No que respeita à ocupação de tempos livres, é desenvolvido um plano de actividades recreativas e culturais que contempla uma grande variedade de acções, tais como exercícios de memória, visionamento de filmes, trabalhos manuais, palestras informativas sobre variados temas de interesse para os idosos, visitas a museus e exposições, idas ao cinema e ao teatro, e passeios, permitindo uma ocupação activa do tempo livre, oferecendo oportunidades de convívio, interacção social, partilha de conhecimentos e descontração.

Relativamente aos utentes, podemos referir que, até Dezembro de 2010, haviam dado entrada no Lar Hotel 48 utentes, verificando-se a saída de 22 (Quadro n.º 46). A média de idades dos utentes que deram entrada no Lar Hotel, desde a sua entrada em funcionamento oscila entre os 76 e os 85 anos (Quadro n.º 47).

Em Dezembro de 2010, o Lar Hotel contemplava a assistência a 26 utentes residentes. A média de idades dos utentes residentes era de 82,8 anos. A distribuição dos utentes por nível etário ocorria com a prevalência da faixa dos 75 aos 84 anos, logo seguida pelo grupo dos 85 e mais anos. Ao nível do género, a distribuição apresentava um predomínio de utentes do sexo feminino (54%).

Quadro n.º 46 - Movimento do Lar Hotel da Misericórdia de Vila Real (2003-2010)

Ano	Entrada de utentes	Saída de utentes
2003	10	–
2004	11	2
2005	8	2
2006	7	4
2007	4	2
2008	4	4
2009	4	5
2010	–	3
Total	48	22

(Fonte: Informação prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)



Lar Hotel da Misericórdia, tendo, no último piso, a Unidade de Cuidados Continuados (perspectiva poente)

Quadro n.º 47 - Média de idades dos utentes do Lar Hotel da Misericórdia à data de entrada (2003-2009)

Ano	Média de idades
2003	76,8
2004	78,3
2005	80,4
2006	82,4
2007	77,8
2008	81,0
2009	85,0

(Fonte: Informação prestada pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)

7.9. Unidade de Cuidados Continuados Integrados

Criada pelo Governo a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, logo a Mesa Administrativa da Misericórdia de Vila Real, desejava de reatar uma tradição multissecular de “cuidar dos enfermos”, candidatou-se a acolher tais serviços no espaço deixado livre pela Unidade de Apoio Integrado, entretanto extinta. Atendida esta pretensão, de imediato se procederam a profundas obras de adaptação do referido espaço, no último piso do edifício do Lar Hotel, onde, a partir de 25 de Setembro de 2008, passou a funcionar com 27 camas. Sucessora do Hospital e instalada no seu edifício, “herdou”, justamente, o nome de Divina Providência. Desde a sua abertura já acolheu 157 pessoas.

Nesta Unidade, apoiada pela Administração Regional de Saúde e pela Segurança Social, além de uma directora técnica e de uma directora clínica, trabalham mais 33 profissionais: uma médica fisiatra, três fisioterapeutas, um terapeuta ocupacional, um terapeuta da fala, uma psicóloga, doze enfermeiras, uma animadora sociocultural, uma técnica superior de serviço social, uma escriturária, uma cabeleireira, sete auxiliares de acção médica e três auxiliares de serviços gerais.



Lar-Hotel da Misericórdia e Unidade de Cuidados Continuados (perspectiva nascente)

7.10. Refeitório Social

Atenta aos “sinais do tempo”, a Misericórdia de Vila Real criou, a partir de 1 de Junho de 2009, um *Refeitório Social*, com o objectivo de apoiar pessoas carecidas de meios ou condições para tomarem dignamente as suas refeições.

Na sua grande maioria do sexo masculino, com uma média de idades que ronda os 40 anos, e com baixa escolaridade, são normalmente beneficiários do Rendimento Social de Inserção, desempregados e, alguns, com um longo historial de adição.

Estes indivíduos podem, no Refeitório da Misericórdia, fazer as duas principais refeições diárias, compostas por um prato do dia, pão, sopa, água e fruta.

Com capacidade para 30 utentes, o Refeitório acolhe, neste momento, 22 utentes, que são ainda apoiados por um gabinete composto por dois psicólogos, uma socióloga, uma técnica superior de Serviço Social e dois colaboradores.

Em suma, no seu conjunto, as valências que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real coloca ao serviço da população apoiavam, em 2010, quase quinhentos utentes, contando para tal com a colaboração de duzentos profissionais.

Quadro n.º 48 - Quadro do pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (2011)

Valência	N.º de trabalhadores
Lar-Escola Florinhas da Neve	23
Unidade de Cuidados Continuados	30
Creche	38
Jardim-de-Infância	20
Lar da Imaculada Conceição	27
Apoio Domiciliário	16
Apoio Domiciliário Integrado	2
Agricultura e Pecuária	4
Património	1
Lar Hotel	30
Refeitório Social	2
Secretaria / Serviços Administrativos	7
Total	200

Quadro n.º 49 - Utentes da Misericórdia de Vila Real por valência (2011)

Valência	Utentes	
	Com acordo de cooperação	Sem acordo de cooperação
Florinhas da Neve	42	3
Creche	121	–
Jardim de Infância	100	–
Total Infância e Juventude	263	3
Centro de Dia	7	–
Lar da Imaculada Conceição	58	–
Apoio Domiciliário	56	–
Apoio Domiciliário Integrado	7	–
Lar Hotel	–	30
Total Terceira Idade	128	30
Unidade de Cuidados Continuados Integrados	30	–
Total Saúde	30	–
Total Instituição	454	

(Fonte: Plano de Actividades e Orçamento – Ano 2011. Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real)

II Parte

Arte e Património da Santa Casa
da Misericórdia de Vila real





8. A Igreja da Misericórdia de Vila Real

A história da construção, no século XVI, do edifício da Misericórdia continuará por fazer, já que nos documentos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real não existe qualquer informação sobre o assunto. O nome do arquitecto responsável pelo risco e dos artistas que arremataram a sua construção permanecem até hoje desconhecidos. Esta situação, que se pode alargar para muita da história patrimonial de Vila Real, vai praticamente manter-se nos séculos XVII e XVIII.

Analisemos, pois, as informações recolhidas nas fontes históricas, quanto às origens e às obras feitas ao longo do tempo no edifício, à aquisição e manutenção de peças da mais variada ordem, necessárias às funções da Igreja, à organização da Casa do Despacho, à própria Instituição em si, e ao que esta representava na sociedade onde estava inserida, para, em seguida, descrevermos o que se pode observar ao presente, quando visitamos o edifício.

8.1. A Igreja e Casa do Despacho (séculos XVI-XVIII)

Como ponto de partida para a história da Igreja, Casa do Despacho e estruturas anexas que formam o núcleo arquitectónico/artístico da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (infelizmente mal documentado, do século XVI aos finais do século XVIII), temos o ano de 1528. Em 20 de Março de 1528, foi comprada uma “morada de casas” a Rui Dias, escudeiro e tabelião de Vila Real, e a sua mulher Isabel Lobo, para se edificar a Igreja da Misericórdia. Era provedor Lopo Coutinho, fidalgo de Casa Real, e escrivão, o licenciado Diogo Borges.

A construção da Igreja só foi possível com o apoio que para o efeito encontrou em Pedro de Castro. A Igreja da Misericórdia irá beneficiar com a instituição de uma capela de uma missa diária perpétua de *requiem* (excepto domingos e dias de festa), por Pedro de Castro, rezada principalmente pela alma de Fernando de Meneses, 2.º marquês de Vila Real, seguida de um responso pela sua alma. Os sacerdotes, segundo a sua vontade, deveriam encomendar a Nosso Senhor a vida dos marqueses de Vila Real (Pedro de Meneses, 3.º marquês de Vila Real, e Brites de Lara) e do “senhor conde” (na altura, Miguel de Meneses, futuro 4.º marquês de Vila Real). Para pagamento das missas, vinculou, em 26 de Abril de 1538, duzentas medidas de pão de trigo e de centeio e canadas de azeite que lhe pagavam de foro em vários lugares do termo de Vila Real. Pedro de Castro doou também uma casa situada dentro das muralhas da Vila Velha, que tinha pertencido a Diogo da Cunha, “que fez Domingos Annes, capelão do senhor marquês”, com a obrigação de Isabel Pires, sua criada, por receber “os alugueres dela”, varrer a “rua da Misericórdia e casa”, todos os sábados, “até ao canto das travessas que vão uma para a rua Nova e a outra para a rua da Cadeia”.

A leitura deste documento permite intuir que o edifício da Misericórdia, iniciado provavelmente ainda em 1528, estava concluído e em pleno uso em 1538, ainda que se tratasse de uma construção de proporções modestas constituída por igreja, sacristia, um compartimento para Casa do Despacho, além da tribuna para a Mesa e os espaços de circulação entre estas diversas dependências.

Sem documentação que precise datas de construção, arquitectos e artistas que intervieram na sua edificação, corre-se sempre o risco de não ser exacto, mas a sua estrutura define-se antes do documento de Pedro de Castro de 1538, onde se deduz que estaria concluída e muito em breve a iniciar obras de alargamento.

O crescente aumento do número de irmãos, ampliando os seus rendimentos, e a inevitável necessidade de espaço para enterrá-los, levaria ao alargamento da Igreja, comprando-se para essa finalidade duas casas na rua da Misericórdia. A primeira foi adquirida, em 8 de Agosto de 1542 (nota do tabelião Rui Dias, de Vila Real), a Pêro Lopes, sapateiro, casado com Margarida Fernandes, filha de João Fernandes Barroso, e pela qual pagaram 18 000 réis, 14 000 réis em dinheiro e 3 000 réis em duas *vinagreiras* de prata “em penhor”. Era provedor Pedro Borges de Oliveira e escrivão Álvaro Pinto. A segunda casa foi comprada, em 8 de Janeiro de 1548 (nota do tabelião Luís Jácome), a Catarina Vaz, mulher de João



Retábulo-mor da Igreja da Misericórdia

Fernandes, por 7 000 réis, sendo provedor o licenciado Simão Tavares. O ano de 1548, que aparece numa das pedras (do lado interior) que constituem a ombreira direita da porta principal da Igreja da Misericórdia, pode estar relacionado com obras que se fizeram naquela altura, na porta ou em outras áreas da Igreja. Em 1572, por um alvará de 10 de Outubro, a Misericórdia foi autorizada a comprar a casa de Maria Pinto e seus filhos, para ampliar as suas instalações. Com estas aquisições e os acrescentos feitos, o edifício da Santa Casa da Misericórdia (Igreja, cuja padroeira era Nossa Senhora da Conceição¹³², com sacristia, Casa do Despacho, e outras dependências, de menor importância) ocuparia quase completamente a área actual e apresentaria também, sem grandes alterações, a forma que tem actualmente.

Para a centúria de Seiscentos temos duas informações importantes. O provedor Francisco Machado Botelho, que tinha mandado rebaixar todo o corpo da Igreja, mandou organizar, em 1626, as sepulturas.¹³³ Estas dispunham-se em *fiadas* que começavam na portada da sacristia e terminavam na portada principal. Um inventário, infelizmente incompleto, com adições posteriores, permite reconstituir parcialmente a sequência das sepulturas, que constituem até ao século XIX um dos aspectos importantes do interior da Igreja e que exige, com frequência, obras de conservação e melhoramento.

Quadro n.º 50 - Sepulturas da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (séculos XVII-XVIII)

<p>Primeira fiada: onze sepulturas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.ª sepultura de António Fernandes Alentejo e seus herdeiros 2.ª sepultura de António Álvares da Nóbrega e seus herdeiros 3.ª sepultura de Dionísia Maria e seus herdeiros 4.ª sepultura de Pascoal Fernandes e seus herdeiros 5.ª sepultura de Mariana de Moraes e seus herdeiros 6.ª sepultura de Manuel Correia Botelho e seus herdeiros 7.ª sepultura de Francisco Machado Botelho e seu herdeiros 8.ª sepultura de Caetano de Távora Cardoso e de José Botelho da Fonseca e seus herdeiros 9.ª sepultura de Mariana de Moraes e seus herdeiros 10.ª sepultura de Luís de Mesquita de Andrade e seus herdeiros 11.ª sepultura de Lázaro da Costa e seus herdeiros
<p>Segunda fiada: treze sepulturas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.ª sepultura de João Pinto, carpinteiro, e seus herdeiros 2.ª sepultura de Domingos Correia e seus herdeiros 3.ª sepultura de António de Oliveira, o Manco, e seus herdeiros 4.ª sepultura de Domingos Carvalho, torneiro, e seus herdeiros; tem foro de cem réis <i>de cadáver que se abrir</i> 5.ª sepultura de António Ribeiro, de alcunha Grilo, e seus herdeiros; tem duzentos réis de foro de cada vez que se abrir 6.ª sepultura de João de Azevedo, <i>odreiro</i>, e seus herdeiros 7.ª sepultura de Lourenço Rodrigues, serralheiro, e seus herdeiros 8.ª sepultura de Miguel Taveira de Macedo e seus herdeiros 9.ª sepultura de José Correia Botelho e seus herdeiros 10.ª sepultura de Luís Carvalho, marchante, e seus herdeiros 11.ª sepultura de Miguel Taveira de Macedo e seus herdeiros¹³⁴ 12.ª sepultura de Manuel Machado, armador, e seus herdeiros; tem cem réis de foro toda a vez que se abrir 13.ª sepultura de António da Silva Codilho e seus herdeiros
<p>Terceira fiada: oito sepulturas (provavelmente tinha mais, mas faltam fólios no livro)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.ª sepultura de Matias Álvares Mourão e seus herdeiros 2.ª sepultura de Manuel Gonçalves, sacristão da Santa Casa da Misericórdia, e seus herdeiros 3.ª sepultura de Manuel Rodrigues Pereira e seus herdeiros 4.ª sepultura de Domingos Pereira da Cunha e seus herdeiros 5.ª sepultura de António Mourão e seus herdeiros, tem duzentos réis de foro de cada vez que se abrir 6.ª sepultura do padre João da Cunha e seus herdeiros, paga um cruzado de esmola toda a vez que se abrir 7.ª sepultura de António da Cunha e seus herdeiros 8.ª sepultura de Francisco Fernandes Monteiro e seus herdeiros
<p>Quarta fiada (sem informação, por inexistência dos fólios que lhe dizem respeito)</p>
<p>Quinta fiada: dez sepulturas, mais duas à entrada da porta travessa para a sacristia</p> <ol style="list-style-type: none"> 7.ª sepultura dos herdeiros de Tomás Teixeira; tem duzentos réis de foro cada vez que se abrir 8.ª sepultura do licenciado António da Costa Pereira, médico <i>Valença</i>, e seus herdeiros 9.ª sepultura de Domingos Lourenço e seus herdeiros 10.ª sepultura de Manuel Gonçalves, sacristão da Santa Casa da Misericórdia, e seus herdeiros <p>Tem esta fiada, à entrada da porta travessa para a sacristia, duas sepulturas</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.ª sepultura de Gonçalo da Costa e seus herdeiros 2.ª sepultura de Manuel Álvares Matos e seus herdeiros; tem cem réis de foro, <i>de cadáver que se abrir</i>

<p>Sexta fiada</p> <p>1.ª sepultura de Francisco Correia Marante e seus herdeiros, tem cem réis de foro, <i>de cadáver que se abrir</i></p> <p>2.ª sepultura de Domingos Luís Carviçais e seus herdeiros</p> <p>3.ª sepultura de António Botelho Correia e seus herdeiros</p> <p>4.ª sepultura de Francisco Rodrigues Montês e seus herdeiros</p> <p>5.ª sepultura de Bernardo Correia da Mesquita e seus herdeiros; tem duzentos réis de foro, <i>de cadáver que se abrir</i></p> <p>6.ª sepultura de Isabel de Valença, filha do doutor António da Costa Pereira de Valença e seus herdeiros</p> <p>7.ª sepultura de José Taveira de Mesquita e seus herdeiros</p> <p>8.ª sepultura de Jacinto de Mesquita Botelho e seus herdeiros</p> <p>9.ª sepultura do licenciado António Pereira da Costa e seus herdeiros</p> <p>10.ª sepultura de António Fernandes Cambito e seus herdeiros</p> <p>Tem esta fiada dez sepulturas</p> <p>No fundo desta fiada está a sepultura de Domingos Gomes, pedreiro, e seus herdeiros; tem cem réis de foro</p>
<p>Sétima fiada: cinco sepulturas e dois supedâneos dos altares, que fazem sete</p> <p>1.º supedâneo é o altar de Jesus Crucificado; por baixo dele está um <i>muymento</i> de Francisco Machado Botelho, que o mandou fazer à sua custa, como também a capela com retábulo e dourada na forma que se vê, sendo provedor, no ano de 1735, que tudo isto é dele e seus herdeiros</p> <p>2.ª sepultura que se segue a ele, de Diogo Barreto e seus herdeiros</p> <p>3.ª sepultura de Joana Carvalho, ama da Santa Casa da Misericórdia</p> <p>4.ª sepultura de Gonçalo da Costa e seus herdeiros</p> <p>5.ª sepultura de Luís Vieira Coutinho e seus herdeiros</p> <p>6.ª sepultura do licenciado António da Costa Pereira e seus herdeiros</p> <p>7.ª sepultura do supedâneo da capela e altar de <i>Ecce Homo</i>, que fez o reverendo João Teixeira Moreira por sua devoção, para ele e seus herdeiros</p>
<p>Oitava fiada: nove sepulturas</p> <p>1.ª sepultura de António João, porteiro do Geral, e seus herdeiros</p> <p>2.ª sepultura de Manuel Gonçalves, de Santa Margarida, e seus herdeiros</p> <p>3.ª sepultura de Francisco Ribeiro, o Fuso, e seus herdeiros</p> <p>4.ª sepultura de Gonçalo Rodrigues Mourão e seus herdeiros, e tem duzentos réis de foro, <i>de cadáver que se abrir</i></p> <p>5.ª sepultura do licenciado António da Costa Pereira e seus herdeiros</p> <p>6.ª sepultura de Joana Rodrigues Garanhão e seus herdeiros</p> <p>7.ª sepultura de Gonçalo Rodrigues, torneiro, e seus herdeiros</p> <p>8.ª sepultura de Luís da Costa, ensamblador, e seus herdeiros; tem duzentos réis de foro</p> <p>9.ª sepultura de Domingos João, moleiro, e seus herdeiros; tem cem réis de foro, <i>de cadáver que se abrir</i></p>
<p>Nona fiada: tem oito sepulturas</p> <p>1.ª sepultura de João Rebelo, cutileiro, e seus herdeiros; tem foro de trezentos réis, <i>de cadáver que se abrir</i></p> <p>2.ª sepultura de Paulo de Novais, sapateiro, e seus herdeiros</p> <p>3.ª sepultura de Caetano de Távora Cardoso e Meneses e seus herdeiros</p> <p>4.ª sepultura de Manuel Pinto Alves e seus herdeiros</p> <p>5.ª sepultura da Santa Casa da Misericórdia</p> <p>faltam os outros fólhos</p>
<p>No presbitério do altar-mor existia um sepultura fazendo frente à fresta</p>

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/D/015/Livro 122)

Para o século XVII temos também a notícia das obras importantes mandadas fazer pelo doutor Matias Álvares Mourão, no tempo em que foi provedor da Santa Casa da Misericórdia. Segundo a *Relação de Villa Real* (1721), o então provedor mandou fazer uma “grande e majestosa tribuna” para nela se expor o Senhor; dourar e “apanelar de figuras todo o vão da mesma tribuna”; colocar azulejos nas paredes e pintar de “brutesco” o tecto da Igreja. No azulejo, num letreiro (que hoje já não existe), encontrava-se a seguinte inscrição: “esta obra mandou-a fazer o doutor Matias Álvares Mourão cavaleiro professo na Ordem de Cristo, lente de prima em leis, deputado do fisco na cidade de Coimbra, desembargador dos agravos da Suplicação, sendo provedor da Misericórdia no ano de 1672”.¹³⁵ Três aspectos são de realçar nesta intervenção:



Sepulturas da nave da Igreja da Misericórdia

a introdução do trono para o Santíssimo Sacramento, prática que se generaliza em Portugal na segunda metade do século XVII, e sobre a qual encontramos muitas informações em Vila Real e seu termo; o revestimento de azulejo, que tendo uma longa tradição na arte portuguesa, começa, no Norte, a disputar espaço com a talha dourada e policromada; e finalmente, a permanência na cobertura da pintura com *grutescos*, sintoma de uma tradição que não se alterara desde o século XVI.

A notícia referida permite-nos também ter, ainda que parcialmente, uma visão do interior da Igreja da Misericórdia, nos anos setenta do século XVII, que se apresentava como tantas igrejas suas contemporâneas. Interiores onde a presença do ouro da talha se harmoniza com a policromia do azulejo seiscentista (os cuidados com a conservação dos azulejos aparecem referidos nas despesas do século XIX, onde se referem consertos feitos, por caiadores, em 1830 e 1832¹³⁶, no azulejo da Igreja) e os ornatos das pinturas.

Para o século XVIII, não temos também muitas informações sobre obras. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real não tinha grandes recursos, razão pela qual as principais iniciativas se encontram ligadas a alguns provedores ou à contribuição de particulares, situação que fez parte, ao longo do tempo, da sua história patrimonial.

A obra principal da centúria de Setecentos vem referida no termo da Mesa de 3 de Maio de 1725.¹³⁷ O provedor António de Figueiredo e Barros mandou fazer à sua custa o acrescentamento da capela-mor, com o qual “acrescia junto do altar-mor terrado em que se podia fazer dois jazigos ou sepulturas”. Por esta razão, pedia aos irmãos da Mesa que lhe fosse dado aquele espaço para seu enterramento e de seus herdeiros. O seu pedido foi aceite, tendo-lhe sido concedidos os dois “terrados, pois muito mais dera, devido à grandeza com que fez as obras bem manifestas que fez na dita Igreja com liberal despesa”.

Através da lista de sepulturas, vemos que o provedor Francisco Machado Botelho, também em 1725, mandou fazer “capela com retábulo e dourada” de Jesus Crucificado, onde estava o seu “*muymento*” funerário.

Em 1737, sabemos que foi feita a obra do forro do edifício. Naquele ano, em 1 de Julho, o provedor da Santa Casa da Misericórdia, Lourenço Botelho Pimentel de Vasconcelos, contratou o ensamblador António da Silva, natural de Landim (termo de Barcelos), para este forrar toda a Igreja. Pimentel de Vasconcelos, que tomara “por devoção o mandar forrar toda a Igreja”, determinou a colocação de escritos nas “partes públicas” de Vila Real para arrematação da obra, segundo a planta e apontamentos que para o efeito tinham sido realizados.

Temos notícia de que compareceram dois concorrentes para a execução da obra: o imaginário António Dias, de Vila Real, que lançou 400 000 réis para fazê-la, e o ensamblador António da Silva, que nessa altura trabalhava nas obras da Casa de Mateus, e que apresentou um lanço de 300 000 réis, razão pela qual foi escolhido. António da Silva faria a obra segundo a planta que lhe foi entregue, e um “testemunho” dos apontamentos pelos quais se deveria orientar. Recebendo, além do pagamento, a madeira do forro existente, teria que fazer o novo de madeira de castanho, que não



Silhar de azulejos da parede da nave da Igreja da Misericórdia

fosse “podre, furada nem nozada, antes sim de madeira lisa”, e entregar a obra concluída em quinze meses, contados a partir da data da escritura. A Santa Casa da Misericórdia comprometia-se a dar “cinco pernas para a armação e uma carga de vinho de quatro almudes; no caso de ser preciso, daria mais alguma perna para a dita armação”; e as duas linhas de ferro, além da que já tinha, para melhor segurança da obra. Para pagamento dos 300 000 réis, a Santa Casa da Misericórdia possuía 250 000 réis, dando o restante, assim como madeira e vinho, o referido provedor.¹³⁸

Além das obras referidas, conseguimos recolher algumas notícias que permitem enriquecer o panorama artístico da Santa Casa da Misericórdia no século XVIII, ainda que algumas delas de pouca importância para o estudo do edifício. Uma estrutura arquitectónica como a da Santa Casa da Misericórdia tinha uma conservação permanente que, como veremos para o século XIX, é a nossa grande fonte de informação sobre a actividade artística. Assim, para o século XVIII, os documentos referem vários concertos: de uma escada para o sino, feita pelo carpinteiro José Correia Mourão (1784); do telhado, feito por um “telhador”, comendo-se também os bancos e a porta da Igreja (1784)¹³⁹; do altar de São Martinho, onde se colocou uma imagem nova de São Martinho (1797)¹⁴⁰, informação da maior importância, já que permite a datação da imagem; dos altares e grades para os novos frontais e de uma caixa no altar de Nossa Senhora do Carmo (1799).¹⁴¹

Também na relação das despesas de 1782-1783 referem-se gastos feitos no altar de Nossa Senhora das Dores: 290 réis com o ornato da Senhora das Dores; 1 150 réis com a pintura do ferro da caixa das esmolas; 10 500 réis com as cortinas e guarnição do sacrário do mesmo altar; 380 réis com a aquisição de uma lâmpada nova de estanho, mais 80 réis para o respectivo vidro.¹⁴² Em 1796, mandaram fazer uma caixa, a qual ajustaram com o mestre António Pereira por 800 réis, com três chaves (uma para o provedor, outra para o secretário e outra para o doutor Manuel Teixeira do Amaral, como depositário). Nesta caixa deviam estar as chaves das caixas dos altares, que também não poderiam ser abertas sem a presença de três claviculários, encontrando-se dentro da mesma um livro de entrada de todo o rendimento e para nele se lançar os termos de saída.¹⁴³

Um aspecto que merece ficar registado em relação ao património relacionado com as imagens chega através de uma notícia de 2 de Setembro de 1779, pela qual sabemos que o provedor, atendendo a que o sacristão da Igreja da Misericórdia não podia “comodamente assistir a todas as

obrigações da mesma por serem muitas com aquelas perfeições, zelo e limpeza que se requerem”, foi eleito para zelador das sagradas imagens do Senhor do Túmulo, Nossa Senhora das Lágrimas, Senhor dos Passos e *Ecce Homo*, o irmão António Pereira de Azevedo e Faria.

Assim, ainda que existindo informações escassas, podemos concluir que, ao chegarmos aos finais do século XVIII, a Santa Casa da Misericórdia era um edifício que mantinha a sua estrutura definida a partir do século XVI, mas aumentada ao nível da capela-mor e enriquecida com novos retábulos, o que foi uma prática corrente nos espaços sacros setecentistas portugueses.

8.2. A Igreja da Misericórdia (séculos XIX-XX)

Na passagem do século XVIII para o século XIX, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real tinha duas realidades patrimoniais bem definidas: a sua Igreja, com a Casa do Despacho, e o Hospital da Divina Providência, sobre o qual falaremos mais adiante.

Também ao longo do século XIX, o conjunto constituído pela Igreja e Casa do Despacho, estruturado como vimos nos séculos anteriores, não sofreu grandes obras, excepto aquelas que foram necessárias para a sua conservação ou algum melhoramento. As notícias que nos chegaram permitem apenas conhecer as peças que foram adquiridas ou consertadas no mesmo período.

O primeiro documento mais importante de Oitocentos é um inventário¹⁴⁴, datado de 1806, que dá conta do património móvel que existia na Igreja e Casa do Despacho. Este inventário, devido ao ano em que foi feito, dá-nos a imagem não só do que existia à época da sua execução, mas também do património herdado das centúrias anteriores, sendo principalmente relevante para o conhecimento do que existiria no século XVIII, já que pouco ou nada se alterou, desde os finais de Setecentos até ao ano da sua feitura.

Da sua leitura queremos realçar algumas peças. Em primeiro lugar, as imagens num total de onze, das quais três eram de vestir, os seis crucifixos, e as pratas, que não sendo em grande número, representavam um conjunto importante para uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia. Dos ornamentos inventariados, o mais rico era um de seda roxa, e temos ainda conhecimento da existência de quatro bandeiras (a da Irmandade, da segunda Ordem, a do enterro dos pobres e a da insígnia da Confraria), e de sete painéis dos Passos. Entre o mobiliário civil, queremos salientar: a mesa grande redonda da Casa do Despacho, forrada de pano verde, como era costume; os quatro bancos de encosto com as armas reais; os quatro mochos de moscóvia e os dois de couro. O inventário permite também sabermos que no interior da Igreja, em 1806, existiam três confessionários.

Quadro n.º 51 - Inventário e avaliação dos bens inventariados da Igreja e Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1806)

Imagens

- um Santo Cristo, com titulo e resplendor de prata, que está na sacristia: 28 800 réis
- seis crucifixos, que estão nos altares, cada um avaliado em 1 600 réis: 9 600 réis
- uma imagem de Nossa Senhora da Visitação, de vulto: 19 200 réis
- uma imagem de Nossa Senhora do Carmo com o Menino nos braços: 19 200 réis
- uma imagem de Nossa Senhora do Carmo, de vestir: 9 600 réis
- uma imagem de Nossa Senhora da Soledade, de vestir: 30 000 réis
- uma imagem do Senhor Preso à coluna, de vulto: 14 400 réis
- uma imagem do Senhor da Cana Verde, de vulto: 14 400 réis
- uma imagem do Senhor dos Passos, de vestir: 24 000 réis
- uma imagem do Senhor do Túmulo, de vulto: 24 000 réis
- um Santo Cristo no altar da Senhora da Soledade: 6 400 réis
- uma imagem de São Martinho, de vulto: 6 000 réis

Pratas

- uma custódia de prata dourada com seus vidros, peso 4 marcos e quarta: 65 100 réis
- um vaso do lavatório de prata, peso três marcos e duas oitavas: 19 400 réis
- uma coroa grande de Nossa Senhora do Carmo, peso dois marcos e duas oitavas: 13 800 réis
- uma coroa de Espinhos do Senhor dos Passos, peso cinquenta e quatro oitavas: 5 400 réis
- um resplendor do Senhor dos Passos, peso um marco e quatro oitavas: 7 850 réis
- um resplendor do Senhor *Ecce Homo*, peso doze oitavas: 1 200 réis
- um resplendor do Menino da Nossa Senhora do Carmo: 1 000 réis
- um diadema liso de Nossa Senhora das Dores: 200 réis
- uma coroa de Nossa Senhora da Visitação: 6 600 réis
- um cálice lavrado com patena e colher: 17 800 réis
- um cálice com patena e colher: 14 500 réis
- um cálice com boca estreita: 16 200 réis
- uma patena: 300 réis
- uma naveta de prata que deu o irmão provedor Francisco Rodrigues de Freitas, em 1823: 18 500 réis (com outra letra)

Ornamentos

- um ornamento de canilê de seda de matizes com capa, frontal, véu de ombros guarnecido com galões finos: 150 000 réis
- um ornamento de seda roxa, com capa, frontal, véu de ombros, e pálio, tudo guarnecido com galões de ouro fino: 400 000 réis
- um ornamento de seda de matizes, com capa, frontal, véu de ombros, tudo guarnecido de galões de ouro fino e frontal e capa de galões entrefinos: 150 000 réis
- um ornamento de belbute preto com capa, frontal, véu de ombros, pano de estante, bolsa de corporais, tudo guarnecido com galões entrefinos: 150 000 réis
- um frontal de damasco roxo com galões e franja de ouro fino: 6 400 réis
- um frontal de damasco de ouro já velho: 4 800 réis
- um frontal de matizes com galões entrefinos: 4 800 réis
- um frontal de damasco roxo: 2 000 réis
- um frontal de damasco de ouro com franja de ouro fino e galões de ouro entrefinos: 14 400 réis
- dois frontais de matizes com "chabastres" e galão em vermelho: 12 000 réis
- um frontal de seda de matizes já usado: 3 000 réis
- um frontal de lã usado: 1 500 réis
- quatro frontais de lã que estão em grades: 4 000 réis
- uma casula de matizes de ouro com galões de ouro fino: 4 800 réis
- uma casula de melânia de prata preparada com galões entrefinos já velha: 2 400 réis
- uma casula de seda branca de matizes preparada, guarnecida com galões entrefinos, já velha: 2 400 réis
- quatro casulas de seda preta preparadas: 12 000 réis
- duas casulas de lã roxa: 4 000 réis
- duas casulas de delícias de lã verdes: 6 000 réis
- três casulas de lã brancas preparadas: 6 000 réis
- uma casula de damasco branco preparada: 3 000 réis
- duas casulas de damasco vermelho bastante usadas: 4 800 réis
- uma casula de damasco roxo preparada: 10 000 réis
- uma capa de asperges de veludo preto: 3 000 réis
- uma capa de seda branca com chabastres encarnada: 6 400 réis
- três porta-caeli: 5 000 réis
- uma estola de matizes com galões de prata: 800 réis
- um pano de estante de Missal já usado: 800 réis
- duas bolsas de corporais bordadas e com uso: 3 200 réis
- onze bolsas de corporais de varias cores: 4 800 réis
- trinta véus de tafeté das quatro cores para os cálices: 6 000 réis
- três vestimentas, duas de damasco branco de seda e uma de damasco carmesim, feitas em 1822: 48\$000 réis (com outra letra e acrescentado ao inventário)

Roupa branca

- dezoito alvas de pano de linho de uso: 36 000 réis
- dezoito alvas com suas rendas pela meia: 6 000 réis
- três alvas com suas guarnições de cassa larga: 12 000 réis
- catorze amitos: 2 800 réis
- dezasseis manutérgios: 800 réis
- três cordões novos: 3 000 réis
- nove cordões já usados: 3 000 réis
- quatro toalhas de mãos: 2 400 réis
- vinte e nove toalhas em bom uso, algumas novas: 16 000 réis
- onze toalhas com mais uso: 5 000 réis
- cinco toalhas de algodão e paninho: 3 000 réis
- uma toalha da cruz das ladainhas: 400 réis
- uma toalha grande e larga: 1 200 réis
- dezasseis mesas de corporais: 12 000 réis
- doze palas redondas guarnecidas de pontilha: 1 200 réis
- quinze palas quadradas e guarnecidas: 1 500 réis
- duas sobrepelizes de pano com uso: 4 000 réis

(Peças inventariadas posteriormente e acrescentadas ao documento original)

- doze amitos de pano de linho com fitas de nastro: 2 400 réis
- uma dúzia de manutérgios de algodão guarnecidos: 2 880 réis
- uma toalha para o altar mor: 1 500 réis
- uma toalha guarnecida para os altares colaterais (guarnecida de ternoia): 1 200 réis

Trastes pertencentes à ornamentação da igreja

- duas cortinas e sanefa de damasco roxo do Senhor dos Passos: 4 800 réis
- um pano de púlpito de seda roxa com franja de ouro fino: 4 800 réis
- um pano de melânia de seda e prata que serve no Túmulo na Sexta-feira Santa: 3 200 réis
- uma alcatifa de papagaios nova: 24 000 réis
- um pano de seda de cobrir a custódia: 800 réis
- dois pavilhões de damasco, um branco e outro roxo: 4 000 réis
- um pavilhão do sacrário de damasco de ouro com galões e franja de ouro fino: 28 800 réis
- uma cortina e dossel do mesmo damasco e guarnições que serve na exposição: 4 800 réis
- cento e quarenta e quatro côvados de damasco carmesim para cortinas, a 1 400 réis cada côvado: 207 600 réis
- uma banquetta nova de seis castiçais e cruz, que custou, com condução: 185 000 réis
- cinco toalhas de durante verde para cobrir os altares: 4 000 réis
- uma cortina de felipechim roxo de cobrir a boca do altar mor: 7 000 réis
- um cobertor de seda com matizes: 5 000 réis
- quatro castiçais de latão pequenos que se compraram em Junho de 1822: 2 400 réis (acrescentado com outra letra)

Trastes pertencentes às funções litúrgicas

- um estandarte de damasco roxo com galões de ouro fino: 72 000 réis
- um sudário: 6 400 réis
- um pano das verónicas: 1 600 réis
- um pano das sepulturas com galões de seda branca: 1 800 réis
- um pano de estante velho: 800 réis
- uma túnica de cetim roxo do Senhor dos Passos: 9 600 réis
- quatro sanefas de damasco roxo com galões e franja de ouro fina e pano de cetim de ornar o andor do Senhor dos Passos: 9 600 réis
- um vestido de São João: 1 600 réis
- um vestido da Madalena: 1 600 réis
- um vestido de Nossa Senhora: 2 400 réis
- uma capa de cetim encarnado com renda de ouro fina do Senhor Ecce Homo: 3 000 réis
- uma bandeira da Irmandade: 50 000 réis
- uma bandeira da segunda Ordem: 20 000 réis
- uma bandeira do enterro dos pobres: 3 000 réis
- uma bandeira da insígnia da Campainha: 1 600 réis
- uma tumba rica da Irmandade: 100 000 réis
- uma tumba da segunda ordem: 36 000 réis
- duas tumbas de enterrar os pobres: 20 000 réis
- sete painéis dos Passos: 16 800 réis

Trastes de madeira da igreja e sacristia

- um espelho da sacristia: 5 000 réis
- um caixão grande com nove gavetas e ferragem amarela: 100 000 réis
- um caixão com três chaves e chapeado e cintado de ferro que serve de arquivo: 24 000 réis
- uma mesa grande forrada de pano verde que está na casa do despacho: 12 000 réis
- uma mesa redonda com gaveta e pano verde de cobrir: 4 800 réis
- uma mesa quadrada: 3 000 réis
- quatro bancos de encosto com as armas reais pintadas: 6 400 réis
- doze bancos sem encosto: 12 000 réis
- um anteparo na igreja: 10 000 réis
- três confessionários na igreja: 3 000 réis
- quatro mochos de couro de moscóvia e mais dois de couro: 4 800 réis
- seis varas de pau preto: 6 000 réis
- dois andores: 4 800 réis
- uma cruz do Senhor dos Passos: 8 000 réis
- um esquife do Senhor do Túmulo: 24 000 réis
- quatro pontaletes com cimos e fundos de latão: 4 000 réis
- oito lanternas de latão que servem nas procissões e enterros dos irmãos: 36 000 réis (com outra letra)

Livros

- um missal grande: 8 000 réis
- três missais: 12 000 réis
- dois missais: 6 000 réis
- dois missais novos que mandou vir do Porto o doutor Melo, sendo escrivão em 1822: 14 400 réis (acrescentado ao inventário)



Bolsas de corporais referidos no inventário dos bens da Igreja da Misericórdia (1806)

A Santa Casa da Misericórdia tendo como a grande obra, ao longo de todo o século XIX, o Hospital da Divina Providência, não vai fazer, como já referimos, grandes alterações na Igreja/Casa do Despacho. O levantamento feito no Arquivo Distrital de Vila Real sobre o espólio documental da Santa Casa da Misericórdia permitiu recolher, para a centúria de Oitocentos, várias informações sobre pequenas obras, aquisições e notícias diversas, que são enriquecedoras para a história patrimonial da instituição. Assim, partindo dessa documentação, recolhemos o que de mais importante foi feito na conservação, segurança e beneficiação do edifício, bem como diversos dados que atestam a atenção prestada à imaginária, e à execução (ou compra) de novos objectos necessários ao culto e ao funcionamento da Santa Casa da Misericórdia, instituição de acção diversificada em Vila Real e na área envolvente.

A informação recolhida nos assentos de despesas efectuadas é, por vezes, pouco precisa. Muitas vezes refere a realização de uma obra, mas omite o que de facto foi executado; noutros casos não indica o nome do artista ou artistas que a executaram, como podemos ver nos seguintes exemplos: o caiador José Monteiro fez uma obra na Igreja (1850); João dos Santos fez ferragens para a Igreja (1850); Miguel José Claro executou uma obra de carpintaria na Santa Casa, pintada por José Moreira de Barros (1872).¹⁴⁵ Também ao escrever-se, em 1845, que o pintor Joaquim Lima pintou as paredes de toda a Igreja, não podemos afirmar se as paredes são só as exteriores ou se foram pintadas também as interiores. Ultrapassando as questões referidas, podemos conhecer diversas intervenções realizadas e o nome dos respectivos artistas.

A primeira notícia que queremos registar, e que contrasta com a visão que hoje temos do edifício da Santa Casa da Misericórdia, era a existência de cor. Ao contrário da imagem que o edifício actualmente apresenta, uma granítica monocromia, aquele era pintado de branco por fora e por dentro, como consta nas despesas: foram contratados caiadores para *pinclarem* a frente e os lados da Igreja (1832) e Domingos Rodrigues, de Vila Real, recebeu 8 890 réis para cair *à roda a capela* da Misericórdia, tanto por fora como por dentro, e os telhados (1863).¹⁴⁶

Também as imagens que se encontravam no exterior eram pintadas e douradas, como vemos no assento de 24 de Junho de 1862, que transcrevemos: “José Moreira de Barros recebeu 4 000 réis, de pintar e dourar duas imagens que se acham na fronteira da capela e outra na esquina da mesma cujas são Nossa Senhora da Conceição e Santa Bárbara”.¹⁴⁷

Esta actividade encontra-se documentada ao longo do século XIX, já que caiavam a Igreja e a Casa do Despacho com regularidade, ainda que não tenham chegado até nós registos anuais. Os caiadores, além da pintura do edifício, incumbiam-se de outros trabalhos como, obras diversas que a documentação não especifica (caiador José Monteiro, em 1850 e 1851); consertos de telhados (caiador José Monteiro, em 1847 e 1855; caiador Domingos Rodrigues, em 1871); abertura de uma porta na torre para serventia do telhado (caiador José Monteiro, em 1855); e conserto do azulejo da Igreja (1832).

Perspectiva geral do interior da Igreja da Misericórdia





Perspectiva geral da Igreja da Misericórdia

Quadro n.º 52 - Pintura da Igreja e Casa do Despacho (1806-1871)

1806 – Gastaram 1 800 réis com o mestre caiador Tomé Mendes ¹⁴⁸ (caiador que trabalhou vários anos para a Santa Casa da Misericórdia), ano em que se refere a despesa 1 700 réis de “apincelar” a Igreja; no mesmo ano recebeu 40 000 réis pelo conserto do telhado e “albação” interna e externa da Igreja
1832 – Os caiadores pincelaram a frente e os lados da Igreja
1833 – Obra de “dealbar” a Igreja e sacristia
1834 – Bernardino Rodrigues “branqueou” a Igreja
1840 – Caição da frontaria da Igreja; caição da Igreja, das duas sacristias e do telhado
1845 – Joaquim Lima, de Vila Real, caiu as paredes da Igreja
1849 – Domingos Rodrigues caiu a Igreja e Casa do Despacho
1852 – José António caiu a Igreja e a sacristia; José Monteiro, caiador, caiu a Igreja e sacristia
1853 – José Monteiro caiu a Santa Casa
1858 – Manuel Rodrigues Gonçalves caiu a Igreja da Santa Casa
1863 – Domingos Rodrigues caiu por fora, por dentro e os telhados da Santa Casa
1864 – Domingos Rodrigues caiu a Santa Casa ¹⁴⁹
1865 – Domingos Rodrigues caiu e “argamassou a capela da Santa Casa da Misericórdia” ¹⁵⁰
1868 – Domingos Rodrigues caiu o telhado
1871 – Domingos Rodrigues caiu toda a capela ¹⁵¹

(Fonte: ADVR/SCMVR/Documentação vária)

O telhado, que como vimos era caiado frequentemente, recebeu consertos diversos, segundo os registos consultados, de 1806 a 1871: conserto do telhado (1806); conserto feito por um mestre caiador (1836)¹⁵²; Joaquim Lima consertou o telhado da Igreja (1845); José Monteiro, mestre caiador, e o seu oficial, compuseram o telhado da Igreja junto ao campanário do sino e Casa do Despacho (1847); José Monteiro consertou o telhado (1855); João Pereira Pontes consertou os telhados (1857); Luís Afortunado reparou o telhado da Igreja (1858) e Domingos Rodrigues, mestre caiador, de Vila Real, consertou os telhados da Igreja da Santa Casa (1871).¹⁵³ Fazendo parte da estrutura superior da Igreja, o campanário e o sino¹⁵⁴ foram mudados (1806), gastando-se nesta obra 10 780 réis¹⁵⁵, com pedreiros e ferragens. Sem qualquer notícia posterior sobre o campanário, esta referência deve relacionar-se com o actual.

A existência de uma torre (provavelmente de pequenas dimensões), hoje inexistente, é documentada em 1827, quando se fala sobre uma obra na sua cimalha e em 1855 é referida a abertura de uma porta na torre para dar serventia ao telhado, obra executada por José Monteiro. Se a cobertura do edifício, como área de frequentes reparações, aparece referida nas intervenções que registámos, temos também duas zonas que merecem a constante atenção da Mesa. Por um lado, os vãos (portas e janelas), por outro, toda a área correspondente à nave, capela-mor, coro e sacristia. Para as portas, encontramos diversos registos: arranjo da porta da Igreja arrombada pelos franceses (1809)¹⁵⁶; pintura das portas da Igreja (1826); guarnição da porta travessa interior, feita por António Francisco Penafiel, e pintura da mesma (1843); pintura¹⁵⁷ das três portas da Igreja; António Francisco Penafiel, carpinteiro, de Vila Real, fez um pórtico dentro da Igreja, que depois foi pintado, e um conserto na porta travessa (1845); o mesmo carpinteiro fez consertos nas portas da Igreja, *oleadas* a tinta por Francisco Feliciano de Azevedo; o mestre carpinteiro José António Penafiel e o mestre pintor Francisco Feliciano de Oliveira receberam a quantia de 6 715 réis (carpinteiro 4 465 réis e pintor 2 250 réis), das obras que fizeram nas portas da Igreja¹⁵⁸ (1858). Sobre a nave e capela-mor não temos muitas notícias; uma obra de pedraria no pavimento (1800-1802); um conserto no azulejo (1830); uma obra mais completa, executada em 1845 (o serralheiro José Correia Mourão fez seis chapas de ferro “que fez e lançou” na cornija contígua ao forro da Igreja; conserto no tecto da Igreja, “repregação” e mais reparos de carpintaria, retocando-se a pintura do mesmo tecto e pintando a cornija da Igreja, obra executada pelo pintor Manuel Joaquim Pinto Machado); conserto no guarda-vento, feito por Miguel José Claro (1878)¹⁵⁹ e colocação de uma grade no corpo da Igreja (1889), que custou 40 000 réis.

Sobre o coro temos conhecimento da execução do forro em 1806 e de diversas obras executadas entre 1832 e 1859: o carpinteiro António Francisco¹⁶⁰ fez as portas do coro, que levaram vidros (1832); conserto do coro e respectiva pintura (1834-1835) pelos pintores António José Batista, Luís Bernardino, António Bernardino, com tintas que mandaram vir do Porto, em 1834; pintura das janelas do coro, trabalho executado



Sacristia da Igreja da Misericórdia

pelo pintor Manuel Pinto Machado, de Vila Real (1846); pintura das janelas contíguas ao coro da Igreja pelo pintor Manuel Joaquim Pinto Machado (1847); conserto da porta do coro pelo carpinteiro Joaquim Ribeiro Fraga (1848), tendo o pintor Francisco Feliciano de Azevedo pintado as janelas do coro da Igreja da Santa Casa (1859).¹⁶¹

Finalmente, sobre a sacristia temos informações de obras de 1800 a 1871: consertos e obras na sacristia e seus móveis (1800)¹⁶²; conserto e compra de um espelho grande que custou 11 000 réis (1806); Bernardo Luís Pimenta, carpinteiro, consertou a cómoda da sacristia; o serralheiro José Correia Mourão consertou uma fechadura da cómoda; António José Ferreira Júlio, de Vila Real, fez dois lampiões para a sacristia; António Francisco Penafiel fez diversos consertos em parte do forro da sacristia e no sobrado da mesma; Manuel Pinto Machado pintou o forro e a porta da sacristia (1845); Joaquim Ribeiro da Silva Braga consertou o lavatório da sacristia (1847); o pintor Manuel Pinto Machado pintou o forro e a porta da sacristia (1848); e António Luís de Almeida colocou seis vidros nas frestas da sacristia da Igreja (1871).¹⁶³

Fazendo parte do contexto da nave, aparecem notícias sobre estruturas a ela associadas: o púlpito, as sepulturas, e os altares¹⁶⁴, sem nos esquecermos dos três confessionários existentes. O púlpito e as suas escadas foram pintados em 1834; em 1842 fizeram um conserto nas escadas e tornearam os balaústres; o púlpito voltaria a ser pintado em 1851, pelo pintor José Ribeiro de Carvalho, fazendo parte de uma empreitada de pintura que contemplou a varanda dos irmãos, o coro e as janelas do mesmo, a sacristia menor e todas as portas que desta tinham comunicação com a Igreja. Em 1802 fizeram novas sepulturas no pavimento da Igreja e os taburnos das mesmas¹⁶⁵; e, em 1859, José Correia Mourão, serralheiro, trabalhou o ferro de abrir as sepulturas.¹⁶⁶

Os altares (designados também por capelas) referidos, além do altar-mor¹⁶⁷, são: o altar do *Ecce Homo*, ao lado do altar-mor do lado da Epístola, de Gonçalo Lobo Tavares, tendo os seus herdeiros a obrigação de repará-lo até ao telhado de tudo aquilo que fosse necessário; o altar do Senhor dos Passos (1833: pintura do altar; 1846¹⁶⁸, 1847 e 1851: consertos de pirâmides do altar, feitos pelo carpinteiro António Francisco Penafiel; 1850: arandelas para o altar feitas por João dos Santos); altar de Nossa Senhora do Carmo (1845: o serralheiro José Correia Mourão segurou uma palma do altar; 1885: conserto no altar) e altar de Nossa Senhora das Dores (1904: obra executada no altar). Em 1903, gastaram 49 890 réis em material para a construção de um altar para a Igreja, “segundo o que ali existe ao lado do arco cruzeiro”, não nos informando o registo de despesa a invocação do altar.¹⁶⁹

Quadro n.º 53 - Referências sobre imagens na Igreja da Misericórdia de Vila Real (século XIX)

1831 – Encarnação e reforma das imagens
1862 – José Moreira de Barros, pintor, pintou e dourou duas imagens da capela ¹⁷⁰
Santo Cristo 1850 – José Monteiro, caiador, e um oficial, compuseram um Santo Cristo ¹⁷¹
Senhor do Túmulo 1831 – Foi encarnada a imagem do Senhor do Túmulo e pintada a coluna 1832 – Foi encarnada a imagem do Senhor do Túmulo
Senhor da Cana Verde 1838 – Um carpinteiro compôs o Senhor da Cana Verde 1861 – José Moreira de Barros compôs uns braços e encarnou um Santo Cristo do altar do Senhor da Cana Verde ¹⁷²
Senhor do Horto 1831 – O pintor José Ribeiro fez a encarnação e aperfeiçoou o rosto do Senhor do Horto 1850 – O pintor José Ribeiro encarnou e aperfeiçoou o rosto do Senhor do Horto ¹⁷³
Senhor preso à coluna 1832 – Pintura da coluna 1852 – O pintor Francisco Ribeiro pintou a coluna do Senhor Preso à Coluna
Senhor dos Passos 1832 – Reforma da encarnação do rosto do Senhor dos Passos 1845 – Reforma da encarnação do rosto do Senhor dos Passos 1852 – O pintor Francisco Ribeiro pintou a cruz do Senhor dos Passos 1854 – Encarnação do Senhor dos Passos; mandaram fazer a encarnação em Braga, os olhos de vidro e colocação dos mesmos na imagem do Senhor dos Passos (“pagaram ao escultor Manuel José Vieira pelos olhos de vidro 3 000 réis, por colocá-los 2 000 réis, pela encarnação ao pintor 3 000 réis e carroto de ida e volta 1 440 réis”) 1859 – O mestre serralheiro José Correia Mourão fez um ferro novo para o ombro do Senhor dos Passos, bem como um canudo para meter na cruz do mesmo Senhor ¹⁷⁴
Nossa Senhora da Conceição 1857 – João José Ribeiro da Silva compôs e limpou a coroa de Nossa Senhora da Conceição 1885 – Foi encarnada a imagem
Nossa Senhora do Carmo 1851 – O pintor José Ribeiro de Carvalho pintou ou encarnou a imagem de Nossa Senhora do Carmo, prateou a coroa da mesma Senhora 1885 – Foi encarnada a imagem
Nossa Senhora das Dores 1866 – José Correia Mourão fez um conserto na imagem de Nossa Senhora das Dores ¹⁷⁵ 1868 – Manuel Botelho Júnior recebeu 900 réis da compostura que fez no diadema de Nossa Senhora das Dores colocada na Igreja da Santa Casa da Misericórdia ¹⁷⁶
Nossa Senhora da Soledade 1872 – José Inácio da Fonseca compôs o diadema da imagem de Nossa Senhora da Soledade da Igreja da Santa Casa da Misericórdia ¹⁷⁷

Imagens no Inventário de 1847

<ul style="list-style-type: none"> • um Santo Cristo, com título e resplendor em prata da sacristia • cinco crucifixos dos altares • uma imagem de Nossa Senhora da Visitação de vulto • uma imagem de Nossa Senhora do Carmo com o Menino nos braços • uma imagem de Nossa do Carmo, de vestir • uma imagem de Nossa Senhora da Soledade, de vestir 	<ul style="list-style-type: none"> • uma imagem do Senhor preso à coluna de vulto • uma imagem do Senhor da Cana Verde de vulto • uma imagem do Senhor dos Passos, de vestir • uma imagem do Senhor do Túmulo de vulto • um Santo Cristo, no altar da Senhora da Soledade • uma imagem de São Martinho de vulto
--	---

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, documentos vários)



Retábulo seiscentista na Igreja da Misericórdia (lado da Epístola)

A Casa do Despacho e a tribuna da Mesa vão receber também diversas intervenções ao longo do século XIX. Em 1800, para as reuniões da Mesa, mandaram fazer uma nova mesa (4 200 réis) e novos bancos (6 000 réis)¹⁷⁸, cujos gastos com a pintura aparecem lançados nas despesas de 1801 (1 620 réis pelo princípio da pintura dos bancos) e 1802 (1 660 réis para acabarem de pintar os bancos e a mesa, incluindo-se nesta verba a pintura de uma cruz do sacrário). Depois de um conserto em 1842, o carpinteiro António Francisco Penafiel melhorou o sobrado e o pintor Joaquim Lima pintou o forro (1845). Outra área importante era a tribuna (ou balcão), que permitia à Mesa assistir às cerimónias que se realizavam na Igreja, e, que como tal, teve também diversas intervenções: em 1803, “solhou-se a varanda da Mesa” para assistência das funções da Igreja¹⁷⁹; em 1828, obra da varanda feita por um carpinteiro; em 1852, conserto da tribuna, feita pelo carpinteiro António Francisco Penafiel, que recebeu 960 réis, por tábuas, pregos e mão-de-obra.

À Casa do Despacho, como espaço de reunião daqueles que representavam a Santa Casa da Misericórdia, associamos alguns objectos que, devido à simbologia das suas funções, mereceram sempre uma grande atenção por parte das respectivas Mesas: as bandeiras da Misericórdia e as varas dos irmãos.



Campanário e frontão da Igreja da Misericórdia

Quadro n.º 54 – Notícias sobre bandeiras da Misericórdia de Vila Real e varas dos irmãos (1800-1866)**Bandeiras da Misericórdia**

1800 – Conserto das cruces das bandeiras que se quebraram nas procissões da Semana Santa
1828 – Pintura da bandeira
1829 – Conserto da cruz da bandeira da Irmandade
1831 – Conserto das bandeiras
1840 – Conserto da cruz da bandeira da Irmandade feito pelo serralheiro João Taboada, pintada e dourada pelo pintor José Ribeiro
1845 – Um suspensório de veludo preto para a bandeira da Irmandade, feito pelo alfaiate Manuel Vicente, de Vila Real; conserto da bandeira maior da Irmandade; conserto da segunda bandeira da Irmandade (Manuel José da Rocha Guimarães forneceu duas varas de franja, sete varas de galão e meio côvado de veludilho preto para o conserto da segunda bandeira da Santa Casa da Misericórdia)
1863 – Anselmo Pereira Baia forneceu uma guarnição de ouro para a bandeira da Santa Casa da Misericórdia; José Ribeiro de Carvalho dourou a cruz e as peanhas da bandeira da Irmandade
1866 – José Correia Mourão, serralheiro, compôs a cruz da bandeira da Irmandade

Varas dos irmãos

1828 – Pintura das varas
1841 – Colocação de ponteiras nas varas, feita pelo serralheiro João Taboada
1842 – Foram pintadas e douradas quinze varas pelo pintor António Baptista ¹⁸⁰
1861 – Pintura de três varas para os irmãos do mês da Santa Casa da Misericórdia, por José Moreira de Barros; o mesmo pintor pintou e dourou treze varas pertencente à Mesa da Santa Casa da Misericórdia

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, documentos vários)

Temos também notícia, para os anos de 1846 e 1847, da execução da “tabuleta” para nela se colocarem os “bugalhos” para o escrutínio da eleição, feita pelo carpinteiro António Francisco Penafiel.¹⁸¹

As reuniões realizadas na Casa do Despacho, inserida no edifício da Santa Casa da Misericórdia desde a sua fundação, passaram a ser realizadas numa sala do Hospital da Divina Providência, o que levaria, na sessão de 2 de Fevereiro de 1862, a decidirem que as sessões da Mesa se fizessem novamente na sala que na Igreja da Santa Casa da Misericórdia fora para elas destinada e onde era costume fazer-se, “ficando o salão do Hospital da Divina Providência aplicado para enfermaria dos nossos irmãos e mais pessoas que, por pagamento, quisessem ser tratados no dito estabelecimento”.

As referências às alfaias litúrgicas¹⁸² são menos frequentes e, quando aparecem, muitas vezes não indicam o material de que são feitas, como sucedeu em 1800, com a troca dos cálices velhos e patenas (provavelmente de prata) por novos, e em 1802, ao trocaram uma caldeirinha velha por uma nova. Em ambos os casos, não indicam o metal do qual eram feitas. Neste último ano, compraram umas galhetas e um prato em cristal. Pelo inventário de 1806, como vimos, a Santa Casa da Misericórdia possuía várias peças de prata: uma custódia; um vaso do lavatório; três coroas; três resplendores; um diadema; três cálices; três patenas e duas colheres. Decretada por Jean-Andoche Junot (1771-1813), em 1 de Fevereiro de 1808¹⁸³, a contribuição que os portugueses deveriam pagar com as pratas existentes nas igrejas, capelas, confrarias e conventos, imposto que incidia sobre todas as pratas excepto as peças necessárias à “decência do Culto”, a Santa Casa da Misericórdia entregou um lampadário, seis castiçais, um turíbulo, uma naveta e uma colherinha, como consta na nota do registo de entrega: “o depositário geral do cofre da décima de Vila Real e sua comarca, o doutor António Feio de Figueiredo Correia, recebeu a prata da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, que entregou o reverendo irmão mesário Manuel da Costa Dianeiro (sic) com a lista respectiva que compreende: uma lâmpada; seis castiçais; turíbulo; naveta, uma colherinha, tudo pesou 26 arráteis e meio de que lavrou termo no respectivo livro do cofre, Vila Real 8 de Março de 1808”.¹⁸⁴

Pelas pratas entregues em 1808, vemos que naquele ano existiam outras peças não referidas no inventário de 1806. A falta de algumas peças levou a Santa Casa da Misericórdia, em 1808, à aquisição de várias peças de metal: uma “lâmpada” de metal, entregue pelo mestre Luís Canela, um turíbulo e uma naveta de metal.

Além destas referências, aparecem, relacionadas com a centúria em estudo, algumas notícias que registamos: em 1831, mandaram limpar um cálice, duas patenas, um resplendor, o título do Senhor da sacristia, e a coroa de Nossa Senhora (a esta despesa foi abatido o valor da prata que raspavam e o peso de um resplendor velho); em 1857, José Martins Fernandes consertou cinco pares de galhetas; fizeram a troca dos cálices velhos e patenas por novos; e em 1859, Manuel da Cunha fez um conserto na “alâmpada” da Igreja.

Através do inventário de 1847, temos uma visão de conjunto, para esse ano, das pratas que existiam na Igreja naquela altura: uma custódia de prata dourada (com falta de uma campainha), que tinha uma cruz de prata na parte de cima; um vaso do lavatório de prata, que pesava três marcos de prata, que foi entregue em Junho de 1854 para se mandar fazer uma salva para o Hospital; uma coroa grande para Nossa Senhora do Carmo; uma coroa de espinhos do Senhor dos Passos; um resplendor do Senhor dos Passos; um resplendor do Menino Jesus, da Nossa Senhora do Carmo; uma coroa da Senhora da Visitação; um cálice lavrado com patena e colher; dois cálices com patena e colher lisos; um cálice de boca larga, com patena e colher; um cálice de boca estreita, com patena e colher; uma patena e colher; um vaso do sacrário; uma naveta de prata; uma chave do sacrário; e uma cruz com o Santo Lenho. Neste inventário dos objectos de prata existentes na Igreja da Santa Casa da Misericórdia, quando se menciona o diadema liso de Nossa Senhora das Dores, anota-se que este era de lata.

A referência a despesas com materiais têxteis é frequente, principalmente relativas a paramentos. Sobre estes, os inventários são elucidativos do número de peças que a Santa Casa da Misericórdia possuía. Além dos paramentos, encontramos notícias com interesse para o conhecimento do que se utilizava nas cerimónias e do que se podia encontrar no interior do edifício.

Para a figura da Madalena, em 1803, compraram um vestido de seda amarela, assim como cabeleira e sapatos. Na acta de 23 de Junho de 1839, refere-se que ao reverendo José Justino de Carvalho tinha sido consignada uma gratificação por ter-se encarregue da factura dos três panos das portas da Santa Casa, o qual “generosamente” prescindiu de qualquer gratificação em benefício da mesma Santa Casa¹⁸⁵.

E em Fevereiro de 1845, o alfaiate Manuel Vicente, de Vila Real, fez quatro cruces de veludo preto (que, em 1804, são referidas como sendo “distintivo” dos irmãos da Mesa), com “espiguiha” de ouro, para o provedor e mesários.

Além das informações aludidas, que permitem conhecer as intervenções de melhoramento ou conservação do edifício da Santa Casa da Misericórdia, e também as aquisições ou consertos de peças que fazem parte da realidade que estamos a estudar (imagens, pinturas, alfaias, paramentos, etc.), a lista de despesas fornece uma grande variedade de informações relacionadas com aspectos menos conhecidos, mas que faziam parte da vida de uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia, e que podemos classificar de pequeno património móvel e sua conservação¹⁸⁶. Assim encontramos referências à compra e pintura de quatro bancos novos para a Igreja (1804); à compra de quatro cadeiras *mochas* (1805); a uma nova mesa de credência, cuja pintura seria mandada fazer pela Santa Casa da Misericórdia (1807); ao conserto e pintura da caixa das esmolas do Senhor do Túmulo, “estragada” pelos franceses (1809); à aquisição de uma banquetta (1815); à compra de um crucifixo para a Igreja (1840); à execução (António Luís de Almeida, funileiro) de seis “aparadeiras” grandes para a banquetta, que foram pintadas por Francisco Ribeiro, que pintou os bicheiros da tribuna da Igreja (1852); ao conserto de dez bancos por Miguel José Claro, carpinteiro, e sua pintura por José Moreira de Barros, pintor (1871); à compra de um par de jarras para substituir umas que se tinham partido (1873); e ao conserto de dois tocheiros dourados, feito por Francisco Gomes Franco (1874).

Sobre algumas peças, temos informações que permitem conhecer todo o processo da sua realização. Tal aconteceu com a nova tumba feita em 1851, para a qual mandaram vir da casa de José Moreira Lima, da rua das Flores, do Porto, “quarenta e três onças de galão de ouro fino, dezassete onças e meia de franja de ouro fino e quatro borlas de ouro fino”; a palhinha para a nova tumba foi executada por António Joaquim; Francisco Tojo torneou os amarelos; a ferragem foi feita por João António dos Santos; a armação da tumba nova foi feita pelo carpinteiro António Francisco Pimentel, assinando como mestre da nova tumba Francisco Aires, que era também o sacristão.



Retábulo de Nossa Senhora do Carmo, na Igreja da Misericórdia (lado da Epístola)

Quadro n.º 55 - Artistas que trabalharam na Igreja e Casa do Despacho no século XIX**Escultores**

1854 – Manuel José Vieira

Entalhadores

1856 – João Leite Basto

Ensambladores

1856, 1857 – José António Martins

Carpinteiros

1801 – Manuel Duarte
 1807 – Gabriel Alves
 1826 – Manuel Marques Nogueira
 1832 – António Francisco
 1841 – Miguel José de Almeida
 1845 – Bernardo Luís Pimenta, de Vila Real
 1843, 1845-1846, 1849, 1850-1851, 1852, 1855-1858, 1862 – António Francisco Penafiel, de Vila Real
 1848 – Joaquim Ribeiro Fraga
 1848 – Tomás
 1856 – Lourenço José Ribeiro
 1856 – António de Aquino
 1856, 1857, 1858 – José António Penafiel, de Vila Real
 1871, 1872, 1875, 1878¹⁸⁷ – Miguel José Claro
 1882 – Bernardo Leite
 1884 – Joaquim Pereira de Moura

Pedreiros

1847, 1848 – Joaquim Ribeiro Fraga
 1862 – Miguel

Pintores

1835 – António José Batista
 1835 – Luís Bernardino
 1835 – António Bernardino
 1845 – Joaquim Lima, de Vila Real (também designado caiador)
 1845¹⁸⁸, 1846 – Manuel Pinto Machado, de Vila Real
 1850, 1851¹⁸⁹, 1856, 1857 – José Ribeiro (ou José Ribeiro de Carvalho)
 1852¹⁹⁰, 1856 – Francisco Ribeiro
 1856, 1858, 1859 – Francisco Feliciano de Azevedo
 1861, 1862¹⁹¹, 1871, 1872 – José Moreira de Barros
 1882 – José de Barros



Retábulo de Nossa Senhora da Conceição na Igreja da Misericórdia (lado do Evangelho)

Caiadores

1806, 1808 – Tomé Mendes
 1834 – Bernardino Rodrigues
 1847 – José Alves Pacheco
 1847, 1850, 1851, 1853, 1855 – José Monteiro
 1849, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1868 – Domingos Rodrigues
 1852 – José António
 1858 – Manuel Rodrigues Gonçalves
 1864, 1865, 1868, 1871 – Domingos Rodrigues
 1882¹⁹², 1883 – Joaquim Moreira

Vidraceiros

1851, 1859, 1871 – António Luís de Almeida

Serralheiros

1840 – João Taboada
 1841 – José Alves de Figueiredo
 1845, 1859, 1863 – José Correia Mourão, Vila Real
 1851, 1856, 1857 – João António dos Santos

Funileiros

1852 – António Luís de Almeida¹⁹³

Latoeiros

1882 – Bento José de Morais¹⁹⁴

Ferreiros

1855 – Lourenço Correia de Matos

Profissões não identificadas

1845 – Dionísio José Gonçalves: fez um concerto no sino
 1845 – António José Ferreira Júlio: fez dois lampiões para a sacristia
 1847 – Joaquim Ribeiro da Silva Braga: concerto do lavatório da sacristia
 1851 – Francisco Tojo: torneou os amarelos da tumba nova
 1857 – João José Ribeiro da Silva: compôs e limpou a coroa de Nossa Senhora da Conceição
 1857 – João Pereira Pontes: concerto dos telhados
 1857 – João Martins Fernandes: concertou cinco pares de galhetas
 1858 – Luís Afortunado: concerto do telhado da igreja
 1859 – Manuel da Cunha: concerto da “alâmpada” da Igreja
 1868 – Manuel Botelho Júnior: concerto no diadema de Nossa Senhora das Dores
 1872 – José Inácio da Fonseca: concerto do diadema de Nossa Senhora da Soledade
 1874 – Francisco Gomes Franco: concertou dois tocheiros dourados

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, documentos vários)

No século XX, a grande obra no edifício da Santa Casa da Misericórdia vai ser feita nos finais da centúria. Para o período anterior a esta grande obra, o que compreende grande parte do século, não temos muitas informações sobre obras, excepto no início da centúria, entre 1908 e 1915.¹⁹⁵ A reconstrução da armação e telhados da Igreja, designada na documentação por “capela”, realizada entre 1908 e 1911, foi uma grande obra que obrigou à mudança dos “objectos” que se encontravam na Santa Casa da Misericórdia para o edifício do Hospital da Divina Providência e

levou ao dispêndio de grandes verbas. Além da grande obra relacionada com a reconstrução da armação e telhados da Igreja, encontramos as despesas habituais¹⁹⁶ com a caiação e limpeza (em 1909, é referido o caiador António Nascimento), ou extraordinárias como aconteceu, em 1909, com a reconstrução das escadas “de arrumação” da Igreja e com a aquisição de dez dúzias de soalho de pinho, comprado ao carpinteiro João Monteiro, destinado à Igreja.

O edifício da Santa Casa da Misericórdia sofreu obras de vulto nos finais do século XX, que alteraram a sua fachada (eliminação das duas janelas) e principalmente o seu interior. Destas obras, lembramos: a supressão do coro e de parte da escada que lhe dava acesso; a retirada de alguns retábulos; e a nova cobertura de madeira do corpo da Igreja, em substituição da anterior “em abóbada revestida a estuque”. Além das intervenções referidas, outras foram feitas, entre as quais, a colocação do “altar-mor em madeira de castanho com pormenor a fornecer” e de um guarda-vento de castanho.

8.3. A Igreja da Misericórdia ao presente

Ainda que seja um dos mais antigos edifícios que existem actualmente em Vila Real, este monumento nunca mereceu uma análise pormenorizada da sua estrutura, como se apresenta hoje aos vila-realenses e a todos aqueles que a visitam.

O edifício ocupa um pequeno quarteirão, de estrutura trapezóide, entre as duas ruas da Misericórdia e a travessa da Misericórdia.

O frontispício, de aparelho isódomo (aparelho usado em todo o edifício, com algumas zonas de pseudo-isódomo), divide-se horizontalmente em três registos. O primeiro, de maior altura, contém hoje unicamente a porta, devido ao desaparecimento, como vimos, das duas janelas do coro, de vão quadrangular, como resultado das obras feitas nos finais da centúria passada.

A porta é constituída por ombreiras desniveladas no sentido do vão, unidas superiormente por uma imposta constituída por molduras. No ângulo do desnivelamento das ombreiras, um elemento que mal define um colunelo apresenta, pela estrutura da base, reminiscências manuelinas, e pela pequena cabeça que o remata, uma influência renascentista, já que lembra um tema usado no ábaco de alguns capitéis do Renascimento. Assenta na imposta um arco pleno com rebaixamento no intradorso. Um cimácio (ou ducina) separa o primeiro do segundo registo do frontispício, que é constituído por um falso frontão interrompido por uma moldura rectilínea ligeiramente elevada (pseudo frontão poligonal).

Lateralmente, dois acrotérios servem de base a pináculos (assentes em pedestais decorados) e no tímpano inscreve-se um nicho formado por pilastras e arco abatido. A forma dos capitéis toscanos das pilastras vai ter continuidade na concavidade do nicho, tendo uma decoração vegetalista na parte superior. No nicho está colocada a imagem de Nossa Senhora da Conceição, por trás da qual existe um pequeno vão, visível só da parte interior. Este conjunto é rematado pelo terceiro registo da fachada, um campanário, cuja estrutura é formada por dois pilares que sustentam um falso frontão triangular, abrindo-se a sineira na parte central, onde se encontra um sino, que não aparece em fotografias antigas. O campanário, rematado por uma cruz de tipologia vegetalista (pequenos troncos entrelaçados), está ladeado de duas aves.

A parede virada a este apresenta uma porta, de arco pleno, isenta de decoração, e vãos para iluminação da Igreja, sacristia e dependências que se encontram nesse lado do edifício. A existência de um campanário (assente num plinto e encimado por um elegante remate ondulado) e de um nicho de ângulo com a imagem de Nossa Senhora coroada, constituem os elementos a distinguir neste lado do edifício.

A parede do lado oeste, que corresponde na totalidade à Igreja, é rasgada também por vãos: uma porta de grande singeleza, que dá acesso directo ao interior da Igreja, duas grandes janelas (uma das quais por cima da porta) e duas frestas de tamanho desigual, estando a de menor vão junto à fachada principal. Esta parede, como a sua congénere, termina a norte com um nicho de canto onde se encontra a imagem de Santa Bárbara.

A parede norte, que corresponde à cabeceira da Igreja e à parede da sacristia e Casa do Despacho, é de uma grande austeridade, sem qualquer abertura nem elemento decorativo, demarcando-se a área da Igreja pelo acentuado da empena, em contraste com a área da sacristia e Casa do Despacho.

Como referimos anteriormente, estas fachadas eram caiadas de branco, com áreas de maior policromia (nos poucos elementos decorativos apontados) nas imagens que eram pintadas e douradas, como referenciámos para 1862, altura em que só se faz referência às imagens de Nossa Senhora da Conceição (na fachada) e de Santa Bárbara, o que nos pode permitir pensar que a outra imagem foi colocada posteriormente. As três esculturas exteriores, ainda que de interesse iconográfico, apresentam por parte de quem as executou uma limitação plástica.



Perspectiva geral do interior da Igreja da Misericórdia

Perante a discrição exterior da Igreja, uma questão se levanta. Onde inseri-la nos estilos que temos na arquitectura portuguesa do século XVI? Edificada entre 1528 e 1538/48 (1548 é a data inscrita numa pedra que faz parte da ombreira direita da porta), com alguns acrescentos posteriores, é forçoso colocá-la dentro do maneirismo. Esta classificação, como acontece frequentemente em Portugal, merece alguns reparos, já que estamos perante um edifício cujo autor ainda não se desligou totalmente do passado manuelino (bases da porta principal e remate do campanário), nem dos primeiros sintomas do Renascimento em Portugal (arco pleno e pequena cabeça que referimos).

Quem riscou a Igreja, dentro de uma prática corrente na época, devido à sua formação ou à vontade de quem encomendou, ou como resultado das duas atitudes, manteve-se fiel a uma linguagem que, embora nova, não consegue libertar-se de modelos passados. Queremos salientar a expressão contida no projecto (formal e decorativa), que coloca o edifício numa linha da tradição portuguesa, que aflora por vezes as correntes formais do tempo, às quais se aliam as formas adquiridas no passado, mas utilizando ambas com moderação e despojamento.

Interiormente é uma igreja de uma só nave, sem definição de capela-mor, a não ser pela diferença de altura (três degraus) entre a nave e o supedâneo do altar-mor, na parede do qual se rasgam três arcos de volta plena, decorados com pequenos caixotões no intradorso, sendo o central mais elevado do que os laterais (esquema inspirado no *motivo de Serlio*). Estes três arcos deveriam ter contido três retábulos, possivelmente maneiristas, que a alteração do gosto levou ao seu desaparecimento.

Hoje, o retábulo-mor, de gosto eclético, onde se associam formas do tardobarroco com lembranças do neoclássico (quatro colunas de capitéis coríntios e fuste decorado no primeiro terço com anel de decoração vegetalista dupla e invertida; entablamento de acentuado movimento, sobrepujado de urnas e remate de linhas ondulantes e decoração pujante, de onde sobressai um fecho de plumas, que contrastam com a elegância contida da restante decoração) é enquadrado pelos dois arcos laterais onde se colocaram do lado do Evangelho, o Senhor da Cana Verde, e do lado da Epístola, o Senhor preso à coluna, locais anteriormente ocupados por dois retábulos: o primeiro, do Senhor dos Passos; e o segundo, da Senhora das Dores.



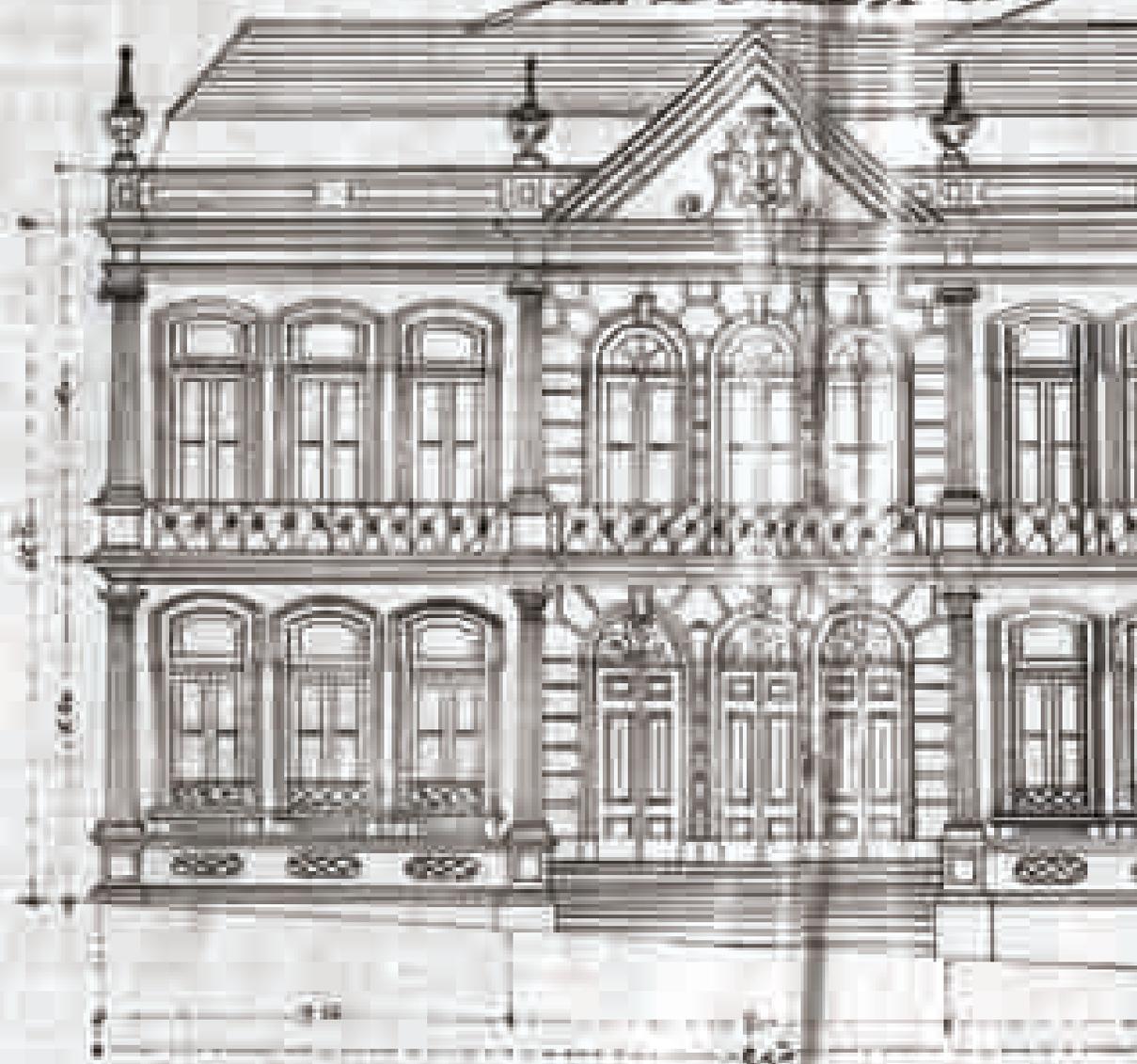
Tecto de caixotões de madeira, na sacristia da Igreja da Misericórdia

Primitivamente, do lado da Epístola, ficava o retábulo (ou capela) do *Ecce Homo*, lateral ao retábulo-mor, que pertencia, a partir de 1599, a Gonçalo Lobo Tavares, alcaide-mor de Lamas de Orelhão, e do lado do Evangelho, ficava o retábulo (ou capela) da invocação de Nossa Senhora da Coroa que, a partir de 1598, era de Fernão Pinto Pimentel e sua mulher. No supedâneo, enquadram lateralmente a actual cabeceira dois anjos tocheiros. A nave, que mantém no pavimento as sepulturas (de esquadria de granito e taburnos) numeradas, e está dividida por um gradeamento de ferro, colocado em 1889, apresenta ao longo das suas paredes um alizar de azulejo do século XVII, de padrões tapete e *maçaroca* que, como tivemos ocasião de referir, foram colocados nos finais de Seiscentos. Na parede do lado do Evangelho, com uma porta de acesso à rua e vãos de iluminação, temos, depois das obras dos finais do século XX, no local onde se encontrava um retábulo, uma estrutura rematada por um arco que enquadra a imagem do Senhor dos Passos, seguindo-se o retábulo (policromado e de linguagem decorativa de gosto rococó) de Nossa Senhora da Conceição, também hoje conhecido por altar de Nossa Senhora da Misericórdia. Entre este e a área da capela-mor, encontra-se o púlpito com a sua escada de acesso.

Do lado da Epístola, também no lugar onde existia um retábulo, uma estrutura maneirista, rematada por um pequeno frontão formado por aletas, e onde se distingue a decoração esculpida do plinto e as pinturas do intradorso do arco, enquadra as imagens de Nossa Senhora das Dores (Nossa Senhora da Soledade) e de Cristo morto (Senhor do Túmulo). No seguimento da porta que nos conduz às dependências laterais, temos o retábulo de Nossa Senhora do Carmo, em tudo idêntico ao que lhe fica em frente. Nesta parede do lado da Epístola, depois do retábulo, abre-se a porta pela qual acedemos a uma ante-sacristia e desta à sacristia e, na parte superior, como sucede em algumas igrejas da Santa Casa da Misericórdia, temos uma tribuna, ritmada por colunas, destinada à Mesa.

Na sacristia, de pequenas dimensões, é de realçar o tecto de caixotões de madeira trabalhada, com a parte central pintada com elementos vegetalistas. Num dos caixotões, a pintura contempla as armas reais e uma cartela. Esta tipologia de tecto, tão comum na arte portuguesa dos séculos XVII e XVIII, e frequente em muitos edifícios de Vila Real e seu termo, poderia ter existido, segundo a nossa opinião, numa fase da história decorativa da Igreja. Através da tribuna, à qual se acede por uma escada, temos uma sala, hoje de arrecadação, mas que desempenhou a função de Casa do Despacho, onde, durante séculos, os Membros da Mesa traçaram o destino da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.

O plano de construção, com um comprimento de 27 m e largura de 12 m, foi elaborado em 1871, sob a direção do arquiteto português João de Sousa Rebelo. O projeto prevê a construção de um edifício de dois andares, com uma fachada principal de 12 m de largura, dividida em sete aberturas. No centro, há uma entrada principal com um arco de triunfo e duas portas laterais. O edifício é caracterizado por sua simetria e uso de elementos clássicos, como colunas e arcos.



João de Sousa Rebelo

9. As instalações do Hospital da Divina Providência

A história do Hospital da Divina Providência, enquanto estrutura arquitectónica, é deveras singular. Iniciou-se em 1796 com o aluguer de uns “altos” de uma casa na rua de Trás da Misericórdia; num segundo momento, foi adquirida uma casa para funcionar como hospital, entretanto acrescentada; depois, construiu-se um edifício de raiz para hospital, que após ter sido vendido, quase um século depois, levou à compra de um prédio já edificado, levantado para outras funções, que acabou por ser adaptado a este Hospital.

Limitados, neste capítulo, ao estudo arquitectónico/patrimonial dos vários imóveis que acolheram o Hospital da Divina Providência, vemos que uma única vez teve um edifício apropriado para a função para o qual foi construído, e com o qual dotou Vila Real com um dos mais emblemáticos edifícios classicistas da primeira metade de Oitocentos. Todos os outros foram apropriações de estruturas já existentes com acrescentos indispensáveis para darem resposta às necessidades hospitalares. Os primeiros foram adaptações de residências; o último aproveitou um colégio e uma antiga casa nobre (demolida) com capela, adaptados às novas funções, criando assim um edifício eclético, onde a estrutura da segunda metade do século XIX se articula com uma capela setecentista, e com um edifício (século XX) de carácter clássico dado através de uma fachada, cujos elementos arquitectónicos que a compõem são materiais aproveitados de estruturas demolidas.

Todo este percurso faz da história patrimonial do Hospital da Santa Casa da Misericórdia um caso difícil mas, ao mesmo tempo, fascinante.

9.1. Uma casa alugada na rua de Trás da Misericórdia (1796)

A história da “origem e princípio” do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real está relatada num códice¹⁹⁸, feito a partir de 1806. Seguindo o relato nele inserido, em 1796, sendo ainda provedor da Santa Casa da Misericórdia o irmão Joaquim José da Silva de Barbosa e Sousa, “quando se projectava segurar a existência da Misericórdia pela cobrança da sua maior dívida, [que era] do excelentíssimo bispo de Bragança”, resolveu a Mesa da Misericórdia levantar um hospital, de que tanto precisava, pois era do conhecimento de todos falecerem os pobres miseráveis debaixo dos arcos e ruas de Vila Real. Sem os recursos necessários para concretizá-lo, a não ser “a confiança na Divina Providência”, mandaram afixar um edital pelo qual a Santa Casa da Misericórdia recolheria os enfermos que o suplicassem, sendo admitido um enfermo, “quando nada havia, nos altos da casa da viúva [Joana Clara] de João Guedes, serralheiro, atrás da Misericórdia”, que para o efeito foram alugados.

Com esta primeira iniciativa, concretizada em 13 de Março de 1796, estava criado aquilo que chamaríamos o esboço de um hospital (Março a Outubro de 1796). Ao primeiro doente, seguiram-se outros quatro, já que, no espaço alugado, a Santa Casa da Misericórdia podia “assistir com pasmosa vigilância, cuidado, asseio, e prontidão”¹⁹⁹ a cinco doentes.

A assistência e a administração desta primeira instituição de socorro aos desvalidos e doentes de Vila Real estava entregue a dois mordomos, um da classe dos irmãos nobres e outro da classe dos irmãos mesteres, sendo este responsável pela aquisição de tudo o que era necessário para o Hospital.

9.2. O Hospital da Divina Providência (1796-1823)

A este esboço de hospital, vai seguir-se aquele que deveremos designar por primeiro Hospital da Divina Providência. Prosseguindo e aumentando o fervor dos fiéis, que mostrava, segundo as palavras do relato de 1806, como era apropriado, “o nome que se deu ao dito Hospital = da Divina

Providência =”, a Misericórdia procurou casa própria para nela se estabelecer um hospital, já que era impróprio mantê-lo num espaço alugado, e também exiguo para as necessidades que se deveriam sentir para o seu bom funcionamento e para o acolhimento de todos aqueles que precisavam dos seus serviços. Para concretizarem o projecto²⁰⁰, os irmãos contaram com esmolas oferecidas por vários devotos; com a verba auferida por uma “companhia de representantes”, que doaram para tal fim as receitas de um espectáculo; e com a importante esmola, de vinte moedas de ouro, que deu Maria Jacinta Correia Teixeira do Amaral, de Vila Real. Todos estes contributos permitiram comprar, em 3 de Agosto de 1796, uma casa²⁰¹, pela quantia de 500 000 réis, situada na Praça Velha, que pertencia a José Manuel Pinto e sua mulher Josefa Joaquina Chaves, de Lamego.

Adquirida a casa, devido ao mau estado – “muito danificada e arruinada” – em que se encontrava, foram feitas obras – “compuseram e assearam” – devido ao “zelo dos irmãos”.

Terminadas as obras, e com condições de receber os doentes, a Santa Casa da Misericórdia organizou o seu transporte com toda a solenidade em 16 de Agosto de 1796, dando assim princípio ao primeiro Hospital.

A casa comprada para hospital foi aumentada com uma nova enfermaria feita num “terrado”²⁰² que lhe pertencia, devido ao empenho do provedor António José de Azevedo Pinto, possuindo também um oratório muito decente, feito devido ao zelo e esmolas dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia.

A existência do Hospital da Divina Providência, e o benefício que era para Vila Real e seu termo, levou a que logo nesta sua primeira fase recebesse doações que contribuíram para a sua manutenção e sobrevivência. Entre os que ajudaram o Hospital encontramos: Maria Pereira, viúva de André Luís, por alcunha o Galopa, de Vila Real, que deixou em testamento como seu herdeiro universal, o Hospital (12 de Janeiro de 1797); Luís António, por alcunha o Ferramenta, que instituiu seus herdeiros os pobres do Hospital, na herança de um seu tio que tinha morrido no Brasil (22 de Maio de 1797)²⁰³; Mariana Teixeira, de Vila Real, que doou uma casa situada na “quelha da Raposeira”, depois da ponte de Santa Margarida (17 de Abril de 1798); José de Sousa de Queirós, natural de Celeirós, que tinha morrido em Barcelos, e deixou 600 000 réis, em testamento, para o Hospital (15 de Setembro de 1808); e Francisco Xavier Taveira de Macedo, morgado de Gouvinhas, que deixou ao Hospital uma casa na rua da Piedade (Vila Real) que foi vendida por 530 000 réis. Outro contributo considerável foi dado “da sua algibeira”, em 1803, pelo provedor António Botelho Correia Guedes do Amaral, para se fazerem obras.

Aumentadas as possibilidades económicas do Hospital da Divina Providência, foi possível comprar a José Dias da Silva e irmãos uma outra casa, na Praça Velha, destinada aos soldados enfermos, ficando assim o Hospital constituído por duas casas e a enfermaria que referimos.

O inventário de 1806 permite-nos conhecer a capacidade que existia nesta fase do Hospital da Divina Providência para receber doentes: nove camas para homens; quatro camas na designada enfermaria das mulheres, e vinte e oito camas das enfermarias dos soldados. Exceptuando o número de barras, ou camas, o mobiliário era escasso, uma vez que, para além daquelas, limitar-se-ia a pouco mais de duas cómodas, um armário grande e duas mesas. As peças de maior valia concentravam-se no oratório que existia no Hospital.



Lavanda utilizada no Hospital da Divina Providência no século XIX



Gomil utilizado no Hospital da Divina Providência, no século XIX

Quadro n.º 56 - Inventário do oratório do Hospital da Divina Providência, na Praça Velha (1806)

Imagens do oratório

- uma imagem de Santo Cristo: 6 400 réis
- uma imagem, de vulto, de Nossa Senhora: 3 200 réis
- uma imagem do Evangelista, também de vulto: 3 200 réis

Trastes do oratório

- uma vestimenta de seda vermelha com galões *entre finos*, com alva, amito, cordão etc: 12 000 réis
- seis castiçais dourados: 7 200 réis
- umas sacras de cristal: 7 200 réis
- um missal: 4 000 réis
- um cálice de prata, com patena e colherinha, com o peso de dois marcos e vinte e três oitavas: 15 000 réis
- uma alva de linho guarnecido de *talagaia*, que deu de esmola o padre João Gonçalves, do lugar da Breia de Jales: 4 000 réis

Total: 62 300 réis

Quadro n.º 57 - Inventário do mobiliário e roupas do Hospital da Divina Providência na Praça Velha (1806)**Trastes de madeira que pertencem ao Hospital da Divina Providência**

<ul style="list-style-type: none"> • uma cómoda com três gavetas e <i>pregage</i> amarela: 12 000 réis • uma cómoda com duas gavetas grandes e duas pequenas: 8 000 réis • um armário grande: 6 800 réis • uma mesa redonda: 1 600 réis • uma mesa quadrada: 800 réis • nove barras: 10 000 réis • quatro barras da enfermaria das mulheres: 4 000 réis • vinte oito barras das enfermarias dos soldados, de dois bancos e três tábuas: 28 000 réis • doze tábuas que se põem entre uma e outra cama dos soldados: 1 440 réis • uma mesa na cozinha do Hospital: 1 000 réis • trinta e três cobertas de pau dos penicos: 1 650 réis • vinte e quatro escarradeiras de lata: 5 760 réis • uma bacia de mãos: 60 réis
Total: 80 610 réis

Inventário das roupas

<ul style="list-style-type: none"> • nove camas de dois lençóis e um travesseiro que servem na Santa Isabel: 9 000 réis • trinta lençóis de linho novos para o Hospital dos Pobres: 28 070 réis • trinta e três lençóis novos para o Hospital dos Soldados: 32 800 réis • cem lençóis remetidos pelo almoxarifado do Hospital Militar de São Bento do Porto: 85 000 réis (já se acham reduzidos a sessenta pelo consumo que têm tido) • seis cobertores novos pertencentes ao pobres que deu de esmola Francisco de Barros <i>Pelinhas</i>: 14 400 réis • doze cobertores usados que estão na cama dos pobres: 7 200 réis • cinquenta cobertores (vinte e cinco novos e vinte e cinco usados) remetidos pelo almoxarifado do Hospital Militar de São Bento do Porto: 57 500 réis • vinte e cinco enxergas, usadas, remetidas pelo mesmo almoxarifado: 2 000 réis • vinte e quatro enxergas, que já se acham usadas: 9 600 réis • onze cobertas de chita de várias qualidades que servem na Santa Isabel: 11 000 réis • onze toalhas: 2 200 réis • onze guardanapos: 1 100 réis • dez varas de linho que deu de esmola o doutor Domingos Manuel Gomes Teixeira, vigário geral que foi em Vila Real, que a 400 réis a vara valiam: 4 000 réis
Total: 263 870 réis

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv 004)

As fontes consultadas revelam, ainda que de forma muito sucinta, as obras que foram sendo feitas entre 1802 e 1815: levantaram uma nova parede (1802); obra de pedraria para a qual contribuiu o provedor António Botelho Correia Guedes do Amaral (1803); pintura de portas e janelas (1804); obra de uma enfermaria (1804-1805); dois pilares de pedra e a colocação de caixilhos e vidraças (1805); despesas diversas, entre as quais chaves, trancas, conserto de sobrados e outras miudezas (1806); trabalharam no Hospital o mestre caiador José António e o carpinteiro João Gabriel (1809); trabalho executado pelo caiador Viana (1811); conserto de barras do Hospital (1812); e quinze barras novas para o Hospital Militar (1815). Estas notícias, embora pouco pormenorizadas, acerca do que se foi fazendo nas casas adaptadas a Hospital, permitem constatar a permanente necessidade de conservação e aumento nos edifícios adquiridos, assim como do mobiliário neles existente.

Por um documento de 3 de Janeiro de 1823, sendo provedor Francisco Rodrigues de Freitas, podemos conhecer os encargos pios e religiosos que o Hospital da Divina Providência tinha nesta primeira fase da sua existência: tratar no Hospital de seis até oito enfermos; mandar dizer três missas nos Oitavos da Páscoa (escritura de 5 de Janeiro de 1805), uma pela alma de Luís de Sousa, outras duas pelas almas do pai e do irmão de Mariana Margarida; uma missa semanal, dita aos sábados na Santa Casa da Misericórdia, instituída por José Botelho de Lemos, de Vila Real; duas missas mensais e nos dois primeiros dias santos de cada um dos ditos meses (escritura de 1 de Julho de 1804), no oratório ou capela do Hospital, missas instituídas pelo reverendo Bernardo Pereira do Couto, de Vila Real; duas missas semanais (escritura de 14 de Julho de 1813), instituídas pelo irmão doutor José Teixeira de Macedo,

de Vila Real, sendo uma à sexta-feira, no oratório do Hospital, e outra ao sábado, na Igreja da Santa Casa da Misericórdia, e altar de Nossa Senhora das Dores; e um aniversário de missas gerais e ofício pelos pobres falecidos no Hospital a cada dia 12 de Novembro.

Sobre o destino do primeiro Hospital da Divina Providência, que passaria a ser chamado Hospital Velho, existem algumas notícias contraditórias. Sabemos que, em reunião da Mesa de 10 de Maio de 1822, foi decidido pedir autorização a D. João VI para demolirem “por terra o Hospital Velho”, o que não se teria concretizado. Com efeito, em 1849, menciona-se o enterro de Francisco, de Vila Meã, que tinha falecido no referido Hospital e, em 1857, refere-se a morte de uma mulher no Hospital Velho.

9.3. O Hospital da Divina Providência em instalações construídas de raiz (1823-1915)

A construção de um hospital de raiz para a Santa Casa da Misericórdia só iria concretizar-se a partir do primeiro quartel do século XIX, dando-se início ao processo para a construção do novo Hospital da Divina Providência em 19 de Janeiro de 1817. Regista-se na acta da Mesa reunida naquela data, que tinha sido escolhido, por unanimidade, o terreno para a sua edificação, que era o “largo da Casa da Câmara no sítio do Cano Velho”. Opção tomada depois de concluídos os “arranjos” com João Botelho Pimentel, relativos à casa que ele possuía no lugar eleito para o novo hospital.²⁰⁴ A leitura desta acta permite-nos deduzir que, se a escolha do terreno foi aprovada na data referida, a decisão para a construção de um novo hospital é anterior. Sabemos que já em 25 de Agosto de 1816 se falava da escolha de um terreno para um novo hospital²⁰⁵, envolvendo-se nesta questão o conhecimento especializado do doutor Francisco Inácio Pereira Rubião e, provavelmente, de outros médicos.

Escolhido o local do novo hospital, o largo da Câmara, ou Praça Velha, na freguesia de São Dinis, considerado ainda na altura “um espaço nobre”, de forma quadrangular, com um chafariz, e delimitado por construções entre as quais se contavam a Casa da Câmara, o primeiro Hospital da Divina Providência (1796) e a casa onde funcionou o Hospital Militar, desactivado em 1817²⁰⁶, vai dar-se início a um longo processo que só anos mais tarde estará encerrado.

9.3.1. A construção do novo Hospital

Para conhecermos a edificação do novo Hospital deparamo-nos com alguns problemas. Não possuímos uma documentação que nos permita seguir, passo a passo, a sua construção e principalmente desconhecemos quem foi o autor do projecto. Projectar um hospital, com um desenho apropriado para a função, e com um estilo moderno na sua configuração, exigia alguém com conhecimentos para fazê-lo. O desconhecimento da autoria do risco na arquitectura portuguesa anterior ao século XIX, e mesmo em muitos edifícios desta centúria, é um problema por vezes difícil de ultrapassar. Os documentos silenciam frequentemente o nome do riscador.

Além deste obstáculo, também conhecemos mal, ainda hoje, a actividade arquitectónica em Vila Real, entre os finais do século XVIII e ao longo do século XIX, o que dificulta a possibilidade de apontarmos nomes que poderiam estar relacionados com o processo da planta do novo Hospital. Como tivemos ocasião de referir em outras situações, frequentemente atrás de um projecto em Portugal encontra-se um arquitecto amador (um sacerdote, um militar, um particular, etc.) que, com habilidade para o desenho, auxiliado pela tratadística e pela experiência dos mestres construtores, é o responsável pelo projecto. Esta situação poderia ter sucedido com o Hospital de Vila Real, cujo risco, executado “debaixo dos preceitos médicos”, teria tido como autor uma das figuras que lideraram o processo da sua construção. Esta é uma hipótese, entre outras, que podemos apresentar, até que o silêncio que existe sobre a sua autoria seja quebrado por um documento que nos revele o seu autor.

Para a construção do novo Hospital foi necessária a aquisição de alguns prédios, além do já referido e que pertencia a João Baptista Pimentel, entre os quais temos: uma casa com seu quintal, situada no Cano Velho, cuja compra foi feita, em 27 de Agosto de 1818, a Francisco Garcias, residente em Vila Real, pelo preço de 150 000 réis (no lugar anteriormente ocupado pela casa, construiu-se a porta da enfermaria do lado poente, que está ao norte, e quase toda a sala da entrada do Hospital); compra de uma sala e uma loja no Cano Velho, feita em 11 de Maio de 1822, a Francisco José de Carvalho e Araújo e sua mulher, de Vila Real por 48 000 réis (a propriedade ocupava o terreno onde se acha construído o lado esquerdo da escada de entrada); e compra de uma horta cita na rua da Vila Velha, em 14 de Agosto de 1824, a João Fernandes e sua mulher, de Vila Real, por preço de 34 800 réis (faz parte do cemitério pertencente ao Hospital da Divina Providência).²⁰⁷



Frontão que remata o corpo central do antigo Hospital da Divina Providência (1823-1915)

Também a pedido da Santa Casa da Misericórdia, João VI, por provisão de 9 de Dezembro de 1822²⁰⁸, autorizou a troca de casas em benefício da construção do Hospital. No pedido feito ao monarca, o provedor e mais irmãos da Misericórdia diziam que andavam a fazer um Hospital com toda a “magnificência e grandeza”, tendo o novo edifício na frontaria da entrada duas casas, uma onde se recolhiam os doentes do Hospital, e outra que pertencia a Antónia da Silva Teixeira e a seu sobrinho doutor José Tomás, ambos de Vila Real, e precisavam licença para trocar esta última, por uma que tinham na Praça Velha, que tinha sido comprada para Hospital Militar. Esta permuta era muito útil, já que a casa entestava pela parte norte com a obra do Hospital, não podendo esta progredir sem a sua demolição, “a menos que por aquele lado não ficasse defeituosíssimo”.

Pretendiam igualmente demolir a casa do Hospital Velho, como já referimos, para poderem ultimar a nova obra. Com a autorização régia, o novo edifício ficaria perfeito de todos os quatro lados e arejado, o que seria útil para os doentes, e com serventias amplas e cómodas.

Anos mais tarde, em 1851, adquiriram a casa de António Taveira de Azevedo e da sua irmã, contígua ao Hospital (confrontava com o Hospital, rua da Piedade e quelha da Praça Velha). Na acta de 1 de Junho de 1851²⁰⁹, ao referir-se a compra da casa, avaliada por 300 000 réis e comprada por 280 000 réis, escreve-se que a Mesa concordou por unanimidade com a aquisição, já que era necessária “devido ao Hospital precisar de espaço para o curativo de várias moléstias que devem ter tratamento separado, como também para outras arrumações, e ser a única zona para onde o Hospital se pode alargar”, já que pelos outros lados se achava cercado de ruas públicas.

Paralelamente ao processo de aquisição dos espaços necessários para a edificação, seguem-se as obras de construção, procedendo-se à escolha de mestres-de-obras, para se dar início imediato aos trabalhos e dar-lhes continuidade “enquanto houver dinheiro de esmolas”. Para acompanhar

todo este processo nomearam, para depositário, o irmão Francisco de Paula e Ataíde; para inspector permanente, o padre António Machado; e para inspector mensal, o irmão “que for do mês da Santa Casa”, com a obrigação de ir duas vezes por dia inspeccionar a obra e, quando o não pudesse fazer, “rogaria” a outro irmão para ir no seu lugar.²¹⁰

Parte da história da edificação do Hospital da Divina Providência é-nos revelada por alguns documentos notariais que, além de nos permitirem conhecer algumas das fases de construção e as técnicas utilizadas, dão-nos os nomes dos mestres que as executaram, informações importantes e que devemos registar para um melhor conhecimento do edifício.

O contrato conhecido mais antigo associado à construção do Hospital é de 27 de Agosto de 1819.²¹¹ Trata-se da armação das enfermarias, o que pressupõe que estas já estavam adiantadas em relação à obra de pedraria, que poderia ter sido iniciada em finais de 1817, ou nos primeiros meses de 1818. A obra foi arrematada pelo mestre carpinteiro Luís José da Silva, de Mondrões. Na escritura, representava a Santa Casa da Misericórdia o irmão José Teixeira Bogas, como procurador do mordomo-mor e do secretário do Hospital da Divina Providência, respectivamente Luís António Figueiredo e Rocha e João Vitorino de Azevedo Faria. Estes passaram procuração para mandar o irmão promotor para assinar a escritura com autorização do conde de Amarante, “protector e administrador das esmolas com que os fiéis concorrem para as obras do Hospital”.

O mestre carpinteiro Luís José da Silva obrigava-se executar a obra arrematada segundo os apontamentos transcritos no contrato notarial:

- a armação teria que ser feita de castanho de boa qualidade (sem rachas e galhos podres);
- a obra seria feita “ensoleirada” de oito polegadas de largo e cinco de alto, levando dezasseis soleiras, uma em cada testa, outra em cada parede do meio, e nos lados das enfermarias “levará três emendadas de escarva”²¹², com quatro clavetas de pau, “à moda do rabo do minhoto”, e mais quatro chapas de ferro, como mostra o risco, levando cadilhas em todos os cantos;
- a obra seria “caibrada” com caibros de cinco polegadas de alto e quatro polegadas de largo, todos de quatro quinas e direitos por baixo, e por cima “levarão uma raspadela de plaina para não parecerem mal enquanto se não forrar; de caibro a caibro haverá a distância de dez polegadas e serão tabicados”;
- levaria oito guieiros direitos, com seis polegadas de alto e cinco de largo;
- a obra seria coberta “de guarda-pó de bom castanho, chanfrado e também lavrado por baixo, levando os falsos de baixo o dito guarda-pó e latas por cima, distantes, uma da outra, meio palmo, sendo tudo muito bem pregado”;
- a armação levaria “no meio três paus de fileira aonde hão-de ir pregar os caibros para não serem de pernas, os três paus terão a bitola dos guieiros”.

Um outro documento notarial, de 19 de Novembro de 1821²¹³, trata da arrematação de uma obra de pedraria que correspondia ao último quarteirão do Hospital. O contrato foi feito entre Francisco Rodrigues de Freitas e o mestre pedreiro António Moinhos Lamês. A importância deste documento ultrapassa a informação sobre a obra que iria ser executada, já que nos permite conhecer o mestre construtor do que tinha sido executado na anterior obra de pedraria: António Moinhos Lamês. Este, no contrato para fazer a obra “princiada por ele”, refere “o quarteirão por ele outorgante feito no dito Hospital”.

O documento menciona alguns pormenores que registamos: a enfermaria teria quatro portas, pela parte de dentro, duas em baixo e duas em cima, cada uma com altura de doze palmos e doze palmos de largura; seria feito um corredor com três portas, “que cada porta já tem sua ombreira e já na porta da rua tem uma sacada”; e, na frente do Hospital, fizera-se um pano de parede com duas portas, sacada, cornija e soleiras e alicerce.

Temos conhecimento de uma escritura de obra de carpintaria que, embora não tendo tido efeito, desconhecendo-se o motivo, fornece-nos informações sobre o que se pretendia fazer, permitindo assim conhecer aquilo que se concretizou na construção do Hospital. Em 20 de Fevereiro de 1821²¹⁴, caso o contrato tivesse tido efeito, o carpinteiro Tomás Pereira, de Vila Real, teria que executar diversas obras: portas e janelas (teria que fazer todas as janelas de peitoril que estavam nas duas salas de cima); dois postigos de quatro palmos de altura, “largura a competente”, com caixilhos para vidros pela parte de fora; cada janela seria dividida em duas partes iguais para duas almofadas, uma superior e outra inferior, “com suas travessas e três empenas”; as janelas das lojas levariam três almofadas e um postigo na empena da parte direita; as janelas de sacada, rasgadas, seriam embandeiradas na quarta parte da sua altura e teriam portas com caixilhos pela parte de fora “e por dentro destas outras de abrir e fechar fortes e bem seguras”; as portas da entrada pela parte do sul também seriam embandeiradas e todas elas capeadas, e as do interior seriam do mesmo modo, “extraíndo-se de todas as portas e janelas do edifício supra dito somente as duas da entrada da parte do norte que não podem ser feitas por enquanto”, e cujas portas e janelas seriam de madeira de castanho bem seco.



Pátio do antigo Hospital da Divina Providência (1823-1915)

Em 28 de Fevereiro de 1821, Francisco Rodrigues de Freitas contratou o mestre pedreiro José Francisco Moreira, de Paradela de Guiães, para fazer a obra de pedraria da capela²¹⁵ “que ele pretende colocar” no Hospital da Divina Providência. O mestre pedreiro teria que executar toda a obra de alvenaria e cantaria, “toda bem segura”, segundo a planta “ou risco”, assinado por Francisco Rodrigues de Freitas e pelo padre José António Monteiro, de Vila Real, recebendo pelo trabalho 3 800 000 réis.

Um outro contrato relacionado com a capela do Hospital fez-se em 21 de Novembro de 1822²¹⁶. Nesta altura, Francisco Rodrigues de Freitas contratou o pintor de Braga, João Baptista da Rocha, para este pintar e dourar a tribuna e dois retábulos colaterais (ou altares), na capela de São Jerónimo do Hospital da Divina Providência. João Baptista da Rocha tinha que pintar todo o assento da tribuna e altares de jaspe branco “brunido perfeitamente” e toda a talha dourada com as sombras e frescos competentes.

Em 29 de Julho de 1831²¹⁷, João Correia Taborda, como procurador do provedor e mesários da Santa Casa da Misericórdia, assina um contrato com o pedreiro Francisco Calvino Vilar, natural da Galiza. Segundo o documento notarial, Francisco Calvino Vilar teria que fazer um claustro ladrilhado e “todo em volta com pedra de cantaria até a face das colunas, e igualmente os três trânsitos”. No meio do pátio, faria um tanque da forma do dos marqueses de Chaves – Manuel da Silveira Pinto da Fonseca (1784-1830), 1.º marquês de Chaves e 2.º conde de Amarante, casado com D. Francisca Xavier Teles da Silva – cuja água vinha do chafariz do Campo do Tabolado.

Executadas as obras que acabamos de referir, o novo Hospital estaria em condições de receber doentes, mas não tantos como era necessário, já que na Mesa de 16 de Agosto de 1835, decidiram que “enquanto não melhorassem as circunstâncias, o Hospital, que infelizmente se acha em atraso, se não admitissem mais de catorze enfermos, para nele serem tratados, não podendo exceder-se este número se não em algum caso muito extraordinário”.²¹⁸

Isto é, em 1835, ainda não estava construído definitivamente o edifício do Hospital, apesar de ter começado a funcionar nas novas instalações em 1823.

9.3.2. As obras do Hospital na segunda metade do século XIX

A partir dos anos cinquenta do século XIX aparecem novas referências a obras motivadas por preocupações de higiene, pelo bem-estar dos doentes, e por necessidade de acrescentar o Hospital.

Os dois primeiros casos levaram à mudança das cloacas (1850) e à introdução de um jardim (1851). Os responsáveis da Santa Casa da Misericórdia desejavam mudar as cloacas do Hospital “para qualquer sítio onde menos prejuízo causassem aos doentes”, obra reconhecida de grande utilidade mas que não tinha tido “até ao presente” qualquer andamento. Em 1850²¹⁹, a pedido do governador civil, António Felisberto da Silva Cunha Leite²²⁰, o delegado de saúde examinou e passou revista ao Hospital, finda a qual, aconselhou que se fizesse a obra pretendida, considerada como um dos meios de melhorar a saúde pública. Perante esta conclusão, o governador civil recomendou à Mesa que se efectuasse a obra – “que por tantas vezes tinha sido recomendada por todos médicos do partido do mesmo Hospital”. A Mesa determinou que fossem colocados editais nas esquinas dos lugares “mais públicos” de Vila Real, para que no dia 12 de Maio de 1850 se reunissem todos os mestres pedreiros que com “melhor e com mais comodidade” fizessem a obra.

A empreitada compreendia essencialmente o seguinte: a demolição das cloacas e no sítio delas a construção de uma coluna semelhante à que lhe ficava em frente, a qual sustentaria a varanda e o telhado; levantar a “tasse” até à superfície do claustro; encanar as águas por caleiras abertas, desde a “tasse” até à cozinha velha, “onde se há-de fazer a tasse das cloacas”; as mencionadas caleiras teriam a profundidade e largura necessárias, e cobertas com capas de pedra da serra; no quintal teriam que fazer, em frente da esquina das janelas de sacada, uma coluna semelhante à do claustro, e outra entre esta e a cozinha velha, até à altura da mencionada sacada, “para nelas se formar a varanda que há-de dar passagem aos doentes para as mencionadas cloacas”, devendo ter o alicerce indispensável; mudar a cozinha velha que dava entrada para a carvoeira mais para o lado da enfermaria das mulheres; abrir na parede da cozinha velha, “do lado da porta que dá saída para a rua”, uma seteira à semelhança “da que está na mesma parede do lado do quintal, não para dar luz mas para desinfestar as cloacas que têm de se fazer”; além de outras obras ligadas aos esgotos, teriam que fazer junto da taça uma pia de, pelo menos, quatro palmos de comprido, e correspondente largura, para receber as águas que serviriam para a limpeza das bacias dos doentes.

Para a arrematação da obra compareceram os pedreiros José Maria, Vicente Portela e seus irmãos, Miguel Malvar e muitos outros, que tinham sido chamados pelos editais afixados nas esquinas das ruas “mais públicas” de Vila Real. Posta a obra a lanços, foi entregue o ramo ao que lançou mais barato (130 000 réis), que foi Miguel Malvar (assina Malbar), natural do “reino da Galiza”, e residente há muitos anos em Vila Real. Foi nomeado para feitor ou director das obras o almoxarife do Hospital, António Alves de Sousa, com as funções de vigiar os operários, servir de apontador e guardar qualquer objecto para a obra.

O mesmo sentido de melhoria do ambiente hospitalar aparece na acta de 26 de Novembro de 1851²²¹, com a deliberação de se fazer um jardim: “na Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência, pelo vogal João Pires da Costa foi dito que havendo-se falado em fazer um pequeno jardim no terrado do Hospital, que fica para a parte do nascente, e sendo certo que agora é tempo para se levar a efeito, por isso se deveria deliberar o que melhor convier a esse respeito, foi decidido fazer o jardim para nele se plantarem flores e plantas cheirosas, o que convinha para salubridade do mesmo Hospital”. Em 1862, seria colocada no jardim a taça de água que existia no claustro do Hospital.

O contributo da Câmara para melhorar a área do Hospital aparece referida em 1852²²², quando mandou consertar o melhor possível a esquina da casa e adro da capela do Hospital em frente do sul e poente, devido ao mau estado em que estava a dita rua; a Santa Casa pôs à disposição da Câmara a pedra pedida, “já que não havia obra alguma no dito estabelecimento em que a dita pedra se empregasse e o valor da mesma era insignificante”²²³.

No ano seguinte, é o Hospital a mandar fazer obras consideradas necessárias no baixo próximo da cozinha, para habitação da enfermeira e criada, e também as que fossem necessárias fazer na loja por baixo da enfermaria de Santa Ana, para as “decepções” dos cadáveres, de forma que rapidamente ficasse desocupada a casa que a enfermaria ocupava, “atenta à necessidade que há desta casa, para o maior arranjo do estabelecimento”. Devido à urgência destes trabalhos, a Mesa encarregou os irmãos mesários Francisco Ferreira da Costa Agarez, José Joaquim Ferreira e José Cardoso da Silva de levarem a efeito as ditas obras²²⁴. Finalmente, ainda na década de cinquenta (acta de 1 de Maio de 1854)²²⁵, foi decidido fazerem uma nova enfermaria, a ser levantada “no baixo ao poente da capela”.

Novas obras são referidas em 1887, altura em que também se comprou²²⁶ mobiliário: conserto e pintura de diversas dependências do Hospital: conserto nas varandas e cozinha; pintura de três enfermarias e das portas do claustro; pintura das camas; conclusão dos consertos e da pintura da



Hospital da Divina Providência
(fachada do lado poente)
(1823-1915)

enfermaria de São José; envidraçamento e pintura da farmácia; e caiação do edifício e pintura das grades. Novamente em 1892, fizeram-se obras que constaram do seguinte: colocação de uma taipa que dividisse em duas a enfermaria de São Francisco; abertura de duas portas, uma na parede do claustro para dar ingresso à parte da referida enfermaria e outra necessária para maior e melhor ventilação da outra parte da mencionada enfermaria; colocação de uma taipa que dividisse em duas a enfermaria de Santa Ana, a qual se iria converter em casa de arrecadação e secretaria; construção de uma escada para dar ingresso aos referidos compartimentos; conserto do quarto do farmacêutico; abertura de um portal de carro que desse ingresso para o terreiro contíguo ao jardim e portão para o referido portal; conserto das latrinas; substituição por completo da escada interior do edifício que se tornava indispensável “por a actual estar totalmente inutilizada”; e construção de uma enfermaria destinada ao tratamento das “toleradas”.²²⁷

O provedor, doutor António Teixeira de Sousa, na reunião da Mesa de 9 de Abril de 1893²²⁸, apresentou um plano de obras, bem como os respectivos desenhos e orçamentos, devido à necessidade que havia da ampliação do edifício do lado nascente, declarando que as despesas das mesmas correriam com a receita ordinária do Hospital.

O plano de obras foi aprovado, e na reunião de 2 de Julho foram apresentadas as propostas para a obra de ampliação do edifício, segundo o plano e respectivo orçamento que tinha sido anunciado. Foram abertas três propostas, assinadas por José Augusto Fernandes Roberto, António Rodrigues Romualdo e Bernardo Leite dos Santos, todos de Vila Real. Verificando-se na altura que, na base de licitação mencionada, tinha havido um erro, pois foram declarados catorze contos e cento e sete mil réis, quando o orçamento certo era de treze contos seiscentos e vinte e seis mil e trinta e cinco réis, o primeiro concurso teve de ser cancelado e anunciado um novo.

Em 8 de Novembro, o assunto da ampliação foi de novo tema da reunião da Mesa. Posta uma segunda vez em praça a arrematação da obra, em 23 de Julho, esta não foi adjudicada a ninguém, “em consequência de não ter concorrido pessoa alguma”. Na mesma reunião, o provedor António Teixeira de Sousa reafirmou a necessidade de se tomar uma deliberação, visto ser urgente a execução das referidas obras. O provedor tinha tentado contratar particularmente a sua feitura, mas os seus esforços tinham sido inúteis por não encontrar pessoa que delas quisesse tomar conta, segundo o projecto e condições das mesmas. Propôs que se abrisse novamente praça para a adjudicação das obras, e caso não houvesse concorrentes na segunda praça, se fizesse uma pequena modificação nos preços dos materiais.

Finalmente, em 3 de Dezembro, foram apresentadas três cartas com propostas: numa, José Augusto Fernandes Roberto propunha-se fazer as obras por treze contos e seiscentos e vinte e seis mil réis; noutra, tomava o cargo da empreitada Bernardo Leite dos Santos, pelo preço de treze contos

e trezentos mil réis; e na terceira, oferecia-se para efectuar a construção António Rodrigues Romualdo, pela quantia de doze contos e seiscentos mil réis. O provedor propôs que as obras fossem adjudicadas a António Rodrigues Romualdo, por ter dado o menor lanço, o qual foi aceite, sendo feito o contrato notarial em 4 de Dezembro de 1893²²⁹.

Quadro n.º 58 - Obrigações do arrematante do contrato de 4 de Dezembro de 1893

- 1.º A execução dos trabalhos da presente empreitada será feita segundo as regras e prescrições técnicas constantes do respectivo projecto comum aos trabalhos desta natureza e segundo as que o empregado técnico indique para a perfeição e solidez de todas as obras;
- 2.º O empreiteiro fica sujeito, além destas condições especiais, às cláusulas e condições gerais de empreitadas a que se refere a portaria de 28 de Abril de 1887 na parte aplicável aos trabalhos de que consta esta empreitada, instruções da portaria de 1 de Julho de 1887 e bem assim o disposto na portaria de 20 de Fevereiro de 1889;
- 3.º A residência do empreiteiro durante os trabalhos da empreitada será em Vila Real ou em qualquer outro ponto do concelho quando não fique muito distante das obras;
- 4.º Será mensalmente feito exame, verificação e medição de todas as obras executadas pelo empreiteiro;
- 5.º O prazo para qualquer reclamação de que trata o artigo segundo e seus parágrafos das citadas condições gerais será de vinte dias;
- 6.º O empreiteiro é obrigado a entregar semanalmente ao fiscal das obras uma relação nominal de todos os pedreiros empregados na sua empreitada com designação de suas profissões;
- 7.º O pagamento dos jornais vencidos pelos operários da empreitada será efectuado todas as semanas. Para verificação do cumprimento desta obrigação, o fiscal, à face da relação, indagará dos operários se estão pagos, fazendo menção dos que não se acharem pagos, sem que para esse fim o empreiteiro tenha de dar contas dos preços por ele contratados com os seus operários;
- 8.º Seguirá o empreiteiro os desenhos e dimensões neles contidas e empregará nas obras material da melhor qualidade;
- 9.º Nenhum material poderá ser aplicado na obra sem que previamente tenha sido inspecionado pelo fiscal das obras e por ele aprovado;
- 10.º Nenhuma reclamação poderá fazer o adjudicatário a respeito de toda e qualquer ordem que o fiscal dê relativamente à boa execução das obras;
- 11.º O adjudicatário dará começo aos trabalhos quinze dias depois de feita a adjudicação da empreitada. Durante esse prazo serão entregues todas as peças do projecto;
- 12.º É determinado o prazo de vinte quatro meses completos em dias úteis de trabalho para a conclusão da empreitada, devendo para isso o empreiteiro ocupar na sua empreitada diariamente uma quantidade de operários nunca inferior, termo médio, a quarenta, e de ter a obra sempre provida de material em depósito no valor nunca inferior a 300 000 réis (artigo 3.º, título 3.º);
- 13.º Cantarias: as cantarias a empregar serão exploradas nas pedreiras de Abobeira e escolhidas dos melhores bancos, não se admitem pedras com falhas, ventos ou fendas. O adjudicatário escolherá pedra da melhor qualidade, grão fino e homogéneo. O aparelho é todo a pico miúdo. As janelas, portas e mais partes serão executadas segundo os desenhos. As portas e janelas terão duas agulhas cada uma. Nas fachadas norte e sul, as agulhas das janelas travarão com os cunhais. O número de agulhas e de tranqueiros será determinado pelo fiscal. Tudo o que diga respeito à boa execução das cantarias ordenado pelo fiscal, será desde logo cumprido pelo adjudicatário. O prepianho poderá ser explorado nas pedreiras da Arrabães. Terá a espessura de 0,22;
- 14.º Alvenarias: toda a pedra de alvenaria será extraída das pedreiras mais próximas. Escolher-se-á a que for mais resistente e não susceptível de ser atacada pela humidade. O seu assento será feito com todo o escrupulo. Tanto as cantarias como as alvenarias serão assentes em leitos horizontais, não se admitindo calços no seu assento;
- 15.º A madeira a empregar na armação, vigamentos e caibros será de riga e castanho. O fiscal examinará com todo o escrupulo a madeira antes do emprego. A riga será do Báltico e da melhor qualidade. As linhas, tanto da armação como dos soalhos, serão inteiras. A madeira proveniente das demolições poderá ser aplicada na obra, se estiver em bom estado e tiver as dimensões indicadas no caderno das medições. A madeira para os soalhos será de riga. Escolher-se-á a que for mais seca, limpa de nós e de boa qualidade. O seu aparelho será feito com antecipação, não se permitindo o seu assento sem que ele esteja bem seco. Os caixilhos serão feitos de castanho, bem seco, são e limpo. As portas exteriores serão feitas da mesma madeira e em iguais condições e as portas interiores serão de pinho de riga ou flandres, também bem seco e limpo de nós;
- 16.º Relativamente à boa execução de todas as obras, o adjudicatário cumprirá imediatamente sem que possa reclamar todas as ordens do fiscal e seguirá os modelos que lhe forem apresentados para as diferentes obras a executar;
- 17.º O prazo de garantia será de seis meses depois de feita a recepção provisória da empreitada, findo o qual terá lugar a recepção definitiva;
- 18.º O empreiteiro sujeitar-se-á, além destas condições especiais aqui designadas, às cláusulas e condições gerais para as empreitadas de obras públicas a que se refere a portaria de 28 de Abril de 1887 e mais legislação correlativa;
- 19.º É avaliado em 360 000 réis o material existente e será abatida esta importância ao valor da adjudicação;
- 20.º O prazo determinado de vinte e quatro meses para a conclusão das obras será dividido em três partes: para a obra de pedreira, doze meses; para a de carpintaria, doze meses contados cinco meses antes de findar a obra de pedreira, e seis meses contados um mês antes de findar a obra de carpinteiro para a obra de caiador, estucador e pintor. Se, a não ser por causa de força maior devidamente comparada, não completar o adjudicatário a obra em qualquer dos prazos acima, será rescindido o contrato e perderá o direito a todos os materiais;
- 21.º Tem o empreiteiro de fazer à sua custa um barracão (sic) para servir de cozinha, com todas as demolições e remoções de material e assentada taça no lugar que lhe for indicado;
- 22.º Nos soalhos a fazer no edifício actual, tem o empreiteiro obrigação de pôr os abarrotamentos de modo que fiquem, depois de pregado o soalho, de nível com as soleiras das portas e janelas;
- 23.º Toda a madeira a levantar dos soalhos existentes pertence ao empreiteiro e não poderá empregá-la a não ser sendo de castanho em caixilhos de vidraças.

Na reunião de 22 de Dezembro, ao nomearem para fiscal das obras António de Aquino da Costa, refere-se que as obras de ampliação do Hospital já tinham sido iniciadas, ainda que mais tarde se afirma que as obras tinham começado em princípios de Janeiro de 1894.

As obras atrás mencionadas são tema da acta de 15 de Maio de 1895.²³⁰ Na Mesa desse dia referem-se à ampliação do Hospital e aos grandes reparos necessários no “edifício velho”. Segundo o texto da acta, tendo sido arrematadas as obras (4 de Dezembro de 1894) pela quantia de doze contos e seiscentos mil réis, já se tinham “consumido seis contos de réis”. A Mesa pensava que, até ao fim do ano económico se esgotaria a verba orçada. Agravava este problema a diminuição significativa da receita do Hospital, podendo-se presumir que no ano seguinte não seria possível despende a quantia necessária para o seguimento das mesmas obras, pelo que era necessário pedir “ao Governo de Sua Majestade” autorização para se aplicar nelas a quantia de nove contos de réis do fundo do Hospital. A autorização foi concedida, como se pode ler na acta de 1 de Novembro de 1895.

Em 13 de Dezembro de 1896, refere-se que as obras da ampliação do Hospital e os grandes reparos do edifício velho se achavam bastante adiantados. Como era urgente continuá-las, para efeito do seu completo acabamento, e como a verba pedida não era suficiente para a sua conclusão, e para a compra de “utensílios de mobília” destinados aos diferentes compartimentos, deveria pedir-se autorização ao Governo para se levantar mais oito contos do fundo do Hospital que, segundo os cálculos feitos pelo engenheiro fiscal das obras, se reputavam necessários para a conclusão das mesmas. Uma vez terminadas, o Hospital podia receber mais doentes de “paga”, já que tinham construído bastantes quartos particulares que, juntamente com a já delineada construção de um compartimento de hidroterapia, segundo as condições modernas, poderiam dar uma avultada receita.

Em Junho de 1897, segundo a informação do engenheiro fiscal das obras de ampliação do Hospital, a Mesa poderia tomar conta da obra já concluída, a fim de aproveitarem alguns dos seus compartimentos para o serviço hospitalar e muito especialmente a casa de banhos, que era de grande utilidade atendendo-se à circunstância de se estar a “atravessar a estação calmosa”. Perante esta informação, foi decidido que o engenheiro fizesse uma rigorosa vistoria na obra já concluída, à qual assistiriam mais dois funcionários técnicos escolhidos pela Mesa. Os trabalhos foram dados por concluídos em 1898.

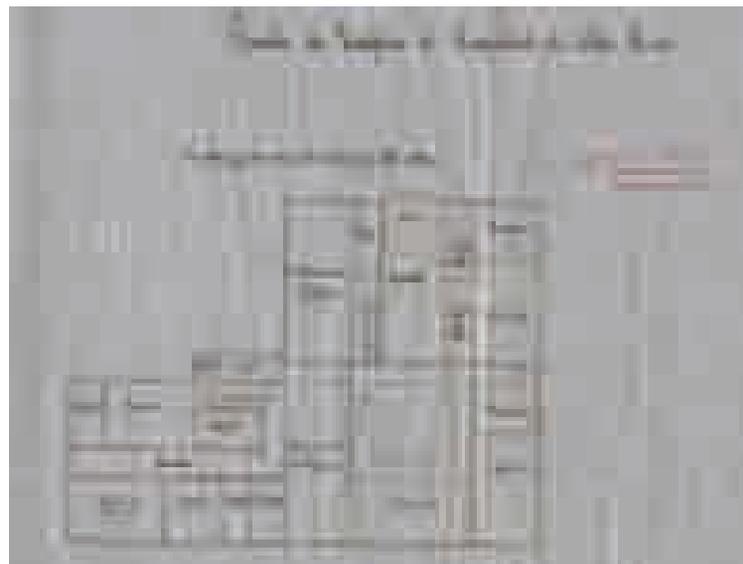
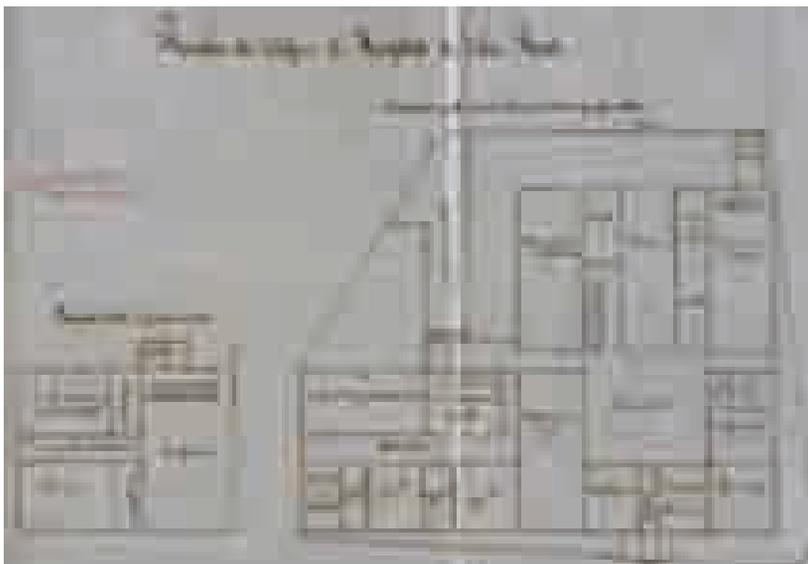
Na acta de 22 de Junho, sendo provedor Francisco Alberto Pereira Cabral, foi apresentada à Mesa o auto de recepção definitiva das obras executadas por António Rodrigues Romualdo, achando-se liquidadas e pagas todas as obras executadas pelo arrematante. A 7 de Julho foi decidido, para a total conclusão das obras do edifício, subir o muro do jardim, construir uma casa para arrecadação de lenhas e capoeira, e assoalhar de novo os claustros, colocando nos mesmos uma nova grade de ferro.

Quadro n.º 59 - Artistas referidos em obras no Hospital da Divina Providência (1819-1911)

1819 – Luís José da Silva, carpinteiro
1821 – António Moinho Lamês, pedreiro
1821 – José Francisco Moreira, pedreiro
1822 – João Batista da Rocha, pintor
1831 – Francisco Calvino Vilar, pedreiro
1850 – Miguel Malbar, pedreiro
1893 – António Rodrigues Romualdo, construtor
1899, 1901 – Bernardo Leite dos Santos, carpinteiro
1899 – Artur Alves da Mota, pedreiro
1911 – José Moreira, pintor (?)

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, documentos vários)

Um edifício como o Hospital da Divina Providência, devido à sua manutenção ou ao seu acrescentamento, iria ter sempre obras ao longo da sua existência. Em 1898, foi apresentado um projecto de obras de construção e reparação do edifício do Hospital, sendo dada ordem para se colocarem anúncios por espaço de vinte dias para a sua adjudicação. Em 11 de Janeiro do ano seguinte, no dia designado para adjudicação das obras de construção e reparação do Hospital, foram apresentadas duas cartas. Depois dos indivíduos que as apresentaram terem feito os competentes depósitos, as cartas foram abertas: na 1.ª carta propunha-se Bernardo Leite dos Santos para executar as obras de carpinteiro, caiador,



Plantas dos diferentes pisos do Hospital da Divina Providência (1823-1915)

pintor e ferreiro, pelo preço de oito contos e trinta e cinco mil réis; na 2.^a carta, oferecia-se para executar as obras de pedreiro Artur Alves da Mota, pela quantia de quinhentos e nove mil réis.

O provedor Francisco Alberto Pereira Cabral propôs que fosse adjudicada aos referidos Bernardo Leite dos Santos e Artur Alves da Mota a execução da empreitada, já que eram propostas inferiores ao orçamento da Mesa. O provedor ficou encarregue de fazer o contrato da respectiva adjudicação.

Em 1901, foram necessárias novas obras no Hospital, de carpinteiro, caiador, pintor e calceteiro, tendo sido o orçamento apresentado pelo director das obras, Domingos José Lopes de Barros Guimarães. A Mesa de 7 de Janeiro do referido ano mandou afixar os anúncios da obra para que, no espaço de vinte dias, fosse adjudicada, o que aconteceria em 27 de Janeiro. Bernardo Leite dos Santos, mestre carpinteiro, de Vila Real, ficou responsável de executar, por 500 000 réis, obras de carpinteiro, pintor, caiador e calceteiro no edifício do Hospital. Em Dezembro de 1901, foi apresentado novo orçamento pelo mesmo director das obras, relacionado com reparações a efectuar no claustro e vedação do terreno do lado poente do edifício do Hospital, empreitada (carpintaria, pedraria, serralharia, caiação, pintura e calcetaria) entregue de novo ao carpinteiro Bernardo Leite dos Santos.

No mesmo ano, o Hospital da Divina Providência recebeu dois grandes donativos destinados à reparação da varanda e claustro do Hospital. Na acta de 22 de Maio de 1901, refere-se a dádiva de 500 000 réis, feita pelo comendador José Augusto de Barros, de Vila Real, e na de 22 de Julho, a entrega de 100 000 réis, por parte do padre Sebastião José Gonçalves, de Vila Chã, concelho de Vila Pouca de Aguiar, também para a mesma finalidade.

A última obra de que temos notícia realizou-se em 1911. Tratava-se de obras na casa mortuária, pintura dos soalhos da enfermaria de São José e pintura de um quarto na enfermaria de Santo António. Apresentadas as propostas pelos candidatos (Francisco Pinto de Queirós, José Moreira, António Sarmento, Estanislau de Oliveira e Inácio José Varela) efectuou-se a adjudicação a José Moreira, que apresentou o menor preço.

O novo Hospital²³¹ tinha um cemitério, “para sepultura dos que falecerem no Hospital”, sendo concedida licença, pela portaria de 8 de Fevereiro de 1824, para ser benzido pelo “pároco do distrito”. Em 14 de Agosto do referido ano, em cumprimento da portaria do arcebispo de Braga, D. Fr. Miguel da Madre de Deus, foi benzido o cemitério do Hospital da Divina Providência pelo reverendo Duarte José Pereira de Miranda, encomendado da Igreja Matriz de S. Dionísio, com assistência dos irmãos da Mesa e dos capelães da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, que, debaixo da cruz, assistiram ao acto.²³²

Ao longo do processo da edificação do Hospital encontramos referências à aquisição de diversas peças, algumas das quais, pelo seu interesse, merecem ficar registadas. Na acta de 1 de Maio de 1854, refere-se a compra de um jarro e bacia de prata para o serviço da capela do Hospital.²³³

“Tendo-se decidido comprar um jarro e uma bacia de prata para as festividades da capela do Hospital, e mandando-se fazer de novo uma salva para as mesmas festividades da Santa Casa, dando-se para a salva um vaso de prata antigo e sem uso que existia na Santa Casa, e não tendo esta dinheiro disponível para pagar o acréscimo da despesa, achando-se em dívida ao fundo do Hospital, e considerando que ficando a salva para este, ficava com a jarra e bacia a servir para as festividades de ambas as casas, deliberaram que de tudo que do fundo do Hospital se pagasse o acréscimo da salva, e ao mesmo ficasse pertencente, e que a quantia de 22 800 réis valor do vaso da Santa Casa no peso de 3 marcos, a 7 360 réis cada um, se escriturasse nos livros de uma e outra casa como pago pela Misericórdia”. Na mesma altura, mandou-se fazer uma salva, a partir de um vaso com pé de prata que já não tinha serventia. Estes objectos seriam utilizados tanto pelo Hospital como pela Santa Casa da Misericórdia.

Quadro n.º 60 - Inventário dos bens da Misericórdia de 18 de Julho de 1883

Ouro e prata

Prata da capela	Prata
<ul style="list-style-type: none"> • jarro e bacia de prata • adereço de pedras • salva com o seu pé • turíbulo, naveta e colher • par de galhetas, prato e colher • cálice e patena • custódia (pé e resplendor) 	<ul style="list-style-type: none"> • quatro pares de castiçais • salva com três pés • salva pequena rendilhada • paliteiro • espevitadeira e prato • colher de sopa (concha) • doze colheres de sopa • doze garfos • doze facas com pé de prata • vinte e quatro colheres de chá • coroa de prata de Nossa Senhora • adereço de filigrana de prata, composto de alfinete e brincos
Ouro e prata da benfeitora Maria Emília Teixeira de Moura	
Ouro	
<ul style="list-style-type: none"> • cordão de ouro (quebrado dentro de um boião de lata) • alfinete de ouro esmaltado • par de brincos de ouro esmaltados • dois alfinetes de peito de ouro 	

Mobiliário da benfeitora Maria Emília Teixeira de Moura

<ul style="list-style-type: none"> • três baús de couro • um baú sem fechadura • três estantes de madeira de pinho • uma caixa grande de pau castanho • uma caixa de pau de pinho • uma cadeira de couro
--

Enfermaria de São Jerónimo

<ul style="list-style-type: none"> • onze mesas pequenas, peniqueiras • uma mesa grande • quinze cabeceiras • quinze camas de ferro, sendo quatro de armar • cinco mesas pequenas de comer • uma caixa de pinho • duas cadeiras com assento em palhinha • mesa e oratório, contendo um Menino Jesus, um Santo António e um presépio • um oratório de parede, com o Senhor Crucificado, São João e São Francisco
--

Enfermaria de São Francisco

- catorze cabeceiras
- catorze camas de ferro, sendo duas de armar
- sete mesas pequenas peniqueiras
- doze mesas pequenas, de comer
- um candeeiro grande perpendicular
- um oratório com o Senhor Crucificado

Quarto do Enfermeiro

- uma barra de pau de cerdeira
- uma meia cómoda
- duas mesas de pau de pinho
- duas cadeiras de pau de pinho
- cinco cadeiras com assento de palha

Quarto do Carro

- um carro de madeira
- uma cadeira de pau

Quarto da Cozinha

- dois bancos de ferro para a cama
- três tábuas para a cama

Coro da Capela

- uma barra de ferro
- uma cadeira de pau

Claustro

- cinco bancos grandes de assento
- uma mesa pequena
- duas cadeiras de pau
- um relógio em sua caixa

Gabinete de Medicina

- um armário grande com estante para guarda dos instrumentos
- um armário com estante mais pequena
- um leito de pau preto torneado
- quatro cadeiras com assento de palha
- uma barra de ferro
- uma mesa pequena pintada de verde
- uma cadeira de assento com peniqueira

Antessala dos Irmãos

- uma barra de madeira de cerdeira
- cinco cadeiras com assento de palha
- uma cadeira de assento com peniqueira
- uma barra de armação
- uma barra de ferro

Sala dos Irmãos

- quatro barras de pau de cerdeira
- uma escrivaninha com três gavetas e dois gavetões

Enfermaria de São José

- quinze barras de ferro, sendo duas de armar
- dez mesas peniqueiras
- oito mesas pequenas de comer
- uma cadeira de assento com peniqueira
- uma mesa pequena
- duas cadeiras de pau
- duas caixas de pinho

Enfermaria de Santo António

- catorze barras de ferro, sendo uma de armar
- onze mesas com peniqueiras
- quinze mesas pequenas de comer
- três cadeiras de pau
- três cadeiras de braços com peniqueiras, sendo duas novas
- um oratório com crucifixo

Enfermaria de São Lázaro

- quinze barras de ferro, sendo uma de armar
- quinze cabeceiras
- dez mesas com peniqueiras
- doze mesas pequenas de comer
- duas cadeiras de pau
- uma cadeira de assento com peniqueira
- uma caixa de pinho
- um armário de madeira

Enfermaria-prisão

- duas camas de ferro

Sala dos Retratos

- doze cadeiras com assento de palhinha
- um canapé com assento em palhinha
- duas mesas de jogo
- duas mesas de castanho
- um banco grande pintado
- um armário fechado
- uma caixa dos requerimentos
- um lustre de vidro

Sala das Sessões

- dezoito cadeiras de pau preto com assento de palhinha
- duas cadeiras de braços de pau preto com assento de palhinha
- uma cadeira da presidência
- uma marquesa de pau preto com assento de palhinha
- um sofá estofado
- um espelho grande
- uma estante com diversos volumes
- uma mesa redonda para as sessões
- um candeeiro com *abat-jour*
- uma campainha
- uma urna para escrutínio
- um lustre de vidro
- um busto de D. Pedro V com pedestal

Capela

Imagens

- um Cristo no altar mor
- dois Santos Cristos, um em cada altar lateral
- uma imagem de Nossa Senhora do altar-mor
- duas imagens, cada uma no seu altar, uma de Nossa Senhora da Penha e outra de São Jerónimo
- um Santo Cristo na sacristia, com duas imagens, uma de Nossa Senhora e outra de São João (Evangelista)
- Menino Jesus dentro de redoma de vidro (é referido em verificação posterior)
- um Santo António (é referido em verificação posterior)

Alfaias

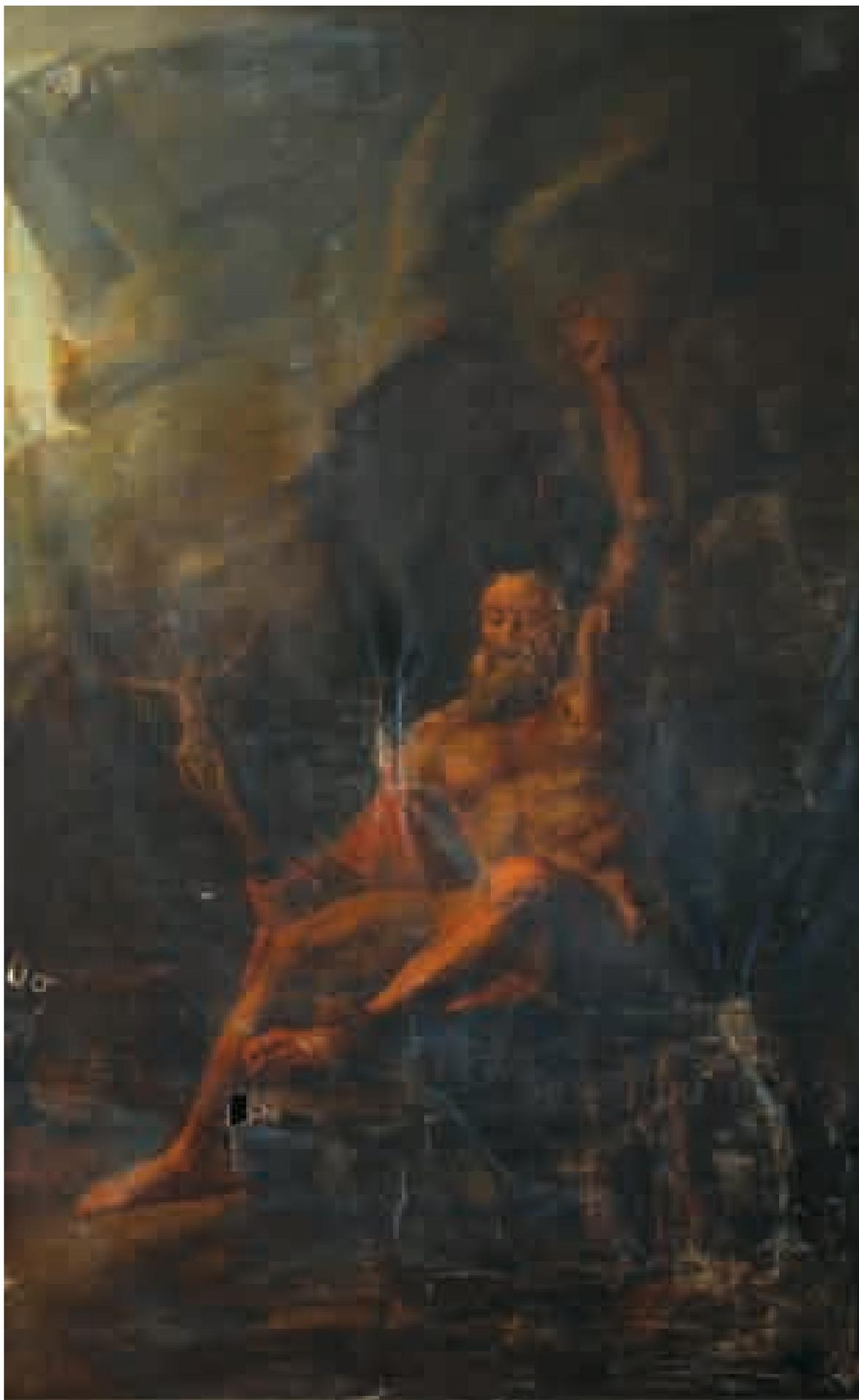
- um cálice de prata dourada com patena e colherinha
- um cibório de prata grande, que está na sacristia
- um cibório pequeno para levar a Eucaristia aos doentes
- um resplendor pequeno de prata (é referida a sua inexistência em verificação posterior)
- três pares de sacras

Paramentos

- paramento de damasco branco com flores de fio de ouro, guarnecido de galão fino, constando de uma casula, duas dalmáticas, uma capa de asperges, um véu de ombros, três manipulos e duas estolas com bolsas dos corporais do mesmo damasco e galão
- uma casula de damasco de seda branca e vermelha, guarnecida de galão de lã
- uma casula de damasco de lã branca e vermelha, tendo só a estola guarnecida a galão de lã
- uma casula com a mesma guarnição de damasco de lã, roxo e verde, só com a estola, sem manipulo
- uma casula da mesma cor e com a mesma guarnição, sendo o damasco de seda, e tendo estola e manipulo
- uma casula de seda cor de rosa guarnecida de galão de ouro, tendo estola e manipulo

Peças diversas

- um pavilhão para o sacrário do mesmo damasco do paramento
- um pano de estante do missal do damasco do paramento
- um manto de seda azul guarnecido a "terena" dourada para a imagem de Nossa Senhora
- uma banqueta e cruz toda dourada para o altar mor e suas aparadeiras
- uma banqueta já velha para o mesmo altar, mas sem cruz
- dois tocheiros dourados
- um confessionário
- uma caixa das esmolos
- três estantes de madeira para os missais
- uma estante pequena com seis gavetas, da sacristia
- um par de castiçais de metal
- dois pares de galhetas já velhas
- um vaso de estanho para água já velho



S. Jerónimo, padroeiro do Hospital da Divina Providência, dando nome a uma das suas enfermarias

O Hospital da Divina Providência, hoje Câmara Municipal, juntamente com o palácio do Conde de Amarante, actualmente Governo Civil, constituem os dois melhores exemplares da arquitectura de tipologia clássica de Vila Real. O autor do seu projecto inovador foi alguém sensível à modernidade do classicismo, mas ainda ligado a algum formulário tardobarroco, que não o possibilitou de dotar o burgo vila-realense com um edifício neoclássico.

O avanço da fachada da capela, devido à sobreposição de duplas pilastras de canto, o remate da sua porta, assim como a curvatura dos lintéis de alguns vãos, remetem-nos para soluções que não definem uma total adesão ao ideal neoclássico. Esta opção não retira ao projecto a elegância que tem. Exteriormente, apresenta fachadas onde domina a simetria, bem ritmadas pelos vãos que as rasgam, permitindo a entrada de luz e de ar como exigia a nova arquitectura hospitalar, proporções equilibradas dos seus diversos corpos e, principalmente, a elegância do frontão triangular que remata a fachada sul acentuando a composição central, cuja verticalidade, formada pela sobreposição de dois vãos (porta e janela de sacada), culmina com a urna, sobre um acrotério, que o remata, em substituição da cruz que assinalava, antes de 1915, que aquela fachada correspondia à capela do hospital.

O edifício com dois pisos tinha um pátio, com varanda no andar superior, designado quase sempre por claustro. Seguindo a descrição, a partir do esquema apresentado por uma planta que existe do Hospital da Divina Providência, vemos que no primeiro andar existiam diversas divisões, entre as quais, quatro enfermarias, uma sala de operações, uma farmácia, um laboratório, vários quartos e outras dependências. No segundo andar existiam cinco enfermarias, entre as quais a de São Jerónimo e a de São Francisco, um salão nobre, quartos e outras dependências.

No interior do Hospital, ocupando a parte central do corpo sul do edifício, existia uma capela com a altura dos dois pisos do Hospital, obra mandada construir, como vimos, em 1821, por Francisco Rodrigues de Freitas, ao mestre pedreiro José Francisco Moreira. A capela (com coro e sacristia) da invocação de São Jerónimo, recebeu autorização (28 de Junho de 1821) de frei Miguel da Madre de Deus (1739-1827), arcebispo de Braga²³⁴ de 1815 a 1827, para ser benzida e para que nela se colocasse o sacrário para o Santíssimo Sacramento, “a fim de se administrar aos pobres que forem admitidos no Hospital”.

A 16 de Agosto do mesmo ano, o arcebispo de Braga concedeu licença para terem a âmbula dos Santos Óleos para ungir os pobres do Hospital. A bênção da capela foi feita em 16 de Setembro de 1823 pelo vigário geral das vagantes e abade de Folhadela, Francisco Teixeira Coelho, o qual cantou missa solene. Na cerimónia o sermão foi da responsabilidade de frei António dos Anjos, religioso do Convento de São Francisco, de Vila Real, que faria outro de tarde, seguindo-se um solene *Te Deum*.

As doações para a capela feitas por Francisco Rodrigues de Freitas foram avultadíssimas, como podemos ver na provisão de João VI, de 15 de Julho de 1823 (Documento n.º 29).

Documento n.º 29 - Provisão de D. João VI, a propósito das doações para a capela do Hospital da Divina Providência feitas por Francisco Rodrigues de Freitas (1823)

Provisão: D. João por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, e Brasil, e Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África, senhor da Guiné e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia.

Faço saber aos que esta minha carta de insinuação de doação virem que os administradores do novo Hospital da Providência, erecto em Vila Real, me representaram por sua petição, que pela escritura que ofereciam se mostrava ter doado ao mesmo Hospital Francisco Rodrigues de Freitas, provedor da Santa Casa da Misericórdia, da mesma Vila Real, a quantia de quatro contos e quatrocentos mil réis; para sustentação do culto divino, na capela do dito Hospital, que o mesmo doador havia fundado, dependendo na obra de pedraria da mesma capela, na do pátio de ladrilho, sacristia, lados de fora com seus assentos e pirâmides, três contos, e setecentos mil réis; assim como havia comprado para ornamentos da sobredita capela muitos móveis, como eram = três lustres de cristal, por cem mil réis = um sino por noventa mil réis = uma custódia com seu esplendor guarnecido de pedras = um vaso de prata dourado = dois cálices, sendo um deles, com os martírios de Cristo, e outro todo dourado = um turíbulo = uma naveta = umas galhetas = uma chave para o sacrário; sendo todas estas peças de prata, e algumas delas douradas, e tudo pesava duzentos e cinquenta mil réis.

Assim como havia comprado para os usos da mesma capela uma capa de asperges = duas casulas = uma vestimenta = um pano de cobrir a custódia = outro para o missal = outros para os cálices = e outro para cobrir o vaso do sacrário, tudo de seda com flores de ouro, em que despendera quatrocentos mil réis = mais duas vestimentas com o véu de ombros e a fita da chave do sacrário = e mais cento e cinquenta e seis côvados de damasco de seda em que despendera duzentos e cinquenta mil réis: mandando igualmente fazer as portas da sobredita capela, forros, caixões para a sacristia, tribuna, e banquetta do altar-mor, dois altares colaterais, coro e púlpito, em que despendera um conto e noventa e quatro mil réis.

Do que tudo e de tudo acima dito desde a data da dita escritura de doação e para todo o sempre pura e revogável doação ao referido Hospital da Providência e a seus administradores de todas as obras da mencionada capela, assim como todos os referidos trastes e ornamentos, para daqui em diante ficarem sendo próprios e privativos do mesmo Hospital e seus administradores; reservando unicamente para si, enquanto vivo fosse, os rendimentos ou juros dos empréstimos que da mesma quantia doada de quatro contos e quatrocentos mil réis fizera por escritura às pessoas declaradas na dita escritura de doação.

(Fonte: ADVRL/COM-SCMVR/F/A/009/Livro 164)

Além do que era referido na provisão acima transcrita, Francisco Rodrigues de Freitas, em 15 de Julho de 1823, fez doação à capela de todas as obras e ornamentos, com obrigação de duas missas rezadas: uma diária (com esmola de 200 réis) pelas oito horas da manhã, pelas almas de Manuel de Freitas, de Luísa Rodrigues, de Rosa Rodrigues, de José Rodrigues de Freitas, de Jerónimo Rodrigues de Freitas e dele, doador, Francisco Rodrigues de Freitas; e outra aos domingos e “dias de preceito” de missa do ano (com esmola de 240 réis), aplicada às almas de todos os pobres que morressem no Hospital.

Em 20 de Julho de 1825²³⁵, Francisco Rodrigues de Freitas doaria 1 900 000 réis para a capela que, por “devoção e caridade”, mandara fazer no novo Hospital da Divina Providência, devido a não existir um fundo suficiente para, com o seu rendimento, se poder sustentar o culto divino com a decência devida.

A Capela de São Jerónimo serviria também de panteão à família Rodrigues de Freitas. Francisco Rodrigues de Freitas, pretendendo que as ossadas do irmão e do sobrinho fossem depositadas na capela do novo Hospital, solicitou, em 1823, a frei Miguel da Madre de Deus, a autorização para a sua transladação do Convento de São Francisco, de Vila Real, para a Capela de São Jerónimo: “Diz Francisco Rodrigues de Freitas desta Vila Real, que fazendo construir um Hospital para curativo dos pobres enfermos, nele fez também construir uma capela debaixo do orago de S. Jerónimo, para bênção da qual, já vossa excelência reverendíssima foi servido conceder licença ao reverendo vigário geral desta comarca; e como o suplicante tivesse um irmão chamado José Rodrigues de Freitas, um sobrinho chamado Jerónimo José de Freitas, que foram sepultados na igreja do Convento de S. Francisco desta vila: o suplicante tem sumo gosto de que os ossos dos sobreditos sejam trasladados para a dita capela do Hospital; e como sem licença o não pode fazer; por isso pede a vossa excelência reverendíssima seja servido conceder-lhe licença para a dita transladação, sermão e acompanhamento, e assistência de padres; por cuja graça rogará a Deus pela vida de vossa excelência reverendíssima”.

Em portaria datada de 1 de Agosto de 1823, o arcebispo de Braga pede ao reverendo padre guardião do Convento de São Francisco de Vila Real que o informe sobre a existência de algum inconveniente – “em respeito ao tempo em que foram sepultados, ou em relação a outros diferentes objectos” – para se realizar a pretendida transladação. Logo no dia 8 de Agosto, o guardião do Convento de São Francisco, frei António da Natividade, informa Miguel da Madre de Deus que, examinado o livro das sepulturas e assentos dos enterros, e ouvidos os “padres discretos” do convento, não existia “oposição, motivo, ou inconveniente” para se “conceder a graça suplicada”, sendo de aprovar e louvar o “zelo e as pias intenções do suplicante”.

Perante a resposta enviada de Vila Real, o arcebispo de Braga concede licença, datada de Braga de 16 de Agosto de 1823, para a transladação solicitada por Francisco Rodrigues de Freitas, com a condição de tudo ser feito “debaixo da inspecção do reverendo pároco respectivo”.

Concedida a licença pretendida para a transladação do “irmão benfeitor” José Rodrigues de Freitas e de seu filho Jerónimo José de Freitas, as respectivas ossadas foram colocadas na capela do Hospital da Divina Providência, onde permaneceriam até 1915, juntamente com as de Francisco Rodrigues de Freitas, altura em que foram levadas para a Capela de Santa Ana. “Aos 18 de Setembro de 1823, foi a Irmandade debaixo da cruz ao Convento de São Francisco, de Vila Real, esperar todos os convidados e ordens eclesiásticas e seculares, que por ofícios tinham sido com antecipação convidados, e junto

a eles, em solene acompanhamento, a que presidiu o reverendo vigário geral das vagantes, e abade de S. Tiago de Folhadela, foram trasladados os ossos de nosso irmão José Rodrigues de Freitas, e seu filho Jerónimo José de Freitas, do dito convento de São Francisco para a capela do Hospital, onde se lhes fez um solene ofício, cantou missa o vigário geral, e pregou uma fúnebre oração o reverendo António dos Anjos, religioso do Convento de São Francisco; e ultimamente foram sepultados os ossos no mausoléu da mesma capela, que fica do lado da Epístola”.²³⁶

A capela de São Jerónimo, com três altares, em 21 de Julho de 1844²³⁷, possuía, na capela propriamente dita, cinco imagens (do padroeiro São Jerónimo, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora da Penha de França, com o Menino, aquela com coroa e este com resplendor em prata, de Jesus Cristo e outra de Jesus Cristo, no outro altar); na sacristia, três imagens (Jesus Cristo, com resplendor de prata, Nossa Senhora e São João); um painel de São Jerónimo, que cobria a boca do camarim; uma banquetta nova e dourada, que constava de seis castiçais, um Santo Cristo e dois pedestais; uma banquetta pequena, de seis castiçais dourados e um crucifixo com a cruz verde; sacras do altar-mor; sacras nos altares colaterais (duas); um vaso das partículas, de prata dourado, “com dois arrâteis e quatro onças e meia”; um vaso pequeno, de prata, com sua cúpula e véu de seda branca, “com oito onças e cinco oitavas”; um vaso de estanho para a comunhão; uma custódia rica e pronta, tudo de prata, “com cinco arrâteis, seis onças e sete oitavas de peso”, fora o pau; um turíbulo de prata, com sua naveta e colher também de prata, que tudo pesava “dois arrâteis, doze onças e cinco oitavas”; galhetas, com seu prato de prata, “que pesavam um arrátel, nove onças e duas oitavas e meia”; um cálice de prata dourado com colherinha e patena, que pesavam “um arrátel, seis onças e três oitavas e meia”; e um cálice de prata, com os Martírios, todo dourado, com colherinha e patena, que pesavam “um arrátel, cinco onças e seis oitavas e meia”. O inventário refere ainda um adereço de prata com pedras brancas, da imagem de Nossa Senhora da Penha de França, avaliado em 2 400 réis.

Um ano depois desta inventariação, a capela era descrita nas *Visitas de Vila Real de 1845*²³⁸ da forma seguinte: “nela há também sacrário com o Santíssimo Sacramento, pequeno templo, porém magnífico; nela se celebram os ofícios divinos e missa quotidiana, tem paramentos ricos, e tudo o mais preciso; é administrada pela Mesa da Misericórdia, e situada na rua do Espírito Santo”.

9.4. As novas instalações do Hospital e a Capela de Santa Ana (1914-1975)

O Hospital da Divina Providência, que foi a grande obra da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao longo do século XIX, teria um outro destino ao iniciar-se a nova centúria, devido à sua venda, para aí funcionar a Câmara Municipal, passando o Hospital a ocupar as instalações do Colégio de Nossa Senhora do Rosário, que incluíam a casa dos Morgados de Vila Cova e a capela de Santa Ana.

Analisemos, assim, o processo de mudança das instalações do Hospital da Divina Providência, a sua adaptação e evolução, para em seguida, tratarmos da Capela de Santa Ana.

9.4.1. As novas instalações do Hospital da Divina Providência

O Colégio de Nossa Senhora do Rosário, para educação de rapazes, foi fundado por monsenhor doutor Jerónimo Teixeira de Figueiredo Amaral (1859-1944)²³⁹, da família Teixeira de Figueiredo, da Casa de Urros (Mateus), e trineto, pelo lado materno, de Maria Joaquina Botelho Guedes do Amaral, filha de José Botelho Correia Guedes do Amaral, morgado de Vila Cova e 2.º administrador da Colegiada de Santa Ana de Vila Real. Doutor em direito civil e canónico pela Universidade de Coimbra (1882), e ordenado padre no Seminário de Viseu (1892), dedicar-se-ia à educação, facto que iria levá-lo a fundar o colégio em finais de 1892, tendo começado a funcionar em edifício próprio, de sua propriedade, dois anos depois. Desconhecemos toda a história relacionada com a sua construção.

Sabemos, por uma notícia inserida na acta da reunião da Mesa da Santa Casa da Misericórdia, de 7 de Maio de 1901, que José Gregório Durão, mestre pedreiro, do lugar de Vila Nova, pediu que lhe concedessem autorização para colocar o material no terreno pertencente ao Hospital que ficava para o lado poente, para as obras que estava a fazer no Colégio de Nossa Senhora do Rosário.

A primeira notícia relacionada com mudança de edifício aparece na acta 30 de Outubro de 1914²⁴⁰. O provedor, Augusto Rua, que exercia também o cargo de presidente da Câmara de Vila Real, tomando a palavra, disse que era necessário deliberar sobre um “assunto de magna importância”,



Projectos para o
acrescento do Hospital
da Divina Providência
(actual Sede e Lar-Hotel
da Misericórdia)



Aspecto da demolição da fachada que seria utilizada no acrescento do Hospital da Divina Providência

que era a aquisição do antigo Colégio de Nossa Senhora do Rosário, para nele se instalar o Hospital da Divina Providência. Esta compra, na opinião dos médicos, tinha uma enorme vantagem, não só porque o edifício era "muitíssimo maior e com acomodações altamente higiénicas", mas também por causa da "magnífica cerca própria para a convalescença dos doentes, construção de pavilhões, etc."

Augusto Rua acordara com o proprietário, Jerónimo Teixeira de Figueiredo Amaral, a venda do edifício por dezanove mil escudos em dinheiro²⁴¹, o que foi aceite por unanimidade pela Mesa. Na mesma sessão, o secretário, doutor Albertino Augusto Rodrigues Costa, propôs a venda do edifício do Hospital da Divina Providência, lembrando que convinha à Câmara Municipal para sua própria instalação e das repartições públicas, propondo que se oficiasse à Câmara a propor a compra. Perante esta proposta, o provedor, como presidente da Câmara, e os membros da Mesa que dela faziam parte, Alfredo de Melo e José Fernandes, retiraram-se da sala, tomando a presidência o secretário, que pondo a proposta à votação, a viu aprovada, ao mesmo tempo que era encarregue de representar o Hospital em todos os assuntos que dissessem respeito a contactos entre as duas instituições. Na mesma acta, foi apresentada uma outra questão da maior importância para a resolução da mudança do Hospital. Teria que ser pedida autorização para o levantamento da quantia de vinte e dois mil escudos, dezanove mil para a compra do Colégio e três mil para despesas de instalação. Assunto que não foi consensual, já que apareceram duas posições: José de Barros disse que era prematuro levantar o dinheiro, porque para o pagamento do Colégio era natural que chegasse o produto da venda do actual edifício; enquanto que o provedor, conhecedor da situação da Câmara de Vila Real, como presidente da mesma, disse que todos sabiam que a Câmara Municipal não tinha em cofre dinheiro suficiente, nem qualquer reserva disponível, para entregar ao Hospital. Foi decidido pedir ao Governo autorização para a compra do edifício do Colégio e a venda do Hospital, e para vender os títulos necessários para se obter a quantia de vinte e dois mil escudos, decisão que foi aprovada.

O Villarealense, em 19 de Novembro de 1914, dava a notícia da troca dos edifícios, na qual se inseriam alguns aspectos interessantes. Escrevia o articulista que, "para que esse magnífico edifício do Hospital, depois de ser convertido em Paço Municipal, deva, logo pelo exterior, indicar o que



Fachada norte
do Hospital da Divina
Providência
(1914-1975),
vendo-se à direita
a fachada da Capela
de Santa Ana





Fachada da actual Câmara Municipal de Vila Real, no edifício onde funcionou o Hospital da Divina Providência (1823-1915)

é, para isso necessário se torna que o brasão da Misericórdia seja substituído pelo de Vila Real”, colocando-se uma lápide e a estátua “da mesma, que recordem as que havia nos arcos do antigo Fórum, e que à excepção da estátua, tudo foi sacrificado ao camartelo de Mac-Adam”.

Ainda no mesmo artigo, aconselhava que na parte oposta à cruz, que se erguia no vértice do frontão, “sem desrespeito por esse símbolo sacrossanto”, a menos que seja conservada a “magnífica” capela, deveria ser substituída por uma “estátua simbólica adequada”, modificando as armas portuguesas da época de João VI, “pois são como as actuais, à excepção da coroa”. Para a manutenção das armas no frontão virado a sul, questiona o autor do artigo: “Não está lá a esfera armilar, em que no zodíaco estão tão bem esculpidos alguns signos?”. Talvez por se ter seguido este conselho, elas ainda hoje se conservam no tímpano do referido frontão.

Ao longo de 1915, a compra do Colégio ficou concretizada. Na acta de 30 de Maio, refere-se que o levantamento do “fundo do numerário preciso” para a sua aquisição tinha sido aprovado pelo Conselho Definitório e Junta Geral da Irmandade, assim como já tinham autorização superior (portaria n.º 290 do Ministério do Interior, de 15 de Janeiro de 1915) para a venda de títulos, já que era urgente realizarem o capital de 21 000\$00 escudos (19 000\$00 para a compra do edifício, e 2 000\$00 para a mudança e instalação). A compra do Colégio fez parte dos assuntos das reuniões da Mesa de 5 de Agosto (urgência em se realizar o contrato de aquisição) e de 30 de Agosto, na qual o doutor Augusto Rua informou a Mesa que a escritura se faria dentro de dois ou três dias.

Em 3 de Setembro de 1915, a Santa Casa da Misericórdia, representada pelo seu secretário, Albertino Augusto Rodrigues Costa, e o representante da Câmara Municipal, Afonso Ferreira Vaz Pimentel, vice-presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, assinaram o contrato da venda do Hospital da Divina Providência por parte da Santa Casa da Misericórdia para a Câmara Municipal²⁴², pela quantia de 19 000\$00 escudos. Não estavam incluídos na venda o mobiliário e o material de construção da casa do motor; o material próprio da casa de banhos, a instalação eléctrica e tudo o que dizia respeito à instalação hospitalar. A Câmara Municipal obrigava-se ainda a tirar por sua conta o escudo da frontaria, distintivo da Santa Casa da Misericórdia, e restitui-lo ao Hospital da Divina Providência. Fora do contrato sabemos também (acta de 15 de Outubro de 1915) que retiraram “uma porção de azulejo em bom estado” da cozinha do antigo edifício do Hospital.

Ainda no mesmo mês dos contratos de compra e venda, na sessão do dia 15 de Setembro, Augusto Rua propôs, “estando concluídas as instalações hospitalares”, que às diversas enfermarias fossem dados os nomes de alguns benfeitores, ficando logo escolhidos os dos irmãos Freitas, fundadores do Hospital da Divina Providência, do visconde de Moraes, e de Vital de Moura à enfermaria das mulheres, decisão tomada na reunião de 30 de



Antigo Colégio de Nossa Senhora do Rosário, adaptado a Hospital da Divina Providência (1915-1974)

Abril de 1916. Na mesma reunião, foi dito que, não se podendo por enquanto fazer a inauguração oficial do edifício do novo Hospital, esta ficaria adiada *sine die*, devendo-se, contudo, no dia 26 desse mês, abrir-se ao público o novo edifício e todas as suas dependências.

A questão da inauguração foi referida em *O Povo do Norte*. Na edição de 12 de Setembro de 1915, noticia-se que a nova instalação do Hospital seria inaugurada no dia 16, com a assistência do ministro do Fomento e o director-geral da Assistência Pública. Inauguração que ficou adiada, segundo *O Povo do Norte* de 19 de Setembro, para o dia 26 desse mês, estando nesse dia o Hospital aberto ao público, dando o mesmo jornal de 3 de Outubro a notícia de que “ficou no domingo último definitivamente instalado no antigo Colégio de Nossa Senhora do Rosário, o hospital civil desta vila”, realçando-se as vantagens quer higiénicas quer de comodidade que tinha o novo edifício.

Este, resultado da transformação de um colégio em hospital, vai receber, por fases, obras de melhoramento e aumento da sua estrutura inicial. Ainda em 1915 (acta de 30 de Dezembro) é apresentada à Mesa a necessidade da construção de uma casa para cozinha, já que “a actual cozinha provisória” tinha uma péssima tiragem, o que enchia o edifício de fumo, que não só deteriorava o Hospital como incomodava os doentes. A construção ficaria relativamente barata, por existirem quase todos os materiais necessários. Seriam utilizados os materiais aproveitados da demolição da “casa velha”, assim como a pedra de alvenaria que a Câmara Municipal tinha oferecido. Na mesma reunião, foi dito ser urgente a construção de um balneário, já que estava “a ser reclamado não só pelos doentes mas também pela população da vila, constituindo uma fonte de receita”.

Esta obra, e outros melhoramentos, são mencionados em *O Povo do Norte* de 16 de Julho de 1916, no qual se escreve que, além da aquisição, adaptação e instalação dos doentes no novo Hospital, este recebeu, não só a cozinha que referimos, mas também uma moderna e completa instalação eléctrica de campainhas e iluminação em todos os compartimentos e dependências do edifício.

Os jornais de Vila Real vão-nos informando sobre o novo Hospital da Divina Providência. *O Villarealense* de 4 de Maio de 1916, apresenta-o ao público, através de uma visita feita pelo articulista, acompanhado por Augusto Rua. Com a leitura do artigo, os vila-realenses tomaram conhecimento das amplas dependências do Hospital, “rasgadas ao longo de extensos corredores, banhadas de luz e ar, segundo as exigências da ciência moderna”; das salas destinadas às enfermarias, consideradas “extensas, cómodas e airosas”, iluminadas com lâmpadas eléctricas; da “inteligente disposição” das salas de operações, rouparia, secção de aparelhos cirúrgicos, banco, receituário, etc.; dos quartos para os pensionistas, para homens e mulheres, de mobiliário simples mas perfeito para o sítio a que se destina; e da envolvência do Hospital, onde se construía na altura a cozinha, e onde existia um terreno para cultivo, além de um “jardinzinho com elegante taça”. Finalmente, o artigo chamava a atenção para “a igreja do Hospital [capela de Santa Ana] ricamente posta, com os túmulos dos generosos e nunca esquecidos Freitas”. Ao longo de toda esta entusiasmada descrição no artigo, só se lamentava não existir uma casa para banhos, devido à importância que os médicos davam à balneoterapia.

Quadro n.º 61 - Inventário do Hospital da Divina Providência (1917)

Rés-do-chão	Primeiro andar	Segundo andar
<p>Enfermaria n.º 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10 leitos de ferro completos • 10 mesinhas de cabeceira <p>Enfermaria n.º 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8 leitos de ferro completos • 9 mesinhas de cabeceira • 1 cadeira ordinária • 1 cadeira de assento de braços <p>Enfermaria de isolados</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 leitos de ferro completos • 2 mesinhas de cabeceira <p>Secretaria para além de mobiliário utilitário</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 cofre grande de ferro • 1 mesa grande de pinho • 1 cómoda escrivãzinha • 1 relógio de parede • 1 quadro • 1 espelho, etc. <p>Sala das Sessões</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 mesa grande de forma oval • 1 cadeira estofada • 13 cadeiras de pau preto • 1 espelho grande • 1 quadro a óleo (São Jerónimo) • 1 quadro (nome dos benfeitores) <p>Receituário</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 mesa escrivãzinha • 1 mocho grande • 4 cadeiras de palhinha • 1 anuário • 68 volumes de livros de medicina <p>Sala do Banco</p> <p>Farmácia</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3 mesas de castanho • 4 estantes • 1 autoclave para esterilização • 2 cadeiras <p>Quarto dos criados</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 mesa de pinho • 2 cadeiras ordinárias • 1 banco de pinho <p>Quarto de arrumação</p> <ul style="list-style-type: none"> • em depósito: 18 leitos de ferro <p>Corredor</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 relógio com caixa de madeira • 1 canapé • 1 cadeira de palhinha <p>Caves do edifício Dispensa</p>	<p>Enfermaria n.º 3 (visconde de Morais)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10 leitos de ferro, completos, com colchão de arame • 1 mesa pequena em pinho • 1 banco grande de madeira e ferro • 10 mesinhas de cabeceira • 1 cadeira de pinho • 1 retrato a óleo do visconde de Morais²⁴³ <p>Enfermaria n.º 4 (irmãos Freitas)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 11 leitos de ferro completos • 10 mesinhas de cabeceira • 1 armário de pinho • 1 mesa de cerdeira • 3 cadeiras de cerdeira <p>Quarto n.º 1 (são 15 quartos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 cama de ferro com colchão de arame • 1 mesa de cabeceira • 1 lavatório, com pedra mármore, bacia e jarro • 1 espelho pequeno • 1 cadeira de nogueira <p>Sala de operações</p> <p>Quarto de esterilizações</p> <p>Rouparia</p> <p>Gabinete do provedor</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 canapé estofado • 1 canapé de palhinha em pau preto • 2 cadeiras de braços em pau preto • 11 cadeiras em pau preto • 4 cantoneiras • 10 quadros de benfeitores • 1 lustre de cristal <p>Corredor</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16 retratos de benfeitores • 2 cantoneiras 	<p>Enfermaria n.º 5</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 armário • 10 camas completas, de ferro • 10 mesas de cabeceira • 2 cantoneiras • 1 lavatório completo, de madeira • 1 lavatório de ferro • 1 mesa de cerdeira • 2 cadeiras de nogueira <p>Enfermaria n.º 6</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10 camas completas, de ferro • 10 mesas de cabeceira • 1 cadeira poltrona <p>Enfermaria n.º 9</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8 camas completas, de ferro • 8 mesas de cabeceira • 1 mesa pequena • 1 lavatório de madeira • 2 cadeiras <p>Enfermaria n.º 10</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8 camas de ferro • 8 mesas de cabeceira • 1 lavatório de ferro <p>Sala de trabalho</p> <p>Corredor</p> <p>Quarto de curativos</p> <p>Sala dos enfermeiros</p> <p>Refeitório das enfermeiras</p> <p>Central eléctrica</p>

Inventário dos objectos de prata

• 1 cálice, patena e colher	• 2 vasos do sacrário, um de prata e outro de cobre prateado	• 3 salvas	• 1 concha
• 1 custódia	• 8 castiçais	• 12 colheres de sopa	• 1 paliteiro
• 1 par de galhetas, prato e colher	• 1 espevitadeira com prato	• 12 facas	
• 1 turíbulo, naveta e colher	• 1 jarro	• 12 garfos	
• 1 bacia		• 24 colheres de chá	

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/F/A/009/Livro 166)

Com a compra do Colégio de Nossa Senhora do Rosário, ficou a pertencer ao Hospital da Divina Providência a Casa dos Morgados de Vila Cova e a capela anexa da invocação de Santa Ana, que devido à sua ligação com o Colégio ficou a ser conhecida por Capela de Nossa Senhora do Rosário, levando ao esquecimento da sua primeira invocação.

A Casa dos Morgados de Vila Cova, que Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal informa ser uma casa brasonada com uma torre, à qual se ligou, mais tarde, a Capela de Santa Ana, seria demolida em 1916, para a construção de um novo corpo do Hospital da Divina Providência da Misericórdia de Vila Real, sendo poupada, na demolição, a capela.²⁴⁴

Numa imagem antiga do Hospital, vê-se aquilo que deveria ser a estrutura do Colégio de Nossa Senhora do Rosário. Um edifício formado por dois corpos, dispostos em L, constituídos por três pisos rasgados por janelas, sendo o superior de tipologia de mansarda, que os franceses denominam *étage de comble*. O corpo recuado, na sua parede norte, era rematado pela Casa dos Morgados de Vila Cova e pela Capela de Santa Ana. Demolida a antiga residência dos morgados de Vila Cova, esta daria lugar a um novo corpo, que formará com a estrutura do colégio um edifício de planta em U com uma fachada nobre.

Na Mesa de 10 de Setembro de 1921, o provedor Francisco Antunes de Mesquita comunicou que o governador do distrito, João de Ornelas da Silva, tinha aprovado os projectos (3 de Agosto de 1921) e orçamentos das obras da reconstrução da ala direita do edifício do Hospital, cujo projecto e orçamento eram assinados pelo engenheiro Filipe Correia da Mesquita Borges. O provedor informou ainda que as obras iriam começar ainda dentro desse mês, tendo encarregado a feitura da obra ao pedreiro António Alves de Matos.

Esta obra é tema da sessão da Mesa Administrativa de 25 de Maio de 1923, na qual foi presente a medição do resto da obra de pedreiro da ala direita do edifício do Hospital, assinada pelo engenheiro auxiliar de obras públicas, Emílio de Sousa Botelho, o qual concorda com a medição e preços estabelecidos pelo mestre pedreiro António de Pádua Ferreira, na importância de 13 600 escudos. Estando presente o pedreiro, disse à Mesa que se a obra fosse por administração directa ficava mais barata, porque “hoje qualquer empreitada tem que segurar-se nos seus orçamentos contra a instabilidade dos preços de ordenado de pessoal e custo de materiais”.²⁴⁵

Em 25 de Novembro de 1928, foi considerado necessário construir-se uma casa mortuária em condições, para depósito dos cadáveres de doentes falecidos no Hospital, tendo-se aventado a ideia do aproveitamento do material da casa que ia ser demolida, para se proceder à sua construção no terreno que limitava com a rua Jerónimo Amaral, junto à base da torre da capela do edifício.

O novo corpo tem uma elegante fachada virada a norte, com dois pisos e três secções, sendo a central mais avançada em relação às duas laterais, ficando a do lado poente paredes meias com a capela de Santa Ana, ocupando esta fachada o espaço onde existia a Casa dos Morgados de Vila Cova. No rés-do-chão apresenta nove vãos, três portas no corpo central de arcos plenos e três janelas (de lintel curvo) em cada uma das secções laterais, repetindo-se o esquema, através de janelas de sacada (de lintel curvo) no piso superior. As três secções da fachada são enquadradas por colunas sobrepostas dóricas e coríntias, rematadas por urnas sobre acrotérios. A secção central é rematada com um frontão com tímpano decorado com escudo e as laterais por parapeitos lisos.

A proveniência dos materiais desta fachada, de acentuado classicismo, é referida numa notícia publicada no jornal *O Villarealense*, de 14 de Dezembro de 1916, na qual se escreve que “devido ao cumprimento do legado de António Gonçalves Folhadela iria ser construída uma enfermaria para entrevados, aproveitando-se para isso a fachada dos antigos Paços do Concelho e que ultimamente dava ingresso no salão High-life, actualmente em demolição”, assunto sobre o qual ainda se fala em 1917.

A fachada lateral do novo corpo apresenta nos dois pisos seis vãos, três janelas de peitoril e, superiormente, duas de peitoril enquadrando uma janela de sacada (no projecto tinha uma porta no piso inferior ladeada por duas janelas de peitoril). A fachada posterior, segundo o projecto, tinha no piso inferior uma porta ladeada por duas janelas de peitoril de cada lado (hoje tem duas portas laterais que ladeiam três janelas de peitoril) e no andar superior cinco janelas de peitoril, que ainda mantém. Tanto do lado da rua como do actual pátio de entrada este corpo é rematado por uma mansarda.

9.4.2. A Capela de Santa Ana em Vila Real

A Capela de Santa Ana²⁴⁶ assim como a Colegiada nela instituída, foram fundadas no século XVIII, em Vila Real, por vontade do doutor Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral, expressa no seu testamento feito na cidade da Paraíba do Norte (actual João Pessoa, capital da Paraíba do Norte), em 10 de Dezembro de 1738.

Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral, nasceu em 1668, na Casa dos Morgados de Vila Cova. Filho de António Botelho Correia Guedes do Amaral, morgado de Vila Cova, e de Maria do Amaral, era neto paterno de António Botelho Guedes do Amaral, morgado de Vila Cova, e de Filipa Botelho da Cunha, e materno de Jerónimo Correia Pinto do Amaral e de D. Catarina Dias Ferreira. Segundo refere Júlio Teixeira, os morgados de Vila Cova “eram senhores de grandes bens em Vila Cova, em Favaios, em Nogueira, em Tanha, em Alijó, e noutras terras”, tendo a sua residência em Vila Real, localizada na rua do Jazigo, fazendo esquina com a rua da Amoreira.

Segundo as informações fornecidas pelo autor de *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo*, Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral frequentou a Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em Direito Civil e Canónico. Terminada a sua formação académica, solicitou a João V (1689-1750/1706-1750) para servir nos territórios ultramarinos, sendo nomeado ouvidor geral do Rio das Mortes (São João d’El Rei) e mais tarde transferido, com o mesmo cargo, para a Paraíba Norte, onde veio a ser proprietário de uma casa de sobrado na rua Direita. Viria a morrer na “Cidade de Nossa Senhora das Neves de Parahiba do Norte”, em 22 de Dezembro de 1738, onde foi sepultado na Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, deixando em testamento que as suas ossadas fossem trasladadas para Portugal, seis anos depois da sua morte, e depositadas na capela da colegiada que mandara fundar em Vila Real.

Além da casa referida, possuía, na Paraíba, o engenho de Gargaú, em Santa Rita, fundado por António Fernandes Brandão, em 1614. Com a produção de açúcar do engenho, Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral fez fortuna, da qual beneficiariam os seus herdeiros (morgados de Vila Cova) e que iria permitir fundar, como veremos no testamento, uma capela, com colegiada, em Vila Real.

No testamento de Jerónimo Correia Guedes do Amaral, feito na Paraíba do Norte, em 9/10 de Dezembro de 1738, e publicado, infelizmente com algumas lacunas, pelo doutor Júlio António Teixeira, encontramos referências importantes para o conhecimento da Capela e da Colegiada por ele fundadas em Vila Real. No testamento, referido o lugar, como vimos, onde provisoriamente ficaria sepultado, deixadas quantias para serem rezadas missas nas três igrejas conventuais da actual cidade de João Pessoa (conventos de Nossa Senhora do Carmo, São Francisco e São Bento) e uma esmola à Casa de São Gonçalo, da Companhia de Jesus, da mesma cidade, todo o seu teor, não tendo herdeiros forçados, está directamente relacionado com os bens que possuía e o destino que pretendia dar-lhes.

O ouvidor geral da Paraíba do Norte possuía uma casa na rua Direita, daquela cidade; o engenho Gargaú; trinta e nove caixas de açúcar branco (“que foram na frota passada remetidas a Bento de Bessa Barbosa”); mais cinco caixas, no engenho; dez mil cruzados, no Reino, remetidos ao irmão beneficiado João Botelho do Amaral, para dar princípio a uma quinta “na borda do Douro”; dois mil cruzados, “que se deram por mão” a Jerónimo da Silva Guimarães, por empréstimo; além de outros bens.

Segundo a vontade do testador da venda “das trinta e nove caixas de açúcar” que tinha mandado ao irmão, depois de “pago aquilo que lhe avisava”, com o remanescente se daria princípio à erecção de uma capela, “que há tempo determinava erigir” e que teria de ser da invocação da “Senhora Santa Ana”. O irmão tinha que mandar fazer logo a Capela, “em forma como lhe avisei”, para poder servir de colegiada, “como em uma carta sua me insinuou”, depreendendo-se que a ideia da fundação de uma colegiada foi-lhe dada pelo irmão, o beneficiado João Botelho do Amaral (não referido na lista dos irmãos por Júlio Teixeira), ou então por um dos outros dois irmãos, Matias Pinto do Amaral ou José Botelho Correia Guedes do Amaral, que foram seus testamenteiros.



Interior da Capela de Santa Ana, vendo-se a capela-mor e as tribunas da nave



Vão (esq.) e pedra de armas dos morgados de Vila Cova (dir.) no frontispício da Capela de Santa Ana

Para a concretização da sua vontade, além da verba referida, deixava os rendimentos do engenho de Gargaú, “se os der”, devendo terminar-se a Capela com os rendimentos dos dez mil cruzados que tinha “aplicado para a dita Capela”, e com algumas remessas do dinheiro que lhe deviam no Brasil, caso os testamenteiros o conseguissem reaver. Concluído o edifício, deixava bens para o seu património e capelães, que seriam em número de cinco. Asseguradas as verbas para a construção da capela e manutenção da Colegiada – “estipêndio capaz de rezarem em coro, para que possa ter princípio de Colegiada” – o rendimento seria anualmente dividido em três partes: a primeira, chamada *real*, para ser distribuída entre os cinco capelães, “que nomeio para esta Capela, dois simples e dois colados”; a segunda, para a fábrica da Capela; e a terceira, para o erário (demandas, propinas, despesas para a cobrança, etc.).

Terminada a construção da Capela, os testamenteiros teriam que nomear cinco capelães, para rezarem em coro, com missa diária, por Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral e pelos administradores, devendo os capelães eleger entre si os ofícios e cargos que costumavam existir nas colegiadas, ficando a administração a pertencer ao irmão Matias Pinto do Amaral e a seus herdeiros, e não os tendo, passaria para o irmão José Botelho Correia Guedes do Amaral, e respectivos herdeiros. Matias Pinto do Amaral foi o primeiro administrador e, morrendo sem herdeiros, sucedeu-lhe o irmão, José Botelho Correia Guedes do Amaral.

Quadro n.º 62 - Administradores da Colegiada de Santa Ana

<p>Matias Pinto do Amaral, 1.º administrador José Botelho Correia Guedes do Amaral, 2.º administrador Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral, 3.º administrador, filho do anterior Dr. António Botelho Correia Guedes do Amaral, 4.º administrador, filho do anterior</p>

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real, *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, documentos vários)

Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral deixou escrito no seu testamento que os administradores seriam obrigados a estudar em Coimbra e a formarem-se em “doutores, cujos estudos seguirão na Universidade até à idade de quarenta anos, ficando por opositores na dita Universidade, e daí por diante será ou ficará em seu arbítrio”. Caso o herdeiro que devia ocupar o lugar de administrador não tivesse capacidade ou não se “atrevesse a doutorar”, teria de preparar-se para “seguir os lugares ultramarinos até no Reino poderem entrar em lugares de primeiro Banco ou Relações”. Finalmente, se o futuro administrador não tivesse “génio de estudar”, deveria assentar praça e servir o rei até à idade de quarenta anos.



Frontispício da Capela de Santa Ana



Retábulo lateral da Capela de Santa Ana



Vista do interior da nave e coro da Capela de Santa Ana

Foram feitos estatutos para o funcionamento da Colegiada de Santa Ana, aos quais ainda não tivemos acesso, mas que sabemos terem sido elaborados em Braga, como comprova uma procuração de 28 de Setembro de 1751. Neste documento, Jerónimo Correia Guedes de Amaral, morgado de Vila Cova e administrador da Colegiada de Santa Ana, fazia seu procurador o reverendo João Borges de Moraes, capelão do arcebispo de Braga, para na mesma cidade, “assinar ou assinarem um termo ou termos de uns capítulos de uns estatutos da Colegiada de Santa Ana” de Vila Real, feitos pelo doutor procurador-geral da Mitra de Braga. Os Estatutos foram aprovados em 5 de Outubro de 1751, pelo arcebispo de Braga, José de Bragança.

A Colegiada era constituída por cinco sacerdotes, tendo à frente um presidente. Conhecemos alguns nomes de sacerdotes que a ela estiveram ligados: 1764 – Manuel Ferreira (presidente); José Ferreira de Carvalho, referido em 1767, como prioste da Colegiada; José Pereira, reverendo Manuel Rebelo e Luís Rebelo Pereira; 1772 – José Ferreira de Carvalho (presidente); José Pereira (beneficiado); Manuel Teixeira de Moura, Luís Botelho e Manuel Rebelo; 1821 – João Ferreira Real (prioste); Manuel Joaquim Pinto, José Moreira Pinto e António de Magalhães.

Nos livros de notas do Arquivo Distrital de Vila Real existe documentação ligada à vida da Colegiada, principalmente documentos de empréstimo de dinheiro a juros, assim como chegaram até nós algumas informações referentes tanto à Colegiada, como à Capela.

Algumas notícias de Setecentos, e posteriores, referem a Colegiada de Santa Ana, nem sempre com total exactidão nas informações, mas das quais queremos deixar registo. É no relatório enviado para Lisboa, em 1758, e inserida no *Dicionário Geográfico*, que o pároco da freguesia de São Dionísio, Basílio Carneiro Guedes, nos dá a notícia provavelmente mais antiga que temos sobre a Colegiada:

“Mais a Capela de Santa Ana, de que foi instituidor, e em que instituiu uma Colegiada o doutor Jerónimo Correia do Amaral, com dois benefícios símplices, e três colados, que rezam em coro; e é hoje actual administrador dela Jerónimo Correia Guedes do Amaral, morgado de Vila Cova; acha-se no princípio da sua criação com aquela subsistência que permite o bom património que foi deixado para os cinco padres e com prováveis esperanças de completar-se, e aumentar-se pelo bom regimen, e de que avultem os réditos considerados no decurso dos anos em que virá a verificar-se a boa providência do instituidor; corre pleito nervoso entre o pároco da Matriz de S. Dionísio com estes padres, sobre entrar ou não o pároco na dita capela nas funções paroquiais; que se acha por decidir ainda na 1.^a instância do juiz de fora, por principiar por força nova, que é o caso em que lhe compete verdadeiro juízo”.

Também Columbano Pinto Ribeiro de Castro, na sua *Descrição de Trás-os-Montes* (1796), refere a Colegiada da forma seguinte: “uma Colegiada da invocação de Santa Ana, da qual é padroeiro José Botelho Guedes, edificada em mil setecentos quarenta e oito por Jerónimo Correia Guedes, ouvidor que foi da Paraiba. Compõe-se de cinco beneficiados, da nomeação de padroeiro e colação ordinária, dos quais um é sacerdote”.

No inventário das capelas da freguesia de São Dionísio (*Visitas de Vila Real de 1845*), entre as seis referidas aparece a de Santa Ana: “a da Colegiada, de que é padroeiro António Botelho Correia Guedes de Amaral, morgado de Vila Cova, tem sacrário com o Santíssimo Sacramento e os mais ornatos necessários, tem coro, e seu orago é Santa Ana, está situada na rua do Jazigo, e tem fábrica que sai do fundo estabelecido para conservação do mesmo coro com cinco beneficiados, está segura e decente”.

Finalmente, queremos registar o que sobre o assunto nos deixou Pinho Leal: “Houve também nesta vila, e não sabemos se há ainda hoje, uma Capela da invocação de Santa Ana. Era particular e colegiada de cinco beneficiados colados, que ali rezavam em coro os ofícios divinos. Foi fundada em ... pelo dr. Jerónimo Correia Pinto do Amaral, ouvidor na Paraiba, pelo que os Amarais, seus descendentes e sucessores, morgados de Vila Cova, tinham o título de priostes, ou presidentes da dita colegiada, e apresentavam os cinco beneficiados. Era particular.” Completam este texto duas notas que nos elucidam sobre a Casa dos Morgados de Vila Cova, na rua do Jazigo, em Vila Real: “Esta Colegiada foi extinta, mas ainda existem, embora em possuidor estranho, a Capela e a casa contígua brasonada e com uma torre, em frente do palácio que foi do general Silveira; Foi demolida há anos, quando se fez de novo a casa a que estava unida.”

Desconhecemos a data precisa da extinção da Colegiada de Santa Ana de Vila Real. Caso não tenha sido extinta em 1834 – as colegiadas foram extintas, como aconteceu com as ordens religiosas, pelo decreto de 30 de Maio de 1834 – não sobreviria a partir de 1848. Pela lei de 16 de Junho de 1848 (*Diário do Governo* n.º 145, Lisboa, 20 de Junho de 1848), o Governo foi autorizado “a proceder, com o concurso da autoridade eclesiástica, à extinção, supressão e organização das colegiadas do Reino”. Da extinção ficaram “exceptuadas as colegiadas insignes”, que acabariam por ser suprimidas pelo decreto de 1 de Dezembro de 1869, excepto a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, com estatutos aprovados em 1891. Como referimos, se a Colegiada de Santa Ana de Vila Real tivesse sobrevivido ao vendaval de 1834, não sobreviria a 1848, já que no artigo terceiro do decreto mencionado ficavam logo extintas as colegiadas que tivessem menos de sete beneficiados, o que era o caso da Colegiada de Vila Real.

Sobre a Capela de Santa Ana desconhecemos a data da sua construção, quem foi o autor do projecto, e quem a executou. Temos conhecimento que, em 25 de Agosto de 1743, foi feito, em Vila Real, um documento de obrigação para a fábrica da Capela da Colegiada de Santa Ana, para dar cumprimento à vontade expressa em testamento por Jerónimo Correia Guedes do Amaral, no qual “ordenou que lhe edificassem uma capela com comodidade para nela se constituir uma colegiada”, e para a qual tinha deixado a quantia de dezoito mil cruzados. O mesmo documento refere que o tempo “taxado pelo testador para a edificação não permitia mais dilações”, razão que levou à feitura do documento de obrigação por parte de José Botelho do Amaral, morgado de Vila Cova, e de sua mulher Ana Luísa Pimentel. Em 3 de Novembro de 1743, foi passada provisão para a fundação da Capela, por Eugénio Boto da Silva, bispo de Atalónia, coadjutor do arcebispo José de Bragança. Com estes dois documentos, poderemos situar a sua edificação na década de quarenta de Setecentos, tendo como referência os anos que se seguem a 1743.

Sobre a Capela, com três altares, como estipulava o documento de 25 de Agosto de 1743, possuímos ainda outras referências documentais: em 1756, Jerónimo Correia Guedes do Amaral, morgado de Vila Cova e administrador da Capela de Santa Ana, “contígua e mista as casas da sua morada”, pede licença ao cabido da Sé de Braga para conservar as grades, “por modo de tribunas”, que mandara fazer “para delas poder ouvir a missa e sua família”, pedido que foi atendido pelo cabido em 22 de Julho de 1756.

Em 1762, os beneficiados e o padroeiro da Colegiada de Santa Ana, onde na capela da mesma “há três altares, missa quotidiana e se reza o divino ofício em coro”, dizem que tinham necessidade de confessorários, porque sucedia muitas vezes pedirem os sacramentos da penitência, pedindo autorização para serem colocados dois confessorários, o que lhes foi concedido, indicando-se que teriam de ser feitos de madeira, com seu assento no meio, e grades de ambas as partes. A autorização, datada de 19 de Fevereiro de 1763, estipulava ainda que neles se poderiam confessar todas as pessoas que, por sua devoção, o quisessem fazer, excepto pela desobriga da Quaresma e não prejudicando os direitos paroquiais.

Em 1772, “o padroeiro, presidente e mais beneficiados” da Colegiada de Santa Ana solicitaram autorização a D. Gaspar de Bragança (1716-1789), arcebispo de Braga (1758-1789), para terem o Santíssimo Sacramento “em sacrário da igreja da mesma Colegiada, aonde tem tribuna, alâmpada, rendimento para o azeite, e paramentos ricos, e os necessários”. Feita a escritura em 21 de Julho de 1772, para sustento do azeite do lampadário para estar aceso dia e noite ao Santíssimo Sacramento, foi-lhes dada a autorização pedida, em 18 de Agosto do mesmo ano.

A Capela de Santa Ana, que hoje completa a fachada principal do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, e que anteriormente desempenhou a mesma função em relação à Casa dos Morgados de Vila Cova, é pela sua fachada, de acentuada verticalidade, um edifício



Vista exterior do conjunto da Capela de Santa Ana, formado por capela-mor, sacristia, corpo da igreja e torre sineira

que se insere, numa tipologia arquitectónica desenvolvida em Vila Real e seu termo, em meados do século XVIII, e documentada em três outros magníficos exemplares: a igreja de São Paulo (conhecida também por capela nova igreja dos Clérigos e igreja de São Pedro Novo), cuja fachada foi levantada entre 1753/54-1756, e executada pelo mestre de pedraria João Lourenço de Matos; a capela de Santo António, em Arroios, iniciada a partir de 1731, e cujo historial construtivo desconhecemos; e a capela de Nossa Senhora dos Prazeres, da Casa de Mateus, concluída nos finais da década de 1750 – como se depreende da leitura da carta escrita, em 15 de Outubro de 1757, por Leonor Ana Luísa José de Portugal Sousa Coutinho a seu marido, Luís António de Sousa Botelho Mourão (“Estimo esteja de parecer de se acabar a capela”) – e atribuída a José Álvares do Rego.

O frontispício da Capela de Santa Ana, onde a acentuada verticalidade, como dissemos, domina a composição, é constituída por duas áreas: o corpo da capela e o seu coroamento (ou cimalha), sendo este formado por um ático e um frontão que o remata; no lado direito, e num plano ligeiramente recuado, encontra-se a torre sineira.

No corpo da capela (ladeado por pilastras de canto) rasgam-se seis vãos: uma portada e cinco janelas, duas ladeando a parte superior da portada, situando-se as restantes três (a central de maiores dimensões do que as laterais) por baixo do entablamento, com o qual a janela central está

interligada. Na portada, são de realçar as duplas ombreiras (a exterior de menor altura), recortadas e rematadas por mísulas (onde assentam elementos decorativos); o lintel alteado (onde se procurou também dotá-lo de movimento); e, principalmente, o frontão contracurvado com o tímpano decorado com motivos vegetalistas.

Nas duas janelas laterais à portada, a rigidez exterior das ombreiras é contrariada pelas estruturas convexas interiores das mesmas (o que cria um vão de grande originalidade), e pela exuberância decorativa com que se compôs o peitoril e o lintel. Na parte superior abrem-se três vãos. A janela central, de maiores dimensões, apresenta dois elementos que reforçam a sua presença no corpo da Capela: na parte inferior do peitoril, um elemento de acentuada ondulação enquadra superiormente a portada; e na parte superior, o lintel é rematado por um frontão de acentuada ondulação, com decoração vegetalista, que vai surgir no tímpano sob a forma de uma flor de lis. Finalmente, os dois vãos que ladeiam a janela central apresentam um peitoril e um lintel quebrados, e de acentuado movimento descendente e ascendente, dominando em ambos uma decoração vegetalista de alguma pujança.

No ático (enquadrado por duas pilastras e duas aletas decoradas com festões) do coroamento do corpo da fachada encontra-se uma pedra de armas (Guedes, Amaral, Correia, Botelho), com elmo, timbre e paquife, com a forma de dois festões ondulantes. O remate faz-se por um frontão curvo interrompido de arco abatido, onde, na parte central, numa espécie de acrotério, se levanta uma cruz.

No frontispício da Capela de Santa Ana encontramos uma permanência da linguagem formal e decorativa do barroco da transição da primeira para a segunda metade de Setecentos. A busca do efeito de surpresa, provocado pela variedade dos vãos, a acentuada verticalidade do eixo, constituído pela portada/janela principal/pedra de armas/chaves dos entablamentos/cruz, e a decoração vegetalista, contribuem para a sua ligação ao barroco vigente no norte e em Vila Real, que se encontra na sua fase de transição para um tardobarroco/rococó. Se esta é a primeira sensação que temos ao observar a fachada, existe algo que nos leva a ver nela algo de diferente das suas congéneres já referidas: uma menor volumetria nos elementos estruturais e decorativos; uma sensação de um certo despojamento; uma presença mais marcante dos espaços vazios, uma ausência de escultura e de outros elementos decorativos, frequentes no Barroco.

Esta realidade poderá ser o resultado de várias circunstâncias. Um riscador diferente daqueles que contemporaneamente executaram os edifícios referidos? Um projecto elaborado fora do meio onde o edifício foi levantado? Ou ainda, o seu autor foi alguém de Vila Real (existiam importantes mestres pedreiros na época da construção da Capela) que, seguindo alguns modelos pré-existentes, executou o seu com alguma modéstia no fulgor das formas? Estas e outras razões podem explicar o modelo analisado, mas resta o mistério de quem riscou a Capela, e esse, só se desvenda quando aparecer o documento que o revele.

O interior define-se por dois corpos quadrangulares (capela-mor, de alçados ligeiramente côncavos, e entrada/coro), e um corpo central de forma octogonal. Este último é constituído pelos vãos da entrada/coro, e da capela-mor; por dois alçados côncavos, antecedidos por arcos de volta perfeita; e por quatro panos enquadrados por pilastras, onde se rasgam vãos para púlpitos e tribunas. Esta planta, ainda que numa outra dimensão temporal e estrutural, lembra o projecto para a igreja de São Filipe Neri, em Turim, da autoria de Michelangelo Garove (1648-1713), onde um octógono central é antecedido e precedido por duas estruturas quadrangulares.

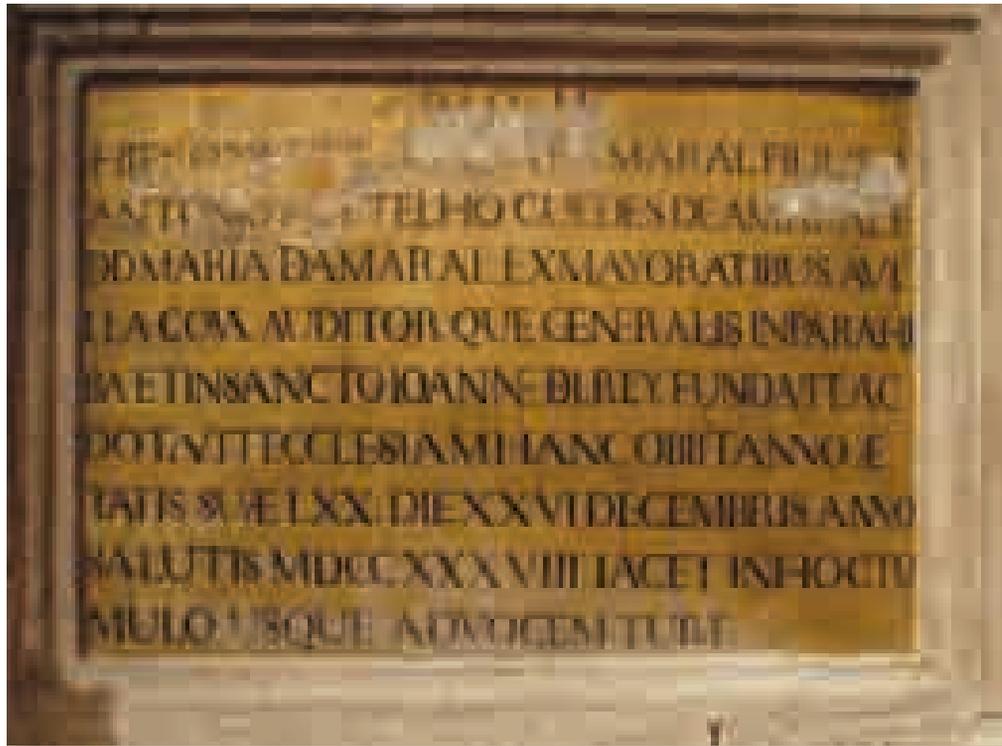
O coro da Capela de Santa Ana assenta num arco abatido com caixotões no intradorso. Nas paredes da entrada e da capela-mor rasgam-se simetricamente duas portas. No primeiro caso, uma para acesso a um pequeno baptistério e outra ao coro e torre sineira; no segundo caso, uma para dar passagem (lado da Epístola) à sacristia, e outra para a antiga residência dos morgados de Vila Cova (lado do Evangelho). Diversas aberturas permitem a entrada de luz no interior, enriquecido pela qualidade do desenho arquitectónico, pela talha dos retábulos, pelos púlpitos e tribunas, nas ilhargas, e por uma cobertura central de tipo cupular.

Na Capela existem três retábulos: o retábulo-mor de imponente estrutura rococó e dois laterais de gosto clássico pela estrutura, pela decoração e pela policromia. No arco cruzeiro vê-se uma sanefa de gosto neoclássico, que pertencia à capela de São Jerónimo do antigo Hospital.

Na capela-mor, do lado do Evangelho, num arcosólio (rematado por um arco canopial), encontram-se as ossadas de Jerónimo Correia Guedes do Amaral, vindas da Paraíba do Norte, como era sua vontade, que contém a seguinte inscrição:

D. O. M.

HIERONIMO CORREIA DE AMARAL FILIUS/ANTONIO BOTELHO GUEDES DE AMARAL/E DE D. MARIA DE AMARAL EXMAYORATUS A VI/LLA COVA AUDITOR QUE GENERALIS IN PARAH/BA ET IN SANCTO IOANNE DEL REY ET FUNDAVIT AC/DOTAVIT ECCLESIAM HANC OBIITANNO Æ/TATIS SUÆ LXX DIE XXVI DECEMBRIS ANNO/SALUTIS MDCCXXXVIII. JACET IN HOC TU/MULO USQUE AD VOCEM TUBÆ



Após a aquisição do Colégio de Nossa Senhora do Rosário, que traria a Capela de Santa Ana para a posse da Santa Casa da Misericórdia, os restos mortais da família Rodrigues de Freitas foram trasladados da capela de São Jerónimo para a de Santa Ana e colocados nas paredes que suportam o coro. Duas lápides recordam a presença dos dois benfeitores do Hospital.

Lado do Evangelho

Aos 19 dias do mez de Setembro de 1915, foram para aqui trasladados da capela/ do antigo edifício do Hospital da Divina/Providencia, os restos mortaes de/Francisco Rodrigues de Freitas,/Provedor que foi da Misericórdia de/Vila Real, e benfeitor d'este Hospital,/falecido em 18 de Dezembro de 1826.

Lado da Epístola

Aos 19 dias do mez de Setembro de 1915, foram para aqui trasladados da capela/ do antigo edifício do Hospital da Divina/Providencia, os restos mortaes de/Jose Rodrigues de Freitas,/bemfeitor d'este Hospital, falecido/ em 21 de Dezembro de 1820.

Nestas lápides não se refere o sobrinho Jerónimo que, em 1823, foi trasladado da igreja do Convento de São Francisco para a capela de São Jerónimo do Hospital da Divina Providência.



Inscrições funerárias de Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral e dos irmãos Rodrigues de Freitas

10.A Capela de Santa Ana em Minhava



10. A Capela de Santa Ana em Minhava

Em 1875, Maria Emília Teixeira de Moura, viúva de Vital Máximo Teixeira de Moura, deixou a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real como responsável por uma capela, referida, no seu testamento de 8 de Julho de 1875, uma vez que resolveu “mandar construir uma capela em uma sua propriedade no lugar de Minhava, conforme o risco que para isso já está feito, sob a invocação de Santa Ana, na qual quer estabelecer uma missa perpétua, conforme sua intenção, em todos os domingos e dias santos de guarda, uma festividade com missa cantada e sermão nos dias da padroeira, e festividade com missa cantada nos dias de S. João e de Nossa Senhora da Conceição”. Acrescentava-se ainda que, no caso de a testadora morrer sem a capela estar concluída, a Santa Casa da Misericórdia teria que mandar acabar as obras, conforme o risco existente, com toda a decência e propriedade para o culto divino, e adquirir a imagem da padroeira. Destinava também que nas festividade que instituída se usassem os seus castiçais de prata e os seus quatro cobertores de damasco.

A testadora deixou o “resto da propriedade aonde destina a edificação da capela” e um “bocado de terra próxima da mesma no sítio da Galé” para a Capela, não só para o adro mas também para a horta ou cultivo “de quem fizer as vezes de sacristão”, sendo sua vontade que o primeiro encarregado desse serviço fosse o seu afilhado, Tomás Rodrigues Teixeira.

A Capela de Santa Ana é um pequeno edifício com uma fachada ladeada por pilastras de canto, rematada por um frontão triangular sobre o entablamento e sobrepujado por dois pináculos laterais e cruz central. Rasgam o frontispício, uma porta de lintel curvo e ombreiras lisas, dois pequenos óculos circulares e, por cima da porta, um óculo de maior dimensão quadrilobado, com uma cartela na parte inferior. As paredes laterais e cabeceira são de grande contenção formal nos vãos, existindo na do lado da Epístola uma pequena sineira. Na arquitectura interior, a mesma contenção formal. É de realçar o retábulo, riscado com mestria e onde se desenvolve uma linguagem eclética, o púlpito com escada, o coro e o medalhão pintado no tecto. Completa todo o conjunto uma pequena sacristia.



Frontispício e pintura do tecto da Capela de Santa Ana de Minhava



11. O património móvel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente



11. O património móvel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real ao presente

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, à semelhança de outras instituições portuguesas suas congéneres, foi reunindo, ao longo da sua existência, peças diversificadas que habitualmente se enquadram na designação genérica de património móvel. Neste acervo, entendido de forma ampla, incluem-se imagens e pinturas sacras, alfaias litúrgicas, têxteis, peças de ourivesaria civil, mobiliário e retratos de benfeitores. Infelizmente, devido a vicissitudes que marcaram o seu destino, o espólio existente na Misericórdia de Vila Real deverá apenas ser considerado como um conjunto de peças demonstrativo de um passado bem mais rico, nas suas vertentes religiosa e civil.

Hoje, ao vermos o interior da Igreja da Misericórdia, temos uma pálida imagem do que seria a riqueza do seu interior, onde os azulejos, a talha e a imaginária criavam uma leitura espacial totalmente distinta, particularmente nas cerimónias da Semana Santa. Desta ambiência persistiram imagens de Cristo e da Virgem, com diversas invocações (Senhor da Cana Verde, Senhor Preso à Coluna ou dos Açoites, Senhor dos Passos, Cristo Crucificado, Senhor Morto, Nossa Senhora das Dores ou das Angústias), imagens de roca (importantes no contexto processional), assumindo um papel igualmente relevante as pinturas que se encontram na sacristia, associadas aos Passos da Paixão do Senhor, bem como as bandeiras, das quais destacamos, pela sua qualidade, a Bandeira Real, sem as quais jamais se poderiam recriar as procissões que tanto marcaram a vivência do passado dos irmãos.

A par da escultura (mencionemos, para além das já referidas, as imagens de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Carmo, bem como de Santa Ana Mestra, São Jerónimo e de São José com o Menino), e dos aparatos móveis de talha (castiçais e urna do Santíssimo), as alfaias litúrgicas e os têxteis ocupam um lugar relevante no património móvel. As peças de ourivesaria sacra (cálices, píxides, navetas, galhetas e custódias) formam um núcleo de grande significado, não só pelo âmbito cronológico em que se insere (séculos XVII-XIX), mas também pelo facto de possuírem marcas de ourives, permitindo uma identificação fidedigna, sem esquecer a sua qualidade estética, como podemos comprovar na belíssima estante de missal que se destaca particularmente de todo o conjunto ligado ao cerimonial litúrgico católico.

Os têxteis que chegaram aos nossos dias são infelizmente pouco numerosos, devido à fragilidade dos materiais que a passagem inexorável do tempo não poupou; contudo, a nível da panóplia de espécimes necessários para a realização do ritual litúrgico (paramentos, enxoval litúrgico e ornamentos vários), o espólio é representativo de uma arte que se está presentemente a dignificar como merece, pelo papel que desempenhou no âmbito das celebrações sacras.

Por fim, uma palavra de especial realce para o núcleo de retratos dos benfeitores, pelo seu significado para a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. Com efeito, os benfeitores sempre desempenharam um papel relevante em instituições desta índole, procurando-se, através do retrato, perpetuar a imagem destas figuras, transmitindo-se, desta forma, às gerações seguintes o testemunho da gratidão pela sua benemerência; por este motivo, em ordens terceiras importantes ou em Misericórdias (como a do Porto), encontramos-los reunidos no mesmo espaço, constituindo a chamada galeria dos benfeitores. Na Misericórdia de Vila Real destacamos, pela sua importância relativamente à instituição, os retratos de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, conde de Amarante; barão de Castelo de Paiva; visconde de Moraes; e D. Maria Emília Teixeira de Moura. Porém, não só pela acção que tiveram nos destinos da Misericórdia, mas também pela qualidade da execução da pintura do grande mestre João Baptista Ribeiro, os retratos de Francisco Rodrigues de Freitas e de José Rodrigues de Freitas têm uma posição cimeira em todo o conjunto.

O património móvel da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, do qual temos finalmente uma visão de conjunto, permite-nos acompanhar o percurso da instituição de uma forma mais discreta, mas também ela importante, já que nos permite ter um enfoque mais preciso das diversas valências que traçaram o seu perfil através dos tempos, fazendo chegar aos nossos dias a mensagem cristã que sempre caracterizou a sua presença na sociedade, então e agora.

11.1. Colecção de Pintura de Retrato

A colecção de pintura da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é composta por dezanove quadros todos da Escola Portuguesa. O de maior dimensão representa a figura de São Jerónimo, enquanto os restantes são inteiramente dedicados aos retratos de benfeitores da Instituição.

Estes retratos tinham como objectivo demonstrar o reconhecimento e gratidão da Santa Casa pelas suas doações, normalmente designadas em testamento. Era portanto depois da morte destes beneméritos que a Mesa encomendava os seus retratos (que variavam no tipo de formato, conforme o valor do legado). Existe uma excepção a este tipo de procedimento. Referimo-nos ao retrato de Francisco Rodrigues de Freitas, que foi executado em vida deste provedor. Recorde-se, no entanto, que foi ainda em vida que ele doou vastas quantias e bens à Misericórdia e prestou relevantes serviços à mesma Instituição.

Esta circunstância impunha, desde logo, aos pintores escolhidos para desempenhar a tarefa, uma dificuldade de respeito: a ausência de modelo. Recorriam então a fotografias, gravuras, desenhos ou litografias do finado para contornarem o problema, o que nem sempre proporcionava resultados deslumbrantes. Tudo indica que, por vezes, se serviam mesmo de retratos de outras pessoas como modelo. Repare-se na estranha semelhança entre os retratos de Ana de Jesus Barros (SCMVR 0214 P) e de Ana Eufrásia da Rocha (SCMVR 0237 P).

Todavia, repita-se, não era propósito deste tipo de estabelecimentos adquirir obras que impressionassem pelo seu valor artístico, mas sim perpetuar a memória de homens e mulheres que prezavam o exercício da caridade.

Por outro lado, deve salientar-se que nem todos os quadros existentes da Misericórdia de Vila Real são medíocres. Por exemplo, consideramos o retrato de Francisco Rodrigues de Freitas, da autoria de João Batista Ribeiro, como um dos mais importantes da primeira metade do século XIX, no nosso País, podendo, sem favor, ombrear com as melhores efígies de Domingos Sequeira e Vieira Portuense (ambos professores de Baptista Ribeiro).

Podem ainda destacar-se, pela execução notável, os retratos de Maria Emília Teixeira de Moura, Maria Rita de Macedo, Domingos Monteiro da Veiga e Silva, José Rodrigues de Freitas, Barão de Castelo de Paiva e Visconde de Morais.

Lugar muito especial ocupa, nesta colecção, o retrato de Virgínia Rosa Teixeira, ou “Madame Brouillard”, personagem que chegou a marcar uma época, executado pelo não menos famoso Heitor Cramês, grande pintor vila-realense.

Relativamente ao estado de conservação destas obras, devemos salientar que os quadros colocados na sala das refeições se encontram em bom estado, carecendo os restantes de uma limpeza a efectuar por técnicos especializados. Cremos que tal intervenção devolverá a várias imagens um esplendor há muito perdido.

Através de documentos recolhidos no Arquivo Distrital de Vila Real, pensamos que em finais do século XIX existiu nesta instituição uma sala destinada à exposição destes retratos, o que deve ter contribuído para a valorização dos mesmos, pela ideia de colecção que era implementada. Recorde-se que, na Misericórdia do Porto, se construiu por esta época a chamada “Galeria dos Benfeitores”, com o mesmo propósito.

Seria talvez conveniente recuperar este espírito de colecção, reconstituindo esta sala ou criando um pequeno Museu na Santa Casa que integrasse não só as referidas pinturas, mas outros objectos e documentos importantes para a História da Misericórdia, à semelhança, por exemplo, do Museu da Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos.

Os retratos dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real constituem parte significativa dessa história. Estudá-los significa descobrir múltiplos acontecimentos até hoje ignorados, compreender o carácter, o percurso de vida dessas personagens, a relevância que tiveram no seu tempo. Quando, através dessas efígies, conseguirmos vislumbrar o espírito de uma época, então esses quadros sombrios, indiferentes ao olhar dos que frequentam a Santa Casa, serão finalmente valorizados; alguns como obras de arte, todos como testemunhos históricos.



Designação: Retrato da Benfeitora Ana de Jesus de Barros

N.º de inventário: SCMVR 0214 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 950 x 735 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na sala de trabalhos ocupacionais - primeiro andar

Inscrições: No canto inferior esquerdo, pode ler-se: *A Bemfeitora / Ana de Jezus de / Barrós*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Não está assinado

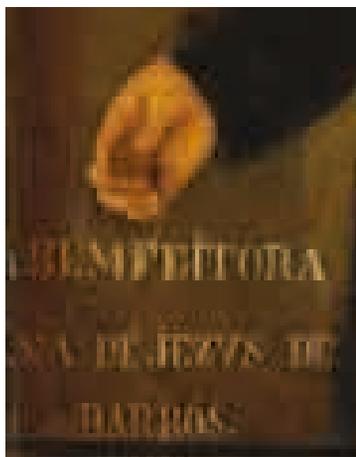
Moldura: 80 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: retrato de mulher, a mais de meio corpo, voltada a três quartos para a esquerda. Um lenço branco cobre-lhe o pescoço, escondendo-se depois, por baixo do vestido negro, austero, que enverga. O cabelo está apanhado atrás, descobrindo-lhe a testa alta. Os lábios esboçam um ligeiro sorriso que concede à expressão da face uma certa afabilidade. Em segundo plano, à esquerda, surgem duas imponentes colunas de Ordem Toscana, com altos pedestais. A coluna era um símbolo de estabilidade, solidez pessoal e social. Enaltecia, portanto, esses atributos em D. Ana de Jesus de Barros. O desenho é muito rígido, privando

a figura de naturalidade. Os contornos acentuados e as transições algo bruscas entre zonas de luz e sombra no rosto e ausência de modelado no vestido, conferem à obra uma dimensão mais gráfica do que pictórica. Em geral, o colorido é sombrio, atenuado embora, pelo branco do lenço. Dominada por linhas verticais, a composição torna-se muito estática.



Designação: Retrato da Benfeitora Ana Eufrásia da Rocha

N.º de inventário: SCMVR 0237 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 990 x 750 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na Sacristia da Capela de Santa Ana

Inscrições: No canto inferior esquerdo, pode ler-se: *Bemfeitora / Anna Eufrazia / da Rocha*

Estado de conservação: Mau

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 80 mm de largura (madeira)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Só é perceptível no cabelo (pinceladas finas e correctas que ajudam a definir o volume)

Descrição: O retrato de D. Ana Eufrásia da Rocha é muito semelhante ao de D. Ana de Jesus Barros. Ambas ocupam a mesma posição no quadro, colocam os braços de forma igual, parecem usar o mesmo lenço que dobram de igual maneira e envergam o mesmo vestido preto, despido de claro-escuro. O penteado é, nas duas, apanhado atrás e mesmo as feições são parecidas (seriam irmãs?). D. Eufrásia tem as rugas mais acentuadas e uma expressão mais austera que D. Ana. Mas é o casaco castanho de D. Eufrásia que introduz a nota de maior diferença entre as duas efigies. O fundo, nos dois quadros, é dividido verticalmente a meio, situando-se do lado esquerdo, em ambas as obras, motivos arquitectónicos e no direito uma área uniforme (de cor castanha, no caso do retrato de D. Eufrásia). Quanto aos motivos arquitectónicos, diferem bastante. D. Eufrásia tem atrás de

si um edifício robusto, de paredes lisas e com janela alta mas estreita. Junto à sua mão direita, está colocado um saco cheio de moedas, símbolo da riqueza do legado que a benfeitora deixou à Misericórdia. No quadro de D. Eufrásia, o desenho é rígido e o claro-escuro apresenta os mesmos problemas que já referimos no retrato de D. Ana. Apenas o cabelo de D. Eufrásia nos parece melhor definido, graças à utilização de finas e certeiras pinceladas que acompanham a ondulação do penteado. O colorido do retrato de D. Eufrásia é menos sombrio que o de D. Ana e também mais variado, tornando o ambiente mais leve. O dourado das moedas, o castanho do casaco e um tom de fundo ligeiramente mais claro, são os responsáveis pela mencionada diferença. A figura de D. Eufrásia destaca-se bem do segundo e terceiro planos, mas a ausência de claro-escuro faz com que o contorno se recorte de forma muito pronunciada. Parece-nos ainda que o braço esquerdo da Benfeitora não é absolutamente feliz na anatomia.





Designação: Retrato do Benfeitor António de Barros Castro e Sousa

N.º de inventário: SCMV 0218 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 980 x 745 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na Sala das Refeições

Inscrições: No lado superior direito, pode ler-se: *Ant.º de Barros / Castro e Souza / Reitor da Freguezia / de N.ª S.ra d'Assum= / pção de Passos / Bemfeitor deste / Hospital. `a[nno] de 1856*

Estado de conservação: Muito bom

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 65 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de homem, a meio-corpo, com a face virada a três quartos para a direita. Enverga hábito talar romano, com meia capa pendente do ombro esquerdo. Enfia a mão esquerda numa pasta de couro, certamente para dali retirar o donativo reservado à Santa Casa. Aponta com o indicador direito para o pilar onde se encontra a inscrição comprovativa deste seu procedimento. Olha um ponto distante, desconhecido, imaginando talvez que seja essa a pose mais conveniente para revelar a devoção tranquila, solene e pura que invade a sua alma. Ao fundo, um céu estival desaba sobre montanhas. A janela, símbolo da receptividade, pode aqui ser lida como a abertura demonstrada pelo Benfeitor a tudo o que pertence ao Céu, ao que é sagrado, divino. O desenho, correcto e se-

guro, enumera com escrupulo os pormenores. A iluminação, vinda da esquerda, estende-se sobre António de Barros Castro e Sousa com delicadeza, permitindo a exploração de efeitos de claro-escuro, nomeadamente na mão direita e no rosto. A figura destaca-se bem do fundo, mas sem parecer recortada. O colorido é dominado pelo contraste entre os azuis da batina (Prússia) e do céu (Turquesa) e os castanhos e ocre da parede e vão da janela. Anatomia, perspectiva e definição de texturas são correctamente observadas. Envolve a composição, estática, uma atmosfera grave de austeridade.



Designação: Retrato do Benfeitor António Pinto Correia de Macedo

N.º de inventário: SCMV 0217 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 860 x 695 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na sala das refeições - primeiro andar

Inscrições: No canto inferior direito, pode ler-se: *Antonio Pinto Correia / de Macedo bemfeitor deste / Hospital*

Estado de conservação: Bom

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 75 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de homem sentado, a mais de meio-corpo, virado a três quartos à esquerda. Enverga casaco e colete cinza escuro e camisa com laço. Com a mão di-

reita segura uma bengala e apoia o braço esquerdo numa mesa de toalha vermelha alaranjada. Na expressão do seu rosto transparece tranquilidade e segurança. O desenho é seguro e correcto, mas o claro-escuro não apresenta grande variação de tons. Esta modelação limitada dos volumes destaca, de forma pronunciada, os contornos. A combinação entre o verde azulado do fundo e o cinza escuro do fato dominam o colorido, contribuindo para fazer sobressair a figura do fundo.

Observações: No painel da sala de espera, do primeiro andar, com o título: "Relação dos Fundadores e Bemfeitores do Hospital da Divina Providencia que tem contribuido com suas esmollas desde cem mil reis ate dous contos de reis. Regul. Tit. 3.º Capit. 1.º ART. 15.º" encontra-se escrito o seguinte: *Antonio Pinto Correa de Macedo. Desta Vª... 1:000\$000*





Designação: Retrato da Benfeitora D. Maria Emília Teixeira de Moura
N.º de inventário: SCMVR 0216 P
Autor: Mestre desconhecido
Técnica: Óleo sobre tela
Medidas: 1800 x 1200 mm
Cronologia: Não está datado
Localização: Está colocado na Sacristia da Capela de Santa Ana
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Assinatura: Não está assinado
Moldura: 190 mm de largura (madeira dourada e entalhada)
Aplicação da tinta: Uniforme, excepto na dobra do pano da mesa, onde se encontram belos empastes
Pincelada: Desenvolta e segura
Descrição: Retrato de mulher sentada, de frente, a corpo inteiro. Veste casaco preto sobre colete e saia larga de pregas e um barrete negro cobre-lhe o cabelo cinzento. As mangas do casaco têm punhos de renda bordados. Coloca o pé esquerdo sobre um apoio rectangular almofadado. Pousa o braço direito sobre uma mesa com toalha azul, ornamentada com motivos vegetalistas estilizados em tons de ouro. Por cima da toalha encontra-se um jarrão, coroado por arranjo de camélias. Uma cortina estampada, em tons ocres, serve de fundo ao cenário. O desenho é delicado e gracioso, atento aos pormenores e respeitando a perspectiva e a anatomia. A utilização de uma luz subtil, vinda da esquerda para a direita permite definir formas e texturas com grande nitidez e suavidade. A diagonal do lado direito da cortina introduz uma nota de dinamismo que anula o excessivo equilíbrio definido pelas verticais do

busto da mulher e do vaso de camélias. O colorido é muito agradável, uma vez que o autor, recorrendo a uma paleta variada, clara e alegre, nos elementos que circundam a figura, consegue anular a atmosfera sombria da indumentária de D. Emília. As camélias rosadas constituem um símbolo de grandeza de alma. Era portanto esse atributo de D. Emília, que a Misericórdia de Vila Real desejava perpetuar neste quadro.

Observações: No painel da sala de espera do 1.º andar, com o título: "Relação dos Fundadores e Bemfeitores do Hospital da Divina Providencia que tem contribuído com suas esmollas desde cem mil reis ate dous contos de reis. Regul. Tit. 3.º Capit. 1.º ART. 15.º" encontra-se escrito o seguinte: *D. Maria Emilia Teixeira de Moura.....40.000,000*





Designação: Retrato da Benfeitora D. Maria Rita de Macedo

N.º de inventário: SCMVR 0227 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 1070 x 825 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado no corredor do 2.º andar

Inscrições: Canto inferior esquerdo: *Maria Rita / de / Macedo*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 50 mm de largura (madeira não dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme (sem recurso a diluições ou empastamentos)

Pincelada: Não é perceptível em toda a tela

Descrição: Retrato de mulher sentada, de frente, a mais de meio-corpo. A figura, de meia-idade, apresenta olhos castanhos, cabelos negros e rosto longo. Ostenta alfinete de peito, dourado, junto à gola, que combina com dois grandes brincos e fio de ouro que lhe desce pelo peito. A expressão facial é dominada por um ligeiro sorriso, suficiente para adornar a benfeitora de uma delicada simpatia. A indumentária é escura, com gola e punhos de renda bordados. O penteado é simples, de risca ao meio, descendo o cabelo liso, naturalmente, até ao pescoço. D. Maria Rita descansa o braço direito sobre uma mesa. O desenho é fluído, de contorno elegante. A modelação é suave, definindo com clareza os volumes. O colorido, dominado pelo contraste entre o negro do vestido e o verde seco do fundo, revela uma harmonia discreta, que os dourados das jóias e prateado dos botões

salpicam de requinte. A composição acaba por agradar pela simplicidade.

Observações: No painel da sala de espera do 1.º andar, com o título: "Relação dos Fundadores e Bemfeitores do Hospital da Divina Providencia que tem contribuído com suas esmollas desde cem mil reis ate dous contos de reis. Regul. Tit. 3.º Capit. 1.º ART. 15.º" encontra-se escrito o seguinte: *D. Maria Rita Pinto Corr.ª de Macedo 1:000\$000*



Designação: Retrato do Benfeitor Domingos Monteiro da Veiga e Silva

N.º de inventário: SCMVR 0236 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 980 x 790 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na Sacristia da Capela de Santa Ana

Inscrições: Numa placa de madeira, junto à tela, pode ler-se: *D.or Domingos Monteiro da Veiga e Silva. / Doutor em Filosofia e Lente em Medecina. / Fallecido em 9 de Dezembro de 1870*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 80 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de homem sentado, a mais de meio-corpo, virado a três quartos para a esquerda. Exibe os atributos da sua condição de Doutor em Filosofia pela Universidade de Coimbra: capelo azul-escuro, de veludo e cetim, ornado com bordados *rocaille*, a fio de seda natural; Livro da Sapiência que pousa na perna com a mão direita; barrete doutoral que, um pouco atrás, se destaca sobre uma mesa. A cadeira tem espaldar oval, de couro vermelho e o fundo, castanho, apresenta-se uniforme. O homem, bem-parecido, exhibe semblante afável e seguro. O desenho, de contorno leve e gracioso, regista correctamente os mais pequenos pormenores. A modelação dos volumes é meticulosa e suave, de amplas e imperceptíveis variações de tons entre zonas de luz e de sombra. As texturas es-

tão cuidadosamente definidas e o castanho uniforme do fundo, destacando com subtileza a figura, permite que o olhar do espectador se concentre nela.





Designação: Retrato de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca

N.º de inventário: SCMVR 0211 P

Autor: José Ribeiro de Carvalho

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 1060 x 800 mm

Cronologia: 1830

Localização: Está colocado na entrada principal do 1.º andar

Inscrições: *Fran.co da Silveira / Pinto da Fonseca / P.ro Conde de Ama / rante. 1.º Fun / dador deste / Hospital*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Assinado (canto inferior esquerdo)

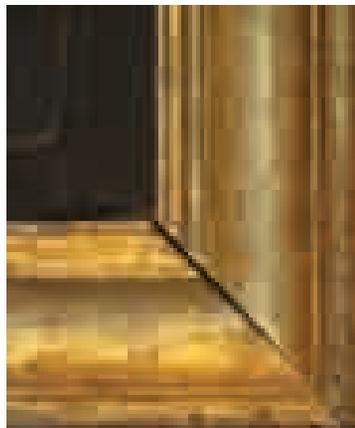
Moldura: 105 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme, sem recurso a diluições ou empastamentos

Pincelada: Só é perceptível nas plumas do bicórneo e dragonas. Nesses casos é fina e tem como função ajudar a definir os volumes

Descrição: Este retrato de Francisco da Silveira é cópia de um outro pintado por João Baptista Ribeiro, em 1822. João Baptista Ribeiro executou a obra para enaltecer a memória do primeiro Conde de Amarante, como destacado militar da época das invasões francesas. Por isso, fixou-o com a sua imponente farda de marechal coberta de insígnias: Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, medalha de condecoração de duas acções em comando da Guerra Peninsular, colar de Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, com insígnia pendente, placa da mesma Ordem, Cruz de condecoração de cinco campanhas da Guerra Peninsular, placa da Real Ordem Militar de São Fernando de Espanha e a Large Army Gold Medal,

insígnia britânica atribuída a Silveira em 1815. Estes atributos acabavam por ser algo despropositados no quadro da Santa Casa, da autoria de José Ribeiro de Carvalho, uma vez que essa instituição não desejaria, por certo, evidenciar os feitos de guerra de Francisco da Silveira, mas lembrá-lo como primeiro fundador do Hospital da Divina Providência. O desenho de Carvalho é rígido e de contornos demasiado pronunciados, retirando leveza e suavidade à modelação dos volumes. Ao colocar o castanho uniforme como fundo, sacrifica a harmonia do colorido a fim de destacar a inscrição patente no canto superior esquerdo da tela.





Designação: Retrato do Benfeitor Francisco José de Carvalho Portela

N.º de inventário: SCMVR 0238 P

Autor: José Ribeiro de Carvalho

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 1015 x 770 mm

Cronologia: 1831

Localização: Está colocado na Sacristia da Capela de Santa Ana

Inscrições: No canto inferior esquerdo do quadro, encontra-se um papel enrolado, contendo a seguinte inscrição: *O Nosso Irmão e / Benfeitor / Francisco Joze / de Carvalho Por / tela*

Estado de conservação: Péssimo. A tela encontra-se rasgada em vários sítios

Assinatura: Assinado no canto inferior esquerdo (onde se encontra a inscrição)

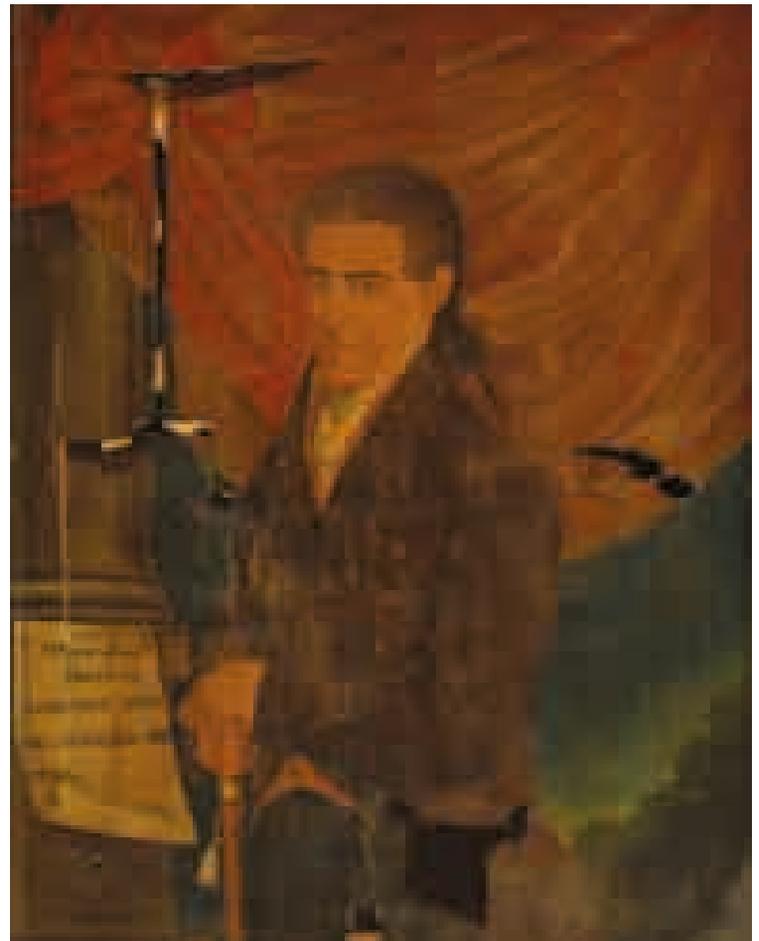
Moldura: 80 mm de largura (madeira)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: José Ribeiro de Carvalho, o autor deste retrato, devia ser um admirador frenético de João Baptista Ribeiro. Depois de lhe copiar a efígie do Conde de Amarante, decidiu tomar como modelo a de José Rodrigues de Freitas, dizendo, porém, que na sua cópia o homem se tornara no benfeitor Francisco José de Carvalho Portela. Teriam os dois homens traços fisionómicos idênticos (tal como D. Eufrásia e D. Ana de Jesus)? Ou à falta de modelo, recorria o pintor aos retratos que já existiam na Misericórdia? Nesse caso, então a Misericórdia de Vila Real, durante certo período de tempo (talvez dos anos 30 aos 40 do século XIX), não terá dado grande importância a estas obras que se destinavam a immortalizar os seus beneméritos. O artista nem se-

quer tentou imitar o estilo leve, fluido e elegante do professor de Desenho da Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto. Só lhe interessou a pose da figura, a composição e os adereços. O arvoredado e o céu no canto inferior direito também os viu noutro quadro de Baptista Ribeiro: o retrato de Francisco Rodrigues de Freitas. Afundou-se outra vez numa exasperante rigidez de desenho, desinteressou-se pelo claro-escuro, não ponderou harmonias no colorido e sobrepôs planos sem considerar perspectivas (mas não diremos porque receamos que o péssimo estado do quadro nos leve a cometer irreparáveis injustiças). A qualidade artística do quadro não é, portanto, famosa, mas não a podemos confundir com o acto de vandalismo que a imagem sofreu. Alguém, por diversão ou espírito de malvez, decidiu trucidar a face do benfeitor, pintando-lhe a negro umas sobrancelhas carnavalescas, umas pestanas enormes e sem perspectiva e, sobretudo, arregalando-lhe os olhos de tal forma que o desgraçado Francisco Portela parece vítima de forte perturbação mental. Não satisfeito com a proeza, o inimigo do quadro traçou ainda um contorno bárbaro entre a testa e o cabelo do retratado, aniquilando em definitivo a tela. Esta obra necessita urgentemente de uma intervenção, a efectuar por especialistas em restauro. De outra forma, a Santa Casa, mais cedo ou mais tarde perderá, lamentavelmente, esta peça. Os danos que o passar do tempo lhe causou são já muito sérios e dentro em pouco, receamos que se tornem irreversíveis.





Designação: Retrato de Francisco Rodrigues de Freitas

N.º de inventário: SCMVR 0224 P

Autor: João Baptista Ribeiro

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 1900 x 1070 mm

Cronologia: 1826

Localização: Está colocado no primeiro patamar das escadas principais, entre o primeiro e o segundo andar

Inscrições: No papel, à esquerda, pode ler-se: *Francisco Rodrigues de Freitas / Commendador e Cavalleiro Profes / so na Ordem de Christo, e de Nos / sa Senhora da Conceição de Villa / Viçosa, Provedor da Santa Caza / da Misericordia*

Estatado de conservação: Bom

Assinatura: Assinado na parte inferior do papel que o retratado segura

Moldura: 140 mm de largura (madeira dourada e trabalhada)

Aplicação da tinta: Uniforme (sem recurso a diluições ou empastamentos)

Pincelada: Larga e vigorosa na camisa; leve e delicada no cabelo; segura no rosto (imperceptível no resto do quadro)

Descrição: retrato de homem, a corpo inteiro, com o rosto voltado a três quartos à esquerda. Apresenta cabelo branco, ondulado, sobrancelhas finas, longas e rugas vincadas. Enverga casaca negra de veludo, aberta, de gola alta e mangas largas e compridas. Os calções de cintura bem alta, vão até ao joelho, sobrepondo-se às meias igualmente escuras. Os sapatos são de uso quotidiano. A camisa de seda, de mangas finas e justas, ostenta pregas largas e fluidas. O lenço do pescoço encontra-se parcialmente coberto pela fita de lançar ao pescoço do hábito de Cristo e pela fita da Ordem

Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, das quais estão pendentes as respectivas insígnias. No lado direito da casaca, Rodrigues de Freitas ostenta ainda a placa de peito da Ordem Militar de Cristo. O antigo provedor apoia a mão direita numa mesa, sobre a qual está colocado um saco verde repleto de moedas e um grande papel contendo uma inscrição. Em segundo plano, sobre alto muro, eleva-se uma larga coluna de ordem toscana, coberta por cortina verde. Num plano mais afastado vislumbra-se o céu e vegetação esbatida.

Nota: João Baptista Ribeiro nasceu em Vila Real, a 5 de Abril de 1790. Adquiriu a sua formação artística na Academia Real da Marinha e Comércio da Cidade do Porto, onde teve como professores Domingos Francisco Vieira, Vieira Portuense, José Teixeira Barreto, Raimundo Joaquim da Costa e Domingos António de Sequeira. Tornou-se conhecido a partir de 1808 e três anos mais tarde foi nomeado lente substituto da Aula de Desenho na Academia Real da Marinha e Comércio. Na década de vinte, desloca-se a Lisboa, onde efectua importantes retratos da família real. Como recompensa, é nomeado Mestre de Desenho e Pintura de Miniatura das Senhoras Infantas. Durante o Cerco do Porto cria a primeira oficina litográfica do norte do país e lança as bases do futuro Museu Portuense. Também nesta época é nomeado lente proprietário da Aula de Desenho da Academia da Marinha e Comércio. Na sequência do Setembrismo, vê-se galardoado com as direcções da Academia Politécnica do Porto, Academia de Belas Artes e Museu Portuense. Os seus méritos como artista e

figura académica de relevo são reconhecidos em 1853, quando lhe é conferida a mercê do título de conselheiro de Estado. A sua pintura, muito influenciada por Domingos António de Sequeira, caracteriza-se por um colorido sóbrio, desenho fluído e composição simples. Recorrendo frequentemente à alegoria, Ribeiro colocou a sua arte ao serviço da propaganda política e militar do seu tempo, ficando a dever muito do seu sucesso à eficácia com que conseguiu veicular esse tipo de mensagens. Quando, em 1865, participou na Exposição Internacional do Porto, obteve uma medalha de primeira classe, distinção que iria coroar o seu longo percurso artístico. Faleceu no Porto, a 24 de Julho de 1868.





Designação: Retrato da Benfeitora D. Inácia Margarida de Azevedo

N.º de inventário: SCMVR 0209 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 990 x 770 mm

Cronologia: Não está datado [c.1834-1852]

Localização: Está colocado ao fundo do corredor do 1.º andar, junto à Secretaria da Misericórdia de Vila Real

Inscrições: Canto superior esquerdo: *Bemfeitora / deste / Hospital, a Ex.ma / Snr.ª D. Ignacia / Margarida de Aze / vedo. V.ª da caza / de S. Mart.º da Alivi / ada do Julgado de / Soalhaães*

Estado de conservação: Bom

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 80 mm de largura (madeira não dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme (sem recurso a diluições ou empastamentos)

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de mulher, a meio-corpo, com o rosto voltado a três quartos à esquerda. A figura, de meia-idade, apresenta olhos castanhos, cabelo grisalho, lábios pequenos, brincos longos [de prata?] e uma expressão serena. A indumentária é composta por um vestido verde claro, estampado e uma capa vermelha escura, igualmente estampada que lhe cobre metade do corpo. O espaço encontra-se estruturado em três planos: o primeiro e mais afastado é composto por um fundo liso, verde acinzentado; o segundo é composto por um pilar, à esquerda; o terceiro e mais próximo do espectador, é composto pela imagem da benfeitora.

Observações: No painel da sala contígua à entrada principal do 1.º andar,

com o título: "Relação dos Fundadores e Bemfeitores do Hospital da Divina Providencia que tem contribuído com suas esmollas desde cem mil reis ate dous contos de reis. Regul. Tit. 3.º Capit. 1.º ART. 15.º" encontra-se escrito o seguinte: *D. Ignacia Margarida de Az.do Viuva, da Caza de S. Mart.º da Aliviada do Julgado de Soalhaães, metal.....900\$000.*



Designação: Retrato do Benfeitor Jerónimo José de Freitas

N.º de inventário: SCMVR 0215 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 1020 x 780 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na sala da televisão – primeiro andar

Inscrições: À direita da face, pode ler-se: *Jeronimo Joze / de Freitas. De 34 à [nnos]*

Estado de conservação: Mau

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 60 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme, excepto no fundo e em partes do cabelo e da casaca, onde se apresenta algo diluída

Pincelada: Só é perceptível nas riscas do colete, tinteiro, areeiro, botões e camisa. Nestes locais apresenta-se muito fina, mas privada de rigor

Descrição: Retrato de homem sentado, a mais de meio-corpo, virado a três quartos à direita. Apresenta cabelo curto, olhos castanhos grandes e ar grave. Enverga casaca cinza azulada, colete de cetim dourado e camisa de gola alta com laço. As calças são brancas e justas. Apoia o braço direito numa mesa, onde se encontra um tinteiro de faiança com duas penas e um areeiro. Enfia o polegar esquerdo no colete de cetim. O desenho é fluido nos contornos e a modelação apresenta alguma subtilidade. No entanto, estas qualidades não chegam para compensar os problemas com as proporções e a anatomia. A paleta conjuga os tons frios do fundo e da casaca com os quentes do colete e da toalha da mesa. A tela apresenta em todas as suas extremida-

des uma tira, de cerca de 10 cm de largura, onde a cor e as formas se revelam mais nítidas e a tinta melhor conservada. Parece-nos que este facto se poderá explicar pela utilização anterior de uma outra moldura, mais larga que a actual, que ao tapar os espaços que agora se descobrem, os tenha beneficiado com uma protecção que a restante área da pintura não usufruiu.





Designação: Retrato do Benfeitor José Botelho de Lemos

N.º de inventário: SCMVR 0212 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 880 x 620 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado no corredor do primeiro andar

Inscrições: Canto superior esquerdo: *Jose Botelho / de / Lemos, / Bemfeitor / Deste / Hospital*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 90 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme (sem recurso a diluições ou empastamentos)

Pincelada: Só é perceptível nas sobrançelas, suíças e dragonas

Descrição: Retrato de homem, a meio-corpo, virado a três quartos à esquerda. Enverga uniforme militar das guerras peninsulares e ostenta peruca. Possui grandes suíças grisalhas, do mesmo tom

da peruca e sobrançelas finas e longas. O fundo do quadro é liso, castanho-escuro. O desenho e a modelação dos volumes apresentam acentuada rigidez. O claro-escuro resente-se de transições pouco elaboradas entre zonas de luz e sombra. Os pormenores são evidenciados, adquirindo uma importância superior à composição no seu todo. A pincelada só é perceptível nas sobrançelas, suíças e dragonas, afirmando-se mais como elemento gráfico do que pictórico. Percebe-se que o recurso de finalizar certos aspectos da obra com pequenas linhas constitui um método desenvolvido pelo autor para o auxiliar a definir com maior segurança os pequenos volumes.



Designação: Retrato do Benfeitor José Rodrigues de Freitas

N.º de inventário: SCMVR 0221 P

Autor: João Baptista Ribeiro

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 990 x 775 mm

Cronologia: 1825

Localização: Está colocado no primeiro patamar das escadas, a partir do rés-do-chão

Inscrições: Na coluna da esquerda, pode ler-se: *Joze Ro / drigues / de / Freitas*

Estado de conservação: Mau

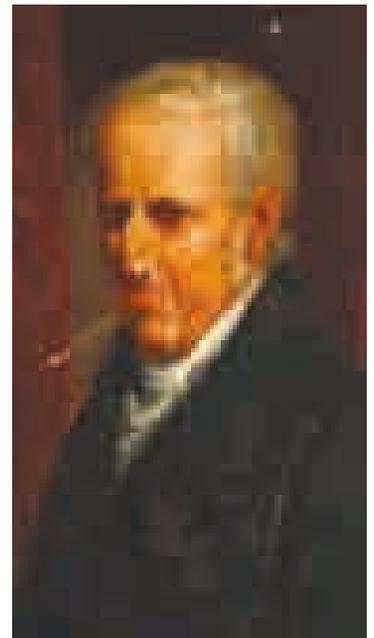
Assinatura: Não está assinado

Moldura: 105 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela, excepto no cabelo onde se apresenta com delicado empastamento

Pincelada: Desenvolta na camisa e leve no cabelo

Descrição: Retrato de figura masculina, a meio-corpo, virada a três quartos à esquerda. Francisco Rodrigues de Freitas enverga sobrecasaca de trespasse, azul-turquesa, sobre colete branco de colarinho alto e cintura relativamente alta. Ostenta lenço branco em volta do pescoço e camisa branca de cetim. Apoia as duas mãos sobre uma bengala colocada à frente do seu corpo. A expressão do benfeitor é algo austera, adivinhando-se nela um carácter determinado. Como fundo é utilizado um grande reposteiro vermelho e ao lado do benfeitor surge uma coluna contendo inscrição. O desenho é leve, elegante e fluido; as texturas definidas com exactidão; a pincelada é delicada e espontânea. O colorido, sóbrio, ostenta discreta harmonia. A luz é usada com grande suavidade e subtilidade.





Designação: Retrato da Benfeitora D. Virgínia Rosa Teixeira
N.º de inventário: SCMVR 0213 P [2009]
Autor: Heitor Cramez
Técnica: Óleo sobre tela
Medidas: 1470 x 1140 mm
Cronologia: 1933
Localização: Está colocado na sala de trabalhos ocupacionais
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau
Assinatura: Assinado
Moldura: 170 mm de largura (madeira entalhada e dourada)
Aplicação da tinta: Empastada no canapé e anéis
Pincelada: Desenvolta
Descrição: Retrato de mulher sentada, a mais de meio-corpo. Sobre um vestido preto, enverga luxuoso casaco de pele (talvez de borrego ou coelho) e segura, com ambas as mãos, um cachecol feito do mesmo pêlo macio do casaco. Como adornos exibe dois colares de contas de ouro, anéis e brincos. O colar mais chegado ao pescoço apresenta jóia pendente que não chegou a ser executada pelo pintor. A benfeitora repousa num canapé de cetim dourado e o fundo é composto por uma cortina de seda carmesim. A execução da obra apresenta excelente nível: largueza e vigor na pincelada, desenvoltura no desenho, exploração de belos efeitos de claro-escuro, primoroso estudo da luz e das texturas. Os tons quentes da cortina estampada e do canapé realçam admiravelmente a indumentária negra de Virgínia Rosa Teixeira, assim como a palidez do seu rosto e mãos.

Nota: Heitor Cramez nasceu em Vila Real, a 1 de Dezembro de 1889. Frequentou a Escola de Desenho Industrial, terminando o liceu no ano lectivo de 1904-1905. Veio depois para o Porto, a fim de estudar pintura na Academia de Belas Artes, tendo como professores mais marcantes, José de Brito e Marques de Oliveira. Terminado o curso, ganhou uma bolsa para aprofundar os conhecimentos da sua arte em Paris, como pensionista do Estado. Na capital francesa matriculase na Escola de Belas Artes e convive com outros artistas portugueses que ali se encontram: Francisco Franco, Manuel Jardim, Abel Manta, Diogo de Macedo e Dordio Gomes. Regressado de França, foi durante alguns anos professor do Ensino Técnico de Vila Real e, posteriormente, da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, no Porto, ingressando em 1948, na Escola de Belas Artes desta cidade. Na pintura de Cramez sobressaem os retratos e as paisagens, tratados por uma paleta rica no colorido. Faleceu em Mira, a 30 de Agosto de 1967.





Designação: Retrato do Benfeitor Barão de Castelo de Paiva

N.º de inventário: SCMVR 0220 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 850 x 690 mm; Oval (eixo maior x eixo menor: 770 x 600 mm)

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado no átrio principal do 1.º andar, perto da entrada e das escadas

Inscrições: Numa placa em madeira colocada na parte inferior e central da moldura, pode ler-se: *Barão do Castello de Paiva*

Estado de conservação: Bom

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 100 mm de largura (madeira dourada)

Aplicação da tinta: Uniforme (sem recurso a diluições ou empastamentos)

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de figura masculina, em busto, com o rosto voltado a três quartos à esquerda. O homem, de face longa, ostenta cabelos brancos, raros, e rugas pouco salientes. As pálpebras acentuadas descem sobre os olhos castanhos, brilhantes. Exibe uma expressão atenta e segura. O desenho é fluído, o claro-escuro subtil, suave nas transições entre zonas de luz e sombra, modelando os volumes com pinceladas vaporosas. A indumentária é composta por um casaco cinzento-escuro, camisa branca e laço negro. O fundo oval apresenta um verde-escuro uniforme.

Observações: No painel da sala contígua à entrada principal, que apresenta o título "Relação dos Fundadores e Benfeitores do Hospital da Divina Provi-

dencia que tem contribuído com suas esmollas desde cem mil reis ate dous contos de reis. Regul. Tit. 3.º Capit. 1.º ART. 15.º encontra-se escrito o seguinte: *Barão do Cast.º de Paiva....500\$000*

O retrato do Barão de Castelo de Paiva, da Misericórdia de Vila Real repete um esquema que pode ser observado na seguinte litografia e que, muito provavelmente, terá origem numa fotografia da época.



Retrato do Barão de Castelo de Paiva, litografia





Designação: Retrato do Benfeitor Padre José António Gonçalves Seródio

N.º de inventário: SCMVR 0226 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 1030 x 775 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado na Sacristia da Capela de Santa Ana

Inscrições: No canto inferior direito, pode ler-se: *P.e José Antonio Gon / çalves Serodio bem / feitor deste Hospital*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 80 mm de largura (madeira dourada já gasta)

Aplicação da tinta: Uniforme em toda a tela

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de homem, sentado, a mais de meio-corpo. Pousa o braço esquerdo numa mesa, segurando o rosto com a mão. Enverga fato, colete e barrete escuros e colarinho clerical que lhe esgana o pescoço. A sua postura é descontraída e a expressão fisionómica revela certa ausência. As sobrancelhas são exageradamente compridas e finas e o nariz apresenta-se delicado e pequeno. Artisticamente, o interesse desta obra é diminuto. O colorido é pobre e sombrio e o desenho impessoal, duro, apresentando contornos massacrados por mão pesada. O modelado, preguiçoso na gradação, impede a definição de zonas de luz e sombra. O estudo das texturas não interessa ao pintor e a aplicação inexpressiva da tinta envolve as superfícies das formas numa espécie de matéria mole, gelatinosa, como cera a alta temperatura. Tudo parece contribuir para

a criação de um ambiente triste, pesado e monótono. Desejamos que um dia esta imagem seja devidamente limpa, porque talvez dessa maneira nos revele belezas que agora não vislumbramos.



Designação: Retrato do Visconde de Moraes

N.º de inventário: SCMVR 0225 P

Autor: Mestre desconhecido

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: 755 x 585 mm

Cronologia: Não está datado

Localização: Está colocado no corredor do 2.º andar

Inscrições: Num papel antigo, de formato irregular, colado à parte inferior da moldura com fita-cola, pode ler-se: *Visconde de Moraes*

Estado de conservação: Razoável

Assinatura: Não está assinado

Moldura: 95 mm de largura (madeira, com remate interior dourado)

Aplicação da tinta: Uniforme, sem recurso a diluições ou empastamentos

Pincelada: Não é perceptível

Descrição: Retrato de homem, de meia-idade, com o rosto voltado a três quartos à esquerda. Ostenta cabelo grisalho, ondulado, bigode e barba cuidadosamente tratada. Os seus olhos escuros revelam determinação e certa altivez. Enverga camisa branca, com casaco e laço negros. O fundo, uniforme, apresenta uma tonalidade castanho-escuro. A iluminação incide da esquerda para a direita, salientando a testa ampla e o nariz. Permite ainda, no tratamento do claro-escuro, uma transição subtil entre zonas muito escuras e claras. Os volumes são definidos rigorosamente e os contornos

tratados com segurança e sem rigidez. Na parte inferior do quadro, ao centro, encontram-se vestígios de papel rasgado, colado à tela, com formato rectangular. É possível que essa folha contivesse uma inscrição, mas ela desapareceu quando alguém descolou o papel, de forma algo grosseira.





Designação: São Jerônimo
N.º de inventário: SCMVR 0210 P
Autor: João Baptista Ribeiro
Técnica: Óleo sobre tela
Medidas: 2870 x 1680 mm
Cronologia: Não está datado
Localização: Está colocado na entrada principal – primeiro andar
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau
Assinatura: Não está assinado
Moldura: 150 mm de largura (madeira pintada de preto, com margem interior dourada)
Aplicação da tinta: Diluída em toda a tela
Pincelada: Não é perceptível
Descrição: São Jerônimo foi o padroeiro do Hospital da Divina Providência e deu-lhe mesmo o nome durante um período muito efêmero, à volta de 1830, tendo acontecido o mesmo à capela e a uma das enfermarias. No camarim do altar-mor da Capela do Hospital da Divina Providência esteve durante algum tempo colocado o pano com a figura do Santo, pintura executada por João Baptista Ribeiro, que acima se apresenta. Não sabemos em que ano foi retirada desse local e emoldurada. Hoje pode ser apreciada na entrada principal do primeiro andar do edifício da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.
 O Santo aparece sentado, à entrada de uma gruta, segurando o crucifixo na mão direita e erguendo o braço esquerdo, a fim de apontar para o céu. Um manto vermelho cobre-lhe o braço direito, deixando o resto do corpo nu. A sua compleição física impressiona pelo tamanho, robustez e vigor. No peito, junto ao braço

esquerdo, parece estar ferido, mas a expressão do seu rosto é dominada por um olhar bondoso. A barba grisalha cria uma insólita sensação de conforto. A vasta iconografia de São Jerônimo compreende três tipos fundamentais: o Sábio na sua cela; o Doutor da Igreja e Cardeal; o Penitente no deserto. O quadro de Baptista Ribeiro enquadra-se, sem dúvida, na última das tipologias mencionadas. Ela remete para a época em que São Jerônimo se retirou para Chalcis, no deserto da Síria, em 375. O Santo permaneceu ali vários anos entregando-se a jejuns e penitências tão rigorosos que o levaram aos limites da morte. O seu corpo fraco, devido à abstinência, levou-o a ter sonhos de danças lascivas. Isto irritou o eremita que começou a bater no seu peito com uma pedra, noite após noite, privando-se de dormir. No entanto, as tentações desapareceram logo que São Jerônimo começou a estudar seriamente a língua hebraica. Este episódio fugaz tem servido como fonte de inspiração para muitas pinturas e esculturas que apresentam o Santo nu, retorcido, batendo no peito com uma pedra e exibindo como cenário a caverna que habitava. Baptista Ribeiro foge um pouco deste esquema ao pintar São Jerônimo dirigindo-se claramente ao espectador do quadro, através da expressão do rosto e do gesto do braço esquerdo. O que pretenderá este Doutor da Igreja comunicar com tal atitude a todos aqueles que o observam? A capela de São Jerônimo devia ser maioritariamente frequentada pelos pobres enfermos que eram assistidos no Hospital. Gente que para além de uma vida sem horizontes, tinha de suportar os padecimentos das



doenças sem grandes esperanças de melhoras. Não é difícil imaginar esses homens caírem no desespero e angústia. É natural que de alguma forma se sentissem identificados com aquele Santo que, tal como eles, vivia na pobreza mais extrema e suportava as dores da penitência mais radical. O consolo que São Jerônimo propunha a esses desgraçados, consistia

em desviar a sua atenção para o céu: abrindo-se ao amor e misericórdia de Deus, encontrariam a esperança e a paz.
Observações: Este quadro aparece mencionado no "Arrolamento de todos os moveis, pertencentes ao Hospital por diferentes classes, em 1878".

11.2. Coleção de Pintura Religiosa

Ao contrário da pintura de retrato, que comporta um número de exemplares muito significativo, a pintura de temática religiosa existente na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real é constituída por um núcleo de peças pouco numeroso. Das dezanove composições que integram este inventário, observamos que, com exceção de uma cruz, as restantes dezoito se inserem em três conjuntos muito circunscritos.

Um núcleo de sete pinturas, que se encontra colocado nas paredes da sacristia da Igreja da Misericórdia, ostenta a iconografia alusiva ao percurso de Cristo do Pretório até ao monte Calvário. Originalmente, estas pinturas deveriam ser colocadas nas estações da Via-Sacra que se percorriam na procissão da Semana Santa.

Trata-se de um conjunto de execução ingénua, que repete o esquema compositivo e cromático nos sete painéis, introduzindo variantes pouco significativas, limitadas essencialmente às personagens intervenientes em cada episódio. De execução simples, com uma construção pictural pouco trabalhada, uma paleta de cores fortes e limitada, fundos escuros, utilizando-se a luz para colocar em evidência alguns rostos.

As quatro bandeiras comportam oito telas pintadas, unidas por uma estrutura de madeira e encimadas por uma cruz. Nas Irmandades da Misericórdia é recorrente a existência de conjuntos de bandeiras, com representações alusivas aos Passos da Paixão de Cristo e a iconografia da Virgem da Misericórdia. Os quatro exemplares da Misericórdia de Vila Real comportam todos o mesmo esquema temático: a Virgem da Misericórdia que abriga os vários grupos sociais sob o seu manto aberto por dois anjos numa das faces e a *Pietà* na face oposta. Ainda que com características formais distintas, as quatro bandeiras remetem-nos para uma execução de cariz popular, com figuras planas, rígidas e pouco expressivas, integradas em espaços simplificados, sem perspectiva.

As três pinturas que representam os apóstolos Pedro, Tiago e João adormecidos têm a singularidade de serem recortadas, sendo de equacionar a sua utilização em encenações da Semana Santa, concretamente no episódio da Oração de Cristo no Horto. São três composições sobre madeira de cariz popular, com tratamento sumário das figuras, paleta pouco variada, contornos e pormenores demarcados a negro.

A cruz com a imagem de Cristo pintada, ao invés da usual figuração escultórica, remete-nos para mais uma realização pictural ingénua.

Observamos a ausência de representações pictóricas ou escultóricas que nos remetam para as Catorze Obras da Misericórdia, as sete temporais e as sete espirituais, que são usuais em outras instituições congéneres.



Designação: Jesus a caminho do Calvário encontra as Mulheres de Jerusalém

N.º de inventário: SCMVR 0020 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 92 cm; Larg. 88 cm; Moldura 12 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Jesus segue com a Cruz a caminho do Calvário e encontra as Mulheres de Jerusalém. Cristo, de perfil e posicionado ao centro, em pé, inclinado para a frente, com as pernas ligeiramente flectidas, indiciando que vai desmaiar e cair. Jesus não caiu ali inteiramente por terra; o carrasco, de cabelo comprido e aspecto exótico, segue atrás, forçando Cristo a manter-se direito e segurando a cruz. Do lado direito estão figuradas três mulheres, cujos rostos tristes e chorosos evidenciam o seu lamento ao verem Cristo tão desfigurado e ensanguentado. A mulher representada em primeiro plano, em posição de andar para acompanhar Cristo, segura no manto com que indicia ir limpar o seu rosto. Das outras duas figuras femininas são apenas visíveis as cabeças. Cristo veste túnica castanho-escura, cingida por corda, que lhe envolve o pescoço. A cruz castanha de grandes dimensões, com cinco pregos na zona

de intercessão dos braços, está colocada sobre o ombro esquerdo de Cristo, que segura na haste direita com os dois braços e mãos. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros; na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia o sofrimento para prosseguir. A envolver a cabeça, os raios de luz identificativos da presença divina, que lhe ilumina o rosto. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição e o fundo é formado pelo chão rochoso e uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo, cinzento e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénua, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Jesus a caminho do Calvário

N.º de inventário: SCMVR 0021 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 92 cm; Larg. 88 cm; Moldura 12 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Jesus segue com a Cruz a caminho do Calvário. Cristo, de perfil e posicionado ao centro, em pé, inclinado para a frente, com as pernas ligeiramente flectidas, em posição de quem caminha com muito custo em face do peso da cruz. Veste túnica castanho-escuro, cingida por corda, que lhe envolve o pescoço. A cruz castanha de grandes dimensões, com cinco pregos na zona de intercessão dos braços, está colocada sobre o ombro direito de Cristo, que segura na haste esquerda com os dois braços e mãos. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros, na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia o sofrimento para prosseguir. A envolver a cabeça, os raios de luz identificativos da presença divina, que lhe ilumina o rosto. À direita, um soldado, vestido com capacete, armadura e botas de cano de cor vermelha, lança na mão, segue Cristo, carregando com crueldade na parte detrás da cruz e obrigando-o a prosseguir. À frente de Cristo o algoz,

com turbante na cabeça e túnica, ampara a cruz para que não caísse em face das dificuldades de Cristo em movimentar-se. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição e o fundo é formado pelo chão rochoso e uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo, cinzento e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénua, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Simão Cireneu ajuda Jesus
N.º de inventário: SCMVR 0022 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 92 cm; Larg. 88 cm; Moldura 11 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Simão Cireneu ajuda Jesus. Cristo, de perfil e posicionado ao centro, em pé, inclinado para a frente, em posição de quem se acabou de reerguer com a ajuda de Simão Cireneu. Veste túnica castanho-escuro, cingida por corda, que lhe envolve o pescoço. A cruz castanha de grandes dimensões, com cinco pregos na zona de intercessão dos braços, está colocada sobre o ombro esquerdo de Cristo, que segura na haste direita com os dois braços e mãos. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros; na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia em simultâneo o padecimento, a angústia e o acolhimento. A envolver a cabeça, os raios de luz identificativos da presença divina que lhe ilumina o rosto. À direita encontra-se um algoz, vestido com túnica e botas de cano de cor vermelha, virado para Cristo, que levanta um pau ameaçando Cristo e obrigando-o a prosseguir; o rosto de pele escura e traços duros sugere crueldade. À esquerda da composição encontra-se Simão Cireneu, muito

robusto, com a cabeça descoberta; veste uma túnica curta e encontra-se descalço, rosto com olhos amendoados e cabeça inclinada para o chão. Segura a extremidade da cruz, levando-a para aliviar o peso que era suportado por Cristo. Num segundo plano posiciona-se a figura de um soldado, com capacete de metal e lança na mão, que obriga Simão Cireneu a ajudar Cristo e obriga-o a prosseguir a caminhada. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição, com chão rochoso e o fundo formado por uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo, cinzento e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénua, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Jesus toma a cruz aos ombros

N.º de inventário: SCMVR 0023 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 91,5 cm; Larg. 87 cm; Moldura 11 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Jesus inicia o caminho para o Calvário e carrega a cruz às costas. Cristo, de perfil e posicionado ao centro, veste túnica castanho-escuro, cingida por corda que lhe envolve o pescoço, e encontra-se ajoelhado, pronto a levantar-se para iniciar a Via Dolorosa, com a cruz castanha de grandes dimensões colocada sobre o ombro esquerdo, cujo braço direito envolve com os dois braços e mãos. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros; na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia em simultâneo o sofrimento e a aceitação. A envolver a cabeça os raios de luz identificativos da presença divina que lhe ilumina o rosto. À direita, de perfil e figurado só em metade encontra-se um soldado com lança e à esquerda e atrás de Cristo dois carrascos que o fizeram levantar e carregar todo o peso da cruz; o da esquerda segura a corda com que o fizeram levantar a cruz para que ficas-

se suspensa e não arrastasse pelo chão. Os rostos destes carrascos, expressando contentamento, têm pele de cor escura e aspecto robusto, sugerem a desumanidade do acto que estavam a praticar, contrastando com o rosto iluminado de Cristo. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição, com chão rochoso, e o fundo é formado por uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénua, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Jesus a caminho do Calvário quando Verónica lhe limpa o rosto
N.º de inventário: SCMVR 0024 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 91,5 cm; Larg. 87 cm; Moldura 11 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Jesus no caminho para o Calvário com a cruz às costas encontra Verónica que lhe limpa o rosto. Cristo, de perfil e posicionado à direita da composição, veste túnica castanho-escuro, cingida por corda, que lhe envolve o pescoço, e encontra-se inclinado para suportar o peso da cruz castanha de grandes dimensões colocada sobre o ombro direito, cujo braço esquerdo envolve com os dois braços e mãos. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros; na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia o sofrimento e a amargura. A envolver a cabeça, os raios de luz identificativos da presença divina que lhe ilumina o rosto. À direita, de perfil e figurados só parcialmente, encontram-se dois carrascos, com lanças e armaduras, rostos de expressão cruel, pele de cor escura e aspecto robusto, encarnando a desumanidade do acto que estavam a praticar, num contraste com o rosto iluminado de Cristo. Dirigem

o olhar para Verónica a quem tentaram impedir de confortar Cristo. À esquerda posiciona-se Verónica, figura feminina; veste túnica azul-escuro e manto vermelho, que cai com pregas até ao chão com movimento como se estivesse batido pelo vento. Segura com as duas mãos o sudário aberto, onde se visualiza o rosto ensanguentado do Senhor impresso. Dirige o olhar para o céu, expressando dor, mas também consolação. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição, com chão rochoso, e o fundo é formado por uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénua, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Jesus a caminho do Calvário encontra a Virgem

N.º de inventário: SCMVR 0025 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 91,5 cm; Larg. 89 cm; Moldura 11 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Jesus no caminho para o Calvário com a cruz às costas encontra a Virgem. Cristo, de perfil e posicionado ao centro da composição, veste túnica castanho-escuro, cingida por corda que lhe envolve o pescoço, e encontra-se inclinado para suportar o peso da cruz castanha de grandes dimensões, colocada sobre o ombro direito, cujo braço esquerdo envolve com os dois braços e mãos. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros; na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia o sofrimento e a amargura. A envolver a cabeça os raios de luz identificativos da presença divina, que lhe ilumina o rosto. À direita, encontra-se um carrasco, com o instrumento do suplício, expressão triunfante e dura, de escárnio perante a aproximação da Virgem. Esta encontra-se posicionada na parte esquerda da composição, com vestido de cor laranja e manto azul-escuro que lhe envolve a cabeça, as mãos

postas e o rosto choroso que olha para o Filho com dor. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição, com chão rochoso, e o fundo é formado por uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénua, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Queda de Jesus no caminho para o Calvário

N.º de inventário: SCMVR 0026 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 91 cm; Larg. 87,5 cm; Moldura 11 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Escurecimento do verniz e da camada cromática, craquelê

Descrição: Pintura a óleo sobre tela, onde está representada a Estação da Via-Sacra em que Jesus no caminho para o Calvário cai de joelhos. Cristo, de perfil e posicionado ao centro da composição, veste túnica castanho-escuro, cingida por corda, que lhe envolve o pescoço, e encontra-se inclinado para a frente, evidenciando grande fraqueza, com um dos joelhos assente no chão e com a mão sobre a rocha a tentar apoiar-se para se levantar. A cruz castanha de grandes dimensões, dominando toda a composição, colocada sobre o ombro esquerdo, que Jesus segura com o braço e mão direita. Os cabelos ondulados caem sobre os ombros; na cabeça possui a coroa de espinhos, no rosto evidencia o sofrimento e a amargura. A envolver a cabeça os raios de luz identificativos da presença divina, que lhe ilumina o rosto. À direita, encontra-se um carrasco, com expressão rígida. A parte inferior da cruz é suportada por Simão de Cirene, com túnica amarela; inclinado para a frente dirige o olhar para a

cruz e para o chão onde se encontra Cristo. Ao seu lado visualiza-se parcialmente um soldado romano, com capacete e armadura. As figuras encontram-se no primeiro plano da composição, com chão rochoso, e o fundo é formado por uma paisagem pintada em tons de castanho, amarelo e preto, sem pormenores, criando uma ambiência sombria, que acentua o dramatismo da composição. De factura bastante ingénuo, esta pintura forma um conjunto com outras seis pinturas que se encontram nas paredes da sacristia e que evidenciam a mesma autoria, representando a iconografia do caminho de Cristo do Pretório de Pilatos até ao monte Calvário. Moldura de madeira, castanho-escuro, simples, sem decoração, com perfil côncavo.



Designação: Bandeira Real

N.º de inventário: SCMVR 0043 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (armação, vara e cruz); Galão (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela; Talha dourada

Medidas: Alt. 106 cm; Larg. 91 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Sede da Misericórdia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Razoável

Com rasgão numa das faces

Descrição: Bandeira Real da Misericórdia formada por duas telas pintadas a óleo, rectangulares, dispostas na vertical, unidas por armação de madeira, vara de suporte com encaixe e remate com cruz de talha dourada, com extremidades em forma de urna, hastes rectangulares molduradas, em cuja intercessão despontam raios solares com a extremidade lanceolada. Extremidades das telas com galão de franja dourado, parcialmente desaparecido. Na parte superior possui extremidades em forma de balaústre e lateralmente dispõem-se duas argolas de metal onde se encontram suspensas borlas de fio dourado. Numa das telas encontra-se representado o tema da Virgem da Misericórdia, com vasto manto azul celeste, que preenche a parte superior de uma extremidade à outra, aberto por mãos de anjos, um de cada lado, sugerindo maleabilidade do tecido através das pregas assimétricas. A Virgem, que se eleva sobre nuvens cinzentas, encontra-se coroada, com as mãos postas; enverga vestido vermelho, cujas mangas permitem visualizar as mangas de uma veste castanha,

com a bainha delineada por renda branca. O rosto oval é emoldurado por cabelos ondulados, compridos, que caem sobre as costas. Sob o manto protector abriga representantes de todos os grupos sociais: à direita, o poder espiritual, um papa, um bispo mitrado, um cardeal, um frade trino com a identificação no hábito branco (Frei Miguel Instituidor), três freiras e vários religiosos num plano mais recuado; do lado direito posiciona-se o poder temporal, dois reis e duas rainhas, e vários nobres e gente do povo; ao centro, aos pés da Virgem, encontra-se uma criança, cativa, representando os mais desfavorecidos. Todas as personagens se encontram ajoelhadas e com as mãos postas em atitude de oração. Tratamento pormenorizado das vestes e dos adereços. Do lado oposto representa-se, como é usual nesta tipologia de bandeiras, a imagem de Nossa Senhora da Piedade. Sentada junto aos pés da cruz, enverga vestido rosa velho e manto azul, que lhe envolve a cabeça. Tem as mãos postas ao nível do peito e o rosto com ténue expressão de dor direccionado para o corpo de Cristo que repousa aos seus pés, sobre lençol branco. Fundo escuro. Ao lado direito da Virgem, num plano inferior mas em posição simétrica encontra-se Maria, mãe de Cleófas, com manto castanho, cabeça inclinada e mãos postas. Cristo, com corpo esguio, veste cendal branco, tem a cabeça elevada e envolvida por um pano, segura por São João, posicionado à direita da composição. Junto aos pés de Cristo encontra-se Santa Maria Madalena, reclinada sobre o seu corpo e segurando-lhe a mão direita que ternamente coloca junto à face.



Nas mãos, pés, joelhos e peito de Cristo são visíveis as feridas da crucificação. Programa iconográfico em conformidade com as características usuais nesta tipologia de bandeiras. Desta forma se manifestava que a Virgem amparava os vários grupos sociais aos quais unia o seu sofrimento como Mãe. Trata-se de uma composição com representação figurativa com alguma sugestão de modelação das figuras, distribuição espacial das figuras condicionada, dinamismo das vestes. Na base tem uma placa aposta, de metal amarelo, com a inscrição Misericórdia de Vila Real.



Designação: Bandeira Real

N.º de inventário: SCMVR 0040 P

Autor: Desconhecido

Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (armação, vara e cruz); Galão (moldura)

Técnica: Óleo sobre tela

Medidas: Alt. 67 cm; Larg. 56 cm

Cronologia: Séc. XIX

Localização: Sede da Misericórdia

Inscrições: Não tem

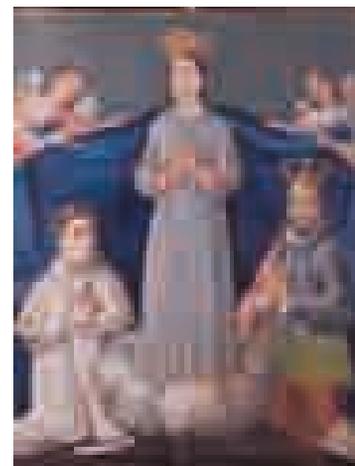
Estado de conservação: Razoável

Descrição: Bandeira Real da Misericórdia formada por duas telas pintadas a óleo, rectangulares, dispostas na vertical, unidas por armação de madeira, vara de suporte com encaixe e remate com cruz de cor preta com anéis dourados, de hastes cilíndricas e extremidades em forma de gota, assente sobre esfera. Extremidades das telas com galão. Numa das telas encontra-se representado o tema da Virgem da Misericórdia, com um vasto manto azul celeste, que preenche a parte superior de uma extremidade à outra, aberto por mãos de anjos, um de cada lado. A Virgem, que se eleva sobre nuvens brancas, encontra-se coroada, com as mãos postas; enverga vestido vermelho, cingido por cordão amarelo com laço na frente. O rosto oval é emoldurado por cabelos ondulados, compridos, que caem sobre os ombros. Sob o manto protector abriga apenas duas figuras representantes do poder religioso e do poder temporal, um frade trino à direita e um rei à esquerda, ajoelhados e com as mãos postas em atitude de oração. Do lado oposto representa-se, como é usual nesta tipologia de bandeiras, a imagem de Nossa Senhora da Piedade. Nossa Senho-

ra encontra-se sentada junto aos pés da cruz, enverga vestido vermelho e manto azul, que lhe envolve a cabeça. O rosto com ténue expressão de dor encontra-se direccionado para o corpo de Cristo que repousa sobre as suas pernas, claramente desproporcionado, e que segura com o braço esquerdo, enquanto a outra mão se eleva para o lado. Programa iconográfico em conformidade com as características

usuais nesta tipologia de bandeiras, mas muito simplificado e reduzido em termos de figuras. Desta forma se manifestava que a Virgem amparava os vários grupos sociais, aos quais unia o seu sofrimento como Mãe. Trata-se de uma composição de factura muito ingénua, com representação figurativa rígida, simplificada, sem modelação das figuras, recorte duro das vestes e sem expressividade.





Designação: Bandeira Real
N.º de inventário: SCMVR 0042 P
Autor: J. R. d'Lam(?)
Técnica: Óleo sobre tela
Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (armação, vara e cruz); Galão (moldura); Metal (moldura)
Medidas: Alt. 87 cm; Larg. 66 cm
Cronologia: 1830
Localização: Capela de Santa Ana, sacristia
Inscrições: *J. R. d'Lam(?) pintou 1830*
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Bandeira Real da Misericórdia formada por duas telas pintadas a óleo, rectangulares, dispostas na vertical, unidas por armação de madeira, vara de suporte com encaixe e remate com cruz de cor preta com anéis dourados, de hastes cilíndricas e extremidades em forma de gota, assente sobre esfera. Extremidades das telas com galão de franja, que se encontra descolorido e parcialmente destruído, preso por aplicações metálicas. Numa das telas encontra-se representado o tema da Virgem da Misericórdia, com um vasto manto azul celeste, que preenche a parte superior de uma extremidade à outra, aberto por mãos de anjos, um de cada lado. A Virgem, que se eleva sobre nuvens brancas, encontra-se coroada, com as mãos postas, enverga vestido pérola, cujas mangas curtas permitem visualizar as mangas de uma veste vermelha, com as extremidades ornadas com motivos dourados. O rosto oval é emoldurado por cabelos ondulados, compridos, que caem sobre os ombros. Sob o manto protector abriga representantes de todos os grupos sociais: à direita um papa, um bispo mitrado, um cardeal, um

frade trino com a identificação no hábito branco (FMI - Frei Miguel Instituidor), duas freiras e quatro nobres num plano mais recuado; do lado direito posicionam-se o rei e a rainha, cuja coroa se encontra depositada no chão em sinal de humildade, ajoelhados em coxins, alguns nobres e figuras do povo, com aspecto humilde. Todas as personagens se encontram ajoelhadas e com as mãos postas em atitude de oração. Do lado oposto representa-se, como é usual nesta tipologia de bandeiras, a imagem de Nossa Senhora da Piedade. Nossa Senhora encontra-se sentada junto aos pés da cruz, na qual estão pintadas as letras INRI e se encontra suspensa a coroa de espinhos, enverga vestido cinzento e manto azul, que lhe envolve a cabeça. O rosto com ténue expressão de dor encontra-se direccionado para o corpo de Cristo que repousa sobre as suas pernas, uma flectida e outra parcialmente estendida, e que segura com o braço esquerdo, enquanto na outra mão, recolhida ao nível da cintura, segura um lenço. Fundo escuro. Programa iconográfico em conformidade com as características usuais nesta tipologia de bandeiras. Desta forma se manifestava que a Virgem amparava os vários grupos sociais aos quais unia o seu sofrimento como Mãe. Trata-se de uma composição de factura ingénua, com representação figurativa rígida, sem modelação das figuras, recorte duro das vestes e sem expressividade.

Designação: Bandeira Real
N.º de inventário: SCMVR 0041 P
Autor: Desconhecido
Materiais: Tela (suporte); Óleo (camada cromática); Madeira (armação, vara e cruz); Galão (moldura)
Técnica: Óleo sobre tela
Medidas: Alt. 67 cm; Larg. 56 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Bandeira Real da Misericórdia formada por duas telas pintadas a óleo, rectangulares, dispostas na vertical, unidas por armação de madeira, vara de suporte com encaixe e remate com cruz de cor preta com anéis dourados, de hastes cilíndricas e extremidades em forma de esfera cintada por perlado, assente sobre esfera. Numa das telas encontra-se representado o tema da Virgem da Misericórdia, com um vasto manto azul celeste, que preenche a parte superior de uma extremidade à outra, aberto por mãos de anjos, um de cada lado. A Virgem, que se eleva sobre nuvens brancas, encontra-se coroada, com as mãos postas, enverga vestido cinzento. O rosto oval é emoldurado por cabelos ondulados, compridos, que caem sobre os ombros. Sob o manto protector abriga apenas duas figuras representantes do poder religioso e do poder temporal, um frade trino à direita e um rei à esquerda, ajoelhados e com as mãos postas em atitude de oração. Do lado oposto representa-se, como é usual nesta tipologia de bandeiras, a imagem de Nossa Senhora da Piedade. Nossa Senhora encontra-se sentada junto aos pés da cruz, enverga vestido cinzento e

manto azul, que lhe envolve a cabeça. O rosto sem expressão de dor não se encontra direccionado para o corpo de Cristo que repousa sobre as suas pernas, claramente desproporcionado. A circundar a cabeça da Virgem tem um resplendor de estrelas. Paisagem montanhosa. Programa iconográfico em conformidade com as características usuais nesta tipologia de bandeiras, mas muito simplificado e reduzido em termos de figuras. Desta forma se manifestava que a Virgem amparava os vários grupos sociais aos quais unia o seu sofrimento como Mãe. Trata-se de uma composição de factura muito ingénua, com representação figurativa muito rígida, simplificada, sem modelação das figuras, recorte duro das vestes e sem expressividade.



Designação: São Tiago Apóstolo
N.º de inventário: SCMVR 0299 P
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira (suporte); Óleo (camada cromática)
Técnica: Óleo sobre madeira
Medidas: Alt. 105 cm; Larg. 73 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Pintura sobre madeira de formato recortado, acompanhando o perfil da figura masculina representada. O Apóstolo Tiago, filho de Zebedeu, encontra-se sentado, com o joelho direito levantado, sobre o qual inclina o corpo, voltado à direita, e apoia as mãos, cruzadas, que sustentam a cabeça. Encontra-se a dormir. Enverga túnica verde até aos pés e manto vermelho. Rosto adormecido, olhos fechados, cabelo, barba e bigode castanhos. Figuração de cariz popular, tratamento simplificado, com os contornos demarcados a preto. Esta imagem deveria ser utilizada para a encenação de um dos episódios da Semana Santa, concretamente para figurar a Oração de Cristo no Horto, em que os apóstolos Pedro, Tiago e João adormeceram enquanto Jesus orava.



Designação: São Pedro Apóstolo
N.º de inventário: SCMVR 0300 P
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira (suporte); Óleo (camada cromática)
Técnica: Óleo sobre madeira
Medidas: Alt. 106 cm; Larg. 74 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Pintura sobre madeira de formato recortado, acompanhando o perfil da figura masculina representada. O Apóstolo Pedro encontra-se sentado, com o joelho esquerdo levantado, sobre o qual inclina o corpo, voltado à esquerda, e apoia o cotovelo, e com a respectiva mão sustenta a cabeça. Encontra-se a dormir. Enverga túnica azul até aos pés e manto castanho. Rosto adormecido, olhos fechados, cabelo, barba e bigode grisalhos. Figuração de cariz popular, tratamento simplificado, com os contornos demarcados a preto. Esta imagem deveria ser utilizada para a encenação de um dos episódios da Semana Santa, concretamente para figurar a Oração de Cristo no Horto, em que os apóstolos Pedro, Tiago e João adormeceram enquanto Jesus orava.



Designação: São João Apóstolo
N.º de inventário: SCMVR 0301 P
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira (suporte); Óleo (camada cromática)
Técnica: Óleo sobre madeira
Medidas: Alt. 105 cm; Larg. 73 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Pintura sobre madeira de formato recortado, acompanhando o perfil da figura masculina representada. O Apóstolo João, filho de Zebedeu, encontra-se sentado, com as pernas cruzadas, com o corpo inclinado à direita, apoiando o braço sobre um rochedo e com a mão ampara a cabeça adormecida. Enverga túnica verde até aos pés e manto vermelho. Rosto adormecido, olhos fechados, cabelo castanho liso. Figuração de cariz popular, tratamento simplificado, com os contornos demarcados a preto. Esta imagem deveria ser utilizada para a encenação de um dos episódios da Semana Santa, concretamente para figurar a Oração de Cristo no Horto, em que os apóstolos Pedro, Tiago e João adormeceram enquanto Jesus orava.



Designação: Cristo Crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0302 P
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira (suporte); Óleo (camada cromática)
Técnica: Óleo sobre madeira
Medidas: Alt. 118 cm; Larg. 165 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Capela de Santa Ana, sacristia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau, muitos destacamentos da policromia
Descrição: Cruz de madeira, com as faces lisas e a imagem de Cristo pintada. A camada pictórica apresenta muitas falhas e perda de cor, dificultando a leitura da obra. Cristo, em posição frontal, com os braços ligeiramente verticalizados, presos à cruz pelos cravos. Enverga cendal branco, com laçada à direita, tem as pernas e pés sobrepostos, ficando a direita sobre a esquerda. Rosto ligeiramente inclinado à direita, emoldurado pelos cabelos ondulados e pela barba simples. Os olhos encontram-se fechados e sobre a cabeça tem a coroa de espinhos, de cor verde. A cabeça é circundada pelo resplendor de cor amarela. Anatomia tratada de forma simplificada. Os ferimentos decorrentes da flagelação e da crucificação estão praticamente ausentes, contrastando com outras figurações congéneres. No remate da cruz, sobre uma cartela branca, tem as iniciais INRI.

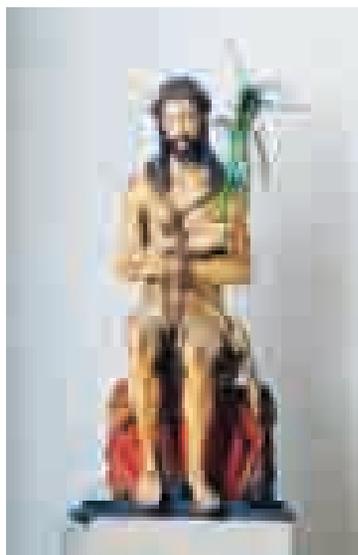
11.3. Colecção de Escultura

Os exemplares de escultura pertencentes à Irmandade da Misericórdia de Vila Real encontram-se distribuídos pelos retábulos, sacristias e Casa do Despacho da Igreja e da Capela de Santa Ana.

São obras com cronologias diferenciadas, entre os séculos XVII e XIX, que se perfilam nas características formais desse período, o maneirismo e o barroco. Os exemplares oitocentistas evidenciam a continuidade das propostas formais setecentistas. Iconograficamente, apresentam os elementos simbólicos e a gestualidade recorrentes neste tipo de imaginária, não se observando quaisquer desvios aos programas iconográficos de cada período. A presença de um conjunto de imagens associadas ao tema da Paixão de Cristo remete-nos para um universo devocional às manifestações religiosas realizadas no período quaresmal, frequentemente dinamizadas pelas irmandades da Misericórdia. Nessas procissões, várias imagens, como o Senhor dos Paços, a Senhora das Dores, o Cristo Morto, o *Ecce Homo*, entre outras, eram colocadas em andores, representando os vários Passos da Paixão de Cristo, entoando-se cânticos específicos relacionados com cada uma das figurações, emocionando os que as observavam e aumentando a devoção das comunidades católicas.

Nos altares laterais da Igreja da Misericórdia e nos retábulos da capela de Santa Ana encontram-se várias imagens que nos remetem para devoções muito diversificadas, denotando-se, tal como na pintura religiosa, a ausência de quaisquer representações alusivas às Catorze Obras de Misericórdia.

Do século XVII, destacamos as duas imagens de Nossa Senhora da Conceição, que glosam um modelo iconográfico que foi amplamente repetido na região do centro e do norte do País. As imagens de Cristo Morto, da Senhora das Dores ou de Nossa Senhora do Carmo remetem-nos para a teatralidade e decorativismos que são apanágio do barroco. O seu enquadramento em estruturas retabulares setecentistas reforça o seu impacto visual. Na Casa do Despacho e na sacristia encontram-se vários crucifixos com Cristo, que originalmente deveriam pertencer aos vários altares. São exemplares muito diversificados, entre os quais assinalamos a presença de um espécime indo-português, executado em marfim.



Designação: Cristo Flagelado ou Senhor da Cana Verde

N.º de inventário: SCMRV 0001E

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira

Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado

Medidas: Alt. 134 cm; Larg. (base) 67,5 cm; Prof. (base) 48 cm

Cronologia: Séc. XVII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, arco lateral esquerdo ao retábulo-mor

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Apresenta sujidades acumuladas, que alteram a cor das carnações, e alguns destacamentos de material nas costas.

Descrição: Cristo figurado na forma popularmente conhecida como Senhor da Cana Verde. Sentado, em posição frontal, sobre assento em forma de tronco com concavidades diversas, que se encontra parcialmente oculto pelo manto vermelho dobrado, com orla dourada. O rosto, com expressão dolorosa, de sofrimento contido, é emoldurado pelos cabelos castanhos lavrados em finas madeixas onduladas, que caem até aos ombros, e pela barba, bifida, figurada com rigidez. Sobre os cabelos ostenta uma coroa feita de corda entrelaçada, em referência à coroa de espinhos. Na testa evidenciam-se as feridas decorrentes da coroa de espinhos, das quais pendem gotas de sangue, que se distribuem pela testa e pelas faces. Da boca, ligeiramente aberta, também saem algumas escorrências de sangue. O corpo de Cristo, despido, com os músculos e pormenores anatómicos delineados, evidencia a magreza e as feridas ensanguentadas: para além de várias gotas de sangue que se distribuem

pelos diferentes partes do corpo, ostenta golpes e feridas com dimensões desiguais nos pés, nos joelhos, nos braços, nos ombros e na barriga. Nas costas, com ligeira curvatura para a frente, também se distribuem vários golpes com escorrências de sangue, resultantes da flagelação. Enverga apenas o cendal branco orlado a ouro, preso lateralmente por laçada, com algumas nuances vermelhas resultantes das gotas de sangue. Os braços encontram-se cruzados à frente, envolvidos por uma corda que pende do pescoço e cai até aos pés. Numa das mãos ostenta uma cana verde, recente. A coroa de espinhos e a cana verde, em substituição da coroa real e do ceptro, evocam de forma jocosa a sua afirmação de ser o rei dos Judeus.

A presença desta imagem está associada às manifestações religiosas realizadas no período Quaresmal, frequentemente dinamizadas pelas irmandades da Misericórdia. Nessas procissões, várias imagens como esta eram colocadas em andores, representando os vários Passos da Paixão de Cristo, e entoavam-se cânticos específicos relacionados com cada uma das figurações. O *Ecce Homo*, que associado à cana verde se popularizou como Senhor da Cana Verde, integrava essas procissões. Constitui um tema que se difundiu a partir dos finais da Idade Média na pintura e teve ampla divulgação na estatuária dos séculos XVII a XVIII, emocionando os que as observavam e aumentando a devoção das comunidades católicas.



Designação: Anjo ceroferário

N.º de inventário: SCMRV 0003.01 E

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira

Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado

Medidas: Alt. 118 cm; Larg. (base) 40 cm; Prof. (base) 28 cm

Cronologia: Séc. XVIII (último quartel)

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, supedâneo, esquerda

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Apresenta muita sujidade acumulada

Descrição: Anjo ceroferário, jovem e sem asas, representado de pé, em posição frontal, pernas em simetria, apenas a esquerda ligeiramente avançada. Assenta sobre base marmoreada de recorte em quadrifólio. Cabeça com ligeira inclinação para a direita. Rosto muito alongado, com queixo proeminente, face cheia e expressão triste, lábios pequenos e espessos, olhos amendoados levemente direccionados para baixo. Cabelos com penteado elaborado, volumosos caracóis simétricos na parte envolvente da testa, com as madeixas laterais apanhadas na parte superior da cabeça, formando dois enrolamentos alongados, enquanto as restantes caem onduladas pelas costas e ombros, elevando-se estas para os lados numa sugestão de movimento. Veste uma túnica muito justa no tronco, cintada, de tom azul esverdeado e orla dourada, decote de perfil quadrado e base com recortes curvos, sendo que no do meio ostenta uma borla dourada, na parte frontal ao nível do peito e da cintura; é enobrecida com ornatos de cariz vegetalista pintados a branco, as mangas são largas e deixam à vista as mangas

largas de outra veste de cor vermelha. O saio, de cor amarela, com orla dourada e ramos de flores azuis e vermelhas na parte frontal, cai com pregas assimétricas, sugerindo movimento. Por baixo da túnica apresenta uma espécie de calças, de cor verde no interior e preta no exterior, que se abrem acima dos volumosos joelhos e caem em pregas assimétricas até à base, deixando à vista as sandálias, de cor castanha e vermelha, de cano alto, com os dedos a descoberto, compostas por três correias horizontais e uma vertical, rematando com pregas cingidas ao meio por botão em forma de ponta de diamante. Sobre os ombros, um pano estreito vermelho, enlaçado nos braços, cai em pregas ondulantes. O braço esquerdo encontra-se flectido e a mão repousa sobre o peito; com a mão direita segura a cornucópia de cor castanha, rematada por arandela circular, de metal pintado a verde, em forma de corola.

Este tipo de esculturas teve ampla utilização nos séculos XVII e XVIII, evidenciando a importância atribuída à luz, como símbolo da presença de Cristo, e à cenografia criada pelos elementos de suporte das luminárias.



Designação: Anjo ceroférario
N.º de inventário: SCMVR 0003.02 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. 118 cm; Larg. (base) 35 cm; Prof. (base) 27 cm
Cronologia: Séc. XVIII (último quartel)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, supedâneo, direita
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Apresenta muita sujidade acumulada
Descrição: Anjo ceroférario, jovem e sem asas, representado de pé, em posição frontal, pernas em simetria, apenas a direita ligeiramente avançada. Assenta sobre base marmoreada de recorte em quadrifólio. Cabeça com ligeira inclinação para a esquerda. Rosto muito alongado, com queixo proeminente, face cheia e expressão triste, lábios pequenos e espessos, olhos amendoados levemente direccionados para baixo. Cabelos com penteado elaborado, volumosos caracóis simétricos na parte envolvente da testa, com as madeixas laterais apanhadas na parte superior da cabeça, formando dois enrolamentos muito volumosos e alongados, enquanto as restantes caem onduladas pelas costas e ombros. Veste uma túnica muito justa no tronco, cintada, de tom azul esverdeado e orla dourada, decote de perfil quadrado e base com recortes curvos, sendo que no do meio ostenta uma borla dourada, na parte frontal, ao nível do peito e da cintura; é enobrecida com ornatos de cariz vegetalista pintados a branco, as mangas são largas e deixam à vista as mangas largas de outra veste

de cor vermelha. O saio, de cor amarela com orla dourada e ramos de flores azuis e vermelhas na parte frontal, cai com pregas assimétricas, sugerindo movimento. Por baixo da túnica apresenta uma espécie de calças, de cor verde no interior e preta no exterior, que se abrem acima dos volumosos joelhos e caem em pregas assimétricas até à base, deixando à vista as sandálias, de cor castanha e vermelha, de cano alto, com os dedos a descoberto, compostas por três correias horizontais e uma vertical, rematando com pregas cingidas ao meio por botão em forma de ponta de diamante. Sobre os ombros, um pano estreito vermelho, enlaçado nos braços, cai em pregas ondulantes. O braço direito encontra-se flectido e a mão repousa sobre o peito; com o braço esquerdo envolve a cornucópia e segura-a com a mão, a qual tem cor castanha; é rematada por arandela circular, de metal pintado a verde, em forma de corola. Este tipo de esculturas teve ampla utilização nos séculos XVII e XVIII, evidenciando a importância atribuída à luz, como símbolo da presença de Cristo, e à cenografia criada pelos elementos de suporte das luminárias.



Designação: Cristo atado à coluna
N.º de inventário: SCMVR 0006 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira, vidro e corda
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. 109 cm; Larg. (base) 49 cm; Prof. (base) 35,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, arco lateral direito ao retábulo-mor
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Apresenta sujidades acumuladas, que alteram a cor das carnações
Descrição: Imagem de Cristo representada em pé, em posição frontal, com o corpo ligeiramente inclinado para a direita em relação ao eixo vertical, a cabeça levemente virada para cima. Os braços cruzam-se junto dos punhos ao nível da zona da barriga, sobre o lado direito, envolvidos por uma corda, que pende do pescoço e está suspensa na parte superior da coluna, posicionada lateralmente. O cabelo, dividido a partir do risco central, cai até aos ombros em grandes ondas que emolduram o rosto largo, juntamente com o bigode e a barba bífida ondulada. Os olhos de vidro, de grandes dimensões, encontram-se direccionados para o alto, acentuando a espiritualidade de Cristo. Em toda a extensão da testa, junto ao cabelo, é visível a ferida provocada pela coroa de espinhos, da qual despontam várias escorrências de sangue que se distribuem pela testa. Na face esquerda ostenta uma ferida. O pé direito encontra-se assente só ao nível dos dedos, determinando a posição flectida da

perna. Os músculos são delineados em profundidade e a representação da estrutura óssea sugere a magreza do corpo de Cristo, em contraste com os músculos desenvolvidos. Encontra-se despido, envergando apenas o cendal na zona do baixo-ventre, com pregas angulosas e volumosa laçada à direita. Pelo corpo sucedem-se as várias feridas provocadas pela flagelação, com escorrências de sangue. Nas costas, a partir dos cabelos ondulados, distribuem-se os golpes da flagelação figurados com grande realismo, nomeadamente no que concerne à pele dilacerada que envolve os golpes e às abundantes escorrências de sangue, contribuindo para acentuar a encenação de sofrimento e reforçar o sentimento da piedade humana. A imagem de Cristo assenta sobre uma base rectangular, com os ângulos cortados, ao lado da qual se eleva a coluna de superfície marmoreada, com o fuste marcado por vários anéis. A presença desta imagem está associada às manifestações religiosas realizadas no período Quaresmal, frequentemente dinamizadas pelas irmandades da Misericórdia. Nessas procissões, várias imagens como esta eram colocadas em andores, representando os vários Passos da Paixão de Cristo, e entoavam-se cânticos específicos relacionados com cada uma das figurações, reforçando o fervor religioso por parte dos cristãos.



Designação: Cristo Crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0007 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e metal
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. (imagem) 113 cm; Alt. (cruz) 217 cm; Larg. (braços) 102 cm; Larg. (cendal) 28 cm; Larg. (cruz) 104 cm
Cronologia: Desconhecido
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, centro do retábulo-mor
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Apresenta muitas sujidades acumuladas, que alteram a cor das carnações
Descrição: Cruz de altar, latina e de secção hexagonal, com decoração em relevo, figurando um ramo com flores que se perfila de forma ondulada em toda a extensão da superfície das duas faces intermédias das hastes, rematando as três extremidades dos braços com enrolamentos e plumas. Aposta à cruz encontra-se a imagem de Cristo, morto, com a cabeça levemente descaída para o lado direito. No conjunto sobressai a simetria no tratamento do corpo esguio e muito magro, modelado com algum pormenor nos músculos e particularmente no tronco, onde a estrutura óssea figurada com minúcia e o ventre contraído evidenciam a tensão que acompanhou o último suspiro de Cristo. Os braços encontram-se ligeiramente verticalizados e presos à cruz pelos cravos piramidais, as mãos abertas, com os dedos parcialmente flectidos. A cabeça, inclinada à direita, sugere o repouso e hieratismo da morte. O rosto largo é emoldurado pelos volumosos cabelos, que caem ondulados

até aos ombros, pela grossa coroa de espinhos que sobrepuja a cabeça e pela barba bifida talhada com ondas simétricas. Os olhos totalmente fechados e tratados de forma sumária contrastam com a boca ensanguentada e ligeiramente aberta, assinalando dramaticamente o suplício que acabava de ocorrer. A zona do baixo-ventre é envolvida pelo cendal, com pregas assimétricas, ligeiramente descaído do lado esquerdo, onde termina com volumoso nó e pregas escalonadas. As pernas dispõem-se simetricamente, o pé direito está pregado sobre o esquerdo, justapostos com o cravo piramidal. O dramatismo da imagem é acentuado pelos fluxos de sangue resultantes sobretudo da coroação com espinhos, da lançada no lado direito do peito, das feridas nos joelhos, pescoço, ombros, mãos e pés, dispondo-se as gotas de forma pouco naturalista e excessiva. Na haste central, sobre a cabeça de Cristo, numa filacteria dourada, em posição oblíqua e ondulada, encontram-se as letras J.N.R.J.



Designação: Senhor dos Passos
N.º de inventário: SCMVR 0017 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira, cabelo, tecido, corda e vidro
Técnica: Escultura; Encarnado
Medidas: Alt. (de joelhos) 123 cm; Larg. 67 cm; Diâmetro (base) 41,5 cm
Cronologia: Séc. XIX(?)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, arco lateral esquerdo
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Imagem de roca do Senhor dos Passos, com estrutura de madeira, articulado nos braços, pescoço e joelhos. Apenas a cabeça, os pés e as mãos se encontram tratados com as carnações. Genuflectido sobre o joelho esquerdo. O tronco encontra-se inclinado para a frente e a cabeça direccionada para o chão, para onde dirige o olhar, numa postura de cedência do corpo em face do padecimento, provocado pelas feridas corporais e pelo peso da cruz, mas sem desistência. Braço direito erguido para a frente, com a mão aberta. A cruz, de configuração latina, pintada de preto, encontra-se assente sobre o ombro esquerdo e é amparada pelo braço e mão correspondentes. Os pés, com os dedos representados em pormenor, ostentam algumas escorrências de sangue. Vestes recentes de cetim roxo. O rosto, alongado, apresenta bigode e barba com ligeiras ondulações, rematada de forma bifida. Os olhos de vidro encontram-se direccionados para o chão e das extremidades saem gotas de sangue. Na face esquerda tem uma ferida aberta e ensanguentada. Das narinas também saem dois fluxos de sangue. Na extremi-

dade da testa evidenciam-se as feridas provocadas pela coroa de espinhos, das quais escorre sangue. A boca, com lábios finos, encontra-se levemente entreaberta, permitindo a visualização dos dentes. Apresenta cabeleira humana, de cabelos escuros e encaracolados (de fabrico recente), sobre a qual se posiciona a coroa de espinhos, executada em prata. Uma corda dobrada cinge o pescoço e liga à cintura envolvendo-a, terminando em nó frontal. Veste túnica roxa de cetim, de fabrico recente.

Representação iconográfica que evoca o percurso de Cristo desde a sua condenação à morte no pretório até ao calvário. A presença desta imagem está associada às manifestações religiosas realizadas no período Quaresmal, frequentemente dinamizadas pelas irmandades da Misericórdia. Nessas procissões, várias imagens como esta eram colocadas em andores, representando os vários Passos da Paixão de Cristo, e entoavam-se cânticos específicos relacionados com cada uma das figurações. A encenação de dor e sofrimento constituía um factor de aumento da piedade e do fervor religioso dos fiéis.



Designação: Senhora das Dores
N.º de inventário: SCMVR 0018 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira, cabelo, tecido e vidro
Técnica: Escultura; Encarnado; Policromado
Medidas: Alt. 163 cm; Larg. (base) 63 cm; Prof. (base) 61 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, retábulo lateral direito
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Apresenta sujidades acumuladas e destacamentos de policromia muito significativos nas mãos
Descrição: Imagem de roca, figurando Nossa Senhora das Dores. Representada de pé, em posição frontal. O busto de vulto assenta numa estrutura oval, suportada por seis hastes de ferro, assentes sobre base de madeira rectangular. Os braços são articulados nos ombros, cotovelos e punhos. O tratamento das carnações circunscreve-se à cabeça, pescoço, ombros e mãos. O rosto, de recorte oval e delineado com formas suaves, encontra-se levantado, ostenta sobrancelhas lineares e finas; os olhos abertos, de vidro, encontram-se direccionados para cima, pelo que as pupilas ocupam a parte superior do globo ocular, ao centro, sublinhando a espiritualidade da Virgem. Queixo proeminente centrado por comissura. A boca, de lábios finos, ligeiramente entreaberta, acentua o dramatismo da representação. O posicionamento do rosto e dos olhos, a abertura da boca e as lágrimas que caem dos olhos em forma de gotas reforçam a expressão de marcada dor da Virgem em face da morte do filho. Os braços elevam-se ao nível do peito; no direito,

com a palma da mão virada para cima, segura um lenço branco com orla de renda, a mão esquerda está posicionada ligeiramente mais acima, encontrando-se aberta e erguida. Ostenta cabeleira natural. Enverga um vestido roxo com decoração a fio de ouro e pedras nas mangas e na parte frontal e gola de renda branca. Sobre a cabeleira recai o manto de cetim azul, exuberantemente bordado com fio de ouro e pedras. Na cabeça eleva-se o resplendor de prata, com oito estrelas. No lado esquerdo do peito ostenta uma espada de bronze, com punho dourado, profusamente decorado; a extremidade torcida liga-se ao guarda-mão a partir de uma coroa de folhas, em forma de S, guarnecido com enrolamentos, e na ligação com a lâmina posiciona-se uma carranca. Trata-se da "espada da dor" que a trespassou quando da morte do Filho. A presença desta imagem está associada às manifestações religiosas dinamizadas pelas irmandades da Misericórdia com a Virgem dolorosa, trespassada por uma espada de dor, quando da Paixão e Morte de seu Filho, unindo-se ao seu sacrifício enquanto redentor. A encenação de dor e sofrimento aumentava a piedade e a devoção dos fiéis. Existem mais seis espadas iguais à que a imagem ostenta, que seriam utilizadas na celebração das Sete Dores da Virgem Maria que ocorre a 15 de Setembro.



Designação: Cristo Morto
N.º de inventário: SCMVR 0019 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. 168 cm; Larg. (cendal) 57 cm; Larg. (ombros) 40 cm; Prof. 28 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, retábulo lateral direito
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Apresenta sujidades acumuladas, que alteram a cor das carnações
Descrição: Imagem jacente de Cristo Morto, hirto, com a cabeça ligeiramente voltada para a direita e assente sobre almofada. Tronco com caixa torácica saliente, marcada pela estrutura óssea e por uma forte sugestão de tensão. Os braços dispõem-se ao longo do corpo, lateralmente, com ligeira flexão. Nos pulsos evidenciam-se as dilacerações da pele provocadas pelas cordas que o amarraram, das quais fluem gotas de sangue. As mãos, com as palmas voltadas para baixo e com os dedos levemente flectidos, repousam sobre o cendal e ostentam os orifícios resultantes da crucificação, envolvidos pelas escorrências de sangue dispostas de forma raiada, mais decorativa do que natural. As pernas e os pés com os dedos distendidos, dispostos paralelamente, sugerem o repouso do corpo. Nos pés, os orifícios decorrentes da cravação são emoldurados pela pele muito arrepanhada e deles escorre o sangue, em fios dispostos em simetria e em correspondência com os dedos. A zona do baixo-ventre encontra-se coberta com

cendal branco com orla dourada, volumoso e de pregas angulosas, com laçada à direita, cujas pregas caem de forma escalonada com naturalismo. No resto do corpo nu, com tratamento anatómico suave, exibe diversos ferimentos com rasgamentos de pele e escorrências de sangue e sucedem-se as manchas azuladas identificativas de um corpo após a morte, aumentando o dramatismo da representação. O rosto sereno, de recorte oval, é emoldurado pelo cabelo ondulado que recai sobre os ombros e costas. A barba, também ondulada, finaliza com caracóis, afrontados ao centro. Os olhos encontram-se semicerrados e os lábios ligeiramente entreabertos, permitindo visualizar os dentes, sugerindo um sofrimento contido. Esta imagem seria colocada num esquife e utilizada na procissão do Enterro do Senhor, realizada na Sexta-feira Maior ou Sexta-feira Santa; remete-nos para a figuração do corpo de Cristo morto, após ser retirado da cruz e ungido com os óleos, para ser sepultado. A procissão, realizada em silêncio e à luz das velas, constitui uma encenação de um percurso para a morte Redentora.



Designação: Santo Ovídio
N.º de inventário: SCMVR 0028 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e vidro
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado; Estofado; Puncionado
Medidas: Alt. 61 cm; Larg. (base) 19 cm; Larg. (braços) 30 cm; Prof. (base) 14 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau estado de conservação, com fissuras e destacamentos de policromia
Descrição: Santo Ovídio representado como bispo, em pé, frontal, evidenciando algum hieratismo, atenuado pela posição dos braços, pela ligeira inclinação da cabeça para a frente e pelo avanço do pé direito em relação ao esquerdo. Os braços encontram-se soerguidos e dirigidos para a frente. A mão direita, mais elevada e aberta, faz a bênção, o braço e a mão esquerda seguram o Livro e o báculo, com vara de tubo liso e crossa em talha dourada, com ornatos vegetalistas. Possui rosto jovem, largo e inexpressivo, com lábios delgados, sobranceiras muito finas e olhos de vidro. O cabelo, curto e ondulado, só é visível lateralmente. Na cabeça ostenta mitra cônica, seccionada e orlada por larga faixa dourada ornada com pontilhado de punção, a restante superfície, de cor vermelha, também se encontra ornada com pequenos pontos dourados executados por punção e singelas ramagens serpentiformes; na parte de trás da mitra a superfície vermelha não ostenta qualquer decoração e possui os usuais dois pendentes com orla e franja doura-

das. Veste batina, apenas visível a partir dos joelhos, de cor castanho-escuro, com larga fimbria dourada e adornada com ramagens serpentiformes puncionadas, que cai em pregas assimétricas, elevando-se sobre os sapatos de cor púrpura, apenas visíveis na parte da frente. A sobrepeliz de cor branca, decorada com esgrafitado dourado disposto em simetria numa configuração geométrica, cai em pregas desconcertantes com significativo naturalismo. O pluvial, de cor vermelha, apresenta larga fimbria dourada decorada por punção, configurando motivos florais inseridos num traçado em ziguezague; fecha ao nível do peito com fírmal dourado e rectangular, com os ângulos curvos, enobrecido com flor puncionada. A parte detrás do pluvial ostenta o capuz quadrangular, com franja e orla douradas e com decoração de punção, enquanto a superfície interior ostenta cor vermelha com tonalidade mais clara e possui singelos ramos de flores dourados. A estola de cor vermelha e orla dourada tem a superfície decorada por punção, configurando um ornato geométrico, em ziguezague, formado por pontilhado dourado. Nas mãos ostenta luvas de cor púrpura. Assenta em base rectangular marmoreada. A presença desta imagem está associada à devoção a Santo Ovídio, que se encontra sepultado na Catedral de Braga, onde foi bispo no século I d.C.





Designação: Cristo Crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0029 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e prata
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. (imagem) 58 cm; Alt. (cruz) 156 cm; Larg. (braços) 46,5 cm; Larg. (cendal) 19 cm; Larg. (cruz) 75 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia, por cima do arcaz
Inscrições: JNRJ – Tabela de prata
Estado de conservação: Dedos partidos e muita sujidade na imagem e nos elementos de prata
Descrição: Cruz de altar, em madeira de pau-santo, com imagem, em madeira, de Cristo Crucificado. Cruz latina, com a superfície moldurada por sulco rectilíneo e as hastes rematadas em trifólio. Cristo, figurado morto, numa representação harmoniosa e de grande serenidade, com tratamento minucioso no modelado dos volumes anatómicos, com os músculos, os dedos e os tendões bem delineados, sugestão de grande tensão muscular dos membros, algum exagero formal de curvas bem desenhadas, contracção do ventre em contraste com o volume da caixa torácica. Braços verticalizados, e dedos quase esticados em posição de bênção (encontram-se partidos o dedo mindinho da mão direita e os dedos anelar e indicador da mão esquerda), cravos piramidais nas palmas da mão. Cabeça tombada à direita e pernas flectidas, sobreposição do pé direito sobre o esquerdo, cravadas conjuntamente. A inclinação das pernas flectidas para a esquerda articula-se com a inclinação da anca e da cabeça para a direita. Rosto com

marcado sofrimento, a boca com lábios finos entreaberta, evocando a agonia do último suspiro e do momento da consumação, os olhos semicerrados e as sobrancelhas levemente ao alto. Possui barba bifida ondeada, o cabelo castanho, comprido e ondulado, enrolando de forma volumosa para trás no lado esquerdo, e com uma volumosa madeixa repousando no ombro direito. Cendal branco com orla dourada, com pregueado assimétrico movimentado em exagero, com volumosa laçada à direita, deixando cair ponta de pregas escalonadas. O dramatismo da imagem é salientado pelos corrimentos de sangue, com gotas de verniz, resultantes da coroação com espinhos, da lançada no lado direito do peito, das feridas nos joelhos, pescoço, ombros, anca, mãos e pés. Na haste central da cruz, por cima da cabeça de Cristo, tem um resplendor de prata, com a mesma inclinação à direita da cabeça (com 26 x 14 cm), de formato oval, cujo centro é formado por dois enrolamentos e concheados dispostos em círculo, envolvendo o losango do engaste com ametista. Apresenta vinte e oito conjuntos de raios setiformes, intercalados com pequenos segmentos de raio, e tem espigão para fixação. Antes do remate da haste central possui uma tabela, de prata, com as extremidades enroladas e cercadura com ornato de linha ondulada entre linhas paralelas pontilhadas, na qual se encontram as letras INRI, configuradas com elementos vegetalistas estilizados.



Designação: São Jerónimo
N.º de inventário: SCMVR 0298 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e vidro
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado; Estofado; Puncionado
Medidas: Alt. 89 cm; Larg. 36 cm; Prof. 23 cm
Cronologia: 1818, Séc. XIX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: S. JERONIMO D. MASIMO CARDIAL PATRIARCA. DE S. LOVRENÇO ROMA. ERA. DE 1818
Estado de conservação: Bom
Descrição: São Jerónimo, em escultura de vulto, figurado como sacerdote e doutor da Igreja. Posição frontal, com movimento contido, sugerido pela posição diferenciada dos braços e pelo avanço da perna esquerda, ligeiramente flectida. Assenta numa base elevada, marmoreada, rectangular, com os ângulos cortados e ligeira ondulação na parte frontal, na qual se encontra a inscrição S. JERONIMO D. MASIMO CARDIAL PATRIARCA. DE S. LOVRENÇO ROMA. ERA. DE 1818. veste sotaina castanha, com larga fimbria dourada ornada com losangos traçados por punção, estofada com ornatos dourados, configurando flores, folhas, linhas em ziguezague, linhas paralelas contínuas e pontilhadas. As pregas da túnica caem com rigidez, elevando-se nos sapatos, também castanhos, com sola e decoração composta por pontos e linhas paralelas douradas. Enverga sobrepeliz branca, estofada com ornatos dourados, geométricos (quadriculado) e florais, rematada nas mangas e na base com faixa cinzenta e motivos dourados (quadricu-

lado centrado por pontos). Possui estola vermelha, com orla, franjas e cruces gregas (nas extremidades) douradas. A mozeta envolve os ombros com rigidez, tem cor vermelha, botões e orla dourada puncionada, padrão em escama de filamentos dourados. A cabeça eleva-se ligeiramente para o alto, acompanhando a direcção do olhar, evidenciado pela colocação das pupilas dos olhos na parte superior do globo ocular, evidenciando a espiritualidade do Santo, que é reforçada pela boca entreaberta. O rosto magro alonga-se com as barbas onduladas, de recorte bifido, e os caracóis laterais. Na cabeça tem solidéu vermelho com riscas douradas. Os braços encontram-se erguidos ao nível do tronco; com o esquerdo segura no livro e na mão esquerda tem a pena para escrever. Aos pés, do lado direito, encontra-se outro dos seus atributos, o leão, com dimensões consideráveis, juba ondulada e coroa na cabeça.



Designação: Imagem de Roca
N.º de inventário: SCMV 0033 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Encarnado
Medidas: Alt. 116 cm; Larg. (base) 36 cm; Prof. (base) 28,5 cm
Cronologia: Séc. XIX (?)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Imagem feminina, de pé e frontal, composta por busto de vulto, em trabalho de madeira sumário, sem qualquer tratamento ou policromia, pregado a grade oval de madeira formada por quatro ripas. Rosto alongado, simétrico e estilizado, destacando-se os grandes e amendoados olhos, circundados por pestanas paralelas, queixo proeminente e faces rosadas. Cabeça de formato semicircular preparada para receber a cabeleira artificial. Lateralmente, possui as perfurações para o encaixe dos braços. A união entre a cabeça e o busto é reforçada por peça metálica colocada no pescoço, na parte de trás.



Designação: Cristo Crucificado
N.º de inventário: SCMV 0035 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. 24 cm; Alt. (cruz) 104; Larg. (braços) 20 cm; Larg. (cendal) 8 cm; Larg. (cruz) 35,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau. A cruz encontra-se infestada e fragilizada, com fissuras no cruzamento das hastes, onde foi colocado um enxerto de madeira. A imagem de Cristo também se encontra fragilizada, com destacamentos, e agarrada à cruz por um arame colocado ao nível da cintura
Descrição: Cruz de altar com a imagem de Cristo crucificado, morto, em pose hierática, com a cabeça inclinada sobre o lado direito, onde ostenta lançada no peito. Tem os braços verticalizados, pregados simetricamente, mãos com cravos e dedos ligeiramente dobrados. Corpo muito esguio, com modelação pouco pronunciada dos músculos e tratamento sumário da anatomia. As pernas paralelas, flectidas e inclinadas para a esquerda, estão pregadas com o pé direito sobre o esquerdo. Possui o rosto largo, com barba curta, olhos e boca fechados, inexpressivo, numa atitude de repouso. O cabelo, voltado para trás no lado esquerdo, cai com uma grossa madeixa sobre o ombro direito. Encontra-se desnudo, apenas com a zona do baixo-ventre envolvida por cendal branco, suspenso por corda

dupla. Dos diversos ferimentos convencionais, pés, joelhos, peito, mãos, testa e pescoço, correm pequenos fluxos sanguíneos. Cruz latina, arbórea, pintada de verde, simulando um tronco com os galhos cortados. A base não deverá ser original, de formato rectangular, alteada, com volumes diferenciados, côncavos e convexos, estreitando para o topo.





Designação: Cristo Crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0036 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. (imagem) 25 cm; Alt. (cruz) 76 cm; Larg. (braços) 19 cm; Larg. (cendal) 6 cm; Larg. (cruz) 24 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau. Muita sujidade e pregos oxidados
Descrição: Imagem de Cristo crucificado, morto, em pose hierática, a cabeça completamente inclinada para a direita, repousando no ombro, braços verticalizados, mãos totalmente abertas, cravadas à cruz, com os dedos tratados de forma muito sumária. Tronco vertical, com anatomia tratada de forma sumária, suave definição da cintura, com baixo-ventre ligeiramente contraído e caixa torácica com ténue proeminência. Volumes anatómicos esguios, com indicação suave da massa muscular e da estrutura óssea. Rosto largo, tratado de forma simplificada, com os olhos e boca fechados, expressão de repouso sereno. Barbas tratadas de forma sumária, sem os usuais caracóis. O cabelo, trabalhado de forma grosseira, com grandes madeixas onduladas, voltado para trás no lado esquerdo e cai com uma grossa madeixa sobre o ombro direito. Pernas flectidas e inclinadas para a esquerda, em contraponto à cabeça, pés pregados conjuntamente, o direito sobre o esquerdo. Baixo-ventre coberto por cendal, suspenso por corda,

atado sobre a anca direita, com pregas muito largas e duras. Representação pouco abundante de fios de sangue escorrente e ferimentos convencionais. Cruz de cor verde, configuração latina, simulando um tronco achatado com os galhos cortados, muitos esparsos. Assenta sobre base octogonal, constituída por um primeiro registo de pequenas dimensões, ao qual se sobrepõe um segundo bastante alargado e alteado, que vai estreitando, para o centro, estrangulando com ressaltos. A superfície da base é enobrecida pelos filetes dourados dos molduramentos e por singelos ornatos vegetalistas de inspiração *chinoiserie*, também dourados.



Designação: Cristo Crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0037 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Marfim e madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. (imagem) 31 cm; Alt. (cruz) 97 cm; Larg. (braços) 26 cm; Larg. (cendal) 12 cm; Larg. (cruz) 41 cm
Cronologia: Séc. XVII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau. Alguns dedos partidos, muita sujidade
Descrição: Imagem de Cristo crucificado, morto, com os braços verticalizados e esticados, as mãos semiabertas e dedos em posição de bênção, cravadas à cruz. Cabeça tombada à direita, com rosto oval, barba hirta, com caracóis, ficando os centrais afrontados. Os olhos fechados, as sobrancelhas descaídas, a boca, de lábios muito pequenos, evidenciam uma atitude de total repouso e serenidade. O exotismo da fisionomia do rosto remete-nos para a influência dos modelos da Índia. O cabelo, de configuração peculiar, totalmente direito, com risco ao meio e estrias lineares finas, encontra-se totalmente puxado para trás no lado esquerdo, enquanto no lado direito recai sobre o ombro. Tratamento sumário da anatomia, sem indicação das veias e sem interpretação acentuada da tensão muscular. O tronco, muito magro, tem a caixa torácica ligeiramente desenvolvida, enquadrada pelas costelas figuradas sem naturalismo, e o ventre suavemente contraído. A marcação da estrutura óssea no conjunto da imagem é muito leve. As per-

nas paralelas, ligeiramente flectidas, com cravação conjunta dos pés sobrepostos, o direito sobre o esquerdo. Cendal debruado por filete dourado, suspenso por corda dupla, deixando a descoberto uma das pernas, ata em laçada sobre a anca direita e deixa cair a ponta em pregas escalonadas. Dos diversos ferimentos correm pequenos fluxos sanguíneos. Cruz de configuração latina, lisa, com remates piramidais, dourados, compostos por três degraus. As arestas da cruz, na face frontal, são enobrecidas por folhinhas estilizadas, douradas, dispostas em simetria. Na zona de intercessão da cruz uma flor estilizada. Base pentagonal, com ressaltos alteados, sucessivamente de menores dimensões. Filia-se em protótipos amplamente repetidos nos séculos XVI a XVIII, sem significativas cambiantes formais e iconográficas, que evidenciam a fusão da iconografia religiosa europeia com as formas e os esquemas compositivos característicos do Oriente. No âmbito das navegações e da diáspora portuguesa nos territórios do Oriente, foi intensa a circulação de obras de arte, num intercâmbio que se materializou numa miscigenação entre a cultura e as formas artísticas europeias e as propostas e sensibilidade hindus. A escultura de marfim constitui um núcleo de absoluta relevância no quadro da arte indo-portuguesa, tanto pela quantidade de exemplares como pela diversidade de propostas.



Designação: Cristo crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0038 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e vidro
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. (imagem) 23 cm; Alt. (cruz) 56 cm; Larg. (braços) 17,5 cm; Larg. (cendal) 4,5 cm; Larg. (cruz) 40,5 cm
Cronologia: Séc. XIX

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Muito mau. Sujidade, muitos destacamentos do douramento e ausência de raios do resplendor

Descrição: Cruz de altar, em talha dourada, com imagem de Cristo crucificado. Hastes e braços de secção rectangular, emoldurados por dois frisos lisos. Extremidades com secção rectangular curva, relevada com motivos rectangulares equidistantes, rematados por um pináculo composto por coroa de folhas e pinha. Cristo com corpo alongado e com uma ligeira torção para a direita, trabalhado sumariamente, sem pormenores anatómicos, músculos e ossos suavemente enunciados. Cabelo comprido e barba ondulados, as madeixas do cabelo voltadas para trás no lado esquerdo, deixando a descoberto a orelha, e a cair sobre o ombro direito. Ligeira torção da cabeça para a direita e para o alto, de olhos de vidro abertos, com a pupila disposta na parte superior do globo ocular, e boca entreaberta, numa expressão de sofrimento contido. Braços verticalizados, ligeiramente flectidos, pernas paralelas, a direita com flexão do joelho e voltada para a esquerda. Mãos cravadas, com os dedos dobrados, com excepção do

indicador que se encontra esticado. Os pés encontram-se cravados em separado, em posição ligeiramente assimétrica. Cendal branco, suspenso por fita dourada, pregas paralelas, deixando parcialmente a descoberto a perna e anca direita. Feridas convencionais marcadas de forma ténue, com finos corrimentos de sangue. Raios setiformes dourados (com lacunas) preenchem os ângulos da intersecção da cruz.



Designação: Cristo crucificado
N.º de inventário: SCMVR 0039 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. (imagem) 22 cm; Alt. (cruz) 68 cm; Larg. (braços) 18 cm; Larg. (cendal) 5 cm; Larg. (cruz) 34 cm
Cronologia: Séc. XIX

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho

Inscrições: INRI

Estado de conservação: Muito mau. Sujidade, muitos destacamentos no corpo de Cristo. Alguns raios quebrados

Descrição: Cruz de altar, em talha dourada, com imagem de Cristo crucificado. Hastes e braços de secção rectangular, emoldurados por dois frisos lisos. Extremidades com semicírculo relevado com motivos rectangulares equidistantes, rematadas por um pináculo composto por coroa de folhas.

Cristo com cabelo comprido e barba com suaves ondulações, as madeixas do cabelo voltadas para trás caindo ligeiramente sobre os ombros. Cabisbaixo e com torção da cabeça para a direita, de olhos e boca fechados, nariz afilado. Braços verticalizados, pernas paralelas, com o joelho esquerdo flectido, com o pé esquerdo sobre o direito cravados conjuntamente. Corpo alongado e com uma ligeira torção para a direita, trabalhado sumariamente, sem pormenores anatómicos, músculos e ossos suavemente enunciados. No corpo ensanguentado, com as feridas convencionais figuradas em pormenor, com a pele dilacerada e fluxos de sangue abundante, enverga apenas um cendal bran-

co, com manchas vermelhas devidas ao sangue que escorre das feridas, preso à cintura por uma corda. Raios setiformes (com lacunas) preenchem os ângulos da intersecção da cruz. No remate da haste central da cruz tem aposta tabela de metal, em posição oblíqua e com extremidades enroladas, com as letras INRI.





Designação: São José
N.º de inventário: SCMVR 0168 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado; Estofado; Puncionado
Medidas: Alt. 86 cm; Larg. (braços) 48 cm; Profundidade 30 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Capela de Santa Ana, retábulo lateral direito
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Sujidades acumuladas e destacamentos significativos de policromia
Descrição: São José de pé e frontal, com os dois pés assentes em paralelo, sugestão de movimento dada pela perna direita com ligeira flexão como se fosse caminhar. Braços separados do corpo, erguidos ao nível do tronco. Com o braço e mão esquerda segura o Menino Jesus desnudo, apenas com cendal branco no baixo-ventre, sentado, com as pernas flectidas e levemente reclinado para trás. Com a mão direita deveria segurar a vara com o lírio característica da iconografia de São José. Cabeça erguida e frontal, sem qualquer orientação para o menino, inexpressiva. Possui rosto largo, com olhos castanhos e sobranceiras finas, nariz afilado, boca pequena e lábios entreabertos deixando antever os dentes, bigode verticalizado emergente a partir das abas do nariz. Rosto emoldurado pela barba ondulada com suave modelado e bífida, e pelos caracóis revoltosos do cabelo, que caem em madeixas ondeadas viradas para trás até ao pescoço. Veste uma túnica curta, com decote curvo e gola recortada dourada, ornada com padrão de flores vermelhas e quadrados dourados

puncionados, bainha com faixa dourada decorada a punção, configurando ornatos geométricos. É envolvido por manto vermelho ao nível da cintura, seguro pelo braço esquerdo, exibindo ornatos vegetalistas sobre quadrados dourados puncionados distribuídos pela superfície de forma muito decorativa. Pregueado das vestes tratado com volumetria, plasticidade e sugestão do movimento da colocação e da postura corporal da imagem. Calça botas de cano alto, pretas, com uma larga faixa dourada ao centro, ornada por punção configurando losangos concêntricos iguais aos da bainha da túnica. No remate do cano, as botas têm dobra com recorte triangular ao centro. Menino Jesus em representação, pueril, encorpado, tem o rosto redondo e esboça um sorriso, emoldurado pelos caracóis dourados. Tem um braço erguido para a frente e com a mão esquerda segura num globo azul-escuro, circundado por fita dourada. Evidencia-se a inexistência de qualquer ligação pelo olhar entre São José e o Menino, estando ausente a expressão de afectividade entre pai e filho. Base rectangular, com os cantos frontais cortados e pintura de fingimento marmoreada em tom azul. Conjunto escultórico que denota dinamismo e teatralidade, preocupação com os pormenores do estofado das vestes e do modelado das imagens. Escultura e policromia dos mesmos autores da imagem de São Jerónimo, que se encontra no retábulo-mor.



Designação: Cristo atado à coluna
N.º de inventário: SCMVR 0169 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado
Medidas: Alt. 31 cm; Larg. (base) 18 cm; Prof. (base) 9 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Capela de Santa Ana, retábulo lateral direito
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Sujidades acumuladas e destacamentos significativos de policromia
Descrição: Figura de Cristo atado à coluna de pequenas dimensões, em madeira policromada de vulto pleno, representado de pé em posição frontal. O corpo apresenta ligeira torção ao lado direito para onde se encontra voltada a cabeça. A perna esquerda encontra-se avançada e ligeiramente flectida em relação à direita. Tratamento anatómico bem pronunciado a nível muscular, mas com poucos pormenores na representação óssea e dos tendões. O rosto é alongado, barbeado, olhos pouco abertos e boca entreaberta, numa expressão de tristeza. Exibe cabelos compridos, castanhos, lisos, apenas com ligeiras ondas nas pontas, voltados para trás, caindo nas costas em forma de bico. Feridas pouco pronunciadas, sugeridas através do sangue que cai em gotas de verniz pelas diversas partes do corpo. Enverga um cendal branco a envolver a cintura, com pregas angulosas, terminando em laçada no lado direito, que cai em pregas escalonadas. Tem os braços cruzados ao nível do ventre, voltados para o lado esquerdo, amarrados por

corda que envolve a coluna posicionada lateralmente. Coluna de fuste cilíndrico, com dois anéis salientes no remate e no terço inferior, com superfície pintada a simular granito de cor azul. Base rectangular, com os cantos chanfrados, com o mesmo marmoreado da coluna.





Designação: Crucifixo
N.º de inventário: SCMVR 0161 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado; Puncionado
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Capela de Santa Ana, retábulo-mor, por cima do sacrário
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Alguns raios quebrados
Descrição: Cruz de altar latina, em talha dourada, com imagem de Cristo crucificado. Hastes e braços de secção rectangular, emoldurados por dois frisos lisos, com a superfície puncionada, configurando pequenas flores simétricas, extremidades em forma de pináculo e resplendor na intercessão dos braços da cruz de formato oval e raios setiformes, com algumas lacunas. Corpo de Cristo alongado e com uma ligeira torção para a direita, trabalhado sumariamente, sem pormenores anatómicos, músculos e ossos suavemente enunciados. Cristo morto, com a cabeça inclinada para a direita, de olhos e boca fechados, nariz afilado, expressão serena. Cabelo comprido e barba com ondulações, as madeixas do cabelo voltadas para trás no lado esquerdo e caindo sobre o ombro no lado direito. Braços verticalizados, pernas paralelas, com o joelho esquerdo flectido, o pé esquerdo sobre o direito cravados conjuntamente. As feridas convencionais figuradas de forma simplificada, apenas assinaladas com os fluxos de sangue abundantes. Enverga apenas um cendal branco, com manchas verme-

lhas devidas ao sangue que escorre das feridas, preso à cintura por uma corda, caindo em pregas do lado esquerdo.



Designação: Santa Ana Mestra
N.º de inventário: SCMVR 0240 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e vidro
Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado; Estofado; Puncionado
Medidas: Alt. 122 cm; Larg. 64 cm; Prof. 50 cm
Cronologia: Séc. XVIII (segunda metade)
Localização: Capela de Santa Ana, sacristia (entretanto, retirada)
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Muito mau. Verifica-se o destacamento de partes da escultura e da quase totalidade da policromia. Tendo em conta a qualidade da escultura é urgente e prioritário proceder ao seu restauro
Descrição: O acentuado estado de degradação desta imagem dificulta a sua apreciação. Santa Ana Mestra, juntamente com a Virgem, em vulto pleno. Sentada em cadeira sem braços e respaldo recortado, decorado com concheados, folhagens, enrolamentos e óvulos dourados, o encosto pintado a simular o estofado em tons de vermelho e verde, enquanto no assento possui um revestimento de tecido. Tem a cabeça inclinada para a direita, com olhos de vidro, olhando em direcção à Virgem, que se encontra em pé junto à mãe. A boca encontra-se entreaberta, sugerindo estar a falar. Possui cabelos lisos, que caem a partir do risco central para os lados. O braço direito eleva-se para o lado, encontrando-se sem a extremidade e mão. Sobre as pernas tem um livro aberto, que segura com a mão esquerda, voltado para a Virgem. Tem as pernas flectidas e levemente recuadas. As vestes,

com pregueados abundantes e movimentados, seriam ricamente estofadas com motivos vegetalistas dourados e punção. Enverga vestido comprido, que cai em pregas de forma natural até ao chão, deixando ver apenas a parte da frente dos sapatos. Possui um véu que cai da cabeça pelas costas, tapa o braço esquerdo e cai lateralmente pelo assento em pregas paralelas. A Virgem encontra-se em pé ao lado da cadeira, veste túnica até aos pés, cingida na cinta, tem a cabeça levantada para a mãe, expressando no olhar atenção em relação ao que ela lhe dizia. Com a mão esquerda sustenta lateralmente o livro e a outra, a direita, encontra-se elevada e aberta sobre o livro. Possui cabelos longos e lisos em cima, caindo com ondulações nas extremidades pelas costas. Trata-se de uma escultura com tratamento anatómico cuidado, com as vestes tratadas com maleabilidade e naturalismo, deixando entrever o modelado do corpo. Figuras com expressividade.





Designação: Nossa Senhora da Conceição

N.º de inventário: SCMVR 0241 E

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira

Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado

Medidas: Alt. 136 cm; Larg. (base) 51 cm; Prof. 31 cm

Cronologia: Séc. XVII

Localização: Capela de Santa Ana, sacristia (entretanto, retirada)

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Muito mau. Verifica-se o destacamento de partes de madeira da escultura e da quase totalidade da policromia. Tendo em conta a qualidade da escultura é urgente e prioritário proceder ao seu restauro

Descrição: O acentuado estado de degradação da imagem condiciona a leitura. Nossa Senhora da Conceição em estátua de vulto, figurada de pé e em posição frontal com as mãos postas sobre o peito, em atitude hierática. Ergue-se sobre três cabeças de anjos, aladas, com faces cheias, olhos castanhos e cabelo encaracolado, formando um enrolamento centrado na testa. As asas policromadas encontram-se abertas nos anjos laterais, posicionados num plano mais recuado, e parcialmente fechadas na cabeça central, que se encontra num plano mais avançado. O rosto simétrico, rígido e sem expressão da Virgem, com olhos de vidro, sobrancelhas finas, é emoldurado pelo cabelo, liso, que cai a partir do risco central para os lados e para trás, com ligeiras ondulações, distribuindo-se algumas madeixas pelos ombros. Enverga túnica branca, cingida na cintura, que cai

em pregas desconcertantes até aos pés, sem sugerir as formas corporais. Sobre os ombros envolve-a um manto azul que cai com grande rigidez, com pregueado vertical anguloso. As mãos postas ao nível da cintura, em posição de oração, faltando alguns dedos. A parte posterior é escavada e foi tapada com diferentes pedaços de madeira, alguns dos quais já desapareceram. O cabelo prolonga-se até à cintura, com ondulações.



Designação: Santa Ana Mestra

N.º de inventário: SCMVR 0293 E

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira e vidro

Técnica: Escultura; Policromado; Encarnado; Estofado; Puncionado

Cronologia: Séc. XIX

Localização: Capela de Santa Ana, sacristia

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Bom

Descrição: Figura de Santa Ana Mestra com a Virgem, em pé, em posição frontal. Cabeça com ligeira inclinação para a esquerda e olhar direccionado para baixo, onde se encontra o livro. Olhos de vidro, nariz afilado, sobrancelhas finas e direitas, boca ligeiramente entreaberta. No conjunto o rosto é pouco expressivo. O rosto é totalmente envolvido por véu branco com orla e esgrafitado dourados, tapando a quase totalidade do cabelo castanho. Com o braço e mão esquerda segura na Virgem, que se encontra sentada junto ao ombro do mesmo lado. O braço direito encontra-se flectido e erguido ao nível do peito, com a mão sobreposta à página do livro apontando à Virgem a matéria de ensino. Veste túnica azul clara, que cai em pregas paralelas até aos pés, que se encontram totalmente ocultos, com orla decorada com singelos motivos vegetalistas. Por cima da túnica enverga corpete da mesma cor, com recorte triangular ao nível do ventre, debruado com faixa dourada. Envolve-a ao nível da cintura e suspenso no braço esquerdo um manto castanho claro, enobrecido por orla lisa e cercadura de motivos vegetalistas dourados, salientados por punção, com padrão de finos ornatos de linhas onduladas. O interior do manto

é branco listado a dourado. A imagem da Virgem, sentada, com rosto sem expressão, olhos de vidro direccionados para o livro, cabelo com ondulações, voltado para trás e curto. Tem vestido branco, com cercadura de enrolamentos fitomórficos na gola e mangas, e padrão de singelos motivos florais definidos por linhas douradas muito finas. Com uma das mãos segura o livro enquanto com a outra aponta para a página que está a aprender.



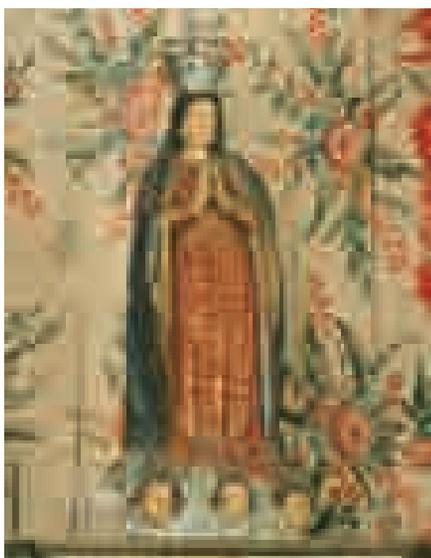


Designação: Imagem de Roca
N.º de inventário: SCMVR 0294 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Encarnado
Medidas: Alt. 160 cm; Larg. (base) 43 cm; Prof. (base) 46 cm
Cronologia: Séc. XIX (?)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Imagem de roca masculina, figurando provavelmente Cristo, utilizada nas cerimónias da Paixão de Cristo (*Ecce Homo*). Rosto largo, com barba bífida de estriado fino, muito rígida, como o bigode unido. Expressão serena. Olhos pequenos, finas sobrancelhas e lábios ligeiramente abertos. Cabeça circular, preparada para a cabeleira artificial. Não possui braços. Corpo de trabalho sumário, com as ripas da parte inferior ocultas por papel cartonado, de cuja base saem os pés, com os dedos tratados com minúcia. O pescoço é de encaixe, assim como os braços.



Designação: Nossa Senhora do Carmo
N.º de inventário: SCMVR 0295 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Escultura; Encarnado; Policromado; Estofado; Puncionado
Medidas: Alt. 115 cm; Larg. (base) 43 cm; Prof. (base) 35 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, retábulo lateral direito
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Muitas sujidades acumuladas e destacamentos de policromia
Descrição: Nossa Senhora do Carmo com o Menino Jesus desnudo, sentado no braço e mão esquerda. É representada de pé e frontal, sobre base marmoreada. Dinamismo e teatralidade conferidos essencialmente pelos movimentados e exuberantes panejamentos, que parecem soltos e batidos pelo vento. Tem o braço direito lançado para a frente, exibindo dedos individualizados e naturalistas, com sugestão de movimento, e junto ao punho tem suspenso o escapulário, de seda bordada com ornatos vegetalistas e o brasão dos carmelitas. Possui o rosto cheio, com contornos duros, lábios grossos, olhos amendoados e queixo saliente, emoldurado pelos cabelos encaracolados que caem em cascata pelos ombros, estando os do lado esquerdo puxados para trás. Sobre a cabeça tem coroa de latão. Enverga hábito carmelita castanho com escapulário, ricamente estofado com ornatos florais e enriquecido com motivos puncionados. A túnica cai em pregas dinâmicas até aos pés, deixando apenas a descoberto a ponta do sapato esquerdo,

ricamente decorado. Na parte superior do escapulário, na zona do peito, tem o brasão carmelita pintado. É envolvida por capa dourada, presa junto ao pescoço com firmal em forma de flor, com estofado floral e motivos puncionados. A parte interna do manto, de cor bege, é ornada com ramagens castanhas. As orlas ondulantes da capa, a plasticidade do escapulário e o pregueado sinuoso do hábito, esvoaçantes, conferem grande dinamismo e teatralidade à imagem. O menino, pueril, com formas anatómicas cheias, marcadas por refegos, claramente infantis, tem um rosto de recorte pouco suave, lábios grossos e olhos amendoados, num tratamento similar ao da Virgem. Possui cabelo curto, ondulado e pouco volumoso. Encontra-se totalmente nu, sobre pano branco que a Virgem segura na mão, numa posição que sugere instabilidade. Tem o braço esquerdo levemente erguido e lançado para a frente, enquanto com o direito envolve o pescoço da mãe. Olhos azuis e asas vermelhas.



Designação: Nossa Senhora da Conceição

N.º de inventário: SCMVR 0296 E

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira

Técnica: Escultura; Encarnado; Policromado; Estofado; Puncionado

Cronologia: Séc. XVII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, retábulo lateral esquerdo

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Muitas sujidades acumuladas e destacamentos de policromia

Descrição: Nossa Senhora da Conceição representada de pé e frontal com as mãos postas sobre o peito, em atitude hierática. O rosto da Virgem de perfil oval, simétrico, sem expressividade, olhar vazio. Tem os olhos rasgados, levemente relevados, sobrancelhas finas, nariz afilado e lábios finos cerrados. Cabelo dividido a partir do risco central, ondulado, caindo sobre o ombro direito e sobre as costas em madeixas encaracoladas. Enverga túnica vermelha, cingida na cintura por tira dourada, que cai em pregas paralelas, com ligeiras assimetrias, até à base, tapando a parte superior da cabeça dos anjos. A túnica é estofada, configurando ornatos vegetalistas, delimitados por punção. Sobre os ombros envolve-a um manto com a orla ondulada, atrás com pregueado vertical anguloso. Sobre os ombros envolve-a um manto azul, que cai até aos pés em pregas paralelas, com fímbria dourada puncionada em ziguezague, cercadura com ornatos vegetalistas serpentiformes e, na restante superfície, incluindo nas costas, distribuem-se pequenos ramos. Ergue-se sobre crescente,

com as pontas para cima, pintado de branco, centrado por três cabeças aladas, de faces cheias, olhos rasgados dirigidos para cima e cabelos encaracolados. As asas, policromadas em tons de verde, azul e branco, encontram-se abertas. Tem as mãos elevadas até ao peito e postas em sinal de oração.



Designação: Nossa Senhora da Penha de França

N.º de inventário: SCMVR 0297 E

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira e vidro

Técnica: Escultura; Encarnado; Policromado; Estofado; Puncionado

Cronologia: 1818

Localização: Capela de Santa Ana, retábulo-mor

Inscrições: N. S.ª DA PENHA DE FRANÇA 1818

Estado de conservação: Muitas sujidades acumuladas e destacamentos

Descrição: Nossa Senhora da Penha de França de pé e frontal, com a perna direita ligeiramente flectida. Segura com o braço e mão esquerda o Menino Jesus, sentado; tem a outra mão soerguida à altura do ombro e afastada do corpo, na qual segura o ceptro, que se encontra parcialmente partido. Tem a cabeça ligeiramente inclinada para a direita, coberta com um véu branco, com orla dourada puncionada e superfície ornada com motivos vegetalistas. Rosto largo, com queixo proeminente, boca entreaberta, deixando visualizar os dentes, olhos de vidro orientados para o alto e sobrancelhas muito finas. Cabelo ondulado, que cai até ao pescoço e nas costas. Veste uma túnica vermelha, com gola drapeada branca com decoração e botão floral dourados, cingida na cintura no mesmo tom e decorada com motivos vegetalistas e punção. Os pés estão totalmente ocultos pela túnica que cai em pregas paralelas e angulosas. É envolvida por manto azul-escuro, lançado e apanhado no lado esquerdo, cruzando na cintura, exibindo tracejado dourado, debruado com fímbria dourada puncio-

nada e cercadura de ornatos fitomórficos serpentiformes. A sugestão de movimento está presente não só na atitude das imagens como no ondulado amplo e anguloso das vestes. A parte posterior do manto tem cor azul claro e tracejado dourado. O Menino enverga vestido castanho com motivos vegetalistas dourados, os pés ligeiramente levantados e os braços soerguidos, segurando na mão direita o globo azul-escuro. Tem volumes anatómicos pouco desenvolvidos, rosto infantil, olhos de vidro e cabelo castanho desenhando caracóis pouco volumosos. A base, muito alteada, é composta por elementos iconográficos característicos da Virgem com esta titulação: uma pequena montanha rochosa, um cavaleiro tombado no chão e um crocodilo que o salvou de uma cobra. O animal, com a boca aberta e corpo esverdeado aparece do lado direito, enquanto o cavaleiro, vestindo jaqueta vermelha e botas pretas está caído no chão, com a mão na cabeça, em sinal de dor.



Designação: São Jerônimo
N.º de inventário: SCMVR 0032 E
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e vidro
Técnica: Escultura; Encarnado; Policromado; Estofado; Puncionado
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Capela de Santa Ana, retábulo-mor
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Muitas sujidades acumuladas e destacamentos
Descrição: São Jerônimo de pé e frontal, com os dois pés assentes virados para fora, sugestão de movimento dada pela perna direita com ligeira flexão como se fosse caminhar. Braços separados do corpo, erguidos ao nível do tronco. Com o braço e mão esquerda segura o Livro. Mão direita aberta, virada para o observador. Cabeça erguida, com o olhar direccionado para o alto, com expressão de sofrimento. Possui rosto largo, com olhos castanhos e sobrancelhas finas rebaixadas, nariz afilado, boca pequena e lábios entreabertos deixando antever os dentes, conferindo ao rosto maior expressividade. Rosto emoldurado pela barba ondulada com suave modelado e bifida, e pelos caracóis volumosos do cabelo, que caem em madeixas ondeadas viradas para trás até ao pescoço. Veste uma túnica curta, com decote curvo e gola recortada dourada, ornada com padrão de flores vermelhas e verdes muito decorativas, bainha com faixa dourada decorada a punção, configurando ornatos geométricos. É envolvido por manto vermelho, que passa pelo ombro direito e por baixo do braço esquerdo, unindo em laçada ao nível da cintura, exibindo or-

natos vegetalistas dourados e marcados por punção distribuídos pela superfície de forma muito decorativa e fimbria dourada puncionada. A superfície interior do manto tem cor verde. Pregueado das vestes tratado com volumetria, plasticidade e sugestão do movimento da colocação e da postura corporal da imagem. Calça botas de cano alto, pretas, com uma larga faixa dourada ao centro, ornada por punção configurando losangos concêntricos iguais aos da bainha da túnica. No remate do cano as botas têm dobra com recorte triangular ao centro. Base rectangular, com dois níveis, os cantos frontais cortados e pintura de fingimento marmoreada em tom azul. Conjunto escultórico que denota dinamismo e teatralidade, preocupação com os pormenores do estofado das vestes e do modelado da imagem. Escultura e policromia dos mesmos autores da imagem de São José que se encontra no retábulo lateral direito.



11.4. Colecção de Talha, Equipamentos e Utensílios

Para além das estruturas retabulares Setecentistas e Oitocentistas, a Misericórdia de Vila Real integra um conjunto de peças móveis de talha. Trata-se de peças maioritariamente constituídas por luminárias, formando conjuntos de castiçais e suporte de cruz que seriam colocados na mesa de altar. Dois dos conjuntos são de sintaxe neoclássica e o terceiro corresponde à transição do rococó para o neoclássico.

Bastante interessante é a Urna do Santíssimo, pela articulação de materiais, o espelho e a talha, usados em alguns exemplares desde o século XVIII. Trata-se de um exemplar do século XIX que enquadra na decoração alguns elementos simbólicos, as uvas que nos remetem para a eucaristia e as alcachofras que evocam a ressurreição.

Também o arcaz da sacristia comporta decoração entalhada nas extremidades e nos limites das secções, com ornatos de matriz rococó.

Noutras peças de particular interesse, observamos o recurso à pintura para as enobrecer e ultrapassar o seu cariz meramente utilitário, como podemos verificar nas duas caixas de esmolas e na pequena arca. Entre estas, merece especial referência a caixa de esmolas com a composição pictórica onde figura Nossa Senhora das Dores, tratada com pormenor e integrada num fundo paisagístico.

Designação: Castiçal / tocheiro

N.º de inventário: SCMVR 0002.01 M; 0002.02 M; 0002.03 M; 0002.04 M; 0001.05 M; 0057 M

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira

Técnica: Talha dourada

Medidas: Alt. 109 cm; Larg. 29 cm

Cronologia: Séc. XIX

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, capela-mor (quatro), Casa do Despacho (um), Capela de Santa Ana (um)

Inscrições: Não tem

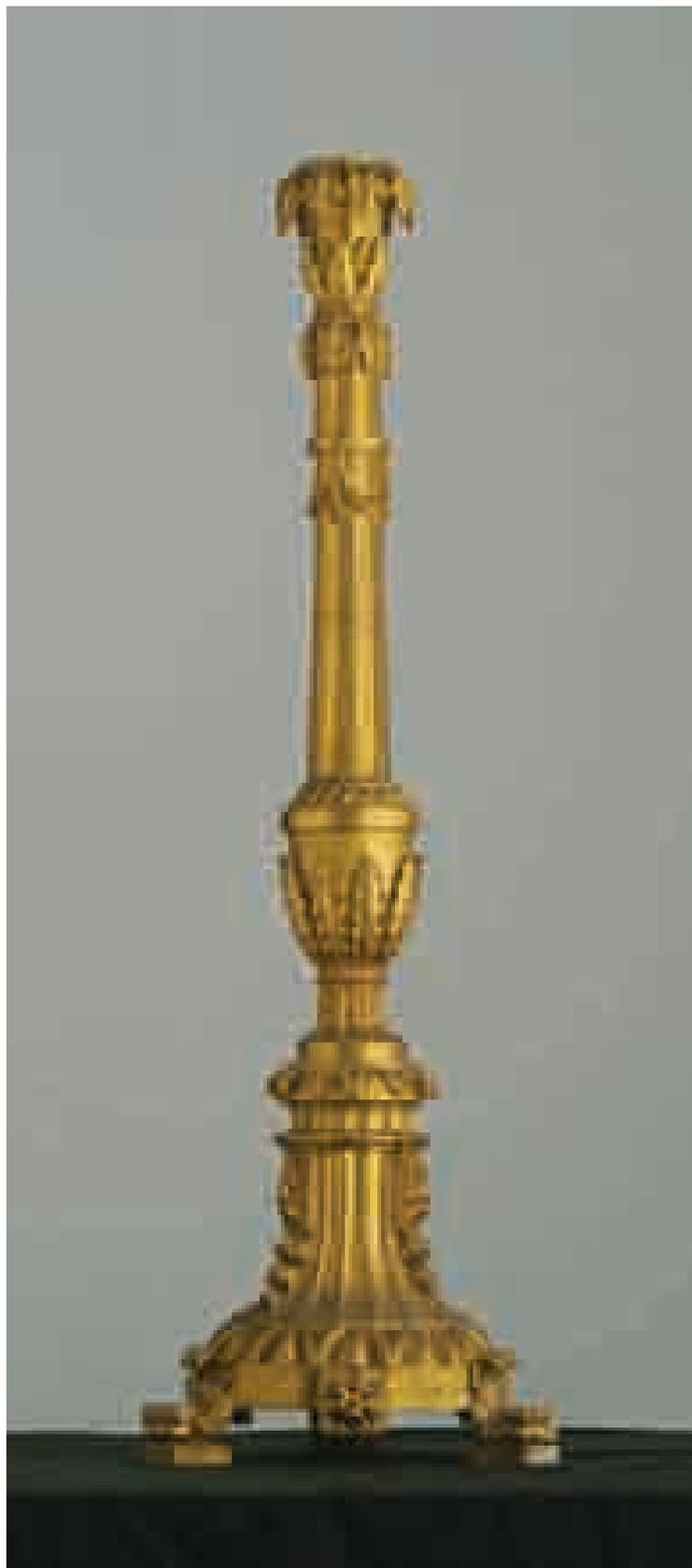
Estado de conservação: Alguma sujidade e destacamentos de ouro

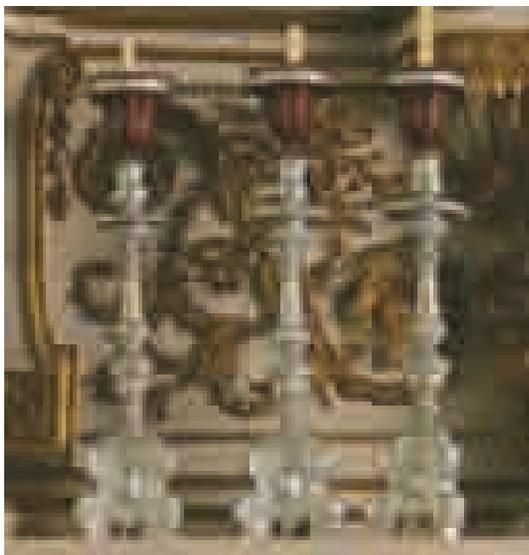
Descrição: Castiçal em talha dourada. Base circular assente em três pés rectangulares com decoração relevada, composta por uma folha com a extremidade superior enrolada e a inferior ligada a uma garra de seis pontas estilizada, que repousam em placa rectangular. No círculo da base de face lisa, a intercalar as patas, encontram-se flores apostas a suporte quadrangular, num total de três. Segue-se um anel composto por um friso de meios óvulos inscritos num semicírculo em relevo, do qual despontam as caneluras côncavas, de aresta viva, alteadas e estreitando, estranguladas por anel e rematadas por corola de folhas invertidas. As caneluras são interrompidas por composições verticais, três em correspondência com os pés, formadas por um florão inscrito numa base rectangular do qual pende uma grinalda de folhas, com três níveis de tamanho decrescente. Nó em forma de corola de folhas invertida, com anel de perlado e corola de folhas, fechada, sobre a qual assenta disco de

moldura lisa. Haste com caneluras de aresta cortada a estreitar em direcção à extremidade, com anel circular do qual pende faixa de tecido disposta em grinalda. Fecha com corola de folhas dupla e invertida, sobre a qual assenta anel estrangulado e a corola de folhas dupla, fechada. Desta sucede-se um registo com estrias paralelas, que se dilata para terminar com corola de folhas aberta e pendente, sobre o qual assenta anel estrangulado, que suporta o copo formado por corola dupla, fechada, envolvida por anel liso, rematando com anel perlado. Arandela de metal, pintada de verde, em forma de dupla corola de folhas com as extremidades muito recortadas e as nervuras relevadas.

O exemplar com o número 0002.05M, guardado na Casa do Despacho, não tem arandela.

O exemplar 0057M encontra-se na Capela de Santa Ana, embora faça conjunto com as restantes peças.





Designação: Castiçal / Banqueta
N.º de inventário: SCMVR 0005.01 M; 0005.02 M; 0005.03 M; 0005.04 M; 0005.05 M; 0005.06 M; 0005.07 M

Autor: Desconhecido

Materiais: Madeira

Técnica: Talha dourada

Medidas: Alt. 68 cm; Prof. 16 cm

Cronologia: Séc. XVIII, segunda metade

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, mesa de altar do retábulo-mor (seis)

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Pintura prateada recentemente

Descrição: Castiçal de talha, pintado de prateado, com base triangular, assente em três pés com recortes ondulados definidos por semicírculo de extremidades enroladas. No alinhamento dos pés possui uma aleta e enrolamentos, com a superfície nervurada e parcialmente coberta por folhas de acanto; as faces trapezoidais, ornamentadas por baixo-relevo quadriculado e uma meia-esfera ao centro, são delimitadas por decoração de folhas, viradas para baixo. Haste abalastrada, de secção circular, no arranque com anel de pequenas folhas ligeiramente inclinadas à direita; seguem-se duas secções periformes, sendo a primeira invertida, ambas revestidas por folhas e separadas por estrangulamentos de anéis; remate da haste com anéis de perímetros distintos e um mais largo com pequenas folhas estilizadas. Arandela circular em forma de bolacha, sobre a qual assenta o bocal cilíndrico, com faces bojudas. Arandela de metal recente, pintada de

vermelho e preto, com base de coroa de folhas e corpo com folhas, estreitas e longas, enlaçadas por anel em espiral antes da extremidade.



Designação: Castiçal / Banqueta
N.º de inventário: SCMVR 0027.01 M; 0027.02 M; 0027.03 M; 0027.04 M

Autor: António Pereira de Abreu

Materiais: Madeira

Técnica: Talha dourada

Medidas: Alt. 46 cm; Prof. 13 cm

Cronologia: Séc. XVIII

Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia (quatro)

Inscrições: Não tem

Estado de conservação: Muitos des-tacamentos do ouro

Descrição: Castiçal em talha dourada. Base circular assente em três pés rectangulares com decoração relevada, em forma de garra simplificada. A base é lisa, com moldura de anéis na parte superior e alteada ao centro, onde é lavrada com filamentos verticais espaçados, terminando com dois anéis, o inferior liso e o superior com coroa de folhas. Nó em forma de corola invertida, com anel de recorte côncavo e corola de folhas, dupla e fechada, à qual se segue um disco de moldura canelada. Haste estriada a estreitar em direcção à extremidade, sobrepujada por corola de folhas invertida, bastante saliente, sobre a qual assenta anel estrangulado e corola de folhas, fechada, formando o bocal. Arandela de latão em forma de corola simples.





Designação: Urna do Santíssimo
N.º de inventário: SCMVR 0201 M
Autor: Zeferino José Pinto & Filho
Materiais: Madeira, espelho
Técnica: Talha dourada
Medidas: Alt. 61 cm; Larg. (base) 23 cm; Prof. (base) 23 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Capela de Santa Ana, sacristia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Urna do Santíssimo, em talha dourada e espelho. De formato trapezoidal, possui base quadrangular lisa, com perfil rectilíneo e simples de dois lanços, o primeiro liso e o segundo côncavo. A face frontal, correspondente à porta, tem moldura simples composta por três perfis escalonados que lhe conferem profundidade. A superfície encontra-se revestida por es-

pelho, sobre a qual se desenvolve a decoração em baixo-relevo de talha dourada, constituída por três pés de alcachofra unidos ao centro, rematados por três alcachofras fechadas e alongadas, nos quais se enleia uma videira, cujas folhas e cachos de uvas (dois) preenchem a superfície com sugestão de dinamismo. As faces laterais são lisas, apenas com uma moldura de meia cana ao centro, que acompanha o formato trapezoidal. Tardoz liso, sem douramento. A cobertura tem superfície lisa, fechando na parte posterior onde se eleva um frontão de lanços, vazado, enformado por segmentos de folhas encadeados e rematando com um leque de plumas ao centro. Resplendor oval com raios lanceolados.



Designação: Estante de Missal
N.º de inventário: SCMVR 00299 EU
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira
Técnica: Marcenaria; Ensablagem; Pintura
Medidas: Alt. 25,5 cm; Larg. 35 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Estante de missal em madeira acharoadada a negro e verde, ornamentada a dourado. Composta por dois

planos, o apoio para o livro e o travão. O travão tem recorte ondulado, delimitado por filete dourado e a superfície exterior enobrecida por uma composição floral ao centro e duas singelas flores laterais. O apoio é emoldurado por linhas douradas paralelas e centrado por florão circundado por ramagens de traço fino. Assenta em apoios laterais fechados, com recorte na base de perfil conopial, emolduradas por filete dourado linear que fecha no recorte com enrolamentos e ramagem. Na parte posterior, aberta, tem travessa lisa.





Designação: Caixa de esmolas
N.º de inventário: SCMVR 0015 M
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e metal
Técnica: Marcenaria; Ensamblagem; Óleo sobre madeira; Batido (ferro)
Medidas: Alt. 49,5 cm; Larg. 25 cm; Prof. 22 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, parede lateral esquerda
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom. Dobradiças com ferrugem
Descrição: Caixa de esmolas de secção rectangular, com a superfície sem policromia. Tampa articulada com a base através de dobradiças rectangulares, com seis parafusos. Uma fechadura única centrada, pintada de preto, com lingueta rectangular e recortada nas laterais. No espaldar, rectangular e com remate em arco de meio ponto, apresenta pintura com a iconografia de Nossa Senhora das Dores. A Virgem, em posição frontal e centrada na composição, encontra-se sentada sobre os rochedos. Veste túnica vermelha, que cai com pregas pouco profundas, sugerindo maleabilidade dos tecidos e acompanhando de forma simplificada a modelação do corpo, através do recurso às cambiantes de tonalidade. A cabeça e o pescoço encontram-se envolvidos por véu branco, de pregas finas e paralelas. Encontra-se envolta num manto azul, que envolve a cabeça e cai lateralmente até aos pés, envolvendo os braços. Rosto redondo, com olhos amendoados e lábios carnudos, sem expressão de dor. A cabeça da Virgem é circundada por finos raios em forma de resplendor.

A mão esquerda repousa sobre o peito, ocultando o local onde se encontram cravadas as sete espadas identificativas das sete dores da Virgem. A mão direita repousa sobre o ventre e segura no rosário de cor escura. A envolver a Virgem, uma paisagem montanhosa, com vegetação rasteira e uma árvore esguia, rematando com o céu de pequenos novelos de nuvens. Ranhura rectangular na tampa.



Designação: Arca
N.º de inventário: SCMVR 0044 M
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e liga metálica
Técnica: Marcenaria; Pintura; Fundido (metal)
Medidas: Alt. 39 cm; Larg. 72 cm; Prof. 31 cm
Cronologia: Séc. XVIII(?)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Sala do Despacho
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Razoável
Descrição: Arca em madeira e dobradiças em ferro. Parte inferior com forma paralelepípedica e tampa com perfil trapezoidal. O corpo inferior tem os alçados principais subdivididos em dois painéis rectangulares, que têm continuidade na tampa, formando seis painéis rectangulares, acompanhando o recorte trapezoidal. Os painéis dos

alçados frontais, laterais e da tampa são moldurados por alinhamentos direitos escalonados e reentrantes no sentido do interior, conferindo profundidade aos painéis. Os painéis dos alçados frontal e posterior apresentam pintura em forma de florão de quatro pétalas estilizado e alongado, em tons de castanho-escuro com contornos a laranja. Na tampa os painéis possuem pintura vegetalista serpentina, com interior verde-escuro e contorno cor de laranja. No interior, a tampa apresenta pintura composta por florinhas de quatro folhas, com o mesmo esquema cromático do exterior, verde no interior, laranja no contorno e um terceiro limite a negro, intercaladas por um alinhamento de estrelas de oito pontas. Nas superfícies internas da arca distribuem-se ornatos ondulados assimétricos. Pintura de cariz popular.





Designação: Caixa de esmolos
N.º de inventário: SCMVR 0203 M
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e metal
Técnica: Marcenaria; Óleo sobre madeira; Forjado (ferro)
Medidas: Alt. 51,5 cm; Larg. 24 cm; Prof. 21 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Capela de Santa Ana, sacristia
Inscrições: SANTANNA
Estado de conservação: Muito mau. Dobradiças com ferrugem e perdas significativas de material
Descrição: Caixa de esmolos pintada de azul claro, de formato paralelepípedo, com tampa no topo articulada com o espaldar por dobradiças retangulares; fecha com lingueta recortada e possui fechadura dupla. No espaldar, rectangular e com remate em meio círculo, tem centrada uma pintura de cariz muito popular com a representação de Santa Ana com a Virgem, recortadas. Ambas as imagens aparecem figuradas apenas até à cintura: a Virgem, em posição sentada, enverga vestido verde, ao qual se sobrepõe o manto vermelho e na cabeça um véu branco; tem a cabeça inclinada para a Virgem que abraça com a mão e braço direitos, enquanto a mão esquerda erguida sugere que está a dar indicações à Virgem. Esta, com as mãos postas, tem a cabeça erguida para a mãe, reforçando a ligação entre as duas personagens. Por baixo da pintura tem inscrito a caracteres amarelos *SANTANNA*, identificando a invocação em nome da qual eram depositadas as esmolos.



Ao centro da tampa tem a ranhura para a colocação das moedas, integrada na ferragem de três bicos que faz a ligação com a lingueta.



Designação: Arcaz
N.º de inventário: SCMVR 0030 M
Autor: Desconhecido
Materiais: Madeira e liga metálica
Técnica: Marcenaria; Fundido (metal); Talha (base)
Medidas: Alt. 106 cm; Larg. 416 cm; Prof. 94,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII, segunda metade
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, sacristia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Mau. Madeiras fragilizadas por infestação
Descrição: Arcaz de três corpos com três ordens de gavetões, rectangulares, sem almofada, com alturas crescentes da superior até à da base. Superfícies frontal e laterais ligeiramente convexas. Tampo liso, moldurado e com recorte curvo nos ângulos. Puxadores de metal amarelo, dois por cada gavetão, com espelho recortado e vazado, configurando

enrolamentos, concheados, conchas, grinaldas tal como os espelhos das fechaduras, uma por cada gavetão ao centro. O remate inferior do móvel, as ilhargas e as ligações entre os três corpos são entalhados. O remate inferior, igual nos três corpos na parte frontal, é recortado de forma ondulada e ornado com enrolamentos e elementos vegetalistas serpentiformes, fechando ao centro com uma composição de concheados vazada. As faces laterais apresentam um remate inferior composto pelo mesmo tipo de motivos, ainda que formando uma composição com maior altura. Assenta em oito pés de perfil curvo, sendo os quatro da frente entalhados com segmentos de extremidade enrolada dispostos em simetria e folhas estilizadas. A decoração entalhada dos suportes prolonga-se pelos ângulos e pelos elementos de ligação entre os três corpos, configurando motivos vegetalistas serpentiformes finos.



11.5. Colecção de Ourivesaria

A maioria das peças de ourivesaria que integram esta colecção tem uma função específica no âmbito das cerimónias religiosas. Das peças profanas incluímos algumas salvas e um conjunto de brincos e pingente, mas existem outros exemplares, cuja utilização estaria relacionada com outras áreas de actuação da Misericórdia, nomeadamente a hospitalar. Observamos que a maioria das peças possui gravadas as iniciais identificativas da propriedade, concretamente Misericórdia de Vila Real (M^a V^a Ral) ou Hospital da Divina Providência (HDP).

A peça mais antiga é composta por uma custódia-cálice, em forma de "tempio", com a estrutura e os ornatos característicos do século XVII. Executados em prata, os objectos foram maioritariamente encomendados nos finais do século XVIII e na primeira metade do XIX, pelo que podemos equacionar ter sido um período de desafogo económico desta Irmandade, possibilitando a aquisição de novas alfaias litúrgicas e de outros objectos. Formalmente, a maioria dos objectos remete-nos para o decorativismo classicista, registando-se uma regularidade significativa de utilização de motivos decorativos e sem a presença de modelos que evidenciem rasgos de originalidade. É significativo o número de peças com marcas de ourives, remetendo-nos para o trabalho dos prateiros portugueses, muitos dos quais laboravam na região do Porto.

Algumas encomendas processaram-se por conjuntos, ao mesmo ourives, evidenciando a preocupação de harmonia estética entre objectos cuja funcionalidade se encontrava relacionada, como por exemplo a naveta, o turíbulo, o cálice, a píxide e as galhetas.

Uma das peças de especial singularidade é a estante de missal, integralmente executada em prata recortada, que incorpora uma iconografia significante, composta pelo tetramorfo em redor da cruz de Cristo.



Designação: Naveta
N.º de inventário: SCMVR 0047 O
Autor: JRT
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão; Puncionado
Medidas: Alt. 18 cm; Larg. 21 cm; Diâmetro 8,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Marca de contraste e de ourives: *JRT. Mª Vª Ral*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Naveta em prata, de base circular, campaniforme, com anel ligeiramente saliente, com faixa de folhas simétricas intercaladas por flores estilizadas na parte inferior, a que segue uma coroa de folhas de acanto invertida, circundada por círculo foliado; no arranque da haste outro friso de folhas simétricas. Haste balaustriforme, com quatro anéis

incisos e nó liso. Vaso naviforme, com a parte inferior decorada por corola de folhas com as extremidades recortadas, inscritas em foliados, proporcionados em altura e largura. Ao centro, inscrito num círculo com a superfície estriada, tem um florão, ladeado por faixa de anéis com tamanho decrescente, terminando nas extremidades ao encontro de uma cabeça alada. Cobertura ondulada, com a secção central e as extremidades mais altas, uma das quais fixa com dobradiça funciona como tampa. A superfície da secção central da cobertura tem as letras *Mª Vª Ral* (Misericórdia de Vila Real) puncionadas e é decorada por dois medalhões rectangulares sobrepostos, com moldura lisa, o superior com flor de oito pétalas. As secções laterais têm painéis decorados com elementos florais. No rebordo da base tem gravada a marca de contraste e de ourives portuense: JRT



Designação: Turíbulo
N.º de inventário: SCMVR 0048 O
Autor: JRT
Materiais: Prata
Técnica: Puncionado; Recortado; Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 28 cm; Diâmetro (base) 8 cm; Diâmetro (centro) 16 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Marca de contraste e de ourives: *JRT. Mª Vª Ral*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Turíbulo em prata em forma de urna. Base circular pouco elevada, com rebordo liso, alteada em três registos, o inferior e o superior lisos, o intermédio com anel de folhas simétricas. Caldeira de perfil contracurvado, com dois registos, o inferior com coroa de folhas inscrita em moldura foliada, o superior com pequenos sulcos rectangulares paralelos, posicionados entre duas linhas paralelas incisadas. Bordo superior da caldeira com recortes

ondulados e três saliências circulares onde se fixam as argolas para a suspensão das correntes. Chaminé de perfil periforme, com registo inferior côncavo, liso, faixa estreita com pequenos sulcos rectangulares paralelos, posicionados entre duas linhas paralelas incisadas, e registo muito largo, alteado, vazado e decorado com palmetas, enrolamentos e flores invertidas. Remate da chaminé com duas faixas, a inferior com pequenos sulcos rectangulares paralelos e a superior com anéis simétricos, lanternim vazado com folhas invertidas, encimado por pináculo em forma de esfera, com argola soldada para suspensão da corrente. Correntes de suspensão com elos circulares, a convergir no guarda-mão em forma de disco circular, com duas argolas, alteado ao centro. No arranque da chaminé tem as letras *Mª Vª Ral* (Misericórdia de Vila Real) puncionadas. No rebordo da base tem gravada a marca de contraste e de ourives portuense: *JRT*.

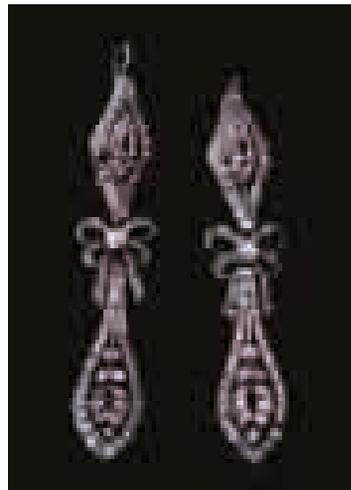




Designação: Resplendor
N.º de inventário: SCMVR 0049 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Recortado; Fundido; Relevado
Medidas: Alt. (sem espigão) 25,5 cm; Larg. 38,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII (finais)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, escultura de Nossa Senhora das Dores
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Resplendor em prata, em forma de crescente, vazado no campo interior. O aro exterior liso, de perfil triangular e de largura crescente, tem apostas sete estrelas de oito pontas setiformes com o centro marcado por vidro vermelho e dispostas simetricamente. Campo centrado por estrela de oito pontas com círculo de vidro vermelho, e a envolver o aro exterior uma cadeia de grinaldas de flores, que interligam a estrela central e sete meias flores, posicionadas em correspondência com as estrelas. No aro inferior, ao centro, tem o espigão de encaixe na imagem.



Designação: Resplendor
N.º de inventário: SCMVR 0050 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Recortado; Fundido; Relevado
Medidas: Alt. (sem espigão) 36,5 cm; Larg. 32 cm
Cronologia: Séc. XVIII (finais)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, Casa do Despacho
Inscrições: Marca de contraste e de ourives portuense: *JRT. Mª Vª RaI*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Resplendor de formato oval, com o centro formado por uma flor de oito pétalas largas, com as nervuras relevadas e as extremidades reviradas para cima, à qual se sobrepõe outra flor com pétalas de forma lanceolada e centro marcado por círculo de vidro de cor rosa, engastado. Apresenta trinta e dois conjuntos de raios setiformes, em grupos de cinco, que se dispõem em redor do motivo floral central. Espigão alongado, preso por parafuso no verso, na parte correspondente ao centro do florão e ao raio central, tem na extremidade inferior dois orifícios circulares para fixação. No verso do espigão tem gravadas as letras *Mª Vª RaI* (Misericórdia de Vila Real) e na frente a marca de contraste e de ourives portuense: *JRT*.



Designação: Brinco
N.º de inventário: SCMVR 0078.01 O; 0078.02 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata, topázios(?) e quartzo(?)
Técnica: Fundido; Recortado
Medidas: Alt. 7,8 cm;
Cronologia: Séc. XVIII (finais)
Localização: Sede da Misericórdia (dois)
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Brincos de prata e quartzos(?), longos, articulados em três partes. Parte inferior com aro em forma de lágrima e o centro com ramo floral invertido. Ao centro um laço, com duas laçadas de cada lado, que agrega as duas peças. A superior tem forma de losango e tem o interior preenchido por um ramo floral, similar ao da lágrima. Por entre os quartzos encontram-se algumas pedras diferentes, eventualmente topázios incolores.





Designação: Pendente
N.º de inventário: SCMVR 0078.03 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata, topázios(?) e quartzo(?)
Técnica: Fundido; Recortado
Medidas: Alt. 10,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII (finais)
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Pendente em montagem de prata, cravado de quartzos(?). A peça superior forma um laço, com duas laçadas de cada lado, que envolvem ornatos vegetalistas, e duas fitas pendentes. O laço é centrado por um florão, com pedra circular de grandes dimensões e pequenas pétalas. Entre as laçadas superiores posicionam-se dois ramos e uma pequena flor ao centro. Entre as duas fitas pendentes possui uma peça composta por cinco partes articuladas: dois losangos unidos por dois laços e uma parte em forma de lágrima. Faz conjunto com brincos.



Designação: Coroa de espinhos
N.º de inventário: SCMVR 0053 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado
Medidas: Diâmetro 19,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII (finais)
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia, escultura do Senhor dos Passos
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom. Perda de alguns espigões
Descrição: Coroa de espinhos, formada por três aros lisos, com formato de meia cana, entrelaçados, ponteados por espigões, dispostos de forma assimétrica.



Designação: Salva
N.º de inventário: SCMVR 0100 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão; Puncionado
Medidas: Alt. 18,5 cm; Diâmetro (base) 12,5 cm; Diâmetro (prato) 27 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives portuense: *APC. HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Salva de pé com base campaniforme alteada, sem decoração. Haste balaustriforme composta por vários anéis simples, com nó periforme e rematada com elemento em forma de bolacha. O prato circular tem bordo liso e as superfícies ornadas com ornatos fitomórficos incisos: circundado por uma linha ondulada, puncionada, dispõe-se um anel constituído por ramos de flores e folhas. O centro é marcado pelas letras *HDP* (Hospital da Divina Providência) entrelaçadas e puncionadas. Três pés fundidos e apostos à base, com formato rectangular enquadros por filetes de extremidades enroladas, um filamento central e a superfície lateral vazada. Marca de contraste e de ourives portuense: *APC.*



Designação: Salva
N.º de inventário: SCMVR 0101 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 4,5 cm; Diâmetro 24 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: *A M*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Salva de formato circular, recortado e foliado pouco pronunciado, com orla ornada com perlado simétrico, interrompido por motivos formados por dois enrolamentos e folhas encimados por plumas, dispostos simetricamente num total de seis, três dos quais correspondem aos pés. Estes têm formato rectangular, alargando na parte superior, e orla de perlado. Na superfície tem uma composição incisa centrada, configurando uma circunferência com cerca-dura composta por linha ondulada entre linhas paralelas puncionadas em zig-zague, que envolve as letras *AM* (Ave Maria). Este motivo é encimado por um ornato em forma de laço, puncionado em zig-zague, configurando quatro laçadas e duas fitas. Marca de contraste junto ao rebordo.



Designação: Salva
N.º de inventário: SCMVR 0102 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 3,5 cm; Diâmetro 28,5 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives junto ao rebordo: *APC. HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Salva de formato circular, com orla alteada e ornada com relevo de folhas encadeadas, interrompidas em

quatro locais por duas flores, dispostas em simetria. Na superfície possui uma larga cercadura composta por uma composição incisa, formada por folhas de acanto enroladas e encadeadas e flores. O centro é marcado pelas letras *HDP* (Hospital da Divina Misericórdia).



Designação: Gomil
N.º de inventário: SCMVR 0103 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 34 cm; Diâmetro (base) 11,5 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives portuense: *APC. HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Gomil de base circular, com orla lisa e dois anéis incisos. Pé tronco-cónico. Corpo em forma de urna, bojudo, com a parte inferior decorada com gomos relevados. Cintado por faixa ornada com flores e folhas encadeadas, à qual se segue um anel relevado. Bocal com bico pronunciado e perfil curvo. Asa fundida, composta por dois CC contrapostos, ligados a filete estriado no extradorso e extremidade enrolada. No interior da base tem gravadas as letras *HDP* (Hospital da Divina Providência). No rebordo da base a marca de contraste e de ourives portuense: *APC.*



Designação: Lavanda
N.º de inventário: SCMVR 0104 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 12 cm; Diâmetro (base) 14 cm; Diâmetro (prato) 33 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives portuense: *APC. HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Lavanda de prata, de formato circular, com base simples, com anéis ressaltados. No interior da base tem gravadas as letras *HDP* (Hospital da Divina Providência). Taça com formato alteado, com rebordo inclinado. Superfície exterior da taça, até ao meio, com gomos simétricos repuxados, que no interior formam caneluras. Rebordo da bacia com decoração incisa de flores e folhas. No rebordo da base a marca de contraste e de ourives portuense: *APC.*



Designação: Lavanda
N.º de inventário: SCMVR 0105 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 12 cm; Larg. 42 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Taça de prata, de formato oval, com base circular simples, com anéis ressaltados. Bacia de formato alteado, com rebordo inclinado. Superfície exterior da taça, até ao meio, com gomos simétricos repuxados, formando caneluras na superfície interna. Rebordo da taça com decoração de flores e folhas incisa.



Designação: Cálice
N.º de inventário: SCMVR 0110 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 27 cm; Diâmetro (copa) 8,7 cm; Diâmetro (base) 12,5 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: No rebordo da base a marca de contraste e de ourives. *HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Cálice de prata, com base circular, campaniforme, com anel ligeiramente saliente, com faixa de folhas

simétricas, o pé tronco-cónico decorado por caneluras, rematando com corola de pequenas folhas. Haste balaustriforme, com vários anéis e estrangulamentos, um dos quais com filetes verticais puncionados, o nó bojudo envolvido por folhas invertidas. Falsa copa recortada e decorada por folhas e cartelas enquadradas por segmentos volutados, encimados por cestos de flores, que circunscrevem os instrumentos da Paixão: turquesas, martelo, três cravos, cruz, lança e esponja. Copa campaniforme dourada. Na base tem incisas as letras *HDP* (Hospital da Divina Providência).





Designação: Cálice
N.º de inventário: SCMVR 0111 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado
Medidas: Alt. 26 cm; Diâmetro (copa) 7,8 cm; Diâmetro (base) 13 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: No rebordo da base a marca de contraste e de ourives: *AS. M^a V^a RaI*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Cálice de prata, com base circular, campaniforme, lisa, com alteamento e as letras incisas *M^a V^a RaI* (Misericórdia de Vila Real). Haste balaustriforme, com vários anéis e estrangulamentos, demarcados por filamentos, o nó bojudado. Copa campaniforme lisa.



Designação: Cálice
N.º de inventário: SCMVR 0112 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado
Medidas: Alt. 25,5 cm; Diâmetro (copa) 8,5 cm; Diâmetro (base) 12,5 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: No rebordo da base a marca de contraste e de ourives: *MG. M^a V^a RaI*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Cálice de prata, com base circular, campaniforme, lisa, com alteamento e as letras incisas *M^a V^a RaI* (Misericórdia de Vila Real). Haste balaustriforme, com vários anéis e estrangulamentos, demarcados por filamentos, o nó bojudado. Copa campaniforme lisa.



Designação: Patena
N.º de inventário: SCMVR 0114 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado
Medidas: Diâmetro 14 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: *M^a V^a RaI*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Patena em prata dourada, lisa e ligeiramente côncava. No verso as letras incisas *M^a V^a RaI* (Misericórdia de Vila Real) puncionadas.



Designação: Patena
N.º de inventário: SCMVR 0119 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado
Medidas: Diâmetro 14 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: *M^a V^a RaI*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Patena em prata dourada, lisa e ligeiramente côncava, com uma cavidade ao centro. No verso, as letras incisas *M^a V^a RaI* (Misericórdia de Vila Real) puncionadas.





Designação: Castiçal
N.º de inventário: SCMVR 0120.01 O; SCMVR 0120.02 O; SCMVR 0120.03 O; SCMVR 0120.04 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Diâmetro 14 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia (quatro)
Inscrições: No rebordo da base a marca de contraste e de ourives do Porto: *M*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Quatro castiçais em prata, com base octogonal alteada, assente em quatro pés em forma de folhas e enrolamentos, ornada com larga faixa, subdividida em oito partes em conformidade com o recorte octogonal, lavrada, configurando em cada um deles ramos de folhas e uma flor. No remate da base outra faixa decorada com flores intercalados por folhas. Haste ba-

laustiforme, composta por um primeiro registo de anéis e estrangulamentos, os dois primeiros ornados com incisões paralelas, o primeiro nó com perlado entre duas linhas paralelas com pequenos traços verticais e o quarto anel com incisões em espinha intercaladas por faixas dispostas em posição oblíqua; segue-se um componente de formato octogonal, alteado, com as superfícies lisas e as letras incisas *HDP* (Hospital da Divina Providência), encimado por uma sucessão de anéis de diferentes dimensões e um segundo nó cintado por corola de folhas e os restantes com traços paralelos. Bocal cilíndrico, campaniforme, ligeiramente estrangulado na parte superior e alargando no bordo, apresenta decoração geométrica, a primeira com decoração em *Ss* deitados e as restantes com traços e perlado. No topo orifício para a colocação da vela.



Designação: Galhetas
N.º de inventário: SCMVR 0122.01 O; SCMVR 0122.02 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado; Soldado; Repuxado
Medidas: Alt. 15 cm; Larg. 10 cm; Diâmetro (base) 6 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia (duas)
Inscrições: No rebordo da base a marca de contraste e de ourives do Porto: *M. HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Duas galhetas de formato periforme, com base circular alteada; corpo sulcado por gomos, estrangulados no remate da base e com continuidade no arranque do corpo da peça, bojo cintado por anéis lisos. Colo liso, com as letras *HDP* (Hospital da Divina Providência), recortado, com tampa articulada por dobradiça disposta de pega em forma de pequeno ramo. Asa com haste alongada até ao arranque do bojo, com laçada ao centro e rematada junto ao gargalo por cabeça de serpente com folhagem de acanto relevada muito estilizada. Na tampa de cada galheta são incisas as iniciais *V* e *A*, indicando o líquido a que se destinam os recipientes, respectivamente, o vinho e a água.

Designação: Prato de galhetas
N.º de inventário: SCMVR 0122.03 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado; Soldado; Repuxado
Medidas: Alt. 15 cm; Larg. 10 cm; Diâmetro (base) 6 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: No rebordo a marca de contraste e de ourives do Porto: *M. HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Prato de galhetas com forma elíptica, com rebordo alteado, orlado por quatro filetes lisos e paralelos. Superfície interna enquadrada por faixa de caneluras convexas, em forma de gomos, e centrada pelas letras puncionadas *HDP* (Hospital da Divina Providência).



Designação: Naveta
N.º de inventário: SCMVR 0123 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão; Puncionado
Medidas: Alt. 16 cm; Larg. 21 cm; Diâmetro (base) 9 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives. *HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Naveta em prata, de base circular, campaniforme, com anel ligeiramente saliente, com faixa de folhas simétricas sobrepostas, a que segue uma faixa com caneluras convexas e uma coroa de folhas invertida no arranque da haste. Haste balaustiforme, com cinco anéis incisos e nó liso. Vaso naviforme, com a parte inferior decorada por corola de folhas, alternando as de extremidades recortadas com as de recorte liso. Ao centro, inscrito num círculo, tem um malmequer de oito pétalas, ladeado por faixa de discos em cadeia com tamanho decrescente, terminando nas extremidades ao encontro de uma cabeça alada. Cobertura ondulada, com a secção central e as extremidades mais altas, uma das quais fixa com dobradiça funciona como tampa. A superfície da secção central da cobertura tem as letras *HDP* (Hospital da Divina Providência) puncionadas e é decorada por um medalhão rectangular, com moldura lisa, no qual se inscreve uma flor de doze pétalas. As secções laterais têm painéis decorados com cartela oval, circundada por coroa de folhas que arrancam de uma grinalda de flores. No rebordo da base tem gravada a marca de contraste e de ourives portuense.



Designação: Galheta
N.º de inventário: SCMVR 0124.01 O; 0124.02 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado; Soldado; Repuxado
Medidas: Alt. 10 cm; Diâmetro (base) 4,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Sede da Misericórdia (duas)
Inscrições: *Mª Vª Ral*
Estado de conservação: Muito mau
Descrição: Galheta de formato bojudado, com base circular alteada de forma tênue, com dois ressaltos na orla; corpo com decoração relevada de motivos fitomórficos (folhas e flores), cintado por anel liso, sobre superfície com pontilhado disperso e definida por limites recortados em ondulações. Colo liso, com as letras *Mª Vª Ral* (Misericórdia de Vila Real), recortado, com tampa articulada por dobradiça, dispondo a galheta destinada ao vinho de uma pega em forma de pequeno ramo de videira e uvas, e a galheta destinada à água de uma pega em forma de pequena palmeta, indicando desta forma os líquidos a que se destinam. Asa com haste em forma de S alongado até ao bojo, com pequenos recortes.

Designação: Prato de galhetas
N.º de inventário: SCMVR 0124.03 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado; Repuxado
Medidas: Larg. 22 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Muito mau
Descrição: Prato de galhetas de formato oval, ligeiramente recortado, com perfil ondulado. Fundo liso e aba com decoração relevada de cariz vegetalista, com folhas de acanto, ramos de videira e cachos de uvas, formando composições intercaladas por caneluras largas côncavas. Haste central com malmequer na base, na qual se enleiam os dois anéis laterais a meia altura, para encaixe das galhetas.



Designação: Corta-morrões
N.º de inventário: SCMVR 0125.02 O SCMVR 0137 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado
Medidas: Alt. 13 cm; Larg. 5 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca lateral de contraste e de ourives do Porto. *HDP*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Corta-morrões, em prata, assente em três pés cilíndricos, braços vazados lisos, recipiente paralelepípedico, orlado por decoração em ziguezague e superfície decorada com ramagem singela, com folhas esparsas estreitas e alongadas. A superfície da base ostenta orla em ziguezague e uma palmeta ao centro. Na parte superior do recipiente tem as letras puncionadas *HDP* (Hospital da Divina Providência).





Designação: Tabuleiro de corta-morrões

N.º de inventário: SCMVR 0125.01 O

Autor: Desconhecido

Materiais: Prata

Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado

Medidas: Alt. 3,5 cm; Larg. 20 cm

Cronologia: Séc. XIX

Localização: Sede da Misericórdia

Inscrições: Marca lateral de contraste e de ourives do Porto. *HDP*

Estado de conservação: Bom

Descrição: Prato de corta-morrões, em

prata, com forma elíptica, rebordo alteado vazado, configurando arcos simétricos, decrescendo em tamanho das extremidades para o centro, onde são interrompidos por espaço vazado com formato oblongo, orla direita. Assente em quatro patas rectangulares, com interior vazado, configurando um triângulo. Superfície interna com cercadura formada por motivo em espinha e ramagem singela, com folhas esparsas estreitas e alongadas e centrada pelas letras puncionadas *HDP* (Hospital da Divina Providência).



Designação: Bandeja

N.º de inventário: SCMVR 0127 O

Autor: Desconhecido

Materiais: Prata

Técnica: Fundido; Recortado; Cinzelado

Medidas: Alt. 3,5 cm; Diâmetro 13,5 cm

Cronologia: Séc. XIX

Localização: Sede da Misericórdia

Inscrições: Na base, marca de contraste e de ourives do Porto. *Pedro Leopoldo Duarte Bragança d'Almeida. HDP*

Estado de conservação: Bom

Descrição: Bandeja de prata, circular, assente em três patas recortadas, com o espaço interior vazado. Na base tem a inscrição puncionada Pedro Leopoldo Duarte Bragança d'Almeida.

Rebordo alteado, constituído por três níveis de decoração vazados: no primeiro arcos simétricos, no segundo quadrifólios e no terceiro novamente arcos simétricos, que unem as pétalas superiores. Superfície interna ornada com larga cercadura composta por um primeiro anel de incisões paralelas, seguida de um anel formado por arcos sobrepostos centrados por folhas em posição oblíqua, a que se segue uma larga grinalda de flores e folhas, contornada por um anel de pequenos arcos unidos cada três por outro arco e folhinhas estilizadas. Ao centro, as letras entrelaçadas *HDP* (Hospital da Divina Providência).





Designação: Turíbulo
N.º de inventário: SCMVR 0128 O
Autor: JRT
Materiais: Prata
Técnica: Puncionado; Recortado; Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 26 cm; Diâmetro (base) 7 cm; Diâmetro (centro) 12,5 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives. *Mª Vª Ral*
Estado de conservação: Bom
Descrição: Turíbulo em prata em forma de urna. Base circular pouco elevada, com rebordo liso. Caldeira de perfil contracurvado, com dois registos, o inferior com coroa de folhas inscrita em arcos de volta perfeita simétricos, o superior com coroa de folhas simétricas e sobrepostas, em posição invertida. Bordo superior da caldeira liso, com três saliências circula-

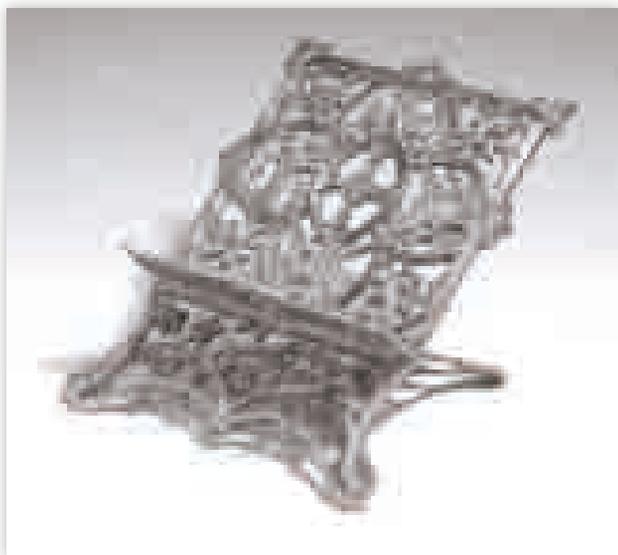
res, onde se fixam as argolas para a suspensão das correntes. Chaminé de perfil periforme, com registo inferior côncavo, liso, faixa estreita vazada com folhas invertidas simétricas, a que se segue uma coroa de flores larga, invertidas e enquadradas na base e no remate por arcos simétricos. Remate da chaminé com duas faixas, a inferior com folhas simétricas invertidas e o lanternim vazado com corola de folhas invertidas, encimada por pináculo em forma de esfera, com argola soldada para suspensão da corrente. Correntes de suspensão com elos circulares, a convergir no guarda-mão em forma de disco circular, com duas argolas, alteado ao centro, com perfuração circundada por folhas. No interior da base as letras *Mª Vª Ral* (Misericórdia de Vila Real) puncionadas e a marca de contraste e de ourives portuense.



Designação: Sacra
N.º de inventário: SCMVR 0129.03 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata, vidro e papel
Técnica: Recortado; Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 28 cm; Larg. 36 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Sacra de formato rectangular, com moldura recortada, a travessa superior alteada ao centro e nas extremidades, ao centro um frontão encima-

do por concha, as extremidades com enrolamentos cercados por longas folhas com extremidades recortadas, no espaço intermédio outro enrolamento envolvido por concheados. Travessa da base com enrolamentos virados para o interior nos ângulos, formando os pés, dos quais emergem folhas retorcidas orientadas para o centro, ao encontro de uma flor, à qual se segue outra ramagem que flanqueia o brinco de folhas central. Faces laterais com coluna de fuste liso enlaçado por corda de flores em espiral, capitel e base com corola. Verso com placa de madeira.





Designação: Sacras
N.º de inventário: SCMVR 0129.01 O;
 SCMVR 0129.02 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata, vidro e papel
Técnica: Recortado; Fundido; Relevado;
 Incisão
Medidas: Alt. 28 cm; Larg. 20 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
 (duas)
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Duas sacras de formato rectangular, ao alto, com moldura recortada, a travessa superior alteada ao centro e nas extremidades, ao centro um frontão encimado por concha, as extremidades com enrolamentos circundados por longas folhas com extremidades recortadas. Travessa da base com enrolamentos nos ângulos, formando os pés, dos quais emergem folhas retorcidas orientadas para o centro, ao encontro de um brinco de folhas. Faces laterais com coluna de fuste liso enlaçado por corda de flores em espiral, capitel e base com corola. Verso com placa de madeira.

Designação: Estante de Missal
N.º de inventário: SCMVR 0132 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata, vidro e papel
Técnica: Recortado; Fundido; Relevado;
 Incisão
Medidas: Alt. 28 cm; Larg. 20 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Estante de missal em prata recortada, com a tradicional estrutura de fecho em tesoura. Composta por dois planos, que se articulam: a cerneira, onde o livro repousa; e o frontal, que sustenta a base do mesmo, ambos vazados. Parte inferior de perfil curvo, com pés na extremidade, ornados por enrolamentos, moldura lisa, interior preenchido com dois ramos de folhas recortadas e pequenas florinhas. A cerneira quadrangular, com moldura lisa ponteada por folhas e frutos estilizados, ostenta um quadrifólio, em que cada folha enquadra um dos símbolos dos quatro evangelistas (o anjo à esquerda, a águia ao centro na parte superior, o leão à direita e o boi ao centro na parte inferior). O centro do tetramorfo é preenchido por um medalhão elíptico, que circunscribe uma cruz grega, com as extremidades ornadas por folhas, e na zona de intercessão dos braços da cruz uma circunferência. Os ângulos da cerneira ostentam ramos com frutos estilizados integrados em trifólios. O frontal, com recorte contracurvado, tem ao centro uma circunferência, na qual se inscreve um quadrifólio, da qual emergem duas ramagens com florinhas que se alongam para os lados terminando com enrolamentos.





Designação: Custódia-cálice
N.º de inventário: SCMVR 0107.01 O | SCMVR 0109 O | SCMVR 0136 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata e vidro
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. (sem cálice) 28 cm; Alt. (com cálice) 52,5 cm; Larg. 16,2 cm; Diâmetro (base) 10,5 cm
Cronologia: Séc. XVII
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Custódia-cálice de prata, tipo *tempietto*, composta por base em forma de cálice, no qual encaixa a estrutura superior. Cálice com base circular, alteada, repartida por três registos, o primeiro decorado com cabeças aladas intercaladas por faixas de tecido, o segundo com grinalda de flores suspensa em argolas que sustentam flores de tipologia diferente, no terceiro, mais estriado e posicionado na base da haste, anéis de formato oval enquadrados por dupla moldura lisa. Haste com dois anéis e um estrangulamento que suportam o nó campaniforme, cintado por faixas de tecido que pendem de argolas definindo curvas e com corola na parte superior. Copa do cálice subdividida em dois registos por anel simples, na parte superior encaixa a custódia, a inferior é ornada com cabeças aladas das quais pendem tintinábulo campaniformes. O *tempietto* assenta em base circular com cabeças aladas, o viril é circular, com moldura lisa circundada por raios de sol. Entablamento ornado por cabeças aladas e flores. Lúnula em forma de querubim. Lateralmente, quatro colunas com

o terço inferior demarcado por um anel liso, e no seu alinhamento, sobre o entablamento, tem quatro pináculos. Cúpula com decoração composta por pontas de diamante e quadrados, dispostos em xadrez, com incisão em X, sobrepujada por lanternim cilíndrico, ornado por arcos simétricos e um anel de pontos. No remate tem o Cristo Salvador, ressuscitado, com manto esvoaçante, auréola solar em redor da cabeça e a cruz que segura com a mão esquerda, enquanto a direita se eleva e abençoa.





Designação: Cálice-custódia
N.º de inventário: SCMVR 0107.02 O | SCMVR 0109
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Incisão
Medidas: Alt. 28 cm; Alt. (com cálice) 52,5 cm; Diâmetro (base) 15,5 cm; Diâmetro (copa) 10 cm
Cronologia: Séc. XVII
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado de conservação: Bom
Descrição: Cálice de prata, no qual encaixa a estrutura superior de uma custódia. Base circular, alteada, repartida por três registos, o primeiro decorado com

cabeças aladas intercaladas por faixas de tecido, o segundo com grinalda de flores suspensa em argolas que sustentam flores de tipologia diferente, no terceiro, mais estreito e posicionado na base da haste, anéis de formato oval enquadrados por dupla moldura lisa. Haste com dois anéis e um estrangulamento que suportam o nó campaniforme, cintado por faixas de tecido que pendem de argolas definindo curvas e com corola na parte superior. Copa do cálice subdividida em dois registos por anel simples; na parte superior encaixa a custódia, a inferior é ornada com cabeças aladas das quais pendem tintinábulo campaniformes.



Designação: Custódia
N.º de inventário: SCMVR 0133 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata e vidro
Técnica: Fundido; Relevado; Repuxado; Incisão; Cinzelado
Medidas: Alt. 26,5 cm; Larg. (base) 10,3 cm; Prof. 8 cm
Cronologia: Séc. XVIII
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: *M^a V^a Ral*
Estado de conservação: Muito oxidada
Descrição: Custódia ou ostensório de prata, base de recorte oval com ondulações, orlada por duas faixas côncavas com incisões paralelas muito finas. No alteamento cónico tem um medalhão oval de campo liso ao centro, encimado por laço de folhas que se distende para as laterais, preenchidas por largas folhas de acanto espalmadas com a base enrolada. Ao lado do medalhão encontram-

se as letras *M^a V^a Ral* (Misericórdia de Vila Real) puncionadas. Haste balaustriforme, que arranca com um perfil ondulado, encimado por uma cinta de ranhuras paralelas, encimada pelo nó periforme alongado, enquadrado por moldura saliente, com folhas de acanto com pontas reviradas no arranque, e um ornato vegetalista no campo central, rematando com festões de flores suspensos lateralmente em enrolamentos. Hostiário em forma de sol radiado com câmara envidraçada circular, com moldura lisa. No extradorso do hostiário ostenta vinte conjuntos de raios setiformes, de diferentes dimensões. No interior, ao invés da lúnula tem uma cruz latina. No remate, ao centro, em duas conchas das quais se eleva a cruz, com extremidades trevadas, as hastes molduradas e raios solares dispostos em círculo na zona de intercessão dos braços da cruz.





Designação: Custódia
N.º de inventário: SCMVR 0106 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata e vidro
Técnica: Fundido; Relevado; Repuxado; Incisão; Cinzelado
Medidas: Alt. 74 cm; Larg. (base) 10,3 cm; Diâmetro (base) 23 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives portuense
Estado de conservação: Muito oxidada
Descrição: Custódia de prata, base circular assente sobre três pés em forma de garra, com o extradorso da base ornado por alinhamento de folhas, interrompidas ao centro por medalhões rectangulares, com uma flor ao centro e quatro pendentes na base. No alteamento cónico da base tem faixa de coroa de folhas e faixa de recorte ondeado com cercadura de incisões paralelas, da qual desponta o nervurado simétrico, ao qual se sobrepõe um medalhão oval de cada lado, dourado, envolvido por coroa de folhas e com os relevos figurando num o Cordeiro deitado sobre o Livro dos Sete Selos e no outro o pelicano debicando o peito para alimentar os filhotes. Haste balaustrada, cujo arranque se processa por larga corola de folhas invertidas nervuradas à qual se segue um estrangulamento com anéis lisos e uma secção campaniforme invertida, assente em coroa de folhas e revestida por longas folhas de acanto invertidas, com nervuras acentuadas. Segue-se a secção mais alongada do balaústre, que assume a forma de troféu, com base semicircular e decoração do corpo fasciculada, con-

figurando flores com ramos pendentes e faixas com discos sobrepostos, duas asas laterais que terminam com enlamentos vegetalistas, rematando com segmento adelgaçado, estriado, e um anel circular com corola. Segue-se um corpo liso, encimado por dois anéis e uma coroa de flores, com o encaixe para o espigão do hostiário. Duas cabeças de anjo aladas, encimadas por cornucópias e dois ramos suportam o hostiário, que apresenta forma de sol raiado, com custódia envidraçada circular, e complexa moldura dourada, composta por um primeiro anel de prata branca com losangos simétricos na parte detrás, enquanto na frontal este aro recebe pedrarias; o segundo anel com folhas estilizadas; o terceiro liso e convexo; o quarto anel pequenas caneluras, constituindo o suporte para a decoração vegetalista vazada da orla final, interrompida por placas rectangulares, nas quais se inscreve uma flor, sendo a central encimada por exuberante laço. A lúnula encontra-se desaparecida. No extradorso do hostiário sucedem-se os trinta e dois conjuntos de raios setiformes, assimétricos, em prata branca. Marca de contraste e de ourives portuense na base do suporte e no espigão do resplendor que encaixa na base.



Designação: Incensório
N.º de inventário: SCMVR 0140 M
Autor: Desconhecido
Materiais: Cobre
Técnica: Fundido; Incisão; Recortado; Puncionado
Medidas: Alt. 8,5 cm; Diâmetro (base) 4,5 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Não tem
Estado conservação: Bom

Descrição: Incensório de prata em forma de esfera, cintado por faixa de superfície puncionada, composta por duas linhas paralelas orladas por pequenos arcos, com o espaço central preenchido por flores ligeiramente sobrepostas na extremidade. Parte superior vazada, com uma grelha composta por circunferência envolvida por segmentos com a extremidade enrolada.



Designação: Píxide
N.º de inventário: SCMVR 0108 O
Autor: Desconhecido
Materiais: Prata
Técnica: Fundido; Relevado; Repuxado; Incisão; Cinzelado
Medidas: Alt. 32 cm; Diâmetro (base) 10 cm
Cronologia: Séc. XIX
Localização: Sede da Misericórdia
Inscrições: Marca de contraste e de ourives portuense
Estado de conservação: Muito oxidada
Descrição: Píxide de prata dourada, com base circular de orla lisa, encimada por cordão perlado e anel liso côncavo, ao qual se segue um anel de folhas simétricas e nervuradas. Alteada, com perfil tronco-cónico, nervurado e encimado por corola de folhas invertidas. Haste balaustriforme com nó campaniforme, ornamentado por filamentos e motivos florais. Copa de secção cilíndrica, semi-sférica bastante bojuda, assente sobre coroa de palmetas, com decoração assente em medalhões ovalados interligados circunscrevendo florões e motivos iconográficos: o *Agnus Dei* deitado sobre o Livro dos Sete Selos; o pelicano a alimentar as crias, símbolo de abnegação; a arca da aliança e a Fénix renascida. Rebordo liso, moldurado, de perfil côncavo. Tampa alteada, de perfil tronco-cónico, decorada por anel de folhas nervadas, a que se segue um largo anel de caneluras, encimado por corola e esfera que suporta a cruz florenciada envolvida por resplendor. Marca de contraste e de ourives portuense na base.



11.6. Colecção de Paramentaria e Têxteis

O conjunto das peças de paramentaria da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, sem se apresentar extenso na quantidade de elementos, surge com alguns bons exemplares, dignos de figurarem em qualquer exposição de carácter sacro, ainda que de forma temporária.

Diversificado nas tipologias e nos materiais, possui peças classificadas como paramentos (casulas, dalmáticas, capas de asperges, estolas e manípulos, bolsas de corporais, véus de cálice), outras pertencentes ao designado enxoval eucarístico (alvas, toalhas de altar, corporais, manustérgios), e outras ainda integrantes do grupo dos ornamentos do espaço sacro (pano de esquife ou de andor, vestes de santos).

Os materiais utilizados na confecção destas peças são, na sua maioria, a seda, o linho e o algodão, aos quais acresce a utilização de fios de metal dourado e prateado (ouro? prata?) e pedraria de vidro multicolor, criando motivos temáticos de decoração reproduzidos em bordados, galões e franjas, com o objectivo de conceder às peças maior riqueza e sumptuosidade.

Alguns tecidos apresentam já, na sua produção, a inclusão de fio de ouro, como acontece no caso dos elementos 253 T e 275 T, respectivamente, uma casula e uma estola de damasco carmim espolinado a fio de ouro. Estas serão, talvez, as peças de maior representatividade, em todo o conjunto daquelas que tivemos oportunidade de estudar, pela riqueza dos materiais, pela possibilidade da sua origem nacional, pela datação e ainda pelo bom estado de conservação em que se encontram.

O véu de cálice (0258 T), o pano de esquife ou de andor (s/n.º), o pano da porta (0016 T), as vestes da imagem da Nossa Senhora das Dores (s/n.º) são algumas das peças, entre outras, que se evidenciam pelas temáticas e técnicas, sobretudo de decoração.

Lamentamos que alguns elementos, como os frontais de altar, tenham sido vítimas de más condições diversas (ambientais, acondicionamento), mas esse facto não retira importância nem valor patrimonial ao espólio paramental da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, o qual, sem se apresentar recheado de grande quantidade de peças, integra elementos importantes, raros e de muito boa qualidade.



Designação: Véu de Cálice
N.º de inventário: SCMVR 0258 T
Proveniência de fabrico: Coimbra
Materiais: Fio de seda vermelha
Forro: Fio de seda acastanhada
Galão/renda: Fio de metal dourado
Técnica: Cetim
Forro: Tafetá
Galão/renda: Tecida
Medidas: Comp. 0,66 cm; Larg. 0,55 cm
Cronologia: 1765
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Bom. Alguma sujidade
Descrição: Véu de cálice de cetim de seda vermelha, impresso a preto, com excertos

das conclusões de doutoramento em Teologia de D. António Bernardo de Almeida, apresentada na Universidade de Coimbra. Dedicado a Nossa Senhora do Carmelo, encontra-se datado de 1765. Era tradicional a produção deste tipo de véus de cálice, para ser utilizado na missa de encerramento daquela cerimónia académica.
Observações: Encontra-se um exemplar semelhante, em branco marfim, no Museu de Alberto Sampaio (Guimarães), com o n.º de inventário T – 439.



Designação: Almofada
N.º de inventário: SCMVR
Medidas: Comp. 0,42 cm; Larg. 0,40 cm
Cronologia: Século XX / XXI
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Bom. Alguma sujidade
Descrição: Almofada de veludo carmim, lavrado, com um botão forrado do mesmo material, colocado, no centro, de forma a unir as duas faces da peça.





Designação: Casula

N.º de inventário: SCMVR 0254 T

Elementos de conjunto: Dalmáticas (0250T e 0251T), Pluvial (0257T), Manipulos (0265T, 0266T e 0267T), Bolsa de corporais 0261 T)

Proveniência de fabrico: Portugal? / França?

Materiais: Fio de seda marfim. Fio e lâmina de metal dourado. Outros

Forro: Fio de algodão amarelo

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, largo

Medidas: Larg. M 0,70 cm; Alt. M 108 cm // Larg. m 0,66 cm; Alt. m 0,99 cm

Cronologia: Século XVIII / XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Regular. Sujidade e fragilidade do suporte principal

Descrição: Casula de tecido lavrado cor de marfim e espolinado (?) a fio e lâmina de metal dourado, de forma a obter uma delicada decoração de pequenos ramalhetes de flores estilizadas, dispersos por um fundo salpicado de minúsculas estrelas, igualmente douradas. Apresenta os sebastos e o pilar definidos por galão dourado, largo, decorado com motivos eucarísticos.



Designação: Dalmática

N.º de inventário: SCMVR 0250 T; 0251 T

Elementos de conjunto: Casula (0254 T), Dalmática (0251 T), Pluvial (0257 T), Manipulos (0265T, 0266T e 0267 T), Bolsa de corporais (0261 T)

Proveniência de fabrico: Portugal (?), França(?)

Materiais: Fio de seda marfim. Fio e lâmina de metal dourado. Outros

Forro: Fio de algodão marfim

Galão: Tecido dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, largo

Medidas: Larg. 140 cm; Alt. 110 cm

Cronologia: século XVIII/XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia (duas)

Estado de conservação: Regular / Mau. Sujidade. Lacerações, fragilidade de suportes e apresenta tentativas de restauro numa das faces

Descrição: Dalmática de tecido lavrado cor de marfim e espolinado (?) a fio e lâmina de metal dourado de forma a obter uma delicada decoração de pequenos ramalhetes de flores estilizadas, dispersos por um fundo salpicado de minúsculas estrelas, igualmente douradas. Apresenta os sebastos e as mangas definidos por galão dourado, largo, decorado com motivos eucarísticos e possui quatro argolas de latão com fitas largas, de seda, junto ao decote.





Designação: Pluvial ou Capa de Asperges

N.º de inventário: SCMVR 0257 T

Elementos de conjunto: Casula (0254 T), Dalmáticas (0250 T e 0251 T), Manipulos (0265T, 0266T e 0267 T), Bolsa de corporais (0261 T)

Proveniência de fabrico: Portugal? França?

Materiais: Fio de seda marfim. Fio e lâmina de metal dourado. Outros

Forro: Fio de linho bege

Galão: Tecido dourado. Franja dourada, muito larga, com berloques

Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)

Forro: Tafetá

Galão/Franja: Tecido, largo; franja larga.

Medidas: Alt. 144 cm; Ø 210 cm

Cronologia: século XVIII / XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Regular / Mau. Sujidade. Lacerações, lacunas, fragilidade de suportes. Apresenta tentativas de restauro manual

Descrição: Pluvial ou capa de asperges de tecido lavrado cor de marfim e espolinado? a fio e lâmina de metal dourado de forma a obter uma delicada decoração de pequenos ramalhetes de flores estilizadas, dispersos por um fundo salpicado de minúsculas estrelas, igualmente douradas. Apresenta os sebastos definidos por galão largo, dourado, decorado com motivos eucarísticos e possui firmal com seis colchetões e seis argolas de latão. O capuz contornado por igual galão, está rematado com franja dourada, muito larga.



Designação: Manipulo

N.º de inventário: SCMVR 0265 T; 0266 T; 0267 T

Elementos de conjunto: Casula (0254 T), Dalmáticas (0250 T e 0251 T), Pluvial (0257 T), Manipulos (0265T e 0267 T), Bolsa de corporais (0261 T)

Proveniência de fabrico: Portugal? França?

Materiais: Fio de seda marfim. Fio e lâmina de metal dourado. Outros

Forro: Fio de algodão amarelo-claro

Galão: Fio de metal, dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado(?)

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, largo e estreito

Medidas: Alt. 104 cm; Larg. 0,19

Cronologia: Século XVIII / XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Regular. Sujidade

Descrição: Manipulo de tecido lavrado cor de marfim e espolinado(?) a fio e lâmina de metal dourado de forma a obter uma delicada decoração de pequenos ramalhetes de flores estilizadas, dispersos por um fundo salpicado de minúsculas estrelas, igualmente douradas. O exemplar 0265 T apresenta, no vértice, cruz de galão dourado, estreito. Possui ainda um cordão de sirgaria de seda com pequena borla, para ajuste da peça.



Designação: Bolsa de Corporais

N.º de inventário: SCMVR 0261 T

Elementos de conjunto: Casula (0254 T), Dalmáticas (0250 T e 0251 T), Pluvial (0257 T), Manipulos (0265T, 0266 T e 0267 T).

Proveniência de fabrico: Portugal (?) França (?)

Materiais: Fio de seda marfim. Fio e lâmina de metal dourado. Outros

Forro: Fio de seda marfim

Galão: Tecido dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, largo

Medidas: Alt. 24 cm; Larg. 24 cm

Cronologia: Século XVIII / XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Regular. Sujidade

Descrição: Bolsa de corporais de tecido lavrado cor de marfim e espolinado (?) a fio e lâmina de metal dourado de forma a obter uma delicada decoração de pequenos ramalhetes de flores estilizadas, dispersos por um fundo salpicado de minúsculas estrelas, igualmente douradas. Apresenta-se contornada por galão largo, dourado e possui nos cantos três pequenas borlas de seda.

Observações: No interior possui a indicação: *Misericórdia / de / V. Real.*





Designação: Casula

N.º de inventário: SCMVR 255 T

Elementos de conjunto: 2 Dalmáticas (0249 ? T e 0252 T), 3 Manipulos (0269 T, 0270 T e 0273 T), 1 Estola (0271 T)

Proveniência de fabrico: França

Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma (ver notas)

Forro: Fio de algodão amarelo

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Tecidos lavrados, espolinados(?)

Forro: Tafetá

Galão: Tecido largo e médio

Medidas: Larg. M 0,69 cm; Alt. M 108 cm. // Larg. m 0,59 cm; Alt. m 0,99 cm

Cronologia: Século XVIII

Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Regular/Mau. Aproveitamento de materiais. Sujidade,

lacerações, fragilidade dos suportes. Necessita pontos de fixação

Descrição: Casula de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado(?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalistas, criando em algumas áreas, ramos de flores. Os sebastos salientados por galão largo, dourado, são constituídos por um tecido diferente, da mesma tipologia, origem e época, mas cuja composição inclui fio de metal prateado, com padronagem "bizarra". Trata-se de evidente aproveitamento de materiais nobres, para restauro. A peça remata a toda a volta, com galão médio, dourado.

Observações: O tecido dos sebastos integra fio de metal prateado.



Designação: Dalmática

N.º de inventário: SCMVR 249 ? T; 252 T

Elementos de conjunto: 1 Casula (0255 T), 1 Dalmática (0252 T), 3 Manipulos (0269 T, 0270 T e 0273 T), 2 Estolas (0271 T e 0277 T)

Proveniência de fabrico: França

Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma

Forro: Fio de linho marfim

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado(?)

Forro: Tafetá

Galão: Tecido médio

Medidas: Larg. 144 cm; Alt. 112 cm.

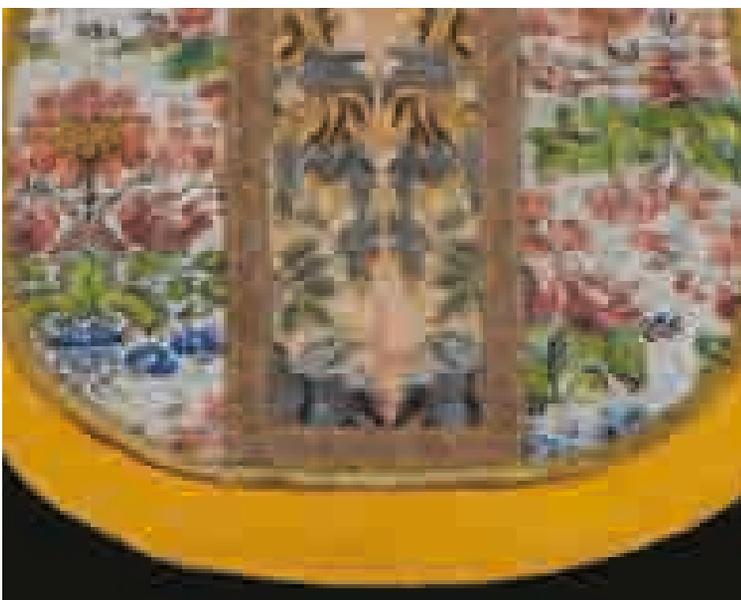
Cronologia: Século XVIII

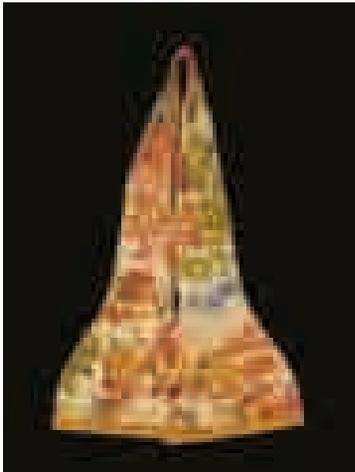
Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Mau. Sujida-

de, lacerações, fragilidade dos suportes. Apresenta desgaste do suporte, no sebasto anterior

Descrição: Dalmática de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado(?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalistas, criando em algumas áreas, ramos de flores. Os sebastos apresentam-se salientados por galão médio, dourado. A peça remata a toda a volta, com galão dourado, presente também a nível das mangas, como decoração.





Designação: Manipulo
N.º de inventário: SCMVR 269 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (0255 T), 2 Dalmáticas (0249 ? T e 0252 T), 2 Manipulos (0270 T e 0273 T), 2 Estolas (0271 T e 0277 T)
Proveniência de fabrico: França
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma.
Forro: Fio de linho cru
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)
Forro: Tafetá
Galão: Tecido estreito
Medidas: Larg. 0,17 cm; Alt. 0,98 cm.
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Regular. Su-jidade
Descrição: Manipulo de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado(?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalis-tas, criando, em algumas áreas, ramos de flores.



Designação: Manipulo
N.º de inventário: SCMVR 270 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (0255 T), 2 Dalmáticas (0249? T e 0252 T), 2 Manipulos (0269 T e 0273 T), 2 Estolas (0271 T e 0277 T)
Proveniência de fabrico: França
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de algodão amarelo
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)
Forro: Tafetá
Galão: Tecido estreito
Medidas: Larg. 0,17 cm; Alt. 100 cm.
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Regular. Su-jidade
Descrição: Manipulo de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado (?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalis-tas, criando em algumas áreas, ramos de flores. Apresenta, no vértice, cruz de galão dourado.



Designação: Manipulo
N.º de inventário: SCMVR 273 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (0255 T), 2 Dalmáticas (0249 ?T e 0252 T), 2 Manipulos (0269 T e 0270 T), 2 Estolas (0271 T e 0277 T)
Proveniência de fabrico: França
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de linho cru
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)
Forro: Tafetá
Galão: Tecido estreito

Medidas: Larg. 0,17 cm; Alt. 104 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Regular. Su-jidade
Descrição: Manipulo de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado (?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalis-tas, criando em algumas áreas, ramos de flores. Apresenta-se constituído por frag-mentos de tecido inicial. Aproveitamento de materiais





Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 271 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (0255 T), 2 Dalmáticas (0249? T e 0252 T), 3 Manipulos (0269 T, 0270 T e 273 T), 1 Estola (0277 T)
Proveniência de fabrico: França
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma (ver Observações)
Forro: Fio de linho cru
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)
Forro: Tafetá
Galão: Tecido estreito
Medidas: Larg. 0,17 cm; Alt. 226 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Regular/Mau. Sujidade. Lacunas, lacerações
Descrição: Estola de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado (?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalistas, criando em algumas áreas, ramos de flores. Apresenta-se com bases triangulares e constituída por alguns fragmentos de tecido igual ao dos sebastos da peça com o n.º 11/ SCMVR 0255 T (casula). Aproveitamento de materiais.
Observações: As partes iguais aos sebastos da peça SCMVR 0255 T (casula) integram fio de metal prateado.



Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 277 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (0255 T), 2 Dalmáticas (0249? T e 0252 T), 3 Manipulos (0269 T, 0270 T e 273 T), 1 Estola (0271 T)
Proveniência de fabrico: França
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de linho cru
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado (?)
Forro: Tafetá
Galão: Tecido estreito
Medidas: Larg. 0,16 cm; Alt. 244 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular/Mau. Sujidade
Descrição: Estola de tecido lavrado, cor de marfim, espolinado (?) a fio de seda policroma, de forma a obter uma decoração densa de motivos vegetalistas, criando em algumas áreas, ramos de flores. Decorada com galão dourado.



Designação: Casula
N.º de inventário: SCMVR 253 T
Elementos de conjunto: Estola (0275 T)
Proveniência de fabrico: Real Fábrica do Rato, Lisboa
Materiais: Fio de seda carmim; fio de metal dourado: ouro(?)
Forro: Fio de algodão amarelo (recente)
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Damasco lavrado – “taqueté”
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, médio
Medidas: Larg. M 0,71 cm; Alt. M 114 cm // Larg. m 0,67 cm; Alt. m 106 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Bom/Regular

Sujidade. Apresenta alguma fragilidade a nível de suporte principal

Descrição: Casula de damasco de seda carmim, lavrada a fio de metal dourado, provavelmente ouro, obtendo-se o lavor pela técnica de *taqueté* de grande efeito visual, conseguindo-se uma decoração larga, constituída por elementos geométricos, a enquadrar flores e folhas estilizadas. Podemos assim observar a existência de um ramo vegetalista, situado a nível dos sebastos, definidos por galão dourado. O forro de origem recente, foi aplicado, tal como o galão, utilizando a máquina de costura. Este facto aponta para uma (re)constituição de peça, aquando da substituição do forro.





Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 275 T
Elementos de conjunto: Casula (0253 T)
Proveniência de fabrico: Real Fábrica do Rato(?), Lisboa
Materiais: Fio de seda carmim. Fio de metal dourado: ouro?
Forro: Fio de seda bege (recente)
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Damasco lavrado – “taqueté”
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, médio
Medidas: Larg. 0,18 cm; Alt. 228 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom/Regular. Sujidade

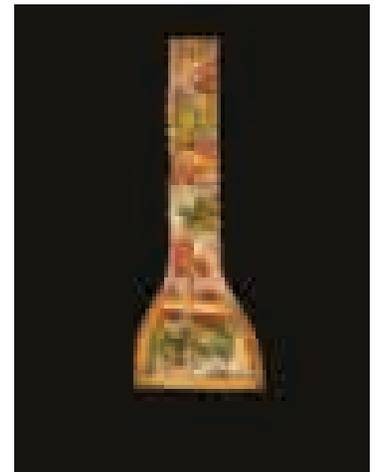
Descrição: Estola de damasco de seda carmim, lavrada a fio de metal dourado, provavelmente ouro, obtendo-se o lavor pela técnica de *taqueté* de grande efeito visual, conseguindo-se uma decoração larga, constituída por elementos geométrizantes, a enquadrar flores e folhas estilizadas. Apresenta bases salientadas por galão dourado. Forro recente.



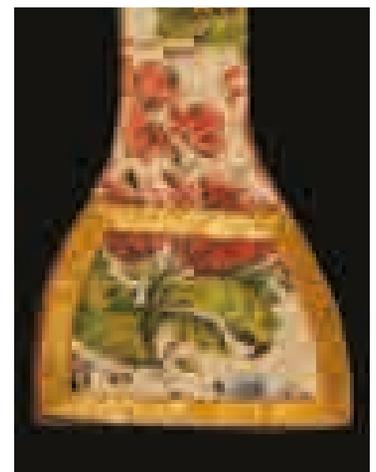
Designação: Casula
N.º de inventário: SCMVR 256 T
Proveniência de fabrico: França (?)
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de linho cru
Galão: Fio de algodão amarelo
Técnica: Tecido lavrado, espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido largo e estreito
Medidas: Larg. M 0,73 cm; Alt. M 114 cm // Larg. m 0,65 cm; Alt. m 100 cm
Cronologia: Século XVII / XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real



Estado de conservação: Mau. Sujidade, manchas, lacunas, lacerações, remendos, fragilidade de suportes. Peça para abate
Descrição: Casula de tecido lavrado e espolinado a fio de seda policroma, criando uma decoração do tipo “bizarro”, possui sebastos e contornos de galão largo, amarelo. Em muito mau estado de conservação, apresenta forro original.



Designação: Manípulo
N.º de inventário: SCMVR 263 T
Proveniência de fabrico: França (?)
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma.
Forro: Fio de linho bege
Galão: Fio de algodão, amarelão
Técnica: Tecido lavrado, espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, largo
Medidas: Larg. 0,20 cm; Alt. 114 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Mau. Sujidade. Necessita pontos de fixação. Fragilidade do suporte principal. Peça para abate
Descrição: Manípulo de tecido marfim, espolinado a fio de seda policroma formando motivos florais. Aproveitamento de materiais. Mau estado de conservação.

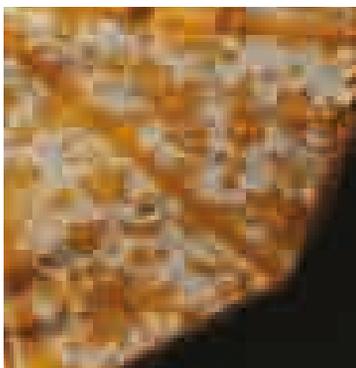




Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 262 T
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim. Óleo.
Forro: Fio de algodão branco
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Cetim. Pintura a óleo sobre seda
Forro: Sarja
Galão/Franja: Tecido estreito; tecida larga
Medidas: Larg. 0,19 cm; Alt. 114 cm
Cronologia: Século XIX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Mau. Sujidade. Apresenta falta de galão dourado e intervenções a nível de restauro
Descrição: Estola de cetim marfim com pinturas a óleo, nas bases, reproduzindo motivos diferentes, de carácter cristológico: numa face apresenta uma cruz circundada por elementos florais e na outra a coroa de espinhos, a lança com a esponja, igualmente enquadradas por flores.



Designação: Umbela
N.º de inventário: SCMVR 278 T
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda amarela. Outros. Metal e madeira
Forro: Fio de seda marfim
Galão: Fio de seda amarela
Técnica: Tecido lavrado, espolinado
Forro: Tafetá
Galão/Franja: Tecido estreito; franja larga, torcida
Medidas: Ø M ca. 110 cm
Cronologia: Século XIX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Mau. Sujidade. Suportes internos, de metal, em mau estado de conservação; forro de seda em completa degradação
Descrição: Umbela de seda marfim espolinada a fio de seda amarela para criar uma decoração de motivos eucarísticos de uvas, folhas de videira e sarmentos. Esta específica tipologia decorativa de tecidos era frequentemente produzida por encomenda, para a confecção de paramentos e outras diversas alfaias litúrgicas.



Designação: Pano de Esquife ou de Andor
N.º de inventário: SCMVR S/N.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de lã preta. Fio de seda policroma
Forro: Fio de algodão amarelo
Franja: Fio de seda amarela
Técnica: Feltro (?) Bordado directo
Forro: Tafetá
Franja: Tecida, larga, torcida
Medidas: Comp. 270 cm; Larg. 146 cm
Cronologia: Século XX / XXI
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Apresenta algumas marcas de cera
Descrição: Pano de esquife ou de andor de tecido de feltro (?) preto decorado com motivos florais coloridos, enqua-

drados por finas linhas de cordãozinho amarelo, formando larga barra, onde se evidenciam as flores de maracujá, também conhecido como *passion fruit* (fruto da paixão). Toda a decoração é executada em bordado directo, com especial relevância para os cantos, mais profusamente enriquecidos com as mesmas flores e elementos de cordãozinho, criando uma forma estrelada. Os pontos do bordado directo são principalmente, o cordãozinho e o ponto de matiz simplificado. A simbologia expressa no tipo de flores escolhidas, parece-nos bem enquadrada com a finalidade ou uso da peça. Forrado de tecido amarelo, remata com franja também amarela, muito larga, torcida. Possui ainda, nos cantos, quatro pequenas borlas de sirgaria, igualmente amarelas.

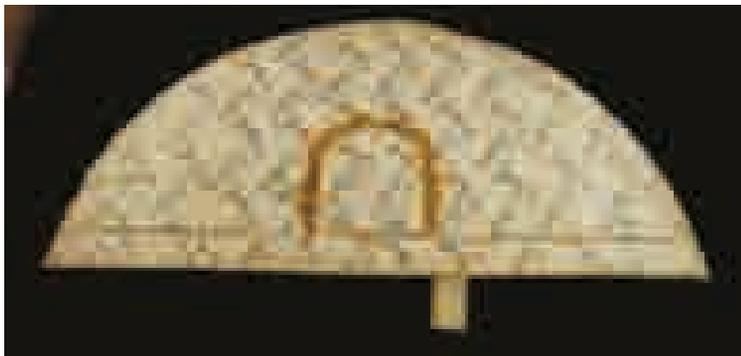




Designação: Pano de Porta
N.º de inventário: SCMVR 0016 T
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de lã preta. Outros
Forro: Fio de algodão policromo
Galão: Fio de algodão amarelo
Técnica: Feltro. Bordado de aplicação
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, largo
Medidas: Larg. 166 cm; Alt. 300 cm
Cronologia: Século XIX / XX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade. Necessita alguns pontos de fixação
Descrição: Pano de porta (lateral) de feltro preto decorado com motivos geométricos, vegetalistas e elementos heráldicos. A decoração é conseguida mediante a aplicação de elementos de bordados policromos apostos sobre o tecido base. O campo encontra-se delimitado por uma tarja de galão amarelo, definindo assim, uma área reservada

para a inclusão dos elementos mais nobres e mais importantes da decoração: um escudo que deveria ser da Santa Casa da Misericórdia, mas que, em função da sua específica iconografia e localização da peça (porta lateral/acesso directo) se destina a indicar "o campo santo" do templo. Este elemento heráldico contém uma cruz negra sobreposta a um crânio e a duas tíbias cruzadas, onde se pode, ainda observar, as iniciais M. Z.^a (Misericórdia). Associado, encontra-se como é costume, um outro escudo com as armas reais portuguesas. O conjunto possui um enquadramento incompleto de motivos vegetalistas e geometrizarantes e está encimado por uma pequena cruz. A larga cercadura é decorada com elementos da mesma tipologia do restante bordado, assumindo contornos neoclassizantes. O forro listado fino, policromo, integra o grupo de tecidos popularmente designados como "riscados".





Designação: Pluvial ou Capa de Asperges
N.º de inventário: SCMVR 0096 T
Proveniência de fabrico: França
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma. Outros
Forro: Fio de linho cru
Galão e Franja: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, médio; franja larga
Medidas: Alt. 135 cm; Ø 205 cm
Cronologia: Século XVIII
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom/Regular. Sujidade
Descrição: Pluvial ou capa de asperges de tecido marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma, criando uma deco-

ração do tipo "pequim", constituída por pequenos motivos florais diferentes, estilizados, dispostos de forma serpentinada, em alternância com iguais elementos lavrados a seda marfim, integrados no tecido base, formando entre si reservas. O firmal possui três colchetes e três colchetas. Sebastos e capuz estão definidos por dupla fiada de galão médio dourado, sendo o último rematado por franja dourada muito larga. No forro encontra-se a legenda manuscrita, a tinta negra: *S^t.ª Caza*.

Observações: Embora utilizado conjuntamente com as peças dos conjuntos SCMVR 0096 T e SCMVR 0097 T, o pluvial não forma conjunto, devido à diferença dos tecidos.

Designação: Casula
N.º de inventário: SCMVR 0...T
Elementos de conjunto: 2 Dalmáticas (0096 T e 0097 T), 2 Estolas (0096 T 0.2 e outra s/n.º), 4 manipulos (0097 T e os restantes três s/n.º)
Proveniência de fabrico: França (?)
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma. Outros
Forro: Fio de linho, cru
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado; espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido médio
Medidas: Larg. M 76 cm; Alt. M 108 cm // Larg. m 68 cm; Alt. m 96 cm
Cronologia: Século XIX
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Regular/Mau.

Sujidade, lacunas, lacerações. Fragilidade dos suportes

Descrição: Casula de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma formando uma decoração de motivos florais, pequenos. Possui os sebastos e o pilar salientados por galão dourado. No forro possui legenda manuscrita, a tinta negra: *Santa Caza da Mizericordia / de Villa Real 1896*.





Designação: Dalmática
N.º de inventário: SCMVR 0096 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 1 Dalmática 0097 T), 2 Estolas (0096 T 0.2 e outra sn.º), 4 manípulos (0097 T e os restantes três, s/n.º)
Proveniência de fabrico: França (?)
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de algodão, marfim
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado; espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido médio
Medidas: Larg. 148 cm; Alt. 120cm

Cronologia: Século XIX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular/Mau. Sujidade, lacunas, lacerações. Tentativas de restauro. Fragilidade dos suportes
Descrição: Dalmática de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma formando uma decoração de motivos florais, pequenos. Possui os sebastos salientados por galão dourado. Sem argolas, apresenta assim, o decote fechado. No forro, possui uma legenda manuscrita, a tinta negra: *Stª Caza da Misericórdia / de Villa Real.*



Designação: Dalmática
N.º de inventário: SCMVR 0097 T
Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 1 Dalmática 0096 T), 2 Estolas (0096 T 0.2 e outra s/n.º), 4 manípulos (0097 T e os restantes três, s/n.º)
Proveniência de fabrico: França?
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de algodão, marfim
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado; espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido médio
Medidas: Larg. 148 cm; Alt. 120 cm
Cronologia: Século XIX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular/Mau. Sujidade, lacunas, lacerações. Evidentes sinais de restauro. Fragilidade dos suportes
Descrição: Dalmática de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma formando uma decoração de motivos florais, pequenos. Apresenta a particularidade de possuir as mangas novas, de tecido diferente, mas muito semelhante na tipologia e na decoração. Possui os sebastos salientados por galão dourado. Sem argolas, apresenta assim, o decote fechado. No forro, possui, manuscrita a tinta negra, a legenda *Stª Caza.*
Observações: As mangas são do mesmo tecido da peça (Bolsa de corporais) com o n.º 37 (SCMVR 0260 T).



Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 0096 T 0.2
Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 2 Dalmáticas (0096 T e 0097 T), 1 Estola (s/n.º), 4 manípulos (0097 T e os restantes três, s/n.º)
Proveniência de fabrico: França?
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de linho cru
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado, espolinado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido médio
Medidas: Larg. 16 cm; Alt. 228 cm
Cronologia: Século XIX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Mau. Peça para abate
Descrição: Estola de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma formando uma decoração de motivos florais, pequenos. Aproveitamento de materiais. No forro, possui uma etiqueta de algodão branco, cosida, com a legenda manuscrita a tinta negra: *Stª Caza / Misericórdia V. Real.*





Designação: Estola

N.º de inventário: SCMVR s/n.º

Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 2 Dalmáticas (0096 T e 0097 T), 2 Estolas (0096 T 0.2), 4 manípulos (0097 T e os restantes três, s/n.º)

Proveniência de fabrico: França (?)

Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma

Forro: Fio de linho cru

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado

Forro: Tafetá

Galão: Tecido largo

Medidas: Larg. 16 cm; Alt. 106 cm

Cronologia: Século XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Regular / Mau. Sujidade. Fragilidade dos suportes

Descrição: Estola de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma formando uma decoração de motivos florais, pequenos. No forro, possui a legenda manuscrita, a tinta negra: *Stª Caza da Mizericórdia de Villa Real 1896.*



Designação: Manípulo

N.º de inventário: SCMVR 0097 T 0.2 e 3 s/n.º

Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 2 Dalmáticas (0096 T e 0097 T), 2 Estolas (0096 T 0.2), 3 manípulos s/n.º

Proveniência de fabrico: França (?)

Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma

Forro: Fio de seda bege

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Tecido lavrado, espolinado

Forro: Tafetá

Galão: Tecido médio

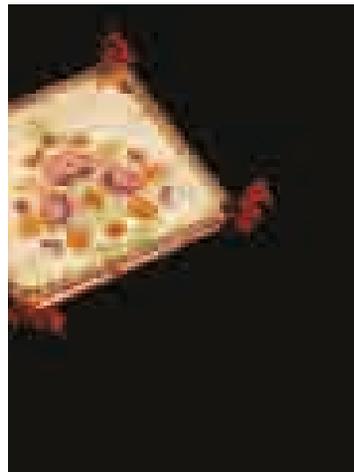
Medidas: Larg. 16/18 cm; Alt. 90/96 cm

Cronologia: Século XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (quatro)

Estado de conservação: Mau. Peças para abate

Descrição: Estola de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma formando uma decoração de motivos florais, pequenos. No forro, possuem legendas manuscritas a tinta negra: *Stª Caza; Stª C.zª da Mizericórdia / de Villa Real 1896; S. C. Sant. Caza.*



Designação: Bolsa de Corporais

N.º de inventário: SCMVR 0260 T

Proveniência de fabrico: França?

Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma. Outros

Forro: Fio de seda marfim

Galão/cordão: Fio de algodão carmim

Técnica: Tecido lavrado, espolinado

Forro: Tafetá

Galão/cordão: Tecido fino

Medidas: Larg. 24 cm; Alt. 24 cm

Cronologia: Século XIX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Regular. Sujidade

Descrição: Bolsa de corporais de tecido de seda marfim, lavrado e espolinado a fio de seda policroma. Na face anterior apresenta um ramo de motivos florais estilizados, enquanto a face posterior surge repartida por fragmentos do mesmo tecido, sem contudo formarem decoração contínua. Trata-se de um aproveitamento de materiais. A peça remata com fino cordão de seda carmim e possui quatro pequenas borlas, nos cantos.

Observações: Tecido igual ao das mangas da peça (Dalmática) SCMVR n.º 0097 T.





Designação: Casula
N.º de inventário: SCMVR 0174 T (?)
Elementos de conjunto: 2 estolas (sem marca → 0095 T (?))
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda preta
Forro: Fio de seda preta
Galão: Fio de seda amarela
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão: Tecido largo
Medidas: Larg. M 76 cm; Alt. M 104 cm
 // Larg. m 69 cm; Alt. m 95 cm
Cronologia: Século XX (1.ª metade)
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real



Estado de conservação: Bom. Evidencia sinais de pouco uso
Descrição: Casula de damasco de seda preta, com os sebastos e pilar definidos por galão largo de seda amarela decorado com pequenos laços. Retirada do culto após o Concílio Vaticano II. Semelhante à peça SCMVR 0175 T (casula), apenas com galão diferente.
Observações: O galão está decorado com pequenos "laços".



Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 0095 T (?)
Elementos de conjunto: 1 Casula (sem marca → 0174 T (?)); 1 Estola (sem marca → 0095 T (?))
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda preta
Forro: Fio de algodão preto
Galão/Franja: Fio de seda amarela
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão/Franja: Tecido largo e estreito; tecido larga, torcida
Medidas: Larg. 19 cm; Alt. 200 cm
Cronologia: Século XX (1.ª metade)
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (duas)
Estado de conservação: Bom. Evidencia sinais de pouco uso
Descrição: Estola de damasco de seda preta, com bases definidas por galão largo de seda amarela decorado com pequenos laços e rematadas por franja larga, torcida, de seda amarela. Apresenta no vértice, pequena cruz. Retirada do culto após o Concílio Vaticano II.
Observações: O galão está decorado com "laços".



Designação: Casula
N.º de inventário: SCMVR 0175 T (?)
Elementos de conjunto: 2 estolas (sem marca → 0095 T (?))
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda preta
Forro: Fio de algodão preto
Galão: Fio de seda amarela
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão: Tecido largo, franjado
Medidas: Larg. M 75 cm; Alt. M 104 cm
 // Larg. m 68 cm; Alt. m 99 cm
Cronologia: Século XX (1.ª metade)
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Evidencia sinais de pouco uso
Descrição: Casula de damasco de seda preta, com os sebastos e pilar definidos por galão largo, duplamente franjado de seda amarela, decorado com motivos eucarísticos. Retirada do culto após o Concílio Vaticano II. Peça semelhante à casula SCMVR 0174 T, apenas com galão diferente.
Observações: O galão está decorado com motivos eucarísticos e florais.

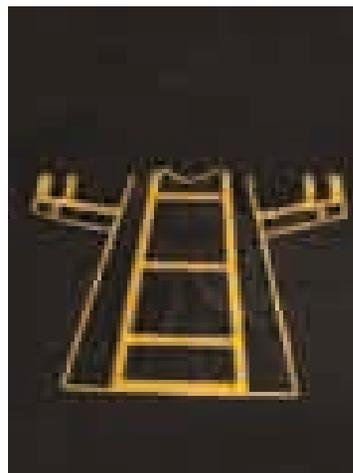




Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 095 T (?)
Elementos de conjunto: 1 Casula (sem marca → 0175 T (?); 1 Estola (sem marca → 0095 T)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda preta
Forro: Fio de algodão preto
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão/Franja: Tecido largo e estreito; tecida larga, torcida
Medidas: Larg. M 19 cm; Alt. 222 cm
Cronologia: Século XX (1.ª metade)
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Evidencia sinais de pouco uso
Descrição: Estola de damasco de seda preta, com as bases definidas por galão largo, duplamente franjado de seda amarela, decorado com motivos eucarísticos e florais. Sem cruces, remata com franja larga, torcida. Retirada do culto após o Concílio Vaticano II.
Observações: O galão está decorado com motivos eucarísticos e florais.

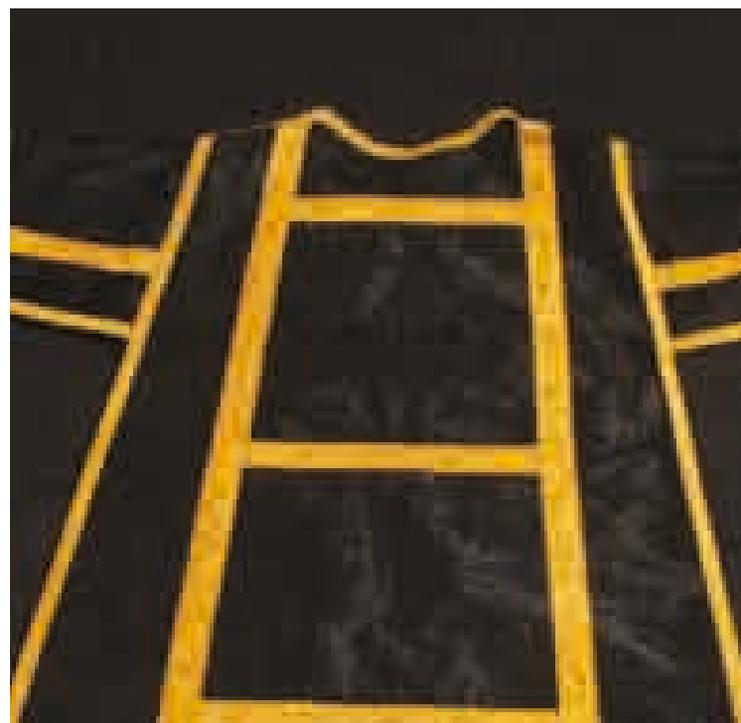


Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR 095 T (?)
Elementos de conjunto: 1 Casula (sem marca → 0175 T (?); 1 Estola (sem marca → 0095 T)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda preta
Forro: Fio de algodão preto
Galão/Franja: Fio de seda amarela
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão/Franja: Tecido largo, franjado; tecida larga, torcida
Medidas: Larg. 19 cm; Alt. M 204 cm
Cronologia: Século XX (1.ª metade)
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Evidencia sinais de pouco uso
Descrição: Estola de damasco de seda preta, com bases definidas por galão largo, duplamente franjado de seda amarela, decorado com motivos eucarísticos e florais. Retirada do culto após o Concílio Vaticano II.
Observações: O galão está decorado com motivos eucarísticos e florais.



Designação: Dalmática
N.º de inventário: SCMVR 095 T 2
Elementos de conjunto: 1 Dalmática (0095 T, marcada com 0095 T 0.2); Pluvial (marcado com 0095 T 0.5); 4 Manípulos (0170 T, 0171T, 0172T, 0173 T, marcados com 0095.T0.3, 0095T 0.4, 0095T 0.5 e 0095 T 0.6)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda preta
Forro: Fio de algodão preto
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão: Tecido largo e médio, franjado

Medidas: Larg. 135 cm; Alt. 109 cm
Cronologia: Século XX (1.ª metade)
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Evidencia poucos sinais de uso
Descrição: Dalmática de damasco de seda preta, com sebastos e mangas definidos por galão largo de fio de metal dourado decorado com motivos eucarísticos e florais. As mangas apresentam alamares de sirgaria dourados, com pequeno botão do mesmo material. Retirada do culto após o Concílio Vaticano II.





Designação: Dalmática
N.º de inventário: SCMVR 095 T 0.2 (?)

Proveniência de fabrico: Portugal

Elementos de conjunto: 1 Dalmática (0093 T, marcada com o n.º 0095 T 0.1); Pluvial (marcado com o n.º 0095 T 0.5); 4 Manipulos (0170 T, 0171T, 0172T, 0173 T, marcados com os n.º 0095.T0.3, 0095T 0.4, 0095T 0.5 e 0095 T 0.6)

Materiais: Fio de seda preta

Forro: Fio de algodão preto

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão: Tecido largo e médio, franjado

Medidas: Larg. 135 cm; Alt. 109 cm

Cronologia: Século XX (1.ª metade)

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Bom. Evidencia poucos sinais de uso

Descrição: Dalmática de damasco de seda preta, com sebastos e mangas definidos por galão largo de fio de metal dourado decorado com motivos eucarísticos e florais. As mangas apresentam alamares de sirgaria dourados, com pequeno botão do mesmo material. Retirada de culto após o Concílio Vaticano II.



Designação: Pluvial ou Capa de Asperges
N.º de inventário: SCMVR (0095 T 0.5)

Proveniência de fabrico: Portugal

Elementos de conjunto: 2 Dalmáticas (0093 T e 0095 T, marcadas com os n.º 0095 T 0.1 e 0095 T 0.2); 4 Manipulos (0170 T, 0171T, 0172T, 0173 T, marcados com os n.º 0095.T0.3, 0095T 0.4, 0095T 0.5 e 0095 T 0.6)

Materiais: Fio de seda preta. Outros.

Forro: Fio de algodão preto

Galão/Franja: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão/Franja: Tecido largo, franjado; tecido muito larga

Medidas: Alt. 130 cm; Ø 200 cm

Cronologia: Século XX (1.ª metade)

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Bom. Evidencia poucos sinais de uso

Descrição: Pluvial ou Capa de asperges de damasco de seda preta, com sebastos

e capuz definidos por galão largo dourado, decorado com motivos eucarísticos e florais. O capuz remata com larga franja dourada. O firmal salientado também com galão largo, dourado, possui dois colchetões e duas argolas de latão. Retirado do culto após o Concílio Vaticano II.



Designação: Manipulo

N.º de inventário: SCMVR 0170 T; 0171 T; 0172 T; 0173 T

Elementos de conjunto: 2 Dalmáticas (0093 T e 0095 T, marcadas com 0095 T 0.1 e 0095 T 0.2); Pluvial marcado com 0095 T 0.5; 3 Manipulos (0171T, 0172T, 0173 T, marcados com 0095T 0.4, 0095T 0.5 e 0095 T 0.6)

Proveniência de fabrico: Portugal

Materiais: Fio de seda preta

Forro: Fio de algodão preto

Galão/Franja: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão/Franja: Tecido largo, franjado; tecido muito larga

Medidas: Larg. 19 cm; Alt. 122 cm

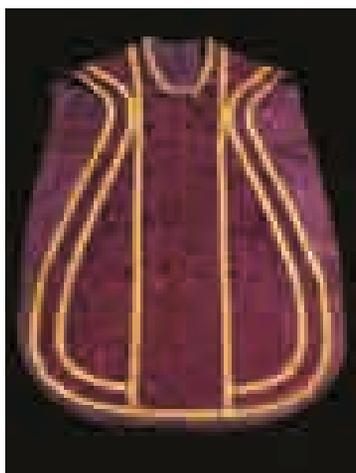
Cronologia: Século XX (1.ª metade)

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (quatro)

Estado de conservação: Bom. Evidencia poucos sinais de uso

Descrição: Manipulo de damasco de seda preta, com as bases definidas por galão largo dourado, decorado com motivos eucarísticos e florais. Apresenta cruces de galão dourado estreito. Remata com franja larga dourada. Retirado do culto após o Concílio Vaticano II.





Designação: Casula

N.º de inventário: SCMVR s/n.º

Elementos de conjunto: 2 Dalmáticas (0093 T? com o mesmo número), 1 Pluvial (0094 T), 1 Estola (0094 T 0...?), 3 Manipulos (0093 T 0.2, 0093T 0.3 e 0093 T 0.4)

Proveniência de fabrico: Portugal

Materiais: Fio de seda roxa

Forro: Fio de seda roxa

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, médio

Medidas: Larg. M 70 cm; Alt. M 120 cm // Larg. m 69 cm; Alt. m 110 cm

Cronologia: Século XIX / XX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Regular/Mau. Sujidade, lacerações. Forro com lacunas

Descrição: Casula de damasco de seda roxa, com motivos florais recorrentes, muito largos. Possui sebastos salientados com galão dourado. A peça está contornada por dupla tira do mesmo galão.



Designação: Dalmática (2)

N.º de inventário: SCMVR 0093 T

Elementos de conjunto: 1 Casula (s./n.º) 1 Dalmática (0093 T?), 1 Pluvial (0094 T), 1 Estola (0094 T 0...?), 3 Manipulos (0093 T 0.2, 0093T 0.3 e 0093 T 0.4)

Proveniência de fabrico: Portugal

Materiais: Fio de seda roxa.

Forro: Fio de seda roxa

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, médio

Medidas: Larg. 142 cm; Alt. M 117 cm

Cronologia: Século XIX / XX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Regular. Sujidade. Necessita pontos de fixação

Descrição: Dalmática de damasco de seda roxa, com motivos florais recorrentes, muito largos. Apresenta sebastos e mangas salientados com galão dourado. As mangas possuem ainda alamares de sirgaria dourada, onde se encontram pequenos botões do mesmo material.





Designação: Pluvial ou Capa de Asperges

N.º de inventário: SCMVR 0094 T

Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º) 2 Dalmáticas (0093 T, com o mesmo n.º), 1 Estola (0094 T 0...?), 3 Manipulos (0093 T 0.2, 0093T 0.3 e 0093 T 0.4)

Proveniência de fabrico: Portugal

Materiais: Fio de seda roxa

Forro: Fio de seda roxa

Galão/Franja: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, médio; franja larga, torcida

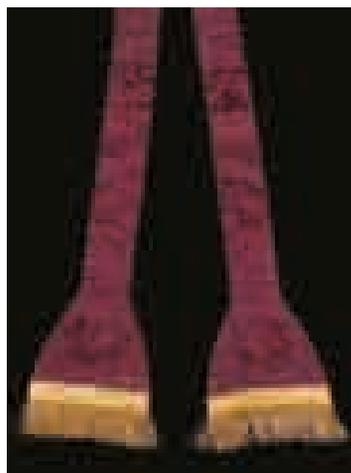
Medidas: Alt. M 127 cm; Ø 204 cm

Cronologia: Século XIX / XX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Estado de conservação: Regular. Sujidade. Algumas lacerações

Descrição: Pluvial ou Capa de asperges de damasco de seda roxa, com motivos florais recorrentes, muito largos. Possui sebastos e capuz salientados com galão dourado. Este apresenta um remate de franja muito larga, dourada e cinco alambres duplos de sirgaria igualmente dourada, na ligação com o corpo da capa. Iguais elementos duplos, de sirgaria dourada decoram o firmal, em número de quatro, onde ainda existem dois colchetões, sem argolas.



Designação: Estola

N.º de inventário: SCMVR 0094 T 0...?

Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º) 2 Dalmáticas (0093 T, com o mesmo n.º), 1 Pluvial (0094 T), 3 Manipulos (0093 T 0.2, 0093T 0.3 e 0093 T 0.4)

Proveniência de fabrico: Portugal

Materiais: Fio de seda roxa

Forro: Fio de linho cru

Galão/Franja: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, médio; franja larga, torcida

Medidas: Larg. 19 cm; Alt. M 222 cm

Cronologia: Século XIX / XX

Localização: Santa Casa da Misericórdia

Estado de conservação: Regular. Sujidade

Descrição: Estola de damasco de seda roxa, com motivos florais recorrentes, muito largos. Possui bases salientadas com galão dourado e rematadas com franja larga, dourada.



Designação: Manipulo

N.º de inventário: SCMVR 0093 T 0.2; 0093 T 0.3; 0093 T 0.4

Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º) 2 Dalmáticas (0093 T, com o mesmo número), 1 Pluvial (0094 T), 1 Estola (0094 T 0...?), 2 Manipulos (0093T 0.3 e 0093 T 0.4)

Proveniência de fabrico: Portugal

Materiais: Fio de seda roxa

Forro: Fio de seda roxa

Galão: Fio de metal dourado

Técnica: Damasco

Forro: Tafetá

Galão: Tecido, médio e estreito

Medidas: Larg. 14 cm; Alt. M 122 cm

Cronologia: Século XIX / XX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (três)

Estado de conservação: Regular. Sujidade

Descrição: Manipulo de damasco de seda roxa, com motivos florais recorrentes, muito largos. Possui bases salientadas com galão médio dourado e apresenta, no vértice, cruz de galão estreito, dourado.





Designação: Vestido de Imagem
N.º de inventário: SCMVR 0086 T (?)
Elementos de conjunto: Par de manguitos (s/n.º)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda lilás. Fio e lâmina de metal dourado
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Cetim. Bordado directo
Galão: Tecido
Cronologia: Século XX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom/Regular. Sujidade
Descrição: Vestido de Nossa Senhora das Dores de cetim de seda lilás, decora-

do junto à bainha com larga tarja de bordado directo executado a fio e lâmina de metal dourado, de maneira a obter uma decoração de motivos florais diversos, estilizados. O decote apresenta estreito e delicado bordado dourado de elementos geométricos. O vestido remata junto ao bordado da saia, com galão rendado, largo e dourado. Possui um par de manguitos de cetim lilás, apenas decorado com bordado dourado.
Observações: Não foi possível medir a peça, devido às suas condições de acondicionamento. Sabemos ainda ser esta veste, aquela que, tradicionalmente, acompanha a imagem de Nossa Senhora, quando solicitada para empréstimo.

Designação: Par de Manguitos
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Elementos de conjunto: Vestido de imagem (0086 T)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda lilás. Fio e lâmina de metal dourado
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Cetim
Galão: Tecido
Cronologia: Século XX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Bom/Regular. Sujidade

Descrição: Par de manguitos de cetim lilás, apenas decorado com duas filas de galão rendado, dourado igual ao do vestido.
Observações: Não foi possível medir a peça, devido às suas condições de acondicionamento.





Designação: Manto de Imagem
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda azul. Fio e lâmina de metal dourado. Pedraria de vidro
Forro: Fio de seda branca
Galão/renda: Fio de metal dourado
Técnica: Cetim. Bordado directo
Forro: Cetim
Galão/renda: Tecido
Cronologia: Século XX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Manto da Imagem de Nossa Senhora das Dores de cetim de seda azul, decorado com bordado directo executado a fio e lâmina de metal dourado. Esta peça apresenta o campo salpicado de pequenas estrelas douradas, de cinco pontas e uma larga cercadura de bordado a fio e lâmina de metal dourado, que utilizando os diversos pontos da técnica do bordado a ouro, resulta numa decoração de motivos florais enquadrados por elementos serpenteados. Os cantos estão valorizados por uma maior, mais rica e mais densamente elaborada decoração obtida pela grande inclusão da pedraria de vidro incolor e dos diversos pontos de ouro, que permitem usufruir dos volumes e dos contrastes de luz, oferecidos por esta tipologia de bordado. Galão dourado remata toda a peça.
Observações: Não foi possível medir a peça, devido à sua colocação/contextualização.



Designação: Vestido de Imagem
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda lilás. Fio e lâmina de metal dourado. Pedraria de vidro
Forro: Fio de seda branca
Galão: Fio de metal dourado. Renda de algodão branco
Técnica: Cetim. Bordado directo
Forro: Tafetá
Galão: Tecido
Renda: Industrial
Cronologia: Século XX
Localização: Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Vestido da Imagem de Nossa Senhora das Dores de cetim de seda lilás decorado apenas na frente, com bordado directo executado a fio e lâmina de metal dourado. Trata-se de grande motivo decorativo disposto em pirâmide, obtido pela utilização dos diversos pontos da técnica

do bordado a ouro e cujos elementos integrantes do bordado são constituídos por flores e formas geometrizarantes, desenvolvendo-se de forma ascensional, até próximo da linha da cintura. Esta, está salientada por uma larga faixa lilás, de seda "moiré" rematada por franja dourada. As mangas também possuem bordado dourado, enquanto os manguitos, curtos, apenas apresentam galão fino, dourado. A gola e punhos brancos do vestido rematam com renda de algodão branco, de fabrico industrial. A peça é rematada por galão rendado, dourado. Tal como no manto desta imagem, a riqueza, densidade e variedade dos pontos do bordado a ouro presentes na decoração, permitem obter um grande efeito visual, valorizando assim, o conjunto das duas vestes.

Observações: Não foi possível medir a peça, devido às suas condições de colocação/contextualização.





Designação: Vestido de Imagem
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda roxa. Fio de seda lilás. Fio de metal prateado. Outros
Forro: Fio de linho cru
Galão/Franja: Fio de metal prateado
Técnica: Tafetá. Bordado directo e bordado de aplicação
Forro: Tafetá
Galão/Franja: Tecido
Medidas: Larg. 75 cm; Alt. 110 cm
Cronologia: Século XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Vestido de imagem de Nossa Senhora das Dores de tafetá de seda roxa,

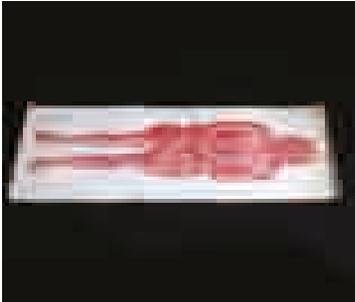
decorado com bordado directo e bordado de aplicação, formado por enrolamentos de cordãozinho de sirgaria prateada e lantejoulas, aplicado próximo da bainha. Alguns desses enrolamentos simulam flores. O decote e as mangas possuem o mesmo tipo de bordado, um pouco mais estreito. A saia apresenta-se rachada do lado direito, o que pelas reduzidas dimensões da peça, indicia pertencer a uma imagem sentada ou ajoelhada. A nível do busto, foram abertos dois orifícios para introdução de duas lanças ou espadas. Galão prateado remata a bainha, as mangas e o decote. Uma faixa de tafetá lilás, rematada numa das pontas com uma flor prateada, serve para cingir o vestido, pela cintura.



Designação: Saia de Vestido de Imagem
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda lilás. Fio de seda castanha. Fio de metal prateado. Outros
Forro: Fio de seda castanha
Franja: Fio de metal prateado
Técnica: Tafetá. Bordado directo e bordado de aplicação
Forro: Tafetá
Franja: Tecido
Medidas: Larg. 108 cm; Alt. 63 cm
Cronologia: Século XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom/Regular. Sujidade

Descrição: Saia de vestido de imagem de Nossa Senhora das Dores (?) de tafetá de seda lilás, decorado com bordado directo e bordado de aplicação, formado por enrolamentos de cordãozinho de sirgaria prateada. A metade superior apresenta-se composta por tecido castanho, igual ao forro que, possivelmente, deveria ser escondido debaixo de uma segunda peça, inexistente: um corpete (?) ou uma blusa (?). Possui uma faixa de tafetá lilás, para ajuste da veste, decorada com flor de sirgaria prateada e remata com franja larga, da mesma cor.





Designação: Sudário
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de linho natural. Óleo
Técnica: Tafetá. Pintura a óleo sobre tecido
Medidas: Larg. 75 cm; Alt. 196 cm
Cronologia: Século XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Sudário de linho de cor natural com pintura do Corpo de Cristo morto, executada a óleo vermelho. Destina-se a ser transportada e exibida nas procissões da Semana Santa.



Designação: Verónica
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de linho natural. Óleo
Técnica: Tafetá. Pintura a óleo sobre tecido
Medidas: Larg. 69 cm; Alt. 180 cm
Cronologia: Século XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Verónica de linho de cor natural com tripla pintura reproduzindo o rosto de Cristo, executada a óleo vermelho. Destina-se a ser transportada e exibida nas procissões da Semana Santa.

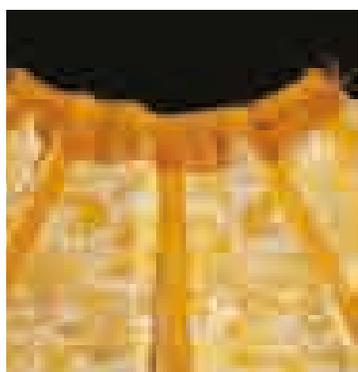


Designação: Par de Cortinas de Sacrário
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda amarelo-claro. Fio de seda amarelo-forte. Outros Galão: Fio de seda amarelo-forte
Técnica: Damasco lavrado
Galão: Tecido, médio
Medidas: Larg. 54 cm; Alt. 98 cm (cada)
Cronologia: Século XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Par de cortinas de Sacrário, de damasco de seda clara, lavrado a seda amarelo forte, de maneira a reproduzir uma decoração de motivos florais. Sem forro, rematam em três lados com galão amarelo, enquanto o quarto lado, possui pequenas argolas de latão.





Designação: Pano de Cruz
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal.
Materiais: Fio de seda amarelo-claro;
 Fio de seda amarelo-forte
Forro: Fio de linho cru
Galão/Franja: Fio de seda amarelo-forte
Técnica: Damasco lavrado
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, médio
Medidas: Alt. 62 cm
Cronologia: Século XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Bom. Sujidade
Descrição: Pano de cruz de damasco de seda clara, lavrado a seda amarelo forte, de maneira a reproduzir uma decoração de motivos florais. Está constituído por quatro painéis e duas metades de forma trapezoidal, rematados e separados entre si por galão de seda amarela. Possui ainda um remate final de franja larga, torcida, de cor igualmente amarelo forte, aposto sobre fundo recortado.



Designação: Frontal de Porta de Sacrário
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim. Outros
Forro: Fio de seda roxa
Galão: Fio de metal dourado
Técnica: Tecido lavrado
Forro: damasco
Galão: Tecido, largo
 Função secundária: cultural
 Alteração: aproveitamento de materiais
Medidas: Larg. 32 cm; Alt. 57 cm
Cronologia: Século XIX / XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular/Mau. Sujidade. Lacerações
Descrição: Frontal de porta de Sacrário de tecido de seda marfim, lavrado. O forro é de damasco de seda roxa, um evidente aproveitamento de materiais. Salientado por galão largo, dourado, possui um dos lados de forma triangular, onde há uma pequena argola de latão, para suspensão.



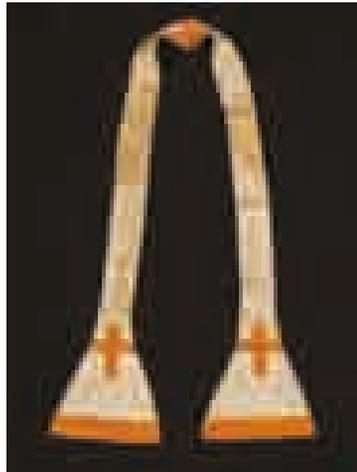
Designação: Véu de Píxide
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim. Fio de seda policroma
Forro: Fio de seda marfim
Técnica: Tecido lavrado. Bordado directo
Forro: damasco
Galão: Tecido, largo
Medidas: Larg. 40 cm; Alt. 40 cm
Cronologia: Século XIX / XX

Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular. Sujidade
Descrição: Véu de píxide de tecido lavrado, decorado com diversos motivos cristológicos e legendas, bordados a seda policroma. Legendas: *IHS / Hoc Est enim Corpus Meum / Amoris Victima*. Minúsculas lantejoulas douradas completam a decoração.

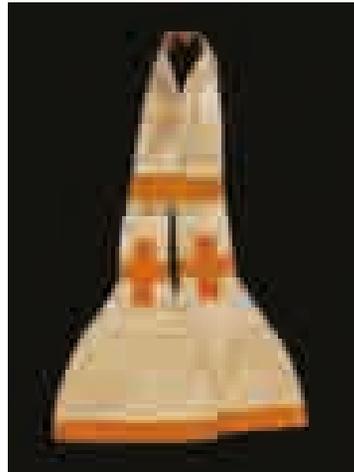




Designação: Casula
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Elementos de conjunto: 1 Estola (s/n.º), 1 Manipulo (s/n.º)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim
Forro: Fio de seda marfim
Galão: Fio de seda amarelo
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, largo
Medidas: Larg. M 72 cm; Alt. M 120 cm // Larg. m 69 cm; Alt. m 110 cm
Cronologia: Século XIX / XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia
Estado de conservação: Regular. Sujidade
Descrição: Casula de damasco de seda cor de marfim, com decoração recorrente de grandes motivos florais. Galão largo de seda amarelo forte define os sebastos e contorna toda a peça.



Designação: Estola
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 1 Manipulo (s/n.º)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim
Forro: Fio de seda marfim
Galão: Fio de seda amarelo
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, largo
Medidas: Larg. 19 cm; Alt. 222 cm
Cronologia: Século XIX / XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular. Sujidade
Descrição: Estola de damasco de seda cor de marfim, com decoração recorrente de grandes motivos florais. Apresenta bases e cruces de galão largo, de seda amarelo forte.



Designação: Manipulo
N.º de inventário: SCMVR s/n.º
Elementos de conjunto: 1 Casula (s/n.º), 1 Estola (s/n.º)
Proveniência de fabrico: Portugal
Materiais: Fio de seda marfim
Forro: Fio de seda marfim
Galão: Fio de seda amarelo
Técnica: Damasco
Forro: Tafetá
Galão: Tecido, largo
Medidas: Larg. 19 cm; Alt. 124 cm

Cronologia: Século XIX / XX
Localização: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real
Estado de conservação: Regular. Sujidade
Descrição: Manipulo de damasco de seda cor de marfim, com decoração recorrente de grandes motivos florais. Apresenta bases, centro e cruces de galão largo, de seda amarelo forte.





Conclusão

A história da multissecular Santa Casa da Misericórdia de Vila Real permite-nos chegar a algumas conclusões, que passamos a expor.

Em primeiro lugar, registre-se que a investigação produzida autoriza-nos a defender a tese de a sua fundação ser do reinado de D. Manuel I, reportando-se o ano de 1528, ao contrário do que tem sido escrito por alguns autores, apenas ao início da construção da sua Igreja, não à fundação da sua Irmandade, que era bem mais antiga.

Em segundo lugar, importa enfatizar a ideia da perenidade da sua missão, que é a mesma de sempre. Fundada pelo poder régio, a Misericórdia de Vila Real (como as suas congéneres) sempre foi guiada, na sua acção, pela doutrina social da Igreja, dedicando-se à assistência, às obras de misericórdia nas suas mais diversas modalidades, de tal modo que, malgrado as vicissitudes por que passou, acabou por se assumir como o principal estabelecimento de assistência e solidariedade de Vila Real, como uma Instituição de referência no distrito e em Trás-os-Montes.

No entanto, convém matizar a importância dada, ao longo da sua existência, quanto à assistência. De uma forma genérica, podemos dizer que, até finais do século XVIII, a tónica foi colocada mais na assistência espiritual e nas cerimónias de culto, na salvação da alma, e que, só de finais do século XVIII em diante, o acento foi posto nas obras materiais, na salvação do corpo.

Em terceiro lugar, convém sublinhar que a estrutura organizativa e funcional da Misericórdia de Vila Real manteve-se, até ao presente, fiel às origens. Quer sob a forma de compromisso, quer de estatutos, a verdade é que a Misericórdia de Vila Real, sob este aspecto, manteve sempre uma identidade própria, assumindo-se como uma Instituição em que os órgãos de governação – a Mesa, o Provedor, a Junta – regra geral, foram eleitos, o que lhe conferiu uma certa democraticidade e autonomia de funcionamento interno, no quadro, logicamente, da “democracia” possível e aceitável, de acordo com as diferentes épocas da sua existência, e da tutela do Estado. No fundo, tratava-se de uma organização elitista, ao serviço dos pobres e da Igreja.

Em quarto lugar, ao longo dos cinco séculos da sua existência, para além da sua tradicional subordinação ao poder laico, detecta-se uma progressiva intervenção do Estado no seu funcionamento, a qual veio praticamente até aos nossos dias. Com efeito, se durante boa parte do Antigo Regime, o poder régio exerceu-se apenas em situações de crise – não raras vezes solicitado pelos próprios órgãos de gestão da Misericórdia –, a partir da segunda metade do século XVIII vai acentuar-se, atingindo o seu auge durante a Monarquia Constitucional, já no século XIX, entre outras medidas, fiscalizando sistematicamente a sua administração e finanças, impondo a desamortização do seu património, nomeando comissões administrativas. A intervenção do Estado vai reforçar-se durante o Estado Novo (1926-1974), exacerbar-se com a revolução de 25 de Abril de 1974, nacionalizando o seu Hospital e ameaçando-a de extinção caso não desenvolvesse actividade social, para finalmente assumir uma atitude de colaboração e respeito pela sua organização, acção e plena autonomia ao presente, como aconteceu, aliás, com as outras misericórdias. Em quinto lugar, torna-se importante referir que a Misericórdia de Vila Real nunca foi “rica”, ou seja, nunca dispôs de bens avultados que lhe permitissem exercer folgadoamente a sua actividade assistencial aos pobres, enfermos, mas também religiosa, nomeadamente nas cerimónias de culto, na sua Igreja, e nas solenidades da Semana Santa. Após as primeiras décadas da sua existência, a Misericórdia de Vila Real atravessou longos períodos de carência, de quase paralisia dos seus serviços, ultrapassados, apenas, pela generosidade dos seus provedores ou de um ou outro irmão benemérito, os quais, às suas custas, garantiam as portas abertas.

Saliente-se que, ao contrário do que aconteceu com a maior parte destas instituições, a Misericórdia de Vila Real, até finais de Setecentos, nunca conseguiu fundar um hospital próprio, apesar de se encontrar num aglomerado populacional importante, o que revela a escassez das suas receitas. O património secular da Instituição, mais do que o resultado de bens ou rendimentos elevados, representa, sobretudo, o empenho e a dedicação dos vila-realenses que, ultrapassando o estatuto de irmãos da Santa Casa, puseram a sua dedicação e os seus meios de fortuna, limitados na sua maioria esmagadora, ao serviço da Misericórdia. Sem eles, a vida dos homens teria sido mais penosa, e o património de Vila Real mais pobre.



Imagem de Nossa Senhora com o Menino (nicho na Igreja da Misericórdia)

Só a partir do momento em que fundou o Hospital da Divina Providência, em 1796, a Misericórdia de Vila Real passou a ter a adesão popular e encontrou os apoios financeiros necessários ao seu regular funcionamento e actividade, de tal forma que, à semelhança do que aconteceu com outras misericórdias, começou a preocupar-se, fundamentalmente, com a assistência hospitalar, relegando para segundo plano outras funções de assistência e caridade.

Contudo, no século XX, a Misericórdia, embora continuando a privilegiar o Hospital da Divina Providência, abriu-se a novas formas de assistência, as quais ganharam um outro fôlego após a nacionalização do seu Hospital, em 1975.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, ao presente, abrange uma multiplicidade de valências, preferencialmente vocacionadas para as crianças, os jovens e a terceira idade, bem exemplificativas do seu dinamismo e vitalidade, que fazem dela uma das instituições mais importantes da assistência e solidariedade social do Norte de Portugal.

Orgulhosa de uma existência multissecular que lhe conferiu uma forte identidade, fiel à doutrina da Igreja, atenta à fragilidade da condição humana, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, detentora de um significativo conjunto patrimonial que representa um capítulo importante da história artística da própria cidade, continua determinada a cumprir a sua missão, a qual esteve na origem da sua fundação – *praticar as obras de misericórdia*.



Imagem de Santa Bárbara (nicho na Igreja da Misericórdia)

Notas

- 1 *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. A Fundação das Misericórdias. O reinado de D. Manuel I.* Vol. 3, p. 226, Doc. 57. 1499, 14 de Março, Traslado da carta de D. Manuel I.
- 2 VIÇOSO, Maria Isabel. 2007 – *História da Misericórdia de Chaves. 500 anos de vida.* Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves; CASTRO, José. 1948 – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança.* Lisboa: União Gráfica.
- 3 GODOLFIM, Costa. 1897 – *As Misericórdias.* Lisboa: Imprensa Nacional.
- 4 SAMARDÃ, Adelino. 1904 – “Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providencia de Villa Real. Breve noticia da sua fundação”, in *Relatorio da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providencia de Villa Real (1902-1903).* Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.
- 5 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real.* Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real.
- 6 GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. 1999 – “Cinco Séculos de Misericórdia no Distrito de Vila Real”, in *Estudos Transmontanos e Durienses.* Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, n.º 8; GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. 1998 – *Misericórdias do Distrito de Vila Real.* Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- 7 *Portugaliae Monumenta Misericordiarum.* 2002-2007. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- 8 ARAÚJO, Maria Marta. 2009 – “As Misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança”, in *As Misericórdias Quinhentistas.* Penafiel, pp. 35-58.
- 9 *Portugaliae Monumenta Misericordiarum.* 2002-2007. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- 10 VIÇOSO, Maria Isabel. 2007 – *História da Misericórdia de Chaves. 500 anos de vida.* Santa Casa da Misericórdia de Chaves.
- 11 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, liv. 262, fl. não numerados.
- 12 *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580.* Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas. 2005, Vol. 4, pp. 277- 278.
- 13 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, liv. 262, fl. não numerados.
- 14 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, A/002/lv. 264. Tombo Novo Feito no Ano de 1797* – Foros da Santa Casa., fls. 167v.-168.
- 15 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real.* Vila Real, Vol. I, p. 241.
- 16 GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. 1999 – “Cinco Séculos de Misericórdia no Distrito de Vila Real”, in *Estudos Transmontanos e Durienses.* Vila Real: n.º 8, p. 137.
- 17 Idem, ibidem.
- 18 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, liv. 262, fl. não numerados.
- 19 *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580.* Vol. 4, p. 50.
- 20 A Casa de Vila Real acumulou até à sua extinção em 1641, entre outros, os seguintes títulos cargos e honras: conde de Vila Real, marquês de Vila Real, duque de Vila Real, conde de Alcoutim, conde de Valença, duque de Caminha, capitão-donatário de Ceuta, senhorio da vila de Caminha, senhorio e jurisdição de Valença, senhorio e jurisdição das terras de Valadares, alcaidaria-mor de Leiria.
- 21 ADVC – Fundo da Misericórdia de Caminha. *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Caminha feito no ano de MDCCXXXIII*, fl. 42.
- 22 COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal...* 1706. Tomo I. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- 23 ADVC – Fundo da Misericórdia de Caminha. *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Caminha feito no ano de MDCCXXXIII*, fl. 42.
- 24 COSTA, António Carvalho da, op.cit, pp. 278-285.
- 25 ANTT. Ministério do Reino – 4ª Repartição. *Misericórdias e Hospitais*, Mç 2137.
- 26 De facto, não constam as assinaturas referidas neste termo de encerramento.
- 27 *Portugaliae. Monumenta Misericordiarum. Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V.* Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, vol.6, p. 91.
- 28 *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias*, vol. 1. 2002. pp. 84 e seguintes.
- 29 PENTEADO, Pedro. 2001 – “Misericórdias nos séculos XIX-XX”, in *Dicionário de História Religiosa em Portugal*, último volume, Lisboa.
- 30 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 2005 – *Os governadores civis do distrito de Vila Real.* Porto: Edições Afrontamento.
- 31 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, liv. 262.
- 32 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, liv. 261, fl. não numerados.
- 33 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 2005 – *Os governadores civis do distrito de Vila Real.* Porto: Edições Afrontamento.
- 34 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real.* Arquivo Distrital de Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, vol. I, p. 162.
- 35 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, A/002/lv. 264. Tombo Novo Feito no Ano de 1797* – Foros da Santa Casa. Inv. P. 34, fls. 61-61v.
- 36 SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Manuel Silva. 1995 – “Vila Real no Século XVIII”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 7. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real, p. 18.
- 37 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, A/002/lv. 264. Tombo Novo Feito no Ano de 1797* – Foros da Santa Casa. Inv. P. 34, fl. 63.
- 38 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, A/002/lv. 264. Tombo Novo Feito no Ano de 1797* – Foros da Santa Casa. Inv. P. 34, fls. 62-62v.
- 39 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, Tombos e Propriedades, D/002/liv. 088*, fls. não numerados.
- 40 MENDES, José M. Amado. 1995 – *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- 41 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, 167.
- 42 ANTT, *Desembargo do Paço. Diversas repartições*, Maço 29, Caixa 29.
- 43 LOPES, Maria Antónia – *Os pobres e a assistência pública*, in *História de Portugal – O Liberalismo*, vol. 5, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.
- 44 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1998 – *A Misericórdia de Lisboa, quinhentos anos de História*. Lisboa: Livros Horizonte/Misericórdia de Lisboa.
- 45 As importâncias entregues pelo Ministério da Guerra, por hospitalização de soldados doentes, foram as seguintes: do ano de 1940 – 17 078\$00 e dos 5 meses de 1941 – 14 598\$00 o que dá a média mensal de 1 980\$00, ou seja, uma média anual de 23 760\$00.
- 46 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv 005, fl. 73.
- 47 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/013/002/Lv190, fl.38, fl. 43.
- 48 ADVRL/CON-SCMVR/ F/A/009/Lv164, fl. 23-37v.
- 49 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv002, fl. 57v.
- 50 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv002,fl.64-66v.
- 51 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv 002, fl. 4v-5.
- 52 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/ Lv003, fl. 181v.-183v.
- 53 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/002/Lv 017, fl. 69v-70v.
- 54 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/ Lv003, fl. 171-171v.
- 55 ADVRL/CON-SCMVR /B/A/001/Lv 005, fl. 21v-22v.
- 56 ADVRL/CON-SCMVR /B/A/001/Lv 005, fl. 64v-65; fl. 75
- 57 ADVRL/CON-SCMVR/ B/A/001/Lv003, fl. 163v.-166.
- 58 Fez também a armação do Túmulo.
- 59 “Armou um Passo de preto no altar do Senhor preso à coluna”.
- 60 Numa notícia de Abril de 1859, refere-se que armou parte do Passo da Capela Nova.
- 61 Fez dois degraus nas escadas do coro, um arco para o altar-mor e assentos para os serafins.
- 62 Contíguo às escadas do púlpito.
- 63 Para servir de assento à “actual Comissão”.
- 64 Para a Mesa se sentar na igreja da Santa Casa da Misericórdia “como é costume defronte do púlpito”.
- 65 Feito e depois desmontado por dois oficiais de Manuel José Claro.
- 66 ADVRL/CON-SCMVR/ B/A/001/Lv003, fl.129v.-130.
- 67 ADVRL/CON-SCMVR /B/A/001/Lv003, fl.139-139 v.
- 68 ADVRL/CON-SCMVR/ E/001/Lv123, fl. 8-8v., fl. 9-9v., fl. 11v.-12
- 69 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv002, fl. 132-132v.
- 70 Cf. Anexo VII
- 71 ADVRL/CON-SCMVR/ B/A/001/Lv003, fl. 25v.
- 72 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv008, fl. 120-121v
- 73 Anexo VIII.
- 74 Anexo IX.
- 75 ADVRL/CON-SCMVR/G/001/Lv256, fl. 7-8.
- 76 ADVRL/CON-SCMVR /G/001/Lv 258, s/fólios.
- 77 ADVRL/CON-SCMVR /B/A/001/Lv002,fl.49.
- 78 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real*. 1.º Volume. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real, p. 143.
- 79 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, livro 262.
- 80 BARROS, João de. 1919 – *Geographia d’entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* [1549]. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto. Cf. SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real* e CARDOSO, Luís. 1758 – *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico*.
- 81 *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. 1821-1822*. Volume IV. 1822. Lisboa: Imprensa Nacional.
- 82 SOUSA, Fernando de. 1976 – “Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos fins do Século XVIII”. In *Bracara Augusta*, t. XXX, fasc. 70 (82), Julho-Dezembro de 1976, p. 910.
- 83 LOPES, Maria Antónia. 2002 – “As Misericórdias de D. José ao final do século XX” in *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a História das Misericórdias*. Vol. I. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, p. 81-82.
- 84 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real*, 1.º vol, p. 126 e 161.
- 85 *Descrição de Trás-os-Montes*, de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, in MENDES, José M. Amado. 1995 – *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- 86 Arquivo Distrital de Vila Real – *Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*, B/A/001/liv. 001, fls. 5v-19v.
- 87 ADVR, SCMVR, lv. 002, fol. 29v/30v. ADVR, SCMVR, lv. 17, 22v.
- 88 ADVR, SCMVR, lv. 17, fol. 24-25; ADVR, SCMVR, lv.002, fol. 33/32.
- 89 As praças eram um lugar urbano por excelência, onde, de acordo Ribeiro Sanches, “se deviam guardar, e distribuir as cousas necessárias à conservação dos habitantes” (PROVIDÊNCIA, 2000: 43).
- 90 ADVR, SCMVR, Lv. 164: fol. 21v-22.
- 91 PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de, s/d: XI, 965.
- 92 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/002/Lv017, fl. 31v.-32.
- 93 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/010/Lv167.
- 94 SAMARDÃ, Adelino, 1904: 118.
- 95 ADVRL/NOT/CNVRL5/001/084/fl. 16-18.
- 96 ADVRL/NOT/CNVRL6/001/094/fl. 120-122.
- 97 Devedores: António Bento da Costa, de Vila Real, 300 000 réis; José Lopes Cortês, do lugar de São Fins, 100 000 réis; António Aires e sua mulher, do lugar do Vale da Ermida, 350 000 réis; José Joaquim Ferreira de Matos, do lugar da Veiga, termo de Santa Marta de Penaguião, 150 000 réis; Francisco Pereira Cabral, do lugar de Vilarinho da Pena, 100 000 réis; Manuel de Azevedo Pinto de Magalhães, de Vila Real, 500 000 réis.
- 98 Devedores: Francisco Gonçalves Chapuça, do lugar de Sirarelhos, 88 800 réis; João Teixeira Cabral de Andrade, de Vila Real, 300 000 réis; António Teixeira, do lugar da Bouça, 111 500 réis; Domingos Borges, do lugar de Varge de Mouçós, 111 500 réis; António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão e sua mulher D. Margarida Libânia de Sousa Faria, do lugar de Vilarinho de São Romão, 695 170 réis; Manuel Xavier Cerqueira Alpoim e mulher, do termo de Mesão Frio, 1 117 544 réis; Leocádia de Azevedo, viúva do lugar do Vale da Ermida, 209 000 réis; José da Silva Dias, de Vila Real, 55 460 réis; Luísa Maria, viúva, do lugar de Mateus, 33 600 réis; Domingos Pinto de Sousa, de Alvações do Corgo, 47 640 réis; António Alves Marques, do lugar de Covelinhas, 78 370 réis; João Correia, do lugar da Granja de Parada, 26 000 réis.
- 99 “deram 100 000 réis, além de 96 000 com que esta contribuiu para a compra das casas do antigo Hospital”.
- 100 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv272, fl. 4v.
- 101 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv005, fl. 79-80.
- 102 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv012, fl. 79v.
- 103 CRESPO, Jorge. 1990 – *A História do Corpo*. Lisboa: Difel. p. 257-270.
- 104 REMA, Henrique Pinto. 1979 – *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalarias da Imaculada Conceição 1876-1979*, II vol. *Das origens até à República (1871-1910)*. Braga. Tipografia Editorial Franciscana; Idem, 1996 – “A Ordem Franciscana em Trás-os-Montes”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 7; Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.
- 105 ADVR, SCMVR, lv.002, fol. 64v/63v, 87/86.
- 106 SÁ, 1996b: 89; 99. Para a avaliação da mortalidade hospitalar, importa ter em

- consideração a pobreza de grande parte dos internados. Maria Antónia Lopes coloca a fome e a debilitação física como responsáveis pela grande parte dos internamentos, justificando em grande parte as baixas taxas de mortalidade hospitalar.
- 107 A presença masculina rondou os 70%, semelhante a outros espaços hospitalares coevos em Portugal e em outros países europeus, como Espanha e França.
- 108 CRESPO, 1990: 23.
- 109 ANTT, *Ministério do Reino*, 4.ª Repartição, Mç. 2106. Recolhemos, nesta fonte, um conjunto de crianças entre os 3 e os 7 anos de idade, e verificámos que a maioria delas entrou no hospital precisamente devido a ferimentos (4), seguindo-se as expressões “febre” (3), “hidropisia” e “venéreo” (1). A única deste grupo a falecer no hospital foi uma menina chamada Carlota Emília, exposta, de Vila Real, em Agosto de 1822, por hidropisia.
- 110 As viúvas estavam em maior número do que os viúvos.
- 111 SÁ, 1997: 32.
- 112 Para além de se enquadrarem numa classe socialmente baixa, os criados e jornaleiros existiriam em número elevado, dada a presença de uma clientela rica de proprietários de quintas vinícolas e funcionários da administração pública, que dinamizavam a actividade comercial de Vila Real e criavam por conseguinte condições para uma forte presença dessas pessoas.
- 113 BARREIRA, 2002: 354; ABREU, 1998: 646.
- 114 FORRESTER, Joseph James. 1843 – *Map of the Wine District of the Alto Douro*. Londres.
- 115 As profissões mais mencionadas entre os galegos foram: “jornaleiro”, “trabalhador”, “criado” e “pedreiro”.
- 116 A primeira referência nos acórdãos da Mesa da Misericórdia de Vila Real sobre a obrigatoriedade de receber e tratar os doentes militares, em conformidade com o alvará de 18 de Outubro de 1806, surge num acórdão de 14 de Julho de 1811 (ADVR, SCMVR, lv.002, fol. 21v/22v). Num acórdão de 10 de Maio de 1822 diz-se que a Santa Casa da Misericórdia teve que comprar uma casa para instalar o “Hospital Militar, a que foram obrigados na campanha pretérita” (ADVR, SCMVR, lv.17, fol. 48v).
- 117 Manuel da Silveira era filho do antigo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, 1.º conde de Amarante, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, à época, já falecido.
- 118 CARDOSO, 2007: 149.
- 119 Segundo António Monteiro Cardoso, várias aldeias em torno de Vila Real eram fortes bastiões absolutistas, como Canelas, Galafura, Covelinhas, Nogueira e Guiães; grande parte das populações dessas aldeias era constituída por jornaleiros, juntamente com alguns viticultores. CARDOSO, 2006: 45-46; CARDOSO, 2007: 195.
- 120 CARDOSO, 2006: 45; CARDOSO, 2007: 191-203, 207-208; LOUSADA, 1981: 169-171; NOGUEIRA, 2004: 184-191; OLIVEIRA MARQUES, 1998: 24-25; OLIVEIRA MARTINS, 1996: 53
- 121 O autor fundamentou-se nos livros de actas da Câmara de Vila Real. CASTRO, 1959: 113.
- 122 Assim o parece indiciar o acórdão de 13 de Agosto, onde se registou as “escusas” por parte de escrivães nomeados para o hospital; ADVR, SCMVR, lv.002, fol. 76/75-76v/75v.
- 123 CARDOSO, 2007: 330.
- 124 CARDOSO, 2007: 330.
- 125 OLIVEIRA MARTINS, 1996: 317-318. Sobre este tema ver OLIVEIRA MARTINS, 1996: 291-29; CASCÃO, 1998: vol 5, 371; VINCENT, 1988: 43; BARREIRA, 2002: 326-347.
- 126 NAPIER, 2005: 243-244; CARDOSO, 2007: 338.
- 127 Desencadeadas no contexto das “Jornadas de Julho”, em França: a libertação da Bélgica do domínio holandês, as revoltas na Polónia, as agitações na Itália e a guerra carlista em Espanha. Este grupo constituiu a base essencial para o mapa que apresentamos em anexo, onde cartografámos as proveniências no espaço europeu, declaradas nos registos de internamento, entre 1796 e 1836 (RÉMOND, 2003: 241-242; SILVA, 1998: vol 5, 80).
- 128 Existem registos de entradas de doentes apenas a partir de Julho de 1852.
- 129 Existem registos de entradas de doentes apenas até Julho de 1888.
- 130 A propósito da presença de irmãos da Ordem Terceira de São Francisco no Hospital da Divina Providência, refira-se que, graças ao legado de Ana Eufrásia da Rocha e de sua irmã Francisca Teresa Madalena da Rocha, aqueles usufruíam do privilégio de aí serem tratados gratuitamente (ADVRL – *Confrarias e Irmandades, Ordem Terceira de São Francisco de Vila Real*).
- 131 COUTO, 2009.
- 132 A padroeira era Nossa Senhora da Conceição como se lê numa notícia de 1805. ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 90.
- 133 SCMVR/CON-SCMVR/D/015/Lv122, fl.6-19v., fl. 33.
- 134 Deverá ser o mesmo da sepultura oitava.
- 135 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva, 1987: I, 252-253.
- 136 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv272, fl. 146v.
- 137 ADVRL/CON-SCMVR/D/015/Lv122, fl. 1.
- 138 FERREIRA-ALVES, Natália Marinho, 1983^o: 143-144, 155-156.
- 139 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv266, fl. 8v., fl. 11, fl. 12, fl. 13.
- 140 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv033, fl. 13.
- 141 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv033, fl. 41, fl. 43v.
- 142 ADVRL/CON-SCMVR/A/002/Lv.264, fl. 181.
- 143 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv001, fl. 3-3v.
- 144 ADVRL/CON-SCMVR/D/001/Lv089, fl. 1-23v.
- 145 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv078, fl. 145-145v.
- 146 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv076, fl. 87v.
- 147 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv076, fl. 53.
- 148 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 105v., fl. 197v.
- 149 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv042, fl. 72, fl. 88, fl. 102.
- 150 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv077, fl. 53.
- 151 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv078, fl. 24v., fl. 129v.
- 152 O nome do mestre caiador não é referido, aparecendo os nomes de dois oficiais: António e Manuel.
- 153 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv043, fl. 42; 1862: Domingos Rodrigues recebeu 59\$775 réis por uma obra que fez na igreja. ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv076, fl. 52v.
- 154 1845: concerto do sino por Dionísio José Gonçalves; o serralheiro José Correia Mourão fez uma chapa de ferro para a porca do sino.
- 155 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 120-120v.
- 156 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv035, fl. 29v.
- 157 Feita por Joaquim Lima.
- 158 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv075, fl. 21.
- 159 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv044, fl. 87.
- 160 Aparece também referido António José Ferreira.
- 161 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv039, fl. 19, fl. 24.
- 162 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 3.
- 163 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv078, fl. 105v.
- 164 1899: concerto dos altares e grades para os novos frontais.
- 165 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 39, fl. 42, fl. 43v., fl. 46v., fl. 50.
- 166 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv040, fl. 8.
- 167 1814: douramento da tribuna; 1815: pintura e douramento da tribuna; 1832: concerto no altar-mor feito por um carpinteiro; 1848: o carpinteiro Tomás compôs o sacrário; 1850: compra de quatro ramos para o altar-mor; 1862: compra de um tapete para o presbitério e escadas do altar-mor.

- 168 "Um soldado de infantaria 13 evitou o incêndio que teve lugar na igreja da Santa Casa na Sexta-Feira de Paixão, recebeu de gratificação 960 réis".
- 169 ADVRL/CON-SCMVR/ C/001/001/Lv047, fl. 71-72. Gastaram mais 10\$485 réis para o mesmo altar e 44\$810 réis pelo serviço executado no altar.
- 170 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv042, fl. 26.
- 171 Pintaram o caixilho da Tabela das Missas.
- 172 ADVRL/CON- SCMVR/C/003/005/Lv076, fl. 20.
- 173 Pintou a vara do "presidente" e dourou as quatro jarras dos ramos do altar-mor.
- 174 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv075, fl. 33.
- 175 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv042, fl. 98.
- 176 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv078, fl. 21.
- 177 ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv078, fl. 143v.
- 178 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv033, fl. 56v.; ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 5., fl. 44.
- 179 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 57.
- 180 Que na mesma altura retocou o painel do Encontro.
- 181 1855: consertou o arquivo e as escadas que vão para a torre.
- 182 ADVRL/CON-SCMVR/001/001/Lv034, fl. 44; ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001Lv035, fl. 3, fl. 8v.; ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv034, fl. 5, fl. 52; ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001Lv040, fl. 13; pagaram "300 réis a Manuel da Cunha provenientes de compor a alampada da Santa Casa que por se quebrar a corda onde estava dependurada caiu e se fez em pedaços, 5 de Novembro de 1859". ADVRL/CON-SCMVR/C/003/005/Lv.075, fl. 58v.
- 183 FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. 1979: 11-12.
- 184 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv002, fl. 8.
- 185 ADVRL/CON-SCMVR/ B/A/001/Lv002, fl. 125v.126.
- 186 Joaquim Lima espanou os altares da igreja (1851).
- 187 Conserto do guarda-vento.
- 188 Pintou nove bancos, dourou a cruz e consertou a bandeira maior da Irmandade.
- 189 1851: o pintor José Ribeiro recebeu 2\$340 réis, de linho fino e pela pintura que nele fez das verónicas.
- 190 Pintou o camarim da tribuna, pintou e dourou oito lanternas, a cruz do Senhor dos Passos e a coluna do Senhor Preso à coluna.
- 191 Pintou e dourou duas imagens.
- 192 Obra no telhado da Igreja.
- 193 1852: fez seis «aparadeiras» grandes para a banquetta e quarenta "aparadeiras" pequenas para a tribuna, que foram pintadas por Francisco Ribeiro.
- 194 Vendeu dezassete vidros.
- 195 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv048, fl. 50, fl. 52, fl. 54-55, fl. 63-64, fl.66, fl. 70, fl. 75, fl. 88, fl. 90, fl. 92, fl. 110, fl. 128, fl. 130.
- 196 ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001/Lv048, fl. 64.
- 197 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/Lv167, fl. 1.
- 198 ADVRL/CON-SCMVR/C/006/Lv.079, fl. 2-6.
- 199 COUTO, Manuel António Pereira: 2009: 36-37. Segundo Pinho Leal "ali recolheu sete infelizes que estavam enfermos nos arcos do Tabolado, deitando-os em camas limpas e socorrendo-os com todo o necessário". PINHO LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de, "Vila Real", *Portugal Antigo e Moderno*, vol. XI, s/d.
- 200 "Compra das casas do Hospital da Divina Providência sitas na Praça Velha de Vila Real, feita em 3 de Agosto de 1796 a José Manuel Pinto e mulher, de Lamego. As casas acima que ocuparam o terreno onde presentemente está o princípio das escadas e largo na frente destas, foram compradas com o produto de esmolas e de varias réceitas de uma companhia de curiosos contribuindo também D. Maria Jacinta Correia Teixeira do Amaral de Vila Real com 96\$000 réis. Para elas foram trasladados com solenidade os enfermos doentes que estavam sendo tratados em umas casas que se haviam alugado a Joana Clara viúva na rua de Trás da Misericórdia, o que teve lugar aos 16 de Outubro de 1796". ADVRL/CON-SCMVR/F/A/010/Lv.167, fl. 36-37.
- 201 Uma morada de casas telhadas e "sobradadas" as "quais partem pelo Sul com a viúva e filhos de Francisco da Silva Teixeira, do Norte com a Praça Velha e a Nascente e Poente, com as travessas que vão para o Cano Velho". ADVRL/CON-SCMVR/C/003/002/Lv270, fl. 1-2.
- 202 Terrado: terreno, terreiro.
- 203 "Para cobrança desta herança remeteu então a Mesa procuração ao irmão José Monteiro de Carvalho e oliveira assistente em Lisboa, e se julga nunca cuidar nesta cobrança, porque nunca deu resposta deste objecto e seu estado".
- 204 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv002, fl. 32; ADVRL/CON-SCMVR/B/A/002/Lv017, fl. 25-25v.
- 205 COUTO, Manuel António Pereira, 2009: 45-46.
- 206 COUTO, Manuel António Pereira, 2009: 46, 49.
- 207 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/010/Lv.167, fl. 36-37.
- 208 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/009/Lv164, fl. 21-22v.
- 209 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl. 131v.-133v.
- 210 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/010/Lv.167, fl. 25-25v.
- 211 GONÇALVES, Joaquim Barreira, 2006: 19, 36-37. PT/ADVRL/NOT/CNVRL6/001/088, fl. 97-99.
- 212 Encaixe em que um pau ou qualquer peça de madeira se une ou se emenda com outra peça.
- 213 GONÇALVES, Joaquim Barreira, 2007a: 20, 40-41.
- 214 PT/ADVRL/NOT/CNVRL5/001/0085, fl. 50v.-51v.
- 215 PT/ADVRL/NOT/CNVRL5/001/0085, fl. 58v.-59v. Testemunhas José Alves Torgo e António Vieira de Matos.
- 216 GONÇALVES, Joaquim Barreira, 2008: 23, 40-41.
- 217 GONÇALVES, Joaquim Barreira, 2007b: 21, 33-34.
- 218 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv002, fl. 111.
- 219 Acta de 1 de Maio de 1850. ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl. 125-127.
- 220 SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva, 2002: 207-210.
- 221 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl. 138-138v.
- 222 Segundo um officio do presidente da Câmara Municipal de 22 de Dezembro de 1852, verifica-se que a Mesa da Misericórdia deliberou não ceder a casa de António Rodrigues Gaspar, em Vila Real, por não ser do Hospital da Divina Providência; mas atendendo a que a demolição dos casebres em frente da botica do Hospital oferecia maior "desafrento" para a fachada do edificio, a Santa Casa da Misericórdia concedeu 100 000 réis para ajuda da demolição. ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv005, fl. 75-75v.
- 223 Acta de 21 de Fevereiro de 1852. ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl.163v.-166.
- 224 Acta de 18 de Setembro de 1853. ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl.173v.-174v.
- 225 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl. 188v.-189.
- 226 Acta de 16 de Abril de 1887 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv007,fl.192v.-193v.
- 227 Acta de 14 de Agosto de 1892. ADVRL/CON-SCMVR/B/A001/Lv008, fl. 73.
- 228 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv008, fl. 81-81v., fl. 87-88, fl. 93v.-94v., fl. 94v-95v. fl. 95v. 96.
- 229 PT/ADVRL/NOT/CNVRL4/001/168, fl. 25v.-27v.
- 230 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv009, fl.1v.-3, fl.16-17v., fl.41v.-42v., fl.56-56v., fl.62v.-63, fl.87v.-89, fl.100v.-101, fl.194-105v.
- 231 "Um magnifico hospital para ali serem socorridos os pobres enfermos". ADVRL/CON-SCMVR/F/A/007/001/Lv.150, fl. 54.
- 232 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/007/001/Lv.150, fl. 54-55.
- 233 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv003, fl. 188v.-189, fl.193v.-194v.

- 234 D. Fr. Miguel da Madre de Deus, pela sua avançada idade teve um bispo coadjutor, o dr. João José Vaz Pereira. FERREIRA, J. Augusto (1935): IV, 33-34.
- 235 ADVR/NOT/CNVRL6/001/095, fl. 129-132.
- 236 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/007/001/Lv150, fl. 44v.-45.
- 237 ADVRL/CON-SCMVR/F/A/009/Lv165, fl. 84-85, fl. 89v.
- 238 Existentes no Arquivo Distrital de Braga. FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B., 1983: 245, nota 62.
- 239 TEIXEIRA, Júlio A., 1990: I, 163, 167-168.
- 240 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv012, fl. 103-104v., fl. 120-120v., fl. 126, fl. 129, fl. 130, fl. 133, fl. 137v., fl. 147v., fl. 148v.
- 241 "e que à cerca seria tirada uma pequena tira de terreno que fica em frente do lado poente do liceu, alinhando com o muro do actual jardim na parte poente e na direcção de duas acácias que ali se encontram".
- 242 GONÇALVES, Joaquim Barreira, 2007d: 35-36.
- 243 José Júlio Pereira de Morais (1848-1931), 1.º visconde de Morais.
- 244 TEIXEIRA, Júlio A., 1990: I, 134.
- 245 ADVRL/CON-SCMVR/B/A/001/Lv014, fl. 193v, fl. 197-197v.
- 246 Parte deste texto faz parte do trabalho inserido nas actas *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*, apresentado no congresso realizado em Vila Real de 8 a 11 de Setembro de 2010. Por esta razão, as notas referentes ao texto foram retiradas.



Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL

Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (PT/ADVRL/MIS/SCMVR)

A :: Constituição e regulamentação

002 :: Provisões e alvarás régios

B :: Órgãos de Governo

A :: Mesa

001 :: Actas

002 :: Acórdãos e deliberações da mesa

003 :: Relações com outras entidades ou instituições

004 :: Requerimentos e certidões

005 :: Contencioso jurídico

B :: Definitório ou conselho da irmandade

001 :: Actas

C :: Gestão financeira

001 :: Receita e despesa

002 :: Livros dos tesoueiros

003 :: Cobranças, pagamentos e quitações

006 :: Empréstimo de capitais

D :: Gestão patrimonial

001 :: Inventários e róis

002 :: Tombos de propriedades

003 :: Escrituras

004 :: Testamentos

005 :: Sentenças e autos cíveis

006 :: Instituição de capelas

007 :: Legados pios

011 :: Demarcação de propriedades e avaliações

015 :: Assentos das sepulturas na igreja

E :: Gestão de pessoal

001 :: Admissões e renúncias de irmãos

002 :: Registo de irmãos

004 :: Termos de eleições dos irmãos

F :: Saúde e assistência social

A :: Hospital

001 :: Regulamento interno

003 :: Movimento de doentes

006 :: Receituário e dietas

007 :: Registo de óbitos

008 :: Certidões de missas celebradas na capela do hospital

009 :: Inventários e róis

010 :: Títulos de rendimento

012 :: Legados pios

013 :: Receita e despesa

014 :: Dívidas activas e passivas

015 :: Contencioso jurídico

016 :: Relações com outras entidades ou instituições

B :: Botica

001 :: Receituário

002 :: Receita e despesa

003 :: Requisições de medicamentos e géneros

004 :: Entrada de drogas para sortimento da botica

005 :: Relações com outras entidades ou instituições

C :: Comissão administrativa central de assistência do distrito de Vila Real

001 :: Actas

G :: Manifestações religiosas

001 :: Procissões

Notarial (PT/ADVRL/NOT/CNVRL)

PT/ADVRL/NOT/CNVRL1/001/064

PT/ADVRL/NOT/CNVRL2/001/019

PT/ADVRL/NOT/CNVRL3/001/014

PT/ADVRL/NOT/CNVRL4/001/045

PT/ADVRL/NOT/CNVRL5/001/084

PT/ADVRL/NOT/CNVRL6/001/059

ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL

Livros de actas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Livro n.º 1 (26.6.1937 – 9.1.1945)

Livro n.º 2 (24.1.1945 – 28.3.1952)

Livro n.º 3 (11.4.1952 – 22.1.1961)

Livro n.º 4 (8.2.1961 – 22.11.1973)

Livro n.º 5 (13.12.1973 – 30.4.1975)

Livro n.º 6 (8.5.1975 – 26.2.1980)

Livro n.º 7 (4.3.1980 – 9.6.1988)

Livro n.º 8 (12.6.1988 – 22.12.1997)

Livro n.º 9 (6.1.1998 – 3.1.2005)

Livro n.º 10 (10.1.2005 – 7.1.2008)

Livro n.º 11 (7.1.2008 – 21.12.2009)

Livros de actas da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Livro n.º 1 (27.11.1987 – 20.2.2004)

Livro n.º 2 (20.2.2004 – 2011)

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

Ministério do Reino, 4.ª Repartição, mç. 2106.

Ministério do Reino, Consultas do Físico-Mor, (1784-1805), Cx. 585, microfilme 5335.

CARDOSO, Luís. 1758 – *Memórias Paroquiais do padre Luís Cardoso ou Dicionário Geográfico* [manuscrito].

Fontes impressas

- CHAGAS, Manuel Pinheiro. 1876-1890 – *Diccionario popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario*, 16 vols. Lisboa.
- Compromisso da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Caminha feito no ano de MDCCXXXIII*.
- Collecção de decretos e regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na ilha Terceira*. Lisboa, 1834.
- Colecção oficial de legislação portuguesa (1834-1910)*.
- Compromisso da Irmandade da Casa da Sancta Misericordia da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Antonio Alvarez, 1600.
- Compromisso da Misericordia de Lisboa*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1619.
- “Concelho de Vila Real”, in *Jornal Ilustrado A Hora*, 1943.
- FORRESTER, Joseph James. 1843 – *Map of the Wine District of the Alto Douro*. Londres.
- COSTA, António Carvalho da – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reino de Portugal... 1706*. Tomo I. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinto; FERREIRA, Pedro Augusto. 1873-1886 – *Portugal Antigo e Moderno, Dicionário Geográfico, Estatístico, Heráldico, Arqueológico, Histórico, Biográfico e Etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal*. 12 volumes. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia.
- Plano de actividades e orçamento*. Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (2005-2011).
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. (Coordenação de José Pedro Paiva). Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- Vol. 1: *Fazer a História das Misericórdias*, 2002.
- Vol. 2: *Antes da Fundação das Misericórdias*, 2003.
- Vol. 3: *A fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I*, 2004.
- Vol. 4: *Crescimento e consolidação: de D. João III a 1580*, 2005.
- Vol. 5: *Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*, 2006.
- Vol. 6: *Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*, 2007.
- Vol. 7: *Sob o signo da mudança: de D. José I*, 2008.
- Vol. 8: *Tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*, 2010.
- Quarto Congresso das Misericórdias – Actas*. 3 vols. 1959. Lisboa: Secretariado da União das Misericórdias Portuguesas.
- Quinto Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas – Actas*. 1977. Lisboa: Secretariado da União das Misericórdias Portuguesas.
- Relatório e Contas*. Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (anos de 2005 a 2010).
- Relatório sobre o estado da administração pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, XI vols. Lisboa, 1856-1866.
- Repertorio ou Índice Alfabético, e Remissivo de todas as leis publicadas desde 1815 até o estabelecimento da regencia na ilha Terceira em 1829, e desde Maio de 1838 até Julho do corrente anno*. Lisboa: Imprensa de J. F. de Sampayo, 1840.
- Repertorio ou Índice Geral Alfabético e Remissivo de toda a legislação portuguesa constitucional, desde o estabelecimento do Governo na ilha Terceira em 1829, até Abril do anno de 1838 inclusive*. Lisboa: Tipografia de J. R. de Figueiredo, 1838.
- Segundo Congresso das Misericórdias – Actas*. 1930. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Bibliografia

- AAVV. 1943 – *O Concelho de Vila Real*. In *Distrito de Vila Real* (tomo I). Vila Real: s. ed.
- ABREU, Laurinda. 1996 – “Padronização hospitalar e misericórdias: apontamentos sobre a reforma da assistência pública em Portugal”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra – Instituto de História Económica e Social.
- ABREU, Laurinda. 1998 – *Setúbal na modernidade: memórias da alma e do corpo*, (Dissertação de Doutoramento em História Moderna), Coimbra.
- ABREU, Laurinda. 2000 – “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX)”, in *Dynamis: Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, n.º 20. Granada: Universidade de Granada.
- ABREU, Laurinda. 2003 – “O Século das Misericórdias”, in *Cadernos do Noroeste. Série História* 3. Braga: Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho.
- AFONSO, Belarmino, 1996 – “Os Franciscanos no Distrito de Bragança”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 7.
- ALBUQUERQUE, Maria João. 1998 – “A Irmandade e a Confraria da Misericórdia de Vila Verde dos Francos”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- ALMEIDA, Fortunato de. 1970 – *História da Igreja em Portugal*, vol. III. Porto/Lisboa: Livraria Civilização-Editora.
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. 1998 – *As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais*, in *História de Portugal – O Liberalismo*, vol 5, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. 2000 – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. 2004 – “As ‘Esmolas’ e os Pobres da Misericórdia de Viana da Foz do Lima na Primeira Metade do Século XVI”, in *Arquipélago História. Revista da Universidade dos Açores*, 2.ª série, vol. VIII. Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura, Câmara Municipal de Ponta Delgada.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. 2010 – “A difícil luta pela sobrevivência: a Misericórdia de Vila Viçosa durante a Monarquia Constitucional”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, t. II. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho. 2009 – “Emigrantes e Irmandades de origem portuguesa no Brasil: As Santas Casas de Misericórdia”, in *Nas Duas Margens, os portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção). 2000 – *História Religiosa de Portugal*, 3 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção). 2000-2001 – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção). 2001 – “Misericórdias nos séculos XIX-XX”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (direcção). 2001 – “Misericórdias”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BARREIRA, Aníbal José de Barros. 2002 – *A assistência hospitalar no Porto, 1750-1850*, (Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- BARROS, João de. 1919 – *Geographia d’entre Douro e Minho e Tras-os-Montes [1549]*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. 2007 – *Nem o tempo nem a distância. Correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher D. Leonor de Portugal (1757-98)*. Lisboa: Aletheia Editores.
- BIGOTE, José Quelhas. 1959 – *Situação Jurídica das Misericórdias Portuguesas*. Coimbra.

- CABAÇO, Mariana. 1998 – “O Quadro da Misericórdia de Lisboa”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CAETANO, Oliveira. 1998 – “A Virgem da Misericórdia: uma aproximação iconográfica”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- CANAVEZ, Nuno. 1994 – *Subsídios para uma bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto.
- CANAVEZ, Nuno. 1998 – *Novos subsídios para uma bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto.
- CARDOSO, António Monteiro. 2007 – *A revolução liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as elites*. Porto: Edições Afrontamento.
- CARDOSO, Rogério Seabra. 1995 – *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- CARMONA, Mário. 1954 – *O Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa*. Lisboa.
- CARNEIRO, Marinha do Nascimento. 2007 – “Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no século XIX”, in *Revista da Faculdade de Letras, História*, III Série, vol. 8, Porto: FLUP.
- CASCÃO, Rui – *Demografia e sociedade*, in *História de Portugal – O Liberalismo*, vol 5, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, dir. José Mattoso, Editorial Estampa, Lisboa, 1998.
- CASTRO, José de. 1948 – *A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança*. Lisboa: União Gráfica.
- CORREIA, Fernando da Silva. 1938 – *Portugal sanitário (subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Direcção Geral de Saúde Pública.
- CORREIA, Fernando da Silva. 1946 – *O Regimento do hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa.
- CORREIA, Fernando da Silva. 1958 – *Subsídios para a história da saúde pública portuguesa do século XV a 1822*. Porto.
- CORREIA, Fernando da Silva. 1999 – *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CORREIA, Margarida Rebelo. 1996 – “Heitor Cramez, 1889-1967”, in *Museu Nacional de Soares dos Reis, Pintura Portuguesa, 1850-1950*. Porto: Ministério da Cultura, Instituto Português dos Museus, Museu Nacional de Soares dos Reis.
- COSTA, Américo Fernando Silva. 1993 – *Sociedade, poder e conflito: a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – 1750-1820*. (Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho).
- COUTO, Manuel António Pereira. 2009 – *O Hospital da Divina Providência de Vila Real. Doenças e Doentes (1796-1836)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.
- CRESPO, Jorge. 1990 – *A história do Corpo*. Lisboa: Difel.
- ELIAS, Luís Filipe da Cruz Quaresma. 2010 – “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e o empréstimo de dinheiro a juros (1753-1765)”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, t. I. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- FERNANDES, Mário Gonçalves. 2002 – *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal. Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP Publicações.
- FERREIRA, F. A. Gonçalves. 1990 – *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, J. Augusto. 1935 – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Sec. III-Sec. XX)*, IV. Braga: Edição da Mitra Bracarense.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. 1979 – “As alfaias de prata beneditinas no inventário de 1776”. Braga: Separata da Revista *Bracara Augusta*, tomo XXXIII.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. 1983 – “Matias Lourenço de Matos, mestre pedreiro de Vila Real no século XVIII (aportações documentais para o estudo da sua actividade)”, in *Estudos Transmontanos*, n.º 1. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.
- FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. 1984 – “A construção da nova fachada e o acréscimo da igreja de São Paulo de Vila Real”, in *Lucerna*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Porto.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (Coordenação). 2008 – *Dicionário de Artistas e Artífices do Norte de Portugal*. Porto: CEPSE.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. 1983 – “Elementos para o estudo da talha setecentista trasmontana”, in *Estudos Transmontanos*, n.º 1. Vila Real: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real.
- FERREIRA-ALVES, Natália Marinho; FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. 1989 – “Alguns documentos para a história de Vila Real e seu termo”, in *Tellus*, n.º 9. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real.
- FONSECA, Carlos Dinis da. 1996 – *História e Actualidade das Misericórdias*. Sintra: Editorial Inquérito.
- FORMIGO, Filipa. 2010 – “Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Arganil do século XIX. Metamorfoses, elos e poderes”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, t. II. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- FREIRE, Manuel Leal. 1995 – *As Misericórdias e as IPSS em geral. Na história, na legislação, na jurisprudência e na prática administrativa*. Porto: E.L.C.L.A.
- FREITAS, Eugénio de Andrade da Cunha e. 1995 – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- GLÃO, Manuel. 1953 – “O recrutamento dos cirurgiões militares no Exército Português (Notas Históricas)”, in *Revista Portuguesa de Medicina Militar*, Vol 1, N.º 1, Lisboa, 1.º Quadr. 1953.
- GODOLFIM, Costa. 1897 – *As Misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- GOMES, Carlos Santelmo (coord.). 2000 – *Exposição: Aspectos da urbanização de Vila Real no século XIX – cronologia*, Museu de Vila Real, Vila Real, Fevereiro-Março de 2000.
- GONÇALVES, H. de Assis. 1940 – *Sem Parar. Acção Administrativa e Social no Distrito de Vila Real*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- GONÇALVES, Joaquim Barreira. 2006-2008 – *O edifício dos Paços do Concelho (antigo hospital da Misericórdia) [I, II, III, IV e V]*, in *Vila Real Revista*. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real, ano VII-VIII, n.º 19-23.
- GONÇALVES, Joaquim C. Barreira. 2008 – “O vínculo de morgado de Arroios e a sua capela de St.º António: subsídios para o seu estudo”, in *Tellus*, n.º 48. Vila Real: Câmara Municipal de Vila Real.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. 1998 – *Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas: Inventário*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real / Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. 1998 – *Misericórdias do Distrito de Vila Real: Passado, Presente, Futuro*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita. 1999 – “Cinco Séculos de Misericórdia no Distrito de Vila Real”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 8. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- GRAÇA, Luís – “A arte da enfermagem no séc. XVIII”, in *Sociologia Histórica da Medicina, da Enfermagem e Demais Profissões de Saúde*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000. (www.ensp.unl.pt/lgraça/textos173.html).
- GRAÇA, Luís – “História da Saúde e Segurança no Trabalho: o embrionário desenvolvimento da Saúde Pública no Portugal Oitocentista”, in *Enquadramento histórico da produção legislativa no domínio da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SH&ST)*, Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública (<http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos15.html>).
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXV. 1978. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.
- KATAOKA, Ignatia Rumiko. 1998 – “Fundação e Organização da Confraria da Misericórdia de Nagasáqui”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35.

- Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- LEÃO, Francisco G. Cunha. 1998 – “Os caminhos da Piedade: o impressor Valentim Fernandes e a Misericórdia de Lisboa”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- LEMOS, Maximiano. 1991 – *História da medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*. Lisboa: Biblioteca da Ordem dos Médicos/Publicações Dom Quixote.
- LINDEMANN, Mary. 2002 – *Medicina e sociedade do início da Europa Moderna – novas abordagens da história europeia*. Lisboa: Editora Repliação.
- LIVI-BACCI, Massimo. 1988 – *Ensayo sobre la historia demografica europea. Población y alimentación en Europa*. Barcelona: Editorial Ariel.
- LIVI-BACCI, Massimo. 1990 – *La relacion entre nutricion y mortalidad en el pasado: un comentario, in El hambre en la historia*, comp. Robert I. Rotberg y Theodore K. Rabb. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- LIVI-BACCI, Massimo. 2006 – *Introducción a la demografía*. Barcelona: Ariel Historia.
- LOPES, Maria Antónia. 1998 – *Os pobres e a assistência pública*, in *História de Portugal – O Liberalismo*, vol 5, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa.
- LOPES, Maria Antónia. 2000 – *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores.
- LOUSADA, Maria Alexandre; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. 1981 – *Revoltas absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827*, in *O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2.º Vol., Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Coord. Miriam Halpern Pereira et al. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- MACHADO, J. T. Montalvão. 1950 – *Aspecto médico-sanitário do distrito de Vila Real*. Coimbra: Coimbra Editora.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1978 – *História da 1.ª República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1998 – *História de Portugal. Volume III. Das revoluções Liberais aos nossos dias*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, Fernando Pereira. 1999 – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- MARTINS, Oliveira. 1996 – *Portugal contemporâneo*. Lisboa, Guimarães Editores.
- MEDEIROS, João Luís. 1997 – “O Morgadio dos Pobres: as doações, os beneméritos e a gestão dos recursos patrimoniais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (das origens a meados de setecentos)”, in *Arquipélago. História – Revista da Universidade dos Açores*, 2.ª série, vol. VII. Ponta Delgada: Direcção Regional da Cultura, Câmara Municipal de Ponta Delgada.
- MENDES, José Maria Amado. 1981 – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra *Misericórdias (As) de Portugal*. 2 vols. 2000. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- Misericórdias (As) Ontem, Hoje e Amanhã. II Congresso Internacional das Misericórdias – Actas*. 1986. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- “Misericórdias. Cinco séculos”. In *Oceanos* n.º 35. 1998. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- MOURA, Vasco da Graça. 2002 – *Figuras de Mateus*. Lisboa: Quetzal Editores.
- MOURATO, António Vilarinho. 2011 – *João Baptista Ribeiro. 1790-1868*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento.
- NAPIER, Charles. 2005 – *A guerra de sucessão entre D. Pedro e D. Miguel*. Lisboa: Caleidoscópio.
- NEVES, Elísio Amaral. 2008 – “O Hospital da Divina Providência”, in *Vila Real, História ao café*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense/Câmara Municipal de Vila Real.
- NOGUEIRA, José Manuel Freire. 2004 – *As Guerras Liberais. Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- NOGUEIRA, Manuel. 1990 – *História da enfermagem*, 2.ª ed. Porto: Edições Salesianas.
- OLIVEIRA, António de. 2010 – *Pedaços de História Local*. Coimbra: Palimage (2 volumes).
- OLIVEIRA, César (dir.). 1996 – *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de. 1991 – *A Saúde Pública no Vintismo*, in *A crise do antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822*, Vol. IV, dir. Miriam Halpern Pereira, Lisboa: Centro de Estudos de história Contemporânea Portuguesa/ISCTE, Edições João Sá da Costa.
- PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos. 1997 – *Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- PENTEADO, Pedro. 1998 – “Os Arquivos e a História das Misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas” in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- PEREIRA, Fernando Jasmins. 1980 – “Assistência”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência.
- PINA, Maria Helena Mesquita. 2007 – *O Alto Douro. Um espaço contrastante em mutação*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PIÑERO, José M. López; TERRADA FERRANDIS, María Luz. 2000 – *Introducción a la medicina*. Barcelona: Editorial Crítica.
- PITA, João Rui. 1996 – *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva Editora.
- PROVIDÊNCIA, Paulo. 2000 – *A cabana do higienista*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- QUEIROZ, J. Francisco Ferreira. 2006-2007 – “A encomenda de monumentos sepulcrais no período romântico e o papel da mulher na construção da memória familiar”, in *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Porto: FLUP, Volume V-VI.
- REIS, António Matos. 1997 – *A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima no passado e no presente*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.
- REIS, Maria de Fátima Dias dos. 2003 – “A Misericórdia de Santarém: estruturação e gestão de um património”, in *Cadernos do Noroeste. Série História 3*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- REMA, Henrique Pinto, 1979 – *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitalares da Imaculada Conceição 1876-1979*, II vol. *Das origens até à República (1871-1910)*. Braga: Tipografia Editorial Franciscana.
- REMA, Henrique Pinto, 1996 – “A Ordem Franciscana em Trás-os-Montes”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 7.
- RÉMOND, René. 2003 – *Introdução à história do nosso tempo: do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO, Vítor. 1998 – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsídios para a sua história. Edição Fac-similada. Estudo introdutório de José Vitorino de Pina Martins*. Lisboa: Academia das Ciências.
- RICON FERRAZ, Amélia. 2000 – *O ensino da Medicina e da Cirurgia em Portugal: os antecedentes e os primeiros tempos da criação da Escola Médica do Porto*. Porto: UPORTO.
- RICON FERRAZ, Amélia. 2002 – *Parcelas de uma notável história de influência: a Escola Médica e o Hospital da Misericórdia do Porto (1825-1911)*, in *A Santa Casa da Misericórdia do Porto e o Voluntariado em Saúde. Comemorações dos 25 anos da Liga dos Amigos do Hospital Geral de Santo António*, Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- RODRIGUES, Carlos Farinha. 1996 – “Assistência social”. in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso. 2010 – “Nossa Senhora de Guadalupe (Mouçós, Vila Real): encomendador e obra”, in *A Encomenda. O Artista. A Obra*. Porto: CEPES.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 1996a – *A assistência: as Misericórdias e o poder local*,

- in *História dos municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*, dir. César Oliveira. Lisboa: Temas e Debates.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 1996b. – *Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno*. Évora: Hospital do Espírito Santo.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 1997 – *Quando o rico se faz pobre. Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 1998 – “Práticas de caridade e salvação da alma nas Misericórdias metropolitanas e ultramarinas (séculos XVI-XVIII): algumas metáforas”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 2001 – “As Misericórdias nas sociedades portuguesas do Período Moderno”, in *Cadernos do Noroeste 15 (1-2), série História 1*. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais – Universidade do Minho.
- SÁ, Isabel dos Guimarães. 2001 – *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SAMARDÁ, Adelino, 1904 – “Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providencia de Villa Real. Breve notícia da sua fundação”, in *Relatório da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providencia de Villa Real (1902-1903)*. Vila Real: Santa Casa da Misericórdia de Vila Real.
- SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de. 1999 – “A família de D. Pedro de Castro, protonotário apostólico e abade de Mouçós”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 8. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1986 – *História de Portugal*, vol. VIII. Lisboa: Editorial Verbo.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1998 – *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*. Lisboa: Livros Horizonte / Misericórdia de Lisboa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1998 – “Nos cinco séculos da Misericórdia de Lisboa: um percurso na História”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SERRÃO, Vítor. 1998 - “Sobre a iconografia da Mater Omnium: a pintura de intuítos assistenciais nas Misericórdias durante o século XVI”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SILVA, Ana Isabel Coelho Pires da. 2010 – “O Cortejo de Oferendas em benefício da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Sor (décadas de 1950 e 1960)”. In *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 10, t. II. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura.
- SILVA, Francisco António Marques da. 1999 – *A Misericórdia de Vila Nova de Gaia, 1929-1999*. Vila Nova de Gaia: Misericórdia de Vila Nova de Gaia.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. 1995 – “A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve notícia histórica” in *Revista da Faculdade de Letras História*, II série, vol. XII. Porto: Universidade do Porto.
- SILVA, Nuno Vassalo e. 1998 – “Obras da Índia nas Misericórdias Portuguesas”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- SMITH, Robert C. 1966 – *Nicolau Nasoni. Arquitecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOBRAL, José Manuel. 1990 – “Religião, relações sociais e poder: a Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séculos XIX e XX)”, in *Análise Social*, n.º 107. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, Fernando de. 1976 – *Subsídios para a História Social do Arcebispado de Braga. A Comarca de Vila Real nos fins do século XVIII*. Braga: Separata da Revista *Bracara Augusta*, t. XXX, fasc. 70 (82).
- SOUSA, Fernando de. 1992 – *As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1992)*. Porto: C.F.M.N.S.P.
- SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1987 – *Memórias de Vila Real* (2 volumes). Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real/Câmara Municipal de Vila Real.
- SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel Silva. 1995 – *Os Governadores Cívicos do Distrito de Vila Real*. Porto: Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando; GONÇALVES, Manuel Silva. 1995 – “Vila Real no Século XVIII”, in *Estudos Transmontanos e Durienses*, n.º 7. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- SOUSA, Ivo Carneiro de. 1998 – “Da Fundação e da Originalidade das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)”, in *Oceanos – Misericórdias. Cinco séculos*, n.º 35. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- TEIXEIRA, Júlio António. 1946-1952 – *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo* (4 volumes). Vila Real: ed. autor.
- TORO, Bandeira de. 1943 – *Província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Distrito de Vila Real. Primeiro Tomo. O concelho de Vila Real*. Lisboa: edição do autor.
- VASCONCELOS, José Leite de. 2007 – *Etnografia Portuguesa*, Vol. X. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- VIÇOSO, Maria Isabel. 2007 – *História da Misericórdia de Chaves. 500 anos de vida*. Chaves: Santa Casa da Misericórdia de Chaves.
- VIEIRA JÚNIOR, Manuel Pais. 2000 – *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira*. 2 volumes (1921-1974; 1974-1998). Santa Maria da Feira: Ed. do autor.



Pormenor de uma das portas do antigo Hospital da Divina providência (1823-1915)

The Santa Casa da Misericórdia of Vila Real. History and Heritage

The current work is divided into two parts. The first concerns the history of the Santa Casa da Misericórdia of Vila Real under the institutional point of view. Hence, after we consider the origins of this Misericórdia in the broader context of the founding of the first Misericórdias in Trás-os-Montes (North-eastern Portugal), we analyse its institutional organization; the creation and management of its assets; the processions and festivities organized by this Institution that had a great impact in Vila Real; its hospital, founded in 1796 and that lasted up to 1974; and finally, its characterization at the present time.

In the second part, regarding the art and heritage of the Misericórdia of Vila Real, we analyse its built heritage, namely its construction, evolution and current composition, and present the inventory of its precious movable heritage, together with the respective context, that will integrate the museum and the online portal of this Institution.

Finally, we present the conclusion, the consulted sources, and a table of contents, indispensable in a work of this nature. The appendices are found in the CD-Rom included in this book.

Part I - History of the Misericórdia of Vila Real

1. The founding of the Misericórdia of Vila Real

The origin of the Misericórdia of Vila Real has to be analysed in the context of the founding of the Misericórdias in the province of Trás-os-Montes, and the king's efforts to disseminate such institutions, taking as a paradigm the Misericórdia of Lisbon, throughout the Portuguese territory. Thus, in the reign of King Manuel I (1495-1521), in July 1518, it was granted permission to the Misericórdia of Braganza to abide by the *Commitment* (bylaws) of Lisbon from 1498; the Misericórdia of Freixo de Espada à Cinta was created before 1521; and the Misericórdia of Chaves had its bylaws printed in 1516.

The most ancient document found at the archives of Vila Real, which clearly attests the Misericórdia's existence, dates of March 20, 1528. It is a deed of purchase of a set of buildings where the church of this Brotherhood was to be built. However, this document refers to the year of the beginning of the construction of the Misericórdia's Church, not to the foundation of the Institution, which preceded the existence of the temple itself.

Other sources, however, point to the existence of the Misericórdia of Vila Real before that date, including a charter of the Marquise of Vila Real, from 1518, and the reference to a book with the incomes of the Misericórdia regarding the year of 1503.

The *Memoirs of Vila Real*, from 1721, follow the same line of thought, mentioning that the church of the Misericórdia was kept in a chapel in the parish of St. Dinis until 1528, the year when Pedro de Castro, apostolic protonotary and abbot of Salvador de Mouçós, "rebuilt" it, installing it in some houses that he had bought in Vila Real, making it "with the greatness it has today", with a dispatch house and supplementary installations, "at his own expense, all made with impressive stonework".

This text, supported by the documents mentioned above, reveals very important data concerning the origins of the Misericórdia of Vila Real:

- firstly, it allow us to date the year of the beginning of the construction of the Church of the Misericórdia in 1528, completed ten years later, in 1538, the year when Pedro de Castro established in it a chapel with a daily mass;
- secondly, the Misericórdia was already well structured in 1528, and therefore with proper bylaws that ruled its government, including the election of the *provedor* (a sort of chairman) – which is mentioned in the deed of purchase – and the Board;
- lastly, the Misericórdia of Vila Real, before 1528, already existed in a chapel at the parish of St. Dinis, as it happened with other Misericórdias in their early stages.

The vast influence enjoyed by the Count of Vila Real in the Royal Court – Pedro de Meneses was granted with the title of Marquis of Vila Real in 1489, the year of the founding of the Misericórdia of Lisbon – lead him to immediately nurture the project of a Misericórdia in Vila Real, similar to what happened with the House of Braganza in Chaves and Braganza, since he was aware of the commitment of the king in the foundation of Misericórdias across the kingdom.

All these elements allow us to conclude that the foundation of the Misericórdia of Vila Real is not only prior to 1528, but that it was actually founded during the reign of King Manuel I, like the Misericórdias of the three boroughs from Trás-os-Montes above mentioned.

2. The institutional organization – commitments and bylaws of the Misericórdia of Vila Real

Throughout its history, the Misericórdia of Vila Real had several commitments and bylaws, documents that structured its organization, operation and beneficent action. The foundation of any Misericórdia had to go through a request to the king, with the aim of establishing its institutional life according to the bylaws of the Misericórdia of Lisbon, placing themselves under royal protection, and obtaining, whenever possible, the privileges and benefits similar to those granted to the Misericórdia of Lisbon, adjusted, of course, to the specific reality of each borough.

Usually, the first bylaws simply adopted the one of the Misericórdia of Lisbon, as it happened, for example, with the bylaws of the Misericórdia of Chaves, in 1525. The bylaws of the Misericórdia of Lisbon, reformed in 1618, came to be adopted by the Misericórdias then existing, and by those that were created thereafter.

The definition, composition and duties of the body of brothers, the way for their acceptance and dismissal, the rules of the elections for the governing bodies, their tasks and meeting days, were fixed by the respective bylaws.

2.1. The first bylaws (16th-18th centuries)

Although the Misericórdia of Vila Real was endowed, by the time of its foundation in the first quarter of the 16th century, with its own bylaws, the truth is that, like other similar institutions, we are unaware of any original document or even a transcription. This is not surprising, since there are very few sixteenth-century documents about the Misericórdia of Vila Real, since many of them were stolen or destroyed.

However, we have several sources of the 17th century which mention the first bylaws, even specifying, with regard to the election and admission of brothers, the titles of the document applicable to such acts. As has happened with other Misericórdias of the Kingdom, Vila Real's bylaws were reformed during the Philippine period (1580-1640), through the adoption of the new bylaws of the Misericórdia of Lisbon of 1618. Other documents, however, from the 18th and 19th centuries, mention the bylaws of the Misericórdias of Caminha and Viana do Castelo as inspiring documents for the bylaws of Vila Real.

Let us analyse the composition, structure and functioning of the Misericórdia of Vila Real between the 16th and 18th centuries.

The *Brotherhood* consisted of the entire set of *brothers*. The original number of brothers of the Misericórdia of Vila Real was 150, as mentioned in a document of 1588, which were recruited among people with "healthy lives, keepers of the commandments, at the service of God and the brotherhood". Early on, however, problems arose regarding the number and the social and moral quality of the fraternity brothers.

A royal provision of September 20, 1716 states that "the Brotherhood was founded with 80 noble brothers and 80 trade brothers, a number suited to the greatness of the land". However, by royal provisions issued in the 17th century, their number increased significantly. From 1717 onwards, the number of brothers stabilized at 160, an amount that was kept until the 19th century.

The brothers of the Misericórdia, since the 17th century, usually included the two most important magistrates of the district, in order to highlight and dignify the Institution. By royal determination, both magistrates were automatically enrolled in the Misericórdia as soon as they assumed their posts.

The noble brothers included not only the actual nobles by birth, which integrated the local nobility, but also members of the middle bourgeoisie that were ennobled due to their profession, such as priests, lawyers, landlords, etc.

As for trade brothers, also known as "official brothers", "mechanical brothers" or "second condition brothers", they included representatives of different professions, such as those who had already attained a somewhat important social and economic status, owning a business or a workshop and who could read and write. In the list of the brothers of the Misericórdia of Vila Real, we find in this group the most various professions, like tailors, carpenters, clerks, blacksmiths, millers, masons, tinsmiths, shoemakers, etc.

Under the hierarchical Portuguese society of the Old Regime, divided into orders or classes, the Misericórdias promoted a certain overcoming of the rigid social divisions, demonstrating in its government and functioning a close cooperation between the nobility, the clergy and the people, through the "noble brothers" and the "mechanical brothers" – although the most important posts of the Misericórdia (*provedor*, clerk and treasurer) were occupied by noble brothers.

This distinction between noble brothers and trade brothers, typical of the Old Regime, will only disappear, concerning the Misericórdia of Vila Real, with the new bylaws of 1865.

The members of the Fraternity were obliged to go to the Church of the Misericórdia to escort deceased brothers or their relatives, on the Maundy Thursday and the Good Friday, and on Board election days.

Regarding the composition, election and duties of the Board of the Misericórdia of Vila Real, the constitution and form of electing of the Board of the Misericórdia of Lisbon in the bylaws of 1500, consisting of 12 brothers annually elected, came to define the procedures that regulated the obligations of all the other Misericórdias of the Kingdom in this matter, and remained in force until 1834.

In the 18th century, the electoral process of the executive body of the Misericórdia of Vila Real – *provedor*, clerk, treasurer, and the other members of the Board – is perfectly defined. The election took place in July 1st or 2nd, in the day or eve of the Visitation of Our Lady to St. Elizabeth, inside its church. Here, the *provedor* gave oath to the previous clerk and treasurer and to a chaplain, who, in turn, registered the votes of the brothers who elected the Board members for the following year, that is, the noble brothers who were in Vila Real. In the first ballot it was nominated the *provedor*, the clerk, the treasurer, and the other members of the Board, the “steward of prisoners” and the “visitor of donations”. Later, they drew up to five lists of voters, which were placed in a bag and randomly taken by the *provedor* and recorded sequentially by the registrar, being elected for the Board those who obtained the most votes.

The brothers of the Board were required to be present in the masses for the dead and on holy days when solemn masses were celebrated. They gathered regularly on Sundays, after dinner, in the consistory, to deliberate on the affairs of the Institution, and they could be called to meet during the week, if the *provedor* wished so. Monthly, in a Sunday or in a holy day, two noble brothers and two trade brothers, elected every year, had the task of “begging for the poor”. The trade brothers were in charge of making public collections on Sundays and the noble brothers on Wednesdays. Another of the duties of the brothers of the Board, to be conducted early in their mandates, was to visit the hospital, which in the case of Vila Real did not exist until the end of the 18th century, as we will see further ahead.

It should be noted that the 18th century witnessed a gradual “democratization” of the group of noble brothers in the Misericórdia of Vila Real, since the local elite began losing interest in the governance of the Institution, refusing the place of *provedor* or clerk – a phenomenon that also occurred in other Misericórdias of the Kingdom, as in Bragança, in 1754, forcing the King to intervene by appointing the *provedor* and the members of the Board.

The *provedor*, in addition to its status as a noble person and having a “respected authority and reputation”, was elected among the brothers who had more than 30 years of age – the bylaws of Lisbon determined more than 40 years. *Provedores* could only be elected among the brothers admitted at the Misericórdia more than a year ago. At the first meeting of the Board, the *provedor* appointed and distributed the positions that the brothers should carry out, depending on the services established: an official to collect donations of bread through the county; the “steward of prisoners”, a position assumed by a noble brother; the “visitor of donations”, a position also reserved for a noble brother; and the substitutes for the officers of the Board, in the absence of any of them. The *provedor* was also responsible for the administration of the Institution.

We do not have the necessary information to profile the *provedor* of the Misericórdia of Vila Real, which, of course, evolved over time. However, a careful reading of their names reveals that many of them belonged to noble families of Vila Real. In the early 19th century, several *provedores* were relatives or kin to the Counts of Amarante, especially the first one, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, whose role was decisive in the founding of the Divine Providence Hospital.

The Board also had an advisory body, the *Junta*, consisting of 10 members, five trade brothers and five noble brothers, known as *counsellors*, elected annually among the members of the Brotherhood. Since they served as advisors, it was recommended that they were elderly, experienced and talented men. Counsellors were required an oath of loyalty, confidentiality and dedication to their functions.

This body, which was convened by the *provedor*, besides ensuring the fulfilment of the resolutions of the previous Board, deliberated on issues that went beyond the jurisdiction of the Board: the acceptance of property or bequests arranged during the mandates of previous Boards; the readmission of expelled brothers; the investigation of cases of infringement relating to expenditures or mortgage for incomes to be earned in the future; loans of ornaments and silverware belonging to the Institution; perpetual graves and inscriptions; acceptance of chapels and respective obligations; sale or exchange of real estate belonging to the Misericórdia; supervision of agreements, arrangements or transactions of inherited property.

With regard to processions, the bylaws established the way they had to be made, including the Stations of the Cross Procession, which took place “in the second or third Sunday of the Lent”, the Maundy Thursday Procession and the Good Friday Procession. As for the burial of the dead, “one of the major works of mercy”, they should be carried out with “decency and Christianity, and with due respect for the deceased”.

With slight adjustments to the economic and social reality of the borough, the Misericórdia of Vila Real maintained this organization and guiding principles until the end of the 18th century, when new chapters were added to its bylaws, taking into account the economic difficulties affecting the Institution, the legislation passed by the Government regarding Misericórdias and the foundation of its Hospital in 1796, that the following year was granted a regiment which also became part of the bylaws.

The Misericórdia of Vila Real, from 1806 onwards, was obliged by royal determination to be governed by the bylaws of the Misericórdia of Lisbon. However, since the end of the 18th century, other chapters were added to its own bylaws, particularly those related to the administration of the Hospital from 1796 onwards, in such way that after 1834, the admitted brothers had to swear that they would keep the old and the new bylaws, demonstrating some confusion that eventually affected the administration of the Misericórdia. Some brothers tried to solve this issue, suggesting the drafting of a new bylaws, which will only occur in 1865.

2.2. The Bylaws of the Santa Casa da Misericórdia of Vila Real (1865)

A decree by King Louis I, dated May 31, 1865, will approve the new bylaws of the Institution, after receiving the favourable opinions of the governor of the district of Vila Real and the attorney general of the Crown. This document is divided into 20 chapters which sought to update the structure, functioning and activity of the Misericórdia, in the context of the liberal ideology and a secularized society, with the aim of clearly defining what was the State expecting from this Institution in the field of assistance.

What essentially characterizes this bylaws? What is the innovative nature of its provisions? Actually, the organizational structure and purpose of the Misericórdia remained the same. The end of the Misericórdia continued to be “the practice of the virtues of piety and charity”. Other principles, however, were adopted, indicating a break with the past.

The governance of the Institution was carried out by the *Junta* of the Brotherhood (a kind of General Assembly), representing all the 240 brothers, who had to be “decent, well-educated, God-fearing and polite”, and over 25 years-old; by the Definitory or Council (that included the members of the previous Board, all the brothers that served as *provedores*, clerks and stewards, living in Vila Real, and the *provedor*-in-office, who presided it); and the Board, composed of the *provedor*, clerk, steward and 12 councilmen, each one paying more than 2 000 réis of property tax, and directly elected (the term of office began on July 15 of the election year). The monitoring of the compliance with the bylaws regulations was under the responsibility of the Definitory.

The administration of the property of the Misericórdia was under the jurisdiction of the Board. The *provedor*, “head of the administration of the Santa Casa and its Hospital”, had to be at least 35 years-old and to pay more than 20 000 réis of property tax. He presided over all the bodies of government of the Institution and appointed every commission at the beginning of his administration.

One of the most innovative elements was the absolute equality among all brothers within the Brotherhood (their number now increased to 240), with no distinction of classes, breaking with the traditional division of noble brothers and trade brothers. The only demands, besides being able to read and write, were an “honest living” and the payment of an entry fee of 4 000 réis.

The Board began to be elected for two years, and all its members were responsible for the decisions they took part in. The Definitory began to have a clear role, functioning as an audit committee. And it competed to the Government to authorize the acceptance of any legacy left to the Misericórdia or the Hospital.

In short, the bylaws of the Misericórdia of Vila Real of 1865 continued to define the conditions necessary for it to attract the local elite, but updated the principles of its structure and functioning in the light of the liberal society. These rules were in force until the end of the Monarchy, and even during the First Republic (1910-1926) and the New State (1926-1974).

After the nationalization of its Hospital in 1975, the Misericórdia of Vila Real eventually adopted the status of a private charitable institution in 1985, which allowed it to devote itself to other assistance activities.

It was within this new social-juridical framework that the Misericórdia of Vila Real drafted, in 1992, its new bylaws, published in the *Diário da República* (Portuguese Official Gazette) No. 267, 3rd Series, and that is currently in force.

2.3. The current bylaws of the Santa Casa da Misericórdia of Vila Real (1992)

What changes have been introduced in comparison to the bylaws of 1865? In accordance with the laws of 1979 and 1983, the Brotherhood of the Misericórdia is defined as “an association of devotees constituted in the legal and canonical orders, with the purpose of practicing social solidarity”, with “legal civil and canonical personality and recognized as a private institution for social solidarity”.

It proposes to cooperate with other public and private entities, and with local authorities and population in the field of social work, including cultural and recreational activities. Its main ends are to support families, especially children and the elderly, by creating and maintaining retirement homes, day care centres, nursery schools, kindergartens and home care services.

The maximum amount of brothers (240 in the previous bylaws) was eliminated, but their social profile remains largely the same, although both economic and professional references were abolished. The only obligation was the payment of a monthly fee of at least 500\$00. Their birthplace, previously limited to Vila Real, is now extended to those living in the municipality or somehow related to it. And for the first time in its history, the bylaws refers to “individuals of both genders”, thus opening its doors to women.

The internal organization of the Brotherhood remained the same, with a General Assembly, an Executive Board and an Audit Committee. But the term of office was extended to three-year mandates, with the elections being held in December. The management bodies can only be elected for two consecutive terms, and their members are legally responsible for any wrongdoing while in office.

The General Assembly consists of all the brothers and has its own Board.

The Executive Board consists of seven members – a *provedor*, a deputy *provedor*, a secretary, a treasurer and three other members – and it is responsible for managing and representing the Institution. The *provedor* supervises the administration of the Brotherhood, calling and chairing the meetings of the Board, and representing the Brotherhood both in court and outside.

The Audit Committee oversees the enforcement of the law and the bylaws, giving its opinion on the annual accounts and budget report.

In the field of religion and spiritual care, there is a private chaplain that celebrates the Sunday Mass for the Brotherhood, the annual festivities of the Visitation in honour of the patroness of the Misericórdia, the liturgical rites during the Holy Week, the masses for the souls of the deceased brothers, the annual ceremonies, in November, for the souls of the deceased brothers and benefactors, among other ceremonials that the Misericórdia is in charge with.

3. The establishment and management of the assets of the Misericórdia of Vila Real

One of the most serious problems that the Misericórdia of Vila Real had to face almost from the beginning was its economic sustainability. To carry out its assistance and religious mission, the ultimate reason for its existence, in short, to carry out the works of Mercy, it becomes evident that this Institution, like all its counterparts, had to constitute a patrimony that would allow it to bear the expenses that resulted from its regular activity.

Its expenses were multiple and costly, regarding the maintenance of its assets; the payments to chaplains and other staff; the celebration of masses; celebrations during Lent and the Holy Week, particularly the processions; the acquisition of religious artefacts; carrying out funerals; and its charitable activities in general.

To meet such expenses, the incomes of the Misericórdia of Vila Real, from its origins to the 19th century, consisted mainly of the assets linked to chapels and masses in perpetuity, or loaned assets that required the payment of a pension or rent to the Misericórdia, either in goods or in money. Other sources of revenue, such as donations given by individuals or by the king, appear to have assumed little meaning in the life of the Institution.

We will now analyse the chapels and masses in perpetuity instituted by the Misericórdia of Vila Real and the rents that were paid to it since its foundation until the 19th century, according to our sources.

3.1. Chapels and masses in perpetuity

In the 16th century, following the construction of the Church of the Misericórdia, several chapels – that is, assets linked to the celebration of masses in perpetuity – will be established in it, with more or less regular intervals, a movement which lasted until the following century. The chapels founders, from the local civil and ecclesiastical nobility, in order to keep these legacies, bounded their properties, incomes and money to it. This reflected the importance that the Misericórdia had in the context of Vila Real's society, and the recognition that the king himself expressed about such institutions, leading the elite of the village to strengthen its devotional vocation, as a way to demonstrate its social prestige. It was therefore at the service of God and for the salvation of their own souls that the nobility and the bourgeoisie dedicated significant assets or incomes to their chapels or masses in perpetuity.

In April 26, 1538, D. Pedro de Castro established a chapel in the Church of the Misericórdia, a perpetual endowment with an income of 200 measures of wheat, rye and olive oil, with the Misericórdia being obliged to ensure a daily requiem mass for the soul of Fernando, marquis of Vila Real, listing the priests who would celebrate the mentioned mass.

Other chapels followed, during the 16th century, instituted in the Misericórdia of Vila Real. Sometimes, these chapels resulted in lawsuits or disputes that have helped weaken the financial situation of the Institution, or to reduce its influence in the local society.

If we consider the legacies left to the Misericórdia of Vila Real by the founders of chapels for compliance with the masses in perpetuity and other obligations, we can identify three types of donations: real estate, consisting of rural and urban properties; rents, which were paid in goods, usually wheat and rye, but also olive oil and wine; and cash pensions, to pay directly the administrators of the chapels and the chaplains who celebrated the masses, or to put that money at interest. Exceptionally, there were obligations with an assistance nature – clothing for the poor – in strict compliance with the works of mercy (“clothe the naked”).

Moreover, when analysing the chronology of the chapels established in the Church of the Misericórdia of Vila Real, from its founding until the mid-18th century, we find that the number of established masses in perpetuity did not stop growing until the early 17th century. However, from 1620-1630 onwards, the bonds to masses in perpetuity will fall abruptly, denouncing a new reality. Indeed, in 1639, the powerful and “opulent” brotherhood of St. Peter, established in the Misericórdia of Vila Real, moved to the “magnificent” temple of Saint Paul, in the heart of Vila Real, which had been built by several priests and religious men – in 1720, it registered 200 priests and 500 laymen – leading the church of Saint Paul to quickly replace the Church of the Misericórdia regarding masses and donations.

In the end, were the chapels established in the Misericórdia of Vila Real a benefit or a burden for this Institution? The decrease in their number from the 17th century onwards penalized the Misericórdia?

From a symbolic perspective, reducing the number of masses in perpetuity was not prestigious for the Brotherhood, but from a financial standpoint, we doubt that it was negative. The chapels established in the Misericórdia of Vila Real with their masses in perpetuity, proved to be, as in other Misericórdias, an expense to the Institution, since the income from the assets allocated to that end was spent in payments to chaplains or priests in charge of celebrating the masses, and the absence of other funding sources ended up leading to the accumulation of masses to celebrate, resulting in the failure to comply with the pious bequests.

This situation forced the Board of the Misericórdia to ask from the religious authorities a document forgiving the uncelebrated masses and requesting the reduction in the number of imposed masses, under penalty of failing its obligations – a measure already adopted by other Misericórdias of the Kingdom, such as Bragança.

Following the agreement by religious authorities, the number of masses observed a drastic reduction in the 18th century. For example, with respect to the six chapels directly administered by the *provedor* (including the Chapel of Pedro de Castro), it went from hundreds of masses per year, in the previous centuries, to only 21 by 1797. In 1822, the overall number of masses that the Misericórdia was bound to by both its chapels and its bylaws, was of 31.

3.2. Properties, forums, pensions and interest

As we have seen, rents were the main source of income of the Misericórdia of Vila Real. In a long-term perspective, if we make a comprehensive review of the constitution and value of all the assets of the Misericórdia, either its own assets or those linked to chapels and other pious obligations, from its origins to 1830, we reach the following conclusions:

- the most significant number of rents charged by the Misericórdia concerned the assets left by Pedro de Castro with this purpose between 1524 and 1539;
- the amount of rents belonging to the Misericórdia has hardly increased from the 17th century onwards, revealing a gradual withdrawal of Vila Real's society from that Institution, not only on the binding of properties to chapels (a decline similar to that of masses in perpetuity), but also regarding the donation of money, properties and rents to the Misericórdia);
- the properties and other assets mortgaged or bounded to the payment of rents, typical of a rural society, were generally humble, revealing that the local nobility either did not have large assets or was not particularly attached to the Misericórdia: vineyards, fields, olive trees, yards, estates, etc., by their description and by the rents they paid, are the indication of a minor nobility and bourgeoisie that feared God but had no wealth;
- the amount of rents linked to chapels charged by the Misericórdia was far from covering the costs with religious service and assistance the Institution was obliged to;
- generally speaking, the assets and income of the Misericórdia were quite low.

Therefore, it is not surprising that the difficulties experienced by the Misericórdia of Vila Real from the 17th century onwards eventually worsened.

Obviously, the revenues of the Misericórdia of Vila Real were not restricted to the assets provided by masses, rents and pensions, which the Institution, from the second half of the 18th century onwards, sought to convert into cash, foregoing the scanty perpetual incomes and the difficulties raised for their collection. Early on, the Misericórdia of Vila Real tried to find other sources of funding, so that, during the final years of the Old Regime (early 19th century), the income of rents were already surpassed by the interests received from the money loaned by the Misericórdia to private individuals, either from its own funds or from the amounts raised in capital markets at reasonable interest rates (usually 5%), then to be offered at a higher rate (6% or 6.5%).

For example, the analysis of revenues and expenditures of the Misericórdia, for the economic years of 1832-1833 and 1833-1834, reveals that more than half of the revenues corresponded to the interests received, whereas the profit with rents did not reach 10% of the total amount of the revenues, a value surpassed even by the income with tombs.

This trend will deepen throughout the 19th century due, on the one hand, to the devaluation of the rents paid in goods, and on the other hand, to the Government intervention in order to subject mortmain assets to the ordinary law.

In 1866, the State seriously hurt the incomes of the Misericórdias, with a law that extended to these institutions the law of disentanglement of April 4, 1861. According to this law, the Misericórdias were required to list all the rural and urban buildings, rents, censuses, lands and pensions, allowing such assets to be sold by the State in public auctions, in the corresponding district capitals, without any intervention of these institutions.

This measure was intended to facilitate the administration of the Misericórdias and to ensure higher incomes, which did not happen. The financial crisis of 1890-1891, the inflation, and the law of February 26, 1892, which reduced in 30% the interest of public debt titles, all contributed to aggravate the economic situation of the Misericórdias, leading to the dramatic reduction of the assistance services provided by these brotherhoods.

This trend has intensified throughout the 19th century, so that, with respect to the Misericórdia of Vila Real, in the fiscal year of 1895-1896, the incomes from rents, including those still to be paid, represented only 6.1% of global revenues, while the interest on loaned capital represented 71.1% of that global amount.

In the case of the Divine Providence Hospital, it becomes clear that, given its late founding, in 1796, the issue of rents in its revenues is irrelevant. In 1859, the permanent fund of the Hospital amounted to 97.8 thousand réis, with revenues of 5 thousand réis, of which 98% came from interest payments.

With the First Republic (1910-1926), following the law of separation of State and Church (April 20, 1911), the Misericórdias had to reduce the cost with religious service up to one third of their income, and all religious-related expenses would have a maximum duration of 30 years. But the financial situation of the Misericórdias worsened during this period. After 1926, the Dictatorship would help the Misericórdias, giving them "full autonomy without any State intervention" by lifting restrictions on the conservation and acquisition of immovable properties and providing financial support to Misericórdias that maintained hospitals, granting them vast subsidies, as it happened in 1928 with the Misericórdia of Vila Real, which received 115 thousand *escudos*, a sum necessary for the Institution to balance its finances.

The financial difficulties returned with the Second World War (1939-1945) and subsequent years, leading these institutions to promote fundraisings, in particular with processions of offerings, which lasted until the late 1960s. The Misericórdia of Vila Real was not immune to this trend, especially because (as shown several times by their Administrative Commissions) revenues were "totally absorbed by the charges that weigh on the Brotherhood", since the Institution became responsible for other facilities that the State, directly or indirectly, had entrusted it.

From the 1960s on, the economic situation of the Misericórdia of Vila Real progressively improved. Government contributions increased, as well as private donations, and from 1968 on, the net income of the *Totobola* (Portuguese football lottery), which was managed by the Misericórdia of Lisbon, began to be partially transferred to other Misericórdias.

Currently, the revenues of the Misericórdia of Vila Real are formed basically by the amounts paid by the State through Social Security and that account for 30% of the expenditures made with the people it supports, both the elderly and the children; by the payments made by its users, which also represents around 30% of the revenues; and by the Institution's own funds, the income from its property assets, managed by the Administration of the Misericórdia.

4. Festivities and ceremonies of the Santa Casa da Misericórdia of Vila Real

Being an Institution with a great weight in the life of local society, the Misericórdia of Vila Real, in the secular festivities in which it participated, but especially in the religious ceremonies that it organized, with particular emphasis on the Holy Week, functioned as a unifying element of the various social strata, following the words of the Gospel and having the figure of Christ as the first and last instance of the life of the mankind.

We will now analyse the secular and religious festivities that the Misericórdia of Vila Real was associated with, particularly the ceremonies during Lent and the Holy Week under its responsibility.

4.1. Festivities and funerals

The Misericórdia of Vila Real was associated with the celebrations or funerary ceremonies of the royal family that occurred in the borough. In 1800, for example, it carried out the lighting of the Church, in the occasion of the birth of the Infant Maria Francisca de Assis (1800-1834). In 1802, it placed luminaires to celebrate the birth of the new Infant, Miguel (1802-1866). In 1806, new luminaires celebrated the birth of the Infant Ana de Jesus Maria (1806-1857). And in 1833, a new set of lights was placed to commemorate the anniversary of King Miguel I (1828-1834).

Among the many obligations that the Misericórdia should comply, its nineteenth-century bylaws determined the distribution in the Maundy Thursday of clothing for twelve poor who proved to be in need; for this purpose, ten days before the voting a list with the candidates was distributed to all Board members in order for them to select the most needed. Within this spirit, the Misericórdia also offered an annual dinner for the inmates at the local jail, on Easter Sunday.

A precious document of 1822 gives us an overview of the many pious and religious obligations assumed by the Misericórdia referring to daily masses, annual masses, masses on holy days, masses for the souls of deceased brothers on Saint Martin's day, ceremonies to be held during Lent and the Holy Week, donations to the poor and fulfilment of pious legacies. We should also mention the ancient custom of praying mass on the day of the Purification of Our Lady, and the donations given to prisoners on Maundy Thursday.

Public prayers should be carried out all Fridays during Lent, visiting the churches across Vila Real, one by one, ending up in St. Dominic's church, where a mass was celebrated. According to an "ancient custom", the Procession of the Holy Steps should be carried out in one of the Sundays of Lent, the exhibition of the Blessed Sacrament was to be organized during the Maundy Thursday and the Funeral Procession of Our Lord during the Good Friday.

However, we must remember that all these charges became unbearable at times, as proven by a decision taken by the Board in 1822: taking "into consideration the large expenses that were assumed to ready an angel for the processions of Sunday of Steps and Friday of the Passion, and with the branches that are given to the brothers on the election day, it was decided from now on to assume these expenses no more."

4.2. Holy Week ceremonies and processions

Among the processions that the Misericórdia of Vila Real organized every year in accordance with its bylaws, in addition to the obligatory ones on the Maundy Thursday and Good Friday, there were also the Ash procession and the Holy Steps procession.

In our study of Holy Week processions in Vila Real, held under the aegis of the local Misericórdia, we decided to focus our attention in two main points: their structure, from an organizational and social standpoint, and the route made through the city, with its many variants, over a period of 128 years.

The functions that were to be performed during Lent were determined each year by the elected Board. In the ceremonies of the Holy Week, the Misericórdia sought that all tasks were carried out with the greatest dignity, giving a special attention to the quality and quantity of apparatuses, and when necessary, providing any material shortcoming.

4.2.1. The Holy Steps Procession

Although not mandatory, the Holy Steps procession was a festivity of great importance, not only in the religious context but also in the social context of Vila Real.

If we analyse the structure of the Procession of the Holy Steps between 1774 (the first that we know of) and 1795, we verify that it preserved the same basic structure, apart from the latter, which included the figure of Simon of Cyrene. From 1795 onwards several elements are introduced or withdrawn, such as the Trumpet, the Angels, the Angel of Divine Love, Simon of Cyrene, the Praetorium, the Acolytes, the Holy Cross, the Eighth Step, the Lord of the Green Cane and the Martyrdoms.

In the processional organization, we can see the strong didactic proposal presented by the actors, they too spectators of this sacred theatre, who toured the city along a route marked by strategic stops, where they recreated the most important scenes of the Passion of the Lord to the Golgotha.

An important innovation refers to the appearance of the Martyrdoms (still present in the Funeral Procession of the Lord) as structural elements in the processional context since, by the position they occupied – after the torch following the flag of the Brotherhood, and before the central figures of Mary/St. John/Mary Magdalene/Angel – they constitute a summary but essential script of the most striking episodes of the Passion preceding the crucifixion of Christ.

On the other hand, if we analyse the structure from the social point of view, and taking the example of the Holy Steps procession carried out in 1835, we note that after the Banner, four torches were carried by two noble brothers and two trade brothers; the First Flag was usually carried by the previous *provedor*; regarding

Our Lady, St. John and Mary Magdalene, there is not a single reference. The wooden framework with the statue of the Lord of the Steps was transported by four noble brothers, and the lanterns associated with this framework were carried by two noble brothers and two trade brothers. The canopy was usually carried "by two ministers of the borough, and after them by the *provedores* or secretaries who have served" the Misericórdia, and the lanterns associated with the canopy were carried by two noble brothers and two trade brothers. As for the Holy Cross, it should be carried by the Vicar General and, if he was not present, by the chaplain. Finally, regarding the Seven Steps, we always find a noble brother and a trade brother.

The first reference we have on the path followed by the procession concerns the year of 1848. Indeed, when the Seven Steps are mentioned, they point to precise locations: the First Step (the Garden), which would leave the Church of the Misericórdia; the Second Step was in the New Hospital; the Third Step in the Old Hospital; the Fourth Step in the Town Plaza; the Fifth Step in the Smithy; the Sixth Step in Cabo de Vila; and the Seventh Step at the Calvário. In 1850, the locations are the same, but specifying that the Sixth Step would be at the Cross of Cabo de Vila. In 1851 and 1852, there is a change with the introduction of an Eighth Step, but in 1864, with the reduction of this additional Step, the procession returns to a shorter path. From 1865 on, the Steps are not mentioned anymore.

4.2.2. The Mandy Thursday Procession

The appearance of Misericórdia brothers in the Maundy Thursday procession was considered of the utmost importance, and anyone who missed this obligation was severely punished, as witnessed by the approval given by the Board on April 12, 1843 to a proposal submitted by the clerk brother José Maria Barbosa da Silva, according to which the brothers who were supposed to participate in the Maundy Thursday procession and did not attend it without presenting a legitimate impediment before the event, would immediately be expelled from the Brotherhood, according to the bylaws.

Generally speaking, the procession had a very simple structure, with a well-targeted approach: the Crucified Lord. Starting with the first chant, the procession was organized following a succession of First Flag-Torches-First Miserere / Second Flag-Torches-Second Miserere / Third Flag-Torches-Third Miserere, which was linked with the Statue of Our Lord, Canopy and the Crucified Lord. The use of torches in this procession was highly valued, contributing to the whole enactment. Sometimes, the composition of the procession changed. Thus, the procession of 1774 is the one with the most simplified structure, being the only that mentions a standard-bearer, highlighting the images of the *Ecce Homo* and the Crucified Lord. Throughout the analysed period, the First Flag, the statue of the Our Lord and the Crucified Christ emerge as constant elements, followed by the Litany, the Second Flag and the Third Flag. As we pointed out, torches or lanterns framed the main structures, playing a key role, being consistently mentioned. The three Misereres are only mentioned in 1780 and 1784, while the Canopy is mentioned in 1784, 1792, 1795, 1796, and from 1896 to 1902.

4.2.3. The Good Friday procession

The Good Friday procession was one of the most important religious events in the context of the Holy Week, with the participation of a large number of brothers. We ignore the followed route (probably the same as the Holy Steps procession). As for its structure, from a social perspective, we have partial information that enable us to draw a parallel with that of the Holy Steps: the Banner had to be led by a noble brother; the Triumph of the Cross by the chaplain of the Week; the Brotherhood Flag by the *provedor* of the previous year; the statue of the Lord of the Tomb by the four chaplains of the Misericórdia, the Canopy by two priests and two former *provedores* or clerks; the statue of Our Lady of Sorrows by four noble brothers; and the lanterns and torches by two noble brothers and two trade brothers.

As cornerstones in the organizational system processional we have the Prophets, the Tomb, the statue of Our Lady and the Canopy, the latter always mentioned. The Good Friday procession held in 1902 gives us a complete listing of the sort of martyrdoms that were incorporated in the processional scheme: firstly, the rattle, the banner and the flag of the Brotherhood, followed by the hand with the purse, the strings of palm, the sword, the gloved hand, the cock, the disciplines, the robe, the dice, the hammer, the green cane, the sponge, the lance, the pick, the tongs, the nail, the urns, the crown of thorns, the chalice, the JNRJ label and the ladder. The procession also included the three Maries of Zion, the four prophets, Magdalene, St. John, the Angel, the Lord of the Coffin, the Canopy and the Statue of Our Lady.

5. The Divine Providence Hospital

Hospital assistance was not an initial priority for the Misericórdias, much less an obligation, as they merely supported the sick people wishing to be treated in local hospitals. However, during the second half of the 16th century, tens of Misericórdias eventually incorporated existing hospitals.

This did not happen with the Misericórdia of Vila Real, although in the town existed, at least since the 14th century, the Hospital of St. Blaise. On the contrary, the Misericórdia, in the 16th century, made a deal with the administrator of the Hospital of St. Blaise, João Teixeira de Azevedo, in order for the hospital to admit the poor sick people sent by the Brotherhood.

Was it for financial reasons that the Misericórdia of Vila Real, for centuries, did not sought to incorporate the Hospital of St. Blaise or to create a hospital under its dependence, since St. Blaise was managed by private individuals? That we don't know. What we do know is that in 1796, the Misericórdia of Vila Real rented part of a house in a street near its headquarters, for finally settling its own Hospital, meanwhile named Divine Providence Hospital.

What were the factors behind the founding of a hospital by the Misericórdia of Vila Real, an Institution that for so long resisted to do such a move and that was in a dire financial situation at the end of the 18th century?

5.1. Origins of the Divine Providence Hospital and its facilities over the years

The last decade of the 18th century was characterized, in Portugal, for a series of bad crop years, bread shortage and rising prices, which had direct consequences on the impoverishment of large sectors of the population. The increase in the number of sick vagabonds in Vila Real, abandoned in “the streets and other public places”, together with the concerns of the local government regarding this situation, was crucial for the establishment of the Misericórdia’s Hospital.

Besides, in the latter part of the 18th century, there was a higher concern by both the society and the State towards public health and hygiene, in an attempt to combat the epidemics that occurred cyclically in Portugal, but also to control and mitigate pauperism, as well as begging and vagrancy. Hospital assistance began to assume a more operative feature, mobilizing public powers and alerting Misericórdias for this aim.

Moreover, under the Marquis of Pombal’s restrictive laws regarding pious obligations, a sign of secularization that was spreading in Portuguese society, the legacies left to the Misericórdias began to consider especially the sick, the poor, the elderly, and the young and abandoned, that is, new forms of assistance that favoured the body over the soul. This explains why, in the second half of the 18th century, many Misericórdias extended or improved their medical facilities or created new hospitals.

The Misericórdia of Vila Real could not, therefore, ignore this new setting, which favoured the creation of a hospital. Its Board understood that the Institution would only have popular support from the moment it was able to ensure hospital care for the population. And so, in the context of the restructuring carried out in late 18th century, the Misericórdia of Vila Real created the Divine Providence Hospital, a name chosen since the administration of the House in 1795-1796, according to the *Hospital Chronicle*, written in 1828, had nothing more than “the good wishes and confidence in the Divine Providence”.

A final reason for the founding of the Hospital was the fact that the Misericórdia, after a “fierce quarrel”, obtained the payment of a debt owed by the bishop of Braganza, António Luís Veiga Cabral, thanks to the determination of the *provedor* Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa (1794-1796), which has helped to strengthen the intention of the Board to build a hospital, “as they saw the poor dying under the arches and streets of this town”.

In short, in the late 18th century the Misericórdia of Vila Real was facing the problem of its own extinction or a continuity that could not be founded on the pillars from the past. Indeed, the functions carried out by the Institution in the past, which granted it the reputation and sustainability needed to live in the 16th century, were gradually absorbed by other orders and brotherhoods in the meantime established in Vila Real.

Given this reality, limited in the number of brothers, financially exhausted, lacking in capital and donations, the Misericórdia of Vila Real could not continue to restrict its mission to the celebration of masses in perpetuity, the religious cult, the ceremonies of the liturgical calendar and the service burials, all of them being performed more efficiently by other brotherhoods, including those existing in the parish churches of St. Denis and St. Peter.

It had to find an innovative field of assistance, which did not suffer competition from the other brotherhoods, adequate to the changing times and with a social impact, allowing an affective reconciliation of the Misericórdia with the population of Vila Real. This was the merit of those who, in the last decade of the 18th century, were responsible for the fate of the Misericórdia, particularly Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, daring to establish a hospital from scratch, an action immediately supported by the inhabitants of the old town.

The Divine Providence Hospital began to function on March 13, 1796, as we have mentioned above, in a street near its headquarters, but later that year, it was transferred to a set of houses acquired by the Misericórdia in the same street, for 500 000 réis.

The commitment of the Misericórdia of Vila Real in the maintenance of the Hospital was, since then, very strong, so that the Board at its meeting on May 20, 1797, decided to present a series of proposals to all brothers in order to solve the “lack of charity and love towards God” that some brothers revealed in relation to the Hospital, especially concerning the collection of alms on Sundays.

Considering that hospitals were “one of the main objects of the Misericórdias of this Kingdom, recommended in their bylaws”, the Board proposed the voting of a new regulation regarding the obligations of collecting alms, to be added to its own bylaws, also serving as the basis of the request to be sent to the king, in order for him to “take the Hospital under his royal protection”.

As years went by, the Misericórdia, given the increasing number of patients and the new demands of medical science, considered necessary to build a new hospital space. Thanks to the commitment of successive Boards, to the public collections throughout the province of Trás-os-Montes, and to the support obtained by its benefactors, the new Divine Providence Hospital, which included a chapel and a private cemetery, began to function on October 19, 1823.

Evidently, over the years, these facilities were progressively improved. In the second half of the 19th century, new spaces were built, namely, a “decent” medical wing for the Brothers of the Misericórdia, separate medical wings for men and women, bathrooms for each infirmary and private rooms for the pensioners and patients with financial resources. Besides, the Hospital staff also increased, and the post of chief steward was eliminated, as the clinical director became directly responsible of dealing with the Board, a fact that demonstrates the principle that a medic should be in charge for the patients of a hospital.

The Divine Providence Hospital remained in these facilities until 1915, when it received an expropriation threat by the City Council presided by Augusto Rua, who was simultaneously the *provedor* of the Misericórdia. Hence, the Hospital was transferred to the building where the former College of Our Lady of the Rosary once functioned, and the Hospital’s previous building began to accommodate the Municipal Council of Vila Real.

The new facilities had to be adapted to the functioning of the Hospital, and throughout the 20th century they were improved, following the expansion of the rendered services. The capacity of the Hospital was gradually increased, up to a total of 150 beds, in the mid-20th century, plus 50 beds in the maternity ward. The Divine Providence Hospital remained in this building until 1991, although no longer depending on the Misericórdia since 1975, due to its nationalization following the revolution of 25 April 1974, assuming the designation of Vila Real District Hospital.

5.2. Sponsors and benefactors

The Misericórdia of Vila Real, the main promoter of the construction of the Hospital over the 19th century, took the necessary steps to implement an audacious project, considering the dimension of the Institution. Among the various initiatives taken to build the Hospital, it should be highlighted the effort of its benefactors, whom from the earliest days of its founding will provide an essential support for its implementation.

The first figure to highlight is Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira (1763-1821), the 1st count of Amarante. A distinguished officer during the Peninsular War, he was the military commander of Trás-os-Montes, and in this function he provided important services to the new Hospital, ordering its construction. It was also because of his interference that the archbishop of Braga, friar Miguel da Madre de Deus, not only contributed financially for the new Hospital, but also helped obtaining near the Pope the authorization for the incomes of an existing legacy to be applied in the treatment of the poor admitted to the Hospital.

In the list of benefactors also stood out the brothers Francisco and José Rodrigues de Freitas, who, in 1820, donated to the Hospital all the properties and assets they had in their farms in Alvações do Corgo and Vila Alva, as well as their houses in Cano Velho. Luís de Sousa Vilela and his wife Mariana Margarida, and the sisters Ana Eufrásia Rocha and Francisca Teresa Margarida da Rocha, all four from Vila Real, also left important contributions, together with the help of many other benefactors and several donations that the Hospital was able to collect, as its assistance activities were consolidated.

It is important to remind that the Brotherhood tried to preserve the memory of its most important benefactors through painting, a practice that became common in the Misericórdia of Vila Real throughout the 19th century and that continued into the following century, which now constitutes a precious movable heritage, as we will see further ahead.

5.3. Organizational structure and regulations

The Divine Providence Hospital, whose origins, as we have seen, are humble, as it began to operate in an informal manner, received nevertheless, immediately after its foundation in 1797, a proper set of rules to regulate its activity, which became part of the Misericórdia's bylaws. Since its beginning, the Hospital's highest governing body was the Board of the Misericórdia of Vila Real.

The *Internal Regulation of the Hospital* of 1844 already showed a more elaborated organic and operation, which demonstrated that the establishment was not accommodating only poor patients anymore, and now had a proper medical staff and was a "real" hospital.

This Regulation sets out the obligations of employees and patients, and the operational rules of the Hospital, confirming the physician's role as a professional expert trying to take control of his area of competence. In the chapter regarding the obligations of the medical staff one aspect is worth mentioning, when it states that their duties included "practicing autopsies as deemed appropriate for their own education and science benefit", a fact that demonstrates the involvement of physicians in the drafting of this regulation. In fact, medical staff even participated in the process of building and improving the Hospital. Besides, the mentioned rule shows that, by 1844, anatomical studies were practiced in this Hospital.

The general principles of this Regulation, with some minor changes that had to be approved by the District Government, as it happened in 1855 and 1858, remained in force throughout the 19th century.

From the late 19th century on, the Divine Providence Hospital will present a new functional organization, by means of a new regulation. The clinical responsibility continued to be exclusively of its director and other physicians, under the orders of the *provedor*. But the internal services began to be ensured by Franciscan nuns. It was, in fact, from 1893 onwards that the Divine Providence Hospital came to have the cooperation of the Portuguese Franciscan Hospitaller Sisters in the management and nursing services. Although officially abolished in 1910 with the proclamation of the Republic, the Franciscan Hospitaller Sisters remained working "underground" at the Divine Providence Hospital, continuing to treat the sick, as always, showing a remarkable continuity of service, which only ended in 1973, a year before the restoration of democracy in Portugal.

In the 20th century, the Hospital experienced a new regulation, in 1960, which was approved by the General Assistance Office. As a Regional Hospital, it was responsible for receiving and treating patients in the region, and was also in charge of the creation and maintenance, within its own financial resources, of the services usually associated with this type of hospitals.

Its administration was exercised through the General Assembly of the Brotherhood, the Definitory and the Administrative Board. The Board of the Misericórdia defined the general guidelines of the administration and supervised the activities of all services by means of the *provedor*: administrative services, clinical services, diagnoses and treatment, nursing, pharmacy, and social and religious assistance.

The Hospital approved a new regulation in 1973, but it never came into force, due to the Revolution of April 25, 1974, followed by the Hospital's nationalization in 1975, so its final regulation was the one of 1960.

5.4. Property and financial management

Created from scratch, the Divine Providence Hospital had a hard life in its early days. Through the book of income and expenses, which starts in March 14, 1796, it appears that the first money available for the Hospital came from alms donated by the Brothers of the Misericórdia and by devotees, from public collections in town, and exceptionally, from the incomes of shows organized with that purpose.

In a few years, however, the incomes from alms and contributions will be replaced by revenues from interest rates. That is, the Hospital loaned money coming from contributions or by selling donated properties, with favourable interest rates. In the economic year of 1821-1822, the revenue was of 799 776 réis, of which 365 416 réis (45.7%) from interest rates, and 84 650 réis (10.6%) from house rents. The Hospital fund, that in July 2, 1822 amounted to 12 589 961 réis, was all applied at interest. Hence, the structure of the Hospital incomes reveals a modern facet that has nothing to do with the traditional revenues of the Misericórdia that founded it, since it was no longer based on legacies and pensions, but in its own assets and interest received from cash loans. The expense, in the mentioned economic year of 1821-1822, reached 703 525 réis, of which 573 000 réis (81.4%) referred to the patients diet, staff salaries, materials and pharmacy.

From the 1860s onwards, in terms of revenues, we found that the Hospital itself begins to have a relative weight that is not negligible, with the funds coming from the sale of drugs in its pharmacy and from the patients who had financial resources to pay for their admission, treatment and surgery.

The structure of the expenditure in the 20th century remained virtually the same – staff salaries, such as physicians, Franciscan sisters, nurses, etc., and food for patients. But in the field of revenues, in addition to its own income – urban properties, perpetual income bonds, traditional inscriptions of interest, bonds, deposits, and donations – and the amounts received from local Municipal Councils for the treatment of poor local citizens, we find an increasing importance of the funding and subsidies granted by State agencies – primarily, the General Assistance Office, and later on, the General Welfare Services, the department responsible for the health of civil servants, the National Employment Service, the General Department for Hospitals – and by the Provincial Board, while it lasted. Besides, other revenues also increased, concerning drugs sold by the pharmacy, hospital treatments, medical exams, hospitalizations (paid through insurance companies or directly by the patient – 6 escudos *per diem* in 1930, 15 escudos in 1950), surgical interventions and consultations.

Therefore, the Hospital became profitable, so that the positive balances at the end of each year became a constant: 592 contos in 1930, 132 contos in 1947, 266 contos in 1948 and over 3 866 contos in 1973. In short, the Divine Providence Hospital, practically since its beginning, turned out to be the key for the financial balance of the Misericórdia of Vila Real.

5.5. Hospital movement

If we were to outline the general profile of the patient that passed through the Divine Providence Hospital during the 19th century, we would say that he was a man, probably single, between 25 and 60 years old, and born in Vila Real. These are the characteristics of almost two thirds of all patients that attended the Hospital. For women, their journey to the Divine Providence Hospital in the early 19th century was more problematic, though, over time, their numbers increased. There are several cultural, economic and psychological reasons for this behaviour – a greater resistance to abandon the household or the lack of consent from her family –, not to mention the hospital's lack of physical conditions or its incapacity to treat certain diseases associated to women.

Children are also rare in the hospitalization records, a reality common to other countries. Although being a group with high levels of mortality, children were, throughout centuries, “stuck” inside the household, deserving little attention.

Among adults, we highlight the single, followed by the married. In the case of the widowed, women prevail, not only due to the typical age structure, but also due to the fact that women emerged as “beneficiaries of assistance” from the moment they were “in a vulnerable position”, particularly if they were poor.

Overall, taking into account the entire period for which we have records of entries in the Divine Providence Hospital (1796-1888), we can consider two phases: first, from 1796 to 1852, when the number of patients grew slowly, usually less than 400 per year; and a second phase between 1853 and 1888, when the annual number of patients was always above 600.

Indeed, the patients annually received at the Hospital did not reach 100 in the period from 1796 to 1827 – with the exception of 1804, 1808, 1823 and 1826 –, rising up to 200 during the reign of King Miguel I and the Portuguese civil war, in the years of 1828-1835 (530 entries in 1833, the year of *cholera morbus*), remained above 200 between 1843-1852, and suddenly, in 1853, the number jumped to 575 and remained over 500 until 1888 – in 1886 it reached 976 entries, the highest number since the founding of the Hospital.

The expansion of the Hospital's facilities appears to be the decisive factor behind this large increase in entries in the second half of the 19th century, which coincides with the beginning of the period known as “Regeneration”, an increase that will be developed across the 20th century.

6. Assistance services created by the Misericórdia of Vila Real

Although the Divine Providence Hospital constitutes the main establishment of the Misericórdia of Vila Real during the 19th and 20th centuries, the truth is that the Misericórdia, in the 20th century, created and welcomed services in order to respond to situations concerning social needs: in a first stage, under the objectives of the assistance reform established by the New State (Portuguese Dictatorship), by Law No. 27 610 of April 1, 1937, according to the doctrine of the Portuguese

Constitution of 1933, and the restructuring of assistance in the district of Vila Real carried out by its governor, Assis Gonçalves; in a second stage, under the legislation produced by the State in the last two decades – in 1990, the Misericórdia received the legal status of Private Social Solidarity Institution.

Accordingly, in 1937, the Misericórdia created the School of Arts and Crafts; in 1940, the School-Residence Florinhas da Neve (Snow Flowers); in 1987, the Immaculate Conception Retirement Home, a Nursery school and a Kindergarten; in 1989, a Leisure Activities Centre; in 1992, the Juvenile Home; in 1999, the Integrated Support Unit; in 2003, the Residence-Hotel; and in 2009, the Social Canteen.

6.1. Agricultural School of Arts and Crafts (1937)

Having started its activity in 1937-1938, it succeeded to Augusto César's Asylum of Arts and Crafts, belonging to the former General Council of the District of Vila Real, and meanwhile integrated in the Misericórdia of Vila Real with all its "goods and movable assets", with the intention of accommodating the "poor boys of the region". There started to operate an elementary school, tailor, shoemaker and carpenter workshops, the crafts of stonework and cereals grinding, bakery and culinary services, and agricultural techniques.

The Agricultural School of Arts and Crafts, which played, over three decades, an invaluable role in the education and training of dozens of youngsters, was finally extinguished on August 23, 1967, when there were four students admitted.

6.2. School-Residence Florinhas da Neve (1940)

The School-Residence Florinhas da Neve, also known as School for Housewives, began its activity in 1940-1941, in the extent of the reorganization of the welfare services in the district of Vila Real, leaving the establishment under the guidance of the Franciscan Hospitaller Sisters. It opened with 42 poor children, who usually remained until they were 18 years old, when they were placed "in homes of serious and moral families or in workshops".

Over time, the initial facilities began to degrade, forcing the Misericórdia to develop a project from scratch, able to answer the demands of functionality and comfort wanted by the Institution. In 1998, when the construction of the new facilities was completed, near the old ones, the School-Residence Florinhas da Neve moved to these, still under the supervision of the Franciscan Sisters.

6.3. Nursery school and Kindergarten (1987)

The Misericórdia of Vila Real has a nursery school and a kindergarten, which began to operate on September 1, 1987. They shared the same facilities, located on Noruega Avenue, housing, in its initial phase, one hundred infants and children between three months and six years old, equally distributed by both services. These facilities, however, began to serve exclusively the nursery, because in January 1993, after the conclusion of renovation works, the kindergarten was transferred to the building previously occupied by Vila Real District Hospital (former Military Hospital), allowing to welcome 100 children. Finally, in March 2000, after the completion of the renovation works in the building of the School-Residence Florinhas da Neve, located at Fonte Nova Street, the kindergarten was transferred to this location, where it remains.

6.4. Immaculate Conception Retirement Home (1987)

Regarding the services rendered to the elderly, the Immaculate Conception Retirement Home, which also includes a Day-care Centre, began operations on 1 October 1987. It was located in Petisqueira's Social Compound, an Estate belonging to the Misericórdia of Vila Real in Lordelo, a few miles from Vila Real downtown, where the Agricultural School of Arts and Crafts once functioned. It opened with 10 elderly and a capacity to house 30 senior citizens (36 from 1993 onwards).

6.5. Leisure Activities Centre (1989)

The Leisure Activities Centre began operations on June 1, 1989, in a building of the Misericórdia located in Pioledo Square. It then supported 50 users, equally distributed in the morning and the afternoon periods. The Centre remained in this place until 1993, when it was transferred to the building of the former Divine Providence Hospital. In 2008, the Centre was closed, since public schools began to absorb this type of activity, no longer providing support to private social solidarity institutions.

6.6. Juvenile Home (1992)

In May 1988, the Board of the Misericórdia approved the construction project of a Professional School/Juvenile Home. Located in the Petisqueira Estate, in a building constructed for that purpose, the Juvenile Home began operating in January 4, 1992, welcoming a total of 60 youngsters.

It functioned in three new buildings that featured a bold architecture for the time. However, the great distance between those buildings was a serious disadvantage, and in 2004 the Juvenile Home was dissolved.

6.7. Integrated Support Unit (1999)

The Misericórdia of Vila Real, along with the Regional Health Administration and the Regional Social Security Centre, celebrated on September 1, 1999, a Cooperation Agreement for the provision of continuing care and social support, achieved through the creation of an Integrated Support Unit, with an initial capacity of 15 users. It was closed on September 1, 2007, giving way to the Continuous Care Unit.

6.8. Residence-Hotel (2003)

The Residence-Hotel of the Misericórdia of Vila Real, which resulted from profound restructuring works on the former Hospital, started its activity on June 27, 2003, with a capacity for forty guests.

In 1996, it began the improvement works of this vast building, where more than 2.5 million euros were spent. Only the walls remained, and the old interior gave way to modern and functional facilities that make the Residence-Hotel one of the best equipped in Portugal.

7. The Misericórdia of Vila Real at present

The Misericórdia of Vila Real is a Private Social Solidarity Institution, a legal status acquired on May 15, 1990; furthermore, under the Article 8th of the Statute of Private Social Solidarity Institutions, the Brotherhood is also a Non-Profit Collective Person of Public Utility, formally constituted and with its own management body.

In 2011, the Misericórdia of Vila Real practically maintains all the services founded during the 20th century, supporting almost five hundred users, and relying in the work of nearly two hundred professionals.

We will now present a brief characterization of the mentioned services.

7.1. School-Residence Florinhas da Neve

The School-Residence Florinhas da Neve hosts 35 female children and young women, deprived of a family environment appropriate for their physical and intellectual development, by providing personal and social care services, while giving them the indispensable means for their personal enhancement.

Children are accompanied by four Franciscan Hospitaller sisters, one of which serving as general director, a technical director, a psychologist, an elementary school teacher, a social service expert, a music teacher, a ballet teacher, an English teacher, a seamstress, a laundry worker, two cooks and two kitchen assistants, besides other staff members, in a total of 26 workers. Whenever justified, the School-Residence resorts to the collaboration of specialized personnel from outside the Institution.

In 2009, the Administrative Board approved the creation of an Autonomy Residence, providing for that end a properly furnished and equipped apartment, to accommodate young women over the age of eighteen, who are therefore preparing to begin their working life, but due to various circumstances, are still in need for some support or guidance. This Residence is currently occupied by two young women.

7.2. Nursery School

Currently, the Nursery School welcomes 121 babies between three months and three years old, distributed over 11 rooms: three rooms on the first nursery (up to 12 months), with 21 babies; four rooms on the second nursery (12 to 24 months), which accommodates 40 children; and four rooms for children between 24 and 36 months, with 60 users.

In terms of human resources, the Nursery School has an educator coordinator (shared with the Kindergarten), seven teachers, a cook and an assistant, nineteen educational assistants and ten assistants for general services, in a total of 39 employees.

7.3. Kindergarten

The Kindergarten, supported by the Ministry of Education, currently welcomes 100 children, divided into five activity rooms, with 20 children each. Apart from these rooms, the Kindergarten has other spaces to support its daily functioning, among which are a multipurpose room, which allows the practice of educational and recreational activities, based on physical and musical expression, large playgrounds equipped with fixed structures (swings, slides, walkways and a wooden house) and a sandbox.

Regarding human resources, besides the coordinator teacher, the kindergarten has four school teachers, a music teacher, a gym teacher, an English teacher, and thirteen assistants, in a total of 21 employees.

7.4. Immaculate Conception Retirement Home

Currently, the Immaculate Conception Retirement Home, founded in October 1987, welcomes 58 guests (20 male and 38 female) who receive continuous monitoring of a structure of employees organized to address the needs of its users, intervening at the psychosocial and family levels. Thus, besides the technical director, this service has the support of a psychologist, a podiatrist, a physical expression teacher, a social service expert, a general practitioner, a nurse, a chauffeur, a seamstress, a hairdresser, two workers in charge of general services, two cooks and two kitchen assistants, and several other staff members.

7.5. Day-care Centre

The Day-care Centre of the Misericórdia de Vila Real functions in the building of the Immaculate Conception Retirement Home, hosting, at present, eight users. It started its activities on October 1, 1987, with the aim of finding an alternative to fight the loneliness and isolation of the elderly, without them having to leave their homes in a definitive manner. This service provides recreational activities and a healthy living to the elderly, according to their needs and preferences.

7.6. Home Support

The Immaculate Conception Retirement Home, since the beginning of its activity in October 1987, has a Home Support service, which currently helps 54 senior citizens, providing personalized care at home for the elderly who, due to age, illness or disability, can no longer meet their basic needs by themselves. The provided services range from personal hygiene and house cleaning to the distribution of meals, doing laundry and solving issues outside the house, including making small purchases. This support also includes regular visits to the elderly at the Immaculate Conception Retirement Home, giving them an opportunity to socialize, thereby alleviating the loneliness suffered by many of them.

7.7. Integrated Home Care

Like the Home Support service, the Integrated Home Care service also operates in the scope of the Immaculate Conception Retirement Home. It began to operate in October 1987, and currently supports six senior citizens. This service supports the elderly who, for health reasons, became heavily dependent, as such, requiring a more specific assistance. This support, in addition to the normal care of a regular home support service, has a health care component that is articulated between the Institution and the local Medical Unit.

7.8. Residence-Hotel

Over the years, the Residence-Hotel of the Misericórdia de Vila Real has been fulfilling its mission devoted to the welcoming and treating of the elderly, providing accommodations and services to its guests, while safeguarding their autonomy and promoting their dignity, quality of life and health.

The Residence-Hotel has a capacity for 40 seniors, providing 10 single rooms, 11 double rooms and 4 suites, all equipped with private bathrooms. It also has its own kitchen, where all the meals are cooked, large living and dining rooms, a library, a gym, and a doctor's and nursing office, among other indoor spaces.

7.9. Continuing Care Unit

In the same building of the Residence-Hotel, occupying its top floor, functions a Continuing Care Unit of Average Duration and Rehabilitation, which began operating on September 15, 2008, having 27 beds for that purpose. The Integrated Support Unit, which has the support of the Regional Health Administration and the Social Security, provides assistance to highly dependent people lacking support at home for their recovery. Since its opening, it has hosted a total of 157 users. In this Unit, besides a technical director and a clinical director, work 33 other professionals, including a physiatrist, three physiotherapists, an occupational therapist, a speech therapist, a psychologist, twelve nurses, a social-cultural animator, an expert in social services, an office clerk and a hairdresser.

7.10. Social Canteen

On June 1, 2009, it was created the Social Canteen, due to the need to support a growing number of people who, in recent years, began to wander the city of Vila Real, with obvious signs of negligence and malnutrition. With capacity for 30 users, the Canteen currently hosts 22 users, who are also supported by an office composed of two psychologists, a sociologist, a Social Service expert and two other staff members.

Part II – The Heritage of the Misericórdia of Vila Real

8. The Church of the Misericórdia of Vila Real

The history of the construction, in the 16th century, of the Misericórdia's main building is yet to be achieved, since the documents of the Brotherhood present no information on the subject. The name of the architect responsible for the sketch and the artists in charge of the construction remain unknown. This situation, which is similar to much of the history of the heritage of Vila Real, will practically be the same during the 17th and the 18th centuries.

Let us analyse, therefore, the information gathered from historical sources about the origins and the work done over time in the building, the acquisition and maintenance of the most varied pieces necessary to the functions of the Church, to the organization of the House of Dispatch and to the Institution itself, then to describe what can be seen at present, when one visits the building.

8.1. The Church and the House of Dispatch (16th-18th centuries)

The construction of the church was only possible due to the financial support given by Pedro de Castro. The construction probably started in 1528, and was completed and in full operation in 1538. Although of modest proportions, it included a church, a sacristy and a house of dispatch, in addition to the Board's tribune and the circulation spaces between these different premises.

Regarding the 17th century we have two important references. *Provedor* Francisco Machado Botelho, who had ordered the lowering of the entire body of the church, was also in charge of the organization of the tombs in 1626. These were placed in rows that began in the sacristy's portal and ended in the main entrance. Up to the 19th century, tombs were one of the most important aspects of the church's interior, demanding frequent works for their conservation and improvement. For the 17th century, we also have news that Matias Álvares Mourão, at the time the Misericórdia's *provedor*, ordered a "large and majestic stand" to expose the statue of Our Lord. He also gave orders to gold-plate and "to panel with figures the mentioned stand", to place tiles on the walls and to paint the ceiling of the church with "grotesque" motifs. Three aspects are stressed in this intervention: the introduction of a throne for the Blessed Sacrament, a practice that was widespread in Portugal in the second half of the 17th century, and about which there is a lot of information in Vila Real and its surroundings; the presence of tile covering, which already had a long tradition in the Portuguese art and was then beginning to dispute the place that gilded and polychrome woodwork had in the north of Portugal; and finally, the use of "grotesque" motifs, a symptom of a tradition that had not change since the 16th century.

The interior of the Church of the Misericórdia in the 1670s was similar to many churches built during that period, with the presence of gilded woodwork in harmony with polychrome tiles (expenses with the care and conservation of these tiles are mentioned in a report from the 19th century) and painting ornaments.

Regarding the 18th century, we also have important information about the works carried out. The Misericórdia of Vila Real did not have great resources, which is why the main initiatives are linked to specific *provedores* or to the contributions of private individuals, a situation that was repeated along its history. The main work during this century is mentioned in a document from 3 May 1725, stating that the *provedor* António Barros de Figueiredo ordered, at his own expense, the enlargement of the chancel.

Despite the scarce information available, we can conclude that by the end of the 18th century, the Misericórdia's building preserved the structure that was defined in the 16th century, but with its chancel increased and enriched with new retables, which was a common practice in eighteenth-century Portuguese sacred spaces.

8.2. The Church of the Misericórdia (19th-20th centuries)

One of the most important documents for the 19th century is an inventory, dated 1806, which refers to the movable heritage that existed in the church and house of dispatch. From its reading, we highlight some pieces. Firstly, the eleven images (statues), six crosses and several silver objects, which although not in a huge number, represented a valuable set for an institution like the Misericórdia. From the inventoried ornaments, the richest was one with purple silk, but we must also mention a group of four flags (regarding the Misericórdia, the Second Order, the burial of the poor and the insignia of the Brotherhood), and seven panels with the Stations of the Cross. Among the non-religious furniture, we want to highlight a large round table in the house of dispatch, covered with green cloth, as it was customary; four chairs bearing the royal arms; and six leather stools. The inventory also allows us to know that, in 1806, there were three confession booths inside the church.

In the 20th century, the greatest work in the building of the Misericórdia was carried out at the end of the century, in an intervention which changed its façade (elimination of two windows) and especially its interior: abolition of the choir and part of the ladder that gave access to it; removal of some retables; and a new wooden ceiling that replaced the previous vaulted and plastered ceiling. Apart from these, other interventions were made, including the placing of a high altar and a wind guard, both made of chestnut.

8.3. The Church of the Misericórdia at the present time

Despite being one of the oldest buildings that currently exists in Vila Real, this monument has never received a detailed analysis of its structure as it stands today for all those who decide to visit it.

The building occupies a small block, with a trapezoidal structure, between two streets and a lane. The façade is divided horizontally into three areas. The first, which is also the highest one, only presents a door, due to the elimination of both windows as a result of the mentioned intervention by the end of the 20th century. The door has an uneven jamb, united in the upper part by a padstone composed of frames. The base structure presents some elements reminiscent of the Manueline style, but also with a Renaissance influence. The padstone is based on a full arch with a lowering at the intrados. An ogee (or ducina) separates the first from the second register of the façade, which consists of a false pediment interrupted by a slightly higher rectilinear frame (pseudo polygonal gable). Laterally, two acroterions underpin several pinnacles (based on decorated pedestals) and the tympanum has a niche formed by two pilasters and a segmental arch. The shape of the Tuscan capitals of the pilasters is continued in a hollow concavity, having a plant motif on top. In the niche there is a statue of Our Lady of Conception, behind which there is a small gap, visible only from within. This set is topped off by a steeple, whose structure consists of two pillars supporting a false triangular pediment, opening up to the bell in the central part. The steeple is surmounted by a cross of vegetation type (small interlaced branches) and flanked by two birds.

The wall facing east has a round arched door, free from decoration, and openings for lighting the church, the sacristy and the rooms on this side of the building. The existence of a steeple (resting on a plinth and topped by an elegant curled finial) and a niche with the image of Our Lady Crowned are the elements that distinguish this side of the building.

The wall on the west side, which corresponds to the whole church, also presents several openings: a door of great simplicity, giving direct access to the interior of the church, two large windows (one over the door) and two overtures with different sizes. This wall, like its counterpart, has in its northern end a corner niche with the statue of St. Barbara.

The north wall, which corresponds to the head of the church and to the wall of the sacristy and house of dispatch has a great austerity, without any opening or decorative element, demarcating the area of the church by the steep gable, in contrast with the sacristy and the house of dispatch.

These façades were whitewashed, with areas of greater polychromy (in the few decorative elements pointed out) in the images that were painted and gilded. The three outdoor sculptures, although of iconographic interest, exhibit on the part of those who made them a plastic limitation.

Given the discretion of the church on the outside, a question arises. Where to include it in the styles of the Portuguese architecture of the 16th century? Built between 1528 and 1538/48 (1548 is the date inscribed on a stone that is part of one of the doors' right jamb), with some later additions, one must situate the building in the Mannerism style. Nevertheless, this classification, as often happens in Portugal, deserves some caution, since we are dealing with a building whose author has not totally broken with the Manueline past (the bases of the main door and the finial of the bell tower), or the onset of the Renaissance in Portugal (the round arch that we have mentioned).

In the interior, the church presents a single nave, with no definition of the chancel, except for the height difference (three steps) between the nave and the platform at the main altar. The wall of the main altar has three round arches, decorated with small coffers at the intrados, the central one higher than the laterals (a scheme inspired in the Serlian motif). These arches probably contained three retables, perhaps Mannerist, but they were eliminated.

Nowadays, the main retable, with an eclectic taste, associating late-Baroque forms with neoclassical reminiscences (four columns with Corinthian capitals and a shaft decorated with a double inverted plant-decorated ring; entablature with notorious movement, topped by urns and a finial of undulating lines and vibrant decoration, from which emerges a closing of feathers that contrast with the understated elegance of the rest of the remaining decor), is framed by two lateral arches where two images were placed: on the Gospel side, the Lord of the Green Cane; and on the Epistle side, the Lord held to the column. This site was previously occupied by two retables: the first, with the Lord of the Steps, and the second with Our Lady of Sorrows.

The nave, which contains tombs on the floor, is divided by an iron railing, placed in 1889, and presents along its walls a back band with tiles (with carpet and cob patterns), placed in the end of the 17th century. On the wall of the Gospel side, with an access door to the street, and after the works of the late 20th century, in the place where there once was an altar, there is a structure topped by an arch framing the image of the Lord of the Steps, followed by a retable (polychrome and with Rococo-style decoration) of Our Lady of Conception, also known as the altar of Our Lady of Mercy. Between this area and the area of the chancel there's the pulpit with its access ladder.

On the Epistle side (also in the place where there was a retable) we find a mannerist structure topped by a small pediment formed by wings, where it stands out the sculpted decoration of the plinth and the paintings of the soffit of the arch. This structure frames the images of Our Lady of Solitude and the dead Christ (Our Lord of the Grave). Following the door that leads to the lateral premises, we have the altar of Our Lady of Mount Carmel, identical to the one in front of it. On this wall on the Epistle side, after the retable, there is a door through which one accesses the sacristy space, and at the upper part, as it happens in similar Misericórdias' churches, we have a tribune with columns, for the Board.

In the sacristy, of small dimensions, it is worth noting the coffered wood-carved ceiling with the central part painted with natural elements. One of the coffers includes a painting with the royal arms and an inscription. This type of ceiling was very common in the Portuguese art of the 17th and 18th centuries and it was frequent in many buildings of Vila Real and its surroundings. Through the tribune, which is accessed by a ladder, there is a room, which currently works as a storage room, but that once hosted the house of dispatch where for centuries the members of the Board led the Misericórdia of Vila Real.

9. The facilities of the Divine Providence Hospital

As for the architectural study of the various buildings that hosted the Divine Providence Hospital, the truth is that throughout its history, this Hospital only had a single building suitable for the purpose for which it was built, endowing Vila Real with one of the most emblematic classicist buildings of the first half of the 19th century. All the other buildings had already existing structures adapted to answer to the needs of the Hospital: the first facilities were adaptations of residences, and the last used a college and a former noble house (meanwhile demolished) with its chapel, modified in order to welcome its new functions, thus creating an eclectic building, that links a structure of the second half of the 19th century with an eighteenth-century chapel and a classic building of the 20th century.

9.1. The Divine Providence Hospital in facilities built from scratch (1823-1915)

Chosen the location of the new hospital – the Town Hall Square (also known as Old Square), at the time still considered “a noble space” –, its construction began in 1823, taking several years for its conclusion. Indeed, in 1835 the construction of the Hospital was not yet definitely concluded, although it started to function on the new premises immediately in 1823.

In the 1850s new references emerge regarding works motivated by hygienic concerns and by the welfare of the patients, and several improvements were added to the Hospital, in a series of works that continued intermittently until 1911.

The Divine Providence Hospital (nowadays, the City Hall), along with the palace of the Count of Amarante (currently, the headquarters of the Civil Government), are the two best examples of Classical-type architecture of Vila Real. The author of this innovative project was sensitive to the modernity of Classicism, although following some late-Baroque guidelines that prevented him to provide the town with a neoclassical building.

The advancement of the façade of the chapel, due to the overlapping of double corner pilasters, the door’s finial, as well as the curvature of the lintels of some openings, lead to solutions that do not define a total obedience to the Neoclassical ideal. This choice does not eliminate the project’s elegance. Externally, it presents façades dominated by symmetry, with a series of gaps that allow the entrance of light and air as required by the new hospital architecture. We would also like to highlight the balanced proportions of its various bodies, especially the elegance of the pediment which completes the south façade, whose central verticality formed by the overlap of two openings (door and window) culminates with an urn, which replaces a cross that, before 1915, signalled that this façade corresponded to the Hospital’s chapel.

The two-storey building had a patio with a balcony in the top floor, almost always referred to as the cloister. According to a blueprint that exists at the Divine Providence Hospital, the first floor included several divisions, among them four wards, an operating room, a pharmacy, a laboratory, and several rooms and other facilities. On the second floor there were five wards, including the ones of St. Jerome and St. Francis, a great hall, and several other rooms and facilities.

Inside the Hospital, occupying the central part of the building’s south body, there was a chapel with the same height of the Hospital, a construction ordered in 1821 by Francisco Rodrigues de Freitas.

9.2. The new facilities of the Hospital and St. Anne’s Chapel (1914-1975)

The Divine Providence Hospital, which was the greatest construction of the Misericórdia of Vila Real throughout the 19th century, would meet a new fate in the beginning of the new century, due to its sale to the Municipality, with the building being occupied by the Town Council, and the Hospital transferred, in 1914, to the premises of the former College of Our Lady of the Rosary, a building meanwhile adapted for its new functions.

In an ancient picture of the Hospital, we see what should have been the structure of the College of Our Lady of the Rosary, a building consisting of two bodies, arranged in L, consisting of three floors with several windows. The top floor had a mansard typology (the French *étage de comble*). The receded body had its north wall topped by the House of the Morgados of Vila Cova and by St. Anne’s Chapel. After the former residence of the Morgados of Vila Cova was demolished, a new construction emerged, which together with the structure of the mentioned college will form a “U” shaped building with a noble façade.

The new body has an elegant façade facing north, with two floors and three sections, the central one more advanced in relation to the lateral ones. The west section, whose façade occupies the space where the House of the Morgados of Vila Cova once was, stands side by side with St. Anne’s Chapel. The ground floor has nine openings, three doors in the main body and three windows (of curved lintel) in each of the side sections, a scheme repeated in the top floor, this time with bay windows (also of curved lintel). The three sections of the façade are framed by overlapped Doric and Corinthian columns, topped by urns over acroters. The central section is topped by a pediment with a tympanum decorated with a shield, and the lateral sections by smooth parapets.

St. Anne’s Chapel, as well as the collegiate church established in it, was founded in the 18th century, in Vila Real, as determined by Dr. Jerónimo Botelho Correia Guedes do Amaral in his will made in Paraíba do Norte (Brazil), on December 10, 1738.

About this chapel, we not know the date of its construction, who was the author of the project or who carried it out. What we do know is that on August 25, 1743, a document was made in Vila Real ordering the construction of St. Anne’s Collegiate Chapel to fulfil the wishes expressed in Jerónimo do Amaral’s will, in which he “ordered the construction of a chapel with all the conveniences to establish a collegiate in it”. For this purpose, he left the amount of 18 000 *crúzados*. St. Anne’s Chapel, which today completes the main façade of the Misericórdia’s headquarters, presents a façade with an accentuated verticality, a characteristic

that fits in the architectural typology developed in Vila Real and its surroundings in mid-eighteenth century, and documented in three other magnificent examples: St. Paul's Church (1753/54-1756), St. Anthony's Chapel (1731), and Our Lady of Joy's Chapel (1750s). The Chapel's façade consists of two areas: the body of the chapel and its capstone, which is formed by a small attic and a pediment; and on the right side, the bell tower.

In the body of the chapel (flanked by corner pilasters), we find six openings: a portal and five windows, two flanking the top of the portal and the remaining three (the one in the centre larger than the side ones) under the entablature, with which the central window is interconnected.

In this façade we find a permanence of the formal language and decoration of the Baroque in the transition from the first to the second half of the 18th century. The search for a surprise effect, caused by the variety of openings, the sharp vertical axis, constituted by the portal / main window / coat of arms / entablatures keys / cross, and the plant decoration, they all contribute to the connection with the Baroque architecture seen in Vila Real and in Northern Portugal, which was then in its transition to a late Baroque / Rococo. If this is the first feeling we get when observing the façade, there is something that makes us see in it something different from their above-mentioned counterparts: a smaller volume in the structural and decorative elements; a sensation of a certain simplicity; a more prominent presence of the empty spaces; a lack of sculpture and other decorative elements, common in the Baroque.

The interior is defined by two quadrangular bodies (chancel with slightly concave elevations, and entrance / choir), and a central octagonal body. The latter consists of the openings of the entrance / choir and the chancel; two concave elevations, preceded by round arches; and four panels framed by pilasters, with openings for the pulpits and galleries. This plan, though in a different time and structural dimension, resembles the plan for the church of St. Philip Neri in Turin, designed by Michelangelo Garove (1648-1713), where a central octagon is preceded and followed by two square structures.

The choir of St. Anne's Chapel is based on an arch with a coffered intrados. On each wall of the entrance and the chancel there are two symmetrical doors: in the first case, one accessing a small baptistery and the other the choir and the bell tower; in the second case, one for the passage to the sacristy, and the other to reach the former residence of the Morgados of Vila Cova. Several openings allow light to enter within, enriched by the quality of the architectural design, the carving of the altars, the pulpits and the tribunes, and by a central dome-like cover.

In the chapel there are three retables: the main retable with an imposing Rococo structure and two lateral retables with a classic taste, considering its structure, decoration and polychromy. In the cross arch there is a valance of neoclassical style, which belonged to St. Jerome's chapel at the former Hospital.

In the chancel, at the Gospel side, in an arcossolium (topped by an ogee arch), lie the remains of Jerónimo do Amaral, which came from Paraíba do Norte, accordingly to his will.

10. St. Anne's Chapel in Minhava

In 1875, Maria Emília de Moura Teixeira left a chapel in Minhava (a small place near Vila Real) to the Misericórdia of Vila Real, as mentioned in her will of July 8, 1875.

St. Anne's Chapel is a small building with a façade flanked by corner pilasters topped by a triangular pediment over the entablature and surmounted by two lateral pinnacles and a central cross. The façade presents a door with a curved lintel and smooth jambs, two small circular windows, and above the door, a larger window with a cartouche at the bottom. The remaining walls present a very formal restraint concerning their spans, with only a small opening for a bell in the Epistle side.

In the interior architecture, the same formal restraint is observed. One must highlight the retable, drawn with mastery and where an eclectic language is developed, the pulpit with stairs, the choir and the medallion painted in the ceiling. A small sacristy completes the set.

11. The Movable Heritage of the Misericórdia of Vila Real

The Misericórdia of Vila Real presents a remarkable movable heritage, gathered throughout its history, and that includes paintings depicting its benefactors, religious vestments, sculptures and paintings, jewellery and furniture pieces, among other objects.

11.1. Portrait Paintings

The collection of portrait paintings of the Misericórdia of Vila Real is composed of nineteen works. The bigger one concerns the figure of St. Jerome, while the remaining are entirely devoted to the portraits of the main benefactors of the Institution.

These portraits were intended to show the recognition and gratitude of the Brotherhood for their donations, usually left in a will. Thus, after the death of these patrons, the Board commissioned their portraits, which varied in their format, according to the value of the legacy. This circumstance represented a serious difficulty to the artists' performance, due to the absence of the model to be painted. The painter had to resort to photographs, drawings and lithographs of the deceased to overcome the problem, which sometimes did not allow the best results.

Nevertheless, it was not the purpose of this kind of institutions to acquire works for their artistic value, but to perpetuate the memory of the men and women who practiced charity. Moreover, it should be noted that not all the paintings existing in the Misericórdia of Vila Real are mediocre. For example, the portrait of Francisco

Rodrigues de Freitas, by João Baptista Ribeiro, is one of the most important of the first half of the 19th century in Portugal and is perfectly comparable with the best effigies by Domingos Sequeira and Vieira Portuense (both of them former professors of Baptista Ribeiro).

It also stand out, due the remarkable execution, the portraits of Maria Emília Teixeira de Moura, Maria Rita de Macedo, Domingos Monteiro da Veiga e Silva, José Rodrigues de Freitas, the Baron of Castelo de Paiva and the Viscount of Morais. The portrait of Virgínia Rosa Teixeira, or “Madame Brouillard”, occupies a very special place in this collection, since she was a very important person in Vila Real, a symbol of an age. Besides, the painting was carried out by Heitor Cramês, a great painter from Vila Real.

The portraits of the benefactors of the Misericórdia of Vila Real constitute a significant part of its history. Studying them is to discover multiple events so far ignored, to understand the character and the life of these characters. Hence the importance of these paintings, some as works of art, all of them as historical evidence.

11.2. Religious garments

The collection of religious garments of the Misericórdia of Vila Real, although not extensive in the amount of pieces, presents some worthy specimens, good enough to appear in any exhibition of religious art. Varied in the typologies and materials, it includes pieces classified as vestments (chasubles, dalmatics, copes, stoles and handles, chalice veils), others belonging to the Eucharistic outfit (albs, altar cloths, corporals, finger-towels), and a third group with sacred space ornaments (coffin cloths, holy garments).

The materials used in the production of these pieces are mostly silk, linen and cotton, together with metallic gold and silver threads and multi-coloured glass stones, creating thematic decorative motifs reproduced in embroidery, laces and fringes, with the aim of providing pieces with an increased richness and elegance.

Some materials already include gold thread in their production stage, as in the case of a chasuble and a stole made with crimson damask decorated with this type of thread. These are perhaps the most representative pieces in the whole set, for the richness of the used materials, the possibility of their Portuguese origin, their chronology and even for the good condition they still preserve.

Unfortunately, certain specimens, such as altar frontals, have suffered several adverse conditions (particularly environmental and storage conditions), but this does not diminish the importance or the value of the set, which despite not being vast in the number of pieces, integrates important specimens, many of them rare and with a very good quality.

11.3. Sculpture

The specimens of sculpture belonging to the Misericórdia of Vila Real were executed in different periods, between the 17th and the 19th centuries, thus presenting the main formal characteristics of this period, Mannerism and Baroque. In terms of iconography, they feature the symbolic elements usual in this kind of imagery, with no deviations from the iconographic program of each period.

The presence of a set of images associated with the theme of the Passion of Christ, such as the Lord of the Steps, Our Lady of Sorrows, the Dead Christ and Ecce Homo, are clearly linked to the religious events held during Lent, often organized by Misericórdias.

The side altars in the church of the Misericórdia and the retable of St. Anne’s chapel feature several images with very diverse devotions, but curiously never representing the works of mercy.

From the 17th century we highlight two images of Our Lady of Conception, with a pictorial model that was widely repeated in central and northern Portugal. The images of the Dead Christ, Our Lady of Sorrows or Our Lady of Mount Carmel feature the theatricality and decoration characteristic of the Baroque. Their presence in retable structures of the 18th century enhances the visual impact. In the house of dispatch and the sacristy there are several crosses with Christ, including a specimen of Indo-Portuguese origin, executed in ivory.

11.4. Religious Paintings

The religious paintings of the Misericórdia include a group of seven paintings, placed on the walls of the sacristy, featuring iconography referring to the path of Christ to Mount Calvary. Originally, these paintings should have been placed in the Stations of the Cross procession during the Holy Week. It is a very naive set, repeating the composition and colour schemes across the seven panels, introducing minor variations, essentially limited to the characters involved in each episode. These paintings present a simple pictorial construction, a strong and limited colour palette, and dark backgrounds, using light to emphasize some faces.

The four flags include eight painted canvas, linked by a wood structure and topped by a cross. The existence of sets of flags representing the Steps of the Passion of Christ and the iconography of the Virgin of Mercy is common in Misericórdias, including the Misericórdia of Vila Real: the Virgin of Mercy welcoming the various social groups under her robe open by two angels on one side, and the Pietà on the opposite side. Albeit with distinct formal characteristics, the four flags present a popular implementation, with flat, rigid and impassive figures, integrated in simplified places, without perspective.

The three paintings depicting the apostles Peter, James and John asleep, have the uniqueness of being trimmed, hence we may suppose they were used in the

ceremonials of the Holy Week, particularly in the episode of the Prayer of Christ in the Garden of Gethsemane. The set is constituted by three compositions on wood, using a popular style, including a restricted colour palette and the outlines and details marked in bold.

The cross with the painted image of Christ, instead of the usual sculptured figuration, indicates a more naive pictorial execution.

Again, as in sculpture, we observe the absence of any representations regarding the fourteen works of mercy, which are common in similar institutions.

11.5. Furniture

Apart from the 18th century and 19th century retables, the Misericórdia of Vila Real also incorporates a set of carved furniture. These pieces are mostly composed of light fixtures, forming groups of candlesticks and cross support that were placed in the altar table. Two of the sets present a Neoclassical typology and the third corresponds to the transition from Rococo to Neoclassical.

The Urn of the Blessed is quite interesting, due to the combination of materials (mirror and carved wood) used in some pieces since the 18th century. This Urn is a specimen of the 19th century that features in its decoration some symbolic elements, such as grapes (that remembers the Eucharist) and the artichokes (evoking the resurrection). The sacristy's chest also presents carved decoration motifs at its ends and in the limits of the different sections, including Rococo-style ornaments. In other particularly interesting pieces we observe the use of painting to "ennoble" them, in order for them to overcome their merely utilitarian nature, as it can be seen in two alms boxes and a small chest. Among these pieces, a special reference must be made to an alms box with a pictorial composition that includes Our Lady of Sorrows, treated in detail and integrated into a landscape background.

11.6. Jewellery

Most of the jewellery pieces that make up this collection have a specific role in religious ceremonies, the most notable exceptions being a group of silver trays and a set of earrings and pendant, besides some pieces used in non-religious areas of activity of the Misericórdia, especially at the Divine Providence Hospital. Most pieces have either the Misericórdia or its Hospital initials engraved to identify its property.

Executed in silver, the objects were mostly ordered in the late 18th century and the first half of the 19th century. Formally, most objects refer to classicist decorativism, registering a significant regular use of decorative motifs and without the presence of original models. There is a significant number of pieces with silver hallmarks, referring to the work of Portuguese silversmiths, many of them working around Porto. Some pieces were ordered to the same silversmith, showing the concern for an aesthetic harmony between objects with related functions, such as the censer, the chalice, the ciborium and the cruets.

One of the most unique pieces is a bible rack, fully executed in trimmed silver, which incorporates a significant iconography, composed of the tetramorph around the cross of Christ. The oldest piece is composed of a tempieto-shaped monstrance with the structure and ornamentation characteristic of the 17th century.

Conclusion

The history of the centuries-old Santa Casa da Misericórdia of Vila Real allows us to reach some conclusions, the first of which was that our research supports the thesis that the Brotherhood was founded during the reign of King Manuel I. Contrary to what have been written by some authors, the year of 1528 only refers to the beginning of the construction of its church, not to the founding of the Brotherhood, which was much older.

Secondly, it is important to emphasize the idea of the continuity of its mission, which even today remains the same as in the beginning. Founded by royal power, the Misericórdia of Vila Real (as the other Misericórdias) always guided its action in obedience to the Catholic Social Teaching, dedicated to the assistance and to the works of mercy in its various forms, in such way that, despite the hardships it went, it ended up being the main assistance and solidarity institution in Vila Real, and a reference in the district and across the region of Trás-os-Montes. Nonetheless, it is important to put in perspective the importance given to social assistance throughout its existence. Generally speaking, we can say that until the late 18th century, the focus was more on the spiritual care and the religious ceremonies, that is, the salvation of the soul, and that only from the late 18th century onwards, the focus was directed to material works and the salvation of the body.

Thirdly, it should be noted that the organizational structure and functioning of the Misericórdia of Vila Real has remained, to date, true to its origins. Whether in the form of a commitment, or under bylaws, the truth is that the Misericórdia of Vila Real, in this regard, has always maintained its own identity, assuming its role as an institution in which the bodies of government – the Board, the *provedor*, the *Junta* – were usually elected, conferring it a level of equality and internal autonomy, obviously in the frame of the possible and acceptable "democracy", according to the different periods of its existence, and the State tutelage. Basically, it was an elitist organization, serving the poor and the Church.

Fourthly, over the five centuries of its existence, apart from the traditional subordination to secular power, there has been a progressive State intervention in its functioning, which came almost to the present day. Indeed, if during much of the Old Regime, the royal power was put forth only in crisis situations – many times by request of the Misericórdia's own Board –, from the second half of the 18th century onwards the State's intervention will increase, reaching its peak during the Constitutional Monarchy, in the 19th century. Among other measures, the State will systematically supervise its administration and finances and

appoint administrative committees. Government intervention will be reinforced during the Portuguese Dictatorship known as *Estado Novo* (1926-1974), and exacerbated by the revolution of April 25, 1974, when its hospital was nationalized, and received threats of extinction if the Misericórdia did not develop social activities. Finally, in recent years, the State assumed an attitude of collaboration with the Institution, respecting its administration and full autonomy, as with other Misericórdias.

Fifthly, it is important to note that the Misericórdia of Vila Real was never a "rich" Institution, that is, it never had substantial assets, enabling it to comfortably carry on its assistance to the poor and the sick, but also its religious mission, especially the ceremonies in its Church, and during the solemnities of the Holy Week. After the first decades of its existence, the Misericórdia of Vila Real has gone through long periods with its services almost halted, and only the generosity of its *provedores* and benefactors allowed it to keep the doors open.

It should be noted that, unlike what happened with most of these institutions, the Misericórdia of Vila Real, until the end of the 18th century, has never managed to establish its own hospital, despite being a major population centre, which reveals the lack of revenues.

The secular heritage of the Institution, rather than being the result of a vast number of assets or high revenues, represents the commitment and dedication of Vila Real's inhabitants that were more than brothers of the Misericórdia, placing their dedication and financial means at the service of the Brotherhood. Without them, the life of those in need would have been even harsher, and the heritage of Vila Real poorer.

Only from the time when the Divine Providence Hospital was founded, in 1796, was the Misericórdia of Vila Real able to obtain both the popular and financial support necessary for its smooth operation and activity, so that, as it happened to other Misericórdias, it began to worry mostly about hospital care, relegating to second place other kinds of assistance.

However, in the 20th century, the Misericórdia, while continuing to focus on the Divine Providence Hospital, opened up to new forms of assistance, which gained a new strength after the nationalization of its Hospital in 1975.

The Misericórdia of Vila Real, at present, covers a multitude of services, preferably aimed at children, youngsters and seniors, illustrating its dynamism and vitality, making it one of the most important institutions of social assistance and solidarity in Northern Portugal.

Proud of a centuries-old existence that gave it a strong identity, faithful to the Catholic social teaching, mindful of the fragility of the human condition, the Santa Casa da Misericórdia of Vila Real, which holds a significant heritage set that represents an important chapter in the city's art history, remains determined to fulfil its mission, which ultimately led to its foundation – *to carry out the works of mercy*.



Sobre os autores

António Mourato

Doutorado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professor auxiliar da Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *Francisco José Resende (1825-1893). Figura do Porto romântico*, Porto, CEPESE/Afrontamento, 2009; *João Baptista Ribeiro. 1790-1868*, Porto, CEPESE/Afrontamento, 2011.

Bruno Rodrigues

Mestre e Doutorando em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1932-1935)* (tese de mestrado), Porto, 2010.

Diogo Ferreira

Doutorado em História pela Faculdade de Letras na Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”, in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém, Paka-Tatu, 2010; *A Emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil. Nos finais da Primeira Guerra Mundial à Grande Crise Capitalista (1918-1931)* (tese de doutoramento), Porto, 2011.

Fernando de Sousa

Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, coordenador da sua Unidade de Investigação e responsável pelo Projecto de Investigação *A Santa Casa da Misericórdia de Vila Real. História e Património*.

Professor catedrático da Universidade do Porto e da Universidade Lusíada do Porto.

Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto, CEPESE, 2009 (coordenação); *A Emigração Portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2009 (coordenação); *As Relações Portugal-Brasil no século XX*, Porto, CEPESE/Fronteira do Caos, 2010 (coordenação); “O primeiro inquérito português à emigração (1843)”, in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém, Paka-Tatu, 2010.

Joana Martins

Licenciada em Línguas e Relações Internacionais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mestranda em Relações Internacionais na Universidade Lusíada do Porto.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves

Doutorado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professor Catedrático da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “Nótula sobre alguns arquitectos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto (séculos XVII-XVIII)”, in *Os Franciscanos no Mundo Português. Artistas e Obras. I*, Porto, CEPESE, 2009; “O Terramoto de 1755 e as suas consequências no Porto”, in *Poligrafia*, n.º 13/14, Arouca, Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2010.

José Francisco Queiroz

Doutorado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Docente da Escola Superior Artística do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “A Igreja de Santa Maria Madalena, das origens ao início do Século XX”, in *A casa da Igreja da Madalena*, Vila Nova de Gaia, 2009; *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria. Volume I: Das Origens ao Século XVII*, Leiria, Fundação Caixa Agrícola de Leiria/Jorlis, 2010.

Manuel Couto

Mestre em História (Estudos Locais e Regionais) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador da APHVIN/GEHVID (Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho) e do CEPESE.

Publicações recentes: *O Hospital da Divina Providência de Vila Real. Doenças e Doentes (1796-1836)*. Porto: FLUP/GEHVID, 2009; “Antes e depois do 5 de Outubro. O que se lê nos jornais portuenses...”, in *Porto. Roteiros Republicanos*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Quidnovi, 2010.

Manuel Silva Gonçalves

Pós-Graduado em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Director do Arquivo Distrital de Vila Real (1997-2010).

Assistente convidado do Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Fundador e director da revista de cultura *Estudos Transmontanos e Durienses*.

Publicações recentes: “Misericórdias do distrito de Vila Real. Fontes para a memória colectiva da região” (em colaboração com Paulo Guimarães), in *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, CEPESE, 2010.

Manuela Pinto da Costa

Pós-graduada em Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Docente e formadora nas áreas de História da Arte, Museologia e Museografia.

Publicações recentes: “Tecidos e têxteis portugueses do século XVII ao século XVIII”, in *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, 2009; “Paramentos da Irmandade dos Passos de Ovar”, in *Revista Dunas*, n.º 10, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 2010.

Maria de Fátima Eusébio

Doutorada em História da Arte em Portugal pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Coordenadora do Departamento dos Bens Culturais da Diocese de Viseu.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “Estratégias para a salvaguarda do património da Diocese de Viseu” in *Viseu M*, Viseu, C. M. de Viseu, 2009; “O maravilhoso do esplendor da talha dos órgãos barrocos no theatrum sacrum”, São Cristóvão de Lafões, 2010.

Natália Marinho Ferreira-Alves

Doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Professora Catedrática da Universidade do Porto.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, e coordenadora do Grupo de Investigação *Arte e Património Cultural no Norte de Portugal*.

Publicações recentes: “Subsídios para o estudo das relações artísticas no arcebispado de Braga no século XVIII: Jacinto da Silva e o retábulo-mor da matriz de Torre de Moncorvo”, in *Moncorvo. Da tradição à modernidade*, Porto, CEPESE, 2009; *A encomenda. O artista. A obra*, Porto, CEPESE, 2010 (coordenação).

Paula Barros

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíada do Porto.

Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade Fernando Pessoa.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil (1855-1866)”, in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*, Belém, Editora Paka-Tatu, 2010.

Paula Cardona

Doutorada em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *O perfil artístico das confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*, Ponte de Lima, C. M. de Ponte de Lima, 2010; “A encomenda municipal – artistas e obras em Viana da Foz do Lima na Época Moderna” in *A Encomenda. O Artista. A Obra*, Porto, CEPESE, 2010.

Paulo Amorim

Mestre e Doutorando em Relações Internacionais na Universidade Lusíada do Porto; bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Docente da Universidade Lusíada do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: “A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil através dos Livros de Registo de Passaportes do Governo Civil do Porto (1935-1945)” in *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Porto, CEPESE, 2009 (em colaboração); *As Relações Portugal-Brasil no século XX*, Porto, CEPESE, 2010 (co-coordenação).

Paulo Guimarães

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Técnico superior de arquivo no Arquivo Distrital de Vila Real.

Publicações recentes: “Misericórdias do distrito de Vila Real. Fontes para a memória colectiva da região” (em colaboração com Manuel Silva Gonçalves), in *A Misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa*, Porto, CEPESE, 2010.

Ricardo Rocha

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto.

Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Investigador do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

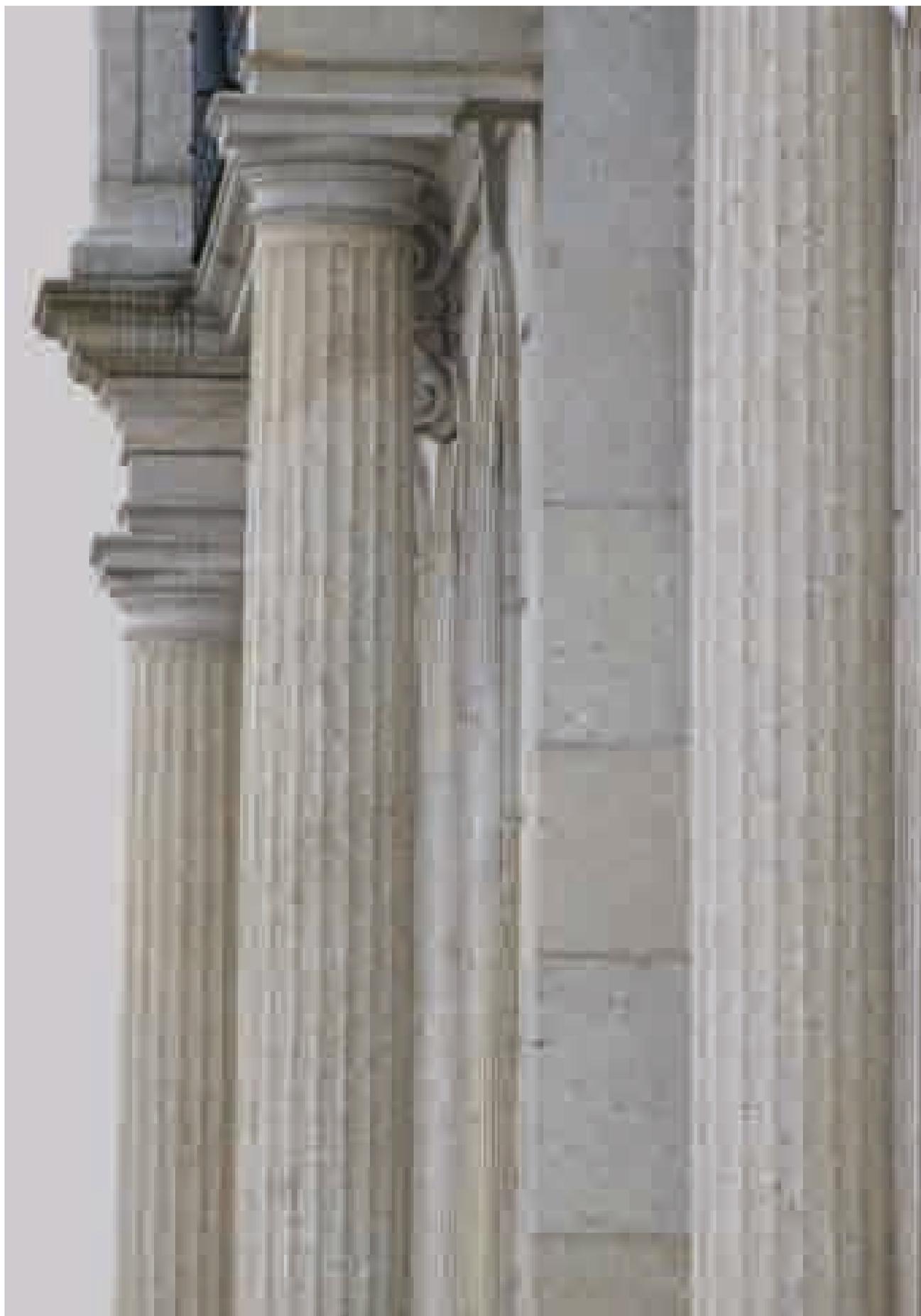
Publicações recentes: *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, Porto: CEPESE, 2009 (co-autoria); “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil em 1912: o ano de todas as partidas”, in *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

Susana Oliveira

Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada do Porto.

Investigadora do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

Publicações recentes: *A Emigração de Viana do Castelo para o Brasil (1919-1950)* (tese de mestrado), Porto, 2010.



Índice de documentos, gráficos e quadros

Documentos

Pág. 10

Documento n.º 1

Carta de D. Manuel I manifestando o desejo de que fossem criadas misericórdias em todas as cidades, vilas e lugares principais do Reino (1499)

Pág. 20

Documento n.º 2

D. Pedro de Castro e o urbanismo de Vila Real

Pág. 26

Documento n.º 3

Traslado da provisão régia de 20 de Setembro de 1716, na qual se determina que a Misericórdia de Vila Real conserve o número de irmãos em 80 nobres e 80 mecânicos (1717)

Pág. 30

Documento n.º 4

Irmãos nobres e mestres da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real em 1717

Pág. 33

Documento n.º 5

Termo de entrada de irmão nobre, o ilustríssimo e excelentíssimo António Maurício Pereira Cabral, bacharel formado em Direito, fidalgo cavaleiro da Casa Real, e governador civil do distrito de Vila Real

Pág. 34

Documento n.º 6

Termos de expulsão de irmãos da Misericórdia de Vila Real

Pág. 35

Documento n.º 7

Provisão régia excluindo da Mesa da Misericórdia de Vila Real os irmãos devedores (1800)

Pág. 35

Documento n.º 8

Termo de eleição da Mesa da Misericórdia de Vila Real (1694)

Pág. 36

Documento n.º 9

Termo de juramento do provedor Luís Teixeira de Magalhães (1693)

Pág. 38

Documento n.º 10

Irmãos que serviram a Mesa da Misericórdia de Vila Real (1779-1780)

Pág. 40

Documento n.º 11

Requerimento da Mesa da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Real, solicitando o transporte à sepultura dos seus irmãos em esquife próprio (1787)

Pág. 45

Documento n.º 12

Alvará do governador civil de Vila Real dissolvendo a Mesa da Misericórdia e nomeando uma Comissão Administrativa (1842)

Pág. 47

Documento n.º 13

Estrutura dos Estatutos da Misericórdia de Vila Real (1865)

Pág. 53

Documento n.º 14

Instituição de uma capela na Misericórdia de Vila Real, feita por D. Pedro de Castro, abade de Mouçós e Freamunde e protonotário apostólico, em 1538

Pág. 55

Documento n.º 15

Instituição de uma capela na Misericórdia de Vila Real ordenada pelo doutor António de Ervedosa,

ouvidor do marquês de Vila Real, e sua mulher Jerónima Fernandes, em 1558

Pág. 58

Documento n.º 16

Sentença do Auditório Eclesiástico de Braga favorável à Misericórdia de Vila Real contra o padre Baltasar Gonçalves, o qual alegava ter o direito de apresentar um capelão da ermida de S. Sebastião, em 1581

Pág. 76

Documento n.º 17

Provisão de D. João V ordenando que o ouvidor de Vila Real procedesse à feitura do tombo dos bens e propriedades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1732)

Pág. 78

Documento n.º 18

Carta passada pelo vigário geral de Vila Real, pela qual se intimavam todas as pessoas que soubessem de livros, documentos, bens e alaias pertencentes à Misericórdia da cidade, a revelá-lo em segredo ao seu pároco, sob pena de excomunhão (1782)

Pág. 82

Documento n.º 19

Património da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1823)

Pág. 104

Documento n.º 20

Ofício enviado pelo Governador Civil de Vila Real ao Provedor da Misericórdia, a propósito das dificuldades financeiras desta Instituição (1941)

Pág. 149

Documento n.º 21

Origens do Hospital da Divina Providência

Pág. 155

Documento n.º 22

O Hospital da Divina Providência em 1943

Pág. 164

Documento n.º 23

Provisão régia confirmando a doação do provedor Francisco Rodrigues de Freitas, no valor de 22,6 contos de réis, ao Hospital da Divina Providência (1823)

Pág. 175

Documento n.º 24

Ofício do Governo lamentando que os militares do regimento de infantaria n.º 12 não fossem tratados no Hospital da Divina Providência (1821)

Pág. 196

Documento n.º 25

Protocolo de Separação do Hospital da Divina Providência da tutela da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, por força do decreto-lei n.º 704/74 de 7 de Dezembro (1975)

Pág. 201

Documento n.º 26

A Escola Agrícola de Artes e Ofícios em 1948

Pág. 203

Documento n.º 27

A Quinta-Escola de Donas de Casa (Florinhas da Neve) em 1943

Pág. 204

Documento n.º 28

A Quinta-Escola de Donas de Casa em 1948

Pág. 269

Documento n.º 29

Provisão de D. João VI, a propósito das doações para a capela do Hospital da Divina Providência feitas por Francisco Rodrigues de Freitas (1823)

Gráficos

Pág. 64

Gráfico n.º 1

Missas Perpétuas e seus Instituidores em Vila Real (1721)

Pág. 178

Gráfico n.º 2

Entradas de doentes no Hospital da Divina Providência (1796-1887)

Pág. 180

Gráfico n.º 3

Distribuição mensal dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência (1948-1952)

Pág. 180

Gráfico n.º 4

Distribuição dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência, por estado civil (1948-1952)

Pág. 181

Gráfico n.º 5

Distribuição dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência, por grupo etário (1949-1951)

Pág. 184

Gráfico n.º 6

Óbitos no Hospital da Divina Providência (1796-1960)

Pág. 185

Gráfico n.º 7

Distribuição mensal dos óbitos no Hospital da Divina Providência (1840-1859 / 1940-1959)

Pág. 186

Gráfico n.º 8

Distribuição dos óbitos por género (1840-1859 / 1940-1959)

Pág. 186

Gráfico n.º 9

Distribuição dos óbitos por estado civil (1840-1859)

Pág. 187

Gráfico n.º 10

Distribuição dos óbitos por grupos etários (1950-1959)

Pág. 188

Gráfico n.º 11

Distribuição dos óbitos por concelho de residência e Galiza (1840-1859)

Pág. 188

Gráfico n.º 12

Distribuição dos óbitos por distrito de residência e Galiza (1840-1859)

Pág. 189

Gráfico n.º 13

Distribuição dos óbitos por concelho de residência (1940-1959)

Pág. 189

Gráfico n.º 14

Distribuição dos óbitos por distrito de residência (1940-1959)

Pág. 190

Gráfico n.º 15

Distribuição dos óbitos por tempo de permanência no Hospital (1840-1859)

Pág. 191

Gráfico n.º 16

Distribuição dos óbitos por doença/diagnóstico (1840-1859)

Pág. 192

Gráfico n.º 17

Distribuição dos óbitos por doença/diagnóstico (1940-1959)

Pág. 192

Gráfico n.º 18

Distribuição dos óbitos por profissão (1940-1959)

Pág. 194

Gráfico n.º 19

Distribuição dos óbitos por cemitério (1840-1859)

Pág. 195

Gráfico n.º 20

Distribuição dos óbitos por cemitérios (1940-1959)

Pág. 212

Gráfico n.º 21

Distribuição das utentes do Lar-Escola Florinhas da Neve por concelho de residência à data de entrada (2011)

Pág. 213

Gráfico n.º 22

Distribuição das utentes do Lar-Escola Florinhas da Neve por ano de entrada na Instituição (2011)

Quadros

Pág. 62

Quadro n.º 1

Vínculos de Capelas instituídas na Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (séculos XVI-XVIII)

Pág. 63

Quadro n.º 2

Missas Perpétuas e seus Instituidores em Vila Real (1721)

Pág. 66

Quadro n.º 3

Foros e pensões da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real vinculados a capelas (1783-1784)

Pág. 74

Quadro n.º 4

Encargos da Misericórdia de Vila Real com missas (1822)

Pág. 80

Quadro n.º 5

Bens próprios da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1783-1784)

Pág. 89

Quadro n.º 6

Propriedades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real – compras, vendas, prazos e sentenças civis (séculos XVI-XIX)

Pág. 100

Quadro n.º 7

Receita e despesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, sendo provedor João Rebelo de Matos Rocha e tesoureiro Manuel José Jorge (1833-1834)

Pág. 101

Quadro n.º 8

Receita e despesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1895-1896)

Pág. 103

Quadro n.º 9

Património e rendimentos da Misericórdia de Vila Real, do seu Hospital e das suas Escolas, em contos de réis (1940)

Pág. 105

Quadro n.º 10

Receitas e despesas com o segundo cortejo de oferendas da Misericórdia de Vila Real (1946)

Pág. 107

Quadro n.º 11

Receita e despesa da Misericórdia de Vila Real (2008)

Pág. 112

Quadro n.º 12

Obrigações da Misericórdia de Vila Real na Quaresma e Semana Santa (1822)

Pág. 116

Quadro n.º 13

Obrigações da Misericórdia de Vila Real e dos irmãos quanto às cerimónias da Quaresma e Semana Santa (1865)

Pág. 120

Quadro n.º 14

Estrutura da Procissão de Quarta-feira de Cinzas (1856-1874)

Pág. 122

Quadro n.º 15

Participantes na Procissão de Quarta-feira de Cinzas (1856-1857)

Pág. 125

Quadro n.º 16

Armadores nas festividades da Misericórdia de Vila Real (século XIX)

Pág. 126

Quadro n.º 17

Materiais fornecidos por Francisco José de Gouveia para o douramento de um andor

Pág. 127

Quadro n.º 18

Artistas e obras efectuadas para a Misericórdia de Vila Real no âmbito das procissões da Quaresma e Semana Santa (1784-1890)

Pág. 129

Quadro n.º 19

Músicos da Semana Santa (século XIX)

Pág. 130

Quadro n.º 20

Despesas com a Procissão dos Santos Passos (1881)

Pág. 130

Quadro n.º 21

Estrutura da Procissão dos Santos Passos (1851-1863)

Pág. 131

Quadro n.º 22

Estrutura da Procissão dos Santos Passos (1894)

Pág. 132

Quadro n.º 23

Estrutura social da procissão dos Santos Passos (1835)

Pág. 134

Quadro n.º 24

Percurso da Procissão dos Santos Passos (1848-1852)

Pág. 135

Quadro n.º 25

Percurso da Procissão dos Santos Passos (1853-1865)

Pág. 136

Quadro n.º 26

A Procissão dos Santos Passos (1774-1902)

Pág. 140

Quadro n.º 27

A Procissão de Quinta-Feira Santa (1774-1902)

Pág. 142

Quadro n.º 28

Procissão de Sexta-Feira Santa (1835)

Pág. 144

Quadro n.º 29

A Procissão de Sexta-Feira Santa (1774-1902)

Pág. 154

Quadro n.º 30

Quadro do Pessoal do Hospital da Divina Providência (séculos XIX-XX)

Pág. 158

Quadro n.º 31

Irmãos e locais do peditório para a obra do novo Hospital da Divina Providência (1818)

Pág. 160

Quadro n.º 32

Títulos pertencentes ao Hospital da Divina Providência e Capela de São Jerónimo (1797-1825)

Pág. 165

Quadro n.º 33

Retratos e painel que se encontravam no Hospital da Divina Providência (1844)

Pág. 171

Quadro n.º 34

Situação financeira do Hospital da Divina Providência (1859-1860)

Pág. 172

Quadro n.º 35

Tabelas de preços praticados no Hospital da Divina Providência para serviços de medicina a pensionistas (1946)

Pág. 173

Quadro n.º 36

Receita e despesa da Misericórdia de Vila Real (1948)

Pág. 177

Quadro n.º 37

Entradas de doentes no Hospital da Divina Providência (1796-1888)

Pág. 178

Quadro n.º 38

Movimento do Hospital da Divina Providência (1948)

Pág. 179

Quadro n.º 39

Distribuição mensal dos doentes externos em tratamento no banco do Hospital da Divina Providência (1948-1952)

Pág. 181

Quadro n.º 40

Doenças das pessoas entradas no Hospital da Divina Providência (1948)

Pág. 183

Quadro n.º 41

Óbitos no Hospital da Divina Providência (1796-1960)

Pág. 185

Quadro n.º 42

Distribuição dos óbitos por género (1840-1859 / 1940-1959)

Pág. 201

Quadro n.º 43

Quadro do pessoal da Escola Agrícola de Artes e Ofícios (1946)

Pág. 204

Quadro n.º 44

Quadro do pessoal da Quinta-Escola de Donas de Casa (1946)

Pág. 205

Quadro n.º 45

Quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1947-1949)

Pág. 216

Quadro n.º 46

Movimento do Lar Hotel da Misericórdia de Vila Real (2003-2010)

Pág. 217

Quadro n.º 47

Média de idades dos utentes do Lar Hotel da Misericórdia à data de entrada (2003-2010)

Pág. 219

Quadro n.º 48

Quadro do pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (2011)

Pág. 219

Quadro n.º 49

Utentes da Misericórdia de Vila Real por valência (2011)

Pág. 225

Quadro n.º 50

Sepulturas da Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (séculos XVII-XVIII)

Pág. 229

Quadro n.º 51

Inventário e avaliação dos bens inventariados da Igreja e Casa do Despacho da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1806)

Pág. 236

Quadro n.º 52

Pintura da Igreja e Casa do Despacho (1806-1871)

Pág. 238

Quadro n.º 53

Referências sobre imagens na Igreja da Misericórdia de Vila Real (século XIX)

Pág. 241

Quadro n.º 54

Notícias sobre bandeiras da Misericórdia de Vila Real e varas dos irmãos (1800-1866)

Pág. 244

Quadro n.º 55

Artistas que trabalharam na Igreja e Casa do Despacho no século XIX

Pág. 253

Quadro n.º 56

Inventário do oratório do Hospital da Divina Providência, na Praça Velha (1806)

Pág. 254

Quadro n.º 57

Inventário do mobiliário e roupas do Hospital da Divina Providência na Praça Velha (1806)

Pág. 261

Quadro n.º 58

Obrigações do arrematante do contrato de 4 de Dezembro de 1893

Pág. 262

Quadro n.º 59

Artistas referidos em obras no Hospital da Divina Providência (1819-1911)

Pág. 264

Quadro n.º 60

Inventário dos bens da Misericórdia de 18 de Julho de 1883

Pág. 278

Quadro n.º 61

Inventário do Hospital da Divina Providência (1917)

Pág. 282

Quadro n.º 62

Administradores da Colegiada de Santa Ana

Índice analítico

- 25 de Abril (revolução) 106, 170, 196, 379
- Abaças 69, 105, 123, 158
- Abcesso 181
- Abobeleira 261
- ABREU, Pedro de 24
- Abrilada 175
- Absolutismo 43
- Academia de Belas Artes 301, 304
- Academia Politécnica do Porto 301
- Academia Real da Marinha e Comércio 300-301
- Açores 390, 392
- Acrotério 247, 269, 279, 288
- Adega Cooperativa de Vila Real 197
- Administração Regional de Saúde do Norte 207
- Adoufe 92-93, 105, 128, 174
- Advogado 28
- AFORTUNADO, Luís 236, 246
- AGAREZ, Francisco Ferreira da Costa 118, 259
- Agra 24
- Águas Santas 71, 73, 83
- AGUIAR, Diogo de 158
- AGUIAR, José Joaquim Machado de 128
- AIRES, Francisco 242
- ALARÇÃO, Maria Zilda Ribeiro Peixoto 197
- Albergaria 9, 17, 147, 149
- Alemanha 177
- Alentejo 174
- ALENTEJO, António Fernandes 225
- Aleta 249, 288, 334
- Alfaiate 28, 31-32, 35, 54, 81, 174, 199, 201, 241-242
- Alfareda de Jales 160
- Algodão 105, 231, 354, 356-363, 365-369, 373
- Alijó 280
- Alimentação 106, 150, 167, 169-171, 184, 190, 201-202, 205, 216
- ALMEIDA, António Bernardo de 355
- ALMEIDA, António Luís de 237, 242, 246
- ALMEIDA, Miguel José de 244
- Almoxarife 154, 166-167, 195, 205, 259
- Altar 18, 39, 55, 57, 62, 74, 97, 125, 160, 165, 226-229, 231, 237-238, 247-249, 255, 258, 267, 270-271, 286, 307, 316, 319, 322-323, 325, 327, 332, 334, 354, 384-386, 409-410, 413-414
- Altar-mor 55, 62, 74, 226-227, 231, 237, 247-248, 267, 270-271, 384-386
- Alva 163, 231, 253, 354, 404
- Alvações de Tanha 160
- Alvações do Corgo 158, 160, 384, 404
- Alvenaria 258, 261, 277
- ALVES, Gabriel 244
- ALVES, José Baltazar 158
- ALVES, Manuel Pinto 226
- AMARAL, António Botelho Correia Guedes do 252, 254, 280, 282
- AMARAL, Francisco Correia do 158
- AMARAL, Jerónimo Botelho Correia Guedes do 280, 282, 289, 411
- AMARAL, Jerónimo Correia Pinto do 280, 286
- AMARAL, Jerónimo Teixeira de Figueiredo 271, 273
- AMARAL, João Botelho do 280
- AMARAL, José Botelho Correia Guedes do 271, 280, 282
- AMARAL, José Botelho do 30, 286
- AMARAL, Manuel Correia Teixeira do 150, 152, 164
- AMARAL, Manuel Teixeira do 228
- AMARAL, Maria do 280
- AMARAL, Maria Felícia Teixeira do 165
- AMARAL, Maria Jacinta Correia Teixeira do 386
- AMARAL, Maria Joaquina Botelho Guedes do 271
- AMARAL, Matias Pinto do 280, 282
- Amarante 36, 87, 110, 147, 151, 153, 161, 163, 165-166, 174-175, 177, 257-258, 269, 293, 299-300, 385, 397, 404, 411
- Anasarca 190
- Andor 51, 120, 122-123, 126-127, 130-132, 136, 139-140, 142, 144, 232, 316-319, 354, 362, 423
- ANDRADE, Luís de 55
- ANDRADE, Luís de Mesquita de 18, 63-64, 70, 84, 225
- Anjo 100, 112, 120, 122, 124, 127-128, 130-132, 136, 142-144, 317-318, 349, 352
- Anjo da Trombeta 124
- ANJOS, António dos 269, 271
- ANNES, Domingos 223
- Antigo Regime 28, 79, 99, 184, 379
- ANTÓNIO, José 123, 126-127, 158, 236, 244, 246, 254, 258, 306
- ANTÓNIO, Luís 86, 95, 160, 252, 257, 287
- Anunciação de Nossa Senhora 74
- Apoio Domiciliário (valência) 4, 11, 215-216, 219
- AQUINO, António de 126, 244, 262
- Arandela 317-318, 333-334
- ARAÚJO, Francisco José de Carvalho e 255
- ARAÚJO, João Baptista de 158
- ARAÚJO, João de 35
- ARAÚJO, José Manuel de 38
- Arcas 322, 332, 337
- Arcebispo 17, 57-58, 77-78, 139, 161, 163, 165, 203, 263, 269-270, 285-286
- Arco canopial 288
- Arco cruzeiro 237, 288
- Arcossólio 288
- Armador 4, 100, 109, 124-126, 225, 423
- Arquivo Distrital de Vila Real 10-11, 13, 20, 32-36, 38, 40, 45, 63, 73-74, 76, 78, 81, 99-101, 112, 120, 164, 175, 178, 233, 238, 241, 246, 262, 282, 285, 294, 383-384, 389, 391, 393, 418-419
- Arrabães 261
- Arroios 105, 287, 391
- Ascite 190
- Asilo de Artes e Ofícios Augusto César 199, 201
- Asilo de Infância Desvalida 202
- Asilo de Mendicidade de Nossa Senhora das Dores 169
- Assembleia Geral 46, 49, 170
- ASSIS, Maria Francisca de (infanta) 109, 401
- Assistência 4, 9-10, 38, 43, 46, 49, 51, 88, 99, 101-104, 107, 147-153, 155, 166-167, 170, 173-174,

- 177, 198-199, 202, 211, 216, 239, 251, 263, 270, 277, 379, 381, 384, 389-390, 392-393
- Assistência na Doença aos Servidores do Estado (ADSE) 173
- Associação Empresarial de Vila Real 207
- ATAÍDE, Francisco de Paula e 257
- Ático 287-288
- Autópsias 155, 167, 169
- Avenida Carvalho Araújo 147
- Avenida da Noruega 205
- Avitaminose 181, 184
- Azeite 18, 52-55, 57, 62-63, 67, 69-72, 77, 79-81, 86-87, 90-99, 101, 105, 223, 286
- AZEVEDO, António Taveira de 256
- AZEVEDO, Francisco António Correia de 158
- AZEVEDO, Francisco Feliciano de 236-237, 244
- AZEVEDO, Inácia Margarida de 302
- AZEVEDO, João de 31, 225
- AZEVEDO, João Teixeira de 147, 402
- Azulejo 226-228, 233, 236, 249, 276, 293
- BACELAR, Joaquim José Teixeira Vilaça 151, 164
- Bacharel 33, 45, 78, 421
- Bagageiro 174
- BAÍA, Anselmo Pereira 241
- Balneário 204, 277
- Balneoterapia 155, 277
- Banqueta 334
- BAPTISTA, António 45, 127
- Baptistério 288
- Barão de Forrester 174, 385, 390
- BARBOSA, José Maria da Silva 139
- BARBOSA, José Maria da Veiga Cabral Lobo de 38
- Barcelos 160, 174, 227, 252, 390
- Barreiros 72
- BARRETO, Diogo 62, 226
- BARRETO, Diogo de Magalhães 62, 64, 69, 74, 86
- BARRETO, José Teixeira 301
- BARRETO, Luís do Rego
- Barroco 248, 269, 288, 316
- BARROS, Ana de Jesus de 161, 165, 295
- BARROS, António Correia de 155
- BARROS, António de Figueiredo e 30, 227
- BARROS, Francisco José de 163, 165
- BARROS, José Augusto de 263
- BARROS, José de 116, 125, 130, 163, 165, 244, 273, 390
- BARROS, José Moreira de 233, 238, 241-242, 244
- BASTO, António José Gonçalves 45
- BASTO, João Leite 126, 244
- Beira 40, 174
- Bélgica 177, 385
- Benfeitor 4, 49, 110, 152, 154, 156-158, 161-162, 164-166, 270, 276, 278, 289, 293-294, 296, 298, 300, 302-303, 305-306
- Berçário 213
- BERNARDINO, António 236, 244
- BERNARDINO, Luís 99, 236, 244
- BIANCHI, Maria Julieta Pinhanços 197
- Bisalhães 160
- Bispo 24, 30, 78, 139, 149, 202-203, 251, 286, 312-313, 321, 387
- BOGAS, José Teixeira 257
- Bolsa de corporais 356-357, 365-366
- Bom Jesus do Calvário 116, 118
- Bombeiro 154
- BONITO, António Alves Martins 128
- Borbela 105, 158, 174
- BORGES, André Luís 160
- BORGES, Diogo 223
- BORGES, Filipe Correia da Mesquita 279
- BORGES, Francisco Correia 128-129
- BORGES, Maria José Bernarda 160, 165
- BOTELHO, Ana Teresa 160
- BOTELHO, Emílio de Sousa 279
- BOTELHO, Francisco Machado 30, 224-227, 409
- BOTELHO, Henrique 155
- BOTELHO, Jacinto de Mesquita 30, 226
- BOTELHO, João da Cunha 63-64, 72
- BOTELHO, Joaquim Inácio 158
- BOTELHO, José Correia 225
- BOTELHO, Luís 285
- BOTELHO, Manuel Correia 225
- Botica 164, 166, 170-171, 386, 389
- Boticário 66, 154, 167
- Braga 17, 57-58, 77-78, 82, 139, 161, 163, 165, 174, 238, 258, 263, 269-270, 285-286, 321, 384, 387, 390-393, 404, 418, 421
- BRAGA, Joaquim Ribeiro da Silva 237, 246
- Bragança 9, 17-18, 20, 36, 65, 78, 149, 165, 174-175, 251, 347, 383, 390-391, 397, 399
- BRAGANÇA, Gaspar de 286
- BRAGANÇA, José de 285-286
- BRANCO, José Maria de Abreu Castelo 158
- BRANCO, Luís de Ataíde Pimentel Castelo 38
- BRANDÃO, Caetano 165
- BRANDÃO, Jorge 62, 64
- BRANDÃO, José Maria 128-129
- BRANDÃO, Manuel Maria Correia 128-129
- Brasil 63, 65, 164-165, 252, 269, 282, 390, 417, 419
- BRAVO, José Madeira Vaz 160
- BRITO, António José Pereira de 116
- BRITO, José de 304
- Bronquite 181
- Bula Pontifícia 147, 161
- Burguesia 28, 52, 64-65, 88
- Bustelo 160
- CABRAL, António Correia 38
- CABRAL, António Luís Veiga 149, 403
- CABRAL, Francisco Alberto Pereira 262-263
- CAFINA, Isabel 62, 64, 69
- Caiador 233, 236, 238, 244, 247, 254, 261-263, 385
- Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência 196
- Caixa Geral de Previdência 173
- Caixotão 248-249, 288
- Calçada de Portelo 160
- Calceteiro 263
- Cálice 55, 62, 118, 142, 230, 241-242, 253, 264, 267, 269-271, 279, 293, 338, 343-344, 350-351, 354-355
- Calvário 20, 57, 108-109, 116, 118, 122, 124, 128, 130-131, 134-135, 308-312, 402
- CALVO, Manuel Correia 30, 35
- Câmara Municipal de Vila Real 20, 63, 155, 193, 199, 276, 383-384, 391-393
- CAMBITO, António Fernandes 31, 226
- Caminha 23-24, 32, 383, 390, 396
- Campanário 236, 240, 247-248
- Campeã 169
- Campo do Tabolado 20, 123, 147-148, 150, 258, 386
- Cancro 181, 191
- CANELA, Luís 241
- Canelas 158, 161, 164-165, 385
- Cantaria 18, 258
- Capa de asperges 230, 267, 270, 354, 357, 364, 369, 371
- Capela 5-6, 18, 20, 34, 52-53, 55-58, 62-66, 68-70, 72-75, 82-87, 89, 91, 93-99, 101, 112, 116, 118, 124-125, 130, 135, 147, 149, 154-155, 160, 163-164, 169, 171, 197, 204, 215, 223, 226-227, 229, 233, 236, 246, 248-249, 251, 254, 258-259, 264-265, 267, 269-271, 275-277, 279-291, 295, 297-298, 300, 306-307, 313, 315-316, 326-328, 330-331, 333, 335, 337, 384, 389, 391, 421-423
- Capela de Nossa Senhora da Conceição 149
- Capela de Nossa Senhora dos Prazeres 287
- Capela de Santa Ana 5-6, 270-271, 275, 279-291, 295, 297-298, 300, 306, 313, 315-316, 326-328,

- 330-331, 333, 335, 337
 Capela de Santo António 287
 Capela de São Jerónimo 258, 271, 288-289, 307
 Capela de São Lázaro 20, 266
 Capela de São Nicolau 20
 Capela de São Sebastião 20, 58, 74
 Capela de Senhor Jesus do Calvário 116, 124
 Capela dos Clérigos 124
 Capelães 24, 36, 38-40, 42, 51, 56-58, 65, 77, 100, 112, 142, 154, 166, 263, 282
 Capela-mor 6, 20, 227, 229, 236, 248-249, 281, 287-288, 333
 Capela Nova 125, 135, 384
 Capelão 20, 34, 39, 42, 49, 54, 56, 58, 62, 73, 97, 101, 132, 139, 142, 155, 166-167, 204-205, 223, 285, 421
 Capitel 247-248, 348-349
 Caquexia 191
 Cardiopatias 191
 CARDOSO, Abel 166
 Caridade 9, 43-44, 104, 106, 149-150, 152, 158, 199, 203, 270, 294, 381, 390, 393
 Carmelitas Descalços 57
 CARNEIRO, António Gomes 109, 123-125
 CARNEIRO, Manuel Álvares 58-59
 CARNEIRO, Vicente 10
 Carpinteiro 31, 95, 105, 125-127, 199, 201, 225, 228, 236-239, 241-242, 247, 254, 257, 261-263, 385
 Carrazeda de Ansiães 174
 Carta Constitucional 175
 CARVALHAIS, Rodrigo Pinho Pissarro Pimentel de Almeida (barão de Ribeira de Sabrosa)
 CARVALHO, Antónia Josefa de 160
 CARVALHO, Domingos 225
 CARVALHO, Francisco Carneiro de 34
 CARVALHO, Francisco Ferreira de 158
 CARVALHO, Francisco Pires de 158
 CARVALHO, Joana 226
 CARVALHO, João de 28, 69, 86, 160
 CARVALHO, José António de 158
 CARVALHO, José Ferreira de 158, 285
 CARVALHO, José Justino de 242
 CARVALHO, José Ribeiro de 126, 237-238, 241, 244, 299-300
 CARVALHO, Luís 31, 225
 CARVIÇAIS, Domingos Luís 226
 Casa de Mateus 82, 128, 227, 287
 Casa do Despacho 5, 20, 34, 45, 63, 71, 164, 223-224, 229, 233, 236, 239, 241, 244, 247, 249, 314-316, 322-325, 329, 333, 339-340, 424
 Casa do Infantado 51, 78
 Casa dos Meneses 61
 Casa mortuária 155, 263, 279
 Castedo 164
 Castela-la-Mancha 174
 Castela-Leão 174
 Castiçal 231, 241, 253, 264, 267, 271, 279, 291, 293, 332-334, 345
 CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de 78, 286, 384
 CASTRO, Luís Cyrne de 176
 CASTRO, Pedro de (protonotário) 3, 17-18, 20, 52-54, 57, 62, 64-66, 68, 74, 82-83, 88-93, 99, 223, 393, 395, 399-400, 409, 421
 Casula 230, 267, 270, 354, 356-361, 364-368, 370-371, 377
 Catalunha 174
 Catarro 190
 CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte 10, 13
 Celeirós 67, 69, 80, 86, 91, 95, 97, 158, 160, 252
 Cemitério 154, 182, 193-195, 255, 263, 422
 Cemitério de Santa Iria 194
 Cendal 312, 315, 317-320, 322-327
 Centeio 52-55, 57, 62-63, 66-73, 80-87, 89-99, 105, 223
 Centro de Actividades de Tempos Livres 4, 11, 199, 206
 Centro de Dia (valência) 4, 11, 206, 214, 216, 219
 Centro de Saúde 215
 Centro Distrital de Solidariedade Social 211
 Centro Regional de Segurança Social do Norte 207
 CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade 2, 10-11, 13, 391-392, 417-419
 Cera 42, 55, 69, 77, 86, 96, 100-101, 130, 306, 362
 Cereais 57
 Cerebropatias 191
 Cetim 355, 362, 372-373
 CEUTA, António de 125
 Chaves 9, 17-18, 20, 23, 32, 78, 151, 174-176, 252, 258, 383, 391, 393, 395-396
 CHAVES, Josefa Joaquina 252
 Cimácio 247
 Cirurgia 155, 169-171, 178, 392
 Cirurgião 154
 CLARA, Joana 147, 151, 251, 386
 CLARO, Francisco José 45
 CLARO, Miguel José 127, 233, 236, 242, 244
 Claustro 17-18, 258-260, 262-263, 265, 269
 Código Administrativo 44-45, 104
 CODILHO, António da Silva 225
 COELHO, Francisco Teixeira 269
 Coimbra 154-155, 178, 181, 201, 204, 226, 271, 280, 282, 298, 355, 390-393
 Colegiada 271, 280, 282, 285-286, 424
 Colégio de Nossa Senhora de La Sallette 169
 Colégio de Nossa Senhora do Rosário 155, 271, 273, 277, 279, 289
Colera morbus 176, 178, 182, 184, 405
 Coluna 131, 138, 172, 229, 238, 248-249, 258-259, 279, 293, 295, 301, 303, 318, 326, 348-350, 384, 386
 Colunelo 247
 Comissão Administrativa 34, 43-46, 49, 102-103, 118, 259, 379, 421
 Comissão de Protecção de Crianças e Jovens 211-212
 Companhia de Jesus 280
 Compromisso 4-5, 9, 17-18, 23-28, 32-36, 39, 41-46, 49, 56, 74, 77, 109, 128, 139, 149, 152-153, 166, 379, 383, 390
 Concílio Vaticano II 367-369
 CONDE, Manuel Alves 164
 Confraria 9-10, 17-18, 20, 23, 26, 33, 36, 57, 93, 150, 229, 390-391
 Conjuntivite 181
 Conselho de Ministros 106
 Conselho Fiscal 49
 Conselho Geral da Congregação 169
 Constantim 80, 105
 Convento de Santa Clara 63
 Convento de São Domingos 63, 166, 175
 Convento de São Francisco 149, 269-271, 289
 Cornija 236, 257
 Coroamento 287-288
Corpus Christi 128
 Corregedor 35, 42, 76, 164
 CORREIA, António Botelho 30, 38, 226, 252, 254, 280, 282, 286
 CORREIA, António Feio de Figueiredo 241
 CORREIA, Domingos 31, 225
 CORREIA, José Gomes 158
 Corta-morrões 346
 Corunha 174
 COSTA, Albertino Augusto Rodrigues 273, 276
 COSTA, António de Aquino da 262
 COSTA, António Pereira da 31, 80, 226
 COSTA, Gonçalo da 225-226
 COSTA, João Pires da 259
 COSTA, José da 35, 116, 160

- COSTA, Lázaro da 225
- COSTA, Luís da 226
- COSTA, Raimundo Joaquim da 301
- Costureira 211, 214
- COUTINHO, Francisco de Azevedo 164
- COUTINHO, Leonor Ana Luísa José de Portugal Sousa 287
- COUTINHO, Lopo 18, 223
- COUTINHO, Luís Vieira 27, 30, 35, 226
- COUTO, Bernardo Pereira do 112, 160, 254
- Covas do Douro 158, 160, 165
- Coveiro 100, 166
- Covelinhas 158, 384-385
- Cozinha 87, 155, 171, 201, 204, 211, 213-214, 216, 254, 259, 261, 276-277
- CRAMEZ, Heitor 304, 391
- Craquelê* 309-312
- Creche (valência) 4, 11, 199, 205, 213-214, 219
- CRESPO, Jorge 167, 174
- Cristelo 24
- Crucifixo 122, 229, 238, 242, 266, 271, 307, 316, 327
- Cruz do Triunfo 118, 142, 144
- CRUZ, Domingos Gonçalves da 64-65
- Cumieira 62, 69, 158
- CUNHA, António da 225
- CUNHA, Bento Borges da 87, 164
- CUNHA, Diogo da 30, 54, 223
- CUNHA, Domingos Pereira da 225
- CUNHA, Filipa Botelho da 280
- CUNHA, João da 63-64, 72, 225
- CUNHA, Manuel da 242, 246, 386
- Custódia 230-231, 241-242, 264, 269-271, 279, 338, 350-352
- Cutileiro 226
- D. Amélia Augusta de Beauharnais-Leuchtenberg 165
- D. Pedro IV (rei) 20, 52-54, 58, 82-83, 165, 267, 392-393, 399, 421
- D. Pedro V (rei) 267
- Dalmática 267, 354, 356-360, 364-366, 368-371
- Damasco 230-232, 267, 270, 291, 354, 360-361, 367-371, 375-377
- Definitório 46-47, 49, 170, 276, 389
- Dermato-sifilografia 155
- Desembargo do Paço 27, 33, 35, 40, 43, 164, 384
- Despesa 13, 33, 35-36, 38, 40, 42-43, 51, 74, 77, 88, 99-102, 104-107, 109, 112, 116, 126, 128-130, 143, 149-150, 153, 165, 167, 170-171, 173, 197, 211, 227-228, 233, 236-237, 239, 242, 247, 254, 260, 264, 273, 282, 389, 423-424
- Despotismo 43
- Deus 9-10, 26-27, 32, 35, 46, 52-56, 58, 76-78, 88-89, 92, 112, 116, 152, 164, 307, 390
- DEUS, Miguel da Madre de 161, 165, 263, 269-270, 387, 404
- DIANEIRO, Manuel da Costa 241
- Diário da República* 49, 398
- Diário do Governo* 99, 104, 286
- DIAS, António 62, 69, 82, 123, 227
- DIAS, Manuel da Silva 78, 150-151, 164
- DIAS, Rui 18, 89-90, 223
- Diatermia 155
- Dinamarca 177
- DINIS, Pedro 58
- Direcção Geral de Assistência 102, 170
- Direcção Geral dos Hospitais 173
- Director clínico 154-155, 170
- Disenteria 190
- Ducina 247, 410
- DURÃO, José Gregório 271
- Ecce Homo* 55, 62, 64, 139, 226, 229-230, 232, 237, 249, 316-317, 402, 413
- Eclampsia 191
- Edema 190
- Educadora de infância 213-214
- Eleições 18, 23-24, 32-35, 39-40, 44-47, 49, 58, 109, 112, 125, 166, 170, 241, 389, 421
- Empresa Nacional de Electricidade 196
- Enfermeiro 154, 265
- Engenheiro 13, 262, 279
- Ensamblador 126, 226-227
- Ensamblagem 335-336
- Entablamento 248, 287-288, 291, 350
- Enterro 27, 40, 47, 56, 77, 112, 118, 121, 128, 130, 132, 167, 193, 227, 229, 232, 255, 320
- Epidemia 176, 182, 184
- Epidemiologia 155
- Epístola 62, 237, 239, 243, 248-249, 271, 288-289, 291
- Ermida 105, 384
- ERVEDOSA, António de 55-56, 62, 64, 68, 421
- ERVEDOSA, Maria de 56
- Escola Agrícola de Artes e Ofícios (valência) 4, 11, 103-106, 173, 199-201, 204, 206, 422, 424
- Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis 304
- Escola de Desenho Industrial 304
- Escola primária 199
- Escrivão 18, 24, 27-28, 31, 33-36, 38, 46-47, 54, 57, 59, 76-78, 85, 93-96, 98-99, 112, 150-151, 154, 166, 187, 193, 223, 232, 385
- Escultura 5, 12, 288, 293, 316-331, 340-341
- Esmola 18, 24, 35-36, 38-40, 42-43, 51, 56, 58, 65, 87, 100-101, 110, 112, 147, 151-153, 156, 158, 161, 164-166, 170, 225, 228, 242, 252-254, 256-257, 267, 270, 280, 332, 336-337, 386, 390
- Espírito Santo 35, 55, 78, 123, 147, 271, 393
- Espolinado 354, 356-362, 364-366
- Esquife 39-40, 84, 127, 142, 144, 232, 320, 354, 362, 421
- Estado Novo 49, 102, 199, 379, 392, 415
- Estatutos 4-5, 22-23, 33, 44-49, 57, 106, 110, 116, 128-129, 285-286, 379, 421
- Estola 230, 267, 321-322, 354, 358-362, 364-368, 370-371, 377
- Estomatologia 156
- Estremadura 174
- Evangelho 62, 109, 163, 245, 248-249, 288-289
- Excomunhão 59, 77-78, 421
- FARIA, António Pereira de Azevedo e 229
- FARIA, Francisco de Magalhães e 35
- FARIA, João Vitorino de Azevedo 158, 257
- Farmácia 155, 170-171, 173, 260, 269, 278, 392
- Favaio 66, 82, 280
- FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia 13
- Febre-amarela 184
- Febre tifóide 191
- Felgueiras 73, 92
- FELICIANO, António 155
- Féretro 142, 144
- FERNANDES, João Martins 246
- FERNANDES, Jerónima 55-56, 62, 421
- FERNANDES, João 20, 53, 91, 223, 255
- FERNANDES, José 31, 273
- FERNANDES, José Martins 242
- FERNANDES, José Rogério 197
- FERNANDES, Margarida 20, 223
- FERNANDES, Pascoal 225
- Ferrador 28
- FERREIRA, António de Pádua 279
- FERREIRA, Catarina Dias 280
- FERREIRA, José de Meireles 164
- FERREIRA, José Joaquim 259, 384
- FERREIRA, Manuel 30, 85, 95, 160, 285
- FIGUEIREDO, António Bernardo de 38
- FIGUEIREDO, António Nunes de 84, 161
- FIGUEIREDO, Francisco de 35
- FIGUEIREDO, José Alves de 246

- FIGUEIREDO, José Paulo de 158
 FIGUEIREDO, Luís Alves de 30, 38
 Filarmónica 129
 Filipe III (rei) 23
 Fimal 321, 329, 357, 364, 369, 371
 Folhadela 72, 94, 96, 105, 158, 163, 269, 271
 FOLHADELA, António Gonçalves 279
 Fome 147, 385
 FONSECA, António Valente da 203-204, 211
 FONSECA, Domingos Botelho da 35
 FONSECA, Francisco da Silveira Pinto da (conde de Amarante) 3, 36, 149, 151, 153, 161, 165, 293, 299, 385, 397, 403-404
 FONSECA, José Botelho da 30, 225
 FONSECA, José Inácio da 238, 246
 FONSECA, Manuel da Silveira Pinto da (marquês de Chaves e 2.º conde de Amarante) 385
 Fontelo 69
 Foros 4, 18, 38, 40, 42-43, 51-52, 55, 57, 62-64, 66, 68-70, 72-79, 81-82, 85, 88-89, 91, 99-102, 150, 170, 383, 423
 Fortunho 68, 83, 92
 FRAGA, Bento José da 158
 FRAGA, João Martins 30, 36
 FRAGA, João Ribeiro 160, 164
 FRAGA, Joaquim Ribeiro 237, 244
 França 120, 122-123, 177, 271, 304, 330, 356-361, 364-366, 385
 FRANCISCO, António 70, 82, 125, 127, 236-237, 239, 241-242, 244
 FRANCO, Francisco 304
 FRANCO, Francisco Gomes 242, 246
 Freamunde 20, 53, 62, 421
 FREITAS, Francisco Rodrigues de 37, 87, 112, 160, 163-166, 230, 254, 257-258, 269-270, 289, 293-294, 300-301, 303, 411-412, 422
 FREITAS, Jerónimo José de 270-271, 302
 FREITAS, Jerónimo Rodrigues de 270
 FREITAS, Joaquim José de 34
 FREITAS, José Rodrigues de 163, 165, 270-271, 293-294, 300, 303, 404, 413
 FREITAS, Manuel de 270
 Freixo de Espada à Cinta 17, 20, 395
 Frontão 240, 247, 249, 256, 269, 276, 279, 287-288, 291, 335, 348-349
 Frontispício 19, 25, 247, 282-283, 287-288, 291
 Funchal 165
 Funeral 167, 401
 Funileiro 242
 Fuste 248, 318, 326, 348-349
 Galafura 30, 152, 158, 385
 Galão 230, 241-242, 267, 312-314, 355-377
 Galego 62, 69, 85, 87, 98, 174, 184, 187, 189, 385
 Galheta 241-242, 246, 264, 267, 269, 271, 279, 293, 338, 345-346
 Galiza 174, 187-188, 258-259, 422
 GANHÃO, Joana Rodrigues 226
 GARCIAS, Francisco 255
 GAROVE, Michelangelo 288, 412
 Gastroenterite 184, 190
 Ginásio 204
 Godim 54, 66, 91, 93
 GODOLFIM, Costa 9, 17
 Gólgota 131
 GOMES, Domingos 226
 GOMES, Dórdio 304
 GOMES, José Joaquim Dias 7, 10, 13, 32, 36, 73, 82-83, 158
 Gomil 253, 342
 GONÇALVES, Baltazar 58
 GONÇALVES, Dionísio José 246, 385
 GONÇALVES, Horácio Assis 102-103, 155, 199, 203, 406
 GONÇALVES, Luís Teixeira 34
 GONÇALVES, Manuel 31, 70, 73, 84-85, 225-226
 GONÇALVES, Manuel Rodrigues 236, 246
 GONÇALVES, Manuel Silva 1-2, 9-10, 13, 418-419
 GONÇALVES, Sebastião José 263
 Gonorreia 181
 Gontinhães 24
 Gouvães 55, 62, 158
 GOUVEIA, Francisco José de 126, 423
 Gouvinhas 80, 158, 160, 252
 Governador civil 33, 43-46, 49, 55, 102-104, 155, 167, 171, 199, 203, 259, 383, 393, 421
 Governo 41-44, 46-47, 81, 99, 102-104, 106, 175, 217, 262, 273, 286, 389-390, 419, 422
 Governo Civil 49, 169, 199, 202, 269, 419
 Gravidez 191
 Gripe pneumónica 182, 184
 GUEDES, Basílio Carneiro 285
 GUEDES, João 31, 147, 151-152, 251
 GUEDES, José Botelho 286
 Guerra Civil 176
 Guerra Peninsular 161, 299
 Guiães 53, 80, 86, 90, 128, 158, 258, 385
 Guimaraes 96, 166, 174, 286, 355, 391-393
 GUIMARÃES, Domingos José Lopes de Barros 263
 GUIMARÃES, Jerónimo da Silva 280
 GUIMARÃES, Manuel José da Rocha 45, 241
 GUIMARÃES, Manuel José Ribeiro 158
 GUIMARÃES, Paulo 1-2, 10, 13, 418-419
 HENRIQUES, Leonor 62, 64, 73
 Hidropisia 190, 385
 Hidroterapia 262
 Higiene 148, 190-191, 215, 259, 391
 Hipoteca 39, 96-97, 101, 171
 Hospital 9, 43-44, 102-104, 106, 147-148, 152, 154-155, 167, 170, 173-174, 189, 383, 393
 Hospital da Divina Providência 3-5, 7, 9, 13, 34, 36, 44, 52, 78, 81, 87, 102, 105, 112, 125, 146-149, 152, 154-158, 160-161, 163-166, 168-190, 192-196, 199, 205-207, 229, 233, 241, 246, 250-260, 262-263, 268-273, 275-279, 289, 299, 307, 338, 341-343, 345-347, 381, 385-386, 391-392, 418, 421-424
 Hospital de São Brás 147, 393
 Hospital Distrital de Vila Real 156, 196
 Hospital do Bom Jesus 149
 Hospital do Espírito Santo (*vide* Hospital de São Brás)
 Hospitais Franciscanas 155, 169-170, 173, 202-204, 211, 384, 392
 Hospital Militar 104, 153, 202-204, 254-256, 385
 Igreja 3, 5, 9, 17-21, 24, 33-35, 40-42, 51-52, 57-59, 61-65, 75, 78, 97-98, 101-102, 109-110, 112, 116, 118, 124-125, 127-129, 132, 134-135, 139, 149-151, 153, 155, 160, 193, 222-229, 231-249, 255, 263, 270, 277, 280, 286-289, 293, 307-312, 314-325, 329-330, 333-337, 339-341, 363, 372-373, 379-382, 384-386, 389-392, 418, 424
 Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe 20
 Igreja de São Filipe Neri 288
 Igreja de São Francisco 116, 118
 Igreja de São Paulo 59, 64, 149, 287, 391
 Igreja de São Pedro 20
 Igreja de São Pedro Novo 287
 Igreja dos Clérigos 287
 Igreja matriz de S. Dionísio 263
 Imagem de roca 323, 329
 Incensório 352
 Indigente 104, 149-150, 170-171, 192
 Infanticídio 174
 Instituição Privada de Solidariedade Social – IPSS 49, 106, 199, 211, 391
 Instituto de Reinserção Social 211
 Instituto Nacional de Trabalho e Previdência Social 203
 Invasões Francesas 153, 174-175, 195, 299, 390
 Inventário 10-11, 13, 75, 98, 166, 196, 224, 229-230,

- 232-233, 238, 241-242, 252-254, 264, 271, 278-279, 286, 295-315, 317-331, 333-337, 339-353, 355-377, 391, 424
- Irmandade de São Pedro 59, 149
- Irmão mecânico 38
- Irmão mester 26, 28, 31-32, 142, 251
- Irmão nobre 26, 28, 30, 32-33, 36, 38-40, 132, 142, 251, 421
- Itália 177, 385
- JÁCOME, Luís 89, 223
- Jales 54, 62, 160, 253
- Jardim de Infância (valência) 4, 11, 199, 205, 207, 213-214, 219
- JARDIM, Manuel 304
- Jerusalém 309
- Jesus Cristo 51, 53, 55, 62, 100, 109, 118-120, 122-123, 128, 131-132, 134, 139-140, 142, 151, 226, 229, 238, 249, 253, 267, 269, 271, 293, 299, 301, 308-320, 322-327, 329, 338, 350, 375
- JESUS, Ana Maria de 160
- João III (rei) 17, 54, 57, 383, 390
- João IV (rei) 24
- João Pessoa 280
- João V (rei) 27, 29, 75-76, 280, 383, 390, 421
- João VI (rei) 255-256, 269, 276, 422
- JOÃO, António 226
- JOÃO, Domingos 31, 66, 70, 226
- JOAQUIM, António 46, 242
- JORGE, Bartolomeu 63-64, 98
- Jornaleiro 174, 192, 385
- JOSÉ, Álvaro 164
- JOSEFA, Ana 165
- Judas Iscariotes 132
- Juiz de fora 28, 35, 54, 57, 59, 76, 164, 285
- JÚLIO, António José Ferreira 237, 246
- JÚNIOR, António Botelho 128-129
- JÚNIOR, Francisco de Matos 125
- JÚNIOR, José de Barros Freire 125, 130
- JÚNIOR, José Narciso 109, 125
- JÚNIOR, Manuel Botelho 238, 246
- JUNOT, Jean-Andoche 241
- Junta 24, 32, 39, 104-105, 156, 379, 397-398, 414
- Junta Distrital de Assistência 202
- Junta Geral 46-47, 199, 276
- Junta Provincial 104, 156, 173, 199
- Lamares 53, 83, 89, 105
- Lamas de Orelhão 55, 89, 249
- Lamego 26, 35, 151, 160, 164, 174, 252, 386
- LAMEIRÃO, Francisco 155, 203
- LAMÉS, António Moinho 262
- Lampadário 241, 286
- Landim 227
- Lanterna 114, 120, 122, 128-132, 136, 139-140, 142, 144, 232, 386
- Lanternim 339, 348, 350
- Lar da Imaculada Conceição (valência) 4, 12, 199, 205-206, 214-215, 219
- Lar Hotel (valência) 4, 11, 107, 199, 207, 209, 211, 216-218, 219, 251, 272, 424
- Lar Juvenil (valência) 4, 11, 199, 206-207
- LARA, Brites de 223
- Lar-Escola Florinhas da Neve (valência) 4, 11, 103-106, 199-200, 202-206, 211-214, 219, 406-407, 422, 424
- Largo de Camões 203
- Largo do Cabo da Vila 20, 402
- Largo do Cano Velho 81, 87
- Largo do Pioledo 206
- Latoeiro 246
- Lavanda 252, 342-343
- Lava-pés 47, 51, 112, 116, 118, 127-129
- LEAL, Pinho 148, 152, 279, 286, 386
- Leiria 196, 383, 418
- Leirós 67, 73, 83
- LEITÃO, António 62, 64
- LEITE, António Felisberto da Silva Cunha 259
- LEITE, Bernardo 127, 130, 244, 260, 262-263
- LEMOS, José Botelho de 150, 160, 165, 254, 303
- LEMOS, Manuel Antunes 155, 203
- Leonor (rainha) 9, 62, 64, 73, 82, 90, 98, 287, 390
- LIMA, Diogo 139
- LIMA, Joaquim 233, 236, 239, 244, 385-386
- LIMA, José Moreira 242
- Linhares 53, 62, 67, 73, 83, 91-93
- Linho 110-111, 127, 231, 253-254, 354, 357-361, 364-366, 371, 374-376, 386
- Lintel 279, 288, 291, 411-412
- Lisboa 9-10, 17-18, 23-25, 27, 34-36, 39-40, 43, 45-46, 51, 54, 57, 59, 76, 78, 87, 106, 153-155, 160, 164, 171, 181, 196, 203, 285-286, 301, 360-361, 383-384, 386, 390-393, 418
- LOBO, Isabel 18, 223
- Lobrigos 87, 90, 94, 158
- LOPES, Pêro 20, 223
- Lordelo 30, 105, 128, 206, 406
- LOURENÇO, Domingos 225
- LOURENÇO, Fernão 55, 62
- Lugo 174
- Luís I (rei) 46, 109
- LUÍS, André 160, 252
- MACEDO, António Pinto Correia de 162
- MACEDO, Diogo de 304
- MACEDO, Francisco Xavier Taveira de 160, 252
- MACEDO, José Ferreira de 164
- MACEDO, José Teixeira de 254
- MACEDO, Maria Rita de 294, 298, 413
- MACEDO, Miguel Taveira de 225
- MACHADO, António 83, 257
- MACHADO, Manuel 31, 95, 225
- MACHADO, Manuel Joaquim Pinto 236-237
- MACHADO, Manuel Pinto 237, 244
- MACHADO, Montalvão 155, 178
- MADALENA, Maria 80, 118, 120, 122-123, 130-132, 136, 142, 144, 160, 164, 232, 242, 312, 385, 418
- Madame Brouillard (*vide* TEIXEIRA, Virgínia Rosa)
- MAGALHÃES, António de 285
- MAGALHÃES, Luís Teixeira de 30, 35-36, 421
- MAGALHÃES, Manuel Ferreira de 160
- MAIO, Albano Barria 155
- MAIOR, Melchior de Macedo Souto 35
- Malária 181
- MALVAR, Miguel 259
- Maneirismo 248-249, 316
- Manípulo 267, 354, 356-361, 364-366, 368-371, 377
- Mansarda 155, 279-280
- MANTA, Abel 304
- Manuel I (rei) 9-10, 17, 20, 379, 383, 390, 393, 395-396, 414, 421
- Manutégio 231, 354
- MARANTE, Francisco Correia 226
- MARGARIDA, Mariana 164, 254, 404
- Maria da Fonte (revolta) 193
- MARIA, Ana 82, 160
- MARIA, Ana de Jesus (infanta) 109, 401
- MARIA, Dionísia 225
- MARIA, José 38, 128-130, 139, 158, 259, 392, 402
- MARTINS, José António 126, 244
- MARTINS, Oliveira 176
- MARTINS, Sebastião 160
- MÁRTIRES, Frei Bartolomeu dos 58
- Martírio 130-132, 136, 271
- Maternidade 155
- MATOS, António Alves de 279
- MATOS, Bernardino Felizardo Rebelo de 45
- MATOS, Francisco de 31, 125
- MATOS, João Lourenço de 287
- MATOS, Lourenço Correia de 246

- MATOS, Manuel Álvares 225
- Medicamento 103, 105, 148, 150, 166, 169-171, 173, 389
- Medicina 148, 155, 166, 169-170, 172, 184, 265, 278, 391-392, 424
- Médico 103, 105, 148, 150, 153-156, 161, 166-167, 169, 173-174, 178, 181, 189, 193, 201, 204-205, 214, 216, 225, 255, 259, 273, 277, 392-393
- MELO, Alfredo de 273
- MENDES, António Moreira 125, 130
- MENDES, Tomé 246
- MENDONÇA, Francisco Soares de 30, 35
- MENESES, Caetano de Távora Cardoso e 30, 225-226
- MENESES, Fernando de (2.º marquês de Vila Real) 223
- MENESES, Isabel de 62, 64, 69
- MENESES, Luís de Noronha e (marquês de Vila Real) 24
- MENESES, Miguel de (4.º marquês de Vila Real) 223
- MENESES, Miguel Luís (marquês de Vila Real) 23-24
- MENESES, Pedro de (marquês de Vila Real) 18
- Meningite 191
- Mesa Administrativa 45, 49, 105, 170, 172-173, 196-197, 201, 204-205, 212, 217, 279, 389
- Mesão Frio 148, 384
- MESQUITA, Bernardo Correia da 30, 226
- MESQUITA, Diogo de 58, 69, 93
- MESQUITA, Francisco Antunes de 279
- MESQUITA, João Pinto de 158
- MESQUITA, José Taveira de 87, 96, 226
- MESQUITA, Manuel de Queirós de 35
- MESQUITA, Neutel Correia da 35
- MESQUITA, Rodrigo de Nisa da 35
- Miguel I (rei) 109, 175, 401, 405
- Militar 87, 104, 123, 150, 153, 155, 161, 171, 173, 175-177, 195, 202-204, 254-256, 299, 301, 303, 385
- Minhava 5, 290-291, 412
- Ministério do Interior 49, 102, 276
- Ministério do Reino 46, 383, 385, 389
- Mira 304
- MIRANDA, Duarte José Pereira de 112, 160, 263
- Mirandela 174
- Miserere 139-140, 402
- Misericórdia de Bragança 9
- Misericórdia de Chaves 9
- Misericórdia de Lisboa 9, 17-18, 23-25, 34, 43, 45, 51, 106, 384, 391-393
- Missa 4, 9, 18, 20, 26-27, 35-36, 39, 42-43, 49, 51-59, 61-65, 68, 72, 74-75, 77-78, 82-86, 88, 96-101, 105, 109-110, 112, 118, 128-129, 149, 160, 164-165, 223, 254-255, 269-271, 280, 282, 286, 291, 355, 386, 389, 422-423
- Missal 62, 230, 232, 253, 267, 270, 293, 335, 338, 349
- Mísula 288
- Moleiro 28, 31, 226
- Mondim 174
- Mondrões 105, 128, 174, 257
- Montalegre 212
- Monte Calvário 57
- MONTEIRO, António de Bessa 45
- MONTEIRO, António Teixeira 128
- MONTEIRO, Domingos 51, 92-93, 294, 298, 413
- MONTEIRO, Filinto 155
- MONTEIRO, Francisco Fernandes 225
- MONTEIRO, João 31-32, 71, 247
- MONTEIRO, João Baptista Pereira Coelho 44
- MONTEIRO, João da Silva 158
- MONTEIRO, José 31, 71, 87, 160, 233, 236, 238, 246, 386
- MONTEIRO, José António 258
- MONTÉS, Francisco Rodrigues 32, 226
- MORAIS, Bento José de 246
- MORAIS, José Cabral Teixeira de 24, 44-46, 167
- MORAIS, José Júlio Pereira de (visconde de Morais) 165, 387
- MORAIS, Mariana de 225
- MORAIS, Rodrigo José de 45
- Mordomo dos presos 24, 36, 38
- Mordomo-mor 46-47, 118, 154-155, 166-169, 173, 257
- MOREIRA, Alberto 197
- MOREIRA, João Teixeira 226
- MOREIRA, Joaquim 246
- MOREIRA, José 233, 238, 241-242, 244, 262-263, 285
- MOREIRA, José Francisco 258, 262, 269
- Morgados de Vila Cova 279-280, 282, 286, 288
- Mortalidade 4, 173-174, 177, 182, 184, 186-187, 195, 384-385
- MOTA, Artur Alves da 262-263
- Motivo de *Serlio* 248
- Mouços 17-18, 20, 53-54, 62, 67-68, 73, 82, 89, 91-93, 99, 105, 384, 392-393, 395, 421
- MOURA, António Gomes de 128-130
- MOURA, Joaquim Pereira de 244
- MOURA, Manuel Teixeira de 285
- MOURA, Maria Emília Teixeira de 166, 264, 291, 293-294, 297, 413
- MOURA, Vital Máximo Teixeira de 276, 291
- MOURÃO, António 31-32, 225
- MOURÃO, Gonçalo Rodrigues 226
- MOURÃO, José Correia 45, 72, 96, 98, 127, 228, 236-238, 241, 246, 385
- MOURÃO, Luís António de Sousa Botelho 287
- MOURÃO, Luís Monteiro Vasconcelos 128
- MOURÃO, Matias Álvares 225-226, 409
- Murça 90, 199
- Museu de Alberto Sampaio 355
- Música 105, 128-130, 158, 174, 201, 211, 214
- NASCIMENTO, António 247
- Natividade de Nossa Senhora 74
- Navarra 174
- Naveta 230, 241-242, 264, 269, 271, 279, 293, 338-339, 346
- Nefrite 191
- Neoclássico 248, 269, 288, 332
- Neuropsiquiatria 156
- NÓBREGA, António Álvares da 225
- NÓBREGA, Baltazar da 24
- NÓBREGA, Catarina Martins da 62-64
- NÓBREGA, Sebastião Maria da 100, 158
- Nobreza 28, 42, 52, 64-65, 88, 149, 158
- Nogueira 30, 71-72, 80, 86-87, 96, 98-99, 105, 158, 244, 280, 385
- NOGUEIRA, Manuel Marques 244
- NORONHA, André de 24
- Nossa Senhora 9, 12, 17, 20, 24, 32, 34, 45, 52-53, 55, 57, 65, 74, 78, 92, 101, 109-110, 120, 122-124, 126-127, 130-132, 135-136, 142, 144, 149, 155, 160, 165, 169, 193, 224, 228-230, 232-233, 237-238, 242-243, 245-247, 249, 253, 255, 264, 267, 271, 273, 277, 279-280, 286-287, 289, 291, 293, 301, 312-314, 316, 320, 328-330, 332, 336, 340, 354-355, 372-374, 380, 385, 392-393
- Nossa Senhora da Conceição 12, 45, 101, 109, 120, 122-123, 149, 233, 238, 245-247, 249, 271, 291, 293, 301, 316, 328, 330, 385
- Nossa Senhora da Coroa 55, 249
- Nossa Senhora da Misericórdia 17, 24, 52, 249
- Nossa Senhora da Penha de França 271, 330
- Nossa Senhora da Piedade 17, 312-314
- Nossa Senhora das Lágrimas 229
- Nossa Senhora da Soledade 229, 238, 246, 249
- Nossa Senhora da Visitação 229-230, 238
- Nossa Senhora das Dores 65, 124, 126, 142, 169, 228, 230, 237-238, 242, 246, 248-249, 255, 293, 316, 320, 332, 336, 340, 354, 372-374
- Nossa Senhora do Carmo 57, 124, 127, 135, 149, 160, 165, 193, 228-230, 237-238, 242-243, 249, 280, 293, 316, 329, 355
- NOVAIS, Paulo de 226

- NUNES, António 31, 71, 84, 160-161
 NUNES, João António Teixeira 158
 NUNES, Joaquim Correia 34
 NUNES, Pedro Pires 165
O Povo do Norte (jornal) 277
O Villarealense (jornal) 166, 273, 277, 279
 Obras corporais 147
 Obstetrícia 155
 Oftalmologia 156
 Olival 66, 70, 80, 82, 86, 93-94, 96-97, 160
 OLIVEIRA, António de 85, 225
 OLIVEIRA, Emília Maria Gomes de 197
 OLIVEIRA, Francisco Feliciano de 126, 236
 OLIVEIRA, Hélder Augusto 13, 197
 OLIVEIRA, José Bento de 34
 OLIVEIRA, José Dias de 160
 OLIVEIRA, José Monteiro de Carvalho e 87, 160
 OLIVEIRA, Pedro Borges de 20, 223
 Ombreira 224, 247-248, 257, 288, 291
 Oratório 87, 152, 169, 252-255, 264-266, 424
 Ordem Terceira da Penitência (*vide* Ordem Terceira de São Francisco)
 Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo 57, 149, 193, 280
 Ordem Terceira de São Francisco 40, 109, 116, 128, 130, 149, 160, 193
 Orense 174
 Otite 181
 Otorrinolaringologia 156
 Ourives 174, 293, 338-348, 352-353
 Ouro Preto 63, 65
 Outeiro de Aguiar 71
 Ouvidor 26-28, 40, 55-56, 62, 64, 75-76, 93-94, 280, 286, 421
 PACHECO, José Alves 246
 Paços do Concelho 81, 87, 279, 391
 Padre 10, 33, 45, 51, 55, 58, 63, 67, 70, 73, 78, 80, 92, 94, 96, 98, 112, 116, 118, 120, 123, 130, 143, 160, 164, 225, 253, 257-258, 263, 270-271, 285, 306, 384, 389, 421
 Países Baixos 177
 PAIVA, António da Costa (barão de Castelo de Paiva) 165
 Pálio 116, 118, 120, 122-123, 128, 130-132, 136, 139-140, 142, 144, 230
 Pampelido 176
 Panarício 181
 Pão 36, 38, 53, 62, 66, 68-71, 79-80, 82-83, 85-86, 89-92, 122, 147, 163, 199, 218, 223
 Papa 39, 105, 312-313
 Parada de Cunhos 55, 62, 69-70, 85-86, 94-95, 98, 105, 128, 158, 174
 Parada de Pinhão 30, 53, 66, 82, 90
 Paradela de Guiães 258
 Paraíba 280, 286, 288, 411-412
 Paramentaria (*vide* paramento) 5, 354
 Paramento 51, 100-101, 242, 267, 271, 286, 293, 354, 362, 418
 Paris 304
 Parto 191
 Páscoa 97, 100-101, 110, 118, 128-129, 153, 254
 Patena 230, 241-242, 253, 264, 267, 271, 279, 344
 PATORRO, Manuel Alves Dinis 160
 Pediatria 155
 Pedreiro 28, 31, 95, 174, 199, 226, 236, 244, 257-259, 261-263, 269, 271, 279, 288, 385, 391
 PEDRO, Simão 132
 Pegarinhos 160
 Peitoril 257, 280, 288
 PEIXOTO, José Pereira 164
 PEIXOTO, Martinho de Magalhães 128
 Penafiel 174, 383
 PENAFIEL, António Francisco 125, 127, 236-237, 239, 241, 244
 Penelas 158
 Peregrino 51, 149
 PEREIRA, António 31, 68, 73, 80, 123, 226, 228-229, 334, 386, 391
 PEREIRA, António da Costa 225-226
 PEREIRA, Brás Gonçalves 45, 165
 PEREIRA, Francisco Pinto 26-27, 30, 32
 PEREIRA, Joana Maria Alves 160
 PEREIRA, José 31, 86, 112, 116, 164, 263, 285
 PEREIRA, Luís Rebelo 285
 PEREIRA, Manuel Rodrigues 225
 PEREIRA, Maria 96, 160, 252
 PEREIRA, Tomás 257
 Picheleiro 28
Pietá 308
 Pilastra 247, 269, 287-288, 291
 PIMENTA, Bernardo Luís 237, 244
 PIMENTEL, Afonso Ferreira Vaz 276
 PIMENTEL, Ana Luísa 286
 PIMENTEL, António Botelho Correia de Queirós 38
 PIMENTEL, António Francisco 242
 PIMENTEL, António Pinto 55, 81, 97
 PIMENTEL, Fernão Pinto 55, 57, 62, 64, 69, 97, 249
 PIMENTEL, Jerónimo Botelho Correia de Queirós 54, 57, 59, 95
 PIMENTEL, João Baptista 255
 PIMENTEL, João Botelho 153, 255
 PIMENTEL, Neutel Correia de Mesquita 38
 PIMENTEL, Vicente Luís Correia de Mesquita 87
 Pináculo 247, 291, 325, 327, 339, 348, 350
 PINTO, Álvaro 223
 PINTO, António de Sousa 35
 PINTO, António José de Azevedo 160, 165, 252
 PINTO, João 27, 30, 158, 225
 PINTO, João Correia 125
 PINTO, João de Carneiro 35
 PINTO, José Joaquim Tovar de Sousa 160
 PINTO, José Manuel 151, 252, 386
 PINTO, José Moreira 285
 PINTO, Luísa 72, 160
 PINTO, Manuel Joaquim 236-237, 285
 PINTO, Maria 20, 224
 PINTO, Miguel António Vaz Guedes Pereira 38
 Pintor 126-127, 166, 233, 236-239, 241-242, 244, 258, 261-263, 294, 300, 304, 306, 386
 Pintura 5, 65, 108-109, 126-127, 165, 207, 211, 227-228, 233, 236-239, 241-242, 249, 254, 259-260, 263, 291, 293-294, 301-302, 304, 307-312, 314-317, 326, 331-332, 334-337, 362, 375, 385-386, 391, 393, 424
 Pio XII (papa) 105
 PIRES, António 55, 62, 64, 69, 74, 85-86, 94-95, 98
 Pixide 353, 376
 Plinto 247, 249
 Pneumonia 190
 Podologista 214, 216
 Policromia 227, 247, 288, 315, 320-321, 323, 326-331, 336
 Polónia 177, 385
 Pôncio Pilatos 309-312
 Ponte de Lima 30, 174, 390, 392, 419
 PONTES, João Pereira 236, 246
 Pontevedra 174
 Porta-bandeira 139
 PORTELA, Francisco José de Carvalho 160, 165, 300
 PORTELA, Vicente 259
 Porto 2, 13, 18, 80, 87, 103-104, 126, 155, 176, 196-197, 232, 236, 242, 254, 293-294, 300-301, 304, 338, 345-347, 383-384, 390-393, 414, 417-419
 Portugal 9, 23, 26, 35, 43, 76, 106, 109, 122, 128, 147-148, 154, 164-165, 170, 176, 182, 194-195, 227, 248, 255, 269, 280, 287, 356-357, 362-363, 367-377, 381, 383-386, 390-393, 395, 403-404, 407, 409-410, 412-413, 415, 417-419

- PORTUGAL, Gonçalo Peixoto Magalhães 158
Portugaliae Monumenta Misericordiarum 10, 17, 27, 54, 57, 59, 78, 383, 390
 Povoação 158
 Praça Velha 81, 87, 151, 153, 252-256, 386, 424
 Prata 20, 34, 39, 55, 62, 89, 91-93, 128, 197, 223, 229-231, 238, 241-242, 253, 264, 267, 269, 271, 279, 291, 302, 319-320, 322, 338-354, 391
 Presbitério 226, 385
 Pretório 130, 136, 308-312
 Primeira República 49, 102
 Prioste 285-286
 Procissão 4-5, 13, 24, 32, 39, 47, 51, 101, 109-114, 116-119, 120-122, 124-125, 127-135, 134-136, 138-140, 142-144, 149, 153, 232, 241, 293, 308, 316-320, 375, 389, 423
 Procurador-geral 46, 285
 Professor 13, 174, 211, 214, 216, 294, 300-301, 304, 417
 Proprietário 28, 98, 106, 163, 385
 Provedor 7, 10, 13, 17-18, 20, 24, 26-28, 32-40, 42, 44, 46-47, 49, 53-54, 56-59, 62, 65, 68, 74, 76-78, 80, 82-84, 87-88, 93, 100, 103-105, 112, 118, 132, 142, 147, 149-151, 153, 155, 163-167, 169-170, 173, 175, 223-224, 226-228, 230, 242, 251-252, 254, 256, 258, 260-263, 269, 271, 273, 278-279, 289, 294, 301, 379, 385, 395-399, 401-404, 409, 414, 421-423
 Provesende 55, 87, 158, 160, 164
 Provisão 26, 33, 35, 76, 164, 269, 421-422
 Prússia 177, 296
 Psicólogo 211, 214, 217
 Purificação de Nossa Senhora 74, 110
 Quaresma 33, 39, 51, 109-110, 112, 116, 118, 124-125, 127-129, 150-151, 286, 391, 423
 Quarta-feira de Cinzas 100-101, 116, 118, 120, 122, 149, 423
 QUEIRÓS, José de Sousa de 160, 252
 Quinta da Fonte Nova 203
 Quinta da Petisqueira 199, 201, 206-207
 Quinta-Feira de Endoenças (*vide* Quinta-Feira Santa)
 Quinta-feira Santa 4-5, 24, 86, 100, 110, 112, 116, 127-129, 131, 139-140, 142
 Radiologista 155
 REAL, João Ferreira 150-151, 158, 285
 REBELO, João 100, 226, 423
 REBELO, Manuel 35, 285
 Receita 11, 27, 33, 38, 42, 51, 75-76, 99-102, 104-107, 164, 167, 170-171, 173, 260, 262, 277, 389, 423-424
 Refeitório Social (valência) 4, 11, 199, 218-219
 REGO, José Álvares do 287
 REIS, António José Leite dos 160
 REIS, Cristóvão Alves dos 38
 Renascentista 247
 Renascimento 247-248
 Residência de Autonomização 212
 Resplendor 229-230, 238, 241-242, 264, 267, 271, 314-315, 320, 322, 325, 327, 335-336, 340, 352-353
 Restauração 27, 61, 383, 390
 Retábulo 6, 222-224, 226-227, 229, 239, 243, 245, 247-249, 258, 284, 288, 291, 316-320, 326-327, 329-331, 334, 418
 Retrato 5, 147, 159, 161-162, 165-166, 266, 278, 293-306, 308, 423
 Reumatismo 181
 Riba de Âncora 24
 Ribeira de Sabrosa 55, 69
 Ribeiradouro 160
 RIBEIRO, Albertino Jorge Azevedo 197
 RIBEIRO, António 71, 123, 225
 RIBEIRO, Francisco 126, 226, 238, 242, 244, 386, 393
 RIBEIRO, João Baptista 293, 299-301, 303, 307, 392, 413, 417
 RIBEIRO, José 126-127, 158, 237-238, 241, 244, 246, 299-300, 386
 RIBEIRO, Lourenço José 126-127, 244
 RIBEIRO, Manuel 30-31, 165
 Rio das Mortes 280
 Rio de Janeiro 196, 391
 ROBERTO, José Augusto Fernandes 260
 ROCHA, Ana Eufrásia da 159-160, 164-165, 294-295, 385
 ROCHA, António Bernardo de Figueiredo Alves e 38
 ROCHA, Francisca Teresa Madalena da 160, 164, 385
 ROCHA, João Baptista da 258, 262
 ROCHA, João Pereira da 38
 ROCHA, Luís António Figueiredo e 257
 Rococó 249, 288, 332
 RODRIGUES, Bernardino 236, 246
 RODRIGUES, Constança 18
 RODRIGUES, Domingos 233, 236, 246, 385
 RODRIGUES, Gonçalo 31, 70, 226
 RODRIGUES, Jerónimo Alves 38
 RODRIGUES, Lourenço 80, 225
 RODRIGUES, Luísa 270
 RODRIGUES, Rosa 270
 ROMUALDO, António Rodrigues 260-262
 Rua D. António Valente da Fonseca 203-204, 211
 Rua da Amoreira 280
 Rua da Cadeia 54, 223
 Rua da Fonte Nova 202, 204-205
 Rua da Piedade 160, 252, 256
 Rua da Praça 153
 Rua da Praça Velha 81, 87, 151
 Rua das Flores 242
 Rua da Vila Velha 255
 Rua de Trás da Misericórdia 5, 98, 147, 151-152, 154, 251, 386
 Rua do Espírito Santo 271
 Rua do Jazigo 280, 286
 Rua do Poço 81, 97, 127, 160
 Rua Jerónimo Amaral 279
 Rua Nova 54, 72, 233
 RUA, Augusto 155, 165, 271, 273, 276-277, 403
 RUBIÃO, Francisco Inácio Pereira 148, 150, 153, 255
 Sabrosa 55, 69, 80, 87, 93-94, 155, 188
 Sacerdote 28, 36, 42, 53, 59, 62, 65, 109-110, 132, 142, 149, 223, 255, 285, 322
 Sacrário 6, 223, 228, 231, 239, 242, 267, 269-271, 279, 286, 327, 375-376, 385
 Sacristão 122-123, 154
 Sacristia 34, 39, 223-225, 229, 232, 236-238, 242, 246-247, 249, 267, 269-271, 287-288, 291, 293, 295, 297-298, 300, 306, 308-313, 315-316, 321-322, 327-328, 332, 334-335, 337
 Salário 59, 76, 170
 SALES, Francisco de 161
 Salva 341-342
 Salvador de Telões 147
 SAMARDÃ, Adelino 9, 17-18, 26, 61, 75, 148, 151
 SAMPAIO, Alexandre Botelho de 158
 SAMPAIO, Lopo de Melo Vaz de 158
 SANCHES, Ribeiro 154, 384
 Sanefa 231, 288
 Sangrador 28, 148
 Sanhoane 89, 128
 Santa Ana Mestra 293, 327-328
 Santa Bárbara 46, 81, 233, 247, 382
 Santa Marta de Penaguião 30, 53, 90-92, 155, 188, 384
 Santa Sé 53-54
 Santiago de Compostela 174
 Santíssimo Sacramento 57, 112, 122, 128, 227, 269, 271, 286
 Santo Lenho 130-132, 136, 242
 Santo Ovídio 321
 Santo Sepulcro 131
 SANTOS, Bernardo Leite dos 260, 262-263
 SANTOS, João António dos 126, 242, 246

- SANTOS, João Cardoso dos 165
- SANTOS, João dos 126-127, 233, 237
- SANTOS, José Leite dos 166
- São Dinis (freguesia) 18, 23, 64, 109, 112, 118, 120, 122, 149, 154, 193-194, 255
- São Fins 158, 384
- São Jerónimo 160, 258, 264, 267, 269-271, 278, 288-289, 293-294, 307, 322, 326, 331, 423
- São João 24, 62, 118, 120, 122-123, 130-132, 136, 142, 144, 160, 232, 264, 267, 271, 280, 312, 315
- São João Apóstolo 315
- São Jorge de Goivães da Serra 147
- São José 96, 160, 260, 263, 266, 293, 326, 331
- São Lourenço (freguesia) 53, 62, 66-67, 70, 80, 82, 87, 89, 93, 98
- São Martinho 30, 47, 62, 69, 74, 109-110, 116, 164, 228-229, 238
- São Martinho de Mouros 164
- São Miguel 36
- São Pedro (freguesia) 20, 30, 54, 57-59, 63-64, 116, 120, 122, 124-125, 128, 132, 135, 149, 193, 287
- São Pedro Apóstolo 314
- São Romão (freguesia) 53, 67, 384
- São Roque 120, 122-123
- São Tiago Apóstolo 314
- São Tomé do Castelo 105
- Sapateiro 20, 28, 31, 67, 70, 82, 174, 199, 201, 223, 226
- Sebasto 364
- Seda 100, 229-232, 242, 253, 267, 270-271, 298, 301, 304, 329, 354-362, 364-377
- Segunda Guerra Mundial 102, 182, 184, 201-202
- Segurança Social 107, 207, 211-212
- Semana Santa 4, 33, 49, 51, 100-103, 108-114, 116, 118-119, 124-125, 127-129, 133-135, 138, 142, 241, 293, 308, 314-315, 375, 379, 423
- Senhor da Cana Verde 124-125, 127, 129-132, 229, 238, 248, 293, 317
- Senhor dos Passos 74, 113, 126-127, 131-132, 229-232, 237-238, 242, 248-249, 293, 319, 341, 386
- Senhor do Túmulo 142, 229, 232, 238, 242, 249
- Serralheiro 28, 31, 126-127, 151-152, 225, 236-238, 241, 246, 251, 385
- SEQUEIRA, Domingos António de 301
- SERÔDIO, José António Gonçalves 306
- Serviço Nacional de Emprego 173
- Serviço Social 218
- Setúbal 181, 390
- Sever 158
- Sexta-Feira da Paixão (*vide* Sexta-Feira Santa)
- Sexta-Feira Santa 33, 129, 423
- Sifilografia 155-156
- Sífilis 181
- SILVA, Antónia da 153, 256
- SILVA, António da 123, 225, 227
- SILVA, Domingos Monteiro da Veiga e 294, 298, 413
- SILVA, Eugénio Boto da 286
- SILVA, Francisca Xavier Teles da 258
- SILVA, João de Ornelas da 279
- SILVA, João José Ribeiro da 238, 246
- SILVA, Joaquim Machado da 139
- SILVA, José Cardoso da 130, 259
- SILVA, José Dias da 252
- SILVA, Luís José da 257, 262
- SILVA, Manuel da 30-31, 38, 78, 150-151, 164
- Simão de Cirene 130-132, 136, 310, 312
- Sinédrio 132
- Sineiro 174
- Sobrados 73, 91, 93
- Sociedade Columbófila 207
- SOUSA, António Alves de 259
- SOUSA, António de Barros Castro e 162, 296
- SOUSA, António Teixeira de 169, 260
- SOUSA, Fernando de 1-2, 9-10, 417
- SOUSA, Jerónimo Alves Rodrigues de 38
- SOUSA, João António Baptista e 45
- SOUSA, João Borges de 160
- SOUSA, Joaquim José da Silva Barbosa e 42, 78, 149-151, 164, 251, 403
- SOUSA, José de 128, 160, 252
- SOUSA, José Ferreira de 158
- SOUSA, José Jacinto de 147
- SOUSA, Manuel Maria 197
- Sudário 110-111, 232, 311, 375
- Tabelião 18, 53-57, 59, 76, 81, 84, 86-87, 89-99, 164, 223
- TABOADA, João 241, 246
- TABORDA, João Correia 258
- Taburno 127
- Tafetá 230, 355-371, 373-377
- Talha 5, 227, 258, 288, 293, 312, 321, 325, 327, 332-335, 337, 391, 418
- Tanha 160, 280
- Tardobarroco 248, 269, 288
- TAVARES, Dinis 62, 64, 72, 74, 85, 96
- TAVARES, Gonçalo Lobo 55, 62, 64, 72, 237
- TAVARES, Simão 20, 62, 224
- TEIXEIRA, Alfredo 197
- TEIXEIRA, Antónia da Silva 256
- TEIXEIRA, Francisco António 125
- TEIXEIRA, Joana 160
- TEIXEIRA, João 125
- TEIXEIRA, Júlio 280
- TEIXEIRA, Júlio António 155, 280
- TEIXEIRA, Manuel 30, 32, 62, 64, 69, 74, 85-86, 95, 228, 285
- TEIXEIRA, Mariana 160, 252
- TEIXEIRA, Tomás 225
- TEIXEIRA, Virgínia Rosa 294, 304, 413
- Tempietto* 350
- Tesoureiro 24, 27-28, 34, 36, 38, 49, 76, 100, 153, 164, 205, 423
- Testamento 38, 53-54, 56, 62-63, 65, 80, 84, 94, 98, 156, 160, 164, 252, 280, 282, 286, 291, 294
- Tetânia 191
- Tifo 190
- Tímpano 247, 276, 279, 288
- TOCAIO, João Inácio 155, 199, 203
- Tocha 120, 122, 130-132, 136, 140, 142, 144
- Tocheiro 39-40, 242, 246, 249, 267, 333
- TOJO, Francisco 242, 246
- TOMÁS, José 96, 256
- Tombo Novo 18, 40, 63-64, 73, 76, 78, 81, 95, 99, 383
- Torgueda 128
- Torneiro 225-226
- Torre de Moncorvo 80, 418
- Torre do Tombo 24, 79, 389
- Totobola 106, 400
- TOVAR, Luísa de São José 160
- Trás-os-Montes 10-11, 17, 78, 147, 154-155, 161, 175-177, 199, 203, 286, 379, 383-384, 391-393, 395-396, 403-404, 414, 418
- Tribuna 41, 223, 226, 239, 242, 249, 258, 270, 286, 385-386
- Tribunal 105, 211-212
- Trigo 52-53, 57, 62, 66-67, 80, 82-83, 90-91, 105, 223
- Trombeta 124-125, 130-131, 136
- Tuberculose 181, 190-191
- Tui 174
- Tumba 26-27, 39-41, 47, 99-100, 153, 232, 242, 246
- Turíbulo 241, 264, 269, 271, 279, 338-339, 348
- Turim 288
- Úlcera 181, 191
- Última Ceia 131
- Umbela 117, 362
- União das Misericórdias Portuguesas 10, 27, 54, 57, 59, 78, 106, 383-384, 390, 392

- União Ibérica 61
 Unidade de Apoio Integrado (valência) 4, 199, 207, 217
 Unidade de Cuidados Continuados (valência) 4, 11, 207, 217-219
 Universidade de Coimbra 271, 280, 298, 355, 392
 Urna do Santíssimo 61, 332, 335
 Valadares 85, 383
 Vale de Mendis 18, 70-71, 80, 95
 Vale de Nogueiras 69
 Valença 55-56, 62, 73, 174, 225-226, 383
 VALENÇA, Isabel de 226
 Vão 226, 236, 247, 249, 269, 279-280, 287-288, 291
 VASCONCELOS, António Mendes de 160
 VASCONCELOS, Lourenço Botelho Pimentel de 227
 VASCONCELOS, Maria Joaquina de Mendonça 160
 VAZ, Catarina 20, 223
 VEIGA, Francisco da 45
 VEIGA, José Pinto da 128, 150
 VEIGA, Manuel José da 38
 VELHA, Isabel Pires 53-54, 94, 223
 Veludo 230, 241-242, 298, 301, 355
 Venade 24
 Véu 230, 267, 270-271, 327-328, 330, 336-337, 354-355, 376
 Viana do Castelo 23-24, 254, 390-391, 396, 419
 Via-Sacra 308-312
 VICENTE, Manuel 241-242
 VIDAL, João Evangelista de Lima 202-203
 Vidraceiro 246
 Vieira Portuense 294, 301, 413
 VIEIRA, Domingos Francisco 301
 VIEIRA, Manuel José 238, 244
 Vígo 174
 Vila Alva 163, 404
 Vila Chã 67, 82, 263
 Vila Chã de Aguiar 71
 Vila Cova 105, 271, 279-280, 282, 285-286, 288, 411-412
 Vila Marim 105, 174
 Vila Meã 67, 73, 83, 255
 Vila Nova de Folhadela 72
 Vila Pouca de Aguiar 55, 71, 95, 188, 263
 Vila Seca de Poiares 158
 Vila Verde 53, 390
 Vilafrancada 175
 Vilar de Celas 53, 67, 81, 90
 Vilar de Maçada 53, 66, 69, 81-82, 90, 97, 158
 VILAR, Francisco Calvino 258, 262
 Vilarinho de Cotas 158
 Vilarinho de Parada 53
 Vilarinho de São Romão 67, 384
 Vilarinho dos Freires 158
 VILELA, Francisco de Sousa 112
 VILELA, Luís de Sousa 164, 404
 VILELA, Manuel António 34, 98
 Vindimas 174, 184
 Vinho 42, 53, 57, 62, 68-69, 86, 89, 91, 93, 95, 101, 143, 158, 163, 228, 345-346, 391, 418
 Visitação 32, 34, 49, 153, 229-230, 238, 242
 Visitador das esmolas 24, 36, 38
 Vitivinicultura 174

**A SANTA CASA DA
MISERICÓRDIA
DE VILA REAL**
História e Património

Anexos



Índice

Anexos

I. Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1865)	3
II. Compromisso da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1992)	14
III. Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1528-2012)	21
IV. Novo Regimento para regulação do Hospital (1797)	26
V. Regulamento interno do Hospital da Divina Providência de Vila Real (1844)	29
VI. Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1693-2011)	34
VII. Procissão dos Santos Passos (1774-1902)	92
VIII. Procissão de Quinta-feira Santa (1774-1902)	120
IX. Procissão de Sexta-feira Santa (1774-1902)	141

ANEXO I

Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1865)

Acta de 15.07.1865

Foi nomeado a Comissão para o povo

Regulamento da Santa Casa da Misericórdia e Hospital

Capítulo 1.º

Da organização e fins da Irmandade

Art.º 1.º – A Irmandade da Misericórdia é a reunião de todos os irmãos legalmente inscritos com um fim comum – a prática das virtudes de piedade e beneficência.

Art.º 2.º – A administração de todos os bens, rendas e presentes da Irmandade incumbe a uma mesa eleita bienalmente na forma destes Estatutos.

Art.º 3.º – A fiscalização da observância destes Estatutos e o mais que neles for marcado, pertence a um Conselho da Irmandade ou Definitório.

Art.º 4.º – A Irmandade será composta de duzentos e quarenta irmãos.

Art.º 5.º – Todos os irmãos devem ser pessoas decentes, bem-educadas, tementes a Deus e de bons costumes, sem escândalos na sua vida pública ou privada.

§ 1.º – Devem ter bens, negócio, emprego, arte ou ofício em estabelecimento próprio que lhes proporcione honesta subsistência.

§ 2.º – Devem saber ler, escrever, e contar, e ter mais de vinte e cinco anos de idade, salvo se forem casados ou tiverem algum grau de habilitação literária.

Capítulo 2.º

Das admissões dos Irmãos

Art.º 6.º – Nenhum indivíduo pode ser admitido para irmão, uma vez que lhe falte algum dos requisitos marcados no artigo antecedente. Qualquer admissão em contrário será nula.

Art.º 7.º – O que pretende ser irmão fará um requerimento à Mesa, adicionando ao seu nome a sua idade, estado, profissão e morada.

§ 1.º – Não será lida a pretensão, nem dela se tomará conhecimento, quando esteja completo o número de duzentos e quarenta irmãos.

§ 2.º – Havendo vacatura apresentará o provedor o requerimento, e todos os mesários tomarão nota para se informarem.

§ 3.º – Passados pelo menos quinze dias será novamente apresentado em Mesa o requerimento para ser votado, o que terá lugar por escrutínio secreto.

§ 4.º – Para ser admitido como irmão, é necessário que o pretendente obtenha duas terças partes dos votos.

§ 5.º – Não obtendo as duas terças partes dos votos será rejeitado, e só em nova Mesa poderá ser apresentada a pretensão.

Art.º 8 – Nunca será votado a admissão de algum irmão, sem ter decorrido o tempo marcado no § 3.º do art.º antecedente, ainda que todos os mesários declarem estar informados.

Art.º 9 – Admitido o irmão, será este avisado pelo servente para comparecer na sessão imediata, e aí lhe será deferido pelo provedor em Mesa o seguinte juramento: "juro aos Santos Evangelhos de servir a Deus e a Nossa Senhora nesta Santa Irmandade na forma que determinam os Estatutos dela, e a cumprir tudo quanto para seu serviço e cumprimento das obras de misericórdia pelo senhor provedor e Mesa me for ordenado, assim como que votarei sempre com desinteresse, e unicamente dirigido ao bem da Casa, segundo a minha consciência".

§ 1.º – O juramento não será deferido, sem primeiro lhe serem lidos pelo escrivão os capítulos que tratam das obrigações dos irmãos, e das penas em que incorrem pela transgressão dos mesmos, e sem terem previamente entregue no cofre da Misericórdia uma jóia de quatro mil e quinhentos réis.

§ 2.º – Prestado o juramento, lançará o escrivão no livro competente o termo de irmão assinado por ambos, não declarando se foi admitido por maioria ou por unanimidade.

Capítulo 3.º*Das obrigações dos Irmãos*

- Art.º 10.º – Todos os irmãos têm obrigação de cumprir exacta e fielmente estes Estatutos, cada um na parte que lhe toca, e em conformidade com o cargo que exercer na Irmandade e assim: 1.º exercer os cargos da Irmandade para que forem eleitos; 2.º servir os empregos, e desempenhar qualquer comissão de beneficência para que a Mesa os nomear.
- Art.º 11.º – Devem todos os irmãos concorrer à Igreja da Misericórdia quando tocar a campainha com insígnia, e quando para isso forem avisados de ordem do provedor ou da Mesa.
- Art.º 12.º – Têm obrigação de vir à Igreja da Misericórdia: 1.º para o acompanhamento dos irmãos falecidos, bem como das mais pessoas referidas no artigo 16.º; 2.º em quinta e sexta-feira da Semana Santa; 3.º em dia da Visitação de Nossa Senhora, a fim de votarem do provedor e mesários que têm de servir no biénio seguinte.

Capítulo 4.º*Dos direitos dos Irmãos*

- Art.º 13.º – Todo o irmão tem direito a votar e ser votado para os cargos da Irmandade, em conformidade com os Estatutos e regras neles estabelecidos.
- Art.º 14.º – Todo o irmão doente, e sem meios para se tratar, tem o direito a ser tratado no Hospital em enfermaria especial, e na forma do competente regulamento.
- Art.º 15.º – Tanto para a admissão no Hospital como para as esmolas que a Casa possa dar, têm a preferência os irmãos e suas viúvas, em igualdade de circunstâncias.
- Art.º 16.º – Todo o irmão que falecer, bem como suas filhas solteiras e seus filhos menores de vinte e cinco anos, e ainda as viúvas de irmãos que não tenham passado a segundas núpcias, serão acompanhados pela Irmandade e conduzidos na tumba especial para os irmãos, pelo modo que se providencia no capítulo 14.º.

Capítulo 5.º*Do governo da Santa Casa*

- Art.º 17.º – O direito que tem a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de governar-se é exercido pela Junta Geral da Irmandade, pelo Definitório ou Conselho e pela Mesa, pelo modo prescrito nestes Estatutos.
- Art.º 18.º – A Junta Geral da Irmandade compõe-se de todos os irmãos da Santa Casa presidida pelo provedor.
- Art.º 19.º – O Definitório ou Conselho [compõe-se] da Mesa anterior e de todos os irmãos que tiverem servido de provedores, escrivães e mordomos-mor, residentes na vila, do escrivão da Mesa e do provedor, que é o presidente.
- § 1.º – Haverá um livro, no qual se escrevem os nomes de todos os irmãos que tiverem servido os cargos de provedores, escrivães e mordomos-mores, bem como os nomes dos que compuseram as mesas dos dois últimos anos, e nele se irão lançando os nomes de todos os que forem constituindo as mesas futuras.
- § 2.º – Cada uma das mesas que forem eleitas, formará logo depois da posse o quadro de todos os vogais do Definitório nos termos deste e o fará afixar na sacristia da Santa Casa.
- Art.º 20.º – O Definitório ou Conselho da Irmandade pode funcionar estando presentes pelo menos quinze membros.
- Art.º 21.º – Não reunindo este número, mas só duas terças partes dele e faltando o provedor, o Definitório, sob a presidência daquele dos presentes a quem competir, chamará dos irmãos que tenham sido mesários quantos sejam precisos para subsistir os que faltarem, atendendo à prioridade das mesas mais próximas, e tirando à sorte, dentre um número duplicado, os que forem necessários.
- Art.º 22.º – No caso de se não reunirem duas terças partes do número de definidores que marcar o art.º 20.º, passarão as atribuições do art.º 21.º para a Mesa em exercício, que assim destinará nova convocação.
- Art.º 23.º – A Mesa compõe-se do provedor, do escrivão, do mordomo-mor e de doze conselheiros ou mesários, e será directamente eleita como se estabeleceu no capítulo 19.º.

Capítulo 6.º*Da Junta Geral*

Art.º 24.º – A Junta Geral reúne-se extraordinariamente sempre que o provedor ou a Mesa o julgarem preciso.

Art.º 25.º – Quando a Junta Geral se propuserem objectos sobre que haja de tomar deliberação, deverão estes ser propostos e discutidos do mesmo modo que se prescreve pelo escrivão da Mesa o livro competente, e assinado por todos os irmãos presentes no acto da assinatura.

Capítulo 7.º*Do Definitório ou Conselho da Irmandade*

Art.º 26.º – O Definitório ou Conselho da Irmandade não tem sessões ordinárias, mas reúne-se para os casos marcados nestes Estatutos e quando o determinarem o provedor ou a Mesa, precedendo declaração do objecto aos irmãos definidores, salvo quando o provedor ou a Mesa entenderem que o melindre e a gravidade do negócio demanda que não haja prévia declaração. Compete-lhe pois:

1.º a deliberação sobre todos os negócios que lhe forem propostos pelo provedor ou Mesa;

2.º a aceitação de qualquer legado deixado à Santa Casa ou Hospital, com encargos ou sem eles, precedendo, porém, a licença do Governo;

3.º a deliberação sobre a gratificação aos empregados ou a outra qualquer pessoa pelos serviços extraordinários prestados à Santa Casa, e fixação da quantia, bem como sobre aumentos ou diminuir os ordenados aos empregados, ou aumentar o número dos mesmos;

4.º a aplicação temporária dos capitães que não possam ou não devam mutuar-se, ou a alienação de propriedade quando circunstâncias extraordinárias o exigirem;

5.º a aprovação de toda a obra extraordinária, que não sejam reparos, ou que exceda a cem mil réis.

6.º discutir e aprovar o orçamento da receita e despesa quando contenha alguma das especialidades consignadas nos parágrafos antecedentes;

7.º a aprovação do determinado no art.º 22.º destes Estatutos.

Art.º 27.º – Todos os negócios propostos ao Definitório devem ser antes discutidos e aprovados em Mesa, que ficarão sem vigor não tendo a aprovação daquele.

Art.º 28.º – O Definitório ou Conselho da Irmandade é fiscal da execução dos Estatutos, e para este fim, debaixo da presidência do provedor da Mesa anterior, e, no impedimento deste, do escrivão ou do mordomo-mor da mesma, poderá reunir-se dentro dos últimos quinze dias antes da eleição as vezes que julgar necessárias, durante o qual tempo lhe serão patenteados os livros e repartições da Casa e Hospital para avaliarem o procedimento da Mesa e apresentarem o seu relatório à Junta Geral no acto da eleição.

§ Único – Estas sessões do Definitório, bem como o relatório e a sua apreciação pela Junta Geral, serão lançadas num livro especial.

Capítulo 8.º*Da Mesa*

Art.º 29.º – A Mesa eleita começará a funcionar no dia quinze de Julho; até esse dia e em cada um ano, devem estar escritas e prestadas todas as contas de receita e despesa, e do activo e passivo da Santa Casa e do Hospital.

Art.º 30.º – O provedor da Mesa transacta convidará para esse dia todos os irmãos de novo eleitos, bem como todos os empregados da Santa Casa e Hospital para assistirem ao acto da posse da nova administração.

Art.º 31.º – Depois de todos reunidos, o provedor dará juramento à nova Mesa na forma seguinte: “juramos que bem e verdadeiramente, com sã consciência e amor a Deus e Ao próximo, serviremos os cargos para que fomos nomeados, executando e fazendo executar os estatutos desta Santa Casa”.

Art.º 32.º – Prestado o juramento pela nova Mesa fica esta de posse, e o provedor e Mesa finda apresentarão por escrito o relatório e contas da sua administração. Verificada que seja pela nova Mesa a exactidão das contas e existência dos títulos, o novo provedor mandará recolher no cofre os títulos e dinheiro, conservando em seu poder a chave até ser entregue ao novo tesoureiro. De tudo se lançará uma acta assinada pela Mesa finda e pela de novo eleita.

Art.º 33.º – Concluído assim o acto da posse, o provedor com a Mesa e empregados acompanharão a Mesa transacta até à porta da sala das sessões.

Art.º 34.º – A Mesa nomeará logo um dos irmãos, dentre todos, que seja rico e abonado para servir de tesoureiro da Santa Casa, ao qual depois de nomeado lhe serão entregues o dinheiro e mais papéis competentes. Nesta nomeação deve a Mesa atender a que se torna responsável por ela.

§ Único – Conquanto a administração da Santa Casa e a do Hospital estagiar, como efectivamente está, centralizada na mesma Mesa, sempre a sua escrituração e aplicação de rendimentos será distinta, ficando ao arbítrio da Mesa, assim como o é de sua responsabilidade, o nomear dentre todos os irmãos um que sirva de tesoureiro das rendas do Hospital, ou sê-lo destas o mesmo da Santa Casa da Misericórdia.

Art.º 35.º – A Mesa designará pela sorte a cada um dos mesários, entrando neste número o escrivão e tesoureiro do Hospital, os meses respectivos para fazerem a visita diária no Hospital.

§ 1.º – No caso de impossibilidade de alguns dos visitantes, pode o provedor nomear outro para o substituir.

§ 2.º – A Mesa nomeará também dois mesários para fiscalizarem a segurança e garantia das hipóteses dos capitães mutuados e do arrendamento das questões judiciais.

Art.º 36.º – A Mesa tem sessões ordinárias e extraordinárias: as ordinárias são no segundo domingo de cada mês, e as extraordinárias têm lugar por convocação do provedor, e tanto para umas como para outras serão com a necessária antecipação avisados todos os mesários pelo servente da Casa, devendo concorrer à hora marcada, e não podendo, devem participá-lo ao provedor.

§ Único – A Mesa pode funcionar estando em maioria: mas será plena nos casos em que assim se providencia nestes Estatutos.

Art.º 37.º – A primeira e principal obrigação da Mesa é executar e fazer executar plenamente a vontade dos testadores e benfeitores da Casa, e promover por todos os meios ao seu alcance a conservação e prosperidade dos estabelecimentos a seu cargo, e o andamento regular de todos os ramos de sua administração, para o que deve ter todo o cuidado na segurança dos capitais e dos fundos de qualquer natureza que sejam.

Art.º 38.º – O provedor, numa das primeiras sessões da sua administração, nomeará as comissões que vão designadas neste artigo.

1.º – A comissão para examinar o estado das roupas do Hospital, e o depósito geral da Casa;

2.º – A comissão para a visita e exame de todos os utensílios e das necessidades a prever, tanto da Santa Casa como do Hospital.

3.º – A comissão para examinar o estado da botica.

§ Único – O provedor poderá nomear todas as mais comissões que julgar precisas, e delegar a presidência no escrivão ou em algum outro mesário.

Art.º 39.º – Todas as comissões principiarão logo os seus trabalhos e os concluirão com a brevidade possível a fim de serem oportunamente, e servirem para a confecção do orçamento.

Art.º 40.º – Numa das principais sessões, o provedor e Mesa procurarão instruir-se, à face dos livros competentes, dos fundos de cada um dos efeitos da Casa e dos encargos a que estão sujeitos, em virtude da vontade dos testadores e benfeitores. Estas informações e todas as mais que forem precisas servirão de base ao orçamento.

Art.º 41.º – O orçamento será feito e coordenado pelo provedor, escrivão, mordomo-mor, com a possível clareza, de modo que especifique o rendimento próprio de cada um dos efeitos e as despesas certas e incertas, servindo-se de todas as repartições, de sorte que fique aprovado até quinze de Julho mais tardar.

Art.º 42.º – Confeccionado assim o orçamento, será discutido em Mesa, e depois de aprovado por esta será submetido em seguida à aprovação do Conselho da Irmandade, como fica prescrito no art.º 26.º, quando compreenda alguma das hipóteses ali indicadas.

Art.º 43.º – Antes de aprovado o orçamento, não pode a Mesa ordenar despesa alguma eventual, podendo unicamente fazer as despesas ordinárias e certas.

Art.º 44.º – O provedor e a Mesa deverão ter todo o cuidado em que a despesa não exceda a receita, a fim de se não gastar nada dos capitais sob a sua responsabilidade, sendo para isso preciso a confirmação do Definitório e a aprovação em orçamento adicional.

Art.º 45.º – Nenhuma despesa, de qualquer natureza que seja, poderá ser feita sem ordem assinada que a comprove, para justificar a respectiva verba de despesa.

§ Único – As despesas urgentes para o custeamento do Hospital e seus reparos incluídos no orçamento respectivo, serão ordenados pelo mordomo-mor, e depois de aprovada a conta em Mesa no fim de cada mês, serão legalizadas na conformidade deste art.º.

Art.º 46.º – São da competência da Mesa:

1.º – A admissão dos irmãos pelo modo determinado no capítulo 2.º, e multá-los ou riscá-los da Irmandade na forma do capítulo descrito.

2.º – Conceder algumas reformas de obrigações, quando necessárias e convenientes: mutuar o dinheiro das reuniões do fundo ou legados com este destino, e fazer as renovações dos prazos.

3.º – O exame e aprovação de todas as contas mensais das diferentes repartições.

4.º – A nomeação, repreensão e demissão de todos os empregados da Misericórdia e do Hospital que administra, bem como estabelecer-lhes os ordenados.

5.º – O determinar as quantias necessárias para as despesas e reparos.

6.º – Qualquer outro negócio que ao provedor pareça importante.

Art.º 47.º – Todos os outros negócios de expediente, tais como promover processos contra os devedores remissos, dar-lhes espera até à primeira reunião da Mesa, dar esmolas e ordenar as mais despesas em conformidade com o orçamento, pertencem ao provedor.

Art.º 48.º – O provedor, como presidente da Mesa, regulará os trabalhos dela, e não concederá a palavra a cada um dos mesários mais do que duas vezes sobre o mesmo negócio e conforme a ordem da inscrição, excepto sendo autor da proposta ou requerimento.

Art.º 49.º – Quando parecer ao provedor, porá à votação se a matéria está discutida, e, no caso afirmativo, procederá à votação, prevalecendo o acordo da maioria.

§ 1.º – O presidente, além do voto de mesário, terá mais o de desempate.

§ 2.º – Se algum mesário o exigir e a Mesa concordar, se fará a votação em escrutínio secreto.

Art.º 50.º – Todos e cada um dos vogais da Mesa são responsáveis pelas deliberações em que tomarem parte.

§ 1.º – Quando algum vogal da Mesa não aprovar qualquer deliberação tomada, pode mandar fazer na acta a declaração do seu voto.

§ 2.º – De todas as sessões da Mesa se lavrarão actas em que se dê conhecimento de todos os negócios tratados.

§ 3.º – As deliberações da Mesa só terão vigor quando transmitidas pelo provedor, e quando foram exaradas no livro das actas.

Art.º 51.º – Todos os mesários têm o direito e obrigação de fazerem as suas indicações, propostas e requerimentos que entenderem ser a bem da Casa, as quais entrarão em discussão por ordem de prioridade, que só poderá inverter-se em caso de urgência.

Art.º 52.º – É expressamente proibido a apresentação de requerimentos em Mesa por qualquer vogal dela, ou indivíduo particular. Dando-se este caso, o provedor não consentirá que se tome conhecimento deles.

Art.º 53.º – Os requerimentos serão lançados na caixa competente, ou entregues ao escrivão antes da reunião.

Art.º 54.º – A Mesa deve mandar colocar no lugar competente os retratos dos benfeitores, para memória da sua piedade, quando o legado ou esmola não for menor de quinhentos mil réis em fundos.

Art.º 55.º – A Mesa fará todos os regulamentos de execução permanente para a boa administração de todas as repartições da Casa e desempenho dos deveres e obrigações de todos os empregados, dentro das disposições destes Estatutos, sendo depois aprovados pelo Definitório ou Conselho da Irmandade.

Capítulo 9.º

Do Provedor

Art.º 56.º – O provedor é o chefe da administração da Santa Casa da Misericórdia e do Hospital, e como tal, tem superintendência e jurisdição sobre todos os ramos dela; e no serviço da Irmandade todos lhe devem obedecer para serviço de Deus e de Nossa Senhora.

§ 1.º – Deverá ser pessoa que se faça respeitada na sociedade pela sua posição, que tenha de idade mais de trinta e cinco anos, e que pague além disso vinte mil réis, pelo menos, de contribuição predial.

§ 2.º – No impedimento do provedor, exerce as suas atribuições o escrivão, e na falta deste, o mordomo-mor.

§ 3.º – Na falta destes – o escrivão e mordomo-mor em exercício – servirá de provedor o que serviu na Mesa antecedente, e na sua falta, o escrivão ou mordomo-mor da mesma, e assim por diante, na ordem mais próxima das administrações antecedentes.

Art.º 57.º – Compete ao provedor:

§ 1.º – Convocar e presidir à Junta Geral, Definitório e Mesa, e dirigir em todas estas reuniões os trabalhos conforme estes Estatutos.

§ 2.º – Presidir, por si ou delegando, a todas as comissões de que faz menção o art.º 38.º.

§ 3.º – Assinar todos os despachos e correspondências sem excepção alguma.

§ 4.º – Assinar todas as ordens que autorizem qualquer despesa, como também os distrates de capitais, sendo estes passados pelo escrivão e assinados pelo tesoureiro.

§ 5.º – Rubricar, por si ou por comissão, os livros da Casa, e assinar todas as cartas de provimentos aos empregados, e quaisquer outras.

§ 6.º – Visitar com assiduidade, examinar e inspeccionar, quando o julgar conveniente, todas as disposições destes Estatutos e dos regulamentos respectivos.

§ 7.º – Advertir, repreender, multar e suspender qualquer empregado por falta de serviço ou desobediência, dando no último caso parte à Mesa na primeira reunião.

§ 8.º – Examinar e informar-se com frequência do andamento das demandas e execuções, podendo conceder suspensão temporárias delas até à primeira reunião da Mesa, não se seguindo daí prejuízo algum à Casa.

§ 9.º – Confeccionar o orçamento e examinar todas as contas de despesa, tomando com o escrivão contas ao tesoureiro no fim de cada Mesa.

§ 10.º – Distribuir os requerimentos para informes, e dar direcção a todos e quaisquer papéis.

§ 11.º – Mandar passar cartas de guia a pessoas que sejam pobres, e prover as passadas em outras misericórdias; e mandar enterrar os pobres falecidos fora do Hospital.

§ 12.º – Despachar as petições para esmolas a pessoas pobres, exigindo informações do pároco quando não tiver conhecimento do requerente, tudo em harmonia com o orçamento.

§ 13.º – Vigiar que os mesários visitantes do Hospital cumpram à risca estes Estatutos e o competente regulamento.

§ 14.º – Transmitir as suas ordens ou da Mesa às diferentes repartições da Casa, e determinar a expedição de qualquer negócio quando a Casa receba prejuízo na demora, dando parte à Mesa na primeira reunião.

§ 15.º – Assistir ao enterramento dos irmãos, e marcar a hora para as festividades.

§ 16.º – Admitir os doentes segundo o número e condições prescritas no regulamento.

Capítulo 10.º*Do Escrivão*

Art.º 58.º – O escrivão é imediato ao provedor, no impedimento do qual exerce plenamente todas as funções do seu cargo, pelo que deve reunir as qualidades de provedor, e pagar de contribuição predial doze mil réis, pelo menos.

§ Único – O escrivão impedido ou que estiver servindo de provedor será substituído pelos escrivães das mesas antecedentes na ordem inversa. Mas se o impedimento for de poucos dias, fará as suas vezes um dos mesários que ele indicar ou a Mesa nomear.

Art.º 59.º – O escrivão tem a seu cargo a direcção do cartório, preparar todos os negócios que se devem tratar em Mesa e cumprir as suas deliberações, e fiscalizar o cumprimento das ordens do provedor ou Mesa, dos Estatutos e do regulamento pelos empregados respectivos. E assim, além de todas as atribuições marcadas nos diferentes lugares destes Estatutos, compete-lhe:

§ 1.º – Tomar nota de todos os vogais presentes em Mesa, e apontamentos de todas as deliberações da Junta Geral, Definitório, ou Mesa, para servirem de base às actas, que devem ser lavradas e assinadas em conformidade com estes Estatutos.

§ 2.º – Redigir as actas e ordens da Mesa, e toda a correspondência que tem de ser assinada pelo provedor.

§ 3.º – Ler em Mesa a acta da sessão antecedente, e todos os mais papéis relativos a negócios que tem a tratar-se.

§ 4.º – Abrir a caixa dos requerimentos antes da Mesa, e instruir-se do seu objecto, com todas as suas circunstâncias, a fim de poder informar a Mesa.

§ 5.º – Confeccionar com o provedor e mordomo-mor o orçamento, tomar e escrever ou fazer as contas mensais do tesoureiro, e fiscalizar todas as contas sem excepção.

Capítulo 11.º*Do Mordomo-mor*

Art.º 60.º – O mordomo-mor é imediato ao provedor em tudo o que diz respeito à administração do Hospital, e no impedimento do provedor e do escrivão exerce plenamente as funções de provedor; deve por isso reunir as qualidades do provedor e pagar de contribuição predial doze mil réis, pelo menos.

§ 1.º – O mordomo-mor impedido por poucos dias será substituído por um dos mesários que ele indicar ou a Mesa nomear, mas se o impedimento for além de quinze dias será substituído pelo mordomo-mor da mesa antecedente.

§ 2.º – Competem ao mordomo-mor, como administrador efectivo do Hospital, a fiscalização e superintendência a respeito de todos os ramos de administração do mesmo Hospital, nos termos do § único do art.º 45.º, e dos números seis, oito, nove e treze do art.º 57.º destes Estatutos e do respectivo regulamento. E assim mais:

1.º – Fazer frequentes visitas ao Hospital, e interrogar os doentes sobre alguma falta ou descuido dos facultativos ou dos outros empregados, vigiando pelo regulamento das enfermeiras e mais repartições da Casa, e providenciar para que tudo caminhe na melhor ordem e que os doentes sejam tratados com zelo e caridade.

2.º – Admoestar e suspender até quinze dias o ordenado a qualquer empregado negligente, dando parte ao provedor e à Mesa dos motivos que para isso teve.

3.º – Assistir às conferências dos facultativos, e convocá-los para elas quando o julgar conveniente.

4.º – Dar entrada aos que pretendem visitar os doentes, admitir estes com os despachos do provedor, e despedi-los quando não precisarem de socorros da Casa, nos termos do regulamento do Hospital.

Capítulo 12.º*Dos Mesários*

Art.º 61.º – Devem os mesários concorrer a todas as reuniões da Mesa e nela darem todos os esclarecimentos ao seu alcance, contribuindo para a boa e justa administração, como também devem satisfazer a todas as mais obrigações designadas nos diferentes artigos destes Estatutos, e ao que lhe for incumbido pelo provedor e Mesa.

§ Único – Para qualquer irmão ser eleito mesário, é preciso que pague de contribuição directa dois mil réis, pelo menos.

Art.º 62.º – Havendo causas justificadas que impossibilitem o mesário de cumprir as suas obrigações, deve participá-lo ao provedor para providenciar. Sendo o impedimento até seis dias, poderá encarregar outro mesário do desempenho de qualquer obrigação, dando sempre parte ao provedor.

Art.º 63.º – Uma das principais causas que fica a cargo dos mesários é a visita do Hospital, devendo a este respeito fazer cumprir o respectivo regulamento.

Art.º 64.º – Nenhum mesário pode assistir às sessões e votar quando se trate negócio que lhe diga respeito, ou aparente seu, dentro do segundo grau.

Capítulo 13.º*Dos capitais e fundos*

Art.º 65.º – A principal e mais rigorosa obrigação da Mesa é ter sempre completos e em giro os capitais em moeda.

Art.º 66.º – Todas as dívidas serão garantidas por dois fiadores e principais pagadores, com as hipóteses e seguranças do costume em escritura pública.

§ Único – A Mesa não pode aceitar fiança por tempo limitado, nem fiadores que não sejam principais pagadores, nem dar dinheiro a juro a qualquer de seus vogais, nem para fora do Conselho quando dentro deste haja pretendentes idóneos. Os transgressores destas disposições serão responsáveis por seus bens a indemnizar a Casa de qualquer prejuízo resultante de tais deliberações ou transgressões.

Art.º 67.º – A maior quantia que a Mesa pode dar a juros a um só devedor é de duzentos mil réis.

§ Único – Nesta disposição nunca se compreenderão os provenientes de legados, cujos benfeitores tenham regulado este objecto, pelo que, dando este caso, se cumprirão fielmente as suas disposições.

Art.º 68.º – Falecendo os originários devedores ou algum dos fiadores, a Mesa deverá proceder ao distrato ou renovação do contrato.

Art.º 69.º – Para a boa arrecadação dos foros emprega a Mesa as medidas que entender, devendo sempre proceder à renovação dos extintos.

Art.º 70.º – Aos devedores que deixarem de pagar os juros por três anos se exigirão os capitais, e nunca estes serão mais atendidos em outra pretensão de mútuo.

Art.º 71.º – Os fundos em títulos e inscrições do Governo serão administrados pela Mesa com toda a prudência, conforme as leis e circunstâncias ocorrentes.

Capítulo 14.º*Do enterro dos irmãos*

Art.º 72.º – Logo que o provedor tenha notícia do falecimento de algum dos irmãos da Misericórdia, mandará, uma hora antes da marcada para o enterro, tocar a campainha com a insígnia pelas ruas da vila, a fim de que toda a Irmandade se reúna na Igreja da Misericórdia.

Art.º 73.º – Reunida a Irmandade com as suas opas e com todos os capelães da Misericórdia, o provedor ordenará o acompanhamento do modo seguinte: irá adiante de toda a Irmandade o servente vestido de azul com a insígnia, tocando a campainha, logo em seguida o irmão visitador da Mesa com a sua vara, depois a bandeira da Irmandade com uma tocha de cada lado, e em seguida toda a Irmandade em duas alas, devendo ir o escrivão no meio, o provedor no fim com as suas varas, e os capelães aos lados do provedor e detrás a tumba conduzida por quatro irmãos, levando outros quatro tochas aos lados dela.

§ 1.º – Para os diferentes empregos de que trata este artigo, serão mandados avisar pelo provedor os irmãos a quem por turno competir.

§ 2.º – Os irmãos eclesiásticos não serão convocados para a tumba senão quando o irmão falecido for eclesiástico.

§ 3.º – Ficam isentos da condução da tumba todos os irmãos que forem mesários.

Art.º 74.º – A Irmandade da Misericórdia não vai a enterro nenhum sem que leve a tumba.

Art.º 75.º – Quando algum irmão tenha ofício de corpo presente assistirá a ele a Irmandade, e não se recolherá à Casa da Misericórdia senão depois do defunto ficar sepultado.

Art.º 76.º – Chegada a Irmandade à porta do defunto, o servente tocará três vezes a campainha, como anúncio de que todos os irmãos são obrigados a rezar catorze vezes o Padre-nosso e Ave-Maria pela alma daquele irmão falecido; e no dia imediato se lhe mandarão dizer cinco missas por sua alma na Igreja da Misericórdia e à custa desta.

§ Único – Esta obrigação das cinco missas só vigora para os irmãos que entrarem depois da aprovação destes Estatutos.

Art.º 77.º – Nas disposições dos art.º 72.º a 75.º inclusive, ficam compreendidos os enterramentos das mulheres ou viúvas de irmãos que não tenham passado a segundas núpcias, as filhas dos irmãos, sendo solteiras, e os filhos dos irmãos menores de vinte e cinco anos.

Capítulo 15.º*Do enterro dos pobres, e dos que não são irmãos nem gozam dessa prerrogativa.*

Art.º 78.º – Continua a cargo da Irmandade o enterramento de todos os pobres falecidos tanto no Hospital como fora dele e dentro das duas freguesias de que é composta; bem como de outra qualquer pessoa que não seja irmão da Misericórdia, e que queira ser por ela enterrada.

Art.º 79.º – Para estes enterros concorrerão todos os irmãos por escala, a qual será organizada pelo provedor e escrivão por turno e à vista da relação dos irmãos

até ao dia vinte e cinco de cada mês, devendo ser avisados imediatamente pelo servente todos os irmãos que ficarem fazendo parte da mesma escala, a fim de se juntarem na Casa da Misericórdia ou Hospital, logo que toque a campainha sem insígnia, ou sejam avisados.

§ Único – Tem aqui aplicação a doutrina do § 3.º do art.º 73.º.

Art.º 80.º – O enterro dos pobres será feito da maneira seguinte: Logo que faleça algum pobre que haja de ser enterrado pela Misericórdia por não ser irmão de alguma confraria, se dará parte ao irmão visitador, que marcará a hora do enterro, se o falecimento se der no Hospital. A estes enterros devem concorrer sete dos irmãos da escala dessa Mesa, o visitador e o capelão do Hospital, ou o capelão que estiver de semana na Misericórdia se o falecimento não estivesse no Hospital. Adiante vai o servente vestido de azul com a campainha, depois a bandeira própria com duas tochas aos lados, seguindo-se os outros irmãos com tochas, atrás o irmão visitador de vara, o capelão, e atrás de tudo a tumba especial conduzida por quatro tumbeiros.

Art.º 81.º – O enterramento de outras quaisquer pessoas que queiram [que] se faça pela Misericórdia pagando dois mil e quatro contos de réis, ou quatro mil e oitocentos réis, segundo a qualidade das tumbas, será feito na mesma ordem do artigo antecedente, com a diferença de o acompanharem todos os irmãos da escala mensal e de ser por estes conduzida a tumba.

Art.º -82.º – No fim de cada enterro, o visitador fará a chamada de todos os irmãos de que for composta a escala, apontando a cada um as suas faltas, a fim de o participar à Mesa e ser executada a disposição do capítulo 18.º, na parte aplicável.

Capítulo 16.º

Do culto divino e obrigações pias

Art.º 83.º – A satisfação e cumprimento de todas as missas tanto rezadas como solenes, bem como de todos os legados permanentes, serão sempre da maior atenção de todos os administradores da Casa.

§ 1.º – Para que o provedor e Mesa, e o Conselho da Irmandade, possam facilmente fazer cumprir, e vigiar que se cumpram plenamente as vontades dos testadores e benfeitores da Santa Casa e do Hospital, haverá um livro denominado de *Encargos Pios*, em que se recopiem as obrigações permanentes e se vão inscrevendo os que sobrevivem.

§ 2.º – Neste livro se deixará papel em branco em cada um dos assuntos ou verbas, onde em cada um dos anos se façam as notas de cumprimento escritas pelo escrivão e por ele e pelo provedor e capelão assinadas.

§ 3.º – Este livro com os mais documentos comprovativos do cumprimento serão todos os anos apresentados à autoridade competente, e as suas quitações documentarão as contas anuais.

Art.º 84.º – A Santa Casa tem obrigação de fazer as procissões de Quinta e Sexta-feira Santa, segundo o costume até hoje seguido, e a solenidade do lava-pés, e o aniversário dos irmãos em dia de São Martinho.

Art.º 85.º – Enquanto à procissão dos Santos Passos e práticas religiosas nos domingos da Quaresma, a Mesa fará o que for compatível com as forças do cofre da Santa Casa, não gastando com essas despesas, e com as mencionadas no artigo antecedente, mais que a quantia de cem mil réis em cada ano.

Art.º 86.º – O costume de serem obrigados os irmãos a irem de profetas, e de darem passos à sua custa, fica abolido para os irmãos que foram admitidos depois da aprovação destes Estatutos, e para os actuais que já tiverem preenchido essa obrigação.

Art.º 87.º – Na distribuição ou provimento dos doze vestidos aos pobres em Quinta-feira Santa, nos termos da respectiva instituição, não será admitido aquele que não provar plenamente a justiça da sua pretensão.

§ Único – Uma lista dos pretendentes será distribuída por todos os mesários dez dias antes da votação, para se informarem como é indispensável num caso em que necessariamente tem de dar-se preferência aos mais necessitados, e não será provido o que não obtiver duas terças partes dos votos.

Capítulo 17.º

Dos empregados em geral

Art.º 88.º – Reputam-se empregados da Irmandade todos aqueles que têm deveres a cumprir, com ordenado ou sem ele, e que estejam sujeitos à vigilância e determinação da Mesa e do Definitório ou Conselho da Irmandade.

§ Único – As obrigações e deveres de cada um, bem como os seus vencimentos, serão desenvolvidos relativamente nos respectivos regulamentos feitos nos termos do art.º 55.º destes Estatutos, que todos são obrigados a cumprir literalmente.

Capítulo 18.º*Das penas em que os irmãos incorrem*

- Art.º 89.º – Todo o irmão que por aspereza, génio indócil ou outro qualquer motivo, se recusar a fazer o que pelo provedor ou Mesa lhe for legalmente ordenado, pagará, pela primeira vez, uma multa de mil réis e pela segunda será riscado.
- Art.º 90.º – Todo o irmão que, não estando ausente, faltar aos acompanhamentos dos irmãos, ou dos que, por força destes Estatutos, gozam as mesmas prerrogativas, ou não comparecem nas funções de Quinta e Sexta-feira Santa, e aos enterramentos por escala, sem motivo justificado e previamente comunicado ao provedor, pagará por cada uma das duas primeiras vezes a multa de quinhentos réis, e pela terceira será riscado.
- Art.º 91.º – O irmão que se recusar ao pagamento da multa estabelecida nos artigos antecedentes será riscado.
- Art.º 92.º – Os irmãos riscados na forma dos artigos antecedentes podem ser admitidos passados três anos, sendo a decisão da Mesa aprovada pelo Definitório.
- Art.º 93.º – Quando algum irmão faltar aos segredos de que for encarregado, defraudar a fazenda da Casa, ou for condenado por sentença à pena maior e daí para cima, por crime infamante, será riscado.
§ Único – Os irmãos [riscados] em consequência das causas deste artigo, nunca mais podem ser admitidos.
- Art.º 94.º – Serão igualmente riscados, sem mais serem readmitidos, os irmãos que promoverem negócios contra a Casa com injustiça e contumácia, depois de advertidos pelo provedor ou Mesa.
- Art.º 95.º – Para qualquer irmão ser riscado é preciso que seja pelo voto das duas terças partes da Mesa plena em escrutínio secreto.
§ 1.º – Quando falte algum membro da Mesa, serão chamados tantos definidores quantos sejam necessários para completar o número.
§ 2.º – Os definidores assim chamados nunca poderão ser mais do que seis, e serão tirados à sorte pelo provedor em sessão.
§ 3.º – Sendo impedidos alguns definidores sorteados, serão substituídos por outros tirados da mesma forma.

Capítulo 19.º*Da Eleição*

- Art.º 96.º – A eleição é directa, e será presidida pelo provedor e, na sua falta, por quem deve substituir nos termos destes Estatutos.
- Art.º 97.º – A eleição deve principiar pelas três horas da tarde de do dia da visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel – *vide* porém o art.º 115.º.
§ Único – Pela uma hora da tarde sairá o servente com a insígnia e campainha convocando a Irmandade.
- Art.º 98.º – O provedor, comparecendo à hora marcada, proporá dos irmãos presentes dois para escrutinadores, dois para secretários, e quatro para reservadores.
§ 1.º – Esta proposta deve ser aprovada pela maioria dos irmãos presentes, e no caso de empate decidirá o provedor.
§ 2.º – Sendo rejeitada a proposta, o provedor convidará qualquer dos irmãos presentes para que formule outra proposta, procedendo-se a respeito desta do modo indicado. E sendo também rejeitada, ainda o provedor convidará outro irmão para fazer nova proposta.
- Art.º 99.º – Ainda rejeitadas as três propostas de que trata o artigo antecedente, o provedor fará a nomeação da Mesa, não incluindo nela algum dos nomes rejeitados.
- Art.º 100.º – Organizada a Mesa, principiará a eleição que será feita por escrutínio secreto, observando-se em todos os actos eleitorais até ao apuramento da votação e a sua publicação as disposições do decreto de 30 de Setembro de 1852, com as modificações consignadas no artigo seguinte.
- Art.º 101.º – As listas deverão ser feitas num quarto de papel almaço branco, e dobradas em cruz para o papel ficar dividido em quatro partes iguais, e haver uma perfeita igualdade. A espera pelos irmãos não concorrentes à primeira chamada será somente de meia hora.
- Art.º 102.º – O escrivão e mordomo-mor da Mesa anterior ficam sendo sempre conselheiros mesários da nova Mesa.
- Art.º 103.º – As listas devem conter na primeira eleição os nomes do provedor, do escrivão, do mordomo-mor e de doze mesários.
- Art.º 104.º – A cada um dos eleitos o provedor dará logo conhecimento, e aquele que por impossibilidade não puder aceitar o deverá comunicar ao provedor dentro de três dias.
§ Único – Aquele que não responder, ou que esteja ausente temporariamente, entende-se que aceita.
- Art.º 105.º – Não aceitando alguns dos eleitos procede-se a nova eleição quantas vezes forem precisas para completar a Mesa.

Art.º 106.º – Não serão contados os votos que recaírem em qualquer irmão que seja empregado da Santa Casa ou do Hospital, ou que lhes seja devedor.

Art.º 107.º – Para qualquer dos cargos da Irmandade podem ser eleitos quaisquer irmãos que pela sua posição, probidade e conhecimentos possam prestar serviços à Santa Casa, ainda que lhes faltem as qualidades censíticas e a idade marcadas nestes Estatutos.

Art.º 108.º – Verificada esta hipótese, fica tal eleição dependente da aprovação do Definitório ou Conselho da Irmandade, o qual poderá dispensar [por não ter] as estabelecidas qualidades, tendo sempre em vista as vantagens que daí possam resultar à administração da Santa Casa.

§ Único – O Definitório será convocado imediatamente para se reunir no dia cinco de Julho, a fim de aprovar ou não a eleição. Não se reunindo neste dia, será novamente convocado para se reunir no dia dez, e não se reunindo também neste dia, ainda terá lugar uma nova convocação para o dia catorze.

Art.º 109.º – Não se reunindo o Definitório em virtude das três convocações de que trata o § único do art.º antecedente, deverão os eleitos entrar no exercício dos seus cargos sem precisarem de mais aprovação alguma.

Art.º 110.º – Reunido o Definitório de qualquer das vezes marcadas no art.º antecedente o seu § Único, e aprovada a nomeação, serão os eleitos convocados para prestarem juramento e ocuparem o seu lugar.

§ Único – Tem aplicação à disposição dos dois artigos antecedentes a doutrina do artigo 50.º destes Estatutos.

Art.º 111.º – Se o irmão eleito para qualquer cargo não for aprovado pelo Definitório, será a Irmandade convocada como é de costume para proceder a nova eleição para esse cargo, cuja eleição se fará com todas as formalidades estabelecidas para a eleição geral.

Art.º 112.º – Se a eleição não aceite pelo Definitório for novamente feita pela Irmandade, entrarão os eleitos no exercício dos seus cargos sem precisarem de mais aprovação alguma.

Art.º 113.º – Quando o Definitório não aprovar qualquer eleição, e tenha por isso de proceder-se posse à nova Mesa no dia marcado no art.º 29.º, sendo para esse acto e para substituírem os irmãos que não podem ir à posse, chamados os que, segundo estes Estatutos, devem substituí-los.

Capítulo 20.º

Disposições gerais

Art.º 114.º – Nenhuma alteração poderá fazer-se nestes Estatutos sem que seja aprovada pela Junta Geral da Irmandade, e submetida à aprovação régia; e sem esta nada se cumprirá em contrário dos mesmos Estatutos.

Art.º 115.º – Para se fazer a eleição no dia marcado no art.º 97.º, é necessária a concorrência da maioria dos irmãos. Se esta se não der depois das cinco horas da tarde não se fará nesse dia a eleição: e neste caso, ou no de não poder verificar-se por qualquer circunstância imprevista, se adiará para o dia dez de Julho, sendo então válida qualquer que seja o número de votantes.

§ Único – Quando a eleição se verificar no mês de Julho, por força da disposição deste artigo, as convocações de que trata o § único do art.º 108.º só terão lugar nos dias treze, dezoito e vinte e dois do predito mês de Julho.

Art.º 116.º – Quando tiver de fazer-se alguma eleição extraordinária por ter sido a Mesa dissolvida pela autoridade pública, não poderão ser votadas nessa eleição os que faziam parte da Mesa dissolvida.

Vila Real, 24 de Junho de 1863.

O Provedor, Vital Máximo Teixeira de Moura = O escrivão da Santa Casa, António Ludovico Guimarães = O mordomo-mor, Francisco Ferreira da Costa Agarez = João Anastácio de Meireles Marques = António Teixeira de Queiroz = José Manuel Ferreira = José António da Costa Guimarães = José Bento Sequeira Júnior = José António Ribeiro Machado = António de Bessa Vieira de Carvalho = António Gomes Carneiro de Araújo

Aprovados por decreto de 25 de Abril de 1865 = Júlio Gomes da Silva Sanches

Dom Luís por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves. Faço saber aos que esta minha carta virem que: atendendo ao que me representou a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, solicitando a minha real aprovação para um projecto de Estatutos, pelos quais deve reger-se a Irmandade e o Hospital da Divina Providência a cargo da mesma Santa Casa; tendo ouvido o governador civil do distrito do Reino, com cujos pareceres me conformo: hei por bem aprovar e confirmar os mencionados Estatutos com as alterações indicadas nos artigos vinte e seis, parágrafo segundo, e artigo cinquenta do projecto, os quais serão redigidos pela forma seguinte – segundo – a aceitação de qualquer legado deixado à Santa da Misericórdia ou Hospital, com encargos ou sem eles, precedendo porém a licença do Governo – artigo cinquenta – os vogais da Mesa são responsáveis pelas deliberações em que tomarem parte; os

mesmos Estatutos fazem parte desta Santa Casa, e com ela baixam assinadas pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, vão escritos em dezassete meias folhas de papel todas numeradas e rubricadas pelo conselheiro Olímpio Joaquim de Oliveira, director geral da Administração Civil no Ministério do Reino. Pelo que ordeno às autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento desta Santa Casa pertencer que, indo por mim assinada, e selada com o selo das armas reais, a cumpram e guardem tão inteiramente como nela se contém. Não pagou direitos de mercê nem de selo por não os dever. Dada no Paço da Ajuda aos trinta e um de Maio de mil oitocentos [e] sessenta e cinco. = El Rei com rubrica e guarda = Lugar de selo das armas reais = Júlio Gomes da Silva Sanches = Carta pela qual Vossa Majestade há por bem aprovar e confirmar os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência de Vila Real; pela forma retro declarado. = Para Vossa Majestade ver. = Passou-se por decreto de 25 de Abril de 1865. = Agostinho José Maria do Vale a fez. Pagou de emolumentos no Ministério do Reino catorze mil e seiscentos e quarenta réis. = Colaço. = Registada a folhas noventa do livro segundo de Cartas, Alvarás e Patentes de mercês lucrativas. Ministério do Reino, Direcção Geral da Administração Civil, em 2 de Maio de 1865. = José Rufino Correia Pinto da Silva.

Está conforme. Vila Real, 28 de Junho de 1865
O escrivão da Santa Casa da Misericórdia
José Machado Ferreira

ANEXO II

Compromisso da Real Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1992)

Dom Joaquim Gonçalves, por mercê de Deus da Santa Sé Apostólica, bispo de Vila Real.

Fazemos saber que, pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, nos foi requerido que aprovássemos a nova redacção do n.º 3 do art.º 24 dos Estatutos pelos quais se rege aquela Irmandade.

Ao que atendendo nós, conforme despacho de 28 de Fevereiro dado à petição de 26 do mesmo mês, havemos por bem autorizar e aprovar a referida alteração como mais consentânea com a vontade expressa pelos irmãos em assembleia geral e com os interesses da mesma Irmandade.

Ordenamos ao nosso muito Reverendo Monsenhor Vigário-Geral seja servido:

1. Dar comissão ao reverendo notário da Cúria para que numere e rubrique os novos Estatutos que, na sua forma actual, substituirão os anteriores e lavre, ao fim, o termo de encerramento dos mesmos, autenticando as fotocópias que careçam de autenticidade;
2. Providenciar que ao Centro Regional de Segurança Social de Vila Real sejam enviados dois exemplares do dito texto, na sua actual redacção. Registe-se e archive-se.

Dada em Vila Real, sob o selo das nossas armas e sinal do nosso M. R. Mons. Vigário-Geral, aos dois dias do mês de Março de 1992.

Mons. Eduardo Sarmento

E eu, vice-chanceler da Cúria Episcopal, P.º Joaquim da Costa Jorge, a subscrevi

Termo De Abertura

Aprovo os presentes Estatutos e dou comissão ao Reverendo Notário desta Cúria para numerar e rubricar todas as suas folhas e lançar, ao fim, o respectivo Termo de Encerramento.

Vila Real, 2 de Março de 1992.

Mons. Eduardo Sarmento
Vigário-Geral

Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real

Capítulo I

Nome, Natureza, Sede, Âmbito de Acção e Fins

Artigo 1.º

1. A Irmandade da Misericórdia de Vila Real, também denominada Santa Casa da Misericórdia ou simplesmente Misericórdia, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de praticar a solidariedade social, concretizada nas obras de misericórdia, e realizar actos de culto católico, de harmonia com o disposto neste Compromisso.
2. No campo social, exercerá a sua acção através da prática das catorze obras de misericórdia, tanto corporais como espirituais, e no sector especificamente religioso, exercerá as actividades que constarem deste Compromisso e as mais que vierem a ser consideradas convenientes.
3. A Irmandade tem personalidade jurídica canónica e civil, e será reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua aprovação canónica, feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado.
4. Em conformidade com a sua natureza de instituição canónica, a Irmandade estará sujeita ao Ordinário Diocesano, de modo similar ao das demais associações particulares de fiéis.

Artigo 2.º

A Instituição, constituída por tempo ilimitado, tem a sua sede e exercerá a sua acção na cidade e concelho de Vila Real.

Artigo 3.º

1. Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram, a Irmandade cooperará, na medida das suas possibilidades e na realização dos seus fins, com quaisquer outras entidades públicas e particulares que o desejem, e igualmente promoverá a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais, em tudo o que respeita à manutenção e desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente através de actuações de carácter dinamizador, cultural e recreativo.
2. A Instituição poderá, assim, efectuar acordos com outras Santas Casas da Misericórdia ou com outras instituições ou com o próprio Estado, para melhor realização dos seus fins.
3. A Irmandade da Misericórdia poderá ser membro da União das Misericórdias Portuguesas, com todos os deveres e direitos inerentes a tal condição.

Artigo 4.º

Embora o seu campo de acção possa transcender as áreas da chamada Segurança Social, os fins que, de modo principal, prosseguirá serão, efectivamente, o apoio à família e a protecção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de lares, centros de dia, creches, jardins-de-infância e serviço domiciliário.

Artigo 5.º

1. Constituem a Irmandade todos os actuais irmãos que subscrevem este Compromisso, bem como todos os que vierem a ser admitidos posteriormente.
2. O número de irmãos é ilimitado.

Capítulo II*Dos Irmãos*

Artigo 6.º

Podem ser admitidos como irmãos os indivíduos de ambos os sexos que reúnam as seguintes condições:

- a) Sejam de maior idade;
- b) Sejam naturais, residentes ou ligados por laços de afectividade ao concelho de Vila Real;
- c) Gozem de boa reputação moral e social;
- d) Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs que enformam a Instituição e que, conseqüentemente, não hostilizem, por qualquer meio, designadamente pela sua conduta social, ou pela actividade pública, a religião católica e os seus fundamentos;
- e) Se comprometam ao pagamento de uma quota que não poderá ser inferior a 500\$00 mensais e cujo montante exacto será fixado em Assembleia Geral.

Artigo 7.º

1. A admissão dos irmãos é feita mediante proposta assinada por dois irmãos e pelo próprio candidato, em que o mesmo se identifique, se obrigue a cumprir as obrigações de irmãos e indique o montante da quota que subscreve.
2. Tal proposta será submetida à apreciação da Mesa Administrativa, na sua primeira reunião ordinária posterior à apresentação na Secretaria.
3. Só se consideram admitidos os candidatos que tiverem reunido, em escrutínio secreto, a maioria absoluta dos votos dos membros da Mesa Administrativa que estiverem presentes na respectiva votação, considerando-se equivalentes a rejeição as abstenções e os votos nulos ou brancos.
4. A admissão de novos irmãos somente será considerada definitiva depois de eles assinarem perante o provedor documento pelo qual se comprometem a desempenhar com fidelidade os seus deveres de irmãos.
5. O pagamento das quotas é devido a contar do início do mês em que os irmãos forem admitidos.

Artigo 8.º

1. Todos os irmãos têm direito:
 - a) A assistir, participar e votar nas reuniões da Assembleia Geral;
 - b) A ser eleitos para os Corpos Gerentes;
 - c) A requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório ou Conselho Fiscal, devendo o pedido ser apresentado por escrito com a indicação do assunto a tratar e assinado, no primeiro caso, pelo mínimo de dez por cento dos irmãos no pleno gozo dos seus direitos, e nos restantes casos por vinte irmãos, pelo menos.
 - d) A visitar gratuitamente as obras e serviços sociais da Instituição e a utilizá-los, com observância dos respectivos regulamentos
 - e) A receber gratuitamente um exemplar deste Compromisso e o respectivo cartão de identificação, para o qual apresentarão previamente a necessária fotografia;
 - f) A ser sufragado, após a morte, com os actos religiosos previstos neste Compromisso.
2. Os irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral em que forem directa ou pessoalmente interessados.

Artigo 9.º

Todos os irmãos são obrigados:

- a) Ao pagamento das respectivas quotas;
- b) A desempenhar com zelo e dedicação os lugares dos corpos gerentes para os quais tiverem sido eleitos, salvo se for detido o pedido de escusa que, por motivo justificado, apresentarem ou se tiverem desempenhado alguns desses cargos no triénio anterior;
- c) A comparecer nos actos oficiais e nas solenidades religiosas e públicas para as quais a Irmandade tiver sido convocada, devendo, em tais actos e sempre que isso for possível, usar os trajes habituais e distintos próprios da Irmandade, conforme lhes for determinado;

- d) A participar nos funerais dos irmãos falecidos, sempre que tais funerais se realizem na localidade onde se situa a sede da Instituição;
- e) A colaborar no progresso e desenvolvimento da Instituição, de modo a prestigiá-la e torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil, perante a colectividade em que está inserida;
- f) A defender e proteger a Irmandade em todas as eventualidades, principalmente quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de instituição particular e eclesial, devendo, por outro lado, proceder sempre com recta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas antes e sempre com o pensamento em Deus e nos irmãos.

Artigo 10.º

1. Serão excluídos da Irmandade os irmãos:
 - a) Que solicitem a sua exoneração;
 - b) Que deixarem de satisfazer as suas quotas por tempo superior a um ano e que, depois de notificados, não cumpram com esta sua obrigação ou não justifiquem a sua atitude no prazo de 180 dias;
 - c) Que não prestarem contas de valores que lhes tenham sido confiados;
 - d) Que sem motivo justificado se recusarem a servir os lugares dos corpos gerentes para que tiverem sido eleitos;
 - e) Que perderem a boa reputação moral e social e os que voluntariamente causarem danos à Instituição;
 - f) Que tomem atitudes hostis à religião católica.
2. A aplicação da pena de exclusão é da competência da Mesa, com possibilidade de recurso para a Assembleia Geral.

Capítulo III

Dos Corpos Gerentes

Secção I

Disposições Gerais

Artigo 11.º

São órgãos sociais da Irmandade, a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, também chamado Definitório.

Artigo 12.º

O exercício de qualquer cargo dos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar-se o pagamento de despesas dele derivadas.

Artigo 13.º

1. A duração de mandato dos Corpos Gerentes é de três anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada triénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da Mesa da Assembleia Geral ou seu substituto, o que deverá ter lugar na primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições.
3. Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no n.º 2, ou no prazo de 30 dias após a eleição, mas, neste caso, e para efeitos do n.º 1, o mandato considera-se iniciado na primeira quinzena do ano civil em que se realizou a eleição.
4. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente, considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos Corpos Gerentes.

Artigo 14.º

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais, no prazo de um mês, para o preenchimento das vagas verificadas, e a posse deverá ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com os dos inicialmente eleitos.

Artigo 15.º

1. Os membros dos corpos gerentes só podem ser eleitos, consecutivamente, para dois mandatos, para qualquer órgão da Irmandade, salvo se a Assembleia Geral reconhecer, expressamente, que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.
2. Não é permitido aos membros dos Corpos Gerentes o desempenho simultâneo de mais de um cargo.

Artigo 16.º

1. Os Corpos Gerentes são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos titulares presentes, tendo o Presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes às eleições dos Corpos Gerentes, ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros, serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

Artigo 17.º

1. Os membros dos Corpos Gerentes são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos presentes na lei, os membros dos Corpos Gerentes ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução, mas a reprovem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;

b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Artigo 18.º

1. Os membros dos Corpos Gerentes não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.
2. Os membros dos Corpos Gerentes não podem contratar, directa ou indirectamente, com a Irmandade, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a mesma.
3. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo Corpo Gerente.

Artigo 19.º

1. Os irmãos podem fazer-se representar por outros irmãos, nas reuniões da Assembleia Geral, em caso de comprovada impossibilidade de comparência à reunião, mediante carta dirigida ao presidente da Assembleia Geral.
2. É admitido o voto por correspondência, sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos.

Artigo 20.º

Das reuniões dos Corpos Gerentes serão lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.

Secção II *Da Assembleia Geral*

Artigo 21.º

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os irmãos admitidos há pelo menos três meses, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
2. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõe de um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os associados presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

Artigo 22.º

Compete à Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia, representá-la e designadamente:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais;
- b) Conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos.

Artigo 23.º

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Irmandade;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta, os membros da respectiva Mesa e a totalidade ou a maioria dos membros dos órgãos executivos e de fiscalização;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos Compromissos e sobre a extinção, cisão ou fusão da Irmandade;
- f) Deliberar sobre a aceitação de integração de outra Instituição e respectivos bens;
- g) Autorizar a Irmandade a demandar os membros dos Corpos Gerentes por factos praticados no exercício das suas funções;
- h) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

Artigo 24.º

1. A Assembleia Geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
 - a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para a eleição dos Corpos Gerentes;
 - b) Até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas de gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal.
 - c) Até 15 de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte.
3. A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária, quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por iniciativa própria, ou a pedido da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento de pelo menos dez por cento dos irmãos no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 25.º

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com pelo menos 15 dias de antecedência, pelo presidente da Mesa, ou seu substituto, nos termos do artigo anterior.
2. A convocatória é feita por meio de aviso postal expedido para cada associado, ou através de anúncio publicado nos dois jornais de maior circulação da área da sede da Irmandade, e deverá ser afixada na sede e noutros locais de acesso público, dela constando obrigatoriamente o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

3. A convocatória da Assembleia Geral extraordinária, nos termos do artigo anterior, deve ser feita no prazo de 15 dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião realizar-se no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

Artigo 26.º

1. A Assembleia Geral reunirá à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, ou uma hora depois, com qualquer número de presentes.
2. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos irmãos só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.
3. Para o acto da eleição previsto na alínea a) do número 2 do artigo 24.º, serão sempre necessárias lista ou listas de candidatos subscritas por um número de irmãos nunca inferior a cinco; e estas listas têm de ser apresentadas na secretaria da Misericórdia pelo menos cinco dias antes da data das eleições.

Artigo 27.º

1. Salvo o disposto no número seguinte, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.
2. As deliberações sobre as matérias constantes das alíneas e), f), g) e h) do artigo 23.º só serão válidas se obtiverem o voto favorável de pelo menos 2/3 dos votos expressos.
3. No caso da alínea e) e do artigo 23.º, a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de irmãos igual ao dobro dos membros dos corpos gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da Irmandade, qualquer que seja o número de votos contra.

Artigo 28.º

1. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são anuláveis as deliberações tomadas sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os irmãos no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.
2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de acção civil ou penal contra os membros dos Corpos Gerentes, pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas do exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

Secção III

Mesa Administrativa

Artigo 29.º

1. A Mesa da Irmandade é constituída por sete membros, dos quais, um provedor, um vice-provedor, um secretário, um tesoureiro e três vogais.
2. Haverá simultaneamente dois suplentes que se tornarão efectivos à medida que derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
3. No caso de vacatura do cargo de provedor, será o mesmo preenchido pelo vice-provedor e este substituído por um suplente.
4. Os suplentes poderão assistir às reuniões, mas sem direito a voto.

Artigo 30.º

Compete à Mesa gerir a Instituição e representá-la, incumbindo-lhe designadamente:

- a) Garantir a efectivação dos direitos dos beneficiários;
- b) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de acção para o ano seguinte;
- c) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
- d) Organizar o quadro do pessoal a contratar e gerir o pessoal da Irmandade;
- e) Representar a Irmandade em juízo ou fora dele;
- f) Zelar pelo cumprimento da lei, do Compromisso e das deliberações dos órgãos da Irmandade.

Artigo 31.º

Compete ao provedor:

- a) Superintender na administração da Irmandade, orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da Mesa, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Representar a Irmandade em juízo ou fora dele;
- d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das actas da Mesa Administrativa;
- e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Mesa na primeira reunião seguinte.

Artigo 32.º

Compete ao vice-provedor coadjuvar o provedor no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 33.º

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da mesa e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

Artigo 34.º

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Irmandade;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receita e de despesa;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o provedor;
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

Artigo 35.º

Compete aos vogais coadjuvar os restantes membros da Mesa nas respectivas atribuições e exercer a função que a Mesa lhes atribuir.

Artigo 36.º

A Mesa reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do provedor e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês.

Artigo 37.º

1. Para obrigar a Irmandade são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da mesa, ou as assinaturas conjuntas do provedor e do tesoureiro.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do provedor e do tesoureiro.
3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Mesa.

Secção IV

Do Conselho Fiscal Ou Definitório

Artigo 38.º

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um presidente e dois vogais.
2. Haverá simultaneamente dois suplentes, que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
3. No caso da vacatura do cargo de presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro vogal e este por um suplente.

Artigo 39.º

Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e do Compromisso e designadamente:

- a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que o julgue conveniente;
- b) Assistir, ou fazer-se representar por um dos seus membros, às reuniões do órgão executivo, sempre que o julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamentos e sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

Artigo 40.º

O Conselho Fiscal pode solicitar à Mesa os elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

Artigo 41.º

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do presidente e obrigatoriamente, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

Capítulo IV*Do Culto e Assistência Espiritual*

Artigo 42.º

Nas diversas obras sociais e serviços desta Irmandade da Santa Casa da Misericórdia haverá assistência espiritual e religiosa e para tal:

- a) Haverá nela, sendo possível, um capelão privativo designado pelo ordinário da Diocese, sob proposta da mesa Administrativa;
- b) Fará parte do quadro do seu pessoal permanente, sempre que possível, um grupo ou comunidade de irmãs religiosas, com funções de chefia e trabalho, nos diversos sectores ou serviços.

Artigo 43.º

Como actos de expressão cultural, celebrar-se-ão os seguintes:

- a) Missa dominical da Irmandade;
- b) A festa anual da visitação em honra da padroeira da Misericórdia;
- c) As cerimónias litúrgicas da Semana Santa;
- d) Uma missa de sufrágio por alma de cada irmão falecido;
- e) Exéquias anuais, no mês de Novembro, por alma de todos os irmãos e benfeitores falecidos;
- f) A celebração de outros actos de culto que constituírem encargos aceites.

Artigo 44.º

Ao capelão privativo compete assegurar:

- a) A conveniente assistência espiritual e religiosa aos utentes e ao pessoal dos diversos sectores da Instituição, bem como aos irmãos.
- b) A realização dos actos previstos no artigo anterior.

Capítulo V*Disposições Diversas*

Artigo 45.º

São receitas da Irmandade:

- a) O produto das quotas dos Irmãos;
- b) As partições dos utentes;
- c) Os rendimentos de bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do Estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) Outras receitas.

Artigo 46.º

1. No caso de extinção da Irmandade, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
- 2) Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social quer à ulatimação dos negócios pendentes.

Artigo 47.º

Não é permitido à Irmandade repudiar heranças ou legados, devendo sempre aceitar, umas e outras, a benefício de inventário, não podendo ficar a cumprir encargos que excedam as forças de herança ou do legado, ou que sejam contrários à lei.

Artigo 48.º

1. Podem ser declarados benfeitores da Misericórdia as pessoas, mesmo estranhas à Irmandade, que, por lhe haverem prestado assinalados e relevantes serviços ou por auxiliarem com donativos eventuais de montante considerável, sejam merecedoras de tal distinção.
2. A declaração de benfeitores compete à Assembleia Geral, devendo os mesmos ser inscritos em livro especial e ser-lhes passado o respectivo diploma.

Artigo 49.º

A Mesa Administrativa elaborará os regulamentos que forem necessários à boa organização dos vários sectores e obras da Instituição, com inclusão das condições de trabalho do seu pessoal e de tudo o mais que o bom andamento dos serviços aconselharem.

Artigo 50.º

Igualmente a Mesa Administrativa elaborará o cadastro-inventário de todos os bens e valores que pertençam à Irmandade, o qual deverá estar permanentemente actualizado.

Artigo 51.º

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia observará os preceitos da legislação que lhe for aplicável e designadamente as disposições do decreto-lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

Artigo 52.º

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral.

Artigo 53.º

O presente Compromisso anula e revoga os anteriores compromissos desta Irmandade e entrará em vigor pleno logo que seja devidamente aprovado.

Termo de Encerramento

Contêm os presentes estatutos catorze folhas que por mandato de Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor Vigário Geral desta Diocese, numerei e rubriquei.

Vila Real, 2 de Março de 1992.

Bernardo Gonçalves

A declaração do registo definitivo de aprovação dos presentes Estatutos encontra-se publicada no *Diário da República* n.º 267 – III série, de 18 de Novembro de 1992.

ANEXO III**Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1528-2012)**

Ano	Provedor
1528	Lopo Coutinho
1542	Pedro Borges de Oliveira
1547	António Moutinho
1548	Simão Tavares
1562	Álvaro Lobo
1626	Francisco Machado Botelho
1672	Matias Álvares Mourão
1692-1693	Francisco Pinto do Amaral
1693-1694	Luís Teixeira de Magalhães Coutinho
1694-1695	Francisco de Magalhães e Faria
1695-1696	Manuel da Mesquita Pimentel
1696-1697	João de Carvalho Pinto
1697-1698	Francisco Machado de Mendonça
1698-1699	Leandro Pereira de Carvalho
1699-1700	Diogo Alves Botelho
1700-1701	André Lobo Barbosa
1701-1702	António de Sousa Pinto
1702-1703	António de Magalhães de Faria
1703-1704	Luís Pereira Pinto de Meneses
1704-1705	Francisco Soares de Mendonça
1705-1706	João Taveira Pimentel
1706-1707	José Botelho do Amaral
1708-1709	Francisco Borges Pimentel Francisco Pinto Pereira Félix Manuel Queirós da Mesquita José Botelho do Amaral
1709-1710	Luís Teixeira de Magalhães
1710-1711	Jorge de Lucena e Almeida
1711-1712	João Pinto Teixeira
1712-1713	Matias Alves Mourão
1713-1714	Luís Vieira Coutinho
1714-1715	João Martins Fraga
1715-1716	João Teixeira Lobo Barbosa
1716-1718	Francisco Pinto Pereira
1718-1719	Paulo de Araújo
1719-1720	Jacinto de Mesquita Botelho
1720-1721	João Correia da Mesquita
1721-1722	Luís Teixeira Botelho
1722-1723	Pedro Teixeira de Azevedo Cabral
1723-1724	Luís Alves de Figueiredo Bispo
1724-1725	António de Figueiredo e Barros

Ano	Provedor
1725-1726	Francisco Machado Botelho
1726-1727	José Meneses de Queirós da Mesquita
1727-1728	Manuel da Ascensão da Rocha
1728-1729	António José Botelho Mourão
1729-1730	António Botelho Correia
1730-1731	Tomás Alves Jordão
1731-1732	Sebastião Teixeira Botelho da Mesquita Pimentel
1732-1733	João Botelho de Lucena
1733-1734	André de Morais Sarmiento
1734-1735	Manuel Correia Botelho
1735-1736	João Correia Teixeira da Fonseca
1736-1737	Lourenço Botelho Pimentel de Vasconcelos
1737-1738	Domingos Moreira da Silva
1738-1739	Manuel Pereira Pinto do Lago
1739-1740	José Botelho da Fonseca Machado
1740-1741	Francisco Pinto Teixeira
1741-1742	António da Mesquita Pimentel
1742-1743	Afonso Botelho de Sampaio
1743-1744	José Botelho da Mesquita e Sousa
1744-1745	Manuel Pinto de Queirós
1745-1746	José Caetano Teixeira de Magalhães e Lacerda
1746-1747	Manuel de Azevedo Vidal
1747-1748	Caetano Botelho de Morais
1748-1749	Caetano Botelho de Mesquita e Vasconcelos
1749-1750	Luís António de Sousa Botelho Mourão
1750-1752	Duarte Teixeira Carneiro da Fontoura
1752-1753	Luís de Sousa Correia
1753-1754	Jerónimo Correia Guedes do Amaral
1754-1755	Vicente Luís Correia da Mesquita Pimentel
1755-1756	Manuel António Correia de Lacerda (Sousa?)
1756-1757	Jerónimo Lobo Tavares
1757-1758	Francisco Teixeira Lobo
1758-1759	Manuel António Botelho de Sousa
1759-1760	Francisco José Taveira Pimentel
1760-1761	Luís Álvares de Figueiredo e Rocha
1761-1762	Francisco José de Sousa
1762-1763	Francisco José de Sousa Pinto (Jordão?)
1763-1764	Frei Jerónimo da Cunha de Souto Maior
1764-1765	Afonso Botelho de Sampaio
1765-1766	Frei Jerónimo da Cunha de Souto Maior
1766-1777	António Teixeira Pinto de Melo e Castro
1767-1768	José Constantino Lobo Tavares de Sampaio
1768-1769	Francisco José Teixeira de Azevedo
1769-1770	João José de Morais Madureira Lobo
1770-1771	Domingos José de Mendonça e Carvalho
1771-1772	Manuel dos Santos Pinto
1772-1773	Luís Teixeira de Queirós
1773-1774	João Moutinho de Aguiar
1774-1775	José Correia Pinto do Amaral
1775-1776	Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto
1776-1777	António Teixeira de Magalhães Lacerda
1777-1778	Luís Ataíde Pimentel Castelo Branco

Ano	Provedor
1778-1779	Bento Borges do Amaral Botelho
1779-1780	António Correia Cabral
1780-1781	José Pinto de Mesquita de Morais Sarmento
1781-1782	Manuel Correia Teixeira do Amaral
1782-1783	Luís Álvares da Nóbrega Cão e Aboim
1783-1784	José Pereira Teixeira do Couto Taveira
1784-1785	Francisco Xavier de Azevedo
1785-1786	António Feio de Figueiredo Correia
1786-1787	Manuel de Amorim Pimentel de Morais
1787-1788	Martinho de Magalhães Faria e Sousa
1788-1789	António José de Azevedo Pinto
1789-1790	José Félix de Morais Sarmento
1790-1791	António José de Figueiredo Tavares
1791-1792	José Álvares de Barros
1792-1793	José Alves de Barros (provedor eleito) António Queirós da Mesquita Pimentel (segunda eleição) José Maria da Veiga Cabral Lobo de Barbosa (terceira eleição) António Feio de Figueiredo Correia (provedor a partir de 27 de Janeiro de 1793)
1793-1794	Francisco Manuel de Gouveia Pinto
1794-1796	Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa
1796-1798	Francisco Manuel de Gouveia Pinto
1798-1800	Agostinho Correia do Amaral Teixeira de Gouveia
1800-1801	António Teixeira de Magalhães e Lacerda
1801-1806	António José de Azevedo Pinto
1806-1807	António Feio de Figueiredo Correia
1807-1808	Francisco de Paula de Ataíde Pimentel
1808-1809	José Teixeira de Melo e Castro
1809-1810	António José de Azevedo Pinto
1810-1811	Francisco Teixeira de Carvalho
1811-1812	António José Teixeira Lobo Girão
1812-1813	Francisco Correia Teixeira do Amaral
1813-1814	Francisco Correia Pinto Teixeira do Amaral
1814-1815	Luís António de Figueiredo e Rocha
1815-1816	Francisco Xavier Correia de Azevedo
1816-1819	Francisco da Silveira Pinto da Fonseca (conde de Amarante)
1819-1820	António Botelho Correia Guedes do Amaral
1820-1821	Francisco da Silveira Pinto da Fonseca (conde de Amarante) Manuel José Alves Ferreira (provedor por falecimento do conde de Amarante)
1821-1826	Francisco Rodrigues de Freitas
1826-1827	Miguel Vaz Pereira Pinto Guedes
1827-1828	José Paulo de Figueiredo
1828-1829	Luís António de Magalhães José Paulo de Figueiredo
1829-1830	Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda (visconde de Peso da Régua)
1830-1831	António de Melo Vaz de Sampaio
1831-1832	Miguel Vaz Guedes de Ataíde Malafaia
1832-1833	António Teixeira de Azevedo Cabral
1833-1834	Fernando António de Araújo João Rebelo de Matos e Rocha (nova eleição)
1834-1835	António Teixeira de Figueiredo
1835-1836	José Maria de Barros Teixeira Lobo
1836-1841	Braz Gonçalves Pereira
1841-1842	António Neutel Correia da Mesquita

Ano	Provedor
1842-1843	Braz Gonçalves Pereira
1843-1845	José de Carvalho Mourão
1845-1846	José Cabral Teixeira de Morais
1846-1847	Luís António Nóbrega de Magalhães António Alves de Aguiar (nova eleição) Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo (presidente da Comissão Administrativa) Sebastião José de Carvalho Moutinho (presidente da Comissão Administrativa) Manuel Lopes de Carvalho Lemos (presidente da Comissão Administrativa)
1847-1848	António Gerardo Monteiro (presidente da Comissão Administrativa) José Paulo Teixeira de Figueiredo (presidente da Comissão Administrativa) António Gerardo Monteiro (presidente da Comissão Administrativa)
1848-1851	António Machado e Silva (presidente da Comissão Administrativa)
1851-1854	João Baptista Pereira Coelho Monteiro (presidente da Comissão Administrativa)
1860-1861	Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro (presidente da Comissão Administrativa)
1861-1864	Manuel António de Carvalho (presidente da Comissão Administrativa) Vital Máximo Teixeira de Moura (provedor)
1864-1865	Manuel Inácio Pinto Saraiva
1865-1867	José Paulo Teixeira de Figueiredo
1867-1869	Francisco Maria Gaspar Martins
1869-1873	Francisco Ferreira da Costa Agarez
1873-1874	Agostinho da Rocha e Castro
1874	José de Matos Custódio
1874-1875	Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro
1875-1877	Francisco José Claro
1877-1879	Francisco Ferreira da Costa Agarez
1879	Domingos José de Carvalho Araújo
1879-1881	Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro (presidente da Comissão Administrativa)
1881-1883	Manuel de Azevedo (presidente da Comissão Administrativa, nomeada por alvará de 5 de Abril de 1881) António de Azevedo Castelo Branco (provedor)
1883-1886	Francisco Ferreira da Costa Agarez
1886-1887	António Toríbio da Silva
1887-1889	José Joaquim Rebelo da Silva (presidente da Comissão Administrativa) Luís Augusto Teixeira Lobato (provedor)
1889-1897	António Teixeira de Sousa
1897-1905	Francisco Alberto Pereira Cabral
1905-1908	Albino Moreira de Carvalho
1908-1909	João Avelino Pereira da Rocha
1909-1910	Albino Moreira de Carvalho
1910-1911	Eduardo Júlio Correia de Barros
1911-1912	Fausto Rodrigues dos Santos Ribeiro
1912-1916	Augusto Rua
1916-1928	Francisco Antunes de Mesquita
1928-1929	Agostinho de Oliveira Baía da Costa Lobo (provedor e presidente da Comissão Administrativa)
1929-1930	Filipe Correia de Mesquita Borges
1930	Heitor Correia de Matos
1930-1931	Domingos José Moutinho
1931-1932	Francisco Joaquim da Mota e Costa Lobo
1932-1934	Domingos José Moutinho
1934-1935	Francisco Joaquim da Mota e Costa Lobo
1935-1937	Agostinho de Oliveira Baía da Costa Lobo
1937-1942	Augusto Rua (presidente da Comissão Administrativa)
1942-1944	João Inácio Tocaio (presidente da Comissão Administrativa)
1944-1945	Abílio Machado Leonardo (presidente da Comissão Administrativa)

Ano	Provedor
1945-1946	Agostinho de Oliveira Baía da Costa Lobo (presidente da Comissão Administrativa)
1946-1947	Augusto Cardoso (presidente da Comissão Administrativa)
1947-1952	Agostinho de Oliveira Baía da Costa Lobo (presidente da Comissão Administrativa)
1952-1954	Joaquim António de Moura (presidente da Comissão Administrativa)
1954-1962	Carlos Augusto Sanches (presidente da Comissão Administrativa)
1962-1968	Albertino Ferreira Ribeiro
1968-1975	Humberto Cardoso de Carvalho
1975-1981	Alfredo Teixeira
1981-1996	Fernando Augusto Morais Andrade Gramaxo
1996-1999	Laurindo Sousa Ferreira
1999-2004	Luís António Teixeira Coutinho
2004-2012	José Joaquim Dias Gomes

Nota: Tabela construída a partir das fontes do fundo "Santa Casa da Misericórdia de Vila Real", depositado no Arquivo Distrital de Vila Real. Os provedores, entre 1528-1547, foram coligidos através da *Escritura de compra de uma morada de casas na rua da Misericórdia...* e do *Traslado em forma de dous Alvarás* (Livro *Capelas e testamentos, memórias respectivas às mesmas e aos foros que lhes pertencem...*). Para 1562, foi utilizada a *Escritura de venda de um foro...* (Livro *Doação e mais títulos de foros a ella pertencentes que o Prothonotario D. Pedro de Castro Abbade de Mouços fez à Sancta Caza...*). De 1693 em diante, recorreu-se aos *Livros de termos de juramento*, *Livros de eleições*, *Termos de abertura de eleição de provedor*, *Livro das contas mensais e anuais*, *Registos de alvarás*, *Livros de Actas da Mesa da Santa Casa da Misericórdia* e *Livros das Sessões da Mesa Administradora*.

ANEXO IV

Novo Regimento para regulação do Hospital (1797)

Tomando-se em consideração a indispensável obrigação inerente à nossa Irmandade de socorrer os pobres e miseráveis doentes, que enfermavam sem ter abrigo a que se acolhessem, e quem deles cuidasse, e dos seus remédios, jazendo sem reparo algum às injúrias do tempo, desprezados dos professores, a que eram inúteis suas visitas por não haver quem pusesse em execução os seus conselhos, baldadas as esmolas dos fiéis por não haver quem lhas regulasse, e servindo só de escândalo e horror da natureza, o que esta Irmandade por especial instituto devia fazer cessar: rompendo as barreiras, e dificuldades que por muitas e repetidas vezes foram ponderadas, e que noutras circunstâncias seriam bem dignas de atender-se, por não ter a Irmandade nem fundo, nem forças para sustentar-se, quanto mais para erigir uma casa de tanto peso, ao mesmo tempo que indispensável nesta terra por ser uma das vilas notáveis do Reino, e a capital da província a mais rica, pomposa, e a mais brilhante deste mesmo Reino: finalmente se venceu que se tentasse a erecção de um hospital; ainda que para fundamento do mesmo não houvesse mais que os santos desejos de socorrer com ele a humanidade enferma e desamparada, confiando da divina providência (de que receberia o nome) o seu estabelecimento, fundo, e duração para o futuro, começando-se o ensaio por uma casa alugada, a que se fosse recolhendo e abrigando poucos doentes, para sustento e curativo dos quais se mendigassem de porta em porta pelos nossos irmãos esmolas dos fiéis, que em todos os tempos tem sido base e fundamento dos mais sólidos edificios que existem, e que hão-de durar até à consumação dos séculos, por isso mesmo que têm suas vistas, e seu objecto principal no todo-poderoso Deus e senhor, que tem feito, faz e fará sempre tudo quanto quer.

E com efeito, ajudando Deus nosso senhor tão santas, piedosas e louváveis deliberações, se pôs em execução este projecto, que principiando em 13 de Março do ano pretérito de mil setecentos noventa e seis não só se puderam assistir com pasmosa vigilância, cuidado, asseio, e prontidão cinco doentes effectivos, mas houve arte para poder adquirir, de que comprar umas casas por quinhentos mil réis, bem decentes, e capazes de arranjar uma dúzia de enfermos, de as pôr em forma e figura de hospital, de lhe fazer capela própria, e de lhe procurar roupas limpas e asseadas, de sustentar-lhe e pagar-lhe enfermeiros, que tivessem a seu cargo o asseio da casa, guisar o sustento dos doentes, e assistir-lhes quanto pudessem, correndo por conta dos nossos irmãos toda a mais inspecção, cuidado e vigilância necessária para o bom regulamento da casa, e para não padecerem os enfermos; o que fez que os médicos e cirurgiões tomassem sobre si voluntariamente e por distribuição a visita e assistência dos doentes, que continuam e frequentam sem interrupção, no que tudo se conheceu visivelmente a mão do omnipotente que protegeia e protegia tão santo Instituto.

Porém, como todas as coisas no seu começo se desempenham sem violência por serem de aprovação de cada um dos que trabalham, e que ao depois se faz pesado à posteridade, quando não é da obrigação da Irmandade a que se vem listar por que desanima sempre e muitas vezes se perde de toda a caridade, que como base desta obra deve sempre ser viva e ardente no coração dos nossos irmãos, para por meio dela adiantarem e aperfeiçoarem uma instituição indispensavelmente útil e da primeira necessidade, bem e da mesma forma, que se tem adiantado todas as da mesma natureza do Reino tão interessantes ao Estado, e de que depende a conservação dos seus vassallos; se assentou em Mesa de vinte de Maio do corrente ano, que convocada e congregada toda a nossa Irmandade se lhe propusesse tudo o que acima fica exposto para ver se era de sua aprovação o continuar-se na erecção e criação do Hospital, a que se havia dado um tão bom princípio, e que sendo aprovado, como se esperava em Deus, que o fosse, conviessem num regulamento que para o futuro obrigasse a todos os irmãos, não só a mendigar por turno, ou giro as esmolas nos dias assinados, mas também a aceitarem todos os cargos e occupações de que fossem encarregados e a fazer tudo o que preciso e necessário fosse para a boa economia e aumento do Hospital e administração do seu fundo, de que havia já princípio, como constava dos livros.

Sendo pois, em consequência de tudo o referido, convocada toda a Irmandade e congregada a maior parte dela, no dia vinte e oito de Maio, e pensado negócio de tanta ponderação com toda a seriedade que pedia, foi sem discrepância de votos aprovada a existência do Hospital, e à pluralidade deles foram também aprovados os artigos e regulamentos seguintes:

1.º

Todos os irmãos, de qualquer classe e condição que sejam, em todos os Domingos do ano por giro serão obrigados a tirar esmolas para o Hospital pedindo por toda a vila, e em todas as casas com a eficácia que pede um estabelecimento de tanta importância.

2.º

Os irmãos da Mesa, e os officiaes que se acharem occupados, até o mesmo provedor, nem por isso se devem julgar isentos de tirar as esmolas quando por justa distribuição lhes tocar; antes serão os mais prontos e exactos, para servirem de exemplo aos outros irmãos. Esta mesma obrigação terá a Mesa toda que sairá incorporada a pedir em dia de Páscoa da Ressurreição de cada ano.

3.º

O irmão secretário do Hospital fará todos os meses uma pauta que mostre o séquito dos irmãos que hão-de tirar as esmolas por suas antiguidades, na qual se assinará logo o dia e mês do ano que a cada um tocar e pertencer; e esta tabela estará pendente na sacristia da Igreja da Irmandade, e oito dias antes que chegue o dia de cada um, se lhe fará aviso por escrito, em que depois farão passar o recibo do irmão depositário da esmola que lhe entregarem, e que assim reporão na mão do secretário, tanto para mostrarem que satisfizeram, como para por ele se tirar conta ao dito depositário.

4.º

Nenhum irmão absolutamente será isento de pedir esmola no dia que lhe for assinado, senão fazendo constar na Mesa que no fim de cada mês impreterivelmente se há-de fazer para o arranjo das contas e mais negócios das duas casas, moléstia, enfermidade grave, ausência que não seja dolosa, idade maior de setenta anos, ou outra alguma causa igual, ou mais atendível, com que se justifiquem, para assim se regular a pauta do mês seguinte: bem entendido, que a não ser proposta em tempo competente, sua escusa lhe será desprezada por mais circunstanciada que ela seja, a não ser de caso fortuito e imprevisto.

5.º

Todo o irmão que se recusar, ou lhe for violento pedir as ditas esmolos, poderá remir-se pagando e satisfazendo por cada vez que lhe pertencer quantia correspondente a uma das médias dos três meses antecedentes, cobrando recibo do depositário para os fins declarados no artigo 3.º.

6.º

Mas recusando-se qualquer irmão (o que se não espera) a esta comutação de equidade, e não se justificando na primeira Mesa passar a negar-se segunda vez a cumprir sua obrigação de um ou outro modo, logo será riscado, e provido em seu lugar quem cumpra com as obrigações da Casa.

7.º

Os irmãos que se acharem moradores em algum lugar do termo ou comarca, deverão do mesmo modo em um Domingo do ano pedir as esmolos para o Hospital, e havendo mais irmãos nesta freguesia, dividir entre si o trabalho, e até Domingo de Páscoa de cada ano remeter ao irmão depositário o resultado de seus peditórios, e haver recibo que farão entregar ao irmão secretário do Hospital na forma apontada, e debaixo das penas que ficam declaradas; e por isso mesmo ficam isentos do giro das esmolos nesta vila.

8.º

No dia da eleição da Misericórdia, além do provedor e escrivão se elegerão, à pluralidade de votos, dois depositários, um para receber as esmolos do Hospital, e outro para o rendimento da Irmandade, para se não confundir um com o outro, e se poderem fazer os cálculos e contas, que com toda a clareza e exacção, distinção e individuação se devem dar e publicar no dia da eleição antes que a ela se proceda, para serem aprovadas ou glosadas no dia da posse.

9.º

Eleitos que sejam os irmãos mordomos do Hospital pela nova Mesa a quem toca fazê-lo, depois da posse, serão obrigados a servir por si ou por outro irmão, que bem desempenhe o dito cargo, e não poderão recusar-se, nem remir-se por meio de taxas, salvo pelas causas expressas no art.º 4.º, por que então se elegerá em seu lugar outro irmão, e para lhes ser mais suave a dita ocupação, no ano em que servirem serão dispensados das procissões, passos e anjos, e mais ónus da Irmandade.

10.º

Os irmãos depositários farão e constituirão parte da Mesa, e nela terão voto em todos os negócios que forem de sua repartição, e que a ela vierem para se decidirem por pluralidade de votos, não se intrometendo o do Hospital nos negócios da Santa Casa da Misericórdia, nem o desta nos do Hospital.

11.º

Na Santa Casa da Misericórdia haverá uma caixa de depósito com três chaves, das quais uma estará em poder do provedor, outra do escrivão, e outra do depositário; e no impedimento de cada um destes passará a do provedor para o escrivão, a deste para o irmão do mês, e a do depositário para um dos irmãos da Mesa a seu arbítrio, ou para quem ele constituir seu bastante procurador.

12.º

Dentro da caixa acima referida, além do dinheiro pertencente ao rendimento da Casa haverá sempre um livro, em que se escreverão as entradas e saídas dos ditos dinheiros, feitos os assentos com toda a clareza e individuação para bom arranjo das contas, que no fim do ano se hão-de apurar para se publicarem na forma do art.º 8.º e se apresentarem no dia da posse à Mesa nova para as aprovarem, e assinarem, ou glosarem como melhor entenderem.

13.º

Também dentro da mesma caixa estarão e se guardarão todas as chaves das caixas das esmolos de todos os altares, que não poderão nem deverão ser abertas sem a assistência dos três irmãos das chaves, contando-se ante eles o importe das ditas esmolos, que logo se recolherá à caixa das três chaves, e se abrirá no livro, termo de entrada com as clarezas necessárias.

14.º

Mandar-se-á fazer outro cofre ou caixa de três chaves repartidas, como as do art.º 11.º para servir de arquivo, e nela se recolherem todos os livros, escrituras, títulos, papéis, e mais documentos pertencentes à Casa, de onde não poderão ser tirados nem aberta a caixa sem a assistência dos ditos três irmãos, e sendo por grande precisão necessário ficar fora algum dos ditos papéis ou títulos, se fará um termo em que assine o irmão que dele se encarregar, em como o recebeu, e do mesmo se obriga a dar conta, e também assinarão os irmãos das chaves como seus abonadores; cujo termo feito pelo escrivão da casa com as declarações necessárias e competentes assinaturas será recolhido no dito arquivo e nele guardado enquanto se não tornar a restituir o título a seu lugar.

15.º

Nem o irmão provedor, nem o escrivão e menos outro qualquer da Mesa se arrogará à liberdade de perdoar, dispensar, ou por outro algum modo frustrar rendimento da Santa Casa por insignificante que pareça ou seja, e por maiores, e mais exuberantes serviços que para o fazer possa inculcar, ou da sua parte,

ou da do provedor; e para fazer glosas das quitas ou perdões desta natureza terá autoridade de qualquer dos nossos irmãos da Mesa, e até aqueles que o não forem, e por zelo as quiserem glosar.

16.º

Todas as pagas e quitações dos devedores de qualquer das duas casas serão passadas pelo escrivão correspondente declarando nelas em que livro e a que folhas ficam carregadas, e nelas assinarão também os respectivos depositários, e passados de outra forma não serão valiosos, e não terão fé nem crédito em juízo, ou fora dele, ficando reservado às partes seu direito para haverem seus importes daqueles a quem os entregarem.

17.º

Que estes artigos se cumpram como compromisso, sendo lidos a todos os novos irmãos, antes de assinarem o termo e juramento, declarando-se assim mesmo em cada um dos termos. E que todos os casos não providenciados aqui se regulem pelo Compromisso da Misericórdia da cidade de Lisboa, julgando-se expressamente aprovados, não obstante a aprovação tácita que já tinham; e bem assim quaisquer outros artigos que a Mesa, que agora é, e ao diante for, formalizar, e deles obtiver confirmação régia.

E por esta forma acharam os irmãos da Mesa abaixo assinados que os artigos acima copiados se achavam em tudo conformes ao proposto, e resolvido pela Mesa de 20 de Maio de 1797, e congregação da Irmandade de 28 do mesmo mês, e ano, que se acha no livro das determinações da Mesa do dito ano, desde o fólho 5 verso *usque* fólho 19 aonde assinaram os irmãos, que os aprovaram em nome da Irmandade, que toda foi canonicamente congregada, e daí se passaram com mais asseio e formalidade, sem a mínima alteração de sua substância a este livro, como naquele, a fólho 17, se havia resolvido com declaração porém de que a eleição de dois depositários, um do Hospital, outro da Misericórdia subsistirá somente enquanto esta não puder mostrar que tem todo o rendimento para a sua necessária despesa, porque depois se elegerá um só depositário para arrecadação dos réditos de ambas as casas, e declaramos que no art.º 7.º se acham duas palavras emendadas que dizem "um Domingo" em certeza do que assinamos os da Mesa. Vila Real e Casa do Despacho, em Mesa de 29 de Junho de 1797, e eu Manuel da Silva Dias, escrivão da Santa Casa que subscrevi e assinei como o provedor também pela ausência do actual.

(Fonte: Arquivo Distrital de Vila Real. *Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real*)

ANEXO V

Regulamento interno do Hospital da Divina Providência de Vila Real (1844)

Capítulo 1.º

Das obrigações dos empregados

Artigo 1.º – O regime interno do Hospital incumbe ao mordomo-mor, na forma deste regulamento, o qual, como chefe da sua administração económica, subordinado com tudo à Mesa, tem a seu cargo:

Veja-se na 4.ª adição dos estatutos que pertence ao mesmo mordomo-mor

- 1.º – Fazer ao menos duas visitas semanais a todas as repartições do Hospital, fiscalizando o exacto comportamento dos deveres de todos os empregados, admoestando os descuidados, repreendendo os omissos, castigando, do modo adiante declarado, os incorrigíveis;
- 2.º – Dar entrada aos doentes, na conformidade dos despachos do provedor, e informações dos facultativos, e facultar licença às pessoas que pretenderem visitar os doentes;
- 3.º – Ordenar e autorizar todas as despesas ordinárias da Casa, promover o seu pagamento regular e rubricar todos os livros do Hospital;
- 4.º – Informar a Mesa dos consertos e obras da Casa que forem necessárias, e com autorização da mesma (...);
- 5.º – Dar conhecimento das disposições deste regulamento àqueles a quem competir a sua execução.

Artigo 2.º – As obrigações dos irmãos de mês são meramente fiscais, e assim incumbe-lhes:

- 1.º – Assistir ao jantar e ceiar dos doentes, verificando a exactidão e o bom tempero das dietas;
 - 2.º – Visitar as enfermarias e examinar a sua limpeza e arranjo, interrogando os doentes acerca de qualquer falta que possam experimentar;
 - 3.º – Representar ao mordomo-mor contra qualquer irregularidade notável, e não obtendo satisfação, acusar em plena Mesa aos que cometerem ou tolerarem abusos;
- § único – Ao irmão mister, além das obrigações, que lhe vão designadas nos números deste artigo, pertence-lhe assistir ao enterramento dos pobres que falecerem no Hospital.

Artigo 3.º – Haverão dois facultativos, um médico e um cirurgião, aos quais incumbe dirigir o tratamento das moléstias com zelo e caridade.

§ 1.º – O médico é o director do Hospital, no que diz respeito ao tratamento das doenças dos doentes que entrarem nas enfermarias da Casa, e nesta conformidade pertence-lhe:

- 1.º – Informar o provedor acerca da admissão dos doentes, e fazer a sua distribuição para a clínica médica e cirúrgica, inspeccionando as moléstias pertencentes a este ramo;
 - 2.º – Acudir ao chamamento do enfermeiro, quando circunstâncias graves e extraordinárias reclamarem a sua presença;
 - 3.º – Exigir dos empregados respectivos o fiel cumprimento das suas prescrições, tanto nos medicamentos como nas dietas;
 - 4.º – Requisitar oportunamente quanto convier para o mais profícuo emprego da sua arte;
 - 5.º – Queixar-se ao mordomo-mor, e à Mesa, se for necessário, dos empregados que faltaram aos deveres que têm relação com o tratamento das moléstias;
 - 6.º – Transcrever, no livro competente, as fórmulas e dietas e dar alta aos doentes da sua repartição, quando já não carecerem de socorro da Casa;
 - 7.º – Visitar a botica e informar o mordomo-mor e a Mesa das faltas de qualquer espécie que porventura encontrar naquela repartição;
 - 8.º – Formular em livro próprio a estatística das moléstias, notando os dias de tratamento e o estado em que saíram os doentes;
 - 9.º – Praticar as autópsias que julgar convenientes, para instrução própria e proveito da ciência, referindo no livro do parágrafo antecedente alguma observação patológica digna de memória;
- § 2.º – Ao cirurgião compete-lhe tudo quanto designado pelo médico desde o n.º 2 até ao 9 do parágrafo antecedente, *mutatis mutantis*, e de mais assistir ao curativo das feridas e praticar as operações de grande cirurgia.
- N3 adicionou-se a este artigo o n.º 3.º exarado no fim do presente regulamento (Barros)*

Artigo 4.º – Os facultativos são obrigados a fazer uma visita diária de Verão das sete às oito horas, de Inverno das oito às nove.

§ 1.º – Se algum dos facultativos for ausente, deixará pessoa idónea que o substitua, dando parte ao mordomo-mor;

§ 2.º – Em moléstias graves e casos de operações, os dois facultativos devem conferenciar; havendo divergência, darão parte ao mordomo-mor, e este convocará um facultativo externo, e em nova conferência seguir-se-á o voto da maioria;

§ 3.º – Quando a operação envolver perigo de algum membro, de órgão nobre ou risco de vida, nunca se praticará sem consentimento do paciente, se a sua inteligência estiver em estado normal.

Artigo 5.º – Ao ajudante de cirurgião incumbe:

- 1.º – Comparecer na hora designada pelo facultativo de cirurgia e, na sua presença, proceder ao curativo, pela forma que ele lhe ordenar;
- 2.º – Renovar pelo dia adiante o curativo, quando for necessário;
- 3.º – Assistir às operações e necropsias e praticar a sangria na hora, local e quantidade que ambos os facultativos prescreverem nas suas repartições;
- 4.º – Barbear os doentes e cortar o cabelo aos que precisarem, quando pelos respectivos facultativos lhe for ordenado.

Artigo 6.º – Ao enfermeiro pertence:

- 1.º – Obedecer ao mordomo-mor no que ele lhe mandar, dentro da órbita da sua competência fazer as papeletas dos doentes e lançar a alta dos militares;
- 2.º – Assistir à visita, informar os facultativos de qualquer ocorrência que notar no andamento das moléstias e executar fiel e escrupulosamente as prescrições;
- 3.º – Habitar dentro do Hospital, vigiar os doentes perigosos e dar parte aos facultativos e capelão para os efeitos necessários;
- 4.º – Repartir as dietas como constar nas papeletas;
- 5.º – Acondicionar os medicamentos vindos da botica, guardar os instrumentos e aparelhos de cirurgia e responder por tudo o que se lhe entregar para uso das enfermarias;
- 6.º – Graduar e preparar banhos e cristéis;
- 7.º – Receber os doentes, com ordem do mordomo-mor, formar as papeletas e revistar, observadas as leis da decência, as pessoas de que se possa suspeitar-se que levam coisas nocivas aos doentes, franqueando-lhes a entrada, se forem munidos da competente licença;
- 8.º – Dar com a devida antecipação ao almoxarife a nota da carne e galinhas que devem comprar-se;
- 9.º – Entregar à hora do jantar e ceia o extracto das papeletas, com a designação do número das camas ao irmão nobre de mês – da mão deste passará ao almoxarife;
- 10.º – Enfim, vigiar pelo bom serviço dos criados, repreendê-los e dar parte ao mordomo-mor da falta de seus deveres.

Artigo 7.º – À enfermeira compete todo o serviço da enfermaria das mulheres, excepto varrer e despejar vasos de excrementos, e assim tem ao seu cargo:

- 1.º – Assistir à visita e dar aos facultativos os necessários esclarecimentos;
- 2.º – Fazer as camas, lavar as doentes, deitar-lhes os cristéis, aplicar-lhes as bichas e lavar-lhes as feridas em partes recatadas, bem como ajudá-las a entrar nos banhos e limpá-las quando saírem e distribuir-lhes a comida;
- 3.º – Arrecadar debaixo de sua responsabilidade a carne, galinhas e carvão, [e] todos os utensílios da cozinha;
- 4.º – Sindicar o asseio da cozinha e vigiar o bom tempero das dietas;
- 5.º – Responder pela limpeza da sua enfermaria e servir as doentes em tudo o que é próprio de boa e caridosa enfermeira;
- 6.º – Vestir os cadáveres das mulheres.

Artigo 8.º – Os dois criados menores têm obrigações distintas e comuns: um pode considerar-se como ajudante e substituto do enfermeiro, o outro é destinado com especialidade para a limpeza, sendo ambos subordinados ao enfermeiro, a quem devem obedecer no que ele lhes mandar em serviço da casa.

§ 1.º – Ao 1.º criado compete:

- 1.º – Distribuir a comida aos doentes, lavar os copos dos remédios e limpar-lhes as facas e os garfos.
- 2.º – Tomar conta da roupa que os doentes despirem e do mais que trouxerem quando entrarem, e entregar-lhes tudo quando saírem, em presença da relação que deve ter feito e do enfermeiro.
- 3.º – Antes da visita (meia-hora) lavar as feridas aos doentes, aplicar-lhes bichas e cristéis com ajuda do outro criado e assistência da enfermeira.
- 4.º – Trazer os remédios da botica e coadjuvar o segundo criado no varrer das escadas acima, e conduzir os cadáveres ao *de profundis*.

§ 2.º – Ao outro criado pertence:

- 1.º – Fazer a limpeza e varrer as enfermarias.
- 2.º – Conduzir os tabuleiros da comida e recolher a louça à cozinha.
- 3.º – Fazer os recados fora do Hospital.
- 4.º – Vestir os cadáveres dos homens.

§ 3.º – Ambos são obrigados a dormir cada um em sua enfermaria, fazer as camas e lavar os doentes das mesmas e socorrê-los de noite dando parte ao enfermeiro quando houver ocorrência extraordinária.

Artigo 9.º – Se houver roupeira, esta será obrigada a fazer de novo, remendar, lavar e gomar toda a roupa que tiver a marca do Hospital, assim [como] as camisas dos pobres que estiverem nas enfermarias.

Artigo 10.º – A cozinheira deverá cozinhar com limpeza e asseio, lavar a louça e arrecadar tudo o que pertence a utensílios da cozinha, debaixo de ordem da enfermeira.

Artigo 11.º – Ao boticário compete:

- 1.º – Aprontar as receitas da casa com brevidade, limpeza e escrupulosa exactidão;
- 2.º – Requisitar ao mordomo-mor todas as substâncias e utensílios indispensáveis na oficina;
- 3.º – Desvelar-se na reposição das substâncias;
- 4.º – Aviar para o público, com as condições convencionadas com a Mesa, as receitas que entrarem naquele estabelecimento;

- 5.º – Comprar os objectos que lhe não fornecer a Casa, acessórios para a confecção dos medicamentos e aprontar a escrituração própria do seu cargo, pelo melhor modo que a Mesa lhe indicar.
- 6.º – Pernoitar na Casa, ou pelo menos uma pessoa habilitada na sua arte, por quem fique responsável.

Artigo 12.º – Os deveres do capelão são os seguintes:

- 1.º – Fazer uma visita diária aos enfermeiros, além das que forem necessárias para ministrar os socorros espirituais, consolando os aflitos e ensinando aos ignorantes as verdades necessárias à salvação e praticando todos os actos de um verdadeiro pastor espiritual;
- 2.º – Celebrar a missa quotidiana do legado dos Freitas, vigiar na limpeza e asseio do templo, cantar as missas e, de acordo com o mordomo-mor, convidar os padres necessários para este efeito;
- 3.º – Designar a hora dos enterramentos, e quando o cadáver não for exigido pelos facultativos, só a cerimónia terá lugar vinte e quatro horas depois do falecimento, se não houver razão em contrário;
- 4.º – Se o falecido pertencer a alguma irmandade e este lhe quiser prestar os obséquios fúnebres, o capelão fica exonerado do dever de o acompanhar.

Artigo 13.º – O sacristão tem a seu cargo a guarda, asseio e limpeza da capela, e arrecadação de todas as alfaias, prestando fiança idónea e todas as demais obrigações inerentes a seu mister.

Artigo 14.º – O almoxarife é o executor das ordens do mordomo-mor no que diz respeito à administração interna do Hospital e, por isso, tem a seu cargo:

- 1.º – Fazer reformar e guardar os inventários de todos os objectos das diferentes repartições da Casa;
- 2.º – Escriturar as contas mensais e registar no competente livro a entrada, saída e óbito dos doentes;
- 3.º – Entregar ao mordomo-mor um mapa mensal de todos os objectos consumidos ou extraviados de qualquer natureza que sejam;
- 4.º – Fazer todas as compras do consumo ordinário pelo modo que mais baratas possam ficar sem deficiência na sua qualidade;
- 5.º – Guardar debaixo de sua responsabilidade todos os móveis e objectos cuja arrecadação não incumbe especialmente a outro empregado, e fornecê-los quando lhe forem requisitados, podendo cobrar recibo para sua segurança;
- 6.º – Redigir a correspondência relativa à verificação dos documentos de despesa feita com os militares e depois de assinada pelo mordomo-mor e médico, e enviá-la ao seu destino;
- 7.º – Conferenciar todos os dias o extracto das papeletas;
- 8.º – Vigiar o exacto cumprimento das obrigações de todos os empregados e dar parte muito fiel de tudo ao mordomo-mor.

Capítulo 2.º

Disposições Gerais

Artigo 15.º – Às seis horas no Verão e às sete de Inverno de manhã, estarão varridas as enfermarias, limpas as bacias de cama e escarradeiras, feitas as camas e lavados os doentes. Depois da ceia renovar-se-á a limpeza.

Artigo 16.º – Assim que os facultativos se apresentarem para a visita, feito o sinal com a campainha, comparecerá logo o enfermeiro com o tinteiro e formulário, e proceder-se-á à visita com toda a circunspecção, e ao curativo, sendo a visita de cirurgiões.

§ Único – No fim da visita, o primeiro criado terá água pronta e uma toalha para os facultativos e ajudante de cirurgia se lavarem; depois deste acto, os facultativos procederão à transcrição das fórmulas e dietas.

Artigo 17.º – As aplicações de medicamentos internos serão feitas uma hora antes do almoço, às nove da manhã, às três da tarde e às oito da noite, se os facultativos não designarem outra ordem na papeleta.

Artigo 18.º – O almoço dar-se-á às sete horas, o jantar às onze e a ceia às cinco.

Artigo 19.º – As enfermarias serão arejadas todos os dias, se a intempérie não obstar, e desinfectadas quando entre os doentes houver moléstia que possa comunicar-se, ou que exale maus cheiros.

Artigo 20.º – Em todas as enfermarias se conservará luz durante a noite, e depois das oito horas de Inverno, e nove de Verão, reinará nelas o silêncio. O enfermeiro dará sinal na campainha.

Artigo 21.º – Quando algum doente se apresentar à porta do Hospital gravemente ferido, ou em perigo de vida, o enfermeiro lhe dará logo entrada, avisando o facultativo e mordomo-mor.

Artigo 22.º – Admitir-se-ão doentes que não sejam pobres, prestando fiança do pagamento de 240 réis diários, querendo tratar-se em enfermaria separada; 300 réis se entrarem na dos pobres. A sua admissão, assim como a dos irmãos pobres da Ordem Terceira e da Misericórdia, fica a cargo do mordomo-mor, procedendo às solenidades do costume.

Artigo 23.º – Os doentes serão somente abonados depois da visita dos facultativos e vencerão a sua dieta no dia em que se lhes der alta.

Artigo 24.º – As dietas serão reguladas segundo a ordem que se acha estabelecida no livro competente.

Artigo 25.º – Todos os empregados do serviço interno do Hospital serão pagos no fim dos trimestres a contar do 1.º de Julho.

Artigo 26.º – O escrivão do Hospital será obrigado a dar conta ao mordomo-mor no fim de todos os meses do movimento da cobrança.

Artigo 27.º – O almoxarife, antes de proceder às compras, apresentará uma relação dos objectos necessários ao mordomo-mor; se este concordar na necessidade, visará a relação e só com esta circunstância o tesoureiro satisfará a sua importância.

Artigo 28.º – No fim dos trimestres, fará o almoxarife a folha do vencimento dos empregados, e visada que seja pelo mordomo-mor, o tesoureiro procederá ao seu pagamento.

Artigo 29.º – Julgam-se ilegais todos os pagamentos que não forem feitos na conformidade dos dois artigos antecedentes.

Capítulo 3.º

Das obrigações dos doentes

Artigo 30.º – Os doentes que entrarem no Hospital ficam sujeitos aos regulamentos da Casa.

§ 1.º – Logo que o doente entrar, entregará a sua roupa, trastes e o dinheiro ao criado, que tudo lhe restituirá na sua saída;

§ 2.º – Os doentes lavar-se-ão todos os dias quando tiverem forças para o fazer, farão a barba e cortarão as unhas e cabelo, quando pelos respectivos facultativos for ordenado;

§ 3.º – Aquele doente que não se quiser sujeitar às aplicações dos facultativos ou que for turbulento será expulso. O que cometer faltas menos graves será castigado nas dietas;

§ 4.º – Nenhum doente poderá sair das enfermarias ou do Hospital sem licença dos facultativos;

§ 5.º – É proibido fumar depois das horas de silêncio;

§ 6.º – Os doentes menos graves são obrigados a socorrer os outros em qualquer acidente extraordinário e a dar parte aos criados e enfermeiros.

Artigo 31.º – O espólio dos doentes fica pertencendo à Casa, salvo se os seus parentes quiserem satisfazer as despesas que eles fizeram durante as suas enfermidades.

Artigo 32.º – Todos os doentes são obrigados a confessar-se, e os que o possam fazer irão à missa que todos os dias se diz na capela.

Capítulo 4.º

Do castigo e correções dos empregados

Artigo 33.º – O mordomo-mor poderá suspender o ordenado, desde um até oito dias, aos enfermeiros, cozinheiros e criados que faltarem aos seus deveres principais, dando parte à Mesa dos motivos que teve para assim obrar.

§ 1.º – Nenhum dos empregados referidos poderá ser expulso da casa sem ordem da Mesa;

§ 2.º – Porém, se algum for convencido de furto, será logo expulso pelo mordomo-mor; contudo, a Mesa poderá aceitar-lhe a sua justificação e reintegrá-lo se o julgar inocente.

Artigo 34.º – Todos os outros empregados só em plena Mesa serão acusados, por ela repreendidos e expulsos (salvo os direitos de cada um) quando se lhes apurar erro da sua ocupação, ou falta no cumprimento das suas obrigações.

Secretaria do Governo Civil de Vila Real

25 de Julho de 1844

O Primeiro-oficial, servindo de Secretário Geral do Distrito

Francisco António de Carvalho

Contém este regulamento interno, para regime do Hospital da Divina Providência desta Vila, trinta e quatro artigos, e acha-se inscrito em oito meias folhas de papel, que todas numerei e rubriquei com o meu apelido de Carvalho, em consequência da ordem que para isso me foi dada pelo exmo. conselheiro governador civil deste distrito, José Cabral Teixeira de Moraes. Secretaria do Governo Civil de Vila Real *era ut supra*.

Cumpra-se. Sala do Despacho da Santa e Real Casa da Misericórdia em Vila Real e sessão de 7 de Agosto de 1844.

P. José de Carvalho Mourão
O Escrivão da Santa e Real Casa da Misericórdia. José Maria da Silva Barbosa

José Ferreira de Carvalho
António Botelho de Azevedo Carneiro
José dos Santos Pereira Basto
Padre Miguel Augusto Correia de Brito Teles
António da Cunha Santos
José Cardoso da Silva
Cipriano Pereira de Azevedo

Adição ao artigo 3.º do Regulamento retro, que se faz para surtir seus devidos efeitos, por ordem do exmo. visconde de Lemos, governador civil deste distrito, em consequência de aprovar a alteração proposta pela Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência desta Vila em ofício datado de 12 de Setembro de 1855.

§ 3.º – Havendo de concorrerem ao Hospital os médicos e cirurgiões do Partido da Câmara Municipal, será a sua concorrência alternada, como a Mesa Administrativa julgar conveniente, combinando a igualdade na distribuição com o interesse dos doentes.

[o anterior:

Artigo 3.º – Haverão dois facultativos, um médico e um cirurgião, aos quais incumbe dirigir o tratamento das moléstias com zelo e caridade.

§ 1.º – O médico é o director do Hospital, no que diz respeito ao tratamento das doenças dos doentes que entrarem nas enfermarias da casa, e nesta conformidade pertence-lhe (...)

§ 2.º – Ao cirurgião compete-lhe tudo quanto designado pelo médico desde o n.º 2 até ao 9 do parágrafo antecedente, *mutatis mutandis*, e de mais assistir ao curativo das feridas e praticar as operações de grande cirurgia]

Secretaria do Governo Civil de Vila Real
22 de Setembro de 1855.
O secretário-geral do Distrito
Guilhermino Augusto de Barros

A Mesa Administradora da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência de Vila Real, do ano económico de 1844-1845, no momento em que recebeu o ofício. Alvará e Regulamento Provisório precedente, dirigiu logo a s. exa. o sr. conselheiro governador civil deste distrito, José Cabral Teixeira de Moraes, o ofício constante da cópia seguinte:

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor,

A Mesa Administradora da Santa e Real Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência desta Vila, tem a honra de acusar recebido o ofício que vossa excelência se dignou dirigir-lhe, sob data de trinta de Julho ultimamente findo, acompanhando o alvará de vossa excelência e o Regulamento Provisório para o regime interno daquele Hospital, que logo mandou cumprir. Porém, angustiada por alguma maneira se os motivos do alvará se estendem sobre seus actos, se reserva a expor atenciosamente a vossa excelência que só o zelo pelo aumento do Hospital tem acompanhado seus desvios a sua honra e o seu comportamento desde que entrou na sua administração. Deus guarde a Vossa Excelência. Vila Real e Santa Casa da Misericórdia, em sessão extraordinária de sete de Agosto de mil oitocentos e quarenta e quatro [1844].

Ilustríssimo excelentíssimo senhor José Cabral Teixeira de Moraes, conselheiro governador civil deste distrito.

O provedor, José de Carvalho Mourão. O escrivão da Santa Casa da Misericórdia, José Maria da Silva Barbosa. O mordomo-mor do Hospital, João Batista Pereira Coelho Monteiro. António Alves de Aguiar, Miguel Augusto Correia de Brito, José Ferreira de Carvalho, José dos Santos Pereira Basto, Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, António José Ferreira Júlio, António da Cunha Santos, José Narciso Júnior, José Cardoso da Silva, Luís Bernardo, Cipriano Pereira de Azevedo.

Cópia da nova adição ao artigo 3.º do Regulamento retro determinada pelo excelentíssimo conselheiro governador civil deste distrito, António Felisberto da Silva Cunha Leite, em ofício n.º 83, datado de 18 de Janeiro de 1858.

1.º – A direcção e superintendência que o facultativo médico tem pela disposição deste regulamento, não pode entender-se em tal latitude que por ela possa ter intervenção directa no curativo e prescrições cirúrgicas, para fazê-las alterar ou modificar.

2.º – O facultativo médico, pela superintendência que lhe concede o regulamento, tem a faculdade, quando as prescrições cirúrgicas se não conformem com a sua opinião, de expor ao facultativo cirurgião, em conferência secreta, os motivos da sua opinião divergente. E se não se acordarem, exporá o director ao mordomo do Hospital a necessidade de convocar outro facultativo para conferência, o que o mordomo fará, e o que for decidido nesta conferência se deverá observar.

Está conforme.
O secretário-geral do distrito,
Guilhermino Augusto de Barros

ANEXO VI

Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real (1693-2010)

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
João Botelho de Lacerda (licenciado)	1693.06.26	substituição de Damião Correia Botelho	nobre			
Diogo Alves Teixeira (licenciado)	1693.06.26	substituição de Domingos Teixeira do Sil	nobre			
António de Magalhães de Faria	1693.07.02	substituição de João Correia da Mesquita	nobre			
João Correia da Mesquita	1693.07.08	substituição do licenciado Dionísio (?) Alvares	nobre		Lordelo	
Pedro Nunes Guedelha	1693.08.05		nobre	ouvidor de Vila Real		
Daniel de Magalhães Lousado	1693.08.05		nobre	juiz de forade Vila Real		
Manuel Ferreira Fraga	1693.08.05	morte de António Botelho	nobre			
António Lourenço	1693.11.04	morte de Manuel Alves, da Ferraria	mester	picheleiro	Vila Real	
Domingos Coelho	1694.02.22	substituição de Miguel da Mesquita	nobre			
Manuel Pinto da Fonseca	1694.02.22	substituição de Jacinto Teixeira de Magalhães	nobre			
Tomás Teixeira de Magalhães	1694.03.16	morte de André Teixeira de Macedo	nobre	padre		solteiro
Pantaleão Correia da Cunha	1694.05.15	substituição do pai António da Cunha Botelho	nobre			
Manuel Guedes	1694.05.15	morte de Domingos Lopes	mester			
Francisco Jorge de Figueiredo (licenciado)	1694.06.15	desistência de José Correia do Amaral que vivia distante de Vila Real, e não podia assistir às obrigações da Santa Casa	nobre		Vila Real	
João de Araújo de Amorim	1694.06.15	morte de José Pinto Coelho	nobre			
Gabriel Teixeira	1694.06.15	desistência de Albano de Oliveira	mester		Vila Real	
António Ferreira	1694.08.05	morte de André Carvalho	mester	mercador		
António de Magalhães Barbosa	1695.02.17	morte de Manuel Pinto de Magalhães	nobre			
André Martins	1695.02.22	morte de António Francisco	mester	escultor		
António Pinto da Fonseca	1695.02.26	morte do licenciado Mateus Moreira	nobre			
Luís Alves Diabrete	1695.03.11	morte de Baltazar Francisco	mester		Vila Real	
João de Aguiar Moutinho	1695.06.22	morte de Manuel da Mesquita (?)	nobre			
Dinis Alves de Carvalho	1695.06.30	desistência de Gaspar de Seixas da Fonseca	nobre			
Manuel Rodrigues	1695.06.30	"um lugar mester que estava vago de uma provisão"	mester	serralheiro		
Manuel de Mesquita Pimentel	1696.04.01	morte de Manuel Botelho de Mesquita	nobre			
Manuel da Silva Pereira	1696.06.22		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Luís de Mesquita Pimentel	1696.06.22	morte do irmão Gonçalo de Los	nobre			
Jorge Guedes de Meireles	1696.06.22	morte do reitor de Passos, Heitor Correia da Cunha	nobre		Vila Real	
António Fernandes «Cambito»	1696.06.22	morte de Manuel de Matos	mester			
Miguel de Figueiredo	1696.06.22	morte de Martim Moreira (?)	mester			
Miguel de Nisa Pimentel	1696.06.29	morte de Gonçalo de Los	nobre			
Sebastião Rodrigues	1696.06.29	morte de António Ferreira Balão (?)	mester	mercador		
Manuel Alves Teixeira	1696.07.02		nobre	ouvidor Vila Real		
Matias Gonçalves Rubião	1696.12.20	morte de Manuel Rodrigues, carpinteiro	mester			
António de Magalhães	1696.12.22	lugar de José Ferreira	mester	pedreiro		
Manuel Teixeira	1696.12.31	morte de Francisco Martins Laranjo	mester	escrivão dos Tabacos da província		
Francisco Borges Pimentel	1697.02.12	morte de Manuel de Queirós da Mesquita	nobre			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel Rodrigues Cartageno	1697.02.20	desistência de João Martins, sapateiro	mester			
João da Fonseca	1697.04.10	morte de Antônio Fernandes	mester			
Gregório Veloso	1697.05.06	morte de João Rodrigues Matos	mester			
Felizardo de Moraes e Vasconcelos	1697.06.07	morte de seu pai, João de Moraes e Vasconcelos	nobre			
Simão Francisco	1697.06.15	morte de Domingos Rodrigues de Barros	mester	albardeiro	Folhadela	
Domingos Gonçalves	1697.06.25	morte de João Rodrigues Baía	mester		Vila Real	
José Moutinho de Aguiar (licenciado)	1697.06.30	morte de Domingos Coelho	nobre			
José Pinto "Cambito"	1697.06.30	morte de Gaspar de Araújo de Carvalho	nobre			
Gaspar Manuel de Faria (licenciado)	1697.06.30	morte de Félix Manuel de Queirós	nobre			
José Alves	1697.12.12	morte de Jerônimo de Carvalho	mester	ferrador		
Antônio Mourão	1698.02.11	morte de Baltazar Moreira	mester			
João Ferreira	1698.03.02	morte de Domingos Vilela	mester	sapateiro	Vila Real	
Jorge de Lucena de Almeida	1698.04.01	morte de Antônio Botelho Guedes	nobre			
Pedro Correia Botelho	1698.04.01	morte de Antônio Botelho Tavares	nobre			
Diogo da Cunha Correia	1698.06.01	desistência do padre José da Cunha Correia	nobre			
Antônio Pinto Botelho de Lobão	1698.06.15	morte de seu pai Tomás Teixeira de Castro	nobre			
Francisco de Matos da Cruz	1698.11.10	morte de João Pereira Carneiro	mester			
Manuel Alves	1698.11.10	morte de Gregório Veloso, alfaiate	mester	pedreiro		
João Coelho da Rosa	1699.03.05	morte de Domingos de Meireles	mester			
José Ferreira	1699.04.12	morte de Manuel Rodrigues Canedo	mester			
Domingos Borges	1699.04.12	morte de Antônio Fernandes	mester			
Nicolau de Almeida	1699.06.30		nobre	juiz de fora		
Domingos Alves	1699.06.30	morte de Francisco Nunes	mester	picheiro		
Diogo Moreira	1699.07.08	morte de João Rodrigues	mester			
João de Matos Vilela	1699.07.12		nobre			
Manuel Rodrigues	1700.02.09		mester	caiaador		
Marcos Leitão	1700.02.09		mester			
Manuel Fernandes Guerra (?)	1700.02.09		mester			
Domingos Pereira	1700.02.09		mester	sapateiro		
Francisco Pereira	1700.02.09		mester			
André de Moraes Sarmento	1700.02.28	morte de Teixeira de Magalhães(?)	nobre			
Francisco Machado Botelho	1700.02.28	morte de Gaspar Manuel de Faria	nobre			
Francisco Aranha	1700.02.28		nobre	ouvidor de Vila Real		
Pedro Teixeira de Azevedo	1700.07.02	desistência de João de Matos Vilela	nobre			
Duarte de Souto Maior (dom)	1700.07.02	morte de Diogo da Mesquita	nobre			
Manuel Alves Carço	1700.07.02	morte de Francisco (?)	mester			
João Botelho Moreira	1700.08.01	morte de João de Magalhães, sapateiro	mester			
Manuel Borges de Castro	1701.02.10	substituição de Manuel de Bessa Carneiro	nobre		Vila Real	
Domingos Ramalho (?)	1701.02.10	morte de Domingos João (?)	mester			
Antônio Martins (?)	1701.02.10	morte de Rodrigues (?)	mester	alfaiate		
José Fernandes Guerra	1701.02.24	substituição de Francisco Rodrigues (?)	mester	sapateiro		
Domingos Nunes	1701.03.10	substituição de Gaspar Dias	mester		Vila Real	
João Correia de Macedo	1701.06.20	morte de Antônio de Matos	mester		Vila Marim	
Miguel Rodrigues	1701.06.20	morte de Gonçalo Pinto	mester	sapateiro		
Gonçalo Nunes	1702.03.05	desistência de Antônio Ferreira	mester			
Manuel Rodrigues	1702.03.10	substituição de Marcos Leitão	mester			
Sebastião Teixeira Botelho	1702.07.02	morte do padre José Pinto	nobre			
José Botelho da Fonseca	1702.07.02	substituição de Antônio Pinto da Fonseca	nobre			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Pinto de Azevedo (licenciado)	1703.02.01	morte de Serafim de Sousa Pinto	nobre			
António Jorge de Figueiredo	1703.03.12	lugar do licenciado Leandro Pereira de Carvalho(?)	nobre			
Luís Alves da Nóbrega	1703.03.12	morte de Lourenço Pedro (?)	mester			
João Alves	1703.03.12	desistência de António Jorge de Figueiredo	mester	alfaiate		
José Ferreira	1703.03.12	desistência de Manuel Teixeira	mester			
Manuel Pereira	1703.04.03	morte de Basílio Carneiro	mester	sapateiro		
Filipe de Mesquita	1703.05.01	morte de Rodrigo Teixeira de Miranda	nobre			
Domingos de Sequeira	1703.05.01	morte de Manuel Pinto	mester	pasteleiro		
José Cardoso do Amaral	1703.07.02		nobre	Juiz de Fora		
Mateus Dias	1703.07.02	substituição de João de Macedo Souto Maior	mester			
João Aranha	1703.07.03	desistência de Mateus Dias	mester			
Tomé Rodrigues	1703.07.03	desistência de Silvestre Martins	mester			
João Rodrigues Marante	1704.02.22	substituição de Manuel Rodrigues	mester	espingardeiro		
Francisco de Sousa Teixeira	1704.03.09		nobre	ouvidor		
Alberto Pires	1704.03.09	substituição de Diogo Pereira	mester			
Jacinto de Mesquita Botelho	1704.03.19	substituição do seu tio Martinho Machado Pinto	nobre			
João Taveira de Magalhães	1704.07.01	substituição de Martinho Teixeira Coelho	nobre			
Manuel Pereira Cabral	1704.07.01	substituição de Diogo de Gouveia	nobre			
Tomás Álvares Jordão (licenciado)	1704.07.01	substituição de Dâmaso Botelho de Queirós, abade da Cumieira	nobre			
Pedro Teixeira Coelho (licenciado)	1704.07.02	substituição de António Ferreira de Azevedo	nobre			
João Soares	1704.11.04	morte de Domingos de Meireles (?)	mester			
Luís Teixeira Pais	1704.11.04	morte de Francisco Martins	mester			
Manuel Alves	1704.11.04	morte de Matias Gonçalves	mester	alfaiate		
João de Azevedo	1704.12.02	morte de Manuel Fernandes	mester	alfaiate		
José Botelho Pereira	1705.02.03	morte de João de Carvalho Pinto	nobre			
António de Araújo	1705.02.03	desistência de Baltazar Alves de Barros	mester	boticário		
Manuel Mourão	1705.02.03	morte de Domingos Correia	mester			
Manuel Ribeiro	1705.02.03	morte de Manuel Mendes	mester			
António Botelho de Mendonça	1705.03.01	substituição de Domingos de Barros "Nobris"	nobre			
Francisco Correia	1705.06.01	substituição de Domingos da Silva, pedreiro	mester	pedreiro		
Francisco Luís	1705.06.01	morte de Manuel Pereira, sapateiro	mester			
André Taveira de Macedo	1705.06.30	morte de Leonardo Machado	nobre			
António Ribeiro	1705.07.02	substituição de António de Gouveia, barbeiro	mester	moleiro	Vila Real	
Melchior Gomes de Figueiredo	1706.01.04	morte de João Teixeira de Melo	nobre			
Manuel Taveira de Macedo	1706.01.04	morte de João de Miranda Taborda	nobre			
José Taveira de Mesquita	1706.01.04	desistência de D. Pedro (casado na província da Beira)	nobre			
Gonçalo de Azevedo (licenciado)	1706.01.04	morte de Baltazar Borges Botelho	nobre			
António Ribeiro	1706.01.04	morte de Manuel Francisco	mester	moleiro		
Damião Gomes de Carvalho	1706.06.20	desistência de João da Fonseca da Praça	mester			
Manuel Pereira de Los	1706.06.28	morte de Diogo Alves Botelho	nobre			
Manuel Correia de Carvalho	1706.06.28	morte de Francisco Machado de Queirós	nobre			
João da Fonseca	1706.06.28	morte de António Jorge de Figueiredo	mester		Vila Real	
João de Meireles	1706.06.28	morte de Rui de Nisa da Mesquita	mester	cirurgião		
Manuel de Carvalho Aranha	1706.07.03	morte de Diogo Fernandes, espingardeiro	mester			
Domingos Lopes	1706.07.03	morte de Manuel Fernandes	mester	alfaiate		
Manuel de Carvalho Aranha	1706.07.03	morte de Diogo Fernandes, espingardeiro	mester			
José Borges	1707.03.05	morte de Manuel de Carvalho	mester			
Pedro Alves	1707.03.05	morte de Francisco Mateus Nunes	mester	sirgueiro		

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel Rodrigues	1707.03.05	morte de Tomé sombreireiro (?)	mester			
António de Matos	1707.03.05	morte de André Pereira, barbeiro	mester	sapateiro		
Francisco Carvalho Fraga	1707.06.29	Morte de José Botelho	nobre			
João Rodrigues Pacheco	1707.06.29	morte de Gonçalo Carvalho	nobre			
João Francisco Ferreira	1707.12.30	morte de Baltasar da Rosa de Los	mester			
Manuel Rodrigues Campelo	1707.12.30	morte de João Ferreira, sapateiro	mester			
Paulo Ferreira	1708.02.02	morte de André Rodrigues	mester			
Manuel Soares	1708.02.02	morte de Domingos Rodrigues	mester			
Pedro da Costa	1708.04.01	morte de Gabriel Teixeira	mester			
Manuel de Sequeira	1708.04.01	morte de José de Los	mester			
Francisco Pinto Pereira	1708.04.15	morte de Francisco Borges Pimentel, provedor da Santa Casa	nobre			
João de Mendonça	1708.04.15	morte de João de Gouveia	nobre			
João de Azevedo	1708.04.15	morte de Francisco João	mester			
António Alves Nogueira	1708.07.08	morte de André Taveira de Macedo	nobre			
Luis da Silveira	1708.07.08	morte de D. António Botelho de Mendonça	nobre			
António Alves da Nóbrega	1708.07.12	morte de Mateus Dias	nobre			
Manuel Peixoto	1708.07.12	morte de António Botelho Correia	nobre			
Nicolau Gomes Peixoto (doutor)	1708.07.24	morte de Francisco de Magalhães	nobre			
Sebastião Botelho de Mendonça	1708.07.27	morte de António de Sousa Pinto	nobre			
António Rodrigues Pereira	1708.09.23	substituição de Melchior de Niza	nobre			
José Ferreira de Oliveira	1709.01.18	morte de Jacinto Teixeira de Magalhães	mester			
Ascânio Barbosa	1709.02.23	morte de Francisco Martins	mester	barbeiro		
Manuel Gonçalves	1709.05.12	desistência de João Fernandes Deina (?), sapateiro, por doença	mester	sacristão da Santa Casa		
José Manuel Queirós da Mesquita	1709.06.29	morte de Félix de Queirós da Mesquita	nobre			
Ambrósio Carneiro Pinto	1709.06.29	morte de José Rodrigues, mercador	mester			
Francisco Ferreira	1709.06.29	morte de José Sequeira (?)	mester			
Domingos de Barros	1709.06.29	lugar de Manuel Rodrigues(?)	mester			
Luis Teixeira Botelho	1709.07.03	morte de Constantino Lobo Tavares	nobre			
João Correia de Mesquita	1709.07.03		nobre			
Manuel Machado	1709.09.20	morte de Pedro Fernandes de Azevedo	mester			
José Pinto de Queirós	1710.02.19		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Miguel Pereira Pinto do Lago	1710.03.04	morte de Lourenço Botelho da Mesquita (?)	nobre			
Domingos Pereira Corgo	1710.03.04	lugar de Silvestre Martins de Carvalho, que estava em Lisboa	mester			
Diogo de Nisa	1710.03.09	morte de Manuel Cabral	nobre			
Patrício Lopes de Azevedo (licenciado)	1710.03.10	lugar do licenciado Matias Fernandes	nobre			
João Barros Leitão	1710.04.05	morte de Francisco Carvalho Fraga	nobre			
Domingos Correia	1710.04.05	ausência de João Teixeira	mester	picheleiro		
Luis Alves da Mota	1710.04.05	ausência de João de Barros	mester	ourives		
António Fernandes de Figueiredo	1710.06.30	morte de Manuel de Sousa de Meneses	nobre			
João Lourenço	1710.06.30	morte de João Rodrigues	mester			
Manuel Pinto Soares	1710.11.01	morte de Jerónimo de Sousa Botelho	nobre			
João Guedes da Rosa	1710.11.01	morte de João de Seixas	mester			
Manuel Pereira Botelho	1710.11.01	morte de Simão Francisco	mester			
Duarte Teixeira da Fontoura	1711.01.18	morte de Melchior de Macedo Souto Maior	nobre			
João Pereira Lobo	1711.01.18	morte de Francisco Correia	mester	mercador	Vila Real	
Caetano de Távora Cardoso	1711.02.24	morte de António Pinto de Mesquita	nobre			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel Rodrigues Cartageno	1711.03.21	desistência de Miguel de Figueiredo	mester		Vila Real	
João da Rocha Coelho (doutor)	1711.06.29	lugar de António de Magalhães e Faria	nobre			
João Pereira	1711.06.29	morte de Manuel Pereira, ourives	mester	alfaiate		
António Nunes	1711.08.02	desistência de Manuel Alves, alfaiate	mester	sombreireiro		
João Camelo Teixeira	1711.11.06	morte de Pedro Correia de Mesquita	nobre	abade de São Pedro		solteiro
Francisco da Costa Pinto	1711.11.06	morte de Manuel Rodrigues Cartageno	mester		Vila Real	
Manuel Coelho	1711.11.06	morte de António Ribeiro	mester	carpinteiro		
António de Los de Queirós	1712.02.04	morte do abade de São Pedro, João Camelo Teixeira	nobre			
Manuel Fernandes Coelho	1712.02.04	morte de Francisco Fernandes	mester			
Manuel Coelho	1712.03.09	morte de Manuel Rabelo, serralheiro	mester			
José Teixeira de Melo e Castro	1712.04.04	morte de seu pai Jerónimo Pereira de Melo	nobre			
Francisco Botelho	1712.04.04	morte de Domingos Pereira	mester	alfaiate		
António de Mesquita Pimentel	1712.07.01	morte de Gaspar Pinto Pereira	nobre			
Francisco Alvares Sanhudo	1712.07.02		nobre	ouvidor de Vila Real		
José Botelho	1712.10.04	morte do dr. João da Rocha Coelho	nobre			
José Rodrigues (?)	1712.10.04	morte de Domingos João da Rocha Coelho	mester			
José Nunes	1712.10.04	morte de Francisco Martins (?)	mester	ferrador		
António Pereira	1713.02.20	morte de Domingos Lopes	mester			
Diogo Alves	1713.02.20	morte de Manuel Rodrigues	mester			
António Botelho Mourão	1713.02.24	morte de Manuel de Mesquita Pimentel	nobre			
Manuel Fernandes	1713.04.10	morte de Manuel Guedes	mester			
Luís Carvalho	1713.04.10	morte de André Fernandes	mester			
Agostinho Rebelo	1713.06.04	morte de Luís Alves da Nóbrega	nobre			
Francisco José Pereira Meneses	1713.06.04	morte de Manuel Teixeira de Castro, abade de São Cosmado	nobre			
João Lourenço	1713.06.04	morte de José Alvares, ferrador	mester	sapateiro		
Manuel Pereira	1713.06.20	morte de Francisco Luís	mester	ensamblador		
Manuel Fernandes de Carvalho	1713.07.02	morte de Manuel Guedes	mester	tendeiro		
Manuel da Silva	1714.03.04	morte de Luís da Mota	mester	barbeiro		
Manuel da Ascensão da Rocha	1714.03.11		nobre	ouvidor de Vila Real		
João de Macedo (dom)	1714.04.03	desistência de Manuel de Mesquita Pimentel e Melo, capitão-mor de Malta	nobre			
Manuel Pinto de Carvalho	1714.04.08	morte de seu pai, Dionísio Alves de Carvalho	nobre			
Gaspar de Sousa	1714.04.08	desistência de António de Magalhães, pedreiro	mester			
Manuel Gonçalves	1714.05.07	morte de Domingos Martins	mester	serralheiro		
Francisco Xavier Coutinho	1714.07.01	morte de António Teixeira Lobão	nobre			
Manuel Fernandes da Fonseca	1714.07.03	morte do licenciado Pedro Teixeira	nobre			
Martinho de Carvalho Rebelo	1714.12.01	morte de Mateus Correia Pimentel	nobre			
Domingos Alves Coelho	1714.12.31	morte de João Alves Coelho	mester			
José Ferreira	1715.05.01	morte de José Fernandes Guerra	mester	mercador	Vila Real	
Matias Álvares (licenciado)	1715.05.15	morte de António da Mesquita Pinto	nobre			
Frutuoso de Matos Coelho	1715.05.19	morte de Neutel Correia da Mesquita	nobre			
José Borges da Costa	1715.05.19	morte de João de Aguiar	nobre			
João Monteiro da Mesquita	1715.06.30	morte de João Correia Botelho	nobre			
António Correia Pinto (licenciado)	1716.04.01	morte de Filipe de Mesquita Pimentel	nobre			
Luís Correia Botelho	1716.04.01	morte de Domingos Pinto da Fonseca	nobre	abade de São Pedro		Solteiro
António Teixeira Lobo Barbosa	1716.04.01		nobre			
Manuel da Mota	1716.04.01	morte de Domingos Pereira Corgo	mester			
João de Seixas da Silva	1716.04.01	morte de Sebastião Rodrigues	mester			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Fernandes Sousa	1716.04.01	morte de Francisco Ferreira	mester			
Francisco Gonçalves Tarefa	1716.04.01	morte de António Pinheiro	mester			
Silvestre Alves	1716.04.01	morte de Domingos Lourenço	mester			
Luís Fernandes Couto	1716.04.09	morte de Marcos Pereira	mester			
Manuel Coelho	1716.04.27	desistência de Gonçalo Nunes	mester	sapateiro		
Francisco Botelho Monteiro	1716.06.30	morte de Cristóvão de Matos de Lucena	nobre			
Tomás Ribeiro de Carvalho	1716.06.30	morte de Sebastião Botelho de Mendonça	nobre			
Manuel Alves Ribeiro (doutor)	1716.06.30	morte do licenciado Pascoal Fernandes de Figueiredo	nobre			
Caetano Botelho Vasconcelos	1716.06.30	morte de João de Matos Vilela	nobre			
Francisco Fernandes Monteiro	1716.07.12	desistência de João Alves, alfaiate	mester			
Manuel da Assunção da Rocha (doutor)	1717.06.14	desistência de Manuel Teixeira de Queirós	nobre			
Bernardo de Figueiredo e Távora	1717.06.14		nobre	ouvidor de Vila Real e sua comarca		
António Rodrigues da Silva	1719.07.02		nobre	juiz de fora		
José Ferreira Sarmento	1720.06.24	desistência do padre José Correia da Mesquita	nobre	juiz dos órfãos		
João do Canto de Castro	1721.02.10		nobre	ouvidor de Vila Real e sua comarca		
Francisco Xavier Correia	1721.02.10	substituição do licenciado Matias Fernandes, de Ponte de Lima	nobre			
João Botelho de Lucena	1721.02.10	substituição de Manuel Borges de Castro	nobre			
João Ferreira da Mesquita	1721.02.10	substituição do licenciado Manuel Ferreira Fraga	nobre		Lordelo	
Caetano Botelho de Mesquita	1721.02.10	substituição de Manuel Taveira de Macedo	nobre			
António Rodrigues Montez	1721.02.10	substituição de Manuel Rodrigues "Fecho"	nobre			
José Caetano Teixeira de Magalhães	1722.04.12	desistência de Luís da Mesquita Pimentel	nobre			
Francisco Xavier Teixeira de Morais Sarmento	1722.04.12	desistência de Diogo da Cunha Correia	nobre			
José Pinto da Silva	1722.06.21		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Manuel Rodrigues Pereira	1722.07.02	desistência de Domingos Borges da Fonseca	nobre			
Manuel Rodrigues Pereira	1722.07.02	desistência de Domingos Borges da Fonseca	mester			
António Rebelo	1722.07.02	desistência de João Monteiro da Praça	mester	ferrador		
José da Mesquita	1724.03.02	desistência de Manuel Pereira Boto	mester	mercador		
José Caetano Boto	1724.04.03	desistência do padre Luís Correia Botelho, por doença	mester			
Jerónimo Lobo Tavares de Barbosa	1724.07.05	desistência do Dr. João Botelho de Lacerda	nobre			
Francisco Borges	1724.11.21	desistência de Francisco Gonçalves Tarefa, sapateiro	mester	seleiro		
Cristóvão Nunes Madeira	1724.12.03		nobre	ouvidor de Vila Real e sua comarca		
José Constantino Lobo de Sampaio	1724.12.03	desistência de Afonso Botelho Correia	nobre			
José Alves Monteiro	1725.02.12	morte de Ambrósio Carneiro	mester	pintor		
Caetano de Azevedo e Magalhães	1725.04.29		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Agostinho Pereira	1725.10.07	morte de Manuel Rodrigues Baía	mester			
Domingos Alves Feio	1725.11.11	morte de Domingos de Barros	mester			
José Teixeira Coelho e Melo	1726.02.04	substituição de Manuel Teixeira Botelho	nobre			
Domingos de Matos Severino	1726.02.04	morte de Domingos Pereira Tarefa	mester			
José Moreira Pinto	1726.03.14	substituição de Manuel Lourenço	mester			
Francisco da Nóbrega	1726.10.09	substituição de Manuel Fernandes da Fonseca	mester	barbeiro		
Diogo Félix de Mesquita	1726.11.11	substituição de João da Fonseca	nobre			
Bernardo de Seixas	1726.12.03	morte de Manuel Pereira	mester	barbeiro		
António Alves	1726.12.22	morte de Francisco Rodrigues Banho	mester	mercador		
Manuel Botelho de Los	1727.11.05	desistência de Afonso Botelho Correia	nobre			
José de Azevedo	1727.11.25	substituição de Domingos João, sapateiro	mester	alfaiate		

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Luís Rodrigues	1727.12.13	morte de Paulo Ferreira	mester			
Domingos Correia	1727.12.13	substituição de José Ferreira, ausente de Vila Real	mester	barbeiro		
Pedro Dias Mourão	1727.12.13	incapacidade de Diogo Moreira	mester			
Jerónimo de Araújo Pinheiro	1727.12.13	substituição de Domingos Gomes, pedreiro, cego e decrépito	mester			
Jerónimo Rebelo de Sousa e Silva	1728.01.31	morte de João Correia, de Lordelo	nobre	sargento-mor do regimento de Infantaria de Vila Real		
António Pereira Rebelo (licenciado)	1728.02.07	substituição de Felizardo de Morais e Vasconcelos	nobre			
Domingos Mourão	1728.02.20		mester			
José Pinto de Mesquita	1728.03.21	morte de José Teixeira de Melo	nobre			
Manuel Pinto de Queirós	1728.05.02		nobre			
Francisco Rodrigues Canelas	1728.07.01	morte de João de Araújo	mester			
Manuel Brandão da Silva	1728.07.02		nobre	juiz de fora		
Manuel Botelho de Los	1728.07.30	substituição de Manuel Peixoto	nobre			
Lourenço Botelho Pimentel	1728.09.01	desistência de seu pai, Manuel de Vasconcelos Castelo Branco	nobre			
Pedro Souto Maior (dom)	1729.01.03	morte do licenciado Gonçalo de Azevedo	nobre			
José Gomes de Carvalho	1729.01.12	morte de José Gomes de Sousa	mester			
Luís Fernandes de Brito	1729.03.06	morte de António Fernandes de Azevedo	mester			
João da Silva Teixeira	1729.03.06	doença de João Francisco Carneiro (Carvalho?)	mester			
Luís Teixeira de Queirós	1729.03.06	morte de Manuel Ribeiro de Figueiredo	mester			
Manuel Fernandes da Fonseca	1729.03.18	desistência de Domingos Mourão	mester			
Domingos Pereira da Cunha	1729.05.04	morte de Francisco de Figueiredo	mester			
João da Costa de Carvalho	1729.06.29		nobre	ouvidor de Vila Real		
Luís António de Sousa Botelho Mourão	1729.06.29	filho do provedor António José Botelho Mourão	nobre			
José Machado de Magalhães	1729.07.04	lugar de Domingos Coelho, carpinteiro, por doença	mester			
António da Costa Teixeira	1729.08.06	morte de Martinho de Paiva	mester			
Manuel Botelho	1729.11.26	substituição de Francisco José de Meneses	mester			
António Fernandes Guerra	1729.12.10	substituição de António de Matos	mester			
Manuel Alves	1729.12.12	substituição de Silvestre Alves	nobre	alcaide de Vila Real		
Manuel Alves	1729.12.12	substituição de Silvestre Alves	mester			
João Fernandes	1729.12.12	substituição de Domingos da Costa	mester			
Vicente Luís Correia da Mesquita	1729.12.29	substituição de Xavier Correia da Mesquita, ausente	nobre			
António da Silva "Codilho"	1729.12.29	substituição de António de Gouveia de Figueiredo, incapaz	nobre			
Lázaro Coelho	1729.12.29	substituição de Ascânio Barbosa	mester			
Manuel Alves	1729.12.29	substituição de Manuel Alves, pedreiro	mester	alfaiate		
Francisco da Silva	1730.01.11	substituição de Domingos Gonçalves	mester	alfaiate		
Domingos Moreira da Silva	1731.01.09	substituição de Jorge de Lucena de Almeida	nobre			
Francisco Xavier Coelho	1731.04.12	substituição de João Pinto Teixeira	nobre			
Manuel Pereira de Carvalho (doutor)	1731.05.03	substituição de Alexandre de Magalhães Teixeira	nobre			
Manuel Lourenço Alves (licenciado)	1731.06.03	substituição do licenciado José Pinto de Azevedo	nobre			
Gonçalo Correia Botelho da Mesquita Pimentel	1731.07.29	morte de José Manuel de Queirós	nobre			
João Rodrigues de Seixas (licenciado)	1731.08.19	morte de Manuel de Bessa Correia	nobre			
José Machado de Magalhães	1731.10.10	desistência de António da Costa Teixeira	nobre		Vila Real	
Pedro Libório de Amorim	1731.11.13		nobre	juiz de fora de Vila Real		
António Rodrigues Dias	1731.12.08	morte de Domingos Ramalho, mercador	mester			
João Correia Teixeira da Fonseca	1732.03.02	morte de Francisco Soares de Mendonça	nobre		Poiares	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Francisco Fernandes Castro	1732.03.02	morte de Domingos Alves Coelho	nobre			
João Alves Meneses	1732.03.05	morte de Francisco Rodrigues Gato	nobre			
João Botelho do Amaral	1732.03.27	desistência de Manuel da Silva Tenebres	nobre			
Francisco de Los	1732.08.31		nobre	ouvidor da comarca		
Domingos Mourão	1732.08.31	incapacidade de seu pai Manuel Fernandes	mester			
Alexandre de Carvalho	1732.09.12	morte de António Cristóvão da Costa	mester			
José Coelho de Oliveira	1732.09.21	substituição de João Pereira Lobo	mester			
Manuel Coelho Machado	1732.11.21	morte de António Rodrigues Dias	mester			
José Moreira Teixeira	1733.11.03	morte de Gaspar Ferreira	mester		Vila Real	
Manuel do Couto Rubião (licenciado)	1733.11.09	morte de Francisco Xavier Teixeira Sarmento	nobre			
João Pereira Cabral	1733.11.09	morte de Manuel Fernandes Pendão	mester			
Manuel Gonçalves Dinis	1734.02.02	lugar que vagou de António Rodrigues, serralheiro	mester			
João Pereira Lobo	1734.07.01	morte de Luís Vieira	nobre	capitão		
João Pereira Carneiro	1734.07.01	morte de Manuel de Carvalho	nobre			
José Pinheiro,	1734.07.07	lugar que vagou de Manuel Gonçalves	mester			
Filipe de Azevedo Mesquita	1734.11.09	substituição de Paulo de Araújo	nobre			
Manuel Pereira "Sufio"	1735.01.05	morte de Damião Gomes	mester	sapateiro		
João Vieira Teixeira	1735.02.28	morte de Francisco Monteiro	mester			
Miguel Ferreira da Rocha Couceiro	1735.03.23		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Bernardo Jerónimo Pereira de Araújo	1735.04.06	substituição de D. Pedro José de Macedo, por ausência	nobre			
António da Mesquita Bacelar	1735.05.06	substituição de João Correia de Mesquita, ausente	nobre			
João de Carvalho	1735.08.01	substituição de Ascânio Barbosa, barbeiro	mester	sapateiro		
João Correia Botelho	1735.09.01	morte de D. João de Macedo	nobre			
Francisco Moreira da Cruz	1735.11.09		nobre	ouvidor de Vila Real e sua comarca		
Francisco José Taveira de Mesquita	1735.11.09	morte de Miguel de Niza Pereira	nobre			
Domingos Guedes Grilo	1735.11.30	morte de Domingos Nunes, moleiro	mester			
Domingos Rodrigues	1735.11.30		mester	alfaiate		
João Correia Botelho	1735.12.31	morte de seu pai José Caetano Botelho	nobre			
José Correia Botelho	1736.06.24	morte de Francisco de Matos da Cruz	nobre			
Afonso Botelho de Sampaio	1736.06.27	morte de Francisco Xavier Coutinho, cavaleiro da Ordem de Cristo	nobre			
José Martins da Costa	1736.06.29	morte de José Moreira Pinto	mester			
João de Matos Rubião	1736.10.07	morte de Luís Fernandes, sapateiro	mester			
Luís Alves de Figueiredo	1736.12.31	morte de seu tio, o arcebispo da Baía, D. Luís Alves de Figueiredo	nobre			
António Monteiro	1737.02.17	morte de Manuel Coelho da Rosa	mester			
Francisco Xavier de Vasconcelos Castelo Branco	1737.04.02	morte de Jerónimo Teixeira de Lacerda	nobre			
Francisco Fernandes de Castro	1737.06.30	morte do licenciado José Moutinho de Aguiar	nobre			
Manuel Nunes	1737.07.03	substituição de Francisco Fernandes de Castro (que passou a nobre)	mester			
António da Silva Codilho	1737.07.04	lugar do irmão riscado Luís Fernandes de Brito	mester			
Martinho José de Magalhães e Faria	1738.01.01	morte de seu pai, João Taveira de Magalhães	nobre			
Manuel Fernandes	1738.01.01	desistência de José de Azevedo, alfaiate	mester	sapateiro		
Luís da Silva Barbosa	1738.01.02	desistência de Francisco Jorge de Figueiredo	nobre			
António Correia Cabral	1738.02.21	morte de Manuel Botelho de Los	nobre			
Francisco Lobato de Vasconcelos e Macedo	1738.03.02		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Luís Fernandes de Brito	1738.07.01	morte de Manuel Coelho	mester			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel César Coelho	1738.07.31	morte de Manuel Alves, pedreiro	mester			
José Teixeira de Macedo	1738.09.01	substituição de Manuel Moreira	nobre			
Manuel Henrique Coelho	1739.01.11		nobre	ouvidor de Vila Real		
Jerónimo de Araújo Pinheiro	1739.02.02	lugar de Frutuoso de Matos Coelho	nobre			
João de Figueiredo Gomes	1739.02.02	desistência de Luís Alves	mester			
António José Botelho da Fonseca e Távora	1739.07.06	desistência de António Botelho Correia, antigo provedor	nobre			
Luís Manuel Alves Coelho de Matos (licenciado)	1739.11.11	substituição de Bernardo Correia de Mesquita	nobre			
Manuel Alves Peixe	1739.11.11	substituição de José Machado de Magalhães	mester			
João Bernardo Teixeira Coelho e Melo	1740.03.02	substituição de Francisco José Teixeira Coelho e Melo	nobre			
Francisco Rodrigues Pinto	1740.06.24	substituição de Pedro Teixeira de Azevedo Cabral	nobre	sargento-mor		
João Correia	1740.07.31	morte de Diogo Alves da Fonseca	mester	alfaiate		
José Alves Teixeira	1740.10.24	morte de António da Silva Codilho	mester			
António Luís Lobo de Barbosa	1741.02.16	substituição de António de Figueiredo Barros	nobre			
António Luís Nogueira	1741.02.16	substituição do seu pai, António Alves Nogueira	nobre			
José Maria da Veiga Cabral Lobo Barbosa Caldeirão	1741.02.16	substituição de Manuel Pereira Pinto do Lago	nobre			
Manuel Baltazar de Sousa Pereira e Andrade	1741.02.16	substituição de António Alves da Nóbrega	nobre			
Manuel dos Santos Pinto	1741.02.16	morte de Francisco de Castro	nobre			
Francisco Xavier de Sá Morais	1741.04.29		nobre	juiz de fora de Vila Real		
João Coelho de Carvalho	1741.06.20	morte de Manuel Baltazar de Sousa e Andrade	nobre	capitão		
Francisco Xavier de Azevedo (licenciado)	1741.07.02	morte de João Furtado de Mendonça	nobre			
Luís António Feio (licenciado)	1741.11.01	morte de Luís da Silveira	nobre			
José António de Sampaio	1742.01.01	morte de António de Araújo Carneiro	nobre			
José Alves da Fraga	1797.04.14	substituição de Francisco Pereira da Cruz	oficial			
José de Sousa	1797.04.22	substituição de António Teixeira Monteiro, riscado por desobediência	oficial			
José Botelho de Sousa	1797.04.30	substituição do pai José Botelho de Sousa, devido à idade avançada	nobre	reverendo		
Manuel da Costa Monteiro (doutor)	1798.03.01	substituição de Joaquim José da Silva de Barbosa e Sousa, que foi riscado	nobre			
António Luís Alves Pereira	1798.03.07	morte do irmão António Bernardo de Figueiredo e Rocha	nobre			
José da Cunha	1798.03.07	substituição de Manuel António Vilela, que foi riscado	oficial		Vila Real	
João António Teixeira Nunes	1798.07.12	morte de Manuel Botelho de Los	nobre			
António Luís Coelho	1798.09.07		nobre	corregedor		
Diogo da Cunha Leite Pereira de Melo	1798.09.07	morte de António Teixeira Sarmento				
José Joaquim de Almeida Araújo Correia de Lacerda	1798.12.26		nobre	juiz de fora		
Francisco Cabral da Veiga Barbosa Lobo	1799.02.15	morte do pai, José Maria da Veiga Lobo de Barbosa				
João José Gonçalves	1799.02.16	morte de Domingos da Veiga	oficial		Vila Real	
José da Costa Monteiro	1799.02.18	morte do reverendo Joaquim da Costa Magalhães	nobre	abade de Gaiolo		
Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho de Melo Pinto de Mesquita	1799.02.28	morte de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão	nobre			
António José da Nóbrega	1799.06.30	morte de José Ribeiro	oficial			
Francisco da Veiga	1799.06.30	morte de António José Alves da Praça	oficial			
António Pereira Carneiro	1800.02.02	morte de Luís Ferreira Real	oficial		Vila Real	
Francisco José Ferreira de Carvalho	1800.02.02	morte de Joaquim Lopes Martins	oficial		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel da Costa de Aneiros	1800.06.02	morte do doutor Joaquim José Teixeira Vilaça Bacelar	nobre	presbítero de São Pedro	Vila Real	
Manuel Joaquim de Azevedo e Silva	1800.06.02	morte do pai, doutor Manuel da Silva Lourenço	nobre			
Luís Joaquim da Silva Dias	1800.06.09	morte de Francisco Amorim e de seu pai José Manuel de Amorim	nobre			
Jerónimo Balbino da Cunha	1800.06.12	morte de Joaquim Lopes Martins	oficial			
António Luís Pereira	1801.02.02	morte de André Ribeiro Pimenta	oficial			
António Pereira de Azevedo	1801.02.02	morte de Miguel Pereira Trancoso	oficial			
João Botelho Ferreira Guedes do Amaral	1801.02.25	morte do irmão, José Botelho Correia Guedes do Amaral	nobre			
José Botelho Correia Guedes do Amaral	1801.02.25	morte do irmão, Martinho José de Magalhães de Faria e Sousa	nobre			
João Ferreira Real	1801.02.25	morte do irmão nobre Luís Joaquim da Silva	nobre	ajudante		
José Vieira de Carvalho	1801.03.08	substituição do reverendo Manuel Joaquim Pinto, que foi riscado	nobre		Vila Real	
João Dias de Morais	1801.03.08	morte de Manuel Teixeira Monteiro	oficial		Vila Real	
José António Baptista	1801.03.08	morte de Manuel Correia Botelho Brocas	oficial		Vila Real	
Joaquim Patrício Botelho de Lacerda	1801.03.08	morte de Francisco de Azeredo Pinto de Vasconcelos	nobre			
João António Pereira Guimarães	1801.03.08	morte de António José Borges	nobre	monteiro mor da vila de Galegos		
João Correia Nunes Viana	1801.03.22	morte de António Botelho Correia	nobre	capitão	Vila Real	
Francisco António Correia	1801.08.02	morte do pai, Joaquim António Correia	oficial		Vila Real	
Manuel de Azevedo	1801.08.02	morte de Inácio Guedes	oficial		Vila Real	
João Gomes	1802.01.09	morte do pai, João Gomes	oficial			
Jerónimo José Pereira	1802.01.09	morte de Manuel da Silva	oficial			
António Leite da Mesquita Lobo e Lacerda	1802.01.09	substituição do pai, Diogo Leite Ferreira, por doença	nobre			
Luís Teixeira de Magalhães e Lacerda	1802.04.02	morte do pai António Teixeira de Magalhães e Lacerda	nobre			
Matias José Marques	1802.04.02	morte de António Luís Alves Pereira	nobre		Vila Real	
José Pinto Pimentel de Almeida Carvalhais	1802.05.09	morte de Luís Taveira de Magalhães Pizarro	nobre			
António Teixeira Pinto de Machado de Azevedo	1802.05.11	substituição do sogro, o doutor José Caetano Correia de Carvalho, por doença	nobre			
João Baptista Pereira Coelho Monteiro (doutor)	1802.06.12	morte do avô, António Pereira da Costa	nobre			
José Moreira da Fonseca	1802.07.30	substituição do tio Manuel Alves Moreira, por doença	oficial			
José António Mâncio da Costa Ubaldo	1802.11.05		nobre	juiz de fora		
Francisco José Pereira de Azevedo	1803.02.23	substituição do cunhado António José de Araújo Rochelas	oficial			
Francisco Inácio de Morais Pimentel Carneiro da Fontoura	1803.02.23	morte do pai, o doutor Manuel Amorim Pimentel	nobre			
Manuel José Ribeiro Guimarães	1803.02.23	morte de Manuel Mourão de Sampaio	oficial		Vila Real	
João Manuel da Cunha Correia Botelho do Amaral	1803.03.20	morte de Bento Borges da Cunha Botelho	nobre			
Sebastião José de Carvalho (doutor)	1803.03.20	morte do capitão mor de Alfarela José Pinto Pimentel de Almeida	nobre			
Francisco Gomes	1803.08.03	morte de António Fernandes de Castro	oficial			solteiro
João Correia Taboada	1804.02.04	morte de Manuel Gonçalves Dinis	oficial			
José António de Barros	1804.02.04	morte de Manuel Correia Teixeira do Amaral	nobre		Sabrosa	
Luís Moreira da Fonseca Pereira de Sampaio	1804.02.20	substituição de Francisco de Barros Taveira, por velhice	oficial			
Francisco Ferreira de Carvalho	1804.02.20	substituição do doutor Manuel António de Gouveia Pinto, por velhice	nobre			
José Rodrigues	1804.03.19	substituição de José Teixeira da Fonseca, por velhice e não ter filhos	oficial			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
João de Meireles Monteiro	1804.03.30	substituição do pai Francisco de Meireles, por velhice	oficial			(filho mais velho)
António Correia Sampaio	1804.04.04	substituição de Jerónimo da Silva Almeida, que se achava preso	oficial			
Matias José dos Santos	1804.09.12	morte de Domingos José Alves da Cruz	oficial			
José Carlos de Morais Sarmento	1804.09.18		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
José Matias de Sousa Peixoto	1805.01.20	morte de António da Costa Camelo	nobre			
Sebastião Maria da Nóbrega Pizarro	1805.01.21	morte do doutor António José Alves Meneses	nobre			
António José Leite dos Reis	1805.01.21	morte de João António Pereira Guimarães	nobre			
Domingos Marinho de Queirós	1805.01.21	morte de Francisco José da Silva Gomes	nobre			
João Vitorino de Almeida Faria	1805.02.06	substituição do pai, António José Pereira de Azevedo, por velhice	nobre			
Francisco Botelho Correia de Queirós Pinto	1805.02.06	substituição de Miguel António Vaz Pereira Pinto Guedes, por velhice	nobre			
José Correia Botelho Mourão	1805.08.13	morte de António Correia Quelha	oficial			
António José de Morais da Mesquita Pimentel de Sousa	1805.12.08		nobre	juiz de fora		
Tomé Mendes	1806.01.02	morte de Manuel Rodrigues Cabanas	oficial			
Manuel Pereira	1806.02.09	morte de José Pereira de Cerqueira	oficial			
Jerónimo José Fernandes	1806.02.09	morte de Cristóvão Alves dos Reis	oficial			
Lourenço José Ribeiro	1806.06.28	substituição de Jerónimo Alves Rodrigues, por velhice	oficial		Vila Real	
António José da Silva Barbosa	1806.06.30	substituição de José Luís de Oliveira, por incapacidade	oficial		Vila Real	
Carlos Correia Nunes Viana	1807.01.18	substituição de Paulo José de Oliveira, por doença				
Vicente Luís Correia da Mesquita	1807.02.02	substituição do reverendo Reitor José Alves Coelho, por se achar velho e doente	nobre		Vila Real	
João Ferreira da Rocha	1807.02.02	morte do pai, também chamado João Ferreira da Rocha	oficial			
António Botelho	1807.02.02	substituição do pai, Gualter Botelho	oficial			
Jerónimo Botelho	1807.02.02	substituição do sogro, Manuel de Carvalho Campos	oficial			
António Pereira de Ceuta Novo	1807.02.02	substituição do pai, António Pereira de Ceuta Velha	oficial			
Manuel Ferreira Grilo	1807.02.02	substituição de Manuel Machado Ferreira	oficial			
Bonifácio Francisco Vaz	1807.02.02	substituição do sogro, António Lopes Rego, por estar cego	oficial		Vila Real	
José Lourenço de Matos	1807.02.02	substituição do pai António Luís Alves, por velhice	oficial			
José Alves de Carvalho Alvadia	1807.03.15	morte de José Pereira de Azevedo	oficial		Vila Real	
José António Dias de Sampaio (doutor)	1808.03.10	morte do doutor Agostinho José Pereira Cardoso	nobre		Vila Real	
Félix António Pinto Botelho	1808.07.02	morte de Luís António de Figueiredo	nobre	padre	Vila Real	
Bento José da Fraga	1808.07.02	substituição do doutor Manuel Teixeira Bragança, por velhice	nobre			
Francisco Gomes Carneiro	1809.03.02	morte de Manuel da Costa	oficial			
António José Teixeira da Rosa	1809.06.05	morte de José Correia Guedes do Amaral	nobre		Vila Real	
Francisco José Rodrigues da Mota	1809.06.05	morte de João Alves Martins	oficial			
António Luís Correia da Mesquita Pimentel	1809.06.05	morte do pai, Neutel Correia da Mesquita Pimentel	nobre			
José António de Carvalho Mourão	1809.06.05	substituição de António José Pereira Coelho, por doença	nobre		Folhadela	
Manuel Alves Ferreira (doutor)	1809.07.16	morte de Luís Teixeira de Magalhães e Lacerda	nobre		Vila de Galegos	
António Roberto de Araújo	1809.11.05		nobre	juiz de fora de Vila Real e seu termo		
José Maria de Barros Teixeira Lobo	1809.11.05	morte do pai, José António de Barros Teixeira Lobo	nobre		Sabrosa	
José Teixeira de Carvalho	1810.06.20	morte de António Queirós da Mesquita Pimentel	nobre		Vila Real	
António José de Sousa Leitão	1810.06.20	morte de Manuel Marques Alves Monteiro	oficial		Vila Real	
António José Teixeira Moutinho	1810.06.20	morte do reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho	nobre		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António José Rodrigues de Carvalho	1811.02.23	morte de Francisco Xavier Teixeira da Fontoura	nobre		Vila Real	
José Ferreira de Sousa (doutor)	1811.02.24	morte de João Machado Botelho de Queirós	nobre		Vila Real	
Lourenço Botelho Correia	1811.02.26	substituição do capitão João Correia Nunes Viana, que havia entrado no lugar de seu pai António Botelho Correia	nobre		Vila Real	
Luís Teixeira Gonçalves	1811.02.28	substituição do padre António Luís Correia de Azevedo, por velhice e ausência	nobre	padre	Vila Real	
Manuel Joaquim Botelho Teixeira e Melo (doutor)	1811.02.28	morte de Domingos José Correia de Magalhães	nobre		Vila Real	
João Alves Ribeiro	1811.03.02	morte de Manuel José Ribeiro Guimarães	oficial		Vila Real	
Joaquim de Gouveia	1811.03.04	morte de António Alves Torgo	oficial		Vila Real	
José Correia de Almeida	1811.03.05	morte de António de Matos Cambalhoto	oficial		Vila Real	
João de Matos Rebelo e Rocha	1811.03.06	morte de seu irmão o doutor António de Matos Rebelo e Rocha	nobre		Vila Real	
João Pereira da Silva	1811.03.08	morte de João Baptista Dionísio	oficial		Vila Real	
João Alves Sabrosa	1811.03.10	substituição de João Pereira da Rocha, por ausência	oficial		Vila Real	
José António Teixeira de Mello e Niza	1811.04.02	morte do pai, o capitão José Pereira de Sampaio	nobre	capitão	Vila Real	
Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho	1811.05.06	morte do doutor António José Teixeira da Rosa	nobre		Vila Real	
António Bernardo de Figueiredo Abreu Castelo Branco	1811.06.12	substituição de Melchior Luís de Maris Sarmiento, por velhice e ausência	nobre		Vila Real	
Domingos de Barros	1811.07.20	substituição de Manuel Machado Correia, por velhice	oficial		Vila Real	
José António Gonçalves	1811.08.30	substituição de José Rebelo da Costa, por velhice	oficial		Vila Real	
António Feliciano de Azevedo	1811.09.20	substituição de José Joaquim Monteiro, por ausência	oficial		Vila Real	
José Bernardo Teixeira	1811.10.30	morte de António Rodrigues Távora	oficial		Vila Real	
Francisco Alves de Magalhães	1811.11.24	morte de Matias José Marques	nobre		Folhadela	
José Baltasar Alves	1812.03.30	substituição de António Botelho de Lucena, por velhice e ausência	nobre		Vila Real	
Joaquim Machado da Silva	1812.04.20	substituição de Manuel Rodrigues Canelas Novo.	oficial			
Miguel Vaz Guedes de Ataíde e Azevedo (dom)	1812.05.14	morte do pai, Francisco Vaz Guedes Pereira Pinto	nobre		Vila Real	
João Pinto de Mesquita de Morais Sarmiento	1812.05.29	morte do pai, José Pinto de Mesquita de Morais Sarmiento	nobre		Vila Real	
Alexandre Tomás de Morais Sarmiento	1812.11.23		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
António Teixeira de Azevedo Cabral	1812.12.20	morte de Agostinho Correia do Amaral	nobre	capitão-mor das ordenanças de Vila Real	Mondrões	
Luís António Pereira de Castro	1813.01.13	morte de Diogo da Cunha Leite Pereira e Melo	nobre	alferes de ordenanças	Vila Real	
Alexandre Botelho de Sampaio	1813.01.20	morte de seu irmão, António Botelho de Sampaio	nobre		Vila Real	
José Pereira Queixo	1813.02.06	substituição de Manuel Pinto Barbosa, por este ser "sumamente ocupado"	oficial		Vila Real	
Francisco da Mota	1813.02.06	substituição de José Lopes Urbano, por velhice	oficial		Vila Real	
António Alves Martins	1813.02.06	substituição de Francisco Correia de Matos, por ausência	oficial		Vila Real	
António da Silveira Pinto da Fonseca	1813.03.10	substituição de António José Girão Teixeira, por ausência e doença	nobre			
António Bento da Costa	1814.02.20	substituição de Manuel José Ferreira, por este ter muitas ocupações	oficial		Vila Real	
Bernardo José Durago	1814.02.22	substituição de José Alves Fraga, por velhice	oficial		Vila Real	
Francisco António dos Reis	1814.03.02	substituição de Francisco Carneiro de Carvalho, por velhice	oficial		Vila Real	
Inácio Botelho da Silva Barbosa e Sousa	1815.01.07	morte do doutor Manuel da Silva Dias	nobre		Vila Real	
António Gomes Carneiro	1815.02.16	substituição de Manuel Machado Pereira, por velhice	oficial		Vila Real	
Luís Gomes Carneiro	1815.02.16	substituição de José Rebelo da Costa, por velhice	oficial		Vila Real	
Joaquim Alves	1815.02.18	substituição de António Lopes Rego, por velhice	oficial		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
João Nunes Quedinho	1815.02.18	morte de Domingos Fernandes Borbela	oficial		Vila Real	
Francisco Inácio Rubião	1815.02.20	morte do reverendo padre Félix António	nobre			
João Rodrigues da Mesquita e Fraga	1815.03.09	substituição do pai Bento José da Fraga, por velhice	nobre		Vila Real	
Manuel José Rebelo Guimarães	1815.05.02	substituição de Domingos José Teixeira de Macedo, por velhice	nobre		Vila Real	
Júlio César Feijó de Figueiredo Correia	1815.05.03	morte de seu tio, o doutor António Feijó de Figueiredo Correia	nobre		Vila Real	
Francisco Pires de Carvalho	1815.07.20	substituição do reverendo José Moreira Pinto, por doença	nobre	capitão	Vila Real	
José Maria de Abreu Castelo Branco	1815.07.20	substituição de José Pinto Pimentel de Almeida, por ausência	nobre			
António Teixeira de Melo e Castro	1815.12.12	morte de seu irmão, José Teixeira de Melo e Castro	nobre			
João Baptista de Araújo Carvalho	1816.03.12	substituição de João Alves Ribeiro e Barros, por velhice	nobre		Vila Real	
José Pinto Vieira de Sousa (doutor)	1816.03.12	substituição de João Ribeiro da Mesquita Pimentel, por velhice	nobre		Vila Real	
José Gomes Carneiro	1816.03.12	substituição de Manuel Taveira de Magalhães, por ausência	nobre		Vila Real	
Luís Monteiro de Vasconcelos Pires Mourão	1816.03.12	substituição do reverendo José da Costa Monteiro, abade de Gaiolos, por ausência	nobre		vila de Lordelo	
António Correia Taboada	1816.03.12	morte do pai, João Correia Taboada	oficial		Vila Real	
José Martins	1816.03.12	substituição de Francisco José de Carvalho, por doença	oficial			
Tomás Pereira	1816.03.12	substituição de Manuel António de Oliveira, doença	oficial	carpinteiro	Vila Real	
Manuel Gonçalves Relvas	1816.03.16	substituição de Manuel Teixeira, por doença	oficial		Vila Real	
José Correia da Mesquita Neutel	1816.03.19	substituição de seu irmão, António Luís Correia da Mesquita, por ausência no Brasil	nobre			
Luís Dias	1816.03.31	substituição do sogro Manuel Correia Botelho da Mesquita, por velhice	oficial			
Francisco Manuel de Sousa Novo	1816.03.31	substituição do pai, Francisco Manuel de Sousa, por velhice	oficial			
Francisco António Correia de Azevedo	1816.04.10	substituição do pai, Francisco Xavier Correia de Azevedo, por velhice e doença	nobre			
Romão Fernandes	1816.05.20	substituição de António Correia de Sampaio, por ausência	oficial		Vila Real	
Domingos José Ferreira	1816.05.20	substituição de Jerónimo José Pereira, doença	oficial		Vila Real	
Luís António de Magalhães (doutor)	1816.08.27	morte de António de Azevedo Pinto	nobre		Vila Real	
Frutuoso Inácio Correia de Azevedo	1816.08.27	morte do reverendo padre Manuel de Frias Guedes Pimentel do Amaral	nobre	padre	Vila Real	solteiro
José Camilo Ferreira Botelho de Sampaio (doutor)	1816.12.11	morte do doutor João Manuel da Cunha Botelho do Amaral	nobre		Vila Real	
António Mendes de Vasconcelos	1816.12.11	morte do reverendo Manuel da Costa de Aneiros	nobre	padre		solteiro
Luís Ferreira da Silva Couto	1817.02.22	substituição de António Correia de Carvalho, por doença	nobre		Vila Real	
Manuel José Borges	1817.02.27	substituição de José Alves de Matos	oficial		Vila Real	
António José Borges	1817.02.27	substituição de Francisco António Correia, por ausência	oficial		Vila Real	
António Joaquim Lopes	1817.02.27	substituição de Carlos Correia Nunes Viana, por sair fora da vila muitas vezes	oficial		Vila Real	
António Teixeira Pinto	1817.03.31	substituição de António Dias da Fonseca, pelos seus muitos afazeres como oficial de justiça	oficial		Vila Real	
João Correia Taboada	1817.03.31	morte de José Pereira Queixo,	oficial		Vila Real	
Francisco Pereira da Assunção	1817.03.31	substituição de José Pinto da Veiga, por velhice	oficial		Vila Real	
Joaquim José Ferreira	1817.03.31	substituição de Tomé Mendes, por doença	oficial		Vila Real	
Francisco José de Barros	1817.04.15	morte de Francisco de Paula Ataíde	nobre		Vila Real	
António José Nunes da Cruz	1817.04.21	substituição de António Leite da Mesquita Lobo, por ausência	nobre	capitão	Vila Real	
Manuel Ferreira da Silva	1817.04.21	substituição de Joaquim Correia Nunes Viana, por velhice e suas ocupações	oficial		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Gonçalo Peixoto de Magalhães Portugal	1817.07.04	substituição do pai Pedro de Magalhães de Faria e Sousa, por velhice e ausência	nobre		Vila Real	
José Filipe de Magalhães Mosqueira	1817.07.04	morte do pai, o doutor António José Dias Mourão Mosqueira	nobre		Vila Real	
José Teixeira Borges (doutor)	1817.07.04	substituição do doutor Manuel da Costa Monteiro, por ausência no Ultramar	nobre			
Manuel Pires Nogueira	1817.07.15	morte de António Ferreira de Azevedo	oficial		Vila Real	
José Correia Mourão	1817.07.31	substituição de José Lourenço Alves, por velhice	oficial		Vila Real	
Joaquim José de Seixas	1817.10.12	morte de Manuel Pires Nogueira	oficial		Vila Real	
José Paulo de Figueiredo	1817.12.24	morte de João Botelho Guedes do Amaral	nobre	coronel de milícias no Regimento de Vila Real		
Francisco José da Silva Gomes	1817.12.24	substituição de Luís Ferreira da Silva Couto, ausente na América	nobre			
Carlos Martins de Carvalho	1817.12.24	substituição de José Correia Noutel, ausente na América	nobre			
João da Silva Monteiro	1817.12.24	substituição de José Vieira de Carvalho, por ausência	nobre			
Diogo de Aguiar	1817.12.24	substituição do reverendo Luís Gomes Teixeira, por velhice	nobre		Vila Real	
António Alves de Moura	1817.12.24	substituição de Júlio César de Figueiredo, ausente na América	nobre			
Luís Cardoso Pinto	1817.12.24	substituição de Francisco Alves de Magalhães, por ausência	nobre			
José Gomes Correia	1817.12.24	substituição de António Teixeira Carneiro de Fontoura, por ausência	nobre			
Francisco Luís da Silva Magalhães	1817.12.24	morte de Jerónimo José de Araújo Carneiro	nobre			
Rafael José Teixeira da Costa	1817.12.24	substituição de Manuel Botelho de Sousa, por ausência	nobre			
Manuel José Jorge	1817.12.24	substituição de António José Leite dos Reis, por ausência	nobre			
José Ferreira de Carvalho	1817.12.24	substituição de José Baltasar Alves, por ausência	nobre	padre		
Brás Gonçalves Pereira	1817.12.24	substituição de José Maria de Barros, por ausência	nobre			
Manuel Dinis	1817.12.24	substituição de João António Nunes, por ausência	nobre		Vila Real	
Francisco Pereira de Barros Rubião	1817.12.24	substituição do doutor Sebastião José de Carvalho, por ausência	nobre			
Domingos Manuel Gomes Teixeira	1818.03.16		nobre	vigário geral da comarca de Vila Real		
Lopo Vaz de Sampaio e Melo	1818.04.20	substituição do reverendo António Mendes de Vasconcelos, por doença	nobre			
António Luís da Mesquita Fraga	1818.10.20	substituição de António Correia de Carvalho, por ausência, estando também ausente o seu substituto, Luís Pereira da Silva	nobre		Vila Real	
Tomás António Martins	1818.12.15		nobre	juiz de fora		
José Osório Colmeiro da Veiga Cabral	1819.01.02	morte do capitão-mor, Francisco da Veiga Cabral	nobre			
José de Assis Portugal Taveira da Silva Guedes Pinto	1819.02.15	substituição do cunhado, José Filipe Magalhães Mosqueiro	nobre			
José Gomes Carneiro	1819.02.24	substituição do sogro, Francisco José Pereira de Azevedo, por doença	oficial		Vila Real	
António José Fernandes	1819.02.25	substituição de José Alves Fraga, por ausência	oficial		Vila Real	
António José Ferreira Júlio	1819.02.26	substituição de Francisco José Rodrigues da Mota	oficial			
Francisco de Sousa Vilela	1819.03.30	substituição de Alexandre José Pereira Coelho, por ausência	nobre			
João António Ferreira de Moura	1819.11.30		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
José Rodrigues de Freitas	1820.02.10	em atenção aos seus merecimentos e ser um dos grandes benfeitores do Hospital da Divina Providência	nobre		Vila Real	
Francisco Rodrigues de Freitas	1820.02.10	em atenção aos seus merecimentos e ser um dos grandes benfeitores do Hospital da Divina Providência	nobre		Vila Real	
António de Bessa Monteiro	1820.02.10	substituição de António Correia de Sampaio, por ausência	oficial			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António Pedro Felizardo e Silva	1820.02.21	substituição de António Luís da Mesquita Fraga, por ausência	nobre			
Francisco António Teixeira	1820.02.21	morte de Francisco Teixeira de Carvalho	nobre		Vila Real	
António Teixeira Nunes	1820.02.21	morte do pai, João António Teixeira Nunes	nobre			
Joaquim António Carneiro de Vasconcelos	1820.03.24		nobre	vigário geral da comarca de Vila Real		
Jerónimo José da Cunha	1820.05.27	falecimento do pai Matias José dos Santos	oficial		Vila Real	
Salvador Marques Vieira	1820.05.27	morte de José Bernardo Teixeira	oficial		Vila Real	
João Alves de Matos	1820.06.02	substituição do pai, José Alves de Matos	oficial			
Francisco Xavier Gonçalves	1820.07.28	morte de José Gonçalves	oficial			
Francisco José	1820.09.20	morte de Manuel Rodrigues Canelhas	oficial			
Domingos José da Cunha	1820.09.30	substituição do irmão Jerónimo José da Cunha, por doença	oficial			
Luís Correia Leitão	1820.10.02	morte de Francisco Dinis de Carvalho, que havia sido substituído pelo reverendo João Moreira Pinto, por doença	nobre			
Joaquim Alves da Fraga	1820.10.08	substituição de Jerónimo Balbino da Cunha, por estar cego	oficial			
António Pereira de Azevedo	1820.10.20	morte de Francisco Pereira da Assunção, que substituiu José Pinto da Veiga	oficial			
José Lourenço de Sampaio	1820.11.02	substituição de João Nunes Quedinho, por doença	oficial			
António Maria Cabral (doutor)	1821.05.20	morte de Vicente Luís Correia da Mesquita	nobre		Vila Real	
António Botelho de Azevedo Carneiro	1821.05.21	substituição de João Pinto da Mesquita, por doença	nobre			
João Vitorino de Carvalho	1821.05.25	morte do doutor João Pereira Pinto Vieira e Sousa, que substituiu João Ribeiro de Noronha	nobre			
Luís Gomes Carneiro	1821.06.02	morte do seu irmão, João Gomes Carneiro	oficial			
Francisco Manuel da Silva Dias	1821.06.08	substituição do avô José da Silva Dias, por velhice	nobre			
Belarmino Pinto de Faria e Azevedo	1821.08.12	morte do avô, o doutor José Pereira Pinto	nobre			
Francisco José de Carvalho Portela	1821.08.12		nobre		Vila Real	
António José de Oliveira	1821.09.09	substituição do pai, Jerónimo José de Oliveira	oficial		Vila Real	
Duarte José Pereira de Miranda	1821.09.19	lugar de Francisco Manuel de Gouveia Pinto, por ausência	nobre	padre		
Paulo José de Barros	1821.12.15	morte do cunhado, Francisco José de Carvalho Portela	nobre			
Francisco Soares de Barbosa e Vasconcelos	1822.02.13		nobre	vigário geral na comarca de Vila Real		
Luís da Costa	1822.03.10	morte de Luís Gomes Carneiro	oficial		Vila Real	
José Rodrigues de Carvalho	1822.03.10	substituição de José Dias de Morais, por velhice	oficial		Vila Real	
António José de Araújo	1822.03.10	substituição de Francisco Manuel de Sousa, por ausência	oficial			
José Maria Pereira da Silva	1822.03.10	substituição de Manuel de Azevedo Pinto, por este já não poder cumprir com as obrigações	mester		Vila Real	
José António Cardoso	1822.03.10	substituição de José da Cunha, por velhice	oficial		Vila Real	
António Pinto Correia de Macedo	1822.03.10	substituição de José Alves Rodrigues, por velhice	oficial			
Luís de Ataíde Pimentel	1822.03.10	substituição de José Constantino Lobo, por velhice e ausência	nobre		Vila Real	
Francisco Alves da Nóbrega	1822.03.16	substituição de Francisco da Mota, por velhice	oficial		Vila Real	
Francisco Correia Mourão	1822.03.16	substituição de Francisco da Veiga, por velhice	oficial		Vila Real	
José Pereira de Meneses	1822.04.03		nobre	juiz de fora de Vila Real e seu termo		
Francisco Fortunato Oliveira de Carvalho	1822.04.15		nobre	superintendente dos contrabandos da Província		
Francisco Cabral Teixeira de Morais	1822.04.25	substituição de Luís de Figueiredo Alves e Rocha, por velhice	nobre			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Vicente Luís Teixeira	1822.04.25	substituição do reverendo José Botelho de Sousa, pároco de São Dionísio	nobre		Vila Real	
José de Carvalho Alviada	1822.04.25	substituição de António Luís Pereira, por este não ter filho para lhe suceder	mester			
Alexandre José Gonçalves Ramos	1822.06.12		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
Conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca	1822.09.02	morte do pai, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca	nobre			
João Baptista Pacheco	1823.07.02	por se ter riscado Joaquim Machado e Silva	oficial			
José Fernandes de Brito	1823.07.02	por se ter riscado António Teixeira Pinto	oficial			
Francisco José Barbosa	1823.07.23		oficial		Vila Real	
António Correia Rodrigues	1823.09.06	morte de António Ferreira	oficial		Vila Real	
António Correia Orago	1823.09.06	substituição de António José Leitão, ausente	oficial		Vila Real	
José Maria Pereira da Silva	1823.11.23	substituição de António José Rodrigues de Carvalho, por velhice	nobre		Vila Real	
Rodrigo Monteiro Correia de Vasconcelos Guedes Mourão	1824.01.11		nobre	juiz de fora Vila Real e seu termo		
António Luís Lobo e Barros	1824.01.29	morte de seu pai, Paulo José de Barros	nobre		Vila Real	
Martinho de Magalhães Peixoto	1824.02.22	substituição de seu tio, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho	nobre		Vila Real	
João Teixeira Cabral de Carvalho	1824.02.22	morte do capitão João Rodrigues da Mesquita	nobre		Vila Real	
António Inácio de Oliveira	1824.02.22	substituição de seu pai, Francisco José de Oliveira	mester			
Basílio Pereira de Azevedo	1824.02.22	morte de António Pereira	oficial			
Joaquim Ferreira Real (doutor)	1824.02.22	morte de seu pai João Ferreira Real	nobre			
José Vitorino da Mota (doutor)	1824.02.22	substituição de Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, por velhice	nobre			
Manuel António Jorge	1824.03.08	substituição de seu tio Manuel José Jorge, por se achar impossibilitado de cumprir com as suas obrigações	nobre		Vila Real	
Inocência de Assis Monteiro	1824.03.08	substituição de Luís Joaquim Alves, por se achar impossibilitado de cumprir com as suas obrigações	mester			
José Pedro de Carvalho e Moutinho (doutor)	1824.03.09	morte de seu pai, António José Teixeira e Moutinho	nobre			
Manuel Joaquim de Carvalho	1824.05.08	substituição do padre Luís Teixeira Gonçalves, riscado, por se recusar a fazer o Passo do Hospital Velho	nobre		Vila Real	
Jacinto de Oliveira Castelo Branco	1824.08.17		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
Custódio José de Sousa	1824.08.17	morte de Manuel Gonçalves Relvas	mester		Vila Real	
Manuel José Teixeira	1824.08.23	substituição de José Moreira da Fonseca, por ausência	mester oficial		Vila Real	
Joaquim Botelho de Sousa	1825.01.30	substituição do padre João Ferreira Real	nobre	juiz almoxarife de Vila Real	Vila Real	
Lionel Joaquim Pereira Orago	1825.01.30	morte de Luís da Costa	oficial		Vila Real	
Francisco Alves Martins	1825.01.30	substituição de João Pinto da Veiga	oficial		Vila Real	
António de Meireles Coelho	1825.03.10	substituição de António da Silva, por velhice	oficial			
José Maria Cabral de Sampaio	1825.03.10	substituição de José Matias de Sousa Peixoto	nobre	padre		solteiro
José Botelho da Mesquita e Sousa	1825.03.10	substituição de António Bernardo de Figueiredo, por ausência	nobre	padre		solteiro
João Frutuoso de Passos	1825.03.31	substituição do sogro, Manuel Pereira	oficial			
José António da Silva	1826.01.18	morte de Manuel de Azevedo Pinto Magalhães	oficial		Vila Real	
José Alves Dinis Patorro	1826.01.29	morte de António Teixeira de Melo e Castro	nobre	padre		solteiro
António de Oliveira	1826.02.11	substituição de José Rodrigues Correia, por não poder cumprir as suas obrigações	oficial		Vila Real	
Manuel de Cerqueira Vilaça Bacelar	1826.02.11	morte do reverendo José da Costa Monteiro	nobre	padre		solteiro
José Luís Fernandes Oliveira	1826.02.11	morte de José Teixeira de Carvalho	nobre			
Agostinho Alves Jacob	1826.02.11	lugar do doutor José Teixeira Bogas	nobre			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel Pereira da Silva	1826.04.05	morte de Manuel Alves Dinis Patorro	oficial		Vila Real	
Domingos de Matos	1826.04.05	substituição de Joaquim Correia Nunes Viana, por velhice	oficial		Vila Real	
Pastor José Pereira de Miranda e Silva	1826.06.28	morte de António Pereira Carneiro	oficial			
Joaquim José de Freitas	1826.06.30	substituição de José Machado, por doença	oficial		Vila Real	
António de Melo Vaz de Sampaio	1826.06.30	morte de José Constantino Lobo Barbosa	nobre			
Francisco Barbosa da Cunha e Melo	1826.06.30	morte de seu tio, António Teixeira de Melo e Castro	nobre			
Domingos Pereira	1826.06.30	morte de António Joaquim Lopes	oficial		Vila Real	
João Vicente Taveira de Macedo	1826.07.17	morte de José de Assis Portugal Taveira de Sousa Guedes Pinto	nobre		Vila Real	
Francisco Aires	1826.07.17	substituição de João Pereira da Silva, por velhice	oficial		Vila Real	
José Ferreira dos Santos	1826.08.02	substituição de António Alves Martins, por velhice	oficial		Vila Real	
José Bento de Sequeira	1826.08.02	substituição de Joaquim José de Freitas, por ter sido riscado	oficial		Vila Real	
João Rebelo Farinha	1826.11.06		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
Manuel Maria Coutinho de Albergaria Freire	1826.11.06		nobre	juiz de fora de Vila Real		
João Fernandes de Aguiar Leitão	1827.06.06	morte de Lourenço José Ribeiro	oficial			
João António Alves Ferreira	1827.11.20	morte de seu pai doutor Manuel Alves Ferreira	nobre			
José Correia Rebelo	1827.11.20	morte de Francisco Rodrigues de Freitas	nobre		Paradela de Celeirós	
José Teixeira da Costa	1827.11.20	morte de João Teixeira Cabral de Andrade	nobre			
Francisco Ferreira Botelho	1827.11.20	morte de António da Silva	oficial			
António Vitorino da Mota	1827.11.25	substituição do reverendo José Botelho de Sousa	nobre	padre		solteiro
José Zeferino Teixeira Rubião	1827.12.02	substituição de José Teixeira de Carvalho, vago pela ausência de José Luís Fernandes Vieira	nobre	padre		solteiro
Vitorino de Barros Carvahais (doutor)	1827.12.02	morte de Lopo Vaz de Sampaio e Melo	nobre			
Cipriano Teixeira	1828.01.06	substituição de António José da Nóbrega, por velhice	oficial			
António Pereira de Azevedo Assureira	1828.01.06	substituição de Joaquim Pereira da Cunha, por velhice	oficial			
António José Baptista	1828.01.06	substituição de João Batista Pereira Romão, por velhice	oficial			
Clente José Teixeira Barroso	1828.02.24		nobre	vigário geral da comarca de Vila Real		
José Tomás da Silva Teixeira (doutor)	1828.02.24	substituição de José António de Carvalho Mourão, por ausência	nobre			
João Moreira de Tovar	1828.02.24	substituição do reverendo José Maria Cabral de Sampaio, por ausência	nobre	padre		solteiro
António de Azevedo Pinto Magalhães	1828.02.24	morte de José Rodrigues de Freitas	nobre	padre		solteiro
Manuel dos Santos e Sousa	1828.02.24	substituição de Luís António Pereira de Castro	nobre			
Luís Ladislau de Figueiredo	1828.02.24	substituição de seu pai, António Bernardo de Figueiredo Abreu Castelo Branco, na ausência do reverendo José Botelho da Mesquita e Sousa	nobre			
José Inácio de Oliveira	1828.02.28	substituição de Francisco Gomes Carneiro	oficial			
Tomás de Aquino Gomes Correia	1828.02.28	substituição de Francisco António dos Reis	oficial			
João Maria Cabral de Sampaio	1828.03.04	morte de seu pai, o doutor José António Dias de Sampaio	nobre			
Lourenço Ribeiro Pimenta	1828.03.04	morte de seu pai Lourenço José Ribeiro	oficial			
Francisco Maria Cabral de Sampaio	1828.07.10	morte do reverendo José Maria Cabral de Sampaio	nobre			
Albano António Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcelos	1828.07.30		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
António Pinto Machado (doutor)	1828.12.06	substituição de Júlio César Feio de Figueiredo Correia, por ausência	nobre			
Domingos José Alves Pereira	1829.01.12	morte de João Baptista Pacheco	oficial			
António José dos Santos	1829.02.15	substituição de António Correia Rodrigues, por ausência	oficial			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel Inácio da Costa Teixeira	1829.03.09	substituição de António José Rodrigues de Carvalho, por velhice	nobre			
Francisco Baptista Pereira Romão	1829.04.05	substituição de José Rodrigues, por velhice	oficial			
António Silvério Vieira de Sousa Pinto	1829.04.05	substituição de seu pai José Vieira de Carvalho, por se achar impossibilitado	nobre			
Joaquim Maria Botelho de Lacerda (doutor)	1829.04.05	substituição do lugar de ausente o doutor José Teixeira Bogas, por morte de Agostinho Alves Jacob	nobre			
José da Costa Rebelo (doutor)	1829.04.05	substituição de José Pinto de Almeida Carvalhais, por ausência	nobre			
Visconde do Peso da Régua	1829.05.03	governador das armas da Província	nobre			
Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel	1829.05.03	substituição de João Pinto da Mesquita, por doença	nobre			
António Joaquim de Carvalho	1829.06.12	substituição de seu pai, Manuel Joaquim de Carvalho	nobre			
Francisco Pereira	1829.06.12	substituição de António Ferreira Botelho, por se encontrar impossibilitado	oficial			
Fernando António de Araújo	1829.12.04	substituição do bacharel Joaquim Ferreira Real	nobre	capitão de ordenanças	Vila Real	
Francisco Feliciano de Azevedo Lobo	1829.12.22	morte de seu tio, o bacharel Domingos Álvares Lobo	nobre		Vila Real	
Miguel José Pereira	1830.02.03	morte de João Dias de Morais	mester			
António José Ferreira	1830.02.03	morte de Manuel Pinto Barbosa	oficial		Vila Real	
António Correia Gata	1830.02.13	morte de Francisco António dos Reis	mester	mestre celeiro de Vila Real		
António Peixoto Pinto	1830.02.22		mester	alfaiate	Vila Real	
António Teixeira	1830.02.27	substituição de António Dias da Fonseca, por ausência	mester		Vila Real	
Francisco António de Oliveira	1830.03.04	substituição de José Bento de Sequeira, por velhice	mester	pintor	Vila Real	
Bernardino de Sena Azevedo Beltrão	1830.03.06	morte de António José Rodrigues de Carvalho	nobre		Vila Real	
Manuel Álvares de Carvalho Alvia	1830.03.15	morte do reverendo José Botelho de Sousa	nobre	capelão da Casa		
José Baptista Romão	1830.04.07	substituição do pai João Baptista Pereira Romão, por velhice	mester		Vila Real	
Bernardo Pereira Rebelo (licenciado)	1830.04.12	morte do reverendo José da Costa Monteiro	nobre		Parada de Cunhos	
José Martins Bogas	1830.04.19	morte de Jerónimo José Pereira	mester		Vila Real	
João de Melo Vasconcelos Pereira Sampaio	1830.12.12	morte do Bacharel doutor José Teixeira Bogas	nobre		Goivães	
José Casimiro Álvares Monteiro	1831.01.26	morte de António Assureira	oficial		Vila Real	
José Correia Botelho	1831.02.08	substituição de António José da Nóbrega, por ausência	oficial		Vila Real	
José Ribeiro de Carvalho	1831.02.08	substituição de António Alves Correia, por ausência	oficial		Vila Real	
António Tomás Benavides	1831.02.08	substituição de Francisco José Rodrigues da Mota, por se achar impedido	oficial		Vila Real	
Tomás Correia Leitão	1831.02.20	substituição de seu pai Luís Correia Leitão	nobre		Vila Real	
Luís Correia Leitão Júnior	1831.02.20	morte do doutor Manuel Joaquim Botelho Teixeira e Melo	nobre		Abambres	
Filipe de Sousa Faria Machado	1831.07.05	substituição de José Maria de Barros, ausência	nobre		Vila Real	
Dionísio José Gonçalves	1831.07.12	substituição de seu pai, João José Gonçalves	oficial		Vila Real	
António Máximo da Silva Couto	1831.07.27	morte de seu pai, Manuel Ferreira da Silva Couto	oficial		Vila Real	
António de Queirós	1831.10.10	morte de Salvador Marques Vieira	oficial		Vila Real	
António Egídio Tavares Lobo	1832.01.11	morte de seu pai, João Bernardino Botelho Lobo	nobre		Vila Real	
José da Costa	1832.01.11	substituição de Joaquim Pereira da Cunha, por impedimento deste	oficial		Vila Real	
António Rodrigues Gaspar	1832.03.24	morte de José António de Freitas Araújo	oficial		Vila Real	
Miguel Augusto Correia de Brito Teles	1832.04.02	morte do reverendo João Ferreira Real	nobre	padre	Vila Real	solteiro
José António Teixeira Coelho	1832.04.07	morte de Francisco José de Barros	nobre		Vila Real	
Cipriano Pereira de Azevedo	1832.07.26	morte de Joaquim de Gouveia	oficial		Vila Real	
João Soares de Barbosa e Vasconcelos	1832.08.07		nobre	vigário geral da comarca de Vila Real		

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel António Pinto	1833.02.05	substituição do "ausente que consta ter falecido" António Dias da Fonseca	oficial		Vila Real	
João Correia Pinto Júnior	1833.02.05	morte de Joaquim Correia Nunes Viana	oficial		Vila Real	
Alexandre da Silva	1833.02.05	morte de Francisco José Rodrigues da Mota	oficial		Vila Real	
Ricardo Alves Torgo	1833.02.11	morte de Francisco da Veiga	oficial		Vila Real	
José Maria da Veiga Cabral de Sampaio	1833.04.21	morte do reverendo Duarte José Pereira de Miranda	nobre		Goivães	
Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo	1833.08.11	morte de Inácio Botelho Barbosa	nobre		Vila Real	
Luís António da Nóbrega Pizarro	1833.08.11	morte de Jerónimo Botelho Correia de Queirós Pimentel	nobre		Vila Real	
António Rodrigues de Novais	1833.12.18	morte de Francisco Correia de Matos	oficial		Vila Real	
José Gomes Carneiro	1834.01.31	morte de Francisco Pereira de Barros Rubião	nobre		Vila Real	
Martiniano Tomás Rodrigues Sardinha de Lucena	1834.01.31	morte de António Pedro Felizardo	nobre		Vila Real	
José Paulo de Figueiredo Teixeira	1834.01.31	morte de seu pai José Paulo de Figueiredo	nobre		Mateus	
António Teixeira de Figueiredo	1834.01.31	morte do Marquês de Ílhavo	nobre		Mateus	
Francisco de Azevedo	1834.01.31	morte de António Correia Orago	oficial		Vila Real	
Bento Teixeira de Figueiredo	1834.01.31	morte de Carlos Cabral Teixeira de Morais	nobre		Mateus	
Cândido Albino de Freitas Lobo	1834.01.31	morte de Francisco Pereira de Barros Rubião	nobre			
António Machado Silva (licenciado)	1834.01.31	morte de Domingos Marinho de Queirós	nobre		Vila Real	
João Bernardino Taveira Relvas	1834.01.31	morte de João da Silva Monteiro	nobre	padre	Vila Real	solteiro
José Joaquim Machado de Aguiar	1834.03.04	morte de Francisco José Barbosa	oficial			
António Alves Martins Bonito	1834.03.04	morte de Francisco Alves Martins Bonito	oficial		Vila Real	
Custódio José de Sousa Machado	1834.03.04	morte de Joaquim José de Seixas	oficial			
Joaquim Bernardo	1834.03.04	morte de António Freitas de Araújo	oficial		Vila Real	
José iliano da Silva Magalhães	1834.03.04	morte do doutor José António Dias de Sampaio	nobre		Vila Real	
Manuel Rodrigues Botelho	1834.03.04	substituição de António Maria Cabral de Sampaio, por este se achar ausente em Espanha	nobre	padre		solteiro
Francisco Casimiro Carneiro	1834.06.30	morte de António Alves Moura	nobre	padre	Vila Real	solteiro
Vitorino Maria de Azevedo Faria	1834.06.30	substituição de António da Silveira Pinto da Fonseca, por este se achar ausente no estrangeiro	nobre		Vila Real	
António Gerardo Monteiro (doutor)	1834.07.14	morte de Francisco Manuel de Gouveia Pinto	nobre		Vila Real	
António Correia Botelho Teixeira (doutor)	1834.07.14	substituição do doutor Joaquim Maria Botelho de Lacerda, por ausência	nobre		Vila Real	
António de Morais Sarmiento	1834.07.14	morte de Manuel José Borges	oficial		Vila Real	
António José Gonçalves Basto	1834.07.17	substituição de José da Costa Rebelo, por ausência	nobre		Vila Real	
Joaquim de Oliveira Baptista	1834.07.23		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
José Xavier Pereira de Macedo	1834.07.23		nobre	juiz de fora de Vila Real		
Torbio José da Silva	1834.08.04	substituição de Pastor José Pereira de Miranda, por ausência	oficial			
Luís Bernardino Alves Pinto Lobato	1834.08.04	substituição de Lourenço Correia Botelho, ausência	nobre			
José Pereira de Sousa Peixoto	1834.08.27	substituição de Francisco Inácio de Morais Pimentel	nobre			
António Alves Rodrigues Vilar	1834.09.30	morte de Lourenço de Sampaio	oficial			
Manuel Joaquim de Almeida e Silva Gaio	1835.02.18		nobre	corregedor da comarca de Vila Real		
Joaquim Machado Ferreira Brandão	1835.02.18		nobre	juiz de fora de Vila Real e seu termo		
Francisco Ferreira de Carvalho Júnior	1835.02.27	substituição de seu pai Francisco Ferreira de Carvalho, que se acha impossibilitado fisicamente (cegueira)	nobre			
António Marinho de Queirós	1835.03.11	substituição de seu pai Domingos Marinho de Queirós	nobre			
Francisco José do Rego	1835.03.11	substituição de Martiniano Tomás Rodrigues Sardinha, por ausência	nobre			
Cristóvão Miranda da Nóbrega	1835.04.14	morte de Custódio José de Sousa	oficial			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Luís de Sousa Dias	1835.12.20	morte de Luís Cardoso Pinto	nobre			
José de Azevedo Pacheco	1835.12.28	morte de seu pai Francisco de Azevedo	oficial			
Luís Alves Ribeiro	1836.02.01	morte de seu pai João Alves Ribeiro	oficial			
Tomás António de Morais	1836.03.30	morte de Francisco Ferreira Botelho	oficial			
Francisco da Veiga	1836.03.30	substituição de Francisco António Correia de Azevedo	nobre	padre		solteiro
Custódio José do Carmo Joel	1836.07.06	morte de João de Matos Rebelo	nobre	abade de Ermelo		solteiro
Francisco António de Carvalho	1837.06.26	morte do reverendo Frutuoso Inácio Correia de Azevedo	nobre	oficial da secretaria da administração do Distrito de Vila Real		
Francisco Pedro da Veiga	1837.08.12		nobre	administrador geral do Distrito		
Pedro Luís de Queirós	1837.08.13		nobre	comandante do batalhão fixo de Vila Real		
António Ludovico Guimarães	1837.08.14		nobre	administrador do concelho de Vila Real		
Vicente Ferreira Novais	1837.08.15		nobre	juiz de direito da comarca de Vila Real		
Sebastião José de Carvalho Moutinho	1837.08.15		nobre			doutor
António Ferreira de Carvalho	1837.08.15		nobre			
João Severo de Azevedo Mourão	1838.01.08	substituição do reverendo Manuel de Cerqueira Vilaça Bacelar, por ausência	nobre	capelão do Hospital		
José Justino de Carvalho	1838.02.05	substituição de Rafael José Teixeira da Costa, por ausência	nobre	padre		solteiro
António Pereira de Morais	1838.02.11	morte de Francisco José de Sousa Vilela	nobre		Vila Real	
Martinho António de Magalhães	1838.02.11	substituição do falecido Visconde do Peso da Régua	nobre			
Feliciano da Mota	1838.02.11	substituição de Leonel Joaquim Pereira, por ausência	oficial		Vila Real	
Manuel da Costa	1838.02.11	morte de José Alves de Carvalho Alvadia	oficial		Vila Real	
Manuel Lopes de Carvalho e Los	1838.03.05	substituição de Joaquim Maria Botelho de Lucena, por ausência	nobre	padre		solteiro
António Gonçalves Lages	1838.04.07		nobre	juiz de direito Interino		
Frutuoso Gonçalves Lages	1838.06.05	substituição de Joaquim Patrício Botelho de Lacerda, por idade avançada	nobre			
Gabriel José de Carvalho Portela	1838.06.05	substituição de Júlio César de Figueiredo	nobre			
José Narciso Júnior	1838.06.05	morte de José Pinto da Veiga	oficial			
Guilhermino Júlio Teixeira de Moura (doutor Medicina pela Universidade de Paris)	1839.01.06	substituição de António Maria Cabral de Sampaio, por ausência	nobre	médico	Vila Real	
João Pires da Costa	1839.01.06	substituição de Luís Alves da Fraga, por ausência	oficial		Vila Real	
João da Silveira de Lacerda	1839.02.08		nobre	administrador geral do Distrito de Vila Real		
Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho	1839.02.17	morte de seu pai	nobre			
Francisco Gomes Carneiro	1839.02.17	substituição de Vitorino de Barros Carvalhais, por ausência	nobre	padre	Vila Real	solteiro
João Pinto Ferreira	1839.02.17	substituição de reverendo José Botelho da Mesquita e Sousa	nobre	negociante	Vila Real	
Manuel Celestino Ribeiro Fraga	1839.02.17	substituição de Manuel Dinis, por ausência	nobre		Vila Real	
Joaquim de Azevedo	1839.02.17	substituição de António José Leitão, por ausência	oficial		Vila Real	
José de Sousa	1839.02.17	substituição de Francisco Manuel de Sousa Novo, por ausência	oficial		Vila Real	
Luís Bernardo	1839.02.19	substituição do pai Joaquim Bernardo, por doença	oficial		Vila Real	
António Alves de Aguiar	1839.06.23	substituição de seu pai Diogo de Aguiar, impossibilitado moléstias	nobre		Vila Real	
José Correia de Almeida Júnior	1839.06.23	substituição de António Leite da Mesquita Lobo, por ausência	nobre			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António Botelho Correia Machado	1839.06.23	substituição de seu pai Francisco Botelho Correia Machado, por velhice	nobre			
José Maria Marques de Almeida	1839.07.18	morte do doutor José Vitorino de Matos	nobre			
Domingos José de Sousa Magalhães	1839.11.14	morte de António Leite de Mesquita Lobo	nobre	padre		solteiro
Francisco Ferreira da Costa Agarez	1840.02.02	morte de Francisco da Mota	oficial			
António Gomes de Carneiro Araújo	1840.02.16	morte de José Lourenço de Sampaio	oficial		Vila Real	
Rodrigo de Freitas dos Guimarães Coelho	1840.02.24		nobre	administrador geral		
Manuel José Ferreira	1840.03.07	morte de Carlos Martins de Carvalho	nobre		Vila Real	
José Cabral Teixeira de Morais	1840.04.14		nobre	administrador geral		
João António dos Santos	1840.04.14	morte de Tomé Mendes	oficial			
Francisco de Matos	1840.04.14	morte de Francisco Ferreira Botelho	oficial		Vila Real	
Henrique da Cunha da Gama	1840.11.08	substituição do doutor Francisco Cabral Teixeira de Morais, por ausência	nobre		Provesende	
Custódio Rodrigues Gaspar	1841.02.02	morte de João António Alves Ferreira	nobre		Vila Real	
Francisco José Claro	1841.02.18	morte de João Leite da Veiga	oficial		Vila Real	
Sebastião José de Carvalho	1841.02.18	morte de António de Araújo	oficial		Vila Real	
Domingos José de Carvalho Araújo	1841.02.18	morte de Francisco Pereira Silvério	oficial		Vila Real	
António Joaquim Baptista	1841.02.18	morte de José Lourenço de Matos	oficial		Vila Real	
Vitorino José da Costa Rebelo	1841.03.28	morte do reverendo José Alves Dinis Patorro	nobre		Vila Real	
José Baptista Correia Botelho	1841.03.28	morte do reverendo António de Azevedo Pinto de Magalhães	nobre	padre	Vila Real	solteiro
António Marcolino de Carvalho Moutinho	1841.05.09	morte de João Ribeiro de Noronha Mesquita Pimentel	nobre		Vila Real	
Francisco Botelho Correia Maciel	1841.05.09	morte de seu pai, Lourenço Botelho Correia	nobre		Vila Real	
António Vitorino de Passos	1841.08.01	morte de Joaquim de Azevedo Casulo	oficial			
Francisco José Ferreira de Carvalho	1841.08.01	morte do reverendo Custódio José do Carmo Joel	nobre			
Joaquim José de Oliveira Guimarães	1841.12.12	morte de Francisco Ferreira de Carvalho	nobre		Vila Real	
José dos Santos Pereira Basto	1841.12.19	substituição de José Emiliano da Silva Magalhães, ausência	nobre		Vila Real	
António Augusto de Oliveira	1841.12.19	morte de Frutuoso José dos Reis	oficial		Vila Real	
António José de Moura Lobão	1841.12.19	Termo de filiação: "apareceu um requerimento do pretendente [...] acompanhado de documentos que se mostrava ser irmão da Misericórdia de Lisboa, e pedia ser filiado na nossa Irmandade"	oficial			
António Teixeira da Nóbrega	1841.12.19	morte de Luís Correia Leitão	nobre			
António de Oliveira	1842.02.27	substituição do doutor José Ferreira de Sousa, por ausência	nobre			
Serafim Gaspar	1842.02.27	substituição de José Joaquim de Macedo Aguiar	oficial			
António da Cunha Santos	1842.02.27	substituição de Cristóvão Miranda da Nóbrega, por ausência	oficial			
Francisco Pereira Carneiro	1842.02.27	substituição de António Alves Martins Bonito, por ausência	oficial			
António Fernandes da Costa Braga	1842.03.06	morte de Basílio Pereira de Azevedo	oficial			
Vital Máximo Teixeira de Moura	1842.03.27	morte de Manuel José Jorge	nobre			
José Bernardo Névoa	1842.03.27		oficial			
Rodrigo José de Morais Soares (licenciado)	1843.01.03	substituição de João de Melo Vasconcelos Pereira de Sampaio	nobre			
António Correia Marinho	1843.01.03	substituição de Alexandre da Silva	oficial			
Bernardino António de Carvalho	1843.01.03	substituição de Francisco José	oficial			
António Pinto Peixoto	1843.01.03	substituição de Bernardo José Ourago	oficial			
Manuel José da Rocha Guimarães	1843.01.15	substituição de Francisco Ferreira de Carvalho	nobre		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Manuel Ferreira	1843.01.15	substituição de Luís Monteiro de Vasconcelos Pires Mourão	nobre			
José Maria da Silva Barbosa	1843.01.15	substituição de Francisco Inácio Pereira Rubião, por ausência	nobre			
João Pereira Cabral	1843.01.15	substituição de João Ribeiro de Mesquita Pimentel	nobre			
Jerónimo Joaquim de Araújo	1843.01.15	substituição de Luís António Pereira de Castro, por ausência	nobre			
Luís António de Carvalho Vieira	1843.01.15	substituição de António Alves Martins	oficial			
Bártolo José Fernandes	1843.01.15	substituição de falecido João Pereira da Silva	oficial			
José Rodrigues de Carvalho	1843.02.24	substituição do falecido Barão de Paulos	nobre			
Manuel Teixeira Cabral	1843.02.24	substituição de Joaquim António Botelho da Mesquita, por ausência	nobre			
António Joaquim Borges da Costa Júnior	1843.02.24	substituição de Martiniano Tomas Sardinha, por ausência	nobre			
José António Ribeiro Machado	1843.02.24	substituição de António Marinho de Queirós, por ausência	nobre			
José Correia Mourão	1843.03.15	substituição do pai Francisco Mourão	oficial	serralheiro		
Domingos dos Santos	1843.03.15	substituição de Francisco António Teixeira	nobre	padre		solteiro
António Correia Botelho Mourão	1843.03.20	substituição do irmão Francisco José do Rego, por ausência	nobre			
José Maria Pereira	1843.03.20	substituição do falecido Joaquim José de Freitas	oficial		Vila Real	
António Joaquim dos Santos	1843.03.20	substituição do falecido Joaquim Alves da Fraga	oficial			
António José Vieira de Matos	1843.03.30	substituição de Francisco Alves da Nóbrega, por ausência	oficial			
José Maria de Sousa Coutinho	1843.03.30	substituição de António Correia Gata, por ausência	oficial		Vila Real	
José Maria Neto de Carvalho	1843.03.30	substituição de José Rodrigues de Carvalho	oficial			
João de Almeida Morais Pessanha	1843.04.12	substituição do falecido José Maria de Barros	nobre			
Francisco Cabral de Andrade	1843.04.12	substituição de António Teixeira Pinto Machado de Azevedo, por ausência	nobre			
Francisco Lourenço de Matos (licenciado)	1843.04.12	substituição de Alexandre Botelho de Sampaio, por ausência	nobre			
João Correia de Mesquita	1843.04.12	substituição de José Maria de Figueiredo Castelo Branco, por ausência	nobre			
Miguel Augusto de Sousa Vilela	1843.04.12	substituição de Francisco António Correia de Azevedo, por ausência	nobre			
António de Almeida Morais Pessanha	1843.04.12	substituição de Luís Ferreira da Silva Couto, por ausência	nobre			
José Moreira de Barros	1843.04.12	substituição do falecido Luís Dias	oficial			
Marcos José Teixeira	1843.09.03	substituição de D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde Malafaia, por ausência	nobre		Vila Real	
António Teixeira Cabral	1843.09.03	substituição do padre Manuel de Carvalho Abadia	nobre		Borbela	
António Pereira Pimentel da Mota Castelo Branco	1844.02.04		nobre	juiz de direito da comarca de Vila Real		
Joaquim António Pinto Severo	1844.02.20		nobre	governador militar de Vila Real		
Custódio José Teixeira	1844.02.25	substituição do falecido António José Borges	oficial			
José Cardoso da Silva	1844.03.03	substituição do falecido António Caetano Relvas	oficial			
Manuel Luís	1844.03.10	substituição do falecido Manuel Ferreira Grilo	oficial			
José Alves Coutinho	1844.03.10	substituição do falecido Francisco José Pereira de Azevedo	oficial			
Manuel Vieira da Silva	1844.03.25	substituição do falecido José Teixeira da Cunha	oficial			
Diogo António da Mesquita	1844.03.29	lugar do falecido José Joaquim Correia Botelho	oficial			
Pedro Leopoldo Duarte e Bragança de Almeida	1844.05.08	substituição do falecido doutor Luís António de Magalhães	nobre			
Custódio José Inácio	1844.05.26	substituição de António Alves Rodrigues Vilar, por doença	oficial			

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Henrique Manuel Ferreira Botelho	1844.07.01		nobre	delegado do procurador Régio		
João António Alves de Carvalho e Silva	1845.02.05		nobre	juiz de direito da comarca de Vila Real		
João António de Oliveira Viamonte	1845.02.05	irmão ausente o Bacharel António Correia Botelho Teixeira	nobre	membro da Câmara Municipal de Vila Real		
António Gerardo Monteiro	1845.02.05	lugar do falecido Francisco Manuel de Gouveia Pinto	nobre			
José de Barros Freire	1845.02.05	substituição do falecido Toribio José da Silva	oficial			
Francisco António da Cunha	1845.02.05	substituição de Francisco Alves da Nóbrega, por ausência	oficial			
Manuel Maria Correia Brandão	1845.02.05	substituição do pai José Gomes Correia	nobre			
Vitorino de Matos	1845.02.05	substituição de Ricardo Alves Torgo, por ausência	oficial			
Agapito Bernardo	1845.02.05	substituição de Francisco Baptista Pereira Romão, por ausência	oficial			
Joaquim Maria da Silva Barbosa	1845.06.29	substituição do falecido, o doutor Joaquim Ferreira Real	nobre			
Marcos José Teixeira	1845.06.29	substituição do nobre ausente João da Silveira de Lacerda	nobre		Vila Real	
José Bernardino de Azevedo	1845.06.29	substituição de Tadeu Luís de Queirós, por ausência	nobre	padre		solteiro
António Cardoso de Figueiredo	1845.06.29	substituição do nobre falecido Barão do Mogadouro, João António Ferreira de Moura	nobre	padre		solteiro
Luís Baptista Pinto Lobato	1846.02.15	substituição do seu pai António José Baptista	mester			
António Lobo Pereira Caldas de Barros	1846.02.16	administrador do Concelho de Vila Real	nobre			
António Vieira de Carvalho	1846.02.21	substituição do falecido José Rodrigues Botelho	oficial		Vila Real	
Manuel Joaquim Borges da Costa	1846.03.05	substituição do seu sogro José António Teixeira de Melo e Nisa	nobre			
José António Teixeira	1846.03.05	substituição do falecido José Rodrigues Botelho	oficial		Vila Real	
José Maria de Carvalho	1846.03.05	substituição do falecido José Correia Botelho	oficial		Vila Real	
Sebastião da Nóbrega Pinto Pizarro (doutor)	1846.03.15	substituição do falecido pai Sebastião Maria da Nóbrega	nobre			
João Pedro de Almeida Pessanha	1846.03.22		nobre	governador civil do Distrito de Vila Real		
Manuel de Castro Pereira	1846.09.06		nobre	governador civil do Distrito de Vila Real		
Manuel Gonçalves da Costa Pinto	1847.03.29		nobre	juiz de direito desta comarca		
José António Teixeira da Costa Guimarães	1847.05.16	"faz parte da actual Comissão Administrativa"	nobre		Vila Real	
João Pinto da Cunha	1847.05.16	"faz parte da actual Comissão Administrativa"	nobre			
Tomás Maria de Paiva Barreto	1847.05.16	"na conformidade da provisão do Desembargo do Paço, que assim o ordena"	nobre	governador civil		
António Teixeira da Costa (doutor)	1847.05.25	substituição do falecido irmão Jerónimo do Amaral	nobre		Vila Real	
Sebastião José de Sousa	1847.05.30	substituição do falecido irmão José Maria da Silva Barbosa	nobre			
António José Claro da Fonseca	1847.06.30	substituição do falecido irmão António Rodrigues Vilar	oficial			
Manuel Vicente	1847.07.25	substituição do falecido irmão Francisco da Mota	oficial		Vila Real	
António Felisberto da Silva Cunha Leite Pereira	1848.03.08		nobre	governador do Distrito de Vila Real		
Manuel José Teixeira de Abreu	1848.03.08		nobre	administrador do Concelho de Vila Real		
Roque Fernandes de Matos	1848.03.25	substituição do falecido irmão Manuel Pires Nogueira	oficial		Vila Real	
Cristóvão de Matos Teixeira Pinto	1848.03.25	substituição do doutor Domingos José de Sousa Magalhães, por ausência	nobre			
Domingos Ferreira	1848.04.26	substituição do falecido José Alves Correia	oficial		Vila Real	
António Lopes do Nascimento	1848.06.04	substituição de Manuel dos Santos e Sousa, por ausência	nobre		Andrães	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Francisco Ferreira da Costa Agares	1848.06.04	substituição de João da Silveira Pinto de Lacerda, por ausência	nobre			
Luís António Ferreira de Matos	1848.06.28	substituição do seu falecido pai, o bacharel José Vitorino de Matos	nobre			
António José Ferreira de Carvalho	1848.06.28		nobre	delegado do procurador Régio de Vila Real		
Francisco Pereira Cabral	1848.07.01	substituição de Manuel Teixeira Cabral, por ausência	nobre		Vila Real	
José Teixeira dos Santos	1848.07.01	substituição do falecido Francisco José de Oliveira	nobre		Vila Real	
Luís Cândido Teixeira de Moura (doutor)	1849.01.27	substituição de Manuel dos Santos e Sousa, por ausência	nobre		Vila Real	
Luís António Pereira de Castro	1849.01.27	substituição de Rodrigo de Freitas dos Guimarães, por ausência	nobre		Vila Real	
António Tibúrcio Pinto Carneiro (doutor)	1849.02.17	substituição do doutor Cândido Albino de Freitas Lobo, por ausência	nobre		Vila Real	
José António da Costa Guimarães	1849.02.28	substituição do falecido Luís de Ataíde	nobre		Vila Real	
António José de Sousa da Silva Braga	1849.03.11	substituição do falecido Jerónimo Correia (Carneiro?) do Amaral	nobre			
Diogo Lima	1849.03.17	substituição de Cristóvão de Miranda de Sousa da Nóbrega, degredado	oficial			
João António Baptista de Sousa (doutor)	1849.11.10	substituição do falecido António Silvério Vieira de Sousa Pinto	nobre			
Luís de Bessa Correia (doutor)	1849.11.10	substituição de José Ferreira de Carvalho, por ausência	nobre			
António José Teixeira Guimarães Júnior	1849.11.10	substituição de Diogo António da Mesquita, preso por crime de morte	oficial			
Bento da Trindade e Barros	1850.01.07		nobre	padre		solteiro
João Pinto da Cunha	1850.01.07	"havia sido riscado de irmão pelos motivos exarados na acta de 29 de Junho de 1847"; "visto ser bom cristão e ter devoção de fazer serviço a Nossa Senhora e a Irmandade, foi chamado para ratificar o juramento que havia prestado"	nobre			
Sebastião da Nóbrega Pinto Pizarro (doutor)	1850.01.31	substituição do seu falecido pai Sebastião Maria da Nóbrega	nobre		Vila Real	
João Anastácio de Meireles Marques	1850.01.31		nobre	proprietário		
João Ribeiro Nogueira Ferrão	1850.01.31	substituição do seu falecido tio o reverendo José Zeferino Teixeira Rubião	nobre			
José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto	1850.01.31	substituição de António Teixeira Pinto Machado, por ausência	nobre			
João Teixeira	1850.01.31		oficial			
Joaquim Alves Rodrigues Correia	1850.01.31	substituição do pai António Correia, por impossibilidade	oficial			
Inácio Ferreira da Cruz	1851.03.13		oficial		Vila Real	
José António Penafiel	1851.03.13		oficial			
António Joaquim Borges da Costa	1851.05.31		nobre			
José António Madeira	1851.07.20		oficial		Vila Real	viúvo
Francisco António Alves de Carvalho	1851.09.22		oficial	serralheiro	Vila Real	
José Bernardo da Rocha	1851.10.22		oficial		Vila Real	
Máximo Alves de Matos	1852.02.03		oficial	mestre serralheiro	Vila Real	
Bernardino Lopes Teles	1852.03.08		oficial		Vila Real	
Domingos Ferreira de Matos	1852.03.08		oficial		Vila Real	
António Fernandes de Carvalho	1852.04.05		oficial			
Manuel Pinto Machado	1852.05.16		oficial		Vila Real	
Joaquim Fernandes	1852.05.20		oficial		Vila Real	
Vitorino Teixeira Cardoso	1852.11.28		oficial		Vila Real	
Luís Pereira	1852.11.28		oficial		Vila Real	
Joaquim Teixeira de Carvalho	1852.11.28		oficial		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
João Marinho Pereira	1853.02.21		oficial		Vila Real	
Joaquim Lourenço Botelho Correia	1853.02.21		oficial		Vila Real	
Francisco Correia Mourão	1853.03.05		oficial		Vila Real	solteiro
João Pinto de Carvalho	1853.04.20		oficial		Vila Real	
Francisco Fernandes Tao (sic)	1854.01.15		oficial		Vila Real	
Tomás Vieira	1854.03.20		oficial		Vila Real	solteiro
António José Correia	1854.03.22		oficial		Vila Real	casado
Tibúrcio Alves Carneiro	1854.03.22		oficial		Vila Real	casado
Joaquim Lourenço Botelho Correia	1854.11.18		oficial		Vila Real	
Francisco Baptista Pinto de Azevedo	1855.06.10	substituição do falecido irmão António Caetano Relvas	oficial		Vila Real	
Manuel Correia Pinto	1855.06.10	substituição do falecido Frutuoso José dos Reis	oficial		Vila Real	
Damião Gonçalves Aranha	1855.06.10	substituição do falecido António Martins	oficial		Vila Real	
Manuel Gomes Carneiro	1855.06.10	substituição do falecido José Machado	oficial		Vila Real	
António de Carvalho Alvia	1855.06.10	substituição do falecido João Alves Ribeiro	oficial		Vila Real	
Francisco Lourenço de Azevedo	1855.06.10	substituição do falecido Basílio Pereira de Azevedo	oficial		Vila Real	
José Bernardo da Costa	1855.06.10	substituição do falecido António José Ferreira Júlio	oficial		Vila Real	
João António Taveira	1855.08.29	substituição do falecido António Correia Gata	oficial		Vila Real	
Manuel Joaquim Pereira Bispo	1855.11.04	substituição do falecido José Correia de Almeida	oficial		Vila Real	
João Baptista Pereira	1855.12.09	substituição do falecido Domingos José Alves Pereira	oficial		Vila Real	
Sebastião Botelho Machado de Sousa Queirós	1855.12.09	substituição do seu avô, o doutor José Ferreira de Sousa	nobre		Vila Real	
Guilhermino Augusto de Barros	1855.12.09	substituição do falecido Gaspar Teixeira	nobre	secretário geral do Distrito de Vila Real		
Aristides Ribeiro Abranches Castelo Branco (comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa)	1855.12.09		nobre	juiz de direito da comarca de Vila Real		
Visconde de Lemos (do Conselho de Sua Majestade, comendador das Ordens de Nossa Senhora da Conceição, São Bento de Avis, e Carlos III Espanha, e Marechal de Campo)	1855.12.09		nobre	governador civil do Distrito de Vila Real		
António Teixeira dos Santos	1856.02.17	substituição do falecido Luís Bernardo	oficial		Vila Real	viúvo
Francisco Alves Felizardo	1856.02.17	substituição do falecido Feliciano da Mota	oficial		Vila Real	solteiro
João Rodrigues Correia	1856.02.17	substituição do falecido António Teixeira de Queirós	oficial		Vila Real	
Manuel Gonçalves da Silva	1856.02.21	substituição do falecido António José de Araújo	oficial		Vila Real	
Manuel José Moreira de Matos da Silva	1856.02.21	substituição do falecido Francisco Pinto da Silveira, 1.º conde de Amarante	nobre	padre	Vila Real	solteiro
Manuel Joaquim Duarte Monteiro	1856.02.21		nobre	delegado do Tesouro Público, no Distrito de Vila Real		
Luís José Gomes	1856.05.04	substituição do falecido pai Francisco José	oficial		Vila Real	
Francisco Vitorino Vaz de Carvalho	1856.05.04	substituição do falecido doutor José António Dias de Sampaio	nobre			casado
António Teixeira de Queirós	1856.05.04	substituição do falecido Francisco Correia do Amaral	nobre		Vila Real	casado
Francisco José Claro	1856.05.04	substituição do falecido José de Assis Portugal Taveira de Sousa Guedes Pinto	nobre		Vila Real	casado
Miguel Correia de Almeida	1857.02.09		oficial		Vila Real	solteiro
Vitorino da Mota	1857.02.09		oficial		Vila Real	casado
Joaquim Bernardo da Rocha	1857.03.26		oficial		Vila Real	casado
Francisco de Bessa Monteiro	1857.06.08		oficial		Vila Real	solteiro
Francisco de Matos Júnior	1858.03.06	substituição do falecido Domingos de Matos	oficial		Vila Real	casado
Manuel Constantino Borges	1858.03.06	substituição do falecido João Marinho Pereira	oficial		Vila Real	solteiro

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Francisco Júlio Alvão	1858.03.06	substituição do falecido Bártolo José Fernandes	oficial		Vila Real	solteiro
Estanislau da Mota	1858.03.06	substituição do falecido António Correia Marinho	oficial		Vila Real	casado
António Pereira Ribeiro	1858.03.06	substituição do falecido Joaquim Bernardo	oficial		Vila Real	solteiro
José Cândido da Costa Rebelo	1858.03.06	substituição do falecido o Bacharel José da Costa Rebelo	nobre	padre		solteiro
Francisco Xavier Correia de Azevedo	1858.03.06	substituição do seu falecido pai Francisco Xavier Correia de Azevedo	nobre		Paradelinha	
José Joaquim Lopes Teixeira	1858.07.08	substituição do falecido João Pinto da Cunha	nobre	abade de Vila Marim		
António Guedes de Carvalho e Vasconcelos	1859.02.20		nobre	médico de partido da Câmara de Vila Real		
José Maria Brandão	1859.03.16	substituição do falecido Manuel Pinto Machado	oficial		Vila Real	casado
José Pires da Costa	1859.07.30	substituição do falecido Francisco José da Silva Gomes	nobre	padre		solteiro
Luis da Assunção	1859.07.30	substituição do seu falecido pai Francisco Pereira da Assunção	oficial		Vila Real	casado
António do Patrocínio da Silva Couto	1860.01.22	substituição do falecido José António Madeira	oficial			
António de Melo da Gama	1860.01.22	substituição do falecido doutor Sebastião José de Carvalho Moutinho	nobre		Vila Real	
António José dos Santos Figueiredo	1860.01.22	substituição do falecido Luís António Pereira de Castro	nobre	padre	Abaças	solteiro
João Pereira de Figueiredo	1860.03.04	substituição do falecido João António Taveira	oficial		Vila Real	
Miguel Alves Martins	1860.03.04	substituição do seu falecido pai António Alves Martins			Vila Real	casado
António Toríbio da Silva	1860.03.05	substituição do seu falecido pai, Toríbio José da Silva			Vila Real	solteiro
Francisco José Vanini de Castro (Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa)	1860.03.20		nobre	juiz de direito da comarca de Vila Real		
Valentim de Faria Mascarenhas Los	1860.03.20		nobre	delegado do procurador Régio na comarca de Vila Real		
Francisco Nunes Quedinho	1860.07.31	substituição do falecido José Maria de Carvalho			Vila Real	casado
José de Oliveira	1860.07.31	substituição do falecido Hapito Bernardo			Vila Real	casado
Sebastião José Claro da Fonseca	1860.10.21	substituição do falecido António José Nunes da Cruz			Vila Real	casado
Manuel Simão Lopes	1861.01.06	substituição do falecido Feliciano da Mota	oficial		Vila Real	
José Rodrigues de Freitas	1861.01.06	substituição do falecido Manuel da Costa	oficial		Vila Real	casado
João José de Lencastre Bastos Bahar (Conde da Lousã, Par do Reino, do Conselho de Sua Majestade, Comendador das Ordens de Nossa Senhora da Conceição, de Cristo, e de Carlos III de Espanha, oficial Mor da Casa Real)	1861.02.20		nobre	governador civil do Distrito de Vila Real		
António Júlio da Mesquita Guimaraães	1861.02.20	substituição do falecido Luís de Ataíde Pimentel	nobre		Vila Real	
Quintino Maria Pereira da Silva	1861.02.20	substituição do falecido reverendo padre Manuel Alves de Carvalho Alvadia	nobre	padre	Vila Real	solteiro
António Mendes	1861.02.20	substituição do falecido António José de Araújo	oficial		Vila Real	casado
José Maria Baptista de Sousa	1861.02.20	substituição do falecido António Silvério Vieira de Sousa Pinto	nobre		Vila Real	casado
Francisco Gomes Franco	1861.02.27		oficial		Vila Real	casado
Luis António Rebelo	1861.02.27		oficial		Vila Real	solteiro
António Ferreira Botelho	1861.02.27		oficial		Vila Real	casado
João Tiago do Nascimento	1861.02.27		oficial		Vila Real	casado
António da Veiga	1861.02.27	filho de Domingos da Veiga	oficial		Vila Real	solteiro
Miguel José Claro	1861.02.27		oficial		Vila Real	casado
Narciso Alves Ribeiro Machado	1861.02.27				Vila Real	casado
Manuel Evangelista da Nóbrega	1861.02.27		oficial		Vila Real	casado
Artur Jorge Teixeira	1861.02.27		nobre	bacharel	Vila Real	casado
Joaquim Duarte Teles Jordão Monteiro	1861.03.26		nobre		Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António Pinto Mourão	1861.03.26		nobre	capitão de Infantaria n.º 13		
Francisco Dias	1861.03.26		oficial		Vila Real	casado
António Caetano Pinto	1861.03.26		oficial		Vila Real	casado
António da Silva	1861.03.26		oficial		Vila Real	casado
António Augusto Pinto Machado	1861.05.09		nobre	bacharel	Vila Real	
Agostinho da Rocha e Castro	1861.05.09		nobre	doutor	Vila Real	
António Correia de Almeida Lucena	1861.05.09		nobre	doutor	Vila Real	
Leonardo Manuel de Sousa Magalhães	1861.05.09		nobre	doutor	Vila Real	
José de Gouveia	1861.05.09		oficial	negociante	Vila Real	
Sebastião Cândido Lobato	1861.06.28		nobre	empregado do Governo Civil de Vila Real	Vila Real	solteiro
Diogo Pinto da Mesquita	1861.06.28		nobre		Vila Real	
António de Carvalho	1861.06.28		nobre	padre	Vila Real	solteiro
João António Baptista	1861.06.28		nobre		Vila Real	
Luís Teixeira Bacelar	1861.06.28		nobre		Vila Real	
António Alves Ferreira	1861.06.28		nobre	padre	Borbela	solteiro
José Sanches Barreto Figueiredo Perdigão	1861.06.28		nobre		Vila Real	
António Pinto de Azevedo e Sousa	1861.06.28		nobre		Vila Real	
Tomás António Rodrigues Martins	1861.06.28		nobre		Vila Real	
Francisco Pereira Rebelo	1861.06.28		nobre		Guiães	
José Rodrigues Gaspar	1861.06.28		nobre		Vila Real	
Bernardo Monteiro Cabral	1861.06.28		nobre		Parada de Cunhos	
Francisco Manuel Ferreira Botelho	1861.06.28		nobre	padre	Constantim	solteiro
José Manuel Alves Roçadas	1861.06.28		nobre	padre	Ermida	solteiro
João Nepomuceno de Brito	1861.06.28		mester		Vila Real	
João Bernardo da Rocha	1861.06.28		mester		Vila Real	
Joaquim José Gomes de Carvalho	1861.06.28		mester		Vila Real	
José Luciano Pinto da Nóbrega	1861.06.28		mester		Vila Real	casado
João Gomes de Barros	1861.06.28		mester		Vila Real	solteiro
Francisco Luís Dinis	1861.06.28		mester		Vila Real	
José Maria Pereira da Rocha	1861.06.28		mester		Vila Real	
José Alves Moreira	1861.06.28		mester		Borbela	
Luís Maria Ferreira	1861.06.28		mester		Vila Real	solteiro
Fernando Pinto Pizarro	1861.06.28	substituição do seu pai Francisco Pinto de Almeida Carvalhais de Vilar de Maçada	nobre			
Domingos Vieira	1861.06.28		nobre		Vila Real	
Joaquim Vieira	1861.06.28		nobre		Vila Real	
Domingos Feliciano Teixeira de Azevedo	1861.06.28		nobre		Vila Real	
António Maurício Pereira Cabral	1861.06.28		nobre	governador civil		
Manuel Jesus Alves Nóbrega	1861.06.28		mester		Vila Real	
Maurício Pereira Cabral	1862.03.06		nobre	governador civil do distrito de Vila Real		
António Pereira Ferraz	1862.03.06		nobre	juiz de direito da comarca de Vila Real		
Manuel António de Carvalho	1862.03.06	substituição do dr. António Gonçalves Lage	nobre		Vila Real	
Francisco Nunes Quedinho	1862.03.06	substituição do falecido José Maria de Carvalho			Vila Real	casado
Narciso Alves Ribeiro Machado	1862.03.06	substituição do falecido Manuel da Costa			Vila Real	casado
Miguel José Claro	1862.03.06	substituição do falecido José da Costa			Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António Mendes	1862.05.22	substituição do falecido António José de Araújo			Vila Real	casado
Manuel Simão Lopes Teixeira	1862.05.22	substituição do falecido Feliciano da Mota	oficial		Vila Real	casado
João Tiago do Nascimento	1862.05.22	substituição do falecido Hapito Bernardo	oficial		Vila Real	casado
Manuel Inácio Pinto Saraiva	1862.05.22	substituição do falecido António Silvério Vieira de Sousa Pinto	nobre		Vila Real	solteiro
Manuel Pinto de Azevedo	1862.05.22	substituição do falecido Luís de Ataíde Pimentel	nobre	padre	Vila Real	solteiro
Sebastião José Claro	1862.05.22	substituição do falecido António José Nunes da Cruz			Vila Real	casado
Francisco Gomes de Azevedo	1862.05.22	substituição do falecido António José da Silva Braga	nobre		Vila Real	casado
José Bento de Sequeira Junior	1862.05.22	substituição do falecido Francisco Pereira Cabral	nobre		Vila Real	
José de Oliveira	1862.09.07	substituição do falecido Domingos Ferreira	oficial		Vila Real	casado
Gaspar Rodrigues Baptista	1862.09.07	substituição de Cristóvão de Miranda da Nóbrega, por ausência	oficial		Vila Real	casado
Manuel Teixeira de Matos	1862.10.22	substituição do falecido António Alves Rodrigues Vilar	oficial		Vila Real	solteiro
Manuel Rodrigues	1862.10.22	substituição do falecido Joaquim Bernardo	oficial		Vila Real	casado
António Júlio da Mesquita Guimarães	1862.12.07	substituição do falecido Luís de Ataíde Pimentel	nobre		Vila Real	
José Ferreira dos Santos	1862.12.07	substituição do falecido Cristóvão de Matos Teixeira Pinto	nobre	padre	Vila Real	solteiro
António da Veiga	1862.12.07	substituição do falecido António Alves Martins Bonito	oficial		Vila Real	casado
Domingos Rodrigues	1862.12.07	substituição do falecido José Joaquim Machado de Aguiar	oficial		Vila Real	casado
Luís de Matos e Sousa	1863.01.23	substituição do falecido António Pereira Pimentel, juiz de direito de Vila Real	nobre?		Vila Real	casado
José Xavier Teixeira Barros	1865.07.14				Vila Real	casado
José Aires Lopes Júnior	1865.07.14		nobre	médico	Vila Real	solteiro
César Augusto Quaresma	1865.07.14		nobre	vigário geral da comarca de Vila Real	Vila Real	
Domingos dos Santos	1865.07.14		nobre	presbítero	Vila Real	solteiro
Joaquim Augusto de Barros	1865.07.14		nobre	pároco da freguesia de Torgueda		solteiro
Augusto Guilherme de Sousa (doutor)	1865.07.14		nobre		Vila Real	
José Maria Pires da Silva	1865.07.14			negociante	Vila Real	solteiro
António Augusto Pinto Machado	1865.12.10				Vila Real	solteiro
António Correia de Almeida Lucena	1865.12.10				Vila Real	casado
António Vitorino da Mota	1865.12.10				Vila Real	casado
Agostinho da Rocha e Castro	1865.12.10				Vila Real	casado
João Baptista Pinto Machado	1865.12.10			padre	Vila Real	solteiro
António Roberto Pinto Mourão	1865.12.10			tenente coronel reformado	Vila Real	casado
António Ferreira Botelho (comendador)	1866.05.10				Vila Real	casado
José Alves de Sousa	1866.05.10				Vila Real	casado
Domingos José Bento da Costa	1866.05.10				Vila Real	casado
Manuel de Carvalho	1866.05.10				Vila Real	viúvo
Joaquim António de Araújo Guimarães	1866.05.20				Vila Real	casado
António Teixeira de Sousa	1867.06.28				Vila Real	casado
João Teixeira de Sousa	1867.06.28				Vila Real	casado
Francisco José Rodrigues	1867.06.28				Vila Real	casado
Tomás António Rodrigues Martins	1867.06.28				Vila Real	casado
Daniel de Carvalho	1867.06.28				Vila Real	casado
Francisco José de Azevedo	1867.06.28				Vila Real	casado
Domingos Vieira	1867.06.28				Vila Real	solteiro
Baltasar de Morais	1867.06.28				Vila Real	solteiro

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Alves dos Santos	1867.06.28				Vila Real	casado
António Luís Leite	1867.06.28				Vila Real	viúvo
Francisco Maria Gaspar Martins	1867.06.28			juiz de direito da comarca de Vila Real		
Miguel Augusto de Carvalho	1868.08.26			comerciante	Vila Real	casado
Henrique de Bessa Correia	1868.08.26			proprietário	Vila Real	solteiro
Francisco de Bessa Correia	1868.08.26			proprietário	Vila Real	solteiro
Francisco Ferreira de Carvalho	1868.08.26				Vila Real	solteiro
António Lopes Mateus	1868.08.26			barbeiro	Vila Real	casado
João Pinto de Magalhães Peixoto	1868.08.26			oficial do exército reformado	Vila Real	solteiro
António Teixeira Plácido	1868.08.26			proprietário	Vila Real	casado
José de Matos Custódio	1868.08.26			padre, professor de liceu	Vila Real	solteiro
António Teixeira Pimenta	1868.08.26			padre	Vila Real	solteiro
Felizardo José de Sousa	1868.08.26			negociante	Vila Real	casado
Joaquim José Gomes de Carvalho	1868.08.26			proprietário	Vila Real	casado
António Correia Mourão	1868.08.26				Vila Real	solteiro
António Claro da Fonseca	1871.07.15			secretário geral do Governo Civil	Vila Real	solteiro
José Joaquim Rebelo da Silva	1871.07.15			conservador	Vila Real	casado
Manuel Aníbal Guimarães	1871.07.15			escrivão da fazenda; de Santa Marta de Penaguião		casado
João Gomes de Barros	1871.07.15			escrivão suplente do cartório da fazenda	Vila Real	casado
Afonso Baptista de Sousa	1871.07.15			boticário	Vila Real	casado
Manuel de Azevedo	1871.07.15			pároco da freguesia de São Dionísio	Vila Real	
António Teixeira Nabiça	1871.07.15			carpinteiro	Vila Real	casado
Marcelino Teixeira	1871.07.15			oficial de diligências	Vila Real	casado
José de Almeida Mendonça	1871.07.15			proprietário e comerciante	Vila Real	casado
Manuel da Silva Vasconcelos	1871.08.27			padre	Vila Real	solteiro
Francisco José da Silva Gomes	1871.08.27			empregado na fiscalização dos tabacos	Vila Real	solteiro
Luís Gonçalves do Paço	1871.08.27			negociante	Vila Real	casado
Manuel Afonso da Silva	1871.08.27			relojeiro	Vila Real	casado
António de Sá	1871.08.27			estalajadeiro	Vila Real	viúvo
António José Barbosa Resende	1871.08.27			proprietário	Vila Real	casado
Camilo Ribeiro	1871.08.27			proprietário	Vila Real	casado
António Manuel Gomes	1871.08.27			professor do ensino primário particular	Vila Real	casado
Manuel Gomes Ferreira	1871.08.27			sapateiro	Vila Real	casado
José Augusto de Figueiredo	1871.08.27			escrivão da câmara eclesiástica desta comarca	Vila Real	casado
Custódio Vieira da Silva	1871.08.27			mestre soqueiro	Vila Real	casado
Manuel Alves Vieira	1871.08.27			negociante	Vila Real	solteiro
José Vieira da Silva	1871.11.19			negociante	Vila Real	casado
António Correia de Brito Teles	1873.06.01			padre		solteiro
Albano Eduardo da Costa Lobo	1873.06.01			negociante	Vila Real	solteiro
José Maria Ribeiro	1873.06.01			soqueiro e negociante		

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel Vieira da Silva	1873.06.01				Vila Real	
Joaquim Eugénio Rodrigues	1873.06.01				Vila Real	
Bento José de Mourão	1873.06.01				Vila Real	
Pantaleão Pinto de Carvalho Osório	1873.09.28				Vila Real	casado
Luís António da Nóbrega Pinto Pizarro	1874.10.18				Vila Real	solteiro
João Maria dos Reis	1874.10.18				Vila Real	casado
Joaquim de Almeida e Silva	1874.10.18				Vila Real	casado
José Luciano Pinto da Nóbrega	1874.10.18				Vila Real	casado
Francisco Figueira Mourão Machado	1874.10.18				Lordelo	casado
António dos Santos Magalhães	1874.10.18				Vila Real	solteiro
Manuel da Mota	1874.10.18				Vila Real	casado
Gabriel da Mesquita Queirós	1874.10.18				Vila Real	solteiro
Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro Júnior	1874.10.18				Vila Real	solteiro
António Alves Pereira	1875.01.10			negociante	Vila Real	casado
António José Pereira de Magalhães	1875.01.10			proprietário	Vila Real	casado
Manuel Pereira Cardoso	1875.01.10			proprietário	Vila Real	casado
Sebastião Pires da Costa	1875.01.10			proprietário	Vila Real	solteiro
Manuel da Fonte Machado	1875.01.10				Vila Real	casado
José Ribeiro Augusto de Carvalho	1875.01.10				Vila Real	solteiro
Manuel António	1875.01.10				Vila Real	solteiro
Domingos da Mota Nogueira	1875.01.10				Vila Real	
Dionísio António Teixeira	1875.01.10				Vila Real	
Luís Pinto	1875.01.10				Vila Real	casado
João Lopes Fernandes	1875.01.10				Vila Real	casado
Lucínio Pereira da Silva	1875.04.07			negociante	Vila Real	casado
António Júlio da Silva	1875.04.07			droguista	Vila Real	casado
Francisco Correia de Araújo	1875.04.07			oficial de diligências	Vila Real	casado
Francisco Alves Cardeal	1875.04.07			mestre carpinteiro	Vila Real	casado
Francisco de Oliveira Campos	1875.04.07			vendedor	Vila Real	viúvo
José Rebelo Cardoso de Meneses	1875.04.07				Vila Real	solteiro
João Pinto Ferreira Júnior	1875.04.07				Vila Real	casado
Vitorino Vieira da Silva	1875.04.07				Vila Real	casado
Domingos da Cunha Santos	1875.04.07				Vila Real	casado
Bernardino Pinto Machado	1875.08.28				Vila Real	solteiro
Luís Pinto Machado Júnior	1875.08.28				Vila Real	casado
Francisco Ribeiro de Carvalho	1875.08.28				Vila Real	casado
João Baptista Guerra	1875.10.10				Vila Real	solteiro
António Coelho de Freitas	1875.10.10				Abambres	solteiro
Luís Augusto Teixeira Lobato	1875.12.05				Vila Real	
José Cláudio Gonçalves	1876.01.06			negociante	Vila Real	casado
José Manuel Rodrigues dos Santos	1876.10.26				Andrães	casado
José Maria Gonçalves Pavão	1877.02.25				Vila Real	solteiro
Custódio José Alves de Matos	1877.02.25			escrivão do juiz de direito de Vila Real	Vila Real	
Francisco Alberto Pereira Cabral	1877.02.25			negociante		casado
António Maria Correia Pinto	1877.02.25			empregado da alfândega em Vila Real		casado
Francisco Ferreira Botelho	1877.02.25				Parada de Cunhos	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
João Ribeiro de Sousa	1877.02.25			proprietário	Parada de Cunhos	casado
Manuel da Costa Lobo	1877.07.05					solteiro
José Alves Torgo	1877.07.05				Vila Real	solteiro
Domingos Vieira Ribeiro	1877.07.05				Vila Real	solteiro
Firmino Augusto Martins	1877.09.09				Vila Real	viúvo
António Vieira	1877.11.26			padre	Agarez	solteiro
Bernardino Rebelo Pereira da Silva	1879.09.14					casado
José Maria Correia	1879.09.14				Vila Real	casado
José Narciso Guedes Lagoa	1879.09.14				Vila Real	casado
João Maria Marques de Almeida	1879.09.14			proprietário	Vila Real	casado
Custódio Francisco Nogueira	1879.09.14				Vila Real	casado
João José de Oliveira	1879.09.14				Vila Real	casado
Manuel Teixeira de Aguiar	1879.09.14				Vila Real	casado
Samuel Augusto de Meireles	1879.09.14			alfaiate	Vila Real	casado
Joaquim Carneiro dos Santos	1879.09.14				Vila Real	casado
João Ferreira dos Santos	1879.09.14			proprietário e negociante	Vila Real	casado
José António Barrias	1879.09.14				Vila Real	casado
José Correia Pinto	1879.09.14				Vila Real	solteiro
António Alberto Teixeira Lobato (bacharel em Direito)	1879.09.14				Vila Real	
José Correia Lopes	1879.09.14				Vila Real	casado
José Teixeira de Carvalho	1879.10.29			padre		solteiro
José Pereira de Magalhães	1879.10.29				Vila Real	
António de Azevedo Castelo Branco (doutor)	1879.10.29				Vila Real	
António Roque da Silveira	1879.10.29				Vila Real	
Eduardo Augusto de Carvalho Viana	1879.10.29				Vila Real	
Domingos José Ferreira de Macedo	1879.10.29				Vila Real	
Luís Gomes da Silva	1879.10.29				Vila Real	
Manuel Gonçalves de Sousa Machado	1879.10.29				Vila Real	
José Augusto do Carmo	1879.10.29				Vila Real	
Bernardino Rebelo Cardoso de Meneses	1879.10.29				Vila Real	
David Borges	1881.08.03			solicitador de Vila Real	Vila Real	casado
Francisco José de Carvalho Figueiredo	1881.09.09			proprietário	Mondrões	casado
Manuel António Mendes Pereira	1881.09.09			negociante	Vila Real	viúvo
Joaquim Gonçalves Guerra	1881.09.09				Vila Real	casado
Domingos Eduardo de Oliveira	1881.09.09			solicitador de Vila Real	Vila Real	casado
José de Carvalho Araújo	1881.09.09			amanuense de Vila Real	Vila Real	casado
Francisco Alberto Pereira Cabral	1882.03.25			negociante	Vila Real	casado
António Maria Correia Pinto	1882.03.25			empregado de alfândega de Vila Real	Vila Real	viúvo
José Ribeiro de Sousa	1882.03.25			proprietário	Vila Real	casado
Francisco Ferreira Botelho	1882.03.25			proprietário	Parada de Cunhos	casado
Manuel Rodrigues Cordeiro	1882.03.25			padre	Constantim	solteiro
José António da Cunha Santos	1882.03.25			proprietário	Vila Real	casado
António Dias Borges	1882.03.25				Vila Real	
Joaquim Luís Antunes Teixeira	1882.03.25				Folhadela	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Guilherme José Claro	1882.03.25				Vila Real	solteiro
Paulino Borges Fernandes	1882.03.25			padre	Vila Real	solteiro
José Joaquim Moreira Vaz	1882.03.25			negociante		casado
Joaquim Pereira de Barros	1882.03.25				Vila Real	
João Pereira de Magalhães	1882.03.25				Vila Real	
Francisco Maria Freixo	1882.03.25				Vila Real	
Artur Gonçalves da Silva Samardã	1882.03.25				Vila Real	solteiro
Gil Pinto de Carvalho Osório	1882.03.25				Campeã	
António Alves Quinteira	1882.03.25				Vila Real	
Custódio José Alves de Matos	1882.11.02			escrivão proprietário de direito		casado
Domingos Vieira Ribeiro	1882.11.02				Vila Real	solteiro
Manuel da Costa Lobo	1882.11.02				Vila Real	casado
José Alves Torgo	1882.11.02				Vila Real	solteiro
Francisco de Sales Costa Lobo	1882.11.02				Vila Real	solteiro
Henrique Manuel Ferreira Botelho	1883.06.27			médico do Hospital de Vila Real	Vila Pouca de Aguiar	
Leonardo António Fernandes Garfeijo	1883.06.27			padre	Vila Real	solteiro
Joaquim José Inácio Teixeira (doutor)	1883.06.27			padre	Vila Real	solteiro
Luis Pereira de Barros	1883.06.27				Vila Real	
José Maria Pires	1883.06.27				Vila Real	
António Pereira de Magalhães	1883.06.27				Vila Real	
Sebastião Cândido Lobato	1884.01.13			empregado	Vila Real	viúvo
Custódio Correia Pereira	1884.01.13			negociante	Vila Real	viúvo
Manuel Rodrigues de Freitas	1884.01.13				Vila Real	solteiro
Sebastião Rodrigues de Freitas	1884.01.13			proprietário	Vila Real	casado
António Narciso Alves de Brito	1884.01.13			escrivão de direito	Vila Real	casado
Francisco Pereira de Carvalho	1885.02.09				Vila Real	solteiro
José Maria da Silva	1885.02.09				Vila Real	casado
Manuel Cardoso da Armada Sarmento	1885.02.09				Vila Real	solteiro
Manuel Alves Barria	1885.02.09				Vila Real	casado
Jerónimo Maria Rebelo	1885.02.09				Vila Real	casado
António José Inácio	1886.04.11				Vila Real	viúvo
José Maria de Moraes Sarmento	1886.04.11				Vila Real	casado
Jerónimo Luís Pimenta	1886.04.11				Vila Real	casado
Cristóvão Ferreira Monteiro	1886.04.11				Vila Real	casado
José António da Silva	1886.04.11				Vila Real	casado
José Augusto Ribeiro de Sampaio	1886.04.11				Vila Real	solteiro
António Teixeira de Sousa (cirurgião pela Escola do Porto)	1886.04.11			médico	Vila Real	casado
Bernardo Leite dos Santos	1886.04.11				Vila Real	casado
António Correia Lopes	1886.04.11				Vila Real	casado
António Alves Janeiro	1886.04.11			proprietário	Vila Real	casado
José de Barros Freire Júnior	1886.04.11				Vila Real	casado
Francisco Avelino Pereira da Rocha	1886.04.11			proprietário	Vila Real	casado
João Baptista da Costa	1886.04.11			proprietário	Vila Real	casado
José dos Santos Alves Carneiro	1886.04.11			farmacêutico	Vila Real	solteiro
Joaquim Vicente Taveira Sarmento	1886.04.11				Vila Real	casado
Manuel Correia Lopes	1886.04.11				Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Diogo Gomes Carneiro	1886.04.11			comerciante e proprietário	Vila Real	casado
António Rodrigues Romualdo	1886.04.11			proprietário	Vila Real	casado
António Claro	1886.09.23				Vila Real	solteiro
Guilhermino Vieira da Silva	1886.09.23				Vila Real	casado
António do Espírito Santo Barreira	1887.01.09				Vila Real	casado
Vitorino Gomes de Barros	1887.01.09				Vila Real	solteiro
José de Carvalho Araújo Júnior	1887.01.09				Vila Real	casado
Custódio José Fernandes	1887.01.09				Vila Real	casado
Lourenço Pinto	1887.01.09				Vila Real	casado
Luís Augusto da Silva Pereira	1887.01.09				Cumeeira	solteiro
Joaquim Esteves Fernandes Pereira	1887.01.09				Parada de Cunhos	viúvo
António José Inácio Aires	1887.01.09				Vila Real	casado
Narciso de Meireles Marques	1887.01.09				Vila Real	casado
Francisco Antunes de Mesquita	1887.01.09				Vila Real	casado
Albino Baptista de Sousa	1887.01.09				Vila Real	casado
António Alves Pires	1887.10.10				Vila Real	solteiro
Luís Alves Janeiro	1887.10.10			proprietário	Vila Real	casado
José Gonçalves Basto	1887.10.10				Vila Real	solteiro
Sebastião Alves de Carvalho	1887.10.10				Vila Real	casado
Manuel Romualdo Júnior	1887.10.10				Vila Real	casado
José Dias Pinheiro	1887.10.10			padre	Campeã	solteiro
João Carlos de Melo (doutor)	1887.11.16				Vila Real	casado
José Pinto	1887.11.16				Vila Real	casado
João da Veiga Tomé	1888.02.25				Vila Real	casado
António Gomes Ferreira	1888.02.25				Vila Real	casado
Francisco Leite dos Santos	1888.03.30				Vila Real	casado
Bernardino Pereira	1888.06.10			negociante	Vila Real	casado
João Maria Rebelo Pereira da Silva	1888.09.10				Vila Real	viúvo
António Rodrigues Dinis	1888.09.30			padre	Pena	solteiro
Henrique José Ribeiro	1888.09.30			proprietário e serralheiro	Vila Real	casado
Jerónimo Augusto Ribeiro	1888.09.30			empregado público	Vila Real	viúvo
José Luís Guedes	1888.09.30				Vila Real	casado
Manuel Leite dos Santos	1888.09.30			negociante	Vila Real	casado
Jerónimo Ferreira Monteiro	1889.03.15			oficial de Diligências	Vila Real	casado
José Augusto de Barros	1889.03.15			proprietário	Vila Real	casado
António Custódio da Silva	1889.03.15			proprietário	Vila Real	casado
Augusto Pereira de Miranda	1889.03.15			proprietário	Lordelo	casado
Estanislau Correia de Matos	1889.03.15			proprietário	Vila Real	casado
José Inácio Botelho	1889.03.15			proprietário	Vila Real	casado
José Marcelino de Barros	1889.03.15			guarda-fios	Vila Real	solteiro
António Correia Taboada	1889.03.15			barbeiro	Vila Real	casado
Manuel Pinto Ferraz	1889.06.27			funileiro	Vila Real	casado
António Júlio Pereira Cabral	1890.03.23			proprietário	Vila Real	casado
Matias da Costa Fernandes	1890.03.23			proprietário	Adoufe	solteiro
José Correia de Araújo	1890.03.23			proprietário	Vila Real	casado
José Alves Martins	1890.05.11			proprietário	Vila Real	casado
António da Assunção Monteiro	1890.05.11			dourador	Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel José Alves Roçadas	1890.05.11			proprietário	Vila Real	casado
João Rodrigues Gaspar	1891.01.01				Vila Real	solteiro
Albino Moreira de Carvalho (doutor)	1891.01.01				Vila Real	casado
Francisco Vieira Ribeiro	1891.01.01			proprietário	Vila Real	solteiro
José Augusto Fernandes Roberto	1891.01.01			carpinteiro	Vila Real	casado
José António Alves	1891.01.01			proprietário (capitalista)	Vila Real	solteiro
Francisco Leite	1891.01.01			negociante	Vila Real	casado
Manuel António de Carvalho	1891.01.01			proprietário	Vila Real	solteiro
Jerónimo Rodrigues de Freitas	1893.01.15			proprietário	Vila Real	solteiro
João Baptista Rodrigues da costa	1893.01.15			padre	Nogueira	solteiro
João Pinto Rebelo da Nóbrega	1893.01.15				Lordelo	
José Botelho de Carvalho	1893.01.15			ourives	Vila Real	solteiro
Maximiano Lopes dos Santos	1893.01.15			negociante	Vila Real	casado
José da Trindade	1893.01.15			proprietário	Vila Real	solteiro
Joaquim Leite	1893.01.15			reformado da Alfândega	Vila Real	casado
Sebastião Maria Ribeiro	1893.01.15			sapateiro	Vila Real	casado
João Macedo	1893.01.15			negociante	Vila Real	solteiro
Joaquim Bernardo Ferreira	1893.01.15				Vila Real	solteiro
João António Cardoso Baptista (doutor)	1895.04.15				Vila Real	solteiro
João Baptista Vaz de Carvalho	1895.04.15			funcionário do Banco Comercial Agrícola e Industrial	Vila Real	casado
Joaquim de Azevedo	1895.04.15			administrador do concelho de Vila Real	Vila Real	solteiro
António José Álvares de Matos	1895.04.15			proprietário, escrivão de direito da comarca de Vila Real	Vila Real	casado
Domingos Lopes da Costa	1895.04.15			advogado	Vila Real	casado
Manuel Joaquim Ribeiro da Costa	1895.04.15			abade da freguesia de Adoufe	Vila Real	solteiro
Bernardino Fernandes da Silva	1895.04.15			proprietário e negociante	Vila Real	casado
Manuel Inácio Pinto Machado	1895.04.15			proprietário e agrónomo do distrito de Vila Real	Vila Real	casado
Guilherme Álvares dos Santos e Silva	1895.04.15			proprietário	Vila Real	casado
António Fernandes Vilarinho	1895.04.15				Vila Real	viúvo
José Martins	1895.04.15			negociante	Vila Real	casado
Alexandre Augusto Ribeiro	1896.04.01			proprietário	Vila Real	casado
António Augusto Ribeiro	1896.04.01			proprietário	Vila Real	casado
António Mendes Pereira	1896.04.01			proprietário	Vila Real	casado
Alfredo Artur da Silva Melo	1896.04.01			proprietário	Vila Real	casado
José do Nascimento	1896.04.01			caixeiro	Vila Real	solteiro
Miguel Gonçalves Guerra	1896.04.01			carpinteiro	Vila Real	casado
Sebastião José Gonçalves	1896.06.15			capelão do Hospital da Divina Providência		solteiro
Vasco da Rocha e Castro	1896.06.15			proprietário	Vila Real	casado
Serafim Taboada	1896.06.15			caiador	Vila Real	casado
Luís Gonçalves do Paço Júnior	1897.03.25			proprietário	Vila Real	solteiro
Manuel José de Moraes Serrão	1897.03.25			negociante e proprietário	Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Vitorino da Costa	1897.03.25			proprietário	Vila Real	casado
Lourenço do Rego	1897.03.25			proprietário	Vila Real	casado
Jerónimo Cardoso da Silva Freitas	1897.03.25			empregado	Vila Real	casado
João Maria Gomes de Barros	1897.03.25			empregado	Vila Real	casado
José Correia de Araújo	1897.03.25			barbeiro	Vila Real	solteiro
Albano Alves Serafim	1897.03.25			empregado	Vila Real	casado
António Albino Gomes de Azevedo	1897.09.10			proprietário	Vila Real	casado
António Gomes de Azevedo	1897.09.10			proprietário	Vila Real	casado
António Correia de Almeida	1897.09.10			proprietário	Vila Real	casado
Francisco Maria Rebelo	1897.09.10				Vila Real	casado
Luís Teixeira de Mesquita Queirós	1897.09.22				Vila Real	casado
Guilherme Gomes	1897.10.22				Vila Real	solteiro
José Augusto Pinto de Barros	1897.10.22				Vila Real	casado
Francisco Luís de Sousa	1897.10.22				Vila Real	casado
Aníbal Machado Rebelo da Silva	1897.11.22			escrivão no juízo de direito da comarca de Vila Real		solteiro
João Correia Pinto	1898.01.07				Vila Real	casado
José Joaquim Dias	1898.02.07				Vila Real	solteiro
José Maria Alves Coutinho	1898.03.22			proprietário	Vila Real	casado
António Bernardo da Rocha	1898.04.07			proprietário	Vila Real	casado
António da Costa Oliveira	1898.04.07			solicitador	Vila Real	casado
José Francisco Alves Cardeal	1898.06.07				Vila Real	solteiro
José do Espírito Santo Azevedo	1898.06.07			proprietário	Vila Real	casado
Joaquim Teixeira Novais	1898.09.22			abade da freguesia de Borbela		solteiro
Manuel Veríssimo de Almeida	1898.11.22			proprietário	Torgueda	casado
Arnaldo José Claro	1898.11.22				Vila Real	casado
António Rodrigues Pereira (Ferreira?) Veiga	1898.11.22			farmacêutico	Vila Real	casado
João Avelino Pereira da Rocha	1899.02.22			médico	Vila Real	casado
Aníbal Augusto Correia	1900.02.07			proprietário	Vila Real	casado
Filipe Correia de Mesquita Borges	1900.02.07			padre	Vila Real	solteiro
Francisco Ferreira da Costa Agarez	1900.02.07				Vila Real	solteiro
Visconde da Veiga Cabral	1900.06.23			capitalista	Vila Real	casado
Joaquim da Costa Gomes	1900.06.23			proprietário	Vila Real	casado
António Pereira do Espírito Santo	1900.06.23			Proprietário	Peso da Régua	casado
Alfredo Pires da Silva	1900.09.07				Vila Real	casado
Francisco Lopes dos Santos	1900.09.07			proprietário	Vila Real	casado
Albano Eduardo da Costa Lobo Júnior	1900.10.07				Vila Real	solteiro
João de Deus Pereira (Ferreira?) Cabral	1900.10.07				Vila Real	solteiro
António Joaquim Dinis	1900.12.22			negociante	Vila Real	casado
Augusto de Barros	1900.12.22			proprietário	Vila Real	casado
José Fernandes	1900.12.22			farmacêutico	Vila Real	casado
António Augusto da Costa Teixeira	1901.02.22			negociante	Vila Real	casado
Alberto Gomes Moreira	1901.03.07			negociante		casado
Manuel Lopes Ruas	1901.03.07			empregado nas Obras Públicas	Vila Real	casado
José Botelho	1901.06.22			empregado público	Parada de Cunhos	casado
Manuel Correia Mourão	1901.06.22			empregado público	Parada de Cunhos	viúvo

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António Gonçalves Paulino	1901.11.22			negociante	Vila Real	viúvo
Domingos Ferreira Alão	1901.11.22			industrial	Vila Real	casado
Manuel Alves do Rio Bragança	1901.11.22			negociante	Vila Real	casado
Custódio Correia de Araújo	1902.01.22			oficial de diligências	Vila Real	casado
José António Lopes	1902.01.22			proprietário	Torneiros, Arroios	casado
António Gonçalves da Silva Samardã	1902.03.22			empregado	Vila Real	solteiro
António Júlio de Aguiar Vieira	1902.03.22			empregado comercial	Vila Real	solteiro
João (José?) Alves Barrias	1902.05.22			funcionário público	Vila Real	casado
Mateus de Carvalho	1902.05.22			negociante	Vila Real	casado
Artur Alves Mota	1902.10.07			proprietário	Prado, Borbela	casado
Domingos de Carvalho Campos	1902.10.07			proprietário	Prado, Borbela	solteiro
Manuel dos Santos Pinto	1902.10.07			proprietário	Vila Real	casado
Custódio de Azevedo	1902.12.09				Vila Real	viúvo
Manuel Gonçalves Guerra	1902.12.09				Vila Real	casado
António Augusto da Costa Vaz	1902.12.22			negociante	Vila Real	casado
Alfredo Augusto da Costa Teixeira	1903.03.07			negociante	Vila Real	solteiro
Adelino Gonçalves da Silva Samardã	1904				Vila Real	
Afonso Ferreira Vaz Pimentel	1904				Lordelo	
Alexandre Augusto Ribeiro	1904				Medrões	
Alexandre José Ribeiro Pavão	1904				Vila Real	
António Gonçalves Guerra	1904				Brasil	
António Maria Rebelo	1904				Vila Real	
António Mendes Pereira	1904				Vila Real	
Arnaldo Guedes	1904				Vila Real	
Artur Vieira de Carvalho	1904				Vila Real	
Augusto Joaquim Rebelo	1904				Vila Real	
Bernardino Rebelo Pereira da Silva	1904				Vila Real	
Custódio Vitorino de Oliveira	1904				Pará	
Domingos Eduardo Correia de Araújo	1904				Vila Real	
Francisco António Martins	1904				Vila Real	
Francisco Branco	1904				Vila Real	
Francisco Mourão de Figueira Machado	1904				Lordelo	
Guilhermino Gomes	1904				Vila Real	
Guilhermino José Claro	1904				Vila Verde da Raia	
Henrique Manuel Ferreira Botelho	1904				Vila Real	
Joaquim Luís Antunes Teixeira Júnior	1904			padre	Vila Real	
José da Bira de Carvalho	1904				Vila Real	
José Luís Alves Rodrigues	1904				Vila Real	
Manuel José Botelho	1904				Vila Real	
Manuel Rodrigues Esteves	1904				Brasil	
António de Sousa e Costa	1905				Montalegre	
António Joaquim de Moraes	1905				Vila Real	
António Maurício da Silva	1905				Vila Real	
Avelino da Eira	1905				Vila Real	
Henrique Pinto	1905				Vila Real	
Pedro Augusto Lousada	1905				Vila Real	
António Ferreira da Costa Agarez (doutor)	1906				Vila Real	
Domingos António Calado	1906				Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Domingos de Azevedo	1906				Vila Real	
Domingos Gomes de Barros	1906				América	
Eduardo Borges de Azevedo	1906				Vale da Ermida	
Joaquim Alves Roque de Mesquita	1906				Montezelos	
Joaquim Lopes de Moura	1906				Brasil	
Avelino Antunes	1907				Porto	
Domingos José Borges	1907				Vila Real	
Eduardo Júlio Correia de Barros (doutor)	1907				Lisboa	
Fausto Rodrigues dos Santos Ribeiro	1907			padre	Vila Real	
Alfredo Gonçalves Portelinha	1908				Vila Real	
António Augusto Pereira (doutor)	1908				Mafra	
António Gonçalves da Costa	1908				Vila Real	
António José da Costa Sampaio (doutor)	1908				Vilalva	
António Júlio de Carvalho	1908				Vila Real	
António Vitorino de Oliveira	1908				Vila Real	
Emídio José Sá Ferreira	1908				Vila Real	
Francisco Pires Granja	1908				Vila Real	
Joaquim Augusto Ferreira	1908				Lisboa	
Joaquim Ribeiro da Costa	1908				Vila Real	
José Leite dos Santos (doutor)	1908				Vila Real	
Júlio Monteiro Girão	1908				Vila Real	
Luis Bessa Mota Antunes de Mesquita	1908				Vila Real	
Manuel de Sousa Frederico	1908				Vila Real	
Manuel Ram. Freitas	1908					
Albertino Augusto Rodrigues da Costa (doutor)	1909				Vila Real	
Álvaro de Sousa Botelho	1909				Abambres	
Henrique Ferreira Botelho (doutor)	1909				Vila Real	
José António dos Santos Ferreira	1909				Vila Real	
Olindo Gomes Ferreira	1909				Vila Real	
Sebastião da Costa Rebelo	1909				Vila Real	
Alfredo Alves da Silva	1910				Vila Real	
António Fernandes	1910				Vila Real	
António Fernandes Teixeira	1910				Vila Real	
Augusto Fernandes Teixeira	1910				Vila Real	
Augusto Rua (doutor)	1910				Santo Tirso	
Jaime Rodrigues dos Santos	1910				França	
João José de Campos Sampaio	1910				Prado	
Manuel de Jesus Frederico	1910				Vila Real	
Manuel Joaquim Lopes	1910				Vila Real	
Albano de Assunção Silva	1911				Vila Real	
Alexandre Alves de Carvalho	1911				Vila Real	
Domingos Gervásio Lourenço de Moura	1911				Montalegre	
Francisco Alves Vieira	1911				Vila Real	
Joaquim Vitorino de Oliveira	1911				Vila Real	
José Alves de Macedo	1911				Folhadela	
Manuel Joaquim Antunes Teixeira	1911				Folhadela	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Teotónio Júlio de Carvalho	1911				Vila Real	
José Augusto Ribeiro de Carvalho	1913				Vila Real	
Adriano Augusto Azevedo Rua	1915				Lisboa	
Adriano Rocha	1915				Vila Real	
Agostinho Rodrigues de Carvalho	1915				Vila Real	
Alfredo Rodrigues da Silva	1915				Vila Real	
Américo Gomes da Costa	1915				Vila Real	
António Alves Teixeira	1915				Vila Real	
António Araújo de Aguiar Vieira	1915				Vila Real	
António Augusto da Silva Barros	1915				Vila Real	
António Augusto Ferreira (doutor)	1915				Mafra	
António de Almeida Barros	1915				Vila Real	
António de Espírito Santo Barreira	1915				Vila Real	
António dos Anjos Marinho	1915				Vila Real	
Artur dos Anjos Marinho	1915				Vila Real	
Carlos Correia Lourenço	1915				Vila Real	
David Correia da Costa	1915				Vila Real	
Domingos José de Carvalho Araújo	1915				Brasil	
Eduardo Miranda de Vasconcelos (doutor)	1915				Coimbra	
Eduardo Rocha	1915				Bertelo	
anuel António	1915				Vila Real	
anuel Augusto de Meireles	1915				Vila Real	
Felizardo José de Sousa Gomes	1915				Timpeira	
Francisco Augusto dos Santos Mesquita	1915				Vila Real	
Francisco Delfim	1915				Vila Real	
Francisco dos Santos Lameirão	1915				S. Paulo	
Francisco Moreira Freixo	1915				Vila Real	
Inácio Baptista Pereira	1915				Vila Real	
Jerónimo Correia Rosas	1915				Vila Real	
João Alves Barrias	1915				Vila Real	
João Rodrigues Baptista da Costa	1915			padre	Nogueira	
Joaquim Alves de Mesquita	1915				Montezelos	
Joaquim Filipe Vitorino Botelho	1915			padre	Vila Real	
Joaquim Rebelo de Araújo	1915				Vila Real	
José Alves de Mesquita	1915				Folhadela	
José Augusto Fernandes (doutor)	1915				Brasil	
José Ivaria da Silva	1915				Vila Real	
José Joaquim Fernandes de Almeida (doutor)	1915				Vila Real	
José Manuel Teixeira	1915				Timpeira	
José Maria Rodrigues de Carvalho	1915				Vila Real	
José Pereira Magalhães	1915				Vila Real	
Júlio do Carmo Azevedo Alves Correia	1915				Vale de Nogueiras	
Luís de Carvalho Perdigão	1915				Vila Real	
Manuel José Pinheiro	1915				Parada de Cunhos	
Pantaleão Mourão Figueira Machado	1915				Vila Real	
Roque de Mora da Silveira Montenegro	1915				Parada de Cunhos	
Visconde de Trovões	1915				Matosinhos	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Abel Ribeiro	1922				Vila Real	
Abílio Guimarães Fernandes	1922				Vila Real	
Abílio Ribeiro Cardona	1922				Vila Real	
Adriano Guerreiro	1922				Vila Real	
Afonso Henriques Fontes	1922				Arroios	
Agostinho José Alves da Costa	1922				Porto	
Albano Botelho da Silva Aires	1922				Vila Real	
Albano Guimarães Fernandes	1922				Vila Real	
Albano Martins Coutinho	1922				Vila Real	
Albano Pinheiro	1922				Vila Real	
Alberto Gomes Moreira Júnior	1922				Vila Real	
Alberto Meira	1922					
Alberto Pinto Lisboa (doutor)	1922				Vila Real	
Alfredo José do Rio Bragança	1922				Vila Real	
Alfredo Maria da Assunção Alves	1922				Brasil	
Amândio Ferreira	1922					
Aníbal Correia Júnior	1922				Vila Real	
António Almeida Barros	1922				Vila Real	
António Álvares de Barros e Matos	1922				Vila Real	
António Alves	1922				Vila Real	
António Augusto Duarte	1922				Vila Real	
António Feliciano Botelho da Silva Fernandes (doutor)	1922				Vila Real	
António Ferreira do Espírito Santo	1922				Régua	
António Gomes Ferreira	1922				Vila Real	
António Joaquim Rebelo	1922				Vila Real	
António José de Barbosa Resende	1922				Loures	
António Júlio Durão	1922				Vila Real	
António Lourenço Guedes	1922				Vila Real	
António Luís Cardoso Pinto	1922				Vila Real	
António Pereira de Magalhães Júnior	1922				Vila Real	
António Rodrigues Pinto	1922				Vila Real	
Arcaio Júlio Pereira Cabral	1922				Lisboa	
Armando do Espírito Santo Alves	1922				Porto	
Armindo Correia Lopes	1922				África	
Armindo Costa	1922				Vila Real	
Armindo Rosas de Magalhães	1922				África	
Artur Martins Ferreira Vaz Pimentel	1922				Lordelo	
Augusto César da Costa Rebelo	1922				Vila Real	
Augusto Guilherme Botelho de Sousa (doutor)	1922				Porto	
Bernardino Ferreira Monteiro	1922				Vila Real	
Carneiro Monteiro Martins (doutor)	1922				Vila Real	
César Augusto da Costa Gomes	1922				Vila Real	
Diamantino Ferreira de Magalhães	1922				Lisboa	
Domingos Vaz Júnior	1922				Régua	
Emídio José Ló Ferreira (Visconde Trevões)	1922				Matosinhos	
Filinto Elísio Amado Monteiro (doutor)	1922				Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Fortunato Mendes Júnior	1922				Vila Real	
Francisco Araújo	1922				Vila Real	
Francisco de Aquino da Costa	1922				Vila Real	
Francisco Martins Coutinho	1922				Vila Real	
Hermenegildo Guimarães	1922				Penafiel	
Inácio Fernandes da Costa	1922				Vila Real	
Isaías Pinto	1922				Vila Real	
João Baptista Gonçalves Pavão (doutor)	1922				Abaças	
João Carlos Rosas	1922				Brasil	
João da Fonseca Gaspar	1922				Porto	
João de Carvalho Pereira da Rocha	1922				Brasil	
João dos Santos Azevedo	1922				Vila Real	
João Francisco de Queiroz	1922				Brasil	
João Inácio Tocaio	1922				Vila Real	
João Maria Rodrigues da Costa	1922				Nogueira	
João Martins	1922				Vila Real	
Joaquim Alves Pereira	1922				Lisboa	
Joaquim Azevedo (doutor)	1922				Lisboa	
Joaquim Ferreira Relvas	1922				Vila Real	
Joaquim Gonçalves Taveira de Azevedo	1922				Folhadela	
Joaquim Mota	1922				Vila Real	
Joaquim Teixeira	1922				Vila Real	
José Albertino Monteiro	1922				Vila Real	
José António de Lima	1922				Vila Real	
José António Teixeira Coelho	1922				Vila Real	
José Augusto Alves Ferreira	1922				Vila Real	
José Augusto Rebelo	1922				Vila Real	
José Coelho Mourão Teixeira de Carvalho (doutor)	1922				Abambres	
José Dias Ferreira	1922				Lisboa	
José do Espírito Santo Barreira	1922				Vila Real	
José dos Santos Barreira	1922				Vila Real	
José Gonçalves Seródio (doutor)	1922				Passos	
José Joaquim Gonçalves	1922				Vila Real	
José Maria da Silveira Montenegro	1922				Quintela	
José Paulino Peixoto Sobrinho	1922			padre	Ribeira de Pena	
José Pereira de Azevedo	1922				Vila Real	
José Pereira de Moraes (Visconde de Moraes)	1922				Brasil	
José Pinto Lopes da Silva	1922				Vila Real	
José Rodrigues Pinto	1922				Vila Real	
José Teixeira Roçadas	1922				Vila Real	
Júlio da Fonte Magalhães (doutor)	1922				Vila Real	
Leonel de Azevedo	1922				Sabrosa	
Luís Adolfo Medicis	1922				Vila Real	
Luís Claro da Fonseca	1922				Vidago	
Luís Tabuada	1922				Vila Real	
Manuel Alves dos Santos	1922				Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel de Morais Serrão (doutor)	1922				Vila Real	
Manuel Domingos da Fonte	1922					
Manuel Inácio dos Santos	1922				Vila Real	
Manuel Joaquim Rodrigues da Costa	1922					
Manuel José Rodrigues	1922					
Manuel Júlio Mendes	1922				Vila Real	
Manuel Lopes da Silva Rebordinho	1922				Vila Real	
Manuel Pereira dos Santos	1922					
Marcelino Maria de Sousa Coutinho	1922				Vila Real	
Miguel Bahia Coelho	1922				Vila Real	
Paulino José Alves Coelho	1922				Vale de Nogueiras	
Pedro Maria da Cunha Serra (doutor)	1922				Vila Real	
Pinho Simões (doutor)	1922				Lisboa	
Rogério Gomes dos Reis	1922				Porto	
Sebastião Augusto Ribeiro	1922				Vila Real	
Sebastião Chaves	1922				Vila Real	
Tomás José Fernandes	1922				Congo	
Agostinho de Oliveira Baía da Costa Lobo	1925				Vila Real	
Alberto Teixeira Passos	1925				Vila Real	
Albino Aurélio Baliva da Costa Coelho	1925				Vila Real	
Alexandre Leite dos Santos	1925				Vila Real	
Aníbal Augusto Correia Júnior	1925				Vila Real	
António Antunes Teixeira Alvadia	1925				Brasil	
António de Jesus Paiva	1925				Vila Real	
António Manuel da Mota e Costa	1925				Vila Real	
Bento Alves de Almeida	1925				Vila Real	
Carlos Coutinho Araújo	1925				Vila Real	
Carlos Monteiro Baptista de Barros	1925				Vila Real	
Casimiro Rodrigues Pereira Martins	1925				Vila Real	
Castor Domingos Alves de Carvalho Campos	1925				Vila Real	
Castor Júlio António Teixeira	1925				Vila Real	
Constantino Gomes Carneiro	1925				Vila Real	
Cristovão Madeira Pinto (doutor)	1925				Vila Real	
Domingos José Moutinho	1925			padre	Mateus	
Emídio Roque da Silveira (doutor)	1925				Vila Real	
Emílio de Sousa Botelho	1925				Vila Real	
Filipe Correia de Mesquita Borges Júnior	1925				Vila Real	
Francisco Augusto Barreira	1925				Vila Real	
Francisco José Palmeira	1925				Pedras Salgadas	
Jerónimo Teixeira de Figueiredo Amaral (doutor)	1925				Mateus	
João Carlos Sanches	1925				Brasil	
João Correia de Castro	1925				Vila Real	
João de Barros Coelho Mourão	1925					
Joaquim Bento da Costa	1925				Vila Real	
José Alves Moreira de Carvalho	1925				Vila Real	
José António Teixeira de Faria	1925			padre	Régua	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Augusto Amaral	1925				Vila Real	
José Coelho Mourão Teixeira de Carvalho	1925			padre	Abambres	
José Correia de Barros Moreira de Carvalho	1925				Vila Real	
José de Carvalho Pereira da Rocha	1925				Brasil	
José do Carvalho Araújo	1925				Vila Real	
José Manuel Borges Júnior	1925				Vila Real	
José Maria de Morais	1925				Vila Real	
José Maria Gonçalves Ferreira	1925				Passos	
José Maria S. Moura da Silveira Montenegro	1925				Quintela	
José Maximiano Correia de Barros	1925				S. Martinho de Anta	
José Paulo Teixeira do Amaral	1925					
José Rodrigues	1925				Vila Real	
José Vaz de Oliveira	1925				Vila Real	
Manuel Alves Janeiro	1925				Vila Real	
Manuel José de Sousa Morais	1925				Vila Real	
Manuel José Rebelo Marrão	1925				Vila Real	
Nuno Simões (doutor)	1925				Lisboa	
Paulino Correia da Rocha	1925				Vila Real	
Plácido Alindo Teixeira Passos	1925				Vila Real	
Rogério Gomes	1925				Porto	
Sebastião José Claro da Fonseca (doutor)	1925				Vila Real	
Albano Anselmo Baía da Costa Lobo	1930				Vila Real	
Alfredo ? Fernandes	1930				Vila Real	
Aníbal Gonçalves da Fonseca	1930				Passos	
António Augusto Gomes Cardoso	1930				Lordelo	
António de Jesus Lima	1930				Vila Real	
Domingos Alves de Carvalho Campos (doutor)	1930				Vila Real	
Francisco Joaquim da Mota e Costa Lobo	1930				Vila Real	
Francisco José de Azevedo Castelo Branco	1930				Vila Real	
João Correia da Costa	1930				África	
João Pereira Fernandes	1930				Vila Real	
João Pinto Lopes da Silva	1930				Vila Real	
Joaquim Pereira Relvas	1930				Vila Real	
José da Luz	1930				Vila Real	
José Monteiro Cabral de Vasconcelos	1930				Parada de Cunhos	
Júlio António Teixeira (doutor)	1930				Vila Real	
Levi Alves Rodrigues	1930				Brasil	
Manuel José Ferreira	1930				Vila Real	
Manuel Vieira da Mota	1930				Mouços	
Plácido Augusto da Silva	1930				Vila Real	
Pompeu António Pinto de Carvalho Branco	1930				Vila Real	
Agostinho Baía Costa Lobo	1932				Vila Real	
Agostinho de Moura	1932			padre	Portalegre	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Alfredo Lopes Fernandes	1932				Vila Real	
Angelo Minhava	1932				Vila Real	
António Correia Rosas	1932				Vila Real	
António da Costa Galo	1932				Vila Real	
António de Carvalho	1932			padre	Vila Real	
António de Pádua Ferreira	1932				Ferreiros	
António Dias de Azevedo Castelo Branco	1932			padre	Vilarinho de Samardã	
António dos Santos Alves	1932				Vila Real	
António Eduardo Monteiro de Barros	1932				S. Martinho de Anta	
António Gonçalves de Sousa Machado	1932				Vila Real	
António Joaquim Pelotas	1932				Vila Real	
António Júlio Afonso Cardoso	1932				Vila Real	
António Ribeiro de Araújo	1932				Tojal	
António Valente da Fonseca	1932				Cernache do Bonjardim	
António Vieira de Carvalho Claro	1932				Vila Real	
António Vilela	1932				Vila Real	
Armando António da Costa Andrade	1932				Vila Real	
Basílio Gomes	1932				Vila Real	
Bernardino da Costa	1932			padre	Vila Real	
Domingos Borges	1932				Vila Real	
Eduardo Augusto Botelho	1932				Vila Real	
Elias de Sousa	1932				Vila Real	
Fernando Elias Pimenta de Sousa	1932				Lisboa	
Francisco Rodrigues Rego	1932			padre	Constantim	
Horácio Assis Gonçalves	1932			governador civil de Vila Real	Lisboa	
Ilídio Ruas	1932				Vila Real	
Jaime dos Santos Azevedo	1932				Vila Real	
Jerónimo Correia da Silva	1932				Brasil	
João de Oliveira	1932				Vila Real	
Joaquim António de Moura	1932				Vila Real	
Joaquim Rodrigues de Andrade	1932				Vila Real	
Joaquim Soares de Barros	1932				Vila Real	
José Afonso Serafim de Oliveira e Barros	1932			padre	Vila Real	
José Augusto Peixoto Barrias	1932			padre	Campeã	
José Bernardino Letra	1932				Sanguinhedo	
José Cabral de Vasconcelos	1932				Parada de Cunhos	
José da Silva Faceira	1932			padre	Mateus	
José da Silva Tolda	1932				Brasil	
José Elias Gonçalves (doutor)	1932				Vila Real	
José Libanio Borges	1932				Vila Real	
José Manuel Gaspar	1932				Vila Real	
José Maria de Moura da Silveira Montenegro	1932				Quintela	
José Maria Pereira Cardoso	1932				Lisboa	
José Monteiro da Veiga e Silva	1932			padre	Vila Real	
José Pires Granjo	1932				Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
José Plácido da Costa Meireles	1932				Vila Real	
Júlio César da Costa	1932				Vila Real	
Luís Augusto Castelo Branco (padre)	1932				Vilarinho de Samardã	
Manuel Dias de Carvalho	1932				Vila Real	
Manuel Joaquim Fernandes	1932				Vila Real	
Manuel Joaquim Gonçalves Ferreira	1932			padre	Vila Pouca Aguiar	
Manuel José Dias	1932				Vila Pouca Aguiar	
Manuel Soeiro de Faria	1932				Vila Real	
Marcelino António de Castro	1932				Vila Real	
Maximiano Alves	1932				Vila Real	
Pedro Vicente de Moraes Campilho (doutor)	1932				Vila Real	
Roberto de Jesus Alves	1932				Vila Real	
Sebastião Duarte	1932				Brasil	
Abel de Almeida Couto	1946				Vila Real	
Alberto Alves Machado	1946				Vila Real	
Alberto Machado Cardoso Costa	1946				Mouços	
Álvaro Albertino Monteiro	1946				Vila Real	
Américo Calado	1946				Vila Real	
Aníbal Catarino Nunes (doutor)	1946				Lisboa	
António Correia de Barros (doutor)	1946				Vila Real	
António da Silva Miranda Guimarães	1946				Vila Real	
António Lourenço Pereira	1946			padre	Andrães	
António Pádua Ferreira	1946				Vila Real	
António Pinho Valente	1946				Porto	
António Quintela	1946				Régua	
Armando Alves Machado	1946				Vila Real	
Armando Augusto Ribeiro	1946				Mondrões	
Armando da Costa Andrade	1946				Coimbra	
Armindo Fernandes de Carvalho	1946				Escariz	
Artur Pinto dos Santos	1946			padre	Boticas	
Artur Ribeiro de Araújo	1946				Bujões Abaças	
Augusto António Gomes Cardoso (doutor)	1946				Vila Real	
Avelino de Sousa Campos (doutor)	1946				Vila Real	
Carlos Jorge Alexandre	1946			padre	Chaves	
Dionísio Rodrigues da Silva	1946				Vila Real	
Domingos José Gonçalves	1946			padre	Vila Real	
Egenor Osório	1946				Porto	
Fernando de Almeida Azevedo Vasconcelos Gramacho	1946				Barreiros	
Francisco António de Lima	1946				Santarém	
Francisco António Teixeira	1946				Vila Real	
Francisco de Araújo	1946				Vila Real	
Francisco Pereira Freixo	1946				Campeã	
Gaspar Pizarro Portocarrero	1946			padre	Porto	
Henrique Maria dos Santos	1946			padre	Vila Real	
Jaime Alves Machado	1946				Agarez	
João Borges Saavedra	1946				Peso da Régua	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
João de Sousa Campos (doutor)	1946				Vila Real	
João de Sousa Rodrigues	1946				Vila Real	
João do Nascimento	1946				Vila Real	
Joaquim da Costa Pina (doutor)	1946				Porto	
Joaquim de Almeida Costa (doutor)	1946				Vila Real	
Joaquim Manuel Augusto Alves Fontes	1946				Vila Real	
José Alves de Figueiredo	1946				Régua	
José Augusto de Macedo Campos e Sousa	1946				Lisboa	
José Augusto do Amaral	1946				Prado	
José Dias Gonçalves (doutor)	1946				Aveiro	
José Joaquim Soares dos Santos Guichard	1946				Vila Real	
José Manuel de Jesus Rodrigues	1946				Vila Real	
José Maria Ferreira Cardoso	1946				Vila Real	
José Maria Valente da Fonseca (doutor)	1946				Porto	
José Pereira Pena	1946				Vila Real	
Manuel Antunes de Los	1946				Vila Real	
Manuel da Costa Pinto Barreto	1946				Vila Real	
Manuel dos Santos Gomes	1946				Vila Real	
Manuel José Gonçalves Grilo	1946				Vila Real	
Manuel Marques dos Santos	1946				Prado	
Manuel Pereira Gonçalves	1946				Braga	
Marcelino Augusto de Castro	1946				Vila Real	
Mário Castelo Branco Costa Lobo	1946				Vila Real	
Pedro Alves da Fonte	1946				Vila Real	
Rogério Taveira da Mota	1946				Vila Real	
Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro	1946				Vila Real	
Secundino Rodrigues Coelho	1946			padre	Vila Real	
Tomás Pinto da Mota	1946				Vila Real	
Zeferino Augusto Fernandes Torres	1946				Justes	
Agostinho de Azevedo Queiroz	1956				Vila Real	
Albertino Ferreira Ribeiro	1956				Vila Real	
Alfredo Domingos Rocha Baptista	1956				Vila Real	
Amadeu Freitas Castelo	1956				Vila Real	
Ângelo David da Costa	1956				Vila Real	
Antero Augusto Baptista	1956				Vila Real	
António Almeida Correia de Barros	1956				Vila Real	
António Augusto da Rocha Cunha Serra	1956				Vila Real	
António Augusto de Carvalho	1956				Vila Real	
António Augusto Vaz	1956				Vila Real	
António Cândido da Costa Lobo Ferreira	1956				Timpeira	
António da Costa	1956				Vila Real	
António Duarte Amorim Carvalho	1956				Vila Real	
António Ferreira da Cruz	1956				Vila Real	
António Gonçalves Barroso	1956				Vila Real	
António Joaquim de Carvalho	1956			padre	Vila Real	
António Joaquim Lima Teixeira	1956				Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
António José Teixeira Ferreira	1956				Vila Real	
António Moreira	1956				Vila Real	
António Pereira	1956				Vila Real	
António Ribeiro de Sousa	1956				Vila Real	
António Rodrigues Teixeira	1956				Vila Real	
António Xavier	1956				Vila Real	
Armando Henrique dos Santos Ferreira	1956				Lisboa	
Armando Machado (doutor)	1956				Vila Real	
Boaventura de Carvalho Cruz	1956				Vila Real	
Carlos Augusto Sanches (doutor)	1956				Vila Real	
Constantino Pereira de Almeida	1956				Vila Real	
Dionísio Borges	1956				Telões	
Dionísio Rodrigues de Barros Pinto	1956				Vila Real	
Eduardo de Miranda Vasconcelos (doutor)	1956				Coimbra	
Félix Emílio Alves de Carvalho	1956				Vila Real	
Flávio Nogueira Barroso	1956				Vila Real	
Francisco Artur Correia (doutor)	1956				Vila Real	
Henrique da Costa Pinto	1956				Vila Real	
Isildo Ferreira Fontes Monteiro	1956				Vila Real	
Jacinto Augusto Guedes (doutor)	1956				Vila Real	
Jerónimo Fonseca	1956				Vila Real	
João Adelino Alves Ferreira	1956			padre	Vila Real	
João Baptista Pinto	1956				Vila Real	
João Pereira Pena	1956				Vila Real	
Joaquim Almeida da Costa (doutor)	1956				Póvoa de Varzim	
Joaquim Augusto Rodrigues	1956				Vila Real	
José Bernardino Carvalho da Silva	1956				Vila Real	
José Correia de Barros	1956				Vila Real	
José David Simões	1956				Lisboa	
José de Figueiredo (doutor)	1956				Vila Real	
José Domingos Dias	1956				Vila Real	
José Elias Gonçalves	1956				Lisboa	
José Emílio Tibúrcio Teixeira Monteiro	1956				Vila Real	
José Luís da Costa	1956				Vila Real	
José Pereira da Rocha	1956				Vila Real	
José Pinto Soares (doutor)	1956				Vila Real	
José Simões	1956				Vila Real	
Júlio Pereira Galvão	1956				Vila Real	
Luís Martins Coutinho	1956				Vila Real	
Manuel da Fonseca Santos	1956				Vila Real	
Manuel Gomes	1956				Vila Real	
Manuel Magalhães Vaz de Carvalho	1956				Vila Real	
Manuel Morais Serrão (doutor)	1956				Porto	
Manuel Ribeiro Cardona (doutor)	1956				Vila Real	
Mário Euclides Pinheiro Correia de Matos	1956				Amarante	
Miguel Dias da Rocha	1956				Vila Real	
Óscar Rebelo do Espírito Santo	1956				Vila Real	

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Paulino Martins	1956				Vila Real	
Rafael do Espírito Santo	1956				Vila Real	
Sebastião José de Aquino Ribeiro	1956				Vila Real	
Sebastião Ribeiro (doutor)	1956				Vila Real	
Sílvio de Almeida Chaves	1956				Vila Real	
Tomé de Sousa Monteiro	1956				Vila Real	
João Júlio	1959				Vila Real	
José Coutinho Simões	1965.06.26					casado
Artur Amílcar Martins Ferreira Vaz Pimentel	1965.06.26			comerciante	Lordelo	casado
João Taveira Teixeira	1965.06.26			comerciante		casado
Manuel dos Santos Reis	1965.06.26			comerciante	Alijó	casado
Manuel João Alves Machado	1965.06.26			proprietário	Porto	casado
António Ferreira Correia Mourão	1965.06.26			professor primário	Lordelo	viúvo
António Alberto Peixoto	1965.06.26			funcionário administrativo do Ultramar	S. Miguel da Pena	casado
António Augusto Minhava Júnior	1965.06.26			motorista	Porto	casado
José Taveira Pinheiro de Azevedo Pereira de Ramos	1965.06.26			regente agrícola	Sabrosa	casado
António Gerardo Agarez Monteiro	1965.06.26			médico	Vila Real	casado
Orlando Maldonado dos Reis	1965.06.26			engenheiro	Chaves	casado
António Flávio Monteiro	1965.06.26			arquitecto	São João da Pesqueira	casado
José Monteiro de Carvalho	1965.06.26			médico	Vila Real	casado
Agostinho Celestino Borges de Sousa e Silva	1970.12.10			funcionário da Câmara Municipal de Vila Real	Vila Real	casado
Armindo Quintero Alves de Moura	1970.12.10			funcionário da Câmara Municipal de Vila Real	Vila Marim	casado
Manuel Rebelo Cardona	1970.12.10			advogado	Vila Real	casado
Albano Fernandes da Silva Ribeiro	1970.12.10			proprietário/comerciante	Vila Real	casado
Emílio Vicente Ferreira	1970.12.10			alfaiate/técnico de farmácia	Vila Pouca de Aguiar	casado
Francisco António de Montalvão Fernandes Pereira Freixo	1970.12.10			regente agrícola	Vila Real	casado
Jorge Sebastião Vaz	1970.12.10			industrial de construção civil	Vila Real	casado
Carlos Manuel Moutinho de Amorim e Silva	1970.12.10			engenheiro electro-técnico	Favaios	casado
Lévi Augusto Hortas da Silva	1970.12.10			arquitecto	Vila Real	casado
João Manuel de Almeida Chaves	1970.12.10			comerciante	Vila Real	casado
Rodrigo Botelho Pereira de Araújo	1970.12.10			correspondente bancário	Vila Real	casado
António Marques de Castro	1970.12.10			empregado bancário	Celeirós do Douro	casado
Carlos Santelmo Gomes	1970.12.10			arquitecto	Maфра	casado
Elísio da Costa Neves	1970.12.10			médico	Coimbra	casado
Armindo Teixeira	1970.12.10			fiscal de obras	Folhadela	casado
Aníbal César da Fonseca Pinto da Mota	1970.12.10				Vila Real	casado
Fernando Delmar Álvares dos Santos Seixas Martins	1970.12.10			adjunto técnico da Direcção de Estradas de Vila Real	S. Martinho de Bornes	casado
Licínio Pereira Lima	1970.12.10			desenhador da Direcção de Estradas de Portugal	Viana do Castelo	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Francisco José Torres Fontes de Sousa Campos	1970.12.10			engenheiro Civil	Vila Real	casado
Eduardo Augusto Teixeira Sarmiento	1970.12.10			chanceler da cúria episcopal e secretário geral da diocese de Vila Real	Sabrosa	casado
Luís Gonzaga Alves dos Reis	1970.12.10			aspirante de Finanças da Direcção Geral das Contribuições e Impostos	Vila Real	casado
Euclides José Fernandes	1970.12.10			comerciante	Santa Marta de Penaguião	casado
José Maria Fernandes Ferreira	1970.12.10			técnico na Direcção Geral das Contribuições e Impostos	Sabrosa	casado
Tomás Rebelo do Espírito Santo	1970.12.10			engenheiro geógrafo/meteorologista	Vila Real	casado
Maria de Jesus da Silva Santos	1970.12.10			arquitecto	Vila Real	casado
Luís de Castro Saraiva	1970.12.10			engenheiro/silvicultor	Valpaços	casado
Alcides Gomes Lavinas	1970.12.10			advogado	Sabrosa	casado
Miguel Fernando Fildes Gomes	1970.12.10			comerciante	Guimarães	solteiro
Manuel Cardoso Simão	1970.12.10			engenheiro agrónomo	Lamego	casada
José Joaquim Fernandes Costa	1971.08.12			proprietário	Lordelo	casado
Amável da Costa Azevedo	1971.08.12			funcionário dos correios	Folhadela	casado
Adriano Alves Ferreira	1973.01.11				Parada de Cunhos	casado
António Cardoso Cunha	1973.05.24			bispo de Vila Real	Sernancelhe	
Alexandre Gonçalves de Sousa Martins	1974.06.27					casado
Bernardo Gonçalves	1974.06.27			padre	Louredo	solteiro
José Rogério Pereira Fernandes	1974.11.23				São Tomé do Castelo	
Manuel Ferreira Sampaio	1974.11.23				Vila Real	casado
Alberto Joaquim Ribeiro Moreira	1974.11.23				Amarante	casado
José Manuel Barreiros Costa	1974.11.23				Vila Real	solteiro
Francisco de Araújo	1974.11.23				Vila Real	solteiro
Alfredo Teixeira	1974.11.25				Vila Real	casado
Hélder Augusto	1974.11.25				Chaves	casado
António Etiene Alves Jacinto	1974.11.25				Vilarinho de Samardã	casado
José Vieira Pinto Claro	1974.11.25				Vila Real	casado
Manuel Maria de Sousa	1974.11.25				Parambos	casado
José Gonçalves Rocha	1974.11.25				S. Pedro	casado
José Pinto	1974.11.25				Lamego	
Carlos António Ribeiro Fernandes	1974.11.25				Vila Real	casado
Fernando Ferreira Pinto	1974.11.25				Vila Real	solteiro
Orlandino de Abreu Teixeira Varejão	1974.11.25				Amarante	casado
Manuel Henriques Pires Fontoura	1974.11.25				Montalegre	casado
Jorge Armando Pinto Montenegro Machado	1974.11.25				Vila Marim, Vila Real	solteiro
Júlio José de Oliveira Ribeiro	1974.11.25				Vila Real	casado
Albertino Jorge de Azevedo Ribeiro	1974.11.25				Vila Real	casado
Almiro Carlos dos Santos Fernandes	1974.11.25				Vila Real	casado
António Carlos Miranda da Costa	1974.11.25				Lordelo	casado
António Gonçalves Lopes	1974.11.25				S. Dinis, Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel da Silva Costa	1974.11.25				S. Dinis, Vila Real	viúvo
Álvaro Rebelo Mourão	1974.11.25				S. Pedro, Vila Real	
Alfredo Miguel Lima de Morais	1974.11.25				Vila Real	casado
Manuel da Silva Magalhães	1974.11.25				Santa Marta de Penaguião	
Alberto Gonçalves Claudino	1974.11.25				Mateus	casado
Pedro Rodrigues Filipe	1974.11.25				Alvaiázere	
Afonso Abílio do Rio Bragança	1974.12.26				Vila Real	casado
Júlio António Alves Coutinho	1974.12.26				Vila Real	casado
Eugénio da Costa Castanheira	1974.12.26				Vila Real	casado
Artur Morais da Silva Mota	1974.12.26				Vila Real	casado
António Pinto de Aguiar Vieira	1974.12.26				Vila Real	casado
Nelson Campos Ponteira	1974.12.26				Adoufe	casado
Aníbal das Dores Ribeiro	1974.12.26				Vila Real	casado
Agostinho Teixeira da Silva	1978.12.26			oficial do quadro administrativo do Hospital	Campeã	casado
Arménio de Sousa Pinto Rodrigues	1978.12.26			engenheiro	Vila Real	casado
Constantino de Sousa	1978.12.06			funcionário do Hospital	Nogueira	casado
Jorge Herculano Wandk Teixeira de Matos	1978.12.06			médico	Luanda	casado
Rodrigo Félix Nogueira de Carvalho	1980.11.19			chefe de repartição de Finanças	Vila Real	casado
Fernando Augusto Morais de Andrade	1980.11.26			engenheiro técnico civil	Vila Real	casado
Jorge Manuel de Almeida Fonseca	1980.12.23				Vila Real	casado
António Pereira Marcelino	1981.02.24			funcionário público	Vila Real	
Eduardo Paiva Rodrigues	1981.02.24			engenheiro civil	Lisboa	casado
Manuel Joaquim da Costa Monteiro	1981.02.24				Vila Real	casado
Alberto Ferreira Lopes	1981.03.04			engenheiro Técnico	S. Pedro do Sul	casado
Fernando Gilberto Vergueiro de Cabral Sacadura	1981.03.04			engenheiro civil	Pangim, Goa	casado
Armando Afonso Moreira	1981.03.10			engenheiro técnico civil	S. Tomé do Castelo	casado
José Manuel dos Santos	1981.03.17			desenhador da função pública	Mateus	casado
Jerónimo José Nunes Madeira Pinto	1981.04.21			professor	Abaças	casado
José Coutinho Simões	1981.05.05			comerciante	Vila Real	casado
Luis de Morais Castro	1981.05.05			comerciante	Valpaços	casado
José João da Fonseca	1981.05.05			funcionário do Banco de Portugal	S. João da Pesqueira	casado
Adriano Manuel dos Santos Morais Antas	1981.05.12			engenheiro civil	Vila Real	casado
Joaquim Américo Moreira de Carvalho	1981.05.17			agricultor	S. Tomé do Castelo	casado
Mário do Poço Duro	1981.05.17			comerciante	Mouçós	casado
Albérico Olimpio Mateus	1981.05.17			comerciante	Moncorvo	casado
Pedro Chagas Ramos (Licenciado Direito e Administrador Hospitalar)	1981.10.29				Vila Real	casado
António Vieira da Silva Claro	1983.02.23			chefe de repartição de finanças	Vila Real	casado
António Mendes da Silva Carneiro	1983.10.12			chefe de finanças	Penafiel	casado
José Luís Martins Coutinho	1983.10.12			funcionário público	Vila Real	casado
Luis António Teixeira Coutinho	1983.10.12			engenheiro civil	Vila Real	casado
Horácio de Sousa Moreira Maia	1983.10.12				Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Maria do Céu Pimentel Monteiro Ferreira de Cabral Sacadura	1983.10.12				Cedofeita, Porto	casada
António Vicente Ferreira	1983.11.23			oficial judicial	Vila Pouca de Aguiar	casado
António Gonçalves Pereira	1984.06.07				Andrães	casado
António Paulo Mourão Dias	1984.06.07				Vila Real	casado
Henrique Manuel Ferreira	1984.06.07				Vila Real	casado
Albertino Azevedo do Fundo	1984.11.22			funcionário da Caixa geral de Depósitos	Linhares	casado
Amílcar Alexandre Carneiro Pereira Marcelino	1985.04.18			empregado bancário	Vila Real	solteiro
Arlindo Belarmino Morais dos Santos	1985.04.18			funcionário público da Direcção de Estradas	Vila Pouca de Aguiar	solteiro
Maria Júlia da Rocha Monteiro Madeira Pinto	1985.04.18			professora do ensino secundário	Vila Real	viúva
Octávio Lucílio Moreira de Carvalho	1985.04.18			empregado bancário	Escariz	casado
Manuel António Teixeira de Sousa Seródio	1985.05.09			agricultor	Porto	casado
Manuel Eduardo Freitas	1985.07.11			ajudante técnico de farmácia	Sabrosa	casado
Paulo da Costa Marinho	1986.10.09			comerciante	Parada de Cunhos	casado
Lucinda da Conceição Azevedo	1986.10.09			doméstica	Provesende, Sabrosa	casada
Alfredo José Branco Ribeiro	1986.10.09			comerciante	Vila Real	casado
António Rodrigues Alves	1986.10.09			engenheiro civil	Porto	solteiro
Ana Maria Alves Pinto da Mota Pimentel	1987.05.28			assistente social	Vila Real	casada
Maria da Conceição Alves	1987.05.28			doméstica	Sabrosa	casada
Teresa do Carmo Correia Claro	1987.05.28			doméstica	Sabrosa	casada
Óscar Monteiro Ferreira	1987.05.28			comerciante	Parada de Cunhos	casado
José Vilela Valente	1987.05.28			professor primário	Lamares	casado
José António Gonçalves Cunha	1987.05.28			empregado bancário	Luanda	casado
António Luís Duarte	1987.05.28			comerciante	Fundão	casado
Manuel António da Mota Ferreira	1987.05.28			empregado de escritório	Vila Real	casado
João Ribeiro Dias	1987.05.28			professor do ensino preparatório	Alijó	casado
Laurindo de Sousa Ferreira	1987.05.28			chefe de repartição da segurança social	Valpaços	casado
Irene Pinto Teixeira	1987.05.28			técnico da Segurança Social	Vila Pouca de Aguiar	solteira
Maria Sofia de Vasconcelos Nóbrega	1987.05.28			auxiliar técnica	Luanda	casada
Edite da Silva Santos	1987.05.28			professora primária	Vila Real	solteira
Maria de Fátima Fernandes Faceira da Silva Santos	1987.05.28			doméstica	Sabrosa	casada
Maria Teresa da Câmara de Sampago	1987.05.28			doméstica	Cascais	casada
Maria de Lurdes Tavares Carneiro	1987.05.28			comerciante	Mouçós	casada
Júlio Augusto Morais	1987.10.24			agente da polícia	Vila Real	casado
Manuel do Nascimento Martins	1988.02.11			professor do ensino secundário	Vila Real	casado
Manuel Luís Pereira de Oliveira Brochado	1988.02.11				Penafiel	casado
Cândido Santinho Machado	1988.02.11			funcionário público	Valpaços	casado
Eduardo Viana	1988.02.11			sargento	Mateus	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Albertina Rosa Barreira da Cruz de Sousa Ferreira	1988.02.11			professor ensino secundário	Vila Real	casada
Jair Mimoso Caramelo	1988.02.11			eng. electrotécnico	Gouveia	casado
António Durão Costa Lordelo	1988.02.11			empregado da C.G.D.	Folhadela	casado
Maria Isabel Baldina Carvalho	1988.02.11			empregado da C.G.D.	Lisboa	viúva
Maria Ângela de Belém Fernandes Lima	1988.02.11			funcionário dos correios	Mirandela	casada
Maria Amélia Teixeira da Cunha	1988.02.11			doméstica	Vila Real	
Alfredo Machado	1989.03.09			funcionário da Câmara Municipal	Vila Pouca de Aguiar	casado
Antero Alberto Tomar dos Santos	1989.03.09			electrotécnico dos correios	Vila Real	casado
Maria José Varela de Carvalho	1989.03.09			funcionária Administrativa	Vila Real	solteira
Fernando Alves Capela	1989.03.09			enfermeiro da EDP	Vila Real	casado
Maria Carolina Vieira Monteiro	1989.03.09			funcionária do Banco de Portugal	Vila Real	casada
Maria Adelaide Tabuada Gomes da Costa	1989.03.09			doméstica	Vila Real	casada
Amélia Mercedes Ribeiro	1989.03.09			doméstica	Vila Real	viúva
Joaquim Pereira da Cunha	1989.07.13			funcionário público da Segurança Social	Celorico de Basto	casado
Maria Clotilde Ferreira da Silva Cunha	1989.07.13			funcionária da Segurança Social	Lamego	casada
José Luís da Silva Teixeira Pires	1989.07.13			professor ensino secundário	Vila Real	casado
Zeferino Monteiro Real	1989.07.13			industrial	Angola	casado
Antónia Branca da Silva Teixeira Pires	1989.11.09			doméstica	Vila Real	casada
Mariana Augusta Canelas Martins Queiroz	1989.11.09			funcionária dos CTT	Porto	divorciada
Orlando de Matos da Costa Borges	1989.11.09			funcionária das finanças	Ribeira de Pena	casado
José da Costa Selas				vice-reitor do Seminário de Vila Real	Mondim de Basto	solteiro
Glória Maria Pereira Peixoto	1992.03.09				Vila Real	casada
Carlos Alberto Costa Almeida	1992.03.19			professor	Vila Real	casado
António de Queirós Madureira	1992.03.09			professor	Vila Real	reformado
Jorge Gonçalves	1992.03.09			empregado bancário	S. Vicente da Raia	casado
José Manuel Soeiro de Carvalho	1992.03.19			engenheiro	Lamego	casado
Filinto Enes Salgueiro	1992.03.19			comerciante/industrial	Viana do Castelo	casado
Maria Augusta Martins de Almeida	1992.03.19			doméstica	Vila Real	casada
Ana Maria de Almeida Chaves	1993.07.08				S. Pedro, Vila Real	casada
Vítor Manuel Gonçalves dos Santos	1994.07.21			funcionário bancário	Folhadela	casado
Maria Lídia Azevedo Martins	1992.10.17			professora do ensino básico	Vila Real	casada
Carlos Correia	1992.10.17			comerciante	Vila Marim	casado
Eduardo Baptista da Silva	1995.07.10			comerciante	Vila Real	casado
José Adérito Viana do Carvalho	1995.07.18			bancário	Mateus	casado
Joaquim José de Barros Ferreira	1995.09.13				Constantim	viúvo
Paulo Barreira Braga	1996.01.11				Vila Real	solteiro
Euclides António de Almeida	1996.03.18			comerciante	S. Dinis	casado
Aires Querubim de Meneses Soares	1996.11.25				Marco de Canaveses	casado
José Fortunato Freitas Costa Leite	1996.11.25				Fafe	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Artur João Lourenço Vaz	1997.03.17				Vimioso	casado
Maria das Dores Dolores Ferreira	1997.03.17				São Miguel de Lobrigos	casada
Manuel Maria Antunes Pimentel	1997.03.17				Mogadouro	casado
Maria José Monteiro de Carvalho Campos Tinoco	1997.03.17				Vila Real	casada
Albano Barros Teixeira	1997.03.17				Adoufe	casado
Armando Faria Taveira Peixoto	1997.03.17				Vila Verde	casado
Manuel da Silva Rodrigues Limba	1997.03.17				Resende	solteiro
José Joaquim Dias Gomes	1997.03.17			padre	Ribeira de Pena	solteiro
Alberto Correia Cardoso	1997.11.03				Peso da Régua	casado
Ana Isabel Bessa Monteiro Cardoso	1997.11.03			professora	Vila Real	solteira
Ana Isabel Bessa Monteiro Freitas dos Santos	1997.11.03			assistente social	Mateus	casada
Camilo Pereira Rebelo	1997.11.03			professor	Fornelos	casado
João Paulo de Matos Cunha	1997.11.03			consultor bancário	Vila Real	casado
José Joaquim Teixeira Pereira	1997.11.03				Vila Pouca de Aguiar	casado
Narciso Albino Ribeiro Cardoso dos Reis	1997.11.03			escriturário da Santa Casa	Angola	casado
Manuel Augusto do Carmo	1997.11.03			bancário	Chaves	casado
Manuel Lopes de Oliveira	1997.11.03			professor	Sabrosa	casado
Maria Ília Fernandes Gomes	1997.11.03			doméstica	Canelas	solteira
Matilde Maria Magalhães Pimentel Azevedo	1997.11.03			funcionária pública	S. Miguel de Lobrigos	casada
Ana Maria Beja Neves Nazaré Pereira	1998.02.16			prof. catedrática	Lisboa	casada
José Hermano Cruz Machado	1998.02.16				Mouços	casado
Raquel da Conceição Lourenço Lima Caramelo	1998.07.06			médica	Guarda	casada
Luísa Azevedo	1998.09.11				S. Tomé do Castelo	casada
Raul de Carvalho Gonçalves	1999.01.11				Bornes de Aguiar	casado
Daniel Abílio Ferreira Bastos	2002.10.21				Campanhã	casado
Carlos Adolfo Monteiro Rua Pinto	2002.10.21				Tanha	casado
Júlio do Carmo Ferreira Durão	2003.09.01				Vale de Nogueiras	casado
Joaquim Lourenço Fernandes	2003.09.01					
António Joaquim Silva Correia	2003.09.01				Lamares	casado
Maria Fernanda Rebelo Almeida	2003.09.01				Vila Real	divorciada
José Manuel de Oliveira da Costa Rodrigues	2003.09.01				S. Pedro do Sul	casado
Ana Maria Martins do Lago Cerqueira G. Gonçalves	2003.09.01				Sé, Porto	casada
Maria Ivone Fernandes Barroso Borges Rebelo	2003.05.22				Vila Real	solteira
Ana Amélia Fernandes Afonso Barroso Borges Rebelo	2003.07.03				Vila Real	casada
Manuel Alves Sanfins	2003.05.22				Abaças	casado
Carlos Alberto Mesquita Queirós	2004.05.03				Luanda	casado
Tomás Maria Santos Rebelo do Espírito Santo	2003.09.01				Lisboa	casado
António Castro Fontes	2005.12.12				S. Tomé do Castelo	solteiro
Carlos Eduardo de Sousa Teixeira	2005.12.12				Folhadela	casado
Ricardo Afonso Oliveira	2007.06.18				Chaves	casado
Luís Maximiano Coutinho da Silva	2007.06.18				Vila Real	casado

Nome	Data	Motivo	Categoria	Profissão	Naturalidade ou Residência	Estado civil
Manuel José da Veiga e Silva Gonçalves	2007.06.18				Alijó	casado
Lázaro Alfredo Alves	2007.06.18				Mirandela	casado
Maria Inês Barreto Mourão Barros de Mesquita da Conceição	2008.10.20				Vila Real	casada
Cid Manuel da Rocha Magalhães Gomes	2008.10.20				Vila Real	casado
Manuel António Cordeiro Moras	2008.10.20				Vilarinho da Castanheira	casado
Isabel Maria Montenegro Figueiredo Ramos	2008.10.20				Vila Real	casada
Maria Ermelinda Lopes Sampaio	2008.10.20				Valongo de Milhais	casada
Agostinho Mourão Quintelas	2010.05.24				Vila Real	casado
Álvaro Manuel Santos G. Ribeiro	2010.05.24				Ribeira de Pena	casado
António Bernardino Ferreira Camilo	2010.05.24				Vila Real	casado
António Francisco Dias Vieira	2010.05.24				Montalegre	casado
Carlos Manuel Cunha Botelho	2010.05.24				Ponta Delgada	casado
Maria Amélia dos Santos Nunes da Cunha Botelho	2010.05.24				Celeirós	casada
Maria de Ascensão Paloinha Henriques Machado	2010.05.24				Beja	casada
Marinda de Almeida Padrão Ribeiro	2010.05.24				Vila Real	casada
Rui Manuel de Faria Pimentel Morais Fonseca	2010.05.24				Coimbra	viúvo

Notas – Para o período referido, não dispomos de informação relativamente aos anos compreendidos entre 1742-1797. O período entre 1904 e 1956 foi reconstituído através das listagens dos diversos cadernos eleitorais existentes, motivo pelo qual apenas se indica o ano, e não a data completa de admissão. Para o período entre 1957 e 1959 não existem fontes que nos permitam, de forma rigorosa, indicar os irmãos entrados nesses anos.

Faltam os fólios 56-56v do livro 123, correspondentes a 2 irmãos, Fevereiro/Março de 1807. Entre Janeiro de 1863 e Julho de 1865 não há registo de entradas de irmãos.

Para o período entre 1693-1742, optámos por separar os irmãos nobres dos irmãos mestres, embora em muitos termos não se refira a classe social, pelo que a identificação, feita com base nos nomes e profissões apresentados nos termos pode não estar absolutamente correcta.

(Fontes: Arquivo Distrital de Vila Real – SCMVR/E/001/Lv123; SCMVR/E/001/Lv124; E/004/Lv126; Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real – *Cadernos Eleitorais (1904 a 1956)* e *Livros de Admissão de Irmãos (1965-2010)*)

ANEXO VII

Procissão dos Santos Passos (1774-1902)

1774

- Pendão: Francisco Xavier de Azevedo
- Tochas: licenciado Agostinho José Pereira Cardoso, licenciado Jerónimo José Pinto de Azevedo, José Lopes Urbano, António Pinto Coelho Barbosa
- Anjos: Domingos José da Cunha, António Botelho, Manuel Teixeira, Domingos Pereira de Barros, Tomás Teixeira, António José de Sampaio, Manuel Rodrigues, Manuel da Silva, Gualter Botelho, António Pereira de Azevedo Faria, José Teixeira da Fonseca, Manuel da Costa
- São João: Sebastião José Barbosa
- Madalena: Tomás da Costa
- Maria: Luís Dias
- Bandeira da Irmandade: José Pinto de Mesquita Sarmento
- Tochas: licenciado António Pinto do Couto, Luís António Monteiro
- Andor do Senhor: José Félix de Morais, Jerónimo da Cunha Sotomaior, Luís Alves da Nóbrega, António de Queirós Pimentel
- Tochas: António Feio de Figueiredo, Inácio Botelho de Lucena, António Teixeira Sarmento, António José Machado de Castro, António Fernandes de Castro, José Ribeiro
- Pálio: Francisco José Taveira Pimentel, Luís Alves de Figueiredo e Rocha, António Teixeira de Melo e Castro, José Constantino Lobo Barbosa, Francisco José dos Santos Pinto
- Tochas: Lourenço Botelho de Vasconcelos Pimentel, Neutel Correia de Mesquita, Joaquim da Silva Barbosa, José Dias, António de Gouveia, Domingos José Alves
- Lanternas: Reverendo Frutuoso Correia de Azevedo, Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho, Reverendo Miguel Alves Rodrigues, Reverendo Jerónimo de Carvalho
- Acólitos: Reverendo António Pereira Rubião, Reverendo Francisco da Costa
- Primeiro Passo: Francisco Xavier Correia, José Vicente Teixeira de Barros
- Segundo Passo: Domingos Pinto, João Guedes
- Terceiro Passo: Manuel de Freitas, José Moreira da Fonseca
- Quarto Passo: Manuel da Costa, Manuel Teixeira Monteiro
- Quinto Passo: Jerónimo de Carvalho, António Dias
- Sexto Passo: Francisco de Meireles, Cristóvão Alves dos Reis
- Sétimo Passo: Matias Alves, Pedro Alves Vilela

1780

- Pendão: António Botelho de Lucena
- Tochas: Doutor José Alves de Barros, Caetano José Pereira, António Pereira de Azevedo Faria, Manuel Correia Botelho
- Anjos: António Monteiro, Jerónimo de Carvalho, António Lopes Rego, João Rebelo, Manuel da Costa de Magalhães, Domingos Alves, Manuel Moreira da Fonseca
- Maria: Sebastião Barbosa
- São João: Bento Pires
- Madalena: Tomás da Costa
- Bandeira da Irmandade: Luís Ataíde Pimentel Castelo Branco
- Tochas à bandeira: José Botelho Guedes do Amaral, José Dias
- Andor do Senhor: Jerónimo da Cunha Sotomaior, José Félix de Morais Sarmento, Francisco António de Vasconcelos, António Sarmento de Magalhães Teixeira
- Tochas: António Botelho de Lucena, António Botelho de Queirós, Manuel Correia Guedes do Amaral, José Ribeiro, José Gomes, António Machado
- Pálio: D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, José Constantino Lobo Tavares de Sampaio, Luís Alves de Figueiredo e Rocha, Francisco José Taveira Pimentel, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Miguel António Pereira Pinto Vaz Guedes
- Tochas: José Correia Pinto do Amaral, Bento António Alves de Figueiredo e Rocha, Miguel António Pereira Pinto Vaz Guedes, Manuel da Silva, Martinho José de Seixas, Francisco Xavier Correia
- Acólitos: Reverendo António Pereira Rubião, Reverendo Manuel da Conceição
- Lanternas: Reverendo José Moreira Pinto, Reverendo Jerónimo Rodrigues, Reverendo Manuel da Costa Dianeiro, Reverendo António Cristóvão Pereira
- Primeiro Passo: José Moreira da Fonseca, António Luís Alves
- Segundo Passo: João Guedes, António Pinto Barbosa
- Terceiro Passo: José Caetano, Manuel Teixeira Monteiro

- Quarto Passo: Gualter Botelho, Manuel Mourão
- Quinto Passo: José Ferreira Real, José Rodrigues Torgo
- Sexto Passo: Manuel Machado, André Ribeiro Pimenta
- Sétimo Passo: Pedro Alves, José Correia

1784

- Pendão: Joaquim José Silva Barbosa Sousa
- Tochas: José Caetano Carneiro de Carvalho, José Pereira de Sequeira, João Ribeiro Fraga, José Moreira da Fonseca
- Anjos: Tomás Teixeira Carvalho, João Fernandes de Matos, António Gouveia, alfaiate, António Fernandes de Castro, Bento Pires, vendeiro, João Guedes, João Pereira da Rocha, José Lopes Urbano, José da Costa, de Santa Margarida, Manuel Teixeira Monteiro, Manuel de Queirós, das Casas Novas
- Madalena: Martinho Rodrigues de Seixas
- Maria do Sião: Tomás da Costa
- São João: Cristóvão dos Reis
- Bandeira da Irmandade: Doutor Luís Álvares da Nóbrega Cam e Aboim
- Tochas: António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Luís Ferreira Real
- Andor do Senhor: Francisco António de Magalhães e Vasconcelos, António Botelho de Lucena, José Botelho Guedes do Amaral, Feio de Figueiredo
- Tochas: José Maria da Veiga Cabral, António José Machado, José Teles de Magalhães Sarmento, Manuel Rodrigues Cabanas
- Pálio: José Correia Pinto do Amaral, Luís Álvares de Figueiredo e Rocha, José Constantino Lobo, Miguel António Vaz, José Pinto de Mesquita, Manuel dos Santos Pinto
- Tochas: D. Luís António de Sousa Botelho, José Rodrigues Torgo, António Botelho Correia do Amaral, Joaquim José Silva de Barbosa, Gualter Botelho
- Lanternas: Reverendo Jerónimo Correia Pinto, Reverendo José de Meireles, Reverendo José Caetano, Reverendo António Correia Mourão
- Acólitos: Reverendo Luís Ribeiro de Matos, Reverendo Manuel da Rocha
- Primeiro Passo: Jerónimo Álvares Rodrigues, José Teixeira da Fonseca
- Segundo Passo: Domingos Pinto Barbosa, António Pinto Barbosa
- Terceiro Passo: António Lopes Rego, António Gomes Carneiro
- Quarto Passo: Domingos José Teixeira, António Alves Meneses
- Quinto Passo: João Fernandes de Matos, Francisco Teixeira Guerra
- Sexto Passo: Domingos José Fernandes, José da Costa, do bairro de Santo António
- Sétimo Passo: Pedro Álvares Vilela, Manuel da Costa

1791

- Pendão: Francisco da Silveira Pinto
- Tochas: Doutor José Alves de Barros, José Silva de Cerqueira, António José Alves de Meneses, José Lopes Urbano
- Anjos: António Pereira de Ceuta, Manuel da Costa de Morais, Manuel Machado, de Santo António, André Ribeiro, de Santo António, Manuel Teixeira de Meireles Coelho, António Lopes Rego, Jerónimo de Carvalho, João Gomes Carneiro, do Cabo da Vila, Miguel Pereira Trancoso
- Madalena: Tomás da Costa
- Maria do Sião: Bento Pires
- S. João: João Pereira da Rocha
- Bandeira da Irmandade: José Félix de Morais Sarmento
- Tochas: Manuel Frias Guedes Pimentel do Amaral, Manuel Alves Dinis Patorro
- Andor do Senhor: Belchior Luís Pinto Cardoso, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, António Botelho Correia Guedes do Amaral, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, José Dias
- Pálio: D. Luís António de Sousa Botelho, José Pinto da Mesquita, António Teixeira de Lacerda, Doutor Luís Alves da Nóbrega, António Frias de Figueiredo, Francisco José Taveira de Macedo
- Tochas: Francisco da Silveira Pinto, José de Matos, José Pinto da Mesquita, Jerónimo José de Oliveira, António Teixeira de Lacerda, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Lanternas: Reverendo João Correia Botelho, Reverendo António Dias Picão, Reverendo António Correia Mourão
- Acólitos: os reverendos capelães
- Primeiro Passo: Jerónimo de Carvalho, José Joaquim Monteiro
- Segundo Passo: Domingos Pinto Barbosa, António Pinto Barbosa
- Terceiro Passo: Francisco de Barros Taveira, António José
- Quarto Passo: Francisco Xavier Correia, José Ribeiro
- Quinto Passo: António Dias, Joaquim António
- Sexto Passo: Francisco de Meireles, Luís Dias
- Sétimo Passo: Bernardo António da Costa, Manuel de Queirós

1792

- Pendão: Joaquim José Teixeira Vilaça Bacelar
- Tochas: António José Alves Meneses, José Lopes Urbano, Doutor Manuel da Silva Dias, José Pereira de Sequeira

- Anjos: Manuel Machado, do bairro de Santo António, André Ribeiro Pimenta, Manuel Teixeira de Meireles Coelho, António Lopes Rego, António Pereira de Ceuta, Jerónimo de Carvalho, João Guedes, João Pereira da Rocha, Joaquim Nunes
- Madalena: Sebastião José Barbosa
- Maria do Sião: Bento Pires
- S. João: Francisco de Barros Taveira
- Bandeira da Irmandade: António José de Figueiredo Tavares
- Tochas: Manuel de Frias Guedes Pimentel do Amaral, Manuel de Carvalho Campos
- Andor: Francisco Vaz Pereira Pinto Guedes, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, Melchior Luís Pinto Cardoso, José Teixeira de Melo
- Tochas: António Botelho Guedes do Amaral, Francisco José de Carvalho, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, Joaquim Pereira Picão
- Pálio: José Pinto da Mesquita Sarmento, António Feio de Figueiredo Correia, Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto, José Félix de Morais, Martinho de Magalhães Faria e Sousa, Luís de Ataíde Pimentel Castelo Branco
- Tochas: Joaquim José Teixeira Vilaça Bacelar, José Correia Alves, Francisco Teixeira da Fontoura, José Dias, Joaquim José da Silva de Barbosa e Sousa, Manuel Rodrigues Cabanas
- Lanternas: Reverendo João Correia Mourão, Reverendo António Dias Picão, Reverendo Jerónimo Rodrigues Cabanas, Reverendo Bernardo Bernardino da Mesquita Cardoso
- Acólitos: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Primeiro Passo: João Alves Bonito
- Segundo Passo: Domingos José da Veiga
- Terceiro Passo: António José
- Quarto Passo: José Botelho Correia da Mesquita
- Quinto Passo: Joaquim António Celeiro
- Sexto Passo: Domingos José Fernandes
- Sétimo Passo: José Alves de Matos

1795

- Pendão: Belchior Luís de Maris Sarmento Pinto de Mesquita
- Tochas: Manuel da Silva Dias, José Caetano Carneiro, José Pereira de Sequeira, Francisco Manuel de Sousa
- Anjos: João Pereira da Rocha, António Dias, Manuel da Costa, António Monteiro, Manuel Teixeira Monteiro, António Luís Rego, Manuel José Ferreira, Domingos José Alves da Cruz, Manuel António Álvares
- Madalena: Manuel de Carvalho Campos
- São João: António Alves Torgo
- Nossa Senhora: Manuel Alves Dinis Patorro
- Bandeira da Irmandade: Francisco Manuel Gouveia Pinto
- Tochas: Belchior Luís de Maris Sarmento Pinto de Mesquita, José Dias Picão
- Andor: António Botelho de Lucena, Francisco Correia Pinto do Amaral, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, Neutel Correia de Mesquita Pimentel
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas do andor: Francisco Correia Pinto do Amaral, João Alves Martins, Neutel Correia de Mesquita, Domingos José da Veiga
- Pálio: José Pinto de Mesquita Sarmento, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Miguel António Vaz Guedes, Luís António Botelho de Sousa Mourão, Bento Borges da Cunha Botelho, António Feio de Figueiredo Correia
- Tochas: António Botelho de Lucena, Jerónimo José de Oliveira, Luís António de Figueiredo e Rocha, José Alves Rodrigues Correia, António Feio de Figueiredo Correia, Joaquim Nunes Correia
- Lanternas: Padre João Correia Botelho, Padre António Dias, Padre Bernardo Pereira Cardoso, Padre António de Azevedo
- Acólitos dos capelães: sem indicação
- Primeiro Passo: Manuel Amorim Pimentel de Morais, Manuel Alves Dinis Patorro
- Segundo Passo: José Teixeira de Melo e Castro, José António Ferreira
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Manuel da Silva Dias, Joaquim Pereira da Cunha
- Quinto Passo: Neutel Correia de Mesquita Pimentel, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Sexto Passo: Martinho de Magalhães Faria e Sousa, José Dias Picão
- Sétimo Passo: Doutor Atral, Gualter Botelho

1796

- Pendão: Francisco Teixeira Carneiro de Fontoura
- Tochas: Manuel da Silva Dias, José Caetano Carneiro, José Pereira de Cerqueira, António Alves Pereira Torgo
- Anjos: José Manuel Teixeira, Frutuoso da Costa Mourão, Francisco Correia de Matos, António Monteiro, Manuel Teixeira Monteiro, Domingos José Botelho, do Jogo da Bola, António Dias, António José Ferreira, Francisco José de Carvalho, José Correia de Mesquita, Manuel Machado, do bairro de Santo António, Manuel Moreira
- Madalena: Joaquim Lopes
- São João: Manuel Rodrigues Cabanas

- Nossa Senhora: Manuel Correia Machado, do Jogo da Bola
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Francisco Correia Pinto do Amaral, José Correia de Mesquita
- Andor: Francisco Manuel de Gouveia Pinto, Francisco de Paula de Ataíde Pimentel, Belchior Luís de Maris Sarmento, António Sarmento de Magalhães Teixeira
- Cireneu: sem indicação
- Tochas: Domingos José Botelho de Sousa, Manuel Machado Carlos Sobral João Alves Martins
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto de Mesquita Sarmento, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto, D. Luís António Botelho de Sousa Mourão, Doutor Manuel de Amorim Pimentel de Morais
- Tochas: Luís António de Figueiredo, José Pinto da Veiga, António Teixeira Carneiro, José Lopes Urbano, António da Costa Camelo, Luís Joaquim Alves Sabrosa
- Primeiro Passo: Capitão José Pereira de Sampaio, José de Matos
- Segundo Passo: Francisco José da Silva Gomes, Manuel Alves Coutinho
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: o Reverendo João Ferreira Real, Manuel de Carvalho Campos
- Quinto Passo: Francisco Teixeira de Carvalho, Luís Ferreira Real
- Sexto Passo: Jerónimo José de Araújo Carneiro, Manuel António Vilela
- Sétimo Passo: António da Costa Camelo, António Correia Quelha

1797

- Pendão: Neutel Correia de Mesquita Pimentel
- Tochas: Doutor José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, Doutor António Rebelo de Matos Ribeiro, José Pereira de Cerqueira, José Lopes Urbano
- Anjos: João Pinto da Veiga, António José de Araújo Rochela, José Alves Rodrigues, Domingos Fernandes, Jerónimo Alves Rodrigues, Manuel Alves Dinis Patorro, Frutuoso José dos Reis, Manuel António Vilela
- Madalena: José Manuel de Azevedo
- São João: José Teixeira de Azevedo
- Nossa Senhora: José de Matos, João Alves Martins
- Bandeira da Irmandade: António Feio de Figueiredo Correia
- Tochas: Francisco Xavier Teixeira Carneiro da Fontoura, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Andor: Francisco Correia Pinto do Amaral, António Botelho de Lucena, Francisco Xavier Teixeira Carneiro da Fontoura, Neutel Correia de Mesquita Pimentel
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: Manuel de Amorim Pimentel, Gualter Botelho, António Feio de Figueiredo Correia, José António Ferreira
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto de Mesquita Sarmento, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto, Manuel Amorim Pimentel, António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Manuel Correia Teixeira do Amaral, Francisco Manuel de Sousa, Neutel Correia de Mesquita, José Dias, José Teixeira de Melo e Castro, Joaquim Pereira da Cunha
- Primeiro Passo: Doutor Agostinho José Pereira Cardoso, João Alves Martins
- Segundo Passo: José Botelho de Lima, Manuel Pinto Barbosa
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: António Botelho Pereira Coelho, António Monteiro
- Quinto Passo: Manuel Botelho de Sousa, Joaquim António
- Sexto Passo: Doutor Manuel Teixeira Bragança, António Pereira de Ceuta
- Sétimo Passo: António José Pereira Coelho, Manuel da Costa de Morais

1798

- Pendão: João Ribeiro de Noronha Pimentel de Mesquita Pinto
- Tochas: José da Silva Dias, João Teixeira Cabral, José Luís de Oliveira, António Caetano Alves Relvas
- Anjos: Jerónimo Alves Rodrigues, Manuel António Vilela, Francisco de Meireles, Manuel António e Oliveira, Frutuoso da Costa Mourão, José Rebelo da Costa
- Madalena: Joaquim Lopes Martins
- São João: Jerónimo da Silva e Almeida
- Nossa Senhora: José Alves de Matos
- Bandeira da Irmandade: João Machado Botelho
- Tochas: Francisco de Paula e Ataíde, Gualter Botelho
- Andor: Francisco Teixeira Carneiro de Fontoura, Francisco Vaz Pereira Guedes, António Botelho de Lucena, Pedro de Magalhães Faria e Sousa
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: Carlos Cabral Teixeira de Morais, José Dias Picão, Manuel Correia Teixeira do Amaral, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Pálio: António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Miguel António Vaz Pereira Guedes, José Pereira de Mesquita Sarmento, António Feio de Figueiredo Correia, José de Azevedo Pinto, Doutor Manuel de Amorim Pimentel
- Lanternas: João Pinto da Veiga, Jerónimo José de Oliveira, Francisco José de Oliveira, João Alves Martins, José Alves de Matos, Luís Joaquim Alves
- Primeiro Passo: Doutor António José Dias Mourão, Domingos José da Veiga
- Segundo Passo: João Botelho Lobo, Luís Joaquim Alves

- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: João Teixeira Cabral de Andrade, António Caetano Alves Relvas
- Quinto Passo: António José Borges, Paulo de Oliveira
- Sexto Passo: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho, Domingos Fernandes Rito
- Sétimo Passo: Doutor José Teixeira Carneiro Bacelar, Manuel Machado Correia

1799

- Pendão: Manuel da Silva Dias
- Tochas: João Teixeira Cabral, José da Silva Dias, José da Cunha, Luís Joaquim Alves
- Anjos: Martinho José Rodrigues de Seixas, Jerónimo Alves Rodrigues, José Luís de Oliveira, José Alves da Fraga, António Luís Alves, João Pereira da Rocha, Manuel Alves Moreira, António Alves Rodrigues, Paulo de Oliveira
- Madalena: Francisco José de Oliveira
- São João: Miguel Teixeira Trancoso
- Nossa Senhora: José Alves de Matos
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, João Baptista Pereira
- Andor: Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, João Machado Botelho, Carlos Cabral Teixeira de Morais, Doutor Manuel da Costa Monteiro e Oliveira
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto da Veiga, Neutel Correia da Mesquita Pimentel, José António Ferreira
- Pálio: António Teixeira de Magalhães e Lacerda, José Pinto da Mesquita Pimentel, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, António Feio de Figueiredo Correia, Doutor Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Tochas: António Correia de Carvalho, Joaquim Pereira da Cunha, António Teixeira de Magalhães, Francisco Manuel de Sousa, Francisco Cabral da Veiga de Bacelar, João Gomes
- Primeiro Passo: Domingos José Correia de Magalhães, Francisco Carneiro de Carvalho
- Segundo Passo: Doutor António José Alves de Meneses, José de Sousa
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Reverendo Manuel Joaquim Moreira Pinto, António José de Araújo
- Quinto Passo: Doutor Manuel António Pinto de Gouveia, Manuel José Ferreira
- Sexto Passo: Doutor José Caetano Carneiro de Carvalho, Francisco José de Carvalho
- Sétimo Passo: João Alves de Barros, José Pereira de Cerqueira

1800

- Pendão: António Correia de Carvalho
- Tochas: Diogo Leite Ferreira, José da Silva Dias, Luís Joaquim Alves, João Pinto da Veiga
- Anjos: José Alves da Fraga, Jerónimo Alves Rodrigues, Manuel Machado Pereira, Frutuoso da Costa Mourão, José Rebelo da Costa, Francisco de Meireles, Manuel Gonçalves Dinis, Manuel da Costa de Morais, Manuel Teixeira Monteiro, António de Matos, António Teixeira de Ceuta, José Manuel Teixeira de Azevedo, Manuel Rodrigues Canelhas
- Madalena: Manuel Correia Botelho de Mesquita
- São João: Francisco de Barros Taveira
- Nossa Senhora: Irmão secretário, por sua devoção
- Bandeira da Irmandade: Francisco Agostinho do Amaral Teixeira de Gouveia
- Tochas: Neutel Correia da Mesquita Pimentel, José António Ferreira
- Andor: Gonçalo Cristovão Teixeira Coelho de Melo Pinto da Mesquita, Francisco Cabral da Veiga de Barbosa Lobo, Francisco de Paula e Ataíde, Francisco Teixeira Carvalho da Fontoura
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, António Caetano Alves Relvas
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto de Mesquita Sarmiento, António Teixeira de Magalhães Lacerda, António José de Azevedo Pinto, Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Lanternas: José Dias Picão, Manuel Machado Correia, Domingos José Fernandes, Francisco da Veiga, Manuel Alves Coutinho, Joaquim António, Paulo de Oliveira, José de Oliveira
- Primeiro Passo: José Moreira Pinto, Capitão José Pereira de Sampaio, Jerónimo José de Oliveira
- Segundo Passo: Francisco José da Silva Gomes, Manuel Alves Coutinho
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Doutor José Botelho de Sousa, João José Gonçalves
- Quinto Passo: Reverendo José Alves Coelho, José Teixeira da Fonseca
- Sexto Passo: António da Costa Camelo, João Baptista Pereira Romão
- Sétimo Passo: José da Silva Dias, Jerónimo José de Azevedo Carneiro, António Correia Quelha

1801

- Pendão: João Ribeiro da Mesquita Pimentel
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro da Mesquita Pimentel, José da Silva Dias, João Pinto da Veiga, Luís Joaquim Alves
- Anjos: José Rebelo da Costa, Manuel Gonçalves Dinis, Manuel da Costa de Morais, Manuel Rodrigues Canelhas, Manuel António de Oliveira, José de Oliveira, Jerónimo Balbino da Cunha, José da Cunha, Manuel José Ferreira
- Madalena: António Luís Alves
- São João: José da Fraga
- Nossa Senhora: António Dias da Fonseca
- Bandeira da Irmandade: Manuel Correia Teixeira do Amaral
- Tochas: Pedro de Magalhães Faria de Sousa, José Pinto da Veiga
- Andor: Francisco Cabral Lobo de Barbosa, Gonçalo Cristovão Teixeira de Melo, António Botelho de Lucena, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: António Botelho de Lucena, António Feio de Figueiredo, António José da Nóbrega, António Caetano Relvas
- Pálio: José Pinto da Mesquita, Miguel António Vaz Guedes, António José de Azevedo Pinto, António Feio de Figueiredo, Corregedor, Juiz de Fora
- Lanternas: José Dias Picão, Manuel Machado Correia, Domingos José Fernandes, Francisco da Veiga, Manuel Alves Coutinho, Paulo de Oliveira, José de Sousa, Joaquim Correia Nunes Viana
- Tochas: Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, Doutor António de Matos Rebelo, Francisco Correia do Amaral, Doutor José Teixeira Carneiro Bacelar, Francisco Manuel de Sousa, João Gomes Carneiro
- Primeiro Passo: Reverendo João Ferreira Real, Francisco de Oliveira
- Segundo Passo: Domingos José Botelho, Francisco Carneiro
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Reverendo José da Costa Monteiro, José Alves Correia
- Quinto Passo: Manuel Botelho de Sousa, Francisco Ferreira de Carvalho
- Sexto Passo: Doutor José Teixeira Carneiro Bacelar, Francisco José de Carvalho
- Sétimo Passo: Doutor Manuel Teixeira Bragança, Manuel Machado, de Santo António

1802

- Pendão: Padre Manuel de Frias Guedes do Amaral
- Tochas: Padre Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel, José da Silva Dias, José Lopes Urbano, João Pinto da Veiga
- Anjos: Francisco José de Carvalho, João Baptista Pereira Romão, Manuel Rodrigues Canelhas, Jerónimo Alves Rodrigues, José Lopes Urbano, Manuel Machado Carvalho, Domingos Fernandes Borbela, José Joaquim Monteiro, António de Matos, Manuel Machado Pereira, José Alves Rodrigues, Domingos Alves da Cruz, Frutuoso da Costa Mourão, Manuel Marques Alves Monteiro, José da Cunha
- Madalena: António Correia Quelhas
- São João: Paulo de Oliveira
- Nossa Senhora: outro irmão
- Bandeira da Irmandade: António Botelho de Lucena, Neutel Correia de Mesquita Botelho
- Tochas: Pedro de Magalhães Faria e Sousa, Francisco Manuel de Sousa
- Andor: Francisco Cabral Lobo de Barbosa, Diogo da Cunha Leite Pereira, Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, Carlos Cabral Teixeira de Morais
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: António Botelho de Lucena, Francisco Teixeira Carvalho da Fontoura, Joaquim Pereira da Cunha, José António Ferreira
- Pálio: Miguel António Vaz Pereira Pinto Guedes, José Pinto da Mesquita, António Feio de Figueiredo Correia, Doutor Manuel de Amorim Pimentel de Morais, Desembargador Corregedor, António José Alves Meneses
- Tochas: António José de Azevedo Pinto, António Caetano Relvas, Manuel da Silva Dias, António Dias da Fonseca
- Lanternas: Manuel Alves Coutinho, Luís Joaquim Alves, Francisco da Veiga, José Alves de Matos, José Manuel de Azevedo, José Alves da Fraga
- Primeiro Passo: João Ferreira Real, António Pereira de Azevedo
- Segundo Passo: João Correia Nunes Viana, Luís Joaquim Alves
- Terceiro Passo: Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: José Vieira de Carvalho, João Pinto da Veiga
- Quinto Passo: António Pereira Guimarães, Manuel Alves Dinis
- Sexto Passo: Joaquim Patrício Botelho de Sampaio, Manuel da Costa de Morais
- Sétimo Passo: Jerónimo José de Araújo Carneiro, António Pereira de Ceuta

1803

- Pendão: Capitão José Pereira de Sampaio
- Tochas: José da Silva Dias, João Pinto da Veiga, João Manuel Ferreira Real, Francisco José de Oliveira
- Anjos: António Lopes Rego, José António Baptista, Francisco António Correia, Jerónimo Balbino da Cunha, António Dias da Fonseca, José Joaquim Monteiro, Francisco José de Carvalho, Manuel Rodrigues Canelhas, Domingos Fernandes Borbela, José Alves Rodrigues
- Madalena: António Fernandes de Castro
- São João: Secretário

- Nossa Senhora: José Alves da Fraga
- Bandeira: Francisco Correia do Amaral
- Tochas: Pedro de Magalhães Faria e Sousa, José António Ferreira
- Andor: António Botelho Correia Guedes do Amaral, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, Francisco de Paula e Ataíde, Francisco Cabral da Veiga de Barbosa Lobo
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: António Rebelo de Matos Rocha, Joaquim Pereira da Cunha, Doutor Manuel Teixeira Bragança, Luís Joaquim Alves
- Pálio: Miguel António Vaz Pereira Pinto Guedes, António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto da Mesquita, Doutor Manuel de Amorim Pimentel, Doutor Juiz de Fora, José Constantino Lobo Tavares
- Tochas: todos os irmãos que tem
- Primeiro Passo: João António Teixeira Nunes, António Pereira de Azevedo
- Segundo Passo: Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, João José Gonçalves
- Terceiro Passo: Manuel Carvalho Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Matias José Marques, José Pereira de Azevedo
- Quinto Passo: Francisco Xavier de Azevedo, Manuel Marques Alves Monteiro
- Sexto Passo: António Teixeira Pinto Machado de Azevedo, Francisco Correia de Matos
- Sétimo Passo: António Botelho de Sampaio, Francisco Pinto da Veiga

1804

- Pendão: João Ferreira Real
- Tochas: José da Silva Dias, Luís Joaquim Alves, Capitão José Pereira de Sampaio, José de Sousa
- Anjos: Francisco Carneiro de Carvalho, Manuel Alves Coutinho, Francisco José de Carvalho, Manuel Rodrigues Canelhas, Domingos Fernandes Borbela, José Alves Rodrigues, João Baptista Dionísio, José da Costa, António José da Nóbrega, Francisco José Ferreira de Carvalho, Frutuoso da Costa Mourão, António Pereira de Ceuta, João Baptista Pereira Romão
- Madalena: José Pereira de Azevedo
- São João: Luís Joaquim Alves
- Nossa Senhora: Jerónimo Balbino da Cunha
- Bandeira: João Botelho Guedes do Amaral
- Tochas: José Correia do Amaral, José Luís de Oliveira
- Andor: Reverendo José Botelho de Sousa, Reverendo José da Costa Monteiro, Reverendo José Moreira Pinto, Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: Doutor Sebastião José de Carvalho, António Pereira de Azevedo, Doutor João Baptista Pereira Coelho, Francisco Gomes
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto da Mesquita Sarmento, Francisco da Silva Pinto da Fonseca, António Botelho Correia Guedes do Amaral, Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Tochas: todos os irmãos que têm Passo
- Primeiro Passo: Francisco Inácio de Morais Pimentel Carneiro da Fonseca, António Alves Torgo
- Segundo Passo: Capitão José Pereira de Sampaio do Amaral, João Manuel Correia da Cunha Correia Botelho, José da Cunha
- Terceiro Passo: Francisco Agostinho Correia Teixeira do Amaral, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Doutor Sebastião José de Carvalho, António Pereira Carneiro
- Quinto Passo: João Manuel Correia da Cunha Correia Botelho do Amaral, Manuel Alves Dinis Patorro
- Sexto Passo: Doutor João Baptista Pereira Coelho, Manuel Machado Correia
- Sétimo Passo: Francisco Pereira de Carvalho, Manuel Rodrigues Cabanas

1805

- Pendão: João Ribeiro de Noronha da Mesquita
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho, Luís Joaquim Alves, Reverendo José Botelho de Sousa, Francisco da Veiga Pinto
- Anjos: Francisco José de Carvalho, José da Costa, António José da Nóbrega, Manuel de Azevedo Pinto de Magalhães, José da Cunha, José Luís de Oliveira, António Alves Torgo, António Luís Alves, João Pereira da Rocha, Manuel da Costa de Morais, Francisco José de Oliveira, Jerónimo José Pereira
- Madalena: Francisco José Pereira de Azevedo
- São João: Francisco Pinto da Veiga
- Nossa Senhora: Jerónimo Balbino da Cunha
- Bandeira: Reverendo Manuel de Frias Guedes do Amaral
- Tochas: José Correia do Amaral, João Pinto da Veiga
- Andor: Sebastião Maria da Nóbrega Magalhães Pizarro, Francisco de Paula de Ataíde, Francisco Xavier Carneiro Teixeira da Fontoura, Neutel Correia da Mesquita Pimentel
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Tochas: João Teixeira Cabral de Andrade, José de Sousa, Doutor Manuel Teixeira Bragança, João de Morais
- Pálio: José Constantino Lobo Tavares, António Feio de Figueiredo, José Pinto da Mesquita, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, Desembargado Corregedor, Doutor Juiz de Fora

- Tochas: todos os irmãos que têm Passos
- Primeiro Passo: António Botelho Pereira Coelho, Luís Moreira da Fonseca
- Segundo Passo: António José Pereira de Azevedo, José Manuel de Azevedo
- Terceiro Passo: João Bernardino Botelho Lobo, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Domingos Marinho de Queirós, António Luís Pereira
- Quinto Passo: João Pereira Nunes Viana, Francisco José Ferreira de Carvalho
- Sexto Passo: João Alves de Barros, António Correia Quelha
- Sétimo Passo: Francisco Ferreira de Carvalho, António de Matos

1806

- Pendão: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: José da Silva Dias, José Lopes Urbano, José Pereira de Sampaio, Francisco José de Oliveira
- Anjos: Manuel de Azevedo Pinto de Magalhães, António Luís Alves, Manuel da Costa de Morais, António Luís Pereira, António Pereira de Ceuta, Manuel Machado Pereira, Francisco Correia de Matos, José Alves da Fraga, Francisco José de Oliveira, José Manuel de Azevedo, José da Cunha
- Madalena: António Pereira de Azevedo
- São João: Matias José dos Santos, Jerónimo José Pereira
- Bandeira: António Botelho Correia Guedes do Amaral
- Tochas: António Teixeira Carvalho da Fontoura, José de Sousa
- Andor: Reverendo Manuel da Costa, Reverendo José Botelho de Sousa, Reverendo Manuel de Frias Guedes do Amaral, Reverendo José da Costa Monteiro
- Cireneu: Jerónimo Alves Rodrigues
- Tochas: António Botelho de Lucena, José da Costa Rebelo, Francisco Botelho de Queirós Pimentel, José António Ferreira
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, Miguel António Vaz Pereira Pinto Guedes, José Pinto da Mesquita Sarmento, Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora, José Constantino Lobo Tavares
- Tochas: todos os irmãos que têm Passos
- Primeiro Passo: João Vitorino, José Moreira da Fonseca
- Segundo Passo: Doutor José Pereira de Macedo, Francisco José Pereira de Azevedo
- Terceiro Passo: Domingos José Correia de Magalhães, João Correia Mourão
- Quarto Passo: Diogo da Cunha Leite Pereira, João Pinto da Veiga
- Quinto Passo: António José Leite dos Reis, Francisco José Ferreira de Carvalho
- Sexto Passo: Francisco Botelho Correia de Queirós Pimentel, José Dias Picão
- Sétimo Passo: Domingos Alves Lobo, António Correia de Sampaio

1807

- Pendão: João Ribeiro, Doutor Manuel da Silva Dias
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho, João Baptista Ferreira, José Botelho de Sousa, José Rebelo da Costa
- Anjos: Manuel Machado Pereira, de Santo António, José Manuel de Andrade, Domingos Fernandes Borbela, António Pereira Carneiro, José António Ferreira, António Alves Torgo, Manuel Pinto Barbosa, João de Meireles Monteiro
- Madalena: Joaquim Correia Nunes Viana
- Nossa Senhora: Jerónimo Balbino da Cunha
- São João: Manuel Alves Coutinho
- Bandeira: António José de Almeida Pinto
- Tochas: Doutor João Baptista Ferreira, Jerónimo Fernandes
- Andor: Sebastião Maria da Nóbrega Pizarro, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, Francisco Vaz Pereira Pinto Guedes, Francisco de Paula e Ataíde
- Cireneu: Manuel Alves Moreira
- Pálio: Doutor Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora, José Pinto da Mesquita Sarmento, António Botelho de Lucena, Reverendo Manuel de Frias Guedes Pimentel do Amaral, Neutel Correia da Mesquita Pimentel
- Tochas: todos os irmãos que têm Passos
- Primeiro Passo, que é o da nossa igreja: Secretário
- Segundo Passo, ao Aljube: Francisco Inácio de Morais Pimentel, Francisco Pereira de Ataíde
- Terceiro Passo, ao Hospital Velho: Carlos Cabral Teixeira de Morais, João José Gonçalves
- Quarto Passo, na Rua da Praça: Capitão João Teixeira Cabral de Andrade, Joaquim Teixeira da Cunha
- Quinto Passo, na Rua do Poço: António Teixeira Machado, José Rodrigues
- Sexto Passo, na Cruz do Cabo da Vila: Jerónimo José de Araújo Carneiro, Manuel da Costa de Morais
- Sétimo Passo, dentro da igreja de São Pedro: António Leite da Mesquita Lobo e Lacerda, Manuel Rodrigues Canelhas

1808

- Pendão: João Ribeiro Pimentel de Noronha da Mesquita
- Tochas: Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel de Noronha, Tomé Mendes José Vieira de Carvalho, Francisco de Oliveira
- Anjos: José António Ferreira

- Nossa Senhora: Manuel Alves Dinis
- Madalena: João Taboada
- São João: João Romão
- Bandeira: Doutor António Feio de Figueiredo Correia
- Tochas: Doutor João Baptista Teixeira Coelho, Jerónimo Fernandes
- Andor: Francisco Cabral da Veiga, Sebastião Maria da Nóbrega, Belchior Luís de Moraes Sarmiento, António Botelho de Lucena
- Cireneu: António Luís Alves
- Pálio: Corregedor, José Pinto da Mesquita, José Constantino Lobo Tavares, António José de Almeida Pinto, António Feio de Figueiredo, Francisco Vaz Pereira Pinto Guedes
- Primeira Passo da Igreja: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo do Aljube: João Vitorino de Almeida, José Alves Alvadia
- Terceiro Passo Cano Velho: João Manuel da Cunha Botelho Correia do Amaral, Francisco da Veiga
- Quarto Passo no Hospital: Capitão João Correia Nunes Viana, António José da Nóbrega Miranda
- Quinto Passo na Praça: José Vieira de Carvalho, Martinho José Rodrigues
- Sexto Passo na Ferraria: João Bernardino Botelho Lobo, Manuel de Almeida de Magalhães
- Sétimo Passo na Rua Direita: Francisco Ferreira de Carvalho, António Teixeira da Cunha
- Oitavo Passo, a São Pedro: António Manuel Teixeira Bragança, Manuel Almeida Teixeira, do Jogo da Bola

1810

- Pendão: Doutor João Baptista Pereira Coelho Monteiro
- Tochas: João Ribeiro de Noronha Pimentel, José da Silva Dias, António Correia de Sampaio, António Dias da Fonseca
- Madalena: Manuel Pereira Verdilhão
- Nossa Senhora: João de Meireles Monteiro
- São João: José Lourenço Alves de Matos
- Bandeira: José Teixeira de Melo e Castro
- Tochas: Francisco Botelho de Queirós, Jerónimo José de Oliveira
- Andor: Sebastião Maria da Nóbrega de Magalhães Pizarro, Francisco Correia Teixeira do Amaral, Francisco Teixeira de Macedo Carneiro da Fontoura, Pedro da Mesquita Faria e Sousa
- Tochas: António Botelho Correia Guedes do Amaral, Padre Manuel de Frias Guedes do Amaral, Carlos Correia Nunes Viana, Manuel José Ribeiro Guimarães
- Anjo do Amor Divino: Doutor José António Dias de Sampaio, por ser secretário, ou escrivão, a cuja qualidade compete, sendo o primeiro ano da mesma
- Cireneu: Jerónimo Alves Rodrigues
- Pálio: José Pinto da Mesquita, Francisco de Paula Ataíde Pimentel, José Constantino Lobo Tavares de Sampaio, António Feio de Figueiredo Correia, Doutor Desembargador Corregedor da Comarca, Doutor Juiz de Fora desta Vila Real
- Tochas: Luís de Figueiredo Alves e Rocha, António Botelho de Lucena, Capitão João Teixeira Cabral de Andrade, Francisco Manuel de Sousa Frutuoso da Costa Mourão, João Pinto da Veiga
- Santo Lenho: Desembargador Vigário Geral da Comarca
- Passo do Pretório: Doutor José António Dias de Sampaio, por ser secretário ou escrivão, a cuja qualidade compete, sendo o primeiro ano da mesma
- Primeiro Passo: José de Carvalho Mourão, Francisco António Correia
- Segundo Passo: António José Leite dos Reis, José Rodrigues Botelho
- Terceiro Passo: Francisco Xavier de Azevedo Correia, José Correia Botelho Mourão
- Quarto Passo: António Leite da Mesquita, José Alves da Fraga
- Quinto Passo: António Botelho Pereira Coelho, Jerónimo José Pereira
- Sexto Passo: José Matias de Sousa Peixoto, Manuel Ribeiro Fraga
- Sétimo Passo: Jerónimo José de Araújo Carneiro, Bonifácio Francisco Vaz

1811

- Pendão: José António de Carvalho Mourão
- Tochas: João Ribeiro de Noronha Pimentel da Mesquita Pinto, Lourenço Botelho Correia, António José Leitão, Luís Joaquim Alves
- Madalena: Matias José dos Santos
- Nossa Senhora: Jerónimo Balbino da Cunha
- São João: José Alves de Carvalho Alvadia
- Bandeira: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Manuel da Silva Dias, Francisco José de Oliveira
- Andor: Reverendo José Moreira Pinto, Reverendo José Botelho de Sousa, Reverendo José da Costa Monteiro, Reverendo Luís Teixeira Gomes
- Tochas: António José Rodrigues de Carvalho, Doutor José Teixeira Carneiro Bacelar, João Dias de Moraes, Francisco da Veiga
- Anjo do Amor Divino: Santa Casa da Misericórdia
- Cireneu: Jerónimo Alves Rodrigues
- Pálio: José Pinto da Mesquita, Francisco de Paula de Ataíde Pimentel, José Constantino Lobo Tavares de Sampaio, António Feio de Figueiredo Correia, José Teixeira de Melo e Castro, Francisco Agostinho do Amaral Gouveia

- Tochas: José da Silva Dias, António José Moutinho, Doutor Manuel Joaquim Botelho Teixeira, José Pinto da Veiga, Manuel Ferreira da Silva, José Alves de Matos
- Santo Lenho: Desembargador Vigário Geral da Comarca
- Passo do Pretório: Santa Casa da Misericórdia
- Primeiro Passo: Francisco Inácio de Morais Pimentel Correia da Fontoura, Manuel Alves Coutinho
- Segundo Passo: António Botelho de Sampaio, Jerónimo José Fernandes
- Terceiro Passo: José Correia Nunes Viana, Francisco Carneiro de Carvalho
- Quarto Passo: Domingos Marinho de Queirós, Manuel Alves Dinis Patorro
- Quinto Passo: João Ferreira Real, Manuel de Azevedo Pinto Magalhães
- Sexto Passo: António Teixeira Pinto Machado de Azevedo, António Pereira de Ceuta, o novo
- Sétimo Passo: Jerónimo José de Araújo Carneiro, António Pereira de Ceuta, o velho
- Lanternas ao Pálio: João Alves Ribeiro, João de Meireles Ribeiro, Bonifácio Francisco Vaz, Joaquim Correia Nunes Viana, José Rodrigues, João Gomes, José da Cunha, Jerónimo Botelho

1812

- Pendão: João Ferreira Real
- Tochas: António José Rodrigues, Francisco Ferreira de Carvalho, Francisco José Ferreira de Carvalho, José Lopes Urbano
- Madalena: Bonifácio Francisco Vaz
- Nossa Senhora: José da Costa
- São João: José Rodrigues
- Bandeira da Irmandade: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: António José Teixeira Moutinho, António da Silva
- Andor: António Teixeira Carneiro da Fontoura, Francisco Botelho Correia de Queirós, João Baptista Pereira Coelho, António Luís Correia da Mesquita
- Tochas: Manuel de Frias Guedes Pimentel do Amaral, José Botelho de Sousa, Joaquim de Gouveia, João Sabrosa
- Anjo do Amor Divino: José Alves Rodrigues Correia
- Cireneu: Jerónimo Alves Rodrigues
- Pálio: Francisco de Paula, José Constantino, António Feio de Figueiredo, José Teixeira de Melo e Castro, António José de Azevedo, Manuel da Silva Dias
- Tochas: José Teixeira Bacelar, Jerónimo José de Araújo, José Matias de Sousa, Jerónimo Botelho, Francisco de Oliveira, José Alves de Matos
- Santo Lenho: Desembargador Vigário Geral da Comarca
- Passos do Pretório: Casa Santa da Misericórdia
- Primeiro Passo: João Vitorino de Azevedo Faria, João Gomes Carneiro
- Segundo Passo: José António Teixeira, Joaquim Sabrosa
- Terceiro Passo: Carlos Cabral Teixeira de Morais, Francisco José Carvalho
- Quarto Passo: João Teixeira Cabral, José Moreira da Fonseca
- Quinto Passo: Francisco Correia Teixeira do Amaral, Martinho José Rodrigues
- Sexto Passo: João Rebelo de Matos, Manuel Machado Correia
- Sétimo Passo: Doutor Manuel Teixeira Bragança, Manuel Machado Pereira
- Lanternas: José da Costa Rebelo, Francisco da Veiga, Joaquim Correia Nunes, José da Cunha, Joaquim de Gouveia, José Correia Lamego, João Pereira da Silva, Francisco Carneiro

1813

- Pendão: Doutor José António Dias de Sampaio
- Tochas: João Pereira Real, José da Silva Dias, José da Costa Rebelo, Bernardo José Durago
- Madalena: Matias José dos Santos
- São João: José Lamego
- Nossa Senhora: Francisco José da Veiga
- Bandeira da Irmandade: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: José Pereira de Carvalho, João Alves Ribeiro
- Andor: João Pinto da Mesquita Sarmento, António Teixeira de Azevedo Cabral, António Bernardo de Figueiredo, Francisco Botelho Correia Machado
- Tochas: Luís António de Figueiredo e Rocha, António Guedes do Amaral, Francisco Manuel de Sousa, António Bernardo de Azevedo
- Anjo do Amor Divino: Secretário, Manuel José Alves Ferreira
- Cireneu: Jerónimo Alves Rodrigues
- Pálio: José Constantino Lobo Tavares de Sampaio, Francisco de Paula e Ataíde, Doutor Corregedor da Comarca, Doutor Juiz de Fora, António José de Azevedo Pinto, António Feio de Figueiredo
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, João Teixeira Cabral, José Pereira de Sousa, Jerónimo Botelho, José António Ferreira, António da Silva
- Santo Lenho: Desembargador Vigário Geral da Comarca
- Lanternas: António José da Nóbrega, Carlos Correia, Joaquim Correia, José da Cunha, José Rodrigues, Martinho José de Seixas, Bonifácio Francisco Vaz, João de Morais
- Primeiro Passo: Francisco Alves de Folhadela, João Correia Taboada
- Segundo Passo: Reverendo Luís Teixeira Gonçalves, Jerónimo Botelho

- Terceiro Passo: Jerónimo Vitorino Teixeira, Luís Sabrosa
- Quarto Passo: António Correia de Carvalho, José Pinto da Veiga
- Quinto Passo: António Correia da Mesquita Pimentel, Manuel Alves Dinis
- Sexto Passo: António José Ribeiro de Carvalho, Francisco Pereira de Azevedo
- Sétimo Passo: António Moutinho, Manuel Rodrigues Canelhas

1814

- Pendão: Francisco Alves Magalhães
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, António Luís Correia Mesquita Pimentel, José Rebelo, José de Matos
- Madalena: João de Moraes
- Nossa Senhora: João Pereira da Silva
- São João: Bernardo José Durago
- Bandeira da Irmandade: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: António José Leite dos Reis, Frutuoso José dos Reis
- Andor: João Teixeira Cabral, Joaquim Patrício Botelho de Sampaio, João Pereira Real, António Pereira Coelho
- Tochas: António José de Carvalho, António Pinto Machado, António José da Nóbrega, José da Cunha
- Anjo do Amor Divino: Santa Casa
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Lanternas: António da Silva, Jerónimo Combo, Luís Joaquim Sabrosa, Joaquim de Gouveia, José Lamego, Jerónimo Botelho, José Rodrigues, José Machado
- Pretório: Santa Casa da Misericórdia
- Primeiro Passo: Doutor José Amaral Bacelar, José Bernardo
- Segundo Passo: José Maria de Barros Teixeira Lobo, António Luís Correia
- Terceiro Passo: Luís António de Castro, João José Gonçalves
- Quarto Passo: Alexandre Botelho de Sampaio, José António Gonçalves
- Quinto Passo: Francisco Pereira de Carvalho, Carlos Correia
- Sexto Passo: Francisco Pereira de Carvalho, António da Nóbrega
- Sétimo Passo: António Joaquim de Andrade e Silva, António José da Silva Barbosa
- Santo Lenho: sem indicação
- Pálio: sem indicação

1815

- Pendão: Manuel José Alves Ferreira
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, João Correia Nunes Viana, José da Costa Rebelo, José Alves de Matos
- Madalena: Bonifácio Francisco Vaz
- São João: Manuel Rodrigues Canelhas
- Nossa Senhora: Bernardo José Durago
- Bandeira da Irmandade: José Maria de Barros
- Tochas: António Botelho Correia Guedes, Frutuoso José dos Reis
- Andor: António Luís Correia da Mesquita, Joaquim Patrício Botelho, Inácio Botelho da Silva Barbosa, Francisco Inácio Rubião
- Tochas: João Teixeira Cabral, António Pereira Coelho, José da Cunha, António José da Nóbrega
- Anjo do Amor Divino: Secretário Francisco Botelho Correia Mesquita
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Lanternas: Jerónimo Combo, António da Silva, Joaquim de Gouveia, José Bernardo, António Luís Pereira, José Machado
- Pretório: Santa Casa da Misericórdia
- Primeiro Passo: Francisco Inácio de Moraes, José Correia de Almeida
- Segundo Passo: José António Teixeira de Melo e Nisa, Manuel Alves Coutinho
- Terceiro Passo: Francisco Alves de Magalhães, Francisco Manuel de Sousa
- Quarto Passo: José Baltasar Alves, João Pinto da Veiga
- Quinto Passo: José Teixeira de Carvalho, Jerónimo Botelho
- Sexto Passo: José da Silva Dias, Luís Alves Sabrosa
- Sétimo Passo: António José Teixeira Moutinho, António Pereira de Azevedo
- Santo Lenho: Capelão da Semana
- Pálio: Corregedor D. Miguel Vaz Pereira Pinto, Juiz de Fora, Vicente Luís Correia, António José de Azevedo Pinto, Francisco de Paula, Francisco Teixeira de Carvalho, Francisco Correia Pinto do Amaral
- Tochas: Domingos Alves Lobo, João de Matos Rebelo, Carlos Cabral, Manuel Pinto, Francisco José da Veiga, Martinho José Rodrigues de Seixas

1816

- Pendão: Francisco Botelho Correia Machado
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, António José Leite dos Reis, José da Costa Rebelo, José Alves de Matos

- Madalena: José Rodrigues, vassoureiro
- São João: José Machado
- Nossa Senhora: Bernardo José Durago
- Bandeira da Irmandade: Luís António de Figueiredo e Rocha
- Tochas: João Ferreira Real, Joaquim de Gouveia
- Andor: Joaquim Patrício Botelho, António Botelho Pereira Coelho, Alexandre Botelho de Sampaio
- Tochas: Francisco Inácio de Morais, José da Cunha, António José da Nóbrega
- Anjo do Amor Divino: Secretário João Botelho Guedes
- Cireneu: Luís Joaquim Sabrosa, António da Silva, José Bernardo, António Luís Ferreira, António Alves Martins, Francisco José da Veiga, Lourenço José Ribeiro, José Alves de Matos
- Pretório: Santa Casa da Misericórdia
- Primeiro Passo: José de Carvalho Mourão, António Correia Cabaço
- Segundo Passo: Bernardo Teixeira Lobo, Lourenço José Ribeiro
- Terceiro Passo: Padre Luís Teixeira Gonçalves, Jerónimo Combo
- Quarto Passo: João Rodrigues da Mesquita Fraga, António Luís Pereira
- Quinto Passo: João Correia Nunes Viana, Tomé Mendes
- Sexto Passo: Francisco Inácio Pereira Rubião, António Pereira de Ceuta, novo
- Sétimo Passo: Jerónimo José de Araújo Carneiro, Manuel Ribeiro da Fraga, novo
- Santo Lenho: Frutuoso Inácio Correia de Azevedo
- Pálio: Doutor Corregedor, Doutor Juiz de Fora, Francisco de Paula e Ataíde, Francisco Correia Pinto do Amaral, Francisco Teixeira de Carvalho, Luís António de Figueiredo e Rocha
- Tochas: Domingos Alves Lobo, João de Matos Rebelo, Luís António de Castro, Manuel Pinto, Martinho José Rodrigues de Seixas, João José Gonçalves

1817

- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: António Gomes Carneiro, João Correia Mourão, Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, João Correia Nunes Viana
- Madalena: Manuel Álvares Dinis Patorro
- São João e Nossa Senhora: Bernardo José Durago
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino de Faria
- Tochas: José Matias de Sousa Peixoto, Francisco Pinto da Veiga
- Andor: Reverendo João Ferreira Real, Reverendo Frutuoso Inácio Correia de Azevedo, Reverendo Abade José Botelho de Sousa, Reverendo José Mário Viana
- Tochas: Jerónimo José de Azevedo Carneiro, Domingos Álvares Lobo, António Pereira Carneiro, João Dias de Morais
- Anjo: João Botelho Guedes
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Lanternas: Matias José dos Santos, Manuel Pereira, Lourenço José Ribeiro, António da Silva, Manuel Ribeiro Fraga, José Teixeira da Cunha, José Alves de Matos, Manuel Pinto
- Pretório: Santa Casa da Misericórdia
- Primeiro Passo: Luís Monteiro de Vasconcelos Pires Mourão, João Pereira da Silva
- Segundo Passo: António Teixeira de Melo e Castro, António José da Nóbrega
- Terceiro Passo: Manuel José Rebelo Guimarães, Jerónimo José Fernandes
- Quarto Passo: José Gomes Carneiro, Luís Gomes
- Quinto Passo: D. Miguel Vaz Pereira Pinto Guedes, José Correia Botelho Mourão
- Sexto Passo: Doutor José Camelo Ferreira Botelho, João de Meireles Monteiro
- Sétimo Passo: João Baptista de Araújo, António Álvares
- Santo Lenho: Doutor Vigário Geral
- Pálio: Doutor Corregedor, Doutor Juiz de Fora, Francisco de Paula e Ataíde, Luís António de Figueiredo Rocha, Francisco Correia Pinto Ferreira de Amaral, José Constantino Lobo
- Tochas: António Botelho Pereira Coelho, Joaquim Patrício Botelho de Lacerda, António Correia Taboada, Carlos Cabral Teixeira de Magalhães, José Lourenço Álvares, António José Leitão

1818

- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: João Correia Nunes Viana, António José Rodrigues de Carvalho, João Ribeiro da Costa, José Dias Picão
- Madalena: Lourenço Ribeiro Pimenta
- São João: Francisco António dos Reis
- Nossa Senhora: Bernardo José Durago
- Bandeira da Irmandade: Francisco António de Azevedo Correia
- Tochas: Alexandre Botelho de Sampaio, Martinho Rodrigues de Seixas
- Andor: Doutor Luís António de Magalhães, Doutor José Teixeira Bogas, Doutor José Camelo Fernandes Botelho, Doutor Francisco Inácio Pereira Rubião

- Lanternas: José da Cunha, José Manuel Sirarelhos, Joaquim Correia Nunes, António José da Nóbrega, Luís Joaquim Sabrosa, João de Moraes
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Pálio: Doutor Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora, José Constantino Tavares, Francisco Correia Pereira do Amaral, Francisco Teixeira de Azevedo, Francisco Teixeira de Carvalho
- Lanternas: João Baptista Pereira Romão, Francisco da Veiga
- Primeiro Passo: Manuel Dinis, António José de Sousa Leitão
- Segundo Passo: João Ferreira de Carvalho, João Alves Sabrosa
- Terceiro Passo: Rafael José da Costa, Bonifácio Francisco Vaz
- Quarto Passo: Brás Gonçalves Pereira, Manuel de Azevedo
- Quinto Passo: Manuel José Jorge, Manuel Alves Dinis Patorro
- Sexto Passo: Diogo de Aguiar, António Pereira Ceuta Velho
- Sétimo Passo: João Baptista de Araújo, António Alves

1819

- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: José Pereira de Carvalho, Rafael José Teixeira da Costa, José Dias Picão, José Ribeiro da Costa
- Madalena: Jerónimo José Fernandes
- Nossa Senhora: António José de Sousa Barbosa
- São João: João Ferreira da Rocha
- Bandeira da Irmandade: José Bernardo de Figueiredo Abreu Castelo Branco
- Tochas: Francisco José da Silva Gomes, João Rodrigues da Mesquita Braga, Martinho José Rodrigues, Francisco Gomes Carneiro
- Andor do Senhor: João Ribeiro Noronha da Mesquita, João Pereira Real, António Botelho Pereira Coelho, Francisco Inácio Pereira Rubião
- Tochas: Brás Gonçalves, Diogo de Aguiar, Francisco Carneiro, Francisco José Pereira de Azevedo
- Lanternas: Joaquim Correia Nunes Viana, José da Cunha, António da Silva, Luís Joaquim Sabrosa
- Anjo do Amor Divino: Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Doutor Desembargador Corregedor, Doutor João Baptista, Luís de Figueiredo e Rocha, Francisco Correia Teixeira do Amaral
- Lanternas: João Baptista Pereira Romão, Carlos Nunes Viana, Tomás Mendes, João Gonçalves
- Santo Lenho: sem indicação
- Primeiro Passo: Francisco Luís da Silva Magalhães, António Luís Pereira
- Segundo Passo: Fernando António de Araújo, Luís Joaquim Sabrosa
- Terceiro Passo: Luís Cardoso Pinto, António de Sousa Leitão
- Quarto Passo: João da Silva Monteiro, Bernardo José Braga
- Quinto Passo: António José Nunes da Cruz, António Correia Taboada
- Sexto Passo: António Alves de Moura, João Correia Taboada
- Sétimo Passo: João Baptista de Araújo, António Alves

1820*

- Pendão: António Alves de Moura
- Tochas: José da Silva Dias, João Teixeira Cabral de Andrade, Francisco Gomes Carneiro, Francisco António Correia
- Madalena: João Pereira da Silva
- Nossa Senhora: Bonifácio Francisco Vaz
- Bandeira: António Maria Cabral de Sampaio
- Tochas: António Pedro Felizardo e Silva, José Rebelo da Costa
- Andor do Senhor: Doutor José Ferreira de Sousa, Inácio Botelho Silva de Barbosa e Sousa, António Botelho Pereira Coelho, Joaquim Patrício Botelho
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Lanternas: João de Meireles Monteiro da Rocha Furtado, Joaquim Serafim, Manuel José Borges, José Joaquim Monteiro
- Anjo do Amor Divino: Escrivão da Casa
- Pálio: Doutor Corregedor João António Ferreira de Moura, Doutor Juiz de Fora Tomás António Martins, Desembargador Vigário Geral Joaquim António Carneiro de Vasconcelos, Luís António de Figueiredo Rocha, Francisco Correia Pinto Teixeira do Amaral, José António Dias de Sampaio
- Lanternas: José da Cunha, António da Silva, Francisco Carneiro de Carvalho, Jerónimo Botelho
- Santo Lenho: Doutor Vigário Geral nas Vagantes
- Primeiro Passo: Francisco António Teixeira, Tomás Pereira
- Segundo Passo: Francisco de Sousa Vilela, António José Fernandes
- Terceiro Passo: Carlos Martins de Carvalho, Francisco Gomes Carneiro
- Quarto Passo: José Filipe de Magalhães Mosqueira, João Alves Sabrosa
- Quinto Passo: José de Aires Portugal, Tomé Mendes
- Sexto Passo: António Teixeira Nunes, José Joaquim Ferreira, sargento
- Sétimo Passo: João Baptista de Araújo, António Alves Martins

* Esta procissão aparece referida na Mesa de 4 de Março de 1820; deve confrontar-se com a da Mesa de 21 de Março de 1820

1820*

- Pendão: António Alves de Moura
- Tochas: José da Silva Dias, João Teixeira Cabral de Andrade, Francisco Gomes Carneiro, Francisco António Correia
- Madalena: João Pereira da Silva
- São João: Bernardo José Durago
- Nossa Senhora: Bonifácio Francisco Vaz
- Bandeira da Irmandade: Manuel José Alves Ferreira
- Tochas: António Pedro Felizardo e Silva, Francisco Pereira de Azevedo
- Anjo: Secretário
- Andor: Doutor José Ferreira de Sousa, António Botelho Pereira Coelho, Inácio Botelho Silva de Barbosa, Joaquim Patrício Botelho de Lacerda
- Lanternas: José de Matos Rebelo, João de Meireles Monteiro da Rocha Furtado, Joaquim Serafim, Manuel José Borges
- Cireneu: Joaquim Pereira da Cunha
- Santo Lenho: Reverendo Doutor Vigário Geral das Vagantes
- Pálio: Conde de Amarante, Doutor Corregedor João António Ferreira de Moura, Doutor Juiz de Fora Tomás António Martins, Doutor Vigário Geral Joaquim António Carneiro de Vasconcelos, Luís António de Figueiredo e Rocha, Francisco Correia Pinto Teixeira do Amaral, José António Dias de Sampaio
- Lanternas: António da Silva, José da Cunha, Jerónimo Botelho, Jerónimo Fernandes Combo
- Primeiro Passo: Francisco António Teixeira, Tomás Pereira
- Segundo Passo: Francisco de Sousa Vilela, Joaquim José de Seixas
- Terceiro Passo: Francisco Pereira de Barros Rubião, José Joaquim Ferreira
- Quarto Passo: Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Manuel Ferreira da Silva Couto
- Quinto Passo: José de Assis Portugal Taveira, Domingos José Ferreira
- Sexto Passo: José Baltasar Alves, António José Borges
- Sétimo Passo: João Baptista de Araújo, António Alves

* Esta procissão realizou-se no Domingo de Ramos, 26 de Março, e foi determinada pela Mesa em 21 de Fevereiro de 1820

1821

- Pendão: António Alves de Moura
- Tochas: João Ribeiro da Mesquita Pimentel, José da Silva Dias, José de Matos, João Alves Sabrosa
- Madalena: Manuel José Borges
- Nossa Senhora: Francisco da Veiga (riscado)
- São João: António da Silva Barbosa
- Bandeira: Inácio Botelho Silva de Barbosa
- Tochas: João Rodrigues da Mesquita Fraga, José Rebelo da Costa
- Andor do Senhor: Doutor Luís António de Magalhães, Doutor Francisco Inácio Pereira Rubião, Doutor José Teixeira Bogas, José de Assis Portugal
- Cireneu: José Dias Picão
- Lanternas: Tomé Mendes, José Joaquim Ferreira, António Alves Martins, João Monteiro da Rocha Furtado
- Anjo do Amor Divino: Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Doutor Corregedor João António Ferreira de Moura, Doutor Juiz de Fora Tomás António Martins, Luís António de Figueiredo e Rocha, Francisco Correia Pinto Teixeira do Amaral, Francisco Botelho Correia de Queirós, Doutor João Baptista Pereira Coelho
- Lanternas: Joaquim Serafim, Manuel José Borges, José da Cunha, António Correia Taboada
- Santo Lenho: Doutor Vigário Geral nas Vagantes
- Primeiro Passo: Reverendo Frutuoso Inácio Correia de Azevedo, Tomás Pereira
- Segundo Passo: Reverendo José Maria de Barros Lobo, João José Gonçalves
- Terceiro Passo: Reverendo Luís Teixeira Gonçalves, António Luís Pereira
- Quarto Passo: António Correia de Carvalho, José Pinto da Veiga
- Quinto Passo: Lourenço Correia Botelho, António de Sousa Leitão
- Sexto Passo: António Teixeira Carneiro da Fontoura, António Pereira de Ceuta, o novo
- Sétimo Passo: João Baptista de Araújo, António Júlio de Bessa Monteiro

1835

- Pendão: Vitorino de Azevedo Faria
- Tochas: José Emiliano da Silva Magalhães, Joaquim de Freitas, António de Queirós
- Bandeira da Irmandade: António Silvério Vieira de Santa
- Tochas: Francisco Manuel da Silva Dias, João Teixeira Cabral de Carvalho, António Ferreira Botelho, António Pinto
- Nossa Senhora: António Correia Taboada
- São João: João Correia Taboada
- Madalena: António Rodrigues Gaspar
- Andor do Senhor: Padre José Álvares Dinis Patorro, Padre Miguel Augusto Correia Brito Teles, Padre Manuel Rodrigues Botelho, Padre António Vitorino da Mota

- Cireneu: António Caetano Relvas
- Lanternas: José Gomes Correia, Bernardino de Sena Beltrão, Cipriano de Azevedo, Bernardo José Orago
- Santo Lenho: Doutor Vigário Geral
- Tochas: João Baptista de Araújo, Manuel José Rebelo Guimarães, Francisco Vitoriano, António Ferreira, António Baptista, pintor
- Pálio: D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde Pinto, António de Melo Vaz de Sampaio, Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, Doutor Juiz de Fora, Doutor José Pedro de Carvalho Moutinho, Doutor João Baptista Pereira Coelho
- Lanternas: António Egídio Tavares Lobo, José Gomes Carneiro, Francisco Ferreira Botelho, José Fernandes de Brito
- Primeiro Passo – Aljube: um irmão nobre e um irmão mister; Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato, Toríbio José da Silva
- Segundo Passo – na Capela do Hospital: um nobre e um mister; Vitorino Maria de Azevedo Faria, Francisco Aires
- Terceiro Passo – o Hospital de Gonçalo Cristóvão: um nobre e um mister; Padre Manuel Rodrigues Botelho, Joaquim Bernardo
- Quarto Passo – Praça: um nobre e um mister; Fernando António de Araújo, António de Oliveira
- Quinto Passo – Rua do Poço: um mister e um nobre; José Emiliano da Silva Magalhães, Custódio José da Sousa Macedo
- Sexto Passo – à cruz de São Pedro: um nobre e um mister; Luís Correia Leitão Júnior, José da Costa
- Sétimo Passo – No Senhor do Calvário: um nobre e um mister; Padre Manuel de Carvalho Alvadia, João de Carvalho Alvadia

1836

- Pendão: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: Francisco de Sousa Vilela, José Ferreira de Carvalho, António José Baptista, António Ferreira Botelho
- Nossa Senhora: José Rodrigues de Carvalho
- São João: Francisco António Correia
- Madalena: Francisco Gomes
- Bandeira da Irmandade: Vitorino Maria de Azevedo Faria
- Tochas: Manuel José Rebelo Guimarães, José Luís de Sousa Dias, António Correia, António de Morais Sarmento
- Andor: Reverendo Doutor João de Tovar, Reverendo Francisco da Veiga, Reverendo António Vitorino da Mota, Reverendo Manuel Alves de Carvalho Alvadia
- Cireneu: José Alves Rodrigues
- Lanternas ao andor: António José Nunes da Cruz, Brás Gonçalves Pereira, Miguel José Pereira, António José Ferreira
- Pálio: seis homens – foi recomendado aos Irmãos Terceiros de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Gomes Correia, Bernardino de Sousa Beltrão, Jerónimo José da Cunha, Domingos José da Cunha
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Passo do Horto: Doutor António Gerardo Monteiro, António Rodrigues Gaspar
- Segundo Passo: Francisco Manuel da Silva Dias, Francisco Aires
- Terceiro Passo: Francisco José do Rego, Cristóvão Miranda da Nóbrega
- Quarto Passo: Francisco Ferreira de Carvalho Júnior, Manuel Ribeiro Fraga
- Quinto Passo: Luís António da Nóbrega Pizarro, José Correia Mourão
- Sexto Passo: António Botelho Carneiro de Azevedo, António Pereira de Azevedo
- Passo do Calvário: Reverendo António Vitorino da Mota, Francisco Pereira de Azevedo

1837

- Trombeta que anuncia a morte do Senhor: António Correia Taboada
- Pendão: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: João Teixeira Cabral de Carvalho, Francisco Manuel da Silva Dias, António Teixeira Botelho, António Pinto Correia de Macedo
- Nossa Senhora: Toríbio José da Silva
- São João: António Correia Gata
- Madalena: Manuel Pereira Verdilhão
- Bandeira da Irmandade: Vitorino Maria de Azevedo Faria
- Tochas: José Ferreira de Carvalho, José António Teixeira de Melo e Niza, Domingos Pereira de Carvalho Taveira, Basílio Pereira de Azevedo
- Andor: Reverendo Miguel Augusto de Brito, Reverendo José Zeferino Teixeira Rubião, Reverendo Francisco da Veiga, Reverendo Manuel Alves de Carvalho Alvadia
- Cireneu: José Alves Rodrigues
- Lanternas ao Andor: Bernardino de Lima Beltrão, José Gomes Correia, Joaquim de Freitas, Francisco António de Oliveira
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António Botelho Carneiro de Azevedo, António Egídio Tavares Lobo, Domingos de Matos, António Carneiro
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Passo do Horto: Reverendo João de Tovar, António de Oliveira
- Segundo Passo: Francisco Aires
- Terceiro Passo: Reverendo Francisco da Veiga, José de Azevedo
- Quarto Passo: António Luís Correia de Mesquita, João Correia Júnior
- Quinto Passo: Bacharel Bernardo Pereira da Fonseca, António Gomes
- Sexto Passo: José Gomes Carneiro, António Teixeira Pimenta
- Passo do Calvário: Diogo de Aguiar, José Gomes Sementes

1838

- Trombeta que anuncia a morte do Senhor: Cipriano Pereira de Azevedo
- Pendão: António Ferreira de Carvalho
- Tochas: Vitorino Maria de Azevedo Faria, João Teixeira Cabral de Carvalho, Manuel Ferreira Grilo, José dos Santos Muas
- Nossa Senhora: António de Morais Sarmento
- São João: Ricardo Alves Torgo
- Madalena: António de Meireles Coelho
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino da Carvalho Moutinho
- Tochas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Francisco Alves Lobo, António Ferreira Botelho, Domingos de Barros
- Andor: Reverendo António Vitorino da Mota, Reverendo Francisco da Veiga, Reverendo José Justino de Carvalho, Reverendo Miguel Augusto de Brito Teles
- Cireneu: José Teixeira da Cunha
- Lanternas ao Andor: José Augusto Teixeira de Melo e Niza, António Nunes da Cruz, Manuel da Costa, António Caetano Relvas
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Luís de Sousa Dias, Bernardino de Sena Beltrão, Francisco António de Oliveira, Dinis Gonçalves
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Passo do Horto: José Gomes Carneiro Júnior, Bernardo José Durago
- Segundo Passo: Francisco Aires
- Terceiro Passo: Reverendo João Severo de Azevedo, Francisco Surra, pintor
- Quarto Passo: António Ludovico Guimarães, Francisco Mourão
- Quinto Passo: Luís de Paula Ataíde, João Correia Taboada
- Sexto Passo: Francisco António de Carvalho, António Máximo da Silva Couto
- Sétimo Passo do Calvário: António Ferreira de Carvalho, José Gomes Sementes

1839

- Trombeta que anuncia a morte do Senhor: José Narciso, armador
- Pendão: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: António Pereira de Morais, Lourenço Botelho Correia, António Ferreira Botelho, João Correia Taboada
- Nossa Senhora: António Pereira de Morais, Lourenço Botelho Correia, António Ferreira Botelho, João Correia Taboada
- Nossa Senhora: António de Bessa Monteiro
- São João: João Rufino da Costa
- Madalena: João Frutuoso de Passos
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino de Carvalho Moutinho
- Tochas: António Botelho de Azevedo Carneiro, Francisco Manuel da Silva Dias, Luís Moreira da Fonseca, António Luís Pereira
- Andor do Senhor: António Ferreira de Carvalho, José Teixeira Cabral de Carvalho, José António Teixeira Coelho, José Gomes Carneiro Júnior
- Lanternas: Manuel José Jorge, Francisco Alves Lobo, Domingos de Barros, Manuel Ferreira Grilo
- Cireneu: José Correia Mourão
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Bernardino de Sena Beltrão, José Correia Botelho, António Inácio de Oliveira
- Santo Lenho: Reverendo Capelão da semana
- Passo do Horto: Tomás Correia Leitão, Bernardo José Durago
- Segundo Passo: Francisco Aires
- Terceiro Passo: José Correia de Mesquita, José Ribeiro de Carvalho, pintor
- Quarto Passo: Martinho António de Magalhães, António de Oliveira Surra
- Quinto Passo: Tadeu Luís de Queirós, João Pires da Costa
- Sexto Passo: Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, Joaquim José de Freitas
- Sétimo Passo: Padre José Alves Dinis Patorro, José Gomes Sementes

1845

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Tochas ao Pendão: José Correia de Almeida Júnior, Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, José Correia Taboada, António Pinto de Macedo
- Nossa Senhora: Manuel Vieira da Silva
- São João: António Joaquim dos Santos
- Madalena: Custódio José Inácio
- Bandeira da Irmandade: Reverendo Manuel Lopes de Carvalho Lemos
- Tochas à bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Custódio Rodrigues Gaspar, Domingos José de Carvalho Araújo, Domingos de Matos
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: António Joaquim Borges da Costa Pereira, José Teixeira da Costa, António Gomes de Araújo, António Rodrigues Gaspar
- Lanternas ao andor: Manuel José Ribeiro Guimarães, Francisco António de Carvalho, Francisco Gomes Carneiro, José Maria de Almeida

- Cireneu: José Correia Mourão
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Manuel Ferreira, Manuel José da Rocha Guedes, António José Nunes da Cruz, Luís António de Carvalho Vieira, João Pires da Costa, Francisco José Claro
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo: José Maria da Silva Barbosa, José Ribeiro de Carvalho
- Terceiro Passo: José Maria Marques de Almeida, José António da Silva
- Quarto Passo: Vital Máximo Teixeira de Sousa, António Augusto de Oliveira Santos
- Quinto Passo: António de Almeida Moreira Pessanha, António Joaquim Baptista
- Sexto Passo: José Ribeiro Machado, António Rodrigues Novais
- Sétimo Passo: Miguel Augusto de Sousa Vilela, Custódio José Teixeira
- Oitavo Passo: António Botelho Correia Mourão, José Gomes Carvalho Sarmento

1846

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Correia de Almeida Júnior, Miguel Augusto de Sousa Vilela, João Correia Taboada, António Pinto de Macedo
- Nossa Senhora: José de Barros Freire
- São João: Manuel Luís Pote
- Madalena: Francisco António da Cunha
- Bandeira da Irmandade: João Teixeira Cabral de Carvalho
- Tochas à Bandeira: António Ludovico Guimarães, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Teixeira Pimenta, Francisco de Matos de Almeida
- Andor do Senhor: João Pinto Ferreira, Gabriel José de Carvalho Portela, Luís António de Carvalho Vieira, Francisco José Claro
- Lanternas ao Andor: Luís António Pereira de Castro, António Pereira de Morais, António de Morais Sarmento, António Pinto Peixoto
- Cireneu: José Correia Mourão
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António Botelho de Azevedo Carvalho, José dos Santos Pereira Basto, Joaquim José de Oliveira Guimarães, José Ferreira de Carvalho, Luís Bernardo, Cipriano Pereira de Azevedo, António José Ferreira Júlio, José Narciso Júnior
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Santo Lenho: Reverendo Capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo: António Joaquim Borges da Costa Júnior, José Alves Coutinho
- Terceiro Passo: Joaquim Maria da Silva Barbosa, Domingos de Matos
- Quarto Passo: Pedro Leopoldo Duarte Bragança, José Correia Mourão, serralheiro
- Quinto Passo: Marcos José Teixeira, da Fonte do Peso, António Gomes Carneiro de Araújo
- Sexto Passo: Manuel Maria Correia Brandão, José Bernardo Névoa
- Sétimo Passo: Reverendo Padre José Bernardino de Azevedo, Vitorino de Matos
- Oitavo Passo: João António de Oliveira Viamonte, Agapito Bernardo

1848

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: Miguel Augusto de Sousa Vilela, José Maria Marques de Almeida, António Pinto Peixoto, José Correia Mourão, serralheiro
- Nossa Senhora: António de Bessa Monteiro
- São João: Luís Bernardo
- Madalena: António de Morais Sarmento
- Bandeira da Irmandade: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Tochas à bandeira: Manuel José da Rocha Guedes, José Rodrigues de Carvalho, Sebastião José de Carvalho, José Maria Neta de Carvalho
- Andor do Senhor: José da Costa Rebelo, José António Teixeira Coelho, Luís António de Carvalho Vieira, Custódio José Inácio
- Lanternas ao andor: António Pereira de Morais, António Correia Botelho Mourão, José da Costa Correia, António da Cunha Santos
- Cireneu: Luís Moreira da Fonseca
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José dos Santos Pereira Basto, Gabriel José de Carvalho Portela, António Teixeira da Nóbrega, João António de Oliveira Viamonte, João Frutuoso de Passos, Domingos José dos Santos, António José Ferreira, Francisco de Matos
- Santo Lenho: Reverendo Capelão da semana
- Primeiro Passo do Horto: Reverendo Padre José Justino de Carvalho, António José Claro
- Segundo Passo – Hospital: Manuel Joaquim Borges da Costa, Francisco de Matos
- Terceiro Passo – Hospital Velho: José Luís de Sousa Dias, António Vitorino de Passos

- Quarto Passo – Praça: Santa Casa da Misericórdia
- Quinto Passo – Ferraria: Santa Casa da Misericórdia
- Sexto Passo – Cabo da Vila: Vitorino José da Costa Rebelo, António Joaquim Baptista
- Sétimo Passo – Calvário: Reverendo Padre Manuel Rodrigues Botelho, Lourenço José Ribeiro

1849

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco António de Carvalho, José Correia Mourão, José Maria Neta
- Nossa Senhora: António Teixeira Pimenta
- São João: António Rodrigues Gaspar
- Madalena: António de Morais Sarmento
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à Bandeira: José Maria Marques de Almeida, Custódio Rodrigues Gaspar, Domingos de Matos, Francisco António da Cunha
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: Padre José Correia Botelho, Padre Manuel Rodrigues Botelho, Padre Miguel Augusto Brito Teles, Padre Manuel de Carvalho Lemos
- Cireneu: António Correia
- Lanternas ao andor do Senhor: Francisco Manuel da Silva Dias, João Vitorino de Carvalho Moutinho, José Ferreira dos Santos, António de Meireles Coelho
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José dos Santos Pereira Bastos, José Luís de Sousa Dias, António Teixeira da Nóbrega, António Correia Mourão, João Correia Taboada, Serafim Gaspar, José de Barros Freire, Francisco José Claro
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo: Francisco Pereira Cabral, Domingos Ferreira Marante
- Terceiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Quarto Passo: António Lopes do Nascimento, António Correia
- Quinto Passo: Luís António Ferreira da Mota, Roque Fernando de Matos
- Sexto Passo: Doutor António José Ferreira de Carvalho, Francisco António da Cunha
- Sétimo Passo: Cristóvão de Matos Teixeira Pinto, Vitorino de Matos
- Oitavo Passo: Doutor Manuel José Teixeira de Abreu, António Vieira de Carvalho

1850

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: Manuel Inácio Teixeira
- Tochas ao Pendão: Gabriel José de Carvalho Portela, José dos Santos Pereira Basto, António Teixeira Pimenta, António Pinto Correia de Macedo
- Nossa Senhora: José Fernandes de Brito
- São João: José António Teixeira
- Madalena: Francisco José Claro
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à bandeira: José Rodrigues de Carvalho, João Pinto da Cunha, José Teixeira dos Santos, José da Costa Correia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: Manuel Antunes de Oliveira Guimarães, João Teixeira Cabral de Carvalho, José de Barros Freire, Luís António de Carvalho Vieira
- Lanternas ao mesmo: João Pereira Cabral, António Correia Botelho Mourão, António Rodrigues Gaspar, Domingos Pereira de Carvalho Taveira
- Cireneu: António Correia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Luís de Sousa Dias, António José Nunes da Cruz, Francisco Manuel da Silva Dias, Manuel Joaquim Borges da Costa, Sebastião José de Carvalho, João Correia Taboada, Serafim Gaspar, Francisco António da Cunha
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo (do Horto): Luís António Pereira de Castro, José Bernardo Névoa
- Segundo Passo (no Hospital): Santa Casa da Misericórdia
- Terceiro Passo (no Hospital Velho): Doutor José António Teixeira Coelho, Francisco Feliciano de Oliveira
- Quarto Passo (na Praça): Doutor Henrique Manuel Ferreira Botelho, Francisco António da Cunha
- Quinto Passo (na Ferraria): Santa Casa da Misericórdia
- Sexto Passo (na Cruz do Cabo de Vila): José Manuel Ferreira, Domingos José de Carvalho Araújo
- Sétimo Passo (no Calvário): António Marcolino de Carvalho Moutinho, Lourenço José Ribeiro

1851

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado

- Tochas ao Pendão: José Maria Marques de Almeida, Manuel Inácio Teixeira, António Pinto Correia de Macedo, José Alves Coutinho
- Nossa Senhora: Francisco José Claro
- São João: Francisco José Claro
- Madalena: João Teixeira
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à bandeira: José Rodrigues de Carvalho, Francisco Pereira Cabral, António José Claro, José Maria Neta
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: António Joaquim Borges da Costa Júnior, João Teixeira Cabral de Carvalho, José Ferreira dos Santos, Luís Baptista Pinto Lobato
- Lanternas ao andor: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Luís António Ferreira da Mota, António Rodrigues Gaspar, Domingos Pereira de Carvalho Taveira
- Cireneu: António Correia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Francisco Manuel da Silva Dias, João Vitorino de Carvalho Monteiro, José Caetano Carneiro, Joaquim Maria da Silva Barbosa, António da Cunha Santos, João Correia Taboada, João dos Santos, José António Teixeira
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo (Horto): Padre Bento da Trindade e Bacelar, José Baptista Romão
- Terceiro Passo (Hospital Novo): José Caetano Carneiro
- Quarto Passo (Hospital Velho): João Anastácio de Meireles, Francisco de Oliveira
- Quinto Passo (Praça): Doutor Sebastião Maria da Nóbrega, José Narciso Júnior
- Sexto Passo (Ferraria): Doutor Luís de Beça Correia, Sebastião José de Carvalho
- Sétimo Passo (Cabo da Vila): Doutor António Tibúrcio Pinto, Diogo Lima
- Oitavo Passo (Calvário): João Ribeiro Nogueira Ferrão, Lourenço José Ribeiro

1852

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: João Correia Taboada, António Pinto Correia de Macedo, José Rodrigues de Carvalho, José Correia de Almeida Júnior
- Nossa Senhora: José António Penafiel
- São João: Serafim Gaspar
- Madalena: José Bernardo Névoa
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à Bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco Pereira Cabral, António Teixeira Pimenta, Francisco de Matos Almeida
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: António Joaquim Borges da Costa Júnior, João Vitorino de Carvalho Moutinho, Luís Baptista Pinto Lobato, Domingos Pereira de Carvalho Taveira
- Lanternas ao andor: Luís António Pereira de Castro, António Botelho Correia Mourão, António Pinto Peixoto, José Alves Coutinho
- Cireneu: António Correia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Francisco Manuel da Silva Dias, António Teixeira da Nóbrega, Luís de Sousa Dias, António José Nunes da Cruz, José Ferreira dos Santos Muas, António Vitorino de Passos, António José Claro, Diogo Lima
- Santo Lenho: Reverendo Capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo (Horto): José Maria Marques de Almeida, José Correia Mourão
- Terceiro Passo (Hospital Novo): Santa Casa da Misericórdia
- Quarto Passo (Hospital Velho): Doutor José Ferreira de Sousa, Francisco Feliciano de Oliveira
- Quinto Passo (Praça): António da Silveira Pinto da Fonseca, José Bernardo da Rocha
- Sexto Passo (Ferraria): Francisco Botelho Correia Maciel, António de Oliveira
- Sétimo Passo (Cabo da Vila): Joaquim Maria da Silva Barbosa, Joaquim Alves Rodrigues Correia
- Oitavo Passo (Calvário): António Ferreira de Carvalho, José António Madeira

1853

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Correia de Almeida Júnior, João Vitorino de Carvalho Moutinho, João Correia Taboada, António Pinto Correia de Macedo
- Nossa Senhora: Francisco António da Cunha
- São João: Joaquim Fernandes de Carvalho
- Madalena: Manuel Luís Pote
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à Bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco Pereira Cabral, Francisco de Matos Almeida, António Teixeira Pimenta

- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: António Joaquim Borges da Costa, Joaquim Maria da Silva Barbosa, Luís Baptista Pinto Lobato, José António Madeira
- Lanternas ao andor: António José da Silva Braga, António Teixeira da Nóbrega, José Alves Coutinho, José António Penafiel
- Cireneu: António Correia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Caetano Carneiro, José Rodrigues de Carvalho, Luís António Pereira de Castro, Francisco Manuel da Silva Dias, José Bernardo da Rocha, António José Teixeira Guimarães Júnior, José Correia de Almeida, José Fernandes de Brito
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo (Hospital Novo – Horto): Santa Casa da Misericórdia
- Terceiro Passo (Hospital Velho): Manuel Teixeira Cabral, Luís Pereira
- Quarto Passo (São Domingos): Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, Francisco Feliciano de Oliveira
- Quinto Passo (Capela nova): António Alves de Aguiar, António Fernandes
- Sexto Passo (São Pedro): António José Gonçalves Basto, Máximo Alves de Matos
- Sétimo Passo (Senhora do Carmo): Tomás Correia Leitão, Francisco António Alves de Carvalho
- Oitavo Passo (Calvário): Manuel José Rebelo Guimarães, Diogo Lima

1856

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Maria Marques de Almeida, José Rodrigues de Carvalho, José Baptista Romão, António Pinto de Macedo
- Nossa Senhora: António Teixeira Cardoso
- São João: José Bernardo da Costa
- Madalena: Francisco Lourenço de Azevedo
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à bandeira: José Correia de Almeida Júnior, Francisco Pinto de Azevedo
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: Vital Máximo Teixeira de Moura, João Ribeiro Nogueira Ferrão, António Joaquim Borges da Costa, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Tomás Vieira, Joaquim Fernandes de Carvalho, Bernardino Lopes Teles, Roque de Matos
- Lanternas ao Andor: António Teixeira da Nóbrega, João Pinto Ferreira, Francisco Alves Felizardo, José Bernardo Névoa
- Cireneu: António Correia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Luís António de Castro, Francisco António de Carvalho, Francisco Manuel da Silva Dias, António Marcelino de Carvalho Moutinho, António José Ferreira, José António Teixeira, Luís António de Carvalho Vieira, António de Morais Sarmento
- Santo Lenho: Revendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Horto, o Hospital Novo: Padre João Severo, Toríbio José da Silva
- Terceiro Passo – Hospital Velho – O Senhor com túnica e manto: Padre Manuel Rodrigues Botelho, Francisco Correia Mourão
- Quarto Passo – São Domingos – O Senhor Preso à Coluna: António José Nunes da Cruz, Francisco Feliciano de Oliveira
- Quinto Passo – Capela Nova – O Senhor da Cana Verde, Padre José Correia Botelho, Bernardino António de Carvalho
- Sexto Passo – São Pedro – O Senhor com a cruz às costas: José dos Santos Pereira Basto, João de Carvalho Alvalá
- Sétimo Passo – Senhora do Carmo – O Senhor com a cruz às costas: Santa Casa da Misericórdia
- Oitavo Passo – Calvário: Jerónimo Joaquim de Araújo, João Baptista Pereira

1857

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: Manuel Inácio Teixeira
- Tochas ao Pendão: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Pinto Correia de Macedo, José Baptista Romão
- Nossa Senhora: Damião Gonçalves Aranha
- São João: Francisco Correia Mourão
- Madalena: Miguel Correia de Almeida
- Bandeira da Irmandade: Francisco Manuel da Silva Dias
- Tochas à Bandeira: José Maria Marques de Almeida, Vitorino da Mota
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José António Ribeiro Machado, António Joaquim Borges da Costa, Manuel Joaquim Pereira Bispo, Tomás de Carvalho Vieira, Roque Fernandes de Matos, Bernardino Lopes Teles, Joaquim Fernandes de Carvalho, António Teixeira Pimenta
- Lanternas ao andor: Gabriel José de Carvalho Portela, António Teixeira da Nóbrega, Domingos Ferreira de Matos, António da Cunha Santos
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco

- Lanternas ao Pálio: Francisco António de Carvalho, Luís António Pereira de Castro, João Pinto Ferreira, José dos Santos Pereira Basto, Francisco Baptista Pinto de Azevedo, António Teixeira dos Santos, José Teixeira dos Santos, José da Costa Correia
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo (O Senhor no Horto)
- Terceiro Passo – Hospital Velho (O Senhor com túnica e manto): Sebastião Machado Botelho de Sousa Queirós, António Gomes Carneiro
- Quarto Passo – São Domingos (O Senhor preso à coluna): Francisco Vitorino Vaz de Carvalho, Francisco Feliciano de Oliveira
- Quinto Passo – Capela Nova (O Senhor da Cana Verde): Padre Manuel José Moreira de Matos e Silva, Bernardino António de Carvalho
- Sexto Passo – São Pedro (O Senhor com a cruz às costas): Francisco José Claro, Luís José Gomes
- Sétimo Passo – na Senhora do Carmo (O Senhor com a cruz às costas): José António da Costa Guimarães, João Correia Pinto
- Oitavo Passo: António Teixeira de Queirós, Francisco Alves Felizardo

1858

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: Doutor Manuel Inácio Teixeira, Gabriel José de Carvalho Portela, António Pinto Correia de Macedo, José Baptista Romão
- Nossa Senhora: Luís Pereira da Assunção
- São João: Francisco Fernandes Tão
- Madalena: José Bernardo da Costa
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à Bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Manuel Correia Pinto
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Correia Mourão, José António Penafiel, Francisco Correia Mourão, João Baptista Pereira, João António dos Santos, Vitorino da Mota
- Lanternas: José dos Santos Pereira Basto, Joaquim Maria da Silva Barbosa, Joaquim Lourenço Botelho Correia, Joaquim Fernandes
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Francisco José Claro, António Teixeira de Queirós, António Joaquim Borges da Costa, Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, José António Madeira, Inácio Ferreira da Cruz, Joaquim Alves Rodrigues Correia, João Teixeira
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo (Senhor no Horto): Manuel Celestino Ribeiro Fraga, Toríbio José da Silva
- Terceiro Passo – Hospital Velho (O Senhor com a túnica e manto): António José Gonçalves Basto, António Gomes Carneiro
- Quarto Passo – em São Domingos (O Senhor preso à coluna): José Correia de Almeida Lucena, Francisco Feliciano de Oliveira
- Quinto Passo – na Capela Nova (O Senhor da Cana Verde): José Gomes Carneiro Júnior, Bernardino Lopes Teles
- Sexto Passo – em São Pedro (O Senhor com a cruz às costas): Miguel Augusto de Sousa Vilela, Luís José Gomes
- Sétimo Passo – Senhora do Carmo (O Senhor com a cruz às costas): Reverendo Abade de Vila Marim, João Correia Pinto
- Oitavo Passo – Senhor do Calvário: Manuel José Rebelo Guimarães, José de Azevedo Pacheco

1859

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Maria Marques de Almeida, Doutor Manuel Inácio Teixeira, José Baptista Romão, Francisco Baptista Pinto de Azevedo
- Nossa Senhora: António Pereira Ribeiro
- São João: Luís José Gomes
- Madalena: Manuel Constantino Borges
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à bandeira: José Luís de Sousa Dias, Inácio Ferreira da Cruz
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Correia Mourão, José António Penafiel, João Baptista Pereira, Vitorino da Mota, Francisco Correia Mourão, Joaquim Bernardo da Rocha
- Lanternas ao Senhor: José Caetano Carneiro, António Teixeira da Nóbrega, José de Barros Freire, Francisco António da Cunha
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Manuel Joaquim Borges da Costa, João Ribeiro Nogueira Ferrão, António Marcolino de Carvalho Moutinho, António Vieira de Carvalho, José Ferreira dos Santos, José António Madeira
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo (O Senhor no Horto): Manuel Lopes de Carvalho Lemos, Toríbio José da Silva
- Terceiro Passo – Hospital Velho (O Senhor com a túnica e manto): Francisco Xavier Correia de Azevedo, Manuel Correia Pinto
- Quarto Passo – São Domingos (O Senhor preso à coluna): Padre José Cândido da Costa Rebelo, António José de Oliveira

- Quinto Passo – na Capela Nova (O Senhor da Cana Verde): Doutor Bernardo Pereira Rebelo, Damião Gonçalves Aranha
- Sexto Passo – em São Pedro (O Senhor com a cruz às costas): Santa Casa da Misericórdia, Serafim Gaspar
- Sétimo Passo – na Senhora do Carmo (O Senhor com a cruz às costas): Manuel José Ferreira, Luís Pereira da Assunção
- Oitavo Passo – no Calvário: Francisco Ferreira da Costa Agarez, José Azevedo Pacheco

1860

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Maria Marques de Almeida, José Rodrigues de Carvalho, José Baptista Romão, Francisco Baptista Pinto de Azevedo
- Nossa Senhora: Diogo Lima
- São João: José Maria Brandão
- Madalena: José António Teixeira
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à mesma: José dos Santos Pereira Basto, Manuel Joaquim Pereira Bispo
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Correia Mourão, Vitorino da Mota, Roque Fernandes de Matos, António José Correia, Francisco Correia Mourão, Manuel Constantino Borges
- Lanternas ao Senhor: António Teixeira de Queirós, José Caetano Carneiro Pinto, António da Cunha Santos, António Teixeira dos Santos
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira da Nóbrega, Manuel Joaquim Borges da Costa, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, José de Barros Freire, Francisco António da Cunha, José António Penafiel
- Santo Lenho: Reverendo Capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo (Senhor no Horto): Santa Casa, Miguel Correia de Almeida
- Terceiro Passo – Hospital Velho (O Senhor com a túnica e manto): Francisco Maria Cabral de Sampaio, Francisco Matos Júnior
- Quarto Passo – São Domingos (Senhor preso à coluna): Padre José Pires da Costa, António José de Oliveira
- Quinto Passo – Capela Nova (Senhor da Cana Verde): José António Ribeiro Machado, Joaquim Alves Rodrigues Correia
- Sexto Passo – São Pedro (O Senhor com a cruz às costas): Doutor António Guedes de Carvalho e Vasconcelos, Luís José Gomes
- Sétimo Passo – Senhora do Carmo (O Senhor com a cruz às costas): Custódio Rodrigues Gaspar, Joaquim Lourenço Botelho Correia
- Oitavo Passo – Senhor do Calvário: Francisco António de Carvalho, José de Azevedo Pacheco

1861

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: Doutor Manuel Inácio Teixeira, José Maria Marques de Almeida, José Baptista Romão, Francisco Baptista de Azevedo
- Nossa Senhora: Manuel Simão Lopes Teixeira
- São João: Francisco Pereira de Carvalho e Silva
- Madalena: Francisco Correia Mourão
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas: António Teixeira da Nóbrega, António da Cunha Santos
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: Francisco Correia Mourão, Vitorino da Mota, Roque Fernandes de Matos, Manuel Constantino Borges, Domingos Ferreira de Matos, Manuel Joaquim Pereira Bispo
- Lanternas: José Caetano Carneiro Pinto, José dos Santos Pereira Basto, José Maria Brandão, Luís da Assunção
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: José Maria Baptista de Sousa, José António da Costa Guimarães, José Rodrigues de Carvalho, Luís Pereira da Assunção, Estanislau da Mota, António Pereira Ribeiro
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo (O Senhor no Horto): Padre Quintino Maria Pereira da Silva Carneiro, Miguel Correia de Almeida
- Terceiro Passo – Hospital Velho (O Senhor com túnica e manto): António de Melo da Gama, António Patrocínio da Silva Couto
- Quarto Passo – em São Domingos (O Senhor preso à coluna): Valentim de Faria Mascarenhas Lemos, António José de Oliveira
- Quinto Passo – Capela Nova (O Senhor da Cana verde): Padre António dos Santos Figueiredo, Francisco de Bessa Monteiro
- Sexto Passo – São Pedro (O Senhor com a cruz às costas): Sebastião José Claro, José António Penafiel
- Sétimo Passo – na Senhora do Carmo (O Senhor com a cruz às costas): sem nomes
- Oitavo Passo – no Senhor do Calvário: António Júlio da Mesquita Guedes, José de Azevedo Pacheco

1862

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Correia de Almeida Júnior, António Marcolino de Carvalho Moutinho, José Baptista Romão, António Teixeira Pimenta
- Nossa Senhora: João Correia Pinto
- São João: Francisco de Matos
- Madalena: António Vitorino de Passos
- Bandeira da Irmandade: António Joaquim Borges da Costa
- Tochas à mesma: José dos Santos Pereira Basto, Francisco Baptista Pinto de Azevedo
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: Vitorino da Mota, Manuel Joaquim Pereira Bispo, Bernardino Lopes Teles, José António Penafiel, Joaquim Fernandes, Manuel Correia Pinto
- Lanternas ao mesmo: José António da Costa Guedes, João Anastácio de Meireles Marques, Francisco Correia Mourão, António José Correia
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António Teixeira de Queirós, António Teixeira da Nóbrega, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, José Rodrigues de Carvalho, António José Teixeira Guimarães Júnior, Roque Fernandes de Matos, Serafim Gaspar, Manuel Vicente
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo (O Senhor no Horto): Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, Miguel Correia de Almeida
- Terceiro Passo – Hospital velho (O Senhor com a túnica e o manto): Santa Casa da Misericórdia pelo não dar o Irmão a quem se deitou que foi o Reverendo Gonçalo Peixoto de Magalhães
- Quarto Passo – São Domingos (O Senhor preso à coluna): António de Melo Vaz de Sampaio, António José de Oliveira
- Quinto Passo – Capela Nova (O Senhor da Cana Verde): Reverendo António Vitorino da Mota, António Pinto Correia de Macedo
- Sexto Passo – São Pedro (O Senhor com a cruz às costas): José Maria da Veiga Cabral de Sampaio, José Fernandes de Brito
- Sétimo Passo – Senhora do Carmo (O Senhor com a cruz às costas): José Paulo Teixeira de Figueiredo, João Frutuoso de Passos
- Oitavo Passo – no Calvário: José Luís de Sousa Dias, Lourenço José Ribeiro

1863

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: Doutor Manuel Inácio Teixeira
- Tochas ao Pendão: António Júlio da Mesquita, José Maria Marques de Almeida, Narciso Alves Ribeiro Machado, Francisco Correia Mourão
- Nossa Senhora: Francisco Nunes Quedinho
- São João: Miguel José Claro
- Madalena: Manuel Rodrigues Romualdo
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à mesma: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco Lourenço de Azevedo
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: João Pereira, Manuel Simão Lopes Teixeira, Vitorino da Mota, António Teixeira Pimenta, António da Veiga, José Maria Coutinho
- Lanternas: José António Teixeira, José Caetano Carneiro, João Ribeiro Nogueira Ferrão, Domingos Ferreira
- Cireneu: António Rodrigues Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António Teixeira da Nóbrega, José Rodrigues de Carvalho, António Marcolino de Carvalho Moutinho, Roque Fernandes de Matos, João Teixeira, António Vitorino de Passos
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo: Santa Casa da Misericórdia
- Segundo Passo – Hospital Novo: Padre Manuel Pinto de Azevedo, Francisco Pinto de Azevedo
- Terceiro Passo – Hospital Velho: Manuel António de Carvalho, António Mendes
- Quarto Passo – São Domingos: Manuel Inácio Pinto Saraiva, Francisco Correia Mourão
- Quinto Passo – Capela Nova: Francisco Gomes de Azevedo, Francisco de Matos
- Sexto Passo – São Pedro: Luís de Matos e Sousa, Manuel Gomes Carneiro
- Sétimo Passo – Senhora do Carmo: Padre José Ferreira dos Santos, Francisco de Bessa Monteiro
- Oitavo Passo – no Calvário: José Bento de Sequeira, José de Azevedo Pacheco

1864

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: António Júlio da Mesquita Guedes
- Tochas ao Pendão: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Doutor Manuel Inácio Teixeira, Manuel Constantino Borges, Francisco Correia Mourão
- Nossa Senhora: António Mendes
- São João: Gaspar Rodrigues Baptista

- Madalena: Narciso Alves Ribeiro Machado
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à mesma: António Marcelino de Carvalho Moutinho, Francisco Nunes Quedinho
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Maria Coutinho, Manuel Simão Lopes Teixeira, João Baptista Pereira, António da Veiga, Vitorino da Mota, Manuel Joaquim Pereira Bispo
- Lanternas ao Andor: António Teixeira da Nóbrega, José Rodrigues de Carvalho, João Teixeira, António Vitorino de Passos
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Maria Marques de Almeida, Luís de Matos e Sousa, João Pinto Ferreira, José António Teixeira, António Teixeira Pimenta, Diogo Lima
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo – Hospital Novo: Doutor Bento Teixeira de Figueiredo, Serafim Gaspar
- Segundo Passo – Hospital Velho: nenhuma indicação
- Terceiro Passo – São Domingos: António José Gonçalves Basto, António José de Oliveira
- Quarto Passo – Capela Nova: Manuel Teixeira Cabral, Francisco Fernandes Tão
- Quinto Passo – São Pedro: António Alves de Aguiar, Luís José Gomes
- Sexto Passo – Senhora do Carmo: Joaquim José de Oliveira Guedes, Luís José Gomes
- Sétimo Passo – Senhor do Calvário: Manuel José da Rocha Guedes, José de Azevedo Pacheco

1865

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: António Júlio da Mesquita Guedes
- Tochas ao Pendão: Doutor Manuel Inácio Teixeira, António Patrocínio da Silva Couto, José Correia Mourão, José Baptista Romão
- Nossa Senhora: Manuel Teixeira de Matos
- São João: Luís José Gomes
- Madalena: Miguel Alves Martins
- Bandeira da Irmandade: João Pinto Ferreira
- Tochas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, António Vitorino de Passos
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: António de Carvalho Alvalá, João Baptista Pereira, José Maria Coutinho, Manuel Simão Lopes Teixeira, Vitorino da Mota, António da Veiga
- Lanternas ao Andor: António Marcolino de Carvalho Moutinho, António de Melo da Gama, Francisco Nunes Quedinho, Francisco Correia Mourão
- Cireneu: António Teixeira Pimenta
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Manuel José da Rocha Guedes, José dos Santos Pereira Basto, José Rodrigues de Carvalho, António Mendes, Francisco Baptista Pinto de Azevedo, Francisco António da Cunha
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana
- Primeiro Passo – Hospital: Padre João Severo de Azevedo Mourão, Miguel Correia de Almeida
- Segundo Passo – São Domingos: Luís António Ferreira da Mota, António José de Oliveira
- Terceiro Passo – Capela Nova: Marcos José Teixeira, Joaquim Lourenço Botelho Correia
- Quarto Passo – São Pedro: Santa Casa da Misericórdia, Luís José Gomes
- Quinto Passo – Senhora do Carmo: Manuel Celestino Ribeiro Fraga, Luís José Gomes
- Sexto Passo – Capela de Santo António: Manuel Maria Correia Brandão, Vitorino de Matos
- Sétimo Passo – Senhor do Calvário: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho, José de Azevedo Pacheco

1866

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: Luís José Gomes
- Tochas ao Pendão: António de Carvalho Alvalá, João Frutuoso de Passos, Manuel Inácio Teixeira, António Júlio da Mesquita Fraga
- Nossa Senhora: António da Cunha Santos
- São João: Francisco Correia Mourão
- Madalena: João Teixeira
- Tochas à mesma: Luís de Matos e Sousa, António da Veiga
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Maria de Sousa Coutinho, Manuel Constantino Borges, Joaquim Fernandes, Manuel Joaquim Pereira Bispo, Miguel José Claro, Domingos Rodrigues
- Lanternas ao andor: Manuel Simão Lopes Teixeira, Vitorino da Mota, Domingos Ferreira, Francisco Correia Mourão
- Cireneu: António Correia Taboada
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: João Tiago do Nascimento, António Patrocínio da Silva Couto, Luís da Assunção, Estanislau da Mota, Serafim Gaspar, Damião Gonçalves Aranha
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana

1867

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: Luís José Gomes
- Tochas ao mesmo: António de Carvalho Alvadia, João Frutuoso de Passos, Doutor Manuel Inácio Teixeira, António Júlio da Mesquita Guedes
- Nossa Senhora: Francisco de Bessa Monteiro
- São João: Francisco Fernandes Tão
- Madalena: António da Cunha Santos
- Bandeira da Irmandade: Manuel José Ferreira
- Tochas à mesma: Luís de Matos e Sousa, António da Veiga
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Maria de Sousa Coutinho, José Alves de Sousa, Joaquim Fernandes, Manuel Joaquim Pereira Bispo, António Mendes, Domingos Rodrigues
- Lanternas ao mesmo: Manuel Simão Lopes Teixeira, Vitorino da Mota, Francisco Correia Mourão, Domingos Ferreira
- Cireneu: António Correia Taboada
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Domingos José Bento da Costa, Doutor António Guedes de Carvalho e Vasconcelos, José de Oliveira, António Teixeira da Nóbrega, António Pinto Roberto Mourão, Doutor António Correia de Almeida Lucena
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana

1868

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão Luís José Gomes
- Tochas ao mesmo: António Patrocínio da Silva Couto, João Frutuoso de Passos, Doutor Manuel Inácio Teixeira, José Maria Marques de Almeida
- Nossa Senhora: Domingos Rodrigues
- São João: José de Barros Freire
- Madalena: António de Carvalho Alvadia
- Bandeira da Irmandade: José Manuel Ferreira
- Tochas à mesma: Baltasar de Moraes, José Alves dos Santos
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Alves de Sousa, António Luís Leite, Manuel Joaquim Pereira Bispo, António Mendes, José Maria de Sousa Coutinho, Joaquim Fernandes
- Lanternas ao mesmo: João Tiago do Nascimento, António Teixeira de Sousa, Luís de Matos e Sousa, Manuel Teixeira de Matos
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Lourenço José Ribeiro, António Teixeira Pimenta, António Rodrigues de Novais, Sebastião José de Carvalho, Serafim Gaspar, António Pinto Peixoto
- Santo Lenho: Reverendo capelão da semana

1872

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: António Júlio da Mesquita Guedes
- Tochas ao mesmo: Luís José Gomes, Luís de Matos e Sousa, António Mendes, Daniel de Carvalho
- Nossa Senhora: António Lopes Mateus
- São João: Joaquim José Gomes de Carvalho
- Madalena: Baltasar de Moraes
- Bandeira da Irmandade: João Pires da Costa
- Tochas à mesma: Felizardo José de Sousa, António Luís Leite
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Maria de Sousa Coutinho, José Alves de Sousa, Manuel Joaquim Pereira Bispo, António Ferreira Botelho, Manuel de Carvalho, António da Veiga
- Lanternas ao Andor: Tomás António Martins, Francisco José Rodrigues, Narciso Alves Ribeiro Machado, Francisco Gomes de Azevedo
- Cireneu: António Rodrigues de Novais
- Lanternas ao Pálio: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho, José dos Santos Pereira Basto, Domingos José de Carvalho Araújo, José Maria Marques de Almeida, António Teixeira da Nóbrega, José António da Costa Guedes

1875

- Trombeta: Santa Casa da Misericórdia
- Pendão: José Correia Mourão
- Tochas ao mesmo: Francisco Correia Mourão, Luís José Gomes, Domingos da Mota Nogueira, Dinis António Teixeira
- Nossa Senhora: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia

- Bandeira da Irmandade: António Júlio da Mesquita Guedes
- Tochas à mesma: José Luciano Pinto da Nóbrega, Joaquim de Almeida e Silva
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Andor do Senhor: José Ribeiro Augusto de Carvalho, José Vieira da Silva, Manuel da Mota, Custódio Vieira da Silva, António de Sá, José de Almeida Mendonça
- Lanternas ao mesmo: João Gomes de Barros, António Lopes Mateus, Joaquim António de Araújo Guimarães, Manuel de Carvalho
- Cireneu: José Ferreira dos Santos
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Lourenço José Ribeiro, João Pires da Costa, Albano da Costa Lobo, Luís Gonçalves do Poço, Gabriel Teixeira de Mesquita, Manuel José da Rocha Guedes

1879

- Pendão: António Correia Mourão, José Alves de Sousa, José Cláudio Gonçalves
- Bandeira: António Toríbio da Silva, Joaquim Eugénio Rodrigues, Lucínio Pereira da Silva
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Francisco José Rodrigues, Luís Pinto Machado Júnior, Gabriel de Mesquita Queirós, João Baptista Guerra, Inácio Ferreira da Cruz, Felizardo José de Sousa ou Francisco Alves Felizardo
- Andor: João Ribeiro de Sousa, Luís Pinto, António Carvalho Alvalá, Manuel da Mota, Francisco Correia de Araújo, Bento José de Morais
- Lanternas: Francisco António Alves de Carvalho, Francisco Alves Cardeal, Manuel Gonçalves da Silva Samardã, Francisco Alves Carneiro
- Cireneu: José Ferreira dos Santos
- Segundo andor: Manuel da Fonte Machado, Francisco António Alves Carvalho, António Correia Pinto, Francisco Alves Cardeal

1881

- Trombeta: sem indicação
- Pendão: Narciso Alves Ribeiro
- Tochas ao Pendão: José Ribeiro de Carvalho, Lourenço José Ribeiro
- Nossa Senhora: sem indicação
- São João: sem indicação
- Madalena: sem indicação
- Bandeira da Irmandade: António Toríbio da Silva
- Tochas à Bandeira: José Cardoso da Silva, Custódio José Inácio
- Anjo: sem indicação
- Andor do Senhor: António de Carvalho Alvalá, João Baptista Pereira, Manuel António, José Augusto do Carmo, José Narciso Guedes Lagoa, João José de Oliveira, João Ribeiro de Sousa, Domingos da Cunha Santos
- Lanternas ao andor: Inácio Ferreira da Cruz, Francisco António Alves de Carvalho, Francisco Fernandes Tão, Francisco Alves Carneiro, José Bernardo da Costa, Francisco Alves Felizardo
- Cireneu: José Ferreira dos Santos
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Manuel Simão Lopes Teixeira, Francisco Gomes de Azevedo, Manuel Teixeira de Matos, António Júlio da Mesquita Guedes, Samuel Augusto de Meireles, José Alves de Sousa
- Santo Lenho: Reverendo Vigário Geral

1889

- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas ao mesmo: Manuel António, Bernardino Pereira
- Bandeira da Irmandade: Manuel Correia Lopes
- Tochas à mesma: António Correia Taboada, José Marcelino de Barros
- Andor do Senhor: António de Carvalho Alvalá, João Baptista Pereira, Manuel de Matos, José Maria Pires, Henrique José Ribeiro, Joaquim Ferreira Monteiro
- Lanternas ao mesmo: Vitorino Gomes de Barros, Baltasar de Morais, Manuel da Fonte Machado, Custódio Correia Pereira, Francisco Maria Freixo, António José Inácio Lopes
- Cireneu: José António de Carvalho Vieira
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: José Augusto de Figueiredo, Lucínio Pereira da Silva, José Luciano Pinto da Nóbrega, José Augusto de Barros, António Custódio da Silva, Joaquim Pereira de Barros, João Baptista da Costa, José Inácio Botelho
- Andor do Senhor da Cana Verde: Manuel Romualdo Júnior, José Gonçalves Basto, Luís Pinto, João Ribeiro de Sousa

1891

- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas ao mesmo: Francisco Leite dos Santos, Manuel Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: José Augusto de Figueiredo

- Tochas à mesma: Estanislau Correia de Matos, Joaquim Correia de Barros
- Andor do Senhor: José Augusto Fernandes Roberto, Manuel Pinto Ferraz, João Baptista Pereira, Jerónimo Ferreira Monteiro, José Maria Pires, António de Carvalho Alvadia
- Lanternas ao mesmo: Francisco Leite, Manuel Simão Lopes Teixeira, José Alves de Sousa, José de Almeida Mendonça, Manuel António, Lucínio Pereira da Silva
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: António Maria Correia Pinto, António José Pereira de Magalhães, Sebastião Rodrigues de Freitas, José dos Santos Alves Carneiro, Manuel António de Carvalho, José Alves Martins, Manuel José Alves Roçadas, José Rodrigues Gaspar
- Andor do Senhor da Cana Verde: António da Assunção Monteiro, José Gonçalves Basto, José Cláudio Gonçalves, Bernardino Pereira
- Cireneu: Narciso Alves Ribeiro Machado

1894

- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas: Francisco Leite dos Santos, Manuel Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Jerónimo Augusto Ribeiro
- Tochas: José dos Santos Alves Carneiro, Domingos José Ferreira de Macedo
- Martírios: Mão com a bolsa, Espada, Mão com a luva, Galo, Disciplinas, Cana Verde, Madalena, São João, Anjo
- Andor do Senhor: José Augusto Fernandes Roberto, Luís Pinto, João Baptista Pereira, Jerónimo Ferreira Monteiro, José Maria Pires, José Maria da Silva
- Lanternas: António Maria Correia Pinto, Maximiano Lopes dos Santos, Lucínio Pereira da Silva, José Alves de Sousa, Baltasar de Morais, José de Almeida Mendonça
- Cireneu: António Teixeira de Queirós
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas: João Pinto Ferreira, João Gomes de Barros, Manuel Simão Lopes Teixeira, António Júlio Pereira Cabral, Manuel José Alves Roçadas, Manuel Gonçalves de Carvalho, Vitorino Gomes de Barros, José Inácio Botelho
- Andor do Senhor da Cana Verde: José Gonçalves Basto, Joaquim Bernardo Ferreira, Henrique José Ribeiro, Francisco Pereira de Carvalho

1898

- Pendão: José Augusto Fernandes Roberto
- Tochas ao mesmo: Jerónimo Rodrigues de Freitas, Henrique José Ribeiro
- Bandeira da Irmandade: Manuel António de Carvalho
- Tochas à mesma: Diogo Gomes Carneiro
- Martírios: Mão com a bolsa, Espada, Mão com luva, Galo, Disciplinas, Cana Verde, Verónica, Madalena, São João, Anjo, Nossa Senhora
- Andor do Senhor: João Baptista Pereira, Serafim Taboada, Jerónimo Ferreira Monteiro, João Correia Pinto, Lourenço do Rego
- Lanternas ao mesmo: Baltasar de Morais, João Lopes Fernandes, João Pinto Ferreira, António Correia de Almeida, José António Barrias
- Cireneu: Miguel José Claro
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Manuel José Alves Roçadas, Luís Gonçalves do Poço, Francisco Maria Freixo, José Inácio Botelho, José Augusto Pinto de Barros, Albano Alves Serafim

1899

- Pendão: José Augusto Fernandes Roberto
- Borlas ao mesmo: Francisco Maria Rebelo, José Maria Alves Coutinho, António Fernandes Vilarinho, José Martins
- Bandeira da Irmandade: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: António Correia de Almeida, Albano Alves Serafim
- Martírios: Mão com a bolsa, Espada, Mão com a luva, Galo, Disciplinas, Cana Verde, Verónica, Madalena, São João, Anjo, Nossa Senhora
- Andor do Senhor: José do Espírito Santo Azevedo, Miguel Gonçalves Guerra, João Correia Pinto, Serafim Taboada, José Pinto, Henrique José Ribeiro
- Lanternas ao mesmo: António Rodrigues Pereira Veiga, Francisco Luís de Sousa, Baltasar de Morais, José Inácio Botelho, José Augusto Pinto de Barros, Estanislau Correia de Matos
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Francisco Maria Freixo, João Pinto Ferreira, Manuel José Alves Roçadas, José de Barros Freire Júnior, Doutor Joaquim de Azevedo, António Bernardo da Rocha, Guilhermino Gomes, João Baptista da Costa
- Cireneu: António Toríbio da Silva

1902

- Pendão: Domingos Ferreira Alemão
- Borlas ao mesmo: Manuel Alves do Rio Bragança, António Gonçalves Paulino, Custódio Correia de Araújo, António Joaquim Dinis
- Bandeira da Irmandade: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas à mesma: António Correia Lopes, José Joaquim Dias
- Martírios: Mão com a bolsa, Espada, Mão com a luva, Galo, Disciplinas, Cana Verde, Verónica, Madalena, São João, Anjo, Nossa Senhora
- Andor do Senhor: sem indicação

- Lanternas ao mesmo: Manuel Lopes Ruas, João Rodrigues Gaspar, José Augusto Pinto de Barros, Francisco Ferreira da Costa Agarez, Aníbal Augusto Correia, Alfredo Artur da Silva Melo
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Doutor Domingos Lopes da Costa, Doutor João António Cardoso Baptista, Miguel José Claro, Manuel António Mendes Pereira, Francisco Maria Freixo, José de Barros Freire Júnior, Albano Eduardo da Costa Lobo Júnior, José Augusto de Figueiredo
- Cireneu: António Toríbio da Silva

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001, Lv031-Lv032, Lv265-Lv268; ADVRL/CON-SCMVR/E/004, Lv268; ADVRL/CON-SCMVR/G/001, Lv255-Lv260)

ANEXO VIII

Procissão de Quinta-feira Santa (1774-1902)

1774

- Porta-bandeira: Agostinho José Pereira Cardoso
- Tochas: Luís Alves da Costa, Luís Ferreira Real
- Bandeira da Irmandade: José Pinto de Mesquita Sarmento
- Tochas: José Alves de Barros, Luís de Sousa Vilela
- Andor do Senhor Ecce Homo: Doutor Luís Alves da Nóbrega, António de Queirós de Mesquita Pimentel, Belchior Luís Cardoso Pinto, Jerónimo da Cunha Sotomaior
- Tochas: Inácio Botelho de Lucena, António Feio de Figueiredo, António Sarmento de Magalhães Teixeira, António de Gouveia, Domingos José de Matos, António Machado de Castro
- Tochas ao Santo Cristo: Francisco de Figueiredo Tavares, António Pinto do Couto, Francisco Xavier de Azevedo Ferreira, José Dias, José Ribeiro, António Fernandes de Castro
- Santo Cristo: Reverendo António Pereira Rubião

1780

- Primeira bandeira: Manuel Pinto do Couto Leitão
- Tochas: Domingos Botelho de Sousa, Sebastião Barbosa
- Miserere: Reverendo Jerónimo Alves Rodrigues
- Segunda bandeira: Luís de Ataíde Pimentel, Bento António de Figueiredo Alves e Rocha
- Segundo Miserere: Reverendo José Moreira Pinto
- Andor: Jerónimo da Cunha Sotomaior, José Félix de Morais Sarmento, João da Cunha Sotomaior Sousa e Silva, Luís Alves da Nóbrega Cam e Aboim
- Tochas: António Botelho Correia de Queirós Pimentel, António Machado, António Botelho de Lucena, José Dias, José Botelho Guedes do Amaral, José Gomes
- Terceiro Miserere: Reverendo Manuel Alves da Conceição
- Santo Cristo: Reverendo Capelão da Semana
- Tochas: Miguel António Vaz Guedes, José Ribeiro, José Correia do Amaral, Martinho Rodrigues, Manuel Correia do Amaral, Manuel da Silva

1784

- Primeira Ladainha: António Pereira de Azevedo
- Primeira bandeira: José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto
- Tochas: José Álvares de Barros, Manuel César Nunes Coelho
- Primeiro Miserere: Reverendo Jerónimo Teixeira de Barros
- Bandeira da Irmandade: Doutor Luís Álvares da Nóbrega Cam e Aboim
- Tochas: João Ribeiro Fraga, António Fernandes de Castro
- Segundo Miserere: Reverendo José Botelho de Sousa
- Andor do Senhor: Neutel Correia de Mesquita Pimentel, António Botelho de Lucena, Francisco António de Morais Vasconcelos, António Feio de Figueiredo
- Tochas: António Teixeira de Magalhães Lacerda, Luís Ferreira Real, José Maria da Veiga, António José Machado, Joaquim José Silva de Barbosa, Gualter Botelho
- Pálio: José Pinto de Mesquita, Miguel António Vaz Pereira Pinto, José Constantino Lobo, José Correia Pinto do Amaral, Afonso Botelho de Sampaio, António Correia Cabral
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana
- Miserere: Reverendo Padre Jerónimo Rodrigues Torgo
- Tochas: José Teles de Meneses Sarmento, Manuel Rodrigues Cabanas, D. Luís António de Sousa Botelho, José Rodrigues Torgo, António Botelho Guedes do Amaral, José Dias Picão

1791

- Primeira Ladainha: Reverendo António de Magalhães Azevedo
- Primeira bandeira: Doutor Manuel Teixeira Bragança
- Tochas: Joaquim José Silva de Barbosa, João Alves
- Bandeira da Irmandade: José Félix de Morais Sarmento
- Tochas: Manuel de Frias Guedes Pimentel do Amaral, Manuel Alves Dinis Patorro

- Andor do Senhor: José Botelho Guedes Pimentel, António Feio de Figueiredo, António Botelho de Lucena, Neutel Correia da Mesquita Pimentel
- Tochas: António Botelho Correia Guedes do Amaral, António de Matos, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, José Dias
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana
- Tochas: José Pinto da Mesquita Sarmento, Jerónimo José de Oliveira, António Teixeira de Lacerda, José de Matos, Francisco da Silveira Pinto, Martinho José Rodrigues de Seixas

1792

- Primeira Ladainha: Reverendo Jerónimo Correia de Barros, Reverendo Joaquim José da Costa Magalhães
- Primeira bandeira: Manuel Teixeira Braga
- Tochas: António José Alves Meneses, João Alves Martins
- Bandeira da Irmandade: António José de Figueiredo Tavares
- Tochas: Manuel de Frias Guedes Pimentel Guedes do Amaral, Manuel de Carvalho Campos
- Andor do Senhor: José Botelho Guedes Pimentel do Amaral, Manuel Correia da Mesquita, Pedro Magalhães Faria e Sousa, Francisco Correia Pinto do Amaral
- Tochas: António Botelho Guedes do Amaral, Francisco José de Carvalho, Manuel Amorim Pimentel de Morais, Joaquim Pereira Picão
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana
- Tochas: Joaquim Teixeira Vilaça Bacelar, José Alves Correia, Francisco Teixeira da Fontoura, José Dias Picão, Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa, Manuel Rodrigues Cabanas
- Pálio: Francisco da Silveira Pinto, António Botelho de Lucena, Melchior Luís Pinto Cardoso, Luís de Figueiredo Alves Rocha, Francisco Morais de Gouveia Pinto, Carlos Cabral Teixeira de Morais

1795

- Primeira bandeira: Manuel da Silva Dias
- Tochas: José Pinto Cardoso, António Alves Pereira Torgo
- Segunda bandeira: Francisco de Paula de Ataíde Pimentel
- Tochas: João Ribeiro de Noronha de Mesquita Pimentel, José Pereira de Sequeira
- Bandeira da Irmandade: Francisco Manuel de Gouveia Pinto
- Tochas: Francisco Correia Pinto do Amaral, João Alves Martins
- Andor: António Botelho de Lucena, Francisco Correia Pinto do Amaral, Neutel Correia de Mesquita Pimentel, António Feio de Figueiredo Correia
- Tochas: Neutel Correia Mesquita Pimentel, Domingos José da Veiga, António Botelho Lucena, Jerónimo José de Oliveira
- Santo Cristo: sem indicação
- Tochas: Luís António de Figueiredo e Rocha, José Alves Rodrigues Correia, António Feio de Figueiredo Correia, Joaquim Nunes Correia Viana, Belchior Luís de Maris Sarmento Pinto de Mesquita, José Dias Picão
- Pálio a Santo Cristo: José Pinto de Mesquita Sarmento, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, Bento Borges da Cunha Botelho do Amaral, Miguel António Vaz Guedes, Francisco Manuel de Gouveia Pinto

1796

- Primeira bandeira: Doutor Manuel da Silva Dias
- Tochas: Francisco José da Silva Gomes, José Lopes Urbano
- Segunda bandeira: António Teixeira de Fontoura Carneiro
- Tochas: Capitão José Pereira de Sampaio, António Alves Pereira Torgo
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Francisco Teixeira de Carvalho, Manuel de Carvalho Campos
- Andor: António Feio de Figueiredo Correia, Francisco Correia do Amaral, Neutel Correia de Mesquita Pimentel, Francisco Teixeira de Fontoura
- Tochas: Reverendo João Ferreira Real, Luís Ferreira Real, Jerónimo José de Araújo Carneiro, Manuel António Vilela
- Santo Cristo: Reverendo Capelão da Semana
- Tochas: António da Costa Camelo, António Correia Quelha, José Caetano Carneiro, Manuel Alves Coutinho, Francisco de Paula de Ataíde Pimentel, José de Carvalho
- Pálio: Francisco Manuel de Gouveia Pinto, José Pinto de Mesquita, António Teixeira de Magalhães, Miguel António Vaz Guedes, Manuel de Amorim Pimentel, Luís António de Figueiredo

1797

- Primeira bandeira: José da Silva Dias
- Tochas: Doutor António José Dias Mourão Mosqueira, José Pinto da Veiga
- Segunda bandeira: Manuel António de Gouveia
- Tochas: Francisco Teixeira da Fontoura, Joaquim Pereira da Cunha
- Bandeira da Irmandade: João Machado Botelho Correia de Queirós
- Tochas: José Teixeira de Melo e Castro, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Andor: Francisco Correia Teixeira do Amaral, Neutel Correia de Mesquita Pimentel, António Feio de Figueiredo Correia, António Correia de Carvalho
- Tochas: Manuel de Amorim Pimentel de Morais, José Dias Picão, António Feio de Figueiredo Correia, Francisco Manuel de Sousa

- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana
- Tochas: Neutel Correia de Mesquita Pimentel, José António Ferreira, Manuel Correia Teixeira do Amaral, Gualter Botelho

1798

- Primeira bandeira: José da Silva Dias
- Tochas: Diogo Leite Ferreira, José Luís de Oliveira
- Segunda bandeira: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: João Teixeira Cabral de Andrade, Luís Joaquim Alves
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Francisco de Paula e Ataíde, José Dias Picão
- Andor: Francisco Correia Teixeira do Amaral, Neutel Correia de Mesquita Pimentel, Francisco Teixeira Carneiro de Fontoura, António Correia de Carvalho, Carlos Cabral Teixeira de Moraes, Gualter Botelho, Manuel Correia Teixeira do Amaral, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Santo Cristo: Reverendo Capelão da semana
- Lanternas: Jerónimo da Silva e Almeida, Francisco José de Oliveira, José Alves Rodrigues, Paulo José de Oliveira

1799

- Primeira bandeira: João António Teixeira Nunes
- Tochas: José da Silva Dias, Luís Joaquim Alves
- Segunda bandeira: António Botelho Pereira Coelho
- Tochas: João Teixeira Cabral de Andrade, João Pinto da Veiga
- Terceira bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, João Baptista Pereira
- Andor: Doutor Agostinho José Teixeira Cardoso, Manuel António de Gouveia Pinto, Doutor José Teixeira Carneiro Bacelar, Capitão José Pereira de Sampaio
- Tochas: António Feio de Figueiredo Correia, Francisco Manuel de Sousa, Neutel Correia de Mesquita, José António Ferreira
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana
- Tochas: Manuel da Silva Dias, Joaquim Pereira da Cunha, Manuel Correia Teixeira do Amaral, João Gomes, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, José Pinto da Veiga, António Carneiro de Carvalho, António Caetano Alves Relvas

1800

- Primeira Ladainha: João Baptista Dionísio, António Gomes
- Primeira bandeira: António Botelho Pereira Coelho
- Tochas: António da Costa Camelo, João Baptista Pereira Romão
- Segunda bandeira: Reverendo José António Coelho
- Tochas: Capitão José Pereira de Sampaio, Jerónimo José de Oliveira
- Bandeira da Irmandade: Agostinho do Amaral Teixeira de Gouveia
- Tochas: Reverendo José Botelho de Sousa, João José Gonçalves
- Andor: António Botelho de Lucena, Francisco Correia Pinto do Amaral, Pedro de Magalhães, Francisco Teixeira Carneiro da Fonseca
- Tochas: Neutel Correia da Mesquita Pimentel, José António Ferreira, Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, Manuel Alves Coutinho
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana
- Lanternas: os mesmos dos Santos Passos

1801

- Ladainha: António e Luís de Carvalho
- Primeira bandeira: Capitão João Teixeira Cabral de Andrade
- Tochas: Domingos José Botelho, José Alves Correia
- Segunda bandeira: José da Silva Dias
- Tochas: Capitão José Pereira de Sampaio, José Joaquim Monteiro
- Bandeira da Irmandade: Manuel Correia Teixeira do Amaral
- Tochas: João Ribeiro da Mesquita Pimentel, Francisco de Oliveira
- Andor: Pedro de Magalhães de Faria e Sousa, António Botelho de Lucena, Francisco Teixeira Carneiro de Fontoura, António Correia de Carvalho
- Tochas: Neutel Correia da Mesquita, Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, João Correia Mourão, Manuel de Carvalho Campos
- Lanternas: os mesmos dos Santos Passos
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana

1802

- Primeira Ladainha: João Baptista Dionísio, António Gomes
- Primeira bandeira: José da Silva Dias
- Tochas: António Botelho Pereira Coelho, Luís Joaquim Alves
- Segunda bandeira: João Ribeiro Pimentel de Noronha
- Tochas: João António Pereira Guimarães, Manuel Alves Dinis

- Bandeira da Irmandade: Reverendo Manuel de Frias Guedes do Amaral
- Tochas: João Ferreira Real, António Pereira de Azevedo
- Andor: Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, Neutel Correia da Mesquita Pimentel, Pedro de Magalhães Faria de Sousa, Francisco Xavier de Azevedo, José da Costa Monteiro, Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel
- Tochas: João Correia Nunes Viana, João Correia Mourão, José Vieira de Carvalho, João Pinto da Veiga
- Santo Cristo: Reverendo Capelão da semana
- Lanternas: Francisco Pinto da Veiga, José Alves da Fraga, Manuel Alves Coutinho, José Alves de Matos

1803

- Primeira Ladainha: os dois capelães que não forem da semana
- Primeira bandeira: Manuel Joaquim de Azevedo e Silva
- Tochas: António Teixeira Pinto Monteiro, Luís Joaquim Alves
- Segunda bandeira: João Teixeira Cabral de Andrade
- Tochas: José da Silva Dias, José de Sousa
- Bandeira da Irmandade: Neutel Correia da Mesquita Pimentel
- Tochas: Pedro de Magalhães Faria e Sousa, José António Ferreira
- Andor: João Correia Nunes Viana, José Pereira de Sampaio, João Ferreira Real, Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, José Vieira de Carvalho, Mateus José Marques
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana

1804

- Primeira Ladainha: os dois Reverendos Capelães que não forem da semana
- Primeira bandeira: José da Silva Dias
- Tochas: João Ferreira Real, Luís Joaquim Alves
- Segunda bandeira: Doutor Sebastião José de Carvalho
- Tochas: Doutor João Baptista Pereira Coelho, João Pinto da Veiga
- Bandeira da Irmandade: António Botelho de Lucena
- Tochas: Joaquim Patrício Botelho de Lacerda, Manuel de Carvalho Campos
- Andor: João Correia Nunes Viana, José Pereira de Sampaio, João Ferreira Real, Francisco Ferreira de Carvalho, José Vieira de Carvalho, Matias José Marques
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana

1805

- Primeira Ladainha: Reverendo António Gomes e os mais convidados
- Primeira bandeira: Matias José Marques
- Tochas: José da Silva Dias, José de Sousa
- Segunda bandeira: Doutor João Baptista Pereira Coelho
- Tochas: João Correia Nunes Viana, Luís Joaquim Alves
- Terceira bandeira da Irmandade: António Botelho de Lucena
- Tochas: Doutor Manuel Teixeira Bragança, Francisco José de Carvalho
- Andor: José Vieira de Carvalho, João Ferreira Real, Domingos Marinho de Queirós, Francisco Ferreira de Carvalho
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana

1806

- Primeira Ladainha: os dois Reverendos capelães que não forem da semana
- Primeira bandeira: José da Silva Dias
- Tochas: João Vitorino de Azevedo Faria, José Moreira da Fonseca
- Segunda bandeira: João Ribeiro Pimentel da Mesquita
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel, António Correia de Sampaio
- Terceira bandeira da Irmandade: António Botelho Correia Guedes do Amaral
- Tochas: João Baptista Pereira Coelho, João Pinto da Veiga
- Andor: primeira muda até o adro de São Pedro: José Vieira de Carvalho, João Ferreira Real, Domingos Marinho de Queirós, Matias José Marques
- Segunda muda: José Pereira de Sampaio, João Correia Nunes Viana, Francisco Ferreira de Carvalho, Manuel Joaquim de Azevedo
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana

1807

- Primeira Ladainha: Reverendo João Teixeira Real e os mais convidados
- Primeira bandeira: Matias José Marques
- Tochas: José da Silva Dias, José Dias Picão
- Segunda bandeira: Doutor João Baptista Coelho

- Tochas: João Correia Nunes Viana, Luís Joaquim Alves
- Terceira bandeira: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Doutor Manuel Teixeira Bragança, Francisco José de Carvalho
- Andor: António Botelho de Lucena, Pedro de Magalhães Faria e Sousa, Neutel Correia da Mesquita Pimentel, Francisco Teixeira da Fontoura
- Santo Cristo: Reverendo capelão da semana

1810

- Primeira Ladainha: Reverendo Capelão da semana antecedente
- Primeira bandeira: João Ferreira Real
- Tochas: António José Leite dos Reis, Francisco Manuel de Sousa
- Segunda bandeira: Francisco Ferreira de Carvalho
- Tochas: Jerónimo José de Araújo Carneiro, José Moreira da Fonseca
- Terceira bandeira da Irmandade: José Teixeira de Melo e Castro
- Tochas: Francisco Correia Teixeira do Amaral, José António Ferreira
- Andor: António Botelho Correia Guedes do Amaral, Padre Manuel de Frias Correia Guedes do Amaral, António Teixeira Carneiro da Fontoura, Luís António de Figueiredo Alves e Rocha
- Tochas: Doutor João Baptista Pereira Coelho Monteiro, Carlos Cabral Teixeira de Morais, João Baptista Pereira Romão, Francisco da Veiga
- Santo Cristo: Secretário
- Tochas: João Ribeiro de Noronha da Mesquita Pimentel, José da Silva Dias, António Correia de Sampaio, António Pereira Carneiro

1811

- Primeira Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António José Rodrigues de Carvalho
- Tochas: António José Teixeira Moutinho, Francisco de Oliveira
- Segunda bandeira: António Teixeira Pinto Machado de Azevedo
- Tochas: Lourenço Correia Botelho, José Alves de Matos
- Terceira bandeira: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Francisco Botelho Correia de Queirós Pimentel, Joaquim de Gouveia, João Correia Nunes Viana, João Ferreira Real, José António de Carvalho Mourão, António Botelho de Sampaio
- Tochas: Francisco Inácio Morais de Amorim Pimentel, António Botelho Pereira Coelho, João Baptista Romão, José Correia de Almeida
- Santo Cristo: Secretário
- Tochas: José Matias de Sousa Peixoto, José da Silva Dias, José António Ferreira, António Pereira Carneiro
- Lanternas (ao andor do Senhor): Joaquim Correia Nunes Viana, Bonifácio Francisco Vaz, João de Meireles Monteiro, João Alves Ribeiro
- Lanternas (ao Santo Crucifixo): Jerónimo Botelho, José da Cunha, João Gomes, José Rodrigues

1812

- Primeira Ladainha: Reverendo capelão da semana antecedente
- Primeira bandeira: Francisco Inácio Amorim de Morais Pimentel
- Tochas: António José Teixeira Moutinho, Luís Joaquim Sabrosa
- Segunda bandeira: João Vitorino de Azevedo Faria
- Tochas: Jerónimo Vitorino, José Alves de Matos
- Terceira bandeira: António Bernardo de Figueiredo Abreu Castelo Branco
- Tochas: José da Silva Dias, Francisco José de Oliveira
- Andor: José Teixeira de Carvalho, António José Rodrigues de Carvalho, João Correia Nunes Viana, João Ribeiro de Noronha
- Tochas: Jerónimo José de Araújo Carneiro, João de Matos Rebelo e Rocha, João Baptista Pereira Romão, João Gomes Carneiro
- Santo Cristo: António Botelho Correia Guedes do Amaral, por moléstia do Secretário, a quem compete
- Tochas: Francisco Botelho de Queirós, José Matias de Sousa Peixoto, João Alves Ribeiro, Jerónimo Balbino da Cunha
- Lanternas ao Senhor: Joaquim de Gouveia, José Correia Lamego, João Alves Sabrosa, João Pereira da Silva
- Lanternas ao Crucifixo: Joaquim Correia Nunes Viana, Carlos Correia Nunes Viana, José Rodrigues Botelho, José da Costa Rebelo

1813

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: João Vitorino de Faria
- Tochas: António José Rodrigues de Carvalho, José Pereira de Azevedo
- Segunda bandeira: António José Teixeira Moutinho
- Tochas: Jerónimo Vitorino Teixeira, Luís Joaquim Sabrosa
- Bandeira da Irmandade: António Bernardo de Figueiredo
- Tochas: Francisco Botelho Correia Machado, António Feliciano de Azevedo
- Andor: António Correia da Mesquita, José de Carvalho Mourão Folhadela, Francisco Alves de Magalhães, João Pereira de Cabral e Andrade

- Tochas: João Ribeiro da Mesquita, João Pereira Real, José Alves Rodrigues, José Pinto da Veiga
- Santo Cristo: José Alves Pereira
- Tochas: João de Matos Ribeiro, Domingos Alves Lobo, João da Veiga, Francisco José da Veiga
- Lanternas: José Teixeira da Cunha, António da Silva, José Alves da Fraga, António da Nóbrega

1814

- Ladainha: Reverendo capelão da Semana
- Primeira bandeira: José Matias de Sousa Peixoto
- Tochas: Jerónimo Vitorino Teixeira, José Joaquim de Gouveia
- Segunda bandeira: António José Teixeira Moutinho
- Tochas: João de Matos Ribeiro, Frutuoso José dos Reis
- Bandeira da Irmandade: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: José António Gonçalves
- Andor: António Luís Mesquita Pimentel, Alexandre Botelho de Sampaio, Luís António de Castro, Francisco Pereira de Carvalho
- Tochas: Doutor José Carneiro Bacelar, José da Silva Dias, Francisco Pereira de Azevedo, José Machado
- Santo Cristo: José Alves Pereira
- Tochas: João Ribeiro de Noronha Pimentel, Doutor Manuel Frias, António da Silva, José de Matos Ribeiro
- Lanternas: os mesmos dos Passos

1815

- Ladainha: Capelão da Semana
- Primeira bandeira: Luís António Pereira de Castro
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, Francisco Pereira de Azevedo
- Segunda bandeira: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: José Matias Peixoto, Joaquim Machado
- Bandeira da Irmandade: Francisco Inácio Pereira Rubião
- Tochas: Francisco Ferreira de Carvalho, Francisco Ferreira de Carvalho Barjacob
- Andor: Alexandre Botelho de Sampaio, João de Matos Rebelo, Joaquim Patrício, António Pereira Coelho
- Tochas: José da Silva Dias, João Teixeira Cabral, José Machado, José António Gonçalves
- Santo Cristo: Secretário João Rodrigues da Mesquita
- Tochas: António Botelho Correia Guedes, Alexandre Botelho de Sampaio, José Lourenço de Matos, António da Silva
- Lanternas: os mesmos dos Passos

1816

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Gomes Carneiro
- Tochas: Luís António Pereira de Castro, Francisco Pereira de Azevedo
- Segunda bandeira: António Teixeira de Melo e Nisa
- Tochas: José Matias Peixoto, Joaquim Machado
- Bandeira da Irmandade: Luís António de Figueiredo e Rocha
- Tochas: José Maria de Barros, Francisco Ferreira de Carvalho Barjacob
- Andor: Francisco Alves de Magalhães, João Ferreira Real, João Bernardo Botelho Lobo
- Tochas: João Vitorino de Azevedo Faria, José António Baptista, Domingos Marinho de Queirós, Jerónimo José Fernandes, António José Leite dos Reis, Tomé Mendes
- Santo Cristo: Escrivão
- Tochas: Francisco Inácio de Moraes, Joaquim Patrício Botelho, Jerónimo Balbino da Cunha, António José Ferreira
- Lanternas: os mesmos dos Passos

1817

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Lourenço Correia Botelho
- Tochas: Francisco Inácio de Moraes Pimentel, Jerónimo Botelho
- Segunda Bandeira: José Matias de Sousa Peixoto
- Tochas: António José Leite dos Reis, Joaquim Álvares
- Bandeira da Irmandade: Francisco Xavier Correia de Andrade
- Tochas: João Rodrigues de Mesquita Fraga, António Bento da Costa
- Andor: Alexandre Botelho de Sampaio, Francisco Álvares de Magalhães, Francisco Ferreira de Carvalho, João Correia Nunes Viana
- Tochas: Domingos Marinho de Queirós, António José Teixeira Moutinho, José Martins, Manuel Pinto Barbosa
- Santo Cristo: Manuel José Alves Ferreira

- Tochas: Carlos Cabral Teixeira de Magalhães, Vicente Luís Correia de Mesquita, José Pereira Queixo, João Nunes
- Lanternas: João Pinto da Veiga, Francisco Correia de Matos, António Alves Martins, Luís Joaquim Álvares, José Manuel Teixeira, Manuel Gonçalves Relvas, Tomás Pereira, Francisco Carneiro de Carvalho

1818

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Luís Cardoso
- Segunda bandeira: João Gomes Pereira
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino de Azevedo Faria e Rocha
- Tochas: Lourenço Botelho, João António Baptista
- Andor: João da Silva Monteiro, João Ferreira Real, Francisco Pereira de Carvalho, Francisco José da Silva Gomes
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, António Alves de Moura, Joaquim Monteiro, João Baptista Pereira Romão
- Santo Cristo: Secretário
- Lanternas: os mesmos dos Passos

1819

- Ladainha: Reverendo capelão da Semana
- Primeira bandeira: Francisco Inácio de Morais Pimentel
- Tochas: Doutor José Pereira Bento de Sousa, Francisco da Veiga
- Segunda bandeira: Francisco Pereira de Carvalho
- Tochas: Manuel José Jorge, João Pereira da Silva
- Bandeira da Irmandade: José Maria de Figueiredo Abreu de Castelo Branco
- Tochas: Francisco de Barros, José Pereira Botelho
- Andor: Brás Gonçalves, Manuel Jorge, José Pereira de Carvalho, Alves de Carvalho
- Santo Cristo: Secretário

1820

- Ladainha: Reverendo Capelão da semana
- Primeira bandeira: Francisco José da Silva Gomes
- Segunda bandeira: Francisco da Silva Magalhães
- Bandeira da Irmandade: João Rodrigues de Mesquita Fraga
- Tochas: Francisco de Sousa Vilela, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Andor: Rafael José Teixeira, Manuel José Jorge, Brás Gonçalves Pereira, João da Silva Monteiro
- Santo Cristo: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas: os mesmos dos Santos Passos

1821

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Francisco Luís da Silva Magalhães
- Tochas: Francisco Inácio de Morais, Francisco José Pereira de Azevedo
- Segunda bandeira: António José Nunes da Cruz
- Tochas: Francisco de Barros Pereira Rubião, Manuel Ferreira da Silva
- Bandeira da Irmandade: Luís Cardoso Pinto
- Tochas: João Rodrigues da Mesquita Fraga, José Rebelo da Costa
- Andor: Capitão João Correia Nunes Viana, Carlos Correia, Brás Gonçalves Pereira, João da Silva Monteiro
- Santo Cristo: Secretário da Irmandade
- Lanternas: os mesmos dos Passos

1835

- Ladainha: Reverendo Capelão da semana
- Primeira Bandeira: Francisco José do Rego
- Lanternas: António Botelho de Azevedo Carneiro, António José Ferreira
- Segunda Bandeira: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Lanternas: Manuel dos Santos e Sousa, João Fernandes Leitão
- Andor do Senhor: Francisco Ferreira de Carvalho Júnior, Vitorino Maria de Azevedo Faria, Francisco Manuel da Silva Dias, João Teixeira Cabral
- Lanternas: José Gomes Correia, Bernardino de Sena Beltrão, Cipriano de Azevedo, Bernardo José Durago
- Senhor Crucificado: Secretário Joaquim Ferreira Real
- Lanternas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, João Vitorino de Carvalho Moutinho, Turíbio José da Silva, António Rodrigues Gaspar

1836

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Francisco José do Rego
- Lanternas: José Luís de Sousa Dias, António José Ferreira
- Segunda bandeira: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Lanternas: Francisco José de Sousa Vilela, José Joaquim Machado de Aguiar
- Bandeira da Irmandade: Vitorino Maria de Azevedo Faria
- Lanternas: António José Nunes da Cruz, João Fernandes de Aguiar Leitão
- Andor do Senhor: Francisco Ferreira de Carvalho Júnior, António Botelho de Azevedo Carneiro, Francisco Manuel da Silva Dias, João Teixeira Cabral de Carvalho
- Lanternas: José Gomes Correia, Bernardino de Sena Leitão, Bernardo José Durago, João Correia Taboada
- Senhor Crucificado: Doutor Joaquim Ferreira Real (Secretário)
- Lanternas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Brás Gonçalves Pereira, Toríbio José da Silva, António Rodrigues Gaspar

1837

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho
- Lanternas: João António Alves Ferreira, António Rodrigues Gaspar
- Segunda bandeira: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Lanternas: José Gomes Carneiro, António José Baptista
- Bandeira da Irmandade: Vitorino Maria de Azevedo Faria
- Lanternas: Manuel José Jorge, António Correia de Azevedo
- Andor do Senhor: José Teixeira da Costa, António Botelho Carneiro de Azevedo, Cândido Albino de Freitas, António Egídio Tavares Lobo
- Lanternas: Bernardino de Sena Beltrão, José Gomes Correia, Joaquim de Freitas, Francisco António de Oliveira
- Senhor Crucificado: Secretário
- Lanternas: Joaquim António Botelho de Mesquita, António José Nunes da Cruz, António Pinto Correia de Macedo, António José Ferreira Júlio

1838

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho
- Lanternas: Luís Ladislau Figueiredo, António Alves Rodrigues Vilar
- Segunda bandeira: Francisco António de Carvalho
- Lanternas: Francisco Manuel da Silva Dias, José de Azevedo
- Bandeira da Irmandade: António Ferreira de Carvalho
- Lanternas: Lourenço Botelho Correia, António Alves Martins
- Andor do Senhor: João Vitorino de Carvalho Moutinho, Carlos Martins de Carvalho, Cândido Albino de Freitas, António Pereira de Morais
- Lanternas: José António Teixeira de Melo Niza, António Nunes da Cruz, Manuel da Costa, António Caetano Relvas
- Senhor Crucificado: Secretário actual
- Lanternas: Bernardino de Sena Beltrão, José Luís de Sousa Dias, Francisco António de Oliveira, Dinis Gonçalves

1839

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Ferreira de Carvalho
- Lanternas: António José Nunes da Cruz, António Correia Taboada
- Segunda bandeira: Francisco Manuel da Silva Dias
- Lanternas: António Egídio Tavares Lobo, José Narciso, armador
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino de Carvalho Moutinho
- Lanternas: José António Teixeira de Melo e Niza, António Caetano Relvas
- Andor do Senhor: António Ferreira de Carvalho, José Teixeira Cabral de Carvalho, Lourenço Botelho Correia, Manuel Celestino Ribeiro Fraga
- Lanternas: Manuel José Jorge, Francisco Alves Lobo, Domingos de Barros, Manuel Ferreira Grilo
- Senhor Crucificado: Secretário
- Lanternas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Bernardino de Sena Beltrão, José Correia Botelho, António Inácio de Oliveira

1845

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Correia Botelho Mourão
- Lanternas: João Pinto Ferreira, António de Queirós
- Segunda bandeira: Luís António Pereira de Castro
- Lanternas: António Pereira de Morais, José António Baptista
- Bandeira da Irmandade: Reverendo Manuel Lopes de Carvalho Lemos

- Lanternas: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, António Pinto Peixoto
- Andor do Senhor: António Teixeira Cabral, João António de Oliveira Viamonte, Domingos José de Carvalho Araújo, António Augusto de Oliveira dos Santos
- Lanternas: Gabriel José de Carvalho Portela, Miguel Augusto de Sousa Vilela, Francisco José Claro, António Teixeira Pimenta
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia – José Maria da Silva Barbosa
- Lanternas: Manuel Antunes de Oliveira Guimarães, José Ribeiro Machado, Domingos José dos Santos, António José Fernandes Leal

1846

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Martinho António de Magalhães
- Lanternas à bandeira: António Pereira de Moraes, António Vieira de Carvalho
- Segunda bandeira: João Pereira Cabral
- Lanternas à mesma: António Egídio Tavares Lobo, José António Baptista
- Bandeira da Irmandade: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Lanternas à mesma: José dos Santos Pereira Basto, António Ferreira Júlio
- Andor do Senhor: Joaquim Maria da Silva Barbosa, Manuel Joaquim Borges da Costa, Custódio José Inácio, António Joaquim Baptista
- Lanternas ao mesmo: António Botelho Correia Mourão, António Teixeira Cabral, Sebastião José de Carvalho, Custódio José Teixeira
- Senhor Crucificado: Secretário
- Lanternas ao mesmo: Manuel José da Rocha Guimarães, José Rodrigues de Carvalho, António Rodrigues Gaspar

1848

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: João Pereira Cabral
- Lanternas à bandeira: António Correia Botelho Mourão, António de Meireles Coelho
- Segunda bandeira: Bacharel José António Teixeira Coelho
- Lanternas: Manuel Joaquim Borges da Costa, Serafim Gaspar
- Bandeira da Irmandade: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Lanternas: António Botelho de Azevedo Carneiro, José de Barros Freire
- Andor do Senhor: Miguel Augusto de Sousa Vilela, João António de Oliveira Viamonte, António Gomes Carneiro de Araújo, Domingos José da Cunha
- Lanternas ao Andor: José António Ribeiro Machado, Manuel Antunes Oliveira Guimarães, Francisco José Claro, António Claro da Fonseca
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas: Gabriel José de Carvalho Portela, João Pinto Ferreira, António da Cunha Santos, Lourenço José Ribeiro

1849

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Botelho Correia Mourão
- Lanternas: Miguel Augusto de Sousa Vilela, José Correia Mourão
- Segunda bandeira: Doutor António Tibúrcio Pinto Carneiro
- Lanternas: João Vitorino de Carvalho Moutinho, Manuel Pote
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Lanternas: Luís António Pereira de Castro, António Rodrigues Gaspar
- Andor do Senhor: José Manuel Ferreira, Joaquim Maria da Silva Barbosa, António Gomes de Araújo, João Pires da Costa
- Lanternas: António Joaquim Borges da Costa Júnior, Francisco Pereira Cabral, Domingos de Matos, Francisco de Matos
- Senhor Crucificado: Secretário
- Lanternas: António José Gonçalves Basto, Doutor José António Teixeira Coelho, Domingos de Carvalho, António Pinto de Carvalho, António Pinto Correia de Macedo

1850

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Caetano Carneiro de Carvalho
- Lanternas à mesma: Luís António Pereira dos Santos, José Bernardo Névoa
- Segunda bandeira: Francisco Manuel da Silva Dias
- Lanternas à mesma: José Rodrigues de Carvalho, Serafim Gaspar
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Lanternas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, Manuel Vicente
- Andor do Senhor: Miguel Augusto de Sousa Vilela, José dos Santos Pereira Basto, Domingos José de Carvalho Araújo, António Gomes Carneiro de Araújo
- Lanternas: João Pereira Cabral, Francisco Pereira Cabral, António José Teixeira Guimarães Júnior, António José Fernandes Leal
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas: José Manuel Ferreira, António Joaquim Borges da Costa Júnior, José Teixeira dos Santos, José da Costa Correia

1851

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Caetano Carneiro
- Lanternas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, António José Teixeira Guimarães Júnior
- Segunda bandeira: Manuel Inácio Teixeira
- Lanternas à mesma: João Teixeira Cabral, António de Beça Monteiro
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Lanternas à mesma: Gabriel José de Carvalho Portela, Serafim Gaspar
- Andor do Senhor: José Manuel Teixeira, Joaquim Maria da Silva Barbosa, Luís Baptista Pinto Lobato, Domingos Pereira de Carvalho Taveira
- Lanternas ao Andor: Manuel Joaquim Borges da Costa, José Luís de Sousa Dias, Domingos José de Carvalho Araújo, António Gomes de Araújo
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao Senhor: João Vitorino de Carvalho Monteiro, Martinho António de Magalhães, José da Costa Correia, Cipriano Pereira de Azevedo

1852

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: João Pereira Cabral
- Lanternas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, António José Teixeira Guimarães Júnior
- Segunda bandeira: António Joaquim Borges da Costa Júnior
- Lanternas à mesma: Martinho António de Magalhães, José António Teixeira
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Lanternas à mesma: António José Nunes da Cruz, António José Fernandes Leal
- Andor do Senhor: Manuel Joaquim Borges da Costa, José Manuel Ferreira, José Alves Coutinho, José António Penafiel
- Lanternas ao andor: Joaquim Maria da Silva Barbosa, José Luís de Sousa Dias, Domingos Pereira de Carvalho Taveira, António Rodrigues Gaspar
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao Senhor: João Vitorino de Carvalho Moutinho, José Caetano Carneiro, António Vieira de Carvalho, José Maria Neta

1853

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: João Pereira Cabral
- Lanternas à mesma: Dinis Gonçalves, José Moreira de Barros
- Segunda bandeira: José Caetano Carneiro
- Lanternas à mesma: José António Teixeira, Francisco de Matos
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Lanternas à mesma: José de Barros Freire, António José Teixeira Guimarães Júnior
- Andor do Senhor: José Manuel Ferreira, António Marcelino de Carvalho Moutinho, José Alves Coutinho, José Correia Mourão Júnior
- Lanternas ao Senhor: Martinho António de Magalhães, José Maria Marques de Almeida, António Vieira de Carvalho, José Maria Neta de Carvalho
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa
- Lanternas ao Senhor: João Vitorino de Carvalho Moutinho, António Teixeira da Nóbrega, António de Moraes Sarmento, António Rodrigues Gaspar

1854

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: João Pereira Cabral
- Lanternas: Dionísio José Gonçalves, Luís de Assunção Pereira
- Segunda bandeira: Francisco Correia Maciel
- Lanternas à mesma: José António Teixeira, Francisco de Matos
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Lanternas à mesma: José de Barros Freire, António Joaquim Baptista
- Andor do Senhor: João Ribeiro Negrão Ferrão, Joaquim Maria da Silva Barbosa, José Alves Coutinho, José Correia Mourão Júnior
- Lanternas ao mesmo: Martinho António de Magalhães, José Maria Marques de Almeida, António Vieira de Carvalho, José Maria Neta de Carvalho
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira da Nóbrega, José Rodrigues de Carvalho, Toríbio José da Silva, António de Moraes Sarmento

1855

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Caetano Carneiro
- Tochas à mesma: Luís da Assunção Pereira, José Bernardo da Rocha
- Segunda bandeira: Luís António Pereira de Castro
- Tochas à mesma: António Joaquim dos Santos, António Joaquim Baptista
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato

- Tochas à mesma: José de Barros Freire, António José Teixeira Guimarães Júnior
- Andor do Senhor: Francisco Manuel da Silva Dias, José dos Santos Pereira Basto, Manuel Vicente, José Moreira de Barros
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas: António Teixeira da Nóbrega, José Rodrigues de Carvalho, João António dos Santos, Serafim Gaspar

1856

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Francisco Manuel da Silva Dias
- Tochas à mesma: Luís António Ferreira da Mata, José Bernardo Névoa
- Segunda bandeira: José António Ribeiro Machado
- Tochas à mesma: José Rodrigues de Carvalho, Serafim Gaspar
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, Manuel Vicente
- Andor do Senhor: Manuel Joaquim Borges da Costa, Joaquim Maria da Silva Barbosa, Francisco Correia Mourão, Francisco Pinto de Azevedo
- Lanternas ao mesmo: José Manuel Teixeira, João Pinto Ferreira, José Alves Coutinho, José António Penafiel
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Doutor José da Costa Rebelo, Gabriel José de Carvalho Portela, António Pinto Peixoto, José António Madeira

1857

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Marcolino de Carvalho Moutinho
- Tochas à mesma: José Rodrigues de Carvalho, Serafim Gaspar
- Segunda bandeira: Doutor José da Costa Rebelo
- Tochas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, António de Morais Sarmento
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato, José Bernardo Névoa
- Andor do Senhor: José Manuel Ferreira, Manuel Joaquim Borges da Costa, António Teixeira Pimenta, Manuel Vicente
- Lanternas ao andor: Joaquim Maria da Silva Barbosa, José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, Francisco Feliciano de Oliveira, Francisco Lourenço de Azevedo
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: José Luís de Sousa Dias, António José Nunes da Cruz, António Teixeira Guimarães Júnior, José António Madeira

1858

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Rodrigues de Carvalho
- Tochas à mesma: António Marcolino de Carvalho Moutinho, Joaquim Fernandes
- Segunda bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: José Maria Marques de Almeida, Serafim Gaspar
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato, António de Morais Sarmento
- Andor do Senhor: José Correia Mourão, Francisco Correia Mourão, João Baptista Pereira, Vitorino da Mota
- Lanternas ao Senhor: José António Penafiel, João António dos Santos, José Manuel Ferreira, João Pinto Ferreira
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco António de Carvalho, António Teixeira Pimenta, Manuel Vicente

1859

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Maria Marques de Almeida
- Tochas à mesma: José Rodrigues de Carvalho, António de Morais Sarmento
- Segunda bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes
- Tochas à mesma: Francisco António de Carvalho, António Teixeira Pimenta
- Bandeira da Irmandade: Doutor Manuel Inácio Teixeira
- Tochas à mesma: Luís Bernardo Alves Pinto Lobato, António Máximo da Silva Couto
- Andor do Senhor: José Correia Mourão, José António Penafiel, Vitorino da Mota, Francisco Correia Mourão
- Lanternas ao Senhor: Manuel Joaquim Borges da Costa, António Joaquim Borges da Costa, Manuel Vicente, Francisco de Bessa Monteiro
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: João Pinto Ferreira, José Caetano Carneiro, Bernardino Lopes Teles, Estanislau da Mota

1860

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: José Rodrigues de Carvalho, Serafim Gaspar
- Segunda bandeira: António Marcolino de Carvalho Moutinho
- Tochas à mesma: Manuel Joaquim Borges da Costa, António Morais Sarmento
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: Doutor Inácio Teixeira, António Teixeira Pimenta
- Andor do Senhor: José Correia Mourão, Francisco Correia Mourão, António José Correia, Manuel Constantino Borges
- Lanternas ao mesmo: José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, José Manuel Ferreira, Francisco Lourenço de Azevedo, António José Teixeira Guimarães Júnior
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, José dos Santos Pereira Basto, Miguel Alves Martins, António Pinto Correia de Macedo

1861

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Rodrigues de Carvalho
- Tochas à mesma: José Manuel Ferreira, Francisco Lourenço de Azevedo
- Segunda bandeira: Doutor Manuel Inácio Teixeira
- Tochas à mesma: Gabriel José de Carvalho Portela, Francisco Fernandes Tão
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Serafim Gaspar
- Andor do Senhor: Francisco Correia Mourão, Manuel Constantino Borges, Vitorino da Mota, Roque Felizardo de Matos
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira da Nóbrega, José António Ribeiro Machado, Miguel Alves Martins, Francisco António da Cunha
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: José Maria Marques de Almeida, José Luís de Sousa Dias, Inácio Ferreira da Cruz, João Teixeira

1862

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: João Pinto Ferreira, Francisco Fernandes Tão
- Segunda bandeira: António Teixeira Queirós
- Tochas à mesma: José António Ribeiro Machado, José Maria Neta de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: António Joaquim Borges da Costa
- Tochas à mesma: José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, Damião Gonçalves Aranha
- Andor do Senhor: Diogo Lima, Inácio Ferreira da Cruz, António José Correia, Manuel Gonçalves da Silva Samardã
- Lanternas ao mesmo: João Ribeiro Nogueira Ferrão, António de Melo da Gama, Estanislau da Mota, António Pereira Ribeiro
- Senhor Crucificado: Reverendo Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Luís António Ferreira da Mota, Francisco José Claro, Luís Baptista Pinto Lobato, António Toríbio da Silva

1863

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Rodrigues de Carvalho
- Tochas à mesma: José Luís de Sousa Dias, Francisco Fernandes Tão
- Segunda bandeira: António de Melo da Gama
- Tochas à mesma: António Teixeira da Nóbrega, José Fernandes de Brito
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à mesma: José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, Damião Gonçalves Aranha
- Andor do Senhor: José Maria Coutinho, António da Veiga, António Teixeira Pimenta, Vitorino da Mota
- Lanternas ao andor: Luís de Matos e Sousa, Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, Estanislau da Mota, António Pereira Ribeiro
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Júlio da Mesquita, António Toríbio da Silva, José António Penafiel

1864

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: Manuel Joaquim Borges da Costa, Damião Gonçalves Aranha
- Segunda bandeira: José Rodrigues de Carvalho
- Tochas à mesma: José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, João Frutuoso de Passos
- Bandeira da irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho

- Tochas à mesma: António Melo da Gama, Miguel Correia de Almeida
- Andor do Senhor: António Mendes, José Maria Coutinho, Manuel Gomes Carneiro, Joaquim Fernandes de Carvalho
- Lanternas ao Senhor: Sebastião José Claro, João Pinto Ferreira, José Bernardo da Rocha, Manuel Vicente
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: José Maria Marques de Almeida, José Luís de Sousa Dias, Miguel Alves Martins, Luís Pereira da Assunção

1865

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António de Melo da Gama
- Tochas à mesma: José Rodrigues de Carvalho, João Frutuoso de Passos
- Segunda bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: Damião Gonçalves Aranha, João Teixeira
- Bandeira da Irmandade: João Pinto Ferreira
- Tochas à mesma: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Miguel Correia de Almeida
- Andor do Senhor: António de Carvalho Alvalá, José Maria Coutinho, António da Veiga, Vitorino da Mota
- Lanternas ao andor: Luís Pereira da Assunção, Joaquim Fernandes de Carvalho, Francisco Alves Felizardo, Miguel Alves Martins
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: José Bernardo da Rocha, Manuel Vicente, António Vitorino de Passos, Diogo Lima

1866

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: Damião Gonçalves Aranha, António da Veiga
- Segunda bandeira: António de Melo da Gama
- Tochas à mesma: José Ferreira dos Santos, Lourenço José Ribeiro
- Bandeira da Irmandade: José Manuel Ferreira
- Tochas à mesma: António Teixeira Pimenta, Manuel Teixeira de Matos
- Andor do Senhor: Francisco Correia Mourão, Miguel Claro, João Baptista Pereira, Domingos Rodrigues
- Lanternas ao andor: António Mendes, Luís Pereira da Assunção, Miguel Alves Martins, Manuel Vicente
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: José Bernardo da Rocha, António Vitorino de Passos, João Tiago do Nascimento, Vitorino da Mota

1867

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Padre João Pinto Machado
- Tochas à mesma: Damião Gonçalves Aranha, António da Veiga
- Segunda bandeira: António Ferreira Botelho
- Tochas à mesma: José Ferreira dos Santos, Lourenço José Ribeiro
- Bandeira da Irmandade: José Manuel Ferreira
- Tochas à mesma: Manuel de Carvalho, António Teixeira Pimenta
- Andor do Senhor: João Baptista Pereira, Domingos Rodrigues, Francisco Correia Mourão, Vitorino da Mota
- Lanternas ao Andor: Luís Pereira da Assunção, António Mendes, Miguel Alves Martins, Manuel Vicente
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas: Estanislau da Mota, João Tiago do Nascimento, António Vitorino de Passos, José Bernardo da Rocha

1868

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Cardoso da Silva
- Tochas à mesma: Manuel Vicente, José António Teixeira
- Segunda bandeira: Diogo Lima
- Tochas à mesma: José António Penafiel, José Bernardo da Rocha
- Bandeira da Irmandade: José Manuel Ferreira
- Tochas à mesma: Daniel de Carvalho, Domingos Vieira
- Andor do Senhor: João Baptista Pereira, Domingos Rodrigues, Francisco Correia Mourão, Manuel Simão Lopes Teixeira
- Lanternas ao Senhor: João Rodrigues Correia, Estanislau da Mota, Manuel Rodrigues, Manuel de Carvalho
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: António Gomes Carneiro de Araújo, José Ribeiro de Carvalho, José Moreira de Barros, Francisco António da Cunha

1869

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Ferreira dos Santos
- Tochas à mesma: António Teixeira Pimenta, José Ribeiro de Carvalho
- Segunda bandeira: Lourenço José Ribeiro
- Tochas à mesma: Dionísio José Gonçalves, Cipriano Pereira de Azevedo
- Bandeira da Irmandade: Domingos José de Carvalho Araújo
- Tochas à mesma: João Correia Pinto Júnior, Custódio José de Sousa Machado
- Andor do Senhor: João Baptista Pereira, José Maria de Sousa Coutinho, Francisco Correia Mourão, José Alves dos Santos
- Lanternas ao mesmo: António Rodrigues de Novais, José de Azevedo Pacheco, Francisco de Matos, Sebastião José de Carvalho
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Serafim Gaspar, António Pinto Peixoto, José Rodrigues de Carvalho, António Joaquim dos Santos

1870

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Patrocínio da Silva Couto
- Tochas à mesma: António de Carvalho Alvadia, João Rodrigues Correia
- Segunda bandeira: José Rodrigues de Carvalho
- Tochas à mesma: Lourenço José Ribeiro, Cipriano Pereira de Azevedo
- Bandeira da Irmandade: Domingos José de Carvalho Araújo
- Tochas à mesma: João Frutuoso de Passos, António da Cunha Santos
- Andor do Senhor: João Baptista Pereira, José Maria de Sousa Coutinho, Francisco Correia Mourão, José Alves dos Santos
- Lanternas ao mesmo: Manuel Vicente, Luís Pereira da Assunção, António Teixeira da Nóbrega, António Mendes
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: José Correia Mourão, Vitorino de Matos, Roque Fernandes de Matos, Manuel Constantino Borges

1871

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Cardoso da Silva
- Tochas à mesma: António Pereira Ribeiro, Luís José Gomes
- Segunda bandeira: António Teixeira da Nóbrega
- Tochas à mesma: Joaquim Fernandes, Serafim Gaspar
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: Manuel Vicente, António da Cunha Santos
- Andor: João Baptista Pereira, José Maria de Sousa Coutinho, Manuel Constantino Borges, Vitorino da Mota
- Lanternas ao mesmo: Francisco Baptista Pinto de Azevedo, José Bernardo da Costa, Francisco Fernandes Tão, Francisco Alves Felizardo
- Senhor Crucificado: Secretário da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Joaquim Lourenço Botelho Correia, António de Carvalho Alvadia, João Teixeira, Estanislau da Mota

1872

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: Manuel Alves Vieira
- Tochas à mesma: Custódio Vieira da Silva, Manuel Gomes Ferreira
- Segunda bandeira: José Augusto de Figueiredo
- Tochas à mesma: António Manuel Gomes, Cipriano Pereira de Azevedo
- Bandeira da irmandade: António Toríbio da Silva
- Tochas à mesma: Luís Gonçalves do Poço, António José Barbosa Resende
- Andor do Senhor: António de Sá, Francisco José da Silva Gomes, José de Almeida Mendonça
- Lanternas ao Senhor: António Teixeira Nabiça, António Luís Leite, António Teixeira de Sousa, Joaquim António de Araújo Guimarães
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas ao mesmo: Marcelino Teixeira, João Gomes de Barros, Francisco Alves Carneiro, José Bernardo da Costa

1874

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António Júlio da Mesquita Guedes
- Tochas à mesma: Bento José de Moraes, Joaquim Eugénio Rodrigues
- Segunda Bandeira: Manuel Alves Vieira
- Tochas à mesma: António Manuel Gomes, Cipriano Pereira de Azevedo

- Bandeira da Irmandade: António Toríbio da Silva
- Tochas à mesma: Luís Gonçalves do Poço, António José Barbosa Resende
- Andor do Senhor: José Vieira da Silva, José de Almeida Mendonça, Joaquim António de Araújo Guimarães, Miguel Alves Martins
- Lanternas ao Senhor: Albano Eduardo da Costa Lobo, José Augusto de Figueiredo, João Gomes de Barros, Francisco José da Silva Gomes
- Senhor Crucificado: José Manuel Ferreira
- Lanternas ao mesmo: António de Sá, Manuel Gomes Ferreira, Vitorino da Mota, Daniel de Carvalho

1875

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: António dos Santos Magalhães
- Tochas à mesma: Manuel da Fonte Machado, António Alves Pereira
- Segunda bandeira: João Maria dos Reis
- Tochas à mesma: Lucínio Pereira da Silva, Manuel António, solteiro
- Bandeira da Irmandade: José Augusto de Figueiredo
- Tochas à mesma: Bento José de Morais, Manuel Vieira da Silva
- Andor do Senhor: Luís Pinto, José Maria de Sousa Coutinho, António de Sá, Domingos Rodrigues
- Lanternas ao Senhor: Joaquim Fernandes, Luís Pereira da Assunção, António Joaquim dos Santos, Manuel Alves Vieira
- Senhor Crucificado: Francisco Fernandes Tão (como Secretário interino)
- Lanternas ao mesmo: Daniel de Carvalho, António Teixeira de Sousa, Domingos José Bento da Costa, Luís de Matos e Sousa

1876

- Ladainha: Reverendo capelão
- Primeira bandeira: Francisco da Cunha dos Santos
- Tochas à mesma: Francisco de Oliveira Campos, Vitorino Vieira da Silva
- Segunda bandeira: Lucínio Pereira da Silva
- Tochas à mesma: Francisco Alves Cardeal, João Lopes Fernandes
- Bandeira da Irmandade: José Augusto de Figueiredo
- Tochas à mesma: Domingos de Matos Nogueira, José Ribeiro Augusto de Carvalho
- Andor do Senhor: Francisco Correia de Araújo, António Júlio da Silva, Luís Pinto, Manuel da Mota
- Lanternas: António dos Santos Magalhães, José Luciano Pinto da Nóbrega, Pantaleão Pinto de Carvalho Osório, Joaquim Eugénio Rodrigues
- Senhor Crucificado: António Júlio da Mesquita Guedes
- Lanternas: João Maria dos Reis, Francisco José da Silva Gomes, José de Almeida Mendonça, Felizardo José de Sousa

1877

- Ladainha: Reverendo capelão
- Primeira bandeira: José Ribeiro de Carvalho
- Tochas à mesma: Serafim Gaspar, José Moreira de Barros
- Segunda bandeira: Diogo Lima
- Tochas à mesma: João Teixeira, Francisco António Alves de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: Joaquim Eugénio Rodrigues
- Tochas à mesma: Francisco Alves Carneiro, Manuel Gonçalves da Silva Samardã
- Andor do Senhor: António de Carvalho Alvalá, Francisco de Matos Júnior, António da Veiga, Domingos Rodrigues
- Lanternas: António da Cunha Santos, José Rodrigues de Carvalho, Inácio Ferreira da Cruz, José Bernardo da Costa
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas: Francisco Alves Felizardo, Baltasar de Morais, Joaquim António de Araújo Guimarães, António Lopes Mateus

1878

- Ladainha: Reverendo capelão da semana
- Primeira bandeira: José Cardoso da Silva, Francisco de Bessa Monteiro, Damião Gonçalves Aranha
- Segunda bandeira: Domingos Gonçalves Aranha da Mota Nogueira, José Maria Ribeiro, Custódio Vieira da Silva
- Bandeira da Irmandade: Francisco José Rodrigues, Joaquim Almeida e Silva, Francisco Fernandes Tão
- Andor: António de Carvalho Alvalá, António Maria Correia Pinto, Luís Pinto António Alves Pereira
- Lanternas: Domingos da Cunha Santos, Vitorino Vieira da Silva, Francisco de Oliveira Campos, Francisco Correia de Araújo
- Senhor Crucificado: Escrivão da Santa Casa
- Lanternas: José Luciano Pinto da Nóbrega, Pantaleão Pinto de Carvalho Osório, Lucínio Pereira da Silva, Domingos José Bento da Costa

1879

- Primeira bandeira: António Alves Pereira, Camilo Ribeiro, Domingos da Cunha Santos
- Segunda bandeira: João Ribeiro de Sousa, Francisco de Oliveira Campos, Manuel da Fonte Machado

- Bandeira da Irmandade: Francisco José Rodrigues, Joaquim de Almeida e Silva, José Luciano Pinto da Nóbrega
- Andor: Luís Pinto, Manuel Machado, Joaquim Fernandes Guerra, Domingos Romualdo
- Lanternas: Manuel Gomes Ferreira, António Lopes Mateus, António Correia Pinto, Diogo Lima
- Senhor Crucificado: Secretário da Mesa
- Lanternas: Francisco Alves Felizardo, Domingos José Bento da Costa, Inácio Ferreira da Cruz, Manuel José da Silva Samardã

1880

- Ladainha: Reverendo capelão
- Primeira bandeira: Bernardino Pereira da Silva
- Tochas à mesma: Camilo Ribeiro, Domingos da Cunha Santos
- Segunda bandeira: João Maria Marques de Almeida
- Tochas à mesma: José Correia Pinto
- Bandeira da Irmandade: Narciso Alves Ribeiro Machado
- Tochas à mesma: Manuel Teixeira de Aguiar, Samuel Augusto de Meireles
- Andor do Senhor: Luís Pinto, José Cláudio Gonçalves, João Ferreira dos Santos, António de Carvalho Alvaldia
- Lanternas: Manuel Gomes Ferreira, António Lopes Mateus, José Moreira de Barros, José Cardoso da Silva
- Senhor Crucificado: Secretário (Doutor José Manuel Ferreira)
- Lanternas: Francisco Alves Felizardo, Manuel António, Inácio Ferreira da Cruz, Manuel Vicente

1881

- Ladainha: Reverendo Capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Pereira de Magalhães
- Tochas à mesma: José Ferreira dos Santos, José António Barrias
- Segunda bandeira: José Correia Pinto
- Tochas à mesma: Joaquim Carneiro dos Santos, Samuel Augusto Meireles
- Bandeira da Irmandade: António Toríbio da Silva
- Tochas à mesma: Manuel Teixeira de Aguiar, José Maria Correia
- Andor do Senhor: Luís Pinto, Joaquim Gonçalves Guerra, José Cláudio Gonçalves, José Narciso Guedes Lagoa
- Lanternas: Bernardino Rebelo Pereira da Silva, Vitorino Vieira da Silva, Francisco de Oliveira Campos, Manuel da Fonte Machado
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas: Francisco Correia de Araújo, Francisco Alves Cardeal, António Júlio da Silva, João Lopes Fernandes

1882

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Cardoso da Silva
- Tochas à mesma: Lourenço José Ribeiro, José Ribeiro de Carvalho
- Segunda bandeira: Serafim Gaspar
- Tochas à mesma: Luís António Vieira de Carvalho, Luís Pereira da Assunção
- Bandeira da Irmandade: Custódio José Inácio
- Tochas à mesma: Vitorino de Matos, António Vieira de Carvalho
- Andor do Senhor: Francisco de Matos, António de Carvalho Alvaldia, João Ferreira dos Santos, João Baptista Pereira
- Lanternas: Domingos Ferreira, Diogo Lima, Inácio Ferreira da Cruz, Francisco Fernandes Tão
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas: Francisco Alves Carneiro, José Bernardo da Costa, Luís José Gomes, Francisco Vitorino Vaz de Carvalho

1883

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: Manuel Vicente
- Tochas à mesma: José Moreira de Barros, Domingos Ferreira
- Segunda bandeira: António Alves Quenteira
- Tochas à mesma: Bernardino Ribeiro Pereira da Silva, Francisco Correia de Araújo
- Bandeira da Irmandade: António Lopes Mateus
- Tochas à mesma: Francisco de Oliveira Campos, Manuel da Fonte Machado
- Andor do Senhor: José Augusto do Carmo, Manuel da Mota, Luís Pinto, João Baptista Pereira
- Lanternas: José Correia Pinto, Bento José de Moraes, Francisco Maria Freire, João Lopes Fernandes
- Senhor Crucificado: José António da Costa Guimarães
- Lanternas ao mesmo: Joaquim Pereira de Barros, João Ribeiro de Sousa, António Maria Correia Pinto, Domingos Eduardo de Oliveira

1884

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Cardoso da Silva
- Tochas à mesma: José Ribeiro de Carvalho, Samuel de Meireles
- Segunda bandeira: Manuel Teixeira de Aguiar
- Tochas à mesma: João Ribeiro de Sousa, Francisco de Oliveira Campos
- Bandeira da Irmandade: Sebastião Rodrigues Freitas
- Tochas à mesma: José Luciano Pinto da Nóbrega, Joaquim de Almeida e Silva
- Andor do Senhor: João Baptista Pereira, António de Carvalho Alvadia, Manuel de Matos, Bernardino da Costa Rebelo
- Lanternas ao mesmo: António Lopes Mateus, Joaquim António de Araújo Guimarães, José Cláudio Gonçalves, Vitorino da Mota
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: Joaquim Pereira de Barros, Custódio Vieira da Silva, Manuel Gomes Ferreira, Manuel Vicente Taveira

1885

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: Jerónimo Maria Rebelo
- Tochas à mesma: José Narciso Guedes Lagoa, José Maria Correia
- Segunda bandeira: António Alves Quenteira
- Tochas à mesma: António Maria Correia Pinto, Domingos José Ferreira de Macedo
- Bandeira da Irmandade: Manuel Simão Lopes Teixeira
- Tochas à mesma: Vitorino Vieira da Silva, Manuel Teixeira de Aguiar
- Andor do Senhor: Manuel Cardoso de Armada Sarmento, José Maria da Silva, José Maria Peres, Manuel Alves Barrias
- Lanternas ao mesmo: Sebastião Rodrigues de Freitas, Francisco Pereira de Carvalho, Luís Pereira de Barros, Manuel Gonçalves da Silva Samardã
- Senhor Crucificado: Secretário António Aurélio da Silva
- Lanternas ao mesmo: Francisco Maria Freixo, Joaquim Pereira de Barros, Custódio José Álvares de Matos, Manuel Rodrigues de Freitas

1886

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Narciso Alves Lagoa
- Tochas à mesma: Jerónimo Maria Rebelo, José Maria Correia
- Segunda bandeira: Domingos José Ferreira de Macedo
- Tochas à mesma: António Alves Janeiro, António Rodrigues Romualdo
- Bandeira da Irmandade: José Cardoso da Silva
- Tochas à mesma: Manuel Simão Lopes Teixeira, Vitorino Vieira da Silva
- Andor do Senhor: Justino José Inácio, António Correia Lopes, José Maria de Morais Sarmento, Diogo Gomes Carneiro
- Lanternas ao mesmo: Bernardo Leite dos Santos, Francisco Avelino Pereira da Rocha, Cristóvão Ferreira de Miranda, João Baptista da Costa
- Senhor Crucificado: Secretário
- Lanternas ao mesmo: António Alves Quenteira, Francisco Pereira de Carvalho, Manuel Alves Barria, José Maria Pires

1887

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: Albano Baptista de Sousa
- Tochas à mesma: Francisco Antunes da Mesquita, José Narciso de Meireles Marques
- Segunda bandeira: António José Inácio Aires
- Tochas à mesma: Vitorino Gomes de Barros, José de Carvalho Araújo Júnior
- Bandeira da Irmandade: António do Espírito Santo Barreira
- Tochas à mesma: Guilhermino Vieira da Silva, António Rodrigues Romualdo
- Andor do Senhor: Lourenço Pinto, Diogo Gomes Carneiro, Manuel Correia Lopes, Joaquim Vicente Taveira de Magalhães
- Lanternas à mesma: José Narciso Alves Lagoa, Jerónimo Maria Rebelo, Miguel Alves Martins, Domingos José Ferreira de Macedo
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor (Doutor José Pereira da Nóbrega)
- Lanternas ao mesmo: António Alves Quenteira, Custódio José Álvares de Matos, Sebastião Rodrigues de Freitas, Manuel Simão Lopes Teixeira

1888

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José António Barrias
- Tochas à mesma: José Cardoso da Silva, Francisco de Bessa Monteiro
- Segunda bandeira: António de Carvalho Alvadia
- Tochas à mesma: Manuel Vicente, António Lopes Mateus
- Bandeira da Irmandade: José Narciso de Meireles Marques

- Tochas à mesma: Cristóvão Ferreira Monteiro, Bernardino da Costa Rebelo
- Andor do Senhor: João da Veiga Tomé, Francisco Leite dos Santos, Sebastião Alves de Carvalho, Manuel Romualdo Júnior, António José Inácio Lopes, António Alves Janeiro
- Lanternas: José Luciano Pinto da Nóbrega, Joaquim de Almeida e Silva, José Maria Ribeiro, José Vieira da Silva
- Senhor Crucificado: Caetano de Morais
- Lanternas ao mesmo: Camilo Ribeiro, José de Almeida Mendonça, Francisco de Oliveira Campos, Dionísio António Teixeira

1889

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Cardoso da Silva
- Tochas à mesma: Camilo Ribeiro, João Baptista Pereira
- Segunda bandeira: Manuel Gonçalves da Silva Samardã
- Tochas à mesma: Manuel Gomes Carneiro, Vitorino de Matos
- Bandeira da Irmandade: João Baptista da Costa
- Tochas à mesma: José Inácio Botelho, Jerónimo Augusto Ribeiro
- Andor do Senhor: José Pinto, Manuel Romualdo Júnior, Sebastião Alves de Carvalho, António Alves Janeiro
- Lanternas ao mesmo: Vitorino Gomes de Barros, Guilhermino Vieira da Silva, António Rodrigues Romualdo, Diogo Gomes Carneiro
- Senhor Crucificado: Macário Domingos José Ferreira de Macedo
- Lanternas ao mesmo: Diogo Lima, José Bernardo da Costa, Francisco Alves Felizardo, Joaquim António de Araújo Guimarães

1890

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Marcelino de Barros
- Tochas à mesma: José Cláudio Gonçalves, José Vieira da Silva
- Segunda bandeira: Vitorino Vieira da Silva
- Tochas à mesma: João Ribeiro de Sousa, João da Veiga Tomé
- Bandeira da Irmandade: Narciso Alves Ribeiro Machado
- Tochas à mesma: José Pinto, José Gonçalves Basto
- Andor do Senhor da Cana Verde: Manuel Leite dos Santos, Bernardino Pereira, Francisco Pereira de Carvalho, Luís Alves Janeiro
- Lanternas ao mesmo: Manuel António, Manuel da Fonte Machado, José Cardoso da Silva, Diogo Gomes Carneiro
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor (José Augusto de Barros)
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira de Queirós, António Maria Correia Pinto, António Júlio da Silva, Sebastião Rodrigues de Freitas

1891

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: José Pinto
- Tochas à mesma: Vitorino Vieira da Silva, João Ribeiro de Sousa
- Segunda bandeira: Manuel António
- Tochas à mesma: José Cardoso da Silva, Diogo Gomes Carneiro
- Bandeira da Irmandade: Manuel Simão Lopes Teixeira
- Tochas à mesma: João Rodrigues Gaspar, Domingos José Ferreira de Macedo
- Andor do Senhor da Cana Verde: João Baptista Pereira, António de Carvalho Alvalá, Jerónimo Ferreira Monteiro, Manuel da Mota
- Lanternas ao mesmo: José Inácio Botelho, José Gonçalves Basto, José Maria Pires, José Maria da Silva
- Senhor Crucificado: José Augusto de Barros
- Lanternas ao mesmo: António Júlio da Silva, Sebastião Rodrigues de Freitas, António Maria Correia Pinto, Joaquim Pereira de Barros

1892

- Ladainha: Reverendo capelão do Hospital
- Primeira bandeira: Luís Alves Janeiro
- Tochas à mesma: Jerónimo Maria Rebelo, José Maria Pires
- Segunda bandeira: Diogo Gomes Carneiro
- Tochas à mesma: António Alves Janeiro, Jerónimo Ferreira Monteiro
- Bandeira da Irmandade: Jerónimo Augusto Ribeiro
- Tochas à mesma: Joaquim Eugénio Rodrigues, Joaquim Pereira de Barros
- Andor do Senhor: António Rodrigues Romualdo, José Augusto Fernandes Roberto, Manuel Romualdo Júnior, Henrique José Ribeiro
- Lanternas ao mesmo: Manuel José Alves Roçadas, José Alves Martins, João Rodrigues Gaspar, Guilhermino Vieira da Silva
- Senhor Crucificado: Miguel José Claro
- Lanternas: João Baptista da Costa, António Maria Correia Pinto, Baltasar de Morais, Luís Gonçalves do Poço

1893

- Ladainha: Reverendo capelão
- Primeira bandeira: António Alves Janeiro
- Tochas à mesma: Sebastião Maria Ribeiro, Diogo Gomes Carneiro
- Segunda bandeira: Luís Alves Janeiro
- Tochas à mesma: Joaquim Leite, João de Macedo
- Bandeira da Irmandade: Francisco Maria Freixo
- Tochas à mesma: José Botelho de Carvalho, Maximiano Lopes dos Santos
- Andor do Senhor: Jerónimo Ferreira Monteiro, Manuel Pinto Ferraz, José Pinto, João Ribeiro de Sousa
- Lanternas ao mesmo: João Maria da Costa Rebelo, Jerónimo Maria Rebelo, José Correia de Araújo, José Gonçalves Basto
- Senhor Crucificado: Miguel José Claro
- Lanternas ao mesmo: José de Carvalho Araújo, Manuel Rodrigues de Freitas, António Custódio da Silva, Manuel Simão Lopes Teixeira

1894

- Ladainha: Reverendo capelão
- Primeira bandeira: Luís Alves Janeiro
- Tochas à mesma: Sebastião Maria Ribeiro, Joaquim Bernardo Ferreira
- Segunda bandeira: João de Macedo
- Tochas à mesma: Joaquim Leite, Manuel Pinto Ferraz
- Bandeira da Irmandade: José de Barros Freire Júnior
- Tochas à mesma: Jerónimo Augusto Ribeiro, Maximiano Lopes dos Santos
- Andor do Senhor: Manuel Rodrigues Romualdo, João Baptista Pereira, Bernardino da Costa Rebelo, José Maria da Silva
- Lanternas ao mesmo: João Maria da Costa Rebelo, Jerónimo Maria Rebelo, José Correia de Araújo, José Gonçalves Basto
- Senhor Crucificado: Miguel José Claro
- Lanternas ao mesmo: Manuel Simão Lopes Teixeira, Manuel José Alves Roçadas, Francisco José de Carvalho Figueiredo, Manuel Gonçalves da Silva Samardã

1895

- Primeira bandeira: Sebastião Maria Ribeiro
- Tochas à mesma: Miguel Alves Martins, Joaquim Carneiro dos Santos
- Segunda bandeira: Manuel Pinto Ferraz
- Tochas à mesma: Joaquim Leite, Francisco Leite
- Bandeira da Irmandade: Francisco Maria Freixo
- Tochas à mesma: Jerónimo Augusto Ribeiro, Sebastião Rodrigues de Freitas
- Andor do Senhor: Jerónimo Ferreira Monteiro, José Correia Lopes, Francisco Correia de Araújo, Henrique José Ribeiro
- Lanternas ao andor: Manuel Gonçalves da Silva Samardã, Manuel Simão Lopes Teixeira, Jerónimo Maria Rebelo, João Maria da Costa Rebelo
- Senhor Crucificado: Manuel Rodrigues de Freitas
- Lanternas ao mesmo: António Lopes Mateus, António Toríbio da Silva, Baltasar de Morais, José Inácio Botelho
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Irmandades

1896

- Primeira bandeira: José Martins
- Tochas à mesma: António Fernandes Vilarinho, Manuel Gomes Carneiro
- Segunda bandeira: José Alves de Sousa
- Tochas à mesma: António de Carvalho Alvadia, Joaquim Leite
- Bandeira da Irmandade: Manuel Rodrigues de Freitas
- Tochas à mesma: João Rodrigues Gaspar, Manuel José Alves Roçadas
- Andor do Senhor: Jerónimo Ferreira Monteiro, José Correia Lopes, José Maria da Silva, Luís Pinto
- Lanternas ao mesmo: Vitorino da Mota, José Gonçalves Basto, António Maria Correia Pinto, Jerónimo Maria Rebelo
- Senhor Crucificado: Miguel José Claro
- Lanternas ao mesmo: João Lopes Fernandes, Manuel António, José António Barrias, Francisco Avelino Pereira da Rocha
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Irmandades

1897

- Primeira bandeira: Vitorino da Costa
- Tochas à mesma: João Correia de Araújo, Sebastião Maria Ribeiro
- Segunda bandeira: José Augusto Fernandes Roberto
- Tochas à mesma: José Luís Guedes, José Pinto

- Bandeira da Irmandade: José Augusto de Figueiredo
- Tochas à mesma: Jerónimo Augusto Ribeiro, José Inácio Botelho
- Andor do Senhor: Serafim Taboada, Jerónimo Cardoso da Silva Freitas, Lourenço do Rego, João Baptista Pereira
- Lanternas ao mesmo: José Alves de Sousa, António Lopes Mateus, Albano Alves Serafim, Manuel José de Morais Serrão
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: Luís Gonçalves do Poço Júnior, António Mendes Pereira, Maximiano Lopes dos Santos, Baltasar de Morais
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Irmandades

1898

- Primeira bandeira: António Bernardo da Rocha
- Tochas à mesma: João Ribeiro de Sousa, José Maria da Silva
- Segunda bandeira: José Joaquim Dias
- Tochas à mesma: António Fernandes Vilarinho, José Maria Pires
- Bandeira da Irmandade: Manuel José Alves Roçadas
- Tochas à mesma: Albano Alves Serafim, Jerónimo Cardoso da Silva Freitas
- Andor do Senhor: José Maria Alves Coutinho, Sebastião Maria Ribeiro, João Correia Pinto, Vitorino da Costa
- Lanternas ao mesmo: Manuel Rodrigues de Freitas, Jerónimo Augusto Ribeiro, Baltasar Morais, José Inácio Botelho
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: José Augusto Pinto de Barros, Estanislau Correia de Matos, Francisco Luís de Sousa, Aníbal Machado Rebelo da Silva
- Lanternas ao Pálio: Francisco Maria Freixo, João Pinto Ferreira, José Augusto de Figueiredo, António Lopes Mateus, Lucínio Pereira da Silva, José do Nascimento

1899

- Primeira bandeira: Luís Alves Janeiro
- Tochas à mesma: José Pinto, José Luís Guedes
- Segunda bandeira: António Alves Janeiro
- Tochas à mesma: Vitorino da Costa, António Correia Taboada
- Bandeira da Irmandade: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: José Joaquim Dias, António Bernardo da Rocha
- Andor do Senhor: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: José Alves de Sousa, José Correia Pinto, João Lopes Fernandes, Jerónimo Cardoso da Silva Freitas
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: António Correia de Almeida, Estanislau Correia de Matos, Albano Alves Serafim, Jerónimo Augusto Ribeiro
- Lanternas ao Pálio: António Custódio da Silva, João Pinto Ferreira, Luís Gonçalves do Poço Júnior, António Rodrigues Pereira Veiga, Francisco Luís de Sousa, Guilhermino Vieira da Silva

1900

- Primeira bandeira: José Luís Guedes
- Tochas à mesma: Manuel Pinto Ferraz, Luís Alves Janeiro
- Segunda bandeira: José Francisco Alves Cardeal
- Tochas à mesma: José Correia de Araújo, Manuel Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: José Alves Martins, Jerónimo Cardoso da Silva Freitas
- Andor do Senhor: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: Estanislau Correia de Matos, Albano Alves Serafim, Lucínio Pereira da Silva, José Alves de Sousa
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: António Bernardo da Rocha, João Rodrigues Gaspar
- Lanternas ao Pálio: António Mendes Pereira, Alfredo Artur da Silva Melo, José Augusto Pinto de Barros, Francisco Avelino Pereira da Rocha, António Rodrigues Pereira Veiga, José Joaquim Dias

1901

- Primeira bandeira: António Joaquim Dinis
- Tochas à mesma: José Couto de Araújo, José Martins
- Segunda bandeira: Francisco Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: António Fernandes Vilarinho, José Maria da Silva
- Bandeira da Irmandade: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: Vitorino da Costa, Serafim Taboada
- Andor do Senhor: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: Estanislau Correia de Matos, Guilhermino Gomes, Alfredo Pires da Silva, José Fernandes

- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: Augusto de Barros, Alfredo Artur da Silva Melo
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Francisco Avelino Pereira da Rocha, João de Deus Pereira Cabral, Joaquim da Costa Gomes, Aníbal Augusto Correia, António Rodrigues Pereira Veiga, José Augusto Pinto de Barros

1902

- Ladainha: Reverendo capelão
- Primeira bandeira: António Gonçalves Paulino
- Tochas à mesma: Lourenço do Rego, José Martins
- Segunda bandeira: Manuel Alves do Rio Bragança
- Tochas à mesma: Custódio Couto de Araújo, Serafim Taboada
- Bandeira da Irmandade: Manuel José Botelho
- Tochas à mesma: Lourenço Pinto, Diogo Gomes Carneiro
- Andor do Senhor: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: António Gonçalves da Silva Samardã, António Júlio Aguiar Vieira, José Joaquim Dias, José António Barrias
- Senhor Crucificado: Mordomo-mor
- Lanternas ao mesmo: Manuel Lopes Ruas, Guilhermino Gomes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Alfredo Pires da Silva, Alfredo Artur da Silva Melo, Augusto de Barros, Francisco Luís de Sousa, José Augusto Pinto de Barros, José Inácio Botelho

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001, Lv031-Lv032, Lv265-Lv268; ADVRL/CON-SCMVR/E/004, Lv268; ADVRL/CON-SCMVR/G/001, Lv255-Lv260)

ANEXO IX

Procissão de Sexta-feira Santa (1774-1902)

1774

- Pendão: Francisco Xavier de Azevedo Ferreira
- Tochas: Jerónimo José Pereira Cardoso, Domingos Pereira Barbosa, Domingos Pinto Barbosa, José Lopes Urbano
- Anjos: Manuel Mourão de Sampaio, João Rebelo, António Rodrigues Ferreira, Manuel Alves Moreira, Manuel Esteves, Manuel Gonçalves Dinis, José Correia de Seixas, José Caetano Carneiro, Manuel Pereira, António José de Sampaio, João da Rocha
- Marias: João Rodrigues de Seixas, Manuel José da Veiga, Francisco da Costa
- Bandeira da Irmandade: José Pinto de Mesquita Sarmento
- Tochas: José Alves de Barros, Luís de Sousa Vilela
- Profetas: António Pinto Coelho Barbosa (escada), André Ribeiro Pimenta (escada), Manuel Correia Gonçalves (salva), Domingos José de Matos (salva)
- Pálio: Luís Alvares de Figueiredo Rocha, Francisco José Taveira Pimentel, Francisco José de Sousa Pinto, Manuel dos Santos Pinto, José Constantino Lobo Tavares, António Teixeira de Melo e Castro
- Tochas: Francisco de Figueiredo Tavares, Lourenço Botelho de Vasconcelos, Inácio Botelho de Lucena, José Dias, António Machado de Castro, José Ribeiro
- Esquife: Reverendo Francisco Pereira Palha, Reverendo António de Gouveia, Reverendo Jerónimo de Carvalho, Reverendo Francisco Ribeiro
- Lanternas: Reverendo Francisco da Costa, Reverendo António Pereira Rubião
- Andor da Senhora: Belchior Luís Pinto Cardoso, Doutor Luís Alves da Nóbrega, António de Queirós de Mesquita Pimentel, Jerónimo da Cunha Sotomaior
- Tochas: Luís de Ataíde Pimentel, António Sarmento de Magalhães Teixeira, Neutel Correia de Mesquita, António Fernandes de Castro, António de Gouveia, Domingos José de Matos

1780

- Para levar a Cruz: Reverendo Manuel Ferreira
- Pendão: António Botelho Guedes do Amaral
- Tochas: Doutor José Alves de Barros, Luís António Monteiro
- Anjos: Jerónimo de Carvalho, Jerónimo Alves Guerra, Domingos José Alves Teixeira, João Lobo de Mesquita, Luís de Sousa Vilela, António Gonçalves Pais, Francisco Meireles, José Pereira Carneiro, João Ribeiro Fraga, António de Gouveia
- As três Marias: Francisco da Costa, João Rodrigues de Seixas, Francisco Pereira
- Profetas: João Gomes
- Bandeira: Luís de Ataíde Pimentel Castelo Branco
- Tochas: Doutor José Caetano de Carvalho, João Fernandes de Matos
- Pálio: D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, José Correia do Amaral, Luís Alves de Figueiredo e Rocha, Francisco José Taveira Pimentel, José Constantino, Manuel dos Santos Pinto
- Tochas: Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto, José Ribeiro, Manuel Correia do Amaral, Manuel da Silva, José Botelho Guedes do Amaral, Martinho Rodrigues
- Esquife: Reverendos capelães da Casa da Santa Misericórdia
- Lanternas: Reverendo Fernando Feio de Figueiredo, Reverendo José Botelho de Sousa, Reverendo António Correia de Andrade, Reverendo Luís Manuel Teixeira Pinto
- Andor da Senhora: Luís Alves da Nóbrega Cam e Aboim, José Félix de Morais Sarmento, João da Cunha Sotomaior Sousa e Silva, Jerónimo da Cunha Sotomaior

1784

- Pendão: Joaquim José Silva de Barbosa
- Tochas: José Alvares de Barros, José Moreira da Fonseca, Doutor Manuel da Silva Lourenço, António Dias
- Cruz: António Correia Mourão
- Anjos: Manuel Teixeira Monteiro, Manuel de Queirós, Tomás Teixeira de Carvalho, João Pereira da Rocha, Sebastião José Barbosa, Manuel Ferreira Canoa
- Marias: Bernardo António da Costa, Manuel José da Veiga, José Ribeiro
- Bandeira da Irmandade: Luís Alvares da Nóbrega
- Tochas: João Ribeiro Fraga, Jerónimo Alvares Rodrigues
- Profetas: António José Alvares, Joaquim Pereira da Cunha
- Pálio: Luís António de Sousa, Manuel dos Santos Pinto, Luís de Ataíde Pimentel, Jerónimo da Cunha Sotomaior, Francisco José Taveira Pimentel, Manuel Correia Teixeira do Amaral
- Tochas: António Teixeira de Magalhães Lacerda, Luís Ferreira Real, José Maria da Veiga, António José Machado, José Teles de Morais Sarmento, Manuel

Rodrigues Cabanas

- Esquife: Reverendo Jerónimo Rodrigues Torgo, Reverendo João Pereira de Barros, Reverendo José Botelho de Sousa, Reverendo Jerónimo Teixeira de Barros
- Lanternas: Reverendo Jerónimo Correia Pinto, Reverendo José de Meireles, Reverendo José Caetano, Reverendo António de Azevedo
- Andor do Senhor: Francisco António de Meneses, António Sarmiento de Magalhães, José Teles de Morais Sarmiento, Miguel António Vaz Pereira Pinto
- Tochas: D. Luís António de Sousa Botelho, José Rodrigues Torgo, António Correia Guedes do Amaral, José Dias, Joaquim José Silva de Barbosa, Gualter Botelho

1791

- Cruz: Reverendo Duarte Pereira de Miranda
- Pendão: Francisco da Silveira Pinto
- Tochas: Doutor José Alves de Barros, José Pereira de Cerqueira, Doutor António José Alves Meneses, José Lopes Urbano
- Anjos: João Correia Mourão, José Rebelo, Joaquim Correia Nunes, Francisco Guerra, António Alves Meneses, Bernardo António dos Reis, Manuel António de Sousa Vilela, Manuel José Ferreira, Manuel Alves Moreira, António Luís Alves
- Profetas: João Alves Martins, Domingos José da Veiga, Domingos Alves da Cruz, Joaquim Lopes Martins
- Marias: José da Costa, Sebastião José e Barbosa, João Gomes
- Bandeira da Irmandade: José Félix de Morais
- Tochas: Manuel de Frias Guedes Pimentel Sotomaior, Manuel Alves Dinis Patorro
- Pálio: D. Luís António de Sousa Mourão e os mesmos
- Tochas: os mesmos
- Esquife: Manuel de Frias Guedes Pimentel do Amaral, Francisco Ribeiro de Carvalho da Mesquita, Joaquim da Costa, Jerónimo Pereira de Barros
- Lanternas: Reverendo Jerónimo Correia Pinto, Reverendo Luís Ferreira da Silva, Reverendo João Correia Botelho, Reverendo António Dias Picão
- Andor da Senhora: José da Silva Barbosa, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, António Botelho Correia Guedes
- Tochas: os que vão ao andor dos Passos

1792

- Pendão: Joaquim Teixeira Vilaça Bacelar
- Tochas: António José Alves Meneses, José Lopes Urbano, Manuel da Silva Dias, José Pereira de Sequeira
- Anjos: António Pereira de Ceuta, Manuel da Costa de Morais, armador, Domingos Alves da Cruz, Manuel António de Sousa Vilela, João Correia Mourão, Manuel Gonçalves Dinis, António Luís, Bernardo António dos Reis, José da Costa Ribeiro, Martinho José Correia de Seixas, António Monteiro, da rua da Praça, José da Costa, Manuel Teixeira Monteiro, Manuel Alves Moreira, Manuel José Ferreira, António Fernandes de Castro, João Gomes, Miguel Pereira Trancoso, Paulo de Oliveira, António de Matos, António Meneses
- Bandeira da Irmandade: António José de Figueiredo Tavares
- Tochas: Manuel de Frias Guedes Pimentel Botelho do Amaral, Manuel de Carvalho Cambos
- Profetas: Jerónimo José de Oliveira, António Alves Pereira Torgo, Francisco José Rodrigues Gralheira, José António Ferreira, José Alves Martins, António Correia Quelha, Manuel Pinto Botelho, Manuel Alves Coutinho
- Pálio: Afonso Botelho de Sampaio, Miguel António Pereira Pinto Vaz Guedes, José Constantino Lobo Tavares, Luís de Ataíde Pimentel Castelo Branco, António Teixeira de Magalhães Lacerda, José Pinto da Mesquita Sarmiento

1795

- Cruz: o Reverendo João Correia de Mesquita Botelho
- Pendão: Belchior Luís de Maris Sarmiento de Mesquita Pinto
- Tochas: António da Costa Camelo, João Gomes Carvalho, Manuel Teixeira Bragança, Francisco Manuel de Sousa
- Marias: Jerónimo Alves, João Pinto da Veiga, Jerónimo de Carvalho
- Anjos: Miguel Pereira Trancoso, José Joaquim Monteiro, Frutuoso Pires Correia de Matos Monteiro, António Pereira de Ceuta, Francisco Correia de Matos, Joaquim António, Manuel Machado Correia, Manuel Alfarela, José Correia da Costa, Bernardo, espingardeiro
- Bandeira da Irmandade: Francisco Manuel de Gouveia Pinto
- Tochas: Francisco Correia do Amaral, João Alves Martins
- Profetas: José Pereira de Azevedo (toalha), José Pinto da Veiga (toalha), Francisco de Oliveira, Luís Sabrosa
- Esquife: Reverendos capelães
- Pálio: José Pinto de Mesquita Sarmiento, António Teixeira de Magalhães e Lacerda, Miguel António Vaz Guedes, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, Bento Borges da Cunha Botelho do Amaral
- Tochas: Neutel Correia de mesquita Pimentel, Doutor José da Veiga, António Botelho de Lucena, Jerónimo José de Oliveira, Luís António de Figueiredo e Rocha, José Alves Rodrigues Correia
- Lanternas: Reverendo Francisco Xavier Pereira da Rocha, Reverendo António de Magalhães e Azevedo, Reverendo João Correia Botelho, Reverendo Bernardo Cardoso de Mesquita
- Andor da Senhora: Francisco de Paula Ataíde Pimentel, António Feio de Figueiredo Correia, Pedro de Magalhães Faria e Sousa, António Botelho Lucena
- Tochas: António de Figueiredo Correia, Joaquim Correia Nunes Viana, Belchior Luís Maris Sarmiento Pinto de Mesquita, José Dias Picão

1796

- Cruz: Reverendo Matias José Marques, João Ribeiro de Noronha de Mesquita Pimentel
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Noronha de Mesquita Pimentel, Manuel Teixeira Monteiro, Domingos José de Sousa Botelho, João Correia Mourão
- Marias: Manuel Moreira, António Dias, Manuel Rodrigues Cabanas
- Anjos: Francisco Correia de Matos, António Monteiro, Domingos Ferreira, Joaquim Correia Nunes, José Teixeira da Fonseca, Manuel Gonçalves Dinis, Jerónimo Alves Rodrigues, António Luís Alves
- Bandeira da Irmandade: Doutor Manuel da Silva Dias
- Tochas: Doutor Manuel Teixeira Bragança, José Pereira de Cerqueira
- Profetas: António José de Araújo, José Luís de Oliveira
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, Miguel António Vaz Guedes Pereira Pinto, José Pinto de Mesquita Pimentel, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, António Teixeira de Magalhães
- Esquife: Reverendos capelães
- Tochas: Francisco Correia do Amaral, António Alves Pereira Torgo, Francisco de Paula de Ataíde, Manuel Alves Dinis Patorro, Doutor José Caetano Carneiro, Luís Joaquim Alves
- Lanternas: sem indicação
- Andor da Senhora: Luís de Figueiredo e Rocha, António Teixeira Carneiro da Fontoura, Carlos Cabral Teixeira de Morais, Lourenço Botelho de Sampaio
- Tochas: António da Costa Camelo, João Pinto da Veiga, Doutor José Teixeira Bacelar, José Pinto da Veiga

1797

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: João Ribeiro de Noronha
- Tochas: José da Silva Dias, Luís Joaquim Alves, Diogo Leite Ferreira, António Alves Pereira Torgo
- Marias: Francisco de Barros Teixeira, José Teixeira da Fonseca, Inácio Guedes
- Anjos: Francisco de Meireles, António Teixeira Monteiro, José Joaquim Monteiro, Manuel António de Oliveira
- Bandeira da Irmandade: João Machado Botelho
- Tochas: Manuel Correia Teixeira do Amaral, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Profetas: João Baptista Dionísio, Francisco Pereira da Cruz, João Baptista Pereira, António Caetano Alves Relvas, José Alves da Fraga
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, Miguel António Vaz, José Pinto de Mesquita Sarmento, Manuel de Amorim Pimentel, António Teixeira de Magalhães, António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Neutel Correia de Mesquita Pimentel, José António Ferreira, António Feio de Figueiredo, Francisco Manuel de Sousa, José Teixeira de Melo, Gualter Botelho, Manuel (s/apelido)
- Andor da Senhora: Francisco de Paula Ataíde, António Sarmento de Magalhães, Reverendo Francisco Ribeiro Pimentel, Reverendo José Alves Coelho
- Tochas: Manuel de Amorim Pimentel, José Dias Picão, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, Joaquim Pereira da Cunha

1798

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: João Ribeiro de Noronha
- Tochas: José da Silva Dias, Gualter Botelho, Diogo Leite, José Dias Picão
- Marias: José da Costa, Bernardo António, espingardeiro, Frutuoso José dos Reis
- Anjos: Jerónimo Alves Rodrigues, João Pereira da Rocha, António Luís Alves, Machado Pereira, Manuel Rodrigues Canelas
- Bandeira da Irmandade: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel e Noronha
- Tochas: António da Costa Camelo, Martinho José Rodrigues de Seixas
- Profetas: António Dias da Fonseca Tuela ou Ficalho, Francisco Carneiro de Carvalho Tuela ou Ficalho, José de Sousa
- Pálio: António Teixeira de Magalhães e Lacerda, José Pinto da Mesquita, António Feio de Figueiredo Correia, António José de Azevedo Pinto, Manuel de Amorim Pimentel, José Alvares Coelho
- Lanternas: Jerónimo da Silva e Almeida, Francisco José de Oliveira, José Alves Rodrigues, Paulo José de Oliveira
- Andor de Nossa Senhora: Luís António de Figueiredo e Rocha, António Teixeira Carneiro da Fontoura, Carlos Cabral Teixeira de Morais, João Machado Botelho Correia de Queirós ou outro
- Lanternas: José Alves de Matos, Jerónimo José de Oliveira, João Alves, Manuel de Correia Campos

1799

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: Doutor Manuel da Silva Dias
- Tochas: José da Silva Dias, Luís Joaquim Alves, João António Teixeira Nunes, João Pinto da Veiga
- Marias: Jerónimo Alves Rodrigues, José Alves da Fraga, João Pereira da Rocha
- Anjo dado pelos irmãos: José Luís de Oliveira, António Luís Alves, Manuel Alves Moreira, António Alves Rodrigues
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura, João Baptista Pereira
- Profetas: João José Gonçalves, António da Nóbrega

- Pálio: António Teixeira de Magalhães e Lacerda, José Pinto da Mesquita Sarmento, Miguel António Vaz Pereira Pinto Guedes, António ou Manuel de Amorim Pimentel de Morais, Doutor Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Tochas: António Feio de Figueiredo Correia, Francisco Manuel de Sousa, António Correia de Carvalho, Joaquim Pereira da Cunha
- Andor: Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho, Francisco Cabral da Veiga Lobo, Luís António de Figueiredo Alves Pereira, Francisco Rangel de Gouveia Pinto
- Tochas: Manuel da Silva Dias, José Pinto da Veiga, Neutel Correia de Mesquita, José António Ferreira

1800

- Cruz: António Gomes
- Pendão: António Correia de Carvalho
- Tochas: Jerónimo José de Araújo Carneiro, António Correia Quelha, João Teixeira Cabral de Andrade, João Pinto da Veiga
- Marias: Francisco de Meireles, António Luís Alves Ferruge, João Alves Martins
- Anjos: metade dos Santos Passos e os que faltarem nesta
- Bandeira da Irmandade: Agostinho do Amaral Teixeira de Gouveia
- Tochas: José da Silva Dias, José Luís de Oliveira
- Profetas: Francisco José da Veiga, António José Carneiro
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, António Teixeira de Magalhães, José Pinto da Mesquita, Manuel de Amorim Pimentel, Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Tochas: Neutel Correia de Mesquita Pimentel, José António Ferreira, Luís António de Figueiredo e Rocha, José Teixeira da Cunha, Reverendo José Alves Coelho, Francisco José de Oliveira, Reverendo José Botelho de Sousa, José Joaquim Monteiro
- Andor de Nossa Senhora: os quatro da Quinta-feira Santa
- Lanternas: os mesmos dos Santos Passos

1801

- Cruz: António Gomes
- Pendão: António Correia de Carvalho
- Tochas: João Ribeiro da Mesquita de Carneiro Pimentel, Francisco Teixeira de Carvalho, Francisco Carneiro, José Correia Alves
- Marias: Jerónimo Balbino da Cunha
- Anjos: os que não deram nos Santos Passos
- Bandeira da Irmandade: Manuel Teixeira Correia do Amaral
- Tochas: Francisco Teixeira Carneiro de Fontoura, João Gomes
- Profetas: Francisco José Ferreira de Carvalho, António Luís Pereira, António Pereira de Azevedo, João Dias de Morais
- Pálio: António Feio de Figueiredo, José Pinto da Mesquita, Francisco da Silveira, António José Pinto, Corregedor, Juiz de Fora
- Tochas: Pedro de Magalhães e Faria e Sousa, António Botelho de Lucena, Luís António de Figueiredo, Joaquim Pereira da Cunha, José Pinto da Veiga, António Caetano
- Andor de Nossa Senhora: Manuel de Frias Guedes do Amaral, Reverendo José Martins Coelho, Reverendo José Botelho de Sousa, Manuel da Costa
- Lanternas: os mesmos dos Santos Passos

1802

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: João Ribeiro Pimentel de Noronha
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel, José Lopes Urbano, Jerónimo José de Araújo Carneiro, José Pereira de Sequeira
- Marias: João Baptista Pereira Romão, Manuel Marques Alves, Jerónimo Alves Rodrigues
- Anjos: Francisco José de Carvalho, Manuel Rodrigues Canelhas, Manuel Machado Correia, José Alves da Fraga, Domingos Fernandes Borbela, António de Matos, José Alves Rodrigues, Frutuoso da Costa Mourão
- Bandeira da Irmandade: António Correia de Carvalho
- Tochas: João Teixeira Cabral de Andrade, José Luís de Oliveira, Joaquim Patrício Botelho de Sampaio, José de Sousa
- Profetas: Jerónimo Balbino da Cunha, José António Baptista, Francisco António Correia, Manuel de Azevedo Pereira de Magalhães
- Pálio: José Pereira da Mesquita, Miguel António Vaz Pereira Pinto, António Feio de Figueiredo Correia, Manuel de Amorim Pimentel de Morais, António José Girão Pereira Lobo, Desembargador Corregedor
- Lanternas: Francisco Carneiro de Carvalho, João José Gonçalves, Manuel Alves Coutinho, António José da Nóbrega
- Andor: António Botelho Correia Guedes do Amaral, Francisco Cabral Lobo de Barbosa, Francisco Vaz Pereira Pinto Guedes, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho
- Lanternas: José Rebelo, António Luís Pereira, António Luís Alves, João de Morais

1803

- Cruz: Reverendo António Gomes Correia
- Pendão: José Vieira de Carvalho, Francisco José de Oliveira, Matias José Marques, Luís Joaquim Alves
- Marias: Jerónimo Balbino da Cunha
- Anjos: Francisco José de Carvalho, Manuel Rodrigues Canelhas, João Baptista Dionísio, José Alves Rodrigues, José da Costa, António Correia Pinto, António José da Nóbrega, Francisco José Ferreira de Carvalho, Francisco de Meireles

- Bandeira da Irmandade: Neutel Correia da Mesquita Pimentel
- Tochas: Pedro de Magalhães Faria e Sousa, José António Ferreira
- Profetas: Jerónimo José Pereira, João Gomes, José Moreira da Fonseca, Manuel José Ribeiro Guimarães
- Pálio: Miguel António Vaz Pinto Guedes, José Pinto da Mesquita Sarmento, António Feio de Figueiredo Correia, José Constantino Lobo Tavares, Doutor Juiz de Fora, Desembargador Corregedor
- Andor: Manuel de Frias Guedes do Amaral, João Botelho Ferreira Guedes do Amaral, António de Figueiredo Alves e Rocha, Francisco Cabral da Veiga de Barbosa Lobo
- Túmulo: Reverendos Capelães e quem se convidar

1804

- Cruz: Reverendo António Gomes Correia
- Pendão: João Ribeiro de Noronha da Mesquita
- Tochas: Doutor Sebastião José de Carvalho, José Lopes Urbano, Doutor João Baptista Pereira Coelho, José Pereira de Sequeira
- Marias: Jerónimo Balbino da Cunha
- Anjos: Francisco José de Carvalho, Domingos Fernandes Borbela, José Pereira de Sequeira, João Baptista Dionísio, José da Costa, António José da Nóbrega, Manuel Pereira de Magalhães, Francisco Teixeira Carneiro da Fontoura
- Tochas: Doutor José Teixeira Bacelar, Francisco Pereira da Veiga
- Profetas: Francisco Gomes (toalha), Francisco Pereira de Azevedo (toalha), João Correia Taboada (escada), Luís Moreira da Fonseca Pereira de Sampaio (escada)
- Pálio: José Pinto da Mesquita Sarmento, António Feio de Figueiredo Correia, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, António Botelho Correia Guedes do Amaral, António Botelho de Lucena, Doutor Juiz de Fora
- Esquife: Reverendos capelães
- Andor: Francisco Cabral da Veiga de Barbosa Lobo, Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, João Botelho Ferreira Guedes do Amaral, Gonçalo Cristóvão Teixeira Coelho Melo Pinto da Mesquita

1805

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: João Ribeiro de Carvalho Pimentel
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel, João Pinto da Veiga, Reverendo José Botelho de Sousa, Francisco Pinto da Veiga
- Marias: Manuel Alves Dinis Patorro
- Anjos: Francisco José de Carvalho, José da Costa, António José da Nóbrega, Manuel de Azevedo Pinto de Magalhães, António Luís Alves, João Pereira da Rocha, Manuel da Costa de Morais, António Luís Pereira
- Bandeira da Irmandade: António Botelho de Lucena
- Tochas: Francisco Inácio de Morais Pimentel, Luís Joaquim Alves
- Profetas: José Rodrigues (toalha), João de Meireles Monteiro (toalha), António Correia de Sampaio (escadas), Matias José dos Santos (escadas)
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, José Pinto da Mesquita Pimentel, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, José Constantino Lobo, Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Esquife: Reverendos capelães
- Andor: Luís António de Figueiredo Alves e Rocha, Francisco Botelho Correia de Queirós Pimentel, Reverendo Manuel de Frias Guedes do Amaral, Domingos José Correia Botelho de Magalhães

1806

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: João Ribeiro de Carvalho Pimentel
- Tochas: José Vieira de Carvalho, Francisco Pinto da Veiga, Matias José Marques, Francisco José de Oliveira
- Marias: Gualter Botelho, José Joaquim Monteiro, Manuel António de Oliveira
- Anjos: António Luís Alves, António Luís Pereira, Manuel Machado, Francisco Correia de Matos, José Alves da Fraga, José Manuel de Azevedo, Domingos Fernandes Borbela, António Pereira Carneiro, José António Ferreira
- Bandeira da Irmandade: António Botelho Correia Guedes do Amaral
- Tochas: José da Silva Dias, Paulo de Oliveira
- Profetas: José Correia Botelho Mourão (toalha), Tomé Mendes (toalha), Manuel Pereira (escada), Jerónimo José Fernandes (escada)
- Pálio: António Feio de Figueiredo Correia, Miguel António Vaz Pereira Pinto Guedes, José Pinto da Mesquita Sarmento, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora
- Esquife: Reverendos capelães
- Andor: Sebastião Maria da Nóbrega Magalhães Pizarro, Belchior Luís de Morais Sarmento, Francisco Vaz Pereira Pinto Guedes, Francisco de Paula e Ataíde

1807

- Cruz: Reverendo António Gomes
- Pendão: João Ribeiro Pimentel de Noronha da Mesquita
- Tochas: Reverendo Francisco Ribeiro de Carvalho Pimentel, João Pinto da Veiga, Reverendo José Botelho de Sousa, Francisco Pinto da Veiga
- Marias: João de Meireles, Martinho José Rodrigues de Teixeira

- Anjos: José Alves de Azevedo, António Pereira Carneiro, José António Ferreira, António Pinto Barbosa
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto, Francisco Inácio de Moraes Pimentel, Luís Joaquim Alves
- Profetas: Lourenço José Ribeiro, António da Silva, João António de Oliveira, Carlos Correia Nunes Viana, João Pereira da Rocha, António Botelho, Jerónimo Botelho, António Botelho de Ceuta, novo, Manuel Ferreira da Silva Grilo, Bonifácio Francisco Vaz, José Lourenço de Matos, Manuel Ribeiro Fraga Lobo
- Pálio: José Constantino Lobo Tavares, Francisco Manuel de Gouveia Pinto, José Pinto da Mesquita, Doutor Corregedor, Doutor Juiz de Fora

1810

- Cruz: João Martins Mourão
- Pendão: João Ribeiro de Noronha da Mesquita Pimentel
- Tochas: José António de Carvalho Mourão, João Pinto da Veiga, António Botelho de Sampaio, Carlos Correia Nunes Viana
- Marias: António da Silva, Lourenço José Ribeiro, Francisco Correia de Matos
- Anjos: sem indicação
- Bandeira da Irmandade: José Teixeira de Melo e Castro
- Tochas: Domingos José Botelho, Francisco Manuel de Sousa
- Profetas: António José de Sousa Leitão, António José da Silva Barbosa, Francisco José Rodrigues da Mota, Francisco Gomes *Chorobio*
- Pálio: José Pinto da Mesquita, António Feio de Figueiredo, Francisco de Paula Ataíde Pimentel, Doutor Juiz de Fora, José Constantino Lobo Tavares, Doutor Desembargador Corregedor da Comarca
- Túmulo: Reverendos capelães
- Tochas: António Teixeira Pinto Machado, Francisco Ferreira de Carvalho, João Ferreira Real, João Correia Nunes Viana, Luís Joaquim Alves, António Alves da Nóbrega, José Rodrigues Botelho, Bonifácio Francisco Vaz
- Andor da Senhora: Pedro de Magalhães Faria e Sousa, Francisco Teixeira de Macedo Carneiro da Fontoura, João Teixeira Cabral de Andrade, António Botelho de Lucena
- Tochas: José Matias de Sousa Peixoto, António Leite da Mesquita Lobo de Lacerda, José Alves da Fraga, Jerónimo Balbino

1811

- Cruz: Padre Francisco da Veiga
- Pendão: João Ribeiro de Noronha da Mesquita Pimentel
- Tochas: João Correia Nunes Viana, João Ferreira Real, António da Silva, José António Ferreira
- Marias: João Correia Mourão, António Correia de Sampaio, José Correia Mourão, José Rebelo da Costa, José Alves da Fraga
- Bandeira da Irmandade: António José de Azevedo Pinto
- Tochas: Manuel Joaquim de Azevedo e Silva, Jerónimo Botelho, Francisco Pinto da Veiga
- Profetas: Joaquim de Gouveia, José Correia de Almeida, João Pereira da Silva, João Alves Sabrosa
- Pálio: José Constantino Lobo Tavares de Sampaio, António Feio de Figueiredo Correia, Francisco de Paula Ataíde Pimentel, José Teixeira de Melo e Castro, Doutor Manuel da Silva Dias, Reverendo Manuel de Frias Guedes do Amaral
- Túmulo: os três Capelães, Reverendo José Correia
- Tochas: António José Rodrigues de Carvalho, António José Teixeira Moutinho, Francisco Ferreira de Carvalho, José Matias de Sousa Peixoto, Luís Joaquim Alves, Manuel Ferreira da Silva, José Pinto da Veiga, João Pinto da Veiga
- Andor da Senhora: Carlos Cabral Teixeira de Moraes, Francisco Botelho Correia de Queirós Pimentel, Diogo da Cunha Leite Pereira, António Teixeira Carneiro da Fontoura
- Lanternas: os mesmos irmãos da procissão dos Santos Passos do corrente ano
- Andor de Nossa Senhora: Jerónimo Botelho, José da Cunha, João Gomes José Rodrigues
- Túmulo: João Alves Ribeiro, Joaquim Correia Nunes Viana, Bonifácio Francisco Vaz, João de Meireles Monteiro

1812

- Cruz: Padre Joaquim Ferreira
- Pendão: João Ferreira Real
- Tochas: Domingos Moreira de Queirós, João Vitorino Azevedo de Faria, José de Sousa Leitão, António Correia de Sampaio
- Marias: Francisco Gomes Chorobio, José Lourenço Ferruge, Jerónimo José Pereira de Miranda
- Bandeira da Irmandade: António Bernardo Teixeira
- Tochas: José Matias de Sousa Peixoto, João de Matos Rebelo e Rocha, Jerónimo Ferreira Botelho, José Correia de Almeida
- Profetas: Domingos de Barros, José António Gonçalves, António Feliciano de Azevedo, José Bernardo Teixeira
- Pálio: José Constantino Lobo, António Feio de Figueiredo Correia, Francisco de Paula de Ataíde, António José de Azevedo Pinto, António Botelho de Lucena, Manuel da Silva Dias
- Túmulo: os três capelães da Santa Casa da Misericórdia, Padre José Correia
- Tochas: António José Teixeira Moutinho, Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Francisco Ferreira de Carvalho, Bonifácio Francisco Vaz
- Andor da Senhora: os mesmos que foram ao andor do Senhor na Quinta-feira Madalena, Jerónimo José Fernandes Combo
- São João: José Manuel Teixeira de Azevedo
- Lanternas ao andor de Nossa Senhora: José da Cunha, António da Silva, Jerónimo Balbino da Cunha, António da Nóbrega
- Lanternas ao Túmulo: João Meireles Monteiro, João Baptista Pereira Romão, Francisco José de Oliveira, João Taboada

1813

- Cruz: Padre José Pereira
- Pendão: Francisco Alves de Magalhães
- Tochas: João Ferreira Nunes Viana, João da Silva Dias, Jerónimo Botelho, José Lamego
- Marias: João Ferreira, Lourenço Ribeiro, Bonifácio Francisco Vaz
- Bandeira da Irmandade: Francisco Teixeira de Carvalho
- Tochas: José Teixeira de Carvalho, António Pereira, Jerónimo Vitorino Teixeira, José António Ferreira
- Profetas: José Machado, António Bento da Costa, Bernardo José Durago, Francisco Bernardo
- Pálio: António Feio de Figueiredo, António José de Azevedo Pinto, Francisco de Paula Ataíde, João Constantino Lobo Tavares, Doutor Corregedor da Comarca, Doutor Juiz de Fora
- Túmulo: Os três capelães da Casa e o irmão João do Carmo
- Tochas: Francisco Inácio Pimentel, António Pereira Botelho, Francisco Manuel de Sousa, António Leitão
- Madalena: Frutuoso José dos Reis
- São João: Francisco Gomes
- Andor de Nossa Senhora: António Teixeira Cabral de Azevedo, João Pinto da Mesquita Sarmento, Francisco Botelho Machado, António Bernardo de Figueiredo
- Tochas: Sebastião Maria da Nóbrega, António Correia da Mesquita Pimentel, João Correia Mourão, José Lamego
- Lanternas: Joaquim Correia Nunes, Carlos Correia Nunes, José Alves da Fraga, Manuel Pereira da Silva, João da Cunha Jerónimo José Rodrigues

1814

- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: João Ribeiro de Mesquita Noronha Pimentel, Francisco Pereira de Carvalho, Bonifácio Francisco Vaz, José Lourenço de Matos
- Marias: Tomé Mendes, António Pereira, João Pereira da Rocha
- Bandeira da Irmandade: António Bernardo de Figueiredo
- Profetas: Joaquim José Machado, José Pereira, José da Mota, António Alves Martins
- Pálio: Francisco Teixeira de Carvalho, António Pinto Azevedo, Francisco de Paula Ataíde, José Constantino Lobo Tavares de Sampaio, Doutor Corregedor da Comarca, Doutor Juiz de Fora, António da Silveira Pinto de Fonseca
- Túmulo: Reverendos capelães
- Madalena: Manuel Rodrigues Canelhas
- São João: Bernardo José Durago
- Andor da Senhora: os mesmos do Senhor dos Passos

1815

- Pendão: Manuel José Alves Ferreira
- Tochas: João Ribeiro de Noronha, João Correia Nunes Viana, José da Costa Rebelo, José Alves de Matos
- Marias: Jerónimo Balbino, José Rodrigues Botelho, Manuel Alves Dinis Patorro
- Bandeira da Irmandade: José Maria de Barros
- Tochas: António Pinto Machado, Frutuoso José dos Reis
- Profetas: António Gomes Carneiro, Luís Gomes Carneiro, Joaquim Alves, João Nunes Quedinho
- Túmulo: Reverendos capelães da semana
- Pálio: os mesmos dos Passos
- Madalena: José Alves de Carvalho Alvadia
- São João: Matias José dos Santos
- Andor: Domingos Alves Lobo, João Baptista Pereira Coelho, José Ferreira de Sousa, Manuel Joaquim Botelho de Melo
- Lanternas para o Túmulo: os mesmos dos Passos
- Tochas ao andor dos Passos: os mesmos do andor dos Passos

1816

- Pendão: Francisco Botelho Correia Machado
- Tochas: os mesmos dos Passos
- Marias: José Rebelo da Costa, João de Morais, Martinho José Rodrigues Seixas
- Bandeira da Irmandade: Luís António de Figueiredo e Rocha
- Tochas: os mesmos dos Passos
- Profetas: José Martins, José Gonçalves Relvas, Tomás Pereira, João Correia Taboada
- Túmulo: Reverendos capelães da semana
- Pálio: os mesmos dos Passos
- Madalena: António José da Nóbrega
- São João: Bernardo José Durago
- Andor: os mesmos dos Passos
- Lanternas ao Túmulo: os mesmos dos Passos
- Tochas ao andor: os mesmos do andor dos Passos

1817

- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: Doutor José Pereira Pinto Vieira de Sousa, João Bernardino Lobo, João Baptista Pereira Romão, José Álvares da Fraga
- Marias: Frutuoso da Costa Mourão, António Pereira Carneiro, Jerónimo Balbino da Cunha
- Bandeira da Irmandade: Francisco Xavier Correia de Azevedo
- Tochas: António Botelho Pereira Coelho, José António Baptista
- Profetas: Francisco Manuel de Sousa, Luís Dias, Domingos José Ferreira, Romão Fernandes
- Túmulo: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Desembargador Corregedor, Doutor Juiz de Fora José Constantino Lobo, Francisco de Paula Ataíde, Francisco Correia Pinto Teixeira de Amaral, Luís António de Figueiredo Rocha
- Lanternas: as mesmas de Quinta-feira
- Madalena: Manuel de Azevedo Pinto de Magalhães
- São João: Francisco José Pereira de Azevedo
- Andor: Lourenço Botelho Correia, António Pinto Machado e Azevedo, Luís António Pereira de Castro, Manuel José Rebelo Guimarães
- Tochas: as mesmas de Quinta-feira

1818

- Cruz do Triunfo: Francisco da Veiga
- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: Brás Gonçalves Pereira, António José Nunes da Cruz, José Pereira Mourão, João Vitorino de Azevedo Faria
- Marias: António José da Silva Barbosa, Tomé Mendes, José Correia de Almeida
- Bandeira da Irmandade: Francisco António Correia de Azevedo
- Tochas: José Gomes Carneiro, Francisco Gomes Carneiro
- Profetas: Manuel José Borges, António José Borges, António Joaquim Lopes, João Correia Taboada
- Pálio: os mesmos dos Passos
- Lanternas: os mesmos
- Madalena: Jerónimo José Pereira
- São João: António de Ceuta, Novo
- Andor: Inácio Botelho da Silva Barbosa, João Ribeiro de Matos, Alexandre Botelho de Sampaio, João Baptista de Araújo
- Lanternas: os mesmos

1819

- Cruz do Triunfo: Francisco da Veiga
- Pendão: Francisco Pires de Carvalho
- Tochas: Francisco de Barros Rubião, António José Rodrigues de Carvalho, Francisco da Assunção, José Pinto da Veiga
- Marias: João de Morais, Manuel Pereira Verdelhas, Joaquim Serafim
- Bandeira da Irmandade: João Maria Figueiredo Castelo Branco, Doutor António Bernardo de Figueiredo Castelo Branco
- Tochas: Francisco da Silva Gomes, Francisco Inácio de Morais Pimentel, Jerónimo Botelho, Luís Oliveira
- Profetas: António José Oliveira, Joaquim de Seixas, Manuel Pereira da Silva Couto, José Joaquim Monteiro
- Pálio: Reverendos capelães
- Andor da Senhora: Lourenço Correia Botelho, António Pinto Machado, Luís António Pereira de Castro, Manuel José Ribeiro Guimarães

1820

- Cruz do Triunfo: Francisco da Veiga
- Pendão: Luís António de Castro
- Tochas: João Correia Nunes Viana, Diogo de Aguiar, António José Nunes da Cruz, Manuel José Rebelo
- Marias: João Correia Taboada, Manuel Alves Dinis Patorro, António Correia Taboada
- Bandeira da Irmandade: Doutor António Maria Cabral e Sampaio
- Tochas: Francisco Pereira de Barros Rubião, José Joaquim Ferreira
- Profetas: António de Beça Monteiro (toalha), António Teixeira Pinto (escada), José Gomes Carneiro (toalha), António José Ferreira Júlio (escada)
- Pálio: os mesmos dos Passos
- Lanternas: os mesmos dos Passos
- Madalena: João Pereira da Silva
- São João: Bernardo José Durago
- Andor: os mesmos da Procissão dos Passos

1821

- Cruz do Triunfo: Padre Francisco da Veiga
- Pendão: António Alves Moura

- Tochas: os mesmos dos Passos
- Marias: José (ilegível) Fernandes, Francisco António Correia
- Bandeira da Irmandade: Inácio Botelho Silva de Barbosa e Sousa
- Tochas: os mesmos dos Passos
- Profetas: José Correia Mourão, Jerónimo José da Cunha, Francisco Xavier Gonçalves, Francisco José
- Pálio: os mesmos dos Passos
- Lanternas: os mesmos dos Passos
- Madalena e São João: os mesmos dos Passos
- Túmulo: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Andor: os mesmos dos Passos

1835

- Marias do Sião: António José Fernandes Leal, Jerónimo José da Cunha, Domingos José da Cunha
- Profetas das toalhas: Francisco Pereira, Francisco Baptista Pereira Romão
- Profetas das escadas: Miguel José Pereira, António José Ferreira
- Andor do Senhor do Túmulo: quatro Reverendos Capelães da Santa Casa
- Lanternas: José Gomes Correia, Bernardino de Sena Beltrão, Cipriano de Azevedo, António Alves Rodrigues Vilar
- Andor de Nossa Senhora das Dores: Padre José Alves Dinis Patorro, Padre António Vitorino da Mota, Padre Miguel Augusto de Brito, Padre Manuel Rodrigues Botelho
- Lanternas: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, Manuel dos Santos e Sousa, Toríbio José da Silva, António Alves Martins
- Pendão: Vitorino de Azevedo Faria
- Tochas: Francisco José do Rego, Jerónimo Vitorino Teixeira, José da Cunha, Francisco António de Oliveira
- Bandeira da Irmandade: Francisco Ferreira de Carvalho
- Tochas: João Teixeira Cabral, José Correia Botelho Mourão
- Pálio: Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, António Botelho Pereira Coelho, Doutor Juiz de Fora, José Pereira de Sousa Peixoto, João Baptista Pereira Coelho, João Vitorino de Azevedo Faria

1836

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: Francisco de Sousa Vilela, José Ferreira de Carvalho, António José Baptista António Ferreira Botelho
- Marias do Sião: António de Bessa Monteiro, José Rodrigues Botelho, José Martins de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: Vitorino Maria de Azevedo Faria
- Tochas: Manuel José Rebelo Guimarães, José Luís de Sousa Dias, António Correia, António de Morais Sarmento
- São João: Francisco António Correia
- Madalena: Francisco Gomes
- Profetas de toalhas: António Rodrigues Vilar, António Correia Gata
- Profetas das escadas: Francisco Inácio de Oliveira, António Teixeira Pimenta
- Pálio: Doutor José Camilo Ferreira Botelho de Sampaio, Doutor João Baptista Pereira Coelho Monteiro, Doutor António Machado Silva, António Botelho Pereira Botelho, Doutor José Vitorino da Mota, João Vitorino de Azevedo Faria
- Féretro: os dois capelães da Casa, Reverendo Miguel Augusto de Brito, Reverendo Manuel Rodrigues Botelho
- Andor da Senhora: Reverendo João Tovar, Reverendo António Vitorino da Mota, Reverendo Manuel de Carvalho Alvadia, Reverendo Francisco da Veiga

1837

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: João Teixeira Cabral de Carvalho, Francisco Manuel da Silva Dias, António Ferreira Botelho, António Pinto Correia de Macedo
- Marias de Sião: Luís Moreira da Fonseca, Jerónimo Ferreira Botelho, António de Bessa Monteiro
- Bandeira da Irmandade: Vitorino Maria de Azevedo Faria
- Tochas: José Ferreira de Carvalho, José António Teixeira de Melo Niza, Domingos Pereira de Carvalho Taveira, Basílio Pereira de Azevedo
- São João: António Correia Gata
- Madalena: Manuel Pereira Verdilhão
- Profetas das toalhas: João Baptista Pereira Romão, José Ribeiro de Carvalho
- Profetas das escadas: José Casimiro Alves Monteiro, Dionísio José Gonçalves
- Pálio: Doutor João Baptista Pereira Coelho, José Pereira de Sousa Peixoto, Doutor António Machado e Silva, António Neutel Correia de Mesquita, João Baptista de Araújo, Bernardino Felizardo Rebelo Rocha
- Féretro: Reverendo Capelão Manuel de Carvalho Lemos, Reverendo Capelão António de Azevedo Pinto Magalhães, Reverendo Carlos Ramalho Rocha, Reverendo José Maria Peixoto de Aguiar
- Lanternas: José Ferreira de Carvalho, António Egídio Tavares Lobo, Domingos de Matos, António Correia

- Andor da Senhora: Reverendo Miguel Augusto de Brito, Reverendo José Zeferino Teixeira Rubião, Reverendo Francisco da Veiga, Reverendo Manuel Alves de Carvalho Alvadia
- Lanternas: Bernardino de Sena Beltrão, José Gomes Correia, Joaquim de Freitas, Francisco António de Oliveira

1838

- Pendão: António Ferreira de Carvalho
- Tochas: Vitorino Maria de Azevedo Faria, João Teixeira Cabral de Carvalho, Manuel Ferreira Grilo, José dos Santos Muas
- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino de Carvalho Moutinho
- Tochas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Francisco Alves Lobo, António Ferreira Botelho, Domingos de Barros
- Marias do Sião: José Rodrigues de Carvalho, José Bento de Sequeira, Feliciano da Mota
- Andor da Senhora: Reverendo Francisco da Veiga, Reverendo José Justino de Carvalho, Reverendo António Vitorino da Mota, Reverendo Miguel Augusto de Brito
- Lanternas: António Botelho de Azevedo Carneiro, António Nunes da Cruz, Manuel da Costa, António Caetano Relvas
- Profetas de toalhas: Domingos Pereira de Carvalho Taveira, José Correia Botelho
- Profetas das escadas: António de Queirós, José da Costa
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Bernardino de Sena Beltrão, José Luís de Sena Dias, Francisco António de Oliveira, Dinis Gonçalves
- Féretro: os dois capelães da Santa Casa da Misericórdia, Manuel de Carvalho Lemos, Carlos Ramalho Rocha

1839

- Pendão: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: António Pereira de Morais, Lourenço Botelho Correia, António Ferreira Botelho, João Correia Taboada
- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Bandeira da Irmandade: João Vitorino de Carvalho Moutinho
- Tochas: António Botelho de Azevedo Carneiro, Francisco Manuel da Silva Dias, Luís Moreira da Fonseca, António Luís Pereira
- Marias do Sião: José Fernandes de Brito, António José de Araújo, Domingos da Cunha Santos
- Andor da Senhora: João Teixeira Cabral, António Ludovico Guimarães, Guilhermino Júlio de Moura, Tadeu Luís de Queirós
- Lanternas: Manuel José Jorge, Francisco Alves Lobo, Domingos de Barros, Manuel Ferreira Grilo
- Profetas de toalhas: António Rodrigues Gaspar, João Correia Pinto Júnior
- Profetas de escadas: Ricardo Alves Torgo, Custódio José de Sousa Machado
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Féretro: os dois Reverendos capelães, Padre Miguel Augusto de Brito Teles, Padre Francisco da Veiga
- Lanternas: Jerónimo Vitorino Teixeira de Carvalho, Bernardino de Sena Beltrão, José Correia Botelho, António Inácio de Oliveira

1845

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Tochas: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, José Maria Marques de Almeida, António Pinto Correia de Macedo, José Ferreira dos Santos
- Marias de Sião: António de Morais Sarmento, Diogo António de Mesquita, José Maria Neto de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: Reverendo Manuel Lopes de Carvalho Lemos
- Tochas à mesma: António Ferreira de Carvalho, Manuel José Rebelo Guimarães, Domingos José de Carvalho Araújo, António Gomes Carneiro de Araújo
- São João: António Joaquim dos Santos
- Madalena: Manuel da Costa
- Profetas de toalha: Serafim Gaspar, António Fernandes da Costa Braga
- Profetas das escadas: José Bernardo Névoa, António Correia Marinho
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendo Capelão da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Andor de Nossa Senhora: Reverendo Manuel Rodrigues Botelho, Reverendo José Justino de Carvalho, Reverendo Francisco da Veiga, Reverendo José Baptista Botelho
- Lanternas ao mesmo andor: António Botelho Correia Mourão, Francisco José Ferreira de Carvalho, Francisco Gomes Carvalho, Feliciano da Mota
- Lanternas ao Pálio: José Manuel Ferreira, António José Nunes da Cruz, Manuel José da Rocha Guedes, Domingos Pereira de Carvalho Taveira, António de Beça Monteiro, José Casimiro Alves Monteiro

1846

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Correia de Almeida Júnior, Miguel Augusto de Sousa Vilela, João Correia Taboada, António Pinto de Macedo
- Marias de Sião: António de Bessa Monteiro, José António da Silva, José António Teixeira

- Bandeira da Irmandade: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Lanternas à mesma: José dos Santos Pereira Basto, António José Ferreira Júlio
- São João: Manuel Luís Pote
- Madalena: Francisco António da Cunha
- Profetas de toalhas: José Maria de Sousa Coutinho, Bernardino António de Carvalho
- Profetas de escadas: António Joaquim dos Santos, José Maria Pereira
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Fétetro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Fétetro: Bacharel José da Costa Rebelo, Bacharel José António Teixeira Coelho, José Manuel Ferreira, Cipriano Pereira de Azevedo, Luís Bernardo, Francisco Aires
- Andor da Senhora: Manuel Antunes de Oliveira Guimarães, João Vitorino de Carvalho Moutinho, António Teixeira Pimenta, José Ferreira dos Santos
- Lanternas ao andor: Francisco Ferreira de Carvalho, António Ludovico Guimarães, José Maria Neta de Carvalho, Feliciano da Mota

1848

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: António Correia Botelho Mourão, António Pereira de Morais, António de Meireles Coelho, José de Barros Freire
- Marias do Sião: Serafim Gaspar, Custódio José Teixeira, António Fernandes da Costa Braga
- Bandeira da Irmandade: Joaquim José de Oliveira Guimarães
- Tochas à bandeira: João Teixeira Cabral de Carvalho, José Maria Marques de Almeida, Francisco de Matos, José Bernardo Névoa
- São João: Luís Bernardo
- Madalena: António de Morais Sarmento
- Profetas das toalhas: Francisco José Claro, Luís António de Carvalho Vieira
- Profetas das escadas: António da Cunha Santos, José Correia Mourão, serralheiro
- Fétetro: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Andor da Senhora: Manuel António de Oliveira Guedes, António Botelho de Azevedo Carneiro, António Pinto Correia de Macedo, Luís Baptista Pinto Lobato
- Lanternas ao Pálio: José Manuel Ferreira, João Pereira Cabral, Gabriel José de Carvalho Portela, António Claro da Fonseca, José Maria Neta, António José Ferreira
- Lanternas ao andor: Miguel Augusto de Sousa Vilela, João António de Oliveira Viamonte, Manuel Vicente, Domingos José da Cunha

1849

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas: José Rodrigues de Carvalho, João António de Oliveira Viamonte, Francisco José Claro, António Gomes de Araújo
- Marias do Sião: Domingos José dos Santos, José Maria Neta de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas: José Correia de Almeida Júnior, Luís António de Carvalho Vieira
- São João: João Pires da Costa
- Madalena: António de Morais Sarmento
- Profetas das escadas: Cipriano Pereira de Azevedo, Francisco Ribeirinho
- Profetas das toalhas: José Moreira de Barros, Luís Ferreira
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Fétetro: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Lanternas: Manuel José Ferreira, João Pinto Ferreira, José Luís de Sousa Dias, António de Meireles Coelho, Luís Baptista Pinto Lobato, António José dos Santos
- Andor da Senhora: Padre José Baptista Correia Botelho, Padre Manuel Lopes de Carvalho Lemos, Padre Manuel Rodrigues Botelho, Padre Vitorino José da Costa Rebelo
- Lanternas: José Maria Marques de Almeida, Vitorino Maria de Azevedo Faria, António Correia, João Correia Taboada

1850

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Manuel Inácio Teixeira
- Tochas: José Maria Marques de Almeida, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Pinto Correia de Macedo, António Pinto Peixoto
- Marias de Sião: António Correia Marinho, António de Morais Sarmento, António da Cunha Santos
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas: José dos Santos Pereira Basto, José António Teixeira
- São João: Bernardino António de Carvalho
- Madalena: Francisco José Claro
- Profetas de toalha: José Alves Coutinho (com salva e aroma), Custódio José Teixeira (com salva e toalha)

- Profetas de escada: José Maria Neta de Carvalho, José de Barros Freire
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: José Correia de Almeida Júnior, Manuel Celestino Ribeiro Fraga, Martinho António de Magalhães, José Caetano Carneiro de Carvalho, José Correia Mourão, José Bernardo Névoa, João Teixeira, Vitorino de Matos
- Andor da Senhora: João Vitorino de Carvalho Moutinho, Doutor José António Teixeira Coelho, Luís Baptista Pinto Lobato, Domingos Pereira de Carvalho Taveira
- Lanternas: Luís António Pereira de Castro, João Ribeiro Nogueira Ferrão, Joaquim Alves Rodrigues Correia, António de Beça Monteiro

1851

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: António Marcolino de Carvalho Moutinho, João Pinto Ferreira, António Pinto Correia de Macedo, António Pinto Peixoto
- Marias do Sião: José Moreira de Barros, Francisco Feliciano de Oliveira, Domingos Ferreira Amarante
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato
- Tochas à Bandeira: José dos Santos Pereira Basto, Inácio Ferreira da Cruz
- São João: Francisco José Claro
- Madalena: João Teixeira
- Profetas: Francisco António da Cunha (com salva e toalha), Vitorino de Matos (com salva e aroma)
- Profetas de escada: Manuel Vieira da Silva, António Vieira de Carvalho
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Correia de Almeida Júnior, Francisco Manuel da Silva Dias, José Rodrigues de Carvalho, Joaquim Alves Rodrigues Correia, José Bernardo Névoa, José António Penafiel
- Andor de Nossa Senhora: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Serafim Gaspar, José Ferreira dos Santos
- Lanternas ao andor: João Baptista de Araújo, José Caetano Carneiro, José de Barros Freire, José Maria Neta

1852

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Maria Marques de Almeida, José Correia de Almeida Júnior, João Correia Taboada, António Pinto Correia de Macedo
- Marias de Sião: Bernardino Lopes Teles, Domingos Ferreira de Matos, José Teixeira dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à Bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Teixeira Pimenta
- São João: Serafim Gaspar
- Madalena: José Bernardo Névoa
- Profetas: Manuel Luís Ferreira (com toalha e salva), Agapito Bernardo (com toalha e aromas), Luís Baptista Pinto Lobato (toalha e escada), José António Teixeira (toalha e escada)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António José da Silva Braga, António Teixeira da Nóbrega, António Marcolino de Carvalho Moutinho, José Caetano Carneiro, José Ferreira dos Santos Muas, José Fernandes de Brito, José Bernardo da Rocha, António Teixeira Guimarães Júnior
- Andor da Senhora: Joaquim Maria da Silva Barbosa, António Joaquim Borges da Costa Júnior, José de Barros Freire, Inácio Ferreira da Cruz
- Lanternas ao andor: Luís António Pereira de Castro, António Botelho Correia Mourão, António Pinto Peixoto, José Alves Coutinho

1853

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao Pendão: José Correia de Almeida Júnior, João Vitorino de Carvalho Moutinho, João Correia Taboada, António Pinto Correia de Macedo
- Marias do Sião: José Correia Mourão Júnior, Francisco Correia Mourão, Inácio Ferreira da Cruz
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à Bandeira: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco Pereira Cabral
- São João: Joaquim Fernandes de Carvalho
- Madalena: Manuel Luís Pote
- Profetas: António José Claro da Fonseca (salva e toalha), Manuel Vicente (aroma e toalha), Roque Fernandes de Matos (escada), Domingos Ferreira (escada)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães

- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: José Caetano Carneiro, José Rodrigues de Carvalho, Luís António Pereira de Castro, Francisco Manuel da Silva Dias, José Bernardo da Rocha, António José Teixeira Guimarães Júnior, José Correia de Almeida, José Fernandes de Brito
- Andor da Senhora: António Joaquim Borges da Costa, Joaquim Maria da Silva Barbosa, Luís Baptista Pinto Lobato, José António Madeira
- Lanternas ao Andor: António José da Silva Braga, António Teixeira da Nóbrega, José Alves Coutinho, José António Penafiel

1854

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: Francisco Pereira Cabral, José Maria Marques de Almeida, João Correia Taboada, António Pinto Correia de Macedo
- Marias do Sião: José Correia Mourão Júnior, Francisco Correia Mourão, Vitorino de Matos
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à mesma: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Manuel Joaquim Borges da Costa
- São João: José Maria Moreira
- Madalena: José Bernardo da Rocha
- Profetas: José Teixeira dos Santos (salva e toalha), Diogo Lima (aroma e toalha), António José Teixeira Guimarães Júnior (escada e toalha), João Teixeira (escada e toalha)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: José Caetano Carneiro, José Rodrigues de Carvalho, Luís António Pereira de Castro, Francisco Manuel da Silva Dias, José Correia de Almeida, José Ferreira dos Santos, Manuel Vicente, Domingos Pereira de Carvalho Taveira
- Andor da Senhora: Joaquim Maria da Silva Barbosa, João Ribeiro Negrão Ferrão, José António Madeira, Luís Baptista Pinto Lobato
- Lanternas ao mesmo: António José da Silva Braga, António Teixeira da Nóbrega, José António Penafiel, Luís Vieira de Carvalho

1855

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: José Maria Marques de Almeida, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Pinto Correia de Macedo, José Correia de Almeida, Tomás Vieira
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à bandeira: José de Barros Freire, António José Teixeira Guimarães Júnior
- São João: Francisco Fernandes Tão
- Madalena: João Pinto de Carvalho
- Profetas: Joaquim Alves Correia (aroma e toalha), Francisco António Alves de Carvalho (salva e toalha), José António Penafiel (escada e toalha), José António Madeira (escada e toalha)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: António José Nunes da Cruz, António Teixeira da Nóbrega, Manuel Joaquim Borges da Costa, António José da Silva Braga, António de Morais Sarmento, José Alves Coutinho, José Bernardo da Rocha, Serafim Gaspar
- Andor da Senhora: António Joaquim Borges da Costa, João José Nogueira Ferrão, Luís Baptista Pinto Lobato, José António Teixeira
- Lanternas: Luís António Pereira de Castro, Francisco Pereira Cabral, João Correia Taboada, António Pinto Peixoto

1856

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: José Maria Marques de Almeida, José Rodrigues de Carvalho, José Baptista Romão, António Pinto Correia de Macedo
- Marias de Sião: João Rodrigues Correia, Manuel Gonçalves da Silva Samardã, Manuel Joaquim Pereira Bispo
- Bandeira da Irmandade: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato
- Tochas à mesma: José Correia de Almeida Júnior, Francisco Pinto de Azevedo
- São João: José Bernardo da Costa
- Madalena: Francisco Lourenço de Azevedo
- Profetas de toalha: Bernardino Lopes Teles, Francisco António Álvares de Carvalho
- Profetas de escada: João António de Taveira, Domingos Ferreira de Matos
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Luís António de Castro, Francisco António de Carvalho, Francisco Manuel da Silva Dias, António Marcelino de Carvalho Moutinho, António José Ferreira, José António Teixeira, Luís António de Carvalho Vieira, António de Morais Sarmento

- Andor da Senhora: António Marcelino de Carvalho Moutinho, António Joaquim Borges da Costa, Tomás Vieira, Roque de Matos
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira da Nóbrega, João Pinto Ferreira, José Bernardo Névoa, Francisco Alves Felizardo

1857

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Doutor Manuel Inácio Teixeira
- Tochas ao mesmo: Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, António Pinto Correia de Macedo, José Baptista Romão
- Marias de Sião: Máximo Alves de Matos, João Teixeira, Vitorino da Mota
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: Luís António Ferreira da Mota, Luís António de Carvalho Vieira
- São João: Francisco Correia Mourão
- Madalena: Miguel Correia de Almeida
- Profetas: João Baptista Pereira, José Bernardo da Rocha, Manuel Pinto Machado, Joaquim Teixeira de Carvalho
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Luís António Pereira de Castro, Francisco António de Carvalho, João Pinto Ferreira, José dos Santos Pereira Basto, José António Teixeira, António Teixeira dos Santos, João Pinto de Carvalho, Inácio Ferreira da Cruz
- Andor da Senhora: Vital Máximo de Moura, João Ribeiro Nogueira Ferrão, Tomás Vieira, Roque Fernandes de Matos
- Lanternas ao mesmo: José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, António Marcolino de Carvalho Moutinho, António da Cunha Santos, José Maria Neta de Carvalho

1858

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: Doutor Manuel Inácio Teixeira, Gabriel José de Carvalho Portela, António Pinto Correia de Macedo, José Baptista Romão
- Marias do Sião: António da Cunha Santos, Francisco Baptista Pinto de Azevedo, António Teixeira Pimenta
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à mesma: Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Manuel Correia Pinto
- Madalena: José Bernardo da Costa
- São João: Francisco Fernandes Tão
- Profetas: Joaquim Bernardo da Rocha (aroma), António Teixeira dos Santos (escada), Manuel Joaquim Pereira Bispo (salva), Francisco Alves Felizardo (escada)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: Francisco José Claro, António Teixeira de Queirós, António Joaquim Borges da Costa, Luís Bernardino Álvares Pinto Lobato, José António Madeira, Inácio Ferreira da Cruz, Joaquim Alves Rodrigues Correia, João Teixeira
- Andor de Nossa Senhora: José Correia Mourão, José António Penafiel, João António dos Santos, Francisco Correia Mourão
- Lanternas ao mesmo: José dos Santos Pereira Basto, Joaquim Maria da Silva Barbosa, Joaquim Fernandes, Joaquim Lourenço Botelho Correia

1859

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: José Maria Marques de Almeida, Doutor Manuel Inácio Teixeira, Francisco Baptista Pinto de Azevedo, José Baptista Romão
- Marias do Sião: Francisco de Matos Júnior, Francisco Lourenço de Azevedo, João António Taveira
- Bandeira da Irmandade: Manuel Antunes de Oliveira Guedes
- Tochas à mesma: António Teixeira de Queirós, José Ferreira dos Santos
- Profetas: João Pinto de Carvalho (escadas), Francisco Fernandes Tão (escadas), Francisco Correia Mourão (aromas), Joaquim Fernandes (aromas)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António Marcolino de Carvalho Moutinho, José Rodrigues de Carvalho, Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, António Teixeira da Nóbrega, António Pereira Ribeiro, Diogo Lima, Manuel Gonçalves da Silva Samardã, Manuel Constantino Borges
- Andor da Senhora: José Correia Mourão, José António Penafiel, João Baptista Pereira, Vitorino da Mota
- Lanternas ao Andor da Senhora: José Caetano Carneiro, João Pereira Cabral, Joaquim Lourenço Botelho Correia, José Maria Neta de Carvalho

1860

- Cruz do Triunfo: Reverendo Capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado

- Tochas ao mesmo: Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, José Rodrigues de Carvalho, António Pinto Correia de Macedo, José Baptista Romão
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: João Pinto Ferreira, António Pereira Ribeiro
- Marias de São: António Patrocínio da Silva Couto, Luís da Assunção, Estanislau da Mota
- São João: José Maria Brandão
- Madalena: José António Teixeira
- Profetas: Custódio José Inácio (aroma), Francisco Baptista Pinto de Azevedo (salva), Luís Pereira da Assunção (escada), António José Correia (escada)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Doutor Manuel Inácio Teixeira, António Joaquim Borges da Costa, João Ribeiro Ferreira Negrão, Inácio Ferreira da Cruz, João Pinto de Carvalho, João Teixeira
- Andor de Nossa Senhora: José Correia Mourão, Roque Fernandes de Matos, Manuel Constantino Borges, Vitorino da Mota
- Lanternas ao mesmo: José Maria Marques de Almeida, António de Melo da Gama, Joaquim Lourenço Botelho Correia, Joaquim Fernandes

1861

- Cruz do Triunfo: Reverendo Capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: João Pinto Ferreira, José Baptista Romão
- Bandeira da Irmandade: António Teixeira de Queirós
- Tochas à mesma: António Marcolino de Carvalho Moutinho, António Teixeira Pimenta
- Marias do São: José Rodrigues de Freitas, José de Oliveira, António Toríbio da Silva
- São João: Francisco Pereira de Carvalho e Silva
- Madalena: Francisco Correia Mourão
- Profetas: Máximo Alves de Matos (aroma), Francisco Alves Carneiro (salva), António Fernandes de Carvalho (escada), Manuel Correia Pinto (escada)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Lanternas: João Ribeiro Nogueira Ferrão, José Caetano Carneiro, António de Melo da Gama, João Baptista Pereira, Manuel Joaquim Pereira Bispo, José Bernardo da Rocha
- Andor da Senhora: Francisco Correia Mourão, Roque Fernandes de Matos, Manuel Constantino Borges, Vitorino da Mota
- Lanternas à Senhora: Sebastião José Claro, Luís Bernardino Alves Pinto Lobato, Francisco Alves Felizardo, Manuel Alves da Silva Samardã

1862

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José António Ribeiro Machado
- Tochas ao mesmo: Doutor António Guedes de Carvalho Vasconcelos, Francisco Alves Felizardo
- Bandeira da Irmandade: António Joaquim Borges da Costa
- Tochas à mesma: Manuel José da Rocha Guedes, António Teixeira Pimenta
- Marias do São: Manuel Vicente, Joaquim Alves Rodrigues Correia, José Bernardo da Rocha
- Profetas: Joaquim Lourenço Botelho Correia, Damião Gonçalves Aranha, Manuel Gomes Carneiro, António de Carvalho Alvadia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, João Ribeiro Nogueira Ferrão, Manuel Antunes de Oliveira Guedes, Francisco Baptista Pinto de Azevedo, António Toríbio da Silva, Francisco António da Cunha
- São João: Francisco de Matos
- Madalena: António Vitorino de Passos
- Andor da Senhora: Francisco Correia Mourão, Manuel Constantino Borges, Vitorino da Mota, Joaquim Fernandes
- Lanternas ao mesmo: António Marcolino de Carvalho Moutinho, António Teixeira de Queirós, Serafim Gaspar, João Teixeira

1863

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Doutor Manuel Inácio Teixeira
- Tochas ao mesmo: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho, Francisco Correia Mourão
- Bandeira da Irmandade: António Júlio de Mesquita
- Tochas à mesma: Manuel José da Rocha Guedes, Joaquim Lourenço Botelho Correia
- Marias do São: Manuel Simão Lopes Teixeira, João Tiago do Nascimento, Manuel Teixeira de Matos
- Profetas: José Cardoso da Silva, João Rodrigues Correia, Manuel Gonçalves da Silva Samardã, José Bernardo da Costa
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia

- Féretro: Reverendos capelães da Santa Casa
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Luís de Matos e Sousa, José Rodrigues de Carvalho, António Marcolino de Carvalho Moutinho, Francisco Baptista Pinto de Azevedo, António Toríbio da Silva, Francisco António da Cunha
- Andor da Senhora: José Maria Coutinho, António Teixeira Pimenta, João Pereira, Vitorino da Mota
- Lanternas ao mesmo: Bernardino Felizardo de Carvalho Rebelo, António de Melo da Gama, Serafim Gaspar, João Teixeira

1864

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: António Júlio da Mesquita Guedes
- Tochas ao mesmo: Luís de Matos e Sousa, António Toríbio da Silva
- Bandeira da Irmandade: Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Tochas à mesma: Gabriel José de Carvalho Portela, Francisco Baptista Pinto de Azevedo
- Marias de Sião: Francisco Alves Felizardo, António da Veiga, Domingos Rodrigues
- Profetas: Luís José Gomes, Francisco Lourenço de Azevedo, Miguel Correia de Almeida, Vitorino da Mota
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Madalena: Narciso Alves Ribeiro Machado
- São João: Gaspar Rodrigues Baptista
- Lanternas ao Pálio: Francisco Gomes de Azevedo, António Teixeira da Nóbrega, José Caetano Carneiro de Carvalho Pinto, Francisco de Matos, João Teixeira, António Vitorino de Passos
- Andor de Nossa Senhora: José Maria Coutinho, João Baptista Pereira, Joaquim Lourenço Botelho Correia, José Bernardo da Costa
- Lanternas: Doutor Manuel Inácio Teixeira, Manuel Joaquim Borges da Costa, Miguel José Claro, João Tiago do Nascimento

1865

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: António Júlio da Mesquita Fraga
- Tochas ao mesmo: Francisco Baptista Pinto de Azevedo, Domingos Rodrigues
- Marias do Sião: António de Bessa Monteiro, Luís da Assunção, Manuel Joaquim Pereira Bispo
- Profetas: Francisco de Bessa Monteiro, Manuel Constantino Borges, Francisco de Matos Júnior, Francisco Júlio Alvão
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos Capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Madalena: Miguel Alves Martins
- São João: Luís José Gomes
- Lanternas ao Pálio: Francisco de Matos, António Teixeira da Nóbrega, José Maria Neta de Carvalho, António Pereira Ribeiro, Francisco Gomes de Azevedo, Gabriel José de Carvalho Portela
- Andor de Nossa Senhora: João Baptista Pereira, José Maria Coutinho, Vitorino da Mota, Manuel Simão Lopes Teixeira
- Lanternas ao mesmo: Inácio Ferreira da Cruz, António da Cunha Santos, Domingos Ferreira, José de Barros Freire

1866

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Luís José Gomes
- Tochas ao mesmo: António de Carvalho Alvadia, João Frutuoso de Passos
- Marias de Sião: Francisco Correia Mourão (duas Marias), António da Cunha Santos
- Profetas: Estanislau da Mota, António Pereira Ribeiro, Luís da Assunção, António Patrocínio da Silva Couto
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães da Santa Casa da Misericórdia
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Madalena: João Teixeira
- São João: Francisco Correia Mourão
- Lanternas ao Pálio: Francisco de Matos, António Teixeira da Nóbrega, António Júlio da Mesquita Fraga, Luís de Matos e Sousa, António da Veiga, Domingos Ferreira
- Andor de Nossa Senhora: Francisco Correia Mourão, Miguel Claro, João Baptista Pereira, Manuel Simão Lopes Teixeira
- Lanternas ao mesmo: António Mendes, José Cardoso da Silva, João Pereira Cabral, Serafim Gaspar

1867

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Luís José Gomes

- Tochas ao mesmo: António de Carvalho Alvadia, João Frutuoso de Passos
- Marias do Sião: Francisco de Matos Júnior, António Pereira Ribeiro, Domingos Ferreira
- Profetas: Miguel Alves Martins (escada), António Toríbio da Silva (escada), Narciso Alves Ribeiro Machado (salva), Miguel José Claro (aroma)
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Madalena: António da Cunha Santos
- São João: Francisco Fernandes Tão
- Lanternas ao Pálio: Sebastião José Claro, Francisco Gomes de Azevedo, José Baptista Romão, Padre José Ferreira dos Santos, Manuel Correia Pinto, João Correia Pinto
- Andor de Nossa Senhora: Francisco Correia Mourão, João Baptista Pereira, José Maria de Sousa Coutinho, Manuel Simão Lopes Teixeira
- Lanternas ao mesmo: Manuel Gonçalves da Silva Samardã, António Teixeira de Queirós, Francisco Vitorino Vaz de Carvalho, Francisco Lourenço de Azevedo

1868

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Luís José Gomes
- Tochas ao mesmo: António Patrocínio da Silva Couto, João Frutuoso de Passos
- Marias de Sião: António da Cunha Santos, José Ribeiro de Carvalho, José Oliveira dos Santos
- Profetas: António Mendes, Manuel Simão Lopes Teixeira, João Tiago do Nascimento, José de Oliveira
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Madalena: António de Carvalho Alvadia
- São João: José de Barros Freire
- Lanternas ao Pálio: Lourenço José Ribeiro, António Teixeira Pimenta, António Rodrigues de Novais, Sebastião José de Carvalho, Serafim Gaspar, António Pinto Peixoto
- Andor de Nossa Senhora: Francisco Correia Mourão, João Baptista Pereira, José Maria de Sousa Coutinho, Vitorino da Mota
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira de Sousa, Francisco Lourenço de Azevedo, Manuel Gonçalves da Silva Samardã, Francisco de Matos Júnior

1869

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: Bacharel Manuel Inácio Teixeira
- Tochas ao mesmo: António Lopes Mateus, Joaquim José Gomes de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: Domingos José de Carvalho Araújo
- Tochas à mesma: Sebastião José Claro, Francisco Gomes de Azevedo
- Marias de Sião: José de Barros Freire, Francisco de Matos Júnior, Vitorino de Matos
- Profetas: Manuel Teixeira de Matos (escada), Gaspar Rodrigues Baptista (escada), António da Veiga (aroma), Domingos Rodrigues (lençol)
- Madalena: sem indicação
- São João: sem indicação
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos capelães
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao Pálio: António Botelho de Azevedo Carneiro, António Ludovico Guimarães, Jerónimo Bartolino de Araújo, Manuel José da Rocha Guedes, Joaquim José de Oliveira Guimarães, João Anastácio de Meireles Marques
- Andor de Nossa Senhora: Francisco Correia Mourão, João Baptista Pereira, José Maria de Sousa Coutinho, José Alves de Sousa, Tomás António Rodrigues Martins
- Lanternas ao mesmo: Domingos Vieira, José dos Santos Pereira Basto, Custódio José Inácio

1875

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão da semana
- Pendão: José Correia Mourão
- Tochas ao mesmo: António Correia Mourão, António Ferreira Botelho
- Bandeira da Irmandade: Domingos José de Carvalho Araújo
- Tochas à mesma: Francisco Gomes de Azevedo, Miguel José Claro
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Os quatro profetas (eclesiásticos): Santa Casa da Misericórdia
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos Capelães

- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Afonso Baptista de Sousa, Francisco José Rodrigues, Tomás António Rodrigues Martins, Felizardo José de Sousa, António José Barbosa Resende, Francisco Vitorino Vaz de Carvalho
- Andor de Nossa Senhora: Francisco de Matos Júnior, António de Carvalho Alvalá, Manuel da Mota, Luís Pinto
- Lanternas ao mesmo: José Maria Ribeiro, Manuel Gomes Ferreira, José de Oliveira, Marcelino Teixeira

1878

- Pendão: José Alves de Sousa, Domingos da Mota Nogueira, Domingos José Bento da Costa
- Bandeira: António Toríbio da Silva, Joaquim Eugénio Rodrigues, Lucínio Pereira da Silva
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Firmino Augusto Martins, Custódio José Morais de Matos, Francisco José Rodrigues, Luís Pinto Machado Júnior, Gabriel de Mesquita Queirós, Manuel Alves Vieira
- Andor de Nossa Senhora: António de Carvalho Alvalá, Luís Pinto, Manuel da Mota, Francisco Alves Cardeal
- Lanternas: João Ribeiro de Sousa, João Ribeiro de Carvalho, Inácio Ferreira da Cruz, Manuel da Fonte Machado

1879

- Pendão: Francisco José Rodrigues, Joaquim Fernandes Guerra, José Augusto de Figueiredo
- Bandeira: António Toríbio da Silva, José Ferreira dos Santos, João Pinto da Costa
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: António da Cunha Santos, José de Barros Freire, Luís António Vieira de Carvalho, Manuel Vicente, José António da Costa Guimarães, Francisco Fernandes Tão
- Andor: Luís Pinto, Manuel Machado, Joaquim Ferreira Guerra, Domingos Romualdo
- Lanternas: António Vieira de Carvalho, José Cardoso da Silva, José Moreira de Barros, João Baptista Pereira

1880

- Pendão: António Toríbio da Silva
- Tochas ao mesmo: António Júlio da Mesquita Guedes, Narciso Guedes Lagoa
- Bandeira da Irmandade: José Luciano Pinto da Nóbrega
- Tochas à mesma: Francisco Gomes de Azevedo, Francisco Fernandes Tão
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Os quatro Profetas (os eclesiásticos): Santa Casa da Misericórdia
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: os quatro sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: José Augusto de Figueiredo, João Pires da Costa, Francisco José Rodrigues, António José Barbosa Resende, Custódio José Inácio, José de Barros Freire, Vitorino da Mota, José António da Costa Guimarães
- Andor de Nossa Senhora: Luís Pinto, João Baptista Pereira, José Vieira da Silva, José Augusto do Carmo
- Lanternas ao mesmo: Manuel da Fonte Machado, Francisco de Oliveira Campos, Francisco Alves Carneiro, Vitorino Vieira da Silva

1882

- Pendão: José Alves de Sousa
- Tochas ao mesmo: Francisco de Bessa Monteiro, Estanislau da Mota
- Bandeira da Irmandade: António Ferreira Botelho
- Tochas à mesma: Manuel Teixeira de Matos, Miguel Alves Mateus
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Os quatro Profetas: Padres
- Madalena: sem indicação
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: sem indicação
- Féretro: Padres
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Manuel Gonçalves de Carvalho, Joaquim António de Araújo Guimarães, Francisco José Rodrigues, Daniel de Carvalho, António Lopes Mateus, Felizardo José de Sousa, António Correia Mourão, João Gomes de Barros
- Andor de Nossa Senhora: Marcelino Teixeira, José de Almeida Mendonça, Francisco Alves Cardeal, Custódio Vieira da Silva
- Lanternas ao mesmo: Manuel Gomes Ferreira, José Augusto de Figueiredo, José Vieira da Silva, Manuel Vieira da Silva

1884

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Manuel Rodrigues de Freitas
- Tochas ao Pendão: José Cardoso da Silva, Samuel de Meireles
- Bandeira da Irmandade: Manuel Teixeira de Aguiar
- Tochas à mesma: José Vieira da Silva, Custódio Vieira da Silva
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Os quatro Profetas: Sacerdotes
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: oito irmãos voluntários
- Andor de Nossa Senhora: quatro irmãos voluntários
- Lanternas ao mesmo: quatro irmãos voluntários

1886

- Cruz do Triunfo: Reverendo Capelão
- Pendão: Manuel Rodrigues de Freitas
- Tochas ao mesmo: António Alves Quenteira, Manuel Correia Lopes
- Bandeira da Irmandade: Sebastião Rodrigues de Freitas
- Tochas à mesma: Vitorino Vieira da Silva, José Maria Pires
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Os quatro Profetas: Sacerdotes
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: José Cardoso da Silva, António Vieira de Carvalho, Manuel Simão Lopes Teixeira, Manuel Vicente, Domingos Ferreira, Francisco Fernandes Tão, Marcelino Teixeira, António Teixeira de Sousa
- Andor de Nossa Senhora: Manuel da Mota, António de Carvalho Alvalá, João Baptista Pereira, Joaquim António de Araújo Guimarães
- Lanternas ao mesmo: Manuel Gomes Carneiro, José Bernardo da Costa, José Alves de Sousa, António Lopes Mateus

1887

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão do Hospital
- Pendão: José de Barros Freire Júnior
- Tochas ao mesmo: Manuel Correia Lopes, José Correia Lopes
- Bandeira da Irmandade: Custódio José Fernandes
- Tochas à mesma: António Alves Janeiro, António Correia Lopes
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Bernardo Leite dos Santos, António Vieira de Sousa, Cristóvão Pereira Monteiro, Jerónimo Luís Pimenta, Justino José Inácio, Manuel Alves Barreira, Custódio Vieira da Silva, Luís Pereira de Barros
- Andor de Nossa Senhora: José Maria Pires, José Maria da Silva, Manuel Alves Barrias, José António Barrias
- Lanternas ao mesmo: José Cláudio Gonçalves, António Lopes Mateus, Doutor Henrique Manuel Ferreira Botelho, José Alves Torgo

1888

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão do Hospital
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas ao mesmo: José Augusto de Carvalho, José Correia Lopes
- Bandeira da Irmandade: Manuel Correia Lopes
- Tochas à mesma: Francisco Maria Freixo, Baltasar de Morais
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia

- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: António do Espírito Santo Barreira, Afonso Baptista de Sousa, Marcelino Teixeira, Vitorino Gomes de Barros, Vitorino Vieira da Silva, António Alves Quenteira, António Correia Lopes
- Andor de Nossa Senhora: Luís Alves Janeiro, José Gonçalves Basto, José Pinto, António Gomes Ferreira, António Rodrigues Romualdo, Manuel Cardoso de Almeida Sarmento
- Lanternas ao mesmo: Guilhermino Vieira da Silva, João Baptista Pereira, Miguel Alves Monteiro, Diogo Lima

1889

- Cruz do Triunfo: Reverendo Bento Ferreira da Carvalho
- Pendão: José de Barros Freire Júnior
- Tochas ao mesmo: Joaquim Pereira de Barros, Altino Gonçalves da Silva Samardã
- Bandeira da Irmandade: António Toríbio da Silva
- Tochas à mesma: Custódio Correia Pereira, Francisco Maria Freixo
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Narciso Alves Ribeiro Machado, Baltasar de Morais, José Augusto de Figueiredo, António José Pereira de Magalhães, Lucínio Pereira da Silva, João Pinto Ferreira, José Augusto de Barros, António José Inácio Lopes
- Andor de Nossa Senhora: Manuel da Mota, António de Carvalho Alvadia, Jerónimo Ferreira Monteiro, Bernardino Rebelo Pereira da Silva
- Lanternas ao mesmo: Bernardino Pereira, Francisco Leite dos Santos, Manuel Correia Lopes, Jerónimo Maria Rebelo

1890

- Cruz de Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas ao mesmo: José Correia de Araújo, Francisco Alves Felizardo
- Bandeira da Irmandade: José Augusto de Figueiredo
- Tochas à mesma: José Inácio Botelho, José dos Santos Alves Carneiro
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo Querubim: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendo Sacerdote
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: José Luciano Pinto da Nóbrega, Lucínio Pereira da Silva, Francisco Alberto Pereira Cabral, António Júlio Pereira Cabral, António Alberto Teixeira Lobato, Custódio José Fernandes, Afonso Baptista de Sousa, Gabriel Mesquita Queirós
- Andor de Nossa Senhora: Manuel Romualdo Júnior, António Rodrigues Romualdo, Manuel Pinto Ferraz, António Correia Taboada
- Lanternas ao mesmo: Joaquim Pereira de Barros, Custódio Correia Pereira, Estanislau Correia de Matos, Manuel Correia Lopes

1891

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas ao mesmo: Francisco Leite dos Santos, Manuel Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: José Augusto de Figueiredo
- Tochas à mesma: Jerónimo Augusto Ribeiro, José dos Santos Alves Carneiro
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo Querubim: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: um sacerdote
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas ao mesmo: Sebastião Rodrigues de Freitas, Manuel José Alves Roçadas, Manuel António de Carvalho, Estanislau Correia de Matos, João Rodrigues Gaspar, Lucínio Pereira da Silva, Manuel Correia Lopes, João Pinto Ferreira
- Andor de Nossa Senhora: João Baptista Pereira, António de Carvalho Alvadia, Jerónimo Ferreira Monteiro, Manuel da Mota
- Lanternas ao mesmo: Domingos José Ferreira de Macedo, José Joaquim Moreira Vaz, José Alves Martins, José Augusto Fernandes Roberto

1892

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas: Manuel Leite dos Santos, Francisco Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Jerónimo Augusto Ribeiro
- Tochas: José Inácio Botelho, Joaquim Pereira de Barros
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Quatro Profetas: Sacerdotes
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Francisco Maria Freixo, António Custódio da Silva, José Barros Freire Júnior, Vitorino Gomes de Barros, Manuel António Mendes Pereira, Narciso Alves Ribeiro Machado, José dos Santos Alves Carneiro, João Baptista da Costa
- Andor de Nossa Senhora: António Rodrigues Romualdo, José Augusto Fernandes Roberto, Manuel Romualdo Júnior, Henrique José Ribeiro
- Lanternas: José Luciano Pinto da Nóbrega, Lucínio Pereira da Silva, Manuel José Alves Roçadas, João Pinto Ferreira

1893

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas: José Augusto Fernandes Roberto, Manuel Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Francisco Maria Freixo
- Tochas: José Botelho de Carvalho, João Henrique Gaspar
- As três Marias de Sião: Santa Casa da Misericórdia
- Quatro Profetas: Sacerdotes
- Madalena: Santa Casa da Misericórdia
- São João: Santa Casa da Misericórdia
- Anjo: Santa Casa da Misericórdia
- Féretro: Reverendos sacerdotes
- Pálio: Venerável Ordem Terceira de São Francisco
- Lanternas: Manuel José Alves Roçadas, António Teixeira de Queirós, António Toríbio da Silva, António Júlio da Mesquita Guedes, Manuel Rodrigues de Freitas, António Teixeira Plácido, João Baptista da Costa, João Pinto Ferreira
- Andor de Nossa Senhora: Jerónimo Ferreira Monteiro, Manuel Pinto Ferraz, José Pinto, João Ribeiro de Sousa
- Lanternas: José Alves Torgo, Jerónimo Augusto Ribeiro, José Inácio Botelho, Estanislau Correia de Matos

1894

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos
- Tochas: Francisco Leite dos Santos, Manuel Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: António Maria Correia Pinto
- Tochas: António Maria Correia Pinto, Estanislau Correia de Matos
- Pálio: Oito sacerdotes
- Lanternas: António Teixeira de Queirós, António Toríbio da Silva, António Júlio Pereira Cabral, António Teixeira Plácido, Joaquim Esteves Fernandes Pereira, José Alves Torgo, Manuel António Mendes Pereira, Luís Gonçalves do Poço
- Andor de Nossa Senhora: Bernardino da Costa Rebelo, Jerónimo Ferreira Monteiro, João Batista Pereira, Manuel Pinto Ferraz
- Lanternas: Jerónimo Augusto Ribeiro, José Inácio Botelho, Francisco Avelino Pereira da Rocha, José Luciano Pinto da Nóbrega

1895

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Bernardo Leite dos Santos, José Augusto Fernandes Roberto
- Tochas ao mesmo: Manuel Leite dos Santos, Francisco Leite dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Manuel Rodrigues de Freitas
- Tochas à mesma: João Botelho de Carvalho, João Rodrigues Gaspar
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: António Teixeira de Queirós, Manuel José Alves Roçadas, António Teixeira Plácido, José Alves Torgo, José de Barros Freire Júnior, Sebastião Rodrigues de Freitas, Manuel Teixeira de Aguiar, Estanislau Correia de Matos
- Andor de Nossa Senhora: Jerónimo Ferreira Monteiro, José Correia Lopes, Francisco Correia de Araújo, Henrique José Ribeiro
- Lanternas ao mesmo: Francisco Alves Felizardo, Lucínio Pereira da Silva, Bernardino Fernandes da Silva, Francisco Avelino Pereira da Rocha

1896

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Manuel Pinto Ferraz
- Tochas ao mesmo: José Pinto, José Luís Guedes
- Bandeira da Irmandade: Manuel Rodrigues de Freitas
- Tochas à mesma: Jerónimo Augusto Ribeiro, Manuel António de Carvalho
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Maximiano Lopes dos Santos, Bernardino Fernandes da Silva, José de Barros Freire Júnior, Vitorino Gomes de Barros, José Botelho de Carvalho, António Toríbio da Silva, José António Alves, João Pinto Ferreira
- Andor do Senhor: Jerónimo Ferreira Monteiro, José Correia Lopes, José Maria da Silva, Luís Pinto
- Lanternas ao mesmo: Baltasar de Morais, José Alves de Sousa, Manuel Simão Lopes Teixeira, João Lopes Fernandes

1897

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas ao mesmo: Francisco Leite dos Santos, Luís Pereira de Barros
- Bandeira da Irmandade: Manuel Rodrigues de Freitas
- Tochas à mesma: Manuel António de Carvalho, João Maria Gomes de Barros
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: António Toríbio da Silva, Albano Lopes Serafim, Vitorino Gomes de Barros, José de Barros Freire Júnior, José António Alves, João Pinto Ferreira, António Custódio da Silva, Sebastião Rodrigues de Freitas
- Andor de Nossa Senhora: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: Francisco Avelino Pereira da Rocha, Luís Gonçalves do Poço, João Rodrigues Gaspar, José António Barrias

1898

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: José Augusto Fernandes Roberto
- Tochas ao mesmo: Manuel Pinto Ferraz, Sebastião Alves de Carvalho
- Bandeira da Irmandade: Manuel José Alves Roçadas
- Tochas à mesma: António da Costa Oliveira, João Maria Gomes de Barros
- Pálio: Reverendos Sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Manuel António Mendes Pereira, Luís Gonçalves do Poço Júnior, José Augusto de Figueiredo, João Pinto Ferreira, João Baptista da Costa, António Custódio da Silva, José de Barros Freire Júnior, José Inácio Botelho
- Andor de Nossa Senhora: José Maria Alves Coutinho, Sebastião Maria Ribeiro, João Correia Pinto, Vitorino da Costa
- Lanternas ao mesmo: José Correia Pinto, Vitorino Gomes de Barros, José Augusto Pinto de Barros, Maximiano Lopes dos Santos

1899

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: José Augusto Fernandes Roberto
- Tochas ao mesmo: Sebastião Maria Ribeiro, José Francisco Alves Cardeal
- Bandeira da Irmandade: Manuel António de Carvalho
- Tochas à mesma: Albano Alves Serafim, João Maria Gomes de Barros
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao Pálio: José Augusto de Figueiredo, Francisco Maria Freixo, Doutor Joaquim de Azevedo, João Baptista da Costa, José António Alves, Guilhermino Gomes, Manuel António Mendes Pereira, José de Barros Freire Júnior
- Andor de Nossa Senhora: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: António da Costa Oliveira, José Inácio Botelho, José Augusto Pinto de Barros, Manuel José de Morais Serrão

1900

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Manuel Rodrigues Romualdo
- Tochas ao mesmo: Serafim Taboada, José Monteiro
- Bandeira da Irmandade: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: António Bernardo da Rocha, José Francisco Alves Cardeal
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Doutor Joaquim de Azevedo, José Inácio Botelho, Manuel José de Morais Serrão, José do Nascimento, Guilhermino Gomes, Manuel José Alves Roçadas, João Pinto Ferreira, José de Barros Freire Júnior
- Andor de Nossa Senhora: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: Francisco Ferreira da Costa Agarez, Albano Alves Serafim, José Augusto Pinto de Barros, António Rodrigues Pereira Veiga

1901

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: João Correia Pinto
- Tochas ao mesmo: Lourenço do Rego, José Luís Guedes
- Bandeira da Irmandade: Maximiano Lopes dos Santos
- Tochas à mesma: José Augusto Fernandes Roberto, Sebastião Maria Ribeiro
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: António Rodrigues Pereira Veiga, Doutor Joaquim de Azevedo, Doutor Domingos Lopes da Costa, Francisco Maria Freixo, Manuel António Mendes Pereira, Miguel José Claro, Custódio Correia Pereira, Albano Eduardo da Costa Lobo Júnior
- Lanternas ao andor de Nossa Senhora: José Inácio Botelho, Francisco Ferreira da Costa Agarez, Manuel José Morais Serrão, Luís Gonçalves do Poço Júnior

1902

- Cruz do Triunfo: Reverendo capelão
- Pendão: Domingos Ferreira Alemão
- Tochas ao mesmo: Francisco Leite dos Santos, Francisco Lopes dos Santos
- Bandeira da Irmandade: Manuel José Botelho
- Tochas à mesma: Jerónimo Cardoso da Silva Freitas, António Bernardo da Rocha
- Pálio: Reverendos sacerdotes
- Lanternas ao mesmo: Doutor Joaquim de Azevedo, Albano Eduardo da Costa Lobo Júnior, José do Nascimento, José Joaquim Moreira Vaz, Luís Gonçalves Paço Júnior, António da Costa Oliveira, Manuel José de Morais Serrão, Francisco Ferreira da Costa Agarez
- Andor de Nossa Senhora: sem indicação
- Lanternas ao mesmo: Venerável Ordem Terceira de São Francisco

(Fonte: ADVRL/CON-SCMVR/C/001/001, Lv031-Lv032, Lv265-Lv268; ADVRL/CON-SCMVR/E/004, Lv268; ADVRL/CON-SCMVR/G/001, Lv255-Lv260)

